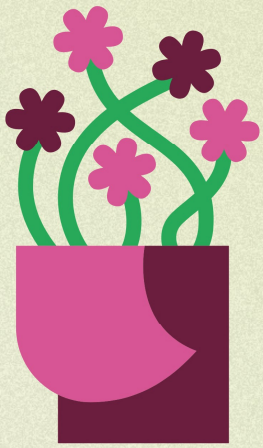
37º CICT
Ciência Delas

Anais

37º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN





37º CICT

Ciência Delas

UFRN PROPESQ CNPq

EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica (CICT) é um evento aberto à comunidade no qual todos os aproximadamente 1.800 alunos de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (bolsistas e voluntários) apresentam os resultados de suas pesquisas desenvolvidas ao longo de um ano, como cumprimento de um plano de trabalho elaborado e orientado por um professor/pesquisador do quadro permanente da Instituição.

O CICT está entre as ações inseridas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que possui entre seus objetivos: a) Contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; e c) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.

A 37ª edição do Congresso teve como tema “Ciência Delas", estando alinhada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Ao submeter os trabalhos ao Congresso, os alunos indicaram os objetivos da Agenda 2030 aos quais suas pesquisas estavam relacionadas. Essa iniciativa visa estimular a pesquisa científica e tecnológica voltada para a busca por soluções para os desafios sociais contemporâneos. Em uma etapa inicial do CICT, denominada Mostra de Trabalhos e Vídeos de Ciência, Tecnologia e Inovação, foram realizadas as apresentações dos trabalhos submetidos pelos participantes do evento. As apresentações ocorreram de forma assíncrona, por meio de arquivos digitais (trabalho completo e vídeo), sendo disponibilizadas não só aos avaliadores do congresso pelos Sistemas da UFRN, mas também ao público em geral por meio do site do evento (www.cic.propesq.ufrn.br). Após essa etapa inicial, que ocorreu sob o formato virtual, os 48 melhores trabalhos do evento foram selecionados para apresentação oral em uma etapa complementar do congresso que ocorreu de forma presencial.

Os alunos concorreram ao 10º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que foi instituído pela Pró-Reitoria de Pesquisa em 2017 para reforçar as ações dos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica. O prêmio contemplou as categorias Trabalho Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica e Vídeo Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica e na subcategoria de Inovação. Os premiados foram agraciados com bolsas mensais de até R$ 1100,00 (mil e cem reais) durante o período de um ano. Os orientadores dos alunos premiados adquiriram precedência em relação aos demais para efeitos de concorrência no Edital de Bolsas de Pesquisa da UFRN em 2027.

Ainda em 2026, a Pró-Reitoria de Pesquisa realizou a 8ª Edição do Prêmio Pesquisador Destaque da UFRN, certame instituído em 2019 e que é concedido anualmente aos pesquisadores da instituição que tenham apresentado relevantes contribuições para o desenvolvimento da ciência em cada uma das três grandes áreas do conhecimento: Ciências da Vida; Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; e Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. Além de troféu e certificado, todos os premiados foram contemplados com auxílio no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para custear despesas específicas, discriminadas em edital, e tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências com os participantes do CICT 2026 em uma mesa redonda.

Além de valorizar a contribuição das mulheres para a produção do conhecimento científico, promovendo a visibilidade de suas trajetórias e reconhecendo seu papel no desenvolvimento da ciência, o congresso cumpriu três funções valiosas para a instituição: a inserção dos discentes em um ambiente acadêmico de publicação e apresentação dos resultados de pesquisa; a divulgação científica, por meio de vídeos que utilizam uma linguagem científica, porém acessível ao público em geral; e, por fim, a popularização da ciência.

PROGRAMAÇÃO

DATA	ATIVIDADE
09/10	Divulgação da lista dos pré-selecionados para concorrer ao 9º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN
19/10	Abertura oficial do evento
19/10 a 23/10	CICT 2026 - Etapa presencial
20/10 a 22/10	Sessões de apresentações orais
23/10	Cerimônia de premiação e encerramento do evento

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CÓDIGO: HS0015

AUTOR: MARIA LAURA OLIVEIRA DOS SANTOS BASILIO

ORIENTADOR: GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO TANUS

TÍTULO: INOVAÇÃO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INDEXADA NA BRAPCI

Resumo

A pesquisa analisa a produção científica nacional sobre inovação em bibliotecas públicas indexada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), com o objetivo de identificar tendências e dimensões da inovação presentes na literatura especializada a partir do contexto das bibliotecas públicas. Trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentado no levantamento de artigos recuperados por meio dos descritores "Inovação" e "Biblioteca Pública". Foram analisadas 14 publicações, produzidas entre 2013 e 2023, cujos conteúdos foram examinados à luz do modelo dos quatro tipos de inovação (4Ps) de Tidd e Bessant, contemplando as dimensões de produto, processo, posição e paradigma. Os resultados evidenciam uma ampliação progressiva da compreensão da inovação no contexto das bibliotecas públicas, que deixa de restringir-se à incorporação de recursos tecnológicos para abarcar transformações nos processos organizacionais, nas práticas de mediação da informação, na gestão institucional e na interação com a comunidade. Conclui-se que a inovação constitui um processo estratégico e multidimensional, indispensável ao fortalecimento da missão pública dessas instituições, favorecendo a geração de valor público, a democratização do acesso à informação, o exercício da cidadania e a sustentabilidade de políticas voltadas ao desenvolvimento social e cultural.

Palavras-chave: Inovação; Biblioteca Pública; BRAPCI.

TITLE: INNOVATION IN PUBLIC LIBRARIES: ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION INDEXED IN BRAPCI

Abstract

This study analyzes the scientific production on innovation in public libraries indexed in the Referential Database of Information Science Journal Articles (BRAPCI), aiming to identify trends and dimensions of innovation addressed in the specialized literature within the context of public libraries. The research is characterized as a bibliographic study with a qualitative and exploratory approach, based on the retrieval of articles using the descriptors "Innovation" and "Public Library". Fourteen publications,

published between 2013 and 2023, were analyzed through the framework of Tidd and Bessant's four dimensions of innovation (4Ps), encompassing product, process, position, and paradigm innovation. The findings reveal a progressive expansion in the understanding of innovation in public libraries, extending beyond the incorporation of technological resources to include transformations in organizational processes, information mediation practices, institutional management, and community engagement. It is concluded that innovation constitutes a strategic and multidimensional process that is essential for strengthening the public mission of these institutions by fostering public value, democratizing access to information, promoting citizenship, and supporting sustainable social and cultural development.

Keywords: Innovation; Public Library; BRAPCI.

Introdução

Para atingir o seu propósito, as bibliotecas e seus profissionais vêm elaborando estratégias para manter os acervos vivos e é sob essa perspectiva que a inovação surge como um elemento essencial para que essas instituições acompanhem a dinâmica das transformações sociais. Segundo Marcial (2016, p. 43), os aspectos que justificam essa afirmação são muitos e variados, dentre elas, as tecnologias de informação criaram novos hábitos no comportamento informacional dos usuários, de modo que o acesso à informação deixou de estar indissociavelmente ligado aos recursos fornecidos pela biblioteca. Desse modo, constata-se que o público não depende mais exclusivamente do espaço físico tradicional para obter conhecimento, uma vez que a informação passou a ser descentralizada e instantânea.

Dentre as possibilidades de analisar o impacto da inovação nas tipologias das bibliotecas existentes, fez-se necessário selecionar o debate em torno das bibliotecas públicas. Afinal, como declara Valentim (2016, p. 23), a biblioteca pública é essencial para fomentar a cidadania e, assim, consolidar a democracia de um país. Constitui-se, portanto, como um espaço democrático no qual as diferenças sociais, econômicas e culturais são amenizadas. Tornando-se um importante aparelho cultural que deve ser fomentado, apoiado e subsidiado por políticas públicas fortes que o fortaleçam.

Partindo desse princípio, esta pesquisa investiga as inovações nas bibliotecas públicas a partir da análise da produção acadêmica. Para verificar essa presença, utilizou-se como campo de amostragem a base de dados referencial de artigos de periódicos em ciência da informação BRAPCI, por se consolidar como o principal repositório da produção científica nacional da área, permitindo mapear como a temática tem sido abordada e disseminada na literatura brasileira.

Metodologia

Baseando-se no artigo de Tanus, Camillo e Aguiar (2025), o presente estudo realizou um levantamento bibliográfico no Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) utilizando os termos de busca “Inovação” AND “Biblioteca Pública”, diferentemente dos autores que focaram no contexto das bibliotecas escolares. A busca levou em consideração todos os seus campos de indexação e recuperação da informação durante o período da coleta de dados, de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026, e com uma revisão em julho de 2026. Não

realizou nenhuma restrição temporal, isto é, a busca foi empreendida desde o início, que é 1972.

Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e de caráter exploratório, com o intuito de mapear produções científicas de escala nacional no cenário das inovações aplicadas a essas instituições. Ao todo foram recuperados 16 documentos, com um sendo inacessível e um excluído do banco de dados, apresentando um recorte temporal das publicações de 2013 a 2023.

Resultados e Discussões

As soluções e abordagens identificadas nos artigos recuperados na BRAPCI (2013-2023) revelam uma evolução temporal nas estratégias adotadas pelas bibliotecas públicas, demonstrando que o alinhamento com os estudos da inovação tem impulsionado um deslocamento fundamental na percepção dessas instituições. Sob a perspectiva dos 4Ps da inovação de Tidd e Bessant (2015), observa-se que a trajetória ao longo da década das publicações reflete a transição gradual de um modelo centrado no viés de preservação e organização do acervo para uma atuação voltada aos usuários e à comunidade, afirmando a inovação como um elemento essencial para a sustentabilidade e o valor social dessas instituições.

Durante os anos de 2013 a 2020, observa-se a inserção inicial das bibliotecas públicas nas estratégias de inovação, com foco predominante nas dimensões de Produto, Posição e Paradigma. Sob a perspectiva de implementação de serviços a essas instituições, Gomez (2013) destaca as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Tecnologias da Participação (TPs). No mesmo sentido, Luca et al. (2017) demonstram o desenvolvimento do aplicativo Vestbook SC como ferramenta de incentivo à leitura para vestibulandos, enquanto que Santos, Cruz e Carvalho (2020) apresentam a criação de um videogame mobile educativo voltado ao ensino da competência informacional. Paralelamente, manifesta-se a intenção de ressignificar a imagem do espaço físico perante a comunidade. Propondo romper com os estereótipos tradicionais do espaço no imaginário popular, Gomez (2013) evidencia o papel social vital da biblioteca, conectando a instituição ao seu entorno por meio de recursos tecnológicos e não tecnológicos. De forma complementar, Crippa (2015) defende a substituição da gestão tradicional e burocrática por uma dinâmica fundamentada na escuta ativa, mediação e cocriação direta com a comunidade, tornando a biblioteca um território de convivência e combate à segregação urbana.

Nas produções de 2021 e 2023, observa-se um deslocamento significativo no foco das publicações, em que os bibliotecários deixam de se concentrar prioritariamente na oferta isolada de produtos e passam a contemplar as inovações de Processo e de Posição. Impulsionadas pelos desafios impostos pela pandemia da COVID-19 e pelo fortalecimento das mídias digitais, as bibliotecas públicas viram-se diante da necessidade de reformular suas rotinas operacionais e redefinir seu papel perante as transformações na sociedade.

Seguindo essa dinâmica da adoção de novos serviços e procedimentos nesse momento de adaptações socioinformacional, Mello et al. (2021) abordam os makerspaces, espaços criativos e de compartilhamento, com o propósito de garantir uma aprendizagem prática, consolidando as bibliotecas como ambientes emancipatórios para a mediação da informação. Do mesmo modo, Rocha e Barradas (2022) destacam a reformulação dos processos operacionais por meio da oferta de lives culturais, mediação em redes sociais (Facebook e Instagram) e protocolos de quarentena do acervo, assegurando a

continuidade dos serviços informacionais mesmo à distância. Ademais, tanto Souza e Inomata (2023) quanto Inomata, Lima e Souza (2023), ao mapearem as ofertas de serviços inovadores em bibliotecas públicas, complementam essa discussão ao destacarem também o uso de mídias sociais (Blog, YouTube, slideshare, etc.), serviço de referência virtual (SRV) e áreas de coworking.

Em geral, do momento da pandemia em diante, as noções de paradigma adquiridas pelas bibliotecas foram se fortalecendo. São nítidos os esforços constantes em transformar tanto a imagem quanto a gestão de uma biblioteca tradicionalista em uma biblioteca pública ativa frente às necessidades locais. Essa observação surge em meio ao empenho dessas instituições em efetivar inovações, com Mello et al. (2022) dando ênfase à investigação temporal da reestruturação de um acervo que passou a adotar o conceito de biblioteca como organismo vivo, atuante e participativo. Nessa mesma linha reflexiva, Almeida e Souza (2023) examinam o papel da biblioteca pública no tensionamento entre o modelo de mero depósito, sob uma lógica utilitarista instituída pelo Projeto de Lei nº 976/2021, e a visão emancipatória que a posiciona como ator social ativo para o exercício da cidadania.

Adotando uma premissa semelhante quanto ao impacto socioestrutural dessas instituições, Gama e Zaninelli (2022) fundamentam sua pesquisa na necessidade de adaptação das bibliotecas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 proposta pela ONU. Por fim, Vasquez-Claros e Huisa-Veria (2023) apresentam o design thinking, uma metodologia capaz de reunir informações relacionadas às reais necessidades do público-alvo, viabilizando soluções criativas tanto para o aprimoramento quanto para a prestação de novos serviços. Assim, a evolução observada ao longo da década evidencia uma ampliação progressiva da compreensão da inovação em bibliotecas públicas, que passa a contemplar não apenas a incorporação de recursos tecnológicos, mas também transformações nos serviços, nos processos organizacionais e nas formas de interação com a comunidade.

Conclusão

Diante desse cenário, conclui-se que a inovação em bibliotecas públicas deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, e não apenas como a incorporação de tecnologias ou a modernização dos serviços informacionais. Essa perspectiva abrange mudanças nas práticas de gestão, na mediação da informação, no relacionamento com a comunidade e na ressignificação do papel social dessas instituições, reafirmando a inovação como elemento estratégico para ampliar sua capacidade de responder às demandas sociais contemporâneas.

Assim, o valor social das bibliotecas públicas transcende sua função tradicional de preservação e disponibilização de acervos, reafirmando seu papel como equipamento cultural essencial à democratização do acesso à informação, à mediação do conhecimento e ao exercício da cidadania. Ao contribuir para a redução das desigualdades informacionais, a ampliação das oportunidades de participação social e o fortalecimento da democracia, essas instituições geram benefícios que ultrapassam seus usuários diretos e alcançam toda a coletividade. É justamente nessa capacidade de produzir impactos sociais positivos, responder às necessidades da comunidade e promover o interesse público que se materializa o valor público.

Contudo, a geração de valor público pelas bibliotecas públicas somente se concretiza quando existem condições institucionais que possibilitem a implementação e a continuidade de práticas inovadoras. Nesse sentido, a atuação do Estado revela-se

indispensável para a formulação de políticas públicas, a garantia de financiamento adequado, o fortalecimento da infraestrutura e a valorização dos profissionais que nela atuam. Mais do que incentivar a adoção de novas tecnologias ou serviços, essas ações criam condições para que essas instituições ampliem sua capacidade de responder às demandas da sociedade, promovendo inclusão, cidadania e desenvolvimento social de forma contínua e sustentável.

Além das contribuições teóricas apresentadas, ao reunir e analisar a produção científica indexada na BRAPCI, esta pesquisa oferece uma visão sistematizada do debate sobre inovação em bibliotecas públicas na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, evidenciando tendências, aproximações conceituais e possibilidades de aprofundamento teórico. Recomenda-se para o desenvolvimento de estudos futuros que analisem a implementação de práticas inovadoras em diferentes contextos, seus impactos na geração de valor público e os desafios enfrentados por gestores e profissionais para consolidar processos contínuos de inovação. Também se mostram pertinentes pesquisas comparativas entre diferentes realidades institucionais e geográficas, podendo ampliar a compreensão acerca dos fatores que favorecem ou limitam essas iniciativas.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Biblioteca pública: ingênua, astuta e crítica. **Revista Eletrônica da ABDF**, v. 5, n. 1, 2021.

BAGANHA, Filomena. Novas bibliotecas, novos conceitos. **Porto: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, Universidade Fernando Pessoa (UFP), 2004.

CAVALCANTE, Pedro et al. (Org.). **Inovação no setor público**: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: Ipea; Enap, 2017.

IFLA. International Federation of Library Associations and Institutions. **Manifesto da IFLA-UNESCO sobre a Biblioteca Pública 2022**. Haia: IFLA, 2022. Disponível em: https://www.ifla.org/public-library-manifesto.

MOORE, M. H. **Creating Public Value**: Strategic Management in Government. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OLIVEIRA, Luciano Alan Rodrigues de. **Bibliotecas**: uma breve revisão histórica. Orientadora: Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus. 2019. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo 2018**: Diretrizes para Coleta, Comunicação e Uso de Dados sobre Inovação. 4. ed. Paris: OECD Publishing, 2018.

RANGANATHAN, S.r.. **As Cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília, DF: Ipea, 2017.

RODRIGUES, Hailton Dos Santos; OLIVEIRA, Lourival José De. As consequências imediatas da mitigação do princípio da livre iniciativa para as inovações disruptivas: uma leitura da teoria da destruição criadora de Joseph A. Schumpeter. **Editora Científica Digital**, [S. l.], 2025.

RODRIGUES, Márcia. Bibliotecas públicas, patrimônio cultural e atuação governamental: interlocuções possíveis. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 2024.

SANTOS, L. G. M.; ELIAS JUNIOR, A. C. Políticas públicas para bibliotecas. **Memória e Informação**, v. 7, n. 1, p. 1-17, 28 dez. 2023.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper and Brothers, 1961.

SOUSA, M. E. P.; TARGINO, M. G. Cinco leis da biblioteconomia / cinco leis de ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ciência da Informação em Revista**, v. 3, n. 1, 2016.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca Pública e Informação à Comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TANUS, G. F. S. C.; CAMILLO, E. S.; AGUIAR, N. C. **A inovação na biblioteca escolar**: estudo da produção científica nacional indexada na Brapci. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2025. **Anais [...]** XXV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2025.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma visão global. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 9-32, jul./dez. 2004.

TIDD, Joe; BESSANT, John. **Gestão da inovação**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

XAVIER, R. C. M.; COSTA, R. O. DA .. Relações mútuas entre informação e conhecimento: o mesmo conceito?. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 2, p. 75–83, maio 2010.

ZANINELLI, T. B.; et al. Inovação em serviços de informação no contexto da biblioteca central da universidade estadual de londrina (uel): uma análise do ponto de vista dos nativos digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 1, 2019.

Anexos



Quadro 1 - Resultado dos Artigos Recuperados na BRAPCI

CÓDIGO: HS0034

AUTOR: KARLA STÉPHANY DE BRITO SILVA

ORIENTADOR: LUCIANO ATHAYDE CHAVES

TÍTULO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE DIGITAL: ANÁLISE DOS CRIMES DE CYBERSTALKING, SEXTORSÃO E REVENGE PORN À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Resumo

A crescente digitalização das relações sociais tem intensificado formas de violência de gênero no ambiente digital, como cyberstalking, sextorsão e revenge porn. Esta pesquisa analisa como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) interpreta e fundamenta decisões relacionadas a essas práticas, à luz da hermenêutica jurídica e da teoria das lacunas. Adota-se abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, tendo como corpus 17 decisões monocráticas do STJ, proferidas entre 2025 e fevereiro de 2026, sendo duas sobre cyberstalking, nove sobre sextorsão e seis sobre revenge porn. Os resultados indicam que o Tribunal mobiliza, principalmente, interpretação sistemática, integração normativa, análise das circunstâncias concretas e princípios constitucionais. Identificaram-se avanços na proteção das vítimas, especialmente nos casos de revenge porn, mas também lacunas interpretativas e legislativas. No cyberstalking, observou-se limitada consideração das especificidades tecnológicas da perseguição; na sextorsão, a ausência de tipificação autônoma exige maior atividade interpretativa. Verificou-se, ainda, limitada incorporação da perspectiva de gênero e restrições decorrentes da via estreita do habeascorpus. Conclui-se que a interpretação judicial é fundamental para adequar o Direito às transformações tecnológicas, sem prejuízo da constante atualização legislativa.

Palavras-chave: Violência de gênero. ambiente digital. cyberstalking. sextorsão.

TITLE: GENDER-BASED VIOLENCE IN THE DIGITAL ENVIRONMENT: AN ANALYSIS OF CYBERSTALKING, SEXTORTION, AND REVENGE PORN IN LIGHT OF THE JURISPRUDENCE OF THE BRAZILIAN SUPERIOR COURT OF JUSTICE

Abstract

The increasing digitalization of social relations has intensified forms of gender-based violence in digital environments, such as cyberstalking, sextortion, and revenge porn. This study analyzes how the Brazilian Superior Court of Justice (STJ) interprets and grounds decisions concerning these practices, based on legal hermeneutics and the theory of legal gaps. A qualitative approach was adopted, through bibliographic and documentary research, with a corpus of 17 individual STJ decisions issued between 2025 and February 2026: two on cyberstalking, nine on sextortion, and six on revenge porn. The results indicate that the Court mainly employs systematic interpretation, normative integration, analysis of specific circumstances, and constitutional principles. Advances in victim protection were identified, especially in cases of revenge porn, alongside interpretive and legislative gaps. In cyberstalking cases, limited consideration of technological specificities was observed, while sextortion cases require greater judicial interpretation due to the absence of autonomous criminal classification. Limited incorporation of a gender perspective and constraints arising from the restricted scope of habeas corpus were also identified. It is concluded that judicial interpretation is essential to adapt the law to technological transformations, alongside continuous legislative updating.

Keywords: Gender-based violence. Cyberstalking. Sextortion. Revenge porn.

Introdução

No contexto da globalização e da crescente digitalização das relações sociais, marcado pela chamada “sociedade em rede” (Castells, 1999), as tecnologias da informação e comunicação passaram a ocupar papel central nas experiências sociais, nas relações de poder e na cultura. Paralelamente às novas formas de interação, surgiram modalidades de criminalidade mediadas pelo ambiente digital, entre as quais se destacam o cyberstalking, a sextorsão e a revenge porn (vingança pornográfica).

Embora essas práticas possam atingir diferentes grupos, seus efeitos recaem de maneira desproporcional sobre as mulheres, evidenciando a permanência de estruturas patriarcais e de violência de gênero no espaço digital. A internet não apenas reproduz formas tradicionais de violência, mas também potencializa mecanismos de controle, coerção, exposição e vigilância sobre os corpos e a sexualidade feminina. Nesse sentido, o enfrentamento dessas práticas demanda uma análise dos mecanismos jurídicos empregados para sua repressão e das formas pelas quais o Poder Judiciário interpreta o ordenamento jurídico diante de fenômenos sociais e tecnológicos em constante transformação.

Diante desse cenário, esta pesquisa analisa como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) interpreta e fundamenta decisões relacionadas à violência de gênero praticada em ambiente digital, especialmente nos casos de cyberstalking, sextorsão e revenge porn, à luz da hermenêutica jurídica. Embora tais condutas não estejam necessariamente tipificadas no ordenamento brasileiro sob essas nomenclaturas, sua responsabilização pode ocorrer mediante a aplicação de tipos penais existentes, como os previstos nos

artigos 147-A (stalking), 147 (ameaça), 158 (extorsão) e 218-C (divulgação de cena de sexo, nudez ou pornografia sem consentimento) do Código Penal.

A pesquisa fundamenta-se na hermenêutica jurídica, especialmente na Teoria das Lacunas, a partir das contribuições de Souza (2017), Larenz (1997), Bobbio (2003), Streck (1999) e Diniz (1993). Parte-se da compreensão de que a transformação das práticas sociais e tecnológicas pode produzir situações que não encontram correspondência imediata na legislação, exigindo atividade interpretativa para a aplicação dos dispositivos jurídicos existentes.

Nesse sentido, busca-se responder: como o STJ fundamenta suas decisões em casos de violência de gênero digital, especialmente quanto ao enquadramento típico, aos argumentos mobilizados e aos mecanismos hermenêuticos utilizados? Quais lacunas, omissões, avanços interpretativos e (in)sensibilidades de gênero podem ser identificados na jurisprudência do Tribunal?

O objetivo geral consiste em analisar a interpretação e a fundamentação das decisões do STJ relacionadas à violência de gênero no ambiente digital, com ênfase no cyberstalking, na sextorsão e na revenge porn, à luz da hermenêutica jurídica e da Teoria das Lacunas. Especificamente, pretende-se analisar as argumentações e os mecanismos hermenêuticos empregados para o enquadramento dessas condutas nos tipos penais existentes, bem como identificar lacunas, omissões, avanços interpretativos e a presença ou ausência de perspectiva de gênero nas decisões.

Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa empírica, qualitativa, documental, bibliográfica e descritiva. O caráter documental decorre da análise de decisões jurisprudenciais do STJ, enquanto a pesquisa bibliográfica recorre à literatura especializada como suporte teórico-metodológico. O corpus foi constituído mediante levantamento na ferramenta oficial de jurisprudência do STJ, abrangendo decisões de 2025 a fevereiro de 2026. O recorte temporal, por sua atualidade, possibilita identificar padrões argumentativos, mudanças de entendimento e possíveis consolidações jurisprudenciais no enfrentamento das formas contemporâneas de violência de gênero no ambiente digital.

Metodologia

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de caráter interpretativista, buscando compreender como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) constrói a fundamentação jurídica em decisões relacionadas às formas de violência de gênero praticadas no ambiente digital, especialmente cyberstalking, sextorsão e revenge porn. O estudo ultrapassa a mera identificação dos dispositivos legais aplicados, concentrando-se nos sentidos produzidos pelos discursos jurídicos, nos fundamentos das decisões e nas estratégias argumentativas e interpretativas empregadas pelos julgadores.

A abordagem qualitativa encontra respaldo em Bogdan e Biklen (1994), para os quais esse tipo de investigação privilegia a compreensão dos fenômenos em seus contextos, a

descrição dos dados e a interpretação dos significados construídos pelos sujeitos e pelos documentos analisados. Nesse sentido, o interesse da pesquisa não está apenas no resultado dos julgamentos, mas na forma como os ministros constroem seus argumentos e fundamentam as decisões diante de novas formas de violência de gênero possibilitadas pelas tecnologias digitais.

Quanto ao método de abordagem, adota-se o método indutivo, partindo-se da análise de casos concretos para identificar padrões interpretativos, recorrências argumentativas e tendências na aplicação do Direito aos casos investigados. A pesquisa possui natureza bibliográfica, documental e jurisprudencial: bibliográfica, por recorrer à literatura especializada sobre violência de gênero, Direito Digital, Direito Penal, teoria da argumentação e interpretação judicial; documental, por utilizar a legislação pertinente; e jurisprudencial, por analisar decisões do STJ.

Para o exame das decisões, emprega-se a Metodologia de Análise de Decisões (MAD), desenvolvida por Roberto Freitas Filho e Thalita Moraes Lima (2010). Esse procedimento permite organizar e interpretar sistematicamente os pronunciamentos judiciais, identificando fundamentos jurídicos, argumentos e estratégias hermenêuticas utilizados pelos julgadores. Sua adoção mostra-se adequada aos objetivos da pesquisa por possibilitar uma análise estruturada da construção argumentativa do STJ nos casos de violência de gênero digital.

DADOS: COLETA E TRATAMENTO

O corpus da pesquisa é composto por 17 decisões judiciais do STJ, sendo 2 referentes a cyberstalking, 9 a sextorsão e 6 a revenge porn. As decisões foram coletadas na ferramenta oficial de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e constituem documentos públicos, de acesso aberto.

O levantamento compreendeu o período de 2025 a fevereiro de 2026, recorte definido por contemplar decisões recentes sobre as condutas investigadas e possibilitar a identificação de padrões argumentativos, eventuais mudanças de posicionamento e processos de consolidação jurisprudencial.

Todas as decisões que compõem o corpus são monocráticas. Essa delimitação decorreu da etapa exploratória do levantamento jurisprudencial, na qual se constatou a predominância desse gênero decisório nos casos relacionados a cyberstalking, sextorsão e revenge porn encontrados no STJ. A opção por trabalhar exclusivamente com decisões monocráticas busca garantir maior homogeneidade ao corpus, evitando a comparação entre gêneros decisórios distintos, como decisões monocráticas e acórdãos, que apresentam estruturas argumentativas e níveis de deliberação diferentes. A padronização permite, assim, uma análise mais consistente dos mecanismos hermenêuticos e das estratégias argumentativas mobilizadas pelos relatores.

Desse modo, o corpus final reúne 17 decisões, distribuídas entre as três modalidades de violência digital investigadas. No conjunto, predominam decisões de não provimento dos recursos ou de manutenção das decisões questionadas, havendo também decisão de concessão parcial em um dos casos de cyberstalking. A organização dos processos, relatores, datas e resultados das decisões constitui etapa fundamental para o tratamento

sistemático dos dados e para a posterior análise dos fundamentos jurídicos e argumentativos empregados pelo STJ.

Resultados e Discussões

A análise do corpus evidencia como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem enfrentado as formas de violência de gênero praticadas no ambiente digital, especialmente *cyberstalking*, *sextorsão* e *revenge porn*. A partir das 17 decisões monocráticas selecionadas, observa-se que o Tribunal, diante da ausência de tipos penais específicos para algumas dessas práticas, recorre à interpretação e à integração de normas já existentes, mobilizando diferentes mecanismos hermenêuticos e argumentos jurídicos. A análise também permite identificar avanços na proteção das vítimas, mas revela lacunas e limitações decorrentes tanto da rápida transformação tecnológica quanto das restrições processuais e da ausência, em parte das decisões, de uma perspectiva de gênero suficientemente aprofundada.

Decisões monocráticas de *cyberstalking*

No AREsp 2755943, o réu foi condenado por perseguição (art. 147-A, §1º, II, do Código Penal), violência psicológica contra a mulher (art. 147-B) e descumprimento de medida protetiva (art. 24-A da Lei Maria da Penha). Após o término do relacionamento, o acusado passou a perseguir a vítima por meio de mensagens reiteradas, perfis falsos e ameaças, inclusive com fotografias de arma de fogo, provocando intenso temor e levando-a a mudar de endereço. A decisão evidencia um avanço na perspectiva de gênero ao reconhecer a perseguição como forma de violência contra a mulher e aplicar a causa de aumento prevista no art. 147-A, §1º, II. Entretanto, o STJ não desenvolve uma interpretação específica sobre as particularidades do cyberstalking. Elementos como anonimato, utilização de perfis falsos, monitoramento contínuo, persistência das mensagens e possibilidade de replicação de conteúdos não são aprofundados. Assim, identifica-se uma lacuna interpretativa ou axiológica, nos termos da teoria das lacunas, pois o tipo penal é aplicado ao contexto digital sem que sejam exploradas suficientemente as características próprias dessa modalidade de violência.

No HC 1069213, o investigado foi acusado de perseguir, difamar e injuriar uma deputada distrital por meio de Instagram e TikTok, utilizando perfis para divulgar informações descontextualizadas, atribuir falsamente práticas ilícitas à parlamentar e promover ataques e ridicularizações públicas. Diferentemente do caso anterior, a decisão priorizou a liberdade de expressão e a ADPF 130, considerando que pessoas que ocupam cargos públicos estão submetidas a maior exposição e a críticas mais contundentes. O Tribunal entendeu que a suspensão de perfis e a proibição de novas publicações poderiam configurar censura prévia. Embora a vítima fosse mulher e ocupasse posição de poder, não houve aprofundamento acerca da possibilidade de os ataques constituírem violência política de gênero ou de seus efeitos sobre sua integridade psíquica. A decisão, portanto, evidencia uma possível insensibilidade de gênero, pois enquadra a situação predominantemente como conflito entre liberdade de expressão e proteção da honra, sem incorporar de maneira significativa as especificidades da violência dirigida contra uma mulher em espaço político.

Decisões monocráticas de *sextorsão*

As decisões relacionadas à *sextorsão* revelam um padrão relativamente uniforme: diante da inexistência de um tipo penal autônomo denominado "sextorsão", o STJ enquadra as condutas principalmente nos crimes de extorsão, organização criminosa, associação criminosa e, em determinados casos, outros delitos correlatos. A fundamentação costuma estar vinculada à gravidade concreta do modus operandi, à periculosidade dos agentes, ao risco de reiteração delitiva e à necessidade de garantia da ordem pública, especialmente para justificar a manutenção da prisão preventiva. Ao mesmo tempo, o Tribunal reconhece a relevância de elementos tecnológicos e financeiros, como dados telemáticos, endereços IP, conversas em aplicativos, relatórios de inteligência financeira e informações obtidas junto a plataformas digitais.

No RHC 230807, o STJ enquadrou a sextorsão nos crimes de extorsão qualificada e associação criminosa, destacando a utilização de conteúdos íntimos para constranger vítimas e a gravidade concreta do modus operandi. Dados telemáticos foram considerados relevantes para a manutenção da prisão preventiva. O avanço está no reconhecimento da complexidade da prática e na utilização de instrumentos tecnológicos como meios de investigação. Entretanto, a decisão também demonstra os limites impostos pelo procedimento do habeas corpus, cuja "via estreita" impede o aprofundamento do exame fático-probatório. Essa limitação pode dificultar a consideração das vulnerabilidades específicas das vítimas e produzir uma análise incompleta das dimensões de gênero envolvidas.

No RHC 212566, a sextorsão também foi relacionada aos crimes de extorsão qualificada e organização criminosa. A decisão valorizou o modus operandi clandestino e o uso de redes sociais e aplicativos de mensagens para ameaçar vítimas com a divulgação de conteúdos sexuais. O Tribunal reconheceu a importância da interceptação telemática para identificar estruturas criminosas virtuais e considerou legítima a adoção de medidas cautelares diante da complexidade da atuação coletiva. A decisão demonstra avanço na compreensão das especificidades tecnológicas da criminalidade organizada, mas permanece marcada pela existência de lacunas secundárias decorrentes da distância entre a legislação vigente e as novas formas de violência digital. A interpretação judicial torna-se, assim, instrumento de integração do sistema, mas envolve escolhas valorativas que podem reproduzir significados sem contemplar integralmente as sensibilidades de gênero.

No HC 1044575, o STJ analisou situação envolvendo descumprimento de medidas protetivas associado a práticas de revenge porn e sextorsão. O caso apresentava uma escalada de condutas, incluindo contatos insistentes, criação de perfis falsos, mensagens por meio de PIX e ameaças de exposição de conteúdo íntimo. O Tribunal considerou que a gravidade concreta e a persistência das agressões demonstravam risco de reiteração, justificando a prisão preventiva. A decisão representa avanço na proteção da mulher ao reconhecer que a violência praticada virtualmente pode produzir consequências concretas sobre sua integridade psicológica e justificar medidas cautelares rigorosas. Contudo, a cognição sumária do habeas corpus limita o exame aprofundado das provas digitais e das nuances da vulnerabilidade feminina.

No HC 1003572, a sextorsão foi enquadrada nos crimes de extorsão e organização criminosa. O modus operandi envolvia conversas enganosas em redes sociais e aplicativos de mensagens, utilizadas para constranger vítimas a realizar transferências

financeiras mediante ameaça de divulgação de conteúdo sexual. O STJ valorizou relatórios de inteligência financeira e o compartilhamento de provas entre órgãos especializados no combate aos crimes cibernéticos, utilizando esses elementos para demonstrar a existência de uma estrutura criminosa e justificar a prisão preventiva. A decisão demonstra avanço na compreensão da complexidade das redes de extorsão virtual. Entretanto, também revela uma limitação quanto à perspectiva de gênero. Em especial, a análise da prisão domiciliar de uma mulher mãe de criança menor privilegiou o óbice relacionado ao crime cometido com grave ameaça, deixando em segundo plano sua condição de cuidadora. Novamente, a restrição cognitiva do habeas corpus dificulta uma análise mais ampla das circunstâncias pessoais e das dimensões de gênero.

No HC 1028580, o STJ examinou sextorsão praticada mediante perfis de fofoca no Instagram, utilizados para ameaçar vítimas com a divulgação de prints de conversas íntimas e supostos relacionamentos extraconjugais. As vítimas eram constrangidas a realizar pagamentos por plataformas de financiamento coletivo. O Tribunal considerou relevantes os relatórios técnicos, o cruzamento de dados telemáticos e o rastreamento de endereços IP, reconhecendo a sofisticação da organização criminosa virtual e o risco de reiteração. A decisão representa avanço ao reconhecer a ameaça de exposição íntima e a difamação digital como formas graves de coação. Todavia, a perspectiva de gênero permanece limitada, uma vez que a fundamentação se concentra principalmente na periculosidade dos agentes e na ordem pública. A ausência de uma abordagem mais aprofundada sobre a vulnerabilidade das vítimas demonstra a persistência de lacunas interpretativas.

O RHC 217907 envolve uma rede criminosa composta por 26 integrantes, com divisão de tarefas e prejuízo financeiro superior a dois milhões de reais. O STJ enquadrou as condutas nos crimes de extorsão qualificada, lavagem de capitais e organização criminosa, destacando a gravidade concreta e a necessidade de interromper as atividades do grupo. A decisão evidencia avanço na percepção da complexidade das redes de sextorsão e na utilização de mecanismos de investigação financeira e tecnológica. Entretanto, o elevado prejuízo econômico e a estrutura organizada receberam maior destaque do que a dimensão de violência de gênero. A vítima aparece predominantemente como destinatária de uma prática criminosa economicamente estruturada, enquanto os impactos específicos da exposição, coerção e vulnerabilidade no ambiente digital não são aprofundados.

O HC 992768 também trata da exigência de valores para impedir a divulgação de imagens e vídeos íntimos, inclusive envolvendo a mãe da vítima. O STJ considerou presentes a gravidade concreta, a periculosidade e o risco de reiteração, mantendo a prisão preventiva. O Tribunal reconheceu a elevada reprovabilidade da extorsão sexual e considerou insuficientes as condições pessoais favoráveis do acusado para afastar a custódia. Entretanto, a decisão evidencia novamente a tensão entre a necessidade de proteção da vítima e a aplicação das regras processuais. A discussão sobre prisão domiciliar foi limitada pela ausência de demonstração da imprescindibilidade do acusado aos cuidados de sua filha, e a análise permaneceu condicionada às limitações do habeas corpus.

Por fim, no HC 999116, a prática envolvia aliciamento de vítimas por TikTok e WhatsApp, seguido de coação para o envio de imagens íntimas e posterior ameaça de divulgação com finalidade de obtenção de vantagem econômica. O STJ utilizou enquadramento múltiplo, envolvendo extorsão, estupro de vulnerável e delitos do

Estatuto da Criança e do Adolescente relacionados à pornografia infantil. A decisão valorizou a periculosidade do agente, o risco de reiteração e a utilização de dispositivos eletrônicos e armazenamento em nuvem como elementos relevantes para a investigação. Há avanço na percepção de que o ambiente digital potencializa a prática criminosa e facilita a continuidade da violência. Contudo, a perspectiva de gênero permanece secundária em relação à lógica de contenção da criminalidade e garantia da ordem pública.

De maneira geral, as decisões sobre sextorsão revelam um padrão hermenêutico baseado na utilização de tipos penais já existentes para responder a uma prática que não possui tipificação autônoma. O STJ realiza, portanto, uma espécie de integração do sistema jurídico diante de uma realidade tecnológica que não estava integralmente contemplada pelo legislador. A existência de lacunas secundárias decorre do descompasso entre a velocidade de transformação das práticas digitais e a estabilidade da legislação penal. Embora a jurisprudência consiga oferecer respostas concretas, a análise demonstra que essas respostas dependem da valoração dos julgadores e podem apresentar diferentes níveis de sensibilidade às questões de gênero. Além disso, a predominância de habeas corpus e recursos de natureza semelhante restringe a análise das provas e pode dificultar uma compreensão mais ampla da violência experimentada pelas vítimas.

Decisões monocráticas de *revenge porn*

As decisões relativas à *revenge porn* apresentam maior desenvolvimento de mecanismos hermenêuticos específicos, especialmente porque o art. 218-C do Código Penal passou a prever expressamente a divulgação não autorizada de cenas de sexo, nudez ou pornografia. Ainda assim, a jurisprudência demonstra que a aplicação do dispositivo exige interpretação quanto à extensão do dano, ao alcance da divulgação, à relação entre a conduta e a violência de gênero e à valoração das provas digitais.

No AREsp 2847401, o STJ analisou a divulgação de imagens íntimas em grupo de WhatsApp com aproximadamente 200 integrantes. A fundamentação utilizou a individualização da pena e a análise do modus operandi, considerando que a amplitude da divulgação ultrapassava a gravidade ordinária do tipo penal e justificava a valoração negativa das circunstâncias do crime. O Tribunal reconheceu que a utilização de meios digitais pode ampliar significativamente os efeitos da violação da intimidade. Trata-se de avanço interpretativo, pois a tecnologia é considerada elemento capaz de potencializar a lesividade da conduta. Contudo, a perspectiva de gênero aparece de maneira limitada, principalmente associada à ideia de vingança após o término do relacionamento. A decisão não aprofunda a dimensão patriarcal da exposição da intimidade feminina nem a utilização da tecnologia como instrumento de controle sobre a ex-parceira.

No REsp 2208196, o STJ aplicou o art. 218-C do Código Penal em conjunto com as diretrizes da Lei Maria da Penha. A decisão reconheceu a natureza pluriofensiva da conduta, entendendo que a divulgação não consentida de imagens íntimas pode atingir simultaneamente a intimidade sexual, a honra e a dignidade da vítima. O Tribunal também reconheceu a possibilidade de dano in re ipsa para a fixação de indenização mínima, dispensando prova específica da extensão do sofrimento moral em razão das características da violência doméstica contra a mulher. A perspectiva de gênero mostra-se mais evidente nesse caso, especialmente ao considerar a dinâmica de poder presente nas relações domésticas e ao interpretar com cautela eventual silêncio da vítima em juízo.

O avanço, portanto, está na superação de uma visão estritamente formal da prova e na consideração das particularidades da violência contra a mulher. Como lacuna, permanece a ausência de exame aprofundado sobre a cadeia de custódia de prints e demais provas digitais.

No HC 995384, envolvendo vítima menor de idade, o STJ utilizou o princípio da especialidade para aplicar o art. 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente em lugar do art. 218-C do Código Penal. A decisão reconheceu que a norma especial possui finalidade protetiva específica em relação a crianças e adolescentes. Também foi analisada a questão da transnacionalidade, considerando-se que o uso de redes sociais estrangeiras, como o Instagram, poderia justificar a competência federal em determinadas circunstâncias. O julgamento representa avanço na proteção da dignidade sexual de adolescentes e na compreensão de que a circulação de conteúdo íntimo em plataformas digitais possui potencial de alcance global. Entretanto, identificou-se possível lacuna quanto à proporcionalidade das penas restritivas de direitos e à consideração das condições socioeconômicas do condenado.

No AREsp 2822846, o STJ aplicou o art. 218-C do Código Penal em conjunto com a Lei Maria da Penha e utilizou a Súmula 7/STJ para preservar a valoração das provas realizada pelas instâncias inferiores. A decisão atribuiu especial relevância à palavra da vítima em contexto de violência doméstica, desde que acompanhada por outros elementos, como registros de conversas. Também considerou que o acesso da vítima ao celular do agressor, para interromper a divulgação do conteúdo íntimo, poderia ser compreendido como reação necessária à prática da revenge porn. A decisão apresenta avanço ao reconhecer o contexto de abuso de confiança e a dimensão de violência de gênero associada à exposição da intimidade. Entretanto, questões relacionadas à privacidade digital e à cadeia de custódia das provas não foram aprofundadas em razão de limitações processuais.

No HC 1016170, novamente envolvendo a divulgação de imagens íntimas em grupo de WhatsApp com aproximadamente 200 integrantes, o STJ utilizou a individualização da pena e a proporcionalidade para considerar o alcance da divulgação como circunstância capaz de aumentar a reprovabilidade da conduta. O Tribunal entendeu que, embora a utilização de meios telemáticos já esteja presente no próprio tipo penal, a amplitude concreta da divulgação pode justificar maior rigor na dosimetria. A aplicação da Súmula 588 do STJ também contribuiu para impedir a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos no contexto de violência doméstica. A decisão representa avanço ao reconhecer a potencialização do dano pela tecnologia, mas a perspectiva de gênero aparece de modo mais implícito. Como limitação, o Tribunal não examinou de forma aprofundada a questão do sursis, em razão de óbice processual.

No HC 1044575, que também envolve práticas de sextorsão e revenge porn, o STJ fundamentou a prisão preventiva no descumprimento reiterado de medidas protetivas de urgência e no periculum libertatis. A decisão identificou uma escalada de gravidade, iniciada por contatos insistentes, utilização de PIX e perfis falsos e posteriormente agravada por ameaças de divulgação de conteúdo íntimo e extorsão sexual. O Tribunal concluiu que medidas cautelares menos gravosas seriam insuficientes diante da persistência do agressor em utilizar meios indiretos para manter o contato e o controle sobre a vítima. O julgamento demonstra avanço significativo na compreensão de que a violência digital integra o contexto da violência doméstica e familiar e pode justificar

medidas protetivas e cautelares rigorosas. A perspectiva de gênero aparece no reconhecimento da vulnerabilidade e do abalo psicológico da vítima. Todavia, permanece a dificuldade de analisar profundamente a autenticidade, a cadeia de custódia e a volatilidade das provas digitais em sede de cognição sumária.

Conclusão

A pesquisa analisou como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) interpreta e fundamenta decisões sobre violência de gênero no ambiente digital, com foco em cyberstalking, sextorsão e revenge porn, a partir de 17 decisões monocráticas proferidas entre 2025 e fevereiro de 2026.

Os resultados demonstram que as tecnologias digitais potencializam formas tradicionais de violência contra as mulheres, ampliando práticas de perseguição, controle, coerção e exposição da intimidade. Diante da velocidade das transformações tecnológicas, o STJ desempenha papel relevante na adaptação do Direito às novas formas de criminalidade.

Verificou-se que o Tribunal utiliza principalmente a interpretação sistemática, a integração normativa, a análise das circunstâncias concretas e princípios constitucionais para enquadrar condutas que nem sempre possuem tipificação específica. No cyberstalking, embora a Lei nº 14.132/2021 represente avanço, ainda são pouco exploradas as especificidades da perseguição digital, como anonimato, vigilância contínua e uso de perfis falsos. Na sextorsão, a ausência de tipo penal autônomo exige o enquadramento principalmente no crime de extorsão, evidenciando lacuna legislativa. Na revenge porn, observa-se maior consolidação jurisprudencial, especialmente pela aplicação do art. 218-C do Código Penal e pelo reconhecimento da gravidade da divulgação não consentida de conteúdo íntimo.

A análise também revelou avanços na proteção das vítimas, sobretudo no reconhecimento da gravidade das condutas e dos impactos da tecnologia sobre a intimidade e a dignidade feminina. Entretanto, persistem lacunas e omissões, especialmente quanto à incorporação sistemática da perspectiva de gênero. Em parte dos julgados, predomina uma abordagem técnico-dogmática, com pouca atenção às relações de poder, controle e vulnerabilidade que caracterizam essas violências.

Além disso, as limitações processuais do habeas corpus, especialmente sua “via estreita”, restringem o exame aprofundado das provas digitais e das circunstâncias concretas da violência.

Conclui-se que a atividade hermenêutica do STJ é fundamental para responder às novas formas de criminalidade digital diante das lacunas decorrentes do descompasso entre tecnologia e legislação. Contudo, a interpretação judicial deve ser acompanhada de atualização legislativa e de uma perspectiva de gênero mais consistente, capaz de assegurar efetiva proteção aos direitos fundamentais das mulheres na sociedade em rede.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 2. ed. rev. Bauru: Edipro, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 04 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo, entre outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em: 04 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição (stalking), e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14132.htm. Acesso em:04 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 2755943** - DF. Relator: Ministro Otávio de Almeida Toledo (Desembargador Convocado do TJSP). Data de Publicação: 24 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 1069213** - DF. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Data de Publicação: 04 fev. 2026

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Habeas Corpus nº 230807** - RS. Relator: Ministro Antonio Saldanha Palheiro. Data de Publicação: 05 fev. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Habeas Corpus nº 212566** - MT. Relatora: Ministra Maria Marluce Caldas. Data de Publicação: 19 dez. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 1044575** - MS. Relator: Ministro Ribeiro Dantas. Data de Publicação: 22 out. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 1003572** - MT (Pedido de Reconsideração). Relator: Ministro Otávio de Almeida Toledo (Desembargador Convocado do TJSP). Data de Publicação: 30 maio 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 1028580** - SP. Relator: Ministro Og Fernandes. Data de Publicação: 03 set. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Habeas Corpus nº 217907** - MT. Relator: Ministro Otávio de Almeida Toledo (Desembargador Convocado do TJSP). Data de Publicação: 14 ago. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 992768** - PR. Relator: Ministro Otávio de Almeida Toledo (Desembargador Convocado do TJSP). Data de Publicação: 14 maio 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 999116** - PE. Relator: Ministro Antonio Saldanha Palheiro. Data de Publicação: 06 maio 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 2847401** - SP. Relator: Ministro Joel Ilan Paciornik. Data de Publicação: 16 maio 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 2208196 -** MS. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Data de Publicação: 08 maio 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 995384** - PR. Relator: Ministro Carlos Cini Marchionatti (Desembargador Convocado do TJRS). Data de Publicação: 15 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 2822846** - SP. Relator: Ministro Joel Ilan Paciornik. Data de Publicação: 18 jun. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 1016170 -** SP. Relator: Ministro Joel Ilan Paciornik. Data de Publicação: 29 ago. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 1044575 -** MS. Relator: Ministro Ribeiro Dantas. Data de Publicação: 22 out. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 5. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1993.

FREITAS FILHO, Roberto; LIMA, Thalita Moraes. **Metodologia de Análise de Decisões (MAD)**. Universitas Jus, Brasília, n. 21, p. 1-17, jul./dez. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência de gênero online.** Dossiê Violência Sexual. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/violencia-de-genero-online/. Acesso em: 04 jul. 2026.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Tradução de José Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).** Belém, 9 jun. 1994.

ROSSINI, Adriana; ALFAYA, Natália Maria Ventura da Silva. **Muito além das telas: uma análise sobre o cyberbullying e a violência digital no Brasil**. Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo, v. 10, n. 1, p. 98-114, jan./jul. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SYDOW, Spencer Toth; CASTRO, Ana Lara Camargo de. Sextorsão. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 959, p. 167-182, set. 2015. Disponível em: . Acesso em: 12 ago. 2026.

SOUZA, Luiz Sergio Fernandes de. **As lacunas no direito**. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (coords.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo 1: Teoria geral e filosofia do direito. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

VALENTE, Mariana. **Misoginia na internet**: uma década de disputas por direitos. São Paulo: Fósforo, 2023.

CÓDIGO: HS0046

AUTOR: GISELE CAMPOS BARBOSA MILITAO

COAUTOR: GABRIELE KELLY RODRIGUES DE LIMA

ORIENTADOR: GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO TANUS

TÍTULO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BRAPCI SOBRE INOVAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Resumo

Tem como objetivo averiguar de que forma as produções científicas publicadas na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) abordam a inovação e seus tipos em bibliotecas universitárias (BUs). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, com abordagem qualitativa, na qual foram analisados 23 artigos selecionados intencionalmente a partir de um levantamento inicial de 70 publicações indexadas na Brapci, utilizando os descritores "Biblioteca universitária" e "Inovação" como o operador booleano "AND". Os artigos foram classificados com base nos referenciais do Manual de Oslo (2004) e dos 4Ps da inovação de Tidd e Bessant (2015), contemplando as dimensões de inovação de produto, processo, organizacional, marketing, posição e paradigma. Os resultados indicam que as inovações descritas raramente se restringem a uma única categoria, predominando as inovações de processo e produto, seguidas pelas organizacionais, de posição e de paradigma. A inovação de marketing revelou-se menos frequente, sugerindo uma atenção limitada às estratégias comunicacionais. Conclui-se que a inovação em bibliotecas universitárias configura-se como um fenômeno multidimensional que se consolida como um processo de transformação cultural, organizacional, tecnológica e estratégica.

Palavras-chave: inovação; biblioteca universitária; Brapci.

TITLE: SCIENTIFIC PRODUCTION ON BRAPCI ABOUT INNOVATION IN UNIVERSITY LIBRARIES: A BIBLIOGRAPHIC ANALYSIS

Abstract

This study aims to investigate how scientific productions indexed in the Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) address innovation and its types within university

libraries (ULs). The research adopts an exploratory, qualitative approach and analyzes 23 articles intentionally selected from an initial set of 70 publications retrieved from Brapci using the descriptors "University library" and "Innovation" combined with the Boolean operator "AND". The selected articles were classified according to the Oslo Manual (2004) and Tidd and Bessant's (2015) 4Ps of innovation framework, covering the dimensions of product, process, organizational, marketing, position, and paradigm innovation. Findings reveal that the innovations described are rarely confined to a single category; process and product innovations are the most prevalent, followed by organizational, position, and paradigm innovations. Marketing innovation appeared less frequently, indicating limited attention to communication strategies. The study concludes that innovation in university libraries is a multidimensional phenomenon that establishes itself as a process encompassing cultural, organizational, technological, and strategic transformation.

Keywords: inovation; university library; Brapci.

Introdução

As bibliotecas são espaços que favorecem o acesso democrático da informação à comunidade com a contribuição e trabalho de um profissional bibliotecário, o qual por consequência deve estar atento às novas tendências e recorrentemente se atualizando com demandas de informações para, posteriormente, utilizá-las nos ambientes informacionais. Sendo assim, o conceito da inovação torna-se vital no âmbito das Bibliotecas Universitárias (BUs), carecendo de maior estudo sistemático sobre o tema.

Para discutir e resolver essa questão, faz-se necessário mapear e analisar de que forma os produtores científicos têm abordado a inovação nas bibliotecas universitárias em seus trabalhos, pois é notável o volume expressivo de publicações de artigos acadêmicos nessa linha de pesquisa indexados na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) - um repositório digital de acesso aberto -, o que viabiliza uma coleta de dados, desde a indexação do primeiro periódico, em 1972.

No entanto, a existência de um grande número de publicações não significa que o tema esteja suficientemente representado ou que suas principais vertentes estejam bem delineadas. Muitos estudos sobre inovação nas BUs englobam apenas aspectos tecnológicos, contrastando com outras dimensões igualmente relevantes, tais como inovação em serviços, mudanças na cultura organizacional do espaço e novas formas do profissional bibliotecário relacionar-se com os usuários, entre outras.

Para subsidiar essa análise, adotam-se dois referenciais teóricos: o Manual de Oslo (OCDE/FINEP, 2004), que oferece uma tipologia clássica para a classificação da inovação em produtos, processos, marketing e organizacional; e os 4Ps da inovação propostos por Tidd e Bessant (2015), que ampliam essa compreensão ao introduzir a inovação de posição e paradigma, permitindo captar mudanças técnicas, operacionais, reposicionamentos estratégicos e as transformações nos modelos mentais nas BUs.

Dito isso, ao analisar os dados do Brapci sobre artigos que tratam de inovação em bibliotecas universitárias, será possível identificar padrões notáveis como, por exemplo: quais artigos podem ser classificados com o foco em inovação de produto, processo,

marketing e organizacional de acordo com o Manual de Oslo (OCDE/FINEP, 2004)? E quais artigos podem ser classificados com o foco em inovação de produto, processo, posição e paradigma (seguindo as definições dos 4Ps da inovação) propostos por Tidd e Bessant (2015)? A predominância desses trabalhos é voltada para aspectos tecnológicos, ou as pesquisas também abordam a transformação organizacional nos serviços das BUs e a cultura de inovação?

Ao final, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a sistematização do conhecimento sobre inovação nas BUs, oferecendo uma perspectiva atualizada das tendências que apontem possíveis lacunas, as quais contribuam para futuras investigações. Busca-se reforçar a vitalidade do conceito de inovação, que é imprescindível para o âmbito das bibliotecas universitárias no cenário contemporâneo marcado por transformações no ensino, na pesquisa e na extensão.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, por meio de abordagem qualitativa. A pesquisa teve início com um levantamento bibliográfico, no qual foram realizadas a leitura, a análise e a interpretação de abordagens temáticas sobre os descritores "Biblioteca universitária" e "Inovação". Utilizou-se o operador booleano "AND" como estratégia de busca para localizar artigos indexados na Brapci, sem restrição temporal.

Foi selecionado e analisado, inicialmente, um total de 70 artigos, todavia somente 23 foram escolhidos, pois os demais trabalhos, embora abordassem a temática da inovação nas BUs, apresentavam limitações que inviabilizaram sua inclusão na amostra final. Entre esses critérios de exclusão, destacam-se: abordagens estritamente teóricas ou conceituais, sem descrição de implementação prática de inovação; estudos diagnósticos que se limitavam a identificar necessidades ou expectativas dos usuários, sem apresentar iniciativas de inovação concretas; artigos com escopo tangencial ao objeto desta pesquisa, nos quais a inovação não figurava como elemento central da discussão; e publicações com descrições insuficientes para a classificação precisa dos tipos de inovação abordados, impossibilitando sua categorização segundo os referenciais teóricos adotados. Dessa forma, a seleção dos 23 artigos priorizou aqueles que descrevem, de maneira detalhada, iniciativas inovadoras concretas implementadas no contexto de bibliotecas universitárias.

Para classificar os tipos de inovação presentes nas ideias dos artigos selecionados, adotaram-se como referência os tipos de inovação definidos pelo Manual de Oslo (2004) e os propostos por Tidd e Bessant (2015). A partir desse referencial, buscou-se identificar quais modalidades de inovação são mais frequentes e quais figuram como menos recorrentes no contexto das bibliotecas universitárias.

Resultados e Discussões

As Bibliotecas Universitárias (BUs) são tradicionalmente reconhecidas como pilares de apoio ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Sobre sua importância, as bibliotecas universitárias "[...] se constituem como parte essencial no processo de ensino e aprendizagem e, portanto, são espaços regulados pelo Ministério de Educação (MEC), seguindo os indicadores e critérios de avaliação do espaço físico, acervo e serviços" (Silva, 2019, p. 13). Em relação a seu papel social, "[...] tem a informação como papel social essencial, assim como o conhecimento e a comunicação, elementos determinantes no processo de disseminação e uso da informação, que influenciam e atuam no ciclo informacional" (Reis, 2008, p. 19).

Expandido-se de suas definições, as BUs enfrentam na contemporaneidade a tarefa de exercer múltiplas funções. Cunha (2010) sinaliza que, apesar das transformações ao longo das décadas, o propósito principal da biblioteca universitária permanece sendo o de proporcionar acesso à informação e estimular o conhecimento, permitindo que estudantes e pesquisadores realizem suas atividades. No entanto, a forma de cumprir esse objetivo vive em constante mutação.

Essa mutação ocorre devido ao fato de que a biblioteca universitária moderna adere a interação e comunicação com o público. Como aborda Silva (2019), esse novo paradigma tem como centro o usuário e sua experiência, exigindo que a BU seja um espaço ativo, onde a infraestrutura, as fontes de informação e os serviços são pensados a partir das necessidades de uma comunidade cada vez mais dinâmica, imersa na cultura digital e exigente por outras experiências que não estão disponíveis somente no acervo.

Nesse contexto de transformações nas bibliotecas universitárias, sejam elas sociais, estruturais ou tecnológicas, surge a ideia de implantar adaptações e contribuir para o seu crescimento. Ranganathan (2009) realizou uma metáfora biológica para afirmar que "a biblioteca é um organismo em crescimento", causando uma reflexão que aborda a urgência da utilização da inovação de todos os tipos de bibliotecas, inclusive nas BUs. Uma vez que "as bibliotecas universitárias frequentemente são procuradas por indivíduos que buscam informações para estimular e aumentar o seu conhecimento, a fim de suprir suas necessidades acadêmicas" (Neves, 2018, p. 61), compreender que a BU está sempre em constante evolução é o primeiro passo para perceber que inovar em seus espaços não é mais algo opcional, é uma forma de atender necessidades informacionais dos usuários e antecipar soluções de possíveis problemas, mantendo-se relevante na jornada acadêmica da comunidade e público em geral.

Esse conceito, contudo, não se restringe somente à mera modernização do espaço físico. A inovação em bibliotecas universitárias é um processo que nasce da capacidade de perceber oportunidades, elaborar estratégias e a aptidão de aprender e implementar novas ideias. Ela se expressa tanto na criação de novos serviços quanto no redesenho de práticas profissionais, com o compromisso de agregar valor na comunidade.

Se a biblioteca universitária passa por progressões ao longo do tempo, todas essas melhorias se dão através da prática de inovação, esta a qual suas alterações e seus tipos não são simples de serem aplicadas nas BUs, especialmente quando se consideram as especificidades do ambiente acadêmico e as limitações estruturais dessas instituições.

Tampouco é fácil de ser analisada, tendo visto a grande quantidade de trabalhos publicados nessa linha de pesquisa, cada qual com seus diferentes objetivos.

O Manual de Oslo (OCDE/FINEP, 2004) explica que essa prática de inovação em serviços tende a ser predominantemente intangível, o que torna sua proteção mais difícil. Além disso, os serviços costumam ser adaptados às necessidades específicas de cada cliente, e há uma forte integração entre o desenvolvimento de novos serviços e os processos que os viabilizem. Nesse contexto, os clientes seriam a comunidade que frequenta as BUs e os serviços seriam o que vem após as etapas de implementar uma novidade, ou seja, o que eles precisam para manter-se explorando o ambiente da biblioteca.

Ademais, Tidd e Bessant (2015, p. 242) destacam que, no setor de serviços, os próprios usuários frequentemente atuam como fontes de inovação, ao identificar lacunas e sugerir soluções criativas. Essa afirmação é especialmente relevante para as bibliotecas universitárias, que lidam com comunidades heterogêneas de usuários cada qual com demandas específicas. Estudar frequentemente esses usuários, isto é, a comunidade que comparece no entorno das BUs específicas, também pode ser uma forma de buscar inovar nesses espaços.

Para além dos aspectos técnicos e processuais, a inovação nas bibliotecas universitárias carrega uma forte dimensão social, uma vez que envolve pessoas (bibliotecários, técnicos administrativos, docentes, pesquisadores, estudantes, entre outros) as quais se classificam como utilizadoras deste espaço. Cada ideia inovadora e sua aplicação gera impactos distintos sobre as práticas cotidianas desses indivíduos, suas relações de trabalho e seus valores compartilhados no interior da unidade de informação. A adoção de novas tecnologias ou serviços é mediada por crenças, resistências, criatividade e negociações coletivas, assim, podendo gerar mudanças sociais entre os agentes envolvidos.

Conclusão

A análise dos 23 artigos selecionados na Brapci permitiu compreender como a produção científica tem abordado a inovação nas BUs, evidenciando que o tema possui potencial como campo fértil de investigação na Biblioteconomia e na Ciência da Informação.

Observou-se que as inovações descritas nos artigos raramente se restringem a uma única categoria. A inovação de processo e de produto predominam entre as iniciativas relatadas. A inovação organizacional, a inovação de posição e a inovação de paradigma, embora tenham sido menos evidente nos títulos e resumos, revelou-se presente na maioria dos artigos que descrevem implementações concretas, indicando que as transformações nas BUs envolveram mudanças técnicas ou processuais, assim, podendo gerar uma ressignificação do papel social e institucional da biblioteca universitária.

A inovação de marketing, por sua vez, foi a categoria menos recorrente entre os artigos analisados, aparecendo em um número reduzido de trabalhos, predominantemente

aqueles que tratam do uso de redes sociais, produção de conteúdo audiovisual e estratégias de engajamento digital. Essa baixa frequência sugere que as bibliotecas universitárias ainda dedicam certa atenção limitada às estratégias de comunicação e fortalecimento de sua imagem institucional, concentrando seus esforços inovadores prioritariamente em melhorias internas, processos e ampliação de serviços.

Contrariando a expectativa inicial de que as produções científicas iriam abranger mais aspectos tecnológicos, os resultados indicam um equilíbrio entre inovações tecnológicas e aquelas voltadas para mudanças organizacionais, culturais e comportamentais. Iniciativas como a adoção do Design Thinking, a implementação de espaços colaborativos, a atuação em mídias sociais e o reposicionamento da biblioteca como centro de inovação e empreendedorismo demonstram que as BUs vêm ampliando seu escopo de atuação, portanto, assumindo novos papéis acadêmicos.

Diante do exposto, conclui-se que a inovação em bibliotecas universitárias, conforme retratada na produção científica indexada na Brapci, configura-se como um fenômeno multidimensional e se consolida como um processo de transformação cultural, organizacional, tecnológica e estratégica. A diversidade de abordagens identificadas demonstra a maturidade do campo, ao passo que a carência de estudos voltados à inovação de marketing sinaliza uma oportunidade para pesquisas futuras, especialmente aquelas que investiguem estratégias comunicacionais capazes de ampliar a visibilidade, atrair novos usuários e consolidar a relevância das BUs no ecossistema acadêmico contemporâneo.

Referências

CUNHA, M. B. A biblioteca universitária na encruzilhada. DataGramaZero, v. 11, n. 6, 2010. Disponível em: http://brapci.inf.br/v/7266.

MANUAL de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 2. ed. Brasília: FINEP / OCDE, 2004. Disponível em: https://legacy.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

NEVES, J. J. Furtado. A inovação nas bibliotecas universitárias brasileiras: identificando o potencial inovador. 2018. 267f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190885/PCIN0180-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

RANGANATHAN, S. R. As cinco leis da Biblioteconomia. Tradução de Tarcísio Zandona de. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

Reis, M. B. Biblioteca universitária e a disseminação da informação. 2008. 260f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7932.

SILVA, Katia Rejane da. Diagnóstico situacional: inovação e inclusão para uma biblioteca universitária ativa. 2019. 79f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/6d4da221-c898-4d52-b6a7-d1db317533dc/content.

TIDD, Joe; BESSANT, John. Gestão da inovação. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Anexos



Figura 1 - Mapa conceitual: Tipos de Inovação (Manual de Oslo, 2004)

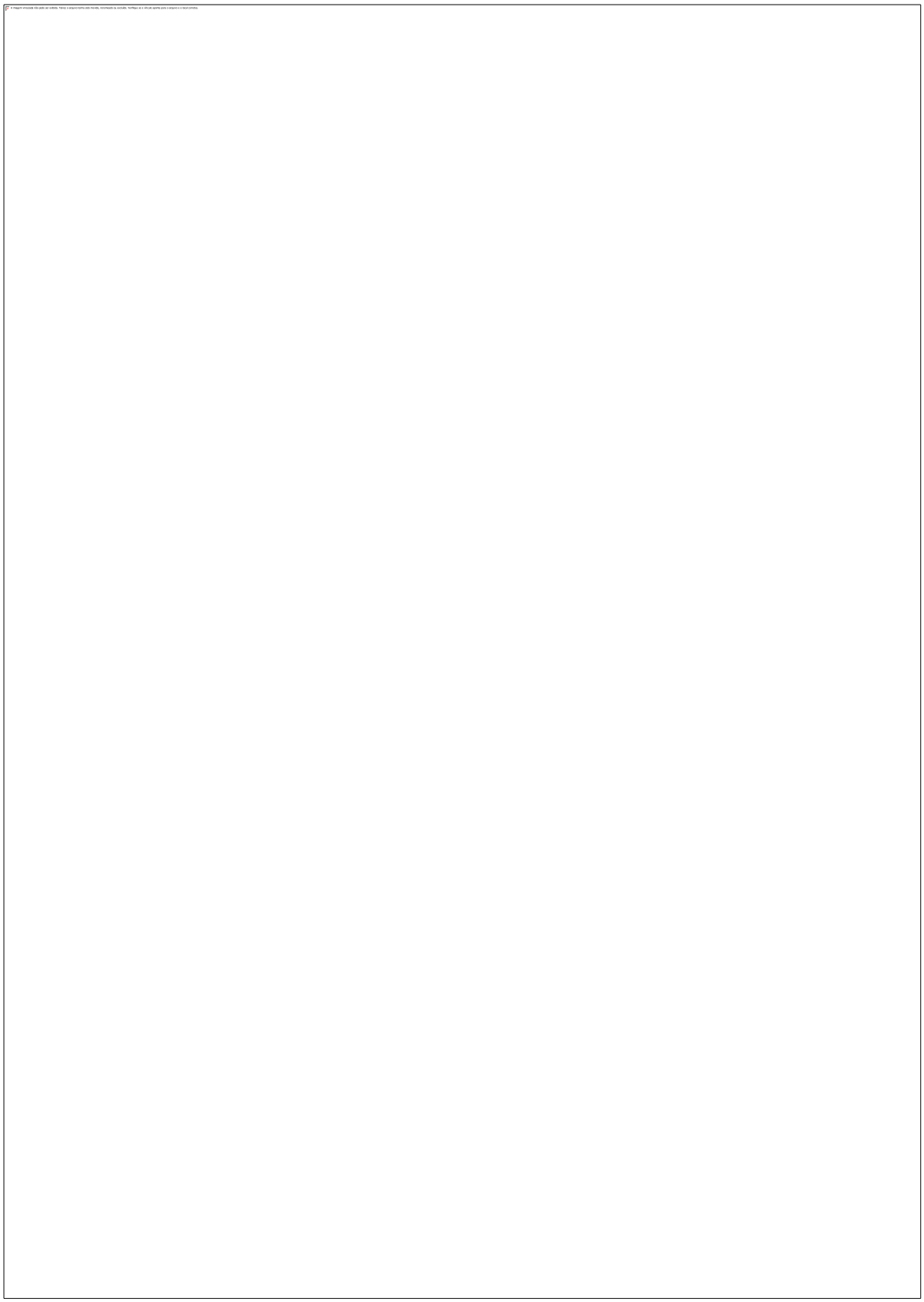


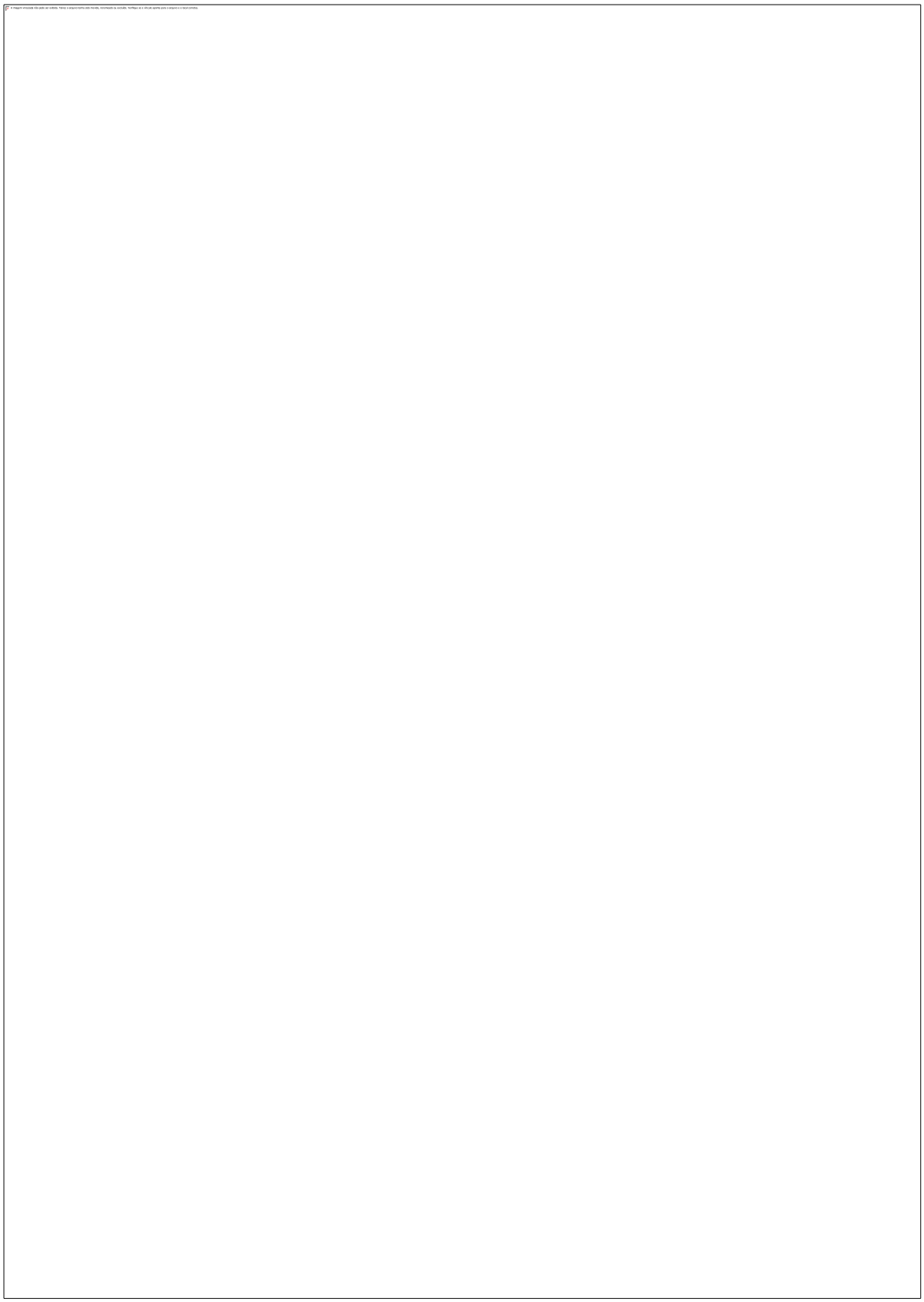
Figura 2 - Mapa conceitual: Os 4Ps da inovação (Tidd; Bessant, 2015)



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci pág. 1



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci pág. 2



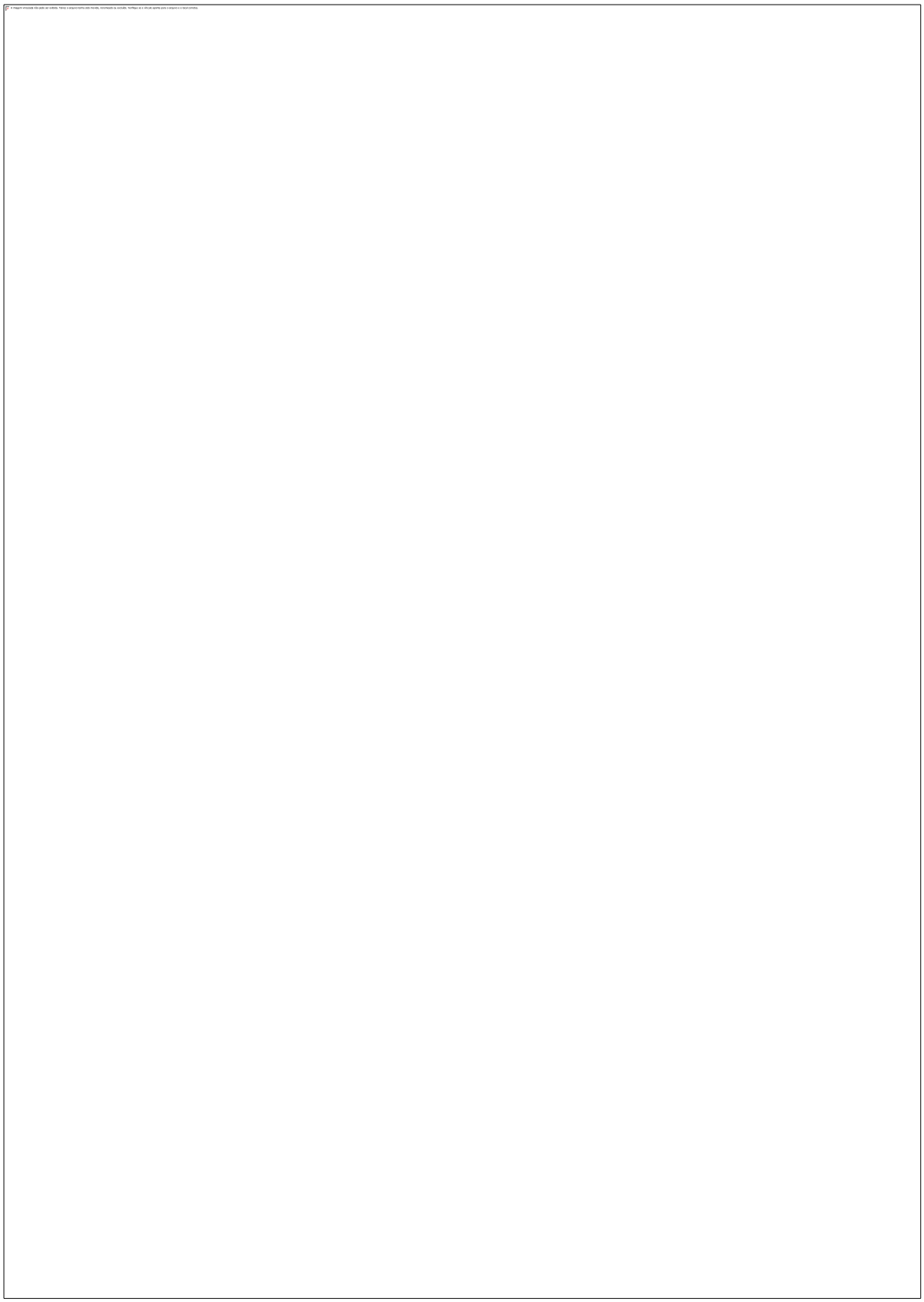
Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci pag. 3



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 4



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci pag. 5



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 6



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci pag. 7

CÓDIGO: HS0047

AUTOR: GABRIELE KELLY RODRIGUES DE LIMA

ORIENTADOR: GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO TANUS

TÍTULO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BRAPCI SOBRE INOVAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Resumo

Tem como objetivo averiguar de que forma as produções científicas publicadas na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) abordam a inovação e seus tipos em bibliotecas universitárias (BUs). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, com abordagem qualitativa, na qual foram analisados 23 artigos selecionados intencionalmente a partir de um levantamento inicial de 70 publicações indexadas na Brapci, utilizando os descritores "Biblioteca universitária" e "Inovação" como o operador booleano "AND". Os artigos foram classificados com base nos referenciais do Manual de Oslo (2004) e dos 4Ps da inovação de Tidd e Bessant (2015), contemplando as dimensões de inovação de produto, processo, organizacional, marketing, posição e paradigma. Os resultados indicam que as inovações descritas raramente se restringem a uma única categoria, predominando as inovações de processo e produto, seguidas pelas organizacionais, de posição e de paradigma. A inovação de marketing revelou-se menos frequente, sugerindo uma atenção limitada às estratégias comunicacionais. Conclui-se que a inovação em bibliotecas universitárias configura-se como um fenômeno multidimensional que se consolida como um processo de transformação cultural, organizacional, tecnológica e estratégica.

Palavras-chave: inovação; biblioteca universitária; Brapci.

TITLE: SCIENTIFIC PRODUCTION ON BRAPCI ABOUT INNOVATION IN UNIVERSITY LIBRARIES: A BIBLIOGRAPHIC ANALYSIS

Abstract

This study aims to investigate how scientific productions indexed in the Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) address innovation and its types within university libraries (ULs). The research adopts an exploratory, qualitative approach and analyzes 23 articles intentionally selected from an initial set of 70 publications retrieved from

Brapci using the descriptors "University library" and "Innovation" combined with the Boolean operator "AND". The selected articles were classified according to the Oslo Manual (2004) and Tidd and Bessant's (2015) 4Ps of innovation framework, covering the dimensions of product, process, organizational, marketing, position, and paradigm innovation. Findings reveal that the innovations described are rarely confined to a single category; process and product innovations are the most prevalent, followed by organizational, position, and paradigm innovations. Marketing innovation appeared less frequently, indicating limited attention to communication strategies. The study concludes that innovation in university libraries is a multidimensional phenomenon that establishes itself as a process encompassing cultural, organizational, technological, and strategic transformation.

Keywords: inovation; university library; Brapci.

Introdução

As bibliotecas são espaços que favorecem o acesso democrático da informação à comunidade com a contribuição e trabalho de um profissional bibliotecário, o qual por consequência deve estar atento às novas tendências e recorrentemente se atualizando com demandas de informações para, posteriormente, utilizá-las nos ambientes informacionais. Sendo assim, o conceito da inovação torna-se vital no âmbito das Bibliotecas Universitárias (BUs), carecendo de maior estudo sistemático sobre o tema.

Para discutir e resolver essa questão, faz-se necessário mapear e analisar de que forma os produtores científicos têm abordado a inovação nas bibliotecas universitárias em seus trabalhos, pois é notável o volume expressivo de publicações de artigos acadêmicos nessa linha de pesquisa indexados na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) - um repositório digital de acesso aberto -, o que viabiliza uma coleta de dados, desde a indexação do primeiro periódico, em 1972.

No entanto, a existência de um grande número de publicações não significa que o tema esteja suficientemente representado ou que suas principais vertentes estejam bem delineadas. Muitos estudos sobre inovação nas BUs englobam apenas aspectos tecnológicos, contrastando com outras dimensões igualmente relevantes, tais como inovação em serviços, mudanças na cultura organizacional do espaço e novas formas do profissional bibliotecário relacionar-se com os usuários, entre outras.

Para subsidiar essa análise, adotam-se dois referenciais teóricos: o Manual de Oslo (OCDE/FINEP, 2004), que oferece uma tipologia clássica para a classificação da inovação em produtos, processos, marketing e organizacional; e os 4Ps da inovação propostos por Tidd e Bessant (2015), que ampliam essa compreensão ao introduzir a inovação de posição e paradigma, permitindo captar mudanças técnicas, operacionais, reposicionamentos estratégicos e as transformações nos modelos mentais nas BUs.

Dito isso, ao analisar os dados do Brapci sobre artigos que tratam de inovação em bibliotecas universitárias, será possível identificar padrões notáveis como, por exemplo: quais artigos podem ser classificados com o foco em inovação de produto, processo, marketing e organizacional de acordo com o Manual de Oslo (OCDE/FINEP, 2004)? E quais artigos podem ser classificados com o foco em inovação de produto, processo,

posição e paradigma (seguindo as definições dos 4Ps da inovação) propostos por Tidd e Bessant (2015)? A predominância desses trabalhos é voltada para aspectos tecnológicos, ou as pesquisas também abordam a transformação organizacional nos serviços das BUs e a cultura de inovação?

Ao final, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a sistematização do conhecimento sobre inovação nas BUs, oferecendo uma perspectiva atualizada das tendências que apontem possíveis lacunas, as quais contribuam para futuras investigações. Busca-se reforçar a vitalidade do conceito de inovação, que é imprescindível para o âmbito das bibliotecas universitárias no cenário contemporâneo marcado por transformações no ensino, na pesquisa e na extensão.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, por meio de abordagem qualitativa. A pesquisa teve início com um levantamento bibliográfico, no qual foram realizadas a leitura, a análise e a interpretação de abordagens temáticas sobre os descritores "Biblioteca universitária" e "Inovação". Utilizou-se o operador booleano "AND" como estratégia de busca para localizar artigos indexados na Brapci, sem restrição temporal.

Foi selecionado e analisado, inicialmente, um total de 70 artigos, todavia somente 23 foram escolhidos, pois os demais trabalhos, embora abordassem a temática da inovação nas BUs, apresentavam limitações que inviabilizaram sua inclusão na amostra final. Entre esses critérios de exclusão, destacam-se: abordagens estritamente teóricas ou conceituais, sem descrição de implementação prática de inovação; estudos diagnósticos que se limitavam a identificar necessidades ou expectativas dos usuários, sem apresentar iniciativas de inovação concretas; artigos com escopo tangencial ao objeto desta pesquisa, nos quais a inovação não figurava como elemento central da discussão; e publicações com descrições insuficientes para a classificação precisa dos tipos de inovação abordados, impossibilitando sua categorização segundo os referenciais teóricos adotados. Dessa forma, a seleção dos 23 artigos priorizou aqueles que descrevem, de maneira detalhada, iniciativas inovadoras concretas implementadas no contexto de bibliotecas universitárias.

Para classificar os tipos de inovação presentes nas ideias dos artigos selecionados, adotaram-se como referência os tipos de inovação definidos pelo Manual de Oslo (2004) e os propostos por Tidd e Bessant (2015). A partir desse referencial, buscou-se identificar quais modalidades de inovação são mais frequentes e quais figuram como menos recorrentes no contexto das bibliotecas universitárias.

Resultados e Discussões

As Bibliotecas Universitárias (BUs) são tradicionalmente reconhecidas como pilares de apoio ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Sobre sua importância, as bibliotecas universitárias "[...] se constituem como parte essencial no processo de ensino e aprendizagem e, portanto, são espaços regulados pelo Ministério de Educação (MEC), seguindo os indicadores e critérios de avaliação do espaço físico, acervo e serviços" (Silva, 2019, p. 13). Em relação a seu papel social, "[...] tem a informação como papel social essencial, assim como o conhecimento e a comunicação, elementos determinantes no processo de disseminação e uso da informação, que influenciam e atuam no ciclo informacional" (Reis, 2008, p. 19).

Expandido-se de suas definições, as BUs enfrentam na contemporaneidade a tarefa de exercer múltiplas funções. Cunha (2010) sinaliza que, apesar das transformações ao longo das décadas, o propósito principal da biblioteca universitária permanece sendo o de proporcionar acesso à informação e estimular o conhecimento, permitindo que estudantes e pesquisadores realizem suas atividades. No entanto, a forma de cumprir esse objetivo vive em constante mutação.

Essa mutação ocorre devido ao fato de que a biblioteca universitária moderna adere a interação e comunicação com o público. Como aborda Silva (2019), esse novo paradigma tem como centro o usuário e sua experiência, exigindo que a BU seja um espaço ativo, onde a infraestrutura, as fontes de informação e os serviços são pensados a partir das necessidades de uma comunidade cada vez mais dinâmica, imersa na cultura digital e exigente por outras experiências que não estão disponíveis somente no acervo.

Nesse contexto de transformações nas bibliotecas universitárias, sejam elas sociais, estruturais ou tecnológicas, surge a ideia de implantar adaptações e contribuir para o seu crescimento. Ranganathan (2009) realizou uma metáfora biológica para afirmar que "a biblioteca é um organismo em crescimento", causando uma reflexão que aborda a urgência da utilização da inovação de todos os tipos de bibliotecas, inclusive nas BUs. Uma vez que "as bibliotecas universitárias frequentemente são procuradas por indivíduos que buscam informações para estimular e aumentar o seu conhecimento, a fim de suprir suas necessidades acadêmicas" (Neves, 2018, p. 61), compreender que a BU está sempre em constante evolução é o primeiro passo para perceber que inovar em seus espaços não é mais algo opcional, é uma forma de atender necessidades informacionais dos usuários e antecipar soluções de possíveis problemas, mantendo-se relevante na jornada acadêmica da comunidade e público em geral.

Esse conceito, contudo, não se restringe somente à mera modernização do espaço físico. A inovação em bibliotecas universitárias é um processo que nasce da capacidade de perceber oportunidades, elaborar estratégias e a aptidão de aprender e implementar novas ideias. Ela se expressa tanto na criação de novos serviços quanto no redesenho de práticas profissionais, com o compromisso de agregar valor na comunidade.

Se a biblioteca universitária passa por progressões ao longo do tempo, todas essas melhorias se dão através da prática de inovação, esta a qual suas alterações e seus tipos não são simples de serem aplicadas nas BUs, especialmente quando se consideram as especificidades do ambiente acadêmico e as limitações estruturais dessas instituições. Tampouco é fácil de ser analisada, tendo visto a grande quantidade de trabalhos publicados nessa linha de pesquisa, cada qual com seus diferentes objetivos.

O Manual de Oslo (OCDE/FINEP, 2004) explica que essa prática de inovação em serviços tende a ser predominantemente intangível, o que torna sua proteção mais difícil. Além disso, os serviços costumam ser adaptados às necessidades específicas de cada cliente, e há uma forte integração entre o desenvolvimento de novos serviços e os processos que os viabilizem. Nesse contexto, os clientes seriam a comunidade que frequenta as BUs e os serviços seriam o que vem após as etapas de implementar uma novidade, ou seja, o que eles precisam para manter-se explorando o ambiente da biblioteca.

Ademais, Tidd e Bessant (2015, p. 242) destacam que, no setor de serviços, os próprios usuários frequentemente atuam como fontes de inovação, ao identificar lacunas e sugerir soluções criativas. Essa afirmação é especialmente relevante para as bibliotecas universitárias, que lidam com comunidades heterogêneas de usuários cada qual com demandas específicas. Estudar frequentemente esses usuários, isto é, a comunidade que comparece no entorno das BUs específicas, também pode ser uma forma de buscar inovar nesses espaços.

Para além dos aspectos técnicos e processuais, a inovação nas bibliotecas universitárias carrega uma forte dimensão social, uma vez que envolve pessoas (bibliotecários, técnicos administrativos, docentes, pesquisadores, estudantes, entre outros) as quais se classificam como utilizadoras deste espaço. Cada ideia inovadora e sua aplicação gera impactos distintos sobre as práticas cotidianas desses indivíduos, suas relações de trabalho e seus valores compartilhados no interior da unidade de informação. A adoção de novas tecnologias ou serviços é mediada por crenças, resistências, criatividade e negociações coletivas, assim, podendo gerar mudanças sociais entre os agentes envolvidos.

Conclusão

A análise dos 23 artigos selecionados na Brapci permitiu compreender como a produção científica tem abordado a inovação nas BUs, evidenciando que o tema possui potencial como campo fértil de investigação na Biblioteconomia e na Ciência da Informação.

Observou-se que as inovações descritas nos artigos raramente se restringem a uma única categoria. A inovação de processo e de produto predominam entre as iniciativas relatadas. A inovação organizacional, a inovação de posição e a inovação de paradigma, embora tenham sido menos evidente nos títulos e resumos, revelou-se presente na maioria dos artigos que descrevem implementações concretas, indicando que as transformações nas BUs envolveram mudanças técnicas ou processuais, assim, podendo gerar uma ressignificação do papel social e institucional da biblioteca universitária.

A inovação de marketing, por sua vez, foi a categoria menos recorrente entre os artigos analisados, aparecendo em um número reduzido de trabalhos, predominantemente aqueles que tratam do uso de redes sociais, produção de conteúdo audiovisual e estratégias de engajamento digital. Essa baixa frequência sugere que as bibliotecas universitárias ainda dedicam certa atenção limitada às estratégias de comunicação e

fortalecimento de sua imagem institucional, concentrando seus esforços inovadores prioritariamente em melhorias internas, processos e ampliação de serviços.

Contrariando a expectativa inicial de que as produções científicas iriam abranger mais aspectos tecnológicos, os resultados indicam um equilíbrio entre inovações tecnológicas e aquelas voltadas para mudanças organizacionais, culturais e comportamentais. Iniciativas como a adoção do Design Thinking, a implementação de espaços colaborativos, a atuação em mídias sociais e o reposicionamento da biblioteca como centro de inovação e empreendedorismo demonstram que as BUs vêm ampliando seu escopo de atuação, portanto, assumindo novos papéis acadêmicos.

Diante do exposto, conclui-se que a inovação em bibliotecas universitárias, conforme retratada na produção científica indexada na Brapci, configura-se como um fenômeno multidimensional e se consolida como um processo de transformação cultural, organizacional, tecnológica e estratégica. A diversidade de abordagens identificadas demonstra a maturidade do campo, ao passo que a carência de estudos voltados à inovação de marketing sinaliza uma oportunidade para pesquisas futuras, especialmente aquelas que investiguem estratégias comunicacionais capazes de ampliar a visibilidade, atrair novos usuários e consolidar a relevância das BUs no ecossistema acadêmico contemporâneo.

Referências

CUNHA, M. B. A biblioteca universitária na encruzilhada. DataGramaZero, v. 11, n. 6, 2010. Disponível em: http://brapci.inf.br/v/7266.

MANUAL de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 2. ed. Brasília: FINEP / OCDE, 2004. Disponível em: https://legacy.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

NEVES, J. J. Furtado. A inovação nas bibliotecas universitárias brasileiras: identificando o potencial inovador. 2018. 267f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190885/PCIN0180-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

RANGANATHAN, S. R. As cinco leis da Biblioteconomia. Tradução de Tarcísio Zandona de. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

Reis, M. B. Biblioteca universitária e a disseminação da informação. 2008. 260f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7932.

SILVA, Katia Rejane da. Diagnóstico situacional: inovação e inclusão para uma biblioteca universitária ativa. 2019. 79f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/6d4da221-c898-4d52-b6a7-d1db317533dc/content.

TIDD, Joe; BESSANT, John. Gestão da inovação. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Anexos

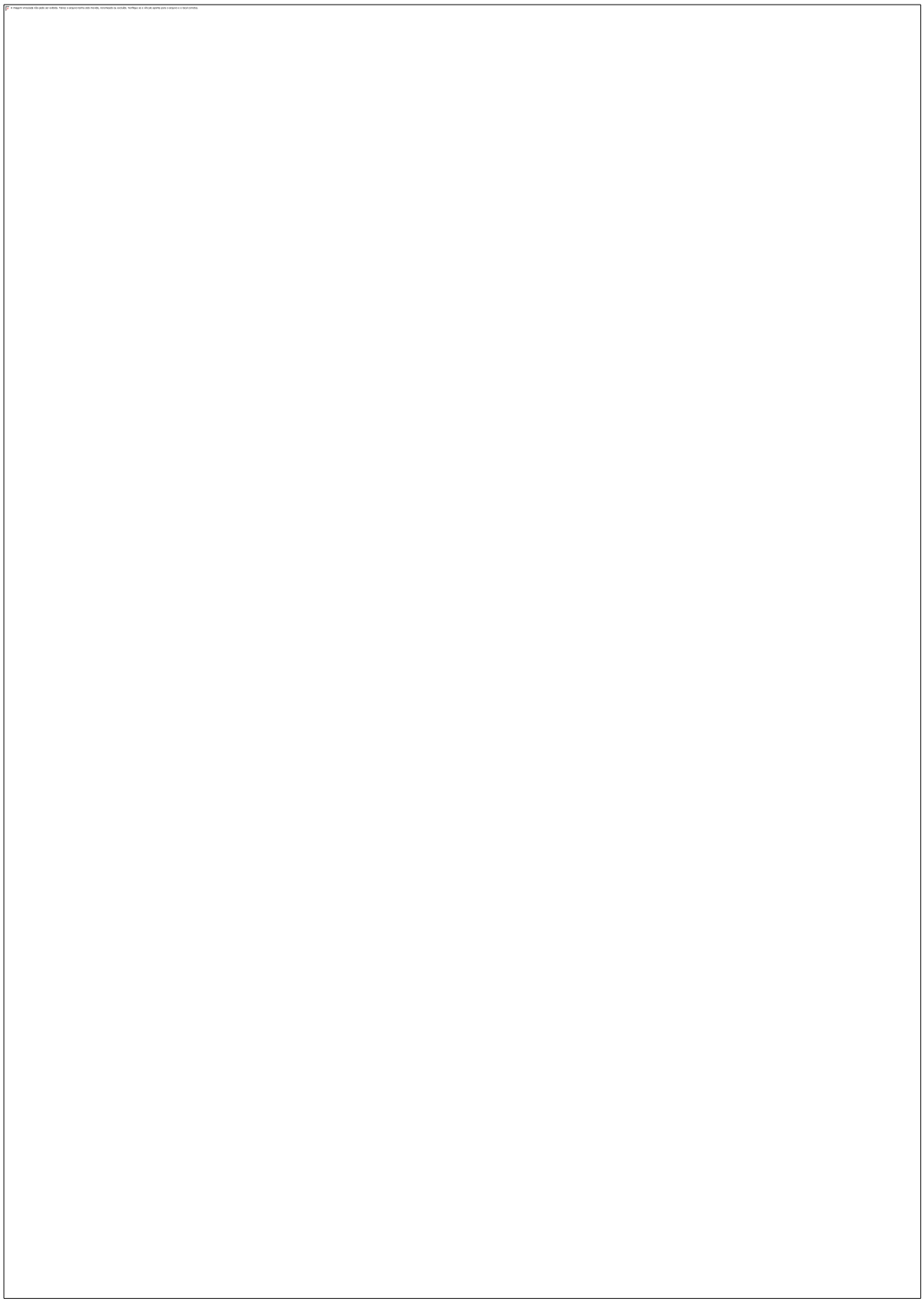


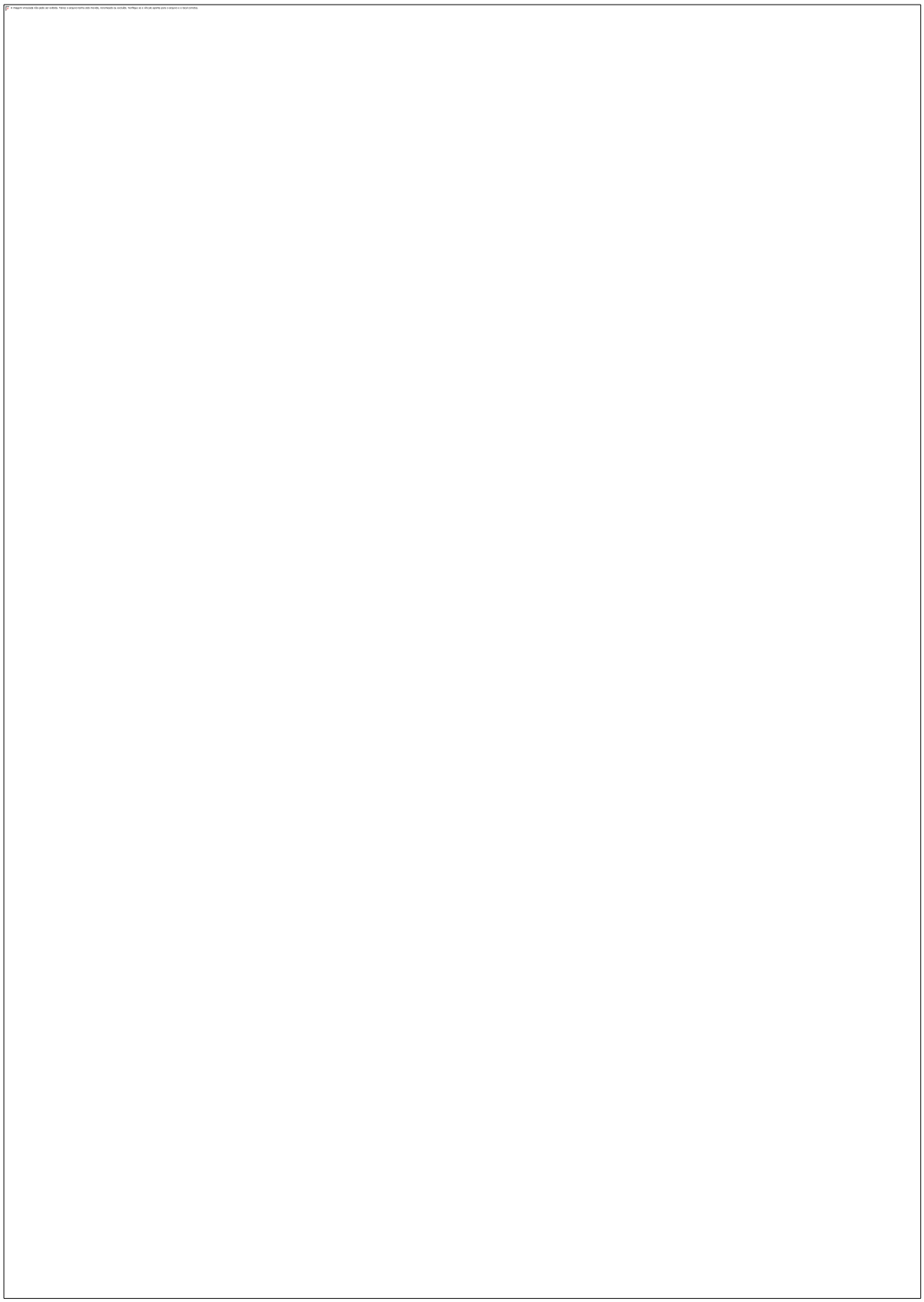
Figura 1 - Mapa conceitual: Tipos de Inovação (Manual de Oslo, 2004)



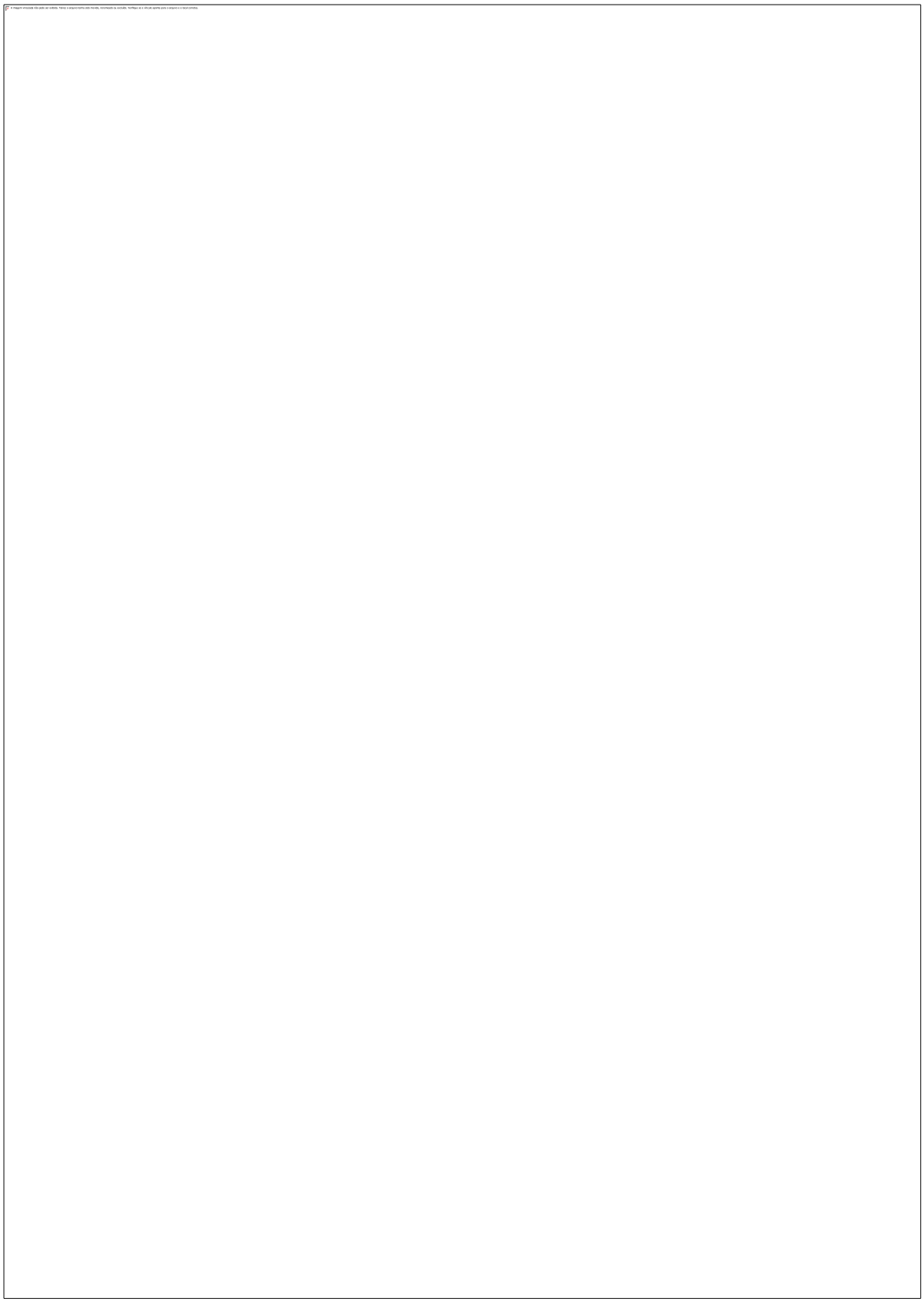
Figura 2 - Mapa conceitual: Os 4Ps da inovação (Tidd; Bessant, 2015)



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 1



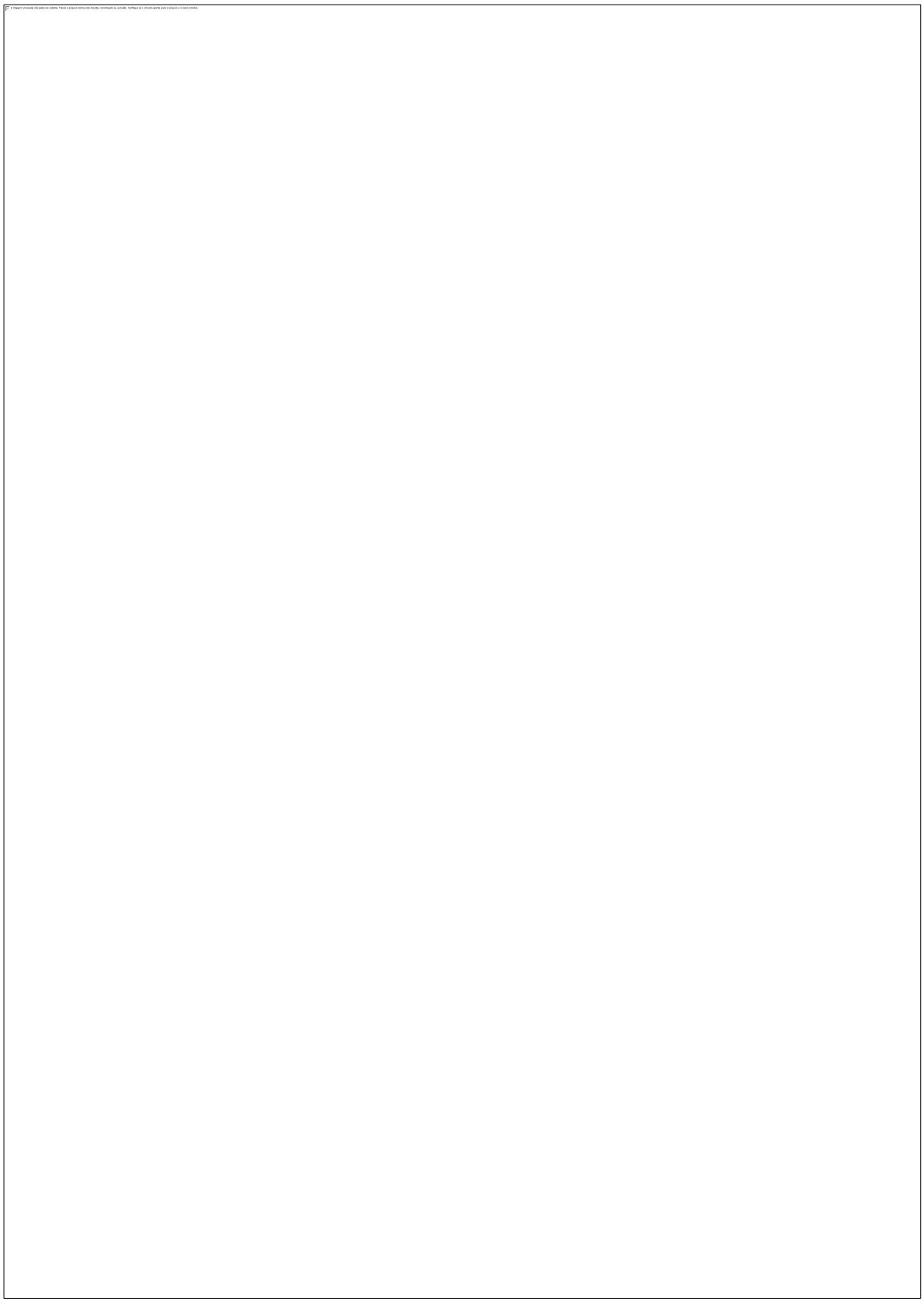
Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 2



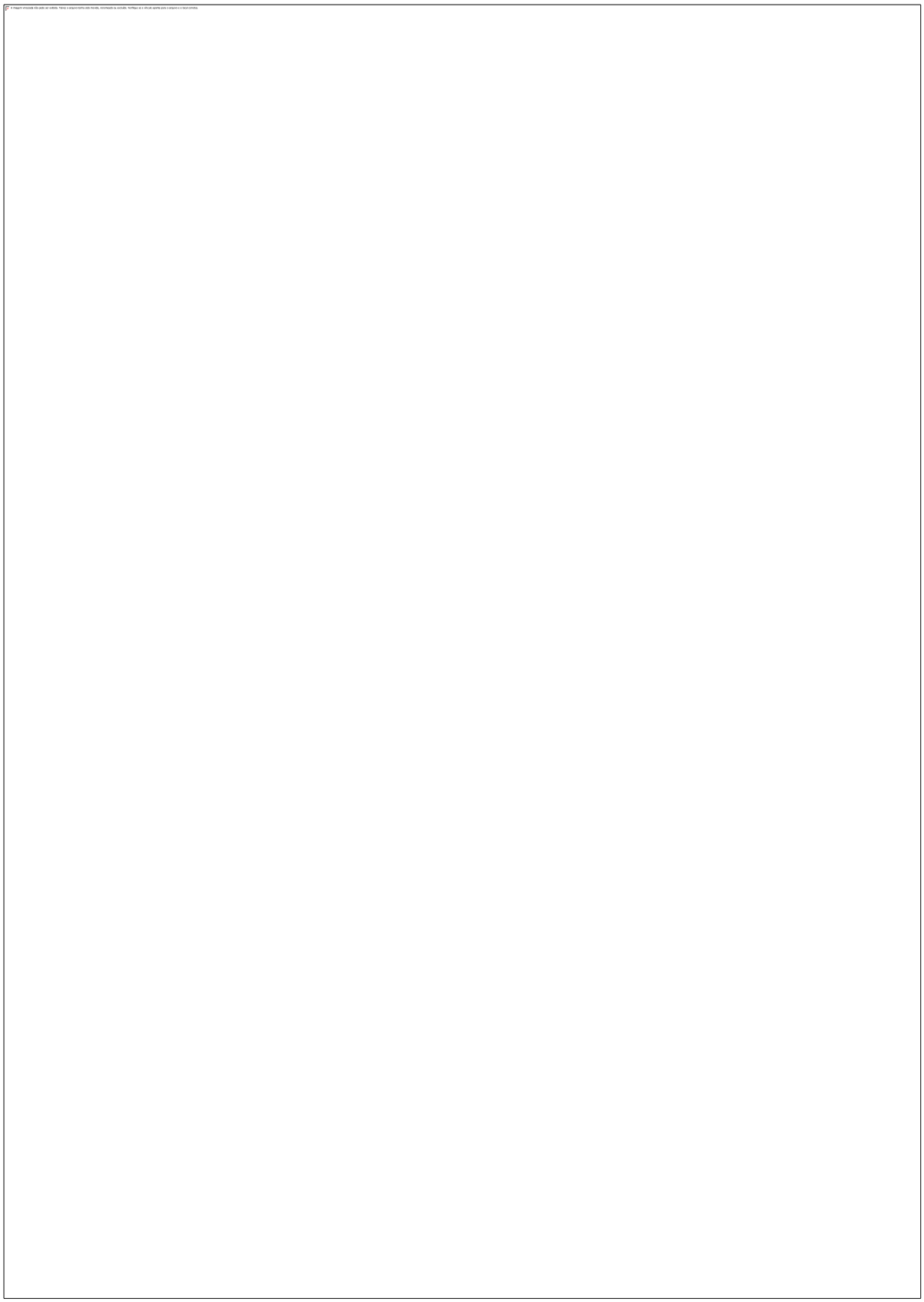
Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 3



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 4



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 5



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 6



Quadro 1 - Análise dos artigos indexados na Brapci p. 7

CÓDIGO: HS0065

AUTOR: LORENA DE MACEDO SILVA

ORIENTADOR: ISRAEL JOSÉ DOS SANTOS FELIPE

TÍTULO: 26 anos de Economia da Saúde no Brasil agendas e interfaces com o SUS

Resumo

Introdução: A Economia da Saúde é fundamental para o financiamento, a alocação e a gestão dos recursos nos sistemas públicos de saúde. Objetivo: Analisar a evolução e as interfaces temáticas e político-institucionais da produção científica brasileira em Economia da Saúde entre 2000 e 2025. Material e Métodos: Realizou-se Revisão Bibliométrico-Sistemática nas bases Scopus e Web of Science. Após elegibilidade, deduplicação, limpeza e padronização, foram incluídos 1.383 artigos. As análises foram realizadas no R, com Bibliometrix e Biblioshiny. Uma subamostra de 105 artigos foi selecionada por escore composto para leitura integral e síntese interpretativa. Resultados: A produção apresentou crescimento médio anual de 14,83%, distribuindo-se em 540 periódicos, com 66,1% dos artigos publicados entre 2016 e 2025. Identificaram-se quatro macroagendas: financiamento, políticas de saúde e atenção primária; avaliação econômica, de tecnologias, farmacoeconomia e tomada de decisão; doenças, diagnósticos e intervenções; e custos dos serviços, tecnologias digitais e agendas emergentes. Os achados evidenciam articulação técnico-metodológica e político-institucional, além de lacunas em equidade territorial, implementação, custos indiretos e integração de bases de dados. Considerações Finais: A Economia da Saúde brasileira expandiu-se e diversificou-se em interface com o SUS, mas sua consolidação requer fortalecimento institucional, informacional e distributivo.

Palavras-chave: Economia e financiamento da saúde. Sistema Único de Saúde. Brasil

TITLE: 26 Years of Health Economics in Brazil: Agendas and Interfaces with the SUS

Abstract

Health Economics is essential for financing, resource allocation, and management in public health systems. Objective: To analyze the evolution and thematic and political-institutional interfaces of Brazilian scientific production in Health Economics from 2000 to 2025. Materials and Methods: A Bibliometric-Systematic Review was conducted in Scopus and Web of Science. After eligibility screening, deduplication, cleaning, and standardization, 1,383 articles were included. Analyses were performed in R using Bibliometrix and Biblioshiny. A subsample of 105 articles was selected using a composite score for full-text reading and interpretive synthesis. Results: Scientific production showed an average annual growth rate of 14.83%, distributed across 540 journals, with 66.1% of articles published between 2016 and 2025. Four major research agendas were identified: financing, health policies, and primary care; economic and health technology assessment, pharmacoeconomics, and decision-making; diseases, diagnoses, and interventions; and service costs, digital technologies, and emerging agendas. Findings reveal an articulation between technical-methodological and political-institutional dimensions, as well as gaps in territorial equity, implementation, indirect costs, and database integration. Brazilian Health Economics has expanded and diversified in close connection with the SUS, but its consolidation requires stronger institutional, informational, and distributive foundations.

Keywords: Health economics and financing. Unified Health System. Brazil.

Introdução

A Economia da Saúde tem se consolidado como campo estratégico para a análise dos sistemas de saúde, especialmente diante dos desafios relacionados ao financiamento público para o acesso e sustentabilidade das políticas públicas (1,2). Em sistemas universais, como o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, assumem relevância particular, pois as decisões envolvem não apenas critérios técnicos, mas também escolhas públicas relacionadas à garantia do direito à saúde, à redução de desigualdades e à capacidade do Estado de responder às necessidades da população.

No Brasil, a área se desenvolveu em articulação com a implementação do SUS e com a necessidade de qualificar o planejamento, o financiamento e a gestão. Esse processo foi impulsionado pela criação da Associação Brasileira de Economia da Saúde, em 1989, e pela expansão, ao longo da década de 1990, de cursos, pesquisas e núcleos acadêmicos vinculados a instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a Fundação Oswaldo Cruz e universidades federais de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Essa trajetória culminou, em 2003, na criação do Departamento de Economia da Saúde no Ministério da Saúde, marco da institucionalização da área no âmbito federal. Segundo Romão et al. (3), ao longo de duas décadas, o departamento estruturou sua atuação em torno da gestão, do monitoramento, da avaliação, da transparência e da equidade, com destaque para instrumentos e ações de qualificação voltadas ao fortalecimento da gestão econômica do SUS.

Apesar dos avanços, estudos recentes apontam que a Economia da Saúde ainda enfrenta dificuldades para se consolidar como função estratégica no Brasil. A análise ex ante para a formulação de uma Política Nacional de Economia da Saúde identificou como problema central a ausência de institucionalização plena da área no SUS, o que contribui para a fragmentação de iniciativas, fragilidade informacional, baixa governança integrada,

formação técnica insuficiente e dificuldades de articulação federativa (4). Essa constatação reforça a necessidade de compreender não apenas a trajetória institucional da área, mas também como a produção científica brasileira tem acompanhado, sustentado ou problematizado esse processo.

Por dialogar com diferentes áreas, a produção científica brasileira em Economia da Saúde apresenta caráter interdisciplinar. Entretanto, ainda são limitados os estudos que examinam, de forma integrada, a evolução temática e político-institucional desse campo no país. Diante dessa lacuna, este artigo tem como objetivo analisar a produção científica brasileira em Economia da Saúde entre 2000 e 2025. Para isso, adota-se uma Revisão Bibliométrico-Sistemática da Literatura (B-SLR), combinando análise bibliométrica e revisão sistemática interpretativa (5), com vistas a identificar padrões consolidados, lacunas persistentes e possibilidades de avanço para agendas de pesquisa orientadas ao fortalecimento do SUS

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido no âmbito de um projeto internacional financiado pelo DESID, que debate a construção de uma política nacional de economia da saúde. O artigo combina uma análise bibliométrica e revisão sistemática interpretativa por meio de uma B-SLR. A escolha adotada justifica-se pela natureza interdisciplinar da produção científica no Brasil. Essa combinação tem sido empregada em pesquisas de campos extensos e interdisciplinares, como saúde digital, saúde planetária, psicologia do esporte e sustentabilidade ambiental, demonstrando a viabilidade para sistematizar a literatura, identificar estruturas temáticas e produzir agendas de pesquisa mais consistentes (5–9).

Para isso, segue a seguinte pergunta de pesquisa: como se caracteriza e evolui a produção científica brasileira em Economia da Saúde entre 2000 e 2025 e sua interface com as políticas públicas de saúde? Para essa delimitação do estudo, utilizou a estratégia SPIDER, acrônimo para Sample, Phenomenon of Interest, Design, Evaluation e Research Type (10). A amostra correspondeu à produção científica brasileira em Economia da Saúde; o fenômeno de interesse, à evolução temática e político-institucional do campo; o desenho, aos estudos empíricos, revisões, ensaios teóricos e estudos metodológicos; a avaliação, à caracterização dos temas, métodos e aplicações em políticas públicas; e o tipo de pesquisa, aos artigos publicados em periódicos científicos indexados.

As buscas foram realizadas em janeiro de 2026 nas bases Scopus e Web of Science com termos orientados pelo DeCS/MeSH e pelo Vocabulário da Saúde Coletiva da Abrasco. Foram incluídos artigos publicados entre janeiro de 2000 e dezembro de 2025, em português ou inglês, com afiliação institucional brasileira. Estudos sem componente econômico central, sem relação com a Economia da Saúde ou com o Brasil, além de editoriais, cartas, resumos de congressos, capítulos e outras publicações não classificadas como artigos científicos, foram excluídos. O resultado inicial identificou 2.138 registros na Scopus e 1.019 na Web of Science. Após os filtros e a deduplicação, limpeza e padronização no R, o corpus final reuniu 1.383 artigos.
As análises bibliométricas foram realizadas no pacote Bibliometrix, por meio da interface Biblioshiny, contemplando a evolução anual da produção, as fontes mais relevantes, a Lei de Bradford e o mapa temático, com o objetivo de caracterizar a estrutura do campo e identificar os agrupamentos utilizados na revisão. O mapa temático foi construído a partir

das palavras-chave dos autores, após testes com resumos, bigramas e trigramas terem produzido agrupamentos marcados por termos genéricos e pouco informativos (5,11,12).

O mapa foi gerado no Biblioshiny com 250 termos, frequência mínima de cluster de 05 ocorrências por mil documentos, parâmetro α igual a 0,5, três rótulos por agrupamento e algoritmo de clusterização Louvain. Também foram realizados testes de sensibilidade com ampliação do número de termos e aumento da frequência mínima, a fim de verificar a consistência dos agrupamentos temáticos. A configuração final foi definida com base na coerência dos temas, na estabilidade das macroagendas identificadas e na legibilidade para análise humana.

Após a consolidação do corpus bibliométrico, iniciou-se a seleção da amostra para a leitura completa e análise sistemática. Para isso, os artigos foram ranqueados em cada eixo temático por meio de um escore composto a partir de cinco critérios: impacto científico, impacto ajustado pelo tempo de publicação, aderência temática, interface político-institucional e presença de método econômico. O escore atribuiu peso de 25% ao impacto científico, 25% ao impacto ajustado pelo tempo, 25% à aderência temática, 15% à interface político-institucional e 10% à presença de método econômico, resultando em 105 artigos. Esse procedimento buscou reduzir o viés de uma seleção baseada em citações, preservando a presença de artigos recentes, estudos vinculados a agendas emergentes e trabalhos com elevada relevância para a compreensão da área.

A leitura sistemática foi inicialmente organizada em sete subagendas derivadas do mapa temático. Em seguida, foram agregadas em quatro macroagendas para viabilizar uma interpretação integrada da produção científica. Os artigos selecionados foram submetidos à leitura sistemática interpretativa completa do artigo, com extração padronizada de informações sobre temas, métodos, objetos empíricos, fontes de dados, contribuições, interfaces com o SUS e lacunas da literatura.

Resultados e Discussões

3. RESULTADOS

O corpus final da revisão foi composto por 1.383 artigos publicados entre 2000 e 2025, distribuídos em 540 periódicos, com média de 16,19 citações por documento. Foram identificados 7.666 autores, com média de 7,34 coautores por artigo, enquanto apenas 2,3% dos estudos foram publicados em autoria individual, evidenciando forte caráter colaborativo da produção científica em Economia da Saúde.

3.1 Evolução da produção científica

A produção científica brasileira apresentou crescimento expressivo no período analisado, passando de quatro artigos em 2000 para 127 em 2025, com taxa média anual de crescimento de 14,83%. A trajetória pode ser compreendida em três períodos. Entre 2000 e 2007, foram publicados 90 artigos, correspondentes a 6,5% do corpus, com média de 11,3 artigos por ano, caracterizando uma fase inicial de formação do campo. Entre 2008 e 2015, foram publicados 379 artigos, com média anual de 47,4, indicando maior regularidade e consolidação. Entre 2016 e 2025, foram identificados 914 artigos,

equivalentes a 66,1% do corpus, sendo 617 publicados entre 2020 e 2025, correspondentes a 44,6%. Esses resultados demonstram intensificação da produção e maior inserção da Economia da Saúde na agenda científica brasileira.

3.2 Fontes de publicação e colaboração

A produção distribuiu-se por 540 periódicos, revelando diversidade editorial. Entre as fontes com maior número de artigos destacaram-se Cadernos de Saúde Pública, Ciência & Saúde Coletiva, Value in Health Regional Issues, Revista de Saúde Pública e PLOS ONE. A presença de periódicos nacionais evidencia a proximidade da produção com debates sobre SUS, financiamento, políticas públicas, gestão e desigualdades, enquanto os periódicos internacionais indicam inserção em agendas metodológicas mais amplas. A Lei de Bradford identificou um núcleo de 18 periódicos responsáveis por 462 artigos, correspondentes a 33,4% da produção. A segunda zona reuniu 115 periódicos e 462 artigos, e a terceira, 407 periódicos e 459 artigos. Assim, embora exista um núcleo editorial central, a produção permanece amplamente dispersa, reforçando o caráter interdisciplinar da área.

3.3 Estrutura temática

A análise temática identificou quatro macroagendas: financiamento, políticas de saúde e atenção primária; avaliação econômica, avaliação de tecnologias em saúde, farmacoeconomia e tomada de decisão; doenças, diagnósticos e intervenções; e custos dos serviços, tecnologias digitais e agendas emergentes. A estrutura temática evidencia a articulação entre uma dimensão técnico-metodológica, relacionada à produção de evidências econômicas, e uma dimensão político-institucional, associada ao financiamento, à organização do SUS e à formulação de políticas públicas.

3.3.1 Financiamento, políticas de saúde e atenção primária

A primeira macroagenda reúne estudos sobre financiamento público, políticas de saúde e organização federativa. Os resultados mostram que o financiamento não é apenas uma variável contábil, mas também instrumento de coordenação federativa, indução de políticas e redistribuição de recursos. A literatura evidencia baixa capacidade redistributiva da estrutura tributária e manutenção de assimetrias fiscais e regionais entre os entes federativos.

Na Atenção Primária, mecanismos federais de financiamento contribuíram para a expansão da Estratégia Saúde da Família e para a reorganização do modelo assistencial. Ao mesmo tempo, mudanças nos critérios de financiamento introduziram tensões distributivas, principalmente em municípios com menor capacidade administrativa, menor cobertura cadastral e maior vulnerabilidade social. A austeridade fiscal aparece como outro eixo relevante, com estudos apontando efeitos negativos sobre os gastos municipais e sobre a capacidade de manutenção dos serviços. Também foram identificadas diferenças regionais na alocação de recursos e desigualdades na distribuição de serviços e profissionais. Permanecem lacunas na integração entre financiamento, eficiência, equidade territorial, resultados em saúde e capacidade institucional.

3.3.2 Avaliação econômica, ATS, farmacoeconomia e tomada de decisão

A segunda macroagenda concentra estudos sobre produção e utilização de evidências econômicas nos processos decisórios. A Avaliação de Tecnologias em Saúde foi incorporada à infraestrutura decisória do SUS, considerando evidências de eficácia, segurança, custo-efetividade e impacto orçamentário. Os estudos sobre a CONITEC indicam, entretanto, desafios relacionados à padronização metodológica, transparência, qualidade das evidências, heterogeneidade dos relatórios e utilização sistemática de critérios econômicos.

Os resultados também demonstram que a incorporação tecnológica possui dimensão político-econômica. A participação de diferentes atores, incluindo a indústria farmacêutica, envolve interesses, pressões orçamentárias e assimetrias de informação. Dessa forma, a sustentabilidade do SUS depende não apenas da existência de avaliações econômicas, mas da qualidade dos dados, da transparência dos processos e da capacidade institucional de interpretar criticamente as evidências.

Na farmacoeconomia, observa-se tensão entre acesso, preço, inovação, capacidade estatal de negociação e sustentabilidade fiscal. Estudos sobre antirretrovirais, compras federais e gastos familiares mostram que a garantia do acesso pode pressionar os gastos públicos, enquanto o acesso insuficiente pode transferir custos para as famílias. Medicamentos de alto custo, doenças raras e terapias avançadas ampliam esses desafios, pois apresentam incertezas clínicas, populações pequenas e preços elevados, exigindo modelos diferenciados de registro, precificação, reembolso e compartilhamento de risco.

A macroagenda também incorpora inteligência artificial, dados do mundo real e tecnologias digitais, destacando a necessidade de padronização, transparência e integração das informações. No cuidado cotidiano, a farmacoeconomia relaciona-se ainda ao uso racional de medicamentos, à adesão, à segurança e à priorização do cuidado. Em síntese, a avaliação econômica passou a ocupar posição estratégica no SUS, mas deve ser compreendida como instrumento de governança capaz de equilibrar inovação, sustentabilidade, equidade e direito à saúde.

3.3.3 Doenças, diagnósticos e intervenções

A terceira macroagenda reúne estudos que estimam custos, desfechos, impacto orçamentário, custo-efetividade e custo-utilidade de doenças, diagnósticos e intervenções. Os resultados mostram que os agravos devem ser analisados também pelos custos associados ao diagnóstico tardio, às internações evitáveis, à transmissão persistente e à baixa efetividade das estratégias de controle. Dessa forma, intervenções que exigem investimento inicial podem produzir economia futura ao evitar agravamentos, hospitalizações, sequelas e mortes.

Nos estudos sobre tuberculose, malária, leishmaniose visceral e HIV, a avaliação econômica foi aplicada à comparação de tecnologias diagnósticas e à análise dos custos do diagnóstico tardio para o sistema e para as famílias. A custo-efetividade depende não apenas do desempenho técnico das tecnologias, mas também da capacidade laboratorial, da distância dos serviços, da endemicidade e das condições de implementação.

A vacinação constitui outro eixo importante. Estudos sobre rotavírus, hepatite A e influenza demonstram que a análise econômica pode subsidiar decisões do Programa Nacional de Imunizações, considerando não apenas o custo da vacina, mas também casos,

hospitalizações, mortes e gastos evitados. A literatura indica ainda que diferenças epidemiológicas regionais precisam ser consideradas na tomada de decisão.

Nas doenças crônicas, cardiovasculares e no câncer, os custos estão relacionados à continuidade do cuidado, adesão terapêutica, rastreamento, diagnóstico, prevenção de complicações e disponibilidade de tecnologias. Na oncologia, o estágio da doença e o acesso ao diagnóstico e ao tratamento influenciam custos e desfechos. Permanecem lacunas relacionadas à equidade territorial, implementação das tecnologias, disponibilidade de dados sobre qualidade de vida e incorporação de custos indiretos e sociais.

3.3.4 Custos dos serviços, tecnologias digitais e agendas emergentes

A quarta macroagenda reúne estudos sobre custos assistenciais, hospitalares e programáticos, tecnologias digitais, telessaúde, emergências sanitárias e agendas ambientais e político-institucionais. Os estudos de custos utilizam métodos como microcusteio, TDABC, custo da doença, custo-benefício, custo-efetividade e modelos de decisão para estimar gastos, comparar alternativas e apoiar decisões sobre organização dos serviços.

As tecnologias digitais e a telessaúde apresentam potencial para ampliar o acesso, reorganizar fluxos, reduzir deslocamentos e encaminhamentos desnecessários e apoiar diagnóstico e tratamento. Entretanto, seus resultados econômicos dependem da escala de utilização, infraestrutura, integração às redes de atenção e capacidade institucional de implementação, especialmente em territórios com escassez de especialistas.

A pandemia de Covid-19 constituiu importante eixo das agendas emergentes, evidenciando aumento dos custos assistenciais, necessidade de equipamentos de proteção, redução da capacidade de atendimento e reorganização dos serviços. Outros estudos ampliam a Economia da Saúde para Saúde Única, saúde ambiental, prevenção de riscos futuros e impactos econômicos indiretos. Esses achados demonstram que os custos em saúde também são condicionados por fatores ambientais, produtivos, tecnológicos e fiscais.

4. DISCUSSÃO

Os achados demonstram que a Economia da Saúde brasileira se consolidou entre 2000 e 2025 como campo interdisciplinar, aplicado e estreitamente relacionado aos desafios do SUS. O crescimento da produção e a diversidade temática indicam que a área deixou de se concentrar em análises isoladas de custos e passou a incorporar financiamento, organização dos serviços, atenção primária, avaliação tecnológica, regulação, sustentabilidade e equidade.

A concentração de 66,1% dos artigos na última década evidencia maior densidade científica do campo. Esse crescimento acompanha a necessidade de produzir evidências para decisões cada vez mais complexas, especialmente diante da expansão de tecnologias de alto custo, das restrições orçamentárias, das desigualdades territoriais, das mudanças epidemiológicas e das emergências sanitárias. O aumento da produção também é compatível com o processo de institucionalização da Economia da Saúde no setor público brasileiro.

A organização em quatro macroagendas evidencia duas dimensões complementares. A primeira é técnico-metodológica, envolvendo custo-efetividade, custo-utilidade, custo-benefício, impacto orçamentário, custo da doença, microcusteio, farmacoeconomia e ATS. A segunda é político-institucional, envolvendo financiamento, alocação de recursos, atenção primária, regulação, compras públicas e governança. Essa articulação mostra que os métodos econômicos são utilizados para apoiar escolhas públicas em um sistema universal marcado por recursos limitados e desigualdades.

Um resultado central é que a avaliação econômica não deve ser entendida apenas como cálculo de custos. A incorporação de tecnologias depende da qualidade das evidências, preços, capacidade de negociação do Estado, interesses dos atores e critérios de equidade. Portanto, custo-efetividade e impacto orçamentário não são suficientes para garantir decisões adequadas. É necessário fortalecer transparência, governança e capacidade institucional de avaliar as evidências.

Esse aspecto torna-se ainda mais relevante diante de medicamentos de alto custo, doenças raras e terapias avançadas. Evidências limitadas, incerteza clínica, populações pequenas e preços elevados desafiam modelos tradicionais. A literatura aponta a necessidade de novos mecanismos de precificação, reembolso, compartilhamento de risco e pagamento baseado em desempenho, de modo a conciliar inovação, acesso e sustentabilidade.

O financiamento constitui outro eixo estruturante. Os resultados demonstram que recursos financeiros também funcionam como instrumentos de coordenação federativa e indução de políticas. Entretanto, diferenças de capacidade fiscal, administrativa e de infraestrutura fazem com que mecanismos semelhantes produzam efeitos distintos nos territórios. Dessa forma, a análise econômica do SUS precisa considerar não apenas o volume de recursos, mas sua distribuição, previsibilidade, capacidade de execução e relação com as necessidades da população.

Essa questão é particularmente importante na Atenção Primária. Alterações nos mecanismos de financiamento podem produzir efeitos distributivos distintos entre municípios. A capacidade administrativa, a vulnerabilidade social e a cobertura dos serviços influenciam a capacidade de transformar recursos em acesso e resultados. Portanto, eficiência e equidade precisam ser analisadas conjuntamente.

A austeridade fiscal também apresenta efeitos que ultrapassam a dimensão orçamentária. Restrições de recursos podem afetar a capacidade municipal de manter serviços, ampliar ações e responder às necessidades da população. Assim, decisões fiscais nacionais possuem consequências sobre a organização do sistema de saúde e devem ser avaliadas considerando seus efeitos de longo prazo sobre financiamento, acesso e desigualdades.

Outro achado transversal é a ampliação do conceito de custo. A literatura passa a considerar não apenas despesas imediatas, mas também custos associados à prevenção, diagnóstico tardio, continuidade do cuidado, produtividade, gastos familiares e consequências futuras. Essa mudança permite compreender que uma intervenção com maior custo inicial pode ser economicamente vantajosa quando reduz complicações e gastos posteriores.

Essa perspectiva é evidente nos estudos sobre doenças infecciosas, vacinação e condições crônicas. No diagnóstico, a identificação oportuna pode reduzir custos associados ao

agravamento e à transmissão. Na vacinação, os custos da intervenção precisam ser relacionados aos eventos evitados. Nas doenças crônicas e no câncer, a organização contínua do cuidado pode influenciar diretamente os custos acumulados e os resultados em saúde.

Apesar desses avanços, a equidade territorial permanece uma lacuna importante. Resultados médios de custo-efetividade não garantem benefícios semelhantes em territórios com diferentes condições de infraestrutura, recursos humanos e capacidade administrativa. Para o SUS, avaliações econômicas devem incorporar as condições reais de implementação e a distribuição dos benefícios entre regiões e grupos populacionais.

A implementação também precisa receber maior atenção. Uma tecnologia considerada eficiente pode não produzir os mesmos resultados quando incorporada a serviços com infraestrutura limitada ou recursos humanos insuficientes. Assim, a Economia da Saúde deve avançar na articulação entre avaliação econômica e capacidade de implementação, considerando as condições concretas dos diferentes territórios.

As tecnologias digitais apresentam oportunidade semelhante. Telessaúde e outras soluções podem ampliar o acesso e reduzir barreiras territoriais, mas seus benefícios dependem da infraestrutura, escala e integração às redes. A tecnologia, portanto, não garante eficiência por si só; seus resultados dependem da capacidade institucional de incorporá-la aos processos assistenciais.

A pandemia de Covid-19 reforçou a importância dessa capacidade. A elevação dos custos assistenciais, a reorganização dos serviços e as necessidades de financiamento demonstraram que emergências sanitárias podem alterar rapidamente a estrutura econômica do sistema. A Economia da Saúde pode contribuir para planejamento, preparação e resposta, incorporando cenários de risco e custos associados às crises.

O desenvolvimento do campo também depende de um ecossistema informacional adequado. As análises utilizam bases assistenciais, epidemiológicas, orçamentárias, regulatórias, administrativas e clínicas. Entretanto, fragmentação, falta de padronização e dificuldades de integração limitam a comparabilidade dos estudos e a utilização dos resultados na gestão. A apuração de custos reais, preços praticados e custos indiretos permanece como desafio.

A baixa incorporação de custos indiretos e sociais é particularmente relevante porque doenças e intervenções produzem impactos que ultrapassam o sistema de saúde. Gastos familiares, perdas de produtividade e deslocamentos podem representar parcela importante do impacto econômico. A ampliação desses componentes pode tornar as avaliações mais próximas da realidade social e econômica das populações.

A produção analisada também aponta lacunas nos arranjos contemporâneos de financiamento do SUS, incluindo transferências intergovernamentais, emendas parlamentares e mecanismos de indução de políticas. Estudos futuros precisam considerar não apenas o volume de recursos, mas sua previsibilidade, coordenação, distribuição territorial e correspondência com as necessidades de saúde.

Em conjunto, os resultados indicam que a consolidação da Economia da Saúde depende da integração entre eficiência, equidade, implementação, informação e governança. A

área já demonstra capacidade de articular métodos econômicos a problemas concretos do SUS, mas ainda precisa ampliar sua contribuição para decisões que considerem simultaneamente sustentabilidade financeira, acesso e distribuição dos benefícios.

A principal contribuição do campo está em aproximar evidências econômicas das necessidades de planejamento e gestão. Ao demonstrar que custos estão relacionados à prevenção, diagnóstico, organização dos serviços, continuidade do cuidado e incorporação tecnológica, a Economia da Saúde amplia sua relevância para além da avaliação de despesas. Seu papel passa a envolver a identificação de alternativas que permitam utilizar recursos limitados de maneira mais eficiente e socialmente adequada.

Assim, a produção científica brasileira entre 2000 e 2025 revela um campo em expansão, diversificação e consolidação, fortemente conectado ao SUS. As principais lacunas identificadas — equidade territorial, implementação, custos indiretos, proteção financeira e integração de bases de dados — indicam prioridades para futuras pesquisas. O fortalecimento institucional e informacional, associado à incorporação sistemática dos efeitos distributivos, poderá ampliar a capacidade da Economia da Saúde de subsidiar decisões públicas e contribuir para a sustentabilidade e efetividade do sistema de saúde brasileiro.

Conclusão

Esta revisão mostrou que a produção científica brasileira em Economia da Saúde se expandiu e se diversificou entre 2000 e 2025, consolidando-se como um campo interdisciplinar estreitamente vinculado aos desafios do SUS. A literatura analisada articula financiamento, avaliação econômica, incorporação de tecnologias, custos dos serviços, prevenção de doenças, organização do cuidado e sustentabilidade das políticas públicas, combinando uma dimensão técnico-metodológica, voltada à produção de evidências econômicas, e outra político-institucional, relacionada à gestão, à governança e à tomada de decisão.

Ao integrar análise bibliométrica e leitura sistemática interpretativa, o estudo permitiu identificar as principais agendas, métodos e interfaces do campo com o planejamento e a gestão em saúde. Os resultados indicam que os custos passaram a ser compreendidos não apenas como despesas imediatas, mas como elementos estratégicos relacionados à prevenção, ao diagnóstico oportuno, à organização dos serviços, à continuidade do cuidado e à alocação de recursos. Essa perspectiva evidencia a contribuição da Economia da Saúde para qualificar as decisões públicas e aproximar a produção científica das necessidades concretas do sistema de saúde.

Apesar dos avanços, permanecem lacunas relacionadas à equidade territorial, à implementação das tecnologias, aos custos indiretos e familiares, à proteção financeira e à integração das bases de dados. A agenda futura deve ampliar a análise dos arranjos contemporâneos de financiamento do SUS, incluindo emendas parlamentares, transferências intergovernamentais e mecanismos de indução de políticas, bem como seus efeitos sobre a previsibilidade, a coordenação federativa, a distribuição territorial dos recursos e o acesso efetivo aos serviços. A consolidação do campo dependerá, portanto,

de sua capacidade de integrar eficiência, equidade, implementação e governança, compreendendo a saúde não apenas como gasto público, mas como investimento social associado à redução de vulnerabilidades e à efetivação do direito à saúde.

Referências

1. Macêdo E, Castro M, Silva M, Trigueiro W. Contribuições para o avanço da Economia da Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro. JBES. 20 de fevereiro de 2022;14(Suplemento 1):77–85. doi:10.21115/JBES.v14.n1.(Supl.1):77-85
2. Piola SF, Vieira FS, Bernardes LCG. ECONOMIA DA SAÚDE NO BRASIL: TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES DO IPEA PARA SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO [Internet]. 2024. doi:http://dx.doi.org/10.38116/pubexpressa-td3058-port
3. Romão MH, Paiva JC de L, Júnior EB de O, Pinheiro AS, Lima TGF de MS, Araujo DV, et al. The institutionalization of health economics within the Ministry of Health in Brazil: A 2003–2023 analysis. Global Health Economics and Sustainability. 30 de março de 2026;4(1):108–24. doi:10.36922/GHES025450075
4. Valentim RA de M, Lima TGF de MS, Campos RP de, Romão MH, organizadores. Análise Ex Ante Política Nacional de Economia da Saúde. Natal, RN: Ufrn; 2025.
5. Marzi G, Balzano M, Caputo A, Pellegrini MM. Guidelines for Bibliometric-Systematic Literature Reviews: 10 steps to combine analysis, synthesis and theory development. Int J Management Reviews. janeiro de 2025;27(1):81–103. doi:10.1111/ijmr.12381
6. Hidayat Y, Fauzee MSO, Hooi LB, Yudiana Y, Hambali B, Mutaqin DI, et al. Goal-Setting Strategies in Sports: A 50-Year Bibliometric-Systematic Review of Perfectionism Dynamics, Cultural Moderators, and Mental Health Implications (1975-2025). International Journal of Human Movement and Sports Sciences. março de 2026;14(2):398–420. doi:10.13189/saj.2026.140210
7. Muñoz-Alegría JA, Núñez J, Oyarzún R, Chávez CA, Arumí JL, Rodríguez-López L. A Bibliometric-Systematic Literature Review (B-SLR) of Machine Learning-Based Water Quality Prediction: Trends, Gaps, and Future Directions. Water. janeiro de 2025;17(20):2994. doi:10.3390/w17202994
8. Soto IL, Vidal B, Verger L, Nagy GJ. Mapping the Trajectory of Planetary Health Education—A Critical and Constructive Perspective from the Global South. Challenges. dezembro de 2025;16(4):50. doi:10.3390/challe16040050
9. Yang MJ, Bohnet-Joschko S. Thematic Mapping and Evolution of Social Media Mining in Health Research: Hybrid Bibliometric Synthesis. J Med Internet Res. 8 de maio de 2026;28:e86200. doi:10.2196/86200 PubMed PMID: 42115141; PubMed Central PMCID: PMC13160668.
10. Methley AM, Campbell S, Chew-Graham C, McNally R, Cheraghi-Sohi S. PICO, PICOS and SPIDER: a comparison study of specificity and sensitivity in three search tools for qualitative systematic reviews. BMC Health Serv Res. 21 de novembro de 2014;14(1):579. doi:10.1186/s12913-014-0579-0
11. Aria M, Cuccurullo C. Science mapping analysis: a primer with biblioshiny. Mailand: McGraw-Hill Education; 2026. 373 p.
12. Donthu N, Kumar S, Mukherjee D, Pandey N, Lim WM. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. Journal of Business Research. 1 o de setembro de 2021;133:285–96. doi:10.1016/j.jbusres.2021.04.070

13. Ugá MAD, Santos IS. Uma análise da progressividade do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Cad Saúde Pública. 2006;22:1597–609. doi:https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000800008
14. Lima LD de, Andrade CLT de. Condições de financiamento em saúde nos grandes municípios do Brasil. Cad Saúde Pública. 2009;25:2237–48. doi:https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001000014
15. Scatena JHG, Viana AL d'Ávila, Tanaka OY. Sustentabilidade financeira e econômica do gasto público em saúde no nível municipal: reflexões a partir de dados de municípios mato-grossenses. Cad Saúde Pública. 2009;25:2433–45. doi:https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001100013
16. Castro ALB de, Machado CV. A política de atenção primária à saúde no Brasil: notas sobre a regulação e o financiamento federal. Cad Saúde Pública. 2010;26:693–705. doi:https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000400012
17. Massuda A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso? Ciênc saúde coletiva. 2020;25:1181–8. doi:https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.01022020 18. Massuda A, Hone T, Leles FAG, Castro MC de, Atun R. The Brazilian health system at crossroads: progress, crisis and resilience. BMJ Glob Health. 3 de julho de 2018;3(4). doi:10.1136/bmjgh-2018-000829 PubMed PMID: 10.1136/bmjgh-2018-000829. 19. Maia LR, Campos MR, Castanheira D. Fiscal austerity and municipal health spending: an interrupted time series study. Rev Saúde Pública. 23 de setembro de 2024;58:42. doi:https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2024058005772
20. Soares A. Health system financing paradigm in the state of São Paulo: a regional analysis. Revista de Saúde Pública. 16 de maio de 2019;53:39–39. doi:10.11606/S1518-8787.2019053000796
21. Mateus MD, Mari JJ, Delgado PG, Almeida-Filho N, Barrett T, Gerolin J, et al. The mental health system in Brazil: Policies and future challenges. Int J Ment Health Syst. 5 de setembro de 2008;2(1):12. doi:10.1186/1752-4458-2-12
22. Gonçalves RW, Vieira FS, Delgado PGG. Política de Saúde Mental no Brasil: evolução do gasto federal entre 2001 e 2009. Rev Saúde Pública. 2012;46:51–8. doi:https://doi.org/10.1590/S0034-89102011005000085
23. Cordero C, Delino R, Jeyaseelan L, Lansang MA, Lozano JM, Kumar S, et al. Funding agencies in low- and middle-income countries: support for knowledge translation. Bull World Health Organ. julho de 2008;86(7):524–34. doi:10.2471/BLT.07.040386 PubMed PMID: 18670664; PubMed Central PMCID: PMC2647493.
24. Elias FTS, Araújo DV. How health economic evaluation (HEE) contributes to decision-making in public health care: the case of Brazil. Z Evid Fortbild Qual Gesundhwes. 2014;108(7):405–12. doi:10.1016/j.zefq.2014.08.021 PubMed PMID: 25444299.
25. Caetano R, Silva RM da, Pedro ÉM, Oliveira IAG de, Biz AN, Santana P. Incorporação de novos medicamentos pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS, 2012 a junho de 2016. Ciênc saúde coletiva. 2017;22:2513–25. doi:https://doi.org/10.1590/1413-81232017228.02002017
26. Nunes LMN, Fonteles MM de F, Passos ACB, Arrais PSD. Evaluation of demands of inclusion, exclusion and alteration of technologies in the Brazilian Health System submitted to the National Committee on Technology Incorporation. Braz J Pharm Sci. 2017;53:e16073. doi:https://doi.org/10.1590/s2175-97902017000216073
27. Yuba TY, Novaes HMD, de Soárez PC. Challenges to decision-making processes in the national HTA agency in Brazil: operational procedures, evidence use and recommendations. Health Res Policy Sys. 11 de maio de 2018;16(1):40.

doi:10.1186/s12961-018-0319-8
28. Tamachiro ST, Gonçalves FAR, Simone ALM, Aguiar PM. A indústria farmacêutica interfere na sustentabilidade do sistema de saúde pública no Brasil? Uma reflexão sobre a pressão por incorporação de medicamentos. Cad Saúde Pública. 2022;38:e00233321. doi:https://doi.org/10.1590/0102-311XPT233321
29. Grangeiro A, Teixeira L, Bastos FI, Teixeira P. Sustentabilidade da política de acesso a medicamentos anti-retrovirais no Brasil. Rev Saúde Pública. 2006;40:60–9. doi:https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000800009
30. Luz TCB, Osorio-de-Castro CGS, Magarinos-Torres R, Wettermark B. Trends in medicines procurement by the Brazilian federal government from 2006 to 2013. PLOS ONE. 7 de abril de 2017;12(4):e0174616. doi:10.1371/journal.pone.0174616
31. Garcia LP, Sant'Anna AC, Magalhães LCG de, Freitas LRS de, Aurea AP. Gastos das famílias brasileiras com medicamentos segundo a renda familiar: análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e de 2008-2009. Cad Saúde Pública. 2013;29:1605–16. doi:https://doi.org/10.1590/0102-311X00070912
32. Ivama-Brummell AM, Marciniuk FL, Wagner AK, Osorio-de-Castro CGS, Vogler S, Mossialos E, et al. Marketing authorisation and pricing of FDA-approved cancer drugs in Brazil: a retrospective analysis. The Lancet Regional Health – Americas. 1 o de junho de 2023;22. doi:10.1016/j.lana.2023.100506
33. Biglia LV, Mendes SJ, Lima T de M, Aguiar PM. Incorporações de medicamentos para doenças raras no Brasil ...

CÓDIGO: HS0090

AUTOR: DOMINIQUE VITÓRIA BARBOZA DOS SANTOS

ORIENTADOR: LUCIANO ATHAYDE CHAVES

TÍTULO: A APLICAÇÃO JUDICIAL DO ESTADO DE NECESSIDADE: UM ESTUDO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO SOBRE PRISÃO PREVENTIVA POR FURTO FAMÉLICO NO PÓS-PANDEMIA

Resumo

O presente artigo dedica-se à análise do perfil decisional do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à aplicação da excludente de ilicitude do estado de necessidade em casos de furto famélico no período pós-pandêmico. O estudo utiliza o Método de Análise Decisões (MAD) e a Análise de Conteúdo de Bardin para o estudo de 17 Acórdãos da referida Corte, os quais julgam Habeas Corpus impetrados pela revogação de prisões preventivas. Os resultados demonstram que 82,4% das decisões afastaram expressamente essa excludente ou não a mencionam, enquanto que 64,7% mantiveram a prisão preventiva, revelando um caráter predominantemente punitivista. Restou evidente que fundamentos constitucionais como dignidade da pessoa humana ou o direito à alimentação foram pouco explorados ou sequer mencionados nas decisões coletadas. Os autores concluem que o Judiciário reproduz a invisibilidade estrutural da fome, priorizando a tutela patrimonial.

Palavras-chave: Furto famélico. Furto de alimentos. Estado de Necessidade.

TITLE: THE JUDICIAL APPLICATION OF THE STATE OF NECESSITY: A STUDY OF SÃO PAULO COURT OF JUSTICE'S DECISIONS ON PREVENTIVE DETENTION FOR FAMELIC THEFT IN THE POST-PANDEMIC PERIOD

Abstract

This article analyzes the decision-making profile of the São Paulo Court of Justice regarding the application of the state of necessity as a justifying cause in cases of famelic theft during the post-pandemic period. The study employs the Decision Analysis Method (MAD) and Bardin's Content Analysis to examine 17 judgments issued by the aforementioned Court, which adjudicate Habeas Corpus petitions filed for the revocation of pretrial detention. The results show that 82.4% of the decisions either expressly rejected this defense or failed to mention it, while 64.7% upheld pretrial detention, revealing a predominantly punitive approach. It became evident that

constitutional principles such as human dignity or the right to food were rarely explored or not even mentioned in the collected decisions. The authors conclude that the Judiciary reproduces the structural invisibility of hunger, by prioritizing the protection of property rights.

Keywords: Famelic Theft. Food Theft. State of necessity.

Introdução

A pandemia de Covid-19 disseminou, entre 2020 e 2022, não somente uma crise sanitária mundial, mas também intensificou problemas econômicos, sobretudo, em grupos sociais já vulneráveis. Esse cenário acentuou as desigualdades sociais pelo Brasil, elevando os níveis de desemprego e, consequentemente, de pobreza, miséria e fome, em razão do encarecimento de meios de subsistência (Costa, 2020). No entanto, importa ressaltar que tais circunstâncias socioeconômicas deixaram marcas que persistem até os dias atuais, como a necessidade da superação da insegurança alimentar em famílias atingidas, seja pelo desemprego ou pela perda de entes provedores (Schappo, 2021).

Com isso, o agravamento da fome pela desigualdade socioeconômica fez crescer um fenômeno já existente, mas acentuado no período pandêmico e em sua posterioridade: o furto famélico (Folha de São Paulo, 2021). O referido delito não recebe tipificação específica no Código Penal, mas é caracterizado por alguns autores da área como a subtração de alimentos com a finalidade de saciar a fome própria ou de outrem (Greco, 2022; Masson, 2018; Nucci, 2019). Ainda, esses mesmos autores defendem que o furto famélico não deve ser punível pela aplicação da excludente de ilicitude do estado de necessidade: "[...] quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se" (Greco, 2022, p. 1247; Masson, 2018, p. 365; Nucci, 2019, p. 470), conforme art. 24 do Código Penal brasileiro.

Nesse contexto, o delito do furto famélico deveria ser caracterizado de forma estrita, de modo a não abrir brechas para a prática deliberada do crime. No entanto, fundamentalmente, a prevenção estatal à condição de penúria é que deve ser prioridade, a fim de eximir a causa para a prática de tal delito desde as suas profundas raízes, como aduz o pensador sobre a fome, Josué de Castro (1984).

O objetivo geral do presente estudo é, portanto, analisar e compreender a aplicação da excludente do estado de necessidade em decisões do TJSP sobre prisão preventiva por furto famélico no período pós-pandêmico. Já como objetivos específicos, pretende-se: (i) compreender o posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre furtos famélicos, a partir da análise dos argumentos; (ii) analisar qual o entendimento consolidado nas decisões sobre furto famélico, buscando entender qual o caráter decisional para esses casos, se punitivista ou garantista; (iii) analisar se há menção à fundamentos constitucionais, e quais são estes, nas decisões que julgam o furto famélico.

Enquanto isso, é primordial debruçar-se sobre como o Poder Judiciário brasileiro está lidando com tal problemática, a partir do estudo das decisões que julgam o delito do furto famélico. Para tanto, será utilizada a Metodologia de Análise de Decisões (MAD) (Freitas Filho; Lima, 2010) que se divide em três etapas: a pesquisa exploratória, o recorte objetivo e o recorte institucional. Com o MAD, pretende-se classificar tipologias de justificação e identificar os modos de fundamentação, bem como a coerência e a

consistência das decisões dos magistrados do órgão selecionado.
Para tanto, foram analisados os argumentos utilizados pelos magistrados para proferir decisões condenatórias ou absolutórias. Em seguida, foi feito um levantamento dessas decisões, com o objetivo de traçar um perfil jurisprudencial do referido Tribunal com relação ao furto famélico, se mais punitivista ou garantista, aplicando ou não a excludente retromencionada.
A partir do estudo das decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo, será analisada de que forma a jurisprudência deste Juízo têm aplicado a excludente de ilicitude do estado de necessidade aos casos de prisão preventiva por furto famélico, buscando uma resposta ao seguinte questionamento: quais argumentos e sentidos podem ser identificados nas decisões sobre prisões preventivas do TJSP?

Metodologia

A abordagem de pesquisa consiste em uma perspectiva quali-quantitativa para dar conta da complexidade dos dados jurídicos. A etapa qualitativa corresponde ao tratamento do material documental propriamente dito, isto é, à leitura, organização e categorização do conteúdo textual coletado, neste caso acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo. A etapa quantitativa consiste na descrição numérica dessas categorias por meio de tabelas de distribuição de frequência, gráficos e quadros-resumo de tendência central, variabilidade e posição, seguindo as técnicas de estatística descritiva de Reis e Reis (2002).
Quanto ao nível, adota-se o caráter descritivo que, conforme a distinção clássica de Gil (2008), tem o objetivo primordial de detalhar as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis, valendo-se de técnicas padronizadas de coleta de dados, sem a pretensão de explicar suas causas, o que a aproximaria de uma pesquisa explicativa.
Quanto ao procedimento técnico, caracteriza-se como pesquisa documental e recorre-se à técnica de análise de conteúdo baseada em Laurence Bardin (2016). Seu método cumpre três fases sucessivas: a pré-análise, que envolve a leitura flutuante, a escolha dos documentos e a formulação de hipóteses; a exploração do material, que compreende a codificação, as regras de enumeração e o recorte do texto em unidades de registro e contexto; e o tratamento dos resultados, momento em que o conteúdo qualitativo categorizado se transforma em dados quantificáveis prontos para a descrição estatística. Essa articulação entre o tratamento qualitativo do material documental e sua posterior descrição numérica é o que caracteriza o campo da jurimetria, entendida como a aplicação dos métodos da estatística e da probabilidade ao estudo dos fenômenos jurídicos (Serra, 2013). O presente trabalho insere-se nessa tradição metodológica, utilizando a pesquisa documental e a análise de conteúdo como instrumentos de coleta e qualificação dos dados, e a estatística descritiva como instrumento de síntese e apresentação dos resultados.
Ainda, com o intuito de analisar de forma aprofundada as decisões expostas nesta seção, foi utilizado o Método de Análise Decisões (MAD), ensinado por Freitas Filho e Lima, uma metodologia que diverge parcialmente da Análise de Jurisprudência e do Estudo de Caso, buscando uma abordagem mais focada na hermenêutica decisória. Neste caso, o MAD consiste na investigação de expressões, extração de sentidos, estudo entre coerência e consistência, entre outros aspectos de uma análise aprimorada (Freitas Filho, Lima, 2010).
Para compreender o sentido de uma decisão, Lima e Filho explicam que é primordial a

observância de diversos aspectos minuciosos, inclusive atentar-se aos termos valorativos e descritivos utilizados, aos marcos teóricos, às implicações políticas, à coerência da decisão, aos modos de fundamentação, etc. Logo, percebe-se que a Análise de Decisões não se resume em um conceito único, pois define-se justamente pelas múltiplas possibilidades de análise e divide-se em propriedades da interpretação (Freitas Filho, Lima, 2010).

A pesquisa exploratória do MAD instruiu, inicialmente, o recorte objetivo a ser investigado, neste caso, como os magistrados estão tratando o crime de furto famélico: levando em consideração e aplicando a excludente de ilicitude do estado de necessidade ou não aplicando essa excludente. Em ambos os casos será apreciado nas decisões, então, o fundamento dogmático e/ou axiológico utilizado para justificar o julgamento, seja no sentido de concessão da liberdade ou da continuidade da prisão preventiva. Também serão vistos quais valores e princípios mais utilizados nas decisões deste crime (Freitas Filho, Lima, 2010).

Ressalta-se que, apesar de o recorte amostral adotado nesta pesquisa (17 acórdãos) ter viabilizado a aplicação artesanal da MAD sem prejuízo à profundidade hermenêutica ou à reprodutibilidade dos resultados, é importante reconhecer que essa metodologia, tal como originalmente concebida, apresenta limitações operacionais diante de conjuntos decisórios de maior volumetria.

Nesse sentido, Goes, Chaves e Freire (2026) propõem uma complementação instrumental à MAD, articulando-a a técnicas de jurimetria quali-quantitativa, de modo a conciliar a sensibilidade interpretativa característica da hermenêutica decisória à potência estatística da mineração de dados, viabilizando, assim, sua aplicação também em cenários de Big Data Jurídico. Tal proposta reforça a atualidade da MAD como ferramenta metodológica em constante desenvolvimento, capaz de se adequar tanto a pesquisas de recorte reduzido, como a presente, quanto a investigações de maior escala, sem comprometer o rigor científico que lhe é inerente.

Em seguida, foram analisadas a coerência da decisão, isto é, se a decisão faz sentido para o sistema político a qual está inserida ou se é coerentemente e racionalmente estruturada. Ademais, a consistência também será considerada, ou seja, se está de acordo com os julgados do seu mesmo órgão institucional ou se há ideias controvertidas no sistema.

Buscou-se, ainda, observar se há algum elemento que traduza o sentido de política criminal punitivista ou garantista, com o objetivo de extrair qual a tendência decisória do Tribunal, em um estudo de narrativas e padrões que corroboram com a garantia dos direitos humanos, por exemplo, ou se há a perpetuação de discursos repressivos e de maior rigor penal.

Após compreender a estrutura decisória para assimilar a ação pretendida pelo magistrado, analisou-se os possíveis reflexos, implicações e consequências – sociais, econômicas ou políticas –, que emanam dos sentidos dessas decisões.

Em paralelo ao recorte objetivo, mostrou-se fundamental a definição de um órgão institucional, neste caso, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em razão de ser a Corte do estado mais populoso do país, possibilitando um maior e variado campo amostral.

Resultados e Discussões

A análise documental adotada nesta pesquisa fundamenta-se na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), aplicada ao corpus constituído pelos acórdãos do

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), com o objetivo de identificar o padrão argumentativo presente na fundamentação das decisões.

Seguindo as três fases propostas pela autora, parte-se da pré-análise, etapa em que se realiza a leitura flutuante dos acórdãos selecionados e a delimitação do corpus. Segue-se a exploração do material, fase de codificação na qual os trechos da fundamentação dos votos são recortados em unidades de registro, contabilizados segundo regras de enumeração (frequência de ocorrência de cada tipo de argumento) e organizados em categorias analíticas que expressam os diferentes padrões argumentativos identificados.

Por fim, procede-se ao tratamento dos resultados, à inferência e à interpretação, momento em que as categorias construídas são quantificadas e relacionadas entre si, permitindo inferir, a partir da recorrência e da combinação dos tipos de argumentos, qual é o padrão argumentativo predominante adotado pelos desembargadores do TJSP na fundamentação de seus acórdãos. Esse procedimento permite transformar o conteúdo qualitativo da linguagem jurídica das decisões em categorias passíveis de descrição estatística, articulando a análise de conteúdo de Bardin (2016) ao tratamento quantitativo proposto pela jurimetria.

A partir desse procedimento, foi possível organizar e categorizar os seguintes argumentos:

Quadro 1 – Argumentos utilizados (EM ANEXO)

Aqui importa categorizar os argumentos em razão da decisão final do acórdão, sendo assim, o argumento será considerado condenatório se a decisão final foi pela manutenção da prisão preventiva ou será considerado absolutório se a decisão final concedeu liberdade processual, trancou a ação penal ou promoveu medida alternativa à prisão. Desta forma, os argumentos foram divididos da seguinte forma:

Quadro 2 – Categorização dos argumentos (EM ANEXO)

Com isso, o gráfico a seguir demonstra visualmente a recorrência de cada argumento:

Gráfico 1 - Argumentos utilizados (EM ANEXO)

Com relação à proporção dos argumentos utilizados, a aplicação do estado de necessidade foi feito em apenas 3 dos 17 acórdãos (uma proporção de apenas 17,6%), enquanto que o afastamento dessa excludente esteve presente em 8 dos 17 (47% dos acórdãos não invocaram o estado de necessidade), e por fim, 6 dos 17 acórdãos não chegaram nem a mencionar a excludente (aproximadamente 35,3% das decisões). Considerando somente os acórdãos que não o aplicaram ou não o mencionaram, ambos os cenários representam 14 dos 17 acórdãos, portanto, 82,4% das decisões analisadas do TJSP não invocaram a excludente de ilicitude do estado de necessidade.

Da mesma forma, o Argumento 4 indica que as decisões que não aplicam o estado de necessidade, também não configuram os delitos como furto famélico, em razão das particularidades de cada caso, apesar dos fatos narrados serem todos de furtos de gêneros alimentícios. Infere-se desse cenário que o furto famélico deve ser analisado conforme as circunstâncias fáticas, visto que o furto de alimentos pode nem sempre ter

como finalidade a saciedade da fome ou a salvaguarda de uma vida, os quais são alguns dos motivos que justificam sua caracterização.

Outro conflito notável entre argumentos, faz-se quanto à aplicação ou não do princípio da insignificância, o critério de aplicação é relativo para alguns magistrados, enquanto que para outros varia em razão da notável desproporcionalidade do valor. Na análise foi possível constatar que, em comparação à recorrência do Argumento 1 (aplicação do princípio da insignificância), o Argumento 2 (afastamento da insignificância) foi 100% mais recorrente.

O Argumento 6 também merece destaque, visto que foi o mais recorrente entre os demais. A utilização desse argumento indica que os magistrados consideraram a conduta de alta reprovabilidade e gravidade, concluíram que o delito praticado afetaria a ordem pública ou que medidas alternativas seriam insuficientes para conter o risco de novas infrações. A recorrência dessa justificativa, enquanto a mais utilizada entre os acórdãos, foi de 11 em 17 acórdãos, logo, aparece em 64,7% do total de decisões analisadas.

Por outro lado, com relação ao número total de acórdãos analisados, quanto ao teor de suas decisões finais resultou na seguinte frequência:

Gráfico 2 - Decisão final dos Acórdãos (EM ANEXO)

Por fim, as decisões finais em manter ou não a prisão preventiva resultaram na seguinte frequência de absolvições e condenações:

Gráfico 3 - Teor dos Acórdãos (EM ANEXO)

Portanto, foi possível identificar que foram utilizados predominantemente argumentos de caráter condenatório, restando evidente que a maioria dos acórdãos (64,7%) foram pela manutenção da prisão preventiva. De outro modo, os demais acórdãos, que representam a minoria (35,3%), seguiram por medidas alternativas à prisão, trancaram a ação penal ou concederam a liberdade processual.

Na análise de conteúdo dos acórdãos condenatórios, foi possível perceber que possuem uma prática decisória restrita, isto é, seguem a norma positiva. Ao mesmo tempo, também foi percebido que consideram os aspectos particulares de cada caso, aplicando os institutos com coerência de acordo com as particularidades do delito.

Ainda assim, a escolha argumentativa dos magistrados reflete uma prática punitivista, tendo em vista que ao manterem a pena de prisão, justificam que a utilidade desta seria para evitar novos danos sociais, mas não a visualizam como um mecanismo, também, de ressocialização. Outro aspecto argumentativo que reflete o caráter punitivista demonstra-se quando é mencionado o perfil reincidente dos agentes como escusa à liberdade, enquanto que não há preocupação dos magistrados quanto à reinserção adequada dos agentes à sociedade, o que demonstra um viés não garantista.

De outro modo, os acórdãos absolutórios demonstram grande preocupação em averiguar princípios e teses do direito penal que devem ser estudados à luz dos casos concretos. Essa atitude dos magistrados demonstra comprometimento jurídico não só com a norma

positiva e taxativa, mas com as exceções, ou seja, caminham por um viés em que a punição nem sempre será regra. Tais perfis aduzem para o garantismo penal, corrente que, segundo Luigi Ferrajoli, adota a compreensão equitativa e a motivação racional como alguns de seus pilares (Ferrajoli, 2002). Logo, não se limita a uma reprodução mecânica da lei, mas constitui um argumento estruturado que utiliza medidas cautelares alternativas para equilibrar a necessidade de acautelamento com o direito fundamental à liberdade.

Sob essa ótica, esses acórdãos traduzem o papel do julgador não só como raso interpretador da norma penal, mas como explorador axiológico do sentido de justiça mais benéfico à cada caso. Afinal, na sociedade plurifacetada da atualidade, não se faz possível avaliar um caso criminal somente pelos requisitos de fato típico, ilícito e culpável, por esse mesmo motivo a presente pesquisa encontra pertinência, pois nem sempre o crime encontra reprovabilidade, sendo primordial a avaliação das circunstâncias.

Conclusão

Retomando os objetivos inicialmente propostos, foi possível compreender o posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo acerca do furto famélico a partir da análise dos 14 argumentos identificados, restando evidente que a excludente do estado de necessidade não ocupa posição relevante na fundamentação dos julgados, uma vez que 82,4% dos acórdãos analisados não a invocaram ou expressamente a afastaram.

Esse dado, somado à constatação de que 64,7% das decisões mantiveram a prisão preventiva, permite inferir que o entendimento consolidado do TJSP, no recorte temporal estudado, tende a um caráter mais punitivista do que garantista. Apesar disso, ainda há a presença minoritária de decisões que reconhecem a atipicidade material da conduta e aplicam o princípio da insignificância de forma a privilegiar a liberdade processual em detrimento do rigor patrimonial.

Quanto ao terceiro objetivo específico, verificou-se que os fundamentos constitucionais são minimamente explorados pelos desembargadores, prevalecendo a referência a institutos doutrinários e a precedentes do próprio TJSP e do STJ. Por outro lado, observa-se que princípios como a dignidade da pessoa humana, o mínimo existencial e o direito social à alimentação adequada, previstos respectivamente nos artigos 1º, inciso III, e 6º da Constituição Federal, não recebem uma análise mais densa. Tal lacuna argumentativa revela que a discussão sobre o furto famélico ainda se mantém adstrita ao plano infraconstitucional, distanciando-se de uma leitura constitucionalmente adequada do problema da fome enquanto violação a direitos fundamentais.

Nesse sentido, conforme o pensamento de Josué de Castro (1984) que inicia este estudo, conclui-se que a persistência de uma jurisprudência majoritariamente condenatória em casos de furto famélico revela que o Poder Judiciário, ao invés de atuar como instância de proteção aos mais vulneráveis, frequentemente reproduz a invisibilidade estrutural da fome, tratando-a como circunstância irrelevante frente à tutela do patrimônio.

Assim, esse cenário reforça que a real solução ao fenômeno do furto famélico deve

residir na efetivação de políticas públicas de segurança alimentar capazes de atacar as causas socioeconômicas da fome. No entanto, enquanto os esforços mantiveram-se no incremento do aparato penal, o sistema de justiça criminal poderá continuar a punir os efeitos de uma omissão que é, em sua origem, estatal.

Por fim, cumpre registrar que esta pesquisa teve como limitações o recorte temporal e o quantitativo amostral, circunscritos a 17 acórdãos do TJSP localizados em fonte pública do próprio site do Tribunal, o que impede generalizações para a totalidade da jurisprudência brasileira sobre o mesmo tema. Portanto, recomenda-se que estudos futuros ampliem o corpus de análise para outros Tribunais de Justiça estaduais, bem como para decisões de primeira instância e para julgados do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (2ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2094898-39.2021.8.26.0000. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Paciente: Moacir Américo Filho. Relator: Des. André Carvalho e Silva de Almeida. São Paulo, 28 de maio de 2021.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (2ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2208641-90.2022.8.26.0000. Impetrante: Renato Nascimento Parussolo. Paciente: Claudemir Robson Jayme. Relator: Des. André Carvalho e Silva de Almeida. São Paulo, 21 de setembro de 2022.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (4ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2264320-46.2020.8.26.0000. Impetrante: Jorge Luiz Pereira. Paciente: Nayara Sthefany Jardim Batista. Relator: Des. Euvaldo Chaib. São Paulo, 19 de janeiro de 2021.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (5ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2123424-16.2021.8.26.0000. Impetrante: Leonardo Biagioni de Lima (Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Paciente: Danilo Fernandes. Relator: Des. Geraldo Wohlers. São Paulo, 18 de junho de 2021.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (5ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2201552-84.2020.8.26.0000. Impetrante: Marcos Donizeti Ivo. Paciente: Anizio Jardim de Oliveira. Relator: Des. Tristão Ribeiro. São Paulo, 1º de outubro de 2020.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (7ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2067641-39.2021.8.26.0000. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Paciente: Fábio Alexandre Trino. Relator: Des. Adilson Paukoski Simoni. São Paulo, 21 de maio de 2021.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (9ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2029616-54.2021.8.26.0000. Impetrante: Carolina Romani Brancalion (Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Paciente: Eliomar Aparecido Camilo. Relator: Des. Alcides Malossi Junior. São Paulo, 23 de abril de 2021.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (11ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2035777-46.2022.8.26.0000. Impetrante: José Victor Ramos Nogueira (Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Paciente: Cláudio Eduardo Caruso Costa Pinto. Relator: Des. Alexandre Almeida. São Paulo, 8 de abril de 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (12ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2059508-42.2020.8.26.0000. Impetrante: Leonardo Biagioni de Lima (Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Paciente: Robert André Guimarães. Relatora: Desª. Angélica de Almeida. São Paulo, 29 de junho de 2020.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (12ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2074067-04.2020.8.26.0000. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Pacientes: Gabriel William Marques de Abreu e Thais Cristina de Lima. Relator: Des. Heitor Donizete de Oliveira. São Paulo, 7 de junho de 2020.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (12ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2141931-54.2023.8.26.0000. Impetrantes: José Luiz de Oliveira Junior e Estevão André da Silva. Paciente: Robson Rodrigo Francisco. Relator: Des. Amable Lopez Soto. São Paulo, 25 de julho de 2023.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (12ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2169482-14.2020.8.26.0000. Impetrante: Fernanda Caccavali Macedo (Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Paciente: Alberto Kevin Nakano de Souza. Relatora: Desª. Angélica de Almeida. São Paulo, 26 de novembro de 2020.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (13ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2263455-81.2024.8.26.0000. Impetrantes: Bruna Gorrasi e Jimmy Augusto Lima da Silva. Paciente: Efrain Silva Alves. Relator: Des. Luís Geraldo Lanfredi. São Paulo, 2 de outubro de 2024.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (14ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2062823-78.2020.8.26.0000. Impetrante: Valéria Corrêa Silva Ferreira (Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Pacientes: Eder Piccirilo Paes, Fagne José da Silva e James Alves Bertado. Relator: Des. Fernando Torres Garcia. São Paulo, 5 de maio de 2020.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (14ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2174683-50.2021.8.26.0000. Impetrante: Marco Antonio Marchetti Calonego. Paciente: Roberta Silva da Costa. Relator: Des. Fernando Torres Garcia. São Paulo, 13 de agosto de 2021.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (15ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2072073-38.2020.8.26.0000. Impetrante: Edmar Voltolini. Pacientes: Filipe da Silva Moreira e Gilvan Aparecido de Moraes. Relator: Des. Gilberto Ferreira da Cruz. São Paulo, 18 de maio de 2020.
BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (15ª Câmara de Direito Criminal). Habeas Corpus Criminal nº 2122411-11.2023.8.26.0000. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Paciente: Leandro de Oliveira Pereira. Relatora: Desª. Érika Soares de Azevedo Mascarenhas. São Paulo, 21 de junho de 2023.
CASTRO, Josué de. Geografia da fome. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
CAPPELLETTI, Mauro. Juízes legisladores?. 2. ed. Porto Alegre: Fabris, 1993.
CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
FOLHA DE SÃO PAULO. Defensorias veem aumentar casos de furto de comida na pandemia. Folha de S. Paulo, 12 mar. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/defensorias-veem-aumentar-casos-de-furto-de-comida-na-pandemia.shtml. Acesso em: 18 dez. 2025.
FOLHA DE SÃO PAULO. Os brasileiros presos por furto de comida na pandemia de Covid. Folha de S. Paulo, 20 jun. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/os-brasileiros-presos-por-furto-de-comida-na-pandemia-de-covid.shtml. Acesso em: 03 dez. 2025.

FREITAS FILHO, Roberto; LIMA, Thalita Moraes. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Univ. Jus, Brasília, v. 21, n. 2, p. 1-17, JUL/DEZ 2010.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GOES, Yuri Luis Pinheiro Morais; CHAVES, Luciano Athayde; FREIRE, Leonardo Oliveira. Metodologia de análise de decisões com jurimetria qualiquantitativa: um complemento à Metodologia de Análise de Decisões (MAD). In: CHAVES, Luciano Athayde (coord.); SUASSUNA SEGUNDO, Francisco Solano de Freitas (org.). Metodologia da pesquisa jurídica: fundamentos, métodos e aplicações. Natal: Insigne Acadêmica, 2026. p. 39-62.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: volume 2, parte especial – artigos 121 a 212 do Código Penal. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
MASSON, Cleber. Direito Penal: parte especial – arts. 121 a 212. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal: parte especial – arts. 121 a 212 do Código Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. Análise descritiva de dados. Belo Horizonte: Departamento de Estatística, UFMG, 2002.
SERRA, Márcia Milena Pivatto. Como utilizar elementos da estatística descritiva na jurimetria. Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET, Curitiba, ano 4, n. 10, p. 156-169, jun./dez. 2013.
WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken windows: the police and neighborhood safety.The Atlantic Monthly, Boston, v. 249, n. 3, p. 29-38, mar. 1982.

Anexos



Quadro 3 – Acórdãos analisados - PAG 1



Quadro 3 – Acórdãos analisados - PAG 2



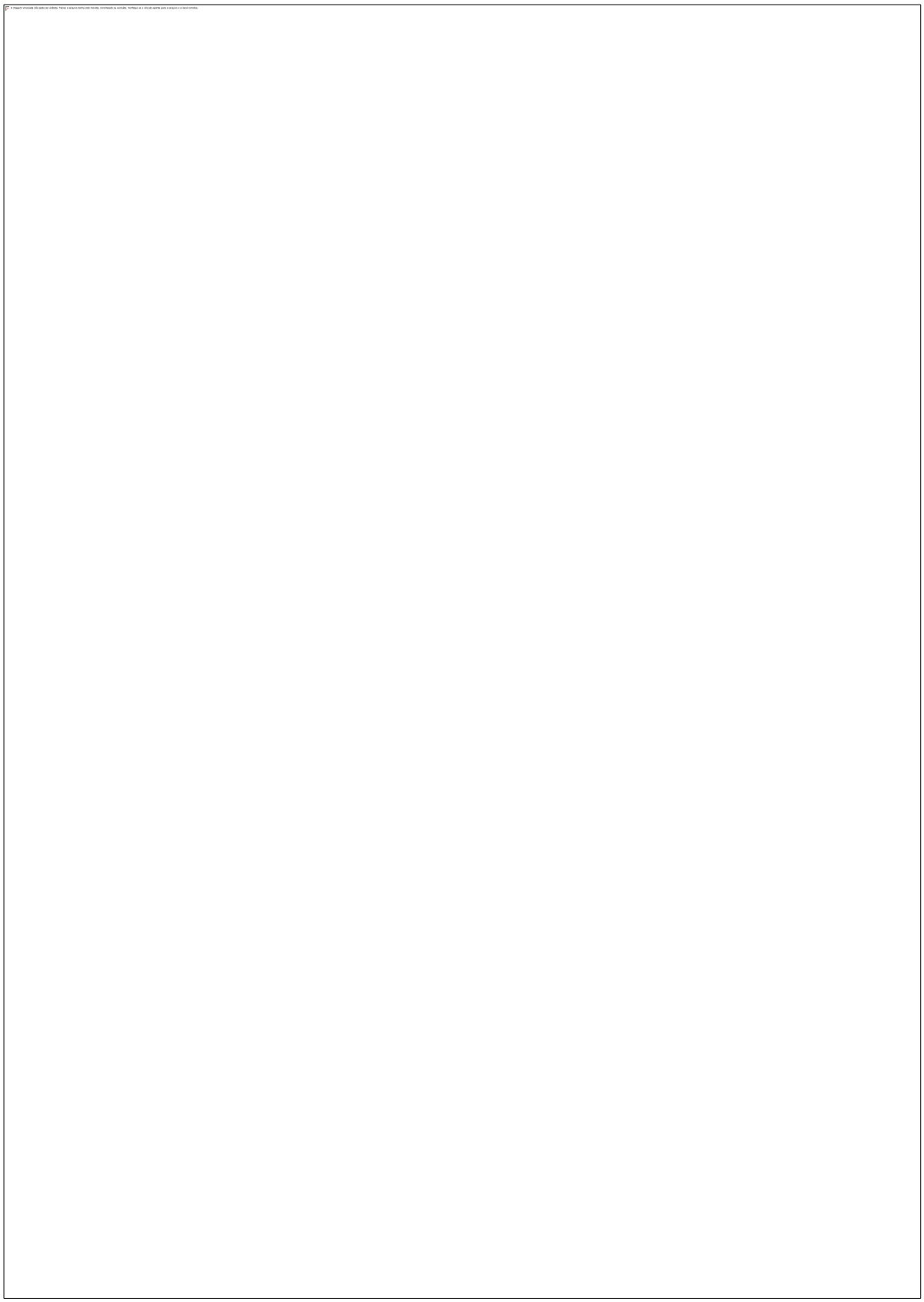
Quadro 1 - Argumentos utilizados - PAG 1



Quadro 1 - Argumentos utilizados - PAG 2



Quadro 1 - Argumentos utilizados - PAG 3



Quadro 2 – Categorização dos argumentos



Gráfico 1 - Argumentos utilizados

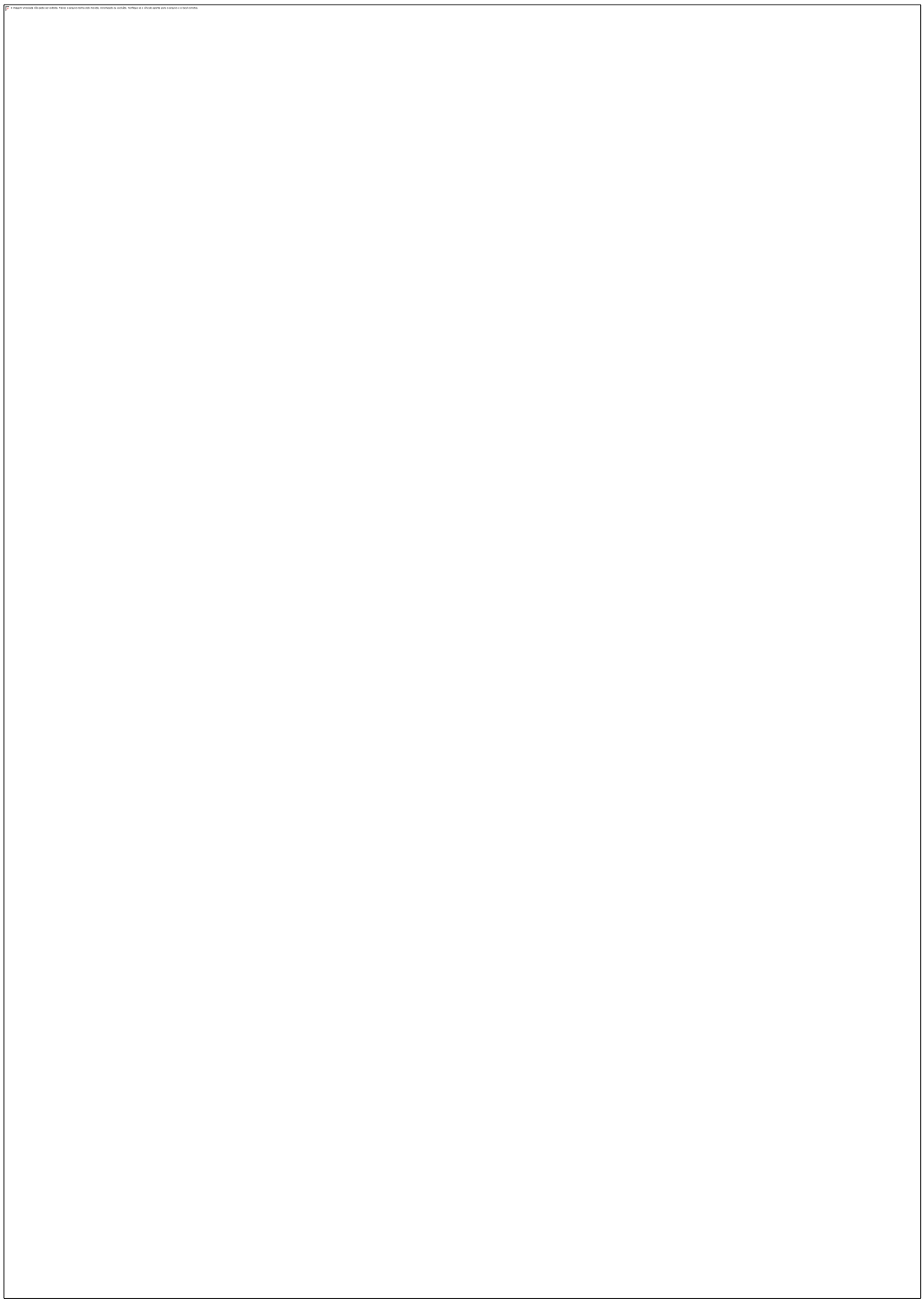


Gráfico 2 - Decisão final dos Acórdãos



Gráfico 3 - Teor dos Acórdãos

CÓDIGO: HS0108

AUTOR: MARIA LUIZA PACHECO DOS SANTOS

ORIENTADOR: THIAGO FERREIRA DIAS

TÍTULO: Transparência Ativa no Poder Legislativo: análise dos Estados brasileiros

Resumo

Os resultados evidenciaram diferenças expressivas nos níveis de transparência ativa entre os Legislativos analisados. No ranking oficial de 2025, Paraná, Goiás e Rondônia apresentaram os maiores índices de transparência, enquanto Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais figuraram entre os menores desempenhos. A análise complementar por meio do Índice Geral de Desempenho Legislativo (IGDL) confirmou essa heterogeneidade e demonstrou que a transparência também se distribui de forma desigual entre suas diferentes dimensões. Informações Prioritárias, Ouvidoria e Informações Institucionais apresentaram os maiores níveis médios de atendimento, enquanto Obras, Convênios e Transferências e Diárias registraram resultados inferiores e maior variabilidade entre as instituições. Conclui-se que a transparência ativa nos Poderes Legislativos apresenta distintos níveis de institucionalização, com práticas mais consolidadas em determinadas dimensões e fragilidades persistentes em outras, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de divulgação de informações para o fortalecimento da accountability, da governança pública e do controle social.

Palavras-chave: transparência pública; transparência ativa; accountability; governo ab

TITLE: Active Transparency in the Legislative Branch: An Analysis of Brazilian States

Abstract

Public transparency constitutes one of the main pillars of democratic governance, fostering accountability, social control, and the strengthening of public institutions. In this context, this study aimed to analyze the institutional active transparency of the Legislative Branches of the Brazilian federative units, based on data from the Public Transparency Radar. This is a descriptive study with a quantitative approach, conducted through documentary analysis of data provided by the National Public Transparency Program. The results revealed significant differences in the levels of active transparency among the Legislative Branches analyzed. In the official 2025 ranking, Paraná, Goiás, and Rondônia achieved the highest transparency scores, whereas Rio de Janeiro, Santa Catarina, and Minas Gerais were among the lowest-performing states. The complementary analysis using the General Legislative Performance Index (IGDL) confirmed this heterogeneity and demonstrated that transparency is also unevenly distributed across its different dimensions. Priority Information, Ombudsman Services, and Institutional Information showed the highest average levels of compliance, while Public Works, Agreements and Transfers, and Travel Allowances recorded lower results and greater variability among the institutions. It is concluded that active transparency within the Legislative Branches presents different levels of institutionalization, with more consolidated practices in certain dimensions and pe

Keywords: public transparency; active transparency; accountability; open governm

Introdução

As transformações ocorridas na Administração Pública nas últimas décadas modificaram significativamente a relação entre Estado e sociedade. O modelo burocrático tradicional, centrado na rigidez dos procedimentos administrativos, passou a ser questionado diante das crescentes demandas por eficiência, qualidade dos serviços públicos, participação

cidadã e transparência governamental. Nesse contexto, a Reforma Gerencial do Estado, iniciada em diversos países a partir da década de 1980 e incorporada no Brasil na década de 1990, buscou modernizar a gestão pública por meio da adoção de práticas orientadas para resultados, eficiência administrativa e maior responsabilização dos gestores públicos (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Posteriormente, a evolução desse modelo deu origem à denominada Nova Governança Pública, caracterizada por uma gestão baseada na cooperação entre Estado, sociedade civil e setor privado, com maior ênfase em processos participativos, redes colaborativas e coprodução de políticas públicas (OSTROM, 1996; OSBORNE, 2006; PESTOFF, 2006).

Nesse cenário, consolida-se o conceito de governo aberto, modelo de gestão pública fundamentado na transparência, na participação social, na colaboração e na accountability, que reconhece que a produção de valor público depende da interação permanente entre governo e sociedade.

Entre os pilares do governo aberto, a transparência pública ocupa posição central, ao permitir que cidadãos, organizações da sociedade civil e órgãos de controle acompanhem a atuação governamental e reduzam a assimetria de informações entre governantes e governados. A transparência relaciona-se estreitamente ao conceito de accountability, entendido como o dever dos agentes públicos de prestar contas de seus atos e responder pelas consequências de suas ações (CAMPOS, 1990; PINHO; SACRAMENTO, 2009). Esses conceitos, detalhados na seção seguinte, fundamentam o entendimento de que a efetividade do controle social depende da existência de informações acessíveis, completas e atualizadas.

No Brasil, a promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), representou importante avanço normativo ao regulamentar o direito constitucional de acesso às informações públicas, consolidando as modalidades de transparência passiva e ativa, cujas características e implicações serão discutidas no referencial teórico.

Entre os Poderes da República, o Poder Legislativo desempenha papel fundamental para o funcionamento da democracia, exercendo funções de representação política, elaboração das leis e fiscalização das ações do Poder Executivo. Em razão dessas atribuições, torna-se imprescindível que suas atividades sejam desenvolvidas de forma transparente, permitindo que a sociedade acompanhe o processo legislativo, a execução orçamentária, as despesas públicas, os contratos administrativos e as demais ações institucionais. A transparência no Poder Legislativo fortalece a accountability, amplia o controle social e contribui para o aumento da confiança da população nas instituições democráticas.

Com o objetivo de avaliar o cumprimento das normas relacionadas à transparência

pública, foi instituído o Programa Nacional de Transparência Pública, coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), cujo principal instrumento de avaliação é o Radar da Transparência Pública. O programa realiza avaliações
periódicas dos portais eletrônicos dos órgãos públicos brasileiros, permitindo identificar o
nível de transparência ativa das instituições públicas e comparar o desempenho entre os diferentes entes federativos e Poderes.
Apesar dos avanços proporcionados pela legislação brasileira e pelos mecanismos de avaliação existentes, ainda são observadas diferenças significativas no nível de transparência

ativa entre os órgãos públicos brasileiros. No âmbito do Poder Legislativo estadual, torna-se
relevante compreender como as Assembleias Legislativas e a Câmara Legislativa

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que combina a interpretação dos aspectos relacionados à transparência pública e à accountability com a análise de dados quantitativos provenientes do Radar da Transparência
Pública. A integração dessas abordagens possibilita compreender o fenômeno investigado de
forma mais abrangente, articulando o referencial teórico sobre governo aberto e transparência
pública com a mensuração do nível de transparência ativa dos Poderes Legislativos estaduais.
Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. É exploratória porque busca ampliar o conhecimento sobre a transparência ativa institucional no
âmbito do Poder Legislativo, tema que ainda apresenta espaço para investigações comparativas entre as unidades federativas. Simultaneamente, é descritiva, pois procura identificar, organizar e comparar o desempenho dos Poderes Legislativos estaduais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal com base nos indicadores do Radar da Transparência
Pública.
No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, artigos científicos, dissertações, teses e legislação relacionados aos temas accountability, governo aberto, transparência pública e transparência ativa. A pesquisa documental utilizou informações disponibilizadas em documentos oficiais e bases de dados públicas, tendo como principal
fonte o Radar da Transparência Pública, elaborado no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública, coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do
Brasil (Atricon).
A unidade de análise compreende os Poderes Legislativos das 27 unidades federativas brasileiras, constituídos pelas Assembleias Legislativas dos 26 estados e pela Câmara

Legislativa do Distrito Federal. A escolha dessas instituições decorre de sua relevância para o fortalecimento da democracia, da accountability e do controle social, bem como da disponibilidade de informações padronizadas no Radar da Transparência Pública, permitindo a realização de análises comparativas.

A coleta de dados foi realizada a partir das informações disponibilizadas pelo Radar da Transparência Pública, considerando os resultados mais recentes publicados pelo Programa Nacional de Transparência Pública. Foram coletados os indicadores de transparência ativa institucional atribuídos a cada Poder Legislativo estadual, bem como as respectivas classificações e índices de atendimento aos critérios estabelecidos pelo programa de avaliação.

Para o tratamento dos dados, empregou-se inicialmente a estatística descritiva, mediante a organização das informações em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel, possibilitando a elaboração de tabelas, gráficos e medidas descritivas. Posteriormente, os dados foram analisados no software Excel, com o objetivo de realizar análises estatísticas complementares e identificar padrões de comportamento entre as unidades federativas.

A análise dos resultados foi conduzida por meio da comparação dos índices de transparência ativa obtidos pelos Poderes Legislativos estaduais, permitindo identificar diferenças de desempenho, níveis de atendimento aos critérios de avaliação e possíveis padrões entre as unidades federativas. Os resultados quantitativos foram interpretados à luz do referencial teórico sobre governo aberto, transparência pública e accountability, buscando compreender suas implicações para o fortalecimento da gestão pública democrática e do controle social.

Por utilizar exclusivamente dados públicos, disponibilizados em bases oficiais e sem envolver seres humanos como participantes da pesquisa, este estudo não demandou submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a regulamentação vigente.

Resultados e Discussões

Os resultados são apresentados em dois níveis complementares. Primeiro, considera-se o desempenho oficial dos Legislativos no Radar da Transparência Pública, utilizado pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) como referência padronizada para avaliação da transparência ativa. Em seguida, a partir da base detalhada do PNTP, apresenta-se o Índice Geral de Desempenho Legislativo (IGDL), construído especificamente para esta

pesquisa. Essa distinção é necessária porque o IGDL não substitui nem reproduz o indicador oficial do Radar; trata-se de uma medida analítica destinada a explorar a estrutura multidimensional da transparência legislativa.

4.1 Desempenho dos Legislativos no Radar da Transparência Pública

O Radar da Transparência Pública constitui a referência inicial da análise por permitir a comparação padronizada dos níveis de transparência ativa entre os Poderes Legislativos das unidades federativas. Conforme apresentado no referencial teórico, o instrumento verifica o atendimento de critérios relacionados à divulgação espontânea de informações públicas, fundamentados principalmente na Lei de Acesso à Informação, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 13.460/2017 e em outras normas relacionadas à transparência pública. A metodologia do PNTP também distingue critérios essenciais, obrigatórios e recomendados, atribuindo aos órgãos índices e classificações segundo o grau de atendimento.

No ciclo de 2025, a avaliação do PNTP manteve a lógica de classificação dos portais segundo o índice de transparência e o atendimento dos critérios essenciais. Os níveis superiores incluem os selos Diamante, Ouro e Prata, sendo o Diamante atribuído aos órgãos que atendem integralmente aos critérios essenciais e alcançam índice de transparência entre 95% e 100%; o Ouro corresponde ao intervalo de 85% a 94%; e o Prata ao intervalo de 75% a 84%, desde que atendidos os requisitos relativos aos critérios essenciais.

Para os Legislativos estaduais e distrital, o resultado do Radar constitui, portanto, o ponto de partida empírico desta pesquisa. A classificação oficial permite observar como as próprias instituições são posicionadas pelo sistema nacional de avaliação da transparência.

Esse resultado é importante porque estabelece uma referência externa para a análise posterior, possibilitando verificar em que medida uma medida agregada construída especificamente para esta pesquisa reproduz ou se distancia do padrão observado no Radar.

O ranking oficial do Radar constitui, portanto, o ponto de partida para identificar a posição relativa dos Legislativos na avaliação nacional. A comparação permite observar que, embora as 27 unidades federativas estejam submetidas ao mesmo marco jurídico nacional, existem diferenças entre as instituições quanto ao atendimento das exigências de transparência ativa.

Tabela 1 – Ranking oficial dos Legislativos estaduais e distrital no Radar da Transparência Pública – 2025

N UF Índice de Transparência
1 Paraná 100,00%
2 Goiás 99,85%

3 Rondônia 99,36%
4 Amapá 99,10%
5 Espírito Santo 98,23%
6 Ceará 97,47%
7 Mato Grosso 97,13%
8 Distrito Federal 95,1%
9 Acre 93,02%
10 Sergipe 91,94%
11 Pará 91,17%
12 Mato Grosso do Sul 89,09%
13 Piauí 88,77%
14 Rio Grande do Sul 87,47%
15 Bahia 86,56%
16 Maranhão 79,32%
17 Pernambuco 75,40%
18 Paraíba 70,72%
19 Amazonas 64,57%
20 São Paulo 64,29%
21 Rio Grande do Norte 56,20%
22 Roraima 53,27%
23 Tocantins 49,07%
24 Minas Gerais 47,36%
25 Santa Catarina 40,46%
26 Rio de Janeiro 34,92%
27 Alagoas -

Fonte: Dados da pesquisa, 2026

Os resultados oficiais de 2025 confirmam a existência de um grupo de elevado desempenho entre os Legislativos estaduais. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo, por exemplo, foi reconhecida pelo segundo ano consecutivo como a Assembleia mais transparente do Brasil e recebeu novamente o Selo Diamante. A Assembleia Legislativa de Goiás também alcançou o Selo Diamante, registrando índice de 99,85% em 2025. A Câmara Legislativa do Distrito Federal, por sua vez, alcançou 95,1% e recebeu classificação de excelência no Radar.
Já a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul registrou aproximadamente 89% e manteve o Selo Ouro.
A literatura apresentada no referencial ajuda a interpretar essa heterogeneidade. Michener, Contreras e Niskier (2018) argumentam que a efetividade da Lei de Acesso à Informação depende da capacidade institucional dos órgãos para implementar adequadamente suas obrigações e do compromisso organizacional com a abertura das informações.

Nebot (2019), por sua vez, associa diferenças nos níveis de transparência a fatores como capacidade administrativa, disponibilidade tecnológica, cultura organizacional e comprometimento institucional.

Esses resultados demonstram que o Radar já produz uma importante ordenação institucional do desempenho dos Legislativos. Entretanto, para os objetivos desta pesquisa, a utilização direta do índice oficial não seria suficiente. O interesse não se limita a saber qual Assembleia apresenta maior índice de transparência, mas compreender como o desempenho se distribui entre diferentes dimensões e quais padrões de institucionalização podem ser identificados entre os Legislativos.

Assim, o ranking do Radar não deve ser entendido apenas como uma ordenação de notas, mas como uma primeira evidência de diferentes níveis de institucionalização das práticas de transparência ativa. Abordando este ponto que se insere a proposição do Índice Geral de Desempenho Legislativo (IGDL) que será explorado no próximo item.

4.2 Construção e resultados do Índice Geral de Desempenho Legislativo (IGDL)

Para aprofundar a análise, foi construído o Índice Geral de Desempenho Legislativo (IGDL). O índice constitui uma medida analítica própria desta pesquisa e foi calculado a partir dos dados desagregados do PNTP. Sua finalidade é verificar como o desempenho dos Legislativos se distribui entre diferentes dimensões da transparência ativa.

O procedimento consistiu em transformar as respostas dos itens em uma medida binária de atendimento; agregar os itens no nível dos critérios; agregar os critérios no nível das dimensões; e, finalmente, calcular a média simples das 16 dimensões. Cada dimensão recebeu, portanto, o mesmo peso no índice final.

$$IGDL_i = (\Sigma\ D_i d / 16) \times 100$$

O IGDL deve ser interpretado como medida da dimensão de transparência ativa que constitui uma das bases da abertura institucional e uma dimensão essencial do Governo Aberto. No âmbito do Legislativo, a transparência fornece condições informacionais para o acompanhamento da atuação institucional, o controle social e a accountability. Entretanto, o IGDL não mensura o Parlamento Aberto em sua totalidade, pois sua construção está restrita aos critérios de transparência ativa contemplados pelo PNTP.

Na base analítica atualmente consolidada, foram obtidos 26 Legislativos. Isso ocorre porque o arquivo identificado como AL na coleta original corresponde a uma avaliação da Prefeitura Municipal de Pilar/AL, e não à Assembleia Legislativa de Alagoas. Por essa razão, o IGDL apresentado a seguir deve ser tratado como resultado provisório de 26 unidades,

até
que o registro correto da Assembleia Legislativa de Alagoas seja incorporado. Essa correção é
necessária para que a pesquisa efetivamente corresponda ao universo de 27 unidades federativas definido em sua metodologia.

Tabela 2 - Índice Geral de Desempenho Legislativo (IGDL) 2025
Posição IGDL UF IGDL
1 PR 100.00
2 GO 99.99
3 RO 99.86
4 ES 98.43
5 CE 97.94
6 AP 97.92
7 MT 95.38
8 DF 93.57
9 AC 92.29
10 PI 90.04
11 BA 87.22
12 PA 87.18
13 SE 87.00
14 MS 86.77
15 RS 84.24
16 MA 81.86

17 PE 69.73
18 PB 65.58
19 AM 61.55
20 RN 58.33
21 SP 52.94
22 MG 48.98
23 TO 48.74
24 RR 44.95
25 SC 41.68
26 RJ 27.78
Fonte: Dados da pesquisa, 2026

Os resultados do IGDL revelam amplitude expressiva entre as unidades analisadas. O índice variou de 27,78 a 100,00 pontos. Paraná (100,00), Goiás (99,99), Rondônia (99,86),
Espírito Santo (98,43), Ceará (97,94) e Amapá (97,92) apresentaram os maiores resultados.
No extremo inferior, Rio de Janeiro (27,78), Santa Catarina (41,68), Roraima (44,95), Tocantins (48,74), Minas Gerais (48,98) e São Paulo (52,94) apresentaram os menores valores.
A amplitude observada demonstra que a institucionalização das práticas de transparência ativa não ocorre de maneira uniforme entre os Legislativos. Entretanto, o principal ganho analítico do IGDL não está apenas na ordenação das unidades, mas na possibilidade de decompor o desempenho agregado e identificar as dimensões que sustentam

ou limitam o resultado de cada instituição.

4.3 Resultados das dimensões de transparência

A análise das 16 dimensões evidencia diferenças ainda mais relevantes. Informações Prioritárias apresentou média de 98,08 pontos, Informações Institucionais 92,70 e Ouvidoria
93,59. Em contraste, Convênios e Transferências apresentou média de 62,33, Obras 61,46 e
Diárias 65,67. Essas diferenças indicam que o elevado desempenho em determinadas áreas
não se traduz automaticamente em desempenho equivalente em todos os processos de transparência.

A dispersão dos resultados reforça esse achado. Informações Prioritárias apresentou desvio-
padrão de 6,79 pontos, enquanto Obras apresentou 44,01, Convênios e Transferências 43,72 e
Diárias 40,08. Assim, algumas práticas apresentam elevada convergência entre os Legislativos, enquanto outras revelam forte diferenciação institucional.

Esse padrão é compatível com Heald (2006), que concebe a transparência como fenômeno multidimensional, e com Michener e Bersch (2011), para quem a transparência não
depende apenas da existência da informação, mas também de sua completude, acessibilidade,
compreensão, atualidade e confiabilidade. Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015) também tratam
a transparência como uma postura institucional de abertura, cuja efetividade está relacionada à
qualidade e à utilidade das informações disponibilizadas.

Os resultados permitem estabelecer uma sequência analítica entre o indicador oficial e a medida construída nesta pesquisa. O Radar oferece a referência institucional padronizada do
desempenho dos Legislativos em transparência ativa. O IGDL, por sua vez, permite reorganizar os dados do PNTP para examinar a consistência multidimensional desse desempenho. A análise das dimensões demonstra que a maior diferenciação não ocorre apenas
entre os Legislativos, mas também dentro das próprias instituições.

Os achados sugerem, portanto, que a institucionalização da transparência ocorre de forma assimétrica. Práticas associadas a informações institucionais e prioritárias apresentam
maior consolidação, enquanto dimensões relacionadas a processos administrativos específicos

apresentam maior variabilidade. Esse resultado é coerente com a discussão apresentada no
referencial teórico sobre a necessidade de capacidades institucionais, cultura organizacional,
recursos tecnológicos e compromisso administrativo para transformar as obrigações legais de
transparência em práticas permanentes.

Por fim, os resultados não permitem afirmar que o IGDL mensura diretamente o Parlamento Aberto. O índice mensura a dimensão de transparência ativa observada pelo

PNTP, que constitui uma base importante para a abertura legislativa, mas não contempla diretamente todas as dimensões de participação, colaboração e accountability.

À luz desses resultados, observa-se que as diferenças identificadas entre os Poderes Legislativos estaduais vão além da simples classificação obtida no Radar da Transparência Pública, refletindo distintos níveis de institucionalização das práticas de transparência ativa e de fortalecimento da accountability.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar a transparência ativa institucional dos Poderes Legislativos das unidades federativas brasileiras, com base nos dados do Radar da Transparência Pública. Os resultados evidenciaram diferenças relevantes entre as instituições analisadas, demonstrando que a transparência ativa apresenta níveis distintos de desenvolvimento no âmbito dos Legislativos estaduais.

No ranking oficial de 2025, Paraná, Goiás e Rondônia apresentaram os maiores índices de transparência, enquanto Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais registraram desempenhos inferiores. A análise complementar por meio do Índice Geral de Desempenho Legislativo (IGDL) confirmou essa heterogeneidade e demonstrou que as diferenças também ocorrem entre as dimensões avaliadas. Informações Prioritárias, Ouvidoria e Informações Institucionais apresentaram resultados mais elevados, enquanto Obras, Convênios e Transferências e Diárias revelaram maiores fragilidades e variações entre as instituições.

Esses dados estão alinhados à literatura ao demonstrarem que a transparência não se resume à disponibilização formal de informações, mas envolve diferentes dimensões e condições institucionais. A heterogeneidade encontrada aproxima-se das considerações de Nebot (2019) acerca da influência da capacidade administrativa, tecnológica e organizacional sobre os níveis de transparência. Também converge com Heald (2006), ao evidenciar seu caráter multidimensional, e com Michener e Bersch (2011) e Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015), que ressaltam a importância da qualidade, acessibilidade e utilidade das informações para a efetividade da transparência.

Sob a perspectiva da accountability e do controle social, os resultados reforçam a importância da abertura das informações públicas para o acompanhamento da atuação estatal.

Conforme Campos (1990) e Pinho e Sacramento (2009), a prestação de contas e a

responsabilização dependem de condições que possibilitem à sociedade conhecer e fiscalizar as ações dos agentes públicos. No Poder Legislativo, essa relação também se aproxima dos princípios de parlamento aberto, uma vez que a transparência contribui para ampliar a abertura institucional e fortalecer a relação entre as instituições representativas e a sociedade. Como limitação, destaca-se que a pesquisa se fundamenta nos dados e critérios de avaliação do Radar da Transparência Pública, não permitindo verificar diretamente como as informações disponibilizadas são utilizadas pelos cidadãos. Estudos futuros poderão realizar análises longitudinais dos ciclos de avaliação e investigar a relação entre os níveis de transparência e fatores institucionais, socioeconômicos e tecnológicos.

Conclui-se que, apesar dos avanços identificados, a transparência ativa dos Poderes Legislativos brasileiros permanece marcada por diferenças entre instituições e dimensões avaliadas. O aperfeiçoamento contínuo das práticas de divulgação, especialmente nas áreas que apresentaram maiores fragilidade

Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1996). Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Revista do Serviço Público, 47, p. 1-28.

CAMPOS, Anna Maria. (1990). Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 24, p. 30-50.

DELLAGNELO, E.; SILVA, R. C. (2006). Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: VIEIRA, M.; ZOUAIN, D. Pesquisa Qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: FGV.

FIELD, Andy. (2009). Descobrindo a estatística usando o SPSS. São Paulo: Bookman/Artmed.

GAO, Y.; JANSSEN, M. (2020). Generating value from government data using AI: An exploratory study. In: Lecture Notes Computer Science, 12219 LNCS, p. 319-331.

GAO, Y.; JANSSEN, M.; ZHANG, C. (2021). Understanding the evolution of open government data research: Towards open data sustainability and smartness. International Review of Administrative Sciences, p. 1-17.

GRIGORESCU, A. (2003). International organizations and government transparency: Linking the international and domestic realms. International Studies Quarterly, 47(4), p. 643-667.

HEALD, D. (2006). Varieties of transparency. In: HOOD, C.; HEALD, D. (Eds.). Transparency: The key to better governance. Oxford University Press.

HAIBE-KAINS, B. et al. (2020). Transparency and reproducibility in artificial

intelligence.
Nature, 586, E14-E16.
HARRISON, T. M.; LUNA-REYES, L. F. (2022). Cultivating trustworthy artificial intelligence in digital government. Social Science Computer Review, 40(2), p. 494-511.
KOZINETS, R. (2014). Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre:
Penso.
MCDERMOTT, P. (2010). Building open government. Government Information Quarterly,
27(4), p. 401-413.
MICHENER, G.; BERSCH, K. (2011). Conceptualizing the quality of transparency. Political
Concepts, 49, p. 1-27.
MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. (2018). Da opacidade à transparência:
Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. Revista de Administração Pública - RAP, 52(4), p. 611-629.
NEBOT, C. (2019). Transparencia en la contratación local de los ayuntamientos del país vasco (España). RIEM, 20, p. 85-111.
PESTOFF, V. (2006). Citizens and co-production of welfare services. Public Management
Review, 8, p. 503-519.
PINHO, José Antonio Gomes; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. (2009). Accountability: já
podemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.
43(6), p. 1343-1368.
OSBORNE, Stephen P. (2006). The new public governance. Public Management Review, 8,
p. 377-387.
OSTROM, Elinor. (1996). Crossing the Great Divide: Coproduction, synergy and development. World Development, 24, p. 1073-1087.
OSZLAK, Oscar. (2003). ¿Responsabilización o respondibilidad?: el sujeto y el objeto de un
estado responsable. In: Anales del VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma
del Estado y la Administración Pública, Panamá.
RAMÍREZ-ALUJAS, Álvaro. (2012). Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta? Revista Más Poder Local, n. 12, Especial Redes Sociales y Gobernanza, p. 14-22.
TAI, Kuang-Ting. (2021). Open government research over a decade: A systematic review.
Government Information Quarterly, 38(2021), 101566.
TRIOLA, M. F. (2005). Introdução à estatística. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC.
WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. (2005). The integrative review: updated methodology. Journal of Advanced Nursing, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553.
ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. (2015). Transparência: Reposicionando o debate. Revista Contemporânea de Contabilidade, 12(25), p. 137-158.

Anexos

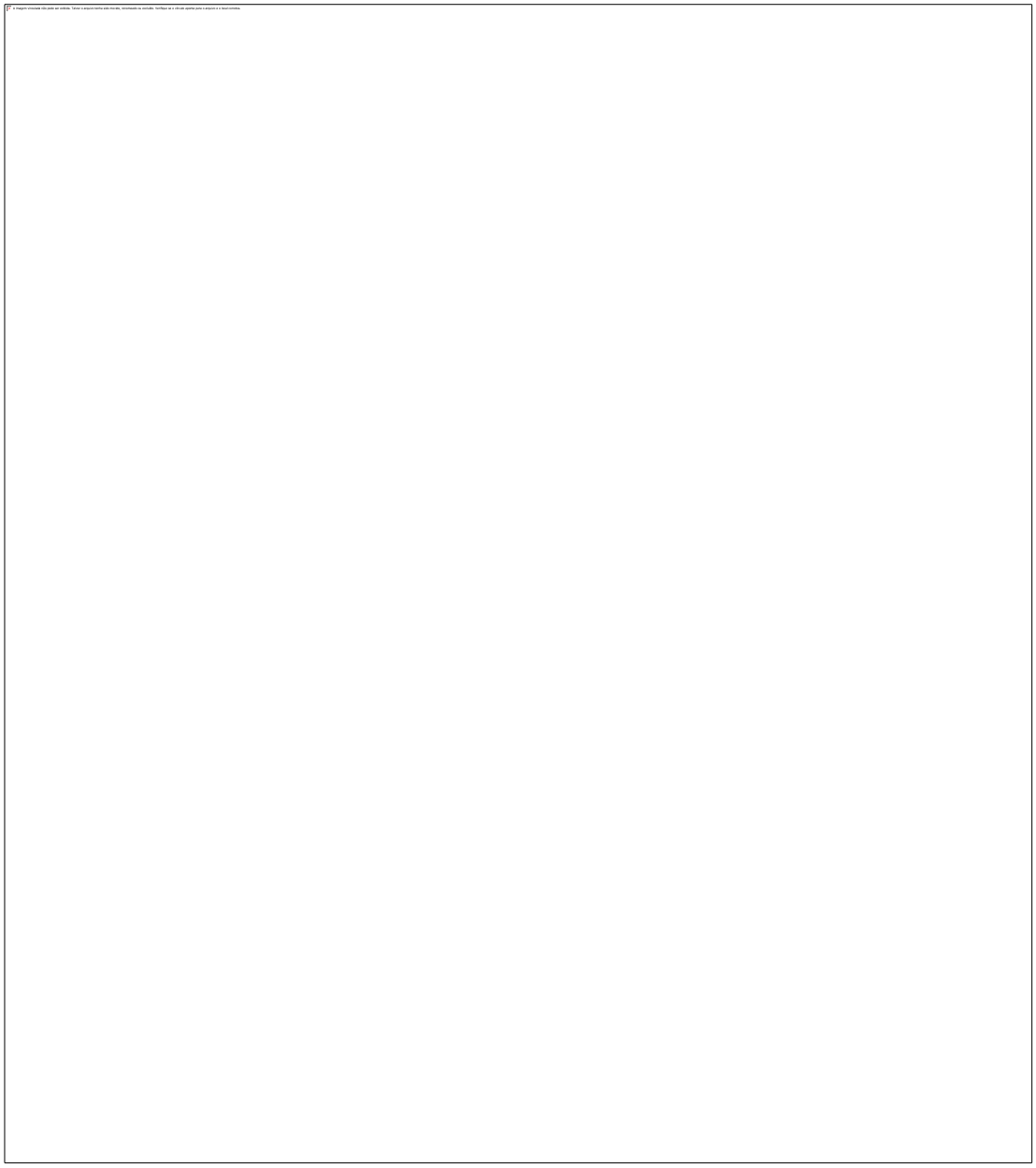


Tabela 1 – Ranking oficial dos Legislativos estaduais e distrital no Radar da Transparência Pública – 2025

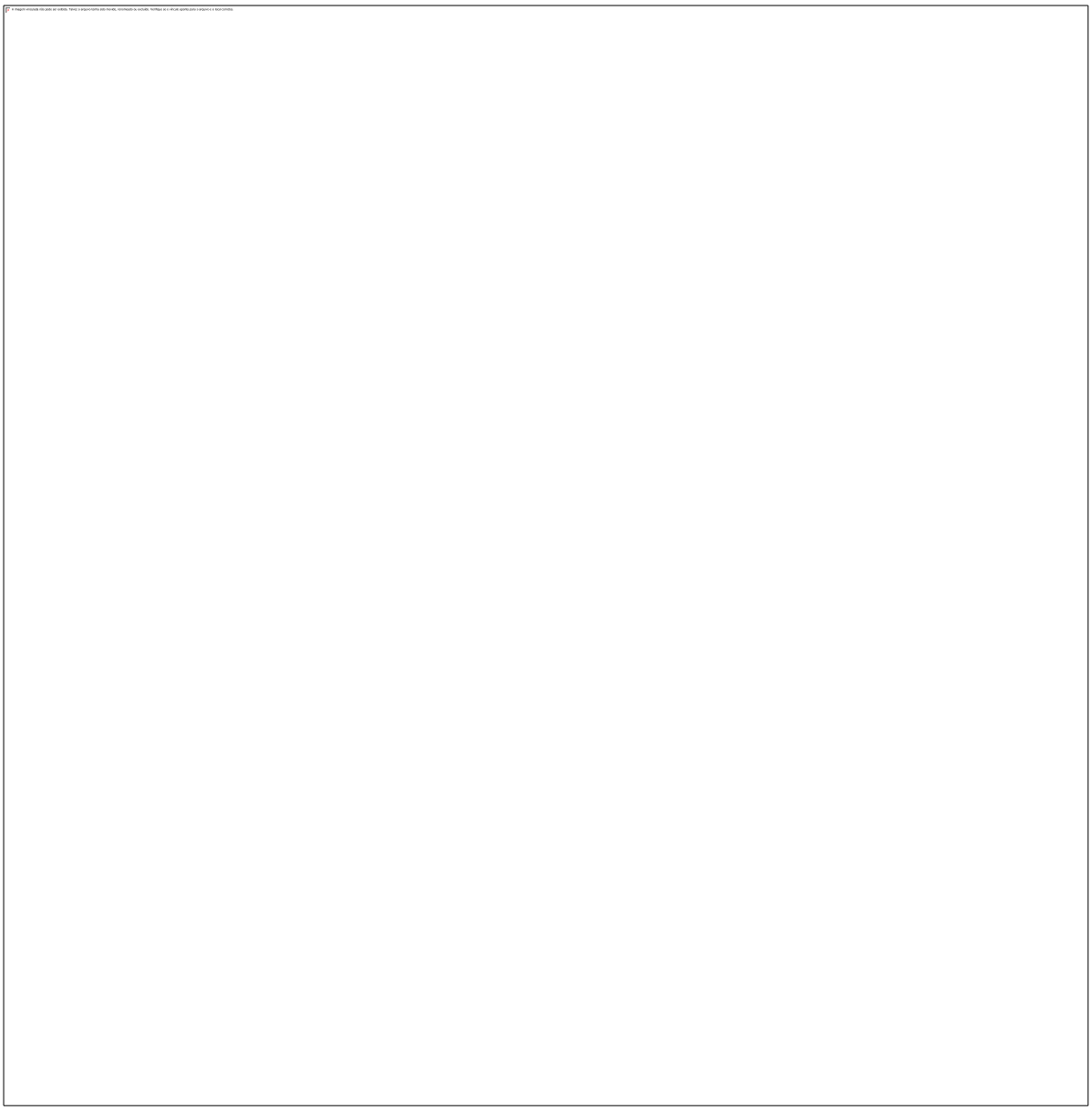


Tabela 2 - Índice Geral de Desempenho Legislativo (IGDL) 2025

CÓDIGO: HS0124

AUTOR: LARISSA CARLA SOUZA DA SILVA FRANÇA

ORIENTADOR: MONICA MARQUES CARVALHO GALLOTTI

TÍTULO: COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E ARQUIVOS CIENTÍFICOS: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA CIÊNCIA ABERTA

Resumo

Esta pesquisa analisa as interfaces entre a comunicação científica e os arquivos científicos, compreendendo de que maneira essas instituições contribuem para a produção, preservação, difusão e socialização do conhecimento. Especificamente, objetiva discutir os conceitos e funções dos arquivos, apresentar os principais aspectos da comunicação científica e destacar o papel dos arquivos científicos na ampliação do acesso e da circulação da informação. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em levantamento bibliográfico realizado nas bases SciELO, Scopus, BRAPCI e Google Scholar. Os resultados evidenciam que, embora haja ampla produção na literatura científica da Ciência da Informação sobre comunicação científica e arquivos de forma isolada, ainda são escassos os estudos que articulam esses campos de maneira integrada. Verificou-se que os arquivos científicos extrapolam a função de custódia documental, atuando na preservação da memória científica, na mediação da informação e na ampliação do acesso ao conhecimento. Nesse sentido, conclui-se que os arquivos científicos desempenham papel estratégico no ecossistema da comunicação científica, fortalecendo a circulação e a democratização da informação científica e aproximando-se dos princípios da Ciência Aberta, ao tornar o conhecimento mais acessível, transparente e reutilizável, promovendo colaboração e participação social em diferentes contextos científicos e acadêmicos.

Palavras-chave: Comunicação científica; Arquivos; Preservação; Ciência Aberta.

TITLE: SCIENTIFIC COMMUNICATION AND SCIENTIFIC ARCHIVES: STRATEGIES FOR THE PRESERVATION AND SOCIALIZATION OF KNOWLEDGE IN THE CONTEXT OF OPEN SCIENCE

Abstract

This research analyzes the interfaces between scientific communication and scientific archives, seeking to understand how these institutions contribute to the production, preservation, dissemination, and socialization of knowledge. Specifically, it aims to

discuss the concepts and functions of archives, present the main aspects of scientific communication, and highlight the role of scientific archives in expanding access to and circulation of information. Methodologically, the study is characterized as qualitative, exploratory, and descriptive research, based on a bibliographic survey conducted in the SciELO, Scopus, BRAPCI, and Google Scholar databases. The results show that, although there is extensive scientific literature in Information Science on scientific communication and archives considered separately, studies that integrate these fields remain scarce. It was found that scientific archives go beyond the function of documentary custody, contributing to the preservation of scientific memory, information mediation, and expanded access to knowledge. Thus, it is concluded that scientific archives play a strategic role in the scientific communication ecosystem, strengthening the circulation and democratization of scientific information and aligning with the principles of Open Science by making knowledge more accessible, transparent, and reusable, while promoting collaboration and social participation in different scientific and academic contexts.

Keywords: Scientific Communication; Archives; Preservation; Open Science.

Introdução

Esta pesquisa integra o plano de trabalho “Comunicação Científica nas Universidades: Estratégias para a Divulgação, Popularização e Socialização do Conhecimento no Contexto da Ciência Aberta”, vinculado ao projeto PVE15584 “Organização, Processamento e Difusão da Informação em ambientes digitais”. Parte-se do pressuposto de que, diante da intensificação da produção científica, da transformação digital e da ampliação dos fluxos informacionais, é necessário compreender a produção, organização, preservação e circulação do conhecimento e as interfaces entre arquivos científicos e comunicação científica.

O objetivo é analisar de que maneira os arquivos científicos podem ser compreendidos como organizações que fomentam práticas de comunicação científica. A pesquisa justifica-se por fortalecer o diálogo entre Arquivologia e Comunicação Científica e ampliar a compreensão dos arquivos para além da custódia documental, reconhecendo-os como espaços de preservação, acesso, difusão e socialização da informação.

A comunicação científica é essencial à produção e ao avanço do conhecimento, envolvendo a circulação da informação desde a produção de dados e resultados até sua validação e socialização entre agentes e instituições (Meadows, 1999; Mueller, 2006; Silva; Silveira, 2019). Não se restringe aos periódicos especializados, abrangendo divulgação, popularização e acesso aberto. A divulgação científica volta-se à sociedade e utiliza linguagem acessível para veicular informações científicas e tecnológicas ao público leigo (Bueno, 2009). O processo ocorre em infraestrutura institucional, política, social e econômica (Borgman, 2015).

Nesse contexto, a Ciência Aberta amplia a circulação e a participação na ciência por meio de práticas inclusivas, transparentes e colaborativas. Segundo a UNESCO (2021), busca tornar o conhecimento científico acessível, reutilizável e compartilhável, envolvendo acesso aberto a publicações e dados, ciência cidadã e tecnologias digitais. Contribui,

assim, para a democratização do conhecimento e a aproximação entre universidade e sociedade.

Os arquivos são instituições relacionadas à preservação da memória, ao acesso à informação e à difusão do conhecimento (Bellotto, 2004; Jardim, 1999). O Arquivo Nacional (2005, p. 27) define arquivo como o conjunto de documentos produzidos e acumulados por entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente do suporte.

A pesquisa concentra-se nos arquivos científicos, relacionados à produção, organização, preservação e circulação do conhecimento. Esses arquivos preservam documentos de atividades de pesquisa, como projetos, relatórios, registros técnicos e dados institucionais, contribuindo para a memória da ciência, a continuidade da produção científica, sua verificação e reutilização (Camargo, 2005).

Como a informação científica é registrada em documentos, a difusão arquivística estabelece relação direta com a comunicação científica. Como prática comunicacional, favorece circulação, acesso, uso e compreensão dos documentos, ampliando a visibilidade da produção institucional e fortalecendo a transparência.

Assim, compreender os arquivos científicos como organizações que fomentam práticas de comunicação científica permite reconhecê-los como parte ativa do ecossistema informacional da ciência. Sua atuação contribui para preservar a memória científica, assegurar a autenticidade e permanência dos registros e favorecer a circulação, validação, reutilização e socialização do conhecimento. A pesquisa dialoga ainda com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 9 da ONU, ao contribuir para a promoção da educação de qualidade por meio da ampliação do acesso ao conhecimento e para o incentivo à inovação e ao desenvolvimento de infraestruturas informacionais que favoreçam a produção, organização, preservação e difusão da informação científica.

Metodologia

O presente estudo é fundamentado na pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, aperfeiçoado por meio de pesquisa bibliográfica. A investigação teve como base a literatura científica das áreas de Arquivologia e Comunicação Científica, buscando identificar as interfaces entre esses campos, especialmente no que diz respeito ao papel dos arquivos científicos na preservação, difusão e circulação da informação científica.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados e repositórios científicos, como: BRAPCI, Scopus, SciELO, Portal de Periódicos CAPES, BDTD e Google Acadêmico, utilizando as expressões de busca tais como "arquivos científicos", "comunicação científica", "difusão arquivística", "informação científica" e "ciência aberta". A seleção se deu a partir da pertinência das publicações ao objeto de estudo, priorizando obras clássicas e contemporâneas que discutem os conceitos e as aproximações entre as temáticas investigadas. Foram descartadas publicações repetidas nas bases pesquisadas.

A pesquisa partiu da seguinte questão norteadora: de que maneira os arquivos científicos podem ser compreendidos como organizações que fomentam práticas de comunicação científica? Para responder a esse questionamento, foi considerado como objetivo geral analisar as interfaces entre Arquivologia e Comunicação Científica, evidenciando o papel dos arquivos científicos na produção, preservação, mediação e circulação do conhecimento científico. Foi realizada a análise dos dados por meio da leitura, seleção e interpretação crítica da literatura, possibilitando identificar convergências teóricas entre os dois campos e compreender a inserção dos arquivos científicos no ecossistema da comunicação científica.

Resultados e Discussões

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases SciELO, Scopus, BRAPCI e Google Scholar, utilizando descritores relacionados às categorias "Arquivos Científicos" e "Comunicação Científica", tanto em português quanto em inglês. A busca evidenciou uma expressiva quantidade de registros quando os termos foram pesquisados isoladamente, especialmente para "Comunicação Científica", que recuperou 203 registros na SciELO, 112 na Scopus, 1.000 na BRAPCI e mais de 53 mil resultados no Google Scholar. Da mesma forma, o termo "Arquivos Científicos" apresentou maior incidência na BRAPCI (126 registros) e no Google Scholar (1.430 registros), demonstrando que ambas as temáticas possuem produção consolidada quando analisadas separadamente.

Entretanto, ao combinar os descritores, observou-se uma redução significativa dos resultados. As buscas utilizando expressões como "Comunicação Científica AND Arquivos Científicos", bem como suas equivalentes em inglês, recuperaram poucos ou nenhum registro nas bases especializadas, evidenciando a escassez de estudos que articulem diretamente esses dois campos do conhecimento. Esse resultado reforça a existência de uma lacuna científica quanto às interfaces entre Arquivologia e Comunicação Científica, justificando a relevância desta pesquisa.

Embora o Google Scholar tenha ampliado o universo inicial de publicações recuperadas, verificou-se que parte expressiva dos resultados não correspondia ao objeto investigado, sobretudo em razão da utilização do termo "arquivos científicos" como sinônimo de repositórios institucionais. Após a aplicação dos critérios de seleção e a leitura dos resumos, permaneceram 12 trabalhos, que constituíram o corpus de análise da pesquisa.

A análise dessas publicações permitiu identificar que, embora a literatura reconheça a importância dos arquivos para a preservação da memória científica e para a garantia do acesso à informação, ainda são incipientes os estudos que os compreendem como participantes dos processos de comunicação científica. Os resultados evidenciaram que os arquivos científicos extrapolam a função de custódia documental, atuando também na organização, preservação, difusão e circulação da informação científica. Nessa perspectiva, verificou-se que as práticas de difusão arquivística aproximam essas instituições dos princípios da Ciência Aberta e fortalecem seu papel como espaços estratégicos para a socialização do conhecimento científico.

Conclusão

Diante do exposto, verifica-se que a aproximação entre Arquivologia e Comunicação Científica constitui um campo ainda pouco explorado, embora apresente significativo potencial para o fortalecimento da produção, preservação e circulação do conhecimento científico. A análise da literatura evidenciou que, apesar da consolidação dos estudos sobre arquivos e comunicação científica de forma isolada, ainda são escassas as pesquisas que investigam as interfaces entre essas áreas, especialmente no que se refere aos arquivos científicos.

Os resultados permitiram compreender que os arquivos científicos extrapolam a função de custódia documental, assumindo papel relevante na organização, preservação, difusão e socialização da informação científica. Nessa perspectiva, as práticas de difusão arquivística aproximam essas instituições dos processos de comunicação científica e dos princípios da Ciência Aberta, ampliando o acesso ao conhecimento e fortalecendo a memória científica.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar o diálogo interdisciplinar entre Arquivologia e Comunicação Científica e incentive novas investigações, especialmente de caráter empírico, voltadas à análise de arquivos científicos, de suas práticas de difusão e de sua atuação nos processos contemporâneos de comunicação e circulação do conhecimento científico.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia

Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 07 mar. 2026.

BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BORGMAN, Christine L. Big data, little data, no data: Scholarship in the networked world. New York: MIT press, 2015.

BUENO, W. C. Jornalismo científico: revisitando o conceito. Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável. São Paulo: All Print, p. 157-78, 2009. Disponível em: https://encr.pw/3mCtu. Acesso em: 23 jun. 2026.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Conceituação e características dos arquivos científicos. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2, 2005, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 13. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2006/segundo_encontro_arquivos_cientificos.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 5 jul. 2026.

DEHMER, M.; EMMERT-STREIB, Frank; MEHLER, Alexander (ed.). Towards an information theory of complex networks: statistical methods and applications. Springer Science & Business Media, 2011.

GARVEY ,W. D.; GRIFFITH, B. C. Scientific communication as a social system. In: GARVEY, W. D. Communication: the essence of science. Oxford: Pergamon Press, 1979. p. 148–164. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/6036230/. Acesso em: 13 mar. 2026.

JARDIM, J. M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Cadernos de Textos. MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso__informao_arquivstica_no_brasil.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da Metodologia Científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEADOWS, A. J. A comunicação científica. Brasília: Briquet Lemos, 1999.

MUELLER, S. P. M. O periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos;

CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). Fontes de informação para

pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 73-96.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/node/44092. Acesso em: 23 jun. 2026.

SILVA, M. C. S. M. Avaliação de documentos de interesse para a História da Ciência. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 1., 2006, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: Edições Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006. p. 99-108. Disponível em:

https://www.ica.org/app/uploads/2023/12/anais_3_encontro_de_arquivos_cientificos.pdf. Acesso em 14 mar. 2026.

SILVA, F. C. C.; SILVEIRA, L. O ecossistema da Ciência Aberta. Transinformação, [S.l.], v. 31, e190001, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001. Acesso em: 06 abr. 2026.

SPELLMAN, Bobbie; GILBERT, Elizabeth; CORKER, Katherine. Open science: What, why, and how. 2017. Disponível em: https://osf.io/gv6r4/. Acesso em: 23 jul 2026.

UNESCO. Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949. Acesso em 26 jul 2026.

CÓDIGO: HS0165

AUTOR: LARYSSA LEWY PALHARES SILVA

ORIENTADOR: HIRONOBU SANO

TÍTULO: Plataforma LISP: Presença e autoridade digital no mapeamento automatizado de laboratórios de inovação pública

Resumo

Os Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISP) têm se consolidado no Brasil como unidades voltadas à experimentação, governança colaborativa e resolução de problemas públicos complexos, expandindo-se de 40 unidades em 2019 para 221 em 2025. Diante da carência de repositórios unificados em escala nacional, este trabalho analisa a consolidação e a evolução tecnológica do website lisp.ufrn.br, desenvolvido no âmbito de projeto de pesquisa da UFRN. A plataforma passou por uma reformulação estrutural de menus, identidade visual e usabilidade, alinhando-se às demandas contemporâneas da gestão pública digital e servindo como fonte de dados abertos para a comunidade acadêmica e de benchmarking para gestores públicos. Adotando estratégias de Search Engine Optimization (SEO), a plataforma alcançou o 1º lugar no ranqueamento orgânico do Google para os principais termos-chave da área sem a utilização de mídia paga, consolidando sua autoridade digital. Adicionalmente, apresenta-se o desenvolvimento incremental do Radar Lisp, um robô crawler/scraper implementado em Python voltado à varredura e ao mapeamento automatizado de novos laboratórios e notícias na web aberta. Embora em estágio inicial e demandando validação humana para refinamento contínuo, a ferramenta atua como um elo integrador que confere escalabilidade e potencializa o alcance da pesquisa sobre inovação pública no Brasil.

Palavras-chave: Inovação no Setor Público; LISP; SEO

TITLE: LISP Platform: Digital presence, organic authority, and automated mapping of Ppblic innovation labs

Abstract

Public Sector Innovation Laboratories (PSIL/LISP) have been consolidating in Brazil as units dedicated to experimentation, collaborative governance, and the resolution of complex public problems, expanding from 40 units in 2019 to 221 in 2025. Given the lack of unified repositories on a national scale, this paper analyzes the consolidation and technological evolution of the lisp.ufrn.br website, developed within the scope of a research project at UFRN. The platform underwent a structural redesign of menus, visual identity, and usability, aligning itself with contemporary demands of digital public management and serving as an open data source for the academic community and a benchmarking tool for public managers. By adopting Search Engine Optimization (SEO) strategies, the platform reached 1st place in Google's organic ranking for the area's main keywords without the use of paid media, consolidating its digital authority. Additionally, the paper presents the incremental development of Radar Lisp, a web crawler/scraper implemented in Python designed to scan and automatically map new laboratories and news across the open web. Although in its early stages and requiring human validation for continuous refinement, the tool acts as an integrating link that provides scalability and boosts the reach of research on public innovation in Brazil.

Keywords: Public Sector Innovation; LISP; SEO.

Introdução

A busca por governança participativa, transparência e soluções efetivas para problemas complexos (wicked problems) impulsionou uma transição do modelo burocrático clássico para práticas inovadoras na gestão governamental. Nesse panorama, consolidaram-se os Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISP) como espaços de experimentação ágil e cocriação com a sociedade, aplicando metodologias contemporâneas e tecnologias emergentes (Sano, 2020; Cavalcante, 2019).No Brasil, a expansão do ecossistema é notável: o total de laboratórios em atividade cresceu de 40 em 2019 para 221 em 2025, integrando diferentes níveis de governo, poderes constitucionais e órgãos de controle. Apesar desse avanço, a dispersão das iniciativas evidenciou a carência de um repositório centralizado e aberto para a consulta da sociedade e da academia. Para atenuar essa assimetria, foi criada a plataforma web vinculada ao DAPGS/UFRN e ao Núcleo de Inovação na Gestão Pública. O presente artigo analisa os avanços técnicos e a presença digital dessa solução, destacando a modernização da sua usabilidade, a conquista de liderança orgânica no Google (SEO) e o desenvolvimento incremental de uma ferramenta de automação (crawler em Python) destinada ao monitoramento e mapeamento contínuo das unidades de inovação no país.

Metodologia

A metodologia fundamentou-se na modernização da plataforma digital integrada ao processo de coleta e validação de dados. Inicialmente, realizou-se a

reformulação visual e estrutural do website, com a reorganização dos menus e das categorias por esferas de governo e poderes, a inclusão de novas seções institucionais — como a aba dedicada à Rede Potiguar de Inovação Pública (PotiNova) —, além da implementação de um design responsivo e de técnicas de otimização para mecanismos de busca (SEO). Essas ações buscaram fortalecer a presença digital da plataforma, compreendida como a articulação estratégica entre conteúdo, experiência do usuário e canais digitais para ampliar a comunicação e o relacionamento de uma organização com seus públicos (CHAFFEY; ELLIS-CHADWICK, 2022). A aplicação de técnicas de SEO também contribui para tornar os conteúdos mais facilmente localizáveis pelos mecanismos de busca e, consequentemente, para ampliar sua visibilidade orgânica e consolidar progressivamente a autoridade digital do domínio institucional (KILLORAN, 2013). Quanto à alimentação do repositório, a identificação e a checagem das informações dos laboratórios ainda ocorrem de forma manual pela equipe de pesquisa, a fim de assegurar a precisão dos dados; no entanto, esse trabalho passou a contar com o apoio do Radar Lisp, um robô desenvolvido em Python que realiza buscas automáticas na internet para identificar novas iniciativas e notícias sobre inovação pública. Por fim, a plataforma recebeu acompanhamento técnico contínuo para garantir sua estabilidade, segurança e bom posicionamento nos mecanismos de busca sob o domínio da universidade.

Resultados e Discussões

A evolução do website trouxe melhorias claras na forma como as informações são encontradas e utilizadas. A reorganização da navegação e dos menus facilitou a consulta aos 209 laboratórios mapeados, permitindo que o público encontre iniciativas rapidamente por esfera de governo, poder de atuação e região. Um marco importante dessa evolução foi a inclusão de uma aba dedicada ao PotiNova (Rede Potiguar de Inovação Pública), fortalecendo a visibilidade de articulações em rede e ecossistemas regionais de inovação. Essa reformulação aproximou o portal das práticas modernas de transparência pública, transformando-o em uma base prática tanto para pesquisadores que buscam dados confiáveis quanto para gestores públicos interessados em referências, cooperação e parcerias.

Na parte de visibilidade, o trabalho de otimização para o Google (SEO) foi um dos pontos mais fortes do projeto. A página foi estruturada para responder com precisão às buscas dos usuários: os títulos e cabeçalhos foram organizados de forma clara, os links ficaram mais simples, foram adicionados mapas de navegação para facilitar a leitura pelos motores de busca e o conteúdo passou a usar os termos exatos que as pessoas procuram no dia a dia. Como o site reúne dados próprios e está sob um domínio universitário oficial, ele ganhou forte autoridade digital. O reflexo disso foi a conquista e manutenção do primeiro lugar absoluto no Google para pesquisas como "laboratórios de inovação no setor público", além de ótimas posições para outros termos relacionados. O mais

importante é que esse destaque aconteceu de forma 100% orgânica, sem gastos com anúncios pagos.

Para complementar esse trabalho e tornar a rotina mais dinâmica, foi desenvolvido um robô em Python que busca automaticamente notícias e menções a novos laboratórios na internet. Como ainda é uma primeira versão, a equipe de pesquisa faz a conferência manual dos achados para evitar erros, mas a ferramenta já começou a acelerar a atualização dos dados. Integrado ao site, esse robô funciona como um motor que dá mais agilidade ao trabalho e prepara o projeto para crescer nos próximos ciclos.

Conclusão

A plataforma digital lisp.ufrn.br reflete o amadurecimento contínuo de uma iniciativa que ultrapassou a catalogação estática de dados para se consolidar como um ambiente dinâmico de referência nacional em inovação pública. O projeto materializa uma rica interseção entre os campos da administração pública, governança colaborativa e tecnologia da informação, demonstrando na prática como o desenvolvimento web, as estratégias de autoridade orgânica e a ciência de dados potencializam a disseminação do conhecimento e a transparência no setor governamental.

Ao incorporar espaços dedicados a articulações regionais — como a aba da rede PotiNova — e dar os primeiros passos na automação de buscas com o robô em Python, o estudo assume um olhar mais amplo, interdisciplinar e contextualizado sobre o ecossistema brasileiro. Esse ecossistema conecta as necessidades reais de gestores governamentais aos avanços teóricos e empíricos da academia. Como perspectivas de evolução, o aprimoramento incremental dos algoritmos de rastreamento, o desenvolvimento de ferramentas analíticas interativas e a integração contínua entre tecnologia e gestão pública servirão de base para aprofundar a compreensão sobre a governança dessas iniciativas e impulsionar a colaboração em todo o ecossistema.

Referências

ACEVEDO, S.; DASSEN, N. Innovation for better management: the contribution of public innovation labs. USA: IADB, 2016.

BRANDALISE, I. et al. Colaboração internacional para a inovação: o caso do Gnova e do Mindlab. Brasília, DF: ENAP, 2018.

CAVALCANTE, P. (org.). Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia. Brasília, DF: IPEA, 2019.

CAVALCANTE, P. et al. Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília, DF: ENAP, 2017.

CHAFFEY, D.; ELLIS-CHADWICK, F. Digital marketing: strategy, implementation and practice. 8. ed. Harlow: Pearson, 2022.

FORMAGGIO, E. SEO — Search Engine Optimization: conceitos, práticas e casos importantes. Curitiba: DVS Editora, 2023.

GOOGLE INC. Search Engine Optimization (SEO) Starter Guide. Google Search Central, 2025.

GRAPPONE, J.; COUZIN, G. Search Engine Optimization: an hour a day. Indianapolis: Wiley Publishing, 2011.

KILLORAN, J. B. How to use search engine optimization techniques to increase website visibility. IEEE Transactions on Professional Communication, [s. l.], v. 56, n. 1, p. 50–66, 2013. DOI: https://doi.org/10.1109/TPC.2012.2237255.

OLIVEIRA, L. D. A.; SOUSA, J. C. Características dos laboratórios de inovação no setor público em nível nacional: uma revisão da literatura. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 73, n. 2, p. 339–358, 2022.

SANO, H. Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília, DF: ENAP, 2020.

SANTOS, L.; SILVA, L.; SANO, H. Laboratórios de inovação no setor público brasileiro: onde estão? In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN, 35., 2024, Natal. Anais [...]. Natal: UFRN, 2024. p. 417–421.

SILVA, L. L. P.; SANO, H. Disseminação do mapeamento dos laboratórios de inovação no setor público mediante sítio eletrônico. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN, 35., 2024, Natal. Anais [...]. Natal: UFRN, 2024. p. 460–463.

WERNECK, C. et al. Ciclos de vida de laboratórios de inovação pública. Brasília, DF: ENAP, 2020.

CÓDIGO: HS0191

AUTOR: MATHEUS ALENCAR RODRIGUES

COAUTOR: VINICIUS LEAL ROSA DE ARAUJO

ORIENTADOR: ERICA PRISCILLA CARVALHO DE LIMA MACHADO

TÍTULO: ECONOMIA SOLIDÁRIA, TURISMO E ARTESANATO: PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO RIO GRANDE DO NORTE

Resumo

O trabalho de pesquisa busca estudar como o artesanato exerce um papel importante na geração de emprego e renda. Contrariamente à massificação e a padronização da produção em larga escala, os consumidores dos produtos artesanais valorizam a singularidade, a autenticidade e os conhecimentos tradicionais compartilhados pelas comunidades. Quando inserido nos princípios da economia solidária, o artesanato se fortalece como estratégia de desenvolvimento local, a partir da promoção de uma atividade sustentável e justa. O presente estudo teve como objetivo investigar de que maneiras são moldadas as práticas de gestão participativa no Centro de Turismo de Natal (RN), à luz do referencial da economia solidária e da sua interligação com o turismo. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, direcionada ao entendimento das práticas de gestão participativa adotadas entre os empreendimentos no Centro de Turismo de Natal. As entrevistas foram conduzidas de forma aleatória, a partir de uma amostragem por conveniência e acessibilidade, e guiadas por um roteiro de questões previamente elaboradas. Os resultados obtidos mostram o papel que a economia solidária está inserida nos processos organizacionais existentes no Centro de Turismo. Por fim, embora tenham sido identificados desafios como a falta de apoio institucional e as limitações na divulgação dos produtos, o estudo também revelou caminhos possíveis para o fortalecimento do artesanato local.

Palavras-chave: Economia solidária. Desenvolvimento local. Artesanato. Turismo.

TITLE: SOLIDARITY ECONOMY, TOURISM, AND HANDICRAFTS: PARTICIPATORY MANAGEMENT PRACTICES IN RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

This research study aims to examine how handicrafts play an important role in generating employment and income. In contrast to the mass production and standardization of large-scale manufacturing, consumers of handicrafts value uniqueness, authenticity, and the traditional knowledge shared by communities. When grounded in the principles of the solidarity economy, handicrafts are strengthened as a local development strategy through the promotion of sustainable and fair practices. The objective of this study was to investigate how participatory management practices are shaped in the Natal Tourism Center (RN), in light of the solidarity economy framework and its interconnection with tourism. The research adopted a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, aimed at understanding the participatory management practices adopted by businesses in the Natal Tourism Center. Interviews were conducted randomly, based on convenience and accessibility sampling, and guided by a script of previously prepared questions. The results obtained demonstrate the role that the solidarity economy plays within the existing organizational processes at the Tourism Center. Finally, although challenges such as a lack of institutional support and limitations in product promotion were identified, the study also revealed possible avenues for strengthening local handicrafts.

Keywords: Solidarity economy. Local development. Handicrafts. Tourism.

Introdução

O artesanato representa a identidade e da cultura territorial, expressando a capacidade criativa, a sensibilidade e o cuidado do trabalho humano (Santos et al., 2010). Caracterizado por ser um setor intensivo em mão de obra, o artesanato apresenta um papel significativo na geração de emprego e renda, firmando-se como estratégico na promoção do desenvolvimento local. Diferentemente à massificação e a padronização da produção em larga escala, os consumidores dos produtos artesanais valorizam a singularidade, a autenticidade e o saber-fazer comunitário.

No âmbito da integração econômica, o artesanato possui forte conexão com o turismo, o que pode ser potencializado com a inclusão dos artesãos e seus centros de produção nos roteiros turísticos, tal como defendido por Santos et al. (2010). Na promoção do destino turístico, o setor do artesanato ganha contornos expressivos na oferta de produtos simbólicos que valorizam os saberes e a memória locais, agregando valor à experiência dos visitantes. Quando associado aos princípios da economia solidária, o artesanato se fortalece como estratégia de desenvolvimento local, a partir da promoção de uma atividade sustentável e justa. Conceitualmente, a economia solidária emerge como modelo de gestão coletiva, baseada na autogestão, na cooperação, na solidariedade, na viabilidade econômica e no incentivo ao trabalho humano, superando a ideia de competição imposta pelo modelo capitalista tradicional (Singer, 2002).

Sendo assim, a gestão participativa dos empreendimentos artesanais resulta na maior autonomia financeira dos produtores, na inclusão dos artesãos em circuitos de comercialização e no fortalecimento dos laços dos grupos envolvidos, culminando com o desenvolvimento local mais justo, inclusivo e sustentável. Com isso, o presente estudo tem como objetivo investigar como são moldadas as práticas de gestão participativa no Centro de Turismo de Natal, à luz do referencial da economia solidária e da sua interligação com o turismo. Busca-se, portanto, compreender como a organização coletiva, o artesanato e o turismo se articulam como estratégias de desenvolvimento territorial.

Metodologia

O presente estudo utiliza uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à compreensão das práticas de gestão participativa adotadas entre os empreendimentos artesanais no Centro de Turismo de Natal (RN), à luz do referencial da economia solidária e sua interface com o turismo. A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se no estudo de Minayo (2001), justificado pela necessidade de compreender os significados das ações e motivações a partir do olhar dos atores envolvidos. O local da pesquisa é o Centro de Turismo de Natal, localizado no bairro de Petrópolis e construído no século XIX. Inicialmente, o espaço funcionava como um abrigo e orfanato, tornando-se posteriormente uma cadeia pública (Dicas de Natal, 2025). Em 1976, o prédio passou por uma reforma e foi oficializado com o Centro de Turismo de Natal, consolidando-se como um centro de comercialização de artesanato e espaço cultural. O complexo pertence ao governo do estado, mas está cedido à cooperativa de artesanato, abrangendo 38 lojas artesanais. Assim, o Centro de Turismo foi escolhido para análise por concentrar uma diversidade da expressão cultural do estado, por ser um atrativo turístico e ser caracterizado pela organização associativa.

A coleta de dados ocorreu durante o mês de junho de 2025, mediante dois procedimentos metodológicos: observação direta não participante e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com base em amostragem por conveniência, também denominada amostragem por acessibilidade (Oliveira, 2001), sendo orientadas por um roteiro previamente elaborado, apresentado no Apêndice A. Posteriormente, os dados foram organizados, sistematizados e interpretados à luz da análise de conteúdo, tal como proposto por Bardin (2011). As categorias de análise utilizadas nas entrevistas foram: I) Trajetória e identidade; II) Organização e economia solidária; III) Relação com o turismo; IV) Comercialização e sustentabilidade econômica; V) apoio institucional e VI) Desafios e propostas.

Com o intuito de aprofundar a compreensão acerca do fenômeno estudado, a observação direta não participante propiciou o acompanhamento das dinâmicas cotiadas do espaço, bem como as interações sociais. Esse procedimento contribuiu para a identificação de práticas de gestão, formas de organização coletiva e estratégias de comercialização adotadas, proporcionando uma leitura mais ampla da realidade empírica. Por fim, ressalta-se que a pesquisa apresenta limitações inerentes ao recorte metodológico adotado, especialmente no que se refere ao uso da amostragem por conveniência, o que não permite generalizações dos resultados. Todavia, os achados oferecem contribuições

relevantes para a compreensão das dinâmicas locais e podem subsidiar futuras investigações e formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do artesanato e da economia solidária.

Resultados e Discussões

A partir dos resultados obtidos através das entrevistas com os lojistas do Centro de Turismo de Natal, é possível compreender de forma mais aprofundada o funcionamento dos estabelecimentos, especialmente em sua dimensão individual. Além disso, os resultados evidenciam o papel e a importância que o artesanato exerce na vida dos lojistas, tanto no aspecto econômico quanto no simbólico, bem como a forma como a economia solidária se insere nos processos organizacionais presentes no Centro de Turismo. Nesse sentido, o artesanato pode ser compreendido como uma prática que ultrapassa a dimensão econômica, garantindo um papel cultural e identitário para a comunidade. Esse argumento encontro respaldo teórico em estudos como o de Kashimoto, Marinho e Russeff (2002) ao ressaltarem que a cultura desempenha papel importante na melhoria da qualidade de vida da sociedade, por meio da valorização do uso sustentável dos recursos e da preservação dos aspectos locais. Sendo assim, os autores defendem a relação da cultura e do desenvolvimento local, por meio do fortalecimento da identidade e do patrimônio cultural.

A maioria dos empreendedores entrevistados relata ter iniciado suas atividades no ramo do artesanato por influência do ambiente familiar, por meio de sugestões de parentes ou amigos, destacando-se a autonomia financeira e a flexibilidade de trabalho como fatores atrativos. Outra influência do meio familiar na inserção de empreendedores no artesanato refere-se à transmissão intergeracional de saberes e práticas produtivas, característica recorrente no setor. Essa dinâmica ratifica o conceito de reprodução social dos saberes, tal como defendido por Brandão (2021), que argumenta que a transmissão dos conhecimentos entre as gerações garante a continuidade das práticas culturais. A principal motivação para o ingresso dos entrevistados no artesanato foi a necessidade de recursos financeiros, sendo essa atividade percebida como uma alternativa viável, em função de sua acessibilidade e das baixas barreiras de entrada. Essa característica reforça como o artesanato pode ser entendido como alternativa para inserção de grupos vulneráveis.

Em relação à organização do espaço e sua relação com a economia solidária, os lojistas afirmam que o Centro de Turismo se configura como um ambiente de trabalho predominantemente individualizado, no qual cada empreendimento atua de forma autônoma. Ainda que não haja uma concorrência intensa entre as lojas, observa-se a existência de práticas pontuais de cooperação, como a troca de informações, a indicação de clientes e o apoio em situações específicas. Essas práticas indicam a presença de elementos embrionários de economia solidária, ainda não plenamente estruturados, o que dialoga com a perspectiva de que a economia solidária se constrói gradualmente a partir de práticas coletivas e relações de confiança (Laville; Gaiger, 2004). Esses elementos indicam que a economia solidária no Centro de Turismo ainda se encontra em processo de construção, apresentando potencial de fortalecimento a partir de uma maior articulação coletiva entre os lojistas.

Outro aspecto importante levantado nas entrevistas diz respeito ao perfil dos clientes. Foi relatado que os turistas representam à maior parcela do público consumidor, demonstrando a significativa dependência do setor artesanal em relação ao fluxo turístico da cidade. Esse dado reforça a interdependência entre turismo e produção artesanal, conforme discutido na literatura sobre turismo cultural, na qual o consumo de bens simbólicos está diretamente associado à experiência do visitante. Os produtos com maior demanda são aqueles que expressam a cultura potiguar e a identidade local, frequentemente adquiridos como souvenires da experiência turística. A falta de apoio institucional relatada pelos artesãos durante as entrevistas vai de encontro diretamente com o que Singer (2002) aponta como a "fragilidade estrutural" dos empreendimentos de economia solidária, quando estes não contam com políticas públicas diretamente ativas. Segundo o autor, a presença do Estado é fundamental para assegurar condições materiais que possibilitem processos de autogestão e participação coletiva.

No contexto dos artesãos do Centro de Turismo de Natal RN, a ausência de programas consolidados de divulgação, capacitação e fortalecimento organizacional dificulta a capacidade dos artesãos de construírem estratégias coletivas de planejamento. Essa situação evidencia a dependência desses empreendimentos em relação a políticas públicas estruturantes, condição frequentemente destacada na literatura da economia solidária. A ausência de articulação com o setor turístico reforça essa limitação. Considerando que a atividade artesanal está profundamente vinculada à cultura e à história local, torna-se essencial a integração entre produção artesanal e mercado turístico como estratégia para o desenvolvimento territorial. Essa integração é defendida por autores do campo do turismo como fundamental para a construção de experiências autênticas e para a dinamização econômica de destinos turísticos. Entretanto, quando os artesãos permanecem isolados, tende a ocorrer a fragilização das cadeias produtivas solidárias, dificultando a cooperação e o compartilhamento de decisões estratégicas.

Outro fator relevante é a reduzida visibilidade do artesanato local, o que compromete diretamente a economia solidária, o turismo e as práticas artesanais no estado. Esse cenário pode ser compreendido a partir da insuficiência de políticas de valorização da economia criativa, que, segundo o SEBRAE e organismos internacionais, desempenha papel estratégico no desenvolvimento regional. A invisibilidade dificulta o acesso a mercados, reforça a informalidade e limita a expansão produtiva. Os relatos evidenciaram, também, que os empreendimentos artesanais enfrentam limitações estruturais que impactam diretamente na sua competitividade e sustentabilidade econômica. A baixa divulgação dos produtos, aliada à sazonalidade da demanda turística, contribui para a instabilidade das vendas e da renda dos artesãos. Além disso, a concorrência com produtos industrializados de menor custo intensifica esse cenário de fragilidade, dificultando a valorização do artesanato enquanto produto cultural. Soma-se a isso o fato de que a formação de preços ocorre, em grande parte, de maneira informal e com pouca adoção de estratégias comerciais, o que revela a necessidade de maior profissionalização na gestão dos negócios.

Nesse contexto, torna-se importante desenvolver competências relacionadas ao marketing, à definição de preços e ao posicionamento de mercado, a fim de fortalecer a autonomia econômica dos artesãos e ampliar sua inserção competitiva no setor turístico. Por outro lado, as propostas de melhoria apresentadas pelos artesãos mostram-se alinhadas às demandas do setor, destacando a necessidade de capacitação, marketing e apoio institucional. Tais reivindicações demonstram o reconhecimento, por parte dos

próprios atores, da importância da gestão participativa e da governança democrática, conforme discutido por Laville (2004), como caminhos para o fortalecimento da economia solidária e do desenvolvimento local.

Conclusão

A partir da análise realizada no Centro de Turismo de Natal, foi possível compreender que o artesanato ultrapassa sua dimensão econômica, constituindo-se como uma importante expressão da cultura, da história e da identidade do território. Nesse sentido, o fazer artesanal materializa valores simbólicos e saberes tradicionais, contribuindo para a preservação da memória coletiva. Essa perspectiva está alinhada à compreensão de que cultura e identidade constituem elementos centrais para o desenvolvimento local. Além disso, o artesanato se apresenta como uma relevante fonte de geração de renda para diversas famílias, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

A relação entre artesanato e turismo mostrou-se fundamental, visto que os produtos artesanais despertam o interesse dos visitantes e contribuem para enriquecer a experiência turística. Nesse contexto, o turismo cultural atua como um importante vetor de valorização dos bens simbólicos e das identidades locais. Dessa forma, o fortalecimento do artesanato pode contribuir simultaneamente para a valorização cultural e para o desenvolvimento do turismo na região. Outro aspecto relevante identificado no estudo refere-se ao papel da gestão participativa. Observou-se que, quando os artesãos estabelecem relações de cooperação, compartilham experiências e constroem decisões coletivamente, ampliam-se as possibilidades de fortalecimento do grupo e de enfrentamento dos desafios comuns. Essa dinâmica dialoga com os princípios da economia solidária, que se fundamenta na autogestão, na cooperação e na participação democrática dos trabalhadores. No que se refere aos aspectos metodológicos, a abordagem qualitativa mostrou-se adequada para a compreensão da realidade investigada, permitindo captar percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes.

As entrevistas e a observação direta permitiram uma aproximação com o cotidiano dos artesãos, contribuindo para uma análise mais aprofundada das dinâmicas organizacionais e das relações estabelecidas com o turismo. Por fim, apesar dos desafios identificados, como a ausência de apoio institucional, a fragilidade na articulação com o setor turístico e as limitações na divulgação dos produtos, o estudo evidenciou possibilidades concretas de fortalecimento do artesanato local. As propostas apresentadas pelos próprios artesãos, como a necessidade de capacitação, estratégias de marketing e maior integração com o turismo, indicam caminhos viáveis para a melhoria das condições de trabalho e ampliação das oportunidades de mercado. Sendo assim, conclui-se que o fortalecimento da gestão participativa e a construção de redes de cooperação constituem estratégias importantes para a consolidação da economia solidária, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural e para a promoção de um desenvolvimento local mais justo, inclusivo e sustentável.

Referências

AC, C. C., & PEREIRA Jr, T. S. (2007). Economia solidaria, cooperativismo popular e autogestão: as experiencias em Palma/TO. Palmas: NESOL, UFT. Dicas de Natal e Pipa. (n.d.). Centro de turismo de Natal. Recuperado em 17 de julho de 2025, de https://dicasdenatalepipa.com.br/natal/centro-de-turismo-de-natal/

Arruda, M. (2003). Situando a economia solidária. Economia Solidária: desafios para um novo tempo. Cadernos FLEM, (5), 1932. Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

Becker, M. R. (2017). Confluências entre Turismo, Cultura e Artesanato. Desafio online, 5(1), 68-81. Borzaga, Carlos; Salvatori, Gianluca e Bodini, Ricardo (2017), Social and solidarity economy and the future of work, Genebra, International Labour Office.

Brandão, C. (2021). Estruturas e processos sociais de reprodução do saber popular como o povo aprende? (Um projeto coletivo de pesquisa em antropologia da educação). Educação On-line, 16(38), 245-274.

CARVALHO DE FRANÇA FILHO, G., & LAVILLE, J. (2004). Economia Solidária. Uma abordagem internacional.

de França Filho, G. C. (2007). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Civitas: Revista de Ciências Sociais, 7(1), 155-174.

de Sousa Santos, T., de Brito Nascimento, J. P., de Freitas Borges, G., de Oliveira Moraes, A. F., & Teixeira, E. O Artesanato como elemento impulsionador no Desenvolvimento Local.

de Souza Minayo, M. C., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2024). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada.

Gaiger, L. I. G., & Kuyven, P. S. (2020). ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRAJETÓRIAS

DE TRABALHO Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 35(103), e3510304.

Kashimoto, E. M., Marinho, M., & Russef, I. (2016). Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. Interações (Campo Grande).

Medeiros, V. C. F. D. A. (2011). Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense.

Proença, W. D. L. (2007). O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. Revista aulas, 4, 1-24.

Proença, W. D. L. (2007). O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. Revista aulas, 4, 1-24.

Santos, J. C. V., & Silva, M. C. D. (2016). ARTESANATO, ARTE E CULTURA LOCAL: uma possibilidade de renda e desenvolvimento da atividade turística.

Anexos



Apêndice A – Interpretações dos Dados Coletados nas Entrevistas.

CÓDIGO: HS0210

AUTOR: MARYA LUYZZA TRINDADE CABRAL

ORIENTADOR: TAISE CRISTINA GOMES CLEMENTINO DE NEGREIROS

TÍTULO: O surgimento e expansão das IA's e as contradições no capitalismo contemporâneo

Resumo

A Inteligência Artificial (IA) é uma das principais expressões do desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo, com papel estratégico nas transformações da produção, do trabalho, da educação e das relações sociais. Sua expansão, porém, não pode ser lida como um processo exclusivamente técnico: trata-se de um fenômeno histórico e social, inserido nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Esta pesquisa buscou analisar criticamente o surgimento e a expansão da Inteligência Artificial, compreendendo suas contradições no contexto das relações sociais capitalistas e suas implicações para o Serviço Social. Adotou-se abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada no método crítico-dialético, a partir da análise de produções teóricas sobre tecnologia, capitalismo, trabalho, educação e desigualdades sociais. Os resultados mostram que a IA, apesar de suas potencialidades para a produção do conhecimento, a otimização de processos e a criação de novas ferramentas sociais, tem sua incorporação atravessada por disputas econômicas, políticas e sociais. Identificou-se que essas tecnologias ampliam possibilidades produtivas, mas também intensificam mecanismos de controle do trabalho, vigilância e reprodução das desigualdades digitais. Conclui-se que compreender a Inteligência Artificial exige superar uma perspectiva tecnicista e reconhecê-la como construção social inserida em relações históricas determinadas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Capitalismo. Trabalho. Tecnologia.

TITLE: The rise and expansion of Artificial Intelligence and the contradictions in contemporary capitalism

Abstract

Artificial Intelligence (AI) is one of the main expressions of contemporary scientific and technological development, playing a strategic role in the transformation of production, work, education, and social relations. Its expansion, however, cannot be read as a purely technical process: it is a historical and social phenomenon embedded in the dynamics of contemporary capitalism. This study sought to critically analyze the emergence and expansion of Artificial Intelligence, understanding its contradictions within the context of capitalist social relations and its implications for Social Work. A qualitative approach was adopted, grounded in bibliographic and documentary research and in the critical-dialectical method, based on the analysis of theoretical works on technology, capitalism, work, education, and social inequalities. The results show that AI, despite its potential for knowledge production, process optimization, and the creation of new social tools, has its incorporation shaped by economic, political, and social disputes. It was found that these technologies expand productive possibilities while also intensifying mechanisms of work control, surveillance, and the reproduction of digital inequalities. It is concluded that understanding Artificial Intelligence requires moving beyond a technicist outlook and recognizing it as a social construct embedded in determined historical relations.

Keywords: Artificial Intelligence. Capitalism. Labor. Technology.

Introdução

A Inteligência Artificial (IA) se consolidou como uma das principais expressões do desenvolvimento científico e tecnológico na contemporaneidade. Sua presença cresce na produção, na circulação de informações e na organização da vida social, e sua expansão — intensificada nas últimas décadas — vem transformando áreas como a indústria, a saúde, a educação e os serviços. O discurso predominante costuma apresentá-la como sinônimo de inovação, eficiência e progresso.

O desenvolvimento da IA, contudo, é resultado de um longo percurso de pesquisas voltadas à criação de sistemas capazes de reproduzir certas capacidades associadas à inteligência humana. Os primeiros avanços do campo estão ligados ao desenvolvimento dos computadores e aos estudos sobre redes neurais, na década de 1940. Alan Turing deu sequência a esse percurso em 1950, ao propor o

chamado Teste de Turing — uma das discussões pioneiras sobre a possibilidade de máquinas simularem comportamentos humanos. Nas décadas seguintes, o avanço da capacidade computacional, dos algoritmos e dos métodos de aprendizagem ampliou progressivamente as possibilidades de aplicação da IA em diferentes áreas da sociedade (TECNOBLOG, 2024; RAMOS; FARIA, 2024).

Compreender essa expansão, porém, exige ultrapassar uma leitura estritamente técnica do fenômeno. À luz do materialismo histórico-dialético, o desenvolvimento tecnológico é parte das transformações históricas das forças produtivas e das relações sociais de produção — a tecnologia não é elemento neutro, mas está inserida nas dinâmicas econômicas e sociais do modo de produção capitalista (MARX, 2017). É nesse cenário de capitalismo contemporâneo, marcado pela intensificação da inovação tecnológica e pela reestruturação produtiva, que a Inteligência Artificial passa a ocupar posição estratégica, influenciando o mundo do trabalho, a produção do conhecimento, as relações educacionais e a própria forma de acesso à informação (HARVEY, 2008).

Diante desse cenário, esta pesquisa, vinculada ao projeto “O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação sob a égide do capital: contradições e desafios para defesa e garantia dos direitos sociais”, coordenado pela professora Taise Cristina Gomes Clementino de Negreiros, tem como objetivo geral realizar um estudo introdutório e crítico sobre o surgimento e a expansão da Inteligência Artificial, buscando compreender suas principais contradições no contexto do capitalismo contemporâneo. Como objetivos específicos, busca-se mapear o debate teórico sobre o tema a partir de um referencial crítico; problematizar o discurso de neutralidade que acompanha a expansão tecnológica; apontar suas implicações no mundo do trabalho e na formação educacional da classe trabalhadora; e refletir sobre a relevância do debate para a análise das desigualdades sociais na atualidade.

1 Alan Turing (1912–1954) foi matemático, lógico e cientista da computação britânico, considerado um dos precursores da ciência da computação e dos estudos sobre inteligência artificial. Em 1950, publicou o artigo “Computing Machinery and Intelligence”, no qual discutiu a possibilidade de máquinas apresentarem comportamentos associados à inteligência humana. Sua contribuição é fundamental para a compreensão histórica do desenvolvimento das discussões que posteriormente constituíram o campo da Inteligência Artificial.

Metodologia

Esta pesquisa é qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada no método crítico-dialético. A escolha desse referencial partiu de uma premissa central: a Inteligência Artificial (IA) não pode ser analisada apenas como inovação tecnológica, mas como fenômeno histórico e social cuja expansão está diretamente relacionada às transformações das forças produtivas e às dinâmicas do capitalismo contemporâneo. O método permitiu apreender o objeto em sua totalidade, considerando as mediações entre tecnologia, trabalho, educação, inclusão digital e desigualdades sociais.

O percurso metodológico se concentrou, num primeiro momento, na pesquisa bibliográfica: leitura analítica e crítica de livros, artigos científicos, teses, dissertações e demais produções acadêmicas sobre a temática. A seleção das obras procurou contemplar autores clássicos e contemporâneos que discutem as relações entre tecnologia, capitalismo, Inteligência Artificial, mundo do trabalho, educação e questão social — construindo, assim, um referencial teórico consistente para subsidiar as análises. A isso somou-se a pesquisa documental, com consulta a publicações institucionais voltadas à transformação digital, à inclusão digital e ao desenvolvimento da Inteligência Artificial, com destaque para a publicação da UNESCO sobre as brechas e os desafios para a inclusão digital na América Latina e no Caribe (GALPERIN, 2017), o que ajudou a contextualizar o fenômeno na realidade contemporânea.

Ao longo da investigação, empregaram-se técnicas de leitura analítica, interpretação crítica, fichamento e sistematização das obras consultadas. Esse trabalho permitiu identificar categorias centrais para a pesquisa — forças produtivas, capitalismo, trabalho, plataformização, inteligência artificial, acessibilidade digital e tecnologia. Também foram realizados encontros periódicos com a professora orientadora, voltados à discussão dos referenciais teóricos, ao acompanhamento das etapas da pesquisa e ao aprofundamento das categorias de análise, o que favoreceu o desenvolvimento das reflexões construídas ao longo do trabalho.

Por fim, as informações levantadas na pesquisa bibliográfica e documental foram analisadas qualitativamente, buscando relacionar os diferentes referenciais consultados e compreender as múltiplas determinações envolvidas na expansão da Inteligência Artificial. A análise privilegiou a articulação entre os conceitos estudados e as categorias construídas ao longo da investigação, permitindo interpretar criticamente os impactos da IA sobre o mundo do trabalho, a

educação e as desigualdades sociais, em consonância com os objetivos propostos.

Resultados e Discussões

A expansão da Inteligência Artificial não é um processo puramente técnico, tampouco consequência inevitável do progresso científico. Ela ocorre num contexto histórico marcado pelas transformações do capitalismo contemporâneo, no qual a ciência, a informação e a tecnologia assumem papel estratégico na organização da produção e na ampliação das formas de acumulação do capital. A Inteligência Artificial, nesse sentido, integra o desenvolvimento das forças produtivas e expressa as relações econômicas, políticas e sociais que orientam sua produção e utilização.

Marx (2017) já demonstrava que a tecnologia não é elemento externo ou independente das relações sociais: ela integra o processo histórico de transformação da produção, assumindo funções determinadas pelas condições materiais e sociais em que se desenvolve. A expansão da IA reafirma essa leitura marxiana — o desenvolvimento das forças produtivas ocorre de forma contraditória, ampliando a capacidade produtiva ao mesmo tempo em que intensifica formas específicas de exploração sob o capitalismo.

Isso leva a uma questão importante: o discurso de neutralidade tecnológica que costuma acompanhar a expansão da IA precisa ser problematizado. Tratar a tecnologia como avanço inevitável e universalmente benéfico tende a ocultar as relações sociais, econômicas e políticas que condicionam sua produção e utilização. Harvey (2008) caminha nessa direção ao mostrar que as transformações tecnológicas fazem parte do movimento de reorganização do capitalismo, sobretudo nos processos de reestruturação produtiva, nos quais a inovação assume papel estratégico na ampliação da produtividade, da competitividade e da acumulação do capital. A tecnologia, portanto, não é apenas instrumento de solução de problemas sociais — é construção histórica atravessada por disputas, interesses e contradições próprias da sociedade em que se desenvolve.

O desenvolvimento tecnológico, portanto, não pode ser compreendido de forma dissociada das necessidades de reprodução do capital. A busca permanente por valorização impulsiona a incorporação e o

desenvolvimento de novas tecnologias como estratégias de aumento da produtividade, redução de custos e criação de novos espaços de investimento e lucratividade. Em momentos de crise, essa dinâmica tende a se intensificar, uma vez que o capital busca continuamente novas formas de valorização e expansão. Nesse sentido, as tecnologias da informação e, posteriormente, a Inteligência Artificial constituem também expressões desse movimento, ao criarem novas possibilidades de reorganização da produção, exploração do trabalho e apropriação de recursos econômicos.

Há ainda outro aspecto central para entender essa expansão: a centralidade que dados e informações passaram a ocupar na economia contemporânea. Coletar, armazenar e processar grandes volumes de dados tornou-se recurso estratégico para o desenvolvimento de sistemas inteligentes, o que fortalece o poder das empresas que concentram infraestrutura tecnológica, plataformas digitais e conhecimento especializado. A expansão das tecnologias digitais intensificou a produção de dados nas atividades cotidianas, fazendo com que informações sobre comportamentos, preferências, relações e práticas sociais passassem a ser continuamente coletadas e armazenadas. Nesse processo, os dados não permanecem apenas como registros das atividades dos usuários: são organizados, processados e apropriados por empresas que dispõem da infraestrutura necessária para transformá-los em recursos economicamente úteis. Sua utilização permite alimentar sistemas de previsão, publicidade, direcionamento de conteúdos, desenvolvimento de produtos e serviços e outras estratégias de valorização. Assim, a coleta e o processamento de dados passam a integrar a própria dinâmica de acumulação do capital, constituindo novas possibilidades de apropriação e exploração econômica da vida social (NEGREIROS, 2019).

Morozov (2018) chama atenção para esse ponto: o avanço das grandes empresas de tecnologia não deve ser lido apenas como resultado da inovação, mas como parte de um processo de concentração econômica e política, no qual dados e tecnologias digitais assumem valor estratégico nas relações capitalistas.

Zuboff (2020) aprofunda essa discussão com sua análise do capitalismo de vigilância: a exploração econômica dos dados produzidos pelas experiências humanas constitui uma nova forma de acumulação. Comportamentos, preferências e práticas sociais são convertidos em recursos econômicos, ampliando o poder das grandes corporações tecnológicas. A expansão da Inteligência Artificial, portanto, vai além de favorecer a automação e o processamento de

informações — ela expressa também novas formas de apropriação, controle e mercantilização da vida social, revelando as mediações entre desenvolvimento tecnológico e acumulação do capital.

Essa expansão tecnológica também evidencia contradições que ultrapassam a dimensão econômica. O funcionamento e a expansão dos sistemas de Inteligência Artificial dependem de uma infraestrutura material composta por data centers, equipamentos, redes de comunicação e elevado consumo de energia e outros recursos naturais. Desse modo, o desenvolvimento tecnológico também produz impactos ambientais que precisam ser considerados em sua relação com a lógica de expansão do capital. Ao mesmo tempo, a incorporação dessas tecnologias pode intensificar mecanismos de vigilância, controle e exploração do trabalho, repercutindo sobre as condições de vida e reprodução dos sujeitos. Assim, os avanços tecnológicos, embora ampliem determinadas capacidades produtivas, também podem aprofundar processos de degradação ambiental e das condições de vida humana quando subordinados às necessidades de valorização do capital.

O traço central da Inteligência Artificial no capitalismo contemporâneo, à luz dessas discussões, é seu caráter contraditório. Ela amplia as possibilidades de produção do conhecimento, otimiza processos e favorece novas formas de interação social — mas sua incorporação segue uma lógica orientada pela valorização do capital. Por isso, os benefícios do desenvolvimento tecnológico não podem ser analisados separadamente das condições sociais em que são produzidos: sua apropriação e distribuição continuam marcadas pelas desigualdades estruturais da sociedade capitalista.

Essas contradições ficam particularmente evidentes no mundo do trabalho — uma das principais dimensões analisadas nesta pesquisa. Sistemas automatizados, algoritmos e plataformas digitais vêm transformando as formas de organização, gestão e controle da força de trabalho. Essas mudanças não se resumem à substituição do trabalho humano pela tecnologia: representam uma reorganização das atividades produtivas conforme as necessidades da acumulação capitalista.

Antunes (2018) mostra que as transformações tecnológicas recentes estão articuladas a um processo mais amplo de reestruturação produtiva, marcado pela flexibilização das relações de trabalho, pela intensificação da exploração e pela redução de garantias trabalhistas. Os achados desta pesquisa convergem com essa leitura: a era digital não elimina o trabalho humano, apenas redefine suas formas de

organização e exploração. A tecnologia amplia as capacidades produtivas, mas também pode ser apropriada como mecanismo de intensificação do ritmo de trabalho e de ampliação da produtividade em favor da acumulação do capital.

Esse movimento fica ainda mais visível com a expansão das plataformas digitais e da gestão algorítmica do trabalho. A plataformização não é apenas inovação tecnológica — é reconfiguração das formas de organização e controle da força de trabalho, mediada pela coleta contínua de dados e pelo uso de algoritmos. Grohmann (2020) demonstra que a plataformização se estrutura na dataficação, na financeirização e na racionalidade neoliberal. Como consequência, atividades como distribuição de tarefas, avaliação de desempenho e monitoramento dos trabalhadores passam a ser conduzidas, em grande medida, por sistemas automatizados. Os algoritmos deixam de ter função exclusivamente técnica e passam a participar ativamente da organização das relações de trabalho, ampliando mecanismos de controle e intensificando a exploração da força de trabalho.

O caráter contraditório da Inteligência Artificial se manifesta com força no mundo do trabalho: ela contribui para automatizar atividades repetitivas, otimizar processos e ampliar a capacidade produtiva; quando subordinada à lógica da acumulação capitalista, porém, tende a fortalecer práticas de vigilância, controle e intensificação do trabalho. A questão central não está na tecnologia em si, mas nas relações sociais que condicionam sua utilização e nos interesses econômicos que orientam sua incorporação aos processos produtivos.

A educação constitui um dos espaços em que essas transformações podem ser observadas. A incorporação de tecnologias digitais e ferramentas de Inteligência Artificial aos processos educacionais pode ampliar possibilidades de acesso e mediação do conhecimento, mas também ocorre em meio às desigualdades de acesso e às demandas de formação vinculadas às transformações do mundo do trabalho. Nesse sentido, a educação é tomada aqui como um exemplo de como a expansão tecnológica atravessa diferentes dimensões da vida social.

Harvey (2017) mostra que as transformações do capitalismo contemporâneo estão associadas à flexibilização e reorganização das formas de produção e reprodução social, exigindo sujeitos continuamente adaptáveis às demandas do mercado. Negreiros (2019) amplia esse debate ao evidenciar que a incorporação das tecnologias da informação e comunicação na educação ocorre em um

contexto de flexibilização dos processos de aprendizagem e formação de trabalhadores compatíveis com as novas exigências do capitalismo. Nesse sentido, embora as tecnologias possam ampliar possibilidades de acesso ao conhecimento, sua incorporação também pode fortalecer uma concepção instrumental da educação, subordinando a formação humana às demandas do mercado.

A incorporação da IA aos processos educacionais trouxe novas possibilidades para a produção e circulação do conhecimento, incluindo ferramentas capazes de auxiliar na elaboração de conteúdos, personalizar trajetórias de aprendizagem e oferecer suporte pedagógico. Entretanto, essas potencialidades não eliminam seu caráter contraditório, uma vez que os sistemas de IA são desenvolvidos a partir de bases de dados, critérios e escolhas humanas que podem reproduzir valores, interesses e desigualdades. Heggler, Szmoski e Miquelin (2025) destacam, nesse sentido, os riscos relacionados aos vieses algorítmicos, à reprodução das desigualdades e à dependência de sistemas cuja lógica de funcionamento nem sempre é transparente. A educação, é um exemplo que evidencia como as contradições da expansão da Inteligência Artificial se manifestam concretamente em diferentes dimensões da vida social.

A expansão da IA e das tecnologias digitais escancara uma das principais contradições do capitalismo contemporâneo: a persistência e o aprofundamento das desigualdades no acesso e na apropriação dos recursos tecnológicos. O discurso predominante costuma associar a digitalização à democratização das oportunidades e à ampliação do acesso ao conhecimento; a literatura analisada, porém, mostra que os benefícios do desenvolvimento tecnológico continuam distribuídos de forma desigual entre grupos sociais, territórios e países. A chamada brecha digital, nessa perspectiva, não se resume à falta de equipamentos ou de acesso à internet — ela abrange desigualdades econômicas, educacionais, culturais e sociais que condicionam as possibilidades concretas de apropriação das tecnologias.

Yamin e Gaviraghi (2023) identificam a relação entre tecnologia e desigualdade como expressão contemporânea da questão social na sociedade da informação. Os resultados desta pesquisa apontam na mesma direção, analisando que o acesso desigual aos recursos digitais interfere diretamente nas possibilidades de participação social, inserção no mundo do trabalho e acesso a direitos. A exclusão digital, portanto, não é problema exclusivamente técnico — é manifestação das desigualdades estruturais produzidas e reproduzidas pelo capitalismo contemporâneo. Sujeitos com melhores condições

materiais e maior acesso à formação tecnológica tendem a usufruir mais intensamente das oportunidades da transformação digital, enquanto parcelas significativas da população permanecem à margem desses processos.

Essa discussão também reforça a importância da acessibilidade digital, entendida não apenas como disponibilidade de equipamentos e infraestrutura, mas como garantia de condições efetivas para que diferentes sujeitos utilizem esses recursos de maneira autônoma e participativa. A ausência de recursos de acessibilidade, de formação adequada e de políticas públicas inclusivas contribui para manter barreiras já existentes, dificultando o exercício da cidadania e o acesso a direitos mediados pelas tecnologias digitais. A inclusão tecnológica, assim, é parte de um processo mais amplo de democratização do conhecimento e de ampliação das condições de participação social.

Essas desigualdades assumem configurações particulares conforme as condições históricas, econômicas e sociais de cada país. No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, os processos de inclusão digital também se desenvolvem de forma contraditória, articulando a ampliação do acesso às tecnologias às condições concretas de vida da população. É nesse contexto que se insere a discussão sobre as políticas brasileiras de inclusão digital.

Alencar (2013) mostra que as políticas brasileiras de inclusão digital têm limites quando não enfrentam as desigualdades estruturais que organizam a sociedade. Galperin (2017), na mesma direção, destaca que disponibilizar equipamentos ou ferramentas digitais não garante, por si só, inclusão social — é preciso considerar as condições concretas de vida da população, as possibilidades de acesso à educação, à formação tecnológica e às políticas públicas. Os desafios da sociedade digital ultrapassam a dimensão da infraestrutura e envolvem também processos de formação, desenvolvimento de capacidades e construção de ambientes digitais mais inclusivos.

Essas contradições tendem a se intensificar com a expansão da Inteligência Artificial. Ela amplia as possibilidades de produção do conhecimento, de inovação e de desenvolvimento de serviços, mas seus benefícios permanecem condicionados às desigualdades existentes na sociedade. A concentração do desenvolvimento tecnológico em grandes empresas e centros econômicos mostra que os avanços da IA não se distribuem automaticamente de forma igualitária — são mediados por relações de poder, interesses

econômicos e processos de concentração característicos do capitalismo contemporâneo.

A Inteligência Artificial revela-se, assim, simultaneamente expressão do desenvolvimento científico e tecnológico e do fenômeno social atravessado por contradições profundas. Amplia possibilidades de acesso ao conhecimento, aprimoramento de serviços e desenvolvimento de novas formas de intervenção social; quando subordinada à lógica da acumulação capitalista, porém, tende a reproduzir mecanismos de concentração, vigilância e exclusão. Seus impactos não decorrem apenas de suas capacidades técnicas, mas das relações sociais, econômicas e políticas que orientam sua produção, apropriação e utilização.

Essas transformações aproximam o debate do campo do Serviço Social, uma vez que produzem novas configurações da questão social e incidem sobre diferentes dimensões da vida dos sujeitos — o acesso ao trabalho, à educação, à informação e às políticas públicas. Compreender criticamente essas mudanças é um desafio para a profissão, cuja atuação está diretamente vinculada ao enfrentamento das desigualdades sociais e à defesa dos direitos da população usuária. Mais do que incorporar novas tecnologias ao exercício profissional, é preciso analisar criticamente as mediações que condicionam sua utilização e seus efeitos sobre as condições de vida da classe trabalhadora.

Diante do exposto, a Inteligência Artificial constitui uma expressão das transformações do capitalismo contemporâneo e só pode ser analisada a partir das múltiplas determinações históricas, econômicas, políticas e sociais que condicionam seu desenvolvimento. Mais do que discutir os avanços tecnológicos em si, é preciso problematizar as relações sociais que orientam sua produção, apropriação e utilização — reconhecendo que seu potencial transformador dependerá das disputas sociais e dos projetos de sociedade que orientarão o desenvolvimento tecnológico.

Conclusão

Esta pesquisa permitiu compreender que a expansão da Inteligência Artificial é um fenômeno inserido num processo histórico mais amplo de desenvolvimento das forças produtivas e de transformação das relações sociais no capitalismo contemporâneo. A análise bibliográfica

realizada mostrou que a IA não pode ser tratada como tecnologia neutra ou isolada das condições econômicas, políticas e sociais que orientam sua produção e utilização — seu desenvolvimento expressa as contradições próprias de uma sociedade marcada pela busca constante de inovação, produtividade e acumulação de capital.

A Inteligência Artificial apresenta potencialidades significativas na produção do conhecimento, na educação, na comunicação e na otimização de atividades sociais. Sua incorporação, porém, ocorre de maneira atravessada por desigualdades, disputas e interesses econômicos, podendo intensificar processos de controle, concentração tecnológica, precarização do trabalho e exclusão digital quando subordinada exclusivamente à lógica da valorização do capital.

Essa dinâmica é evidente no mundo do trabalho, onde a expansão da IA não representa apenas substituição do trabalhador pela tecnologia, mas reorganização das formas de produção, gestão e controle da força de trabalho. Sistemas algorítmicos e plataformas digitais assumem papel central na organização das relações laborais, produzindo novas modalidades de monitoramento e intensificação das atividades.

A investigação mostrou ainda que a expansão da IA está diretamente ligada ao debate sobre inclusão e acessibilidade digital. A existência de tecnologias avançadas não garante, por si só, democratização das oportunidades, já que permanecem desigualdades relacionadas à infraestrutura, à formação tecnológica e às condições materiais de vida dos sujeitos. A exclusão digital configura-se, assim, como dimensão contemporânea da Questão Social, exigindo políticas públicas voltadas à ampliação do acesso e da participação social.

O estudo reforça, portanto, a importância de uma abordagem crítica sobre a Inteligência Artificial — especialmente no campo do Serviço Social, considerando que as transformações tecnológicas produzem novas demandas e desafios para a atuação profissional. Compreender essas mudanças é fundamental para analisar como a tecnologia interfere na reprodução das desigualdades e na garantia dos direitos sociais.

Como possibilidade para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundar investigações sobre os impactos da Inteligência Artificial nas políticas sociais, nos serviços públicos, na educação e nas condições de trabalho, buscando compreender formas de apropriação democrática dessas tecnologias — orientadas para a ampliação dos

direitos humanos e da inclusão social, e não apenas para a valorização econômica e a acumulação de capital.

Referências

ALENCAR, Maria da Glória Serra Pinto de. A política brasileira de inclusão digital no capitalismo contemporâneo: o elo perdido do Programa Casa Brasil. 2013. 168 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALPERIN, Hernán. Sociedad digital: brechas y retos para la inclusión digital en América Latina y el Caribe. Montevideo: UNESCO Office Montevideo and Regional Bureau for Science in Latin America and the Caribbean, 2017. 20 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000262860. Acesso em: 31 jul. 2026.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. Revista Eptic, v. 22, n. 1, jan./abr. 2020.

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HEGGLER, Ana Paula; SZMOSKI, Romeu; MIQUELIN, Awdrey. As dualidades entre o uso da Inteligência Artificial na educação e os riscos de vieses algorítmicos. Educação & Sociedade, v. 46, 2025. DOI: 10.1590/ES.289323.

MARX, Karl. Maquinaria e grande indústria. In: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NEGREIROS, Taíse Cristina Gomes Clementino de. Tempo de aprendizagem flexível: as novas tendências de aprendizagem mediadas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação para a classe trabalhadora. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

RAMOS, Inara Mesquita; FARIA, Caio Veiga. Inteligência Artificial: história, tipologia e aplicações. Revista Tópicos, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.13292915.

TECNOBLOG. História da Inteligência Artificial: quem criou e como surgiu a tecnologia revolucionária. 2024. Disponível em: https://tecnoblog.net/responde/historia-da-inteligencia-artificial-quem-criou-e-como-surgiu-a-tecnologia-revolucionaria/. Acesso em: 31 jul. 2026.

YAMIN, Estevão; GAVIRAGHI, Fabio Jardel. Questão social, brecha digital e tecnologia: expressões de desigualdade na sociedade da informação. Serviço Social & Sociedade, v. 146, n. 3, 2023.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano frente aos novos poderes do capitalismo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

CÓDIGO: HS0258

AUTOR: ANNA BEATRIZ ALENCAR SILVA

COAUTOR: LYZETE BRUNA PEREIRA FREITAS

ORIENTADOR: EDLA HOFFMANN

TÍTULO: A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO GOVERNO LULA: uma análise crítica de seus direcionamentos, embates e desafios

Resumo

O presente relatório de iniciação científica resulta da pesquisa intitulada "As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da política de saúde no governo Lula (2023-2026)". O estudo enfatiza a política de saúde e apresenta uma análise sobre o Plano de Trabalho intitulado "A rede de Atenção Psicossocial no governo Lula: uma análise crítica de seus direcionamentos, embates e desafios". Essa proposta amplia o escopo cronológico, as fontes secundárias e aprofunda o debate teórico de uma pesquisa anterior, diante das mudanças governamentais com a eleição (2022), do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em sua terceira gestão (2023-2026). Nessa perspectiva, a presente investigação se fundamenta no método crítico-dialético, conta com uma revisão bibliográfica, pesquisa e análise documental com coleta de dados secundários em documentos oficiais e instrumentos do planejamento do setor público, do Ministério da Saúde e documentos normativos do Controle Social do SUS. Os resultados apontam que mesmo diante de um governo com princípios que compactuam com um viés progressista, ainda prevalece uma forte disputa de interesses no âmbito dos direcionamentos políticos e ideológicos na Atenção Psicossocial.

Palavras-chave: Ajuste fiscal; atenção psicossocial; fundo público; política de saúde;

TITLE: The Psychosocial Care Network in the Lula government: a critical analysis of its guidelines, conflicts, and challenges

Abstract

This scientific initiation report comes from the research titled 'Trends in Public Fund Allocation in the Budget and Financing of Health Policy under the Lula Government (2023-2026).' The study focuses on health policy and provides an analysis of the Work Plan titled 'The Psychosocial Care Network under the Lula Government: A Critical Analysis of Its Directions, Conflicts, and Challenges.' This proposal broadens the chronological scope, the secondary sources, and deepens the theoretical debate of a previous study, considering the governmental changes following the election (2022) of President Luiz Inácio Lula da Silva, from the Workers' Party (PT), in his third term (2023-2026). From this perspective, the present investigation is based on the critical-dialectical method, including a literature review, research, and document analysis with secondary data collected from official documents and public sector planning tools, the Ministry of Health, and normative documents of Social Control of SUS. The results indicate that, even in a government with principles aligned with a progressive stance, there is still a strong clash of interests in the political and ideological directions of Psychosocial Care.

Keywords: Fiscal adjustment; psychosocial attention; public fund; health policy;

Introdução

O presente artigo é fruto do plano de trabalho intitulado “A rede de Atenção Psicossocial no governo Lula: uma análise crítica de seus direcionamentos, embates e desafios”, atrelado à pesquisa “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da política de saúde no governo Lula (2023-2026)”, em curso desde 2024, e desenvolvida por docentes, discentes e profissionais do Serviço Social que integram o Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Objetiva analisar as tendências de alocação do fundo público no orçamento e no financiamento da política de saúde, no contexto de avanço do neoliberalismo, para compreender os desafios para a democratização do SUS no governo Lula.

Nessa perspectiva, se faz importante mencionar o marco do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que promoveu mudanças substanciais nas formas de acesso aos serviços de saúde, ancorada na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) que afirma a mesma como um direito social fundamental e uma obrigação do Estado, assegurada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelas Leis Orgânicas n° 8.080/90 e n° 8.142/90, que dispõem sobre a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em contrapartida, desde a gênese do SUS, evidencia-se que a política de saúde é permeada por disputas em torno de seu financiamento, onde o “subfinanciamento tem sido um obstáculo desde a criação do SUS, pois o fato de gastos públicos serem menores que os do privado constitui uma barreira ao princípio do acesso universal” (Conill; Giovanella, 2026, p. 1, tradução Consensus). Assim, esse plano se debruça na análise do contexto do ajuste fiscal, a fim de analisar as prioridades governamentais expressas nos direcionamentos e o financiamento da RAPS, com ênfase no acesso aos serviços de saúde mental alinhada aos princípios da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, visando

apreender os desafios para a efetivação do SUS e o fortalecimento do controle democrático da saúde no governo Lula.

Nesse sentido, a pesquisa tem início em um contexto de transição governamental, marcado pelo encerramento do mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), na época filiado ao Partido Liberal (PL), e pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), para seu terceiro mandato presidencial (2023–2026). Nesse contexto, a posse do poder por um candidato alinhado ao campo progressista, era percebida como uma oportunidade para a retomada nos investimentos nas políticas públicas, com ênfase na saúde, intensamente afetada pelas medidas adotadas no governo anterior. Em consonância com essa análise, em 2023 ocorreu a XVII Conferência Nacional em Saúde como um espaço de debate para o fortalecimento da democracia e luta pelos princípios pautados na Reforma Sanitária, constituindo um ambiente de reivindicações orçamentárias e robustecimento da participação popular.

Com base nesse cenário, parte-se do pressuposto de que o orçamento público constitui a expressão mais visível do fundo público, revelando o grau de prioridade conferido pelo Estado às diferentes políticas sociais (Salvador, 2012). Entretanto, o financiamento das políticas de seguridade social, em especial da política de saúde, tem sido progressivamente submetido a restrições orçamentárias decorrentes da dinâmica da crise estrutural do capital, independente do governo vigente.

A organização deste relatório compreende quatro seções: a primeira apresenta o tema, a contextualização do objeto e os objetivos; a segunda aborda os procedimentos teórico-metodológicos; a terceira apresenta e discute os resultados, articulando-os à fundamentação teórica sobre os atravessamentos do ajuste fiscal na Atenção Psicossocial; e a quarta reúne as considerações finais e as principais reflexões decorrentes da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa adota o método crítico-dialético, orientado pelas categorias de historicidade, contradição, mediação e totalidade social, buscando compreender a realidade em seu contexto histórico e em suas múltiplas determinações. Parte-se do entendimento de que o capitalismo contemporâneo e as relações sociais são marcados por constantes transformações e contradições. A análise é desenvolvida por meio de aproximações sucessivas com o objeto de estudo, permitindo identificar as mediações que constituem a política de saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, examina-se sua trajetória histórica, seus fundamentos e as determinações sociais que influenciam sua configuração e seu desenvolvimento na sociedade capitalista.

No que se refere aos aspectos da pesquisa e análise documental, os dados foram obtidos por meio do exame de documentos oficiais. Inicialmente, realizou-se a revisão da literatura pertinente ao tema por meio de textos referentes ao debate de autores/as como, Brettas (2019), Salvador (2012), Paim (2015), Netto e Braz (2006) com o objetivo de fundamentar uma discussão ampliada sobre a saúde. Em seguida realizou-se a análisedocumental do Relatório da 17ª Conferência Nacional de Saúde, como um importante meio para compreensão das demandas, diretrizes e propostas construídas pela

participação social para a política de saúde brasileira. Posteriormente, realizou-se a análise do Plano Nacional de Saúde (PNS), seguida da sistematização das metas selecionadas contidas no Plano Plurianual (PPA) e, por último, o acompanhamento dessas metas através do Relatório de Monitoramento de 2024, tendo em vista que o Relatório referente ao ano de 2025 ainda não foi disponibilizado pelo Ministério de Planejamento.

Utilizou-se como complementação analítica e instrumentopara organização das informações coletadas, a estruturação de quadros de dados a fim de cumprir com as etapas determinadas no plano de trabalho e desmembrar ao máximo os processos que permeiam as produções acadêmicas. Nesse percurso, as socializações promovidas no âmbito da equipe dapesquisa mostraram-se fundamentais, pois possibilitaram maior aproximação com a temática da Atenção Psicossocial, bem como as discussões correlatas que a atravessam e a constituem. Ademais, para além dos estudos diretamente vinculados ao eixo temático da pesquisa, foram incorporadas às discussões mensais desenvolvidas pelo GEP-QPSOCIAL, conduzidas por docentes e discentes do Programa de Pós-graduação (PPGSS/CCSA).

O presente trabalho utilizou o ChatGPT (OpenAI) como ferramenta de apoio à revisão ortográfica e gramatical e à melhoria da fluidez textual, mantendo-se a autoria intelectual e a responsabilidade pelo conteúdo com os/as autores/as deste trabalho.

Resultados e Discussões

A análise dos dados coletados neste plano de trabalho evidencia, de forma concreta, a lógica do modo de produção capitalista, bem como seu funcionamento, marcado por contradições e estratégias inerentes à sua reprodução. Netto e Braz (2006) evidenciam que as crises não são meros acidentes ou anomalias externas ao sistema, mas sim componentes intrínsecos e necessários à lógica do modo de produção capitalista. Sendo assim, historicamente, o capital apresenta um movimento cíclico de “pequenas crises” e crises gerais de superprodução, o que tornam a disputa pelo fundo público uma maneira de manter a hegemonia do capital enquanto ideologia predominante, uma vez que o Estado passa a adotar mecanismos voltados à recomposição das condições de acúmulo do capital, frequentemente por meio da contenção dos gastos sociais e da ampliação de políticas de ajuste fiscal (Harvey, 2011; Behring, 2008).

Ainda que o período da redemocratização brasileira tenha representado importantes avanços no campo político-social, especialmente com a ampliação dos direitos sociais e a instituição da Seguridade Social como dever do Estado e direito da população, a lógica da mercantilização das políticas de saúde, previdência social e assistência social passou a se intensificar. Nesse contexto, conforme defende Paim (2015), embora o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha sido concebido com base nos princípios da universalidade, da integralidade e da equidade, sua consolidação ocorre em um cenário marcado por ofensivas neoliberais, ajuste fiscal e subfinanciamento crônico. Esses elementos comprometem a plena efetivação do direito à saúde e favorecem o avanço da mercantilização eda privatização, em detrimento da garantia de uma política pública universal.

Assim, o subfinanciamento histórico na saúde brasileira, se mostra como expressão das prioridades assumidas pelo Estado na gestão das crises do capital, sendo “um processo construído por meio de mecanismos jurídicos e fiscais que visam favorecer o setor privado e a rentabilidade financeira” (Brettas, 2019, p. 208). Logo, as raízes do imbróglio persistente na saúde se materializam na mercantilização de interesses e utilização dos próprios instrumentos sociais para reafirmar a sociedade de classes, beneficiando os detentores de capital. Esse movimento que se apresenta no Brasil, se torna usual as políticas traçadas para remediar as expressões da questão social, visto que as mesmas não apresentam mecanismos de enfrentamento mas se encontram em um campo de contenção, voltado àgarantia da reprodução da força de trabalho, sob a ideologia neoliberal capitalista, contribuindo para tornar a política de saúde cada vez mais focalizada e engessada. Bravo (2006) discute que as reformas implementadas orientadas pelo neoliberalismo, privilegiam o ajuste fiscal, a focalização das políticas e a ampliação da participação do setor privado na oferta de serviços, utilizando da articulação entre a privatização, descentralização, precarização e a redução da responsabilidade fiscal, que configura uma maior terceirização do poder.

Apesar do discurso de eficiência na alocação dos recursos públicos e atendimento da garantia de direitos, na prática o que se tem é uma política compensatória destinada aos segmentos excluídos do mercado, tornando-se um conjunto de ações destinadas aos considerados hipervulneráveis. Visto isso, a focalização das demandas, se coloca não só como uma opção técnica-administrativa, mas uma estratégia política coerente com a racionalidade de mercado, que busca reduzir a intervenção estatal e ampliar os espaços de atuação do mercado na oferta de serviços de saúde, se tornando um dos pilares da contrarreforma do Estado (Behring, 2008).

No âmbito da Atenção Psicossocial, eixo central da presente investigação, cabe considerar a historicidade por trás dos enredos envolvendo a saúde mental brasileira. Na perspectiva da busca pelaemancipação da classe trabalhadora, é necessário fazer um resgate à Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), movimento que demarca uma transição de um modelo de isolamento em hospitais para uma rede de cuidados comunitários. A luta é demarcada a partir da década de 1970 com o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), sob o lema “por uma sociedade sem manicômios” em 1987 (Brasil, 2005). O processo de crítica ao modelo hospitalocêntrico, centrado no cuidado hospitalar e no isolamento, associado às lutas e aos avanços legislativos, resultou na aprovação da Lei Federal 10.216, conhecida como Lei Paulo Delgado, em 2001, que redireciona a assistência em saúde mental para serviços de base comunitária.

A partir desse processo, iniciou-se uma reestruturação do modelo organizativo na saúde mental, utilizando de instrumentos para avaliar e qualificar os serviços hospitalares e a necessidade de reduzir os planejados leitos psiquiátricos, como o PNASH/Psiquiatria (Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares), Serviços Residenciais Terapêuticos e Programas de reabilitação (De Volta para Casa). Dessa forma, a RPB promoveu uma profunda transformação na compreensão da loucura, deslocando o foco das práticas asilares para a inserção social dos sujeitos. Fundamentada em um modelo de cuidado territorializado, articulado em rede e orientado pelos princípios da atenção psicossocial, a Reforma Psiquiátrica passou a privilegiar estratégias de cuidado em liberdade, em detrimento do isolamento institucional. Nesse processo, impulsionou a substituição progressiva da lógica manicomial por um modelo assistencial centrado na garantia de direitos, na cidadania, no cuidado em liberdade e na inclusão social das

pessoas em sofrimento psíquico. Foi a partir desse movimento, que os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) passaram a ter valor estratégico, atuando como articuladores da rede em diferentes modalidades (CAPS I,II, III, CAPSi e CAPS-AD) a depender da necessidade de cada usuário/a, trazendo um enfoque na subjetividade e na particularidade de cada caso.

Ainda que a Reforma Psiquiátrica tenha demarcado um avanço contra a estigmatização do adoecimento psíquico, ainda há fortes ofensivas que buscam culpabilizar o indivíduo usuário da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e/ou a tentativa de submissão da mesma em relação à outras políticas. Nessa seara, o que se tem principalmente a partir de 2016, é o avanço da atuação conjunta neoliberal e conservadora, que se expressa através de

[...] uma agenda de contrarreforma psiquiátrica no país, caracterizada pelo uso de instrumentos da gestão pública alheios a exigência constitucional da participação social, a valorização de equipamentos privados que têm como imperativo de "cuidado" o isolamento social e o aumento da destinação de recursos públicos para os hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas (Abrasme, 2022 apud Silva; Freitas; Xavier, 2024, p. 10).

Em decorrência desse processo, há uma forte tendência ao retorno da lógica manicomial e hospitalocêntrica, que implica na reinclusão dos Hospitais Psiquiátricos na RAPS. Ademais, impulsionadas pelo avanço do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, as Comunidades Terapêuticas (CTs) deixaram de ocupar uma posição transitória para consolidarem-se como componentes permanentes e centrais da Atenção Psicossocial. Em razão disso, o sofrimento psíquico é tratado como um problema individual de moral e/ou disciplina, negando a dimensão dos direitos humanos e de justiça social, corroborando para a naturalização da desigualdade e exclusão. Em vista do exposto, o avanço do pensamento conservador na RAPS favorece a substituição do projeto de cuidado em liberdade e da emancipação dos sujeitos por um modelo pautado no enclausuramento e na mercantilização do sofrimento psíquico.

Esse cenário que compõe a atenção à saúde mental no Brasil é refletido nos achados parciais desta etapa dapesquisa. Nesse sentido, a partir dos dados coletados ao longo do estudo, elaborou-se um panorama geral das metas da Atenção Psicossocial previstas no Programa de Atenção Especializada à Saúde (cód. 5118) do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, bem como uma reavaliação dessas metas com base no monitoramento realizado em 2024. No âmbito desse programa, o objetivo específico voltado à saúde mental (cód. 0503) tem como finalidade ampliar a oferta de serviços de saúde mental, promovendo a melhoria do acesso e a adequada cobertura regional. Para tanto, foram analisadas criticamente sete metas, com vistas a compreender o andamento desse objetivo específico e avaliar o grau de alcance das ações e programas destinados à saúde mental.

De modo geral, os dados obtidos até aqui mostram irregularidades quanto à expectativa e o alcance das metas, mostrando uma dificuldade na concretização dos objetivos previstos para o primeiro ano de execução do PPA em curso e no tocante a articulação federal, regional e municipal para a ampliação da RAPS, considerando uma cobertura maior dos programas previstos, aexemplo de uma maior capacitação dos profissionais atuantes (meta de Cód. 066G). Foi possível ainda, evidenciar que parte desses desafios foi justificado pelo monitoramento em razão dos serviços de saúde mental que foram desabilitados.

Em relação ao andamento das 07 metas propostas, 05 não foram alcançadas, uma se manteve em 0 conforme previsto e apenas uma teve um alcance efetivo, a meta de Cód. 05YS, que visa ampliar a oferta de leitos de saúde mental em hospitais gerais, sendo superada. Observando a meta de Cód. 07CF, responsável por construir CAPS financiados pelo Ministério da Saúde, nota-se uma discrepância nas previsões anuais para implantação da proposta, ao passo que quando acompanhamos a evolução que deveria ser crescente ao longo dos anos, se vê uma estagnação nos anos iniciais (0), posteriormente aumentado para 20 no ano de 2026 e terminando em 300 para 2027, o que mostra uma responsabilização do Governo atual para a próxima gestão, visto que será um ano após eleições e de possível troca de gestão, para além da administração vigente.

Nesse sentido, a não concretização das metas propostas, não podem ser analisadas apenas como uma falha de gestão, mas como expressão das transformações do Estado brasileiro sob a hegemonia neoliberal, de forma que o mesmo passou a priorizar o equilíbrio fiscal, o pagamento da dívida pública e a redução dos gastos sociais. Nesse óbice, a insuficiência de recursos compromete a implantação e a expansão das políticas públicas previstas nos instrumentos de planejamento (Behring, 2008).

No mesmo horizonte analítico, chega-se ao que se considera o ponto mais crítico do retrocesso em direção à lógica manicomial no PPA em questão. Trata-se das propostas apresentadas no programa "Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas" (Cód. 5134) do Objetivo Específico 0542, que versa sobre o fomento, apoio e o acolhimento aos/às usuários/as e/ou dependentes químicos/as em Entidades Atuantes em Álcool e Outras Drogas - e, posteriormente, de seus respectivos resultados.

As contradições se expressam ainda na condução estratégica do Programa, que está sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), ainda que trate de questões referentes à saúde mental da população, não há indícios de articulação com o Ministério da Saúde. O Programa refere-se ao apoio e ao acolhimento de usuários/as de substâncias psicoativas em unidades de acolhimento que, na prática, a partir das informações fornecidas nos relatórios de monitoramento, correspondem às Comunidades Terapêuticas. Tais instituições são permeadas por inúmeras contradições, uma vez que não reúnem as condições necessárias para oferecer um cuidado compatível com os princípios da atenção psicossocial e um tratamento adequado às necessidades dos usuários, ancoradas no tratamento pela abstinência, laborterapia e práticas religiosas.

Em uma perspectiva analítica, observa-se que, das cinco metas previstas para o programa, apenas aquela voltada à realização de estudos e pesquisas na temática de álcool e outras drogas foi efetivamente alcançada. As metas não cumpridas, por sua vez, revelam elementos que evidenciam o campo de disputas e as contradições que permeiam a política de saúde mental.

Embora o programa, sob responsabilidade do Ministério da Saúde, proponha o fortalecimento da RAPS, sinalizando uma perspectiva de retomada em relação ao PPA anterior, verifica-se, simultaneamente, um movimento em sentido oposto, que expressa as contradições inerentes a uma gestão de frente ampla. Tal cenário decorre da coexistência, no mesmo documento, de um programa vinculado ao MDS, voltado ao fortalecimento de entidades atuantes na atenção às pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Embora, em um primeiro momento, essas entidades

sejam apresentadas de forma genérica, a análise dos relatórios de monitoramento evidencia que se trata, na realidade, de Comunidades Terapêuticas, o que contribui para velar o caráter asilar dessas instituições e reforça a permanência de dispositivos alinhados à lógica manicomial.

À exemplo disso, no cerne das contradições em disputa, destacamos a meta 06KW, em que sua baixa execução se deu em razão da resolução do CONAD que limitava o acolhimento de menores de 18 anos em comunidades terapêuticas. Em uma análise focada apenas na dimensão quantitativa dos dados, o não alcance desta meta seria algo negativo, mas baseados na dimensão da totalidade, consideramos as nuances que atravessam esse desenvolvimento, e as contradições em que esse programa se constitui.

Conclusão

Conforme discutido ao longo desse relatório, a saúde é compreendida como um componente fundamental da seguridade social, constituindo-se como um mecanismo de proteção social assegurado pelo Estado. Contudo, apesar de sua centralidade enquanto direito social, a política de saúde tem sido progressivamente tensionada pelas medidas de ajuste fiscal, decorrentes do avanço da financeirização das políticas sociais. Nessa direção, tais medidas articulam-se às estratégias de contenção dos gastos públicos, restringindo o financiamento das ações e serviços de saúde, dificultando a efetivação dessa política e comprometendo a materialização dos princípios do SUS.

No decorrer do levantamento, foi possível compreender as formas como a ofensiva neoliberal se coloca no campo das decisões, impulsionando o enfraquecimento orçamentário e proporcionando os desmontes nos equipamentos de serviços ofertados para a população. Além disso, dentro do viés conservador, é necessárioavaliar a maneira como o adoecimento mental é tratado numa perspectiva manicomial e de marginalização da loucura, proporcionando uma maior tendência a cortes orçamentários dependendo do governo, como foi o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro. Entretanto, apesar de no governo Lula termos pautas mais progressistas, alinhadas aos ideais de Reforma Psiquiátrica, o que analisamos aponta para um governo que é absorvido pelas demandas da conjuntura capitalista.

No campo da Atenção Psicossocial, essa dinâmica torna-se evidente quando se observam as metas do PPA que não foram alcançadas. A não implementação dessas metas cria condições para o enfraquecimento da oferta assistencial em saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde, favorecendo a ampliação de alternativas desvinculadas da rede pública ou, em alguns casos, resultando na própria ausência de serviços disponíveis à população, o que contribui para a fragilização da RAPS.

Nesse contexto, evidencia-se que a reestruturação da Rede de Atenção Psicossocial exige mais do que a redefinição de diretrizes governamentais: requer a concretização das metas pactuadas, financiamento adequado e o fortalecimento da rede pública territorial, em consonância com os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Nessa perspectiva, o aprofundamento do debate sobre esses aspectos revela-se indispensável para compreender os desafios que permeiam a política de saúde mental e para subsidiar a

formulação e a implementação de estratégias capazes de fortalecer a RAPS, assegurar o cuidado em liberdade e garantir a efetivação do direito à saúde democrática, equânime e antimanicomial.

Referências

CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos (org.). Reforma Sanitária e Contrarreforma na Saúde: interesses do capital em curso. Maceió: Edufal, 2015.

CONILL, Eleonor Minho; GIOVANELLA, Lígia. El Sistema Único de Salud de Brasil: trayectoria y desafíos. Gaceta Sanitária, v. 40, 102573, 2026.

SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, Evilásio et al. (org.). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012. p. 123-152.

BRETTAS, Tatiana. A financeirização e as políticas sociais no Brasil neoliberal. In: BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 207-274.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, v. 1).

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

SILVA, Jardson; FREITAS, Lyzete Bruna Pereira; XAVIER, Quitéria Gabriela Cabral. A ofensiva conservadora e o ideário neoliberal: os entraves às políticas de saúde mental no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL EM SAÚDE, 10.; SIMPÓSIO DE SERVIÇO SOCIAL EM SAÚDE, 13., 2024. Publicações CONASSS. [S. l.]: CONASSS, 2024. ISBN 978-65-89463-77-1

CÓDIGO: HS0266

AUTOR: GYSELLI DOS SANTOS GOES

ORIENTADOR: TAISE CRISTINA GOMES CLEMENTINO DE NEGREIROS

TÍTULO: EXPANSÃO DO USO DAS TECNOLGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

Resumo

Esta pesquisa teve por finalidade a análise da expansão do uso das tecnologias de informação e comunicação no ensino superior brasileiro, apreendendo neste processo as suas contradições e os desafios em contexto de crise do capital. Nesse sentido, utilizando-se do método do materialismo histórico-dialético, a pesquisa debateu sobre os limites do uso das TICs dentro de um sistema econômico, social e político que visualiza apenas o lucro, sem ponderar as consequências para o próprio desenvolvimento humano, bem como para o acesso aos direitos sociais, como a educação, em que a privatização dos serviços é o que impera, sem preocupação real com a sua democratização e qualidade.

Palavras-chave: TICs. Ensino superior. Capitalismo.

TITLE: EXPANSION OF THE USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES (ICTS) IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: contradictions and challenges in the context of the capital crisis

Abstract

This research aimed to analyze the expanding use of information and communication technologies (ICTs) in Brazilian higher education, examining the associated contradictions and challenges within the context of the crisis of capital. Employing the method of dialectical historical materialism, the study discussed the limitations of ICT usage within an economic, social, and political system focused solely on profit, disregarding the consequences for human development and access to social rights such as education, where the privatization of services prevails, devoid of any genuine concern for democratization or quality.

Keywords: ICTs. Higher education. Capitalism.

Introdução

O seguinte plano de trabalho faz parte da pesquisa da professora orientadora sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação sob a égide do capital, suas contradições e desafios para defesa e garantia dos direitos sociais, e teve por objetivo geral a análise crítica da expansão do uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do ensino superior brasileiro.

Assim, para o alcance deste objetivo geral, os objetivos específicos estiveram pautados na compreensão da expansão das tecnologias de informação e recursos digitais nos marcos do capitalismo contemporâneo, na análise das contradições e do direcionamento político-ideológico dos principais argumentos que defendem o uso dos recursos de TICs e digitais no âmbito do ensino superior, na identificação das atuais estratégias de utilização do uso de recursos de TICs e digitais voltadas para o ensino-aprendizagem e na análise dos argumentos e posicionamentos políticos de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Nesse contexto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, partindo de uma análise crítica ancorada no materialismo histórico-dialético da tradição marxista, o qual permitiu uma leitura concreta do avanço das TICs no contexto do ensino superior brasileiro, identificando suas contradições, seus desafios e suas potencialidades.

A leitura do cenário do avanço das TICs por meio dos autores da tradição marxista permitiu não apenas o reconhecimento dos impactos sobre os trabalhadores, principalmente docentes, como também desvelou o que há por trás do discurso da 'democratização do acesso', nocivo se não analisado criticamente, pois tende a mascarar um processo atrelado à própria privatização da educação.

Nesse sentido, para dar densidade à pesquisa, também foram analisados os portais digitais das instituições de ensino superior (IES) que aderem às TICs no próprio âmbito do ensino-aprendizagem, por meio da educação à distância (EAD), os quais prometem uma graduação mais rápida e facilidade na inserção no mercado de trabalho.

Por isso, cabe aqui citar Dahmer (2012), autora que coloca em seus escritos que "a hipótese, portanto, é que não nos encontramos frente a um processo de ampliação do acesso ao direito à educação, mas a um processo massificado de certificação [...]" (p. 44). E, nesse processo de massificação de certificação, o caráter crítico e criativo da educação é escanteado e dá lugar a uma formação aligeirada, funcional apenas ao mercado.

Também nessa linha de raciocínio, Morozov (2018) expõe que

"[...] o verdadeiro inimigo não é a tecnologia, mas o atual regime político e econômico – uma combinação selvagem do complexo militar-industrial e dos descontrolados setores banqueiro e publicitário –, que recorre às tecnologias mais recentes para alcançar seus horrendos objetivos (mesmo que lucrativos e eventualmente agradáveis)".

Portanto, a partir desse pensamento é possível identificar as possibilidades e contradições do avanço das TICs no ensino superior, de modo a contemplar a potencialidade da tecnologia, com o seu caráter emancipatório, mas também analisar o seu uso voltado para a precarização, sobrecarga de trabalho, privatização, massificação, etc, voltado para a manutenção do modo de produção capitalista.

Por isso, a seguinte pesquisa mostra a sua pertinência, uma vez que se propôs a, por meio da revisão bibliográfica, analisar as contradições do avanço das TICs no ensino superior brasileiro e, assim, compreender a realidade que se esconde sob o discurso da democratização do acesso ao ensino superior.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida possui caráter qualitativo, fundamentada no método crítico-dialético. Desse modo, buscou apreender as contradições inerentes à defesa e promoção da inclusão digital no âmbito da sociabilidade capitalista contemporânea.

Para isto, foram realizados procedimentos metodológicos como pesquisa e revisão bibliográfica, levantamento dos principais aparatos sobre o uso dos recursos de TICS e digitais, análise de dados levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), bem como análise do portal on-line das instituições de ensino superior que ofertam o ensino na modalidade de ensino à distância, objetivando dar densidade e fundamentação à pesquisa.

Nesse contexto, a revisão bibliográfica permitiu o contato com autores como Karl Marx, Evgeny Morozov, Ricardo Antunes, Jean Lojkine, bem como com artigos publicados nas revistas Temporalis e Germinal, além de produções de Kátia Lima, Rafael Grohmann e da professora orientadora, Taise Negreiros. Em relação aos portais on-line das instituições de ensino superior visitados e analisados, estão o da Uninassau, da Universidade Potiguar e da Estácio.

Ainda, durante a pesquisa foram realizados encontros mensais de estudos com a professora e as suas orientandas, como estratégia fundamental de consolidar o processo coletivo de pesquisa e produção do conhecimento, em que produções teóricas densas foram discutidas e orientações coletivas e individuais foram passadas.

Ademais, o desenvolvimento da pesquisa requereu a utilização dos seguintes recursos materiais: computador com acesso à internet, sala de estudos, livros e artigos científicos disponíveis em PDF ou impresso e máquina para impressão de textos e relatórios.

Resultados e Discussões

Para compreender o avanço das TICs no ensino superior brasileiro, apreendendo no processo as contradições e os desafios que são engendrados por tal cenário, é oportuno se basear na perspectiva de Marx (2023), em que o autor expõe que o desenvolvimento maquinário, dentro da ordem do capital, não tem por finalidade precípua, sequer secundária, a emancipação humana.

Na obra elaborada pelo autor, fica evidente que, na verdade, o desenvolvimento das máquinas no modo de produção capitalista tem por finalidade única a reprodução do capital. Por isso, no Livro 1 do ‘O capital’, Marx (2023) coloca que os efeitos da produção mecanizada, no capitalismo, acabam se desdobrando na exploração do trabalho, prolongando a jornada de trabalho e promovendo a intensificação desse trabalho.

Nesse mesmo sentido, cabe trazer ao debate o autor Lojkine (2018), o qual realiza um debate que permite uma compreensão a respeito das potencialidades e das contradições e desafios do que ele denomina de revolução informacional, esta sendo possível a partir do desenvolvimento da maquinaria, da tecnologia e da automação.

Lojkine (2018) destaca o caráter revolucionário da tecnologia em relação ao sistema que a engendrou, ou seja, o capitalismo. O que o autor quer dizer é que o desenvolvimento tecnológico tem um potencial intrínseco para, de certo modo, emancipar o trabalhador, tendo em vista que o seu uso poderia diminuir a quantidade de trabalho necessária na esfera da produção. Entretanto, não é isso que acontece.

Dessa forma, ao invés de contribuir com a qualidade de vida do trabalhador, o avanço tecnológico acaba se constituindo enquanto um mecanismo que potencializa a

exploração e a submissão dos trabalhadores a situações precárias e desumanas de trabalho, tendo em vista o próprio discurso de que as máquinas são capazes de substituir o trabalho humano.

Nesse panorama, cabe reforçar o próprio conceito de fetichismo trazido por Marx (2023),

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (p. 122).

Assim sendo, é possível afirmar que o modo de produção capitalista gera e estimula o fetichismo na sociedade, o que faz com que o/a trabalhador/a não se reconheça no produto que sua força de trabalho engendrou. Nesse contexto, é fundamental se deter sobre o processo do fetichismo, tendo em vista que este fenômeno tende a fortalecer a ideia de que as máquinas são capazes de substituir os indivíduos dentro e fora do processo produtivo.

É crucial debater o fato de que foi o trabalho humano que deu vida à tecnologia e ao seu avanço nos diferentes espaços da vida social, para compreender não apenas o avanço das TICs e as suas contradições, como também entender a pertinência do que Lojkine (2018) fala quando diz que a máquina informacional não substitui o homem, ao contrário, reclama a sua presença e interatividade.

O modo de produção capitalista dificulta o entendimento de que “um sistema inteligente não funciona sozinho, só adquire sentido na relação com o sujeito” (Lojkine, 2018, p. 137), fato que interfere no próprio uso da tecnologia visando o bem comum, o desenvolvimento e a ampliação do acesso às políticas públicas e a emancipação dos trabalhadores, por exemplo, e até mesmo a organização política da sociedade em prol do seu uso social.

Esse debate inicial permite a constatação de que a finalidade última do desenvolvimento tecnológico e do próprio modo de produção capitalista é a continuidade da acumulação do capital, cenário em que apenas o lucro possui importância. Por isso, Marx (2023) coloca que a satisfação das necessidades humanas não é uma preocupação para esse sistema.

Ter isso em mente possibilita a apreensão da realidade do ensino superior brasileiro, que lida não apenas com o avanço das TICs, mas com a ação predatória do capital, que transforma tudo em lucro, sem preocupação com a qualidade dos serviços prestados e com a socialização do acesso, por mais que frequentemente tais discursos sejam utilizados como estratégia para o capital continuar avançando e precarizando as políticas públicas.

Sobre isso, cabe realizar a análise desse cenário levando em consideração o avanço do neoliberalismo no mundo, a partir de 1970, e no Brasil. Dessa forma, Negreiros (2019) expõe que

Diante do cenário de crise econômica e da busca incessante do capital por garantir novos nichos de acumulação articulada à disseminação política-ideológica dos preceitos neoliberais, verifica-se o redirecionamento da atuação estatal no que tange à promoção das políticas educacionais (p. 98).

Portanto, baseado na privatização, no ajuste fiscal, na focalização das políticas públicas, bem como utilizando-se de um discurso que desmoraliza e ataca os gastos públicos, também as instituições e a gestão, o neoliberalismo atua com a finalidade de promover o desmonte de tudo aquilo que é público e não gera lucros imediatos, privatizando todas as esferas da vida.

No que diz respeito aos impactos no ensino superior, Negreiros (2019) também coloca que

No que tange às políticas voltadas para o ensino superior, há a predominância da defesa pela diversificação das fontes de financiamento e das modalidades de ensino, com especial ênfase para a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação como estratégia de democratização do acesso à educação e do aumento do índice de escolarização nos países de economia dependente.
Em relação ao uso dos recursos das TICs, esse se efetivará, majoritariamente, através do ensino a distância, o qual será defendido como a modalidade mais adequada para proporcionar o acesso da população de baixa renda às IES, compatibilizando a expansão desse acesso com baixo investimento de recursos públicos (p.100).

Assim, é possível afirmar que a partir do espraiamento e consolidação do neoliberalismo no Brasil, tem-se a potencialização da educação tratada como mercadoria. Desse modo, o ensino superior abre as portas para o setor privado, que atua sob o discurso de uma suposta preocupação com a ampliação do acesso às instituições de ensino superior, buscando formas de democratizar este acesso.

Entretanto, autoras como Dahmer (2012) e Lima (2018) expõem o que realmente se encontra por trás desses argumentos utilizados pelo neoliberalismo. Elas alertam para um crescimento das IES que se deu por meio da ação deliberada da iniciativa privada sobre a educação, buscando a abertura de novos mercados, em um cenário de obtenção de lucros e de incentivos fiscais do próprio Estado.

O crescimento das IES e a tal democratização do ensino superior representa, sobretudo, o ataque ao papel do Estado em relação às áreas sociais, além de incentivar uma formação aligeirada, a-crítica, massificada e não criativa, desmembrada das esferas da pesquisa e da extensão, alinhada com a criação de mão de obra barata e com a sobrecarga do corpo docente.

A criação dessa mão de obra barata contribui para manter o capital em constante reprodução, tendo em vista ser peça fundamental para uma produção com baixo custo com recursos humanos, uma vez que a quantidade de trabalhadores formados e qualificados extrapola as vagas de trabalho, fato que proporciona a desvalorização da mão de obra e coopera para a própria desproteção social dos trabalhadores.

Por isso, a entrega do ensino superior à iniciativa privada representa, acima de tudo, uma tentativa de maximizar os lucros e, ao mesmo tempo, reduzir os custos. Isso também se comprova com a análise do avanço das TICs nesse âmbito de ensino, que se dá especialmente pelo incremento do ensino à distância nas IES.

Dessa forma, o avanço das TICs no ensino superior representa uma tentativa do capital de se inserir em novos setores sob o discurso da democratização, utilizando-se de métodos como o EAD para reduzir custos e, no mesmo compasso, aumentar as matrículas e consequentemente os lucros, tendo em vista ser uma modalidade de ensino que se coloca como inclusiva.

Nesse sentido, Martins e Neves (2016) discutem que a lógica que orientou a expansão do ensino superior brasileiro foi a da demanda e da oferta, “[...] em cuja dinâmica o

setor privado tem ocupado um papel relevante no sentido de suprir a demanda por um ensino de massa" (p. 9). Soma-se e contribui para essa expansão o uso das TICs.

Ainda, Dahmer (2012) coloca que

A partir do governo FHC e também nos governos Lula, o EAD constituiu-se como uma via privilegiada para ampliar o acesso ao Ensino Superior sem aumentar gastos estatais de forma considerável, elevar as estatísticas do país, fortalecer o mercado educacional e, ainda, difundir junto à população um forte consenso em torno da ideia de ascensão social via educação superior, sem tocar nas bases estruturantes da desigualdade no país (p.31).

Nesse panorama, o Censo da Educação Superior 2024, elaborado e divulgado pelo INEP, mostra que, no referido ano, cerca de 96,85% dos discentes matriculados na modalidade EAD estavam vinculados a uma instituição privada, sendo aproximadamente 85,19% com fins lucrativos. Além disso, as estatísticas do censo da educação superior, também produzidas pelo INEP, mostram que de 2014 à 2024 houve um crescimento de aproximadamente 803,3% em vagas ofertadas por instituições privadas com fins lucrativos na modalidade EAD, sendo respectivamente 1.715.484 e 15.492.246 vagas.

Nesse contexto, fica exposta a tendência à mercantilização do ensino no mesmo compasso da implementação das tics no ensino superior. Assim, urge a necessidade de se deter sobre quais condições permeiam este avanço, constantemente disfarçado de democratização do acesso. Assim, cabe citar que

Nesse contexto de aumento exponencial da oferta de ensino à distância de caráter privado, temos os desdobramentos em dados do real significado disso. Com o intuito de aumentar o investimento em capital constante, ou seja, tecnologia altamente desenvolvida para viabilizar a educação à distância e o ensino remoto, a demissão de professores tem sido uma nova rotina (Bueno; Oliveira; Tumolo, 2021, p. 133).

Ou seja, além da certificação em massa, do estímulo a uma formação que não é crítica e reflexiva, que desvaloriza a pesquisa e a extensão, e da formação de mão de obra barata para a continuidade da acumulação do capital, o avanço das TICs e, portanto, da esfera privada sobre a educação, principalmente por meio do EAD, também traz consequências para a classe trabalhadora docente.

As consequências do avanço das TICs no ensino superior para os docentes são destrinchadas por Dahmer (2012) e por Cruz e Paula (2015), em que estas últimas colocam que

Ao contrário do que esperava a classe docente em relação aos avanços tecnológicos do século XXI, o que passou a ocorrer foi o resultado contrário do que era previsto, ou seja, o Estado deixando, cada vez mais, de cumprir seu papel de gestor na educação (p. 243).

Sendo assim, as autoras trazem que este avanço contribuiu para a precarização do exercício da docência, uma vez que o ensino na modalidade EAD tem como principal premissa a disponibilidade de aulas previamente gravadas. Nesse panorama, docentes especializados acabam se constituindo enquanto um gasto desnecessário, tendo em vista que quase não há relação entre os professores e os alunos. Esse cenário incide na contratação de pessoal, além da qualidade do ensino ofertado, gerando sobrecarga de trabalho.

Nesse contexto, é cabível mencionar novamente Dahmer (2012), quando a autora escreve que

Se há possibilidade efetiva de ampliação do acesso, questiona-se, contudo, a qualidade e o perfil de profissional que irá se formar em tal modalidade de ensino, dada a ausência de efetiva relação pedagógica, participação na vida acadêmica, em projetos de pesquisa e extensão e em movimentos sociais (p. 31).

Analisando os portais de algumas das IES privadas de Natal/RN, é possível encontrar promessas. No portal da Uninassau, por exemplo, consta que o EAD ofertado pela instituição proporciona uma "graduação mais rápida, que cabe no seu bolso. Currículo voltado à prática que te coloca mais rápido no mercado". No geral, é prometido flexibilidade, baixo custo e rapidez no processo formativo. Ainda, Negreiros (2022) escreve que

A expansão do uso das TIC's, plataformas e recursos da internet no âmbito das políticas educacionais, sob o argumento de se promover inovações disruptivas no campo educacional, possibilitaram a abertura de novos campos para a exploração do capital financeiro através da extração de dados e venda e consumo de serviços educacionais, contribuindo para o acirramento do processo de privatização das instituições de ensino e mercantilização da educação que vem orientando as políticas educacionais desde os anos 1990 (p. 521).

Sobre isso, a autora vai colocar que o avanço das tics no contexto da educação e essa plataformização do ensino também se deram por meio de um discurso de que as antigas formas de ensino, dependentes da modalidade presencial, deveriam se modernizar por meio do aprimoramento do uso das tics para ofertar cursos que não exigissem presencialidade, mas que pudessem ser acessados de forma on-line, para que o estudante utilizasse qualquer tempo livre de sua rotina para se profissionalizar. Desse modo, Negreiros (2022) expõe que

Os apologistas do uso das tecnologias de informação e comunicação fortaleceram seus discursos ideológicos de defesa do uso desses recursos como estratégia para "salvar" a educação de um suposto descompasso com o desenvolvimento tecnológico atual (p. 528).

É necessário problematizar este contexto, tendo em vista não apenas a mercantilização da educação por meio da plataformização, uma vez que essa iniciativa e esse discurso são reproduzidos sobretudo pelo setor privado, como também a tendência à individualização do acesso à educação, como se dependesse unicamente da vontade pessoal dos indivíduos o acesso às aulas de qualquer lugar em que este esteja, desconsiderando a importância das condições materiais ideais para o processo de ensino-aprendizagem.

Dahmer (2012) continua contundente ao expor que o EAD, na verdade, proporciona "[...] um acesso fragilizado, desqualificado, segmentado por camadas sociais, discriminatório, e que, por fim, precarizará e desvalorizará ainda mais a profissão e a área social" (p. 45). Cabe enfatizar que a autora realiza esta crítica referindo-se não apenas à modalidade EAD, mas sobretudo à disponibilização do curso de Serviço Social neste formato. Entretanto, é notório que a sua crítica se faz pertinente à análise da disponibilização de qualquer curso ofertado nesta modalidade.

A análise e o reconhecimento dessas contradições e desafios do avanço das TICs no ensino superior brasileiro, todavia, não possuem a finalidade de incriminar o

desenvolvimento tecnológico, mas de reclamar o seu uso de modo a incentivar a construção de uma sociabilidade mais integrada, voltada para o desenvolvimento da própria humanidade, facilitando o acesso a serviços e promovendo emancipação, por meio da educação ou de qualquer outra política pública, recusando intencionalidades voltadas exclusivamente para o lucro e para a acumulação privada de riqueza.
Morozov (2018) alerta para o fato de que uma discussão concreta sobre o futuro tecnológico tem que partir do reconhecimento de que este deverá ser desvinculado do neoliberalismo. Além disso, o autor também coloca que o "inimigo" não é a tecnologia, mas o seu uso dentro de um sistema econômico que visualiza a redução dos gastos públicos e o acúmulo de capital. O autor cita que "[...] não é preciso odiar ou temer a tecnologia para se preocupar com o futuro da igualdade, da mobilidade e da qualidade de vida [...]" (s.p).
A realização do debate aqui proposto exige este comprometimento ético e político, capaz de revelar também as potencialidades do uso das TICs para a sociedade, para além de mostrar os seus limites dentro de um capitalismo em crise. Ademais, esta postura torna-se fundamental para rebater discursos também encabeçados pelos representantes do capital a respeito de que as críticas destinadas ao uso das TICs advêm de indivíduos descompromissados com o avanço tecnológico e social da humanidade.

Portanto, é possível concluir que a discussão em torno da expansão do uso das tecnologias de informação e comunicação no ensino superior brasileiro, a partir da análise das suas contradições e desafios em contexto de crise do capital deve ser realizada, sobretudo, sob uma perspectiva teórica crítica, alinhada à apreensão concreta das relações sociais, considerando as particularidades e a totalidade inerente aos fenômenos sociais, a fim de propor caminhos que beneficiem o ser social como um todo, e não apenas aqueles que detêm os meios de produção, tal como acontece na realidade atual.

Conclusão

Tendo em vista tudo aquilo que foi supracitado, cabe reafirmar a pertinência deste tema de pesquisa para a comunidade acadêmica e para a sociedade como um todo.

O debate em relação à expansão do uso das tecnologias de informação e comunicação no ensino superior brasileiro, a partir da análise das suas contradições e desafios em contexto de crise do capital, traz a necessidade do levantamento de questionamentos a respeito de quem, de fato, está se beneficiando com tal cenário, bem como sob quais condições ocorre este avanço.

Identificar as contradições, os desafios e as potencialidades do uso das TICs no ensino superior brasileiro é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, em que a capacidade humana é utilizada em prol do desenvolvimento do ser social, possibilitando a construção de uma sociabilidade que seja concretamente democrática, havendo socialização de oportunidades e liberdade concreta de escolha, em que o lucro não se sobrepõe às necessidades humanas.

De modo mais pessoal, a iniciação científica me permitiu compreender, acima de tudo, a importância do conhecimento, da produção e da socialização desse conhecimento com a comunidade. Ainda, me possibilitou expandir os horizontes em relação à produção científica e a perceber a sua imprescindibilidade nos dias atuais, em que a barbárie é normalizada e o desmerecimento da ciência tem ganhado destaque.

Por fim, cabe ressaltar que todo o processo envolvendo esta pesquisa enfatizou o quanto é crucial uma escrita comprometida com a libertação da classe trabalhadora,

além de prezar pelo trabalho com fontes confiáveis, com autores e autoras que buscam realizar uma leitura ética, crítica e politicamente comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, identificando a raíz dos problemas sociais e possibilitando uma leitura concreta da realidade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2024. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 29 mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Estatísticas Censo da Educação Superior. Inep, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-da-educacao-superior. Acesso em: 29 mai. 2026.

BUENO, Juliane Zacharias; OLIVEIRA, André Ricardo; TUMOLO, Paulo Sergio. Da educação pública à educação privada: os rumos do ensino superior no brasil. In: Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.13, n.1, p.119-137, abr. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43599. Acesso em: 17 mai. 2026.

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. O setor privado-mercantil de educação superior no brasil e a educação a distância. In: Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 2, p. 242-251, dez. 2015.

DAHMER, Larissa. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional?. In: SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v14i30.12825. Acesso em: 15 mai. 2026.

FARIA, Gabriele. Tecnologias da Informação e Comunicação nas políticas sociais: opacidade e ilusão democrata. In: Revista Katálysis, v.25, n.1, jan./abr.2022.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. In: Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura, 22(1), 106–122. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188. Acesso em: 02 mai. 2026.

LOJKINE, Jean. A revolução informacional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Kátia. Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”. Revista Em pauta, Rio de Janeiro - 2° semestre de 2019 - n. 44, v. 17, p. 15 - 32. Disponível em: https://doi.org/10.12957/rep.2019.45207. Acesso em: 24 out. 2025.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação superior em tempos de contrarrevolução neoliberal. In: Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 16°, 2018, Vitória. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: https://share.google/3zE5WTUCCXqIbAPgl. Acesso em: 7 fev. 2026.

MARTINS, Carlos Benedito; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/03eac449-cc6c-43b2-bbc8-825f0fd38cb0. Acesso em: 16 jan. 2026.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2023.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. 1 ed. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NEGREIROS, Taíse Cristina Gomes Clementino de. Tempo de aprendizagem flexível: as novas tendências de aprendizagem mediadas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação para a classe trabalhadora. Orientadora: Ângela Santana do Amaral. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2019.

NEGREIROS, Taíse Cristina Gomes Clementino de. Educação, “inovação disruptiva” e os novos desafios à formação profissional da classe trabalhadora frente à ação predatória do capital financeiro. In: Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.14, n.3, p. 513-534, dez. 2022. Disponível em: http://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.51335. Acesso em: 20 ago. 2026.

PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). Serviço Social e Educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_modelo_6570d990d66c72. Acesso em: 10 out. 2025.

CÓDIGO: HS0268

AUTOR: JOSÉ VICTOR DA SILVA

ORIENTADOR: ALEXANDRO BARBOSA

TÍTULO: REGULAÇÃO ECONÔMICA E EFICIÊNCIA DE CUSTOS NOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO: EVIDÊNCIAS DO CASO BRASILEIRO

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a regulação econômica e a eficiência de custos das concessionárias brasileiras submetidas, obrigatória ou facultativamente, ao regime de sociedade anônima. Para tanto, adotou-se uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e documental. Para mensuração da eficiência, utilizou-se a técnica Data Envelopment Analysis (DEA), em seu modelo tradicional, considerando o recorte temporal disponível, correspondente aos anos-base de 2023 e 2024. A partir disso, mensurou-se a eficiência relativa de 61 concessionárias brasileiras e, posteriormente, os resultados foram relacionados à presença e ao perfil da regulação econômica. Em 2023, entre as concessionárias classificadas no nível “Fraca”, verificaram-se proporções de 10% (1) entre aquelas sem agência reguladora, 13,79% (4) entre as submetidas às agências multissetoriais e 9,09% (2) entre aquelas submetidas às agências setoriais. Em 2024, essas proporções corresponderam, respectivamente, a 0% (0), 13,79% (4) e 22,73% (5). Os testes estatísticos realizados não identificaram diferenças estatisticamente significativas nos escores de eficiência em função da presença ou do perfil da regulação, considerando o período e a amostra analisados. Os resultados demonstram, portanto, que a existência de regulação econômica, isoladamente, não apresentou associação estatisticamente significativa com os níveis de eficiência relativa das concessionárias analisadas.

Palavras-chave: Saneamento Básico; DEA Tradicional; Regulação Econômica; S.A's.

TITLE: Economic Regulation and Cost Efficiency in Water Supply and Sanitation Services: Evidence from the Brazilian Case

Abstract

The present study aims to analyze the relationship between economic regulation and cost-efficiency among Brazilian concessionaires subject to the mandatory or optional public company regime. In favor of meeting its goal, a quantitative, descriptive, and documentary approach was adopted. Data Envelopment Analysis (DEA), using its standard model, was employed to measure efficiency across the available timeframe, corresponding to the base years 2023 and 2024. Consequently, the relative efficiency of 61 Brazilian concessionaires was measured and subsequently compared to the presence and profile of economic regulation. In 2023, among the concessionaires classified as "Weak," proportions reached 10% (1) for those without a regulatory agency, 13.79% (4) for those regulated by multisectoral agencies, and 9.09% (2) for those under sector-specific agencies. In 2024, these proportions shifted to 0% (0), 13.79% (4), and 22.73% (5), respectively. Statistical testing revealed no statistically significant differences in efficiency scores based on the presence or profile of regulation within the analyzed period and sample. Therefore, the results demonstrate that the existence of economic regulation alone showed no statistically significant association with the relative efficiency levels of the analyzed concessionaires.

Keywords: Basic Sanitation; Standard DEA; Economic Regulation; S.A's.

Introdução

O saneamento básico desempenha papel essencial na qualidade de vida da população, influenciando áreas como saúde, meio ambiente, educação e desenvolvimento econômico, embora ainda existam desafios relacionados à universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. (CARVALHO, 2017).

Com vistas a oferecer melhor desempenho e qualidade à população e fortalecer os critérios de transparência e eficiência operacional do setor, criou-se o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), posteriormente atualizado e reformulado, no que hoje ficou conhecido como “Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico” estabelecido pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, trazendo diversas alterações e metas a serem cumpridas com vistas a estabelecer padrões de qualidade de água e esgoto para a população brasileira.

O Novo Marco Regulatório trouxe em sua essência atualizações e reformas com vistas a garantir metas de universalização do saneamento básico, previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 (Antigo Marco Legal do Saneamento), com redação dada pela Lei nº 14.026/2020, estabelecendo o atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 2033, ao mesmo tempo em que fortaleceu o papel regulador da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) na padronização normativa e na promoção de maior segurança jurídica e econômica ao setor (BRASIL, 2007).

O novo marco legal alterou significativamente o ambiente institucional do setor de saneamento, ampliando as exigências regulatórias e a necessidade de investimentos para o cumprimento das metas de universalização (CAPANEMA, 2022). Tais mudanças impactam tanto operadores públicos quanto privados, elevando consideravelmente seus custos com vistas a cumprir as metas de universalização no Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

Nesse contexto, torna-se necessária a avaliação dos efeitos das políticas de investimento sobre os custos das empresas prestadoras de serviços de saneamento, bem como da eficiência na conversão desses custos em melhorias efetivas para o setor e para o alcance das metas de universalização do saneamento básico brasileiro. Adicionalmente, faz-se importante analisar de que maneira a regulação econômica exercida pelas agências reguladoras, sejam regionais ou locais, influencia a gestão dos investimentos e a eficiência operacional das prestadoras de serviços.

A literatura evidencia que os ganhos de eficiência decorrentes da regulação no setor de saneamento não ocorrem de maneira homogênea entre os prestadores de serviços. A efetividade regulatória depende da qualidade dos instrumentos regulatórios empregados, da estrutura de governança e da capacidade institucional das agências reguladoras. Nesse contexto, embora a regulação possua potencial para induzir melhorias de desempenho e eficiência operacional, seus resultados variam conforme o ambiente regulatório e os mecanismos de incentivos adotados (GONÇALVES et al., 2021; SILVA; LEDO, 2023).

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da regulação econômica sobre os custos dos serviços de água e esgoto, com foco nas concessionárias brasileiras organizadas sob a forma de sociedade anônima, buscando identificar em que medida tais custos foram afetados e eventualmente repassados aos usuários.

Dessa forma, o estudo busca contribuir para o debate acerca da eficiência regulatória no setor de saneamento básico, especialmente no contexto das recentes transformações institucionais promovidas pelo novo marco regulatório.

Metodologia

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa, documental, descritiva e explicativa, tendo como objetivo analisar a relação entre a regulação econômica e a eficiência de custos dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados por concessionárias brasileiras regidas obrigatoriamente ou facultativamente pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

AMOSTRA E COLETA DE DADOS

Os dados utilizados foram obtidos a partir do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINISA), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR). A amostra foi composta por 61 concessionárias brasileiras de abastecimento de água e esgotamento sanitário, organizadas sob a forma de sociedade anônima, com atuação local, regional ou microrregional, abrangendo o período de 2023 e 2024.

Para a construção da base de dados, acessou-se o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), disponibilizado pelo Ministério das Cidades. Nos relatórios referentes aos anos de 2024 e 2025, foram selecionadas as planilhas de

Informações e Indicadores dos componentes Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Dessa forma, foram obtidas duas bases de dados contendo indicadores operacionais, financeiros e de infraestrutura das concessionárias brasileiras prestadoras dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as quais constituíram a base de informações utilizada na presente pesquisa.

Visando à padronização temporal das análises intertemporais e à comparabilidade entre as DMUs, foram mantidas apenas as concessionárias que apresentavam informações disponíveis para todo o período de 2023 e 2024. Após a aplicação desse critério, a amostra final foi composta por 61 concessionárias distribuídas pelas diferentes regiões do país.

A partir das bases obtidas junto ao SINISA, foi elaborada uma planilha própria contendo apenas as variáveis consideradas pertinentes aos objetivos desta pesquisa. Essa etapa foi necessária em razão da abrangência da base disponibilizada pelo Ministério das Cidades, que reúne um conjunto amplo de informações e indicadores nem sempre relevantes para a análise proposta. Assim, foram selecionados 10 indicadores, contemplando variáveis operacionais, financeiras e de investimento, considerados adequados para a aplicação do modelo de eficiência adotado e para as análises complementares desenvolvidas neste estudo. A **Tabela 1** apresenta os indicadores selecionados e seu grupo específico.

ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS – DEA

Para mensurar a eficiência de custos das concessionárias brasileiras de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi utilizada a técnica Data Envelopment Analysis (DEA), em sua versão tradicional, os principais pioneiros em desenvolver e utilizar esse tipo de análise foram Charnes, Cooper e Rhodes (1978), baseando em pesquisas iniciadas por Debreu (1951) e Farrell (1957). Trata-se de uma técnica amplamente utilizada na literatura científica para a avaliação do desempenho e da eficiência de organizações pertencentes aos mais diversos setores econômicos.

A metodologia DEA consiste em uma técnica não paramétrica de programação matemática utilizada para avaliar a eficiência relativa de unidades homogêneas de tomada de decisão (Decision Making Units – DMUs), por meio da comparação entre os recursos utilizados (inputs) e os resultados obtidos (outputs).

A escolha do modelo DEA tradicional justifica-se pelo reduzido horizonte temporal da pesquisa, uma vez que a análise contempla apenas os dois anos atualmente disponibilizados pelo SINISA, correspondentes aos anos-base de 2023 e 2024. Nesse contexto, a utilização de um modelo DEA tradicional mostra-se mais adequada do que a aplicação de um DEA Dinâmico, cuja principal vantagem consiste na incorporação de efeitos intertemporais ao longo de séries históricas mais extensas.

Neste estudo, as concessionárias de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram consideradas como Unidades Tomadoras de Decisão (DMUs), sendo avaliadas no período de 2023 e 2024. A eficiência foi mensurada a partir da relação entre os recursos financeiros empregados pelas concessionárias e os resultados operacionais obtidos na prestação dos serviços.

Como variáveis de entrada (inputs) foram utilizadas as Despesas de Exploração (DEX) e os investimentos realizados em abastecimento de água e esgotamento sanitário, uma vez que representam os principais recursos consumidos pelas concessionárias na execução de suas atividades.

Como variáveis de saída (outputs) foram considerados os indicadores operacionais relacionados à prestação dos serviços, incluindo a quantidade de economias ativas de água e de esgoto e o volume de água e esgoto faturados. Tais variáveis representam os produtos gerados a partir da utilização dos recursos financeiros empregados pelas concessionárias.

Os escores de eficiência obtidos pelo modelo DEA Tradicional variaram entre 0 e 1, sendo que valores iguais a 1 indicaram concessionárias posicionadas na fronteira eficiente, enquanto valores inferiores a 1 representaram diferentes níveis de ineficiência relativa.

A **Tabela 2** sintetiza as variáveis do estudo, detalhando seus códigos e classificações. A partir dos escores de eficiência estimados, foram realizadas análises comparativas entre concessionárias submetidas e não submetidas à regulação econômica, buscando identificar evidências acerca da influência do ambiente regulatório sobre a eficiência de custos dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil.

Para estimação dos escores de eficiência foi utilizado o software MaxDea Lite, destinado à aplicação da análise envoltória de dados.

Resultados e Discussões

A partir da metodologia, realizou-se a verificação, validação, análise e discussão dos resultados acerca da Regulação Econômica e a Eficiência de Custos nos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário prestados por Empresas em Regime de Sociedade Anônima, para alcançar os resultados foi utilizado o modelo DEA, com apoio do Software MaxDea.

O período utilizado para análise foi compreendido entre 2023 e 2024 para todas as Unidades Tomadoras de Decisão (DMU's), coletando-se especificamente aquelas que utilizam obrigatoriamente ou facultativamente a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), abrangendo assim as Empresas Privadas, Sociedades de Economia Mista com administração pública e Sociedades de Economia Mista com administração privada. Com isso chegou-se ao resultado final de 61 prestadoras de serviço de água e esgotamento sanitário abrangendo as 5 regiões geográficas do Brasil. Todos os dados coletados foram retirados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA.

Ao analisar o período compreendido pelos anos-base de 2023 e 2024, foram obtidos escores de eficiência que variam de 0 a 1, sendo consideradas mais eficientes as concessionárias que apresentam escore igual a 1 e menos eficientes aquelas cujos escores se aproximam de 0 (MAGALHÃES, 2011).

Os resultados obtidos foram organizados conforme apresentado na **Tabela 3**, que reúne a estatística descritiva geral dos escores de eficiência para os dois anos analisados.

Pode-se perceber que a média dos escores de eficiência se manteve relativamente alta, alcançando aproximadamente 87% no ano-base de 2023 e 84% em 2024. Os resultados demonstram, portanto, níveis médios elevados de eficiência relativa entre as concessionárias analisadas, embora tenha sido observada uma redução de aproximadamente três pontos percentuais entre os dois períodos.

A concessionária com o pior desempenho geral, tanto em 2023 quanto em 2024, foi a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, que apresentou escore de 0,3144 em 2023, reduzindo-se para 0,2458 em 2024. Por outro lado, 30 concessionárias alcançaram escore igual a 1 no ano de 2023, enquanto, em 2024, 29 concessionárias atingiram a fronteira de eficiência.

Com vistas a tornar a apresentação dos resultados mais clara e dinâmica, realizou-se a divisão dos escores de eficiência em grupos de desempenho, conforme sugestão de Barbosa (2012). Para tanto, foram estabelecidas faixas de desempenho a partir da distribuição dos resultados, utilizando-se os quartis dos escores das DMUs ineficientes, enquanto as concessionárias com escore igual a 1 foram classificadas separadamente como eficientes. Os resultados dessa classificação são apresentados na **Tabela 4**.

Com base nos dados apresentados, é possível perceber que as concessionárias apresentaram, de modo geral, níveis relativamente elevados de eficiência. O primeiro quartil dos escores foi de aproximadamente 0,77 em 2023 e 0,69 em 2024, indicando que 75% das concessionárias apresentaram escores superiores a esses valores em cada um dos respectivos anos. Além disso, o terceiro quartil foi igual a 1 em ambos os períodos, evidenciando uma concentração significativa de concessionárias na fronteira de eficiência. Esse resultado é reforçado pela quantidade de DMUs que alcançaram o escore máximo, correspondendo a 30 concessionárias em 2023 e 29 em 2024.

Com o objetivo de aprofundar a análise e proporcionar maior clareza à apresentação dos resultados, realizou-se uma classificação adicional das concessionárias segundo níveis de desempenho. Para tanto, foram estabelecidas cinco categorias: “Fraca”, “Razoável”, “Boa”, “Muito Boa” e “Excelente”, definidas com base em intervalos dos escores de eficiência. Os critérios utilizados para essa classificação e a distribuição das concessionárias entre as respectivas categorias são apresentados nas **Tabelas 5 e 6**.

Esse resultado mostra-se particularmente relevante, uma vez que demonstra que parcela expressiva das concessionárias se encontra na fronteira de eficiência no ano-base de 2023. Ao todo, 49,18% das concessionárias analisadas foram classificadas com desempenho “Excelente”, apresentando escore igual a 1. Em contrapartida, apenas 11,48% da amostra foi classificada na categoria “Fraca”, indicando, de modo geral, uma concentração das concessionárias nos níveis mais elevados de eficiência.

Ao considerar conjuntamente as categorias “Muito Boa” e “Excelente”, observa-se que aproximadamente 67,21% das concessionárias analisadas se encontram nos dois níveis mais elevados de desempenho, reforçando a predominância de elevados escores de eficiência no ano-base de 2023.

Ao analisar os dados referentes ao ano-base de 2024, observa-se uma redução no nível de desempenho das concessionárias em comparação com 2023.

Apesar de aproximadamente 47,54% das concessionárias permanecerem na fronteira de eficiência, classificadas com desempenho “Excelente”, verificou-se uma redução expressiva na categoria “Muito Boa”, que passou de 11 concessionárias em 2023 para apenas 5 em 2024. Paralelamente, observou-se um aumento no número de concessionárias classificadas nas faixas de menor eficiência, indicando uma piora na distribuição dos escores entre as DMUs que não alcançaram a fronteira de eficiência.

Com o objetivo de incorporar a regulação à análise dos resultados, criou-se inicialmente uma variável dummy de caráter binário, na qual o valor 1 representa as concessionárias submetidas à atuação de uma agência reguladora, enquanto o valor 0 corresponde às concessionárias sem agência reguladora. Adicionalmente, as unidades reguladas foram classificadas conforme o perfil institucional das respectivas agências, distinguindo-se entre agências multissetoriais, responsáveis pela regulação de diferentes serviços públicos delegados, e agências setoriais ou especializadas, cuja atuação se concentra no saneamento básico ou em um conjunto mais restrito de setores correlatos. A partir dessa classificação, realizou-se uma análise descritiva relacionando a presença e o perfil da regulação aos níveis de desempenho anteriormente estabelecidos, com o intuito de verificar se as concessionárias situadas nas faixas de maior eficiência apresentavam maior concentração de unidades reguladas e se havia diferenças de desempenho conforme o tipo de agência reguladora.

Com base nessa classificação, foram obtidos os resultados apresentados nas **Tabelas 7 e 8**, que demonstram a distribuição das concessionárias entre os diferentes grupos de regulação e, adicionalmente, a quantidade de unidades que alcançaram escore de eficiência igual a 1, situando-se na fronteira de eficiência e sendo classificadas com desempenho “Excelente” para os anos de 2023 e 2024.

A **Tabela 7** apresenta resultados interessantes quanto à distribuição das concessionárias segundo o perfil regulatório. Inicialmente, observa-se que a presença de regulação, isoladamente, não demonstra uma relação evidente com o alcance da fronteira de eficiência, uma vez que, em 2023, quatro das concessionárias que obtiveram escore igual a 1 não estavam submetidas à atuação de uma agência reguladora.

Outro aspecto relevante refere-se às concessionárias submetidas às agências reguladoras multissetoriais, isto é, aquelas cuja atuação abrange diferentes serviços públicos delegados, como saneamento básico, energia, transporte e manejo de resíduos sólidos, entre outros. Nesse grupo, verificou-se a maior quantidade absoluta de concessionárias situadas na fronteira de eficiência.

Em comparação, as agências setoriais ou especializadas, cuja atuação se concentra especificamente no saneamento básico ou em um conjunto mais restrito de serviços regulados, apresentaram a segunda maior quantidade de concessionárias na fronteira de eficiência. Nesse grupo, 50% das concessionárias alcançaram escore igual a 1 em 2023, indicando uma participação expressiva de unidades eficientes entre aquelas submetidas a esse perfil de regulação.

A **Tabela 8** apresenta resultados relevantes ao evidenciar diferenças no comportamento dos escores médios de eficiência entre os grupos analisados. Entre as concessionárias submetidas às agências reguladoras setoriais, observou-se uma redução do escore médio de 0,8798, em 2023, para 0,8112, em 2024. Esse comportamento reforça, em caráter descritivo, que a mera presença de uma agência reguladora não parece ser suficiente para explicar as diferenças de eficiência observadas entre as concessionárias.

Além disso, verificou-se aumento no escore médio das concessionárias não submetidas à atuação de agências reguladoras, passando de 0,8502, em 2023, para 0,8738, em 2024. Embora a variação tenha sido relativamente pequena, o resultado demonstra um comportamento distinto daquele observado entre os grupos submetidos à regulação no período analisado.

Também se observa uma redução no escore médio das concessionárias submetidas às agências multissetoriais, que passou de 0,8738, em 2023, para 0,8459, em 2024. Dessa forma, enquanto o grupo de concessionárias não reguladas apresentou aumento na eficiência média, os dois grupos submetidos à regulação apresentaram redução, sendo esta mais acentuada entre as concessionárias vinculadas às agências setoriais.

Com o objetivo de proporcionar uma análise mais abrangente dos resultados, elaborou-se ainda a Tabela 9, na qual são apresentados os dados gerais das concessionárias considerando os diferentes níveis de eficiência anteriormente estabelecidos. Essa distribuição permite ampliar a análise para além dos escores médios e das unidades situadas na fronteira de eficiência, possibilitando observar como as concessionárias submetidas aos diferentes perfis de regulação se distribuem entre as categorias “Fraca”, “Razoável”, “Boa”, “Muito Boa” e “Excelente”.

A **Tabela 9** apresenta resultados relevantes ao permitir uma análise proporcional da distribuição das concessionárias entre os diferentes níveis de eficiência. No ano-base de 2023, observa-se relativa proximidade entre os três perfis regulatórios na categoria “Fraca”. Entre as concessionárias sem agência reguladora, 10% (1) foram classificadas nesse nível, enquanto, entre aquelas submetidas às agências multissetoriais, essa proporção foi de 13,79% (4) e, entre as submetidas às agências setoriais, de 9,09% (2).

Embora as concessionárias submetidas às agências setoriais tenham apresentado, em 2023, a menor proporção de unidades classificadas no nível “Fraca”, esse resultado, isoladamente, não é suficiente para indicar que a presença ou o perfil da agência reguladora esteja associado a maiores níveis de eficiência relativa de custos.

Um resultado particularmente relevante é observado no ano-base de 2024, quando houve aumento expressivo da participação de concessionárias classificadas como “Fraca” entre aquelas submetidas às agências setoriais, passando de 9,09% (2), em 2023, para 22,73% (5), em 2024. Em sentido contrário, o grupo sem agência reguladora passou de 10% (1) para 0% (0), enquanto as concessionárias submetidas às agências multissetoriais mantiveram a proporção de 13,79% (4) nos dois períodos.

Ao observar a outra extremidade da distribuição, entretanto, verifica-se que as concessionárias classificadas como “Excelente” também não apresentam um comportamento uniforme entre os diferentes perfis regulatórios. Em 2024, 50% das concessionárias sem agência reguladora alcançaram a fronteira de eficiência, percentual

próximo aos 55,17% observados entre aquelas submetidas às agências multissetoriais e superior aos 36,36% registrados entre as concessionárias submetidas às agências setoriais. Em conjunto, esses resultados reforçam que, em termos descritivos, não se observa um padrão consistente que permita associar a presença ou o perfil da regulação a maiores níveis de eficiência relativa no período analisado.

Para finalizar a análise estatística dos resultados, foram realizados testes não paramétricos com o objetivo de verificar se as diferenças observadas nos escores de eficiência entre os grupos analisados apresentam significância estatística. Para tanto, utilizou-se o teste de Mann-Whitney para a comparação entre concessionárias reguladas e não reguladas e o teste de Kruskal-Wallis para a comparação entre os três perfis regulatórios considerados — sem agência reguladora, agência multissetorial e agência setorial. Os resultados obtidos estão sintetizados na **Tabela 10**.

Os resultados apresentados na Tabela 10 demonstram que não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas nos escores de eficiência em função da presença de regulação nos dois períodos analisados. O teste de Mann-Whitney apresentou p-valores de 0,5000 para 2023 e 0,5990 para 2024, ambos superiores ao nível de significância de 5%, não permitindo rejeitar a hipótese nula de igualdade das distribuições dos escores entre concessionárias reguladas e não reguladas.

Resultado semelhante foi observado ao considerar o perfil das agências reguladoras. O teste de Kruskal-Wallis, aplicado aos grupos sem agência reguladora, com agência multissetorial e com agência setorial, apresentou p-valor de 0,7884 em 2023 e de 0,5390 em 2024. Dessa forma, também não foram encontradas evidências estatisticamente significativas de diferenças nos escores de eficiência entre os três perfis regulatórios considerados.

Esses resultados corroboram as evidências observadas na análise descritiva, indicando que, para a amostra e o período analisados, a presença de uma agência reguladora, bem como seu caráter multissetorial ou setorial, não esteve associada a diferenças estatisticamente significativas nos níveis de eficiência relativa das concessionárias. Ressalta-se, contudo, que esse resultado não permite concluir pela inexistência de efeitos da regulação sobre a eficiência, mas apenas que tais diferenças não foram estatisticamente identificadas no recorte analisado.

Conclusão

É imprescindível destacar a importância de discutir e avaliar a eficiência das concessionárias brasileiras submetidas a sistemas de regulação, especialmente no setor de saneamento básico, uma vez que essa análise possibilita compreender aspectos relacionados à eficiência dos gastos, à gestão dos recursos e ao desempenho das próprias concessionárias. Essa discussão torna-se particularmente relevante para as empresas regidas pela Lei nº 6.404/1976, grupo que constitui o foco deste trabalho.

Este trabalho teve como objetivo analisar a eficiência de custos das concessionárias submetidas ao regime de sociedade anônima nos anos-base de 2023 e 2024, bem como verificar sua relação com a presença e o perfil da regulação econômica.

Para a mensuração da eficiência relativa de custos, utilizou-se a Análise Envoltória de Dados (DEA), considerando separadamente os anos-base de 2023 e 2024. Os resultados demonstraram níveis relativamente elevados de eficiência entre as concessionárias analisadas, com escore médio de aproximadamente 0,87 em 2023 e 0,84 em 2024. Verificou-se, ainda, que 30 das 61 concessionárias analisadas em 2023 (49,18%) alcançaram escore igual a 1, situando-se na fronteira de eficiência. Em 2024, esse número foi de 29 concessionárias (47,54%), evidenciando relativa estabilidade na quantidade de unidades consideradas eficientes, apesar da redução observada no escore médio da amostra.

Ao analisar a distribuição das concessionárias segundo os níveis de desempenho estabelecidos, observou-se que, em 2023, 67,21% da amostra estava concentrada nas categorias “Muito Boa” e “Excelente”. Em 2024, entretanto, verificou-se uma redução da participação das concessionárias nos níveis mais elevados de desempenho, especialmente na categoria “Muito Boa”, que passou de 11 unidades em 2023 para 5 em 2024. Esses resultados indicam que, embora aproximadamente metade das concessionárias tenha permanecido na fronteira de eficiência nos dois períodos, houve uma deterioração na distribuição dos escores entre as unidades que não alcançaram a eficiência máxima.

No que se refere à regulação econômica, os resultados descritivos não evidenciaram um comportamento uniforme que permitisse associar a presença de agência reguladora a maiores níveis de eficiência. Essa percepção foi posteriormente corroborada pelos testes estatísticos não paramétricos, uma vez que não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre as concessionárias reguladas e não reguladas, tampouco entre os grupos submetidos às agências multissetoriais e setoriais, considerando o nível de significância de 5%.

Dessa forma, para a amostra e o período analisados, não foram encontradas evidências estatísticas suficientes para afirmar que a presença ou o perfil da regulação esteja associado a diferenças nos escores de eficiência relativa das concessionárias.

Referências

BANKER, Rajiv D.; CHARNES, Abraham; COOPER, William W. Some models for estimating technical and scale inefficiencies in Data Envelopment Analysis. Management Science, [s. l.], v. 30, n. 9, p. 1078-1092, set. 1984. DOI: 10.1287/mnsc.30.9.1078. Disponível em: https://doi.org/10.1287/mnsc.30.9.1078. Acesso em: 11 ago. 2026.

BARBOSA, Alexandro. Pode a regulação econômica melhorar o desempenho econômico-financeiro e a universalização dos serviços de águas e esgotos no Brasil? In: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Acompanhamento Econômico. VII Prêmio SEAE 2012: concurso de monografias sobre os temas advocacia da concorrência e regulação econômica. Brasília, DF: Edições Valentim: Secretaria de Acompanhamento Econômico, 2013. v. 1, p. 1-80.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Casa Civil. Câmara de Infraestrutura; Câmara de Política Econômica. Análise e avaliação do papel das agências reguladoras no atual arranjo institucional brasileiro: relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Panorama do saneamento básico no Brasil 2021. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021. Disponível em: Panorama do Saneamento Básico no Brasil 2021. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Brasília, DF: Ministério das Cidades, [s. d.]. Disponível em: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento — SNIS. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA): esgotamento sanitário: relatório 2025. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2025. Disponível em: Relatório SINISA Esgotamento Sanitário 2025. Acesso em: 11 ago. 2026.

CAPANEMA, Luciana Xavier de Lemos. Reflexões sobre o desafio da universalização do saneamento a partir da implementação do novo marco legal = Reflections on the challenge of universal sanitation after implementation of the new legal framework. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 423-460, dez. 2022.

CARVALHO, Anne Emília Costa. O impacto da regulação sobre a eficiência dos prestadores de serviços de água e esgoto no Brasil. 2017. 204 f. Tese (Doutorado em

Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

TAVARES, Beatriz Costa. Eficiência econômico-financeira dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados diretamente pelo titular (autarquias) dos anos de 2016 a 2020. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Orientador: Alexandro Barbosa.

Anexos



Tabela 1 - Variáveis coletadas e utilizadas

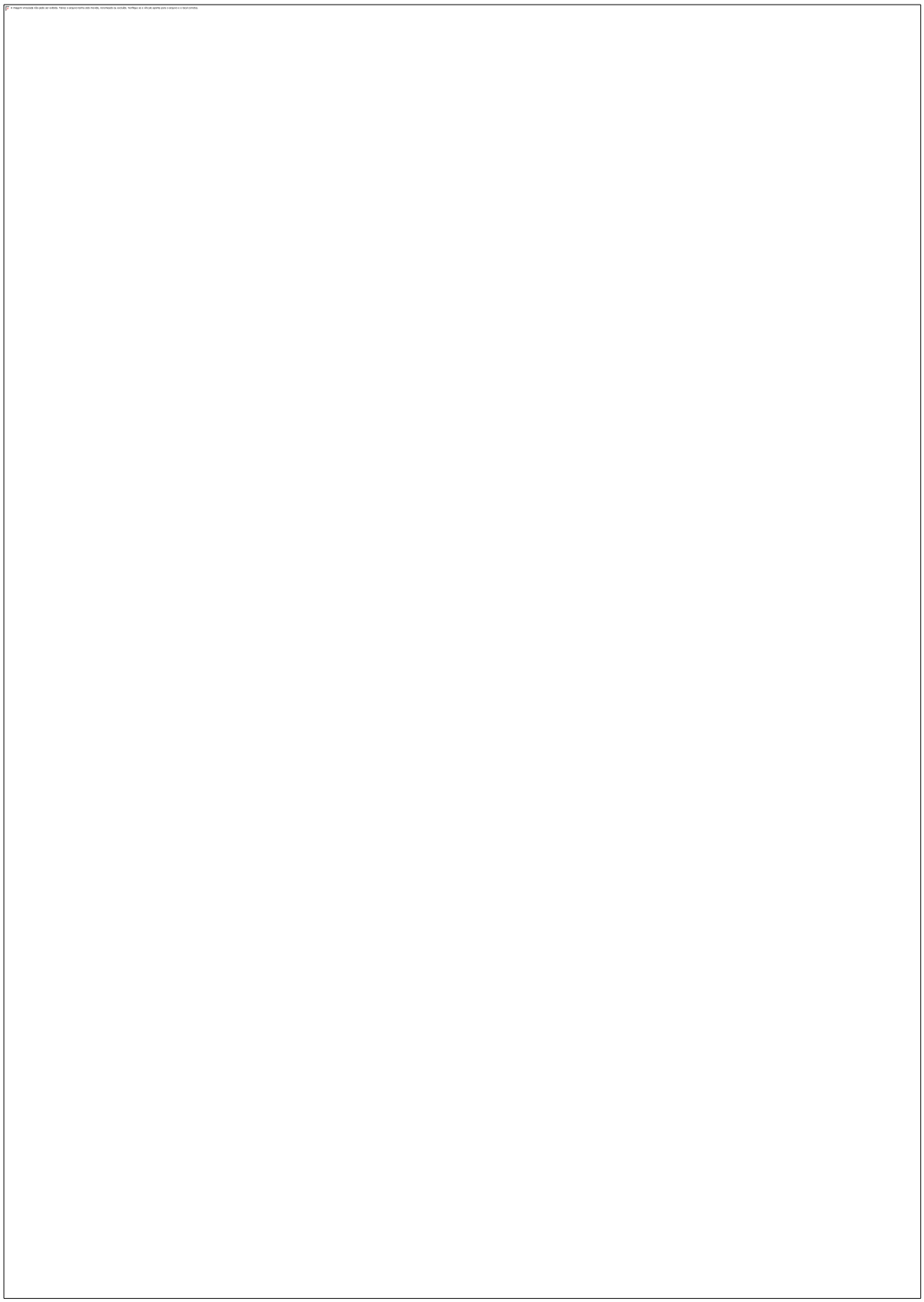


Tabela 2 - Variáveis usadas, código do SINISA e tipo de variável



Tabela 3 e 4



Tabela 5 e 6

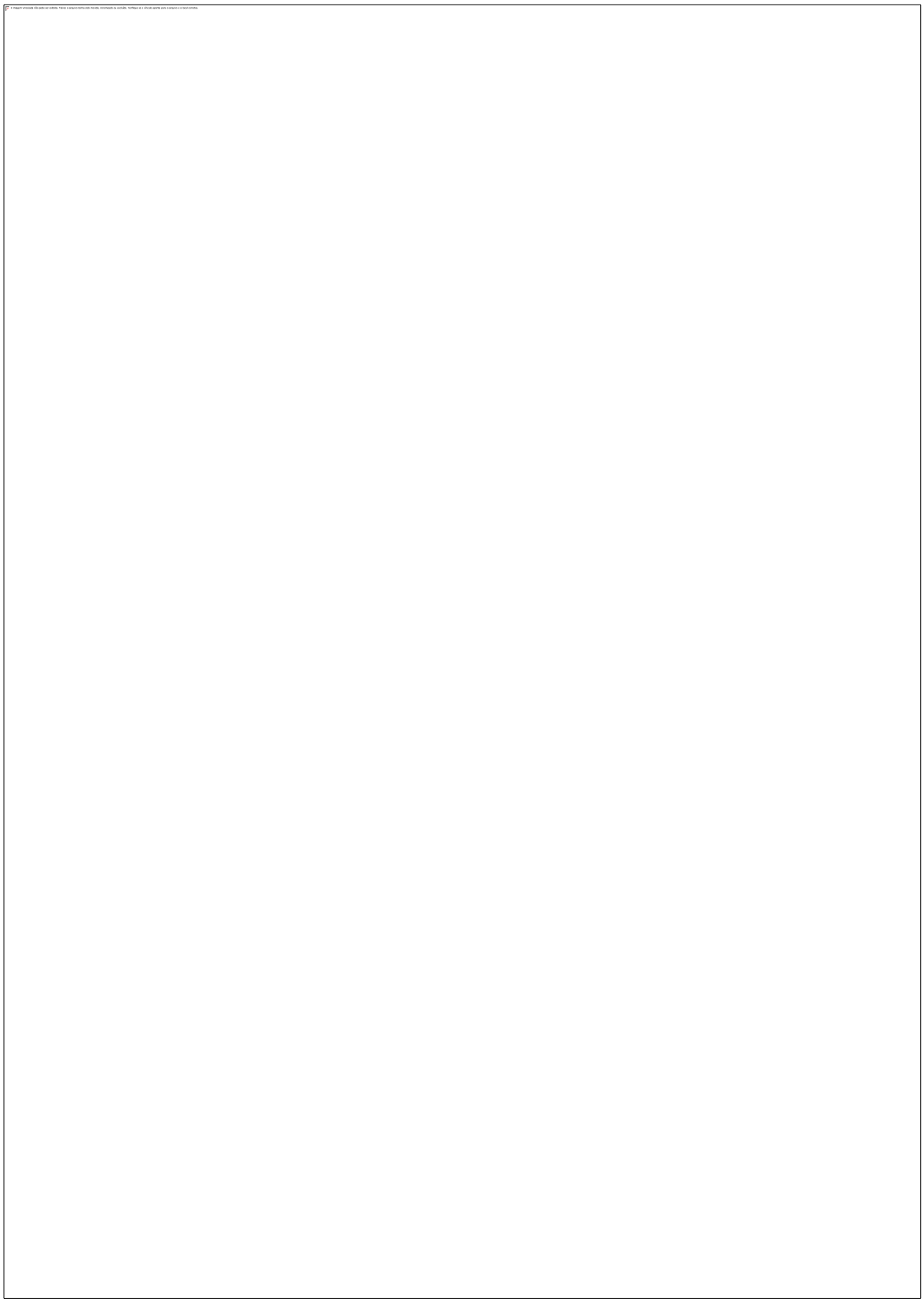


Tabela 7 - Estatística Descritiva - Agências Reguladoras - 2023

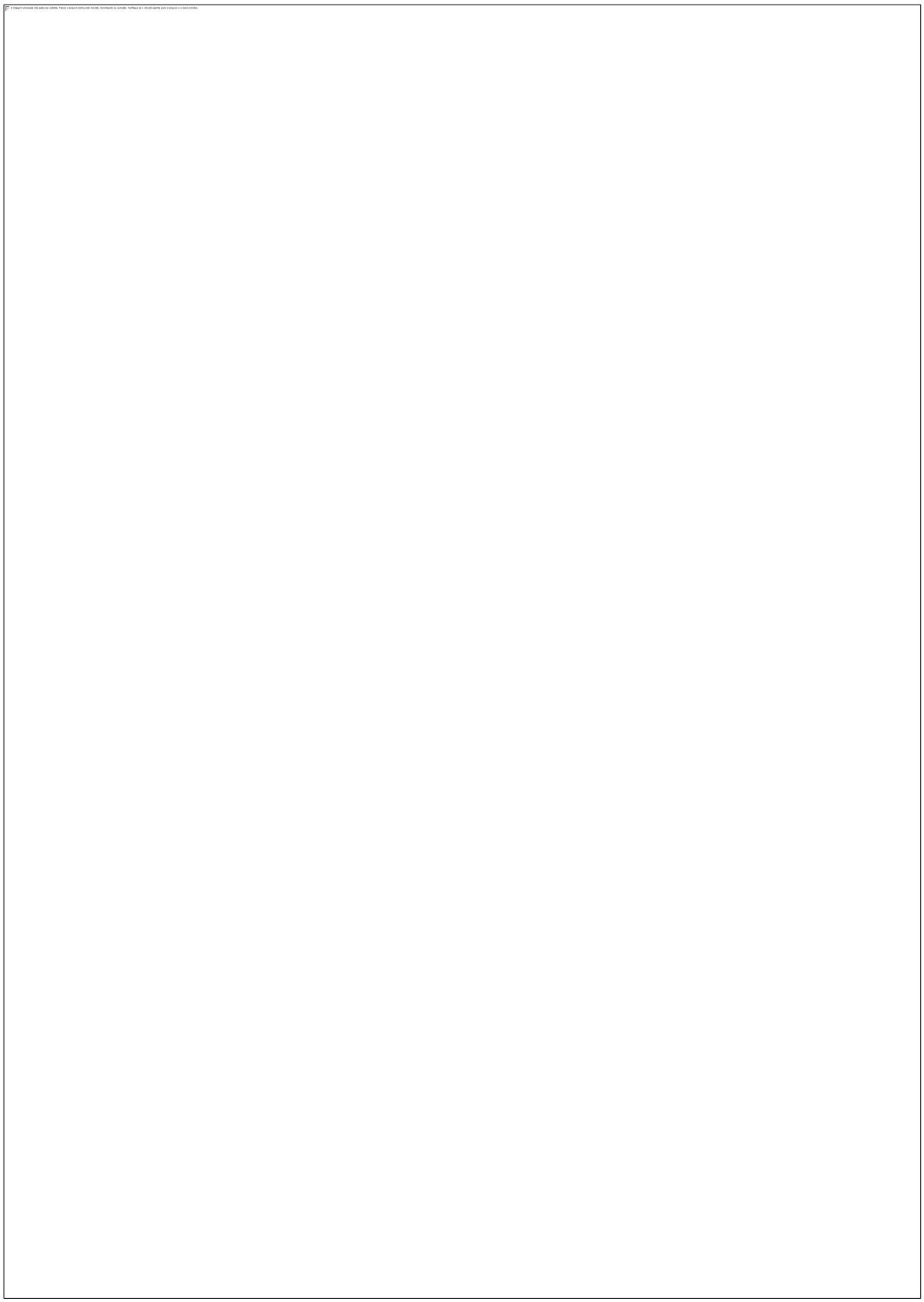


Tabela 8 - Estatística Descritiva - Agências Reguladoras - 2024

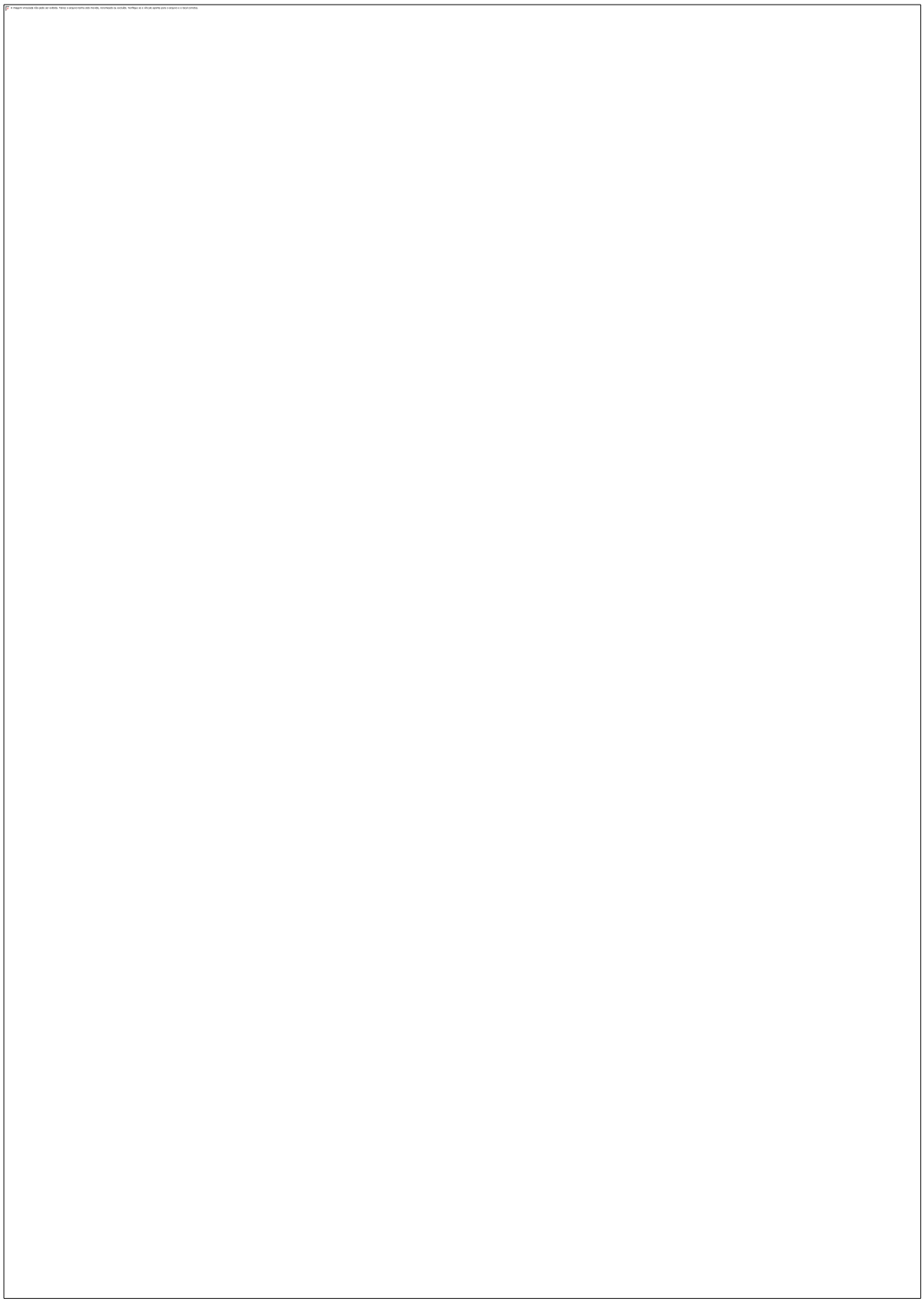


Tabela 9 - Distribuição das Concessionárias por nível de eficiência

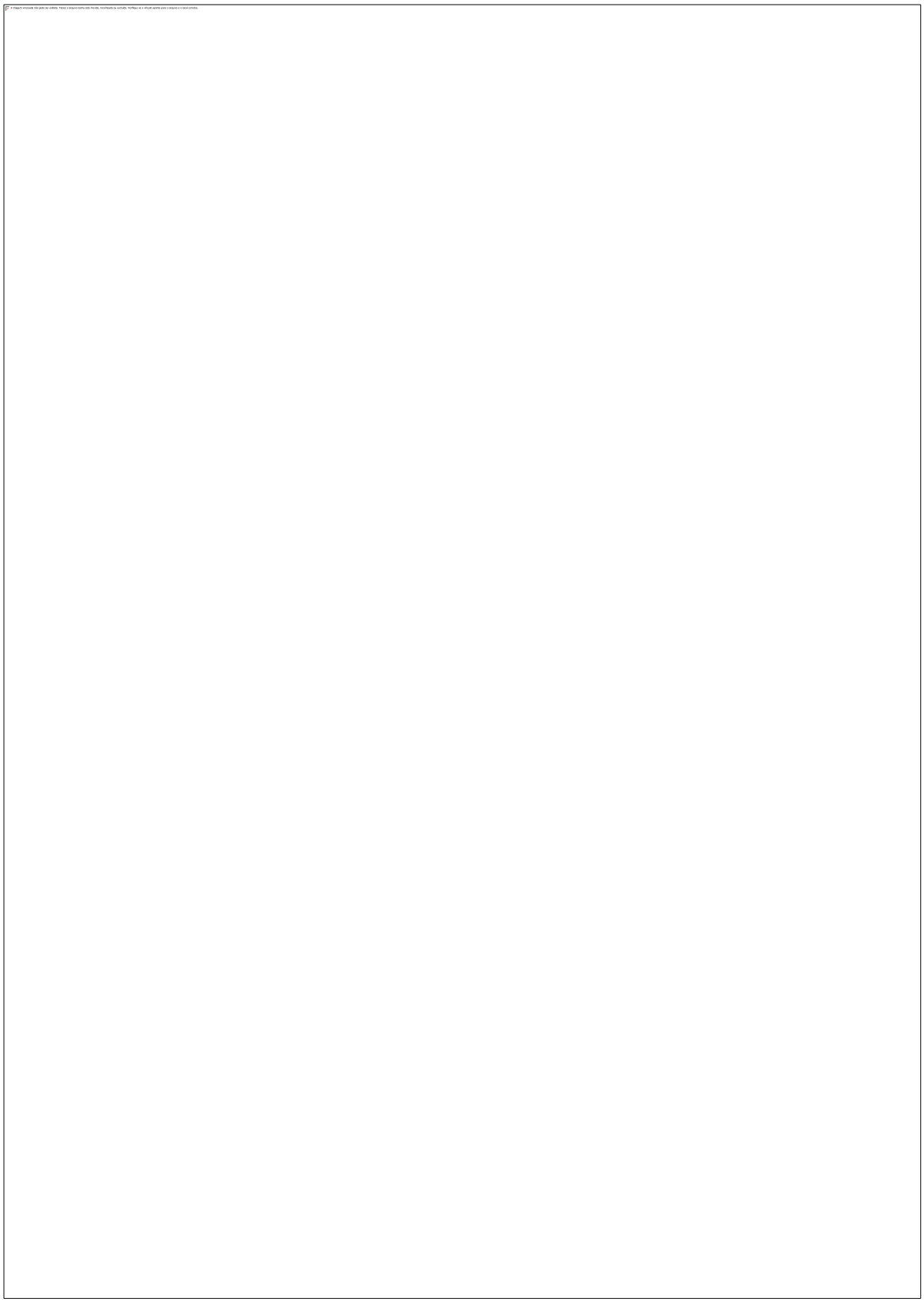


Tabela 10 - Testes de diferenças dos escores de eficiência segundo a regulação

CÓDIGO: HS0273

AUTOR: JOSILEIDE BORGES DA SILVA

ORIENTADOR: DANIELA NEVES DE SOUSA

TÍTULO: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO DOMÉSTICO DAS MULHERES: modalidades de trabalho remunerado, não remunerado e atividades de cuidado no Brasil

Resumo

O trabalho doméstico das mulheres no Brasil permanece central para a reprodução da vida social, manifestando-se por meio do trabalho remunerado, não remunerado e das atividades de cuidado. Apesar da maior inserção feminina no mercado de trabalho, as mulheres seguem como principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado de crianças, idosos e dependentes. No trabalho remunerado, predominam mulheres, especialmente negras, em ocupações marcadas pela informalidade e precarização. Já o trabalho não remunerado permanece invisibilizado, embora seja essencial para a manutenção da sociedade. As atividades de cuidado, intensificadas pelas transformações demográficas e familiares, continuam sendo atribuídas majoritariamente às mulheres. Essas tendências evidenciam a persistência de desigualdades de gênero, raça e classe e reforçam os desafios para a efetivação de direitos e para uma organização social mais justa do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; Divisão sexual do trabalho; Relações de gênero

TITLE: Contemporary Trends in Women's Domestic Work: forms of paid and unpaid work and care activities in Brazil

Abstract

Women's domestic work in Brazil remains central to the reproduction of social life, manifesting through paid work, unpaid work, and caregiving activities. Despite women's increased participation in the labor market, they remain primarily responsible for household chores and the care of children, the elderly, and dependents. In the realm of paid work, women especially Black women predominate in occupations characterized by informality and precariousness. Meanwhile, unpaid work remains invisible, even though it is essential for the maintenance of society. Caregiving activities, intensified by demographic and family shifts, continue to be assigned predominantly to women. These trends highlight the persistence of gender, racial, and class inequalities and reinforce the

challenges involved in realizing rights and achieving a more just social organization of labor.

Keywords: Keywords: Domestic work; Sexual division of labor; Gender relations

Introdução

O trabalho doméstico das mulheres no Brasil precisa ser compreendido para além das atividades realizadas no espaço privado da casa, pois cozinhar, limpar, organizar e cuidar constituem práticas fundamentais para a reprodução da vida social. Entretanto, apesar de sua importância para a manutenção da sociedade, essas atividades permanecem historicamente invisibilizadas e desvalorizadas, nos demonstrando as contradições presentes na organização social do trabalho no capitalismo.

Compreender essa realidade exige ultrapassar a ideia de que o trabalho doméstico corresponde apenas às tarefas familiares, considerando que sua distribuição está relacionada às desigualdades estruturais de classe, raça e gênero. A divisão sexual do trabalho atribui historicamente às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e pela reprodução da vida, enquanto aos homens foi associado o espaço considerado produtivo e remunerado. Essa lógica, portanto, contribui para a permanência de uma sobrecarga feminina, especialmente entre mulheres negras e trabalhadoras em situações de maior vulnerabilidade social.

No Brasil, o trabalho doméstico apresenta diferentes formas de manifestação, seja por meio do trabalho doméstico remunerado, realizado por empregadas domésticas, diaristas e trabalhadoras do cuidado, seja pelo trabalho doméstico não remunerado desenvolvido no âmbito familiar. Mesmo diante de transformações legais e sociais, permanece uma estrutura que responsabiliza principalmente as mulheres pelas atividades de cuidado, impactando sua inserção no mercado de trabalho, autonomia econômica e qualidade de vida.

Sob essa perspectiva, o trabalho doméstico não remunerado não representa ausência de trabalho, mas uma atividade socialmente necessária para a reprodução cotidiana da vida, ou seja, as tarefas relacionadas à alimentação, limpeza, organização da casa e cuidado de crianças, idosos e pessoas dependentes permanecem fundamentais para o funcionamento da sociedade, embora historicamente tenham sido tratadas como responsabilidade natural das mulheres e não como uma dimensão social do trabalho imprescindível.

Diante dessa realidade, este artigo tem como objetivo analisar as tendências contemporâneas do trabalho doméstico das mulheres no Brasil, considerando suas dimensões remuneradas, não remuneradas e as atividades de cuidado, buscando compreender como essas formas de trabalho são atravessadas pelas relações de gênero, raça e classe, bem como os desafios colocados ao Serviço Social para compreender e trabalhar com as derivações desse universo.

Metodologia

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentada no método materialista histórico-dialético de Karl Marx, compreendendo a realidade social a partir de sua historicidade, totalidade e contradições. A escolha do referido método parte da compreensão de que o objeto investigado não pode ser apreendido de maneira isolada do todo, uma vez que sua constituição está relacionada às determinações sociais, históricas e econômicas que atravessam a sociedade. Nesse sentido, a análise das tendências contemporâneas do trabalho doméstico das mulheres exige considerar as relações sociais que conformam sua organização, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho, às desigualdades de gênero, raça e classe e às formas pelas quais o trabalho doméstico se articula à reprodução da vida social.

Para o desenvolvimento do estudo, foram utilizados procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental, tendo como fontes dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), além das produções bibliográficas selecionadas para a fundamentação teórica do estudo. O percurso metodológico foi desenvolvido a partir do levantamento de dados relacionados ao trabalho doméstico remunerado, ao trabalho doméstico não remunerado e às atividades de cuidado, considerando elementos que possibilitassem compreender as condições nas quais essas atividades são desenvolvidas e sua relação com as desigualdades presentes na organização social do trabalho.

Inicialmente, realizou-se a seleção e organização dos materiais bibliográficos e documentais utilizados na pesquisa, a partir da identificação das categorias centrais relacionadas ao objeto de estudo, tais como trabalho doméstico, divisão sexual do trabalho, reprodução social, relações de gênero, raça, classe e precarização do trabalho. Posteriormente, foi realizado o fichamento catalográfico dos materiais selecionados, como forma de organizar as informações e as contribuições teóricas pertinentes à investigação, possibilitando maior sistematização do conteúdo encontrado e sua relação com as categorias analisadas.

Em seguida, realizou-se a sistematização do material coletado, organizando as informações em planilhas comparativas. Esse procedimento possibilitou reunir e ordenar os dados obtidos nas diferentes fontes, favorecendo a visualização das informações e o estabelecimento de relações entre os elementos encontrados ao longo da pesquisa. A sistematização também permitiu observar as diferenças e tendências relacionadas ao trabalho doméstico das mulheres, bem como os aspectos referentes à divisão do trabalho, às relações de gênero e raça, à informalidade e às condições de inserção ocupacional.

Nesse sentido, após a organização e sistematização do material, foi realizado o cruzamento das informações levantadas, buscando estabelecer relações entre os dados e as discussões teóricas presentes na bibliografia selecionada. Tal procedimento permitiu analisar as informações para além de sua apresentação isolada, compreendendo os dados enquanto expressões de uma realidade social historicamente construída. Assim, os dados quantitativos foram articulados às discussões teóricas acerca do trabalho doméstico, da reprodução social e das desigualdades sociais, possibilitando uma leitura crítica das tendências identificadas ao longo da pesquisa.

Dito isto, o percurso metodológico buscou apreender o trabalho doméstico das mulheres em suas diferentes manifestações, considerando tanto sua dimensão remunerada quanto

não remunerada e as atividades de cuidado, relacionando-as às determinações sociais que incidem sobre sua realização. A partir do método materialista histórico-dialético, procurou-se compreender as particularidades encontradas na pesquisa em articulação com a totalidade das relações sociais, considerando as contradições existentes entre a centralidade dessas atividades para a reprodução da vida e sua histórica invisibilização e desvalorização.

Destarte, o trajeto percorrido foi constituído pelo levantamento e seleção dos materiais, pelo fichamento catalográfico, pela sistematização das informações e, posteriormente, pelo cruzamento e análise dos dados à luz do referencial teórico. Esse processo possibilitou articular diferentes fontes e informações para compreender as tendências contemporâneas do trabalho doméstico das mulheres no Brasil, considerando as relações de gênero, raça e classe que atravessam essa realidade e as contradições presentes na organização social do trabalho.

Resultados e Discussões

É preciso indicar que para compreender as tendências contemporâneas especificamente do trabalho doméstico das mulheres no Brasil exige um rigor em caracterizar seu universo para além de sua realização no espaço dos lares. Embora historicamente associado à esfera familiar e tratado como uma responsabilidade individual das mulheres, o trabalho doméstico constitui uma engrenagem essencial da organização da vida, pois envolve atividades necessárias à manutenção cotidiana dos sujeitos, como alimentação, limpeza, cuidado e reprodução das condições materiais de existência.

Além disso, o trabalho doméstico precisa ser visto como parte das relações sociais de trabalho que estruturam a sociedade capitalista. Conforme Marx (2013), o trabalho em geral possui uma dimensão central na constituição da vida humana, sendo por meio dele que os sujeitos transformam a natureza e produzem suas condições de existência. Todavia, na sociedade capitalista, o trabalho assume formas diferenciadas e contraditórias, resultado da divisão social e técnica do modo de produção e reprodução social. A divisão sexual é um produto da divisão social, e implica, entre outras características, que algumas atividades são reconhecidas e valorizadas economicamente, enquanto outras permanecem naturalmente invisibilizadas.

Essa contradição aparece de maneira evidente quando se observa o trabalho doméstico realizado pelas mulheres. Mesmo sendo imprescindível para a reprodução da vida e para a manutenção da força de trabalho, esse conjunto de atividades historicamente foi afastado da categoria de trabalho socialmente reconhecido. Como afirma Federici (2017), a construção histórica do capitalismo esteve relacionada à separação entre produção e reprodução, fazendo com que o trabalho realizado no espaço doméstico fosse progressivamente associado à condição feminina. Para a autora

> A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas (Federici, 2019, p. 42).

Essa compreensão permite perceber que atividades como cuidar, cozinhar, limpar e organizar a vida cotidiana não são expressões naturais das mulheres, mas responsabilidades socialmente produzidas e atribuídas a elas.

Dessa maneira, o trabalho doméstico não remunerado constitui uma dimensão fundamental da reprodução social. Conforme Bhattacharya (2023), a reprodução social diz respeito aos processos necessários para garantir a continuidade da vida humana, envolvendo não apenas a reprodução biológica, mas também a manutenção cotidiana das pessoas e das relações sociais. A reprodução social inclui atividades de cuidado, educação, alimentação e organização da vida, que possibilitam a existência de toda uma sociedade.

Dito isto, essa perspectiva evidencia que a reprodução da sociedade capitalista depende de atividades que permanecem fora das relações formais de trabalho. Ou seja, o mercado de trabalho não funciona separado da atual conjuntura, pois pressupõe a existência de sujeitos/as que são diariamente cuidados, alimentados e preparados para retornar ao processo produtivo e reprodutivo do capital.

Entretanto, a divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo está articulada à divisão sexual do trabalho, que historicamente distribuiu de forma desigual as responsabilidades entre homens e mulheres. Para Hirata e Kergoat (2020), essa divisão não representa apenas uma separação entre tarefas, mas uma estrutura social baseada na hierarquização dos trabalhos. Segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho

> possui dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (Hirata; Kergoat, 2020, p. 599).

Posto isto, o cerne do problema não está somente no fato de as mulheres realizarem mais tarefas domésticas, mas na forma como essas atividades são organizadas e interpretadas socialmente. A atribuição do cuidado às mulheres contribui para produzir desigualdades de tempo, oportunidades e autonomia, influenciando suas trajetórias profissionais e suas condições de existência com dignidade.

A ampliação da participação feminina no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma redistribuição equivalente das responsabilidades domésticas e de cuidado. Como resultado, observa-se a sobreposição entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado, fenômeno frequentemente caracterizado pela dupla jornada. Entretanto, mais do que um problema de excesso de tarefas, essa condição expressa uma forma específica de organização social que mantém a reprodução da vida cotidiana como atribuição prioritariamente feminina, mesmo diante das transformações ocorridas nas relações de trabalho e nas configurações familiares.

Conforme Antunes (2018), as transformações contemporâneas do capitalismo têm sido marcadas por processos de flexibilização e precarização do trabalho, produzindo novas formas de exploração. No caso das mulheres, essas mudanças se articulam com desigualdades enraizadas, pois a precarização do trabalho remunerado ocorre

paralelamente à permanência da responsabilização feminina pelas atividades domésticas e de cuidado.

Portanto, analisar o trabalho doméstico das mulheres implica considerar as diferentes formas que ele assume na contemporaneidade, ou seja, como trabalho remunerado, realizado por mulheres empregadas domésticas, diaristas e trabalhadoras do cuidado; como trabalho não remunerado, desenvolvido no âmbito familiar; e como atividades de cuidado que sustentam relações sociais e familiares.

Essa análise também exige considerar que o trabalho doméstico não é vivenciado igualmente por todas as mulheres visto que a organização social do trabalho é atravessada pela intersecção das relações de sexo/gênero, raça e classe, que produzem diferentes formas de inserção e exploração. Conforme Saffioti (2015), o patriarcado constitui uma estrutura social que atravessam as relações econômicas, políticas e familiares, influenciando as posições ocupadas por homens e mulheres na sociedade.

No Brasil, esse debate ganha particularidade diante da formação social marcada pelo escravismo e pelo racismo. A construção histórica do trabalho doméstico remunerado está relacionada à exploração das mulheres negras e à sua concentração em ocupações ligadas ao cuidado e aos serviços domésticos. Como aponta Gonzalez (2020), as relações raciais brasileiras produzem lugares sociais diferenciados, influenciando a forma como determinados grupos são inseridos no trabalho e na sociedade.

Por conseguinte, Hirata e Kergoat (2020) contribuem ao afirmar que as relações sociais de sexo, raça e classe são consubstanciais, isto é, não podem ser analisadas isoladamente porque se produzem conjuntamente. Desse modo, reafirmar essa compreensão é fundamental para analisar o trabalho doméstico, pois permite perceber que as desigualdades presentes nessa atividade não decorrem apenas do sexo/gênero, mas também da posição social e racial ocupada pelas trabalhadoras.

A persistência do trabalho doméstico como responsabilidade feminina evidencia que as transformações ocorridas no mundo do trabalho não alteraram substantivamente a forma como a sociedade organiza a reprodução social. Assim, analisar as atuais tendências do trabalho doméstico no Brasil significa compreender como essas transformações, a precarização e as desigualdades estruturais reconfiguram as formas pelas quais as mulheres continuam responsáveis pelo alicerce da sociedade.

A análise dos dados sobre o trabalho doméstico remunerado nos permite observar que essa ocupação continua expressando importantes desigualdades presentes no mercado de trabalho brasileiro. Apesar dos avanços legais conquistados nas últimas décadas, persistem elementos históricos que mantêm essa atividade marcada pela feminização, racialização e precarização das relações de trabalho.

As informações sistematizadas e divulgadas a partir do DIEESE (2025) revelam que as mulheres correspondem a 93,5% das pessoas inseridas no trabalho doméstico remunerado, demonstrando a forte feminização dessa ocupação. O percentual evidencia que, apesar da ampliação da inserção feminina no mercado de trabalho, determinadas ocupações continuam sendo socialmente construídas como extensões das responsabilidades domésticas atribuídas às mulheres. E tal cenário evidencia que, mesmo com a inserção crescente das mulheres em espaços produtivos, as atividades ligadas ao

cuidado continuam concentradas nelas. Desse modo, o trabalho doméstico remunerado expressa uma contradição inerente a ele próprio: as mulheres conquistaram maior participação no mercado de trabalho, mas permanecem vinculadas a ocupações relacionadas às tarefas historicamente atribuídas ao espaço doméstico.

Para além do que foi mencionado, ao observar a composição racial dessa ocupação, a pesquisa evidencia uma desigualdade ainda maior, pois do total de trabalhadoras domésticas, 68,5% são mulheres negras (DIEESE, 2025). Esse dado demonstra que o trabalho doméstico remunerado é produto de processos de racialização, nos quais determinados grupos permanecem mais expostos a ocupações precarizadas.

A expressiva presença de mulheres negras no trabalho doméstico remunerado revela que a inserção ocupacional no Brasil continua profundamente marcada pelo racismo, e indica seus aspectos estruturais. Não é só uma concentração numérica, mas a existência de mecanismos discriminatórios que direcionam parcelas específicas da população para ocupações socialmente desvalorizadas e com menor proteção trabalhista.

Ainda que o trabalho doméstico remunerado permaneça marcado por desigualdades de sexo, raça e classe, é importante reconhecer e mencionar os avanços alcançados no campo dos direitos trabalhistas da categoria. Um marco significativo nesse processo foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, conhecida como “PEC das Domésticas”, cuja ementa alterou o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal e ampliou os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, aproximando-as daqueles já assegurados aos demais trabalhadores urbanos. Posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 150/2015, essa conquista representou o reconhecimento formal de demandas históricas de uma categoria que, durante décadas, permaneceu submetida a formas diferenciadas de proteção social. Contudo, embora tenha ampliado garantias legais e simbolizado um importante avanço no processo de reconhecimento do trabalho doméstico enquanto trabalho dotado de direitos, a efetivação dessas conquistas encontra limites nas próprias contradições da sociedade brasileira, marcadas pela forte prevalência da informalidade, da precarização e das desigualdades estruturais que atravessam essa ocupação. Nesse contexto, o trabalho doméstico evidencia como as relações de sexo/gênero, raça e classe se articulam na produção das desigualdades, demonstrando que as oportunidades de acesso ao trabalho e aos direitos não se distribuem de forma homogênea entre os diferentes grupos sociais.

Essa realidade ainda aparece quando analisamos as condições de formalização. Os resultados coletados a partir do DIEESE (2025), indicam que apenas 24,4% das trabalhadoras domésticas possuem carteira assinada, e 45,4% trabalham como diaristas. Os dados demonstram que parcela significativa das trabalhadoras permanece inserida em vínculos frágeis e instáveis. Tal realidade indica que o reconhecimento formal dos direitos não garante, por si só, sua materialização concreta. Mais do que uma questão jurídica, a permanência da informalidade expressa a desvalorização histórica do trabalho doméstico e a dificuldade da sociedade em reconhecer essa atividade como “merecedor” de proteção.

O crescimento do trabalho realizado por diaristas expressa uma das principais tendências contemporâneas da reestruturação do trabalho. Embora frequentemente apresentado sob o discurso da autonomia e da flexibilidade, esse modelo tende a transferir para as próprias trabalhadoras os riscos inerentes à atividade laboral. A ausência de vínculo empregatício regular implica maiores dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários,

reforçando processos de insegurança social. Dessa forma, a aparente liberdade de gestão do próprio tempo precisa ser analisada criticamente, uma vez que encobre formas renovadas de precarização.

Esse cenário se conecta integralmente com as tendências de precarização e informalização em geral. Antunes (2018) destaca o crescimento de formas laborais marcadas pela precarização, pela instabilidade e pela redução da proteção social. No caso das trabalhadoras domésticas, essa precarização ocorre em uma atividade historicamente invisibilizada por ser realizada no espaço privado.

Além da informalidade, outro aspecto relevante encontrado na pesquisa refere-se à proteção previdenciária. Verificou-se que somente 34,8% das trabalhadoras domésticas contribuem para a previdência social (DIEESE, 2025), enquanto uma parcela expressiva permanece sem essa cobertura. Esse resultado revela que muitas mulheres que dedicam sua vida ao cuidado e à manutenção da rotina de outras famílias permanecem sem garantias suficientes para sua própria proteção social. Esse aspecto é particularmente importante porque demonstra que a desigualdade presente no trabalho doméstico não termina na relação de emprego. Ela atravessa a trajetória de vida dessas mulheres, afetando sua segurança econômica, seu acesso a direitos e suas possibilidades futuras. Dessa maneira, a precarização do trabalho doméstico produz impactos que ultrapassam o espaço laboral.

Outro resultado identificado refere-se às atividades desempenhadas pelas trabalhadoras. Os dados apontam que 73,6% estão concentradas nos serviços gerais, enquanto 21% realizam atividades diretamente relacionadas ao cuidado. Essa informação evidencia uma tendência atual de crescimento das demandas de cuidado dentro do trabalho doméstico remunerado. O aumento da demanda por atividades de cuidado está diretamente relacionado às transformações demográficas e sociais em curso, especialmente ao envelhecimento populacional e às mudanças na composição das famílias. Embora essas necessidades decorram de processos amplos da dinâmica social, sua resposta continua sendo responsabilidade das famílias, e atribuída majoritariamente às mulheres. Percebe-se os limites das políticas públicas voltadas ao cuidado e demonstra que a reprodução da vida permanece alicerçada no trabalho das mulheres, seja ele remunerado ou não.

Construiu-se esse percurso analítico para demonstrar como o trabalho doméstico remunerado é central na reprodução social. As atividades realizadas pelas trabalhadoras domésticas permitem que outras pessoas tenham condições de estudar, trabalhar e participar da vida social, mas permanecem subalternizadas para a manutenção da sociedade. O capitalismo depende de trabalhos responsáveis pela reprodução da vida, embora historicamente tenha ocultado e desvalorizado essas atividades (Federici, 2017).

A pesquisa também permite observar que o trabalho doméstico remunerado está relacionado a uma persistente desigualdade, na qual as trabalhadoras realizam atividades essenciais para outras famílias, mas permanecem enfrentando dificuldades para garantir sua própria proteção e subsistência. Ou seja, quem cuida também necessita de cuidado, mas essa necessidade é negligenciada especialmente pelo lugar classe e pobreza.

Dessa maneira, os resultados encontrados demonstram que as tendências contemporâneas do trabalho doméstico remunerado combinam alicerces históricas e novas formas de exploração. A ocupação continua marcada pela feminização, pela racialização e pela

baixa proteção social, mas também passa por mudanças associadas à flexibilização, à precarização. Conforme Iamamoto (2007), as desigualdades sociais precisam ser analisadas considerando as relações estruturais que as produzem. Com base nisso, o enfrentamento dessas desigualdades exige pensar não apenas em direitos trabalhistas, mas também em políticas públicas de cuidado, trabalho e proteção social para as mulheres.

As tendências do trabalho doméstico das mulheres no Brasil demonstra que essa realidade ultrapassa a dimensão estritamente ocupacional e revela aspectos centrais da forma como a sociedade organiza a produção e reprodução da vida. Ao longo desta pesquisa, foi possível identificar que o trabalho doméstico remunerado, o trabalho doméstico não remunerado e as atividades de cuidado não constituem dimensões separadas, mas expressam uma mesma dinâmica social marcada pela divisão sexual desigual do trabalho e do poder. Os dados analisados demonstram que, embora tenham ocorrido mudanças nas relações familiares, no mercado de trabalho e na legislação trabalhista, permanece uma estrutura na qual o cuidado e as tarefas necessárias à manutenção cotidiana continuam sendo atribuídos ao grupo social das mulheres, e assim naturalizadas.

Essa permanência é significativa porque evidencia uma das principais contradições da sociedade contemporânea, a qual ao mesmo tempo em que as mulheres ampliam sua participação nos espaços produtivos, elas continuam sendo responsabilizadas pela esfera da reprodução social. Assim, o trabalho feminino passa a assumir uma dupla dimensão, pois as mulheres participam da produção econômica, mas permanecem responsáveis pelo conjunto de atividades que garantem a sustentação da vida cotidiana. Isto posto, os resultados encontrados nesta pesquisa revelam que a desigualdade não se expressa apenas na inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas também na forma como o tempo, o cuidado e as responsabilidades sociais são distribuídos.

Essa realidade demonstra que o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho não rompeu com a lógica da divisão sexual do trabalho. Pelo contrário, produziu uma reorganização das desigualdades, fazendo com que as mulheres acumulassem diferentes formas de trabalho. Enquanto algumas atividades passam a ser reconhecidas como ocupação profissional, outras continuam sendo realizadas no espaço doméstico sem remuneração e sem reconhecimento social.

É necessário afirmar que a dinâmica atual do capitalismo monopolista, em uma renovada fase imperialista, rentista e neoliberal, tem imposto às políticas sociais uma ação estatal residual, seletiva e focalizada. Isso implica dizer que a criação e ampliação de políticas públicas de cuidado encontra uma forte restrição orçamentária, responsabilização das famílias e focalização no acesso. O resultado tem sido a contínua responsabilização das mulheres, não só na realização das atividades, mas no desenho das residuais políticas públicas. Isso evidencia uma contradição proposital do modelo econômico vigente: a sociedade depende do trabalho doméstico e do cuidado, mas não reconhece essa atividade como responsabilidade estrutural.

Por essa razão, o compromisso ético-político do Serviço Social torna-se fundamental, pois envolve a defesa dos direitos humanos, a ampliação da cidadania e o enfrentamento das desigualdades sociais. Diante das tendências contemporâneas do trabalho doméstico, a profissão é desafiada a construir estratégias que reconheçam o cuidado como uma necessidade estrutural e não como responsabilidade exclusiva das mulheres.

Assim, o Serviço Social possui uma contribuição na análise crítica dessas expressões e na construção de respostas profissionais propositivas e exequíveis comprometidas com a defesa de direitos e com um projeto social que pauta a superação desses ideais.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa permitiu compreender que o trabalho doméstico das mulheres permanece como uma dimensão fundamental para a reprodução da vida social no Brasil, ainda que siga marcado por processos históricos de invisibilização e desvalorização. As evidências apresentadas demonstram que as transformações ocorridas nas relações de trabalho e na inserção feminina no mercado não foram suficientes para alterar substantivamente a forma como a sociedade organiza o cuidado e as atividades necessárias à manutenção da vida cotidiana. Nesse contexto, as mulheres continuam assumindo, de maneira desproporcional, as responsabilidades relacionadas ao trabalho doméstico e ao cuidado, realidade que se expressa de forma ainda mais intensa quando articulada às desigualdades raciais e de classe

Dessa forma, a pesquisa reforça que o trabalho doméstico, seja remunerado ou não, permanece atravessado por relações estruturais que sustentam a divisão sexual do trabalho e reproduzem desigualdades históricas. Ao mesmo tempo em que cresce a demanda social por atividades de cuidado, impulsionada pelas transformações demográficas e familiares, observa-se a permanência da responsabilização feminina por essas tarefas, evidenciando os limites de uma organização social que trata o cuidado como atribuição privada e não como uma necessidade coletiva

Os achados desta pesquisa demonstram que o trabalho doméstico ocupa posição estratégica na reprodução social brasileira, uma vez que sustenta atividades indispensáveis à manutenção da vida cotidiana e da própria força de trabalho. Contudo, apesar dessa centralidade, o cuidado continua sendo tratado predominantemente como uma responsabilidade privada das mulheres. Tal contradição evidencia que a sociedade depende estruturalmente dessas atividades para sua reprodução, mas permanece transferindo seus custos materiais e emocionais para o âmbito familiar, especialmente para as mulheres.

Logo, o compromisso ético-político do Serviço Social torna-se fundamental, pois envolve a defesa dos direitos humanos, a ampliação da cidadania e o enfrentamento das desigualdades sociais. Diante das tendências contemporâneas do trabalho doméstico, a profissão é desafiada a construir estratégias que reconheçam o cuidado como uma necessidade coletiva e não como responsabilidade exclusiva das mulheres.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social: remapear classe, recentrar a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **As dificuldades do trabalho doméstico remunerado no Brasil. Boletim Especial – Dia do Trabalhador Doméstico**. São Paulo: DIEESE, 2025. Disponível em:https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/trabalhoDomestico.pdf. Acesso em: 20 mai. 2026.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **A divisão sexual do trabalho revisitada**. In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2020. p. 598-599.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): indicadores para a população de 14 anos ou mais de idade – trimestre móvel outubro a dezembro de 2025.** Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em:https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202601_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CÓDIGO: HS0281

AUTOR: MARIA EDUARDA FERREIRA DE LIMA

COAUTOR: JACQUELINE DE ARAUJO CUNHA

ORIENTADOR: PATRICIA LADEIRA PENNA MACEDO

TÍTULO: Patrimônio Documental Institucional: Levantamento e Análise dos Documentos do CONSUNI/UFRN

Resumo

O trabalho apresentado versa sobre o boletim informacional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que é um meio de comunicação importante para divulgar informações dentro da universidade. O principal objetivo é apresentar e demonstrar a importância desse documento, suas características, formatos e formas de acesso. A metodologia utilizada foi bibliográfica e descritiva, com base em artigos e também na consulta ao site boletim.ufrn.br, que é a página oficial do boletim. Como resultado, foi possível perceber que o boletim reflete a memória e a estrutura da UFRN ao reunir edições e notícias da Universidade. Conclui-se que divulgar o boletim pode ajudar na circulação das informações e facilitar o acesso da comunidade acadêmica às informações da instituição.

Palavras-chave: Boletins; UFRN; Acesso.

TITLE: Institutional Documentary Heritage: Survey and Analysis of CONSUNI/UFRN Documents

Abstract

The work presented addresses the informational bulletin of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), which is an important means of communication for disseminating information within the university. The main objective is to present and demonstrate the importance of this document, its characteristics, formats, and forms of access. The methodology used was bibliographic and descriptive, based on articles and consultation of the website boletim.ufrn.br, which is the official bulletin webpage. As a result, it was possible to observe that the bulletin reflects the memory and structure of UFRN by bringing together the University's editions and news. It is concluded that promoting the bulletin can contribute to the circulation of information and facilitate the academic community's access to institutional information.

Keywords: Bulletins; UFRN; Access.

Introdução

A comunicação institucional nas universidades públicas desempenha papel relevante na circulação de informações, na transparência das ações institucionais e na aproximação entre a universidade e seus diferentes públicos. Ao registrar e divulgar atividades acadêmicas, administrativas, científicas e culturais, seus diferentes produtos comunicacionais também constituem documentos capazes de preservar aspectos da trajetória e da memória institucional.

No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), os boletins informacionais integram esse conjunto documental, reunindo e difundindo informações relacionadas ao cotidiano da instituição e às ações desenvolvidas por seus diferentes setores. Para além de sua função imediata de comunicação, esses documentos podem ser compreendidos como fontes de informação e memória, uma vez que registram acontecimentos, atividades, decisões e iniciativas que permitem acompanhar diferentes momentos da trajetória institucional. De acordo com Lima (2015), a comunicação da UFRN atua na aproximação de seus diferentes públicos e no fortalecimento dos canais oficiais de informação.

Nesse contexto, a pesquisa, desenvolvida no âmbito do projeto “Memória, Documentação e Patrimônio: Preservação e Acesso à Informação”, volta-se para o estudo dos boletins informacionais produzidos pela UFRN, considerando sua relevância como documentos de comunicação e de registro da memória institucional. Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar os boletins informacionais da Universidade, identificando suas principais características, formatos, conteúdos e formas de acesso, de modo a contribuir para sua divulgação, valorização e reconhecimento como parte do patrimônio documental da instituição.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e descritiva. A pesquisa bibliográfica contemplou a consulta a artigos acadêmicos relacionados à comunicação universitária, à comunicação institucional e aos boletins informacionais, com o objetivo de construir o referencial necessário para a compreensão desses documentos no contexto das universidades públicas.

A pesquisa documental foi realizada a partir da consulta ao site oficial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) destinado à disponibilização dos Boletins de Serviço. O levantamento buscou identificar os boletins disponíveis, observando seus formatos, estrutura, conteúdos, formas de organização e possibilidades de acesso.

A partir dos dados coletados, realizou-se uma análise descritiva das principais características dos boletins, considerando tanto sua função como instrumento

de comunicação institucional quanto sua potencialidade como fonte de informação e registro da memória da UFRN.

Resultados e Discussões

A análise do site dos Boletins de Serviço permitiu identificar como as informações institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte são organizadas e disponibilizadas para acesso. A página reúne diferentes edições dos boletins, nas quais são registrados e divulgados atos administrativos, editais, comunicados e outras informações relacionadas às atividades da Universidade. Observou-se que os boletins estão organizados em ambiente digital, com recursos que possibilitam a localização e a recuperação das informações disponibilizadas. A organização dos conteúdos e a possibilidade de realização de buscas por data favorecem a consulta às diferentes edições e o acesso aos registros produzidos pela instituição.

Os resultados evidenciam, ainda, que os boletins ultrapassam sua função imediata de comunicação administrativa. Ao reunir registros produzidos ao longo da trajetória da UFRN, constituem fontes de informação que documentam atividades, decisões e acontecimentos institucionais, contribuindo para a preservação e o acesso à memória institucional.

Conclusão

A pesquisa cumpriu seu objetivo ao apresentar o Boletim de Serviço da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e evidenciar sua relevância para a comunicação institucional. A análise demonstrou que o site reúne e divulga, em um único espaço, atos administrativos, editais, comunicados e outras informações relacionadas às atividades da Universidade, facilitando o acesso da comunidade acadêmica e do público em geral.

Além de cumprir sua função informativa, o boletim contribui para a transparência institucional e para a preservação da memória da UFRN, uma vez que reúne registros de decisões, atividades e acontecimentos da Universidade ao longo do tempo. Nesse sentido, incentivar o uso e a divulgação desse canal é essencial para ampliar o alcance das informações institucionais e garantir que elas cheguem a um número maior de pessoas.

Referências

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Boletim UFRN. Natal: UFRN. Disponível em: https://boletim.ufrn.br/. Acesso em: 28 ago. 2026.

LIMA, Érica Conceição Silva. A comunicação institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: uma proposta de integração. 2015. 90f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CÓDIGO: HS0285

AUTOR: CAMILA PEREIRA DA SILVA

COAUTOR: LAYRANE MAYARA LINO SANTOS

ORIENTADOR: LUIZ AUGUSTO MACHADO MENDES FILHO

TÍTULO: PARTICIPAÇÃO DE TRAVEL TECHS EM EDITAIS DE FOMENTO: Análise documental do ciclo Startups NE 2024-2025

Resumo

A transformação digital tem ampliado as possibilidades de inovação no turismo, especialmente por meio das startups, que desenvolvem soluções tecnológicas aplicadas à gestão, comercialização e experiência turística. Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o desenvolvimento de soluções tecnológicas de startups de turismo, discutindo avanços e lacunas da produção científica e identificando tendências do ecossistema de inovação turística no Nordeste, além de analisar a participação no Startup NE, ciclo 2024-2025. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram identificadas 135 startups nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí, caracterizadas quanto aos segmentos, soluções, modelos de negócios e estágios de desenvolvimento. Os resultados apontaram maior concentração em Pernambuco (32,59%), predominância de Serviços Transversais ao Turismo (58,5%), Sistemas de Gestão e Automação (38,5%), modelo B2B (81,5%) e estágio de Tração (70,4%). A análise das soluções resultou em sete eixos analíticos, com destaque para gestão inteligente e eficiência operacional. Conclui-se que o ecossistema apresenta forte orientação à digitalização e à eficiência organizacional, mas também contempla iniciativas relacionadas à experiência turística, sustentabilidade, marketing e desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Travel Techs, Inovação; Tecnologia; Turismo

TITLE: PARTICIPATION OF TRAVEL TECHS IN FUNDING PROGRAM CALLS: A Documentary Analysis of the Startup NE 2024–2025 Cycle

Abstract

The digital transformation has expanded the possibilities for innovation in tourism, particularly through startups that develop technological solutions applied to tourism management, marketing, and experience. This research aimed to characterize the development of technological solutions by tourism startups, discussing advances and gaps in the scientific literature and identifying trends in the tourism innovation ecosystem in Northeast Brazil, as well as analyzing participation in the Startup NE program during the 2024–2025 cycle. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study conducted through bibliographic and documentary research. A total of 135 startups in the states of Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, and Piauí were identified and characterized according to their segments, solutions, business models, and stages of development. The results indicated a higher concentration in Pernambuco (32.59%), a predominance of Tourism-Related Services (58.5%), Management and Automation Systems (38.5%), the B2B business model (81.5%), and the Traction stage (70.4%). The analysis of the solutions resulted in seven analytical categories, with an emphasis on smart management and operational efficiency. It is concluded that the ecosystem demonstrates a strong orientation toward digitalization and organizational efficiency, while also encompassing initiatives related to tourism experience, sustainability, marketing, and territorial development.

Keywords: Travel Techs; Innovation; Technology; Tourism

Introdução

O setor de turismo passou por impulsionadas pelo avanço da tecnologia, modificando a forma como essas empresas planejam, gerenciam e comercializam seus serviços. A transformação digital envolve mudanças organizacionais, culturais e operacionais e tornou-se fundamental para o sucesso, eficiência e desempenho das empresas (Barna; Melnyk; Baran 2021).

O turismo sempre foi dependente da informação. Com a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), mudou a competitividade dos destinos e a forma de produção e consumo. A internet e os sistemas de reservas globais (GDS) transformaram as práticas operacionais, enquanto Big Data, Inteligência Artificial (IA) e Internet das Coisas (IoT) ampliaram esta transformação. Segundo Buhalis (2000), a integração de dados e sistemas de informação reestruturou a indústria impactando a gestão e contribuindo para a agilidade e personalização de serviços. A pandemia de COVID-19 acelerou a digitalização e os investimentos em tecnologia e startups.

Assim, as startups de turismo atuam como motores da inovação, desenvolvendo soluções para problemas específicos do setor. Enquanto empresas tradicionais enfrentam resistência cultural e limitações de infraestrutura, as startups atuam como agentes de mudança. No Brasil, programas como o Startup Brasil e InovAtiva incentivam esses ecossistemas.

O desempenho de startups depende também de fatores organizacionais e pessoais. A orientação empreendedora, liderança e flexibilidade são importantes em mercados voláteis (Neupane; Zielinski; Milanes, 2025). Enquanto as competências dos fundadores

e o suporte externo contribuem para sua sobrevivência e crescimento (Benabderrahmane; Benbouzid, 2025)

Dessa forma, as TICs passam de ferramentas operacionais e a elementos essenciais para a competitividade e o desenvolvimento do turismo, enquanto as startups transformam tecnologia em gestão e promoção turística.

A pesquisa justifica-se pela posição estratégica do turismo na economia nacional e pela necessidade de modernização tecnológica. Segundo o IBGE (2024), os gastos em viagens nacionais alcançaram 22,8 bilhões de reais em 2024, aumentando 11,7% em relação a 2023. Para que esse crescimento seja sustentável, são necessárias soluções inovadoras.

As startups de turismo desenvolvem soluções tecnológicas para melhorar os serviços e a comodidade dos turistas. De acordo com Liberato, Campos e Azevedo (2022), essas empresas tornam o turista mais autônomo, facilitando a organização de passagens, hospedagens e roteiros. A análise dessas startups busca compreender como suas soluções tecnológicas podem ser integradas aos destinos, otimizando processos e fortalecendo a competitividade. Dados do IBGE (2025) revelam que a internet se tornou o principal meio para o planejamento de viagens, sendo utilizada em mais de 70% das compras.

Globalmente, a IA e a automação impulsionam esse movimento. Segundo a Forbes (2025), startups de tecnologias transformam a jornada do turista ao oferecer experiências personalizadas e eficientes. No Brasil, startups desenvolvem soluções para o turismo inteligente utilizando IA, plataformas digitais e ferramentas de gestão para otimizar serviços e melhorar a experiência dos viajantes (UFRN, 2025). Por exemplo, o Sebrae Startups Report Brasil (2025) aponta 22.869 startups ativas no país.

Assim, a inovação digital torna-se uma condição de sobrevivência para empresas do setor. Diante disso, torna-se relevante investigar as soluções desenvolvidas pelas startups de turismo, também conhecidas como travel techs, buscando compreender sua contribuição para a evolução do setor.

A pesquisa tem como objetivo caracterizar o desenvolvimento de soluções tecnológicas de startups de turismo. Busca-se identificar tendências do ecossistema de inovação turística na região Nordeste e avaliar a participação de startups de turismo no edital de fomento Startup NE, ciclo 2024-2025.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar uma compreensão aprofundada do objeto de estudo, permitindo interpretar as características das startups voltadas ao turismo e sua atuação no contexto da inovação. Conforme Creswell (2014), essa abordagem é adequada à compreensão de fenômenos complexos a partir da análise de diferentes fontes de informação, considerando o contexto em que estão inseridos. Quanto ao caráter exploratório, a pesquisa busca ampliar a compreensão sobre o problema investigado,

tornando-o mais claro, enquanto o caráter descritivo está relacionado à identificação e descrição de características e padrões das startups de turismo (travel techs). Segundo Triviños (1987), a pesquisa descritiva busca conhecer as características da população estudada, seus problemas e demais aspectos relevantes.

O estudo foi desenvolvido por meio da combinação entre pesquisa bibliográfica e documental, procedimentos que se complementam na construção do conhecimento sobre o objeto investigado. A revisão bibliográfica constituiu a base teórica da pesquisa, reunindo e analisando produções científicas relacionadas à inovação, empreendedorismo, startups, turismo e travel techs. A coleta bibliográfica foi realizada entre setembro e dezembro de 2025, nas bases Google Acadêmico, Web of Science e Scopus, considerando publicações a partir de 2020 e utilizando as palavras-chave “tourism”, “startups” e “travel techs”. A seleção ocorreu mediante a leitura dos títulos e resumos, resultando em 39 artigos pertinentes aos objetivos da pesquisa, posteriormente analisados integralmente e fichados.

Como complemento à revisão bibliográfica, foi realizada pesquisa documental para a obtenção dos dados empíricos. Conforme Gil (2008), esse procedimento utiliza documentos produzidos para finalidades distintas da pesquisa científica, possibilitando sua análise de acordo com os objetivos do estudo. Foram utilizados, principalmente, os editais do programa Startup NE, complementados por informações disponíveis nos sites institucionais das startups, redes sociais corporativas e outras fontes públicas oficiais, quando necessário. A utilização de diferentes fontes contribuiu para confirmar e complementar as informações apresentadas nos editais, ampliando a confiabilidade dos dados.

O percurso metodológico teve início com a definição do universo de análise e do recorte geográfico. Inicialmente, realizou-se um levantamento do ecossistema brasileiro de startups, com o objetivo de identificar estados nordestinos com maior representatividade em inovação e empreendedorismo tecnológico. Como referência, foi considerado o ranking divulgado pelo Instituto Metrópole Digital (IMD/UFRN), que destaca Natal entre as cidades brasileiras com maior concentração de startups. A partir desse levantamento, foram selecionados os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Piauí, por representarem importantes ecossistemas de inovação da região Nordeste e estarem alinhados aos objetivos da pesquisa.

Definido o recorte geográfico, foram levantados os editais do programa Startup NE referentes aos estados selecionados. Foram analisados três editais de cada estado, totalizando 12 documentos. A escolha do programa deve-se à sua abrangência regional e à padronização das informações disponibilizadas sobre as startups participantes, favorecendo a comparação entre empresas de diferentes estados. O programa é estruturado em três fases: pré-aceleração, destinada ao desenvolvimento e estruturação dos modelos de negócio; aceleração, voltada ao aperfeiçoamento e à validação das soluções; e uma terceira etapa, destinada às startups que avançam nas fases anteriores, contemplando capacitações, mentorias e a concessão da Bolsa Sócio Empreendedor por seis meses.

A partir da leitura dos editais, foram identificadas todas as startups participantes do programa. Em seguida, realizou-se a análise individual de cada empresa para selecionar aquelas que apresentavam relação direta ou indireta com o setor turístico. Foram

consideradas startups de turismo aquelas que desenvolvem produtos, serviços ou soluções destinados ao setor ou que atendem demandas da cadeia produtiva do turismo, abrangendo segmentos como hospedagem, mobilidade, gestão, lazer, gastronomia e eventos. As empresas sem relação com essas atividades foram excluídas do mapeamento.

Nos 12 editais analisados, foram identificadas 136 startups, distribuídas entre Rio Grande do Norte (40), Pernambuco (44), Piauí (27) e Ceará (25). Cada startup foi analisada individualmente mediante protocolo de coleta elaborado para esta pesquisa, contemplando informações como nome da empresa, segmento de atuação, tipo de solução, modelo de negócio e de receita, abrangência de mercado, estágio de desenvolvimento, localização da sede, descrição, contribuição para o turismo e participação nas etapas do programa, quando disponíveis.

Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e sistematizados de acordo com variáveis previamente definidas, como segmento de atuação, tipo de solução e demais características identificadas nas fontes consultadas. Essa organização possibilitou a consolidação do banco de dados, a quantificação das startups por estado e segmento e a realização de análises comparativas. Posteriormente, os dados foram analisados com o objetivo de identificar padrões relacionados às startups de turismo participantes do programa Startup NE.

A integração entre a revisão bibliográfica e a pesquisa documental permitiu articular a fundamentação teórica às evidências empíricas, possibilitando caracterizar o perfil das startups de turismo participantes do Startup NE, compreender suas principais áreas de atuação e identificar tendências relacionadas ao ecossistema de inovação turística na região Nordeste.

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa apresentam a caracterização do ecossistema de startups relacionado ao turismo nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí, considerando sua distribuição geográfica, segmentos de atuação, soluções desenvolvidas, modelos de negócios e estágios de desenvolvimento. A análise permite identificar onde essas iniciativas estão concentradas, quais demandas do turismo estão sendo atendidas, oferecendo um panorama das características e das diferentes formas de inserção dessas empresas no setor turístico.

A distribuição geográfica das 135 startups mapeadas evidencia que Pernambuco conta com o maior número de empresas da amostra, com 44 startups (32,59%), seguido pelo Rio Grande do Norte, com 39 (28,89%), Piauí, com 27 (20,00%), e Ceará, com 25 (18,52%). Esse resultado já era esperado, uma vez que Pernambuco abriga um dos ecossistemas de inovação mais consolidados do país, impulsionado pelo Porto Digital, referência nacional na criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica. Além disso, o levantado do Startups Report Brasil 2024, divulgado pelo Observatório Sebrae Startups e repercutido pelo Instituto Metrópole Digital (IMD/UFRN), aponta que Recife ocupa a quinta posição entre as cidades brasileiras com maior número de startups, com

438 empresas, superando Fortaleza (406), Teresina (369) e Natal (361), o que explica a maior representatividade do estado na amostra.

Destaca-se ainda, a grande participação do Rio Grande do Norte, responsável por 28,89% das startups identificadas, refletindo o fortalecimento do ecossistema potiguar na inovação. Da mesma forma, embora o Ceará e Piauí apresentam percentuais menores, ambos possuem capitais entre as dez cidades brasileiras, indicando que os quatro estados analisados possuem ambientes favoráveis ao empreendedorismo inovador e ao desenvolvimento de soluções tecnológicas aplicadas ao turismo.

Na caracterização da amostra, observa-se que em relação aos segmentos e às soluções desenvolvidas, há uma forte concentração das startups em Serviços Transversais ao Turismo, que reúne 79 empresas (58,5%), mostrando a presença expressiva de soluções que podem atender diferentes atividades e organizações do setor. Entre os segmentos específicos, destacam-se Marketing, com 10 startups (7,4%), e Turismo Esportivo e de Lazer, com 9 (6,7%), enquanto Turismo Cultural, Turismo de Experiência, Turismo Regenerativo e Economia Circular e Alimentos e Bebidas apresentam, cada um, 5 empresas (3,7%). Em relação às soluções, predominam os Sistemas de Gestão e Automação, com 52 startups (38,5%), seguidos por Plataformas Digitais e Marketplace, com 23 (17%), e Desenvolvimento de Software e Transformação Digital, com 17 (12,6%). Também se destaca a presença de soluções de IA e Análise de Dados, com 12 empresas (8,9%). Em menor proporção, aparecem Tecnologias para Restaurantes e Bares, com apenas 1 (0,7%), indicando uma concentração de iniciativas em soluções transversais, especialmente relacionadas à digitalização, gestão e automação.

Quanto aos modelos de negócios e estágio de desenvolvimento, observa-se uma predominância do modelo B2B, presente em 110 startups (81,5%), indicando que a maior parte das soluções tem como público-alvo outras empresas. Essa relevância se alinha à análise de Martins e Denkewicz (2021), que atribuem a forte presença desse modelo no turismo à busca contínua do mercado por inovação, eficiência e otimização da qualidade dos serviços prestados entre organizações. Na sequência, aparecem os modelos B2B2C, com 20 startups (14,8%) e B2C, com 15 (11,1%), enquanto os modelos que envolvem relações com o setor público apresentam menor ocorrência, como B2G, com 5 empresas (3,7%), G2B com 3 (2,2%), e G2C com 2 (1,5%), o modelo C2C aparece apenas em uma startup (0,7%). Ressalta-se que, por se tratar de modelos mistos, as categorias podem apresentar sobreposição.

Em relação ao estágio de desenvolvimento, há uma concentração ainda maior na fase de Tração, que reúne 95 startups (70,4%), seguida por Validação, com 15 (11,%), e Crescimento com 14 (10,4%). As fases de Escala, com 10 startups (7,4%), e MVP com apenas 1 (0,7%), apresentam maior representatividade, indicando que a amostra é composta majoritariamente por empresas que já ultrapassaram as fases iniciais de validação e se encontram em processo de consolidação e expansão de suas atividades.

Após a caracterização da amostra, a análise foi aprofundada a partir das soluções desenvolvidas pelas startups, buscando compreender em quais dimensões do turismo essas iniciativas se concentram. A partir das reincidências identificadas nas descrições das soluções, foram estabelecidos por meio da codificação proposta por Flick (2009), sete eixos analíticos: 1) Digitalização comercial e ampliação de mercado; 2) Gestão inteligente e eficiência operacional; 3) Experiência turística e eventos; 4) Gestão

territorial, segurança e infraestrutura turística; 5) Sustentabilidade, património e inovação socioterritorial; 6) Marketing digital e produção de conteúdo; 7) Consultoria, inovação e desenvolvimento organizacional.

A classificação permitiu identificar diferentes formas de contribuição das startups para o turismo, desde a melhoria de processos internos e da comercialização até a qualificação das experiências, dos territórios e das práticas de sustentabilidade. Os resultados de cada eixo são apresentados a seguir, considerando sua incidência na amostra e as principais contribuições das soluções para o setor turístico.

O eixo 1 - Digitalização comercial e ampliação de mercado reúne 18 startups, cujas soluções estão direcionadas à comercialização, distribuição e conexão digital entre empresas consumidoras e diferentes atores do turismo. As iniciativas envolvem plataformas digitais, marketplaces, sistemas de reservas, vendas online, relacionamento e fidelização de clientes, permitindo que organizações turísticas ampliem seus canais de comercialização e alcancem novos mercados. De acordo com Liberato et al. (2022), essa característica reflete o cenário nacional, no qual as tecnologias mais adotadas por travel techs envolvem plataformas digitais de base SaaS (Software como Serviço) para distribuir produtos e serviços. A recorrência dessas soluções evidencia que a transformação digital também ocorre na dimensão comercial do turismo, ao facilitar o acesso aos produtos e serviços, fortalecer a presença das empresas no âmbito digital e aproximar oferta e demanda de maneira mais eficiente.

Já o eixo 2 - Gestão inteligente e eficiência operacional, reúne 50 startups com soluções concentradas na melhoria dos processos internos das organizações, por meio de sistemas de gestão, automação, ERP, CRM, análise de dados e inteligência artificial aplicada às atividades empresariais. Além da interface direta com o consumidor final, esse eixo inclui empreendimentos focados na otimização dos processos das organizações turísticas. Como apontam Liberato et al. (2023), às travel techs brasileiras vem direcionando investimentos para soluções tecnológicas de gestão, como o modelo Software as a Service (SaaS), visando racionalizar a rotina corporativa e otimizar fluxos operacionais. Sua contribuição para o turismo está relacionada principalmente à otimização das operações, à redução de tarefas manuais, ao aumento da produtividade e ao fornecimento de informações para apoiar a tomada de decisão. A predominância desse eixo demonstra que uma parcela significativa das startups atua sobre desafios relacionados à gestão e a eficiência das organizações que compõem o setor turístico.

Em relação ao eixo 3 - Experiência turística e eventos, este eixo reúne 15 startups e contempla soluções que buscam modificar ou qualificar a experiência do visitante e a realização de eventos, utilizando recursos como gamificação, experiências digitais e imersivas, turismo inteligente, roteiros personalizados e tecnologias aplicadas a eventos. De acordo com Lahouel e Naima (2026), a utilização de recursos como inteligência artificial, aplicações digitais e análises preditivas por startups turísticas tem como propósito aperfeiçoar a experiência do turista e modernizar a oferta de serviços no setor. Essas iniciativas contribuem para o turismo ao ampliar as possibilidades de interação entre visitantes, atrativos e destinos, proporcionando experiências mais personalizadas. A presença desse eixo evidencia que a inovação tecnológica não está restrita aos processos administrativos e comerciais, alcançando também a dimensão experiencial do turismo.

O eixo 4 - Gestão territorial, segurança e infraestrutura turística, reúne 9 startups com soluções que ultrapassam os limites das organizações individuais e incorporam o território como elemento de inovação. Sob a perspectiva dos Destinos Turísticos Inteligentes (DTI), as startups transcendem a inovação individual ao oferecerem soluções voltadas à governança, sustentabilidade, segurança e mobilidade, integrando o território como elemento central de inovação (Alvares e Soares, 2021). As iniciativas identificadas estão relacionadas a mobilidade, acessibilidade, geolocalização, segurança, gestão urbana e tecnologias assistivas, contribuindo para a qualificação da infraestrutura e dos serviços oferecidos nos destinos. Dessa forma, essas soluções ajudam a tornar os espaços turísticos mais acessíveis, conectados e eficientes, demonstrando uma perspectiva de inovação que considera não apenas as empresas, mas também condições estruturais e territoriais necessárias ao desenvolvimento do turismo.

Por sua vez, o eixo 5 - Sustentabilidade, património e inovação socioterritorial concentra 16 startups e reúne soluções relacionadas à gestão ambiental, economia circular, bioeconomia, resíduos, turismo regenerativo, ecoturismo e turismo de base comunitária. Embora apresente uma incidência inferior ao eixo de gestão e automação, sua presença evidencia a emergência de iniciativas que incorporam questões ambientais e socioterritoriais à inovação no turismo. As soluções contribuem para a redução de impactos ambientais, valorização dos recursos naturais e culturais e fortalecimento de práticas sustentáveis nos territórios, ampliando a compreensão da inovação turística para além da dimensão econômica e tecnológica, ao integrar a cocriação de valor comunitário e a preservação socioambiental aos ecossistemas de inovação (Greco et al., 2024; Dwyer, 2023)

Enquanto o eixo 6 - Marketing digital e produção de conteúdo reúne 11 startups e contempla soluções voltadas à comunicação, promoção e posicionamento de organizações e destinos turísticos no ambiente digital. Entre as iniciativas estão ferramentas de marketing digital, produção audiovisual, branding, gestão de anúncios, etc. Conforme apontam Barna, Melnyk e Baran (2021, p.33), “os sites de redes sociais desempenham um papel importante na indústria do turismo, uma vez que os turistas utilizam essas plataformas para compartilhar conteúdo online [..], enquanto as empresas de turismo as utilizam como ferramenta de marketing”. Tais soluções contribuem para ampliar a visibilidade das empresas e destinos, melhorar a comunicação com o público e fortalecer estratégias de promoção turística. A recorrência do eixo reforça a importância do ambiente digital na construção da presença e da competitividade das organizações turísticas.

Por fim, o eixo 7 - Consultoria, inovação e desenvolvimento organizacional reúne 22 startups e contempla iniciativas que oferecem consultoria, desenvolvimento tecnológico, transformação digital, gestão de projetos, capacitação, hubs de inovação e apoio à captação de recursos. Conforme Benabderrahmane e Benbouzid (2025), a consolidação de um ambiente favorável ao turismo depende diretamente do suporte prestado por instituições de fomento, incubadoras e entidades públicas. Assim, essas startups contribuem principalmente de forma indireta, ao fortalecer capacidades organizacionais e inovadoras de empresas e demais atores do turismo, apoiando processos de transformação, desenvolvimento de produtos e estruturação de projetos. A presença desse eixo demonstra que parte relevante do ecossistema analisado não atua diretamente na oferta de produtos turísticos, mas fornece conhecimentos, tecnologias e serviços

especializados que criam condições para que outras organizações inovem e se desenvolvam.

Os resultados da pesquisa evidenciam um ecossistema de startups diversificado, fortemente concentrado em soluções de caráter transversal e voltadas à digitalização e à eficiência das organizações, mas também com iniciativas voltadas à experiência turística, sustentabilidade, marketing e desenvolvimento territorial. Esses achados permitem compreender as principais formas de inovação e contribuição das startups para o setor turístico da região analisada.

Conclusão

Essa pesquisa teve como objetivo caracterizar o desenvolvimento de soluções tecnológicas de startups de turismo, discutindo os avanços e lacunas da produção científica brasileira e internacional, identificando tendências do ecossistema de inovação turística no Nordeste e analisando a participação das startups no edital Startup NE, ciclo 2024-2025. O mapeamento de 135 startups nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí permitiu identificar um ecossistema marcado pela concentração de Serviços Transversais ao Turismo (58,5%), com destaque para soluções de Sistema de Gestão e Automação (38,5%), além da predominância do modelo B2B (81,5%) e do estágio de Tração (70,4%).

Os resultados demonstram que a inovação tecnológica no turismo ocorre de forma ampla, mas apresenta maior concentração em soluções relacionadas à digitalização, gestão e eficiência operacional. A análise das soluções permitiu identificar sete eixos: digitalização comercial e ampliação de mercado, gestão inteligente e eficiência operacional; experiência turística e ventos; gestão territorial, segurança e infraestrutura turística; sustentabilidade, património e inovação socioterritorial; marketing digital e produção de conteúdo; e consultoria, inovação e desenvolvimento organizacional. Assim, a pesquisa evidencia que as startups contribuem para o turismo não apenas por meio de soluções diretamente destinadas aos turistas, mas também por tecnologias e serviços que fortalecem empresas, processos, territórios e capacidades de inovação.

Como contribuição, o estudo amplia a compreensão sobre a relação entre startup, tecnologia e desenvolvimento turístico no Nordeste, ao sistematizar características e tendências de um conjunto de empresas participantes de um programa específico de fomento. Como limitações, destaca-se o recorte territorial e temporal da pesquisa e dependência das informações disponíveis sobre as startups no período analisado. Estudos futuros podem ampliar o mapeamento para outros estados e ciclos do programa, além de acompanhar a evolução das startups e investigar os impactos efetivos de suas soluções sobre empresas, destinos e experiências turísticas.

Referências

ALVARES, D. F.; SOARES, J. C. Innovation in tourism and startups in Brazil, Spain and Portugal. **Smart Tourism**, v. 2, n. 2, 2021.

BARNA, M.; MELNYK, I.; BARAN, R. Factors of digitalization of the marketing activity of tourist enterprises of Ukraine in the conditions of global digitalization. **Baltic Journal of Economic Studies**, v. 7, n. 3, p. 29-36, 2021.

BENABDERRAHMANE, N.; BENBOUZID, K. Personal, Organizational, and External Determinants of Tourism Startups Success: Step-By-Step for Business Leadership. **Business Ethics and Leadership**, v. 9, n. 1, p. 154-166, 2025.

BUHALIS, D. Tourism and information technologies: past, present and future. **Tourism Management**, v. 21, n. 1, p. 41–58, 2000.

CRESWELL, John W. **Research Design:** Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

DIAS, Álvaro et al. The role of incubators in promoting innovation ambidexterity among start-ups in the tourism and hospitality industry. T**ourism and Hospitality Management**, v. 30, n. 4, p. 569-579, 2024.

DWYER, L. Tourism development and sustainable well-being: a progress measure. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 31, n. 1, p. 1-18, 2023.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRECO, F.; CLEMENTE, L.; BIFULCO, F. Tourism Startups: fresh evidence by a systematic review. **Turistica - Italian Journal of Tourism**, v. 33, n. 2, p. 1–17, 29 nov. 2024. DOI: 10.70732/tijt.v33i2.42

IBGE. **Gastos com Turismo nacional aumentam 11,7% em 2024**. Agência de Notícias, Rio de Janeiro, 2 out. 2025. Disponivel em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44624-gastos-com-turismo-nacional-aumentam-11-7-em-2024 Acesso em: 19 jan. 2026.

LAHOUEL, A.; KHALDI, N. The Role of Tourism Startups in Enhancing the Tourist Experience through Artificial Intelligence Applications: A Study of Leading Experiences. **Abaad Iktissadia Review**, v. 16, n. 1, p. 311–337, 2026.

LIBERATO, M.; CAMPOS, J.; AZEVEDO, D. Innovation in the Tourism Sector - Brazilian Startups with Technological Solutions for the Tourist. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 9, n. 10, p. 001-013, 1 jan. 2022.

LIBERATO, M. M. et al. Modelos de negócios e registros de patentes das startups de turismo no Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 10, p. 20035–20055, 6 out. 2023.

MARTINS, B. M. L.; DENKEWICZ, P. Clusterização da tecnologia aplicada ao turismo por meio do mapeamento das travel techs brasileiras. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 15, n. 3, p. 53-71, dez. 2021.

NEUPANE, B. P.; ZIELINSKI, S.; MILANES, C. B. Startup Success in Hospitality & Tourism SMEs in Emerging Economies: How Innovation and Growth Are Driven by Entrepreneurial Orientation, Networking Strategy, Leadership, and Flexibility. **Sustainability**, v. 17, n. 8, p. 3485, 14 abr. 2025.

SEBRAE. *Ecossistema de startups supera 20 mil empresas ativas e se espalha pelo país*. Brasília: Agência Sebrae de Notícias, 2024. Disponível em: https://agenciasebrae.com.br/inovacao-e-tecnologia/ecossistema-de-startups-supera-20-mil-empresas-ativas-e-se-espalha-pelo-pais/. Acesso em: 02 fev 2026.

SEBRAE. *Sebrae Startups Report Brasil 2025: insights do panorama nacional das startups atendidas pelo Sebrae*. Santa Catarina: Sebrae, 2025.

SHUNINA, Daria. How tech startups are changing travel for good. Forbes, 31 jan. 2025. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/dariashunina/2025/01/31/how-tech-startups-are-changing-travel-for-good/. Acesso em: 7 mar. 2026.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Startups potiguares impulsionam inovação e tecnologia no setor de turismo. Portal da UFRN, 7 maio 2025. Disponível em: https://www.ufrn.br/imprensa/noticias/90163/startups-potiguares-impulsionam-inovacao-e-tecnologia-no-setor-de-turismo. Acesso em: 8 mar. 2026.

CÓDIGO: HS0293

AUTOR: EDMILSON DA SILVA NETO

COAUTOR: LAYRANE MAYARA LINO SANTOS

ORIENTADOR: LUIZ AUGUSTO MACHADO MENDES FILHO

TÍTULO: CARACTERIZAÇÃO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TURISMO INTELIGENTE ATRAVÉS DE PERIÓDICOS E SITES ESPECIALIZADOS

Resumo

O turismo inteligente incorpora tecnologias que otimizam atividades, personalizam serviços e apoiam turistas e empresas. Nesse contexto, a inteligência artificial (IA) vem ampliando sua presença no setor, transformando serviços, processos e experiências turísticas. O estudo tem como objetivo caracterizar o uso da IA no turismo inteligente. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando pesquisa bibliográfica e análise documental. Foram selecionados 39 artigos, publicados entre 2020 e 2025, nas bases Google Scholar, Scopus e Web of Science, além de 60 matérias jornalísticas, que foram organizados por meio de fichamentos e posteriormente analisados. Os resultados identificaram 61 variáveis, organizadas nas subcategorias tecnologia, turismo, experiência e gestão. Destacaram-se termos relacionados à inteligência artificial, tecnologia, planejamento de viagens, personalização e experiência. A IA auxilia os turistas na personalização, no planejamento e na tomada de decisões. Para as empresas, contribui para a automatização de processos, o aumento da eficiência e a otimização das operações. Foram identificadas preocupações relacionadas à privacidade, confiança, segurança dos dados. Conclui-se que a IA vem se consolidando como elemento relevante do turismo inteligente, influenciando a experiência turística e a gestão empresarial. Contudo, sua implementação requer atenção à confiança e à segurança dos usuários.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Turismo Inteligente, Experiência Turística.

TITLE: ANALYSIS OF THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN SMART TOURISM THROUGH SPECIALIZED JOURNALS AND WEBSITES

Abstract

Smart tourism incorporates technologies that optimize activities, personalize services, and support tourists and businesses. In this context, artificial intelligence (AI) has been expanding its presence in the sector, transforming tourism services, processes, and experiences. The study aims to characterize the use of AI in smart tourism. The research employs a qualitative and exploratory approach, utilizing literature review and document analysis. A total of 39 articles, published between 2020 and 2025, were selected from the Google Scholar, Scopus, and Web of Science databases, along with 60 news articles, which were organized through indexing and subsequently analyzed. The results identified 61 variables, organized into the subcategories of technology, tourism, experience, and management. Terms related to artificial intelligence, technology, travel planning, personalization, and experience stood out. AI assists tourists with personalization, planning, and decision-making. For businesses, it contributes to process automation, increased efficiency, and operational optimization. Concerns related to privacy, trust, and data security were identified. It can be concluded that AI is becoming established as a key element of smart tourism, influencing the tourist experience and business management. However, its implementation requires attention to user trust and security.

Keywords: Artificial Intelligence, Smart Tourism, Tourist Experience.

Introdução

Diante do avanço da tecnologia, o fenômeno do turismo junto a atividade turística foram se transformando, e a partir dessas transformações novas áreas, novos segmentos e novas práticas de atividade turística surgiram. O turismo inteligente é uma área do turismo que por possuir uma grande utilização de tecnologias na experiência turística, podendo otimizar processos, personalizar serviços e transformar atividades turística em experiências exclusivas. As tecnologias inovadoras e disruptivas vem se desenvolvendo a partir do surgimento de novas tecnologias, ou pelo avanço em outras, que consequentemente afeta o turismo (SEQUEIRA et al, 2025).
As TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) surgem como ferramentas que melhoraram os serviços turísticos, possibilitando o desenvolvimento de novas ferramentas, dispositivos e soluções tecnológicas. Diante disso, o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas como redes móveis, big data, 5G, Realidade Virtual (RV), Realidade Aumentada (RA), Blockchain, Internet das Coisas (Internet of Things – IoT) e Inteligência Artificial (IA) foram incorporadas na experiência turística, o que ocasionou em novas experiências para os visitantes capaz de influenciar a experiência turística, e novas ferramentas para gestores e fornecedores (WANG et al, 2020; SOARES et al, 2022; ALIYAH et al, 2023).

Para Buhalis e Sinarta (2019) a IA é capaz de transformar a forma como cada serviço turístico é transformado e personalizado, de acordo com a necessidade e preferência do turista. Por isso, o grande diferencial que torna a IA um destaque, se dá, pois, essa tecnologia possui a grande capacidade de transformar e personalizar cada serviço turístico de acordo com a necessidade e preferência do turista. A inteligência artificial traz benefícios também para as empresas, quando auxiliam na interação entre turista e empresa com ferramentas apoiadas em inteligência artificial, dando a possibilidade de aumentar a satisfação do cliente e ajudando no processo de fidelização.

Com o foco no uso da inteligência artificial no turismo inteligente, o estudo traz a importância de compreender como a IA pode transformar a experiência turística, evidenciando que o turismo inteligente é uma tendência presente dentro do turismo e também cada vez mais presente nas empresas e cidades que buscam através da tecnologia otimizar tempo, personalizar serviços e ter uma ferramenta que possa processar uma grande quantidade de dados.

Historicamente, o papel de planejar as viagens eram feitas por agências físicas, mas com o surgimento da internet, as tecnologias da informação avançaram. Os turistas se tornaram mais autônomos e independentes, pois com a maior utilização da inteligência artificial, tornou-se mais prático e simples personalizar e planejar sua própria viagem, sem depender de terceiros. Logo, torna-se importante entender o porquê e como essa tecnologia disruptiva pode ser utilizada na atividade turística, promovendo uma análise mais aprofundada sobre o tema.

Diante disso, pesquisas sobre IA vem se tornando uma área relevante no meio acadêmico, em especial no turismo, portanto, o presente estudo visa também agregar para a temática do uso da inteligência artificial no turismo inteligente e na experiência turística, com análises de como essa tecnologia pode contribuir na compreensão da atividade turística a partir de um destino específico (BINGÖL e YANG, 2025; ERDŐS et al, 2025).

Portanto, através da compreensão do conceito de turismo inteligente junto a presença da IA nessa área, o estudo tem como objetivo geral caracterizar o uso da IA no turismo inteligente. E através dos objetivos específicos, a pesquisa visa a) Discutir os avanços e lacunas da pesquisa brasileira e internacional do uso da IA no turismo inteligente; b) Identificar o uso da IA no impacto da experiência turística; c) Categorizar as publicações a respeito da IA no turismo inteligente.

Metodologia

A presente produção acadêmica utiliza-se de um método de abordagem de pesquisa qualitativa, onde visa apoiar a compreensão e interpretação dos fenômenos estudados de forma aprofundada (GUERRA et al., 2024). É uma pesquisa de natureza exploratória, pois possui como característica de melhorar a compreensão sobre a temática abordada e também encontrar novas perspectivas ou hipóteses a serem investigadas futuramente (GIL, 2002). O tipo de pesquisa utilizado para o desenvolvimento desse estudo, trata-se de dois procedimentos técnicos distintos, sendo o primeiro uma pesquisa bibliográfica que usa como base, materiais já elaborados e publicados, normalmente composto por artigos científicos e livros, e o segundo, uma pesquisa documental em que utiliza elementos que não recebem um processamento crítico e/ou ainda podem ser reformulados de acordo com os objetos da pesquisa, pois há fontes diversificadas (GIL, 2002).

Para o desenvolvimento do procedimento técnico da pesquisa bibliográfica, foi realizado uma análise bibliográfica a partir da exploração nas produções científicas, através das

bases de dados nacionais e internacionais, utilizando descritores em português e inglês. Foram utilizadas como base o Google Scholar (GS), Scopus e Web of Science (WoS), onde GS empregou apenas descritores em língua portuguesa e na língua inglesa as demais bases. No que se refere as palavras-chave, a pesquisa usou inteligência artificial e turismo inteligente, em português, e "artificial intelligence" e "smart tourism" em inglês.

A partir disso, houve a filtragem para a escolha das publicações cientificas adotadas na análise bibliográfica, no qual se deu através da avaliação dos títulos e resumos das produções acadêmicas. Considerou-se também o período das publicações, sendo definido e selecionado artigos científicos dos últimos 5 anos, portanto, pontua-se que, a busca das obras científicas se deu nos meses de setembro a dezembro de 2025, sendo definido como critério de seleção as produções entre os anos de 2020 a 2025, além dos títulos e resumos.

Quanto a pesquisa realizada nos bancos de dados, temos que na base da Scopus, foram encontrados 154 artigos científicos, seguindo pela base de dados da Web of Science onde houveram 151 artigos observados, e por fim, o Google Scholar detectou aproximadamente 14.200 publicações científicas encontradas em sua base de dados.

Diante de disso, seguindo o procedimento técnico da análise bibliográfica, a partir dos critérios utilizados para a eligibilidade (período, título e resumo), foram selecionados 39 artigos, no quais foram analisados, investigados e organizados em fichamentos, visando melhor organização e compreensão das produções já elaboradas e publicadas. Mediante a esse procedimento, foi possível a produção do referencial teórico com base nessas publicações acadêmicas.

Na etapa seguinte, foi elaborado uma análise documental que serviu como base empírica para a pesquisa. Esta análise, se deu a partir de documentos que possuem como característica terem passado por tratamento interpretativo e editorial, por se tratarem de matérias jornalísticas publicadas em plataformas on-line.

No processo de busca das matérias jornalísticas, foram utilizados o Google para a encontrar de plataformas voltadas ao turismo, e também se utilizou de sites tradicionalmente utilizados, como o Hospitality.today com foco em viagem, hospitalidade e marketing, e o site PANROTAS que é um dos principais veículos de comunicação voltado para profissionais do setor de viagens e turismo no Brasil. Sendo assim, foram selecionados sites e matérias tanto em inglês, quanto em português. Também foram selecionados os sites: Viagem e Turismo, Diário do Turismo, Mercado e Eventos, GOV (em especial na área de turismo), Voe News, A Tarde, Revista Empreende, sendo os portais nacionais. E os internacionais, sendo: Phocus Wire, Travel Weekly, World Travel & Tourism Council (WTTC) e a Forbes. Portanto, foram selecionados ao todo 13 sites distintos para a análise documental das matérias jornalísticas.

Posteriormente na análise documental, a partir dos sites selecionados, a filtragem utilizada para escolha de cada matéria jornalística se deu através da ferramenta de busca dos sites. Com isso, utilizou-se das palavras-chave inteligência artificial e turismo, e com isso, foram considerados apenas matérias que abordassem sobre a inteligência artificial no turismo, mas que também considerasse o planejamento de viagens e o impacto dessa tecnologia nas agências de viagens e nos hotéis. Foi realizado uma leitura prévia afim de compreender de maneira resumida, o conteúdo descrito nas publicações. Portanto, para o processo de escolha das matérias jornalísticas, utilizou-se das palavras-chave, do impacto

causado pela inteligência artificial em agências de viagens e hotéis, e da leitura prévia e resumida.

Após a etapa de filtragem dos conteúdos publicados, foram selecionadas o total de 60 publicações jornalísticas. As matérias foram organizadas por fichamentos destacando os principais pontos abordados, evidenciando quais são os impactos dessa tecnologia nas empresas de turístico – em especial hotéis e agências de viagens – no planejamento das viagens, e na experiência turística. Das matérias selecionadas, destaca-se que, apesar do período de tempo não ser considerado como um dos critérios de elegibilidade, poucas matérias foram utilizadas do ano de 2025, sendo em sua maioria publicações do ano de 2026. E tendo como destaque o site Hospitality.today com o maior número de matérias selecionadas, totalizando 30, seguidos pelas plataformas da PANROTAS e da Phocus Wire, com 10 e 7 publicações, respectivamente.

Resultados e Discussões

Como citado anteriormente na seção metodológica deste estudo, foram selecionadas 60 matérias jornalísticas, que passaram por uma análise prévia seguida de uma análise aprofundada de cada uma dessas publicações. A partir dessa compreensão, o estudo visou responder os objetivos gerais e específicos, em especial a caracterização do uso da inteligência artificial no turismo inteligente.
Diante disso, a partir dos fichamentos produzidos durante a leitura das matérias jornalísticas, foi realizado uma análise de conteúdo onde foram encontradas variáveis conforme era realizado a investigação. Foram selecionadas a partir do conteúdo, da relevância e da frequência dessas palavras. Desse modo, foram delimitadas 61 variáveis, tornando-as parte principal dos resultados da análise documental.

Por meio da obtenção desses dados, inicialmente identificaram-se a frequência desses termos, levando em consideração o conteúdo disponível que acompanhava cada uma delas. Nesse sentido, após a investigação inicial, o presente estudo realizou uma análise aprofundada desses termos, onde foram selecionadas e separadas em subcategorias distintas. Estabeleceu-se 4 subcategorias, sendo elas: subcategoria tecnologia, subcategoria turismo, subcategoria experiência e subcategoria gestão. Cada um desses subgrupos foram criados de acordo com o os objetivos da pesquisa e do conteúdo encontrado nos fichamentos das matérias jornalísticas.

Para compreender como cada uma desses termos foram direcionadas para determinadas subcategorias, e como a frequência, a relevância e o conteúdo das matérias ajudam na compreensão da inteligência artificial no turismo inteligente, essa análise documental discorrerá sobre as subcategorias e as variáveis.

Subcategoria Tecnologia

Iniciando pela subcategoria “Tecnologia”, subgrupo que apresentou a maior diversidade de variáveis identificadas, com 17 no total, e que de acordo com o conteúdo encontrado visou reunir termos que remetesse aos meios tecnológicos, ou de como a tecnologia impacta no turismo levando em consideração o conteúdo encontrado nas publicações.

Dentre as palavras identificadas, temos a Inteligência Artificial como principal termo encontrado, com frequência de 60 vezes. Isso se dá, pois a inteligência artificial foi um dos descritores utilizados no início das buscas das matérias jornalísticas. Diante disso, observou-se que a IA é uma tecnologia frequentemente utilizada no turismo como forma de desenvolvimento do setor, tanto para os turistas, quanto para as empresas do turismo. Considerando a uma das matérias encontradas no hospitality.today, a inteligência artificial vai além da automação, e está buscando de maneira crescente compreender o humor, a intenção e o contexto, para que assim, possam se inspirar a criar roteiros. (Hospitality.today, 2025a)

Seguidos pelas palavras Tecnologia (39), Ferramentas (38) e Plataforma (17), que obtiveram uma frequência expressiva encontrada, ao analisar essas variáveis, percebeu-se que muitas vezes ao serem citadas em jornais, possuem uma ligação entre si. Isso se dá, pois, as tecnologias são ferramentas encontradas em plataformas, que por consequência, estão também interligadas a inteligência artificial. Como exemplo disso temos a matéria de Camargo (2026), publicado pela revista Panrotas, em que demonstram que a tecnologia é o eixo no ano de 2026 que ganha força, muito devido ao uso da inteligência artificial e ferramentas digitais. De acordo com Silk (2026) em sua matéria na Travel Weekly, em que através de uma pesquisa realizada pela PhocusWire pontua que as plataformas de IA aumentaram rapidamente as buscas por viagens.

Ainda observando a frequência das palavras encontradas e selecionadas, temos os termos Integração (30) e Implementação (22). Das vezes que o termo Integração fora abordado nas produções jornalísticas, se mostrou consideravelmente relevante para o desenvolvimento do turismo através da inteligência artificial, pois encontrava-se distribuída em duas partes diferentes, sendo a primeira a integração da IA no planejamento de viagens do turista e como essa relação está se tornando mais comum, e a segunda sendo a integração dessa mesma tecnologia nos meios de hospedagem e agências de viagens, com a IA sendo integrada nas operações diárias da empresa. A Decolar anunciou o seu aplicativo no ChatGPT, onde a partir dessa integração, os usuários poderão conhecer destinos, explorar opções de vôos e organização de viagens. Combinando conversa natural, inspiração e planejamento (Teizen, 2026a). Já a implementação, parte de uma compreensão semelhante a integração, pois a implementação da IA pode ser muito vantajosa para os hóspedes também. Apesar de uma resistência, o uso de ferramentas como chatbots já vem sendo apreciada (Silva, 2024).

Buscas (12), Informações (11) e Usuários (10), com frequências semelhantes, também fazem parte da subcategoria tecnologia, pois através do meio tecnológico, muitas publicações jornalísticas mostram que os usuários constantemente estão em busca de informações através da IA para planejar e viabilizar as suas viagens. A empresa ClickBus através de sua inteligência artificial já influência em 14% das vendas, com atuação na etapa de buscas. O uso de ferramentas digitais e de IA tem transformado o processo de organização das viagens, permitindo maior personalização de roteiros e facilitando o acesso a informações sobre destinos e serviços turísticos (Simões, 2026; Brasil, 2026).

Dando continuidade na análise dessas matérias, na subcategoria tecnologia ainda foi detectado as seguintes variáveis: Tomada de Decisão (27), Assistentes Virtuais (13),

Sugestões de Opções (12), Análise de Dados (5), Automatizar Processos (10), Agentes de IA (4), Inteligente (4) e Comparação de Opções (1).

Esse último agrupamento de palavras, seguem uma mesma linha de raciocínio encontradas nas publicações jornalísticas. Os assistentes virtuais e agentes de IA, auxiliam todo o processo de desenvolvimento dessa tecnologia no turismo, respondendo dúvidas, automatizando processos e planejando viagens. Agentes de IA podem automatizar tarefas repetitivas, como monitoramento de tarifas, atualizações de conteúdo, mensagens para hóspedes e fluxos de trabalho internos. Assim como também os assistentes de IA podem influenciar a forma como os viajantes descobrem e reservam hotéis (Hospitality.today 2026a).

Ao analisar os dados, a IA contribui na tomada de decisão dos turistas e das empresas, e a partir dessa mesma análise, a IA sugere e compara opções, apresentando melhores destinos e meios de hospedagem. Hotéis que redesenham suas operações em torno da IA, podem alcançar processos mais rápidos e uma tomada de decisão mais orientada por dados. Logo, as ferramentas de viagem clássicas não conseguiam entender a demanda do cliente que pensava “quero fugir desse clima, para onde devo ir?”, portanto, a IA torna viável esse questionamento e ajuda na tomada de decisão do cliente (Hospitality.today, 2026b; Silk, 2026).

Por fim, é importante a compreensão da importância e relevância que cada umas dessas variáveis possuem na subcategoria tecnologia, pois é a partir dessas frequências encontradas que podemos analisar e categorizar as publicações jornalísticas sobre inteligência artificial no turismo inteligente.

Subcategoria Turismo

Assim como na subcategoria anterior, o termo Turismo aparece com a maior frequência, por ser a palavra-chave utilizada como descritor básico durante a etapa de busca das matérias, totalizando uma frequência de 60 vezes, equivalente as 60 publicações fichadas. Diante disso, o turismo é uma das bases centrais dessa pesquisa, que dentro desse contexto, identificou-se 13 termos distintos envolvidos dentro dessa subcategoria.

Viajantes (44), Turista (2), Agentes de Viagens (13) e Especialistas (6), fazem parte dos termos encontrados nas matérias que estavam relacionados aos atores do turismo. De acordo com os dados obtidos após a análise, é possível notar que as agências de viagens e meios de hospedagem, veem o viajante diferente do turista, visto que há uma discrepância em relação a frequência das duas variáveis. Os agentes de viagens e especialistas que são partes importantes para o turismo acontecer, por vezes rivalizam com a inteligência artificial, mas também utilizam a tecnologia como apoio para o desenvolvimento do turismo, assim como encontrado nas matérias da Hospitality.today (2025a) e Teizen (2026b), a IA reduz atrasos, melhora a continuidade do contexto e fornece aos agentes humanos informações em tempo real para oferecer um serviço mais rápido e empático. Assim como também a combinação da IA com o atendimento humano permite que a tecnologia atue nas etapas iniciais, e que a parte mais complexa fica por parte dos especialistas.

Seguindo a análise dos termos encontradas nessa subcategoria, temos Planejamento de Viagens (43), Itinerários (5) e Orientação (1), que aparecem como elementos para a

organização de viagens. Fato é que o Planejamento de Viagens é uma das principais características da IA quanto relacionada com o turismo. A sua frequência encontrada nas matérias jornalísticas, corrobora com a afirmação do quão importante é a IA no turismo.

Segundo a matéria da Hospitality.today (2026c), a IA agora é amplamente utilizada na fase de descoberta, tornando o planejamento de viagens mais rápido e personalizado. Além disso, agências de viagens e meios de hospedagem utilizam da IA para buscar maneiras de simplificar o planejamento de viagens para torná-lo mais simples, inteligente e personalizado (Hines, 2026). A orientação aparece como uma maneira de direcionar os agentes quanto as escolhas mais relevantes ao utilizarem a IA para criar os melhores itinerários para os viajantes.

Os termos Reservas (31) e Vendas de Passagens (1) são associados aos meios de hospedagem e as agências de viagens, e ambas estão ligadas a contratação de serviços do setor do turismo. A IA está redesenhando o setor de turismo, especialmente na forma como as viagens são planejadas e executadas. O destaque é a evolução dos chatbots para agentes de IA mais autônomos, capazes de realizar tarefas completas como pesquisar opções, comparar preços e até fazer reservas (Marr, 2026).

Jornada de Viagem (11), Tipos de Viagens (1) e Tendência (9) são outras variáveis que compõe a subcategoria turismo, e que são abordadas pelas publicações como parte importante no desenvolvimento turístico. O uso da inteligência artificial está se consolidando como um elemento central no setor de turismo, deixando de ser apenas uma tendência para se tornar parte estrutural das operações. A IA está redefinindo toda a jornada do viajante, influenciando desde o momento da inspiração até o período pós-viagem, impactando no tipo de viagem e na jornada de viagem (Revista Empreende, 2026).

De modo geral, as variáveis identificadas e selecionadas para a subcategoria turismo, mostram como as matérias jornalísticas associam o turismo em suas publicações, e como esses termos unidos em um só grupo, fazem parte uma mesma linha de raciocínio capaz de auxiliar no desenvolvimento do turismo inteligente.

Subcategoria Experiência

Essa subcategoria traz as variáveis encontradas nas matérias jornalísticas que impactam diretamente na experiência do turista ao utilizar da inteligência artificial no turismo inteligente, e trazem consigo a importância e relevância para uma maior compreensão dos conteúdos produzidos, e também de como esses termos estão correlacionados entre si, seguindo uma mesma linha de desenvolvimento.

Identificou-se nesta subcategoria um dos termos que também fazem parte de uma das principais características da inteligência artificial no turismo inteligente. A Personalização (43) é junto ao planejamento de viagens uma das principais qualidades da inteligência artificial, tanto que o seu número expressivo de vezes encontradas exemplifica isso. Tanto que para Camargo (2026), o avanço tecnológico está diretamente ligado à personalização, que se consolida como diferencial competitivo. O viajante busca experiências sob medida, construídas com inteligência, seleção personalizada e familiaridade com o produto.

A Experiência (46) traz uma frequência bastante expressiva, onde muitas vezes é encontrada a personalização, pois as viagens estão cada vez mais complexas, onde muitos viajantes querem experiências exclusivas e personalizadas. Os termos Atendimento (9) e Atendimento Humano (5), são encontrados e analisados de formas distintas. O atendimento de forma online e o atendimento mais tradicional (humano). Ambos sendo associados a Relação com os Clientes (2) que é mais um dos termos que englobam a subcategoria experiência. Todos esses termos fazem parte dessa interação do serviço turísticos e da tecnologia com o turista.

Ainda nesse sentido, Tirar Dúvidas (2), Acompanhamento (1) e Fidelização (10) constatam a importância da IA na experiência turística, pois a partir do esclarecimento de dúvidas e do acompanhamento, é esperado que o processo de fidelização do cliente seja construído e estabelecido. Para Echioglo (2026), ao posicionar a IA no centro, a plataforma fideliza os usuários, aumenta a produtividade dos agentes e melhora as taxas de conversão.

Seguindo as variáveis detectadas nessa subcategoria, destacam-se também a Privacidade (3), Confiança (12), Expectativas (5) e Falta de Familiaridade (1). Termos que são encontrados nas matérias como uma percepção do turista ao utilizar a IA. A falta de familiaridade especialmente com a tecnologia é um dos motivos para qual os turistas ainda resistem ao uso da IA, logo, é possível relacionar que devido à preocupação com a privacidade, expectativas de qualidade do serviço e a necessidade de interação humana, permanecem fatores importantes na implementação de serviços e na confiança dos hóspedes baseados em IA. (Hospitality.today, 2026d; Viagem e Turismo, 2026). A privacidade afeta diretamente na confiança dos turistas na utilização dessa tecnologia, então a falta dela pode ocasionar na rejeição dos viajantes.

Somando a isso, ainda temos os termos Identificação de Preferências (6), Influência (5) e Métodos Tradicionais (1). A inteligência artificial assim como ajuda na personalização, também auxilia na identificação de preferências dos turistas, podendo influenciar nas vendas das empresas do setor turístico. Mesmo com essa influência, a reputação das marcas ainda prevalece na decisão final, pois mesmo com a utilização da IA de forma crescente, ainda não conseguiu substituir os métodos tradicionais (Simões, 2026; Viagem e Turismo, 2026).

Subcategoria Gestão

Na última subcategoria, encontrou-se nas matérias jornalísticas termos voltados a gestão, visto que, foram utilizados como prioridade as publicações que abordassem meios de hospedagem e agências de viagens. Logo, observou-se como esses termos estão relacionadas a gestão do turismo por parte das empresas ao utilizar da inteligência artificial, e a relevância desses termos para a categorização das publicações no turismo inteligente.

Inicialmente, as variáveis Processos (21), Operacional (21), Estratégia (13), Tarefas Administrativas (3) e Simplificação (5) para as publicações, observou-se que a tecnologia reduz processos repetitivos, aumenta a produtividade e libera as equipes para atividades mais estratégicas (Ponte, 2026). Muitas empresas utilizam a IA como um meio de facilitar a parte operacional da sua empresa. Silva (2024) afirma que a IA pode

otimizar operações importantes em um hotel, como a realização de reservas, controle do número de hóspedes e até mesmo, em alguns casos, a feitura do check-in.

Ainda nesse sentido, a tecnologia não substitui a necessidade das viagens presenciais, mas ela simplifica a gestão, aumenta a eficiência e assegura que as viagens corporativas sejam decisões estratégicas e não operacionais. É importante pontuar também que o uso atual da IA concentra-se na geração de conteúdo, no atendimento ao cliente e nas tarefas administrativas (Nogueira, 2025; Hospitality.today, 2026e).

Em seguida, temos os termos Aumento da Eficiência (12), Otimização (8), Redução de Custos (3) e Benefícios (8), que foram selecionados como parte dessa subcategoria por serem parte importante do desenvolvimento das empresas quanto a utilização da IA. Sendo a IA uma ferramenta que otimiza o atendimento ao cliente, automatizando tarefas rotineiras e aumentando a produtividade da equipe (Hospitality.today, 2026d).

Ao incorporar a IA em processos comerciais, operacionais e voltados para o hóspede, os hotéis podem otimizar fluxos de trabalho, e essa otimização impulsionada por IA acelera a redução de empregos em todo o setor de viagens, onde a tecnologia é um fator de redução de custos e otimização organizacional (Hospitality.today, 2026b; Hospitality.today, 2025b). Um dos benefícios que a IA pode trazer para as agências de viagem e/ou meios de hospedagem, é a transformação dos programas de fidelidade de hotéis, possibilitando benefícios altamente personalizados e específicos para cada hóspede (Hospitality.today, 2026f).

O Investimento (2) é um dos termos detectados pelas matérias que vem sendo cada vez mais utilizado pelas empresas quando se trata da implementação da IA. Os Ganhos Financeiros (3) são consequência desses investimentos, que voltam para as empresas. Já o Diferencial Competitivo (2) parte da abordagem de que a IA pode ser um diferencial frente aos concorrentes, assim como afirma o vice-presidente de consultoria da Visa no Brasil, em matéria da autora Vale (2026), em que o executivo destaca que a IA pode ser usada como diferencial. Parceria (1) é o termo para quando empresas do meio do turismo formam uma parceria que impulsiona a tecnologia da inteligência artificial.

Por fim, a Segurança de Dados (4) é uma das principais barreiras e preocupações dos turistas, logo, passa ser uma preocupação para as empresas, visto que precisam garantir essa segurança nos dados, e com isso, não deixar que essa preocupação não com a segurança de dados não retarde a implementação dessa tecnologia em larga escala. (Hospitality.today, 2026g).

O termo Impactos (8) abordados e encontrados nas matérias, mostram a IA impactando de forma negativa e positiva, sendo a maior dependência de fornecedores tecnológicos, as necessidades de integração entre sistemas, as possibilidades de automação mais ampla das operações, e a escolha da plataforma poderá influenciar a competitividade futura do hotel (Hospitality.today, 2026h).

Problemas (7) estão relacionados a como o uso da IA causa e resolve problemas. Encontrando-se uma resistência por parte dos turistas que os principais problemas apontados por usuários na pesquisa de viagem com IA são os horários e preços desatualizados; links que não funcionam; atrações indicadas como abertas quando estão fechadas; atividades que sequer existem (Viagem e Turismo, 2026). E observando pelo

lado da resolução dos problemas, a matéria da Hospitality.today (2025a), traz que os sistemas de automação inteligente irão analisar os vôos para que possam resolver possíveis problemas como clima e eventos, podendo remarcar as passagens áreas ante mesmo que o cliente pudesse reparar em tais possíveis empecilhos.

Em suma, através da frequência dos termos encontrados nessa subcategoria gestão, analisando os conteúdos obtidos através dos fichamentos, evidencia-se que há relevância das variáveis para a caracterização das publicações em relação da IA com o turismo inteligente.

Conclusão

Esse estudo objetivou caracterizar o uso da inteligência artificial no turismo inteligente, e através da pesquisa bibliográfica e da análise documental, discutir os avanços e lacunas da pesquisa brasileira e internacional do uso da IA no turismo inteligente. Como por meio dessa mesma metodologia, identificar o uso da IA no impacto da experiência turística e categorizar as publicações a respeito da IA no turismo inteligente.

No que se refere as subcategorias, destaca-se a importância da distribuição das variáveis em cada uma das subcategorias. Diante de tal organização, tornou-se possível categorizar através dos obtidos na análise documental, a frequência, conteúdo e relevância dos termos encontrados.

Em especial, verifica-se Tecnologia, Viajantes, Planejamento de Viagens, Personalização, Experiência, juntamente com Inteligência Artificial e Turismo – utilizados como descritores base – são as principais variáveis encontradas nas matérias jornalísticas, tornando evidente as principais características da IA quando relacionada ao turismo inteligente.

Uma limitação da pesquisa foi a utilização de apenas três bancos de dados para a pesquisa bibliográfica, além da pouca variedade de sites jornalísticos, visto que em grande metade das publicações foram retiradas de apenas um portal de notícias. Deste modo, recomenda-se para pesquisas futuras a ampliação das bases teóricas e jornalísticas, como também a possibilidade focar exclusivamente em uma das quatros subcategorias.

Referências

AGENTIC AI moves from pilots to scale in hospitality. **Hospitality.today**, 11 fev. 2026a. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/agentic-ai-moves-from-pilots-to-scale-in-hospitality
AI is turning into a platform decision for hotels. **Hospitality.today**, 12 maio 2026h.

Disponível em: https://www.hospitality.today/article/ai-is-turning-into-a-platform-decision-for-hotels

AI reshapes how travelers discover hotels in APAC. **Hospitality.today**, 28 abr. 2026c. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/ai-reshapes-how-travelers-discover-hotels-in-apac

AI reshapes travel employment. **Hospitality.today**, 9 dez. 2025b. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/ai-reshapes-travel-employment

ALIYAH, A. et al. Examining the impact of artificial intelligence and Internet of Things on smart tourism destinations: a comprehensive study. **Aptisi Transactions on Technopreneurship**, v. 5, n. 2sp, p. 12–22, 2023. DOI: https://doi.org/10.34306/att.v5i2sp.332

BINGÖL, Serhat; YANG, Yang. Integrating smart technologies and artificial intelligence to build smart tourism destination ecosystems: a model for smart destination management. **Tourism Management Perspectives**, v. 58, p. 101380, 2025. DOI: https://doi.org/10.1016/j.tmp.2025.101380

BRASIL. Ministério do Turismo. Revista Tendências do Turismo chega à sétima edição e traz análises e perspectivas do setor para 2026. **Ministério do Turismo**, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/revista-tendencias-do-turismo-chega-a-setima-edicao-e-traz-analises-e-perspectivas-do-setor-para-2026

BUHALIS, D.; SINARTA, Y. Real-time co-creation and nowness service: lessons from tourism and hospitality. **Journal of Travel & Tourism Marketing**, v. 36, n. 5, p. 563–582, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/10548408.2019.1592059

CAMARGO, Fabiano. 2026 no radar do agente de viagens: dados, planejamento e decisões mais inteligentes. **Espaço Braztoa – Blogosfera PANROTAS**, 28 jan. 2026. Disponível em: https://blog.panrotas.com.br/espaco-braztoa/

ENCHIOGLO, Laura. Bedsonline, do HBX Group, passa por melhorias com inteligência artificial. **PANROTAS**, 12 mar. 2026. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/tecnologia/2026/03/bedsonline-do-hxb-group-passa-por-melhorias-com-inteligencia-artificial_226664.html

ERDŐS, Ferenc; THINAKARAN, Rajermani; FIRUZA, Bayboboeva; KOLOSZÁR, László. The rise of AI in tourism: a systematic literature review. **GeoJournal of Tourism and Geosites**, Oradea, v. 60, n. 2, supl., p. 1254–1265, 2025. DOI: https://doi.org/10.30892/gtg.602spl22-1498

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GUERRA, A. de L. e R. et al. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, São José dos Pinhais, v. 15, n. 7, p. 1–15, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.4019.

HBX GROUP report points to AI adoption gap in travel distribution. **Hospitality.today**, 18 maio 2026e. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/hbx-group-report-points-to-ai-adoption-gap-in-travel-distribution

HINES, Morgan. Tripadvisor demos AI planning tool. **PhocusWire**, 26 mar. 2026. Disponível em: https://www.phocuswire.com/news/technology/tripadvisor-ai-travel-planning-tool

HOTEL loyalty shifts toward AI-driven personalization. **Hospitality.today**, 14 abr. 2026f. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/hotel-loyalty-shifts-toward-ai-driven-personalization

HOW AI is reimagining travel beyond efficiency. **Hospitality.today**, 17 nov. 2025a. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/how-ai-is-reimagining-travel-beyond-efficiency

MARR, Bernard. O futuro das viagens: IA, chatbots, realidade virtual e agentes. **Forbes Brasil**, 11 jan. 2026. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-tech/2026/01/o-futuro-das-viagens-ia-chatbots-realidade-virtual-e-agentes/

MARRIOTT ramps up AI investment to modernize hotel technology. **Hospitality.today**, 20 fev. 2026d. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/marriott-ramps-up-ai-investment-to-modernize-hotel-technology

NOGUEIRA, Luana. As tendências do setor de viagens e eventos corporativos para 2026. **Espaço Alagev – Blog PANROTAS**, 2 dez. 2025. Disponível em: https://blog.panrotas.com.br/espaco-alagev/2025/12/02/as-tendencias-do-setor-de-viagens-e-eventos-corporativos-para-2026/

PONTE, Moisés. Dados e IA ganham protagonismo na gestão de destinos turísticos. **VOENEWS**, 6 maio 2026. Disponível em: https://voenews.com.br/dados-e-ia-ganham-protagonismo-na-gestao-de-destinos-turisticos/

REDAÇÃO VIAGEM E TURISMO. 50% dos viajantes não usam IA para planejar viagens por medo de erros. **Viagem e Turismo**, 10 mar. 2026. Disponível em: https://viagemeturismo.abril.com.br/manual-do-viajante/50-dos-viajantes-nao-usam-ia-para-planejar-viagens-por-medo-de-erros/.

SEQUEIRA, Romeu; MOTA, Miguel; CABO, Isabel; GUEDES, Damiana; LOPES, Pedro; AZEVEDO, Daniel. A transformação digital do património cultural no Douro: impacto na atratividade turística. **Millenium – Journal of Education, Technologies, and Health**, v. 2, ed. esp. n. 19, e41110, 2025. DOI: https://doi.org/10.29352/mill0219e.41110

SILK, Robert. AI tools are changing how travelers research vacation options. **Travel Weekly**, 13 abr. 2026. Disponível em: https://www.travelweekly.com/travel-news/travel-technology/ai-tools-changing-how-travelers-research-vacation-options

SILVA, Clara. Inteligência artificial na indústria hoteleira: quais os impactos? **Diário do Turismo**, 22 maio 2024. Disponível em: https://diariodoturismo.com.br/inteligencia-artificial-na-industria-hoteleira-quais-os-impactos/

SIMÕES, Luiz Felipe. ClickBus: inteligência artificial já influencia 14% das vendas de passagens rodoviárias. **PANROTAS**, 27 mar. 2026. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/pesquisas-e-estatisticas/2026/03/clickbus-inteligencia-artificial-ja-influencia-14-das-vendas-de-passagens-rodoviarias_227117.html

SOARES, Ralyson Adyson Marques da Costa; ALBUQUERQUE, Thyago Velozo de; MENDES-FILHO, Luiz; ALEXANDRE, Mauro Lemuel. Revisão sistemática da produção científica brasileira sobre turismo e tecnologia da informação e comunicação (TICs). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 16, e-2629, 2022. DOI: https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2629

TEIZEN, Beatrice. Decolar integra app ao ChatGPT para busca e planejamento de viagens. **PANROTAS**, 29 abr. 2026a. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/agencias-de-viagens/mercado/2026/04/decolar-integra-app-ao-chatgpt-para-busca-e-planejamento-de-viagens_228109.html

TEIZEN, Beatrice. IA da Decolar ganha escala e impacta 30% do planejamento de viagens. **PANROTAS**, 6 abr. 2026b. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/agencias-de-viagens/mercado/2026/04/ia-da-decolar-ganha-escala-e-impacta-30-do-planejamento-de-viagens_227352.html

THE rise of the AI-first hotel. **Hospitality.today**, 10 mar. 2026b. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/the-rise-of-the-ai-first-hotel.

TRAVEL AI spending remains pilot-led, not transformational. **Hospitality.today**, 3

mar. 2026g. Disponível em: https://www.hospitality.today/article/travel-ai-spending-remains-pilot-led-not-transformational.

USO de IA avança no turismo e redefine a jornada do viajante. **Revista Empreende**, 2 mar. 2026. Disponível em: https://revistaempreende.com.br/uso-de-ia-avanca-no-turismo-e-redefine-a-jornada-do-viajante/

VALE, Beatriz do. Visa aposta em inteligência artificial e dados para personalizar viagens no turismo. **Mercado & Eventos**, 14 abr. 2026. Disponível em: https://www.mercadoeeventos.com.br/feiras-e-eventos/visa-aposta-em-inteligencia-artificial-e-dados-para-personalizar-viagens-no-turismo/

WANG, Wei; KUMAR, Neeraj; CHEN, Junxin; GONG, Zhiguo; KONG, Xiangjie; WEI, Wei; GAO, Honghao. Realizing the potential of the Internet of Things for smart tourism with 5G and AI. **IEEE Network**, v. 34, n. 6, p. 295–301, nov./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.1109/MNET.011.2000250

CÓDIGO: HS0321

AUTOR: LUCIANA GOUVEIA MACHADO

COAUTOR: DIOGO DE MENEZES CORTES BEZERRA

ORIENTADOR: JOAO FLORENCIO DA COSTA JUNIOR

TÍTULO: Análise do Ecossistema de Internacionalização do Rio Grande do Norte: Interações Institucionais e Desafios Sistêmicos

Resumo

Este estudo analisa como as funções institucionais dos membros do Comitê Consultivo do Programa de Qualificação para Exportação do Rio Grande do Norte são distribuídas e articuladas em um ecossistema regional de internacionalização. Adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso documental. Foram analisados vinte documentos oficiais públicos das organizações integrantes do comitê, utilizando análise temática para identificar funções institucionais, relações de complementaridade e mecanismos de coordenação. Os resultados evidenciam uma estrutura baseada na distribuição de competências relacionadas à capacitação, inovação, financiamento, infraestrutura, pesquisa, inteligência de mercado, promoção comercial e apoio empresarial. Também foram identificadas evidências de coordenação exercida por um ator estratégico do ecossistema. Com base nesses achados, propõe-se uma Arquitetura Funcional de Ecossistemas de Internacionalização, capaz de representar a articulação entre funções distribuídas e coordenação institucional. Conclui-se que a análise funcional amplia a compreensão da governança de ecossistemas e oferece subsídios para o planejamento e fortalecimento de iniciativas de apoio à internacionalização empresarial.

Palavras-chave: Internacionalização. Ecossistemas. Governança. Funções institucionais.

TITLE: Analysis of the Internationalization Ecosystem of Rio Grande do Norte: Institutional Interactions and Systemic Challenges

Abstract

This study analyzes how the institutional functions of the members of the Consultative Committee of the Export Qualification Program in Rio Grande do Norte are distributed and articulated within a regional internationalization ecosystem. It adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach through a documentary case study. Twenty official public documents from the organizations participating in the committee were analyzed using thematic analysis to identify institutional functions, complementary relationships, and coordination mechanisms. The results reveal a structure based on distributed competencies related to training, innovation, financing, infrastructure, research, market intelligence, trade promotion, and business support. Evidence of coordination performed by a strategic ecosystem actor was also identified. Based on these findings, a Functional Architecture of Internationalization Ecosystems is proposed to represent the articulation between distributed functions and institutional coordination. The study concludes that functional analysis broadens the understanding of ecosystem governance and provides insights for planning and strengthening initiatives that support business internationalization.

Keywords: Internationalization. Ecosystems. Governance. Institutional functions

Introdução

A internacionalização constitui um importante mecanismo para ampliar a competitividade empresarial, favorecer o acesso a novos mercados e estimular processos de inovação e desenvolvimento econômico. Entretanto, a crescente complexidade dos mercados internacionais evidencia que esse processo não depende exclusivamente das capacidades internas das empresas, mas também das relações estabelecidas com instituições capazes de fornecer conhecimento, financiamento, infraestrutura, apoio tecnológico, inteligência de mercado e articulação institucional.

Nesse contexto, a abordagem de ecossistemas amplia a compreensão da internacionalização ao deslocar o foco das organizações isoladas para as relações de interdependência entre diferentes atores. Um ecossistema caracteriza-se pela presença de organizações que ocupam posições específicas, desempenham atividades especializadas e estabelecem relações de complementaridade em torno de uma proposta coletiva de valor (Adner, 2017; Jacobides et al., 2018). Aplicada à internacionalização, essa perspectiva permite compreender como empresas, governos, universidades, instituições financeiras e organizações de apoio combinam recursos e competências para favorecer a inserção em mercados internacionais.

O Internationalization Ecosystem Framework (INT-E) contribui para essa discussão ao integrar quatro domínios relacionados à internacionalização: ecossistemas de negócios, empreendedores, de inovação e de plataformas (Costa Júnior et al., 2024). Entretanto, compreender a composição de um ecossistema não é suficiente para explicar seu funcionamento. Torna-se necessário analisar quais funções são desempenhadas pelas instituições, como essas funções se complementam e quais mecanismos possibilitam sua coordenação.

Essa questão é particularmente relevante em ecossistemas regionais, nos quais organizações públicas, privadas, acadêmicas e financeiras atuam conjuntamente. Embora a literatura tenha avançado na identificação dos atores envolvidos nesses ambientes, permanece espaço para aprofundar a compreensão sobre a distribuição e a articulação de suas funções institucionais. A governança, nesse sentido, depende não apenas da presença dos atores, mas da coordenação de atividades, competências e relações estabelecidas para alcançar objetivos compartilhados.

O Comitê Consultivo do Programa de Qualificação para Exportação do Rio Grande do Norte constitui um contexto adequado para investigar esse fenômeno, por reunir instituições com competências distintas que atuam de forma colaborativa no apoio à internacionalização empresarial.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar como as funções institucionais desempenhadas pelos membros do Comitê Consultivo são distribuídas e articuladas no ecossistema regional de internacionalização. A partir das evidências identificadas, busca-se ainda propor uma arquitetura funcional capaz de representar as relações entre funções institucionais distribuídas, complementaridade e mecanismos de coordenação, contribuindo para a compreensão da governança em ecossistemas de internacionalização.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso único. A unidade de análise corresponde ao Comitê Consultivo do Programa de Qualificação para Exportação do Rio Grande do Norte, selecionado por reunir instituições públicas, privadas, acadêmicas e financeiras que atuam de forma articulada no apoio à internacionalização empresarial. Essa configuração possibilita investigar como diferentes organizações distribuem competências e estabelecem relações de complementaridade em um ecossistema regional de internacionalização.

A pesquisa foi conduzida por meio de análise documental. Foram analisados vinte documentos oficiais públicos disponibilizados pelas instituições integrantes do Comitê Consultivo, incluindo páginas institucionais, regulamentos, relatórios, planos estratégicos e outros materiais que descrevem suas competências, objetivos, programas e áreas de atuação. A utilização de fontes institucionais buscou assegurar que a caracterização das funções estivesse fundamentada em informações oficiais e verificáveis.

A análise documental foi organizada em três etapas. Inicialmente, foram identificadas as instituições participantes do Comitê Consultivo e levantados os respectivos documentos oficiais. Em seguida, realizou-se a leitura integral do material selecionado, buscando evidências relacionadas às atividades, competências, responsabilidades e serviços desenvolvidos por cada organização. Na terceira etapa, os dados foram submetidos à análise temática, possibilitando o agrupamento de informações semelhantes e a identificação de padrões recorrentes de atuação institucional.

A codificação dos documentos foi orientada pelas categorias propostas no Internationalization Ecosystem Framework (INT-E), adotado como referência teórica da pesquisa. As evidências foram inicialmente classificadas segundo os domínios do ecossistema e posteriormente refinadas para representar as funções institucionais desempenhadas pelas organizações. Esse procedimento permitiu analisar diferentes instituições sob critérios comuns e identificar relações de complementaridade funcional.

Após a codificação, as categorias foram consolidadas mediante comparação das funções atribuídas às diferentes instituições. O procedimento permitiu identificar convergências, sobreposições e especializações institucionais, bem como padrões de coordenação entre os atores. A partir dessa sistematização, foram relacionadas as organizações às funções identificadas durante a análise temática, constituindo a base empírica para a construção da representação funcional do ecossistema e para a discussão das relações entre coordenação, complementaridade institucional e distribuição de competências.

Por utilizar exclusivamente documentos públicos e informações institucionais de acesso aberto, a pesquisa não envolveu coleta de dados pessoais nem interação direta com participantes humanos. Essa versão preserva praticamente todo o procedimento metodológico relevante do artigo original, inclusive as três etapas, a utilização do INT-E na codificação e a consolidação posterior das categorias.

Resultados e Discussões

O Comitê Consultivo do Programa de Qualificação para Exportação do Rio Grande do Norte configura-se como um ecossistema regional de internacionalização constituído por instituições públicas, privadas, acadêmicas e financeiras que atuam de forma colaborativa no apoio às empresas em diferentes etapas de sua inserção internacional. A heterogeneidade observada evidencia que o processo de internacionalização mobiliza competências relacionadas à geração de conhecimento, infraestrutura, financiamento, inovação, inteligência de mercado, capacitação e articulação institucional.

A análise documental identificou organizações com diferentes especializações, incluindo instituições de ensino e pesquisa, entidades de representação empresarial, agências governamentais, instituições financeiras e organizações voltadas à promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico. Embora mantenham autonomia institucional, suas atividades convergem para o objetivo de ampliar as capacidades das empresas para acessar e permanecer em mercados internacionais. Esse resultado reforça a compreensão de ecossistemas como configurações de atores interdependentes, cujas atividades e posições se articulam em torno de uma proposta coletiva de valor (Adner, 2017; Jacobides et al., 2018).

A configuração encontrada também apresenta aderência ao Internationalization Ecosystem Framework (INT-E), segundo o qual a internacionalização resulta da interação entre diferentes domínios institucionais relacionados aos ecossistemas de negócios, empreendedores, de inovação e de plataformas (Costa Júnior et al., 2024). Os resultados demonstram que determinadas organizações contribuem simultaneamente para mais de um desses domínios, indicando que a natureza institucional do ator,

isoladamente, não determina sua contribuição para o ecossistema. Uma universidade, instituição financeira ou entidade empresarial pode exercer diferentes funções conforme suas competências e sua posição nas relações estabelecidas com os demais participantes.

Essa constatação desloca a análise da simples composição do ecossistema para sua organização funcional. A literatura destaca que ecossistemas não correspondem apenas a redes ou agrupamentos de organizações, mas a estruturas nas quais atores, atividades, posições e relações de complementaridade se combinam para produzir resultados coletivos (Adner, 2017; Jacobides et al., 2018). No caso analisado, o valor do ecossistema decorre menos da quantidade ou da natureza formal das instituições participantes e mais da forma como suas competências se complementam.

A análise temática permitiu identificar funções relacionadas principalmente à capacitação empresarial, desenvolvimento tecnológico, inovação, pesquisa, acesso ao crédito, promoção comercial, inteligência de mercado, infraestrutura, apoio institucional e articulação entre organizações. Essas funções encontram-se distribuídas entre diferentes participantes, de modo que organizações pertencentes a setores institucionais distintos podem desempenhar funções semelhantes, enquanto instituições de mesma natureza podem assumir responsabilidades diferentes.

Essa distribuição demonstra que a caracterização dos participantes apenas como universidade, governo, empresa, instituição financeira ou entidade de apoio não é suficiente para explicar o funcionamento do ecossistema. Torna-se necessário distinguir o ator institucional das atividades que executa e das funções que efetivamente desempenha. Essa perspectiva está alinhada à literatura sobre ecossistemas, segundo a qual diferentes organizações podem assumir múltiplas funções e estabelecer relações de complementaridade a partir das capacidades mobilizadas para a geração coletiva de valor.

A complementaridade funcional mostrou-se, portanto, elemento relevante da configuração investigada. Instituições de pesquisa e ensino contribuem com conhecimento, formação e desenvolvimento tecnológico; instituições financeiras disponibilizam mecanismos de crédito e financiamento; entidades governamentais e organizações de apoio atuam na formulação ou operacionalização de iniciativas de internacionalização; e entidades empresariais contribuem com capacitação, articulação e inteligência de mercado. Essas competências não precisam estar concentradas em uma única organização, pois sua integração possibilita atender diferentes necessidades das empresas ao longo do processo de internacionalização.

Além da distribuição funcional, foram identificadas evidências de mecanismos responsáveis por coordenar as competências presentes no ecossistema. Apesar da autonomia administrativa e operacional das organizações, observa-se a atuação de uma instituição em posição estratégica de articulação das atividades coletivas, promovendo integração entre os diferentes participantes.

Esse comportamento aproxima-se do conceito de Pivotal Helix, segundo o qual uma organização pode desempenhar funções de integração, alinhamento e coordenação sem exercer controle hierárquico sobre os demais participantes. Nessa configuração, a organização pivotal não substitui as competências das outras instituições nem centraliza necessariamente suas decisões. Sua contribuição reside em conectar atores e

capacidades, favorecer a circulação de informações e promover alinhamento em torno dos objetivos coletivos (Costa Júnior, Calazans e Araújo, 2024).

Os resultados indicam, assim, que a governança do ecossistema investigado combina dois movimentos complementares: especialização e distribuição das funções entre diferentes organizações e existência de mecanismos capazes de promover sua articulação. A especialização permite mobilizar competências específicas, enquanto a coordenação contribui para integrar essas capacidades, reduzir fragmentações e favorecer uma atuação coletiva no apoio à internacionalização empresarial.

Essa interpretação amplia a compreensão da governança para além de estruturas hierárquicas tradicionais. Conforme discutido por Adner (2017) e Jacobides et al. (2018), a geração de valor em ecossistemas depende da configuração das atividades e das relações estabelecidas entre atores interdependentes. No caso analisado, a autonomia das instituições coexiste com a necessidade de coordenação, evidenciando uma estrutura na qual diferentes organizações permanecem responsáveis por suas competências específicas, mas participam de um arranjo orientado por objetivos compartilhados.

A análise das funções e dos mecanismos de coordenação permitiu identificar um padrão de organização que ultrapassa a caracterização individual das instituições participantes. As evidências demonstram que competências especializadas são distribuídas entre diferentes organizações e, quando articuladas por mecanismos de coordenação, sustentam coletivamente o processo de internacionalização. A partir desse padrão, propõe-se a Arquitetura Funcional de Ecossistemas de Internacionalização.

A arquitetura proposta pode ser compreendida como uma representação da distribuição das funções institucionais necessárias ao funcionamento do ecossistema e das relações de articulação estabelecidas entre elas. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente na identificação dos atores, a proposta enfatiza como competências especializadas são organizadas e integradas para produzir uma proposta coletiva de valor.

A Arquitetura Funcional estrutura-se em dois componentes principais. O primeiro corresponde à Coordenação Pivotal, responsável pela articulação institucional, pelo alinhamento estratégico e pela integração das atividades desenvolvidas no ecossistema. O segundo corresponde às Funções Institucionais Distribuídas, exercidas pelas diferentes organizações e relacionadas, entre outras dimensões, à capacitação, inovação, financiamento, infraestrutura, inteligência de mercado, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, promoção comercial e apoio empresarial.

A relação entre esses componentes permite representar o ecossistema não apenas a partir de “quem participa”, mas principalmente a partir de “quem faz o quê” e “como essas contribuições são articuladas”. Essa mudança de perspectiva constitui um dos principais resultados da pesquisa, pois permite identificar especializações, complementaridades, possíveis sobreposições e lacunas na distribuição das funções institucionais.

A Arquitetura Funcional também amplia a aplicação do INT-E ao acrescentar uma perspectiva funcional à representação dos domínios do ecossistema. Enquanto o

framework possibilita compreender diferentes dimensões que participam do processo de internacionalização, a arquitetura proposta concentra-se na distribuição das competências entre as organizações e nos mecanismos utilizados para integrá-las. Dessa maneira, as duas perspectivas podem ser utilizadas de forma complementar para analisar a estrutura e a governança de ecossistemas de internacionalização.

Do ponto de vista teórico, os resultados contribuem para deslocar a análise da identificação dos participantes para a compreensão das funções institucionais e das relações de complementaridade e coordenação. Do ponto de vista prático, essa representação pode auxiliar gestores públicos, organizações de apoio empresarial e demais participantes de programas de internacionalização a identificar competências disponíveis, sobreposições institucionais e funções insuficientemente contempladas no ecossistema.

Assim, os resultados sugerem que a capacidade de um ecossistema regional de apoiar a internacionalização empresarial está associada não apenas à existência de organizações especializadas, mas à forma como suas competências são distribuídas e coordenadas. A combinação entre funções institucionais distribuídas e coordenação constitui, portanto, elemento central para compreender a governança do ecossistema investigado e fundamenta a proposição da Arquitetura Funcional de Ecossistemas de Internacionalização.

Conclusão

Este estudo analisou como as funções institucionais desempenhadas pelos membros do Comitê Consultivo do Programa de Qualificação para Exportação do Rio Grande do Norte são distribuídas e articuladas em um ecossistema regional de internacionalização. Os resultados evidenciaram uma configuração caracterizada pela diversidade institucional, pela distribuição de competências especializadas e pela complementaridade entre organizações públicas, privadas, acadêmicas e financeiras.

Foram identificadas funções relacionadas à capacitação empresarial, inovação, financiamento, promoção comercial, inteligência de mercado, infraestrutura, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e articulação institucional. A análise demonstrou que essas competências não se concentram em um único ator, mas são distribuídas entre diferentes organizações, reforçando que a capacidade coletiva de apoio à internacionalização depende da complementaridade funcional entre os participantes.

Também foram identificadas evidências de um mecanismo de coordenação compatível com os pressupostos da Coordenação Pivotal, responsável por promover articulação institucional, alinhamento e integração entre competências distribuídas. Assim, os resultados indicam que a governança do ecossistema resulta da combinação entre especialização funcional e capacidade de coordenação entre seus participantes.

A principal contribuição do estudo consiste na proposição da Arquitetura Funcional de Ecossistemas de Internacionalização, estruturada a partir da relação entre Coordenação

Pivotal e Funções Institucionais Distribuídas. A proposta desloca a análise da simples identificação dos atores para a compreensão das funções que desempenham e de como suas competências são articuladas, oferecendo uma perspectiva complementar para a análise da governança de ecossistemas de internacionalização.

Em termos práticos, a arquitetura pode apoiar gestores públicos, instituições de apoio empresarial e organizações envolvidas em programas de internacionalização na identificação de competências, complementaridades, sobreposições e lacunas funcionais, contribuindo para o planejamento e fortalecimento das iniciativas de apoio à inserção internacional das empresas.

Referências

ADNER, R. Ecosystem as structure: An actionable construct for strategy. Journal of Management, Thousand Oaks, v. 43, n. 1, p. 39-58, 2017. Disponível em:https://doi.org/10.1177/0149206316678451. Acesso em: 8 ago. 2026.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. Qualitative Research Journal, Bingley, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponível em:https://doi.org/10.3316/QRJ0902027. Acesso em: 8 ago. 2026.

BOYATZIS, R. E. Transforming qualitative information: Thematic analysis and code development. Thousand Oaks: Sage, 1998.

COSTA JÚNIOR, J. F. da; CALAZANS, D. L. M. e S.; ANDRADE, A. P. V. de; ARAÚJO, A. G. de. Internationalization ecosystems: A framework proposal for the international business theory. Internext, v. 19, n. 2, p. 130-152, 2024. Disponível em:https://doi.org/10.18568/internext.v19i2.787. Acesso em: 8 ago. 2026.

COSTA JÚNIOR, J. F. da; CALAZANS, D. L. M. e S.; ANDRADE, A. P. V. de; ARAÚJO, A. G. de. The concept of pivotal helix in internationalization ecosystems and the role of export promotion agencies. Internext, v. 21, n. 1, e846, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.18568/internext.v21i1.846. Acesso em: 8 ago. 2026.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

JACOBIDES, M. G.; CENNAMO, C.; GAWER, A. Towards a theory of ecosystems. Strategic Management Journal, v. 39, n. 8, p. 2255-2276, 2018. Disponível em:https://doi.org/10.1002/smj.2904. Acesso em: 8 ago. 2026.

YIN, R. K. Case study research and applications: Design and methods. 6. ed. Thousand Oaks: Sage, 2017.

CÓDIGO: HS0349

AUTOR: MARIA IVANILDA HENRIQUE DIAS LEITE

COAUTOR: NATALIA ALVES DE SOUZA

ORIENTADOR: EDLA HOFFMANN

TÍTULO: O CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE E SEUS DIRECIONAMENTOS NO GOVERNO LULA

Resumo

O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada “As Tendências de Alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Política de Saúde no Governo Lula (2023-2026)”, com ênfase na política de saúde e no controle social do SUS. o Plano de Trabalho intitulado “O controle social na saúde e seus direcionamentos no governo Lula”, tem como objetivo analisar as prioridades governamentais do governo Lula no que se refere ao direcionamento e financiamento de ações instâncias de controle social na saúde, no contexto de ajuste fiscal com o intuito de identificar os principais desafios para a efetivação do SUS e ao fortalecimento do controle social na saúde. A pesquisa se fundamenta no método crítico dialético, contando com a revisão bibliográfica, pesquisa e análise documental em documentos oficiais de, planejamento do setor público, e do Conselho Nacional de Saúde, e normativas de Controle Social , além de consulta em portais públicos. Este artigo apresenta resultados da análise documental realizada no Relatório Final da 17ª Conferência Nacional de Saúde, considerando suas propostas e diretrizes. Os resultados evidenciam a centralidade do controle social como espaço democrático dos movimentos sociais, orientado à garantia de direitos, à defesa do SUS e ao fortalecimento da democracia, mas também revelam limites impostos pelo contexto de ajuste fiscal.

Palavras-chave: Controle Social. Ajuste Fiscal. Fundo Público. Lula. Política de Saúde

TITLE: Social Oversight in Health and Its Directions Under the Lula Administration (2023–2026)

Abstract

This article presents partial results from the research project titled “Trends in Public Fund Allocation within the Budget and Financing of Health Policy under the Lula Administration (2023–2026),” focusing on health policy and social oversight within the

Unified Health System (SUS). The specific work plan, titled “Social Oversight in Health and Its Directions under the Lula Administration,” aims to analyze the government's priorities regarding the direction and funding of social oversight bodies in the health sector—within a context of fiscal adjustment—to identify key challenges for the effective implementation of the SUS and the strengthening of social oversight. The research is grounded in the critical-dialectical method and employs a literature review, as well as the analysis of official public sector planning documents, National Health Council records, and social oversight regulations, alongside data from public portals. This article presents findings from the analysis of the Final Report of the 17th National Health Conference, examining its proposals and guidelines. The results highlight the central role of social oversight as a democratic space for social movements—geared toward guaranteeing rights, defending the SUS, and strengthening democracy—while also revealing limitations imposed by the context of fiscal adjustment.

Keywords: Social Oversight. Fiscal Adjustment. Public Fund. Lula. Health Policy.

Introdução

Este estudo vincula-se ao Plano de Trabalho intitulado “O controle social na saúde e seus direcionamentos no governo Lula”, integrado à pesquisa “As Tendências de Alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Política de Saúde no Governo Lula (2023-2026)”. O projeto está em andamento desde 2024 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A pesquisa à qual este plano se vincula visa analisar as tendências de alocação do fundo no financiamento da saúde no contexto de ajuste fiscal, apreendendo os desafios do controle democrático do SUS. Como desdobramento, o plano busca analisar as prioridades do governo Lula quanto ao direcionamento e financiamento das instâncias de controle social na saúde, com o intuito de identificar os principais desafios para a efetivação do SUS e o fortalecimento do controle social.

A investigação teve início no terceiro mandato de Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), marcado pela transição em relação ao governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), vinculado pelo Partido Liberal (PL), período marcado pelo negacionismo da ciência, violação de direitos e traços antidemocráticos. A eleição de Lula em 2022 trouxe expectativas de fortalecimento da democracia, dos direitos e das políticas sociais, embora sob permanentes contradições e limites econômicos e políticos.

Nesse cenário, o controle e a participação social no SUS ganham potência como princípios fundamentais para a democratização da saúde. Na efervescência política da democratização, na segunda metade da década de 1980, o debate sobre participação social voltou à tona, com a sociedade civil tensionando o Estado pela garantia de direitos, frutos das lutas do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Assim, o movimento da Reforma Sanitária congregou os movimentos sociais, com ampla participação da população, intelectuais e partidos progressistas na luta pela universalidade e gratuidade do acesso aos serviços de saúde.

Entretanto, mesmo diante dos avanços legais e institucionais, a saúde sofre constantes tensionamentos do capital que tentam fragilizá-la enquanto política pública. Assim, a proposta defendida nos anos de 1980 enfrenta um contínuo desmonte estrutural, comprometendo sua potencialidade (Bravo, 1990). Logo, a pesquisa busca entender o processo de democratização da saúde no contexto histórico brasileiro, contrastando a

Reforma Sanitária em 1980 com o avanço do conservadorismo neoliberal a partir de 1990 e suas repercussões nas políticas sociais e das desigualdades sociais.

Nessa época, o Brasil vivia a mobilização popular com o fim da ditadura militar em 1985. Em seguida, a Constituição Federal de 1988 incorporou a participação da comunidade como princípio do SUS, regulamentada pela Lei nº 8.142/1990. Esta instituiu as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde como instâncias colegiadas deliberativas e de participação para democratizar os processos decisórios na política de saúde. Destaca-se, porém, que esses não são os únicos espaços para o controle democrático, apesar de serem mecanismos fundamentais, já que estão previstos na legislação (Barros, 1994, p. 35).

Quando tratamos das Conferências de Saúde, para além da histórica 8ª CNS, ganha destaque a 17ª CNS (2023). Ela promoveu um amplo esforço de inclusão ao estimular a participação de grupos populacionais vulnerabilizados e contemplar a diversidade cultural do país, resultando em diretrizes essenciais para o fortalecimento do Controle Social, a defesa do SUS e a consolidação da democracia.

Portanto, a organização desta produção está sistematizada em quatro itens: o primeiro corresponde a esta introdução, na qual é apresentado o detalhamento do Plano de Trabalho; o segundo trata do percurso metodológico adotado; posteriormente, são apresentados os resultados e as discussões; por fim, as considerações finais, com os principais achados e o fechamento do estudo.

Metodologia

O presente artigo é fruto do plano de trabalho que teve início em 2024, no segundo ano do terceiro mandato do governo Lula. No entanto, em razão da conclusão do curso da integrante anterior, as atividades tiveram continuidade com a participação nas atividades do Grupo de Pesquisa, a partir de setembro de 2025. Nesse sentido, a continuidade do plano teve como objetivo compreender a importância do Controle Social no SUS, considerando os direcionamentos da política de saúde no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, este estudo está fundamentado no método crítico-dialético, com vistas a desvendar a realidade a partir de uma perspectiva crítica da totalidade social. Como percurso metodológico, a partir de uma revisão de literatura, foi possível dar embasamento ao debate teórico e contemplar as categorias do ajuste fiscal, da Política de Saúde, bem como a importância do Controle Social no SUS, com base nas contribuições de Correia (2006 e 2010), Bravo (2022), Salvador (2024), Barros (1998) e Dagnino (2002), que fundamentam as argumentações desenvolvidas.

A pesquisa se materializa a partir de um enfoque misto, no qual são considerados dados qualitativos e quantitativos, a fim de promover sua interlocução e complementaridade, que auxiliam no desvelamento do real (Prates, 2012). Concernente a isso, por meio da análise e coleta documental, foram analisados os relatórios das conferências dos anos de 1963, 1986, 1992, 1996, 2000, 2003, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023, a fim de enfatizar eixos, pautas e resultados da participação social no que tange à construção da saúde no país. Essas informações foram sistematizadas em quadros, contemplando o contexto histórico e as lutas pautadas, possibilitando abstrair, em cada conferência, temáticas importantes na construção de um sistema de saúde estatal, gratuito e de qualidade.

Este estudo enfatiza a coleta e análise do Relatório Final da 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS, 2023), importante espaço de expressão do controle social e de reafirmação do direito à saúde pública. Na 17ª CNS, realizada entre 2 e 5 de julho de 2023, em Brasília

(DF), quatro eixos foram destacados: 1) O Brasil que temos, o Brasil que queremos; 2) O papel do Controle Social e dos Movimentos Sociais; 3) Garantir Direitos, Defender o SUS e a Democracia; e 4) Amanhã vai ser outro dia para as pessoas. Assim, no que tange ao controle social, o Eixo 3 se desenvolveu com vistas a fortalecer o controle social do SUS, garantindo financiamento anual adequado e educação popular em saúde.

Além dos estudos relacionados diretamente ao eixo temático da pesquisa, foram contempladas discussões promovidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL), realizadas mensalmente, com a mediação de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação (PPGSS/CCSA). Também houve participação na elaboração do artigo contemplado no 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu de 3 a 7 de dezembro de 2025, em Salvador (Bahia).

O presente trabalho utilizou o ChatGPT (OpenAI) como ferramenta de apoio à revisão ortográfica e gramatical e à melhoria da fluidez textual, mantendo-se a autoria intelectual e a responsabilidade pelo conteúdo com as autoras.

Resultados e Discussões

Barros (1998) trata o controle social sobre a ação estatal dentro da perspectiva da democratização dos processos decisórios, com vistas à construção da cidadania. Destaca que "ao longo de décadas, os governos submeteram os objetivos de sua ação aos interesses particulares de alguns grupos dominantes, sem qualquer compromisso com o interesse da coletividade" (Barros, 1998, p. 31).

Nessa direção, a 17ª Conferência Nacional de Saúde aponta para a necessidade de: intensificar o exercício da democracia direta e do poder popular, com o incremento de formas organizativas cooperadas e locais da vida coletiva, fortalecendo a democracia participativa, apoiando as formas inovadoras de organização social derivadas de experiências comunitárias e populares, como conselhos locais, redes sociais e o associativismo, além de mobilizar as forças populares para garantir que as políticas de governo sejam consequentes para atender aos interesses da classe trabalhadora (CNS, 2023, p. 47).

Dessa forma, o controle social, na perspectiva das classes subalternas, visa à atuação de setores organizados da sociedade civil na gestão das políticas públicas, no sentido de tensioná-las para que atendam, cada vez mais, às demandas e aos interesses dessas classes. Nesse sentido, o controle social envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados na sociedade civil têm de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da maioria da população e, consequentemente, implica o controle social sobre o fundo público (Correia, 2003).

Nesse contexto, dentre as propostas apresentadas pela 17ª Conferência Nacional de Saúde, destaca-se a defesa de: ampliar recursos para saúde, sobretudo para atendimento inclusivo, reservando, no mínimo, 10% das receitas da União para o Sistema Único de Saúde (SUS), ajustando valores acima da inflação; com a revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os investimentos da saúde, educação e outras áreas sociais até 2036; com reforma tributária de caráter progressivo, incluindo taxação de grandes fortunas; com reforma fiscal; com controle e transparência das emendas parlamentares; e com redução gradual dos gastos públicos no setor privado (CNS, 2023, p. 121).

Entretanto, a garantia de recursos orçamentários para assegurar os direitos sociais tornou-se objeto de disputa diante das políticas econômicas neoliberais após a Constituição

Federal de 1988. Destacam-se, nesse processo, as políticas fiscal e monetária, sendo que a primeira imprimiu uma série de medidas institucionais de contenção de gastos sociais e aumento da carga tributária indireta, enquanto a segunda praticou elevadas taxas de juros (Salvador, 2024, p. 06-19). Do mesmo modo, a política fiscal é central para a compreensão da gênese do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), pois envolve, de um lado, a captação dos recursos, por meio da tributação e, de outro, a destinação dos recursos públicos, que se materializa no orçamento, refletindo os gastos e o dimensionamento das prioridades do governo. A política fiscal é uma das políticas econômicas mais importantes para o neoliberalismo (Salvador, 2020).

Contrapondo-se a essa lógica, entre as propostas aprovadas na 17ª CNS, destaca-se a exclusão da política de saúde e da educação dos parâmetros de controle de gasto do Novo Arcabouço Fiscal, bem como a garantia de que os pisos constitucionais dessas áreas não sejam retirados da Constituição Federal de 1988 ou reduzidos (CNS, 2023).

No âmbito da Conferência Nacional de Saúde, a Lei nº 8.142/1990 estabelece que a mesma deve reunir-se a cada quatro anos, com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, podendo ser convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, pelo Conselho de Saúde (Brasil, 1990). Assim, a 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no segundo ano do terceiro mandato do governo Lula, constituiu-se como um importante espaço de participação, fortalecendo o papel do Controle Social e dos movimentos sociais para salvar vidas, na defesa dos princípios constitucionais do SUS e na construção de estratégias para a efetividade das deliberações das Conferências de Saúde.

Já o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, constitui-se como órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo (Brasil, 1990). Nessa lógica, entre as propostas da 7ª Conferência Nacional de Saúde, destaca-se a necessidade de fortalecer a participação da comunidade no Controle Social na gestão do SUS, por meio do aperfeiçoamento dos Conselhos de Saúde e da ampliação dos canais de interação com os usuários e as entidades da sociedade civil. Ressalta-se ainda a necessidade de garantir maior transparência e moralidade na gestão pública, melhorar a comunicação entre os entes federativos e promover a articulação intersetorial, bem como estimular a participação nos espaços de discussão previstos nas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, especialmente através dos conselhos e das conferências de saúde (CNS, 2023).

No entanto, isso não assegura, por si só, a efetivação da participação social. Dagnino (2002, p. 296) ressalta a importância de não "atribuir indiscriminadamente aos espaços de participação da sociedade civil, o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da sociedade". Nesse sentido, os Conselhos de Saúde, enquanto estratégias de publicização, constituem espaços potenciais de democracia participativa, mas a organização e mobilização da luta contra-hegemônica precisam ocorrer para além desses espaços. Destaca-se, portanto, a importância da articulação com os movimentos sociais na defesa da Reforma Sanitária Brasileira e da participação democrática.

Na atualidade, esse ainda é um processo de luta para a garantia de direitos, reafirmado nas diretrizes que contemplam o fortalecimento e a valorização do Controle Social e dos movimentos sociais em defesa de um SUS de qualidade, ampliando e aperfeiçoando as ações dos Conselhos de Saúde no âmbito da fiscalização, com vistas a garantir transparência e moralidade na gestão pública, bem como melhorar a comunicação entre

os entes federados e contribuir para a construção de políticas públicas voltadas à defesa da vida (CNS, 2023). Boschetti (2010), nesse sentido, aponta como tendências no âmbito das políticas sociais a implementação de programas voltados ao combate à pobreza absoluta e a mercantilização de serviços públicos, como educação, saúde e previdência. Esse movimento contribui para a criação de novos nichos de mercado e para a transformação de diferentes esferas da vida social em espaços de valorização do capital (Harvey, 2008). A partir disso, "ocorre um recrudescimento da ofensiva do capital, voltando com carga à ortodoxia neoliberal com brutal corte de direitos sociais, sobretudo, no campo do financiamento das políticas sociais" (Salvador, 2024, p. 09).

Nesse contexto, com a chegada de Lula à Presidência da República, surge o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que substituiu a EC nº 95/2016. Inicialmente, a mudança no regime fiscal poderia sinalizar uma possibilidade de expansão dos direitos sociais, diante do descongelamento das despesas públicas. Entretanto, em 2023, ocorreu também a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032, por meio da EC nº 132/2023. Com o NAF, embora tenha ocorrido o descongelamento das despesas, mantiveram-se restrições ao crescimento dos gastos primários, sem estabelecer limites para os serviços da dívida pública. Apesar de ser mais flexível que o regime anterior, o NAF, segundo Salvador (2024, p. 16), mantém a lógica do ajuste fiscal permanente, ao impor "entraves permanentes para o crescimento dos gastos públicos sociais no âmbito da União, como o impedimento de acompanhar a variação das receitas governamentais".

Conforme o estudo do Relatório da 17ª Conferência Nacional de Saúde, observa-se o fortalecimento do Controle Social como instância fiscalizadora e deliberativa das políticas públicas e serviços básicos na área social e do Sistema Único de Saúde (SUS), visando à reconstrução nacional com democracia, participação popular e social e transparência em todos os atos de gestão nas três esferas de governo (Conselho Nacional de Saúde, 2023).

Logo, ressalta-se que o financiamento estável, suficiente e permanente da saúde também foi um tema amplamente discutido na 17ª Conferência Nacional de Saúde, estabelecendo os órgãos governamentais e legislativos de assegurar os recursos com prioridade no setor público (atingindo 60% do gasto total), enquanto isso, a população deve acompanhar sua execução, garantindo uma aplicação efetiva nos sistemas locais. Nesse contexto, reafirmou-se a necessidade da revogação das normas legais que restringem o investimento das políticas sociais (CNS, 2023), o que representa um grande ganho para a população na defesa dos direitos sociais.

No entanto, a determinação macroeconômica do Novo Arcabouço entra em paradoxo com as propostas apresentadas na 17ª Conferência Nacional de Saúde. Apesar de ter sido reiterada a necessidade de revogação das normas legais que restringem o financiamento das políticas sociais, os recursos ainda se mostram insuficientes para garantir a efetivação dessas políticas, principalmente o fortalecimento da saúde pública. Nesse sentido, o fortalecimento do controle social nas pautas coletivas, por meio de fóruns, redes, movimentos sociais e comunidades tradicionais, como instrumento de fiscalização e garantia de acesso à saúde digna e universal, ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à qualidade de vida, respeitando as particularidades de gênero, etnorraciais e geográficas (CNS, 2023) foi uma das diretrizes acolhidas, em um período de retrocesso do governo anterior.

Esses resultados foram muito importantes para ampliar a participação social da população nos movimentos sociais, após um período marcado por um processo antidemocrático durante o governo Bolsonaro, com a chegada de Lula ao poder em 2023 e a retomada das políticas sociais, principalmente na saúde. Assim, a 17ª CNS, realizada em 2023, foi um momento de organização popular e de expansão da base social do SUS, articulando a luta

pela saúde com as demais lutas de caráter classista, antirracista, antipatriarcal, antilgbtfóbica, anticapacitista, dentre outras, fomentando a formulação e a condução das políticas públicas, por meio de Conselhos, Conferências, Orçamentos Participativos e Gestão democrática (CNS, 2023, p. 41). Sendo assim, reconhece-se que as pautas da 17ª CNS foram contempladas ao defenderem bandeiras que buscam garantir acesso da população aos serviços de saúde e que, consequentemente, encontram possibilidades de concretização no governo Lula, materializando-se nos objetivos e metas do Plano Plurianual (PPA). Nesse contexto, observa-se que, mesmo com as articulações no atual governo Lula, ao mesmo tempo em que se reconhecem avanços e ganhos com o impulsionamento do Controle Social democrático, a população ainda enfrenta dificuldades para garantir seus direitos.

Conclusão

Diante do exposto, apreende-se que, em função das imposições das ações de ajuste fiscal para priorizar o capital em detrimento do social, a saúde tem sido fortemente impactada pela contenção de recursos, o que compromete a qualidade da atenção à saúde. Entretanto, com a chegada de Lula à Presidência, após o governo devastador de Bolsonaro, observam-se ganhos orçamentários na área da saúde, ao mesmo tempo em que pautas elencadas na 17ª CNS são contempladas, reforçando a importância do controle social na formulação das diretrizes que orientam a saúde no país.

Embora tenha sido reiterada a necessidade de revogação das normas legais que restringem o financiamento das políticas sociais e tenha sido garantido o piso constitucional para a saúde, os recursos ainda são insuficientes diante das necessidades da população. Tendo em vista esse contexto, o Controle Social ganha ainda mais potência e amplia espaços democráticos importantes de participação e defesa de direitos, nos quais a população reivindica, principalmente, uma política de saúde pública e de qualidade, através dos Conselhos e das Conferências de Saúde.

Portanto, é fundamental problematizar e analisar criticamente esse cenário, ampliando as redes de pesquisa, memória e desenvolvimento de experiências acadêmicas. A iniciação científica e as atividades desenvolvidas coletivamente em grupos assumem papel central nesse processo, permitindo conhecer o contexto histórico do Controle Social e sua importância para o fortalecimento do SUS, como também para a formação profissional e a reafirmação do compromisso do Serviço Social enquanto agente de transformação social.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. 17ª Conferência Nacional de Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/conferencias/17a-cns. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 719, de 17 de agosto de 2023. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc93.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 20 ago. 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. A política de saúde na década de 90: projetos em disputa. Cadernos do Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto, Rio de Janeiro, v. 4, 1999.

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (org.). Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, 2011a.

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. Democracia, participação e controle social: as lutas em defesa da saúde. Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 20, n. 50, p. 88-108, jul./dez. 2022. DOI: 10.12957/rep.2022.68508.

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. Participação popular e controle social na saúde. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (org.). Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 15 de dezembro de 2016b.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM SAÚDE(CEBES). A Questão Democrática da Saúde. In: FLEURY, S., BAHIA, L.; AMARANTE, P. (Orgs.). Saúde em Debate: Fundamentos da Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: CEBES, 2008, 232 p.

CARVALHO, Antônio Ivo de. Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro: IBAM/FASE, 1995.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle social na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento. 1. reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. Argumentum, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. e393223, 2020.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v.11, n. 1, 2012.

SALVADOR , E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, E et at. (org). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012. p. 123-152.

CÓDIGO: HS0358

AUTOR: GABRIELA DA SILVA BARBOSA

ORIENTADOR: NANCY SANCHEZ TARRAGO

TÍTULO: Teorias críticas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: mapeamento bibliométrico e qualitativo da produção latino-americana na Scopus

Resumo

O estudo examina os referentes intelectuais das Teorias críticas na produção latino-americana em Biblioteconomia e Ciência da Informação, articulando um plano bibliométrico e um plano qualitativo. Caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa. O conjunto analisado reúne a produção científica sobre Teorias críticas indexada na base Scopus, com afiliação institucional em países latino-americanos. A análise combina a rede de coocorrência de palavras-chave, a rede de cocitação de documentos e a análise de conteúdo desses mesmos trabalhos. A rede de coocorrência organiza-se em quatro agrupamentos em torno do núcleo disciplinar da área, aos quais se articulam os debates raciais, decoloniais e de competência crítica em informação. A rede de cocitação, por sua vez, apresenta configuração distinta, pois entre os documentos mais cocitados predominam autores vinculados aos fundamentos epistemológicos da área e à organização do conhecimento, sem que os principais autores das tradições críticas ocupem posição de destaque. A análise de conteúdo distribui os trabalhos em oito tópicos temáticos e identifica vinte e quatro documentos, de quarenta e sete recuperados, que efetivamente mobilizam as teorias investigadas. Conclui-se que a presença de descritores críticos em título, resumo ou palavras-chave não assegura o uso efetivo da teoria correspondente, e sua incorporação ocorre de forma desigual, variando na abordagem e na profundidade.

Palavras-chave: teoria crítica; América Latina; bibliometria; Ciência da Informação

TITLE: Critical Theories in Librarianship and Information Science: Bibliometric and Qualitative Mapping of Latin American Production in Scopus

Abstract

This study examines the intellectual referents of Critical Theories in Latin American production in Librarianship and Information Science, combining a bibliometric and a qualitative approach. It is characterized as exploratory and descriptive research with a mixed quantitative-qualitative design. The analyzed corpus comprises scientific production on Critical Theories indexed in the Scopus database, with institutional affiliation in Latin American countries. The analysis integrates a keyword co-occurrence network, a document co-citation network, and content analysis of the same works. The co-occurrence network is organized into four clusters around the disciplinary core of the field, connected to racial, decolonial, and critical information literacy debates. The co-citation network, in turn, presents a distinct configuration, as the most co-cited documents are predominantly authored by scholars linked to epistemological foundations and knowledge organization, while key authors from critical traditions do not occupy prominent positions. Content analysis distributes the works into eight thematic topics and identifies twenty-four documents, out of forty-seven retrieved, that effectively mobilize the investigated theories. The study concludes that the presence of critical descriptors in titles, abstracts, or keywords does not ensure the effective use of the corresponding theory, and its incorporation occurs unevenly, varying in approach and depth.

Keywords: critical theory; Latin America; bibliometrics; Information Science

Introdução

A Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) tem incorporado, nas últimas duas décadas, Teorias críticas antes pouco presentes na área. Essa movimentação responde à necessidade de superar a visão positivista e tecnicista que marcou a pesquisa biblioteconômica durante grande parte do século XX (Araújo, 2013), que supunha a neutralidade do pesquisador. No Brasil, Mostafa (1985) já defendia que a Biblioteconomia não poderia ser neutra, mas deveria ser compreendida como trabalho socialmente condicionado.

A Teoria crítica designa um projeto interdisciplinar inspirado no marxismo, que questiona as estruturas sociais, econômicas e culturais e se diferencia da teoria tradicional por seu caráter reflexivo e transformador (Horkheimer, 1975). No campo teórico-epistemológico da Ciência da Informação (CI), observa-se a incorporação de diferentes agendas críticas: a Escola de Frankfurt (Bezerra, 2019), a Teoria crítica da raça (Delgado; Stefancic, 2021), o feminismo (hooks, 2018) e o feminismo negro articulado à interseccionalidade (Crenshaw, 1991; Collins; Bilge, 2020), a perspectiva decolonial (Quijano, 2005) e a Teoria queer (Sedgwick, 1990; Jagose, 1996; Lugarinho, 2013; Butler, 2018), somando-se conceitos como justiça informacional (Mathiesen, 2015) e injustiça epistêmica (Fricker, 2008). Essas abordagens compartilham o compromisso de problematizar a realidade social, de modo que a informação, as bibliotecas e a Organização do Conhecimento (OC) passam a ser compreendidas como objetos atravessados por relações de poder e desigualdades sociais (Araújo, 2014; 2017).

Araújo (2009) identificou seis correntes teóricas da CI e destacou entre elas a perspectiva crítica, alternativa ao paradigma positivista que historicamente estruturou o campo. No Brasil, ela se desenvolveu na proposta de uma Teoria crítica da informação e da competência crítica em informação, que articula a tradição frankfurtiana à pedagogia de Paulo Freire (Bezerra, 2019). Em paralelo, os debates raciais e decoloniais ganharam destaque na produção regional, com propostas como a Biblioteconomia negra e antirracista (Garcês-da-Silva, 2025) e a leitura da história da disciplina como processo de colonialidade (Menezes, 2023).

O crescimento dessa produção justifica o interesse por mapeá-la sistematicamente. Estudos bibliométricos anteriores identificaram a predominância de autores europeus entre os mais citados na CI (Cruz; Silva; Bufrem, 2022) e na OC (Guimarães et al., 2015). Essa bibliometria permite observar tanto a estrutura temática de um domínio, pela coocorrência de palavras-chave, quanto sua base intelectual, pela cocitação de documentos (Small, 1973). Contudo, a presença de um termo crítico no título ou nas palavras-chave não implica sua mobilização como fundamento teórico da argumentação, o que mantém em aberto a forma e a intensidade com que essas teorias são incorporadas às análises.

A pesquisa orienta-se pela seguinte pergunta: quais autores e obras associados às Teorias críticas constituem referentes intelectuais principais na produção latino-americana em BCI, e de que maneira essas teorias são mobilizadas no conteúdo dos trabalhos? O objetivo geral consiste em examinar esses referentes articulando dois planos: no plano bibliométrico, mapear a estrutura temática do campo e sua base intelectual compartilhada; no plano qualitativo, analisar o conteúdo dos documentos, a fim de verificar como as Teorias críticas são efetivamente mobilizadas e aprofundar a interpretação dos padrões identificados.

A pesquisa integra o projeto de Iniciação Científica “Ética, conhecimento e poder em Organização e Representação do Conhecimento: um mapeamento desde a Ciência da Informação” (UFRN), vinculado ao plano de trabalho “Biblioteconomia Negra e Decolonialidade: Teorias Críticas como subsídios das práticas bibliotecárias”, e tem como contexto a produção indexada na Scopus com afiliação institucional em países latino-americanos.

Metodologia

A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva (Gil, 2008), de abordagem quanti-qualitativa (Minayo; Sanches, 1993), desenvolvida entre outubro de 2025 e fevereiro de 2026 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O caráter exploratório decorre da ausência de um mapeamento sistemático dos referenciais intelectuais associados às Teorias críticas na produção latino-americana em BCI, enquanto o caráter descritivo está relacionado à tarefa de caracterizar a estrutura desse domínio a partir dos dados observados. A estratégia metodológica combina duas etapas complementares. A primeira, de natureza bibliométrica e relacional, mapeia a estrutura do domínio por meio de análises de coocorrência de palavras-chave e de

cocitação de documentos (Small, 1973). A segunda, de natureza qualitativa, realiza a análise de conteúdo dos mesmos documentos (Ferreira, 2023), buscando compreender como as Teorias críticas são efetivamente mobilizadas nos trabalhos e aprofundar a interpretação dos padrões identificados na etapa bibliométrica. A articulação entre as duas etapas responde ao objetivo do estudo, que requer tanto a caracterização da estrutura intelectual e temática do domínio quanto a compreensão dos modos de mobilização das Teorias críticas.

O objeto da pesquisa é a produção científica sobre Teorias críticas em BCI indexada na Scopus, com afiliação em países latino-americanos. A escolha da Scopus se justifica por sua ampla cobertura de periódicos revisados por pares e por sua consolidação como fonte de metadados para estudos bibliométricos na área.

O corpus foi constituído a partir de uma estratégia de busca aplicada ao campo TITLE-ABS-KEY da base Scopus, combinando termos em inglês representativos da BCI com termos associados às Teorias críticas previamente delimitadas. Após a busca inicial, foram identificados documentos com afiliação institucional em apenas três países latino-americanos: Brasil, Colômbia e Cuba. A partir dessa identificação, foram aplicados filtros relativos ao período de publicação e ao tipo de documento, mantendo-se esses três países como recorte de afiliação institucional.

A estrategia de busca foi: (“library and information science” OR “information science” OR “library science” OR “librarianship” OR “critical librarianship”) AND (“postcolonial theory” OR “post-colonial theory” OR “decolonial theory” OR “decolonization” OR “decoloniality” OR “coloniality of power” OR “critical race theory” OR “critical theory” OR “Frankfurt School” OR “feminist theory” OR “feminist critical theory” OR “Black feminism” OR “queer theory” OR “queer information studies” OR “black feminist thought” OR “critical disability studies” OR “critical environmental theory” OR “critical pedagogy” OR “intersectionality”) AND PUBYEAR>1999 AND PUBYEAR<2026 AND (LIMIT-TO (DOCTYPE,“ar”) OR LIMIT-TO (DOCTYPE,“re”) OR LIMIT-TO (DOCTYPE,“cp”)) AND (LIMIT-TO (AFFILCOUNTRY, “Brazil”) OR LIMIT-TO (AFFILCOUNTRY, “Colombia”) OR LIMIT-TO (AFFILCOUNTRY, “Cuba”)).

Dos 612 documentos inicialmente identificados, após a aplicação dos filtros restaram 47, que compuseram o corpus definitivo da pesquisa. A coleta ocorreu em uma única sessão, no mês de outubro de 2025. Os registros dos 47 documentos foram exportados em formato CSV e organizados em planilha Excel para conferência descritiva, o que permitiu inspecionar autoria, ano, periódico, palavras-chave e referências citadas antes da construção das redes.

Para a construção e a visualização das redes bibliométricas, utilizou-se o software VOSviewer (versão 1.6.20), que processa os arquivos de metadados e gera os mapas de coocorrência e de cocitação a partir das medidas de força de associação entre os itens.

A análise dos dados percorreu três movimentos articulados. O primeiro construiu a rede de coocorrência de palavras-chave, com o objetivo de mapear a estrutura temática do campo. Das 192 palavras-chave identificadas no corpus, aplicou-se o limiar mínimo de duas ocorrências, do que resultaram 21 termos distribuídos nos agrupamentos que compõem a rede. O segundo movimento construiu a rede de cocitação de documentos,

com o objetivo de mapear a base intelectual compartilhada pelos trabalhos. Dos 2.112 textos referenciados no conjunto, selecionaram-se os que reúnem no mínimo 2 citações, num total de 92 referências, cujos agrupamentos indicam as afinidades teóricas que sustentam a produção.

O terceiro movimento submeteu os 47 documentos à análise de conteúdo, etapa em que a leitura de resumos, palavras-chave e referências permitiu identificar a principal teoria mobilizada em cada trabalho e distribuir o corpus em oito tópicos temáticos (Relações étnico-raciais e Biblioteconomia Negra; Interseccionalidade, gênero e feminismo; Decolonialidade, pensamento indígena e memória; Teoria crítica e Competência Crítica em Informação; Epistemologia e fundamentos da CI; OC e dimensão ético-política da representação; Justiça social, capacidades, resistência e mediação; Discurso, poder e abordagens metodológico-críticas). Esses tópicos emergiram do processamento de análise dos dados.

A articulação entre os planos bibliométrico e qualitativo permitiu aprofundar a interpretação dos padrões identificados nas redes e compreender como as Teorias críticas são mobilizadas nos trabalhos analisados.

Resultados e Discussões

Os resultados respondem à pergunta formulada na Introdução deste estudo, sobre quais referentes intelectuais organizam a produção latino-americana em Teorias críticas e de que maneira essas agendas são mobilizadas. A apresentação segue a ordem das etapas descritas na seção de metodologia e, a cada achado, a discussão de seu significado à luz da literatura. Inicia-se pela estrutura temática revelada pela rede de coocorrência de palavras-chave, prossegue com a base intelectual mapeada pela rede de cocitação de documentos, e conclui com a análise de conteúdo que verifica a correspondência entre os dois planos.

A estrutura temática do corpus foi mapeada pela rede de coocorrência de palavras-chave, apresentada na Figura 1. Assim como destacado na seção de Metodologia, das 192 palavras-chave identificadas nos documentos, partindo-se de um limiar de 2 ocorrências, apenas 21 termos foram recuperados e, posteriormente, distribuídos nos agrupamentos que compõem a rede.

Figura 1 – Rede de coocorrência de palavras-chave na produção latino-americana sobre Teorias críticas em BCI (Scopus)

Fonte: as autoras (2026).

A rede de coocorrência apresenta Library and Information Science (Biblioteconomia e Ciência da Informação) como o nó de maior peso e centralidade, ocupando posição central na articulação entre os diferentes agrupamentos temáticos. A rede está organizada em quatro clusters. O primeiro, em vermelho, concentra termos associados às discussões raciais e sociais, como Brazil, black librarianship, antiracism,

intersectionality, epistemology, social justice e memory. O segundo, em verde, reúne termos relacionados à Competência em Informação e à abordagem crítica desse campo, como information literacy, critical information literacy, critical information theory, critical theory e bibliometrics. O terceiro, em amarelo, articula termos relacionados ao pensamento decolonial e aos fundamentos epistemológicos da área, com destaque para decoloniality, librarianship e information science epistemology. O quarto, em azul, concentra Library and Information Science, knowledge organization e interdisciplinarity, constituindo o núcleo mais diretamente relacionado aos fundamentos disciplinares da BCI.

A posição central de Library and Information Science e suas conexões com os demais agrupamentos indicam a articulação dos diferentes debates críticos com o núcleo disciplinar da área. Observa-se, particularmente, a aproximação entre os debates raciais, decoloniais e de Competência em Informação e o núcleo da BCI. Entretanto, a análise de coocorrência evidencia associações entre termos, não permitindo determinar, por si só, quais autores e obras constituem as bases intelectuais dessas aproximações.

Essa dimensão é examinada por meio da rede de cocitação, cuja base intelectual do corpus foi mapeada e se encontra representada na Figura 2. Diferentemente da análise de coocorrência, a cocitação identifica os documentos que são citados conjuntamente pelos trabalhos do corpus, permitindo visualizar as proximidades entre seus referenciais intelectuais e inferir as afinidades teóricas que estruturam a produção analisada.

Figura 2 – Rede de cocitação de documentos na produção latino-americana sobre Teorias críticas em BCI (Scopus)

Fonte: as autoras (2026).

A rede está formada por três agrupamentos. O primeiro cluster, em vermelho, reúne documentos relacionados, principalmente, a OC, entre eles Barité (Organización del conocimiento, 2001), Beghtol (A proposed ethical warrant, 2002), Chaudhry (Building taxonomies, 2005), e Albrechtsen (this is not domain analysis, 2015). O segundo cluster, em verde, concentra documentos associados aos fundamentos epistemplógicos da CI, com destaque para Hjørland (Domain analysis, 1995; Epistemology and the socio-cognitive perspective, 2002), Capurro (What is information science for?, 1992), Frohmann (The power of images, 1992) e Borko (Information Science: What is it?, 1968). Nesse agrupamento também aparecem Olson (The Power to Name, 2002) e Foskett (A abordagem temática da informação, 1973), cujas obras estabelecem aproximações com questões relacionadas à organização e à representação da informação, especialmente no que diz respeito à classificação, à nomeação e à representação temática. O terceiro cluster, em azul, é o mais periférico e reúne Andrade (A utopia antropofágica, 2011), cuja presença introduz uma referência de caráter cultural e crítico distinta das bases epistemológicas e de OC predominantes nos demais agrupamentos.

Embora a produção analisada seja orientada por diferentes perspectivas críticas, os documentos mais cocitados não correspondem, em sua maioria, aos autores clássicos das tradições teóricas apresentadas no referencial, mas há autores vinculados à própria constituição epistemológica e técnico-conceitual da área. Esse resultado sugere uma

aproximação das discussões críticas com referenciais já consolidados na CI, questão que pode ser aprofundada pela análise de conteúdo dos trabalhos.

O contraste entre as Figuras 1 e 2 evidencia o principal resultado do plano bibliométrico: enquanto a análise de coocorrência revela uma estrutura temática na qual os debates raciais e decoloniais aparecem articulados ao núcleo da BCI, a análise de cocitação identifica uma base intelectual predominantemente composta por autores vinculados aos fundamentos epistemológicos da área e à OC, sem a presença de autores clássicos das teorias críticas entre os documentos mais cocitados. Observa-se, assim, uma assimetria entre a agenda temática identificada e a base intelectual compartilhada pelos trabalhos. A análise de conteúdo, apresentada a seguir, permite aprofundar essa relação e verificar como as teorias críticas são efetivamente mobilizadas no interior dos documentos.

A leitura de conteúdo dos 47 documentos permitiu distribuí-los em oito tópicos temáticos, obtidos por refinamento dos quatro agrupamentos da rede de coocorrência. Os dois tópicos mais numerosos são o decolonial e o frankfurtiano, com oito trabalhos cada. O Quadro 1 sistematiza a distribuição, e apresenta, para cada documento, o tópico, o tema central e a sua principal teoria mobilizada, identificada na leitura do resumo, palavras-chave e referências.

Quadro 1 – Distribuição dos documentos em tópicos temáticos e teorias críticas mobilizadas nos 47 trabalhos recuperados na Scopus no contexto latino-americano da área da CI

Fonte: as autoras (2026).

O Quadro 1 apresenta como as Teorias críticas aparecem nos diferentes tópicos temáticos do corpus. A leitura conjunta do quadro e da rede de cocitação de referências permite observar tanto a presença de tradições críticas quanto os diferentes graus de mobilização teórica: em alguns trabalhos, há aplicação explícita e consistente dessas matrizes; em outros, apenas o uso de conceitos ou vocabulário associado ao campo crítico, sem que se configure uma fundamentação teórica propriamente dita. Cada tópico é examinado a seguir na ordem em que aparece no quadro.

No tópico “Relações étnico-raciais e Biblioteconomia Negra”, os quatro trabalhos mobilizam a Teoria Crítica da Raça, a Interseccionalidade e a Decolonialidade. Garcês-da-Silva e Alves (2025) desenvolvem critérios para uma prática bibliotecária antirracista a partir de Delgado e Stefancic, do conceito de racismo estrutural, da injustiça epistêmica de Fricker (2008) e do racismo algorítmico. Garcês-da-Silva (2025) distingue Biblioteconomia Negra e antirracista com base na mesma matriz, e Garcês-da-Silva et al. (2025) aplicam uma escala de microagressões raciais na formação bibliotecária, articulando a Teoria Crítica da Raça com a Interseccionalidade de Collins. Tanus e Tanus (2022), por sua vez, aproximam-se da matriz decolonial ao discutir acervos afro-brasileiros.

No tópico de “Interseccionalidade, gênero e feminismo”, os cinco trabalhos apresentam diferentes graus de mobilização teórica. Silva e Sales (2025) tratam a interseccionalidade como teoria social crítica a partir de Collins, e em 2024 mobilizam Audre Lorde como referência político-informacional, situando o feminismo negro como

matriz crítica. Já os estudos sobre divisão digital de gênero (Berrío-Zapata et al., 2019; Bernuci e Olinto, 2019) analisam desigualdades informacionais femininas com base em dados empíricos, dialogando com a temática feminista. Pinho e Guimarães (2012) situam a questão de gênero no plano da representação temática, aproximando o tópico da OC, mas sem mobilização crítica sistemática.

Já no tópico "Decolonialidade, pensamento indígena e memória", o mais numeroso do corpus com oito trabalhos, a mobilização teórica é consistente e sustenta o achado principal do estudo. Menezes (2023) interpreta a constituição histórica da BCI como processo de colonialidade do ser, saber e poder, apoiando-se em Quijano, Mignolo e Maldonado-Torres, e dialoga com Hjørland, Capurro, Frohmann e Olson. Okawati e Karpinski (2024) estudam narrativas indígenas como perspectiva decolonial para memória e informação, e Righetto e Karpinski (2021) propõem uma epistemologia social decolonial que aproxima Quijano, Mignolo e Sousa Santos. Pellicano et al. (2025) discutem vulnerabilidade informacional e decolonialidade, e Baptista (2023) combina a matriz decolonial à pedagogia crítica de Freire. Souza e Jacintho (2023) e Nogueira e Gracioso (2023) reforçam a perspectiva decolonial em arquivos comunitários e edifícios de arquivo.

Em "Teoria crítica e Competência Crítica em Informação", a mobilização da tradição crítica ocorre de maneira sistemática. Bezerra (2020) propõe uma teoria crítica da informação a partir da crítica ao modelo de Shannon e Weaver e da recuperação da teoria crítica da sociedade, integrando os conceitos de regime de informação e competência crítica. Bezerra, Schneider e Saldanha (2019) formulam a competência crítica em informação como contraponto à competência convencional. Salomão e Bezerra (2023) leem Rubakin com apoio em Horkheimer e Marcuse, e Azen, Figueiredo e Bezerra (2023) mobilizam Walter Benjamin no exame da infância. Furtado et al. (2021) mapeiam o panorama brasileiro da competência crítica em informação por meio de análise bibliométrica. Monteiro e Silva (2025) e Presser e Lozano (2023) também sustentam análises críticas, reforçando a tradição frankfurtiana. Já Alves e Macedo (2025) discutem o letramento informacional a partir dos New Literacy Studies (NLS), sem recorrer diretamente às matrizes críticas.

Nos tópicos de "Epistemologia e fundamentos da Ciência da Informação", juntamente com os de "Organização do Conhecimento e dimensão ético-política da representação", a mobilização crítica é menos presente. Araújo (2009; 2019) e Vega-Almeida et al. (2009) discutem paradigmas e historiografia do campo com base em Capurro, Hjørland e Frohmann, mas sem recorrer diretamente às matrizes críticas. Guimarães (2024) e Guimarães e Tognoli (2024) tratam da análise de domínio a partir de Hjørland, Barité, Beghtol e Olson, e Machado, Martínez-Ávila e Simões (2019) analisam a teoria do conceito segundo famílias epistemológicas. Aqui, observa-se mais uma fundamentação teórica geral do campo do que uma mobilização crítica.

No penúltimo tópico, isto é, "Justiça social, capacidades, resistência e mediação", os trabalhos ampliam o alcance da análise, mas sem mobilização de teorias críticas. Duque-Cardona e Fernández (2025) recorrem à teoria das capacidades de Nussbaum, e Miguel, Carvalho e Cardoso (2022) recuperam o pensamento de Darcy Ribeiro. Ambos sustentam finalidades transformadoras, mas não se apoiam diretamente no cânone crítico internacional.

Por fim, no tópico “Discurso, poder e abordagens metodológicas”, Rodrigues Lima et al. (2024) empregam a análise de discurso de Pêcheux, Silva, Martínez-Ávila e Gracioso (2017) mobilizam Foucault e Wittgenstein, e Cárdenas Berrio e Rivera (2016) recorrem à sociologia de Bourdieu. Embora haja aproximações com tradições críticas, apenas um trabalho, isto é, Pimenta (2020), mobiliza a Teoria crítica, este sendo no contexto das humanidades digitais.

A análise de conteúdo sugere que os documentos reunidos no tópico “Epistemologia e fundamentos da Ciência da Informação” nem sempre mobilizam efetivamente as Teorias críticas delimitadas nesta pesquisa. Embora esses trabalhos abordem questões relacionadas a paradigmas, epistemologia, poder, modernidade, pós-modernidade e correntes teóricas da CI, a presença desses temas ou de referenciais associados a perspectivas críticas não implica, necessariamente, a mobilização das teorias investigadas pela estratégia de busca. Observa-se, portanto, uma diferença entre a abordagem de questões epistemológicas ou críticas em sentido amplo e a incorporação efetiva das Teorias críticas que constituem o foco deste estudo.

Conclusão

O estudo examinou os referentes intelectuais das Teorias críticas na produção latino-americana em BCI, articulando um plano bibliométrico e um plano qualitativo, a fim de responder quais autores e obras constituem os principais referentes dessa produção e de que maneira essas teorias são mobilizadas no conteúdo dos trabalhos.

A rede de coocorrência de palavras-chave organizou-se em torno do nó library and information science, ao qual se articulam agrupamentos relacionados aos debates raciais e decoloniais, à Competência em Informação e aos fundamentos da área, o que evidencia a presença de agendas críticas na produção analisada. A rede de cocitação, entretanto, apresenta configuração distinta: entre os documentos mais cocitados predominam autores vinculados aos fundamentos epistemológicos da CI e à OC, como Barité, Hjørland e Capurro, sem que os principais autores das tradições críticas investigadas ocupem posição de destaque.

A análise de conteúdo dos 47 documentos, distribuídos em oito eixos temático-conceituais, mostrou que parte dos trabalhos recuperados pela estratégia de busca não mobiliza efetivamente as teorias críticas delimitadas como foco do estudo, embora apresente termos, autores ou questões associados a perspectivas críticas. A presença de um descritor crítico no título, resumo ou palavras-chave não equivale, portanto, à incorporação da teoria correspondente como fundamento da análise.

Por outra parte, os trabalhos relacionados às questões raciais e decoloniais mobilizam autores como Collins, Crenshaw, Delgado, Stefancic, Quijano e Mignolo, mas também recorrem a autores consolidados nos fundamentos da CI, como Hjørland, Capurro e Frohmann. A incorporação de referenciais críticos não se apresenta, assim, como substituição das bases epistemológicas já estabelecidas, mas como sua articulação com novas perspectivas teóricas. Esse resultado ajuda a compreender a configuração da rede de cocitação: como a técnica favorece referências com maior concentração de citações

compartilhadas, a presença de autores das Teorias críticas em trabalhos individuais não implica que suas obras atinjam o limiar necessário para ocupar posições de destaque.

Os resultados, considerados em conjunto, revelam uma relação complexa entre agenda temática, base intelectual e mobilização teórica: a produção apresenta temas associados às perspectivas raciais, decoloniais, interseccionais e críticas, mas sua base intelectual compartilhada permanece fortemente vinculada a autores consolidados da CI e da OC. Como limitações, a ampliação do corpus a outras bases, entre elas a BRAPCI, a Web of Science e a Openalex, a análise integral dos textos e a realização de análises longitudinais permitiriam verificar se o padrão identificado se mantém e se a base intelectual se transforma à medida que as Teorias críticas se consolidam no campo latino-americano em BCI.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Biblioteconomia: fundamentos e desafios contemporâneos. Folha de Rosto, v. 3, n. 1, p. 68-79, 17 ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/193. Acesso em: 5 ago. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Biblioteconomia. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 9, n. 1, p. 41–58, 2013. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/247. Acesso em: 5 ago. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 38, n. 3, p. 1-12, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652009000300013. Acesso em: 5 ago. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O pensamento crítico na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 27-46, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/64304. Acesso em: 5 ago. 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: iKrítika: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BUTLER, Judith Pamela. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–

1299, jul. 1991. DOI: https://doi.org/10.2307/1229039. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents. Acesso em: 5 ago. 2026.

CRUZ, Tatyane Lúcia; SILVA, Fábio Mascarenhas; BUFREM, Leilah Santiago. Influências intelectuais na Ciência da Informação: uma proposta de análise para os estudos de citação. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, v. 8., 2022, Maceió. Anais [...]. EBBC, 2025. p. 471-477. Disponível em: https://ebbc.inf.br/ojs/index.php/ebbc/article/view/470. Acesso em: 5 ago. 2026.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. Teoria crítica da raça: uma introdução. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERREIRA, Sílvia. A análise de conteúdo: um método para a análise de dados em pesquisas qualitativas. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 11, n. 26, p. 202–224, 2023. DOI: 10.33361/RPQ.2023.v.11.n.26.502. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/502. Acesso em: 5 ago. 2026.

FRICKER, Miranda. FORUM: Miranda FRICKER's Epistemic Injustice. Power and the Ethics of Knowing. THEORIA. An International Journal for Theory, History and Foundations of Science, v. 23, n. 1, p. 69–71, 2008. DOI: 10.1387/theoria.7. Disponível em: https://ojs.ehu.eus/index.php/THEORIA/article/view/7. Acesso em: 22 ago. 2026.

GARCES-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. La línea tenue que une y separa: fundamentos teórico-conceptuales entre Bibliotecología Negra y Bibliotecología Antirracista. Palabra clave, Ensenada, v. 14, n. 2, jun. 2025. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122025000100003. Acesso em: 5 ago. 2026.

Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MATOS, aniela Fernanda de Oliveira; SANTOS, André Ynada dos; SALES, Rodrigo de. La dimensión conceptual de la organización del conocimiento en el universo cientíifico de la ISKO: un análisis de dominio de los congresos de ISKO-Brasil, ISKO-España, ISKO-Norteamerica e ISKO-Francia. Scire: representación y organización del conocimiento, v. 21, n. 2, p. 13–26, 2015. DOI: 10.54886/scire.v21i2.4245. Disponível em: https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4245. Acesso em: 5 ago. 2026.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jürgen. Textos escolhidos. São Paulo: Abril cultura, 1975.

JAGOSE, Annamrie. Queer theory: Na introduction. United States of America: Melbourne University Press, 1996.

LUGARINHO, Mário César. Como traduzir a Teoria queer para a Língua Portuguesa. Revista Gênero, Niterói, v. 1, n. 2, 2013. DOI: https://doi.org/10.22409/rg.v1i2.362. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31116. Acesso em: 5 ago. 2026.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. Library Trends, v. 64, n. 2, 2015. DOI: 10.1353/lib.2015.0044. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/610076. Acesso em: 5 ago. 2026.

MENEZES, Vinícios Souza de. Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: Redes coloniais de desencantamento. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 28, n. Dossie Especial, p. 1–24, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e92665. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92665. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/425. Acesso em: 28 maio 2026.

MOSTAFA, Solange Puntel. Epistemologia da Biblioteconomia. 1985. 147 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemology of the closet. London: University of California Press, 1990.

SMALL, Henry. Co-citation in the scientific literature: a new measure of the relationship between two documents. Journal of the American Society for Information Science, v. 24, n. 4, p. 265-269, 1973. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.4630240406. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.4630240406. Acesso em: 5 ago. 2026.

Anexos



Figura 1 – Rede de coocorrência de palavras-chave na produção latino-americana sobre Teorias críticas em BCI (Scopus)

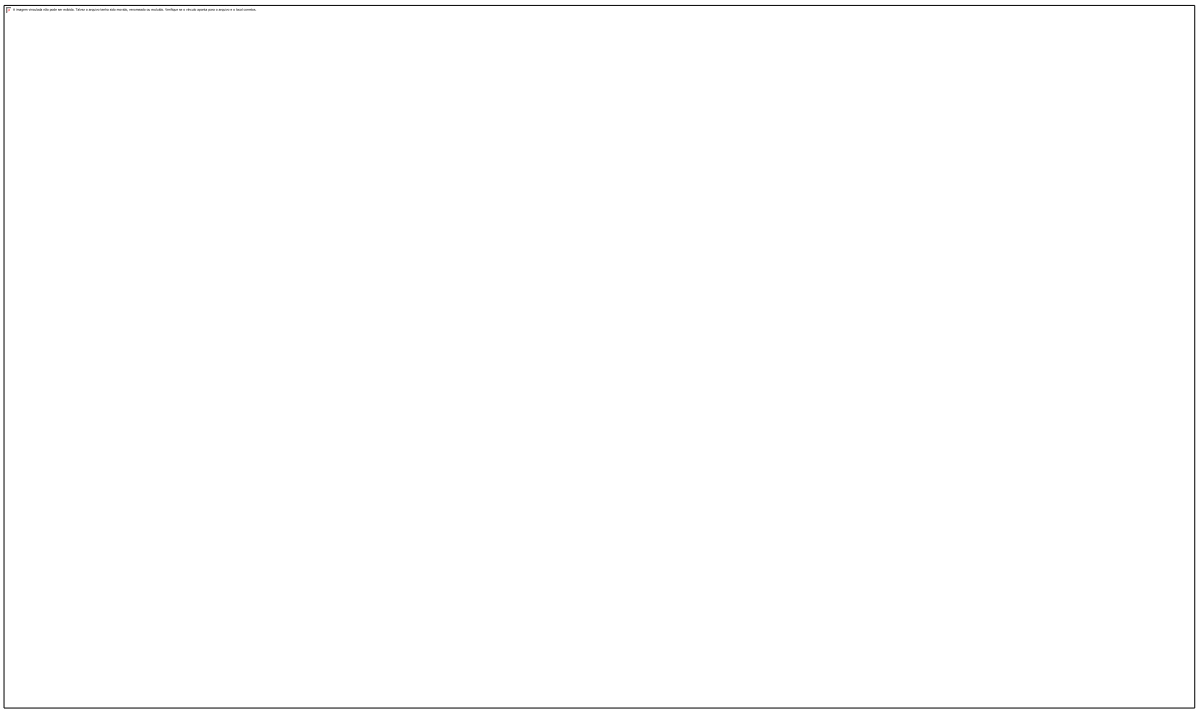


Figura 2 – Rede de cocitação de documentos na produção latino-americana sobre Teorias críticas em BCI (Scopus)



Quadro 1 – Distribuição dos documentos em tópicos temáticos e teorias críticas mobilizadas nos 47 trabalhos recuperados na Scopus no contexto latino-americano da área da CI

CÓDIGO: HS0371

AUTOR: LAYSE FERREIRA NASCIMENTO DE LIMA

ORIENTADOR: ALINE VIRGINIA MEDEIROS NELSON

TÍTULO: Políticas Institucionais de Inclusão e Acessibilidade: uma Análise Comparativa das Universidades do Rio Grande do Norte

Resumo

A inclusão e a acessibilidade no ensino superior vão além do acesso à universidade, envolvendo também a permanência, a participação e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Apesar dos avanços nas políticas educacionais brasileiras, ainda existem barreiras que dificultam a trajetória de estudantes com necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, as instituições de ensino superior têm papel fundamental na oferta de políticas, programas, recursos de acessibilidade e estratégias de acompanhamento. Assim, o estudo busca analisar e comparar as políticas e práticas de inclusão e acessibilidade adotadas pela UFRN, UERN, UFERSA e UNP, verificando suas aproximações, diferenças e contribuições para a redução das barreiras à participação e à permanência dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino superior; Rio Grande do Norte; Políticas de inclusão

TITLE: Institutional Inclusion and Accessibility Policies: A Comparative Analysis of Universities in Rio Grande do Norte

Abstract

Inclusion and accessibility in higher education go beyond access to the university, also involving students' retention, participation, and academic development. Despite advances in Brazilian educational policies, there are still barriers that hinder the academic trajectories of students with special educational needs. In this context, higher education institutions play a fundamental role in providing policies, programs, accessibility resources, and support strategies. Therefore, this study aims to analyze and compare the inclusion and accessibility policies and practices adopted by UFRN, UERN, UFERSA, and UNP, examining their similarities, differences, and contributions to reducing barriers to students' participation and retention in higher education.

Keywords: Higher education; Rio Grande do Norte; Inclusion policies

Introdução

Introdução

Mesmo diante dos avanços nas discussões sobre inclusão e acessibilidade no sistema educacional do ensino superior, ainda são observadas diversas barreiras enfrentadas por estudantes com necessidades educacionais especiais. Garcia, Bacarin e Leonardo (2018) evidenciam a importância de ações institucionais voltadas à promoção da inclusão, destacando sua relação com a acessibilidade ao conhecimento, a permanência dos estudantes e o compromisso das instituições de ensino superior com a inclusão. Essas dificuldades não se restringem ao acesso ao ensino superior, mas também envolvem as condições oferecidas pelas instituições para garantir a permanência, a participação e o desenvolvimento acadêmico desses estudantes.

Nesse contexto, as instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental na efetivação das políticas de inclusão e na garantia do direito à educação de forma que promova equidade, Silva et al. (2025) ressaltam que "o direito por si só não promove o acesso ao conhecimento", demonstrando que a existência de políticas e normativas não garante, isoladamente, sua efetivação. A existência de políticas institucionais, programas de apoio, recursos de acessibilidade e estratégias de acompanhamento pode contribuir significativamente para a redução das barreiras enfrentadas por estudantes neurodivergentes, com deficiências, mobilidade reduzida, entre outros. Entretanto, a implementação dessas medidas pode ocorrer de diferentes formas entre as instituições, tornando relevante a análise comparativa de suas políticas e práticas. Perante este contexto, indaga-se: Quais são as diferenças e aproximações entre as políticas, programas e práticas de inclusão e acessibilidade adotados pela UFRN, UERN, UFERSA e UNP, e em que medida essas iniciativas contribuem para a redução das barreiras à participação e à permanência dos estudantes no ensino superior?

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar as políticas de inclusão e acessibilidade adotadas pelas universidades do estado do Rio Grande do Norte, contemplando a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e a Universidade Potiguar (UNP). Como objetivos específicos, apresenta-se: a) verificar, a partir de indicadores previamente estabelecidos, em que medida essas instituições contemplam ações voltadas à inclusão e à permanência dos estudantes com necessidades educacionais específicas; b) identificar boas práticas, estratégias institucionais e possíveis lacunas na implementação dessas políticas, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos desafios relacionados à inclusão no ensino superior.

A pesquisa possui relevância acadêmica e social por buscar compreender, de forma comparativa, como UFRN, UERN, UFERSA e UNP desenvolvem suas políticas e práticas de inclusão e acessibilidade, considerando que garantir o acesso ao ensino superior é apenas o primeiro passo para assegurar a permanência, a participação e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A complexidade do estudo está em reconhecer que a inclusão envolve diferentes dimensões, como acessibilidade física, pedagógica, comunicacional, tecnológica e atitudinal, que se articulam de maneiras distintas em cada instituição. Sua inovação está justamente na comparação entre diferentes instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte, permitindo identificar avanços, diferenças, desafios e experiências que podem contribuir para o aprimoramento das práticas institucionais. Como impacto, espera-se que os resultados

possam apoiar a construção de instituições mais acessíveis e inclusivas, subsidiando políticas, serviços e estratégias de acompanhamento que favoreçam a equidade e contribuam para que os estudantes não apenas ingressem, mas tenham condições reais de permanecer e desenvolver sua trajetória acadêmica.

Metodologia

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza empírica e qualitativa, realizada predominantemente por meio da análise documental. Com o objetivo de comparar as políticas de inclusão e acessibilidade adotadas pelas universidades do estado do Rio Grande do Norte, foi realizado o levantamento e a análise de documentos oficiais disponibilizados pelas instituições investigadas. Foram considerados documentos disponíveis nos sites institucionais, tais como políticas de inclusão e acessibilidade, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), planos de ação e demais documentos relacionados à inclusão e à acessibilidade.

A seleção dos documentos teve como finalidade verificar em que medida cada instituição atendia aos indicadores previamente estabelecidos para a análise. A partir desses indicadores, foi possível realizar uma comparação entre as universidades, identificando aquelas que apresentam maior abrangência em suas políticas de promoção da inclusão e acessibilidade, bem como os aspectos em que cada instituição apresenta limitações ou lacunas em relação aos critérios analisados.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo orientada por categorias/indicadores previamente estabelecidos, conforme proposta por Bardin (2018), por possibilitar uma leitura sistemática dos documentos e a identificação de sentidos, padrões e informações relevantes para os objetivos da pesquisa. Inicialmente, realizou-se a pré-análise dos documentos selecionados, com a organização do material e a definição do conjunto de documentos que comporia o corpus da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à exploração do material, orientada pelos indicadores previamente estabelecidos, buscando identificar nos documentos informações relacionadas às políticas, estruturas, serviços, recursos e estratégias de inclusão e acessibilidade. Por fim, na etapa de tratamento, interpretação e análise dos resultados, as informações identificadas foram organizadas e comparadas entre as instituições, permitindo reconhecer aspectos comuns, diferenças, avanços e lacunas. Dessa forma, a análise de conteúdo não se restringiu à identificação da presença ou ausência de determinadas ações, mas possibilitou compreender como cada universidade estrutura e apresenta suas políticas de inclusão e acessibilidade, contribuindo para uma análise comparativa das práticas institucionais. Abaixo, segue os indicadores que foram analisados no estudo:

Quadro 01- Lista de indicadores utilizados como objeto de análise

Indicadores

Descrição

Definição adotada (ex.: inclusão plena, integração, equidade)

Analisa como a instituição compreende e define o conceito de inclusão em seus documentos oficiais, verificando quais princípios orientam suas políticas e ações. Identifica se a universidade compreende a inclusão para além do simples acesso e frequência ao ambiente acadêmico, considerando também a promoção da equidade e a garantia de condições adequadas para a permanência e participação dos estudantes.

Existência de políticas institucionais

Verifica se a universidade possui políticas institucionais voltadas à inclusão e acessibilidade dos estudantes.

Perfil dos estudantes atendidos

Analisa quais grupos de estudantes são contemplados pelas políticas e ações de inclusão e acessibilidade da universidade.

Critérios de acesso

Observa quais são os critérios e procedimentos necessários para que os estudantes tenham acesso às políticas, serviços e recursos de inclusão e acessibilidade.

Existência de núcleo de acessibilidade

Verifica se a universidade possui um núcleo ou setor responsável por promover e acompanhar ações de acessibilidade e inclusão.

Composição da equipe multiprofissional

Identifica a presença de uma equipe multiprofissional para oferecer suporte e acompanhamento aos estudantes.

Apoio pedagógico (tutoria, monitoria)

Identifica a oferta de apoio pedagógico, como tutoria, monitoria e acompanhamento acadêmico, para auxiliar os estudantes em seu processo de aprendizagem.

Tecnologias assistivas

Identifica a oferta e disponibilização de recursos e ferramentas que auxiliam os estudantes no acesso, participação e aprendizagem.

Acessibilidade comunicacional

Identifica recursos que facilitam a comunicação e o acesso às informações por estudantes com diferentes necessidades.

Capacitação continuada

Identifica a oferta de capacitações e atividades formativas contínuas

Incentivo à prática inclusiva

Identifica ações que incentivam os estudantes a adotar e promover práticas de inclusão e respeito à diversidade no ambiente universitário.

Infraestrutura física

Identifica a existência de espaços e estruturas físicas acessíveis que garantam a circulação, o acesso e a permanência dos estudantes.

Acessibilidade digital

Identifica recursos e ferramentas digitais acessíveis que facilitam o acesso dos estudantes às informações e atividades acadêmicas.

Indicadores de acompanhamento

Verifica a existência de mecanismos para acompanhar e avaliar a inclusão, a acessibilidade e a permanência dos estudantes.

Avaliação institucional

Analisa a presença de mecanismos de avaliação das políticas e ações de inclusão e acessibilidade desenvolvidas pela universidade.

Permanência estudantil

Considera as ações e condições oferecidas pela universidade para garantir a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Desempenho acadêmico

Avalia o acompanhamento e os resultados acadêmicos dos estudantes, considerando possíveis impactos das políticas de inclusão e acessibilidade.

Participação e inclusão social

Observa as oportunidades oferecidas para a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas, culturais e sociais da universidade.

Fontes de financiamento

Considera a existência e a origem dos recursos destinados às iniciativas de inclusão e acessibilidade na instituição.

Continuidade do programa

Verifica se o programa ou ação continua sendo realizado ao longo do tempo.

A metodologia adotada também possibilitou identifica

Resultados e Discussões

Resultados

A análise das políticas de inclusão e acessibilidade das universidades do Rio Grande do Norte foi realizada a partir dos documentos oficiais disponibilizados pelas instituições. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), destacam-se a Política de Inclusão e Acessibilidade e o Plano de Acessibilidade, que apresentam uma estrutura voltada à garantia do acesso, da permanência e do desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A instituição adota uma concepção de inclusão que vai além da simples inserção do aluno no ambiente universitário, considerando a necessidade de adaptações nos métodos de ensino, conteúdos, estruturas e estratégias educacionais para superar diferentes barreiras. Nesse sentido, são contempladas barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e sociais, além do uso de tecnologias assistivas e outros recursos de apoio.

A política também estabelece princípios relacionados ao respeito à diversidade, à dignidade humana e à igualdade de oportunidades, além de prever ações de comunicação inclusiva, capacitação da comunidade acadêmica e oferta de serviços de apoio. A implementação dessas ações ocorre por meio de uma Rede de Apoio vinculada à Secretaria de Inclusão e Acessibilidade, responsável por planejar, acompanhar e avaliar a execução da política. O Plano de Acessibilidade, elaborado em 2022, complementa essas diretrizes ao apresentar dados sobre pessoas com necessidades específicas e estratégias relacionadas às diferentes dimensões da acessibilidade, como a arquitetônica, digital, comunicacional, metodológica, atitudinal, programática e instrumental.

Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), as políticas de inclusão também estão relacionadas à democratização do ensino superior e à promoção da igualdade de oportunidades. Os documentos e informações disponibilizados pela instituição, especialmente aqueles relacionados à Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN), demonstram a preocupação não apenas com o acesso, mas também com a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades específicas. Entre as ações apresentadas estão o apoio pedagógico, a adaptação de materiais didáticos, a oferta de serviços de acessibilidade e o acompanhamento dos estudantes durante sua trajetória acadêmica. A DAIN desempenha papel importante nesse processo, atuando na coordenação de projetos, orientação da comunidade acadêmica e promoção de práticas inclusivas. A universidade também desenvolve ações voltadas à conscientização e à valorização da diversidade, buscando fortalecer uma cultura institucional baseada no respeito às diferenças.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) apresenta uma política institucional de inclusão e acessibilidade formalizada por meio de resolução do Conselho Universitário, estabelecendo princípios, objetivos e diretrizes voltados à garantia do acesso, da permanência e da participação de pessoas com deficiência e necessidades específicas. A instituição compreende a inclusão como um processo

relacionado à eliminação de barreiras e à adaptação das práticas institucionais, contemplando aspectos pedagógicos, físicos e comunicacionais. Também são previstas ações relacionadas ao uso de recursos de apoio, à formação da comunidade acadêmica e ao desenvolvimento de projetos de inclusão. Além da política institucional, a universidade disponibiliza informações sobre normas, conceitos e orientações de acessibilidade em seus canais oficiais, enquanto resoluções e portarias complementam as diretrizes relacionadas à execução das ações. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Coordenação de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS), responsável por desenvolver e acompanhar iniciativas relacionadas à inclusão e à diversidade.

Já na Universidade Potiguar (UNP), as políticas de inclusão e acessibilidade aparecem distribuídas em diferentes documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Esses documentos apresentam diretrizes relacionadas à inclusão social, acessibilidade, diversidade e responsabilidade educacional, demonstrando uma preocupação com o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes. Entre as ações apresentadas estão a adaptação da infraestrutura, a disponibilização de recursos de apoio à aprendizagem e a adoção de práticas pedagógicas que considerem as diferentes necessidades dos alunos. A instituição também desenvolve iniciativas relacionadas à valorização da diversidade e à construção de um ambiente acadêmico mais acolhedor e respeitoso.

De modo geral, observa-se que todas as instituições desenvolvem ações voltadas à inclusão e acessibilidade, porém com diferenças quanto à estrutura, ao detalhamento e à abrangência dessas políticas. A análise dos indicadores mostra que algumas universidades apresentam ações mais consolidadas em áreas como apoio pedagógico, tecnologias assistivas, acessibilidade digital, permanência estudantil e continuidade do programa, enquanto outras possuem informações mais limitadas em determinados aspectos.

Discussões

De forma geral, a análise dos documentos demonstra que as quatro universidades apresentam iniciativas voltadas à inclusão e à acessibilidade, embora existam diferenças na forma como essas políticas são estruturadas e implementadas. Enquanto algumas instituições possuem políticas e planos específicos para orientar suas ações, outras distribuem suas diretrizes entre diferentes documentos institucionais. Apesar dessas diferenças, observa-se uma preocupação comum com a garantia do acesso, da permanência e da participação dos estudantes, assim como com a redução de barreiras que possam dificultar sua trajetória acadêmica. A análise também permite perceber diferentes níveis de detalhamento nas políticas, possibilitando a identificação de práticas, estratégias e possíveis lacunas em relação aos indicadores estabelecidos para a pesquisa.

Essa perspectiva acompanha a ampliação da inclusão no ensino superior brasileiro. Pletsch e Leite (2017) destacam que, a partir de 2008, houve maior incorporação da perspectiva inclusiva nas políticas educacionais e expansão das políticas públicas voltadas à participação de estudantes com deficiência. No entanto, as autoras apontam que ainda existem desafios para garantir condições efetivas de inclusão e permanência.

Assim, torna-se importante analisar não apenas a existência dessas políticas, mas também como são estruturadas e implementadas pelas instituições.

Essas diferenças mostram que a existência de políticas institucionais, por si só, não significa que a inclusão seja desenvolvida da mesma maneira em todas as universidades. Em relação à definição de inclusão, observa-se uma diferença significativa entre as instituições. A UFRN apresenta uma concepção mais ampla, compreendendo que a inclusão não consiste apenas em permitir que o estudante esteja presente em uma sala de aula, mas exige modificações nas práticas, estruturas e estratégias educacionais para eliminar barreiras. A UFERSA também apresenta uma compreensão relacionada à necessidade de adaptações estruturais e pedagógicas. A UERN, por sua vez, destaca principalmente a acessibilidade, a autonomia e a permanência, enquanto a UNP não apresenta uma definição explícita nos documentos analisados. Esse resultado é relevante porque demonstra que diferentes concepções de inclusão podem influenciar diretamente a forma como as instituições desenvolvem suas políticas. Uma compreensão baseada apenas no acesso pode ser insuficiente quando não existem condições para garantir a participação e a permanência do estudante.

A discussão sobre permanência também encontra respaldo em Garcia, Bacarin e Leonardo (2018), que, ao investigarem a percepção de estudantes com deficiência sobre as condições de acesso e permanência na educação superior, identificaram que, apesar dos avanços nas políticas de inclusão e acessibilidade, ainda existem limitações que podem dificultar a trajetória acadêmica e o acesso ao conhecimento. Os resultados reforçam que a inclusão no ensino superior não se limita ao ingresso do estudante, sendo necessário garantir condições que favoreçam sua participação, aprendizagem e permanência.

Essa discrepância também aparece quando se observa o perfil dos estudantes atendidos. A UFRN e a UFERSA apresentam políticas mais abrangentes, contemplando não apenas diferentes tipos de deficiência, mas também pessoas com TEA, TDAH, altas habilidades/superdotação e transtornos específicos de aprendizagem. A UERN apresenta um público definido de maneira mais sucinta, enquanto, na UNP, não foram encontrados detalhamentos suficientes sobre os grupos atendidos. Esse cenário indica que instituições que reconhecem uma maior diversidade de necessidades tendem a apresentar uma abordagem mais ampla de inclusão. Ao mesmo tempo, a ausência de informações em documentos oficiais não permite afirmar que determinada instituição não atenda esses estudantes, mas evidencia uma limitação na transparência e na disponibilidade das informações para a comunidade acadêmica.

Nos critérios de acesso, as universidades públicas analisadas apresentam procedimentos mais detalhados para o ingresso e para a identificação das necessidades dos estudantes, incluindo a apresentação de documentação e processos de avaliação. A UERN se diferencia pela reserva de vagas para pessoas com deficiência, enquanto a UFRN realiza, após o ingresso, uma avaliação individual para identificar os apoios necessários. A UFERSA também utiliza mecanismos de validação e acompanhamento. A UNP, por outro lado, apresenta diferentes modalidades de ingresso, permitindo maior diversidade nas formas de acesso. Nesse sentido, percebe-se que o processo de inclusão não termina no ingresso na universidade, sendo necessário que as instituições possuam mecanismos capazes de reconhecer as necessidades dos estudantes e oferecer suporte durante sua formação.

A existência de setores específicos de inclusão e acessibilidade nas quatro universidades analisadas representa um ponto positivo. A presença da SIA na UFRN, da DAIN na UERN, da CAADIS na UFERSA e do NAPI na UNP demonstra que as instituições reconhecem a necessidade de estruturas responsáveis pelo atendimento e acompanhamento dos estudantes. Entretanto, as formas de atuação são diferentes. Enquanto os setores das universidades públicas apresentam forte relação com a implementação das políticas institucionais e com ações de acessibilidade, a UNP apresenta maior integração entre inclusão e apoio psicopedagógico. Dessa forma, mais do que possuir um setor específico, é importante considerar sua capacidade de atuação, os serviços disponibilizados e sua articulação com os demais setores da universidade.

No apoio pedagógico, os resultados revelam uma das principais diferenças entre as instituições. A UFRN e a UNP apresentam de maneira mais explícita ações de apoio aos estudantes, como tutoria, acompanhamento psicopedagógico e adaptações pedagógicas. Já na UERN e na UFERSA não foram encontradas informações específicas sobre programas de tutoria ou monitoria direcionados a estudantes com necessidades específicas. Essa diferença pode representar uma lacuna importante, considerando que a permanência no ensino superior está relacionada não apenas à existência de acessibilidade física, mas também às condições oferecidas para que o estudante consiga acompanhar as atividades acadêmicas e desenvolver sua aprendizagem.

As tecnologias assistivas e a acessibilidade comunicacional também apresentam resultados distintos. UFRN, UERN e UFERSA demonstram a disponibilização de recursos que podem ampliar a autonomia dos estudantes, como materiais adaptados, recursos em Braille, leitores de tela e ferramentas digitais acessíveis. Entretanto, a UFRN apresenta maior variedade de ações relacionadas à acessibilidade comunicacional, incluindo Libras, audiodescrição, legendagem e produção de materiais acessíveis. A ausência de informações detalhadas sobre tecnologias assistivas na UNP, por sua vez, demonstra novamente uma diferença na disponibilidade documental entre as instituições. Assim, a acessibilidade deve ser compreendida de maneira ampla, não se restringindo à adaptação dos espaços físicos, mas incluindo também o acesso à comunicação, à informação e aos conteúdos acadêmicos.

Outro aspecto que merece destaque é a capacitação continuada. Os resultados mostram que UFERSA e UNP apresentam ações formativas mais claramente descritas, enquanto não foram encontradas informações suficientes sobre programas estruturados de capacitação na UFRN e na UERN. Esse resultado chama atenção porque a efetivação da inclusão depende também da preparação de professores, técnicos e demais membros da comunidade acadêmica. A disponibilização de recursos e serviços pode não ser suficiente quando os profissionais que atuam diretamente com os estudantes não possuem conhecimento sobre inclusão, acessibilidade e estratégias pedagógicas adequadas.

Em relação à infraestrutura física, a UFRN e a UNP apresentam maior detalhamento de ações voltadas à acessibilidade arquitetônica, incluindo rampas, elevadores, banheiros adaptados, sinalização e outros recursos. Na UERN e na UFERSA, embora existam iniciativas relacionadas à inclusão, os documentos analisados não apresentam informações tão detalhadas sobre esse aspecto. Isso demonstra a importância de considerar a acessibilidade física como parte das condições necessárias para a

permanência, uma vez que barreiras arquitetônicas podem limitar a autonomia e a participação dos estudantes nas atividades universitárias.

Os indicadores de acompanhamento e avaliação também revelam diferenças importantes. A UFRN apresenta mecanismos mais diversificados, incluindo informações relacionadas à acessibilidade digital, projetos desenvolvidos e evasão de estudantes cotistas com deficiência. A UERN e a UFERSA também possuem formas de acompanhamento, especialmente relacionadas ao atendimento e ao suporte aos estudantes. Entretanto, não foram identificados indicadores específicos de avaliação institucional relacionados à inclusão na UERN e na UNP. Esse aspecto merece atenção, pois acompanhar as ações não significa necessariamente avaliar seus resultados. A existência de indicadores que permitam verificar a efetividade das políticas pode contribuir para identificar problemas, corrigir estratégias e direcionar recursos para as áreas que apresentam maiores necessidades.

O desempenho acadêmico e a permanência estudantil reforçam essa discussão. Todas as universidades apresentam algum tipo de ação voltada à permanência, porém a UFRN e a UERN apresentam maior variedade de estratégias documentadas, enquanto a UFERSA concentra parte de suas ações na assistência estudantil e a UNP utiliza principalmente o NAPI e o Atendimento Educacional Especializado. Dessa forma, percebe-se que a permanência depende de um conjunto de fatores, envolvendo apoio pedagógico, acessibilidade, acompanhamento individualizado, assistência estudantil e condições adequadas de participação.

A necessidade de considerar essas diferentes dimensões é reforçada por Garcia, Bacarin e Leonardo (2018), que evidenciam a importância das ações institucionais para promover a acessibilidade ao conhecimento e garantir a permanência dos estudantes no ensino superior. Para as autoras, a inclusão requer ações que ultrapassem a garantia formal de direitos, envolvendo condições concretas de acessibilidade e suporte aos estudantes. Assim, os resultados desta pesquisa indicam que a análise das políticas institucionais deve considerar tanto a existência das ações quanto seu alcance e detalhamento.

Outro ponto importante está relacionado à participação e à inclusão social. UERN, UFERSA e UNP apresentam ações de conscientização, formação, eventos e projetos voltados à diversidade e à participação da comunidade acadêmica. Essas iniciativas demonstram que a inclusão não depende somente de serviços destinados diretamente aos estudantes com necessidades específicas, mas também da construção de uma cultura institucional que valorize a diversidade. Nesse sentido, ações de sensibilização podem contribuir para reduzir barreiras atitudinais e fortalecer relações mais inclusivas dentro das universidades.

Quanto às fontes de financiamento, observa-se uma limitação comum nos documentos analisados: nem todas as instituições apresentam de forma clara a origem dos recursos destinados às políticas de inclusão. A UFERSA apresenta informações mais detalhadas sobre recursos relacionados a programas e políticas institucionais, enquanto nas demais instituições as informações são mais gerais ou não foram encontradas. Essa ausência dificulta a avaliação da sustentabilidade das ações, uma vez que a continuidade de políticas inclusivas depende também da existência de recursos suficientes para sua implementação e manutenção.

Conclusão

De maneira geral, os resultados indicam que a UFRN apresenta a política mais abrangente e detalhada entre as instituições analisadas, principalmente pela variedade de documentos, serviços, indicadores e dimensões de acessibilidade contempladas. A UFERSA também apresenta uma estrutura institucional consistente, com destaque para a definição do público atendido e para as ações desenvolvidas pela CAADIS. A UERN demonstra uma atuação relevante no acompanhamento e na permanência dos estudantes, especialmente por meio da DAIN, embora alguns indicadores apresentem menor detalhamento documental. Já a UNP apresenta iniciativas importantes relacionadas ao apoio psicopedagógico e às adaptações pedagógicas, mas possui maior limitação na explicitação de alguns indicadores nos documentos analisados.

Nesse sentido, os resultados permitem alcançar os objetivos propostos neste estudo, ao analisar as políticas de inclusão e acessibilidade adotadas pelas universidades do Rio Grande do Norte, identificar as principais ações e estruturas institucionais destinadas ao atendimento dos estudantes e comparar o nível de desenvolvimento dessas políticas a partir dos indicadores estabelecidos. A análise também possibilitou reconhecer as principais diferenças, avanços e lacunas existentes entre as instituições, permitindo compreender quais dimensões da inclusão encontram-se mais consolidadas e quais demandam maior atenção.

Portanto, a comparação evidencia que as universidades do Rio Grande do Norte possuem avanços importantes na construção de políticas de inclusão e acessibilidade, mas ainda existem diferenças e lacunas que precisam ser consideradas. A inclusão efetiva não depende apenas da existência de uma política ou de um setor específico, mas da articulação entre acesso, acessibilidade, apoio pedagógico, acompanhamento, permanência, participação social, formação da comunidade acadêmica e avaliação dos resultados. Nesse sentido, os indicadores utilizados neste estudo permitem não apenas comparar as instituições, mas também visualizar quais dimensões estão mais desenvolvidas e quais ainda necessitam de maior atenção, contribuindo para o aprimoramento das políticas institucionais de inclusão no ensino superior.

Referências

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2018. Acesso em:28 ago. 2026.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, número especial, p.

33-40, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/035. Acesso em:28 ago. 2026.

PLETSCH, Márcia Denise; LEITE, Lúcia Pereira. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. Educar em Revista, Curitiba, v. 33, número especial 3, p. 87-106, 2017. DOI: 10.1590/0104-4060.51042. Acesso em:28 ago. 2026.

SILVA, Dilma Fernandes Madalão; SOARES, Luiza Helena Ferreira; BRAGA, Daniel Santos; MEIRA, Fernanda Cilene Moreira de. Inclusão de estudantes público-alvo da educação especial no ensino superior: o caso da Universidade do Estado de Minas Gerais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 51, e282815, 2025. DOI: 10.1590/S1678-4634202551282815.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselho de Administração. Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD, de 10 de maio de 2022. Atualiza a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2022. Disponível em:https://sipac.ufrn.br/sipac/VerInformativo?id=184436&imprimir=true. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Inclusão e Acessibilidade. Plano de acessibilidade. Natal: UFRN/SIA, 2022. 55 p. Disponível em:https://www.ufrn.br/resources/documentos/planos/plano_acessibilidade_da_UFRN.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Inclusão e Acessibilidade. Secretaria de Inclusão e Acessibilidade – SIA. Natal: UFRN, [2026]. Disponível em:https://sia.ufrn.br/. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Universitário. Resolução nº 05, de 24 de março de 2015. Dispõe sobre a Diretoria de Ações Inclusivas – DAIN. Mossoró: UERN, 2015. Disponível em:https://portal.uern.br/dain/. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas. Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas – DAIN. Mossoró: UERN, [2026]. Disponível em:https://portal.uern.br/dain/. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Políticas e Ações Inclusivas – UERN em Números. Mossoró: UERN, [2026]. Disponível em:https://portal.uern.br/uernemnumeros/politicas-e-acoes-inclusivas/. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Universitário. Resolução nº 01/2022-CONSUNI. Aprova o Regimento Geral da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e revoga as Resoluções nº 11/1993 e nº 06/2002-CONSUNI. Mossoró: UERN, 2022. Disponível em:https://www.uern.br/controledepaginas/documentos-legislacao-

consuni/arquivos/5104resolucao_n0_2022_01___consuni___aprova_o_regimento_geral_da_uern_e_revoga_as_resolucoes_de_n0_1993_11_2002_06___consuni.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. Conselho Universitário. Resolução CONSUNI/UFERSA nº 47, de 31 de julho de 2025. Cria a Política de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e com Necessidades Específicas na Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró: UFERSA, 2025. Disponível em:https://documentos.ufersa.edu.br/inicio/conselhos/consuni/resolucoes/ano2025/. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. Conselho Universitário. Resolução CONSUNI/UFERSA nº 005, de 31 de outubro de 2012. Dispõe sobre a criação da Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social – CAADIS. Mossoró: UFERSA, 2012. Disponível em:https://documentos.ufersa.edu.br/inicio/conselhos/consuni/resolucoes/ano2012/. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. Coordenação Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social. Legislação. Mossoró: UFERSA, [2026]. Disponível em:https://caadis.ufersa.edu.br/legislacao/. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021-2025. Mossoró: UFERSA, 2022. Disponível em:https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2022/01/PDI-UFERSA-21-25-FINAL-20_01_2022_COM-ANEXOS-1.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE POTIGUAR. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2023-2027. Natal: Universidade Potiguar, 2023. Disponível em:https://www.unp.br/wp-content/uploads/2023/03/PDI_UNP_2023_2027.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE POTIGUAR. Resolução UNP nº 054, de 26 de junho de 2023. Atualiza o Regimento Geral da Universidade Potiguar. Natal: Universidade Potiguar, 2023. Disponível em:https://www.unp.br/wp-content/uploads/2024/06/RES_UNP_718_No-054_260623_Atualiza-REGIMENTO.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNIVERSIDADE POTIGUAR. Manual do aluno. Natal: Universidade Potiguar, 2024. Disponível em:https://www.unp.br/wp-content/uploads/2024/09/Manual-do-Aluno_UNP-Novo-Curriculo.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

CÓDIGO: HS0378

AUTOR: LETÍCIA FURTADO OLIVEIRA MENEZES

ORIENTADOR: FABIO LUIZ DE OLIVEIRA BEZERRA

TÍTULO: INCONVENCIONALIDADE DE RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA SOBRE OPINIÕES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS

Resumo

O artigo analisa os limites da atividade de inteligência estatal no monitoramento político de servidores públicos no Estado Democrático de Direito, ante a potencial afronta às liberdades fundamentais e aos direitos humanos. Questiona-se a compatibilidade dessa prática com a Constituição Federal e com os tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Objetiva-se analisar a tensão entre segurança institucional e liberdades fundamentais, via controle de convencionalidade. Adota-se metodologia hipotético-dedutiva, com revisão bibliográfica, análise normativa, jurisprudencial e levantamento empírico de decisões da Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Conclui-se que tais dossiês configuram violação ao bloco de convencionalidade e aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Controle de Convencionalidade. Relatórios de Inteligência.

TITLE: THE UNCONVENTIONALITY OF INTELLIGENCE REPORTS ON PUBLIC SERVANTS' POLITICAL OPINIONS

Abstract

The article analyzes the limits of state intelligence activities in the political monitoring of public servants within the framework of the Democratic Rule of Law, in light of the potential infringement upon fundamental freedoms and human rights. It questions the compatibility of such practice with the Federal Constitution and with the international treaties ratified by Brazil. The study aims to examine the tension between institutional security and fundamental freedoms through the lens of conventionality control. A hypothetical-deductive methodology is adopted, based on bibliographical review, normative and jurisprudential analysis, as well as an empirical survey of decisions issued by the Federal Court of Rio Grande do Norte. It is concluded that such intelligence dossiers constitute a violation of the conventionality block and of fundamental rights.

Keywords: Conventionality Control.Intelligence reports.

Introdução

1 INTRODUÇÃO

A atividade de inteligência estatal ocupa posição estratégica no âmbito do Estado contemporâneo, sendo concebida como instrumento legítimo de produção de conhecimento destinado à salvaguarda da soberania, da ordem constitucional e da segurança institucional. No ordenamento jurídico brasileiro, sua organização e finalidade encontram disciplina normativa específica, voltada à obtenção, análise e difusão de informações relevantes à defesa do Estado e da sociedade. Trata-se, portanto, de função pública sensível, cuja legitimidade repousa na estrita observância dos parâmetros constitucionais e democráticos.

Entretanto, a utilização de mecanismos de inteligência para a elaboração de dossiês contendo dados pessoais e informações de natureza político-ideológica de servidores públicos suscita preocupações que ultrapassam o plano administrativo. Quando a atividade informacional se direciona ao monitoramento de opiniões políticas ou manifestações individuais, instaura-se uma zona de tensão entre a proteção da segurança institucional e a garantia das liberdades fundamentais, especialmente a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento e o direito à privacidade.

A problemática adquire contornos ainda mais relevantes em contextos nos quais a produção e a difusão dessas informações podem assumir feição de vigilância política, aproximando-se de práticas incompatíveis com a lógica do Estado Democrático de Direito. Nessas hipóteses, a atividade de inteligência, concebida originariamente como instrumento técnico de assessoramento estratégico, corre o risco de converter-se em mecanismo de controle indevido da esfera individual, com potencial impacto sobre a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político.

Além das implicações no plano constitucional interno, tais práticas também projetam efeitos no âmbito internacional, na medida em que o Brasil se encontra vinculado a tratados de direitos humanos que impõem limites às ingerências estatais na esfera da liberdade de expressão e da vida privada. A tensão entre segurança e liberdade, nesse cenário, revela-se não apenas como um dilema político, mas como um problema jurídico de elevada densidade normativa, especialmente à luz dos compromissos assumidos no sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

Nesse cenário, a pergunta que motiva a presente pesquisa é a seguinte: a produção e difusão de relatórios de inteligência acerca de opiniões políticas de servidores públicos é compatível com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil?

Com esta visão, o artigo tem o objetivo geral de realizar uma avaliação crítica acerca do controle de convencionalidade inerente à produção e difusão de relatórios de inteligência destinados ao monitoramento de opiniões políticas de servidores públicos, de modo a verificar a compatibilidade da referida prática com os preceitos basilares do Estado Democrático de Direito e as normas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos,

especialmente por se tratar de um visível conflito entre a liberdade de acesso à informação e a liberdade de manifestação política.

Como objetivos específicos, o estudo almeja definir o escopo e as bases teóricas da atividade de inteligência estatal; examinar os limites impostos às tecnologias de vigilância e monitoramento, mediante a verificação e análise da intersecção entre as disposições do ordenamento jurídico brasileiro com os tratados internacionais ratificados pelo Brasil voltados para a liberdade de expressão e pensamento; e, por fim, investigar a atuação da Justiça Federal do Rio Grande do Norte frente ao controle de convencionalidade de atos de inteligência, com fulcro na identificação de fundamentos válidos e padrões relevantes acerca do tema.

Metodologia

2 METODOLOGIA

Com intuito de responder à pergunta formulada, a pesquisa adota o método hipotético-dedutivo, procedendo-se a uma análise descritivo-interpretativa e revisão bibliográfica de documentos doutrinários, para além de instrumentos normativos infraconstitucionais e jurisprudenciais, bem como método empírico de coleta de dados através do procedimento de levantamento de decisões proferidas no âmbito da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, especificamente as que versam sobre os relatórios de inteligência de opiniões políticas de servidores, utilizando-se do repositório oficial de jurisprudência do tribunal, para fins de verificação das tendências decisórias sobre o estudo no recorte temporal a partir de 1 de janeiro de 2019, início do Governo Bolsonaro, em que a mídia passou a noticiar o uso da ABIN para monitorar grupos sociais, até 10 de abril de 2026.

À vista disso, a partir do problema destacado neste estudo, o qual se refere à inconvencionalidade dos relatórios de inteligência de servidores públicos, faz-se primordial uma avaliação de natureza aplicada e exploratória da atuação da Justiça Federal do Rio Grande do Norte acerca do tema e, mediante tal análise, proceder com a obtenção de conclusões acerca da realização do controle de convencionalidade por esse órgão judicial, através de um método indutivo.

A referida pesquisa foi delimitada aos julgados de jurisdição de primeiro grau da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, com recorte temporal a partir de 1 de janeiro de 2019, início do Governo Bolsonaro, em que a mídia passou a noticiar o uso da ABIN para monitorar grupos de opositores políticos, até 10 de abril de 2026.

Para identificar os julgados, foram utilizadas as seguintes palavras-chave no sistema JULIA do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (https://julia.trf5.jus.br/julia): "inteligência" e "dossiê" e "liberdade" e "expressão". Dos selecionados, foram desconsiderados 7 (sete) resultados, pois estes consistem em duplicidades dos processos examinados. Remanesceram 10 (dez) sentenças: 0022625-95.2025.4.05.8400 (7ª Vara Federal); 0003706-52.2025.4.05.8402 (9ª Vara Federal); 0018711-23.2025.4.05.8400 (7ª Vara Federal); 0018744-13.2025.4.05.8400 (7ª Vara Federal); 0022598-

15.2025.4.05.8400 (7ª Vara Federal); 0018737-21.2025.4.05.8400 (3ª Vara Federal); 0026452-17.2025.4.05.8400 (3ª Vara Federal); 0020177-52.2025.4.05.8400 (3ª Vara Federal), 0020303-05.2025.4.05.8400 (7ª Vara Federal) e 0010877-63.2025.4.05.8401 (8ª Vara Federal).

Esses processos selecionados têm como pressuposto fático a inserção de dados pessoais, políticos e ideológicos de servidores públicos estaduais em dossiês de inteligência e a perceptível tensão entre a proteção da segurança institucional e a garantia das liberdades fundamentais, notadamente a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento e o direito à privacidade. Em todos eles, os autores somente tiveram ciência de que seus nomes constavam em relatórios de inteligência produzidos em 2020 apenas no ano de 2025. Assim, só a partir desse momento tornou-se possível a adoção de medidas judiciais cabíveis, com vistas à tutela de direitos e garantias fundamentais dos ofendidos.

Isto posto, têm-se, notadamente, um número ainda incipiente de processos judiciais que englobam tal matéria, sendo, portanto, uma seara que abre margem para um controle de convencionalidade eficaz, direcionado e em consonância às disposições normativas internacionais que tutelam a defesa da liberdade de expressão e pensamento, em consonância ao arcabouço jurisprudencial nacional.

Dessa forma, torna-se fundamental depreender a atuação da Justiça Federal enquanto instituição de competência constitucional, com bases na concretização e salvaguarda de direitos fundamentais e obtenção de justiça social, sendo plenamente concebível a implementação de um efetivo exame de compatibilidade entre normas nacionais em face de normas internacionais em sua atividade jurisdicional, diante a premente necessidade de contínuo aperfeiçoamento para responder a demandas cada vez mais complexas. Desse modo, cumpre destacar a persecução do cumprimento e proteção dos direitos humanos existentes nas ações judiciais, sobretudo, por intermédio da efetivação do controle de convencionalidade.

Resultados e Discussões

3 DELIMITAÇÕES TEÓRICAS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA PERANTE AS BALIZAS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A atividade de inteligência brasileira, idealizada para tutelar a segurança dos cidadãos e das instituições, parte do pressuposto teórico de produção de conhecimentos que subsidiam a manutenção do bem-estar da nação em sua integralidade, prezando pela confiabilidade atribuída a assuntos vinculados aos interesses nacionais. Nesse contexto, a legitimidade do Sistema Brasileiro de Inteligência encontra aporte na Lei 9.883/1999, com vistas à defesa do Estado Brasileiro, mediante obtenção, análise e disseminação informacional sobre fatos que promovam a preservação da soberania nacional, como ressalta a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN, 2023, p.12-13).

Ao obter e produzir dados metódica e sistematicamente, a atividade de inteligência concretiza ao agente público a prerrogativa de prática do comando normativo de modo

menos arbitrário e eficiente, assim como objetiva promover um funcionamento organizacional mais seguro, com fulcro na atenuação de incertezas e na mitigação de riscos inerentes ao processo decisório intimamente vinculados à defesa da ordem pública.

Nesse sentido, busca-se zelar pela preservação da soberania do país e da dignidade da pessoa humana, de forma a sedimentar uma atuação pautada pela preservação de direitos e garantias individuais e salvaguardar o Estado, mediante ação conjunta e integrada de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, na forma do Sistema Brasileiro de Inteligência, nos termos do artigo 2º, §1º da Lei 9.883/99, ao dispor sobre as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do país, objetivando fornecer subsídios ao Presidente da República no que concerne aos assuntos de interesse e relevância nacional, nos termos do supracitado dispositivo normativo.

A Política Nacional de Inteligência, instituída pelo Decreto 8.793/2016, constitui fundamento para a referida atuação, ao fixar diretrizes e balizas essenciais para o devido exercício das atividades de inteligência e contrainteligência. Tais atividades destinam-se ao assessoramento e ao acompanhamento de eventos ocorridos no território nacional e no exterior, com a finalidade de permitir ao Estado Brasileiro a organização e a mobilização dos esforços necessários à identificação de possíveis adversidades e oportunidades no âmbito da ação governamental.

À vista disso, a Política Nacional supracitada enquadra disposições imprescindíveis para o exercício da atividade de inteligência e atuação de seus executores, de maneira a, precipuamente, configurá-la como prática permanente de ações especializadas para produção e difusão de conhecimentos, subdividindo-se em atividade de inteligência, a qual detém-se aos fatos dentro e fora do território nacional que exerçam imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a proteção do Estado Brasileiro, e atividade de contrainteligência, direcionada na prevenção, detecção e neutralização de inteligência adversa e de ações que configurem iminente ameaça à tutela de dados, direitos e instalações de interesse da coletividade.

Entretanto, havendo um afastamento das bases legais norteadoras da inteligência, existe, consequentemente, uma deturpação funcional e um acinte à liberdade individual e dignidade dos envolvidos, de modo a ampliar a insegurança jurídica que permeia a referida conjuntura, dado o contraponto existente entre o uso eficaz dos dados pessoais e a existência de tecnologias de vigilância que acentuam a parcialidade e a persecução injustificada.

Trata-se, assim, de uma oposição massiva à tutela de direitos subjetivos universais tipificados em lei, corrompendo suas precípuas funções direcionadas à defesa da pessoa humana ou de sua liberdade perante o arbítrio do Estado, assim como de prestação social, de não-discriminação e proteção perante terceiros (Canotilho, 2003, p. 407-411). Assim, uma vez existindo um monitoramento de dados pessoais de cidadãos brasileiros exclusivamente vinculados às suas convicções políticas e ideológicas, mascara-se uma nefasta perseguição e uma preocupante tensão entre a institucionalização da atividade de inteligência nacional e a asseguração de valores democráticos.

Nesse contexto, com o cerceamento da liberdade de manifestação política e de pensamento, bem como da tutela de direitos intrínsecos à pessoa humana, impõe-se obstáculo à concretização de valores essenciais ao Estado Democrático de Direito.

Todavia, muito embora sedimentada à luz das disposições principiológicas inerentes aos fundamentos constitucionais, a tipificação legal da atividade de inteligência brasileira restringe-se, majoritariamente, à legislação infraconstitucional sem, entretanto, existir uma alusão clara e direcionada para a regulamentação precisa de suas atividades, bem como aos seus mecanismos de controle e fiscalização, fato este que acentua a possibilidade de desvios funcionais e ainda mudanças conjunturais em sua atuação (Gonçalves, 2008, p.10).

Logo, urge a devida manutenção de uma atividade de inteligência eficiente e atinente aos preceitos constitucionais e legais, prezando, assim, pelo estabelecimento de balizas de atuação que perpassem pelo equilíbrio entre finalidade precípua do serviço de inteligência nacional e a tutela de valores democráticos, de maneira que o exercício das competências de inteligência e contrainteligência não devem ser conduzidos sob uma lógica de sobreposição que culmine no sufocamento da esfera de liberdade e dignidade dos indivíduos.

4 LIMITES À VIGILÂNCIA POLÍTICA SOB O PARADIGMA DA CONVENCIONALIDADE E DA INTERSECÇÃO ENTRE O ORDENAMENTO INTERNO E O SISTEMA INTERAMERICANO

Importa frisar, de pronto, que a tensão entre os valores democráticos e a atividade de inteligência não deve vir a ser sopesada de maneira a sufocar a preservação de direitos e garantias fundamentais dos envolvidos. Nesse sentido, a vigilância política não deve estar em descompasso da sua respectiva finalidade institucional, mantendo seu objetivo central de proteger informações, pessoas, áreas, instalações e detectar e neutralizar ações de inteligência diversas (ABIN, 2023, p.12).

Nesse sentido, uma vez constatado o evidente desvio de finalidade da atividade de inteligência, verifica-se a indevida obtenção de vantagens alheias ao interesse público, em manifesta afronta às disposições jurídicas expressas. Tal prática favorece a instauração de investigações pautadas por motivações meramente persecutórias, em clara deturpação da finalidade institucional da inteligência estatal e em sensível violação à tutela da liberdade de expressão, especialmente daqueles que exercem livremente o direito de associação e de manifestação do pensamento. Tal cenário culmina, pois, na ruptura do direito à intimidade personalíssima preconizada por Barroso (2018, p.50-55) e na promoção de uma atuação coercitiva, conveniente e parcial. É o que entendeu o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 722/DF (STF, 2022).

O STF na referida ADPF declarou a inconstitucionalidade de atos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de produção e compartilhamento de dossiê sigiloso contendo informações sobre a vida pessoal, escolhas ideológicas e políticas e práticas cívicas de cidadãos, na qualidade de servidores públicos, identificados como integrantes de movimentos políticos antifascistas. A conjuntura fática supracitada denota um evidente desvio da precípua finalidade do relatório de inteligência, através da obtenção de finalidade alheia à defesa da ordem pública, fato este que ensejou a devida atenção e análise junto a Corte Constitucional. Com a decisão do STF, assegura-se o direito de liberdade de expressão, reunião e associação, nos termos do arcabouço constitucional.

Tal concepção decisória encontra aporte constitucional ao enquadrar a liberdade de expressão enquanto elemento basilar para o Estado Democrático de Direito, promovendo a garantia de espaço e manifestação de correntes de pensamento e ideologias e o consequente exercício da cidadania em um ambiente democrático, em consonância com os incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal de 1988, os quais preconizam que é "livre a manifestação do pensamento" e "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

Nesse sentido, merece enfoque analítico o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ao amplificar o direito à liberdade de expressão e pensamento, além de preconizar acerca sobre a busca e difusão de informações e ideias, sendo vedada a restrição do direito de expressão por meios indiretos ou abuso de poder (OEA, 1969). De maneira análoga, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1992 e ratificado pelo Brasil mediante Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, evidencia, em seu artigo 18, a liberdade de receber e difundir ideias de qualquer natureza, de forma verbal ou por escrito (ONU, 1966).Dessa forma, entende-se que, ao se obstaculizar o debate de ideias e opiniões,há, nitidamente, uma violação à liberdade de expressão, culminando, pois, no sufocamento de requisito essencial para a configuração de uma sociedade democrática e na consequente desvirtuação à tutela integral da supracitada liberdade assegurada tanto à luz do ordenamento interno como internacional.

Outrossim, embora tratando-se especificamente de caso vinculado a período eleitoral, entende a Corte Interamericana, em sede de caso Ricardo Canese vs. Paraguai, acerca da configuração da liberdade de expressão e informação como um dos principais mecanismos que a sociedade possui para exercício de controle democrático, sendo o livre discurso e o debate político primordiais para a tutela do interesse social. Conceitua a Corte que o direito à liberdade de expressão engloba a participação do indivíduo em todos os aspectos vinculados ao funcionamento harmônico da sociedade (Corte IDH, 2004).

Nesse pórtico, entende-se, pois, a necessidade de fixação de balizas à vigilância política indiscriminada sob o paradigma do controle de convencionalidade, com fulcro no fortalecimento da proteção normativa dos direitos humanos. Para tanto, uma vez diante da omissão estatal em expurgar do ordenamento jurídico disposições incompatíveis com a Corte Interamericana, incumbe especialmente ao Poder Judiciário proceder com controle de convencionalidade no exercício da jurisdição interna, configurando-se enquanto importante mecanismo de garantia da primazia das normas regionais de salvaguarda de direitos humanos.

Em consonância ao arcabouço jurisprudencial da Corte Interamericana em sede de julgamento do caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile, em 2006, há a incorporação expressa acerca do controle de convencionalidade, sendo um marco fundamental ao reafirmar a impossibilidade de utilização de normas internas contrárias à Convenções e Tratados ratificados como mecanismo de afastamento da responsabilidade internacional do Estado, assim como ferramenta de sufocamento da esfera de direitos tutelados no plano internacional (Corte IDH, 2006).

O bloco de convencionalidade, portanto, deve servir enquanto paradigma e referencial ético para juízes e tribunais, o qual, na visão de Mazzuoli (2018,p.54-55), consiste na totalidade de um corpus formal, constituído pelos tratados e costumes, assim como uma

base jurisprudencial lato sensu, a qual baseia-se em sentenças e opiniões consultivas, de forma a acrescer à constitucionalidade das normas internas e, consequentemente, proceder com um diálogo ativo e efetivo de asseguração dos direitos e liberdades.

5 O EXERCÍCIO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE FRENTE AO MONITORAMENTO DE AGENTES PÚBLICOS

Sob uma ótica transnacional, verifica-se que, após a globalização, coexiste uma intensa pluralidade de ordens jurídicas e a consequente prevalência por normas e padrões decisórios diversos, culminando em aspectos convergentes ou divergentes frente às conjunturas e problemáticas globais em comum (Ramos, 2012,p.500). Nesse sentido, incumbe ao juiz nacional proceder com o exame de convencionalidade, isto é, a adequação das normas produzidas internamente com os tratados internacionais de direitos humanos devidamente ratificados (Mazzuoli, 2011,p.25), prezando, pois, pela asseguração da compatibilidade das normas nacionais com o arcabouço normativo internacional.

A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, notadamente no julgamento do Caso Gelman vs. Uruguai, estabelece a atuação conjunta dos juízes para exercer ex officio o controle de convencionalidade, no marco de suas respectivas competências e da normativa correspondente (Corte IDH, 2011). Nesse sentido, entende Moreira (2016) que o exercício do controle de convencionalidade atua enquanto importante mecanismo de validação do Direito Internacional dos direitos humanos.

Dessa maneira, objetiva-se o respeito irrestrito aos direitos humanos, mediante uma atuação proba e íntegra dos administradores da justiça, sob pena de se infligir ao Estado Brasileiro sanções concernentes ao descumprimento de disposições internacionais ratificadas. Nesse sentido, entende o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob a égide da Recomendação nº 123 de 2022, acerca da necessidade de observância aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte IDH na atuação profissional (CNJ, 2022). Todavia, a despeito do exposto, verifica-se uma aplicação ainda incipiente de instrumentos legais internacionais no arcabouço decisório do magistrado, fato que enseja um olhar atento e direcionado, visando promover maior eficiência e adequação entre a base normativa nacional e internacional.

Analisando as dez sentenças, à título de aplicação metodológica de natureza aplicada e exploratória, constata-se que o Judiciário Potiguar Federal depreendeu que, muito embora a atividade de inteligência seja positivada pela Lei nº 9.883/1999, o seu desvirtuamento para a vigilância de opiniões de cunho essencialmente político é medida desprovida de finalidade pública legítima.

Quanto ao controle de convencionalidade, nas 3 (três) sentenças da 3ª Vara Federal analisadas, não houve fundamentação em tratados internacionais ou jurisprudência da Corte IDH. As decisões limitaram-se a examinar a natureza estigmatizante dos fatos e as consequentes lesões à honra e à dignidade dos indivíduos atingidos à luz da conjuntura fática supracitada e da legislação nacional vigente. Nesse viés, nota-se que tais sentenças restringiram-se à apreciação interna da matéria sem proceder com a verificação da compatibilidade da legislação nacional e atuação estatal com os parâmetros dispostos em

tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, deixando, portanto, de realizar o devido controle de convencionalidade.

Outrossim, da análise da sentença proferida pelo juízo da 8ª Vara Federal, verifica-se o não exercício do controle de convencionalidade. Tal conjuntura demonstra um exame jurisdicional voltado apenas para a apreciação do arcabouço fático da demanda, de modo a reconhecer a ilegalidade do relatório de inteligência, nos termos do pronunciamento do STF no julgamento da ADPF nº 722. Contudo, o pleito autoral foi julgado improcedente, diante do entendimento de que a inserção do nome e qualificação do indivíduo em dossiê de inteligência, embora indevida, não gerou abalo psicológico ou sofrimento passível de indenização por danos morais.

Na sentença da 9ª Vara Federal, por sua vez, muito embora haja menção expressa à dissonância entre a jurisprudência consolidada da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a conjuntura fática de monitoramento sistemático, elaboração e compartilhamento de dossiê de inteligência, não há uma aprofundada e específica análise frente ao controle de convencionalidade, sendo uma abordagem pertinente, mas ainda incipiente, haja vista a mera configuração do fato enquanto descumprimento de obrigação internacional de não-repetição, sem o devido enquadramento comparativo e direcionado ao exame de compatibilidade mediante jurisprudência específica da Corte IDH. Todavia, a presente sentença demonstra o efetivo potencial para exercício do controle de convencionalidade no caso ora exposto, ao reconhecer a liberdade de expressão enquanto uma das bases do Estado Democrático de Direito, tutelada sob a ótica do ordenamento nacional e internacional.

Já em 04 (quatro) sentenças da 7ª Vara Federal, ocorreu efetivamente controle de convencionalidade, na medida em que houve fundamentação com tratado internacional e jurisprudência da Corte IDH. Há, nessas, notória fundamentação direcionada à proteção dos direitos fundamentais, de forma a reconhecer que a coleta e o compartilhamento de dados individuais com claros fins persecutórios atinge um núcleo de normativas internacionais e nacionais essenciais para a asseguração do direito à liberdade de expressão, liberdade de manifestação de pensamento e da dignidade humana. Em apenas 1 (uma) sentença da 7ª Vara Federal verifica-se uma análise mais direcionada ao exame específico da conjuntura fática atrelada à configuração de dano moral, limitada, tão somente, ao exame da legislação nacional, sem realizar um efetivo controle de convencionalidade difuso.

Neste ensejo, a técnica do controle de convencionalidade manifesta-se, nestes quatro julgados da 7ª Vara Federal anteriormente mencionados, por intermédio da aferição de compatibilidade entre as competências do Sistema Brasileiro de Inteligência e as garantias convencionais de liberdade de pensamento e expressão constantes na Convenção Americana de Direitos Humanos e no Pacto de Direitos Civis e Políticos. Há, portanto, um controle difuso de convencionalidade, ao demonstrar a violação de núcleo essencial de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro.

Em apertada síntese, verifica-se que o controle de convencionalidade exercício pela 7ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, no contexto do monitoramento de agentes públicos por intermédio da atividade de inteligência, manifesta-se de forma contundente na análise de processos que versam sobre dossiês sigilosos produzidos por órgãos estatais sobre inclinações político-ideológicas de servidores.

Torna-se notória a reafirmação, pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte, da supralegalidade dos tratados de direitos humanos, assegurando a tutela de limites intransponíveis da dignidade da pessoa humana e do pluralismo político enquanto cernes do Estado democrático de Direito. A atuação jurisdicional ora constatada efetivamente consistiu em filtro contra arbitrariedades, assegurando que a dignidade da pessoa humana permaneça como limite intransponível de qualquer atividade de inteligência estatal, além de proteger disposições de liberdade consagradas na Convenção Americana (Rojas, 2013) dentro das balizas e fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Desse modo, cabe a verificação da compatibilidade entre normativas nacionais e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro como um dever funcional do Poder Judiciário. Assim, tem-se o controle de convencionalidade enquanto ferramenta com potencial para implementar no ordenamento interno standards, princípios e arcabouço jurisprudencial ao tratar sobre direitos humanos (Piovesan, 2013, p.142), sendo primordial a realização de uma prática que englobe uma atuação complexa e multifacetada pautada pela identificação da norma internacional aplicável perante o conteúdo fático, assim como as normas internas vinculadas à proteção da pessoa humana, culminando, pois, em uma ótica de equilíbrio e ponderação eficaz e coesa.

Conclusão

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procedeu com uma avaliação crítica acerca da inconvencionalidade da produção e difusão de relatórios de inteligência destinados ao monitoramento de opiniões políticas de servidores públicos. Para tanto, fez-se primordial investigar a compatibilidade da referida atuação com as bases democráticas nacionais e as normas internacionais de direitos humanos; identificar os conceitos doutrinários e normativos inerentes à atividade de inteligência e sua implicação no ordenamento nacional; discorrer sobre os marcos regulatórios internacionais e a sua consonância e aplicação no cenário jurídico brasileiro; e avaliar o controle de convencionalidade exercido pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte frente a temática ora exposta.

Com isso, diante do fluxo metodológico apresentado, tem-se que a hipótese norteadora deste trabalho foi confirmada, no sentido de que a elaboração e difusão de dossiês de inteligência contendo opiniões políticas demonstra uma incompatibilidade vertical com o bloco de convencionalidade interamericano, haja vista a deturpação de sua função constitucional, ao passo que se torna uma nefasta ferramenta de vigilância e mascara a perseguição de opositores, para além do afastamento da proteção de direitos e garantias fundamentais dos envolvidos.

Detectou-se, portanto, que o distanciamento dos fundamentos normativos que orientam a atividade de inteligência culmina, de forma inevitável, na sua descaracterização institucional e funcional, haja vista a existência de reflexos diretos voltados à afronta à liberdade individual dos sujeitos e à dignidade daqueles que lhes viram tolhidos o direito de manifestação de pensamento e ideologias. Trata-se, assim, de um nefasto agravamento da insegurança jurídica, especificamente no que se refere ao atrito entre a utilização

legítima de dados pessoais e a expansão de tecnologias de vigilância que incrementam a persecução injustificada e discriminatória.

A primordialidade de incorporar os parâmetros jurídicos internacionais, inclusive os previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos ao ordenamento brasileiro decorre do caráter estrutural das questões vinculadas aos direitos humanos, que transcendem a esfera exclusivamente interna dos Estados. Logo, o controle de convencionalidade assume papel central como mecanismo de harmonização normativa, impondo aos órgãos estatais, inclusive ao Poder Judiciário, o dever de verificação ativa da compatibilidade de normas e práticas internas com compromissos internacionais assumidos.

Consiste, por conseguinte, em instrumento indispensável para a efetividade dos direitos fundamentais, pautado por uma atuação de transparência das atividades governamentais, manutenção de gestão pública proba e respeito irrestrito aos direitos fundamentais, configurando garantias inafastáveis do Estado Democrático de Direito, sendo, pois, óbices ao enraizamento de disposições e condutas arbitrárias.

Referências

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN). **Doutrina da Atividade de Inteligência**. Brasília: ABIN, 2023. Disponível em:https://www.gov.br/abin/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/doutrina/Doutrina-da-Atividade-de-Inteligencia-2023. Acesso em: 10 fev. 2025.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 3ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0018737-21.2025.4.05.8400**. Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 3ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0026452-17.2025.4.05.8400**. Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 3ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0020177-52.2025.4.05.8400**. Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 7ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0022625-95.2025.4.05.8400**. Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 7ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0018711-23.2025.4.05.8400**. Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 7ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0018744-13.2025.4.05.8400.** Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 7ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0022598-15.2025.4.05.8400**. Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 7ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0020303-05.2025.4.05.8400**. Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 8ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0010877-63.2025.4.05.8401**. Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Justiça Federal. Tribunal Regional da 5ª Região. 9ª Vara Federal de Natal/RN. **Processo n. 0003706-52.2025.4.05.8402.** Disponível em: https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 13 maio 2026.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 123, de 07 de janeiro de 2022**. Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos [...]. Brasília, DF: CNJ, 2022.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Declaração de Princípios sobre liberdade de Expressão**. 108ª sessão regular, 16 a 27 de outubro de 2000.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (Corte IDH).**Caso Ricardo Canese vs. Paraguay:** Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 31 de agosto de 2004.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). **Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile:** Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 26 de setembro de 2006.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (Corte IDH). **Caso Tristán Donoso vs. Panamá:** Excepcíon Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 27 de janeiro de 2009.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). **Caso Gelman vs. Uruguai:** Mérito e Reparações. Sentença de 24 de fevereiro de 2011. Série C, n. 221.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (Corte IDH). **Caso López y otros vs. Honduras:** Excepcíon Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentença de 5 octubre de 2015.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (Corte IDH). **Opinión Consultiva OC-27/21**. Derechos a la libertad sindical, negociación colectiva y huelga, y su relación con otros derechos, con perspectiva de género. Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 5 de mayo de 2021.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Conhecimento e Poder: a atividade de inteligência e a Constituição Brasileira. In: BRASIL. Senado Federal. **Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois: a consolidação das instituições.** Brasília: Senado Federal, 2008, v. 3.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **O controle jurisdicional da convencionalidade das leis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Controle jurisdicional da convencionalidade das leis.** Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MOREIRA, Thiago Oliveira. A abertura do estado ao direito internacional e a jurisdição cooperativa: uma análise a partir do pensamento de Peter Häberle. In: MENEZES, Wagner (org.). **Direito Internacional em expansão**. Anais do XIV Congresso de Direito Internacional. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.** Convenção n. 1, de 22 de novembro de 1969. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.** Nova York, 16 dez. 1966. Adotado pela Resolução n. 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, entrada em vigor em 23 mar. 1976. Promulgado no Brasil pelo Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992.

PIOVESAN, Flávia. Controle de convencionalidade, direitos humanos e diálogo entre jurisdições. In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Controle de convencionalidade:** um panorama latino-americano Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013, p.142.

RAMOS, André de Carvalho. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 106/107, p. 497-524, jan. 2012.

ROJAS, Claudio Nash. **Control de convencionalidad.** Precisiones conceptuales y desafíos a la luz de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano, Año XIX, Bogotá, 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 722/DF**. Min. Rel. Cármen Lúcia, julgado em 16 mai. 2022.

CÓDIGO: HS0407

AUTOR: ARTUR CAPISTRANO BRAGA

ORIENTADOR: JULIANA BACELAR DE ARAUJO

TÍTULO: A importância econômica do terciário metropolitano no Brasil

Resumo

Este artigo analisa comparativamente as transformações econômicas do setor terciário nas regiões metropolitanas de Belém, Recife, Goiânia, São Paulo e Curitiba entre 2010 e 2021. A pesquisa utiliza dados secundários do Produto Interno Bruto dos Municípios, agrega os valores municipais por meio de um painel territorial constante e compara a composição setorial e a distribuição da atividade terciária entre municípios-núcleo e entornos. Os resultados mostram trajetórias heterogêneas: São Paulo e Goiânia ampliaram a participação terciária, Recife permaneceu relativamente estável e Belém e Curitiba registraram pequenas reduções. A decomposição interna revela expansão dos serviços em São Paulo, crescimento dos serviços e da administração pública em Goiânia e maior peso relativo da administração pública em Recife. Em todas as regiões, os municípios-núcleo perderam participação relativa na produção terciária metropolitana. O estudo conclui que a centralidade dos serviços não representa uma trajetória uniforme de modernização e que a desconcentração quantitativa para o entorno não implica, necessariamente, descentralização das funções econômicas de maior complexidade. As evidências exigem novas interpretações que considerem o terciário nas relações entre estrutura produtiva, trabalho e desigualdade territorial.

Palavras-chave: Setor terciário; regiões metropolitanas; estrutura produtiva.

TITLE: CENTRALITY AND ECONOMIC TRANSFORMATIONS OF THE TERTIARY SECTOR: a comparative analysis of five Brazilian metropolitan regions between 2010 and 2021

Abstract

This article comparatively analyzes the economic transformations of the tertiary sector in the metropolitan regions of Belém, Recife, Goiânia, São Paulo, and Curitiba between 2010 and 2021. The study uses secondary data from the Municipal Gross Domestic Product database, aggregates municipal values through a constant territorial panel, and compares both the sectoral composition and the spatial distribution of tertiary activities between core municipalities and their surrounding areas. The results reveal heterogeneous trajectories: São Paulo and Goiânia increased the share of the tertiary sector, Recife remained relatively stable, while Belém and Curitiba recorded slight

declines. The internal decomposition shows an expansion of services in São Paulo, growth in both services and public administration in Goiânia, and an increased relative weight of public administration in Recife. In all five metropolitan regions, core municipalities lost relative participation in metropolitan tertiary production. The study concludes that the centrality of services does not represent a uniform trajectory of modernization and that the quantitative deconcentration of activities toward surrounding municipalities does not necessarily imply the decentralization of more complex economic functions. These findings call for interpretations of the tertiary sector that consider its relationship with productive structure, labor, and territorial inequality.

Keywords: Tertiary sector; metropolitan regions; productive structure.

Introdução

Nas últimas décadas, o setor terciário ampliou sua participação na produção, no emprego e na organização das economias urbanas. Parte dessa expansão decorre do crescimento do consumo e dos serviços públicos, enquanto outra parte reflete mudanças na estrutura produtiva, como a externalização de funções antes realizadas nas indústrias, o desenvolvimento de atividades intensivas em informação e a necessidade de coordenar cadeias produtivas territorialmente dispersas. Kon (2004) e Castells (1999) destacam que o avanço dos serviços não deve ser interpretado como simples substituição da indústria nem como sinal automático de modernização econômica.

No Brasil, a centralidade do terciário assume conteúdo particularmente heterogêneo. A formação econômica periférica, as desigualdades regionais e a incorporação seletiva do progresso técnico produziram estruturas nas quais atividades modernas coexistem com segmentos de menor produtividade (Furtado, 2007; Dedecca, 2005). A concentração produtiva entre os anos 1930 e 1970 e a posterior desconcentração, a partir dos anos 1970, não eliminaram as diferenças regionais, mas redefiniram as formas de inserção das regiões na economia nacional (Cano, 2007; 2008; Araújo, 1997). Assim, regiões com participações semelhantes dos serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) podem apresentar estruturas produtivas distintas.

No século XXI, observam-se processos de interiorização do desenvolvimento nacional, associados à expansão da fronteira agromineral, dos serviços de educação e saúde e ao crescimento dos entornos metropolitanos. As regiões metropolitanas concentram população, infraestrutura, mercados e atividades ligadas à circulação de mercadorias, capitais e informações. A expansão econômica dos municípios do entorno pode reduzir a participação relativa das capitais sem produzir transferência equivalente das funções de comando e dos serviços de maior complexidade. A centralidade terciária metropolitana possui, portanto, uma dimensão setorial, relacionada ao peso dos serviços na economia, e uma dimensão territorial, referente à distribuição dessas atividades entre o município-núcleo e os demais municípios metropolitanos (Santos, 2000; Brandão, 2007).

Diante desse quadro, o artigo busca compreender como se modificaram a participação e a composição do setor terciário nas regiões metropolitanas de Belém, Recife, Goiânia, São Paulo e Curitiba entre 2010 e 2021, bem como em que medida o VAB terciário se redistribuiu entre os municípios-núcleo e seus entornos. O predomínio agregado dos serviços, isoladamente, não permite identificar se as mudanças decorreram da expansão

dos serviços, da administração pública ou da redução relativa de outros setores, nem se a desconcentração quantitativa correspondeu à descentralização das funções econômicas mais estratégicas.

O objetivo geral é analisar comparativamente as trajetórias do setor terciário nessas cinco regiões metropolitanas. Especificamente, busca-se comparar a evolução da composição setorial do VAB, distinguir a participação dos serviços daquela correspondente à administração pública, mensurar a participação do município-núcleo no VAB terciário metropolitano e interpretar as diferenças encontradas à luz da heterogeneidade produtiva e das desigualdades territoriais brasileiras. O estudo não pretende demonstrar relações causais nem avaliar diretamente produtividade, intensidade tecnológica ou qualidade do emprego.

A investigação utiliza dados do Produto Interno Bruto dos Municípios, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2010 e 2021, e adota abordagem quantitativa, descritiva e comparativa. Os valores municipais foram agregados por meio de um painel territorial constante das regiões metropolitanas, e as mudanças foram examinadas a partir das participações setoriais, das variações em pontos percentuais e da distribuição intrametropolitana do VAB terciário (IBGE, 2023).

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e comparativo, com base em dados secundários. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva por buscar identificar e comparar a composição econômica das unidades territoriais selecionadas, sem manipular as variáveis observadas (Gil, 2008). O estudo examina as trajetórias do setor terciário entre 2010 e 2021, sem pretender estabelecer relações causais entre a expansão dos serviços, a reestruturação produtiva e a variação da participação industrial. As categorias relativas à intensidade de conhecimento, às funções de comando e à qualidade do trabalho são empregadas como referências interpretativas, não como variáveis diretamente mensuradas pelo VAB.

A fonte dos dados é a pesquisa Produto Interno Bruto dos Municípios, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A base apresenta, para cada município, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, da indústria, dos serviços (Comércio e reparação; Alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde privadas; Artes, cultura, esporte e recreação; serviços domésticos e demais serviços) e da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Neste artigo, a expressão serviços é utilizada como denominação operacional do componente serviço, exclusive administração pública, disponibilizado pelo IBGE. O setor terciário corresponde à soma desse componente com o VAB da administração pública e será denominado de agregado dos serviços ou total do terciário (IBGE, 2023).

O recorte territorial contempla as regiões metropolitanas de Belém, Recife, Goiânia, São Paulo e Curitiba, abrangendo uma região metropolitana de cada macrorregião brasileira. A seleção é intencional e possibilita comparar estruturas produtivas territorialmente distintas, não constituindo amostra estatisticamente representativa do conjunto das metrópoles do país. O recorte temporal utiliza 2010 como ano inicial e 2021 como ano final, permitindo observar mudanças relativas ao longo do período, devido à disponibilidade de dados (IBGE, 2025).

Para assegurar a comparabilidade temporal, foi empregado um painel territorial constante: o mesmo conjunto de municípios foi mantido na composição de cada região metropolitana nos dois anos analisados. Alterações legais na delimitação metropolitana não são, assim, confundidas com mudanças econômicas. Os valores municipais de cada componente do VAB foram somados para a obtenção dos totais metropolitanos.

A participação de cada setor na estrutura econômica metropolitana foi calculada pela razão entre o VAB setorial e o VAB total da respectiva região metropolitana:

$$P(s,r,t) = [VAB(s,r,t)/VAB(r,t)] \times 100$$

$$P(T,r,t) = P(S,r,t) + P(AP,r,t)$$

Nessas expressões, P(s,r,t) representa a participação do setor s na região metropolitana r no ano t; VAB(s,r,t) corresponde ao valor adicionado do setor; e VAB(r,t), à soma do VAB da agropecuária, da indústria, dos serviços e da administração pública (VAB total). A participação total do terciário foi obtida pela soma das participações dos serviços e da administração pública. Na segunda expressão, T designa o setor terciário, S os serviços e AP a administração pública.

As mudanças entre 2010 e 2021 foram expressas em pontos percentuais, calculados pela diferença entre a participação registrada no ano final e a observada no ano inicial. Como a análise compara participações relativas na composição do VAB, e não valores monetários absolutos entre os anos, não foi necessário aplicar deflator de preços.

$$\Delta P(s,r) = P(s,r,2021) - P(s,r,2010)$$

A dimensão intrametropolitana foi examinada mediante a comparação entre o município-núcleo e o conjunto dos demais municípios. Foram considerados núcleos as capitais Belém, Recife, Goiânia, São Paulo e Curitiba. A participação do núcleo foi calculada pela razão entre o VAB terciário e o VAB terciário agregado de toda a região metropolitana:

$$C(r,t) = [VAB(T,n,r,t)/VAB(T,r,t)] \times 100$$

A redução desse indicador foi interpretada como desconcentração relativa do VAB terciário em direção aos municípios do entorno. Essa variação não foi considerada, isoladamente, evidência de redução das desigualdades metropolitanas ou de descentralização das funções econômicas de comando. Os resultados foram examinados por meio de estatística descritiva, comparação das participações setoriais e análise das variações em pontos percentuais. O referencial teórico orienta a interpretação, mas não substitui as evidências fornecidas pelos indicadores.

Resultados e Discussões

A expansão contemporânea do setor terciário precisa ser compreendida no contexto da reestruturação do capitalismo iniciada nas últimas décadas do século XX. A crise do padrão de acumulação do pós-guerra levou empresas a adotar estratégias baseadas em flexibilidade organizacional, fragmentação das etapas produtivas e externalização de funções antes realizadas internamente pela indústria. Harvey (2005) relaciona essas mudanças à aceleração dos fluxos e à reorganização espacial da produção, um processo que passou a permitir distribuir atividades entre territórios diferentes sem eliminar a necessidade de coordená-las.

Castells (1999) interpreta essa configuração por meio da ideia de sociedade em rede, na qual a informação, as tecnologias de comunicação e a articulação entre unidades espacialmente dispersas ocupam papel central. Essa expansão dos fluxos não produz um espaço homogêneo. Ela fortalece nós capazes de concentrar infraestrutura, conhecimento e poder decisório, e é justamente por reunir essas condições materiais e institucionais que as metrópoles ganham relevância: elas conectam empresas, mercados e territórios em diferentes escalas.

Indústria e serviços, nesse cenário, não podem ser tratados como esferas totalmente separadas. Kon (2004; 2006) mostra que transporte, comunicação, manutenção, crédito, consultoria, pesquisa, distribuição e outras atividades terciárias funcionam como insumos intermediários da produção, ao mesmo tempo em que a expansão das atividades intensivas em conhecimento amplia a heterogeneidade interna do setor. O crescimento estatístico dos serviços pode vir tanto do surgimento de atividades novas quanto da simples transferência para empresas especializadas de funções que antes eram contabilizadas dentro da indústria. É possível, portanto, que a participação industrial caia e os vínculos produtivos entre indústria e serviços permaneçam intensos.

Essa heterogeneidade do terciário exige uma diferenciação adicional. Abdal, Torres-Freire e Callil (2016) propõem classificar as atividades segundo sua intensidade de conhecimento e tecnologia, superando tipologias que associam um setor inteiro a um único padrão produtivo. Diegues e Roselino (2019) seguem direção semelhante ao mostrar que os serviços intensivos em tecnologia integram redes globais de produção e inovação e podem exercer funções estratégicas dentro do novo paradigma tecnoprodutivo. Araújo et al., 2025 e Siqueira, 2026 classificam as atividades segundo intensidade de conhecimento, considerando tipologia proposta pela EUROSTAT (2019), mas adaptando-a às especificidades da estrutura produtiva do setor de serviços em regiões periféricas e estruturalmente heterogêneas, a exemplo das metrópoles brasileiras. Essa chave permite separar atividades de alta densidade tecnológica e informacional dos serviços tradicionais voltados sobretudo ao consumo local, ainda que, na estatística agregada, ambas apareçam juntas sob o mesmo rótulo.

Analisar o terciário brasileiro exige considerar a formação histórica de uma economia periférica e heterogênea. Em Furtado (2007), o desenvolvimento periférico combina a incorporação seletiva de técnicas modernas com a permanência de estruturas produtivas pouco diversificadas, desigualdades regionais e ampla disponibilidade de força de

trabalho. A modernização de determinados segmentos não elimina automaticamente as atividades de menor produtividade: formas econômicas avançadas e tradicionais podem coexistir no mesmo território.

Essa heterogeneidade também marca a constituição do mercado de trabalho brasileiro. Dedecca (2005) mostra que este foi moldado por desigualdades, por um excedente estrutural de mão de obra e por um alcance limitado da proteção social. A urbanização e a expansão do terciário absorveram boa parte da população que não encontrou ocupação em atividades industriais de maior produtividade. O crescimento dos serviços pode expressar, então, complexificação produtiva, ampliação de funções sociais e persistência de ocupações precárias ao mesmo tempo.

As transformações recentes reforçam essa ambivalência. Trovão e Araújo (2020) analisam como a reforma trabalhista de 2017, alteraram o mercado de trabalho brasileiro até 2019 no sentido da flexibilização e de novas formas de contratação. Krein, Manzano e Teixeira (2022) destacam a permanência de problemas estruturais combinada a novas formas de precarização e insegurança ocupacional. Esses trabalhos impedem que o crescimento dos serviços seja confundido com melhoria automática da qualidade do emprego.

A trajetória industrial recente amplia o problema. Cano (2012) relaciona a desindustrialização brasileira à redução do investimento, à abertura econômica e a condicionantes macroeconômicos que fragilizaram a manufatura. A perda relativa da indústria pode elevar mecanicamente a participação dos serviços, sem que estes desenvolvam produtividade, capacidade inovadora ou encadeamentos equivalentes. Isso não autoriza classificar toda terciarização como regressiva, mas exige examinar quais componentes cresceram e como se articulam à estrutura produtiva.

A distribuição territorial das atividades econômicas brasileiras resulta de um processo histórico de concentração e diferenciação regional. Cano (2007) mostra que a industrialização nacional consolidou fortes desequilíbrios, com concentração produtiva no Sudeste e articulação subordinada das demais regiões ao centro dinâmico. A desconcentração iniciada posteriormente alterou essa geografia, mas não suprimiu as diferenças estruturais entre regiões. Em Cano (2008), essa redistribuição espacial aparece como processo seletivo, condicionado por infraestrutura, mercados, políticas públicas e estratégias empresariais.

Desconcentrar, portanto, não é o mesmo que convergir regionalmente. Araújo (1997) chama atenção para a possibilidade de a diferenciação historicamente herdada dar lugar a novas formas de fragmentação e ampliar as heterogeneidades intrarregionais. Pacheco (1998) mostra, na mesma linha, que a integração nacional pode ser enfraquecida por trajetórias territoriais seletivas. A expansão de atividades em novas áreas pode coexistir com especializações desiguais, dependência decisória e concentração das funções econômicas mais complexas em poucos centros.

Depois de 1980, a crise fiscal, a abertura econômica, as mudanças no investimento e a redefinição da atuação estatal trouxeram novas determinações para as questões regional e urbana (Cano, 2011). Araújo (2013) observa que o desenvolvimento regional recente combina novas áreas dinâmicas com a permanência de desigualdades históricas. Brandão

(2007) destaca que esses processos precisam ser compreendidos em múltiplas escalas, já que decisões nacionais e globais interagem com estruturas regionais e locais.

As interpretações recentes mantêm a questão regional no centro do debate. Macedo (2023) enfatiza que a dinâmica territorial brasileira no século XXI permanece condicionada pela especialização produtiva, pelas formas de inserção externa e pelas desigualdades entre regiões. Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2023) ressaltam a necessidade de políticas capazes de articular diferentes escalas e capacidades territoriais. Clementino, Mioto e Araújo (2021), sob uma perspectiva urbana, retomam a contribuição de Wilson Cano para mostrar que desenvolvimento econômico e urbanização podem avançar sem que precariedades sociais e desigualdades espaciais sejam superadas.

As metrópoles exercem funções que ultrapassam seus limites administrativos. Santos (2000) mostra que o meio técnico-científico-informacional se distribui de maneira desigual e fortalece espaços dotados de infraestrutura, redes e capacidade de organizar fluxos. Castells (1999) chama de espaço de fluxos a configuração na qual posições estratégicas se articulam por redes, sem que a distância física deixe de importar. A dispersão territorial das atividades pode, portanto, ocorrer ao mesmo tempo em que o controle e a informação se concentram em determinados nós metropolitanos.

Sassen (1991) chega a um argumento semelhante ao mostrar que a dispersão da produção amplia a demanda por centros de coordenação, finanças e serviços corporativos. Aplicar essa abordagem ao Brasil exige cautela. Ela ajuda a interpretar a posição de São Paulo e de outros núcleos na organização dos fluxos, mas o VAB agregado não mede diretamente funções de comando, nem permite classificar as regiões estudadas como cidades globais.

A expansão econômica dos municípios do entorno pode reduzir a participação quantitativa da capital sem transferir as atividades mais complexas ou o poder decisório. Brandão (2007) e Clementino, Mioto e Araújo (2021) ajudam a compreender essa combinação entre redistribuição espacial e permanência das hierarquias metropolitanas. A análise que segue distingue, por isso, centralidade setorial, a participação dos serviços e públicos no VAB; de centralidade territorial, a parcela do VAB terciário concentrada no município-núcleo.

A evolução da composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) das regiões metropolitanas selecionadas entre 2010 e 2021 confirma a centralidade do setor terciário na economia metropolitana brasileira. Essa centralidade, no entanto, não representa uma trajetória uniforme de modernização produtiva, tampouco permite caracterizar o período como uma passagem generalizada para uma economia pós-industrial. O crescimento relativo dos serviços ocorreu de maneira desigual e reúne conteúdos econômicos distintos: serviços , funções públicas, comércio tradicional e atividades articuladas à produção industrial. O ponto central revelado pelos dados não é apenas o predomínio dos serviços, mas a heterogeneidade das formas pelas quais esse predomínio se estabelece em cada estrutura metropolitana (Kon, 2004; Abdal; Torres-Freire; Callil, 2016; Araújo et al., 2025; Siqueira, 2026).

Em 2010, segundo os dados do PIB dos Municípios do IBGE (2023), o terciário já correspondia a 78,35% do VAB da Região Metropolitana de São Paulo, 78,49% em Belém, 74,27% em Goiânia, 74,08% em Recife e 66,94% em Curitiba. Esses resultados mostram que a centralidade dos serviços constitui característica estrutural das grandes

aglomerações urbanas brasileiras. As metrópoles têm grande participação nas atividades comerciais, administrativas, financeiras, educacionais, logísticas e de prestação de serviços, além de exercerem funções de articulação entre diferentes escalas territoriais. Sua importância econômica não decorre apenas da produção realizada em seu interior, mas também da capacidade de organizar fluxos de mercadorias, informações, capitais e força de trabalho (Santos, 2000; Castells, 1999; Brandão, 2007).

Essa predominância inicial não impediu mudanças na composição setorial. Entre 2010 e 2021, a participação do terciário aumentou de 78,35% para 84,73% na Região Metropolitana de São Paulo e de 74,27% para 78,27% em Goiânia. Em Recife, a elevação foi mais moderada, de 74,08% para 75,13%. Curitiba seguiu a direção oposta, com redução de 66,94% para 65,56%, e Belém passou de 78,49% para 77,56%. A indústria, por sua vez, perdeu aproximadamente 6,47 pontos percentuais em São Paulo, 4,62 pontos em Goiânia e 1,31 ponto em Recife, mas ampliou ligeiramente sua participação em Curitiba e Belém. A expansão dos serviços e a perda relativa da indústria são tendências importantes nas RMs de São Paulo, Goiânia e Recife, mas não ocorreram com a mesma intensidade nem na mesma direção em todas elas, como no caso das RMs de Belém e Curitiba. A separação entre serviços e administração pública torna essas diferenças mais nítidas. Em São Paulo, o crescimento do terciário foi quase integralmente explicado pelos serviços , cuja participação aumentou de 70,35% para 76,60% do VAB, enquanto a administração pública permaneceu relativamente estável.

Em Goiânia, o avanço foi compartilhado entre os dois componentes. Em Recife, a participação dos serviços permaneceu praticamente constante, de 56,99% para 56,79%, enquanto a administração pública aumentou de 17,09% para 18,34%. Belém e Curitiba apresentaram redução da participação dos serviços , parcialmente compensada pela ampliação da administração pública. Variações semelhantes na participação total do terciário podem, dessa forma, resultar de combinações internas bem distintas. À luz do referencial teórico, essas mudanças são compatíveis com formas distintas de reestruturação produtiva e territorial. O crescimento dos serviços pode estar relacionado à expansão de novas atividades ou à externalização de funções industriais. O maior peso da administração pública pode refletir a relevância do Estado na reprodução econômica e social, principalmente em áreas metropolitanas periféricas como Recife e Belém.

Além da composição setorial, os dados permitem observar a distribuição do VAB do terciário entre o município-núcleo e os demais municípios de cada região metropolitana. Com base no PIB dos municípios do IBGE e em um painel territorial constante, a participação dos municípios-núcleo diminuiu, entre 2010 e 2021, em todos os cinco casos analisados. Esse movimento representa desconcentração relativa do VAB do terciário em direção ao entorno, o que mostra, de um lado, que está havendo um transbordamento dos serviços para os municípios metropolitanos do entorno das capitais, mas, de outro lado, não significa, necessariamente, que as capitais tenham reduzido sua produção de serviços em termos absolutos, apenas que os demais municípios cresceram em ritmo superior.

Na Região Metropolitana de São Paulo, a participação do município-núcleo caiu de 66,21% para 63,30%, redução de 2,92 pontos percentuais, sendo a menor queda entre as cinco regiões. A capital paulista permaneceu responsável por quase dois terços da produção terciária metropolitana, o que indica ampliação da participação dos demais municípios sem abalar de fato a forte concentração econômica terciária do núcleo.

Em Recife, a queda foi bem mais acentuada: de 60,58% para 51,55%, 9,03 pontos percentuais. A capital permaneceu responsável por pouco mais da metade do VAB terciário regional, com o conjunto dos demais municípios alcançando participação próxima à do núcleo. A mudança evidencia redistribuição relevante da produção de serviços no espaço metropolitano, mas os dados não permitem determinar se esse movimento decorreu da expansão de atividades empresariais especializadas, como, por exemplo, as ligadas à demanda do Complexo Portuário Industrial de Suape, ou do crescimento do comércio e de serviços voltados a necessidades locais.

Belém apresentou redução ainda maior, de 69,48% para 60,44%, também 9,03 pontos percentuais. A capital permaneceu responsável por cerca de três quintos do VAB terciário metropolitano, embora os demais municípios tenham ampliado sua participação em relação a 2010. A redistribuição quantitativa, ainda assim, não significa necessariamente uma distribuição equivalente das funções econômicas de maior complexidade, mas pode refletir, por exemplo, a entrada de município com importante peso do agronegócio na RM de Belém.

Curitiba e Goiânia completam o quadro com quedas intermediárias. Em Curitiba, a participação do núcleo passou de 66,81% para 60,19%, 6,62 pontos percentuais; a capital seguiu concentrando cerca de três quintos do VAB terciário, mostrando que a preservação de uma estrutura mais industrial não impediu a redistribuição parcial da produção de serviços em direção ao entorno. Em Goiânia, a queda foi de 75,88% para 68,55%, 7,33 pontos percentuais; ainda assim, a capital goianiense registrou, em 2021, o maior nível de concentração no núcleo entre as cinco regiões analisadas, e os dados não permitem identificar quais segmentos conduziram a expansão do entorno.

A desconcentração relativa não deve ser interpretada automaticamente como redução das desigualdades metropolitanas. As funções de comando econômico e as atividades de maior complexidade podem permanecer concentradas nas capitais, enquanto os municípios do entorno ampliam principalmente atividades comerciais, logísticas, pessoais e voltadas ao consumo local. Nesse caso, ocorre dispersão quantitativa do VAB terciário sem descentralização equivalente das funções econômicas mais estratégicas, e a expansão espacial dos serviços pode conviver com uma estrutura metropolitana hierarquizada, na qual o núcleo conserva maior capacidade de comando sobre os fluxos econômicos (Santos, 2000; Castells, 1999; Brandão, 2007; Clementino; Mioto; Araújo, 2021). Contudo, os dados do PIB dos municípios não permitem uma análise mais avançada nesse sentido.

Consideradas em conjunto, as mudanças na composição setorial e na distribuição interna do VAB revelam duas dimensões distintas da transformação metropolitana. São Paulo e Goiânia ampliaram expressivamente a participação do terciário, Recife apresentou relativa estabilidade e Belém e Curitiba registraram pequenas reduções. Apesar dessas trajetórias divergentes, todas as cinco regiões apresentaram diminuição da participação dos municípios-núcleo no VAB terciário. A expansão ou a retração relativa dos serviços no conjunto metropolitano não determina, portanto, sua forma de distribuição territorial.

Esses resultados podem ser interpretados à luz da formação econômica desigual do país. Em uma leitura inspirada em Furtado (2007), o desenvolvimento brasileiro não elimina a heterogeneidade das estruturas produtivas: atividades modernas e de maior produtividade coexistem com atividades menos complexas e com fortes desigualdades regionais. A

trajetória de concentração e desconcentração seletiva descrita por Cano (2007; 2008), a fragmentação discutida por Araújo (1997) e Pacheco (1998) e as determinações contemporâneas examinadas por Macedo (2023), como a interiorização e o avanço da produção agromineral, ajudam a compreender por que a expansão do terciário assume conteúdos distintos entre as metrópoles, e por que a redistribuição quantitativa do VAB para o entorno não implica transferência das funções de comando ou superação das hierarquias territoriais historicamente constituídas.

Conclusão

Os resultados confirmam a centralidade econômica do terciário nas cinco regiões, mas recusam a ideia de uma trajetória homogênea de modernização. São Paulo apresentou expansão predominantemente dos serviços; Goiânia combinou o crescimento dos serviços e da administração pública; Recife associou estabilidade nos serviços e aumento do componente público; e Belém e Curitiba registraram redução relativa dos serviços e maior preservação industrial. Participações terciárias semelhantes podem, portanto, corresponder a estruturas econômicas distintas.

A dimensão intrametropolitana mostrou redução da participação dos municípios-núcleo no VAB terciário entre 2010 e 2021 em todas as regiões. O movimento indica redistribuição relativa em direção ao entorno, mas não comprova descentralização das funções econômicas de maior complexidade nem redução das desigualdades, variando de caso a caso, pois a desconcentração quantitativa pode coexistir com a permanência de hierarquias territoriais.

Todavia, os resultados devem ser lidos dentro dos limites do recorte: cinco regiões metropolitanas entre 2010 e 2021, sem grupo de municípios não metropolitanos. Por isso, não se generalizam automaticamente para todas as metrópoles nem comprovam características exclusivamente metropolitanas. O caráter agregado e monetário do VAB permite comparar a composição setorial, mas não produtividade, inovação, qualidade do emprego ou relações causais. Tampouco distingue Serviços Intensivos em Conhecimento das atividades tradicionais (Abdal; Torres-Freire; Callil, 2016; Araújo et al., 2025; Siqueira, 2026) ou permite inferir as formas de contratação (Trovão e Araújo, 2020) e avanço da precarização e insegurança ocupacional (Krein, Manzano e Teixeira, 2022). A incorporação de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) ou da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), desagregados por atividade, remuneração e escolaridade, e a comparação com municípios não metropolitanos seriam avanços importantes para a pesquisa.

Conclui-se que a centralidade contemporânea do terciário deve ser compreendida a partir da heterogeneidade setorial e territorial da economia brasileira. A expansão dos serviços não assegura, isoladamente, maior produtividade, desenvolvimento tecnológico ou melhoria das condições de trabalho, assim como a perda relativa da indústria não elimina suas articulações com a economia metropolitana. A incorporação de dados ocupacionais e a comparação com municípios não metropolitanos poderão aprofundar a composição do terciário e verificar o alcance territorial das características identificadas.

Referências

ABDAL, Alexandre; TORRES-FREIRE, Carlos Eduardo; CALLIL, Victor. Rethinking sectoral typologies: a classification of activity according to knowledge and technological intensity. RAI Revista de Administração e Inovação, v. 13, n. 4, p. 232-241, 2016. DOI: 10.1016/j.rai.2016.09.006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos Antônio; SIQUEIRA, Hipólita (org.). Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 39-52.

ARAÚJO, J. B.; SIQUEIRA, N. F. G. ; MIOTO, B. T. ; CLEMENTINO, M. L. M. . MERCADO DE TRABALHO NORDESTINO NA ÚLTIMA DÉCADA: Um estudo sobre os Serviços por Intensidade de Conhecimento. In: Anais do XII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades, 2025.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13, n. 2, p. 27-53, nov. 2011. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p27.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, número especial, p. 831-851, dez. 2012.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; MIOTO, Beatriz Tamaso; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Desenvolvimento e a urbanização deplorável no Brasil pelas lentes de Wilson Cano. In: SANTOS, Adroaldo Quintela et al. (org.). Wilson Cano: a questão regional e urbana no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular; ABED, 2021. v. 1, p. 265-288.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. Revista de Economia Política, v. 25, n. 1, p. 113-130, jan./mar. 2005. DOI: 10.1590/0101-35172005-1640.

DIEGUES, Antônio Carlos; ROSELINO, José Eduardo. Indústria 4.0 e as redes globais de produção e inovação em serviços intensivos em tecnologia: uma tipologia e apontamentos de política industrial e tecnológica. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, jul. 2019. (Texto para Discussão, n. 356).

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto interno bruto dos municípios 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios: Brasil: 2022-2023: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KON, Anita. Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KON, Anita. A dinâmica do setor de serviços no Brasil: uma análise das atividades intensivas em conhecimento. Revista de Economia Mackenzie, v. 4, n. 4, 2006.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane. Trabalho no Brasil: desafios e perspectivas. Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades, Salvador/Recife, v. 47, n. 256, p. 293-317, maio/ago. 2022. DOI: 10.25247/2447-861X.2022.n256.p293-317.

MACEDO, Fernando Cézar de. Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI. Campina Grande: EdUEPB, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8273390.

MONTEIRO NETO, Aristides; COLOMBO, Lucileia Aparecida; ROCHA NETO, João Mendes da (org.). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. v. 3. DOI: 10.38116/978-65-5635-051-6.

PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da nação. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1998.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2000.

SASSEN, Saskia. The global city: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SIQUEIRA, N. F. G. de. MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS NORDESTINAS, 2012/2024: UMA ANÁLISE DOS SERVIÇOS POR INTENSIDADE DE CONHECIMENTO. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2026.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil de 2012 a 2019. Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, v. 2, e020009, 2020. DOI: 10.20396/rbest.v2i00.13304.

Anexos

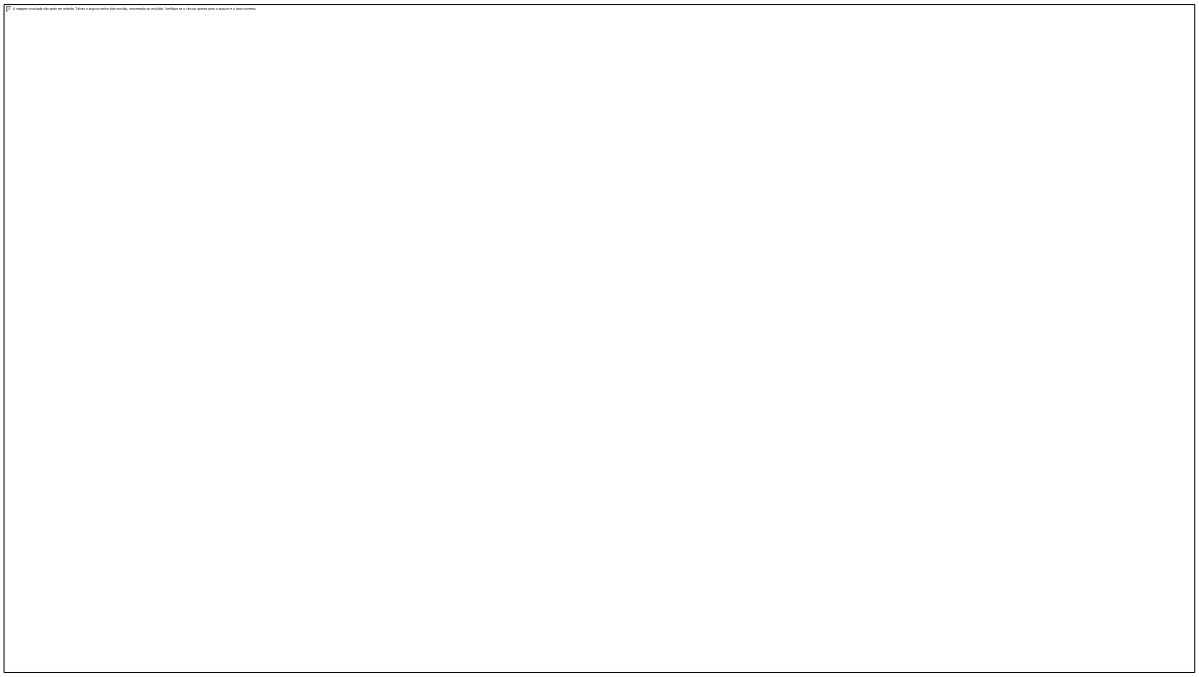


Gráfico 1 – Participação dos municípios-núcleo no setor terciário das respectivas regiões metropolitanas – 2010 e 2021 (%) Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2010 e 2021).

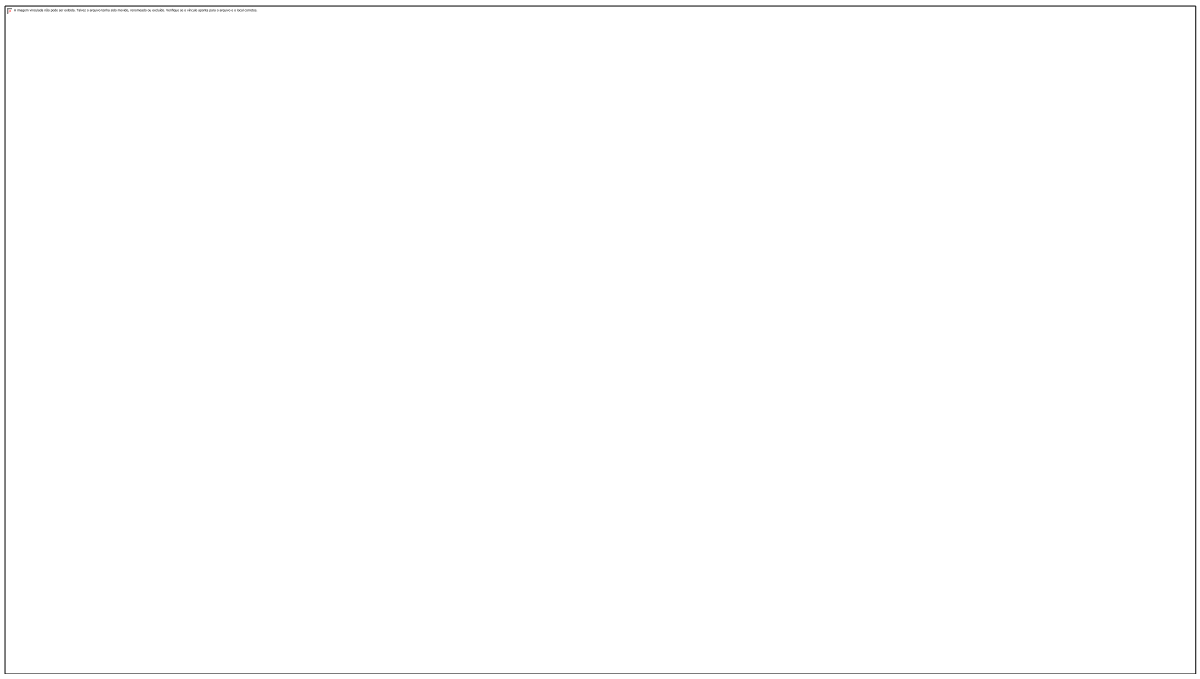


Gráfico 2 – Participação dos serviços e da administração pública no VAB dos municípios-núcleo – 2010 e 2021 (%) Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2010 e 2021).

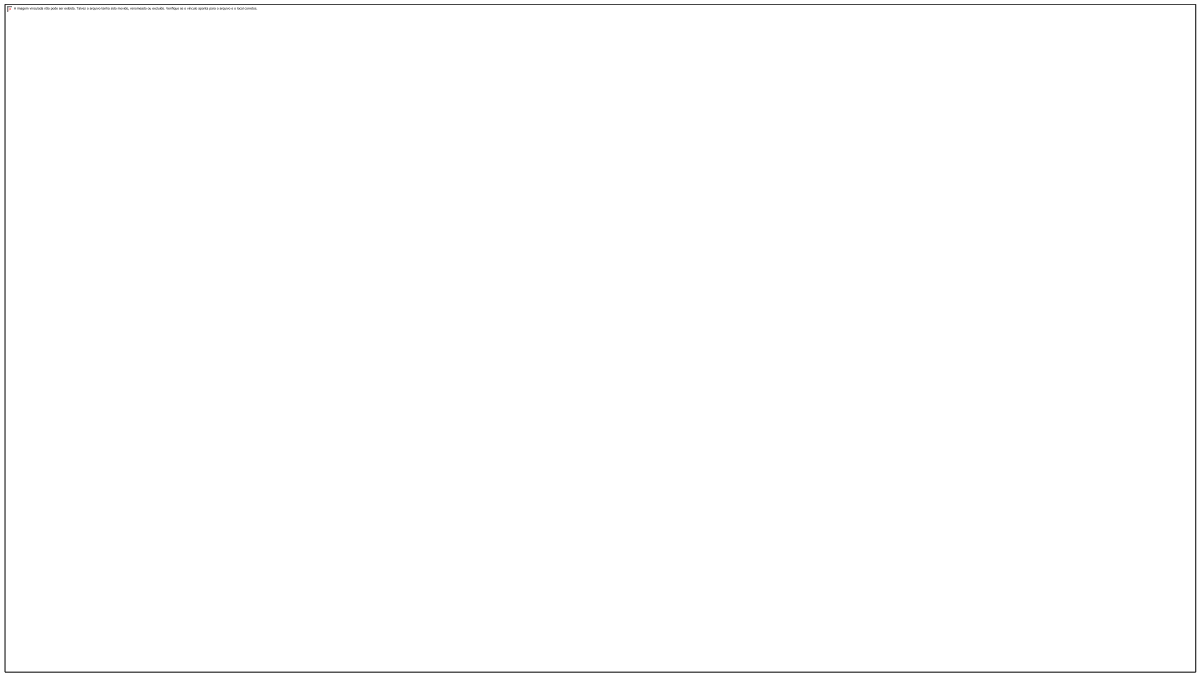


Gráfico 3 – Participação do setor terciário no VAB dos municípios-núcleo – 2010 e 2021 (%) Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2010 e 2021).

CÓDIGO: HS0409

AUTOR: MARIA LUIZA RAFAEL VILELA

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: lei do valor e socialização econômica em Cuba

Resumo

Este relatório apresenta os resultados do plano de trabalho intitulado “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: lei do valor e socialização econômica em Cuba”, o qual integra o projeto de pesquisa “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pesquisa trabalha com bibliografias e documentos históricos que buscam analisar a relação entre a realização de Planejamento Econômico, baseada nos estudos da Crítica da Economia Política, com a particularidade social de Cuba. Como texto basilar desse debate, está a obra “Textos Econômicos” (1986), escrita por Ernesto “Che” Guevara, que retrata os desafios estruturais da Planificação e sua influência na concretude da Lei do Valor. Para somar a essa discussão, foram selecionados os artigos dos professores Carmelo Mesa-Lago e Luiz Bernardo Pericás, cujas abordagens focam nas políticas públicas do país ao longo dos anos 1970 e 1980, do século XX, e as resoluções do Partido Comunista em 1989. A síntese da análise desses textos aponta, como principal resultado, as instabilidades em manter um Planejamento Econômico, baseado no Socialismo Real, devido às intervenções da globalização capitalista, os bloqueios comerciais impostos pelo imperialismo estadunidense e as limitações internas da organização produtiva no território cubano.

Palavras-chave: Planejamento econômico; lei do valor; socialização; Cuba.

TITLE: Economic Planning and the Critique of Political Economy: The Law of Value and Economic Socialization in Cuba

Abstract

This report presents the results of the work plan titled “Economic Planning and the Critique of Political Economy: The Law of Value and Economic Socialization in Cuba,”

which is part of the research project “Economic Planning and the Critique of Political Economy,” affiliated with the Study and Research Group on Labor, Ethics, and Rights (GEPTED) at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). The research utilizes bibliographic sources and historical documents to analyze the relationship between the implementation of economic planning—grounded in the critique of political economy—and Cuba’s specific social context. A foundational text for this debate is *Textos Econômicos* (1986) by Ernesto “Che” Guevara, which outlines the structural challenges of planning and its influence on the actual operation of the Law of Value. To further this discussion, the study incorporates articles by professors Carmelo Mesa-Lago and Luiz Bernardo Pericás—focusing on the country’s public policies during the 1970s and 1980s—as well as Communist Party resolutions from 1989. The synthesis of this analysis identifies, as a primary finding, the instability inherent in maintaining economic planning based on “real socialism” due to the impact of capitalist globalization, trade embargoes imposed by U.S. imperialism, and internal limitations regarding the organization of production within Cuba.

Keywords: Economic planning; law of value; socialization; Cuba.

Introdução

Esse relatório de pesquisa é resultado do plano de trabalho intitulado “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: lei do valor e socialização econômica em Cuba”, no qual se almeja relacionar o Planejamento Econômico na perspectiva da Lei do Valor com as particularidades sociais e políticas de Cuba. O plano de trabalho foi realizado durante o período de 01/09/2025 até 31/08/2026, e integra o projeto de pesquisa “Planejamento Econômico e crítica da economia política”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O Projeto está registrado na plataforma CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

O estudo a ser problematizado cumpriu os seguintes objetivos específicos: 1) analisar, em referências teóricas, documentos e materiais históricos, o contexto social de tentativa de implementação de formas de planejamento econômico em Cuba; 2) investigar, dentro da literatura selecionada, as especificidades do planejamento econômico desta experiência, destacando os principais autores, categorias e debates realizados; e 3) identificar avanços e desafios contidos nesta experiência na capacidade de atenuar a desigualdade econômica e as crises sociais a partir da realização do planejamento econômico estatal. De tal maneira, ao longo da construção do trabalho, todas essas metas foram desenvolvidas. Conforme se verá ao longo da exposição.

Quanto à metodologia, esse plano de trabalho adotou a leitura das principais referências sobre o tema, incluindo representantes do governo cubano, e economistas que discutem as tentativas de Planejamento Econômico na América Latina. Destacam-se: a obra “Textos Econômicos” (1986), do argentino Ernesto “Che” Guevara, cujo trabalho no Ministério da Indústria do governo cubano, entre 1959 a 1967, possibilitou decifrar seu entendimento acerca da Planificação; o artigo “La economía cubana en la decada de 70” (1975), da professora e economista porto-riquenha Carmelo Mesa-Lago, que aborda as transformações nas políticas sociais cubanas após a morte de Che; as resoluções

divulgadas pelo jornal do Partido Comunista de Cuba (1989) durante a crise do Socialismo Real no leste europeu; e, por fim, o artigo "Cuba: economia e planificação" (2022), do professor Luiz Bernardo Pericás, problematizando o cenário econômico na virada dos anos 80 no país caribenho.

Diante desses dos objetivos e literaturas trabalhadas, a pesquisa se dividiu em três momentos metodológicos: 1) a apreensão crítica dos resultados do plano de trabalho anterior, que destacou como foi o desenvolvimento econômico de Cuba até a vitória de sua revolução em 1959, além do embate teórico entre Guevara e Bettelheim sobre modelos de organização produtiva a serem implementados na ilha, tentando conciliar os objetivos do Socialismo Real na América Latina mesmo diante da desestruturação sócio-política em firmá-lo; 2) a busca de textos de autores, jornais e documentos históricos comprovando as novas formulações de socialização econômica na ilha caribenha, bem como o seu cenário político durante o ápice da Guerra Fria; 3) a realização de fichamentos, tabulação e catalogação desses materiais, procurando comparar as análises dos escritores diante do assunto. Essas etapas de investigação propiciaram a compreensão de como a Lei do Valor se materializa em um Socialismo de Transição e de suas distintas formas de socialização econômica.

Em suma, além desta introdução, o relatório se mantém estruturado da seguinte maneira: 1) a exposição de sua metodologia, expondo os instrumentos e métodos utilizados na captação dos resultados; 2) os resultados e discussões, apresentando a culminância das pesquisas efetuadas e sua relação com a base histórica do tema, bem como as principais categorias de análise; e 3) as considerações finais, trazendo a síntese dos debates realizados ao longo do texto.

Metodologia

É necessário ressaltar que esse plano de trabalho é continuidade da pesquisa "Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: experiências históricas", desenvolvida entre setembro/2024 a agosto/2025, cujos resultados trouxeram: o debate sobre o Cálculo Econômico (CE) e o Sistema Orçamental de Financiamento (SOF); a influência da dinâmica colonial e imperialista dos Estados Unidos na década de 1950 e a repercussão do processo revolucionário no mundo. Para isso, o livro "El Gran Debate" (Guevara; Mandel; Bettelheim, 2005) se constituiu imprescindível para esses estudos.

A partir disso, no plano atual, buscou o andamento da pesquisa tomando o período histórico após 1959, ano da revolução cubana. Na cronologia da pesquisa, a análise iniciou com a leitura completa da obra "Textos Econômicos", de Ernesto "Che" Guevara, focando nos capítulos I ("Soberania Política e Econômica") e IV ("Sobre a concepção do Valor em resposta a certas afirmações"). Tendo por base esses tópicos, aprofundamos a importância da autonomia de Cuba mediante as pressões e bloqueios impostos pelo Capitalismo estadunidense, bem como a explicação sobre como a Lei do Valor se materializa numa economia de transição ao Socialismo.

De acordo com os procedimentos metodológicos, foram realizados fichamentos das leituras e a catalogação de conceitos no debate proposto, com auxílio de planilhas, que

facilitou o processo de captação das ideias dos autores. Além disso, foi montada uma tabela comparativa sobre as ideias de cada autor (Guevara, Mesa-Lago, Pericás) sobre a Lei do Valor e sua relação com os estudos da Economia Política. Nesse norte, em determinadas partes de suas obras ocorre a referência da obra "O Capital" (2023), escrita por Karl Marx. Cabe reforçar que, mesmo sendo a mais conhecida, a Economia Política contém na sua área outros autores e livros a serem debruçados em estudos posteriores.

No intuito de não focar unicamente na interpretação analítica de figuras do governo cubano, como Guevara (1986), a escolha do artigo da economista Carmelo Mesa-Lago foi essencial para analisar, na realidade concreta, se as novas metodologias de Planejamento Econômico foram eficientes na década de 1970. Nele, a economista traz os impactos dessas alternativas na vida dos/as cubanos/as e de que forma as políticas sociais conseguiram ou não modificar as formas de reprodução social. Mesmo sendo uma publicação de 1975, o texto oferece um rico debate sobre a análise dos discursos impostos pelo governo e a materialidade de seus planos aos habitantes.

Nessa mesma linha, Pericás, a partir da produção do seu artigo (2022), aborda a modificação dos modelos plurianuais entre 1970 e 1989 na economia do país. Nesse sentido, o professor mostra o papel do Estado, através da figura do primeiro-ministro Fidel Castro, na condução de uma sociedade anticapitalista. Somada a essa discussão, também destaca a ação dos Ministérios e de que maneira suas decisões interferiram na oferta de serviços públicos.

Para finalizar na seleção da literatura, constam as resoluções publicadas pelo Partido Comunista, após o 4° Congresso em 1989, que destacam o chamado "Período Especial", momento de organização política antes da dissolução da União Soviética. Nesse documento, Fidel levanta as questões geopolíticas e a posição de Cuba face à divisão multipolar do mundo.

Em suma, nos três textos coletados, com base em fichamentos, realizou-se a sistematização dos conceitos trabalhados para organizar coerentemente as informações. Dessa maneira, sob auxílio de planilhas, foram construídas tabelas que trouxeram três subdivisões: 1) os pontos principais do plano de trabalho anterior, no intuito de analisar seus resultados; 2) a tabulação de categorias da Economia Política (Valor, Preço, Mercadoria) encontrados em cada obra ou artigo como forma de analisar o entendimento dos autores sobre o Planejamento Econômico; e 3) uma linha cronológica de eventos após 1959 que alteraram os planos de governo em Cuba.

No que tange às dificuldades no processo de pesquisa, os materiais analisados requereram tradução do Espanhol para o Português, pois a maioria dos textos estava no idiomaoriginal. Além disso, em virtude de alguns autores, como Mesa-Lago, serem de outra área do conhecimento, o uso de dicionário foi imprescindível para compreender termos específicos das Ciências Econômicas (como "déficit comercial", "superávit") tal como para a parte gramatical da língua espanhola.

Importa destacar também a importância das reuniões coletivas e metodológicas. Por ser um tema com densidade teórica abrangente, a discussão de textos em grupo sobre a função do Estado no Capitalismo e a gerência das políticas sociais nesse Modo de Produção facilitaram a compreensão das categorias trazidas nas referências. Além disso, a orientação individual e coletiva buscou esclarecer as dúvidas sobre os procedimentos

feitos na construção dessa pesquisa, e a abertura de sugestões pelas integrantes auxiliaram no processo. Em síntese, a complementação desses dois tipos de encontros proporcionou tanto a formação teórica, quanto a construção das metodologias usadas.

Resultados e Discussões

Cuba não é apenas um país insular, mas um exemplo formidável do que ocorre quando a vontade do povo se sobrepõe à lógica capitalista mundial. Desenvolver seu próprio sistema econômico e social no ápice da Guerra Fria contribuiu tanto para o fortalecimento mútuo com os representantes do chamado Socialismo Real, quanto para a repulsa do domínio estadunidense em ter no continente um súdito rebelde no seu "reinado sem coroas" dos monopólios (Guevara, 1986). Sob essa mesma analogia, no centro do governo cubano, se encontravam três principais figuras: Fidel Castro, então primeiro-ministro; seu irmão, Raúl Castro, como secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba (PCC); e, o mais conhecido pelo seu posicionamento combativo diante do imperialismo, Ernesto "Che" Guevara, ministro da indústria.

Apesar de sua formação médica, Guevara tinha conhecimentos sobre a Planificação Socialista, sendo esses repertórios originários da sua admiração pelos feitos de Lênin na União Soviética e também por ser um leitor dedicado a obras da tradição marxista. Dessa forma, a sua entrada no gabinete orçamentário concedeu ao planejamento econômico uma nova dimensão de ideologia, conduta e implementação atualizada para as particularidades do país - inclusive, na materialidade da Lei do Valor.

Na obra "Textos Econômicos" (1986), Che discorre sobre a definição de Soberania Política e Econômica. No seu entendimento, não basta somente formular um modelo que engrandece a riqueza socialmente distribuída se, há menos de 300 km, existe uma superpotência exploradora com trajetória firmada no comércio do país décadas antes da revolução local.

Nesse sentido, o ministro argentino coloca no seu argumento que "não queremos viver da riqueza dos outros, mas da nossa, para satisfazer todas as necessidades materiais do nosso povo e, a partir daí, resolver os outros problemas do país: instrução, higiene, tempos livres" (Guevara, 1986, p. 28). Na interpretação do autor, ser soberano na Política (com o alinhamento de escolhas entre o Estado e a população) não se dissocia da Economia. Portanto, as duas em conjunto trabalham para fomentar uma sociedade com condições objetivas de consumir suas próprias riquezas e construir a consciência de classe.

Contudo, a marca sócio-histórica como colônia de exploração e a continuidade de relações clientelistas se manteve apesar do processo revolucionário. Com o desenvolvimento do imperialismo estadunidense, a elite cubana se filiou ao capital estrangeiro para não abdicar de suas posses. Em troca dessa proteção, facilitaria a entrada de transnacionais na ilha no intuito de dividir o lucro com os proprietários dessas empresas. Dessa maneira, a Contrarrevolução, quando um grupo historicamente favorecido não deseja resignar de seus privilégios, se torna um dos obstáculos que impede a consolidação de uma economia planificada.

Sob tal ótica, há a confirmação da influência da cultura do dólar nas relações sociais dos

países da América Latina, e no Caribe isso não foi diferente. Na sua forma-dinheiro, essa conversão monetária comprou não apenas bens materiais, mas sua vigência comercial ajudou a intensificar a dependência de um país sobre o outro. Outrossim, torna-se válido ressaltar que o livro de Guevara teve suas primeiras anotações em torno de 1963-1964, quando os Estados Unidos já haviam imposto as primeiras medidas de bloqueio econômico. Vale salientar que diferente do "embargo" (ordem para conter alguma relação comercial, mas atestada judicialmente), o bloqueio, ao qual foi imposto a Cuba, vem de uma ação externa provocada por outro país, sem autorização de organizações multilaterais, com o objetivo de proibir qualquer intercâmbio entre Cuba e outras nações, no ato de gerar pressão política.

Apesar desse cenário litigioso, as relações comerciais que Cuba construiu foram marcadas por laços diplomáticos e forte interesse de consolidar um plano do assim chamado Socialismo Real - tentativas governamentais de ampliar as principais ideias postas na Revolução Russa de 1917, como a distribuição equitativa da riqueza e o Estado representando os interesses de sua população, não dos monopólios. Nessa linha, durante 30 anos, o país caribenho foi aliado econômico da União Soviética, tanto na transferência alfandegária de suas matérias-primas (como o açúcar cubano em troca do petróleo soviético) e na conciliação de acordos para expandir o setor tecnológico-científico. Todavia, na acepção capitalista, é necessário formular roteiros para conter o sustentamento de uma nova ideologia que é contrária a sua filosofia de controle. Uma dessas peças-chave foi a criação do GATT (Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio), oriundo do Fundo Monetário Internacional, que dilatou a intervenção dos países capitalistas centrais aos periféricos como: 1) uma moeda de troca para instalar suas empresas e partir disso se apropriar da força de trabalho "barata" (cujo papel, aos capitalistas, é não gerar tantos custos); bem como 2) "evitar" a entrada das ideias socialistas no planejamento das outras nações, incluindo na organização produtiva.

Numa atitude de resistência, representantes do Ministério da Indústria de Cuba, incluindo Che, foram à Conferência Mundial do Comércio e Desenvolvimento em Genebra, a fim de discutirem, com os demais países da América Latina, maneiras de reivindicar uma abertura respeitosa dos mercados e adequada aos preços de suas matérias-primas, alvos do "barateamento" imperialista - O veredito desse encontro diplomático mostrou que ser dependente na Globalização Econômica significa duas coisas: primeiro, negar o próprio isolamento, pois em alguma eventualidade - como uma guerra bélica ou financeira - é necessário ter aliados para auxiliar nos acordos; e, segundo, reforçar a soberania no sentido de não se acomodar mediante pressões.

Contudo, esse aviso colocado aos territórios dominantes não evitou suas ações massificadas. Em seu discurso no evento, Guevara traz um ponto interessante em que a penetração desses capitais exploradores é patrocinada também pelos setores internos dos países da América Latina, desde um grupo a favor da intervenção econômica externa, até a consolidação dessa entrada pelo governo em parceria com empresários.

Dessa forma, o então ministro, enfatiza:

> Esta penetração adquire formas diversas: apresenta-se como empréstimos em condições onerosas, investimentos que sujeitam um dado país aos investidores, dependência tecnológica quase absoluta do país dependente em relação ao país desenvolvido, controle do comércio externo pelos grandes monopólios internacionais e, em último caso, utilização da força (Guevara, 1986, p. 50)

Diante da análise do autor, a “força” mencionada pode ser também a física, através de guerras e outros eventos bélicos, mas a aplicação de sanções comerciais a outrem se configura também como uma espécie de violência à soberania. Para os Estados Unidos, o “embargo” (na visão de seus representantes durante a Guerra Fria), significou conter o reacendimento de outra potência socialista no mundo; mas, fora dessa visão limitada, tais medidas se enquadram como bloqueio, ao impor que nenhum país faça relações diplomáticas, alfandegárias e tecnológicas com Cuba. Assim, o seu isolamento seria intensificado com o resto do globo através de uma imposição tarifária. Che define esse momento como uma “deterioração das razões de troca” (idem, p. 45), permitindo a um país exportar suas matérias primas, a exemplo do tabaco, mas o impede de importar tecnologias e produtos básicos; e se conseguem, apenas por preços altos.

Em ênfase, a escolha por uma metodologia econômica perpassa por consequências externas, resultando no controle de sua opção por uma represália externa. Dessa maneira, a lógica do mercado na teoria defende um acesso livre à compra e à venda de seus recursos, mas os valores defendidos no alicerce judicial, na concretude, não são aplicados na conversa com outros territórios. Observada tal condição, o “mercado ideal”, analisada pelo argentino, seria baseado na equidade e em acordos recíprocos, de forma que os produtos vendidos fossem uma materialização da própria identidade de seu remetente. Através desses pontos, há no livro (Guevara, 1986) a discussão sobre a Lei do Valor, cujo intuito procura entender quais são os principais desafios em aplicá-la na realidade cubana.

Retomando as principais ideias d’O Capital (2023), Che inicia seu debate alegando que Marx e Engels não chegaram ao tempo histórico do Socialismo de Transição, ocorrido na URSS e em Cuba, respectivamente. Durante o seu trabalho no Ministério da Indústria, Guevara discutia a obra com os demais secretários e percebeu que havia, nesses debates, uma certa dificuldade para interpretar o conceito de Valor e como essa ideia poderia se encaixar nos planos econômicos. Segundo Che (1986), ocorria o seguinte entendimento: o homem criaria e delimitaria o propósito do Valor dentro das relações sociais que ele participasse, mas sem considerar que esta categoria está alinhada ao Trabalho.

Em oposição a essa perspectiva, Che, referenciando o livro de Marx (2013), argumenta que o Valor, além de ter sua medida pela quantidade de tempo de trabalho necessário, tem sua origem a partir da atividade do Trabalho. Ademais, a sua forma, o valor de troca, constitui a aparência do valor manifestado nas leis econômicas e nos preços. O valor de troca é, portanto, a forma pela qual o valor se expressa no interior das relações econômicas capitalistas. Nessa relação, a forma-mercadoria dos produtos do trabalho, expressa nas relações de troca, somente, se realiza a partir de um valor de troca, que se constitui por uma única substância (trabalho) e, por conseguinte, uma específica medida social - o tempo de trabalho socialmente necessário.

Sobre a forma mercadoria dos produtos do trabalho, o autor argentino interpreta que o transporte dela de uma empresa a outras “não pode ser considerado um ato de troca; é simplesmente um ato de formação ou adição de novos valores em um processo de formação” (Guevara, 1986, p. 80). De forma direta, para ele, o produto torna-se mercadoria apenas quando houvesse o consumo ou atendesse a necessidade particular de quem a compra, induzindo “um ato de formação ou adição de novos valores em um processo de formação” (idem, p. 80). Dessa forma, ocorre a valorização do valor com o

trabalho realizado e o consumo da Mercadoria alimenta a necessidade constante de sua venda, como a Força de Trabalho contratada nas Unidades Produtivas.

Dentro dessa discussão teórica, há uma polêmica citada por Guevara: então, como em uma economia de passagem ao Socialismo, há a materialidade da Lei do Valor? Ou ainda: como diferenciar o Valor e Preço nessa sociedade? Apesar dos Soviéticos serem os pioneiros nesta tese econômica, é necessário considerar a particularidade cubana. Guevara (1986) enfatiza que o preço está ligado à oferta e à demanda do mercado e, portanto, torna-se sensível às oscilações externas que interferem na bolsa de valores, como guerras comerciais ou bélicas; enquanto o Valor - desenvolvida nos parágrafos anteriores - está diretamente ligada ao trabalho. Porém, essa consolidação das diferenças (entre Valor e Preço) nos planos econômicos enfrenta empecilhos estruturais, por exemplo: a dificuldade material de racionalizar o trabalho (devido à baixa tecnologia nos meios de produção), os desafios em manter a balança comercial favorável e a supervalorização do capital no cotidiano.

Ao longo dos dez primeiros anos de governo revolucionário, existiu um forte debate acerca da opção de planejamento econômico a estruturar o país: ou o Sistema Orçamental de Financiamento (SOF), bastante defendido entre os setores do governo, ou o Cálculo Econômico (CE). O modelo do SOF tem como filosofia construir uma sociedade que, futuramente, ajude a eliminar a forma mercadoria. Para chegar a esse objetivo, o Estado não gerencia empresas ou foca na entrada de capital estrangeiro, mas monta suas Unidades Produtivas *(UPs), isto é, agrupamentos divididos em setores que fabricam o mesmo produto. Um exemplo disso pode ser a agricultura: em vez de 100 concorrentes produzindo verduras, tem-se 100 UPs cuja produção total soma todos os trabalhos sociais, bem como a distribuição do lucro é feita de forma equitativa para não gerar concorrência. Além disso, seus fundos de créditos não são privados - diferente do CE - e os estímulos de produtividade ao trabalhador (salário extra, pagamento de tarifa, férias remuneradas, etc) são decididos por cada unidade.

No Cálculo Econômico, a mercadoria é centralizada e o Estado autoriza tanto a entrada de transnacionais, quanto apoia na produção interna, mas a empresa tem sua própria personalidade jurídica e lucro. Nesse mesmo modelo, não há unidades produtivas justamente para cada gerente motivar seus funcionários a bater metas de produtividade. Além disso, o mercado externo ajuda a definir os preços dos produtos fabricados através da balança comercial de suas vendas.

De toda forma, o SOF tornou-se predominante diante das dificuldades enfrentadas no país. A Junta Central de Planificação (JUCEPLAN) não tinha condições de patrocinar meios de produção tão tecnológicos como os encontrados nos países de capitalismo central, e a formação de consciência coletiva da população não estava tão madura devido aos resquícios do imperialismo não apagados. Che Guevara faleceu em 1967, após ser capturado pelo Exército Boliviano, e não pôde presenciar os feitos do SOF.

Posteriormente, a década de 1970 mostrou outro caminho tomado pelo governo na economia. O CE, bastante criticado nos anos 1960, foi o modelo escolhido pelo governo cubano. Nesse sentido, teve como característica um “planejamento centralizado e o desenvolvimento cibernético, a alocação e o uso eficiente do capital, a produtividade do trabalho, e a redução do desequilíbrio financeiro” (Mesa-Lago, 1975, p. 7), totalmente contrária à proposta do SOF. Essa mudança brusca é justificada pelos acontecimentos

ocorridos na época, como a entrada de economistas soviéticos para trabalhar no Estado cubano e as guerras latentes em outros países - como o Vietnã - cuja URSS teve perdas financeiras e impactou os seus parceiros comerciais.

Perante tal cenário, entre 1971-1973, Cuba vivia uma época de prosperidade econômica. O motivo é que a maioria da população, empregada ou não, estava tendo acesso ao consumo e o salário mínimo aumentava, algo difícil nos anos 1950. Contudo, o início do problema se deu através das importações: o país comprava muito e os produtos não eram usufruídos, seja pela quantidade exagerada, gerando desperdício, ou seja pela ausência de alguma peça nas fábricas - precisando recorrer à URSS, mas a entrega durava meses por ser em via naval. Por um lado, essa situação apresentava uma intercorrência logística, mas surtiu efeito nas políticas públicas devido à situação de desemprego já agravada. Sem meios de produção, motivada pela demora na importação do material, havia atrasos salariais, greves acontecendo e as vagas de emprego já insuficientes diminuíram.

Na visão do presidente Fidel Castro, "o dinheiro começou a ter algum valor. As pessoas tinham menos dinheiro para gastar e, por isso, sentiram-se motivadas a trabalhar para aumentar sua renda e comprar os novos bens de consumo disponíveis" (Mesa-Lago, 1975, p. 20). Todavia, esse discurso ocultava a situação intensa de desigualdade alfandegária, através da escassez de produtos nas prateleiras por conta do bloqueio econômico, e da determinação salarial com os postos de emprego insuficientes, cabendo à maioria das população recorrer à informalidade.

Nessa perspectiva, a ideia de trabalho, antes focada na construção da autonomia do empregado, passou a ser uma relação de "gerente e seus súditos", demonstrada pela cobrança das quotas, um recebimento extra na jornada que provocou mais uma concorrência sobre quanto cada um/a produziu ao invés de fortalecer um movimento coletivo pelas pautas laborais (Mesa-Lago, 1975).

No lado positivo, os distritos industriais tiveram acentuado crescimento nas atividades bem como na contratação de mão de obra, priorizando a força de trabalho local; mas, por outro viés, "essa política pode induzir o egoísmo, bem como certa estratificação social e desemprego" (idem, p. 7). Dessa forma, incentivar às quotas significa também validar uma exploração mais intensa da classe trabalhadora cubana pois, enquanto havia a disputa de vagas nas empresas, os salários mínimos não aumentavam e os preços dos alimentos cresciam. Essa experiência de socialização provocou mudanças nos anos 1980. Os defensores do Sistema de Planificação e Direção da Economia (SDPE), modelo inspirado no planejamento soviético, junto com a JUCEPLAN precisaram se adaptar à realidade local. Com a crise do Socialismo no Leste Europeu, Cuba entrou no chamado "Período Especial", construções interministeriais de planos econômicos, caso a URSS tivesse dissolução. Em tese, essa escolha de procurar alternativas não impedia a intensificação de seu comércio com Moscou, visto que continuava comprando petróleo e meios de produção vindos da capital soviética. Mas, por causa da tensão geopolítica e das consequências do bloqueio, a solução foi sucumbir à racionalização de produtos.

Nessa perspectiva, a base guevarista foi retomada nesta emergência através da centralização do Estado e a valorização de setores "como o turismo e o impulso a investimentos estrangeiros tentando desempenhar um papel mais dinâmico nas decisões sobre a planificação e com maior estímulo à pesquisa científica" (Pericás, 2022, p. 15). Somado a isso, a indústria biomédica passou a ser valorizada junto com o investimento

nas universidades de medicina do país. Mediante a essas turbulências, o Partido Comunista de Cuba retomou seus congressos para discutir a nova configuração global. Em 1989, realizou-se o quarto encontro do governo com os movimentos sociais numa forma de "prever" o que viria a acontecer dois anos depois e quais seriam os próximos passos.

Como proposta, apresentou: a oferta de um programa alimentar que colocaria nas prateleiras, desde as mercearias até as redes de supermercados, gêneros alimentícios gratuitos a qualquer pessoa; o estímulo à ciência e à tecnologia nas faculdades e um sistema de remuneração que tentasse não gerar desigualdade salarial entre as classes. De certa maneira, foi uma estratégia arriscada devido ao cenário global, mas necessária quando se gere um país enfrentando cortes, tarifas e instabilidades comerciais.

Mais uma vez, cabia à população decidir seu rumo por meio do trabalho. Na União Soviética, a autogestão defendia a racionalização dos meios de produção e a consciência de classe. Em Cuba, sua situação diplomática os obrigava a manter a propriedade privada como um "plano B" na administração econômica, porque o Estado sofria o desfinanciamento das políticas sociais e a proposta de gratuidade era restrita. Seguindo essa análise, fatores externos movem as bases de políticas internas, incluindo situações pelas quais o país não estaria apto a controlar, a exemplo do "comércio desigual, que tendem a reduzir as receitas de exportação e encarecer as importações dos países subdesenvolvidos, as variações na cotação do dólar, uma situação climática especialmente desfavorável" (Granma, 1989, p. 1), e o bloqueio econômico, atuando de forma basilar nesse cenário.

Dadas as informações expostas, é válido frisar que construir um Planejamento Econômico voltado à distribuição da riqueza produzida não fica isento do contexto global que sugere o lucro e a exploração laboral contínua. Na globalização, um país ser submetido a bloqueios comerciais - como ocorreu em Cuba - implica em renunciar ou adiar projetos societários construídos nos marcos de sua história para resistir aos desafios contemporâneos.

Conclusão

Considerando todo o estudo discorrido, é necessário frisar a importância das experiências históricas de planejamento econômico, sobretudo, porque a concretude da lei do valor atinge de forma diferenciada as particularidades sociais. No exemplo de Cuba, seu histórico de lutas, desde a construção do processo revolucionário até a reação estadunidense com o bloqueio econômico, perpassa também as tentativas de montar um Estado socialmente equipado para combater os efeitos do capitalismo central no seu território.

Nessa inferência, mesmo escritos em épocas diferentes, as obras de Guevara, Mesa-Largo, Pericás e as resoluções do Partido Cubano se complementam por apresentar o anseio pela justiça social na ilha caribenha. Além disso, a ciência econômica, comumente apropriada pelas classes capitalistas para mistificar as determinações da desigualdade, se

transforma, na linguagem dos autores citados, em um instrumento necessário e capaz de ser discutido por todas as camadas sociais.

Importa destacar que, para além das dificuldades de tradução, essa pesquisa enfrentou a busca de outras referências que ajudassem a entender o outro lado do governo revolucionário: suas principais dificuldades ministeriais, as tentativas em formular políticas públicas que abarcasse toda a população no Período Especial e os impactos dos eventos da Guerra Fria na vida dos/as cubanos/as. Frisa essa importância porque o método histórico crítico-dialético, defendido pelo categoria das/os assistentes sociais, auxilia na compreensão sobre o desenvolvimento histórico das sociedades e o impacto do modo de produção dominante na reprodução social dos seres.

Nessa perspectiva, no que tange ao Serviço Social, esses fatores reforçam a presença das expressões da "Questão Social" nos demais países da América Latina e os impasses ocorridos numa gestão social, cujo propósito é descentralizar o poder das decisões sem desigualdades de escolhas e conciliar uma parceria entre o Estado e a população na formulação dos planos governamentais e políticas públicas. Particularmente, esse plano de trabalho trouxe contribuições importantes à formação individual como estudante de graduação, mas também enquanto pesquisadora de um tema complexo e que necessita de mais debates acerca de sua relação com a Economia Política.

Destarte, a lei do valor, mesmo tendo escopo mundial, não tem aplicação semelhante a todos os planejamentos econômicos, devido aos desafios estruturais que cada território contém na sua formação sócio-histórica. Na experiência cubana, o intuito não é de exportar sua revolução como uma mercadoria para ser apropriada por linhas neocoloniais, mas em ser uma pioneira na busca de um modelo que combata às discriminações do imperialismo. Dessa forma, a Política junto à Economia são pilares fundamentais na tarefa de edificar uma Soberania forte, consistente e firme nos próprios posicionamentos.

Referências

GUEVARA, E; MANDEL, E; BETTELHEIM, C. **El gran debate**: sobre la economía en Cuba. Ocean Press, 2005.

GUEVARA, Ernesto C. **Textos econômicos.** 2ª ed. Global editora e distribuid. Trad: Olinto Beckermann. São Paulo, 1986.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MESA-LAGO, C. **La economia cubana en la decada de 70**: pragmatismo y racionalidad. Institute of Caribbean Studies. Vol. 14, nª 4 (p.7-39): Puerto Rico, 1975.

ÓRGANO OFICIAL DEL COMITÉ CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA (GRANMA). **IV Congreso del Partido Comunista de Cuba**. Santiago de Cuba, 1989.

PERICÁS, Luiz B. **Cuba**: economia e planificação (anos 1970 e 1980). Repositório de produção da USP. São Paulo, 2022.

CÓDIGO: HS0412

AUTOR: ALLAN DA SILVA SOARES

ORIENTADOR: WILLIAM EUFRASIO NUNES PEREIRA

TÍTULO: Evolução do emprego formal nas cidades potiguares

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a evolução temporal, a distribuição espacial e os fatores associados ao emprego formal nos municípios do Rio Grande do Norte no período de 2006 a 2021. Foram utilizados dados secundários provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisados por meio de técnicas descritivas, espaciais e econométricas com dados em painel. Os resultados descritivos evidenciam elevada volatilidade do emprego formal ao longo do período, com crescimento mais intenso nos anos iniciais e desaceleração a partir de 2014, em consonância com o ciclo econômico nacional. A análise econométrica, baseada em modelo de efeitos fixos, indica que o emprego formal responde positivamente ao PIB per capita, ao salário médio e ao valor adicionado do setor de serviços. Como as variáveis foram estimadas em logaritmo natural, os coeficientes são interpretados como elasticidades, evidenciando a sensibilidade do emprego às condições econômicas locais. Os resultados apontam para a centralidade do setor de serviços na geração de empregos formais e sugerem que a expansão observada está mais associada ao dinamismo econômico e à ampliação de atividades terciárias do que a um processo consistente de transformação estrutural. Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão dos limites do crescimento baseado na formalização do emprego em economias regionais periféricas.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Desenvolvimento regional; Rio Grande do Norte.

TITLE: EVOLUTION OF FORMAL EMPLOYMENT IN THE CITIES OF RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

This study aims to analyze the temporal evolution, spatial distribution, and factors associated with formal employment in the municipalities of Rio Grande do Norte, Brazil, from 2006 to 2021, considering its economic and territorial dimensions. Secondary data from the Annual Social Information Report (RAIS) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were used and analyzed through descriptive, spatial,

and econometric techniques based on panel data. The descriptive results reveal high volatility in formal employment throughout the period, with stronger growth in the initial years and a slowdown from 2014 onward, in line with the national economic cycle. The econometric analysis, based on a fixed-effects model, indicates that formal employment responds positively to GDP per capita, average wages, and the value added by the services sector. As the variables were estimated in natural logarithms, the coefficients are interpreted as elasticities, highlighting the sensitivity of employment to local economic conditions. The results point to the central role of the services sector in generating formal employment and suggest that the observed expansion is more closely associated with economic dynamism and the expansion of tertiary activities than with a consistent process of structural transformation.

Keywords: Labor Market; Regional Development; Rio Grande do Norte.

Introdução

O emprego formal constitui uma dimensão central para a compreensão da dinâmica econômica regional, na medida em que reflete não apenas o nível de atividade produtiva, mas também a forma como se estruturam as relações de produção, a distribuição da renda e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Entretanto, a expansão do emprego, por si só, não implica necessariamente um processo de desenvolvimento econômico, sobretudo em contextos regionais marcados por forte disparidade econômica e espacial, nos quais a geração de empregos formais pode permanecer concentrada e desigual (Silva e Ribeiro, 2018). Nesse contexto, a análise do mercado de trabalho em escala regional torna-se fundamental, uma vez que permite evidenciar heterogeneidades estruturais frequentemente obscurecidas em abordagens agregadas. No caso brasileiro, e particularmente no estado do Rio Grande do Norte, a dinâmica do emprego formal está profundamente condicionada por uma trajetória histórica marcada pela predominância de atividades primárias, baixa diversificação produtiva e limitada capacidade de industrialização endógena, refletindo um processo de inserção periférica e dependente na economia nacional (Araújo, 2009). Além da análise da evolução temporal do emprego formal, torna-se igualmente importante compreender sua distribuição espacial entre os municípios do estado. Esse elemento permite identificar padrões territoriais de concentração do emprego, e desigualdades regionais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da dinâmica do mercado de trabalho formal no estado. A literatura estruturalista, especialmente a partir de Celso Furtado, destaca que economias com essas características tendem a reproduzir padrões de crescimento dependente, nos quais a expansão de setores de baixa produtividade não é suficiente para promover transformações estruturais significativas (Furtado, 2009). Logo, a crescente centralidade do setor de serviços observada nas últimas décadas, embora associada à geração de emprego, pode refletir uma dinâmica de crescimento que não rompe com a lógica do subdesenvolvimento. Adicionalmente, teorias do desenvolvimento econômico, como o modelo dual de Lewis (1960), indica que o crescimento do emprego em regiões menos integradas à dinâmica econômica estadual pode estar associado à absorção de mão de obra em atividades de menor eficiência, sem necessariamente implicar ganhos estruturais de longo prazo. De forma complementar, a abordagem da nova geografia econômica, por Paul Krugman, enfatiza que os processos de aglomeração econômica tendem a atrair

investimentos, infraestrutura e mão de obra qualificada para regiões já dinâmicas, reforçando vantagens locacionais e ampliando desigualdades territoriais (Krugman, 1997). Diante desse quadro, emerge uma questão central: em que medida a expansão do emprego formal nos municípios do Rio Grande do Norte reflete um processo efetivo de desenvolvimento econômico, ou apenas a reprodução de uma estrutura produtiva pouco diversificada e de baixa complexidade? Parte-se da hipótese de que o crescimento do emprego formal no estado, embora significativo ao longo das últimas décadas, está predominantemente associado à expansão de setores de menor intensidade tecnológica, especialmente o setor de serviços, não configurando, portanto, uma transformação estrutural robusta da economia regional. Para investigar essa hipótese, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução temporal, a distribuição espacial e os fatores associados ao emprego formal nos municípios do Rio Grande do Norte entre 2006 e 2021, considerando sua relação com a estrutura produtiva regional. Especificamente, pretende-se: (a) examinar a evolução temporal do emprego formal; (b) analisar sua distribuição espacial entre os municípios; (c) identificar os principais fatores econômicos associados à sua dinâmica.

Metodologia

Neste estudo, adotou-se uma abordagem quantitativa baseada em dados em painel para analisar a dinâmica do emprego formal nos municípios do Rio Grande do Norte no período de 2006 a 2021, permitindo explorar simultaneamente as variações temporais e as diferenças estruturais entre os municípios (Wooldridge, 2011). A base de dados foi construída a partir de informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A utilização dessas bases permitiu acompanhar a evolução temporal e a distribuição espacial do emprego formal entre os municípios potiguares, conforme os objetivos propostos no plano de trabalho. Embora o plano previsse também a utilização do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), optou-se pela utilização da RAIS para mensuração do estoque de emprego formal, em razão da maior consistência da série histórica para análises longitudinais envolvendo todo o período estudado. A variável dependente corresponde ao estoque de emprego formal municipal, mensurado pelo número de vínculos ativos e transformado em logaritmo natural, procedimento que possibilita interpretar os coeficientes estimados como elasticidades e contribui para reduzir problemas de heterocedasticidade (Gujarati e Porter, 2011). As variáveis explicativas consideradas incluíram o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o salário médio e o Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor de serviços, todos expressos em logaritmos naturais, além da variável escolaridade, mantida em nível. Todas as variáveis monetárias foram previamente deflacionadas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), adotando-se o ano de 2017 como referência (2017 = 100), de forma a eliminar distorções inflacionárias e garantir comparabilidade intertemporal dos valores monetários. As análises estatísticas foram realizadas no software R, empregando estatísticas descritivas e técnicas de estimação para dados em painel. Inicialmente, procedeu-se à análise da evolução temporal do emprego formal ao longo do período estudado. Em seguida, realizou-se a análise espacial da distribuição do emprego formal entre os municípios do Rio Grande do Norte por meio da elaboração de mapas temáticos, permitindo identificar padrões territoriais de concentração e dispersão dos vínculos formais e complementar a análise temporal proposta neste estudo.

A especificação empírica final do modelo assume a seguinte forma:

$$\ln(\text{Emprego}_{it}) = \alpha_i + \beta_1 \ln(\text{PIBpc}_{it}) + \beta_2 \ln(\text{Salário}_{it}) + \beta_3 \ln(\text{VABServ}_{it}) + \beta_4 \text{Escolaridade}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que α_i representa os efeitos fixos específicos de cada município, β os coeficientes estimados e ε_{it} o termo de erro. Estimou-se um modelo de efeitos fixos (within estimator), considerado apropriado para controlar disparidades não observadas invariantes no tempo entre os municípios, sobretudo quando tais características estão correlacionadas com as variáveis explicativas (Wooldridge, 2011). A escolha entre efeitos fixos e efeitos aleatórios foi respaldada pelo teste de Hausman. Para assegurar maior robustez inferencial, utilizaram-se erros padrão robustos clusterizados por município, corrigindo potenciais problemas de heterocedasticidade e autocorrelação serial intraunidade (Gujarati e Porter, 2011). Adicionalmente, a análise de multicolinearidade via Fator de Inflação da Variância (VIF) confirmou baixos níveis de correlação entre os regressores no modelo final. A base de dados configura um painel balanceado, abrangendo 163 municípios ao longo de 16 anos, totalizando 2.608 observações. O modelo final apresentou elevada capacidade explicativa ($R^2 = 0,707$; R^2 ajustado = 0,687), indicando forte aderência aos dados observados. Dessa forma, a estratégia metodológica adotada permitiu analisar simultaneamente a evolução temporal, a distribuição espacial e os determinantes econômicos do emprego formal nos municípios do Rio Grande do Norte, em consonância com os objetivos propostos para o estudo.

Resultados e Discussões

A análise dos resultados foi conduzida considerando duas dimensões complementares: a evolução temporal do emprego formal ao longo do período analisado e sua distribuição espacial entre os municípios do Rio Grande do Norte. Essa estratégia permite compreender não apenas a trajetória do emprego formal, mas também as desigualdades territoriais existentes no estado. As evidências apresentadas decorrem da integração entre a análise descritiva, a análise espacial e a estimação do modelo econométrico, desenvolvido a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise dos resultados inicia-se pela dimensão temporal do emprego formal. O Gráfico 1 apresenta a evolução do número de vínculos formais nos municípios do Rio Grande do Norte entre 2006 e 2021, evidenciando um comportamento fortemente condicionado às oscilações da atividade econômica. Mostra que a variação anual do emprego formal é marcada por elevada volatilidade, com fases de crescimento mais intenso ao longo dos anos 2000, seguidas por desaceleração e contração, especialmente a partir de 2015. Esse movimento reflete o impacto da crise econômica nacional sobre o mercado de trabalho, sendo posteriormente agravado pelos efeitos da pandemia em 2020. A recuperação observada em 2021 sugere um processo de recomposição do emprego, reforçando o caráter cíclico da dinâmica observada. Para além da dimensão temporal, a análise da dinâmica do emprego formal requer a consideração de sua distribuição espacial, uma vez que o dinamismo econômico não se manifesta de forma homogênea entre os municípios. A Figura 1 apresenta a distribuição espacial do emprego formal no Rio Grande do Norte, evidenciando simultaneamente o estoque de vínculos formais e a taxa de emprego em relação à população. Observa-se uma forte concentração do emprego formal em municípios mais dinâmicos, especialmente na Região Metropolitana de Natal, refletindo a lógica de

aglomeração econômica. Em contraste, grande parte dos municípios apresenta baixo estoque de empregos, indicando limitações estruturais na capacidade de geração de vínculos formais. A análise da taxa de emprego revela, adicionalmente, que municípios com menor população podem apresentar maior intensidade relativa de emprego, evidenciando que a distribuição do emprego não depende apenas do volume absoluto, mas também da estrutura produtiva e demográfica local. A partir da caracterização temporal e espacial do emprego formal, procede-se à análise econométrica dos fatores associados à sua evolução. A Tabela 1 apresenta os resultados da estimação do modelo de efeitos fixos, permitindo identificar os principais determinantes do emprego formal em nível municipal. O emprego formal municipal responde positivamente ao dinamismo econômico local, embora de forma desigual entre os diferentes componentes da estrutura produtiva. Assim, um aumento de 1% no PIB per capita associa-se, em média, a uma elevação de aproximadamente 0,05% no emprego formal, enquanto um aumento de 1% no salário médio está associado a um acréscimo de cerca de 0,76% e um aumento de 1% no VAB de serviços, a um crescimento de aproximadamente 0,02%, ceteris paribus. Esses resultados sugerem que a expansão do emprego formal acompanha o adensamento da renda local e a ampliação de atividades urbanas intensivas em demanda, em linha com a literatura de demanda efetiva e de aglomeração econômica (Keynes, 1988; Krugman, 1997). Essa relação pode ser visualmente observada no Gráfico 2, que sintetiza os coeficientes estimados e evidencia a maior magnitude dos efeitos associados ao salário médio e, em menor escala, ao setor de serviços. O coeficiente positivo do salário médio exige, contudo, uma interpretação cautelosa. O resultado não deve ser lido mecanicamente como evidência de que salários mais altos causam, por si sós, maior emprego. Em nível municipal, esse coeficiente também pode capturar diferenças de produtividade, composição setorial e qualidade da força de trabalho. À vista disso, municípios com estrutura produtiva relativamente mais sofisticada tenderiam a combinar maior remuneração média e maior capacidade de sustentar vínculos formais (Becker, 1964). O resultado mais robusto entre os componentes econômicos recai sobre o salário médio, cuja elasticidade positiva e estatisticamente significativa reforça a hipótese de que a formalização recente do emprego está fortemente ligada ao dinamismo do mercado de trabalho local e à capacidade de geração de renda. Já o VAB de serviços manteve coeficiente positivo, porém de menor magnitude, indicando contribuição complementar para a expansão do emprego formal. Tal evidência permanece coerente com a literatura sobre mercado urbano, centralidade regional e economias de aglomeração. Ainda assim, a interpretação teórica deve ser cuidadosa: em economias periféricas, a expansão do setor terciário pode elevar o emprego sem necessariamente produzir transformação estrutural profunda, sobretudo quando predominam segmentos de baixa eficiência, reduzido conteúdo tecnológico e limitada capacidade de encadeamento intersetorial, o que restringe mudanças estruturais mais amplas (Furtado, 2009). No contexto potiguar, esse padrão pode refletir uma trajetória histórica de especialização econômica pouco diversificada e de baixa complexidade econômica (Furtado, 2007; Araújo, 2009), coexistindo com formas persistentes de precarização laboral (Pochmann, 2019). A escolaridade também apresenta coeficiente positivo e estatisticamente significativo. Como essa variável foi mantida em nível, o parâmetro deve ser interpretado como uma semi-elasticidade: uma unidade adicional na métrica de escolaridade utilizada está associada a um aumento aproximado de 6,0% no emprego formal, mantidos constantes os demais fatores. O resultado é consistente com a literatura de capital humano, segundo a qual maiores níveis educacionais ampliam produtividade, empregabilidade e probabilidade de inserção em vínculos formais mais estáveis (Becker, 1964). Em contraste, as variáveis referentes à agropecuária e à indústria foram excluídas da

especificação final em razão de problemas de multicolinearidade e de sua baixa significância estatística. Essa exclusão não implica ausência de relevância econômica desses setores, mas indica que, na amostra e no período analisados, suas variações não apresentaram contribuição estatisticamente robusta para explicar a dinâmica do emprego formal, após o controle pelos demais fatores do modelo. Em termos teóricos, esse resultado é compatível com as abordagens sobre dualidade estrutural, especialização produtiva periférica e limitações ao desenvolvimento regional, que destacam a possibilidade de determinados setores apresentarem reduzida capacidade de dinamizar o emprego formal em contextos marcados por baixa diversificação produtiva e limitada transformação estrutural (Lewis, 1960; Furtado, 2009). Em síntese, os resultados empíricos indicam que a dinâmica do emprego formal nos municípios do Rio Grande do Norte está fortemente associada ao dinamismo econômico local e à estrutura econômica, especialmente ao setor de serviços. Esses achados reforçam a necessidade de discutir, na seção seguinte, as implicações desse padrão para o desenvolvimento econômico regional.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar a evolução temporal, a distribuição espacial e os fatores associados ao emprego formal nos municípios do Rio Grande do Norte entre 2006 e 2021, buscando compreender em que medida a expansão observada reflete um processo de desenvolvimento econômico ou a reprodução de uma estrutura produtiva pouco diversificada. A partir da combinação de análise descritiva e econométrica com dados em painel, foi possível evidenciar que a dinâmica do emprego formal no estado está fortemente condicionada ao comportamento da atividade econômica, apresentando elevada sensibilidade ao ciclo macroeconômico. Os resultados indicam que variáveis associadas ao dinamismo econômico local, como o PIB per capita, o salário médio e o valor adicionado do setor de serviços, exercem influência positiva e estatisticamente significativa sobre o emprego formal. Em contraste, as variáveis relacionadas aos setores industrial e agropecuário não apresentaram associação estatisticamente significativa com o emprego formal na especificação estimada. Tal evidência reforça a centralidade do setor de serviços na estrutura produtiva estadual, ao mesmo tempo em que evidencia a fragilidade da indústria e a baixa capacidade de transformação estrutural da economia Norte Rio Grandense. A análise conjunta dos resultados permite concluir que o crescimento do emprego formal no Rio Grande do Norte, embora significativo ao longo do período analisado, está predominantemente associado à expansão de atividades terciárias e ao aumento do dinamismo econômico local, reforçando a hipótese de que a economia do estado reproduz um padrão de crescimento sem transformação estrutural. Nesse contexto, a expansão do emprego não se traduz automaticamente em ganhos de produtividade, diversificação produtiva ou maior complexidade econômica. Esses achados dialogam diretamente com a tradição estruturalista, ao evidenciar a persistência de uma estrutura econômica marcada por heterogeneidade e baixa densidade industrial, na qual o crescimento ocorre de forma limitada e dependente (Furtado, 2009). Assim, o estudo contribui para o debate sobre desenvolvimento regional ao demonstrar que a formalização do emprego, embora relevante, não é condição suficiente para promover transformações econômicas profundas em economias subdesenvolvidas. Entre as limitações do estudo, destaca-se a utilização exclusiva do emprego formal, o que não permite captar a dinâmica do mercado de trabalho informal. Além disso, a ausência de indicadores diretos de produtividade e complexidade econômica pode restringir a

interpretações mais aprofundadas das transformações estruturais. Tais limitações abrem espaço para pesquisas futuras que incorporem novas dimensões analíticas.

Referências

ARAÚJO, Denilson da Silva. Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940–2006). 345 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.

BECKER, Gary S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: National Bureau of Economic Research, 1964.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em: <https://www.rais.gov.br/>. Acesso em: 2 abr. 2026.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Nacional, 2007.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado para Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. Econometria básica. Tradução de Denise Paschoaletto. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill: Bookman, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 abr. 2026.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mario Ribeiro da Cruz e Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KRUGMAN, Paul R. Development, geography, and economic theory. Cambridge: MIT Press, 1997.

LEWIS, William Arthur. A teoria do desenvolvimento econômico. Tradução de Alfredo Moutinho dos Reis, Olavo Miranda e Cássio Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2019.

SILVA, Libania Araújo; RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana. A dinâmica das disparidades regionais e do emprego formal no território baiano: uma análise do período 2004-2014. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 383-400, 2018.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. Tradução da 4. ed. norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Anexos

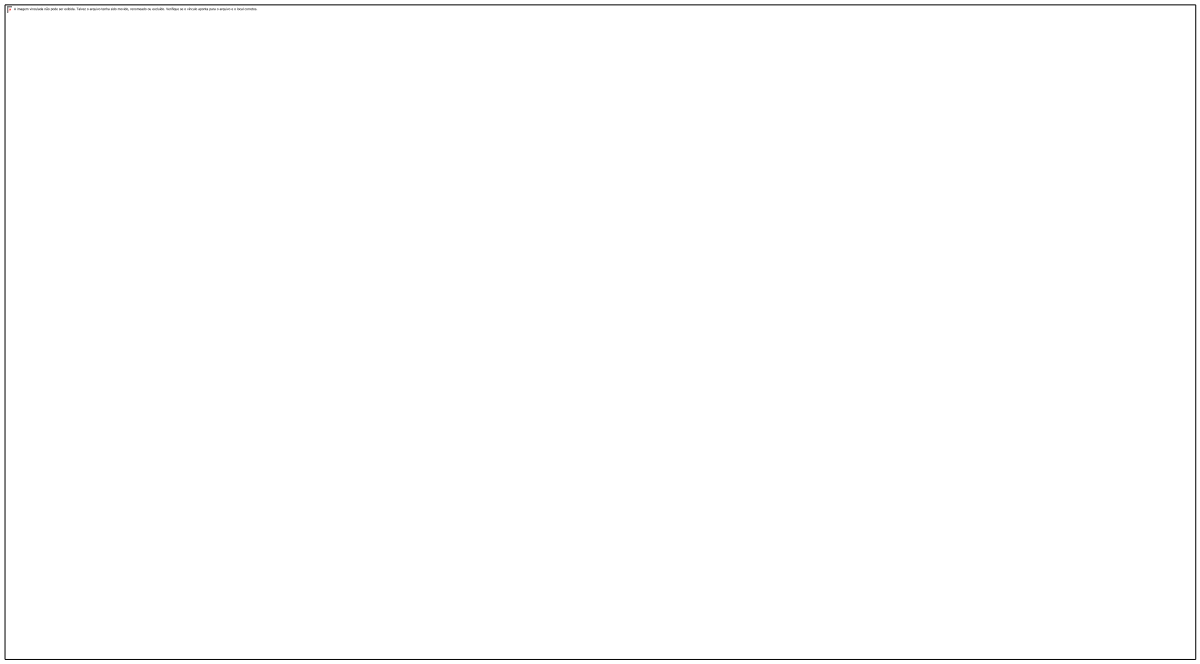


Gráfico 1 – Evolução do emprego formal nos municípios do RN (2006–2021)



Figura 1 - Emprego formal e taxa de emprego nos municípios do RN (2021)

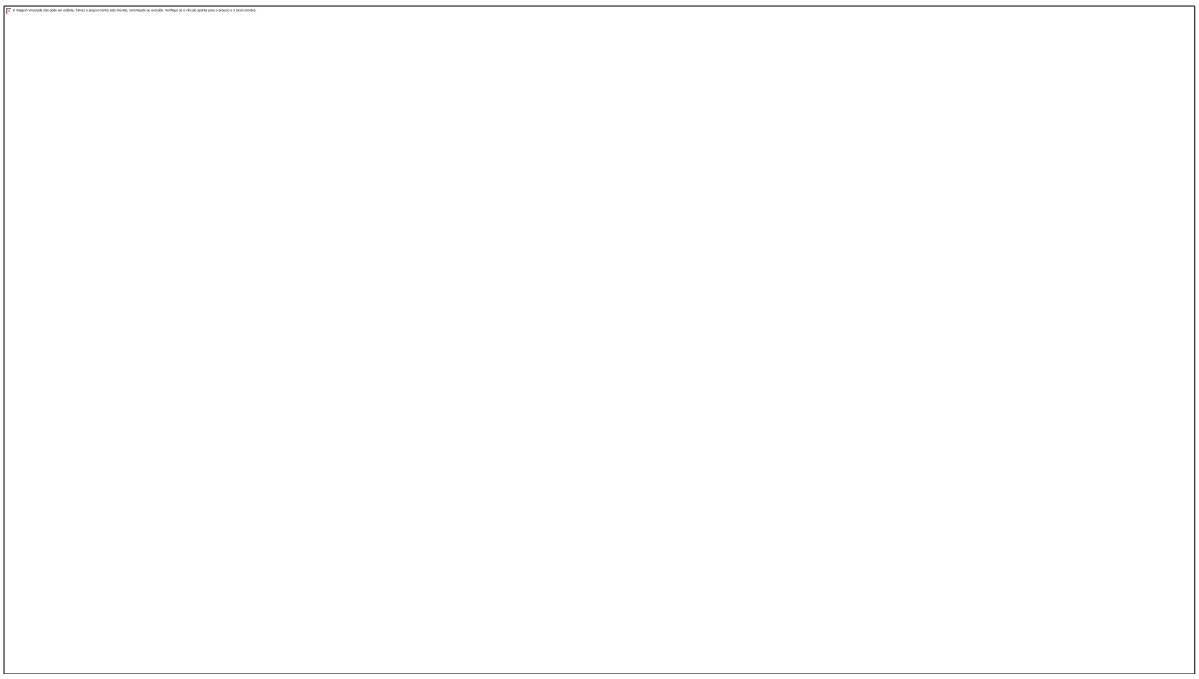


Tabela 1 - Fatores associados ao emprego formal nos municípios do RN (2006-2021)



Gráfico 2 – Coeficientes estimados do modelo para o emprego formal municipal

CÓDIGO: HS0435

AUTOR: MARIA VITORIA SANTOS DA SILVA

COAUTOR: MAYANNE KELLY MACEDO TORRES

ORIENTADOR: SABRINA SILVA ZACARON

TÍTULO: OS SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO E ATENÇÃO ESPECIALIZADA DO SUS NO GOVERNO LULA: uma análise crítica dos direcionamentos e disputas em saúde

Resumo

O relatório resulta do plano de trabalho intitulado “Os serviços de reabilitação e atenção especializada do sus no governo Lula: uma análise crítica dos direcionamentos e disputas em saúde”, vinculado à pesquisa “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da Política de Saúde no Governo Lula (2023-2026)”, tendo como finalidade apresentar os resultados parciais da pesquisa. Objetiva analisar as prioridades governamentais do governo Lula em relação aos direcionamentos e o financiamento dos Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência no âmbito da Atenção Especializada à saúde, com o intuito de identificar os desafios para a efetivação do SUS. O estudo fundamenta-se no método crítico-dialético e adota um estudo de enfoque misto, contemplando uma revisão de literatura, coleta de dados secundários e análise documental. Os resultados apontam alguns avanços nos serviços de reabilitação oferecidos pelo SUS, ao mesmo tempo em que evidenciam a carência de profissionais qualificados e as desigualdades regionais como entraves que favorecem a expansão do setor privado na saúde. Destaca-se que a austeridade fiscal e a financeirização das políticas sociais criam barreiras estruturais para a universalização do atendimento. Conclui-se que o fortalecimento da reabilitação exige não apenas infraestrutura, mas também financiamento estatal contínuo, que priorize a inclusão social em detrimento da lógica do lucro.

Palavras-chave: Reabilitação. Sistema Único de Saúde. Governo Lula. Fundo Público.

TITLE: Rehabilitation and Specialized Care Services of the Brazilian Unified Health System (SUS) during Lula's Government: A Critical Analysis of Directions and Disputes in Healthcare

Abstract

This report results from the project “Rehabilitation and Specialized Care Services of the SUS under the Lula Government: a critical analysis of health directions and disputes”, linked to the research “Trends in the Allocation of Public Funds in the Budget and Financing of Health Policy under the Lula Government (2023–2026)”. It aims to identify the government priorities expressed in planning and in the allocation of financial and budgetary resources for Specialized Healthcare, with an emphasis on Rehabilitation Services, aiming to understand the challenges for the realization of the SUS and democratic health control under the Lula Government. The study is based on the critical-dialectical method and adopts a mixed-methods approach, including a literature review, research, and documentary analysis. The partial results of the research point to some advances in the rehabilitation services offered by the SUS, while also highlighting a shortage of qualified professionals and regional inequalities as obstacles that favor the expansion of the private sector in healthcare. It is highlighted that fiscal austerity and the financialization of social policies create structural barriers to the universalization of care. Concluding that strengthening rehabilitation requires not only infrastructure, but also continuous state funding that prioritizes social inclusion over the logic of profit.

Keywords: Rehabilitation. Unified Health System.Lula Government. Public Fund.

Introdução

O presente artigo/relatório é fruto do plano de trabalho intitulado “Os serviços de reabilitação e atenção especializada do SUS no governo Lula: uma análise crítica dos direcionamentos e disputas em saúde”, atrelado à pesquisa “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da política de saúde no governo Lula (2023-2026)”, em andamento desde o ano de 2024. O estudo integra docentes, discentes e profissionais assistentes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL) e objetiva analisar as prioridades governamentais do governo Lula em relação aos direcionamentos e o financiamento dos Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência no âmbito da Atenção Especializada à saúde, com o intuito de identificar os desafios para a efetivação do SUS . Tendo como ponto de partida o objetivo de discutir o controle democrático da saúde, importa realizar um resgate da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), constituída como um dos maiores movimentos sociais e políticos do país, ao articular profissionais da saúde, movimentos populares, partidos progressistas, pesquisadores e demais integrantes da classe trabalhadora na defesa da saúde como um direito universal, a partir de uma perspectiva ampliada em saúde. Nesse constructo, ao compreender a saúde enquanto uma categoria que envolve diversas determinações, a Constituição Federal de 1988 cria o Sistema Único de Saúde (SUS), consolidando no âmbito formal as conquistas da Reforma Sanitária, objetivando romper com o modelo conservador da saúde, a culpabilização dos indivíduos, a ênfase nos métodos curativistas e o assistencialismo. Diante disso, no que se refere a este estudo, o contexto da reabilitação se insere no amparo legislativo brasileiro um ano após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a Lei n° 7.853 de 1989, que dispõe sobre o apoio à pessoa com deficiência (Brasil, 1989). Apesar disso, os direitos referentes à pessoa com deficiência no Brasil foram alterados diversas vezes ao longo dos anos. Atualmente, o aparato legal que rege esse público se expressa por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência, através da Lei n° 13.146/2015; do Decreto n° 11.793/2023, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Novo Viver Sem Limite; da Portaria n° 793/2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com

Deficiência e da Portaria GM/MS nº 1.526/2023, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD), além da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD) no âmbito do SUS. Ainda assim, esse conjunto normativo, apesar de representar avanços importantes na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, não assegura sua efetivação. A materialização desses direitos depende da capacidade do Estado de garantir condições materiais, orçamentárias e institucionais para implementação das políticas públicas. Nesse sentido, os avanços legais coexistem com os limites estruturais relacionados ao financiamento e organização do sistema público de saúde, evidenciando uma contradição entre a ampliação dos marcos formais e as condições concretas para sua efetivação. Ante o exposto, o presente artigo está organizado em quatro itens: o primeiro corresponde a esta introdução, que apresenta o tema e contextualiza a pesquisa; o segundo aborda os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na investigação; o terceiro contempla os resultados parciais e a discussão, articulando dados coletados à análise teórica dos atravessamentos do ajuste fiscal na Atenção Especializada com enfoque na reabilitação e, por fim, as considerações finais provisórias, com as principais problematizações e proposições.

Metodologia

O presente Plano de Trabalho, bem como os estudos dele decorrentes, iniciou-se em setembro de 2025, sob a responsabilidade de uma bolsista. Posteriormente, a partir de abril de 2026, foi dado prosseguimento às atividades com a bolsista autora, em virtude da saída da integrante anterior do grupo, contando também com o apoio da discente coautora, sob orientação da docente coordenadora da pesquisa. Essa pesquisa está fundamentada no método crítico-dialético com vista a desvendar a realidade a partir de uma perspectiva crítica da totalidade social. A escolha desta abordagem se justifica perante a tentativa de compreender a realidade a partir das categorias de historicidade, contradição, mediação e totalidade. O estudo se desenvolve a partir de um enfoque misto onde são mesclados dados qualitativos e quantitativos, a fim de promover sua interlocução e complementaridade que auxiliam no desvelamento do real (Prates, 2012). A partir de uma ampla revisão de literatura foi possível dar embasamento ao debate teórico e contemplar as categorias analíticas da presente pesquisa, cabendo situar e aprofundar alguns elementos que perpassam a Política de Saúde, Fundo público, Dívida pública, Orçamento, Ajuste fiscal, Financeirização das Políticas sociais, reabilitação da pessoa com deficiência e etc. Para subsidiar tais categorias foram utilizados autores de referência no debate, como Behring (2021), Brettas (2020), Bravo (2001), Salvador (2010), Diniz (2007), Cunha (2021) dentre outros. No que tange os aspectos da pesquisa e análise documental, os dados foram coletados por meio da imersão em documentos oficiais. Partindo, inicialmente, da análise do Relatório da 17ª Conferência Nacional de Saúde e da respectiva Resolução dele originada, seguida da análise do Plano Nacional de Saúde (2024-2027), o Plano Plurianual (2023-2026), do Plano plurianual (2024-2027) e por fim do Relatório de Monitoramento anual do PPA, referente ao ano de 2024, visto que, até a presente data, o relatório referente ao ano de 2025 não foi disponibilizado. A partir da análise desses documentos, foram construídos quadros de sistematizações com os dados selecionados, os quais serão também utilizados nas etapas posteriores da pesquisa. Durante o desenvolvimento da Pesquisa, foram realizadas atividades complementares, como a participação em estudos coletivos, com base na leitura de materiais produzidos que dialogassem com as categorias de análise citadas anteriormente. Além dos estudos relacionados diretamente ao eixo temático da pesquisa, foram contempladas discussões

promovidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL), que ocorrem mensalmente, com a mediação de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação (PPGSS/CCSA) e da Iniciação Científica. Além disso, é importante destacar a produção acadêmica e elaboração de resumo para submissão em eventos, como a produção de um artigo para o 28° Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por fim, o presente trabalho utilizou o Gemini Notebook, desenvolvido pelo Google, como ferramenta de apoio à revisão ortográfica e gramatical e à melhoria da fluidez textual, mantendo-se a autoria intelectual e a responsabilidade pelo conteúdo com os/as autores/as deste trabalho.

Resultados e Discussões

Em um contexto da crise estrutural do capitalismo, conforme analisa Behring (2021), o fundo público constitui elemento central da acumulação capitalista, sendo permanentemente disputado entre os interesses do capital e as necessidades da reprodução social da classe trabalhadora. Nesse cenário, parte significativa dos recursos públicos é direcionada para garantir a valorização do capital financeiro, sobretudo por meio do pagamento dos juros e da amortização da dívida pública, restringindo os investimentos nas políticas sociais. Salvador (2010) destaca que o fundo público passa a desempenhar funções essenciais para a reprodução do capital em momentos de crise, deslocando recursos que poderiam fortalecer direitos sociais para sustentar mecanismos financeiros. O capitalismo dependente brasileiro aprofunda essa dinâmica ao combinar neoliberalismo, financeirização e dependência econômica internacional. A financeirização transforma o orçamento público em instrumento de garantia da rentabilidade do capital financeiro, submetendo as políticas sociais às exigências do ajuste fiscal permanente. Dessa forma, as políticas de saúde, assistência social e previdência social passam a sofrer constantes restrições orçamentárias, em detrimento da ampliação e efetivação dos direitos sociais, em nome do equilíbrio fiscal e da manutenção da confiança dos mercados financeiros (Brettas, 2020). Esse processo se aprofunda a partir de 2016, com o golpe que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff, vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT), e na ascensão ao poder do governo de Michel Temer, responsável por implementar a Emenda Constitucional (EC) 95/2016, também conhecida como “ Teto dos Gastos. A medida surgiu num contexto de fortalecimento do neoliberalismo, de aprofundamento do conservadorismo e do ajuste fiscal permanente, baseado em políticas de austeridade. O mecanismo de funcionamento da referida emenda consistia no congelamento das despesas primárias do governo por um período de 20 anos, limitando a capacidade de expansão do orçamento público. Foram atingidas as despesas primárias do orçamento fiscal da União e da seguridade social, que englobou os gastos em políticas sociais (Salvador, 2024). A proposta do PLP 93/2023, o chamado Novo Arcabouço Fiscal (NAF), veio para substituir a EC 95/2016 e cumprir as determinações constitucionais negociadas no Congresso Nacional durante a transição para o novo governo do presidente Lula. Representou uma mudança na estrutura da política fiscal brasileira, pois, enquanto o regime anterior tinha um congelamento dos gastos, a nova legislação adota um mecanismo de maior flexibilidade em relação ao regime anterior, porém mantém limitações no âmbito da expansão das despesas primárias, comprometendo os gastos públicos (Salvador, 2024) No ano de 2023, foi aprovado o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), pela Lei Complementar nº 200 que substituiu o teto de gastos, tendo como

objetivo declarado pela Lei, garantir a estabilidade do país, criar condições adequadas para o crescimento socioeconômico e manter a dívida pública em níveis sustentáveis, conforme a arrecadação. Embora represente mudanças em relação à Emenda Constitucional nº 95, o documento "O financiamento do SUS: uma luta do controle social" (2021), aponta que ele não rompe com a restrição do gasto público, mantendo o financiamento das políticas sociais condicionada ao cumprimento das metas fiscais e ao equilíbrio das contas públicas. "O NAF constrói uma criativa engenharia financeira para garantir a captura do fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida pública" (Salvador, 2024, p.10). Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde continua enfrentando limitações para sua expansão, uma vez que os investimentos permanecem insuficientes para atender a demanda da população, dificultando a manutenção e ampliação dos serviços, sobretudo na Atenção Especializada, prevalecendo a persistência as filas de espera, as desigualdades regionais e o fortalecimento da participação do setor privado. Com o propósito de entender a Atenção Especializada como um dos componentes fundamentais do SUS, destaca-se sua responsabilidade na oferta de serviços de média e alta complexidade destinados ao diagnóstico, tratamento, reabilitação e acompanhamentos, os quais demandam recursos tecnológicos e profissionais especializados. Integrada a Rede de Atenção à Saúde (RAS), a atenção especializada atua de forma complementar à Atenção Primária à Saúde (APS), recebendo usuários/as encaminhados/as quando suas necessidades não conseguem ser atendidas pela atenção básica. Seu objetivo é garantir a integralidade do cuidado, promovendo atendimento qualificado por meio de consultas especializadas, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos, terapias e serviços de reabilitação, assegurando a continuidade da assistência e a articulação entre os diferentes níveis de atenção (Brasil, 2010; 2017). No que se refere à Atenção Especializada no âmbito dos instrumentos de planejamento estratégico do SUS, o Plano Nacional de Saúde, previsto na Lei n° 8.080/1990 e regulamentado pelo Decreto n° 7.508/2011, constitui um importante documento norteador e contempla ações e serviços de saúde ofertados à população, nos três níveis de complexidade. No que se refere à Atenção Especializada integra como um componente essencial da Rede de Atenção à Saúde, abrangendo serviços de média e alta complexidade, como a oferta de consultas especializadas, exames diagnósticos, procedimentos terapêuticos e atendimentos hospitalares (Brasil, 2024). Já em relação ao Plano Plurianual (PPA), documento voltado para o planejamento orçamentário, os objetivos da Atenção Especializada voltam-se para a ampliação da oferta e acesso às ações da AE, conforme as necessidades de saúde, reduzindo as desigualdades e promovendo a integralidade do cuidado (Brasil, 2023). O programa da Atenção especializada é dividido em 3 (três) objetivos específicos, entre os quais destacam-se: a) ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer de alta complexidade; b) reduzir filas de espera e procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno; e c) ampliar a oferta de serviços de reabilitação às pessoas com deficiência, no âmbito da Atenção Especializada do SUS, com vista a redução das desigualdades regionais e dos vazios assistenciais. No terceiro mandato de governo do Presidente Lula, a organização da Atenção Especializada tornou-se prioridade diante do aumento da demanda por consultas, exames e procedimentos, decorrentes do período do reduzido financiamento para saúde e dos impactos da pandemia de COVID-19. Nesse contexto, o Ministério da Saúde passou a implementar medidas voltadas à redução de filas, à ampliação de oferta de serviços especializados e ao fortalecimento das redes de atenção, buscando assegurar maior resolutividade, integralidade do cuidado e redução das desigualdades regionais no acesso aos serviços especializados. As diretrizes para esse processo foram reafirmadas

na 17ª Conferência Nacional de Saúde (2023), que teve como objetivo central garantir direitos, defender o SUS, a vida e a democracia. Destacando o objetivo da defesa do SUS, a conferência defende seu fortalecimento por meio da ampliação do financiamento público, da regionalização da assistência e da qualificação da Atenção Especializada, com ênfase na garantia do cuidado a pessoas com deficiência (PcD) e aos grupos em situação de vulnerabilidade. A reabilitação constitui um componente essencial da atenção especializada, tendo como objetivo promover a recuperação da funcionalidade, a autonomia e a participação social de pessoas que apresentam deficiência, incapacidades temporárias ou permanentes e outras condições que comprometem sua qualidade de vida. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (2022), estabelece que a reabilitação deve ocorrer de forma integral, interdisciplinar e articulada com os demais níveis de atenção, assegurando o cuidado contínuo e o acesso aos serviços especializados. Nesse contexto, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, regulamentada pela Portaria GM/MS nº 793/2012, organiza a oferta de serviços de reabilitação física, auditiva, visual, intelectual e para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando garantir atenção humanizada e integral (Brasil, 2012). Além disso, o Governo Federal instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite, através do Decreto n° 11.793 em novembro de 2023, com o objetivo de promover a articulação e integração de políticas, programas e ações, visando o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência (Brasil, 2023). Referente ao Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, a ampliação do acesso à reabilitação aparece como uma das prioridades da política nacional de saúde. O programa da reabilitação contempla o Objetivo Específico 0473 e é composto por 5 metas, que podem ser visualizadas no quadro a seguir:

QUADRO 1. Metas da Reabilitação do Programa Atenção Especializada á Saúde.

Programa 5118 Atenção Especializada à Saúde
Objetivo Específico 0473:Ampliar a oferta de Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência, no âmbito da Atenção Especializada do SUS, com vista a redução das desigualdades regionais e dos vazios assistenciais.
METAS ANALISADAS:

- 05YZ - Alcançar regiões de saúde com oferta de serviços de reabilitação financiadas pelo Ministério da Saúde
- 05Z1 - Ampliar os serviços de reabilitação financiados pelo Ministério da Saúde.
- 05ZB - Ampliar as Oficinas Ortopédicas financiadas pelo Ministério da Saúde.
- 07D2 - Construir Centros Especializados em Reabilitação (CER), financiadas pelo Ministério da Saúde
- 07D4 - Construir Oficinas Ortopédicas, financiadas pelo Ministério da Saúde.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Brasil (2023).

Nesse sentido, a meta 05YZ, que previa alcançar 44 regiões em 2024, obteve execução de 42,7% (Brasil, 2025). Apesar da proximidade com o resultado esperado, o próprio monitoramento identifica que a insuficiência de profissionais ortopédicos e a escassez de ações de educação permanente constituíram os principais fatores que impediram o cumprimento integral da meta. Essa realidade evidencia que a ampliação da atenção especializada depende de investimentos permanentes na formação, qualificação e fixação

de trabalhadores do SUS, sobretudo em regiões historicamente desassistidas. Essa dimensão torna-se particularmente relevante ao considerar que a reabilitação não deve ser compreendida apenas como a oferta de procedimentos especializados, mas como parte do direito à saúde e da garantia de condições de participação e autonomia das pessoas com deficiência (Diniz, 2007). Conforme destaca Behring (2021), as políticas sociais passam a sofrer sucessivas restrições quando o fundo público é direcionado prioritariamente para garantir a reprodução do capital e o pagamento dos serviços da dívida pública, reduzindo a capacidade do Estado de ampliar direitos sociais. Assim, a carência de profissionais especializados não representa apenas um problema de gestão, mas também uma consequência da insuficiência histórica de investimentos públicos na estrutura do SUS. Ademais, embora a meta 05Z1 - que previa a habilitação de 20 novos Centros Especializados em Reabilitação (CER) - tenha sido superada, com 101,24% da execução física em 2024 (Brasil, 2024), essa expansão deve ser analisada para além dos indicadores quantitativos. A abertura de novos serviços não garante, por si só, acesso universal à reabilitação, pois muitos estabelecimentos enfrentam dificuldades relacionadas ao custeio, à composição das equipes multiprofissionais e à oferta contínua de procedimentos especializados. A concentração das ampliações nas regiões Nordeste e Sudeste representa um avanço importante, especialmente diante das desigualdades históricas na distribuição dos serviços especializados. Entretanto, a permanência de vazios assistenciais em diversas localidades demonstra que a expansão ainda ocorre de forma desigual e insuficiente frente às necessidades da população. Na análise da meta 05ZB, referente às Oficinas Ortopédicas, observa-se que, em 2024, não houve habilitação de novas unidades e, ao contrário, ocorreu a desabilitação de uma oficina existente, reduzindo a oferta nacional para apenas 50 serviços. O monitoramento atribui esse resultado principalmente à insuficiência de cursos de formação de técnicos em órteses e próteses e à necessidade de desenvolvimento tecnológico relacionado à produção por impressão 3D. Embora o Ministério da Saúde tenha destinado recursos para a formação desses profissionais em parceria com a Universidade Federal Fluminense e mantido convênio com o Instituto Santos Dumont (ISD/RN), tais iniciativas ainda possuem alcance limitado diante da demanda nacional. No campo da deficiência, é importante entendê-la como uma expressão da Questão Social, de modo que essa compreensão parta da perspectiva de que a exclusão de corpos das pessoas com deficiência "não ocorre apenas pelo fato de as estruturas sociais serem desiguais, mas também porque os corpos não são considerados úteis à inclusão no sistema capitalista" (Cunha, 2021, p. 304). Assim, a limitação da oferta de serviços como órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção impacta na funcionalidade e a autonomia das pessoas com deficiência, ultrapassando uma questão meramente quantitativa da rede e repercutindo diretamente sobre a capacidade de exercício dos direitos e das condições de participação social e usufruto de direitos. Essa situação reforça que políticas estruturantes exigem continuidade e investimentos de longo prazo, incompatíveis com ciclos de financiamento marcados por restrições orçamentárias. Salvador (2010) afirma que, nas últimas décadas, o fundo público brasileiro tem sido crescentemente apropriado pelos mecanismos de valorização financeira, limitando os recursos destinados às políticas sociais universais. Nesse contexto, a expansão da reabilitação acaba competindo com outras prioridades fiscais, comprometendo a efetivação do direito à saúde. Outro aspecto crítico refere-se à ausência de metas para construção de novos CER e Oficinas Ortopédicas nos anos de 2024 e 2025, uma vez que as construções foram programadas apenas para 2026 e 2027, concentrando a maior parte dos investimentos estruturais no final do ciclo do PPA. Tal estratégia transfere para o próximo governo parcela significativa da responsabilidade pela execução das metas e reduz a capacidade de monitoramento do cumprimento dos compromissos

assumidos no início do planejamento. Nas duas últimas metas, a 07D2 e a 07D4, não foram realizadas ações de regionalização, sob a justificativa que a adesão é voluntária e portanto depende das gestões municipais e estaduais. Nesse sentido, segundo Ribeiro (2022), isso pode ser visto como uma forma de desresponsabilização do Estado, onde o governo transfere a garantia de direitos sociais para outras esferas ou para o sistema judiciário, em vez de assumir o caráter coletivo do direito. Assim, a análise das metas relacionadas à reabilitação e a à Atenção Especializada evidencia que os avanços registrados convivem com limitações estruturais e financeiras que impactam na materialização do direito à saúde da pessoa com deficiência. A ampliação dos CER e a manutenção dos serviços constituem avanços, mas não são suficientes para assegurar uma rede capaz de responder de forma integral e contínua às necessidades da população. Nesse sentido, a deficiência enquanto um debate de justiça social se aproxima da perspectiva de Diniz (2007), ao defender que a deficiência deve ser analisada a partir das barreiras que restringem a centralidade da questão exclusivamente para limitações individuais, compreendendo que a ausência ou insuficiência de profissionais, serviços, equipamentos e cobertura territorial não constitui somente uma dificuldade em nível de administração, mas também produz barreiras concretas no acesso. Segundo Cunha (2021), a trajetória de opressão das pessoas com deficiência é consequência de um sistema voltado ao lucro que estabelece um "sujeito ideal" de corpo normalizado. Embora as políticas sociais sejam contraditórias pois, ao mesmo tempo que garantem direitos, mantêm a reprodução do capital, elas ainda representam um meio fundamental para garantir voz, protagonismo e acesso à emancipação política para esse grupo social constantemente excluído. Nesse sentido, a autora alerta que, embora as políticas sociais sejam importantes instrumentos para o enfrentamento das desigualdades, sua efetividade encontra limites nas próprias contradições capitalistas. As barreiras sociais que incidem sobre as pessoas com deficiência não podem ser plenamente superadas sob a lógica do capital que privilegia a produtividade, a padronização de corpos e a valorização do lucro. Soma-se a esse cenário a influência das políticas neoliberais, promovendo a seletividade, a focalização e a redução da responsabilidade estatal, configurando as ações como assistencialistas e ameaçando a continuidade de políticas destinadas à integralidade e universalidade nesse segmento (Cunha, 2021). Portanto, a consolidação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência requer não apenas a expansão de sua estrutura física, mas investimentos públicos permanentes, qualificação de equipes, fortalecimento da responsabilidade estatal e planejamento territorial, de modo que os avanços legais possam ser traduzidos em acesso efetivo, integral e equânime aos serviços de reabilitação no âmbito da saúde.

Conclusão

De acordo com as análises apresentadas ao longo deste trabalho, a saúde pode ser compreendida como um pilar essencial da Seguridade Social, prevista constitucionalmente como um direito de proteção social. Entretanto, apesar de sua importância enquanto direito, persistem medidas de Ajuste Fiscal que limitam os gastos públicos, fragilizando a efetivação da política de saúde e comprometendo os princípios do SUS. Nesse cenário, criam-se oportunidades para a expansão da iniciativa privada na prestação dos serviços da Atenção Especializada e da Reabilitação. O subfinanciamento do SUS não apenas dificulta o acesso universal à reabilitação, como também fortalece nichos lucrativos para empresas privadas da saúde, fabricantes de equipamentos, planos de saúde e organizações contratadas pelo poder público. Esse movimento expressa a

disputa permanente pelo fundo público, em que recursos estatais são progressivamente apropriados por interesses privados em detrimento da consolidação de um sistema público universal. Apesar dos avanços promovidos no governo Lula, com a retomada de investimentos e de políticas voltadas para o fortalecimento do SUS, ainda permanecem desafios decorrentes das medidas de austeridade fiscal implementadas nos anos anteriores, bem como a manutenção da reprodução de tais medidas. A instituição do Novo Arcabouço Fiscal mantém limites para a ampliação dos gastos sociais, o que afeta a capacidade de financiamento da saúde e dificulta a consolidação de direitos. Ao mesmo tempo, evidencia-se uma contradição, uma vez que o governo incorporou ao PPA e ao PNS diversas propostas aprovadas na 17ª CNS, reforçando a participação social no planejamento das políticas públicas e reconhecendo a importância do controle social na definição de prioridades e na defesa de maior investimento para o SUS. Fortalecer o SUS implica ampliar seu financiamento público, assegurar mecanismos democráticos de controle social e reafirmar a saúde como direito de cidadania, o alcance da meta relacionada à ampliação dos serviços de reabilitação representa um avanço, mas sem estrutura física adequada, como os CERs, e profissionais especializados, o atendimento permanece limitado na "reparação do corpo", não alcançando plenamente a perspectiva da inclusão social como direito. Nesse sentido, defender a reabilitação como direito, implica também defender as condições políticas, econômicas e institucionais necessárias para que esse direito seja efetivamente assegurado, reafirmando o SUS enquanto política pública universal. Mais do que ampliar a oferta de serviços, a garantia do direito à cidadania e autonomia das pessoas com deficiência é a base indispensável para o fortalecimento de uma Rede de Cuidados efetivamente comprometida com a integralidade do cuidado, a justiça e a inclusão social.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez, 2021.
BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Relatório final da 17ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2025.
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.
BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2024–2027. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre as Redes de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.
BRASIL. Ministério da Saúde. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.
BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Plano Plurianual 2024–2027. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023.
BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Relatório de Monitoramento Anual do Plano Plurianual 2024–2027: ano-base 2024. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2025.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. Deficiência como expressão da questão social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio/ago. 2021.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

NASCIMENTO, Claudio Ferreira do; BITENCOURT, Ruth Ribeiro; CONTE, Lizandra Nunes Coelho (org.). O financiamento do SUS: uma luta do controle social. 1. ed. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021. (Série Participação Social & Políticas Públicas, v. 11). E-book (PDF). Disponível em: Conselho Nacional de Saúde. Acesso em: 10 jul. 2026.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. Argumentum, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 6-20, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.47456/argumentum.v16i1.44218. Acesso em: 20 ago. 2026.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v.11, n. 1, 2012.

CÓDIGO: HS0441

AUTOR: YNGRID GIOVANNA CORTEZ LIMA

COAUTOR: ALINE CAVALCANTI DANTAS

ORIENTADOR: EDLA HOFFMANN

TÍTULO: A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE NO GOVERNO LULA: direcionamentos, embates e desafios.

Resumo

O artigo resulta do plano de trabalho intitulado “A Atenção Especializada em saúde no governo Lula: direcionamentos, embates e desafios”, vinculado à pesquisa “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da política de saúde no governo Lula (2023-2026)”. O estudo tem como objetivo analisar as prioridades governamentais expressas nos direcionamentos e o financiamento da Atenção Especializada em Saúde com ênfase ao acesso às especialidades, cirurgias eletivas e leitos de UTI no intuito de apreender os desafios para objetivação do SUS e do controle democrático da saúde no governo Lula. Fundamenta-se no método crítico-dialético e adota um estudo de enfoque misto, contemplando uma revisão de literatura e pesquisa documental, com análise de documentos oficiais do governo Lula. Os resultados apontam um descompasso entre as metas propostas e sua efetivação, e também evidenciam a participação do setor privado como estratégia para o enfrentamento dos vazios assistenciais no âmbito da atenção especializada. Conclui-se que os direcionamentos do governo Lula na Política de Atenção Especializada estão inseridos num cenário de disputa pelo fundo público, marcado pelas limitações impostas pelo Novo Arcabouço Fiscal, os interesses do setor privado, reafirmando os desafios históricos à consolidação do SUS como sistema público, universal e equânime.

Palavras-chave: Atenção Especializada. Filas de Espera. Fundo Público. Lula. Saúde.

TITLE: SPECIALIZED HEALTH CARE UNDER THE LULA ADMINISTRATION: guidelines, conflicts and challenges

Abstract

This article stems from the work plan titled “Specialized Health Care under the Lula Administration: Directions, Conflicts, and Challenges,” linked to the research project “Trends in Public Fund Allocation within the Budget and Financing of Health Policy

under the Lula Administration (2023–2026).” The study aims to analyze government priorities—as expressed through policy directions and financing—regarding specialized health care, with an emphasis on access to medical specialties, elective surgeries, and ICU beds. It seeks to understand the challenges involved in realizing the SUS (Unified Health System) and ensuring democratic oversight of health policy during the Lula administration. Grounded in the critical-dialectical method, the study employs a mixed-methods approach, combining a literature review with documentary research and an analysis of official government documents. The results reveal a gap between proposed goals and their actual implementation, while also highlighting the role of the private sector as a strategy to address gaps in specialized care coverage. The study concludes that the Lula administration’s directives for specialized care policy operate within a context of competition for public funds—shaped by the constraints of the New Fiscal Framework and private sector interests—thereby reaffirming the historical challenges facing the consolidation of the SUS as a public, universal, and equitable system.

Keywords: Specialized Care. Waiting Lists. Public Funding. Lula. Health Care.

Introdução

Este artigo é fruto do plano de trabalho intitulado “A Atenção Especializada em saúde no governo Lula: direcionamentos, embates e desafios”, atrelado à pesquisa “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da política de saúde no governo Lula (2023-2026)”, em andamento desde 2024. O estudo contempla docentes, discentes e profissionais assistentes sociais que integram o Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL). Objetiva analisar as prioridades governamentais expressas nos direcionamentos e o financiamento da Atenção Especializada em Saúde com ênfase ao acesso às especialidades, cirurgias eletivas e leitos de UTI no intuito de apreender os desafios para objetivação do SUS e do controle democrático da saúde no governo Lula.

Em seguimento a isto, é essencial recuperar o marco histórico da saúde no país, o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB). A reforma teve seu ápice em 1986, durante a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), na qual a saúde passou a ser reconhecida como direito universal e dever do Estado. Atrelada à promulgação da Constituição Federal de 1988, está a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto um sistema universal, gratuito e integrado, que deve atender as necessidades de saúde da população.

Apesar das importantes conquistas alcançadas na redemocratização do país, é evidente que o setor saúde desde o seu surgimento sofre com os impactos decorrentes da não garantia de financiamento condizente com as necessidades da população, bem como das recorrentes reduções orçamentárias, fruto da correlação de forças presente na sociedade do capital. Sendo assim, o presente artigo/relatório articula o processo de construção da saúde no país em um cenário de sucessivos ajustes fiscais, de austeridade fiscal, de subfinanciamento, até chegar ao terceiro mandato do governo Lula (2023-2026), buscando compreender as prioridades governamentais que o orientam.

Com a retomada do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), ao governo em 2023, há a introdução e fortalecimento de pautas que respaldam os interesses da classe trabalhadora nos projetos e planos governamentais. No entanto, é incontestável que isso ocorre articulado aos aparelhos que beneficiam e respondem à burguesia brasileira. Nesse processo, a Atenção Especializada à Saúde é introduzida e regulamentada por meio da Portaria nº 1.604/2023, que instituiu a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), em um contexto de necessários e urgentes progressos no setor, visto que os governos anteriores foram marcados por intensos retrocessos à saúde.

Portanto, a sistematização deste relatório está organizada em quatro partes: a primeira corresponde a esta introdução, que apresenta o tema da pesquisa; a segunda aborda o método e a metodologia presentes na investigação; a terceira contempla os resultados e a discussão, articulando os dados coletados à análise teórica dos atravessamentos da crise do capital e da saúde no governo Lula. Por fim, o quarto item traz as considerações finais, com o fechamento do estudo com as principais problematizações e proposições.

Metodologia

Para capturar a essência do objeto estudado, o sujeito deve ser capaz de mobilizar um amplo conjunto de conhecimentos, criticá-los e revisá-los, dotando de criatividade e imaginação (Netto, 2011). Nesse sentido, com base nas categorias da totalidade social, contradição, mediação e historicidade, este relatório recorre ao percurso teórico-metodológico do método crítico-dialético, que busca apreender a dinâmica hegemônica da sociedade burguesa enquanto uma totalidade dinâmica, resultante do "caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica" (Netto, 2011, p.57).

Sendo as categorias elementos que permitem esclarecer fenômenos, relações e movimentos da realidade (Prates, 2012), busca-se analisar a relação antagônica que permeia a Atenção Especializada do governo Lula, no contexto do Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Considerando a interconexão e complementaridade dessas dimensões, o percurso metodológico adota um estudo de enfoque misto, combinando dados qualitativos e quantitativos, que contribuem tanto para o processo de desvelamento do real, quanto para a orientação de processos interventivos (Prates, 2012).

Os/as autores/as que forneceram a base para está pesquisa foram Netto (2012), Behring (2022), Salvador (2024), Mota (2021), Funcia (2021), Santos (2021), Mendes (2020), Carnut (2020), Brettas (2020), Prates (2012), dentre outros. Foram consultados/as com o objetivo de buscar consistência teórica do estudo, contemplando e compreendendo as categorias fundamentais do debate aqui percorrido, como fundo público, ajuste fiscal, orçamento, financeirização, Novo Arcabouço Fiscal, dívida pública, saúde e Atenção Especializada.
Já no que se refere à pesquisa e coleta documental, foram analisados documentos como o Relatório da 17ª Conferência Nacional de Saúde, a Portaria GM/MS nº 1.604, que institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) no SUS; o Plano Nacional de Saúde (2024-2027); o Plano Plurianual (PPA) da União (2024-2027); e o Relatório de Monitoramento referente ao ano de 2024, visto que, o relatório referente ao ano de 2025 ainda não foi disponibilizado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

No exercício de desenvolvimento da pesquisa, contemplamos atividades como a participação mensal nas reuniões do GEP-QPSOCIAL, com o desenvolvimento de estudos acerca das particularidades regionais. Já no eixo da saúde, foram realizados estudos acerca da estruturação da política de saúde no país, perpassando pela organização do SUS, financiamento, orçamento, disputas e contradições que permeiam essa política e contribuindo para construção de um ambiente propício aos debates críticos a respeito da conjuntura contemporânea, estruturada pela lógica do capital.

Para a elaboração deste trabalho, foi utilizado o ChatGPT como ferramenta auxiliar exclusivamente na revisão de grafia, aspectos gramaticais, organização textual e adequação às normas da ABNT, sendo a construção teórica, a análise, a interpretação dos dados, os argumentos apresentados e o conteúdo do trabalho de autoria e responsabilidade das autoras.

Resultados e Discussões

Mészáros (2011) traz que a crise do capital configura uma crise estrutural que se estende a todas as esferas da vida social, associada ao desemprego estrutural, à miséria humana e ao potencial de autodestruição da humanidade. Em outras palavras, se reconhece que após longas ondas de aceleração, o sistema adentra em uma fase de desaceleração contínua, caracterizando-se como uma crise longeva, duradoura, sistêmica e estrutural (Mészáros, 2011).

Nos períodos de crise que atravessam às relações sociais, o Estado tende a reformular seu papel e, na conjuntura contemporânea, apresentam-se transformações que permeiam toda a estrutura social. Por exemplo, no âmbito do surgimento do projeto neoliberal, é evidente a presença da tríade flexibilização, desregulamentação e privatização. Conforme Harvey (2008), esse projeto sustenta a ideia de que o mercado seria capaz de promover o desenvolvimento, tendo nas organizações não-governamentais e nas entidades do terceiro setor uma expansão da sua atuação, enquanto o Estado assume um papel secundário, criando as condições necessárias para assegurar as funções do mercado.

Fundamentada nessa premissa, a austeridade fiscal é apresentada como um mecanismo de “ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social” (Rossi; Dweck, 2018, p.07). Sob a justificativa de ajustar a economia e acelerar o crescimento econômico, esses ajustes incidem principalmente sobre os gastos sociais, comprometendo o acesso da classe trabalhadora aos direitos historicamente conquistados.

A implementação desse projeto exigiu um Estado forte na condução de contrarreformas e de contenção de gastos sociais, promovendo uma “reconfiguração que passava pelo aumento da dívida pública como forma de justificar sucessivos ajustes fiscais, alimentando a rentabilidade financeira e legitimando a canalização de recursos do fundo público para o capital” (Brettas, 2020, p.159).

Nesse momento, entra em cena a disputa pelo fundo público, visto que, segundo Brettas (2012), seus recursos podem ser direcionados tanto para assegurar as condições de acumulação do capital, quanto para promover a redistribuição de renda e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Assim, "ainda que seja possível identificar um caráter de classe no Estado, é possível perceber uma disputa pela forma como seus recursos são arrecadados e utilizados" (Brettas, 2012, p.102), tornando-se, portanto, fundamental identificar e analisar o destino desses recursos como expressão concreta da luta de classes.

Para Salvador (2017), o orçamento enquanto expressão mais visível do fundo público, é mais do que uma peça técnica, constituindo-se como um instrumento político fundamental que expressa a correlação de forças atuantes na sociedade. Na condução das contrarreformas, a financeirização sustentada pelo Estado, ganhou destaque como estratégia para garantir a estabilização econômica do capital e contornar a queda da taxa de lucro.

Brettas (2012) argumenta que a crise financeira foi absorvida pelos Estados por meio da dívida pública, de modo que, sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), o país assumiu metas de superávit primário e ajustes fiscais. No Plano Real, implantado no governo Itamar Franco (1992-1995), a privatização foi apresentada como solução para enfrentar o déficit público, fundamentada na "necessidade de racionalização do Estado, no estímulo a um aumento da competitividade da economia (Brettas, 2020, p.168), enquanto as reformas na Administração Pública, conduzidas pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), incentivaram privatizações, parcerias público-privadas e organizações sociais (OS).

Neste período, foram instituídos mecanismos que passaram a operar na drenagem de recursos do fundo público em favor da burguesia rentista, entre os quais se destacam: as metas de superávit primário, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O aprofundamento dessas tendências ocorreu em 2016, quando Michel Temer (2016-2018), filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu a presidência após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, resultado de um golpe parlamentar, jurídico, midiático e misógino, que interrompeu um governo democraticamente eleito, representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e abriu espaço para intensificação das medidas neoliberais. Sob sua gestão, o ajuste fiscal em curso foi elevado a um novo patamar por meio da Emenda Constitucional n° 95/2016, que estabeleceu o congelamento dos gastos primários por vinte anos, fixando um teto que limita o gasto primário anual ao valor executado no ano anterior, corrigido apenas pela inflação.

Em 2023, com a posse de Lula em seu terceiro mandato à presidência (2023-2026), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), emergiu um sentimento de esperança e perspectivas de reconstrução social. No entanto, apesar de o governo incorporar pautas voltadas à classe trabalhadora e adotar estratégias menos nefastas que as de seus antecessores, persistem mecanismos estruturais que atendem aos interesses econômicos do capital.

Regulamentado pela Lei Complementar n° 200/2023, o Novo Arcabouço Fiscal, também conceituado como Regime Fiscal Sustentável, institui mecanismos que restringem a expansão do orçamento destinado aos gastos sociais, ao mesmo tempo em que

estabelecem parâmetros voltados à captura do fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida pública. Em outras palavras, "pretende-se obter essa sustentabilidade por meio do controle das despesas sociais no orçamento público, independentemente da situação econômica do país" (Salvador, 2024, p.11).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser reconhecida como direito de todos e dever do Estado, a partir da qual é instituído o Sistema Único de Saúde (SUS), orientado pelos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Porém, a própria Constituição assegura a participação do setor privado na saúde, evidenciando contradições que atravessam a política e a efetivação do direito ao longo da história. Nesse sentido, é preciso situar alguns momentos do processo do financiamento da saúde, marcado pelo subfinanciamento e desfinanciamento do setor. De acordo com Mendes e Carnut (2020), o SUS já surge enfrentando constantes disputas e evidentes sinais de comprometimento de sua sustentabilidade financeira. Assim, considerando que o Estado constitui o aparato necessário à reprodução do modo de produção capitalista, a efetivação do direito social à saúde acaba sendo submetida à lógica da mercantilização e do ajuste fiscal, e benefício da acumulação do capital rentista.

O subfinanciamento histórico evidencia um cenário de insuficiência de recursos e baixo volume de gastos, intrinsecamente associado ao processo de contrarreforma do Estado. Esse processo, que se consolida com o Projeto Privatista da Saúde, abre espaço para que os serviços de saúde se tornem cada vez mais objetos de investimento e lucratividade do capital (Soares, 2012). Segundo Mendes e Carnut (2020), essa situação se expressa pela indefinição de fontes próprias de custeio, pela ausência de maior comprometimento com a alocação de recursos do Orçamento da Seguridade Social e pelas expressivas transferências de recursos ao setor privado, realizadas por meio de modalidades privatizantes de gestão, como as Organizações Sociais (OSs), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e as Fundações Estatais Públicas de Direito Público ou Privado.

Sob a nova perspectiva da saúde privada, "a tarefa do Estado consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento dos que têm acesso ao mercado" (Bravo, 2006, p.15). Nessa lógica, a saúde, originalmente concebida pela legislação como universal e garantidora do acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de complexidade, passa a submeter-se à racionalidade do mercado. Desse modo, configura-se como um projeto orientado para um "acesso focalizado nos mais pobres e pauperizados, que enfrentam, em geral, extensas filas objetivas ou virtuais, representando um verdadeiro gargalo no sistema, gerando um grande número de demandas não contempladas pelo sistema" (Soares, 2012, p.97). É nesse sentido que a construção da imagem de um SUS sucateado é demasiadamente funcional à lógica do capital, uma vez que, diante da precarização e do sucateamento do setor, amplia-se os espaços da saúde como mercadoria, tendo nos planos de saúde algumas das suas expressões.

O primeiro marco do financiamento foi a instituição do chamado Critério-Guia, em 1988, previsto no artigo 55 "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" da Constituição Federal de 1988, que preconizava a destinação de 30% dos recursos do orçamento da Seguridade Social para a saúde (Santos; Funcia, 2021). No entanto, esse critério nunca foi concretizado, sendo seguido por medidas que contribuíram para a retirada de vinculação de receitas, como a Desvinculação de Receitas da União (DRU). No governo

Temer (2016-2018), por meio da Emenda Constitucional nº 93/2016, a DRU foi ampliada de 20% para 30% e prorrogada para 31 de dezembro de 2023. Já no terceiro mandato do governo Lula (2023-2026), a Emenda Constitucional nº 135/2024 prorrogou sua vigência até 31 de dezembro de 2032, mantendo o percentual de 30%.

Paralelamente a esse processo, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 29/2000, que representou um grande avanço para o financiamento da saúde, uma vez que estabeleceu percentuais mínimos de aplicação de recursos anuais para ações e serviços de saúde (Brasil, 2000). Posteriormente, através da Lei Complementar n° 141/2012, regulamenta-se estes dispositivos, mantendo os percentuais de 12% para os Estados, 15% para os municípios e a União deveria aplicar o valor empenhado no exercício financeiro anterior, acrescido da variação nominal do PIB (Brasil, 2012).

O segundo momento foi marcado pelo Movimento Saúde +10 (PLP 321/2013), projeto de iniciativa popular, que propôs a obrigatoriedade de aplicação por parte da União de 10% de sua Receita Corrente Bruta (RCB) na saúde. De acordo com Santos e Funcia (2021) a proposta encontrou resistência por parte da área econômica e, posteriormente, foi aprovada a EC 86/2015, que alterou a base do cálculo do financiamento, ao estabelecer o percentual de 15% das Receitas Correntes Líquidas (RCL) da União como aplicação mínima em saúde, a ser alcançado gradualmente ao longo de 5 anos. Nessa direção, é necessária uma leitura crítica que permita discernir entre ambas as propostas, a fim de assimilar a efetiva mudança na base desse cálculo, considerando que o aumento no percentual não implica, necessariamente, no aumento do valor final destinado ao setor da saúde.

Durante a Pandemia da Covid-19, no governo Bolsonaro (2019-2022), reforçou-se o caráter de um Projeto Genocida de Saúde, que subordinou a saúde aos interesses do mercado. Marques e Ferreira (2022) apontam que os recursos federais destinados ao enfrentamento da pandemia foram classificados como créditos extraordinários, integrando o chamado “Orçamento de Guerra” e, por isso, não foram computados no teto de gasto”. Tal fato evidencia o propósito do governo de manter o teto de gastos intocável, mesmo diante da emergência sanitária. Esse Orçamento, por meio da Emenda Constitucional nº 106/2020, criou uma dotação orçamentária específica para o enfrentamento das despesas emergenciais ocasionadas pela pandemia.

Nesse período, destaca-se o Decreto n° 9.759/2019, que extinguiu instituições fundamentais, como conselhos e outros colegiados de participação social e exercício do poder popular, evidenciando, portanto, a desvalorização, por parte do governo, dessas instâncias de controle social.

Com a mudança de governo, em 2023 foi instituída a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) no SUS, por meio da Portaria GM/MS nº 1.604, definindo a Atenção Especializada como “o conjunto de conhecimentos, práticas assistenciais, ações, técnicas e serviços envolvidos na produção do cuidado em saúde marcados, caracteristicamente, por uma maior densidade tecnológica” (Brasil, 2023).

Diante disso, na estruturação do Plano Nacional de Saúde (2024-2027), instrumento orientador da saúde do país que está atrelado à demandas da sociedade e às orientações governamentais (Brasil, 2024), a Atenção Especializada é contemplada com um objetivo: ampliar a oferta e o acesso às ações e serviços da Atenção Especializada, conforme as

necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

A partir desse contexto, o presente relatório tem entre seus objetivos realizar uma análise do Programa 5118 do PPA 2024-2027, que trata da Atenção Especializada à Saúde no atual governo Lula, com ênfase no objetivo específico 0470: reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno. Nesse viés, foram selecionadas cinco metas dos dados fornecidos pelo Relatório de Monitoramento (2024).

A primeira meta, de código 062V - Ampliar o percentual de redução das filas de espera por procedimentos eletivos de Atenção Especializada à Saúde, tinha como previsão alcançar uma ampliação de 60% desse índice em 2024, enquanto o resultado alcançado foi de 91,47%, superando a previsão estabelecida. No entanto, é importante pontuar que entre as duas versões divulgadas do PPA, houve uma redução de aproximadamente 45% na previsão final dessa meta, pois, na primeira versão a meta final era aumentar em 1,05 (105%) o índice de redução das filas de espera, enquanto a segunda versão, esse percentual caiu para 60%. De acordo com o Monitoramento, a estagnação na previsão de ampliação em 60% no período de 2025-2027 é justificada pela tendência de redução dos impactos de novas iniciativas ao decorrer do tempo, assim, o documento apresenta que, no máximo, seria possível manter o mesmo nível de redução ao longo dos anos (Brasil, 2025).

Referente à esta meta, no Relatório da 17ª Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu em 2023, uma das propostas em vigência buscava garantir um financiamento adequado para oferta de exames e cirurgias, aumentando os hospitais regionais com maior ofertas de leitos de UTI, aquisição de equipamentos, adequação da estrutura física, contratação de profissionais, com vistas à redução das filas de espera da regulação. (Conselho Nacional de Saúde, 2023).

Essa estratégia deu-se por meio da instituição do Programa Agora Tem Especialistas, criado pela Lei n° 15.233, de 07 de outubro de 2025. O programa prevê a adesão de estabelecimentos hospitalares privados, com ou sem fins lucrativos, com o objetivo de: a) qualificar e diversificar as ações e os serviços de saúde à população; b) ampliar a oferta de leitos hospitalares e de demais serviços de saúde para assistência à população; e c) diminuir o tempo de espera para a realização de consultas, de procedimentos, de exames e de demais ações e serviços de atenção especializada à saúde (Brasil, 2025a).

A segunda meta eleita foi a 064T - Emitir a certificação de qualidade dos hospitais que realizam serviços de alta complexidade no SUS. Em 2024, a previsão era de 25 certificações, mas o resultado alcançado foi zero, não havendo, portanto, alcance da meta. Com base no documento do Monitoramento 2024, a não implantação do Programa PMAE-QUALIDADE foi apontada como uma restrição para o alcance da meta, sob a justificativa de que se trata de um programa novo, complexo e ainda em período de estruturação. É importante apontar ainda, que houve um aumento significativo da primeira para a segunda versão do PPA. No período de 2025-2027, a segunda versão do PPA prevê a certificação de mais 1.557 hospitais do que a primeira versão. O aumento brusco na previsão dessa meta para os últimos anos do governo revela um descompromisso com sua execução durante o seu mandato, transferindo para o próximo governo a responsabilidade pela efetivação daquilo que foi proposto pelo seu governo.

Em termos de recursos para o cumprimento da meta, pode-se estabelecer uma relação com a implementação do Novo Arcabouço Fiscal, um mecanismo descrito por Salvador (2024) como "uma criativa engenharia financeira para garantir a captura do fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida pública e para limitar o crescimento das despesas sociais no orçamento público" (p.10). O NAF está associado às metas de superávit primário e, consequentemente, na busca da captura do fundo público para o pagamento de juros e encargos para os rentistas.

A próxima meta indicada é a 064V - Ampliar o número de leitos de terapia intensiva adulto. A previsão para 2024 era de 22.321, sendo superada com o alcance de 22.658 leitos, o que representa 101% da meta anual prevista. No Monitoramento 2024 foi indicado que as metas físicas anuais seriam revistas na revisão do PPA, e ao analisar as duas versões do Plano Plurianual, é evidenciado que o quantitativo das previsões anuais sofreu mudanças. Houve a inclusão de 1.237 de leitos como previsão de meta para o período de 2024-2027, na segunda versão do documento em relação à primeira.

A quarta meta escolhida foi a 064X - Ampliar as Unidades de Policlínicas construídas, financiadas pelo Ministério da Saúde. O montante para os dois primeiros anos do mandato apresenta-se zerado, enquanto o maior número de unidades previsto para execução foi concentrado em 2027, revelando uma postergação de cumprimento da meta para o próximo governo, justificada pela indisponibilidade de recursos a serem investidos.

Por fim, a meta 064Z - Ampliar o número de Profissionais Especialistas atuando no SUS. Em 2024 não apresentou nenhum quantitativo de execução, portanto, não atingiu a previsão de ampliar em 250 o número de profissionais especialistas no SUS. A justificativa apresentada para essa limitação está relacionada ao fato de o Programa Mais Especialistas, renomeado como Programa Agora Tem Especialistas, ainda se encontrar em fase de estruturação. Considerando que se trata de uma meta anualmente cumulativa, houve um aumento significativo da primeira para a segunda versão do PPA; na primeira, a proposta era até o final de 2027, ampliar o número de profissionais em 1.000, enquanto na segunda esse número subiu para 10.300 profissionais especialistas no âmbito do Sistema Único.

No que se refere ao Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), no ano de 2024 contou com um investimento no valor de R$583 milhões, conforme Portal Federativo do Governo Federal. Na sequência do PMAE foi sucedido pelo programa Agora Tem Especialistas, instituído pela Portaria GM/MS nº 9.810/2025, que estabeleceu um limite financeiro de R$3,6 bilhões (Brasil, 2025), para financiar os componentes ambulatorial e cirúrgico do referido Programa, no âmbito do SUS, em 2026.

Essa estratégia apresenta a participação de entidades privadas na execução de serviços públicos com vistas à obtenção de lucros. Trata-se de uma forma de privatização efetivada por meio da terceirização da gestão de serviços, mediante contratos firmados com entidades de direito privado, envolvendo repasse de recursos financeiros, instalações, equipamentos públicos e, em alguns casos, de pessoal (Bravo et. al., 2020). Portanto, abre-se um caminho em que a saúde, sob a lógica da dominação burguesa hegemônica, passa a constituir um campo estratégico do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital, aprofundando o adensamento dos interesses privados no interior do sistema de saúde (Soares, 2020).

Conclusão

Com base nesta pesquisa, verificamos que o retorno do presidente Lula representou um momento de esperança à classe trabalhadora brasileira, que passou pelo período de dois governos enfrentando de maneira mais aprofundada a pauperização, a precarização da vida e a negação de direitos sociais. No entanto, é imprescindível enfatizar que o atual governo Lula vem mostrando, por meio da coleta de dados do Relatório do Monitoramento 2024, um certo descompasso entre as proposições da meta e a sua efetivação, comprometendo o atendimento das necessidades da população do país, ao passo em que reforça os interesses do capital.

É diante dessa análise que se retoma o debate acerca da apropriação do fundo público; das sucessivas medidas de ajuste fiscais, expressando uma tendência contrarreformista direcionada para restrição dos direitos sociais; e da financeirização do setor saúde, uma vez que o governo vigente segue aplicando mecanismos, como o Novo Arcabouço Fiscal, que respaldam a acumulação do capital e, consequentemente, a deterioração das condições da classe trabalhadora e os direitos conquistados.

Concluímos que os achados desta pesquisa são de suma importância para um processo de formação crítica, necessária à formação de profissionais da área de Serviço Social. Ademais, o estudo agrega fortemente ao debate acerca dos direcionamentos do governo Lula (2023-2026) na saúde e suas prioridades diante dos interesses do capital financeiro e das demandas postas pela classe operária.

Reafirma-se, portanto, a defesa das bandeiras do Movimento da Reforma Sanitária, na luta por um Sistema de Saúde universal, gratuito, totalmente público e contrário a todas as formas de privatização.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez, 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. [...] assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jan. 2012.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 1.604, de 18 de Outubro de 2023. Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2024-2027: objetivos e metas [recurso eletrônico]. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Nacional de Planejamento. Relatório anual de monitoramento do Plano Plurianual 2024-2027: ano-base 2024. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2025.

BRASIL. Lei nº 15.233, de 7 de outubro de 2025. Institui o Programa Agora Tem Especialistas [...]. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1. 8 out. 2025a.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 9.810, de 27 de dezembro de 2025. Estabelece limite financeiro para execução do Programa Agora Tem Especialistas [...].Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2025.

BRAVO, M. I. S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAVO, M.I.S et. al. Privatização e mercantilização da saúde e crise no Rio de Janeiro: o desmonte realizado pelas Organizações Sociais. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.;

FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BRAVO, M.I.S; MENEZES, J.S.B. Saúde no governo Bolsonaro, lutas contra a privatização e contribuição do Serviço Social. In: Democracia, política social e Serviço Social / Ana Maria Vasconcelos, Maria Inês Souza Bravo, Silene de Moraes Freire (organizadoras) - Curitiba: CRV, 2024.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: Financeirização, fundo público e política social / Evilásio Salvador...[et al.] (orgs.). – São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n° 719, de 17 de agosto de 2023. Brasília, 2023.

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. A situação financeira do SUS na pandemia de Covid-19. In: Capitalismo, austeridade e saúde no Brasil: perspectivas da economia política / organização Jonathan Filippon et. al. - 1. ed. - São Paulo: Hucitec, 2022.

MENDES, Áquilas Nogueira; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. SER Social (Online), v. 22, n. 46, p. 9-32, 2020.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Diálogos do cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional. Brasília: CFESS, 2021. p. 1 – 19.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 1. ed., 2011.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA,J.A.A.; TEIXEIRA, Fleury, S.M. (Im) Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes/ABRASCO, 1986.

PORTAL FEDERATIVO. Políticas Sociais e Combate às Desigualdades, 2025. Disponível em: https://portalfederativo.gov.br/pt-br/institucional/politicas-federativas/politicas-sociais-e-combate-as-desigualdades?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25/08/2026.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Textos & Contextos (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

ROSSI, Pedro; DWECK, Ester; LUIZA, Ana. Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. Argum., Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024.

SALVADOR, Evilásio. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.130, p.426-446, set./dez. 2017.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SANTOS, Lenir; FUNCIA, Francisco R. Histórico do financiamento do SUS: evidências jurídico-orçamentárias do desinteresse governamental federal sobre a garantia do direito fundamental à saúde. In: NASCIMENTO, Claudio Ferreira do; BITENCOURT, Ruth Ribeiro; CONTE, Lizandra Nunes Coelho (org.). O Financiamento do SUS: uma luta do controle social. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora

Rede Unida, 2021. (Série Participação Social & Políticas Públicas, v. 11). E-book (PDF).

SOARES, Raquel Cavalcante. A Racionalidade da Contrarreforma na Política e Saúde e o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Raquel Cavalcante. Contrarreforma no SUS e o Serviço Social. Recife: Ed. UFPE, 2020.

CÓDIGO: HS0444

AUTOR: MARIA CAPITOLINA OLIVEIRA PINHEIRO

ORIENTADOR: RAIMUNDA FERNANDA DOS SANTOS

TÍTULO: AVALIAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIOS DE DADOS NACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A CIÊNCIA ABERTA NO BRASIL

Resumo

Investiga a recuperação da informação em repositórios de dados de pesquisa na Ciência Aberta no Brasil. O objetivo é avaliar a conformidade desses mecanismos, analisando como busca, metadados e interface afetam o acesso aos datasets. Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva quali-quantitativa, baseada em levantamento bibliográfico, documental e observação não participante em 20 repositórios no re3data. Aplicou-se um checklist com 21 critérios em cinco dimensões: busca; navegação e arquitetura da informação; representação do registro; interoperabilidade semântica; e experiência do usuário/acessibilidade, mensurados pelo Índice de Conformidade Global (ICG) e análise categorial. Os resultados indicam que nenhum ambiente atingiu o nível Excelente: 70% ficaram nas faixas Regular (40%) e Crítica (30%), e 30% em Satisfatório. A Experiência do Usuário teve o melhor índice (66,2%), enquanto Representação do Registro obteve o menor (39,6%), além de lacunas na Interoperabilidade Semântica (50,0%) e Navegação (39,8%). Conclui-se que a disponibilização digital não garante a encontrabilidade e o reuso sob os Princípios FAIR, exigindo metadados contextuais, controle terminológico e curadoria para fomentar o reuso e otimizar investimentos públicos.

Palavras-chave: recuperação da informação; repositórios de dados de pesquisa; FAIR

TITLE: INFORMATION RETRIEVAL EVALUATION IN NATIONAL DATA REPOSITORIES: CONTRIBUTIONS TO OPEN SCIENCE IN BRAZIL

Abstract

This study investigates information retrieval in research data repositories within Open Science in Brazil. The objective is to evaluate the compliance of these mechanisms, analyzing how search tools, metadata, and interfaces affect access to datasets. It is an exploratory and descriptive quali-quantitative research, based on bibliographic and

documentary research, as well as non-participant observation across 20 repositories in re3data. A checklist with 21 criteria was applied across five dimensions: search; navigation and information architecture; record representation; semantic interoperability; and user experience/accessibility, measured by the Global Compliance Index (GCI) and category analysis. The results indicate that no environment achieved the Excellent level: 70% were categorized in the Regular (40%) and Critical (30%) ranges, and 30% in Satisfactory. User Experience achieved the highest score (66.2%), whereas Record Representation obtained the lowest (39.6%), in addition to gaps in Semantic Interoperability (50.0%) and Navigation (39.8%). It is concluded that digital availability alone does not guarantee findability and reuse under the FAIR Principles, requiring contextual metadata, terminology control, and curation to foster reuse and optimize public investments.

Keywords: Information retrieval; Data repositories; FAIR;

Introdução

O avanço da Ciência Aberta tem ampliado as possibilidades de acesso, compartilhamento e disseminação do conhecimento científico. Segundo Silva e Silveira (2019), a Ciência Aberta incentiva a transparência da pesquisa e abrange diferentes etapas do processo de investigação, desde sua concepção até o uso de recursos e ferramentas abertas.

Nesse contexto, os repositórios de dados constituem importantes ambientes para a organização, o armazenamento e a disponibilização de informações científicas. Para Vidotti et al. (2017), essas infraestruturas possibilitam o acesso e o uso de resultados apresentados em diferentes formatos. Assim, os mecanismos de recuperação da informação tornam-se fundamentais para que os usuários possam localizar e acessar os dados disponíveis.

Entretanto, apenas disponibilizar os dados não garante que eles sejam efetivamente encontrados. A qualidade dos mecanismos de recuperação, das ferramentas de busca, dos filtros e dos metadados influencia diretamente sua encontrabilidade, acesso e possibilidade de reutilização. Nesse sentido, os Princípios FAIR assumem papel relevante ao estabelecer diretrizes que favorecem a localização (Findable), acessibilidade (Accessible), interoperabilidade (Interoperable) e reutilização (Reusable) dos dados de pesquisa (Veiga, 2024).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo avaliar a recuperação da informação em repositórios de dados de pesquisa brasileiros, por meio da aplicação de um checklist estruturado destinado a identificar como ferramentas de busca, metadados e recursos de interface favorecem ou limitam o acesso aos datasets.

A realização deste estudo justifica-se pela constatação de que a disponibilização de dados em repositórios digitais não assegura, por si só, sua efetiva encontrabilidade e reutilização. A ausência de mecanismos estruturados de busca, metadados padronizados e interfaces intuitivas pode tornar conjuntos de dados potencialmente relevantes invisíveis ou inacessíveis, comprometendo seu uso, validação e reutilização por outros

pesquisadores. Dessa forma, a avaliação dessas infraestruturas permite identificar suas potencialidades e seus principais gargalos.

Além de contribuir para o aprimoramento dos sistemas de recuperação da informação, a pesquisa oferece subsídios para fortalecer a infraestrutura informacional de suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro e favorecer o melhor aproveitamento dos investimentos em pesquisa.

Esta pesquisa integra o projeto “Análise das práticas colaborativas de representação e recuperação em repositórios de dados de pesquisa brasileiros” (PVE 22341-2024), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O estudo também se articula aos ODS 4 (Educação de Qualidade) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ao contribuir para ampliar o acesso e a reutilização do conhecimento científico e para o aprimoramento das infraestruturas digitais que apoiam a pesquisa, a inovação e as práticas de Ciência Aberta.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, desenvolvida por meio das pesquisas bibliográfica e documental com observação não participante como técnica de coleta de dados nos repositórios.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no período de setembro a dezembro de 2025 nas bases de dados da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal de Periódicos da Capes, Web of Science e Scielo, considerando os termos “Repositório de dados de pesquisa”, ”Recuperação da informação”, “Acesso Aberto”, “Ciência Aberta”, em português e inglês. Por sua vez, a pesquisa documental concentrou-se no exame aprofundado dos documentos institucionais, normativos e instrucionais disponibilizados pelos próprios repositórios, tais como manuais, guias e tutoriais de apoio ao usuário, permitindo averiguar a governança da informação e as regras formais de recuperação da informação adotadas pelas instituições.

O universo da pesquisa foi identificado a partir do Registry of Research Data Repositories (Re3data), diretório global de indexação de repositórios de dados de pesquisa. Mediante a aplicação do filtro geográfico por país (“Brasil”), foram recuperados inicialmente 26 repositórios em janeiro de 2026. No mesmo período, procedeu-se à checagem técnica de disponibilidade e operacionalidade dessas plataformas. Como critério de exclusão, foram desconsiderados 6 repositórios que se encontravam inativos, inacessíveis ou apresentando falhas técnicas que inviabilizavam o acesso público. Desse modo, o corpus documental definitivo foi constituído por 20 repositórios de dados de pesquisa, os quais se encontram listados no **Anexo H** desta pesquisa e foram integralmente avaliados por meio da aplicação do checklist elaborado no projeto de pesquisa.

O checklist elaborado para a avaliação da recuperação da informação nos repositórios é composto por 21 critérios, distribuídos em cinco categorias de análise, são elas: mecanismos de busca; navegação e arquitetura da informação; representação e exibição dos registros de dados; interoperabilidade e integração semântica; experiência do usuário, acessibilidade e métricas, conforme é possível visualizar na Figura 1 (**Anexo A**).

Cada critério foi classificado em três níveis de conformidade: “SIM”, quando o requisito estava plenamente presente e atendido pelo repositório; “PARCIAL”, quando o atendimento ocorria de forma incompleta ou com restrições; e “NÃO”, quando o requisito estava ausente. Com base nessa escala, estruturou-se o checklist de avaliação, cujas dimensões e variáveis estão detalhadas no **Anexo I** deste trabalho.

Para avaliar o nível de conformidade de cada repositório, foi calculado o Índice de Conformidade Global (ICG), considerando os 21 critérios aplicados a cada ambiente, conforme a fórmula ICG = (Itens conformes / Total de itens aplicáveis) × 100. Foram considerados apenas os critérios classificados como “SIM”. Os resultados foram classificados em quatro níveis: 90% a 100% (Excelente); 70% a 89% (Satisfatório); 50% a 69% (Regular); e abaixo de 50% (Crítico).

Além do ICG, foi realizada também uma análise por categorias, com o objetivo de identificar as dimensões que apresentaram maior ou menor nível de conformidade. Para isso, foram contabilizadas as ocorrências de “SIM”, “PARCIAL” e “NÃO” dos critérios pertencentes a cada categoria. O percentual de conformidade foi calculado pela proporção de respostas “SIM” em relação ao total de respostas da respectiva categoria, utilizando-se a fórmula % de conformidade = (Número de respostas “SIM” / Número total de respostas da categoria) × 100. Essa análise permitiu complementar o ICG, identificando as principais potencialidades e fragilidades dos repositórios em relação à recuperação, navegação, representação, interoperabilidade e experiência de uso dos dados de pesquisa.

A análise dos resultados desta investigação se encontra na seção a seguir.

Resultados e Discussões

Inicialmente, apresenta-se o Índice de Conformidade Global (ICG) dos 20 repositórios de dados de pesquisa analisados, calculado a partir dos 21 critérios estabelecidos no checklist. Esse índice permite mensurar e comparar o grau de conformidade das plataformas frente às dimensões avaliadas, classificando-as segundo a escala adotada no estudo. O Quadro 1 (**Anexo B**) consolida os resultados obtidos, detalhando o quantitativo de itens atendidos, o percentual de conformidade e o respectivo nível de desempenho de cada repositório.

Os resultados do Índice de Conformidade Global (ICG) evidenciam que nenhum dos 20 repositórios analisados alcançou o nível Excelente, estabelecido entre 90% e 100% de conformidade. Esse resultado indica que, considerando os critérios definidos no

checklist, nenhum dos ambientes avaliados atendeu integralmente aos requisitos estabelecidos, havendo, portanto, aspectos que podem ser aprimorados nas diferentes dimensões analisadas.

Os maiores índices de conformidade foram identificados em Domus Dados, Redape, Rede IBICT Cariniana Dataverse e Maenduar, todos com 76,19%, sendo classificados no nível Satisfatório. Na sequência, Scielo e UNESP apresentaram 71,43%, também correspondendo ao nível satisfatório. Esses resultados indicam que esses repositórios atenderam a uma parcela mais elevada dos critérios estabelecidos, embora ainda apresentem requisitos não atendidos ou atendidos parcialmente.

Na faixa Regular, foram classificados oito repositórios. A base de dados científicos apresentou o maior índice desse grupo, com 66,67%, enquanto Redu, Dados Abertos De Pesquisa, Arca Dados, Deposita Dados, Aleia, Repositório de Dados de Pesquisa UFG E Data Pb apresentaram 52,38%. Os resultados demonstram que esses ambientes atendem a parte significativa dos critérios avaliados, mas ainda apresentam limitações em determinadas funcionalidades relacionadas à recuperação, navegação, representação e disponibilização dos dados.

No nível Crítico, foram classificados Ppbio, Cedap, Atto e Fapesp, com 38,10%, FishSound, com 28,57%, e Dados Abertos @Puc-Rio, com 4,76%. Esses resultados representam os menores níveis de conformidade observados na amostra e indicam maior ocorrência de critérios não atendidos ou atendidos parcialmente. No caso do Dados Abertos @Puc-Rio, o percentual particularmente baixo evidencia uma maior distância em relação aos requisitos estabelecidos pelo instrumento de avaliação.

De forma geral, observa-se uma concentração dos resultados nos níveis Regular e Crítico. Dos 20 repositórios analisados, 6 (30%) foram classificados como “satisfatórios”, 8 (40%) como “regulares” e 6 (30%) como “críticos”. Dessa forma, 70% dos repositórios não alcançaram o nível satisfatório, segundo a escala de avaliação adotada.

Os resultados evidenciam, portanto, heterogeneidade no nível de conformidade dos repositórios analisados. Embora alguns ambientes apresentem maior atendimento aos critérios estabelecidos, nenhum alcançou a faixa considerada Excelente. Esse cenário aponta para a existência de diferentes níveis de implementação de recursos relacionados à recuperação, navegação, representação, interoperabilidade e experiência de uso dos dados de pesquisa.

Considerando a perspectiva da Ciência Aberta e dos princípios FAIR, os resultados reforçam que a disponibilização de dados em repositórios não representa, por si só, garantia de encontrabilidade, acessibilidade, interoperabilidade e reutilização. Nesse sentido, a análise evidencia a importância de recursos que favoreçam a localização e recuperação dos dados, a organização e representação adequada dos registros, a integração entre sistemas e a interação dos usuários com os ambientes.

ANÁLISE DE CATEGORIAS

A análise por categorias foi realizada com o objetivo de identificar, de forma mais detalhada, os aspectos que apresentaram maior e menor nível de conformidade entre os

repositórios analisados. Para isso, foram consideradas as cinco categorias estabelecidas no checklist: mecanismo de busca; navegação e arquitetura da informação; representação e exibição do registro de dados; interoperabilidade e integração semântica; e experiência do usuário, acessibilidade e métricas. A distribuição das classificações “SIM”, “PARCIAL” e “NÃO” permitiu identificar as principais potencialidades e limitações dos repositórios em cada dimensão avaliada.

MECANISMO DE BUSCA

O mecanismo de busca pode ser compreendido como um recurso que possibilita a localização e a recuperação de informações armazenadas em determinado ambiente digital, por meio da consulta de termos, palavras-chave, metadados ou outros atributos descritivos. No contexto dos repositórios de dados de pesquisa, esse recurso é fundamental para possibilitar que os usuários localizem e recuperem os conjuntos de dados disponibilizados, contribuindo para sua descoberta e posterior utilização. Nesse sentido, a categoria “Mecanismo de busca” compreende os critérios relacionados aos recursos disponibilizados pelos repositórios para a localização e recuperação dos dados de pesquisa, considerando funcionalidades de busca simples e avançada. A distribuição das classificações “SIM”, “PARCIAL” e “NÃO” obtida nessa categoria é apresentada no Quadro 2 (**Anexo C**).

A análise dos mecanismos de busca evidencia predominância de conformidade entre os repositórios analisados, com 51,4% dos critérios classificados como “SIM”. Esse resultado indica que mais da metade das respostas registradas para os critérios dessa categoria foram classificadas como “SIM”, evidenciando maior presença dos recursos avaliados nos repositórios analisados. Entre os critérios que apresentaram conformidade, encontram-se aspectos relacionados à disponibilidade do campo de busca, ao uso de operadores booleanos, à delimitação da busca por campos estruturados, à utilização de filtros e facetas e à busca por identificadores persistentes.

Entretanto, a ocorrência de 26,6% de classificações “PARCIAL” e 22,0% de “NÃO” demonstra que a oferta desses mecanismos ainda apresenta limitações, especialmente no que diz respeito à disponibilização integral dos recursos de recuperação da informação. Dessa forma, embora os mecanismos de busca estejam presentes na maioria dos ambientes analisados, ainda existem aspectos que podem ser aprimorados para ampliar a eficiência da recuperação dos dados de pesquisa.

NAVEGAÇÃO E ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

A categoria “Navegação e arquitetura da informação” refere-se à organização estrutural dos conteúdos e aos mecanismos que possibilitam aos usuários localizar, acessar e percorrer as informações disponibilizadas nos repositórios. Em repositórios de dados, os sistemas de navegação e busca exercem papel importante na encontrabilidade dos dados, contribuindo para que os usuários localizem os conteúdos de seu interesse (Silva; Sousa; Lima, 2022). Nesse sentido, a categoria contempla os critérios relacionados à organização estrutural dos repositórios e aos recursos que orientam a navegação dos usuários entre os conteúdos disponibilizados. Os resultados obtidos para essa dimensão são apresentados na no Quadro 3 **(Anexo D).**

Na categoria de navegação e arquitetura da informação, observa-se uma distribuição equilibrada entre os resultados “SIM” e “NÃO”, ambos correspondendo a 39,8% dos critérios avaliados. Esse resultado evidencia uma heterogeneidade entre os repositórios, uma vez que parte dos ambientes apresenta estruturas de navegação que atendem aos critérios estabelecidos, enquanto outra parcela não os contempla. Entre esses recursos, destacam-se a organização hierárquica das informações, os mecanismos de filtragem e facetas, a navegação entre registros e conteúdos relacionados e a utilização de rótulos e elementos de navegação que orientam o usuário.

A classificação “PARCIAL”, correspondente a 20,5%, também indica a existência de recursos implementados de forma incompleta. Os resultados sugerem, portanto, que a organização e a estrutura de navegação constituem aspectos que ainda necessitam de aprimoramento, especialmente para facilitar a localização e o percurso dos usuários entre os conteúdos disponibilizados.

REPRESENTAÇÃO E EXIBIÇÃO DO REGISTRO DE DADOS

A categoria “Representação e exibição do registro de dados” reúne os critérios relacionados à forma como as informações sobre os conjuntos de dados são representadas e apresentadas aos usuários. A disponibilização de metadados consistentes e adequados contribui para a identificação, a recuperação e a descoberta dos recursos de pesquisa (Datacite Metadata Working Group, 2024). Nesse sentido, a categoria considera aspectos que favorecem a identificação, a compreensão e a avaliação dos conjuntos de dados. Os resultados dessa categoria são apresentados no Quadro 4 (**Anexo E**).

A categoria de representação e exibição do registro de dados apresentou 39,6% dos critérios classificados como “SIM”, 27,7% como “PARCIAL” e 32,7% como “NÃO”. A distribuição relativamente equilibrada entre as três classificações evidencia que a forma de apresentação dos registros ainda é heterogênea entre os repositórios analisados. Embora parte dos ambientes disponibilize recursos que favorecem a compreensão e a avaliação dos datasets,comoinformações descritivas e de proveniência, indicação dos formatos dos arquivos, recursos de visualização ou prévia dos dados, informações sobre licenciamento e orientações para citação, uma parcela significativa apresenta limitações ou atende apenas parcialmente aos critérios estabelecidos. Esse resultado é relevante para a recuperação da informação, uma vez que a qualidade e a clareza das informações apresentadas no registro podem influenciar a capacidade do usuário de identificar a pertinência de um conjunto de dados e decidir sobre sua utilização ou reutilização.

INTEROPERABILIDADE E INTEGRAÇÃO SEMÂNTICA

A categoria “Interoperabilidade e integração semântica” contempla critérios relacionados à capacidade dos repositórios de favorecer a integração, o intercâmbio e o relacionamento entre dados e informações provenientes de diferentes ambientes. A interoperabilidade pressupõe que dados e metadados possam ser integrados e processados por diferentes sistemas, utilizando padrões e mecanismos que favoreçam seu intercâmbio e relacionamento (Wilkinson et al., 2016). Nesse sentido, são considerados recursos como padrões de metadados, identificadores, protocolos e

mecanismos de integração semântica. Os resultados obtidos são apresentados no Quadro 5 (**Anexo F**).

Na categoria de Interoperabilidade e Integração Semântica, 50,0% dos critérios foram classificados como “SIM”, 12,8% como “PARCIAL” e 37,2% como “NÃO”. Embora metade dos requisitos tenha atingido plena conformidade, a expressiva taxa de inadequação (50,0% somando respostas parciais e negativas) evidencia fragilidades ligadas à carência de esquemas padronizados de metadados, identificadores persistentes, protocolos de colheita e instrumentos de controle terminológico. Esse panorama impõe severas barreiras ao intercâmbio, à vinculação semântica e à agregação de informações distribuídas em diferentes fontes. Tais achados reforçam a urgência desses recursos tecnológicos e conceituais para consolidar conexões consistentes entre múltiplos datasets, ampliando a sua encontrabilidade e o potencial de reuso nas redes de Ciência Aberta.

EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO, ACESSIBILIDADE E MÉTRICAS

A categoria “Experiência do usuário, acessibilidade e métricas” reúne critérios relacionados às condições de interação dos usuários com os repositórios, à acessibilidade das interfaces e à disponibilização de informações métricas sobre os dados e seus registros. A experiência do usuário está relacionada às percepções e respostas dos usuários decorrentes do uso ou da expectativa de uso de um sistema, produto ou serviço (ISO, 2019). No que se refere à acessibilidade, o eMAG estabelece recomendações para tornar conteúdos e serviços digitais mais acessíveis a diferentes usuários (Brasil, 2014). Os resultados dessa categoria são apresentados no Quadro 6 (**Anexo G**).

A categoria experiência do usuário, acessibilidade e métricas apresentou o maior percentual de conformidade entre as dimensões analisadas, com 66,2% dos critérios classificados como “SIM”. O resultado indica uma maior presença de recursos que favorecem a interação dos usuários com os repositórios, como interfaces de busca, mecanismos de filtragem e refinamento dos resultados, recursos de navegação, visualização das informações dos datasets e funcionalidades de citação, além de aspectos relacionados à acessibilidade e à disponibilização de informações métricas. Contudo, os 23,4% de ocorrências classificadas como “PARCIAL” demonstram que esses recursos ainda não são oferecidos de maneira integral em todos os ambientes analisados.

De forma geral, a análise por categorias evidencia diferenças no nível de conformidade dos repositórios. A categoria “Experiência do usuário, acessibilidade e métricas” apresentou o maior percentual de conformidade (66,2%), enquanto “Representação e exibição do registro de dados” apresentou o menor (39,6%). Destaca-se também a categoria “Navegação e arquitetura da informação”, na qual os percentuais de critérios classificados como “SIM” e “NÃO” foram equivalentes (39,8%), evidenciando maior equilíbrio entre conformidade e não conformidade. Em conjunto, os resultados indicam que, embora os repositórios apresentem maior presença de recursos relacionados à experiência de uso, permanecem desafios relacionados à organização, representação e integração das informações, aspectos relevantes para a eficiência da recuperação e reutilização dos dados de pesquisa. das informações, aspectos que podem interferir na eficiência da recuperação e na reutilização dos dados de pesquisa.

Com base nos resultados obtidos, foram elaboradas sugestões de melhorias voltadas às principais limitações identificadas nos repositórios analisados. As recomendações contemplam aspectos relacionados aos mecanismos de busca, à navegação e à arquitetura da informação, à representação dos registros, à interoperabilidade e integração semântica e à experiência do usuário e acessibilidade. O Quadro 7 (**Anexo J**) apresenta uma síntese das principais melhorias propostas.

As sugestões apresentadas buscam contribuir para o aprimoramento dos repositórios de dados de pesquisa, considerando as limitações identificadas nas diferentes categorias analisadas. Sua implementação pode favorecer a recuperação, a organização, a encontrabilidade e a reutilização dos dados, contribuindo para o aperfeiçoamento desses ambientes no contexto da Ciência Aberta.

Conclusão

Este estudo cumpriu seu objetivo geral ao analisar como 20 repositórios de dados de pesquisa brasileiros favorecem ou limitam a recuperação e o acesso a datasets, avaliando ferramentas de busca, navegação, metadados, interoperabilidade e experiência do usuário no contexto da Ciência Aberta. A aplicação do checklist estruturado permitiu diagnosticar que nenhum dos ambientes avaliados alcançou o nível de conformidade Excelente no Índice de Conformidade Global (ICG), concentrando-se a maioria das plataformas nas faixas Regular (40%) e Crítica (30%), enquanto apenas 30% atingiram o nível Satisfatório. Esse panorama evidencia que a recuperação da informação em repositórios científicos transcende a simples existência de uma caixa de busca, constituindo um processo sistêmico dependente da articulação entre infraestrutura técnica, representação descritiva e usabilidade.

A análise por categorias revelou disparidades acentuadas na arquitetura dos sistemas nacionais. Enquanto a dimensão de Experiência do Usuário, Acessibilidade e Métricas obteve o maior percentual de conformidade (66,2%), demonstrando avanços na interação visual, recursos de citação e métricas de uso, a categoria de Representação e Exibição do Registro de Dados registrou o menor desempenho (39,6%). Essa fragilidade descritiva, somada às lacunas identificadas em Navegação e Arquitetura da Informação (39,8%) e em Interoperabilidade e Integração Semântica (50,0%), aponta para a carência de dados de proveniência, escassez de vocabulários controlados e ausência de mecanismos semânticos que viabilizem a conexão eficiente entre diferentes conjuntos de dados.

Sob a perspectiva da Ciência Aberta e dos Princípios FAIR, os achados comprovam que a mera disponibilização de dados em rede não assegura sua efetiva encontrabilidade, acessibilidade, interoperabilidade e reuso. Sem metadados consistentes, controle terminológico e políticas claras de curadoria, os ativos científicos tornam-se de difícil

localização e interpretação por terceiros, restringindo a reprodutibilidade das pesquisas e a otimização dos recursos públicos investidos. Nesse sentido, o instrumento avaliativo construído nesta pesquisa firma-se como um subsídio prático para que gestores e profissionais da informação possam reorientar fluxos e aprimorar as infraestruturas digitais de Ciência Aberta no Brasil.

Por fim, como desdobramentos e recomendações para investigações futuras, sugere-se a realização de estudos com foco na experiência e no comportamento de busca dos próprios usuários e pesquisadores que utilizam esses sistemas. Recomenda-se também o aprofundamento das pesquisas sobre interoperabilidade semântica, investigando a integração prática de ontologias, Linked Data e esquemas especializados de metadados, bem como o desenvolvimento de metodologias para avaliar a completude e a consistência das informações descritivas nos fluxos de autoarquivamento e curadoria bibliotecária.

Referências

ALBAGLI, S. Ciência aberta como instrumento de democratização do saber. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, p. 659-660, 2017. Disponível em:https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00093. Acesso em: 16 ago. 2026.

BONETTI, L. G.; ARAKAKI, A. C. S. Dados de pesquisa em repositórios de São Paulo: avaliação dos princípios FAIR. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2023. Anais [...] XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. eMAG: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014.

CABALLERO-RIVERO, A.; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, N.; SANTOS, R. N. M. dos. Práticas de Ciência Aberta da comunidade acadêmica brasileira: estudo a partir da produção científica. Transinformação, v. 31, p. e190029, 2019.

DATACITE METADATA WORKING GROUP. DataCite Metadata Schema Documentation for the Publication and Citation of Research Data and Other Research Outputs. Version 4.6. DataCite e.V., 2024. DOI: 10.14454/mzv1-5b55.

DIAS, N. E. da S. S. Padrões e práticas de catalogação em repositórios de dados de pesquisas brasileiros: uma análise à luz dos princípios FAIR. 2026. 137 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2026.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 9241-210:2019: Ergonomics of human-system interaction — Part 210: Human-centred design for interactive systems. Geneva: ISO, 2019.

LOPES, I. L. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 60-71, ago. 2002.

OKADA, S. Y.; ORTEGA, C. D. Análise da recuperação da informação em catálogo online de biblioteca universitária. Informação & Informação, Londrina, v. 14, n. 1, p. 18-35, ago. 2009.

PINHEIRO, M. C. O.; SANTOS, R. F. dos. Análise da recuperação da informação em repositórios de dados de pesquisa brasileiros. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, 27., Natal, RN, 2025. Anais [...], Natal, RN, 2025.

RODRIGUES, M. M.; DIAS, G. A.; LOURENÇO, C. A. Repositórios de dados científicos na América do Sul: uma análise da conformidade com os princípios FAIR. Em Questão, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 113057, 2022. Disponível em:https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/113057. Acesso em: 16 ago. 2026.

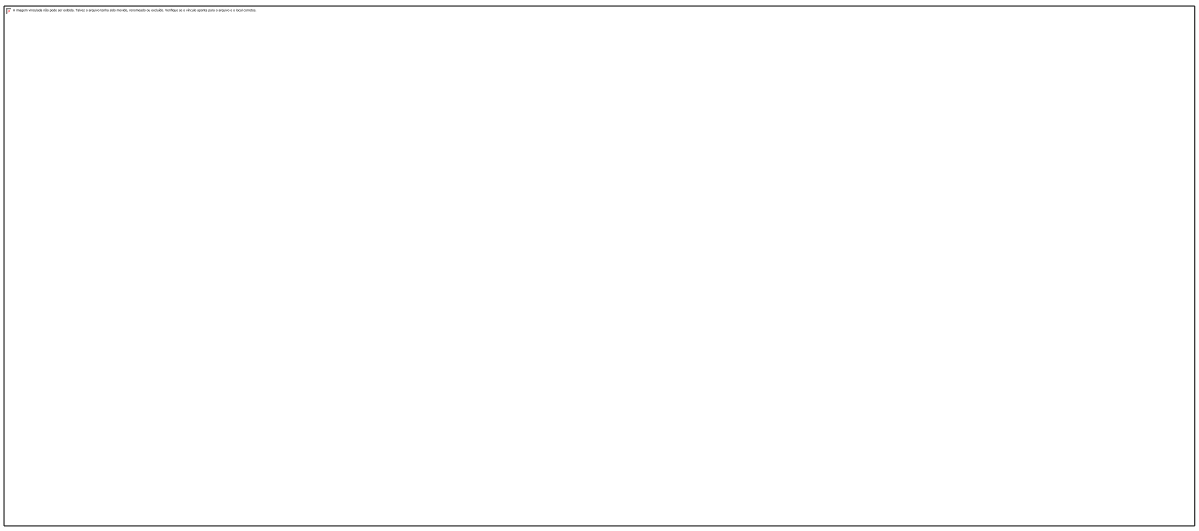
SILVA, F. C. C.; SILVEIRA, L. O ecossistema da Ciência Aberta. Transinformação, v. 31, p. e190001, 2019. DOI:http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001.

SILVA, L. H. A. da; SOUSA, M. R. F. de; LIMA, I. F. de. Arquitetura da informação em repositórios de dados científicos disciplinares: a influência dos sistemas de navegação e busca na encontrabilidade dos dados. Informação & Informação, Londrina, v. 27, n. 2, p. 223-247, 2022. DOI: 10.5433/1981-8920.2022v27n2p223.

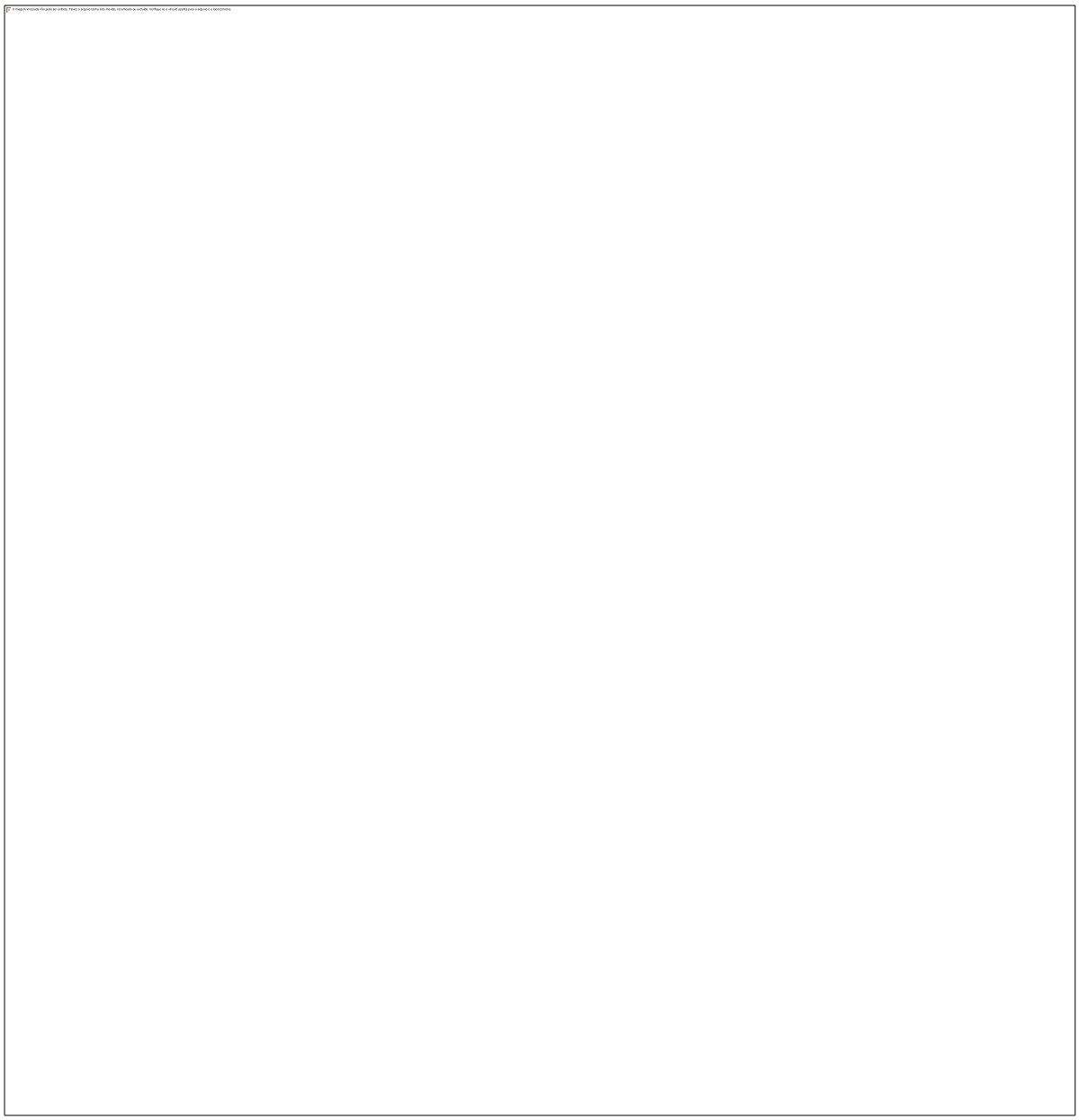
VEIGA, V. S. O. Princípios FAIR. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, v. 13, p. 1-3, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v13i.97888.

VIDOTTI, S. A. B. G. et al. Repositório de dados de pesquisa para grupo de pesquisa: um projeto piloto. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. Anais [...] XVIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2017.

Anexos



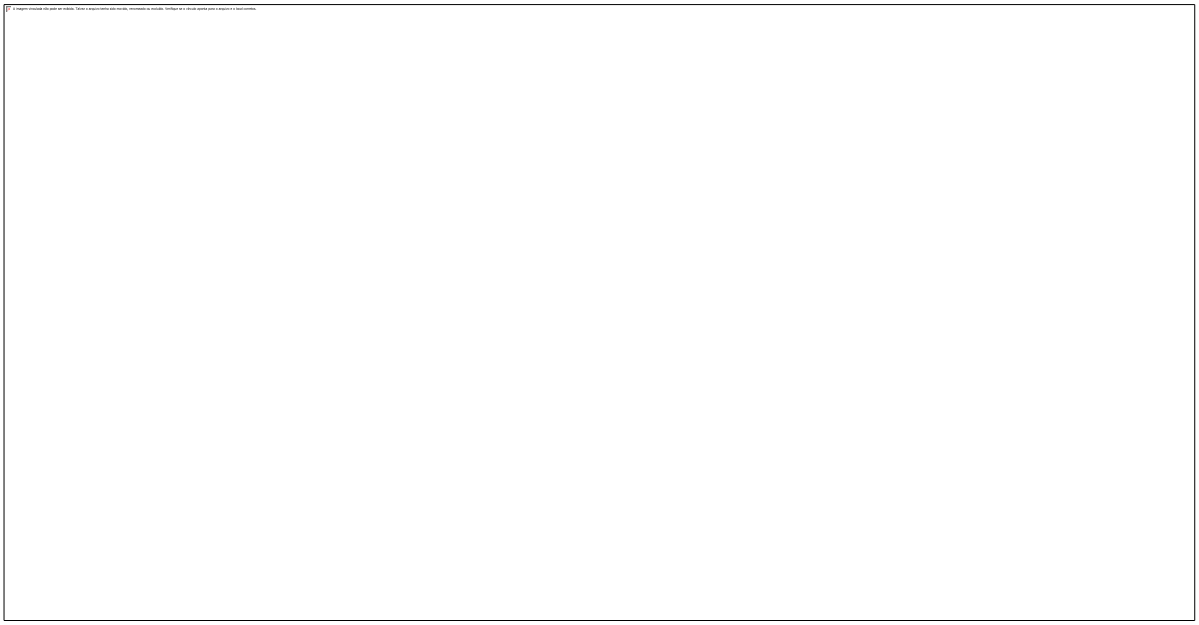
ANEXO A - Categorias da análise



ANEXO B - Índice de Conformidade Global dos repositórios



ANEXO C - Classificação dos critérios da categoria Mecanismo de busca



ANEXO D- Classificações dos critérios da categoria Navegação e arquitetura da informação



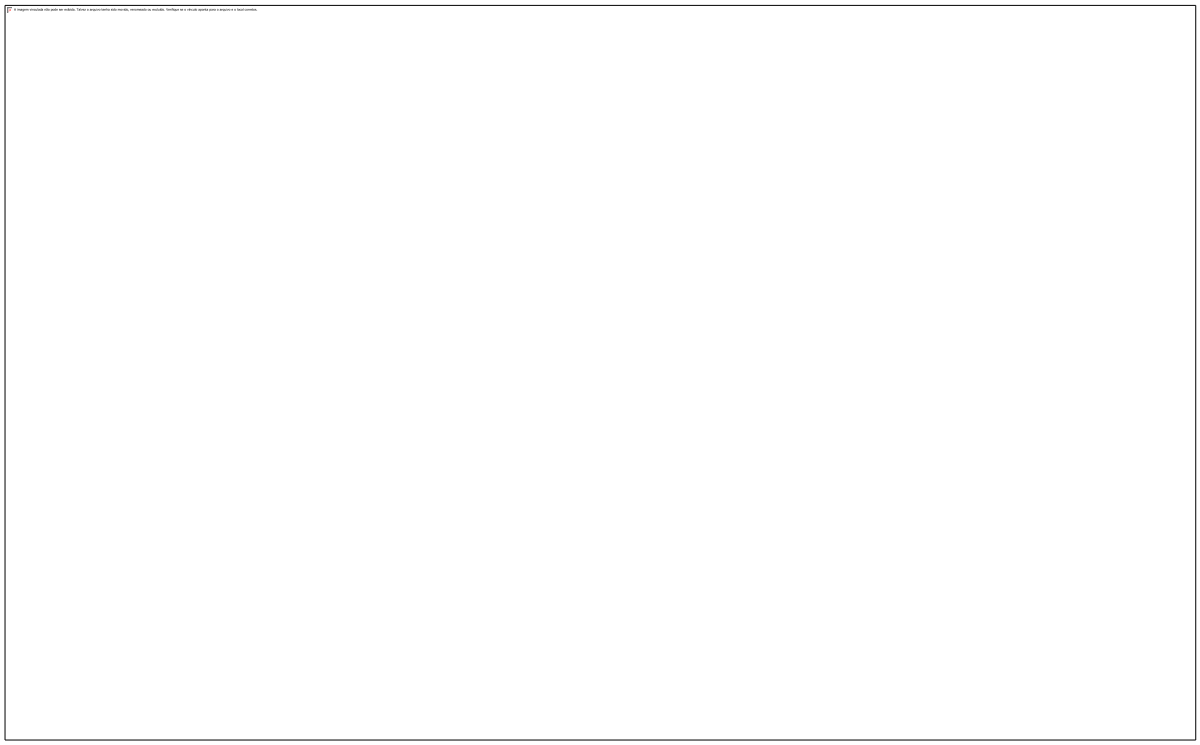
ANEXO E - Classificações dos critérios da categoria Representação e exibição do registro de dados



ANEXO F - Classificações dos critérios da categoria Interoperabilidade e integração semântica



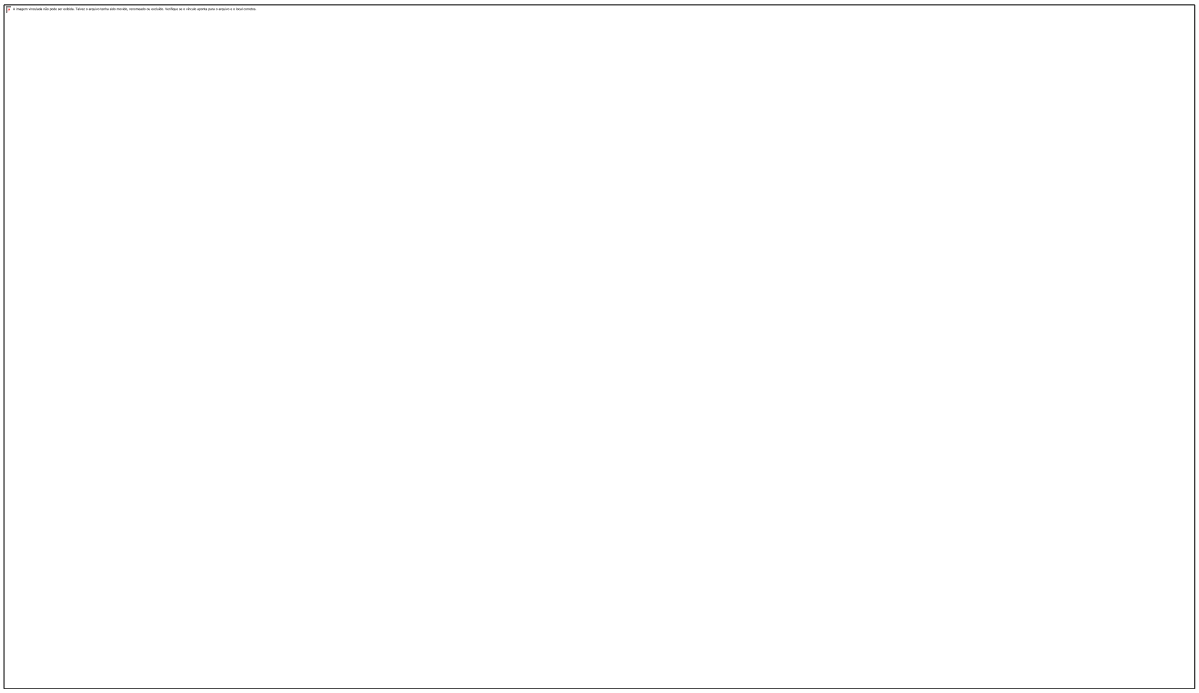
ANEXO G - Classificações dos critérios da categoria Experiência do usuário, acessibilidade e métricas



ANEXO H – Repositórios de dados de pesquisa analisados, instituições às quais estão vinculados e ano de criação.



ANEXO I – CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DE BUSCA, RECUPERAÇÃO E NAVEGAÇÃO EM REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA



ANEXO J - Sugestão de melhorias para os repositórios de dados de pesquisa

CÓDIGO: HS0445

AUTOR: NAYARA EVELYN DA SILVA SALUSTIANO DIAS

ORIENTADOR: RAIMUNDA FERNANDA DOS SANTOS

TÍTULO: CATALOGAÇÃO DE DADOS DE PESQUISA NO BRASIL: UMA ANÁLISE À LUZ DOS REPOSITÓRIOS DE DADOS CADASTRADOS NO RE3DATA

Resumo

Este estudo analisa a catalogação e a gestão de metadados em repositórios de dados de pesquisa no Brasil sob a ótica da Ciência Aberta. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem quali-quantitativa, que combinou levantamento bibliográfico, documental e observação não participante em 21 repositórios nacionais ativos cadastrados no RE3DATA, com coleta via checklist e análise de conteúdo. Os resultados revelam a hegemonia da plataforma Dataverse (11 repositórios) e a predominância do Dublin Core e de esquemas próprios. Evidenciou-se um paradoxo institucional: a maturidade técnica no cumprimento dos Princípios FAIR (identificadores persistentes, licenças abertas e exportação estruturada) contrasta com lacunas na governança político-institucional, marcadas pela rara citação ao FAIR em políticas, ausência de guias de preenchimento, baixa adoção de vocabulários controlados e escassa representação multilíngue (em apenas um repositório). Para superar esses gargalos, propõem-se melhorias em 4 eixos estratégicos: 1) formalização político-normativa e competência em dados; 2) implementação de vocabulários controlados; 3) ampliação da representação multilíngue; e 4) fortalecimento e transparência da curadoria digital. Conclui-se que o ecossistema brasileiro atua sob conformidade tecnológica passiva, dependente das configurações nativas dos softwares, exigindo a transição para uma governança ativa.

Palavras-chave: Repositórios de Dados de Pesquisa. Metadados. Princípios FAIR.

TITLE: Research Data Cataloging in Brazil: An Analysis Based on Data Repositories Registered in re3data

Abstract

This study analyzes cataloging and metadata management in research data repositories in Brazil through the lens of Open Science. This descriptive and exploratory research

adopts a qualitative-quantitative approach, combining literature review, documentary research, and non-participant observation across 21 active national repositories registered in RE3DATA, using a structured checklist and content analysis. Results reveal the dominance of the Dataverse platform (11 repositories) and the prevalence of Dublin Core and custom schemas. An institutional paradox was identified: technical maturity in complying with FAIR Principles (persistent identifiers, open licenses, and structured export) contrasts with gaps in political-institutional governance, marked by rare explicit references to FAIR in policies, lack of filing guidelines, low adoption of controlled vocabularies, and scarce multilingual representation (found in only one repository). To address these bottlenecks, improvements are proposed across 4 strategic axes: 1) political-normative formalization and data competence; 2) implementation of controlled vocabularies; 3) expansion of multilingual representation; and 4) strengthening and transparency of digital curation. The study concludes that the Brazilian repository ecosystem operates under passive technological compliance, relying on native software parameters, thus demanding an urgent transition toward active governance.

Keywords: Research Data Repositories. Metadata. FAIR Principles

Introdução

A comunicação científica contemporânea passa por transformações que redefinem a produção, a validação e a circulação do conhecimento, impulsionadas pela consolidação da Ciência Aberta. Nesse ecossistema, os dados de pesquisa deixam de ser meros subprodutos para se tornarem ativos centrais, cuja transparência e compartilhamento previnem a duplicação de esforços e fomentam novas descobertas (Silva; Silveira, 2019; Semeler; Pinto, 2019).

Para que esses ativos sejam úteis, sua disponibilização deve cumprir os Princípios FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable), convertendo os repositórios de dados em infraestruturas estratégicas para a custódia, preservação e reuso dessas coleções (Marchand et al., 2025).

A efetividade dessas plataformas depende diretamente dos processos de representação da informação, com destaque para a catalogação e a gestão de metadados. Segundo Reis e Ortega (2024), a catalogação possui um histórico consolidado na organização e recuperação informacional. Em ambientes digitais, essa prática transcende a descrição bibliográfica formal (normatizada por padrões como AACR2 e RDA), incorporando esquemas complexos de metadados administrativos, técnicos, estruturais e de preservação (Arakaki, 2019; Silva; Silva, 2019). Contudo, a expansão dos repositórios ainda convive com gargalos práticos relativos à qualidade dos registros, à padronização semântica e à consistência das informações descritas.

Frente a esse cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: Como se estruturam as práticas de catalogação e a adoção de padrões de metadados nos repositórios de dados de pesquisa brasileiros?

Para responder a essa problemática, este artigo tem como objetivo analisar os padrões e as práticas de catalogação em repositórios de dados de pesquisa brasileiros.

A relevância do estudo fundamenta-se na identificação de uma lacuna na literatura de Ciência da Informação no Brasil: embora existam pesquisas sobre repositórios e gestão de dados, investigações empíricas sobre a catalogação e os metadados de datasets permanecem incipientes, conforme foi possível constatar em busca prévia realizada em janeiro de 2026 em bases de dados como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), SciELo, Oasisbr e Web of Science.

Institucionalmente, o trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa "Análise das práticas colaborativas de representação e recuperação da informação em repositórios de dados de pesquisa brasileiros", desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ao fornecer um diagnóstico da representação de dados no país, este estudo oferece subsídios teóricos e metodológicos para aprimorar os fluxos de curadoria bibliotecária e fortalecer a infraestrutura nacional de Ciência Aberta.

O estudo justifica-se pelo alinhamento estratégico à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), conectando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de Qualidade), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 10 (Redução das Desigualdades). A pesquisa evidencia os repositórios de dados como infraestruturas tecnológicas cruciais para a inovação e o ecossistema científico nacional. Sob essa ótica, a padronização e o tratamento informacional adequado atuam no combate às assimetrias entre instituições e regiões, consolidando a informação científica como um bem público equitativo, universal e acessível.

Metodologia

No que tange aos procedimentos metodológicos, esta investigação configura-se como um estudo de caso exploratório e descritivo, delineado por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Com uma abordagem quali-quantitativa voltada ao cenário dos repositórios de dados de pesquisa no Brasil, o estudo utilizou também a observação não participante como técnica de coleta de dados, viabilizando a análise sistemática dos repositórios em questão sem a intervenção direta no objeto de estudo.

Para a fundamentação teórica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em diversas fontes, como Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), SciELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Oasisbr e Web of Science. Os critérios de buscas foram utilizados termos como: “Catalogação” AND “Dados de pesquisa”; “Catalogação” AND “Repositório de dados de pesquisa”, "dados de pesquisa", "metadados" e "princípios FAIR", a seleção dos materiais teve como critério sua relevância para o tema, especificamente no que diz respeito aos repositórios de dados e à representação da informação.

Foi feita a análise de repositórios de dados brasileiros disponíveis no RE3DATA (Registry of Research Data Repositories), um registro global de repositórios de dados de pesquisa, durante a busca feita entre setembro de 2025 e abril de 2025, sendo recuperados 21 repositórios nacionais ativos em diversas áreas de conhecimento, os quais estão disponíveis no Apêndice A (**ANEXO A)** desta pesquisa. Para cada um foram analisados os seguintes aspectos a partir de um checklist estruturado pelas autoras, disponível no apêndice B (**ANEXO B).**

- os esquemas de metadados e os padrões de descrição adotados;
- as diretrizes institucionais e os documentos orientadores que regulamentam a representação da informação;
- os fluxos e as práticas de catalogação e depósito de conjuntos de dados (datasets);
- as convergências, lacunas e desafios encontrados nessas iniciativas frente às recomendações internacionais da Ciência Aberta, como os Princípios FAIR.

O Checklist em questão foi elaborado pelas autoras para orientar e padronizar tanto a observação dos repositórios quanto a análise documental, sendo aplicado de forma individualizada para cada repositório que compõe o universo desta pesquisa.

Complementarmente, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016) para o exame dos dados coletados, bem como dos manuais, tutoriais, políticas de depósito e demais diretrizes de catalogação identificados nos repositórios.

Resultados e Discussões

REFERENCIAL TEÓRICO
CATALOGAÇÃO E METADADOS

A transição da informação para ambientes digitais transformou a representação da informação em um processo que vai além da identificação primária de autoria e título, exigindo estruturas capazes de suportar a interoperabilidade, a busca contextual e o reuso de dados. Como recurso central da Ciência da Informação, a catalogação evoluiu de um simples registro de posse para uma disciplina estruturada e indispensável à recuperação da informação. Embora histórica, sua sistematização por meio de manuais e princípios consolidou-se nos últimos séculos (Reis; Ortega, 2024). Contudo, persiste na literatura uma diversidade conceitual sobre a prática que, por vezes, resulta em definições breves e pouco refletidas, podendo fragilizar a convergência entre teoria e aplicação prática (Reis; Ortega, 2024).

Na prática, a representação da informação sustenta-se nas dimensões descritiva e temática. Conforme aponta Ortega (2011, p. 45), a representação descritiva engloba a descrição formal e física do documento, enquanto a representação temática refere-se à atribuição de assuntos via classificação, indexação e confecção de resumos. Ambas as etapas alinham-se para otimizar o fluxo informacional, aplicando normas e padrões internacionais (como AACR2 e RDA) que viabilizam o intercâmbio de dados entre sistemas distintos sem perdas (Albuquerque; Gaudêncio; Santos, 2019). Sob uma perspectiva procedimental, a catalogação constitui a construção de mensagens descritivas

para viabilizar a interação entre sujeitos e sistemas no nível micro (Reis; Ortega, 2024), assegurando não apenas a recuperação, mas também o controle patrimonial e a preservação da memória institucional.

Com a consolidação das tecnologias de rede, o objeto da catalogação expandiu-se e passou a ter o metadado como unidade principal de representação. Estruturados como um conjunto de elementos de dados, Sanchez, Silva e Vechiato (2019, p. 40) afirmam que os metadados propiciam uma representação descritiva das informações de um recurso informacional e/ou objetos digitais. No âmbito da pesquisa científica, os metadados atribuem contexto operacional ao conjunto de dados brutos coletados, permitindo que pesquisadores os interpretem e reutilizem (Rocha; Sales; Sayão, 2017).

Entre os padrões de metadados, o Dublin Core destaca-se por seu uso comum em repositórios institucionais devido à sua simplicidade e flexibilidade de adaptação a diferentes domínios (Sanchez; Silva; Vechiato, 2019). Paralelamente, para atender a demandas de comunidades específicas e às exigências da Ciência Aberta, surgem esquemas especializados, tais como o DataCite (voltado para atribuição de DOIs e citação de dados), o Data Documentation Initiative - DDI (utilizado nas ciências sociais e econômicas) (Sanchez; Silva; Vechiato, 2018), além do Ecological Metadata Language - EML (voltado às ciências da terra e ecologia). Dessa forma, a adoção de padrões adequados de metadados garante a interoperabilidade e a sustentabilidade dos sistemas de informação científica.

Essa exigência por padronização e interoperabilidade converge diretamente com os Princípios FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable), formulados para maximizar a capacidade de reuso dos dados científicos por humanos e sistemas computacionais (Wilkinson et al., 2016). A aplicação criteriosa da catalogação e a adoção de esquemas de metadados bem estruturados constituem a base principal para a efetivação desses princípios: garantem que os recursos sejam encontráveis via identificadores persistentes e metadados descritivos, acessíveis por protocolos abertos e padronizados, interoperáveis mediante a utilização de vocabulários controlados e reutilizáveis por meio de licenças claras e documentação contextual detalhada. Assim, a representação da informação deixa de ser uma simples etapa técnica para se consolidar como um requisito estrutural da Ciência Aberta.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos repositórios brasileiros de dados de pesquisa permitiu mapear os softwares/plataformas de gerenciamento utilizados, a estrutura de metadados, as diretrizes institucionais e documentos orientadores, os fluxos e práticas de catalogação e depósito e o alinhamento com os Princípios FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable). Esses elementos estão associados às categorias do checklist elaborado.

SOFTWARES DE GERENCIAMENTO

Os resultados apontam para uma clara predominância do Dataverse (software de código aberto desenvolvido pela Universidade de Harvard), adotado por 11 repositórios de dados analisados, o que evidencia sua consolidação como a principal plataforma de curadoria e governança de dados científicos no país. Na sequência, figura o DSpace (adotado por 3 repositórios), cuja utilização reflete um esforço institucional em reaproveitar a

infraestrutura preexistente voltada a repositórios bibliográficos tradicionais para a gestão de dados. Infraestruturas específicas ou de nicho incluem o Maxwell (1), BEXIS2 (1), Morpho (1) e comunidades customizadas no Zenodo (1), conforme demonstrado no Gráfico 1 (**ANEXO C).**

Em três repositórios analisados (o Repositório de Dados de Pesquisa do CEDAP, o Compartilhamento de Dados FAPESP COVID-19/BR e a Base de Dados Científicos da Universidade Federal do Paraná), o software empregado não foi explicitado na interface pública, tratando-se de sistemas proprietários ou customizados sem identificação imediata. Essa diversidade infraestrutural reflete diretamente na capacidade de representação da informação, uma vez que a escolha da plataforma delimita a estrutura, a obrigatoriedade e a padronização dos campos de metadados adotados.

PADRÕES METADADOS

Verificou-se uma convergência quanto aos campos de descrição básica e atribuição de autoria. O título do conjunto de dados e autor(es) figuram como obrigatórios em 17 repositórios. A exigência diminui para elementos como Resumo/Descrição (14 repositórios como obrigatório) e Palavras-chave (12), enquanto metadados contextuais detalhados (como cobertura temporal, geográfica e fonte de financiamento) raramente são exigidos obrigatoriamente.

Ao que se refere aos padrões de metadados adotados, prevalece o Esquema Próprio (Citation Metadata) nativo do Dataverse (11), seguido pelo Dublin Core de forma explícita (4) e por indícios (2). Padrões especializados como DataCite (1) e EML - Ecological Metadata Language (1) ocorrem de forma pontual em repositórios temáticos. Como demonstrado no gráfico 2 (**ANEXO D)**.

O padrão Dublin Core aparece com duas perspectivas: de forma explícita, quando declarado abertamente na interface ou disponibilizado nos formatos de exportação do sistema; e por meio de indícios, nos casos em que a norma não é declarada formalmente na documentação, mas a estrutura dos campos apresenta rótulos e elementos semânticos característicos do padrão (como title, creator e description). Por fim, em dois repositórios os sistemas operaram de maneira opaca, permanecendo como "Sem Informação". Essa ausência de transparência na arquitetura de metadados constitui uma barreira à interoperabilidade via colheita automatizada (como o protocolo OAI-PMH), dificultando o mapeamento e a integração dos registros em agregadores científicos globais.

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS E SUPORTE AO USUÁRIO

As instituições apresentam alto nível de formalização de suas políticas de depósito/desenvolvimento de coleções (20) e na disponibilização de tutoriais/canais de suporte (18) e instruções para formatação de arquivos aceitos (18). Todavia, observa-se uma importante lacuna na oferta de guias/manuais de preenchimento de metadados (ausente em 6 repositórios) e na consolidação de diretrizes para curadoria digital (ausente ou sem informação em 6 repositórios). O Quadro 1 (**ANEXO E)** mostra os detalhes.

Em síntese, os dados apontam para um ecossistema que atingiu maturidade no estabelecimento de políticas macro de depósito e na preservação técnica dos formatos de arquivo, mas que ainda enfrenta gargalos na governança micro. A falta de uniformização

nos guias de preenchimento e nas diretrizes formais de curadoria transfere ao pesquisador a responsabilidade descritiva, o que compromete a padronização e a qualidade dos metadados atribuídos aos conjuntos de dados.

FLUXOS E PRÁTICAS DE CATALOGAÇÃO

Os resultados consolidados sobre os fluxos e práticas de catalogação e depósitos de dados constam no Quadro 2 (**ANEXO F)**a seguir.

O mapeamento do fluxo operacional indica a consolidação do autoarquivamento em equilíbrio com a etapa de mediação técnica e curadoria bibliotecária antes da publicação. Da mesma forma, observa-se amplo alinhamento com sistemas formais de classificação de áreas do conhecimento.

Contudo, as principais fragilidades residem na baixa adoção de vocabulários controlados e na escassez de representação multilíngue, identificada em somente um repositório. Em suma, os fluxos operacionais demonstram maturidade ao equilibrar a agilidade do autoarquivamento com a segurança da mediação bibliotecária. Contudo, o ecossistema ainda carece de avanços qualitativos em sua inteligência de busca, demandando a implementação de políticas de controle de autoridade e de internacionalização de metadados para que a produção científica nacional ganhe capilaridade e impacto global.

ALINHAMENTO AOS PRINCÍPIOS FAIR

Para além das rotinas operacionais e infraestruturais, a maturidade de um repositório de dados de pesquisa é mensurada pelo seu grau de adesão às diretrizes internacionais de governança da informação. Sob essa perspectiva, avaliou-se a conformidade das plataformas analisadas em relação aos Princípios FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable), bem como a menção explícita a essas diretrizes em seus documentos oficiais.

Os dados consolidados sobre a aderência dos repositórios brasileiros aos Princípios FAIR estão sintetizados no Quadro 3 (**ANEXO G)**a seguir.

Os resultados revelam um paradoxo institucional marcante: há um descompasso entre a capacidade prática/tecnológica dos repositórios e a formalização político-normativa dessa prática em seus documentos oficiais. A menção explícita ao alinhamento FAIR em políticas, resoluções ou manuais registrou apenas 4 respostas afirmativas contra 17 negativas. Esse cenário indica que o ecossistema brasileiro adota as premissas FAIR de maneira eminentemente implícita ou "involuntária", decorrente da implementação de softwares cujas arquiteturas nativas já foram concebidas sob a égide dessas diretrizes, sem que haja uma internalização consciente dessa filosofia nos marcos regulatórios institucionais.

Apesar da lacuna político-normativa, a execução técnica das plataformas apresentou excelente desempenho em todos os pilares do FAIR:

- Encontrável (Findable): Registrou alta conformidade (19), evidenciando que a quase totalidade das plataformas gera metadados estruturados e indexáveis por

sistemas internos e mecanismos globais de busca, além de atribuir identificadores persistentes.

- Acessível (Accessible): Atendido por 15 repositórios, que especificam com clareza os protocolos abertos de comunicação (HTTP/HTTPS) e asseguram a resiliência e permanência dos metadados mesmo na hipótese de descontinuidade do dataset original.
- Interoperável (Interoperable): Cumprido por 15 repositórios, garantindo a exportação de metadados em sintaxes universais (XML, JSON-LD e RDF) e viabilizando a integração com ecossistemas internacionais por meio de colheita automatizada.
- Reutilizável (Reusable): Constituiu o pilar de maior solidez da amostragem (20), prevendo a vinculação explícita e automatizada de licenças de uso padronizadas (Creative Commons) aos metadados dos conjuntos de dados, conferindo segurança jurídica tanto aos produtores quanto aos reutilizadores.

Em suma, a análise sob o prisma dos Princípios FAIR evidencia que a infraestrutura tecnológica dos repositórios brasileiros é madura e plenamente capaz de atender aos requisitos internacionais de interoperabilidade e reuso. Contudo, o principal desafio do ecossistema reside em transitar de uma conformidade técnica passiva para uma governança ativa, formalizando as diretrizes FAIR em suas políticas e estratégias institucionais de Ciência Aberta.

Com base no diagnóstico do estudo, delineiam-se recomendações estratégicas estruturadas em quatro eixos prioritários, orientadas a consolidar a conformidade consciente do ecossistema nacional aos Princípios FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable):

- Eixo 1- Formalização Político-Normativa e Competência em Dados: diante da constatação de que a adesão ao FAIR ocorre majoritariamente de forma implícita e delegada aos parâmetros nativos dos softwares, recomenda-se a revisão dos marcos regulatórios institucionais para tornar explícito o alinhamento a essas diretrizes nas políticas de gestão e desenvolvimento de coleções de dados. Em paralelo, dado o predomínio do autoarquivamento, cabe aos sistemas de bibliotecas instituir programas permanentes de letramento e competência em dados, instruindo os pesquisadores sobre a relevância da completude, exaustividade e especificidade no preenchimento de campos descritivos essenciais para evitar a proliferação de registros órfãos de contexto.
- Eixo 2- Implementação de Vocabulários Controlados (Encontrabilidade e Interoperabilidade): para superar a dispersão sinonímica, ambiguidades e inconsistências decorrentes do uso exclusivo de linguagem natural em metade das plataformas analisadas, faz-se urgente a integração de linguagens documentárias (como o Vocabulário Controlado da USP, o Tesauro UNESP ou ontologias de domínio) às interfaces de depósito. O acoplamento de sistemas de autoridade e Linked Data padroniza os pontos de acesso em tempo real e qualifica a colheita automatizada via protocolos como o OAI-PMH, viabilizando a integração consistente com agregadores científicos internacionais.
- Eixo 3- Ampliação da Representação Multilíngue (Reutilização e Internacionalização): a ausência de metadados multilíngues nos campos temáticos densos (título, resumo e palavras-chave) constitui a barreira mais severa à visibilidade externa da produção brasileira. Recomenda-se a adoção de

políticas que exijam ou incentivem a tradução desses metadados conceituais, prioritariamente para a língua inglesa, permitindo que indexadores globais (como o Google Dataset Search) processem semanticamente os datasets e impulsionem o reuso e a citação da ciência nacional no exterior.

- Eixo 4- Fortalecimento e Transparência da Curadoria Digital (Acessibilidade e Preservação): Com o intuito de mitigar a fragmentação e a opacidade nos critérios de validação técnica pré-publicação, propõe-se a elaboração de manuais e guias públicos de curadoria digital. A formalização desses fluxos assegura o controle de qualidade dos registros descritivos, administrativos e técnicos, além de garantir a persistência e a rastreabilidade dos metadados e identificadores persistentes (DOIs) mesmo em casos de restrição de acesso aos dados brutos.

PROPOSTAS DE MELHORIA PARA AS PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS FAIR

A análise dos dados revelou desconexões entre o potencial das infraestruturas tecnológicas dos repositórios de dados brasileiros e a efetiva governança informacional. Embora plataformas como o Dataverse disponham de recursos nativos para a arquitetura da informação, a escassez de diretrizes institucionais e o predomínio do autoarquivamento não assistido geram lacunas descritivas que comprometem a revocação, a precisão e o reuso dos dados. Para alinhar o ecossistema nacional aos Princípios FAIR (Encontrabilidade, Acessibilidade, Interoperabilidade e Reutilização), propõem-se recomendações estruturadas em quatro eixos estratégicos: (1) a formalização político-normativa integrada e competência em dados; (2) implementação de vocabulários controlados; (3) ampliação da representação multilíngue; e (4) fortalecimento e transparência da curadoria digital.

A seguir é possível visualizar as recomendações detalhadas:

- Formalização Político-Normativa e Competência em Dados: Diante do alinhamento FAIR majoritariamente "involuntário", restrito às configurações padrão dos softwares, recomenda-se a revisão dos marcos regulatórios institucionais para tornar explícito o alinhamento FAIR nas políticas de depósito, representação e desenvolvimento de coleções. Paralelamente, os sistemas de bibliotecas devem estruturar ações contínuas de alfabetização em dados para mitigar a criação de "dados órfãos de contexto", promovendo o preenchimento exaustivo e específico de metadados descritivos e temáticos.
- Implementação de Vocabulários Controlados: Para combater a dependência da linguagem natural e de palavras-chave livres, causa de dispersão sinonímica e ruído na recuperação , propõe-se a integração de linguagens documentárias padronizadas, ontologias e Linked Data às interfaces de depósito. A normalização dos pontos de acesso no ato do preenchimento assegura a consistência semântica necessária para a interoperabilidade via protocolo OAI-PMH e a colheita por agregadores internacionais.
- Ampliação da Representação Multilíngue: Superando o isolamento decorrente do uso exclusivo do português em campos temáticos densos (como título, resumo e palavras-chave), orienta-se a obrigatoriedade ou recomendação curatorial da inserção de metadados em língua inglesa. A medida amplia a visibilidade, a indexação semântica e a recuperabilidade da produção nacional em plataformas globais, a exemplo do Google Dataset Search.

- Fortalecimento e Transparência da Curadoria Digital: Recomenda-se a formalização e publicação de guias de catalogação e manuais de curadoria para conferir transparência aos critérios de validação pré-publicação. A governança curatorial assegura a qualidade dos metadados descritivos, administrativos e técnicos, além de garantir a persistência dos metadados e dos identificadores persistentes (como o DOI), mesmo em cenários de restrição de acesso ao dado bruto.

Em síntese, as propostas apresentadas na Figura 1 (**ANEXO H)** articulam a governança informacional dos repositórios de dados brasileiros em quatro eixos estratégicos: (1) a formalização político-normativa integrada à competência em dados, que institui uma cultura orientada pelos princípios FAIR; (2) o controle terminológico via vocabulários controlados, garantindo consistência semântica, encontrabilidade e interoperabilidade; (3) a representação multilíngue, voltada à internacionalização e à descoberta global dos dados; e (4) a curadoria digital transparente, voltada à validação, preservação e qualidade dos metadados. Integrados, esses eixos otimizam a recuperação, a visibilidade e o reuso da informação científica, consolidando um ecossistema alinhado às premissas da Ciência Aberta.

Conclusão

Esta pesquisa analisou as práticas e os padrões de catalogação adotados em 21 repositórios de dados de pesquisa brasileiros registrados na plataforma RE3DATA, sob a perspectiva da Ciência Aberta. O estudo cumpriu seu objetivo ao identificar como a organização e a descrição da informação nesses ambientes impactam diretamente a interoperabilidade e o reúso dos dados científicos no ecossistema informacional nacional.

Os resultados obtidos pelo checklist revelaram um nítido paradoxo: a convivência entre uma infraestrutura tecnológica madura e uma evidente fragilidade na governança político-institucional quanto à representação da informação. No nível macroestrutural, o uso prevalente de plataformas como Dataverse e DSpace assegura a operacionalização de requisitos fundamentais dos Princípios FAIR, como a atribuição de identificadores persistentes (DOIs ou Handles) e a exportação em estruturas legíveis por máquina (XML e JSON).

Contudo, as principais vulnerabilidades identificadas comprometem o alcance pleno do reúso informacional. A escassez de guias e manuais institucionais transfere ao próprio pesquisador a responsabilidade do preenchimento dos metadados. Sem o devido suporte técnico, essa dinâmica gera registros incompletos e difíceis de entender, dificultando a correta interpretação do ativo científico por terceiros.

Adicionalmente, o novo uso de linguagens documentárias padronizadas e a escassez de representação multilíngue impõem sérias barreiras à interoperabilidade semântica. O predomínio de metadados em língua portuguesa, sem equivalente em inglês, restringe a descoberta dos dados por indexadores e pesquisadores internacionais, estabelecendo um teto à projeção global da ciência brasileira.

Como contribuição prática para a melhoria dessas práticas, o trabalho sistematiza uma agenda de aprimoramento estruturada em quatro eixos: 1) formalização de políticas institucionais com fomento à competência em dados; 2) implementação efetiva de vocabulários controlados; 3) ampliação da representação multilíngue; e 4) fortalecimento das rotinas de curadoria digital.

Em continuidade a esta linha de investigação, recomenda-se a realização de estudos futuros voltados a mensurar o impacto prático da ausência de vocabulários controlados na revocação e precisão das buscas nesses repositórios. Sugere-se, ainda, o desenvolvimento de matrizes e guias pedagógicos de metadados customizáveis para a realidade das universidades e institutos de pesquisa do país.

Referências

ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de; GAUDÊNCIO, S. M.; SANTOS, R. F. dos. Reflexões teóricas em representação da informação. In: ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de; MARTINS, G. K.; MOTA, D. A. R. (org.). Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções teórico-sociais. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 13–24. Disponível em: https://www.editora.ufpb.br/press5/index.php/UFPB/catalog/book/355. Acesso em: 7 maio 2026.

MARCHAND, J. S. et al. Panorama dos repositórios de dados no brasil. Biblionline,João Pessoa, v. 21, n. 2, 2025.

ORTEGA, C. D. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação . Liinc em Revista, Rio de Janeiro v.7, n.1, p. 45, 2011. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3288/2904. Acesso em: 4 abr. 2026.

REIS, F.; ORTEGA , C. D. O que é catalogação?. Ciência da Informação em Revista, Maceió, v. 11, p. e16293, 2024. DOI: 10.28998/cirev.2024v11e16293. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/16293. Acesso em: 20 mar. 2026.

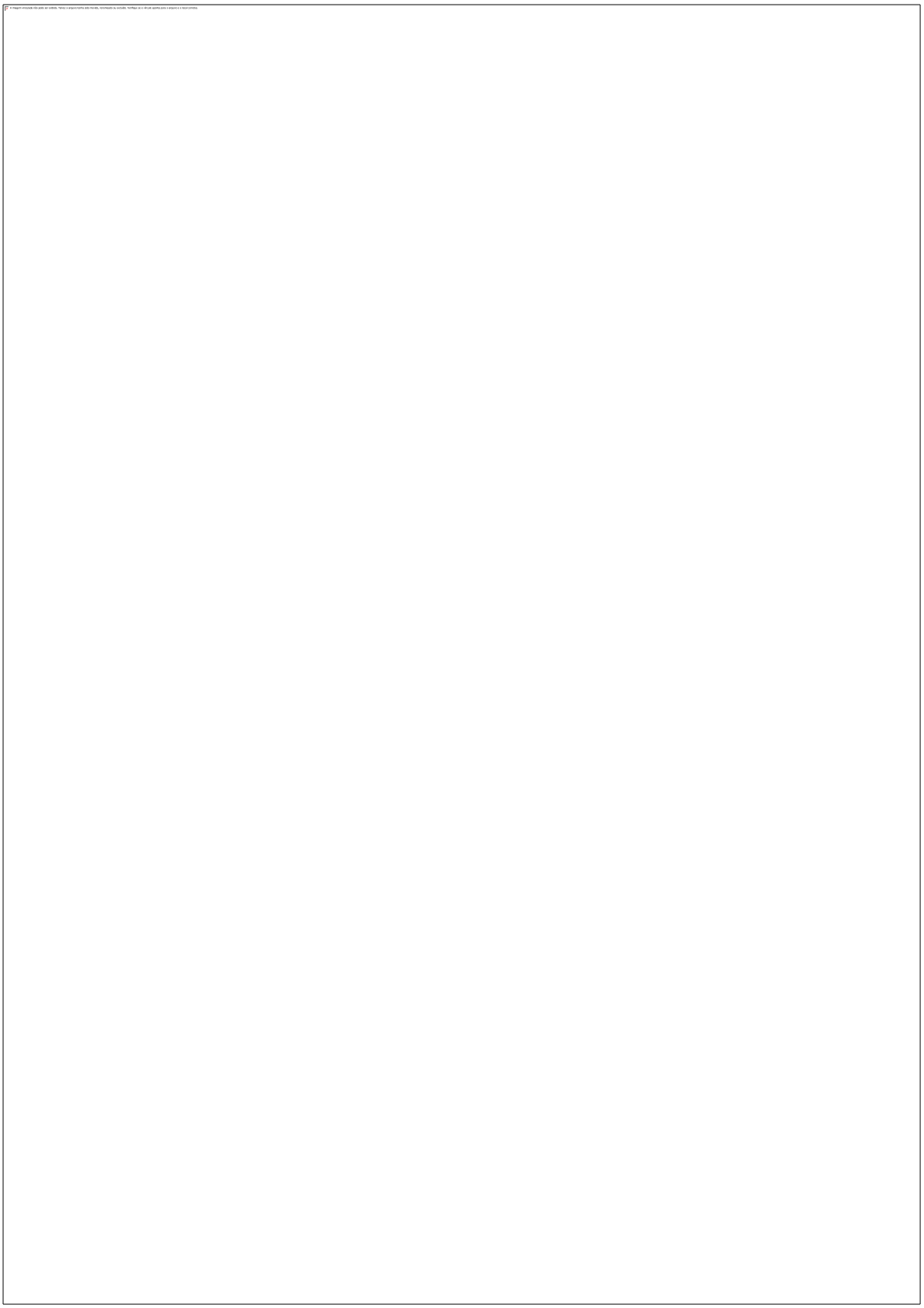
ROCHA, L. L.; SALES, L. F.; SAYÃO, L. F. Descrever para preservar: metadados como ferramenta para gestão de dados de pesquisa. In: ISKO BRASIL, 01., 2017. Anais [...] IV ISKO Brasil, 2017.

SANCHEZ, F. A.; SILVA, N. B. P.; VECCHIATO, F. L. Padrões de metadados para representação e organização da informação em repositórios de dados de pesquisa. Informação & Tecnologia, João Pessoa, v. 5, n. 1, 2018.

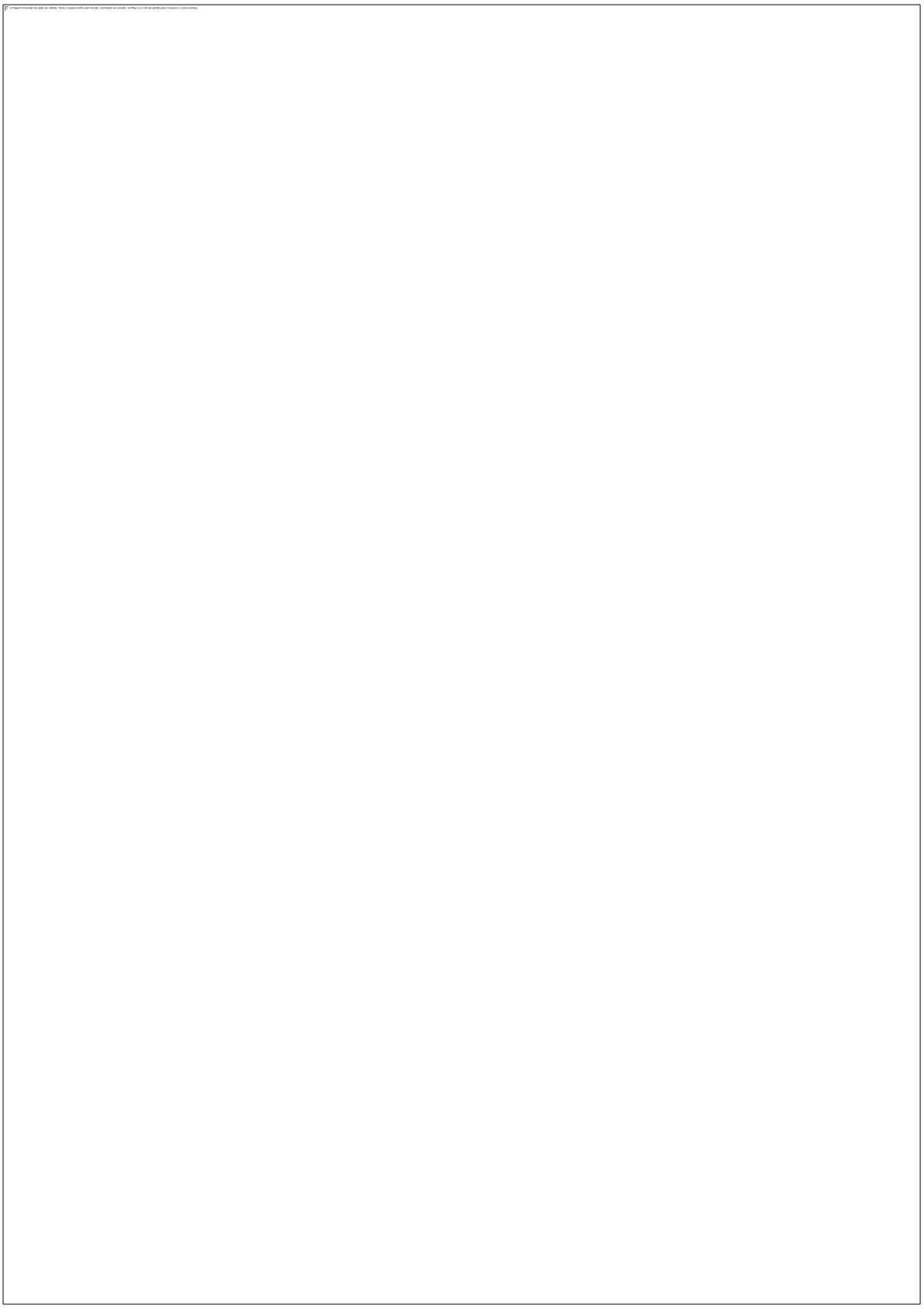
SANCHEZ, F. A.; DA SILVA, N. B. P.; VECHIATO, F. L. Padrões de metadados para representação e organização da informação em repositórios de dados de pesquisa. Informação & Tecnologia, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 37–51, 2019.

SILVA, F. C. C. da; SILVEIRA, L. da. O ecossistema da Ciência Aberta. Transinformação, Campinas, v. 31, e190001, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/dJ89vRg94Qxtf6Y7M49Hztr/?lang=pt

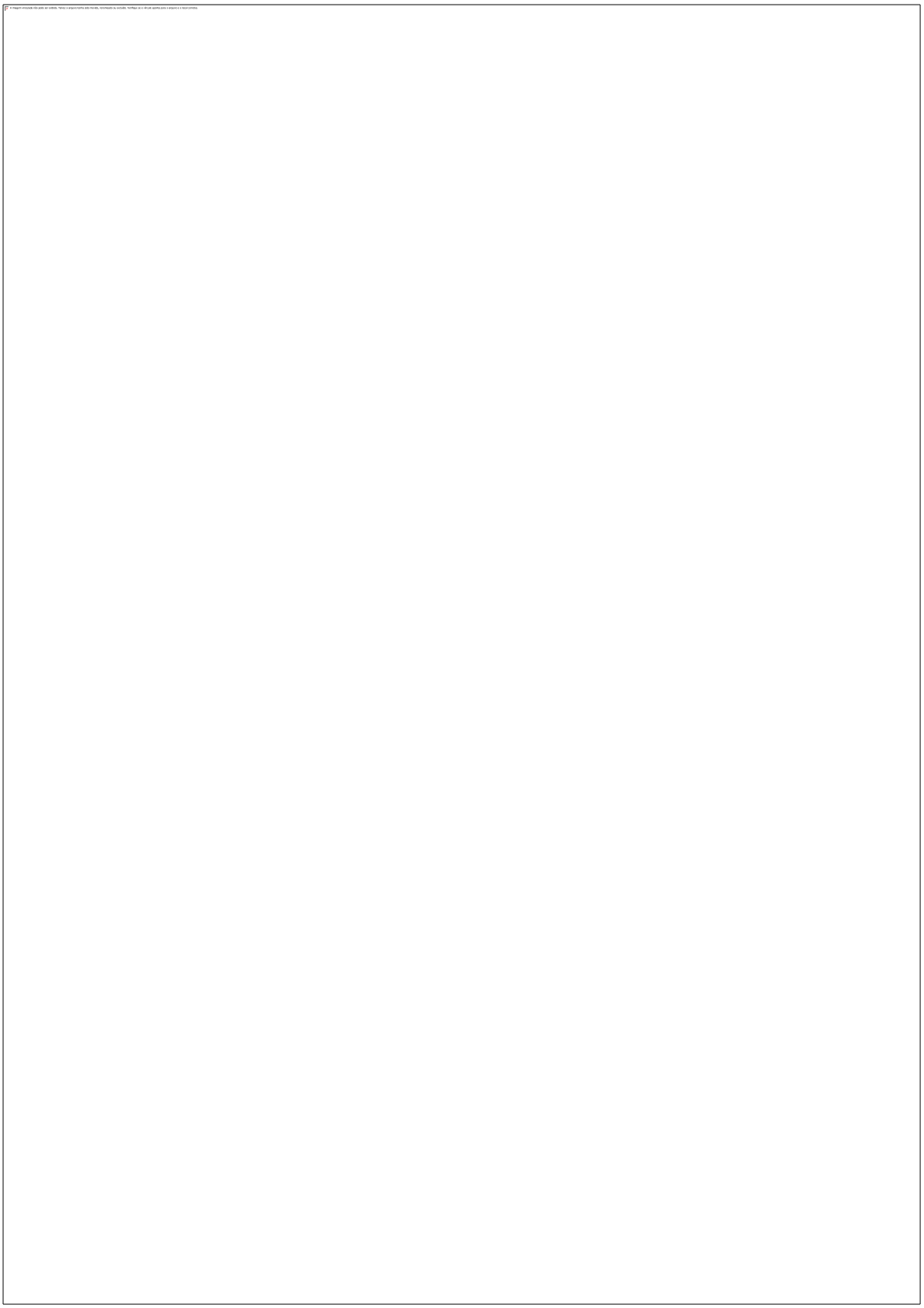
Anexos



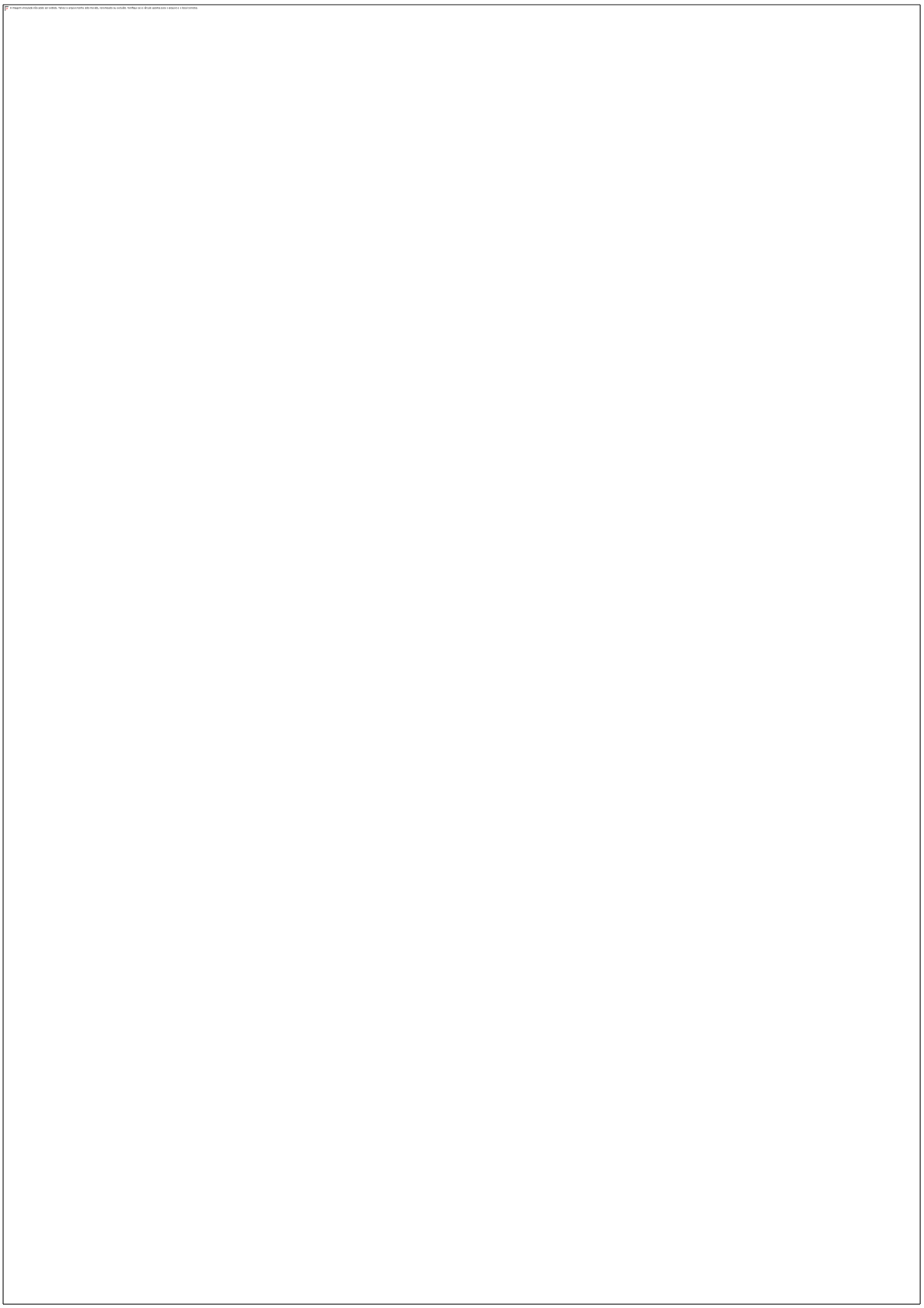
ANEXO A 1/3



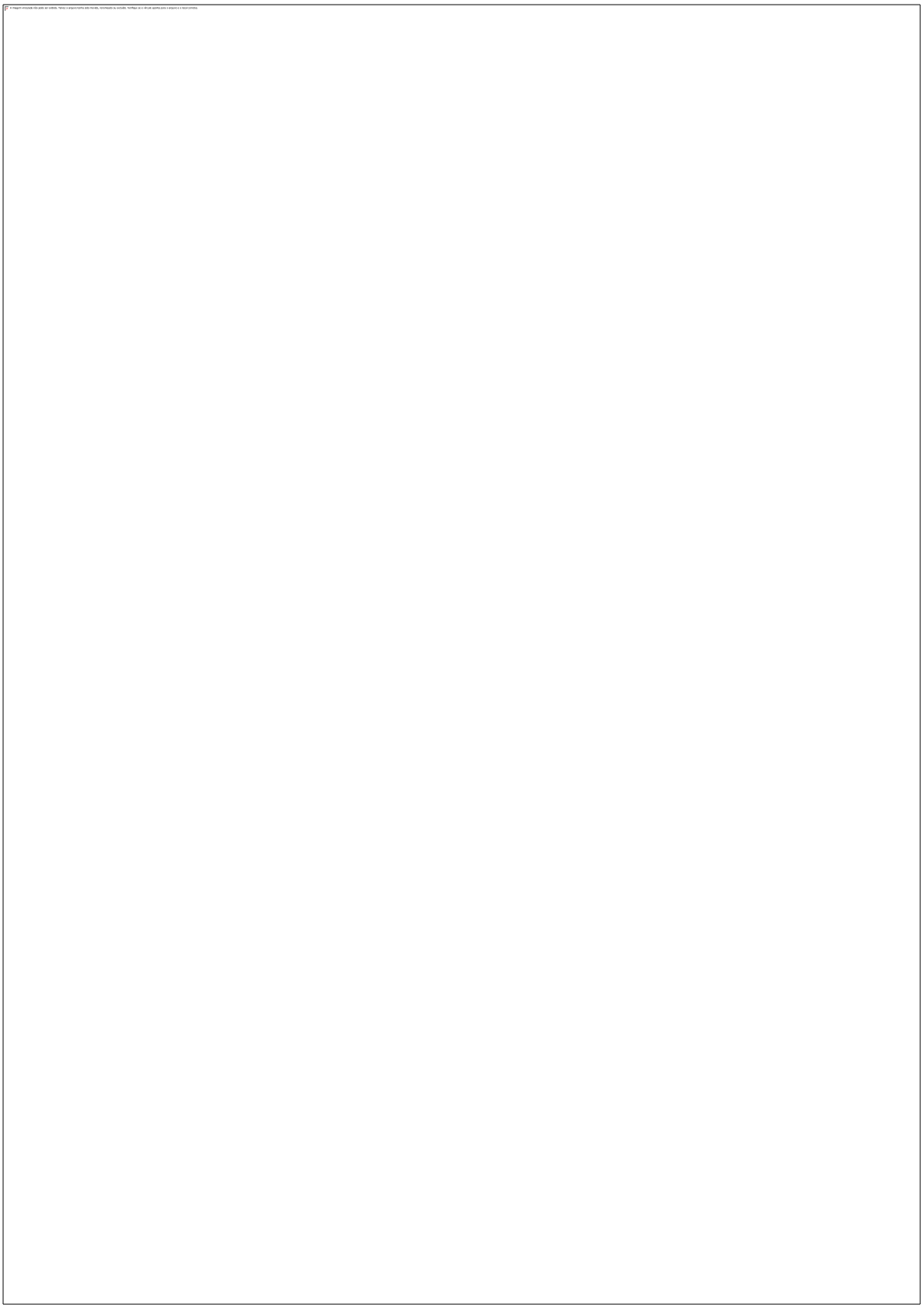
ANEXO A 2/3



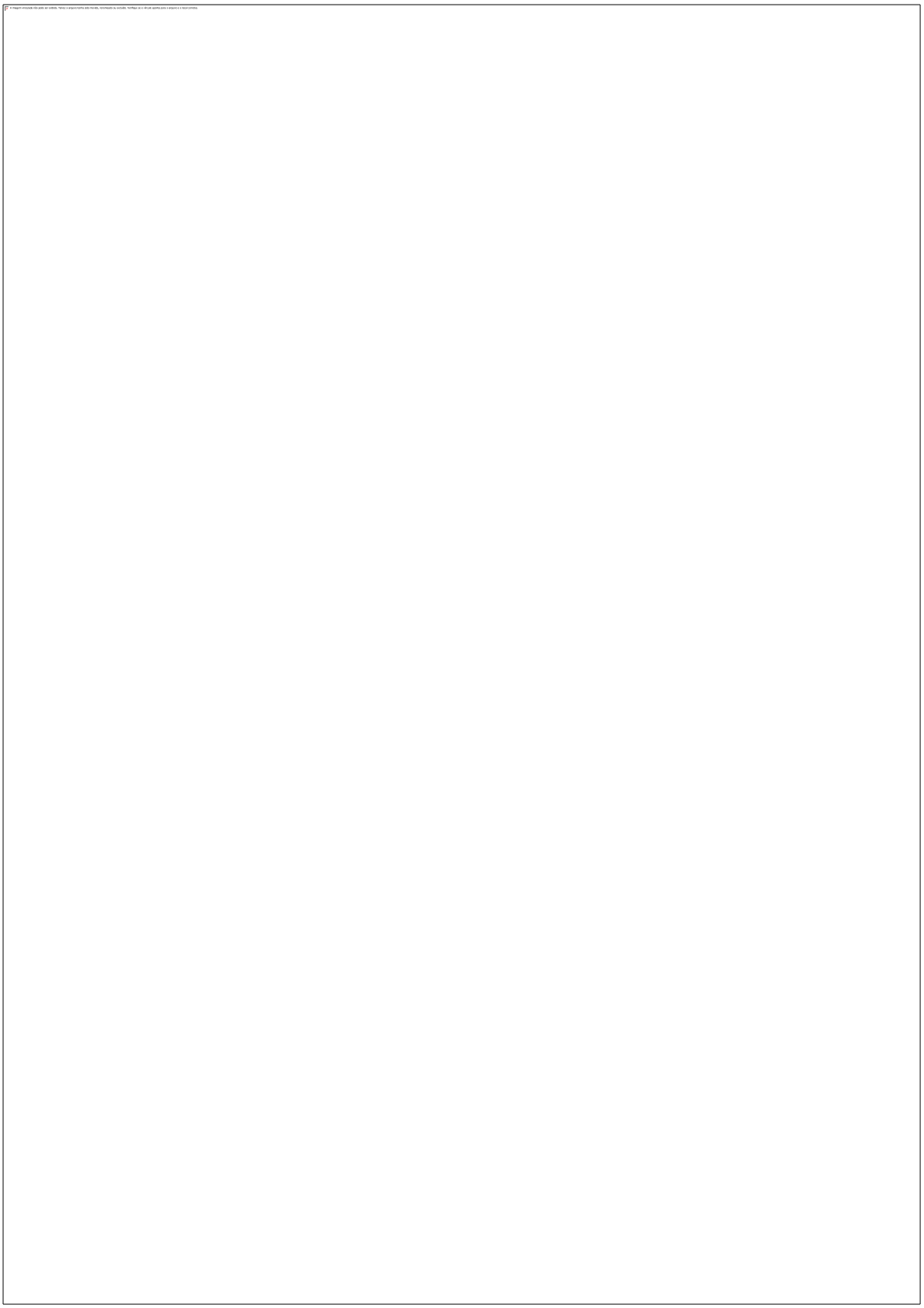
ANEXO A 3/3



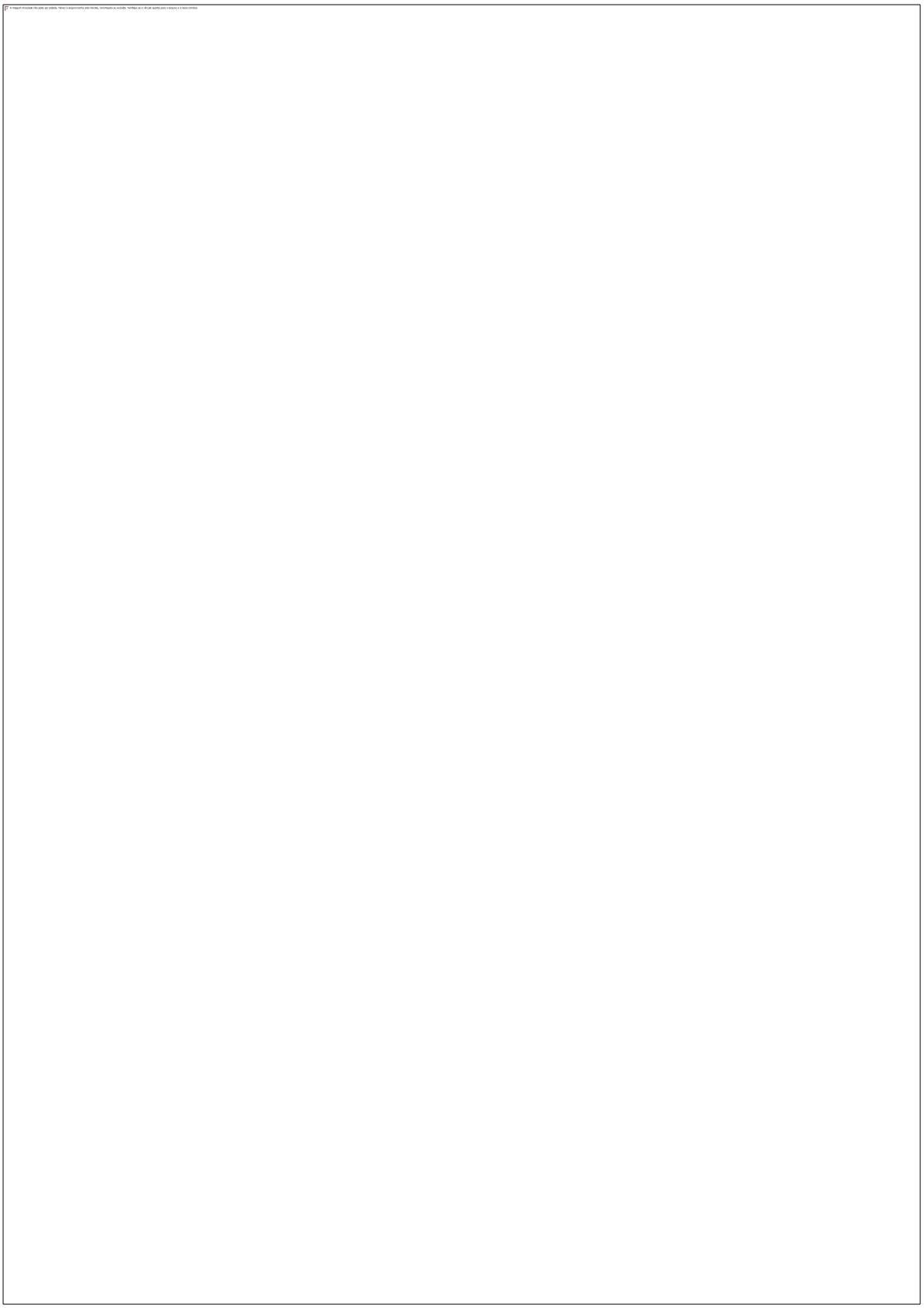
ANEXO B 1/6



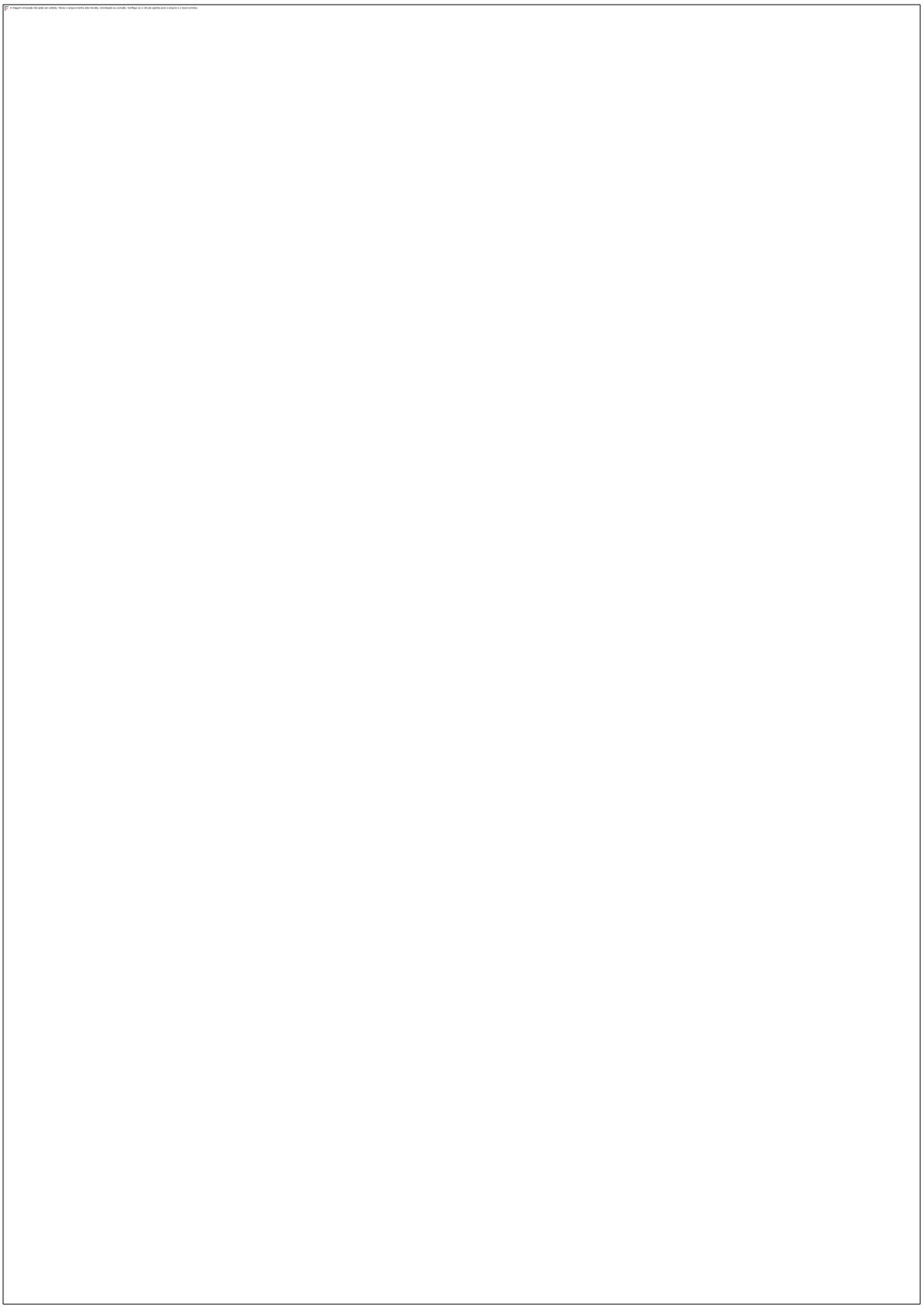
ANEXO B 2/6



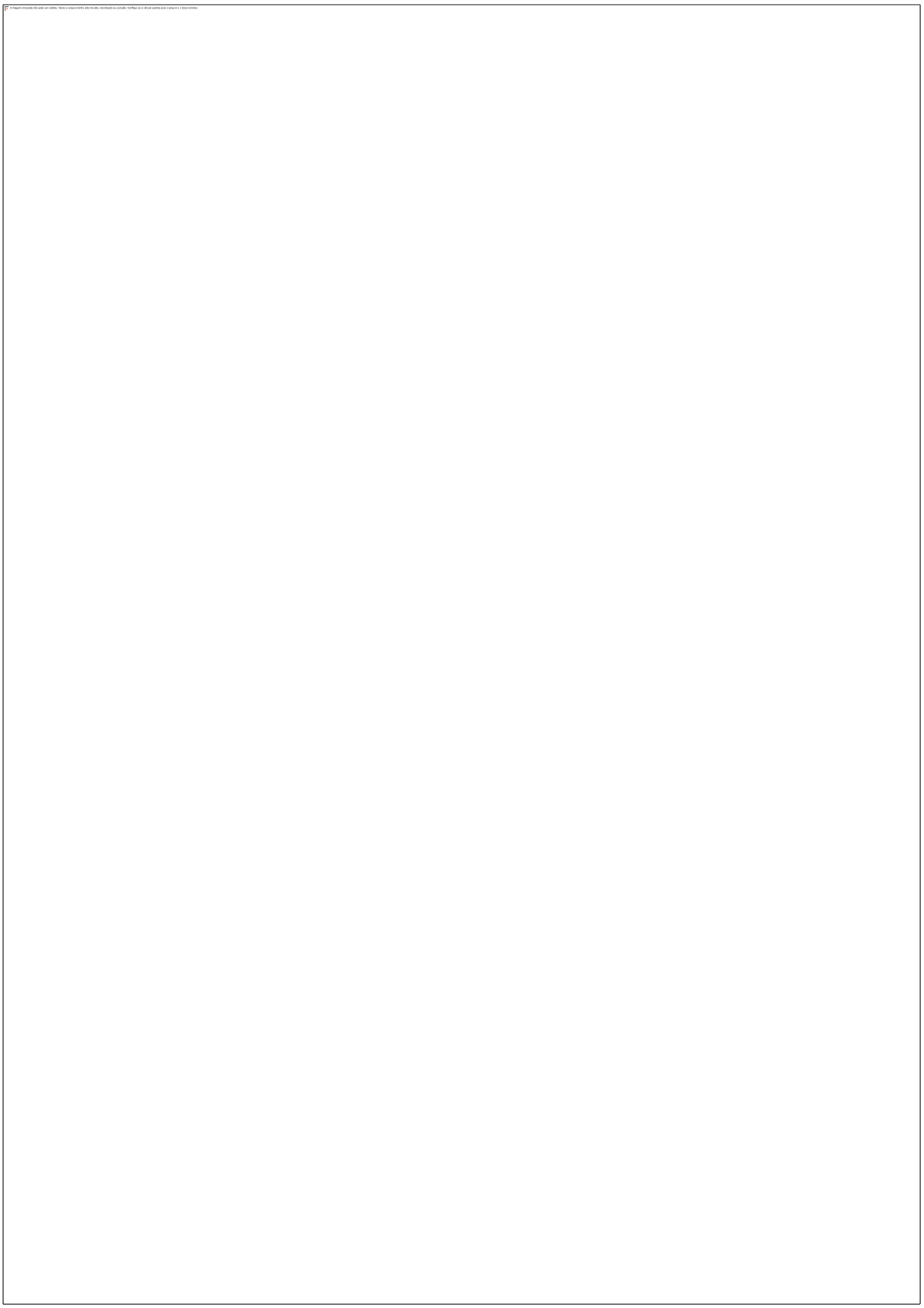
ANEXO B 3/6



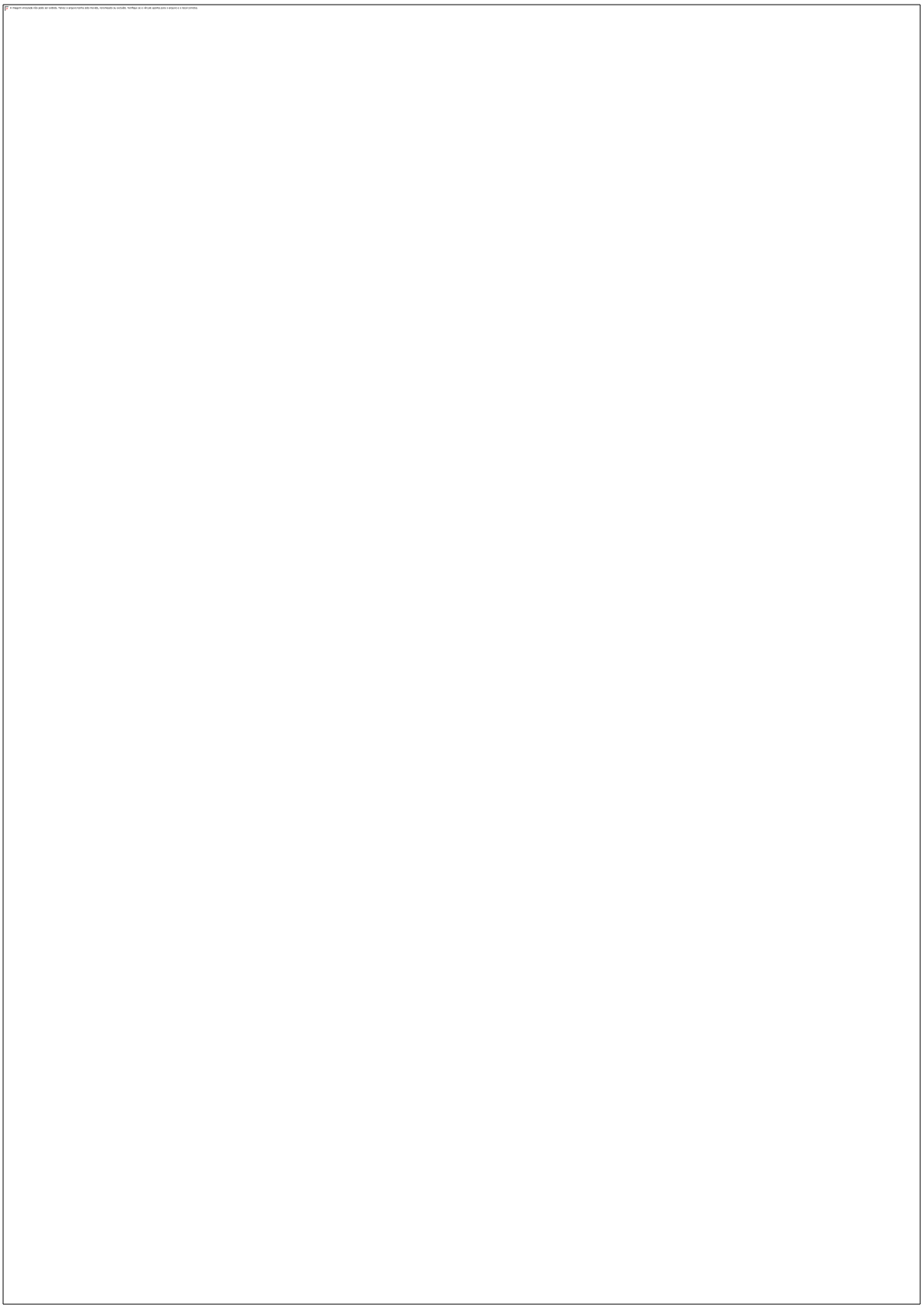
ANEXO 4/6



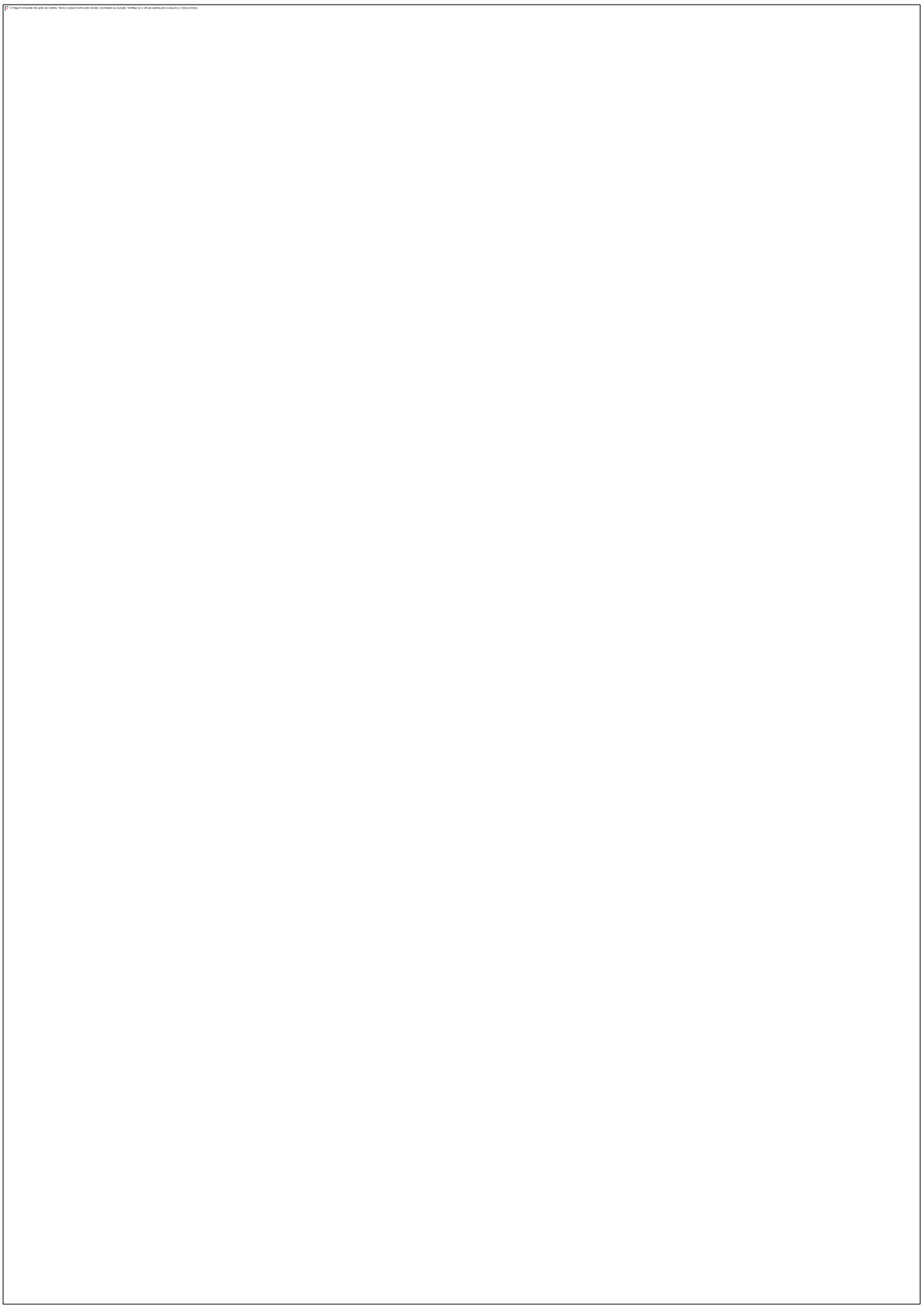
ANEXO B 5/6



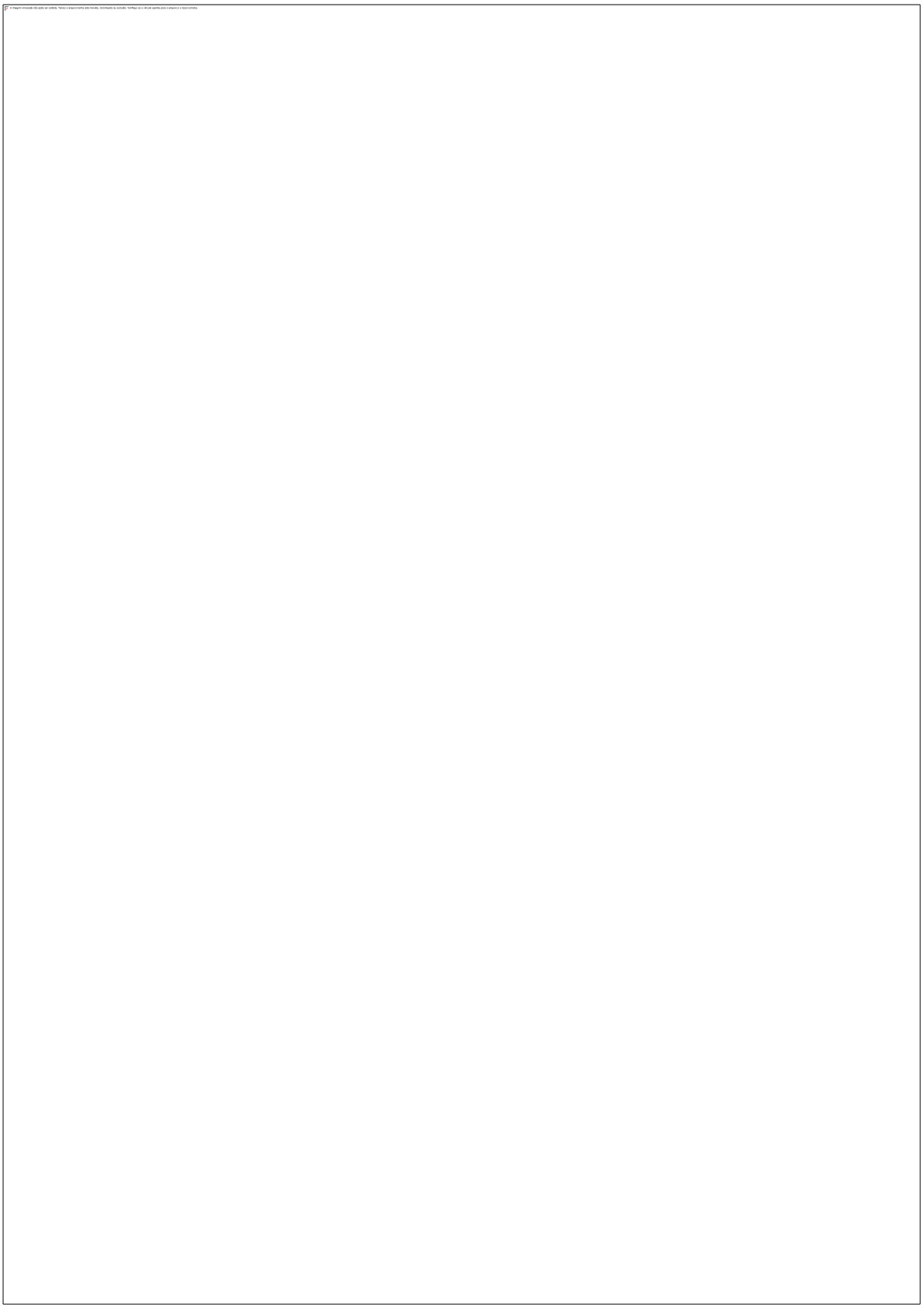
ANEXO B 6/6



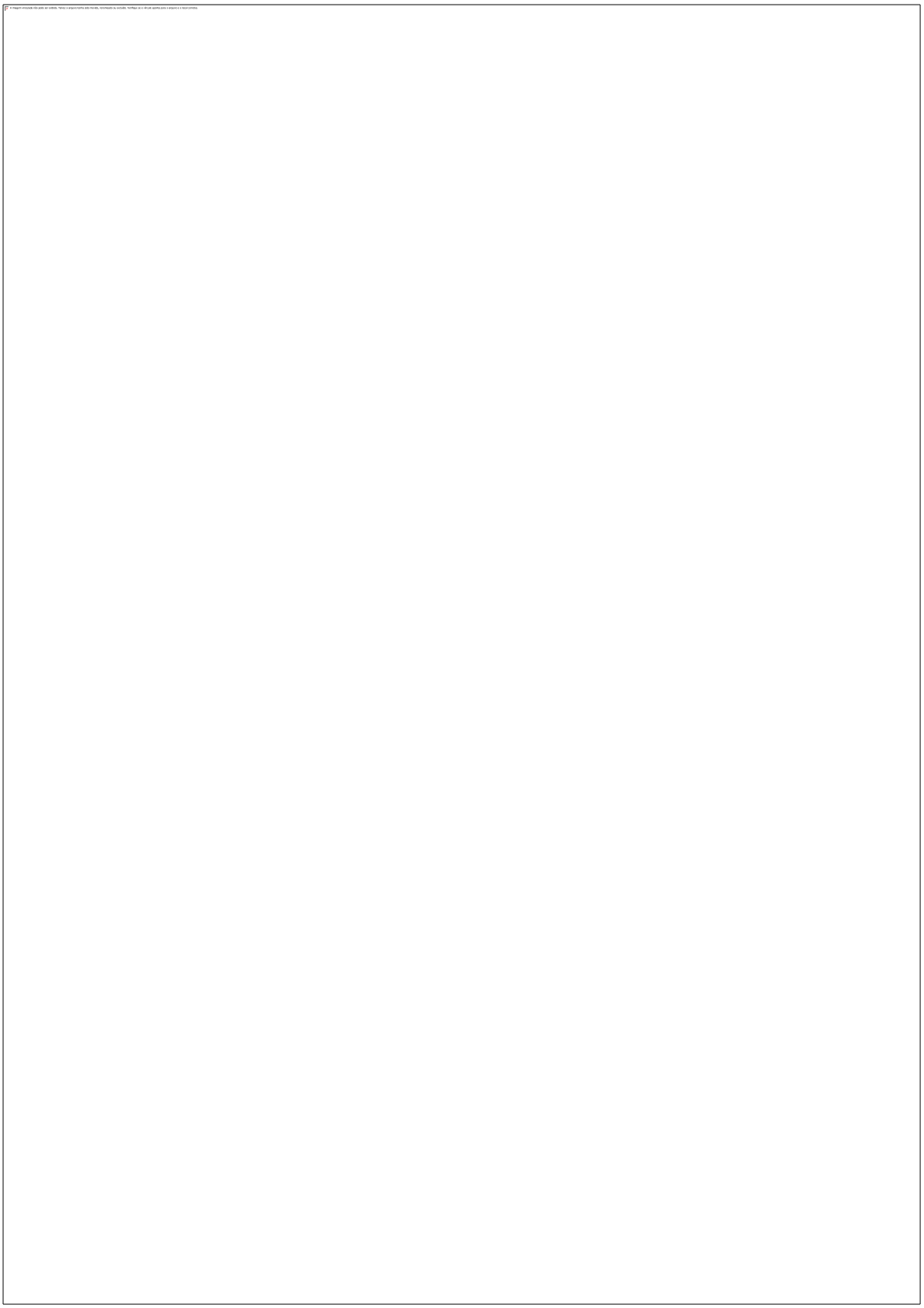
ANEXO C



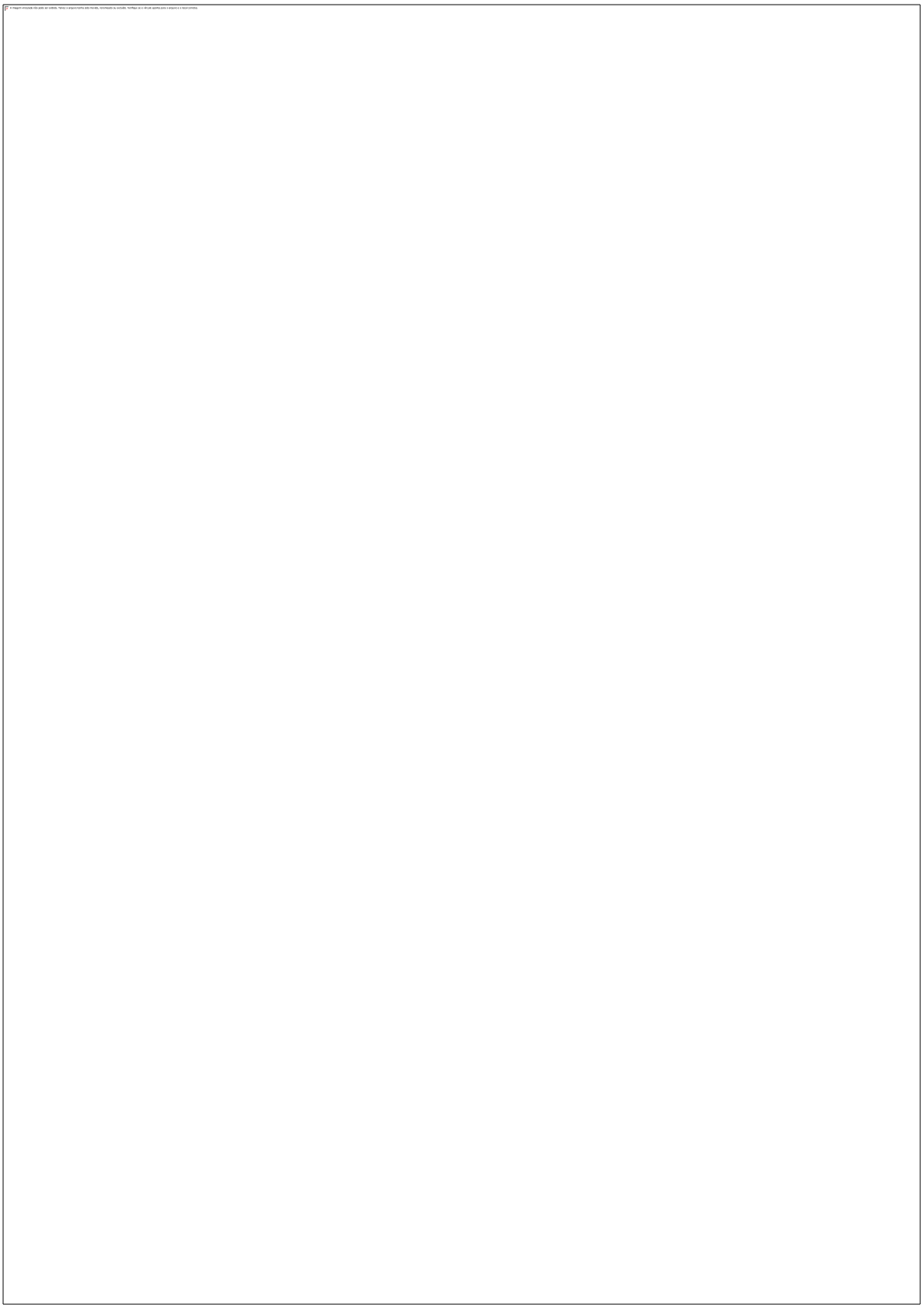
ANEXO D



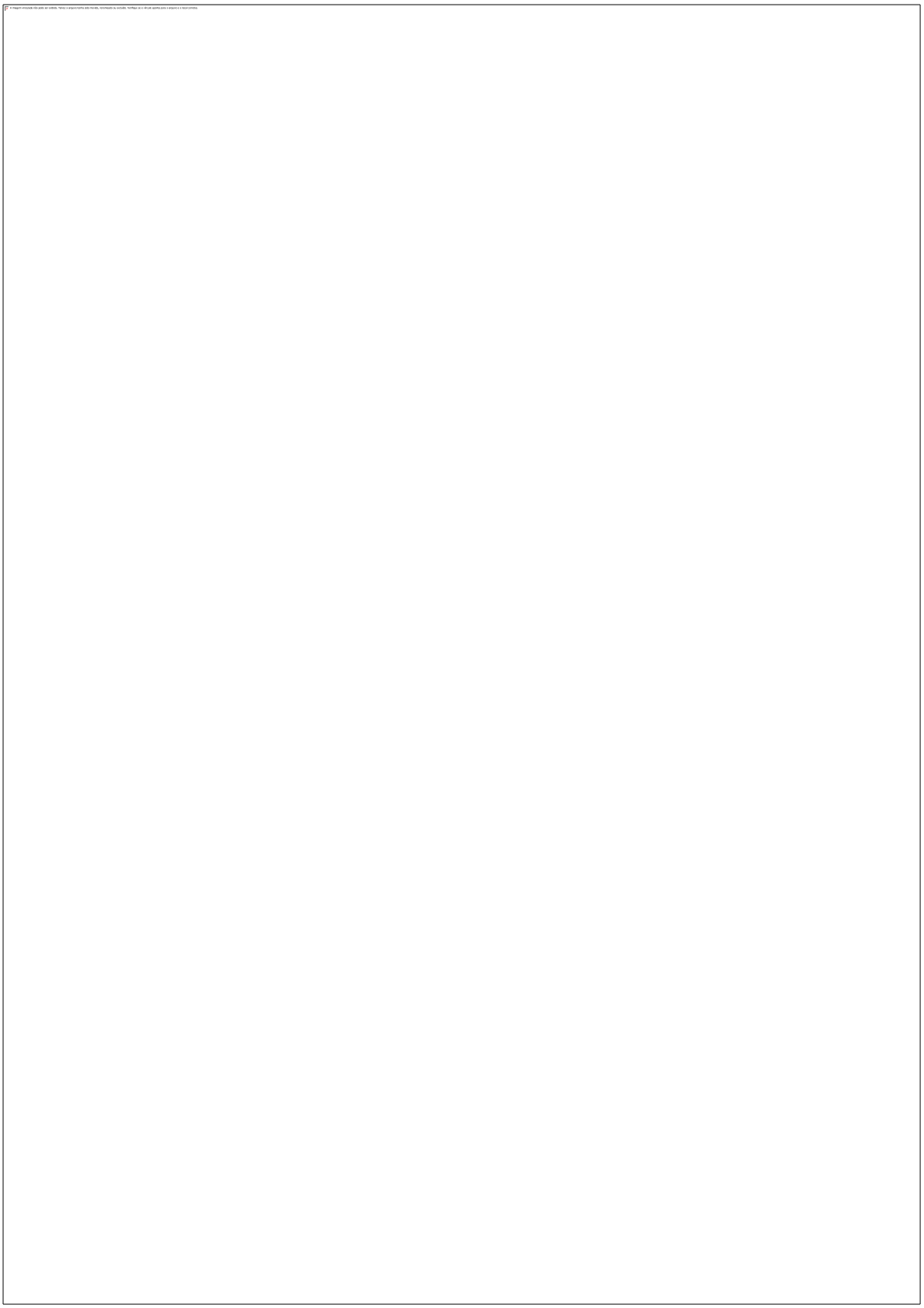
ANEXO E



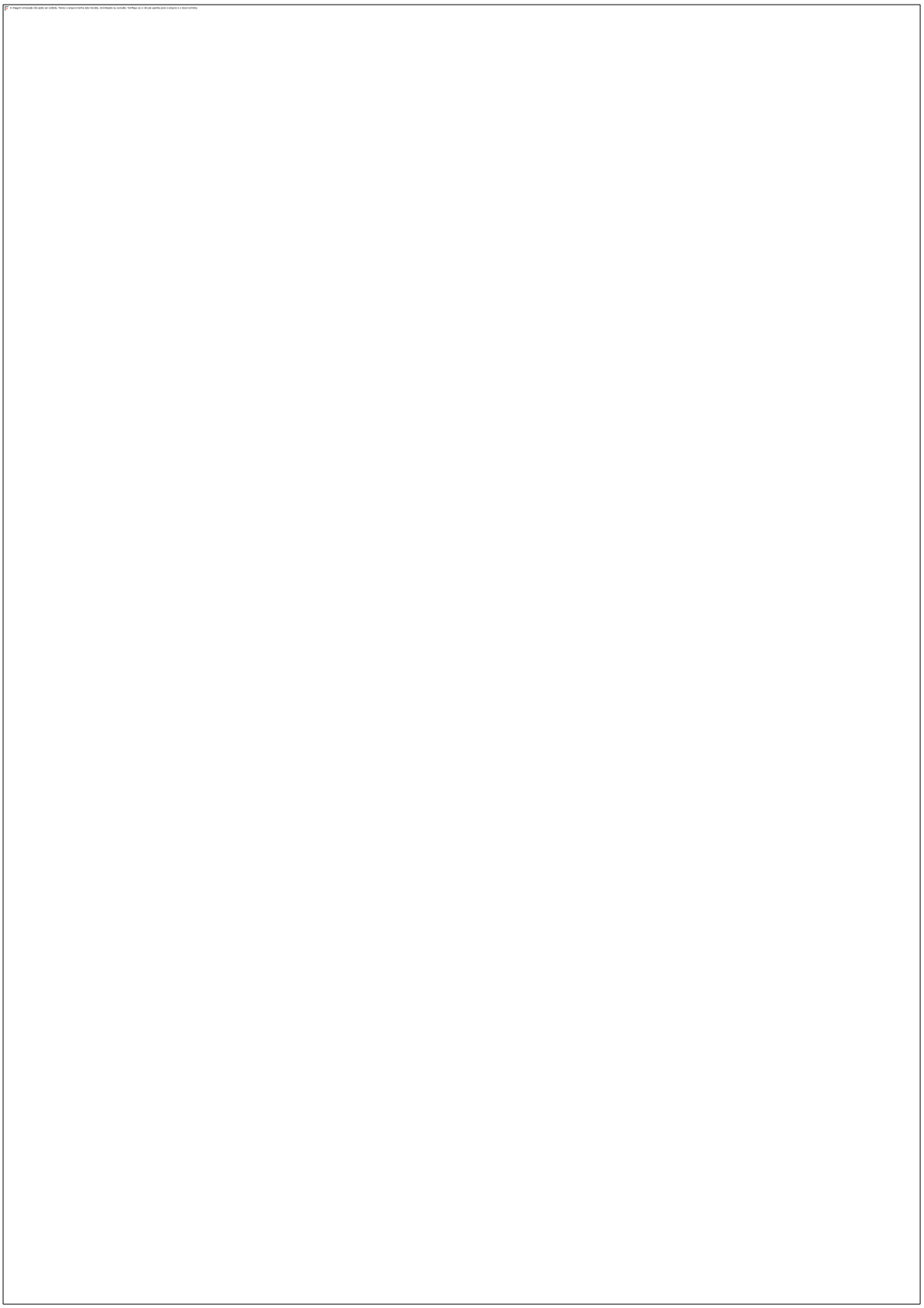
ANEXO F 1/2



ANEXO F 2/2



ANEXO G



ANEXO H

CÓDIGO: HS0452

AUTOR: JULIA AMANDA CARDOSO DE ALMEIDA

ORIENTADOR: GUILHERME BRIDI

TÍTULO: A qualidade do lazer dos trabalhadores formais e informais: um estudo em Natal/RN

Resumo

Dumazedier (2004) reivindica a união entre o lazer e o trabalho para que ambos possam beneficiar o meio social e ser vivenciados de maneira benéfica. Entretanto, em meio a correria do dia a dia, é mais fácil abdicar de certas necessidades, como a qualidade dessas experiências, do que "remar contra a maré". Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a relação entre as práticas e os interesses de lazer e a qualidade de vida dos trabalhadores formais e informais de Natal/RN e região metropolitana em prol de contribuir para a melhoria de suas vidas e da sociedade como um todo. Seus objetivos específicos são: Discutir a relação entre trabalho, lazer e qualidade de vida na literatura científica; analisar a percepção do que é lazer para os trabalhadores formais e informais de Natal e região; compreender como as escolhas de lazer impactam a qualidade de vida, correlacionando os dados com a realidade e o perfil dos respondentes.

Palavras-chave: Lazer; Trabalho; Qualidade de vida; Natal/RN

TITLE: The Quality of Leisure for Formal and Informal Workers: A Study in Natal, Rio Grande do Norte

Abstract

Dumazedier (2004) advocates for the integration of leisure and work so that both can benefit society and be experienced in a positive way. However, amid the hustle and bustle of daily life, it is easier to sacrifice certain needs—such as the quality of these experiences—than to "swim against the tide." Thus, the overall objective of this study is to investigate the relationship between leisure practices and interests and the quality of life of formal and informal workers in Natal, Rio Grande do Norte, and the metropolitan area, with the aim of contributing to the improvement of their lives and society as a whole.

Its specific objectives are: to discuss the relationship between work, leisure, and quality of life in the scientific literature; to analyze the perception of what leisure means to formal and informal workers in Natal and the surrounding region; and to understand how leisure choices impact quality of life, correlating the data with the reality and profile of the respondents.

Keywords: Leisure; Work; Quality of Life; Natal, Rio Grande do Norte

Introdução

Trabalho e Lazer são como um paradoxo para o senso comum, em tese é dito que andam juntas, mas a premissa parece contradizer a razão. Pensamento que fica evidente através dos memes e piadas da sociedade contemporânea, onde o trabalho é tratado como uma penitência e o lazer ambição situado em zona remota e longínqua.

Todavia, pesquisadores como Demo (2006) elucidam equívocos gerados pelo capitalismo, ao reduzir palavras como “trabalho” a uma expressão que tem como único sentido servir de método para geração de lucro, quando na realidade são termos que possuem dimensões infinitas de significados.

O escritor afirma que trabalho pode ter Valor Educativo: porque é um instrumento de formação humana e caminho de construção da autonomia; Valor Terapêutico: não só para esquecer os problemas ou passar o tempo, mas também para dar sentido ao tempo com projetos que gerem autorrealização; Valor Pessoal: é sobre trabalhar com o que se gosta, que lhe dá profundo prazer e gera propósito.

Essa pluralidade também sendo abarcada no entendimento dos tipos de lazer; Físicos: esportes e atividades físicas; Artísticos: a arte em seus variados formatos; Manuais/Práticos: artesanato, bricolage; Intelectuais: aprendizados através da leitura, por exemplo; Sociais: interação, entre conhecidos ou não (Dumazedier, 2008). Visões estas que evidenciam a relevância de estudos focados em ambas as temáticas. Especialmente quando levadas em consideração as dificuldades relatadas pelos trabalhadores, estas diminuindo ou até mesmo findando com seu interesse em exercitar o lazer.

Por exemplo, em pesquisas como a de Costa (2023) são postas em questionamento as experiências da rotina de vendedores de camelódromo, com pessoas entre 19 a 58 anos, aos quais relatam muitas horas de trabalho em busca de um lucro maior, lidando com cargas de estresse, cansaço e assédio. Taís circunstâncias sendo encaradas por conta da subsistência.

Situação não muito diferente da retratada em Araujo (2025), em seu estudo é discutido sobre o tema burnout na vida dos trabalhadores formais, salientando sobre desafios como a sobrecarga de trabalho, falta de apoio e ambiente hostil que acarretam em sintomas de exaustão física e mental, estresse, insônia, entre outros fatores que ocasionam no baixo rendimento, ansiedade e depressão. Sintomas muito evidentes em cargos exigentes como de médicos, policiais e professores. Dados que espelham-se nas estatísticas do Ministério

da previdência social (2024) que mostra uma crise de saúde mental em que o Brasil registrou mais de 470 mil afastamentos do trabalho por transtornos mentais.

Tendo em mente as questões levantadas e reivindicação de Dumazedier (2004), sobre ser fundamental uma união entre o lazer e o trabalho para que ambos possam beneficiar o meio social e ser vivenciados de maneira benéfica. Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a relação entre as práticas e os interesses de lazer e a qualidade de vida dos trabalhadores formais e informais de Natal/RN e região metropolitana em prol de uma possível melhoria na qualidade de vida destas pessoas, assim como visa impactar a sociedade como um todo consequentemente. Seus objetivos específicos são: Discutir a relação entre trabalho, lazer e qualidade de vida na literatura científica; Analisar a percepção do que é lazer para os trabalhadores formais e informais de Natal e região; Compreender como as escolhas de lazer impactam a qualidade de vida, correlacionando os dados com a realidade e o perfil dos respondentes.

Por fim, através deste trabalho espera-se poder contribuir para a sociedade ao responder à questão: Qual a relação entre as práticas de lazer e a qualidade de vida dos trabalhadores formais e informais de Natal/RN e região metropolitana?

Metodologia

O presente trabalho possui uma natureza descritiva-exploratória, tendo como propósito o estudo da perspectiva dos trabalhadores informais e a origem de seus pontos de vista; ideia regida pela definição de Gil (2010) sobre o que são as pesquisas descritivas e de que podem ter inclinação para a pesquisa exploratória por servir para proporcionar uma nova óptica a uma problemática; possibilidade aspirada pela monografia.

Metodologias aplicadas

Levando em consideração as palavras de Dencker (2007) ao declarar que o processo de organização dos componentes da pesquisa tem caráter misto, uma vez que antes de quantificar é preciso qualificá-los por meio de um parecer teórico, a presente pesquisa classifica-se como qualiquantitativa.

Em relação a pesquisa quantitativa, segundo Rangel, Rodrigues & Mocarzel (2018, p.8), alinhado à perspectiva do “modelo-padrão” descrito por Chizzotti (2018, p.31):

> [...] Os elementos da pesquisa com uso de metodologias quantitativas incluem hipóteses, a serem comprovadas ou refutadas através da experimentação e dos cálculos de frequência aplicados à mensuração e dimensionamento de dados ou variáveis, ou às suas correlações.

Sendo a etapa referente ao método qualitativo responsável pela obtenção de informações por meio da imersão do investigador no universo de seu objeto de estudo, levando em consideração suas perspectivas e particularidades para a análise e interpretação dos dados (NEVES, 1996).

Coleta e Análise dos dados

O questionário elaborado foi aplicado tanto virtualmente como presencialmente, entre o período de janeiro de 2021 à julho de 2026, contém 41 questões que abarcam tanto informações sobre o perfil demográfico do participante quanto os interesses de lazer e as particularidades do tempo de trabalho. Optando-se, no momento, por focar especificamente nos resultados obtidos com a pergunta “O que é lazer para você?”. Futuramente as outras respostas tornando-se artigos.

Para a coleta de dados foi realizado o contato com os meios de comunicação da instituição UFRN, gerando divulgação por meio de seu Portal de Notícias e do Mensageiro UFRN, ao qual envia e-mails para todo o corpo acadêmico. Todavia, essas ações não se mostraram suficientes, exigindo uma atitude gradativa e persistente por meio da pesquisa de campo realizada pela pesquisadora responsável, seu orientador e um grupo de voluntários do Grupo de Estudos em Lazer e Hospitalidade percorrendo os seguintes espaços: Alecrim, Centro de Artesanatos da Praia dos Artistas, Praia de Ponta Negra, Feirinha Multicultural Itinerante (localizada na UFRN), Cidade Alta, Macaíba e Parnamirim.

Gerando o retorno de 949 formulários respondidos, com 4 perdas amostrais. Todos os respondentes concordaram com os termos da pesquisa e comprometeram-se com a veracidade das informações apresentadas.

Decidiu-se pela transformação dessas respostas em palavras-chave e por conseguinte em uma nuvem de palavras para destacar os termos que mais vem à mente dos trabalhadores informais em relação a lazer, por meio do site World Clouds. As nuvens de palavras são imagens formadas por palavras-chave, as expressões aumentando ou diminuindo de tamanho a depender da frequência com a qual são mencionadas. A técnica pode servir de apoio para destacar tanto desafios como oportunidades, possibilitando avanço para diferentes áreas (VILELA; RIBEIRO; BATISTA, 2020).

Para a análise dos dados e sua transformação em palavras-chave optou-se por uma parceria entre a percepção humana e o auxílio da ferramenta de inteligência artificial Gemini, visto que a IA atuando como recurso de assistência é capaz de contribuir no âmbito da pesquisa qualitativa com a estruturação do volume de dados e na pesquisa quantitativa com a simplificação dos procedimentos estatísticos, sem substituir a sensibilidade humana e seu senso investigativo e questionamento crítico (Souza et al., 2026). Pois, assim como evidencia Minayo (2021), por meio do esmiuçamento dos métodos da pesquisa qualitativa, a relação entre pesquisador e pesquisado é fundamental diante dos dilemas e controvérsias, riquezas e fragilidades da universalidade humana para aproximar-se da verdade junto ao rigor científico, mas sem acreditar que existe verdade única.

Deste modo, foi acordado com o sistema que as respostas originais seriam enviadas para que este sugerisse conceitos-chave que resumissem a ideia central, aos quais, em seguida, seriam avaliados, discutidos e/ou aprovados pela pesquisadora, conforme é possível observar nos registros em anexo.

Resultados e Discussões

A pesquisa foi finalizada por volta de julho de 2026, obtendo ao todo 637 respostas dos trabalhadores formais e 313 dos trabalhadores informais; devido a dificuldade de acesso ao segundo grupo o trabalho foi encerrado antes da meta de 385 respostas. A análise de dados ainda está em andamento, mas já é possível visualizar alguns resultados.

Em anexo é possível visualizar a nuvem de palavras gerada com as respostas de ambos os grupos, com a ressalva que a análise gerada por IA para a transformação das respostas originais dos trabalhadores formais em palavras-chave contém alguns erros por não ter sido vistoriada pela percepção humana devido curto prazo de tempo.

De todo modo, a percepção de que as palavras em destaque nos dois segmentos são semelhantes já elucida alguns entendimentos e discussões interessantes para o universo da pesquisa em lazer.

Alguns dos referidos termos em destaque são: Descanso, Família, Amigos, Atividade Externa/Sair, Praia, Satisfação/Prazer; foi acordado entre a pesquisadora e o Gemini que Sair seria entendido como Atividade Externa, pois entre as repostas foi um pensamento frequente entre os participantes o desejo de romper a barreira do cotidiano e usufruir de espaços como restaurantes, praças e praia, está última estando entre os em proeminência;a vontade de vivenciar experiências que gerem Prazer também foi algo recorrente, tendo sido optado por trocas para Satisfação nos dados dos trabalhadores informais para que abarcasse com maior exatidão o sentimento que os participantes estavam referindo-se.

Informações que colocam em evidência ideias como a de Jost Krippendorf sobre como a maioria das pessoas segue o pensamento de “trabalhar e morar aqui, descansar além” (p. 37).

Conclusão

Reitera-se que por conta deste trabalho ainda encontrar-se em processo, ele está sujeito a modificações assim como as reflexões e considerações estão dando seus primeiros passos. Porém, ele já dispõe de resultados que podem ser observados através do Trabalho de Conclusão de Curso de Emili Mendonça, a bolsista responsável por essa pesquisa anteriormente.

Mendonça (2023) aponta para a importância que as atividades de lazer apresentam, não só para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas também para o desenvolvimento harmônico da sociedade, além dos inúmeros benefícios aos envolvidos que valorizam e praticam tais atividades. Enfatizando, então, a demanda de pesquisas como essas, presenciais e bibliográficas, para o avanço da qualidade de vida, do trabalho e da sociedade.

Referências

ARAUJO, Luana Rodrigues; LOPES JÚNIOR, Hélio Marco Pereira; MENDONÇA, Francisco Cardoso; NUNES, Jenina Ferreira. BURNOUT: PREVENÇÃO E TRATAMENTO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 6, p. 4178–4188, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i6.20023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20023. Acesso em: 30 jun. 2026.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2018. 2. ed. 76 p. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-PT&user=Y96oF2oAAAAJ&citation_for_view=Y96oF2oAAAAJ:u5HHmVD_uO8C

COSTA, Ana Karolyna Branquinho da; JÚNIOR, Wercy Rodrigues Costa; VASCONCELOS, Eveli Freire de. O trabalhador informal: como significa e confere sentido à sua experiência. Multitemas, [S. l.], v. 28, n. 68, p. 81–109, 2023. DOI: 10.20435/multi.v28i68.3694. Disponível em: https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/3694. Acesso em: 30 jun. 2026.

Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. Disponível em:<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 06 ago 2025

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. PESQUISA em turismo: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 2007. v. 9. ed., rev. e ampl., 335 p.

DEMO, Pedro. Trabalho: Sentido da Vida!. Boletim Técnico do Senac, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 4–17, 2006. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/321. Acesso em: 11 jul. 2026

DUMAZEDIER , Joffre. Lazer e Cultura Popular. 3. Ed. Av. Brigadeiro Luís

Antônio, 3025: Perspectiva S.A., 2004. 333 p. ISBN 85-273-0219-5.

DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia empírica do lazer. 3 Ed. Perspectiva SESC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 2. Ed. [S. l.]: Editora Aleph, 2001. 184 p.

MENDONÇA, E. G. D. S. O lazer dos trabalhadores formais: um estudo em Natal e região metropolitana. Natal: 2023.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.], v. 9, n. 22, p. 521–539, 2021. DOI: 10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/506. Acesso em: 22 ago. 2026.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: Características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, v. 1, n. 3, p. 1-5. São Paulo, 1996. Dísponivel em:

https://www.scribd.com/doc/171512728/Pesquisa-Qualitativa-Caracteristicas-Usos-e-Possibilidades

RANGEL, Mary; RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; MOCARZEL, Marcelo. FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DAS OPÇÕES METODOLÓGICAS: Metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. Omnia, [s. l.], v. 8, p. 05-11, 2018. Dísponivel em: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Mocarzel/publication/325864000_Fundamentos_e_principios_das_opcoes_metodologicas_Metodologias_quantitativas_e_procedimentos_quali-quantitativos_de_pesquisa/links/5cc9cb1392851c8d2213e482/Fundamentos-e-principios-das-opcoes-metodologicas-Metodologias-quantitativas-e-procedimentos-quali-quantitativos-de-pesquisa.pdf

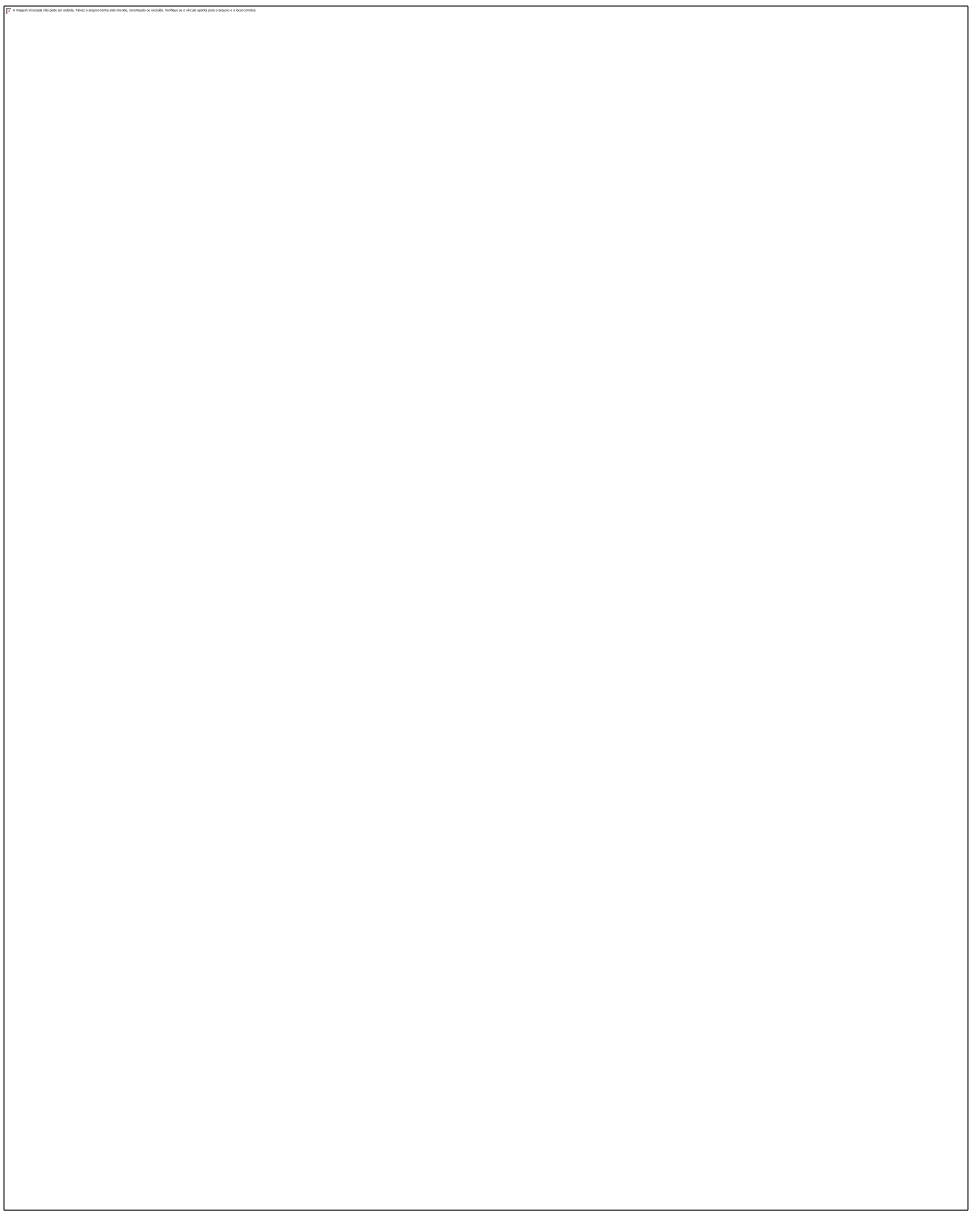
SOUZA, M. Z. M. F. de et al. Entre dados e significados: contribuições epistemológicas e metodológicas da inteligência artificial para a pesquisa qualitativa e quantitativa. REMUNOM , [S. l.] , v. 1, n. 03, p. 1–18, 2026. DOI: 10.61164/c7tkek73 . Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/5368 . Acesso em: 22 ago. 2026.

VILELA, R. B.; RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: uma aplicação aos desafios do ensino no mestrado profissional. Millenium. 2020. p. 29-36. Dsponível: https://share.google/91AnYYR7F5cHo2RXf

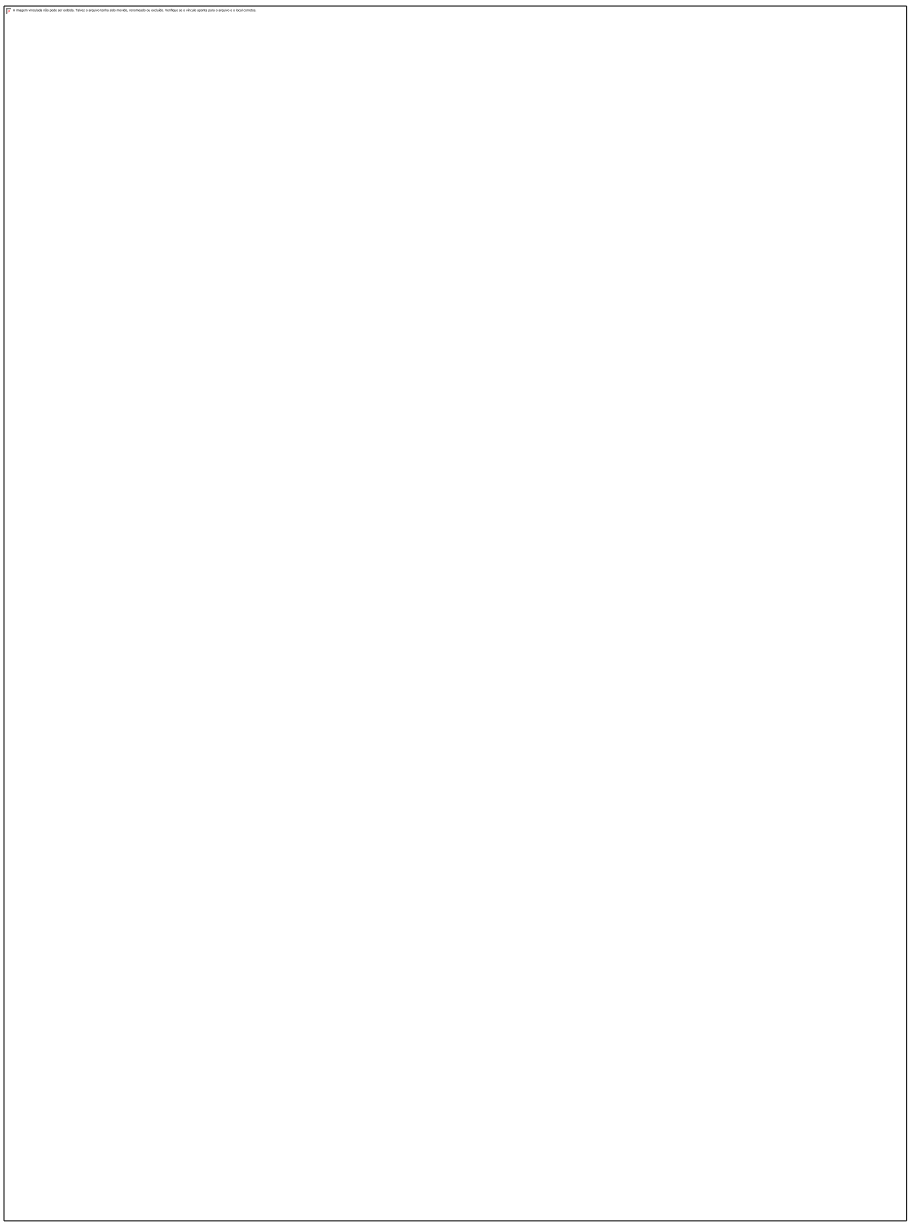
Anexos



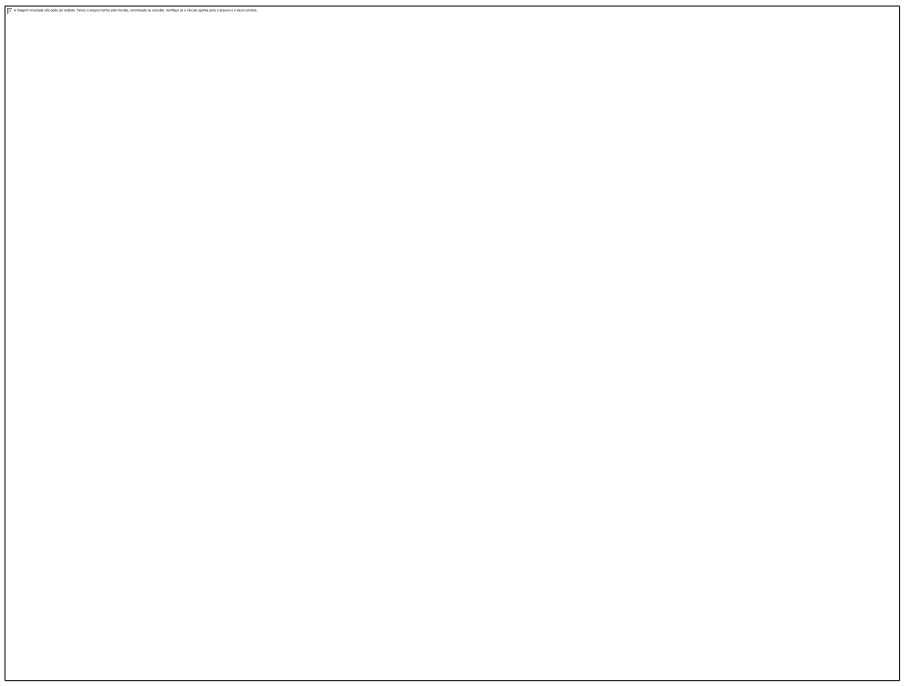
Print 1 com figura 1, 2, 3



Print 2 com figura 4, 5, 6



Print 3 com figura 7 e 8



Print 4 com figura 9

CÓDIGO: HS0470

AUTOR: DEYSIANE ARIELE NUNES DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: SERGIO ALEXANDRE DE MORAES BRAGA JUNIOR

TÍTULO: Política Habitacional Social e Segregação Urbana no Brasil: uma Análise Crítica do Programa Minha Casa, Minha Vida

Resumo

O artigo analisa a política habitacional brasileira a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), por meio de uma abordagem crítica voltada às tensões entre sua formulação normativa e sua execução prática no território urbano. O direito à moradia encontra fundamento na Constituição Federal de 1988 e é operacionalizado por instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, os quais conferem ao Estado meios de regulação do desenvolvimento urbano. Contudo, ao longo de sua implementação, o MCMV revelou limites estruturais relacionados à governança, ao financiamento e ao controle estatal, especialmente no atendimento às famílias de baixa renda. O objetivo geral do trabalho consiste em analisar se a política habitacional social, tal como executada, foi capaz de promover inclusão urbana e redução das desigualdades socioespaciais. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e analítico, baseada em levantamento bibliográfico, análise documental e dados oficiais sobre déficit habitacional. Sustenta-se, como hipótese central, que, embora o programa tenha ampliado quantitativamente o acesso à moradia formal, sua efetividade social foi comprometida pela reprodução de padrões de segregação urbana, evidenciando sua conformação mais próxima a uma política de governo do que a uma política de Estado.

Palavras-chave: Habitação; Déficit habitacional; Segregação; Regulação estatal.

TITLE: Social Housing Policy and Urban Segregation in Brazil: a Critical Analysis of the Minha Casa, Minha Vida Program

Abstract

This article analyzes Brazilian housing policy through the Minha Casa, Minha Vida Program (MCMV), adopting a critical approach to the tensions between its normative formulation and its practical implementation in urban territory. The right to housing is constitutionally guaranteed by the 1988 Federal Constitution and operationalized through urban policy instruments established by the City Statute, which provide the State with regulatory mechanisms over urban development. However, throughout its execution, the MCMV has revealed structural limitations related to governance,

financing, and state control, particularly regarding low-income households. The main objective of this study is to examine whether social housing policy, as implemented, has effectively promoted urban inclusion and reduced socio-spatial inequalities. Methodologically, the research is qualitative in nature, with an exploratory and analytical approach, based on bibliographic review, documentary analysis, and official housing deficit data. The central hypothesis is that, despite the quantitative expansion of access to formal housing, the program's social effectiveness was undermined by the reproduction of urban segregation patterns, indicating its configuration as a government policy rather than a long-term state policy.

Keywords: Policy; Housing; Housing deficit; Segregation; State regulation.

Introdução

A política habitacional social ocupa posição central no debate contemporâneo sobre desenvolvimento, desigualdade e justiça espacial no Brasil. Em um país marcado por profundas assimetrias socioeconômicas e territoriais, o acesso à moradia adequada permanece como um dos principais desafios à concretização dos direitos fundamentais e à efetivação da cidadania.

A forma como o Estado intervém no espaço urbano, por meio de políticas públicas habitacionais, revela não apenas escolhas técnicas, mas decisões políticas que impactam diretamente a organização das cidades, a distribuição de oportunidades e a inclusão social. Nesse contexto, a relação entre política habitacional social e segregação urbana emerge como um problema jurídico, político e social.

O déficit habitacional brasileiro constitui o núcleo do problema social analisado neste trabalho. Trata-se de uma realidade persistente que envolve não apenas a ausência física de moradias, mas também a precariedade das condições habitacionais, a informalidade urbana e a dificuldade de acesso pleno à cidade. Contudo, a análise da política habitacional não pode se limitar apenas à dimensão quantitativa da produção de unidades habitacionais, mas também deve se atentar à forma de inserção dessas moradias no território urbano e aos efeitos produzidos sobre a estrutura das cidades, podendo tanto favorecer a inclusão social quanto reforçar padrões históricos de segregação socioespacial.

A inserção desse problema na agenda pública decorre de um conjunto articulado de fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e jurídicos. Socialmente, a desigualdade de renda e a marginalização histórica de grupos vulneráveis impulsionam a demanda por políticas redistributivas. Economicamente, o mercado imobiliário, orientado pela lógica do lucro, mostra-se incapaz de atender adequadamente as faixas de menor renda sem intervenção estatal. Culturalmente e politicamente, o modelo de urbanização brasileiro consolidou padrões de segregação que naturalizam a periferização da população de baixa renda. Juridicamente, a Constituição Federal de 1988 rompe com essa lógica ao reconhecer a moradia como direito social e ao atribuir ao Estado o dever de promover o desenvolvimento e reduzir desigualdades.

A análise do Programa Minha Casa, Minha Vida é conduzida à luz da Constituição Federal de 1988: o art. 174 consagra o Estado como agente normativo e regulador da

atividade econômica; o art. 3º define como objetivos fundamentais da República a construção de uma sociedade justa, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais; e o art. 5º, ao assegurar a igualdade material, impõe ao Estado o dever de adotar medidas diferenciadas capazes de compensar desigualdades estruturais.

Diante desse marco teórico e normativo, o objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar criticamente a política habitacional social brasileira, com foco no Programa Minha Casa, Minha Vida, examinando sua concepção, sua implementação e seus efeitos socioespaciais.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se metodologicamente em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, voltada à compreensão crítica das tensões entre a formulação normativa da política habitacional brasileira e sua execução prática no território urbano.

O procedimento metodológico central consistiu em levantamento bibliográfico e análise documental. O levantamento bibliográfico contemplou a literatura especializada em direito urbanístico, política habitacional e segregação socioespacial, com destaque para autores como Bonduki (2014), Rolnik (2015), Maricato (2011), Villaça (1998) e Harvey (1980; 1996; 2005).

A análise documental voltou-se ao exame do marco normativo aplicável ao tema, incluindo a Constituição Federal de 1988 (arts. 3º, 5º, 6º, 174, 182 e 183), o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), as leis que instituíram e reformularam o Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 11.977/2009, Lei nº 14.118/2021 e Lei nº 14.620/2023), bem como precedentes jurisprudenciais do STF (RE 410.715/SP) e do STJ (REsp 1.302.553/SP) sobre a função social da propriedade.

Complementarmente, foram utilizados dados oficiais sobre déficit habitacional, produzidos pela Fundação João Pinheiro (Déficit Habitacional no Brasil, incluindo o relatório 2022-2023), pelo IBGE (Censo Demográfico e Síntese de Indicadores Sociais) e pelo IPEA (avaliações institucionais e territoriais do MCMV). Também foram considerados documentos internacionais, como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966), a Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat, 2016) e relatórios do Banco Mundial.

A partir do cruzamento entre o marco normativo, a literatura crítica e os dados oficiais, a pesquisa buscou verificar em que medida os objetivos declarados da política habitacional foram efetivamente alcançados na execução do MCMV. Como hipótese central, sustenta-se que, embora o programa tenha ampliado quantitativamente o acesso à moradia formal, sua efetividade social foi comprometida pela reprodução de padrões de segregação urbana.

Resultados e Discussões

Historicamente, a política habitacional brasileira constituiu-se de forma fragmentada, marcada por longos períodos de omissão estatal, nos quais o acesso à moradia foi tratado como responsabilidade individual ou subproduto do crescimento econômico (Silva Ramos; Noia, 2016). A experiência do Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964, ilustra essa orientação: embora apresentado como enfrentamento do déficit habitacional, o sistema privilegiou majoritariamente famílias de renda média e setores do mercado formal, reforçando a lógica da moradia como mercadoria (Bonduki, 2014).

A Constituição Federal de 1988 representa uma inflexão normativa relevante, ao reconhecer a moradia como direito social e atribuir ao Estado a responsabilidade pela condução da política urbana (Santos, 2016). Contudo, a distância entre o projeto constitucional e sua concretização prática evidencia que a política habitacional passou a operar em tensão permanente entre o reconhecimento formal do direito à moradia e a persistência de mecanismos de mercado como eixo estruturante da produção habitacional. Como observa Rolnik (2015), a crescente financeirização da moradia e da terra urbana redefine o papel do Estado, que passa a atuar como mediador dos interesses do mercado imobiliário, em vez de agente redistributivo comprometido com a função social da cidade.

É nesse cenário que surge o Programa Minha Casa, Minha Vida, instituído pela Lei nº 11.977/2009, consolidando-se como a principal estratégia estatal de enfrentamento do déficit habitacional em sua dimensão quantitativa. Desde sua origem, o programa carrega uma ambiguidade estrutural: amplia o acesso formal à moradia para famílias de baixa renda, mas organiza-se a partir de uma lógica fortemente vinculada ao mercado imobiliário, delegando a agentes privados papel central na definição da localização, do padrão construtivo e da inserção urbana dos empreendimentos. Segundo Fix e Arantes (2009), 97% do subsídio público no programa é destinado à oferta e à produção direta por construtoras privadas, enquanto apenas 3% é direcionado a cooperativas habitacionais e movimentos sociais.

As reformulações posteriores não superaram essa ambiguidade. A instituição do Programa Casa Verde e Amarela (Lei nº 14.118/2021) reforçou a centralidade do mercado na provisão de moradias, priorizando mecanismos de financiamento e regularização fundiária em detrimento da produção direta de moradias para as faixas de renda mais baixas (Balbim, 2022). A retomada do MCMV em 2023 (Lei nº 14.620/2023) sinaliza tentativa de reorientação ao direito à moradia, mas não rompe integralmente com os limites estruturais anteriores (Medeiros, 2023), mantendo o risco de reprodução da periferização e do deslocamento socioespacial dos beneficiários.

No plano da inclusão habitacional e segregação socioespacial, o Brasil ocupa a segunda posição mundial em concentração de renda, com 28,3% da renda nacional apropriada pelo 1% mais rico da população (ONU, 2010-2017). Esse quadro reflete-se diretamente na organização do território urbano. Para Villaça (2012, p. 44), a segregação constitui a mais importante manifestação espacial-urbana das desigualdades sociais, expressando-

se no desnível entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres. Villaça (1998) distingue a autossegregação, escolhida pelas camadas de alta renda, da segregação involuntária ou imposta, à qual as camadas populares são compelidas por limitações econômicas, institucionais e políticas.

Do ponto de vista positivo, dados da Fundação João Pinheiro (2024) indicam que o MCMV contribuiu para a redução do déficit habitacional quantitativo, com a proporção de famílias sem moradia adequada passando de 10,2% em 2009 para 7,6% em 2023 (Böhm, 2018). O estudo Déficit Habitacional no Brasil 2022-2023 aponta redução histórica do déficit quantitativo, estimado em aproximadamente 5,9 milhões de domicílios (Fundação João Pinheiro, 2023).

Todavia, os limites estruturais do programa tornam-se evidentes no déficit habitacional qualitativo. A definição das áreas destinadas aos empreendimentos, especialmente da Faixa 1, foi orientada prioritariamente pelo baixo custo da terra, resultando na concentração de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, distantes dos centros econômicos e da infraestrutura urbana consolidada. Estudos do IPEA (2014) indicam que a maior parte das unidades destinadas às famílias de menor renda foi implantada em territórios com reduzida oferta de equipamentos públicos e limitada conectividade urbana. Ainda segundo o IPEA (2014), mais de 30% dos beneficiários do MCMV encontravam-se, anteriormente, em situação de déficit habitacional — demonstrando a relevância social do programa —, mas a melhoria no acesso à moradia formal não implicou, necessariamente, melhoria no acesso à cidade, já que muitos empreendimentos foram implantados em áreas com baixa oferta de serviços públicos e transporte coletivo insuficiente.

As consequências manifestam-se no cotidiano dos beneficiários: dados do IBGE (2022) demonstram que moradores de áreas periféricas gastam, em média, mais tempo no deslocamento casa-trabalho, o que compromete a qualidade de vida e restringe o acesso a oportunidades sociais e econômicas. A implantação de grandes conjuntos em áreas periféricas contribuiu para a formação de territórios marcados pela insuficiência de escolas, unidades de saúde, áreas de lazer e serviços públicos básicos.

Quanto às tensões entre formulação e execução, o Estado dispõe de instrumentos jurídicos previstos na Constituição e detalhados pelo Estatuto da Cidade — plano diretor, parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo e desapropriação com pagamento em títulos — capazes de induzir o desenvolvimento urbano e assegurar a função social da propriedade. Contudo, a aplicação desses instrumentos mostrou-se insuficiente, especialmente diante da delegação de decisões estratégicas ao setor privado, fragilizando o controle estatal sobre localização, padrão construtivo e inserção urbana dos empreendimentos (Fix; Arantes, 2009; Harvey, 2005).

Estudos indicam que, em diversos ciclos do programa, parcela significativa dos recursos foi direcionada às faixas de renda intermediárias, nas quais o risco financeiro é menor e a lógica do crédito imobiliário se mostra mais atrativa ao mercado, em detrimento das famílias em maior vulnerabilidade social (IPEA, 2015; Balbim, 2022). Segundo a Fundação João Pinheiro (2024), embora o déficit total permaneça majoritariamente concentrado entre famílias com rendimentos de até três salários mínimos, a produção habitacional do MCMV não acompanhou proporcionalmente essa demanda,

evidenciando descompasso estrutural entre o público prioritário da política e o perfil efetivamente atendido.

A literatura aponta ainda que a governança do MCMV foi marcada por centralização decisória no âmbito federal, associada à baixa capacidade de coordenação interfederativa e à limitada participação dos entes locais na definição de critérios urbanísticos e territoriais (Cardoso; Aragão, 2013; Bonduki, 2014). Embora os municípios detenham competência constitucional para o ordenamento territorial, sua atuação no MCMV frequentemente se restringiu à indicação de terrenos e à aprovação formal dos empreendimentos, sem efetivo poder de controle sobre localização, porte ou impacto urbano dos conjuntos habitacionais (Rolnik, 2015).

Em síntese, a inclusão habitacional promovida pelo MCMV revela-se parcial e contraditória: se, por um lado, o programa ampliou o acesso formal à moradia e contribuiu para a redução estatística do déficit habitacional, por outro, reforçou mecanismos de segregação involuntária, ao deslocar populações vulneráveis para áreas periféricas e pouco integradas ao tecido urbano, esvaziando o conteúdo substantivo do direito à moradia — que deve ser compreendido não apenas como o direito a um teto, mas como o direito de viver plenamente a cidade (Braga Júnior, 2024).

Conclusão

A pesquisa evidenciou que, no caso do MCMV, há uma distância estrutural entre os objetivos declarados de redução das desigualdades sociais e os efeitos territoriais e sociais observados, especialmente entre as populações de menor renda. O programa produziu avanços quantitativos relevantes, sobretudo no aumento do número de unidades habitacionais construídas e na ampliação do acesso formal à moradia. Contudo, mostrou-se seletivo quanto ao perfil dos beneficiários e limitado quanto à capacidade de enfrentar as múltiplas expressões do déficit habitacional, que permanece concentrado entre famílias de baixa renda.

Sob a perspectiva do desenvolvimento urbano, a política habitacional esteve predominantemente orientada por critérios de viabilidade econômica e eficiência operacional, em detrimento de uma concepção integrada de cidade. A implantação recorrente de empreendimentos em áreas periféricas, com infraestrutura insuficiente e acesso limitado a serviços públicos e oportunidades de trabalho, evidencia que o programa, em muitos casos, contribuiu para a reprodução da segregação socioespacial.

Quanto à eficácia, o MCMV atingiu parcialmente seus objetivos: ampliou o acesso à habitação formal, mas não atendeu de modo proporcional o público prioritário, nem assegurou inserção urbana capaz de promover inclusão social. Quanto à efetividade, os impactos sociais revelam-se limitados, já que a ampliação do acesso formal à moradia não se traduziu, de forma consistente, em redução das desigualdades urbanas.

A análise permite sustentar que o MCMV se aproximou mais de uma política de governo do que de uma política de Estado. As sucessivas reformulações, as oscilações

orçamentárias e as mudanças de orientação quanto ao papel do subsídio público e do crédito imobiliário indicam a ausência de um consenso estrutural sobre a moradia como direito fundamental, comprometendo a continuidade e a coerência da política habitacional.

Por fim, a pesquisa evidencia a centralidade da regulação estatal como elemento indispensável à promoção da justiça social e do desenvolvimento urbano. O Estado brasileiro dispõe de meios normativos suficientes, previstos na Constituição e no Estatuto da Cidade, para orientar a política habitacional em consonância com a função social da propriedade e a redução das desigualdades. Entretanto, a fragilidade do controle estatal sobre a execução da política, aliada à predominância de interesses econômicos na definição de critérios territoriais, limita o potencial transformador da ação pública. A efetivação do direito à moradia não pode ser compreendida apenas como produção de unidades habitacionais, mas como parte de um projeto mais amplo de cidade, no qual a regulação estatal desempenha papel fundamental na construção de espaços urbanos mais justos e inclusivos.

Referências

BALBIM, Renato Nunes. Do Casa Verde e Amarela ao Banco Nacional da Habitação, passando pelo Minha Casa Minha Vida: uma avaliação da velha nova política de desenvolvimento urbano. Texto para Discussão, 2022.

BALBIM, Renato Nunes. Política habitacional no Brasil contemporâneo: limites, contradições e disputas. Brasília: IPEA, 2022.

BANCO MUNDIAL. Habitação e desenvolvimento urbano no Brasil. Washington, DC: World Bank, 2018.

BÖHM, Thais. Minha Casa Minha Vida não reduziu déficit habitacional, afirma estudo. Jornal do Senado, Brasília, ano XIV, n. 622, 20 fev. 2018.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

BONDUKI, Nabil Georges. Os desafios da política habitacional no Brasil. São Paulo: IPEA, 2014.

BRAGA JÚNIOR, Sérgio Alexandre de Moraes. Cidades sustentáveis e inteligentes: desafios à cidadania através do planejamento urbano. São Paulo: Saraiva, 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Institui o Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, DF: IPEA, 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp nº 1.302.553/SP. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 18 set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº 410.715/SP. Rel. Min. Celso de Mello, j. 22 maio 2007.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. O Programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

EUCLYDES, Fillipe Maciel et al. O processo de política pública do "Minha Casa, Minha Vida": criação, desenvolvimento e extinção. Revista de Sociologia e Política, v. 30, p. e020, 2022.

FERNANDES, Edésio. Direito urbanístico brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey/Fórum, 2010.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Revista Crítica Marxista, São Paulo, n. 29, p. 61-78, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2022-2023. Belo Horizonte: FJP, 2024.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, Francini. "Minha Casa, Minha Vida": política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? Revista Aurora, v. 2, n. 2, p. 3-11, 2009.

IBGE. Censo Demográfico 2022: domicílios recenseados, por espécie. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. Síntese de indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPEA. Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida: aspectos institucionais e territoriais. Brasília: IPEA, 2015.

IPEA. Política habitacional e integração urbana no Brasil. Brasília: IPEA, 2014.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. A nova política nacional de habitação. O Valor, 2005.

MEDEIROS, Rogério Bastos. Política habitacional como política de governo: instabilidade institucional e direitos sociais. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 13, n. 2, p. 45-68, 2023.

ONU. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Decreto nº 591, de 6 jul. 1992.

ONU. The Right to Adequate Housing. Geneva: OHCHR, 2014.

ONU-HABITAT. Nova Agenda Urbana. Quito: ONU-Habitat, 2016.

ONU-HABITAT. World Cities Report 2020. Nairobi: UN-Habitat, 2020.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Angela M. S. P.; LUFT, R. M.; MEDEIROS, M. G. P. Direito à moradia: um direito social em construção no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 46, 2016.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5. ed. São Paulo: Edusp/Bertrand Brasil, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 14. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SILVA RAMOS, J.; NOIA, A. C. A construção de políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil. Desenvolvimento em Questão, v. 14, n. 33, p. 65-105, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A. et al. (orgs.). A cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

CÓDIGO: HS0485

AUTOR: NATHALIA EMILLY DANTAS OLIVEIRA

ORIENTADOR: CARLA MONTEFUSCO DE OLIVEIRA

TÍTULO: Mercantilização da Educação: análise da realidade da educação superior brasileira de 2016 a 2024

Resumo

O presente relatório é resultado do plano de trabalho “Mercantilização da Educação: análise da realidade da educação superior brasileira de 2016 a 2024”, vinculado à pesquisa “Educação do Futuro: análise das tendências de ‘inovação’ na política brasileira de educação contemporânea”. O estudo, de cunho bibliográfico e documental, buscou investigar o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro, no período de 2016 a 2024. Para isso, foi realizada uma análise sócio-histórica do ensino superior no Brasil, bem como das políticas públicas de educação brasileiras em geral. Nesse aspecto, entende-se que a mercantilização do ensino superior manifesta-se tanto na flexibilização do ensino quanto na precarização do trabalho dos profissionais da educação, em especial dos docentes. Observou-se também que a expansão da modalidade de ensino a distância é fomentada pela iniciativa privada como meio de redução de recursos e de massificação do ensino. Portanto, a mercantilização deve ser compreendida como um processo com múltiplas determinações e expressões que atendem aos interesses da classe dominante e que carecem de contínua investigação.

Palavras-chave: Mercantilização; ensino superior; política de educação brasileira.

TITLE: Commodification of Education: An Analysis of the Brazilian Higher Education Landscape from 2016 to 2024

Abstract

This report results from the research work plan entitled “Commodification of Education: An Analysis of the Brazilian Higher Education Reality from 2016 to 2024”, linked to the research project “Education of the Future: An Analysis of ‘Innovation’ Trends in Contemporary Brazilian Education Policy.” This bibliographic and documentary study aimed to investigate the process of commodification of Brazilian higher education between 2016 and 2024. To this end, a socio-historical analysis of higher education in Brazil was conducted, along

with an examination of Brazilian public education policies more broadly. From this perspective, the commodification of higher education is understood as being expressed both through the flexibilization of education and through the precarization of the working conditions of education professionals, particularly faculty members. The study also found that the expansion of distance education has been driven by private initiatives as a means of reducing costs and promoting the massification of education. Therefore, commodification should be understood as a process shaped by multiple determinants and expressions that serve the interests of the dominant class and require continuous investigation.

Keywords: Commodification; higher education; Brazilian education policy.

Introdução

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas no plano de trabalho “Mercantilização da Educação: análise da realidade da educação superior brasileira de 2016 a 2024”, vinculado à pesquisa “Educação do Futuro: análise das tendências de inovação na política brasileira de educação contemporânea”. Buscou-se analisar as transformações recentes da educação superior brasileira, com ênfase no avanço da mercantilização na educação.

Costa (2018), ao avaliar o ensino superior brasileiro, apresenta que o surgimento dos cursos superiores no Brasil ocorreu com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, visto que a instalação da corte gerou as novas demandas administrativas e sociais que exigiram profissionais especializados. Contudo, o acesso estava restrito à elite e às principais cidades, articulado com os modelos portugueses, limitado pelo sistema colonial, pelo dogma religioso e pelas tendências autoritárias.

Já no período da Primeira República, de acordo com Costa (2018), existiram 64 instituições de ensino superior, número que avançou para 338, entre as décadas de 1930 e 1960. Essa expansão respondeu às novas demandas intelectuais, sociais e culturais da sociedade urbano-industrial, promovendo o fortalecimento do ensino superior, da produção científica e do desenvolvimento tecnológico. Ao mesmo tempo, consolidou uma formação universitária pautada por uma racionalidade científica e pragmática, articulada às exigências do desenvolvimento econômico internacional e da modernização do Estado dependente.

Durante a ditadura militar (1964-1985) a política educacional passou a responder à “ampliação monopólica da acumulação do capital” (Agapito, 2022, p. 75). O período foi marcado pela repressão às experiências democratizantes e ao movimento estudantil. Em 1968 ocorreu uma “refuncionalização do modelo educacional em uma dimensão construtiva”, expandindo a oferta de vagas por meio da criação de universidades públicas e de incentivos ao setor privado, sem romper com as estruturas existentes (Moreira; Brisola, 2018).

Em meio à crise estrutural do capital, é observado uma estratégia de sucateamento das políticas públicas e da implementação da lógica mercantil à educação. Nesse contexto, o ensino superior tornou-se um espaço atrativo para o capital privado, que reestruturou o modelo universitário para ampliar a oferta em larga escala, em detrimento da pesquisa, da extensão e da formação crítica. Além disso, consolidaram-se critérios de avaliação centrados no desempenho e

na produtividade, em prejuízo dos aspectos qualitativos (Ceolin; Silva, 2013, p. 160).

Essas medidas ganham força no Brasil a partir das políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, que proporcionam os recursos e os meios para o surgimento de conglomerados educacionais voltados à oferta do ensino superior no âmbito privado. As concessões públicas para a iniciativa privada também foram adotadas nos governos seguintes, defendidas como meio de democratizar o acesso ao ensino superior. Cordeira (2024, p. 24) avalia que essa narrativa máscara a captura da educação formal para rentabilizar o capital em um contexto de hegemonia do rentismo na vida social. Diante deste contexto, analisaremos as implicações e expressões dessa mercantilização na atualidade, buscando entender o impacto desse processo para a classe trabalhadora.

Metodologia

Para o desenvolvimento da análise, foi traçado o um percurso metodológico voltado ao desenvolvimento da temática com uma abordagem quanti-qualitativa. De início, foi realizada uma revisão sistemática de literatura amparada pela análise de três periódicos de referência na produção teórica do Serviço Social: Serviço Social & Sociedade, Temporalis e Argumentum. O recorte temporal levou em consideração os trabalhos publicados entre 2016 a 2024 dado os tensionamentos sentidos após o golpe de 2016 que intensificou a implementação do projeto neoliberal que impactou, entre outros setores, a qualidade, estrutura e finalidade do ensino superior.

Nesse aspecto, buscaram-se textos que discutem a mercantilização do ensino superior e os rebatimentos políticos, econômicos e sociais com os seguintes descritores: “mercantilização da educação”; “ensino superior no Brasil”; expansão do ensino superior”; “financiamento do ensino superior”. O levantamento inicial resultou em 80 artigos (Temporalis: 32; Serviço Social & Sociedade: 4; Argumentum: 44). Após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, mediante leitura de resumos e introduções, foram descartados 54 trabalhos que não abordavam diretamente a mercantilização do ensino superior. A amostra final totalizou 26 artigos (Temporalis: 14; Serviço Social & Sociedade: 3; Argumentum: 9), examinados a partir da técnica de Análise de Conteúdo. Ao todo, foram analisados 26 artigos que contemplaram os critérios descritos.

Em sequência, foi analisado o Mapa do Ensino Superior de 2026, publicado pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP), e o Censo do Ensino Superior de 2024, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ambos foram escolhidos pela abrangência e disponibilidade dos dados referente ao objeto de pesquisa. Nessa fase, o estudo buscou identificar como a mercantilização do ensino superior se materializa na realidade, destacando a participação da iniciativa privada no ensino superior por meio da modalidade de Ensino a Distância (EaD) e a implementação de programas públicos, Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Resultados e Discussões

1 Mercantilização do Ensino Superior no Contexto Brasileiro a Partir da Década de 1980

Apesar das lutas sociais para o fim da ditadura militar e a criação da Constituição Federal de 1988, o cenário para a contemplação dos direitos não se firmou na sociedade brasileira. A partir de 1990, com a consolidação da ofensiva neoliberal, foram criadas estratégias para fragilizar conquistas constitucionais, bem como transferir recursos públicos para instituições privadas. Nesse sentido, a lógica neoliberal desenvolvida dentro do Estado brasileiro realiza contrarreformas estratégicas para desvincular o Estado do seu viés social para beneficiar os interesses do capital. Tornam funções do ensino superior no modo de produção do capitalista: “a formação da força de trabalho, a difusão da concepção burguesa de mundo e a constituição da educação como campo de exploração lucrativa, no caso do capitalismo dependente brasileiro, todo esse processo será estruturado pela privatização” (Abepss, 2022, p 42).

Assim, a lógica neoliberal desenvolvida dentro do Estado brasileiro estabelecida no governo de FHC (1995-2002), efetiva contrarreformas estratégicas a benefício do capital. Logo, a educação, bem como outros direitos constitucionais, passa a ser refém das orientações neoliberais para fomentar “a promoção dos países em desenvolvimento” adequadas às demandas do mercado. Esse movimento se apresenta de forma mais incisiva na educação brasileira com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de 1996 que abre espaço para as orientações e acordos estabelecidos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), expandindo a participação das iniciativas privadas na oferta de cursos superiores (Agapito, 2022). Ou seja, LDB/1996 é uma estratégia neoliberal de mercantilização da educação brasileira, já que “viabiliza concessões para a iniciativa privada, tanto em relação à aprovação para funcionamento dessas IES quanto a redução dos custos de divulgação dos cursos ofertados” (Agapito, 2022, p.80).

Sendo assim, a lei referida efetiva a entrega à iniciativa privada da responsabilidade constitucional do Estado de garantir uma educação universal e gratuita, de qualidade, a fim de fortalecer o interesse privado em detrimento do social, instituindo a aliança público e privado (Agapito, 2017). Pode-se considerar, então, que na LDB/1996 já se observa uma expressão da institucionalização da mercantilização, que se manifesta pelas possibilidades de privatização, EaD e a criação de programas que visam redirecionar os investimentos das instituições públicas para as privadas.

Por mercantilização, entende-se o movimento em que o “Estado brasileiro não realiza os investimentos nas políticas, resultando na ampliação da intervenção do capital privado através da oferta de serviços nas áreas de saúde, educação, habitação, previdência etc” (Agapito, 2022, p.69). No ensino superior, vivencia-se um aprofundamento da lógica do capital financeiro, no qual a educação é convertida em um mercado voltado aos interesses do empresariado educacional (Benatti; Mustafa, 2017).

Nessa linha de análise, admite-se que o sucateamento do ensino superior é uma política de Estado para precarizar a formação pública, fugindo com a garantia de um acesso universal e a permanência estudantil (Souza, 2024). Caminha com o desenvolvimento das instâncias privadas, dado que a solução posta pelo neoliberalismo para recompor as taxas de lucro emerge na transferência dos

setores com potencial lucrativo para a iniciativa privada, no ataque aos direitos sociais e trabalhistas, na precarização do serviço público e na desregulamentação da proteção do trabalho (Souza, 2024). Portanto, precariza-se para legitimar e obter consenso da população de que o serviço público não dá conta de gerir necessidades sociais.

Os governos seguintes ao de FHC não desvincularam o Estado brasileiro dessas articulações, pelo contrário constituíram um governo de conciliação de classe. A orientação do governo Lula esteve voltada nas orientações do banco mundial, que condiciona os países periféricos a uma formação de curta duração (Souza, 2024, p.06). Utilizou princípios do Livro Verde, Livro Branco da Ciência e da Tecnologia do governo FHC e da Unesco para a educação superior, a fim de desenvolver as demandas do século XXI mas “descaracterizando a educação para a formação humana, política, cultural, social e emancipatória” (Benatti; Mustafa, 2017,p.148). Agapito (2022), defende que o governo Lula estabelece um novo estágio de reformas no ensino superior a partir de uma lógica voltada ao “empresariamento da educação” e da “certificação em larga escala”. Dessa forma, ampliou o número de vagas a partir dos cursos de graduação a distância, a parceria público e privado e a extensão do das IES públicas.

Segundo Souza (2024), o governo Dilma Rousseff (2011–2016) imprimiu características voltadas à competitividade, inovação e empreendedorismo, à educação elementos interligados às concessões a grupos econômicos transnacionais. Essa lógica reafirmou a universidade como vetor de desenvolvimento econômico e social pautado por parâmetros internacionais. Segundo Souza (2024), essa trajetória foi marcada por contradições, como os ajustes fiscais que geraram cortes de aproximadamente R$9 bilhões na educação, mantendo o PNE orientado por diretrizes de caráter neoliberal (Souza, 2024).

Após o golpe de 2017, destitui a então presidenta, inicia o governo de Michel Temer (2017-2019), que estabeleceu inúmeros processos de contrarreforma e cortes orçamentários com a justificativa de conter a crise. “De acordo com Mancebo (2017), a Lei Orçamentária Anual de 2018 previa um orçamento de R$12,7 bilhões para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, o que representa um corte de 19% comparado à LOA de 2017” (Souza, 2024, p. 08). No governo Bolsonaro (2019-2023) criou-se uma política que afetava diretamente o funcionamento da educação pública, a colocando como um elemento de “doutrinação”. Os orçamentos foram cancelados e Inúmeras ameaças de cortes foram dirigidas a política de educação, um exemplo é o “Decreto n° 9.741/2019 em março de 2019, onde foi cortado 24,84% do orçamento para gastos não obrigatórios e 3,43% do orçamento total das universidades federais” (Souza, 2024, p. 08). Agapito (2022) avalia como um governo de regressão aos processos democráticos já estabelecidos, de todos os segmentos da vida social, com fortes aspectos conservadores.

2 Dialética Entre a Mercantilização e a Democratização do Ensino Superior Brasileiro

A mercantilização do ensino superior constitui-se por um conjunto de processos e medidas que ampliam a atuação e os princípios ideológicos da iniciativa privada na oferta dessa formação, transformando a educação em um mercado lucrativo e criando novas formas de acumulação de capital, além de exercer

controle sobre o processo formativo. Nesse contexto, destaca-se a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em 2004, com o objetivo de avaliar o desempenho das instituições, dos cursos e dos estudantes (Brasil, 2004). Embora apresentado como um instrumento de garantia da qualidade, Souza (2024) argumenta que o Sinaes opera como um mecanismo de intensificação da concorrência entre as instituições, estimulando a disputa por investimentos e contribuindo para legitimar a transferência de recursos públicos para o setor privado.

Outra expressão do fenômeno discutido são os programas governamentais voltados à chamada “democratização” do acesso à educação superior. Como exemplo, destaca-se o Fies, criado em 1999, durante o governo de FHC, por meio do qual o Governo Federal passou a destinar recursos públicos para garantir o financiamento estudantil (Souza, 2024). E o ProUni, criado em 2005, que concede bolsas de estudo em instituições privadas por meio de isenções fiscais, reforçando a participação do setor privado na oferta da educação superior. Embora ambos tenham contribuído significativamente para a ampliação do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, também implicam a destinação de recursos públicos ao setor privado, recursos estes que poderiam ser direcionados ao fortalecimento e à expansão da universidade pública de qualidade. Sobre os programas de financiamento estudantil, Cordeira (2024) observa que entre 2001 e 2017, foram executados 3.009.155 contratos do FIES, com dispêndio de aproximadamente R$ 80,65 bilhões do orçamento público. No caso do ProUni, entre 2005 e 2017, foram efetivados 2.230.200 contratos, correspondendo a um gasto de aproximadamente R$10,88 bilhões (Cordeira, 2024, p. 160). Esses dados demonstram os recursos públicos destinados à iniciativa privada para o “benefício da sociedade”.

Dessa forma, Cordeira (2024) aponta que essas estratégias de democratização fomentam a cidadania neoliberal, voltada para o consumo. Sobre o financiamento estudantil, a autora avalia que rompe com os direcionamentos propostos pelas lutas sociais e resulta na “[...] apropriação privada do fundo público e no endividamento dos estudantes e famílias da classe trabalhadora, em contraposição ao enriquecimento dos bancos e corretoras que realizam as operações de créditos e dos grupos educacionais” (Cordeira, 2024, p.160).

Com base nas reflexões apresentadas, o Mapa do Ensino Superior (2026), de 2015 a 2025, foram 1,13 milhão de contratos do Fies. O programa apresenta uma estabilidade no número de ingressantes, o que pode demonstrar que já não está dando conta de acessar novos estudantes. É emblemático pois em 2015 eram 283 contratos e em 2025 chegou a 53. Sobre o ProUni, o documento demonstra que já contemplou mais de 3,6 milhões de alunos desde sua criação em 2005 a 2025, quando completou 20 anos, e 58% dos alunos concluíram a graduação. Com os dados atuais, o Mapa do Ensino Superior (2026) demonstra que o programa possui 644.155 bolsistas e destes, 84,3% possuem bolsa integral. Também foi relatado a seda sobre a oferta do ProUni parcial, 17,5% e o aumento no número de alunos com ProUni integral, com base nos anos de 2023 a 2024. Nesse aspecto, nota-se o crescimento na oferta de bolsas integrais por meio do ProUni , para o ingresso no ensino superior e uma redução dos contratos com o Fies.

2.1 Conglomerados educacionais e expansão da Educação a Distância como Expressão da Mercantilização

Cordeira (2024) aponta como principal meio para consolidação dos monopólios educacionais os programas do governo: o Fies e o ProUni . Além disso, a autora também aponta alguns grupos que possuem atuação do Brasil e da América Latina, se expandem com intensa lucratividade, estabelecendo uma verdadeira "formação de cartel por grupos privados", são eles: "os grupos Króton, Anhanguera (depois comprado pelo Kroton), Estácio de Sá (atual Yduqs), e Ser Educacional (antiga rede Maurício de Nassau e Nassau) e Unip" (Cordeira, 2024, p.160-161).

Agapito (2017) acrescenta ao debate tratando a formação de cartel por grupos privados que reforçam a mercantilização da educação brasileira, comprometendo a eficácia e a qualidade das políticas públicas, das produções de conhecimento e das condições de trabalho. O Estado possui grande importância na consolidação dos monopólios dado a política de sucateamento que desenvolve em especial na política de educação, contribuindo para fazer parecer mais atrativo o ingresso nas instituições privadas. Além disso, garante os recursos necessários para a expansão do ensino particular com o repasse dos recursos públicos e da flexibilidade da legislação.

Os investimentos estatais somados ao desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) vão agregar intensamente no processo de acumulação do capital e impulsionar ainda mais o crescimento dos conglomerados educacionais. Realizando uma "reestruturação da gestão política na perspectiva da competitividade econômica, incorporação de novas tecnologias da informação no movimento de ensino e aprendizagem, e qualificação dos sujeitos para o mercado de trabalho" (Agapito, 2022, p.98).

A soma desses dois elementos provoca a utilização da oferta de cursos a distância como uma estratégia direta para ofertar uma formação flexibilizada e otimizar custos, por meio do aparato tecnológico, impulsiona as taxas de lucros das grandes empresas de educação. Nesse sentido, o Mapa do Ensino Superior (2026) demonstra o avanço da rede privada com um total de 79,8% das matrículas na oferta dos cursos do ensino superior, as instituições com fins lucrativos assumem o protagonismo, além de representar 58,0% na educação a distância. O documento relata que pela primeira vez a modalidade de ensino a distância superou o quantitativo de matrículas presenciais, marcando 50,7% dos alunos do país. Em consonância com essas informações, o Censo da Educação Superior (2024), divulgado pelo INEP, mais de 5 milhões de estudantes estão matriculados no EaD, em 2014 esse número representava um pouco mais de 1 milhão. O censo também demonstra que o ensino a distância superou as matrículas pela primeira vez.

Analisa-se que a modalidade Ead volta-se para uma formação individualista, vendendo um projeto de formação personalizada. Não adentra ao debate das dimensões pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem, da atuação docente e da produção de pesquisa e extensão dentro do processo de formação (Benatti; Mustafa, 2017). Faz com que as discussões estejam voltadas a nichos, inerentes a consciência coletiva e os processos profissionais (Figueiredo et al. 2024). Compreende-se que a predominância da rede privada na oferta do ensino superior configura-se como um projeto político e econômico voltado à captação de recursos estatais por meio da massificação do acesso à educação superior. Tal expansão ocorre de forma dissociada da garantia da qualidade do ensino, da

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como das condições necessárias à permanência estudantil.

Outro impacto também é sentido no trabalho docente que, devido às ações que visam reduzir os custos, são impelidos a lecionar para turmas numerosas. De acordo com o mapa do ensino superior: “O ensino presencial da rede privada apresenta uma média aproximada de 22 estudantes por docente. Na educação a distância, essa razão sobe para cerca de 177 estudantes por docente”(Semesp, 2026, p.98). Tal realidade demonstra a intensificação da precarização do trabalho que, atrelado aos usos das tecnologias, provoca uma expansão, a qual estamos discutindo ao longo do texto, dissociada dos recursos físicos e humanos adequados. Logo, aumenta o quantitativo de alunos por professor sem avaliar as condições de trabalho do profissional, chegando a comprometer a qualidade do seu trabalho a fim de aumentar o lucro da empresa.

2.2 Implicações da Mercantilização para a Formação em Serviço Social

O Censo de Educação Superior (2024) evidencia o avanço das instituições privadas na oferta do curso de Serviço Social. Observa-se a expansão das corporações com fins lucrativos, que passaram de 100 cursos em 2010 para 247 em 2024. Por outro lado, as entidades sem fins lucrativos apresentaram retração: em 2020, ofertavam 182 cursos, número que caiu para 137 em 2024. A oferta do curso de Serviço Social nas instituições federais chegou a 183 em 2017 mas houve uma queda de 46 cursos em 7 anos. Um destaque para as instituições municipais que reduziram a oferta do curso, em 2023 eram 16 cursos e 2024 passou a apenas 6.

Ainda com base no Censo da Educação Superior (2024) e analisando a realidade do Curso de Graduação em Serviço Social, evidencia-se um elevado percentual de matrículas na modalidade EaD. Do total de 117.130 matrículas registradas em 2024, 93.161 correspondem ao ensino a distância. Em relação às modalidades de ensino, percebe-se, então, que a maior parte dos cursos de Serviço Social são da modalidade presencial. No entanto, o maior número de matrículas está na modalidade a distância. Verifica-se que isso ocorre, pois a modalidade presencial comporta um número máximo de estudantes, correspondente a quantidade que a estrutura disponível consegue absorver, vai da disponibilidade de sala e de horário ao corpo docente e técnico para manter o prédio. Já na modalidade a distância, as matrículas são realizadas sem o limite estrutural da unidade, logo é possível ofertar grande número de vagas de acordo com a demanda.

Avalia-se que a oferta o EaD ganha público ao oferecer um curso que chega ao cotidiano dos estudantes de forma “mais fácil”, afinal muitos estudantes não possuem condições de tornar os estudos sua única prioridade. A rede privada, ainda mais com a implementação do Ead, consegue flexibilizar suas estruturas para caber no contexto de múltiplas rotinas, o que se torna atrativo à classe trabalhadora. Contudo, não consegue contemplar os processos educacionais mais amplos de uma formação de ensino superior justamente por não proporcionar a possibilidade de permanência do aluno.

Nesse contexto, o estudante é induzido a realizar seus estudos com base na lógica da competitividade e do empreendedorismo, além de prover suas condições objetivas de estudo. O formato EaD tornou-se cada vez mais vantajoso para as instituições, reduzindo significativamente os custos do

processo formativo e ampliando a flexibilidade de horários para os estudantes. Inclusive, nos cursos presenciais já se observa a adoção de materiais e estratégias pedagógicas em formato EaD, consolidando modelos semipresenciais de ensino. Segundo Benatti e Mustafa (2017), o avanço dessa modalidade fragiliza a formação profissional ao afastar os estudantes das experiências de pesquisa e extensão universitária. A graduação tende a se reduzir a um processo de certificação, dissociado das dimensões política, crítica e ética que caracterizam a formação em Serviço Social.

Observa-se a tendência da redução ou descarte da modalidade de ensino presencial, incluindo o curso de serviço social. Este fato é preocupante dado ao comprimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a última pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre o perfil profissional das(os) assistentes sociais, publicado em 2022, revelou que os profissionais inscritos no conselho que se formaram em formato EaD correspondem a 16,26% (7.189), somado ao ensino semipresencial representam 24,03% (10.625) das/os profissionais em atividade em 2019 (Cfess,2022, p.64). A avalia-se que o perfil de formação no curso em EaD sobressaiu na contemplação dos ingressantes. Dessa forma, faz-se necessário analisar os impactos e desafios desse processo. Infere-se que os desafios contemporâneos da formação em Serviço Social estão relacionados aos impactos da expansão do ensino superior, expressos na massificação e interiorização dos cursos, na flexibilização dos critérios de qualidade, nas condições de trabalho docente, nas demandas dos estudantes trabalhadores e na necessidade de fortalecer o projeto ético-político da profissão, articulando a formação na graduação e na pós-graduação(Ceolin; Silva, 2017).

Configura-se como um desafio emergente consolidar e garantir um projeto de formação profissional alinhado à perspectiva crítica que atenda a análise da totalidade social, em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias e da construção de um novo projeto societário. O acirramento das contradições do modo de produção capitalista insere a educação na lógica de dominação, estimulando o conservadorismo. Na especificidade do Serviço Social faz indispensável pontuar a atuação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que luta por uma “universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada” (Abepss, [s.d.]). Sendo uma entidade de amplitude nacional, atua na elaboração e atualização das Diretrizes Curriculares, na Política Nacional de Estágio e na defesa da formação crítica antenada ao projeto ético-político da profissão.

Conclusão

A mercantilização do ensino superior provoca alterações significativas na vida social que, muitas vezes, são mascaradas e naturalizadas em decorrência da expansão dos princípios neoliberais, os quais deslocam o indivíduo das relações coletivas e o responsabilizam, de forma isolada, pelas condições e dinâmicas de sua própria vida. Para que esse processo se concretize, torna-se necessário enfraquecer ou reconfigurar as diretrizes que asseguram os direitos sociais no Brasil, subordinando-os às exigências do mercado.

O acesso ao ensino superior público nunca foi garantido em sua integralidade, o que favorece diretamente a constituição e o fortalecimento de conglomerados

educacionais que passaram a exercer influência sobre os rumos da política educacional e do mercado. Como resultado, configura-se um novo nicho de acumulação do capital, acompanhado pelo controle do processo formativo, orientado para atender às necessidades do mercado e para produzir o consenso entre os trabalhadores, difundindo a ideia de que cada indivíduo é o único responsável por sua trajetória e pelas condições de sua existência.

À medida que o Estado passa a se alinhar às estratégias de crescimento econômico em escala internacional, intensifica a adoção de políticas de incentivo ao setor privado, ao mesmo tempo em que restringe os recursos destinados às instituições públicas de ensino superior. Paralelamente, consolidam-se critérios e mecanismos de avaliação que privilegiam o desempenho e a produtividade em detrimento dos aspectos qualitativos que compõem o processo formativo. Tal dinâmica integra uma estratégia de fortalecimento do mercado educacional, sustentada pelo progressivo sucateamento da universidade pública. Compreende-se que a educação passa a ocupar um papel estratégico no processo de acumulação e valorização do capital, uma vez que é convertida em mercadoria e apresentada como um meio capaz de superar as desigualdades produzidas pela própria sociedade capitalista.

Portanto, a expansão da política de educação superior, especialmente por meio da ampliação da oferta de cursos na modalidade de Ensino a Distância e da implementação de programas como o ProUni e o Fies, ampliou o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior e, simultaneamente, favorece a ampliação das taxas de lucro dos grupos privados de educação. Embora essas medidas tenham representado avanços no acesso ao ensino superior, também contribuíram para o fortalecimento da lógica meritocrática e a flexibilização do processo de ensino. Além disso, as transformações decorrentes desse processo impactam diretamente os trabalhadores da educação, por meio da terceirização, da precarização das relações de trabalho e da intensificação da sobrecarga laboral.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Aqui se respira luta: a atuação da ABEPSS frente aos ataques à política de educação superior e à universidade pública brasileira. Argumentum, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 38–47, 2022. DOI: 10.47456/argumentum.v14i1.38155. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38155. Acesso em: 1 jun. 2026.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Quem somos. Disponível em: https://abepss.org.br/quem-somos-2/. Acesso em: 1 jun. 2026.

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. Temporalis, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 123–140, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2016v16n32p123-140. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064. Acesso em: 11 jun. 2026.

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Mercantilização do ensino superior brasileiro: as contribuições do Serviço Social ao debate. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos; MUSTAFA, Patrícia Soraya. Privatização e precarização da política de educação superior no Brasil – impactos para a formação profissional em Serviço Social. Temporalis, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 141–158, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2016v16n32p141-158. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14237. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 19 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2023: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: Inep – Censo da Educação Superior 2023. Acesso em: 23 maio 2026.

CEOLIN, George Francisco; SILVA, Neimy Batista. Desafio da ABEPSS Itinerante na defesa da qualidade na formação em Serviço Social. Temporalis, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 155–179, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2013v13n25p155-179. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4862. Acesso em: 11 jun. 2026.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.

CORDEIRA, Mauricelia. A oferta de cursos de graduação em Serviço Social pelos conglomerados educacionais na região Nordeste. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta; SANTOS, Julia Mara dos; VALLADÃO, Maria Luiza Almeida; QUEIROZ, Matheus de Almeida. TICs e política social: entre o pessimismo da razão e o esperançar. Temporalis, [S. l.], v. 24, n. 48, p. 206–222, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n48p206-222. Disponível em:

https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46061. Acesso em: 13 out. 2025.

INSTITUTO SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil: 16ª edição/2026. São Paulo, 2026. Disponível em: Instituto Semesp – Mapa do Ensino Superior 2026.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, A. C. G. S. S.; BRISOLA, E. M. A. Universidade e cidadania: considerações sobre o direito social à educação. Temporalis, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 46–66, 2018. DOI: 10.22422/temporalis.2018v18n35p46-66. Disponível em: https://periodicos.ucostafes.br/temporalis/article/view/17862. Acesso em: 13 out. 2025.

SOUZA, Thiago Dehon de. Análise sobre a mercantilização do ensino superior nos últimos 30 anos. Revista Científica ACERTTE, v. 4, n. 7, 2024. DOI: 10.63026/acertte.v4i7.191. Disponível em: Revista Científica ACERTTE – artigo.

CÓDIGO: HS0490

AUTOR: ROSÂNGELA FERREIRA ODILON

ORIENTADOR: NANCY SANCHEZ TARRAGO

TÍTULO: CONHECIMENTOS QUILOMBOLAS NOS AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECONOMIA NEGRA E DAS PERSPECTIVAS CONTRA-COLONIAIS

Resumo

Os conhecimentos quilombolas são formas de produção e transmissão de saberes construídas historicamente pela oralidade, memória coletiva e relação territorial. Contudo, essas especificidades raramente são contempladas pelos sistemas convencionais de organização e preservação da informação, estruturados com base em referenciais hegemônicos. O objetivo geral desta pesquisa foi examinar, na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação, como a Biblioteconomia Negra e as perspectivas contra-coloniais podem servir como referenciais teórico-analíticos para compreender iniciativas de organização, preservação, difusão e visibilidade dos conhecimentos quilombolas em ambientes informacionais digitais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória e descritiva, desenvolvida em duas etapas: revisão bibliográfica sobre os temas e levantamento sistematizado na BRAPCI, que resultou em 87 documentos submetidos à análise de conteúdo orientada pelos referenciais adotados. Os resultados indicam que esses referenciais oferecem fundamentos relevantes para examinar tais processos em ambientes digitais.

Palavras-chave: Biblioteconomia Negra; saberes quilombolas; pensamento contra-colonial

TITLE: QUILOMBOLA KNOWLEDGE IN DIGITAL INFORMATION ENVIRONMENTS: CONTRIBUTIONS FROM BLACK LIBRARIANSHIP AND COUNTER-COLONIAL PERSPECTIVES

Abstract

Quilombola knowledge comprises historically constructed forms of producing and transmitting knowledge through orality, collective memory, and territorial relations. However, these specificities are rarely addressed by conventional information organization and preservation systems, which are structured upon hegemonic frameworks. The general objective of this research was to examine, within Library and

Information Science literature, how Black Librarianship and counter-colonial perspectives can serve as theoretical and analytical frameworks for understanding initiatives of organization, preservation, dissemination, and visibility of quilombola knowledge in digital information environments. This is a bibliographic study with a qualitative, exploratory, and descriptive approach, developed in two stages: a literature review on the themes and a systematic survey in BRAPCI, which resulted in 87 documents subjected to content analysis guided by the adopted frameworks. The results indicate that these frameworks offer relevant foundations for examining such processes in digital environments.

Keywords: Black Librarianship; quilombola knowledge; counter-colonial thought.

Introdução

A organização, a preservação e a difusão do conhecimento são historicamente moldadas por relações de poder que privilegiam epistemologias hegemônicas em detrimento de saberes não ocidentais. Na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), essa dinâmica se expressa em sistemas de classificação, representação e acesso que, sob aparência de neutralidade, perpetuam hierarquias epistêmicas. A Classificação Decimal de Dewey (CDD) e os vocabulários controlados, por exemplo, tendem a tratar conhecimentos de povos negros, indígenas e quilombolas como subcategorias periféricas de um saber pretensamente universal, mas que na realidade se ancora em referenciais ocidentais (Silva; Garcez; Silva, 2022). Os critérios de autoridade empregados valorizam o conhecimento acadêmico institucionalizado e desconsideram a oralidade, a ancestralidade e as tradições, configurando o que Carneiro (2005) denomina epistemicídio. Esse problema se agrava com a expansão dos ambientes informacionais digitais, como bibliotecas digitais e repositórios, que em grande medida reproduzem lógicas classificatórias eurocêntricas (Tanus; Tanus, 2020). Tal realidade compromete a organização e a preservação dos saberes quilombolas, pois suas formas de transmissão, baseadas na oralidade, na memória coletiva e na relação com o território, não se enquadram nos modelos convencionais adotados pelas instituições de memória.

As comunidades quilombolas constituem grupos étnico-raciais definidos pela relação com a terra, pela ancestralidade compartilhada e por práticas de resistência, tendo seus direitos territoriais assegurados pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Seus conhecimentos emergem da experiência histórica de luta, da territorialidade, da oralidade e da coletividade, e se organizam em uma epistemologia integrada, na qual espiritualidade, memória, cuidado, manejo da terra e vida comunitária são dimensões indissociáveis.

Nesse contexto, ganham força perspectivas críticas que questionam as bases epistemológicas da produção do conhecimento, com destaque para a abordagem contra-colonial e a Biblioteconomia Negra. A perspectiva contra-colonial, proposta por Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), sustenta que as comunidades quilombolas preservaram modos próprios de existência e organização social, contrariando a narrativa de uma colonização absoluta (Santos, 2015). A Biblioteconomia Negra, por sua vez, fundamenta-se em epistemologias negro-africanas e nas vivências de sujeitos negros, propondo alternativas orientadas pela justiça informacional e tensionando a suposta neutralidade

dos sistemas de organização do conhecimento (Mathiesen, 2015; Silva; Saldanha, 2019; Garcês-da Silva et al., 2025).

Apesar da existência de estudos na BCI sobre comunidades quilombolas, ainda há carência de sistematização que articule os conhecimentos quilombolas, as iniciativas digitais de preservação e visibilidade, e os referenciais da Biblioteconomia Negra e das perspectivas contra-coloniais. Diante disso, a questão que orienta esta pesquisa é: como esses referenciais podem subsidiar a análise da organização, preservação, difusão e visibilidade dos conhecimentos quilombolas em ambientes informacionais digitais?

O objetivo geral consiste em examinar, a partir da literatura científica da BCI, de que modo a Biblioteconomia Negra e as perspectivas contra-coloniais podem atuar como referenciais teórico-analíticos para a compreensão de iniciativas voltadas à organização, preservação, difusão e visibilidade desses saberes em ambientes digitais. Os objetivos específicos são: discutir os princípios desses referenciais aplicados à organização, representação e preservação de conhecimentos quilombolas; analisar, à luz desses referenciais, como a produção científica da Ciência da Informação aborda o tema; e identificar, com base nessa análise, os desafios, as lacunas e as potencialidades apontadas pela literatura para a valorização desses conhecimentos.

Metodologia

Marco conceitual e epistemológico

Os pressupostos epistemológicos orientam a delimitação do objeto, a seleção de fontes e a interpretação dos dados em qualquer pesquisa. Este estudo adota a Biblioteconomia Negra como referencial teórico-epistemológico principal, em articulação com o pensamento contra-colonial, para analisar a produção científica sobre conhecimentos quilombolas em ambientes informacionais digitais.

Os conhecimentos quilombolas são definidos como sistemas de saberes produzidos, preservados e transmitidos coletivamente, envolvendo memória, ancestralidade, territorialidade, oralidade, práticas culturais e relações próprias com a natureza e a vida social. O pensamento contra-colonial, com base em Antônio Bispo dos Santos (2015; 2019; 2023), reconhece os povos quilombolas como produtores de conhecimento e desloca a ênfase das práticas de preservação para o reconhecimento de suas formas autônomas de organização, transmissão e continuidade dos saberes.

A Biblioteconomia Negra é um campo de reflexão e prática construído a partir de epistemologias negro-africanas, experiências históricas de sujeitos negros e contribuições de pesquisadores negros. Esse campo vai além da tematização das relações étnico-raciais, propondo uma reorientação das práticas biblioteconômicas ao valorizar as experiências, memórias e modos de produção de conhecimento das populações negras, e ao questionar a neutralidade dos processos de organização, representação, preservação e circulação da informação (Silva, 2023).

Dessa articulação derivam três princípios analíticos. O primeiro entende a organização do conhecimento como prática política, examinando como sistemas de classificação, vocabulários controlados e regras de indexação não são neutros, pois refletem decisões históricas e epistemológicas que afetam a visibilidade de grupos e saberes (Olson, 2002). O segundo princípio reconhece a pluralidade de saberes e formas documentais, exigindo uma noção ampliada de fonte, memória e documento que inclua oralidades, trajetórias, performances e modos coletivos de preservação. O terceiro princípio assume o compromisso com a justiça epistêmica, informacional e social, considerando que as escolhas de seleção, descrição e interpretação da informação produzem efeitos sobre os sujeitos representados.

Caracterização da pesquisa

A pesquisa tem abordagem qualitativa, natureza exploratória e descritiva, e se desenvolve por meio de revisão bibliográfica interpretativa, complementada por levantamento sistematizado na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A opção qualitativa permite a compreensão interpretativa de processos sociais, culturais e informacionais ligados à produção, organização, preservação e circulação dos conhecimentos quilombolas em ambientes digitais.

O estudo compreende duas etapas. A primeira é uma revisão bibliográfica ampla para construção do marco conceitual e epistemológico, com consulta a livros, capítulos, artigos, dissertações e teses de áreas como Ciência da Informação, Antropologia, Ciências Sociais, Educação e Estudos Étnico-Raciais, acessados por meio de BRAPCI, SciELO e Google Scholar.

A segunda etapa é o levantamento bibliográfico sistematizado na BRAPCI, realizado entre maio e junho de 2026, para verificar como a literatura da área trata a organização, preservação, difusão e visibilidade dos conhecimentos quilombolas em ambientes digitais. A BRAPCI foi escolhida por sua relevância na Ciência da Informação e por concentrar ampla produção nacional sobre organização, representação, preservação e mediação da informação.

Estratégias de busca e coleta dos dados

Foram utilizados descritores para os sujeitos ("Comunidades quilombolas" e "conhecimentos quilombolas"), para os contextos ("ambientes digitais", "bibliotecas digitais" e "repositórios digitais") e para os processos ("organização", "preservação", "diretrizes" e "políticas"). Os descritores foram aplicados isoladamente e em combinações com operadores booleanos.

A busca recuperou 100 registros iniciais. Foram então aplicados critérios de inclusão e exclusão. Incluíram-se trabalhos completos com aderência ao escopo, ou seja, que discutissem comunidades ou conhecimentos quilombolas em relação à organização, representação, preservação ou circulação da informação. Excluíram-se duplicatas, documentos sem texto completo e trabalhos sem relação temática com o objeto.

Após esses critérios, o corpus finalizou com 87 documentos. Os registros foram organizados em planilha com autoria, título, ano, periódico, palavras-chave e resumo. A

leitura integral e a análise de conteúdo permitiram mapear tendências, abordagens, contribuições, lacunas e desafios.

Análise dos dados

A análise empregou a Análise de Conteúdo de Bardin (2016). A interpretação foi conduzida pela Biblioteconomia Negra e pela perspectiva contra-colonial, com foco em verificar se os estudos reconheciam os conhecimentos quilombolas como saberes legítimos; problematizavam modelos universalizantes de organização, representação e preservação; valorizavam formas próprias de transmissão e memória; incorporavam princípios de justiça epistêmica e informacional; e propunham estratégias para organização, preservação, difusão e visibilidade desses saberes em ambientes digitais.

A análise seguiu três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A leitura e comparação dos documentos permitiram construir indutivamente três categorias temáticas: organização e representação da informação; preservação digital e governança da informação; e comunicação e circulação da informação. Essas categorias foram examinadas à luz dos referenciais adotados, buscando compreender o reconhecimento dos conhecimentos quilombolas na literatura da Ciência da Informação e identificar contribuições, desafios, lacunas e potencialidades para sua organização, representação, preservação e visibilidade em ambientes digitais.

Resultados e Discussões

Comunidades quilombolas: origens, movimentos e saberes

A história das comunidades quilombolas no Brasil é frequentemente contada a partir de uma perspectiva que as limita ao símbolo da resistência armada contra o regime escravocrata. Embora a luta pela liberdade física seja fundamental, essa narrativa não abarca a totalidade da experiência quilombola. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a palavra Quilombo (Kilombo) é originária do idioma africano quimbundo, significando sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades (CONAQ, 2024). Essas comunidades formaram-se como espaços de reinvenção da liberdade, agregando africanos de diferentes etnias, indígenas, brancos pobres e negros libertos, todos unidos pela recusa à condição de mercadoria e pela busca por uma existência autônoma (Domingues; Gomes, 2013).

Os territórios quilombolas não eram meros acampamentos improvisados, mas complexos socioeconômicos que reproduziam, de forma adaptada e criativa, conhecimentos agrícolas, linguísticos, religiosos e de cura oriundos da diáspora africana. A resistência quilombola não se deu apenas no plano físico, mas sobretudo no plano simbólico e epistêmico, ao preservar ritos, línguas de origem africana, técnicas de cultivo, medicina tradicional e formas de organização familiar e política. Atualmente, as comunidades quilombolas espalham-se por praticamente todo o território nacional, concentrando-se majoritariamente nas regiões Nordeste e Sudeste. O reconhecimento

legal de seus territórios foi conquistado por meio de intensa mobilização social, culminando na promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e regulamentado pelo Decreto 4.887/2003 (Brasil, 2003).

As comunidades quilombolas possuem sua existência sustentada por um arcabouço profundo de conhecimentos que desafiam a lógica ocidental hegemônica. Estes saberes constituem sistemas epistemológicos vivos, práticos e intrinsecamente ligados à vida comunitária. A oralidade é o principal vetor de transmissão desses conhecimentos, funcionando como um arquivo dinâmico onde a palavra falada, o causo e a ladainha carregam a história, as leis internas e a cosmovisão do grupo. Intimamente ligada a ela está a memória coletiva, que não é um simples resgate do passado, mas uma força ativa que seleciona, organiza e ressignifica as experiências. O corpo surge como um suporte crucial dessa memória, onde danças, gestos, ritmos e práticas laborais registram e perpetuam saberes ancestrais de forma incorporada (Gondim, 2025). A ancestralidade não é uma reverência abstrata, mas uma força estruturante que conecta as gerações atuais a uma linhagem de luta, conhecimento e pertencimento (Kirch; Carvalho, 2024).

Todos esses elementos convergem para o conceito de territorialidade, que ultrapassa a definição restrita de solo ou propriedade privada. O território é compreendido como uma construção relacional, constituída a partir das interações sociais e históricas do grupo, funcionando como suporte para a trajetória do grupo e condição fundamental para a continuidade física e cultural da população (Little, 2002). Essa relação que um grupo social mantém com o seu território é conceituada como cosmografia, definida como o conjunto de saberes ambientais, ideologias e identidades mobilizados para constituir, delimitar e sustentar seu território.

Contra-colonialidade e os desafios da organização e preservação de saberes tradicionais

Antes de adentrar a noção de contra-colonialidade formulada por Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), é necessário esclarecer uma distinção fundamental. Embora frequentemente associado ao campo dos estudos decoloniais, Bispo rejeitava essa classificação, afirmando-se não como decolonial, mas como contra-colonial. Para ele, povos quilombolas e indígenas não podem ser considerados decoloniais porque jamais foram plenamente colonizados em seus modos de existir. Ainda que tenham sofrido os efeitos da colonização, suas práticas culturais, formas de organização e sistemas de conhecimento persistiram como espaços permanentes de resistência.

A perspectiva da decolonialidade emerge da percepção de que os efeitos da colonização não se encerraram com a independência política, mas permanecem operando por meio de estruturas de poder, formas de conhecimento e modos de subjetivação. Desenvolvido por intelectuais como Aníbal Quijano, Edgardo Lander e Walter Mignolo, o pensamento decolonial busca evidenciar a persistência da colonialidade como a face duradoura do colonialismo (Mignolo, 2003). Quijano (2005a) identifica a colonialidade do poder como o padrão global de dominação constituído a partir da classificação racial da população mundial, estrutura que associou raça, trabalho, território e autoridade política. Associada a essa dimensão, a colonialidade do saber desqualifica sistemas de conhecimento produzidos por povos indígenas, africanos e quilombolas, consolidando a ciência ocidental como única forma legítima de produção de conhecimento (Lander, 2005).

É diante dessas dimensões interligadas – poder, saber e ser – que a decolonialidade se apresenta como projeto teórico e político. Entretanto, a formulação de Nego Bispo adquire singularidade ao defender que a contra-colonialidade designa não um movimento de superação posterior da colonização, mas uma postura histórica de enfrentamento contínuo à lógica colonial. Segundo Santos (2015), o colonialismo opera a partir de uma lógica monoteísta que busca a unificação dos modos de pensar, produzir conhecimento e organizar a vida social. Em contraposição, o pensamento contra-colonial afirma a pluralidade das existências e das epistemologias.

Santos (2019) desenvolve a noção de confluência, entendida como o encontro entre diferentes saberes sem que um precise se sobrepor ao outro. Diferentemente da lógica colonial, que estabelece hierarquias, a confluência pressupõe relações de complementaridade e respeito mútuo. Uma das críticas mais contundentes de Bispo ao universalismo ocidental dirige-se à ideia de que apenas o conhecimento produzido pela ciência moderna, registrado por escrito e institucionalmente validado, pode ser considerado legítimo. Em oposição, o autor compreende o conhecimento como uma prática territorial, produzida na interação contínua entre seres humanos, natureza, ancestralidade e comunidade.

A roça, nesse sentido, ultrapassa sua função produtiva para tornar-se um espaço de elaboração epistemológica. É nela que se articulam conhecimentos sobre os ciclos da natureza, as propriedades das plantas, as formas de cultivo e os modos coletivos de existência, constituindo o que Santos (2015) denomina biointeração. Essa compreensão conduz a uma valorização radical da oralidade. Para Bispo, a palavra falada não representa uma forma precária de transmissão do conhecimento, mas uma tecnologia sofisticada de memória, capaz de assegurar a circulação de saberes complexos ao longo das gerações.

As implicações dessa perspectiva para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação são profundas. No âmbito da organização da informação, sistemas classificatórios hierárquicos mostram-se limitados para representar conhecimentos cuja existência se fundamenta nas relações entre território, ancestralidade, espiritualidade e comunidade. No campo da representação, metadados convencionais raramente conseguem registrar elementos como performance, contexto ritual, temporalidade ou legitimidade comunitária. No âmbito da preservação, a contra-colonialidade questiona a concepção ocidental de memória baseada na acumulação e no armazenamento permanente, propondo que preservar não significaria apenas registrar conteúdos, mas garantir a continuidade das práticas sociais que permitem sua transmissão.

Biblioteconomia Negra e a crítica à neutralidade da organização da informação e do conhecimento

A Biblioteconomia Negra é entendida como um movimento crítico baseado em epistemologias afro-africanas, formação acadêmica, prática profissional e pesquisa científica relacionadas às experiências de bibliotecários negros e à produção acadêmica sobre debates étnico-raciais (Garcês-da-Silva, 2025). Silva e Saldanha (2019) a caracterizam como vertente que articula três eixos interdependentes: a crítica à formação bibliotecária, a análise da atuação de profissionais negros e a produção científica sobre questões raciais no campo. Sua emergência no Brasil dialoga com a Black Librarianship estadunidense, mas desenvolve-se a partir de condições históricas

específicas, marcadas pela escravidão transatlântica, pelo racismo estrutural e pela colonialidade do saber.

A contribuição central da Biblioteconomia Negra não consiste apenas em denunciar a ausência de sujeitos negros nos espaços institucionais da informação, mas em demonstrar que os próprios fundamentos da organização do conhecimento – as categorias, as classificações, as linguagens documentárias – operam como dispositivos de racialização. O conceito de epistemicídio, formulado por Santos (2007) e retomado por Carneiro (2005), designa a supressão sistemática de formas de conhecimento não ocidentais, processo que encontra nos sistemas de informação um de seus mecanismos mais eficazes, precisamente por operar sob a aparência de neutralidade técnica.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) constituem objeto privilegiado de análise dessa vertente. A literatura da BCI, com base nos trabalhos de Berman (1993) e Olson (2002), já demonstrou que tais instrumentos não são neutros, pois materializam visões de mundo, estabelecem fronteiras entre o que é considerado conhecimento legítimo e o que é relegado à marginalidade. No contexto brasileiro, Silva e Almeida (2018) examinaram a representação de religiões de matriz africana na CDD, identificando que termos como "umbanda" e "candomblé" aparecem subordinados a categorias como "outras religiões" ou dispersos em classes que os desvinculam de seus fundamentos teológicos. Miranda (2007) chegou à conclusão semelhante ao analisar a CDU: a estrutura notacional reflete uma matriz eurocêntrica que hierarquiza os saberes.

No caso dos saberes quilombolas e das tradições afro-brasileiras, essa exclusão assume contornos específicos porque incide sobre comunidades cujos modos de produção e transmissão do conhecimento diferem substancialmente dos pressupostos ocidentais que fundamentam os SOCs. A oralidade como mecanismo legítimo de transmissão, a autoria coletiva e ancestral, a indissociabilidade entre conhecimento e território e a circularidade temporal encontram obstáculos para sua representação em sistemas projetados para operar com a primazia do texto escrito, da autoria individual e da organização hierárquica.

A mobilização do conceito de injustiça epistêmica, elaborado por Fricker (2007), revela-se produtiva para compreender esse processo. A injustiça testemunhal ocorre quando o testemunho de um sujeito é desacreditado em razão de preconceitos identitários, enquanto a injustiça hermenêutica se manifesta quando lacunas nos recursos interpretativos coletivos impedem que determinados grupos compreendam e comuniquem aspectos significativos de sua experiência. Transposta ao campo da organização do conhecimento, essa análise explicita que o problema não se resolve com medidas pontuais de revisão terminológica, mas exige a reconstrução dos próprios fundamentos da organização do conhecimento, incorporando categorias e princípios classificatórios oriundos das próprias comunidades.

Ambientes informacionais digitais e organização e preservação de saberes tradicionais

Os ambientes informacionais digitais podem ser compreendidos como a transposição dos ambientes informacionais tradicionais para o meio digital, abarcando bibliotecas digitais, repositórios institucionais, plataformas colaborativas, arquivos digitais comunitários e redes sociais (Camargo, 2010; Pinheiro; Ferrez, 2014). A expansão desses ambientes transformou significativamente os modos de organização, preservação

e acesso à informação, ampliando possibilidades de registro e circulação de memórias sociais e saberes tradicionais (Vechiato; Vidotti, 2014).

No contexto da preservação de saberes tradicionais, esses ambientes emergem como potenciais aliados, mas também como campos de tensão. As lógicas de preservação e organização da informação predominantes nesses espaços frequentemente obedecem a critérios ocidentais de classificação, descrição e temporalidade, marginalizando saberes que estão fora desse contexto. Para pensar a preservação digital de memórias sociais, especialmente no que tange os povos quilombolas, é preciso refletir sobre o conceito de infodiversidade, que considera que a informação provém de todos os grupos que ocupam espaço em diferentes territórios, incluindo aqueles historicamente utilizados como objetos de estudo (Campos, 1999).

No Brasil, a população negra teve suas histórias, culturas e crenças submetidas a um processo contínuo de apagamento que começou durante a colonização e ainda persiste. Não se trata apenas de epistemicídio, mas também de memoricídio, que é o apagamento da memória de um povo (Missiatto, 2021). Como afirmam Silva, Garcez e Silva (2022, p. 8), "o memoricídio foi executado desde o momento em que os povos africanos foram trazidos para o Brasil para serem mão de obra escravizada", quando uma ruptura identitária era acionada mediante a imposição de um novo nome de origem cristã por meio do batismo.

O provérbio africano Sankofa, traduzido como "para andar para frente, é necessário olhar para trás e pegar algo", oferece uma chave potente para enfrentar os problemas da preservação diante do memoricídio e do epistemicídio. Sankofa não evoca um retorno nostálgico, mas um gesto ativo de resgate e reativação do que ficou disperso, silenciado ou destruído, para que esse saber ancestral possa orientar o caminho adiante (Nascimento, 2001). Transportado para o campo da curadoria digital, o princípio Sankofa impõe um deslocamento: não basta digitalizar acervos e disponibilizá-los em repositórios; é preciso recuperar os vínculos rompidos e reinserir cada registro em sua teia de pertencimento comunitário.

Um exemplo concreto de ambiente digital orientado à organização e preservação de saberes tradicionais é o Mukurtu CMS, um sistema de gestão de acervos digitais desenvolvido em parceria com comunidades indígenas australianas. O termo Mukurtu, na língua Warumungu, significa "bolsa" ou "local seguro para guardar materiais sagrados". O sistema adota uma abordagem participativa, permitindo que as comunidades mantenham autonomia sobre a gestão e a circulação de seus conhecimentos tradicionais (Mukurtu, 2026). Os Traditional Knowledge Labels (TK Labels), desenvolvidos pela Local Contexts, funcionam como instrumentos de governança informacional, permitindo que comunidades definam regras de acesso, uso e compartilhamento de seus conteúdos culturais.

Os princípios CARE (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility e Ethics) constituem uma abordagem contemporânea de governança de dados voltada à soberania informacional de povos indígenas e comunidades tradicionais. Enquanto os princípios FAIR priorizam a organização técnica dos dados, os princípios CARE introduzem uma dimensão ético-política centrada na autodeterminação dos sujeitos coletivos (Torino et al., 2024). No contexto da preservação e organização dos saberes quilombolas, os

princípios CARE são fundamentais para orientar práticas de gestão da informação que respeitem a natureza coletiva, histórica e territorial desses conhecimentos.

Lacunas, desafios e potencialidades dos ambientes informacionais digitais para a valorização de saberes quilombolas

A busca na BRAPCI recuperou 87 documentos sobre organização, representação e preservação da informação em contextos digitais. A análise evidenciou uma produção consolidada da BCI sobre métodos, padrões e tecnologias, especialmente descrição de objetos digitais, recuperação da informação, curadoria e preservação. Em contraste, apenas três documentos abordaram explicitamente memórias, saberes ou experiências quilombolas, tratando da preservação da memória em ambientes digitais (Nascimento, 2026), dos desafios sociotécnicos da preservação digital (Nascimento, 2025) e da comunicação comunitária em contexto de crise sanitária (Nascimento; Santos; Carvalho, 2023).

A análise do corpus revelou três categorias: organização e representação da informação; preservação e governança; comunicação e circulação em ambientes digitais.

Na primeira, predominam abordagens técnicas e metodológicas, enquanto as relações entre sistemas de organização do conhecimento e saberes quilombolas permanecem pouco exploradas. Sistemas classificatórios e linguagens documentárias ainda se apoiam em pressupostos universalizantes, limitando a representação de epistemologias baseadas na oralidade, territorialidade e memória coletiva. Pela perspectiva da Biblioteconomia Negra e do pensamento contra-colonial, essa ausência evidencia a permanência de hierarquias que marginalizam formas não hegemônicas de produção do conhecimento.

Na segunda, a literatura privilegia autenticidade, integridade e sustentabilidade dos formatos digitais. No contexto quilombola, contudo, preservar também implica decidir quem define o que será preservado, por quanto tempo e sob quais condições de acesso. A escassez de estudos sobre governança participativa revela que as comunidades ainda ocupam posição limitada nessas decisões. As perspectivas analisadas defendem sua participação na organização, preservação e gestão de seus conhecimentos.

Na terceira, destaca-se a agência informacional quilombola. O estudo de Nascimento, Santos e Carvalho (2023) demonstra a apropriação estratégica das tecnologias digitais para circulação de informações, fortalecimento de redes de apoio e afirmação identitária. As comunidades, portanto, não devem ser compreendidas apenas como objetos de representação, mas como sujeitos ativos na produção, organização e circulação do conhecimento.

Em conjunto, os resultados evidenciam que a BCI avançou na dimensão técnica da informação, mas ainda dedica pouca atenção às especificidades epistemológicas e socioculturais quilombolas. Essa sub-representação não constitui apenas uma lacuna quantitativa, mas expressa hierarquias epistemológicas que definem quais conhecimentos são legitimados e incorporados à produção científica.

Ao mesmo tempo, a área dispõe de recursos técnicos consolidados em repositórios, padrões descritivos, curadoria e preservação digital. Reorientados por perspectivas críticas e pela participação comunitária, esses recursos podem contribuir para ambientes

informacionais mais coerentes com as especificidades quilombolas. O desafio, portanto, não é rejeitar o conhecimento técnico produzido pela BCI, mas reposicioná-lo a partir de outros referenciais epistemológicos, sujeitos e formas de produzir, organizar, preservar e compartilhar conhecimento.

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo examinar, na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação, de que modo a Biblioteconomia Negra e as perspectivas contra-coloniais podem constituir referenciais teórico-analíticos para compreender a organização, preservação, difusão e visibilidade dos conhecimentos quilombolas em ambientes informacionais digitais.

Os resultados demonstram que esses referenciais permitem problematizar modelos universalizantes de organização e representação do conhecimento e reconhecer epistemologias constituídas pela oralidade, territorialidade, memória coletiva e participação comunitária. A articulação entre Biblioteconomia Negra e pensamento contra-colonial evidencia que as limitações na representação, preservação e circulação desses conhecimentos não são apenas técnicas, mas também epistemológicas e políticas, pois decorrem de pressupostos historicamente incorporados aos sistemas de organização da informação.

A pesquisa identificou como principais lacunas a reduzida incorporação das epistemologias quilombolas às agendas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, e a ausência de metodologias específicas para sua organização, representação e preservação em ambientes digitais. Os desafios envolvem três dimensões articuladas. Na dimensão técnica, persistem limitações dos modelos descritivos e classificatórios para representar elementos dos saberes quilombolas. Na dimensão epistemológica, prevalecem a escrita e a autoria individual como referências de validação do conhecimento. Na dimensão política, permanece limitada a participação das comunidades quilombolas na concepção, gestão e curadoria dos ambientes informacionais.

Apesar dessas lacunas, a pesquisa identifica potencialidades no arcabouço técnico da BCI, que pode ser reorientado por perspectivas críticas, e na agência informacional das comunidades quilombolas, capazes de utilizar e reconfigurar tecnologias digitais segundo suas necessidades comunicacionais, políticas e culturais. Como desdobramentos, recomenda-se ampliar pesquisas empíricas com participação direta das comunidades quilombolas, desenvolver modelos de organização da informação baseados em categorias culturais e epistemológicas situadas e investigar formas de governança comunitária e preservação digital orientadas pela justiça informacional.

Deste modo, conclui-se que a organização, preservação, difusão e visibilidade dos conhecimentos quilombolas em ambientes digitais constituem desafios técnicos, epistemológicos e políticos. Ao articular Biblioteconomia Negra e perspectiva contra-colonial, a pesquisa contribui para reconhecer as comunidades quilombolas como sujeitos epistemicamente ativos e para fortalecer práticas informacionais comprometidas

com a pluralidade epistemológica, a justiça informacional e a valorização de diferentes formas de produzir, organizar e compartilhar conhecimentos.

Referências

BERMAN, Sanford. Prejudices and antipathies: A tract on the LC subject heads concerning people. McFarland & Company, Inc., Publishers, 1993.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 25 maio 2026.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de. Metodologia de desenvolvimento de ambientes informacionais digitais a partir dos princípios da arquitetura da informação. 2010. 289 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/059c2fdd-5180-4fd0-a73d-ce00b078ecdb. Acesso em: 15 jun. 2026.

CAMPOS, Estela Morales. La infodiversidad, los bloques regionales y la cooperacion. Transinformação, [S. l.], v. 11, n. 2, p.135-144, maio/ago.1999. Disponível em: https://puccampinas.emnuvens.com.br/transinfo/article/view/10369. Acesso em: 29 abr. 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf. Acesso em: 25 maio 2026.

CONAQ. O que é quilombo? Brasília, DF: CONAQ, c2024. Coletivo: terra e território. Disponível em: https://conaq.org.br/coletivos/terra-e-territorio. Acesso em: 23 abr. 2026.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/031. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 5, n. 11, p. 05-28, 2013. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/187. Acesso em: 15 jun. 2026.

FRICKER, Miranda. Injusticia epistémica: el poder y la ética del conocimiento. Tradução de Ricardo García Pérez. Barcelona: Herder, 2017.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. La línea tenue que une y separa: fundamentos teórico-conceptuales entre Bibliotecología Negra y Bibliotecología Antirracista. Palabra Clave (La Plata), La Plata, v. 14, n. 2, e242, 2025. DOI: https://doi.org/10.24215/18539912e242. Disponível em: https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe242. Acesso em: 5 ago. 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SALES, Rodrigo; SILVA, Rubens Alves da. Arturo Schomburg y su contribución a la Bibliotecología negra: de las colecciones negras al Schomburg Center for Research in Black Culture. Palabra Clave, v. 12, n. 2, e186, 2023. DOI: https://doi.org/10.24215/18539912e186. Disponível em: https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/pce186. Acesso em: 4 jul. 2026.

GONDIM, Diego de Matos. Corpo-arquivo. O devir-quilomba como expressão da memória. Arte & Ensaio, v. 31, n. 49, jan./jun., p. 319-341, 2025. DOI: https://doi.org/10.60001/ae.n49.17. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/61830. Acesso em: 15 jun. 2026.

KIRCH, Lêssa Cristina Viana; CARVALHO, Fábio Almeida de. Ancestralidade: um conceito importante para a cultura literária contemporânea. Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade - Igarapé, Porto Velho, v. 17, n. 2, p. 129–146, 2024. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/8455. Acesso em: 15 jun. 2026.

LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=164&c=13. Acesso em: 15 jun. 2026.

MATHIESEN, Kay. Informational justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. Library Trends, Illinois, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. DOI: https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044. Disponível em: https://hdl.handle.net/2142/89746. Acesso em: 6 jul. 2026.

MIGNOLO, Walter D. Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Ed. ufmg, 2003.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 8, 2007. Anais [...] VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/174042. Acesso em: 15 jun. 2026.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. Revista memória em rede, v.

13, n. 24, p. 252-273, 2021. DOI: https://doi.org/10.15210/rmr.v13i24.20210. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/20210. Acesso em 15 jun. 2026.

MUKURTU. About Mukurtu. Pullman, 2026. Disponível em: https://mukurtu.org/about/. Acesso em: 15 jun. 2026.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: educação e identidade.Racismo e antiracismo na educação: repensando nossa escola. In: CAVALLHEIRO, Santos. racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2001. p. 115-128. Disponível em: Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola - Google Livros. Acesso em: 15 jun. 2026.

NASCIMENTO, Helton Rafael Ferreira do. Desafios sociotécnicos à memória quilombola na Internet Archive. Ciência da Informação Express, Lavras, MG, v. 7, p. e181, p. 1-21, 2026. DOI: 10.60144/v7i.2026.181. Disponível em:https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/181. Acesso em: 24 jun. 2026.

NASCIMENTO, Veridiana Barreto do; SANTOS, Débora Marcião dos; CARVALHO, Luciana Gonçalves de. A enfermeira que virou ilustração e os quilombolas contra a covid-19 no Pará. RECIIS, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 891–908, 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i4.3787. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3787. Acesso em: 24 jun. 2026.

OLSON, Hope A. The power to name: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-017-3435-6. Disponível em: https://link.springer.com/book/10.1007/978-94-017-3435-6. Acesso em: 15 jun. 2026.

PINHEIRO, Lena; FERREZ, Helena. Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014. Disponível em: https://www.gov.br/ibict/pt-br/centralde-conteudos/publicacoes/TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA_24102014.pdf. Acesso em: 15 de jun. de 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005a. p. 107-127. Disponível em: https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVA, Anderson Ribeiro; et al. (org.). Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasil, Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 23-35.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

CÓDIGO: HS0495

AUTOR: JOSÉ JOSINALDO DA SILVA BASTOS

ORIENTADOR: CASSIANO JOSE BEZERRA MARQUES TROVAO

TÍTULO: O REFLEXO DA INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL SOBRE AS DIFERENTES FAIXAS DE RENDA NO BRASIL

Resumo

Este artigo analisa a desigualdade de renda no Brasil entre 2016 e 2025 a partir de uma abordagem multidimensional, relacionando a posição dos indivíduos nos decis de renda às condições de insuficiência socioeconômica. Com base em dados da PNAD Contínua, organizados por decis, emprega-se o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), composto pelas dimensões educação, trabalho, renda e patrimônio, condições habitacionais, bens de consumo e acesso a bens e serviços coletivos. Os resultados indicam redução do IISM total no período, e diminuição do hiato entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos, sobretudo em razão da melhora observada na base da distribuição. Entre os mais pobres, houve avanços em habitação, educação, trabalho e acesso a bens e serviços coletivos; contudo, a dimensão renda e patrimônio permaneceu praticamente inalterada, revelando a persistência de vulnerabilidades materiais profundas. Conclui-se que, embora tenha ocorrido redução parcial das insuficiências socioeconômicas e aproximação entre os extremos da distribuição, a concentração de renda e patrimônio continua sendo um obstáculo estrutural à superação das desigualdades no país.

Palavras-chave: Renda; Desigualdades. ISM; PNAD C; Brasil.

TITLE: THE EFFECTS OF MULTIDIMENSIONAL SOCIOECONOMIC DEPRIVATION ACROSS INCOME GROUPS IN BRAZIL

Abstract

This article examines income inequality in Brazil between 2016 and 2025 through a multidimensional approach that relates individuals' positions across income deciles to different forms of socioeconomic deprivation. Drawing on data from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua), organized by income deciles, the study applies the Multidimensional Socioeconomic Deprivation Index (IISM), which encompasses six dimensions: education, employment, income and assets, housing conditions, consumer goods, and access to collective goods and services. The findings reveal an overall decline in the IISM over the period, along with a narrowing of

the socioeconomic gap between the poorest 10% and the richest 10% of the population. This convergence was driven primarily by improvements among individuals at the lower end of the income distribution. Among the poorest group, notable progress was observed in housing, education, employment, and access to collective goods and services. Nevertheless, the income and assets dimension remained virtually unchanged, indicating the persistence of deep material vulnerabilities. The results suggest that, despite a partial reduction in socioeconomic deprivation and a narrowing of disparities between the extremes of the income distribution, the concentration of income and wealth remains a structural barrier to reducing inequality in Brazil.

Keywords: Inequality; IISM; PNAD Contínua; Brazil

Introdução

A desigualdade de renda tem constituído uma das mais persistentes características sobre a formação econômica e social do Brasil. Apesar de o país ter experimentado períodos de expansão econômica, valorização do de mínimo salarial, proteção social mais ampliada e implementação de políticas públicas de transferência de renda, ainda há grande persistência de expressiva diferença na distribuição da renda entre os estratos situados na base e no topo. Tal característica indica que a análise da desigualdade – do ponto de vista deste estudo – não deve se limitar à evolução média da renda já que pode haver coexistência elevada da concentração renda, patrimônio e oportunidades quando ao crescimento econômico. A abordagem multidimensional não exclui a renda como um elemento relevante na análise feita neste artigo, muito ao contrário disso, ela permite verificar como a posição ocupada na distribuição de renda corresponde profundamente as condições distintas do acesso a recursos econômicos e sociais. Assim, os chamados decis de renda são empregados a fim de fazer uma ordenação da população enquanto o IISM nos permite fazer uma observação, mas detalhada entre esses estratos. Tal perspectiva encontra um fundamento teórico relevante na crítica da economia política de Karl Marx, mas pra isso primeiro a gente precisa estabelecer uma diferença conceitual. Marx não fez uma medida estatística de “desigualdade de renda” parecido com o índice de Gini tão pouco fez uma organização da população em decis, ou no caso essa divisão por camadas populacionais. Em O Capital o objetivo fundamental foi tentar uma explicação de como as relações sociais de produções capitalistas produzem e reproduzem diferenças entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. A apropriação do mais-valor, a acumulação, a concentração e a centralização do capital e a formação de uma população trabalhadora relativamente excedente constituem mecanismos centrais dessa interpretação (Marx, 2013). Assim, o problema do presente artigo, consistem em estudar em que medida a melhoria dos indicadores socioeconômicos observada no Brasil entre 2016 e 2025 foi acompanhada ou não por redução das distâncias entre os estratos de renda tendo um enfoque na base e no topo (10% mais pobres e 10% mais ricos) e saber quais dimensões ainda continuam reproduzindo desigualdades estruturais. Assim, o problema do presente artigo, consistem em estudar em que medida a melhoria dos indicadores socioeconômicos observada no Brasil entre 2016 e 2025 foi acompanhada ou não por redução das distâncias entre os estratos de renda tendo um enfoque na base e no topo (10% mais pobres e 10% mais ricos) e saber quais dimensões ainda continuam reproduzindo desigualdades estruturais. O objetivo geral aqui será analisar a desigualdade de renda no Brasil a partir de uma abordagem multidimensional fazendo o emprego desses decis de

renda advindos do IISM para se poder fazer uma comparação da trajetória dos diferentes estratos da população entre os anos de 2016 e 2025. Particularmente vai se buscar investigar a evolução do índice total; mensurando as diferenças entre os primeiros e o décimo decil; fazer uma busca na identificação das dimensões responsáveis pela maior insuficiência entre os 10% mais pobres e discutir os resultados à luz dos grandes pensadores na história da economia e da literatura brasileira sobre distribuição de renda e políticas públicas. A hipótese de trabalho é que ocorreu redução parcial da distância multidimensional entre os extremos da distribuição, porém sem eliminação de sua estrutura fortemente desigual. Espera-se, particularmente, que a melhoria do primeiro decil seja mais evidente em dimensões associadas ao acesso a serviços, bens e condições sociais do que na dimensão de renda e patrimônio, indicando que políticas públicas podem reduzir determinadas privações sem alterar, na mesma proporção, os mecanismos de concentração econômica.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e analítico, complementada por revisão bibliográfica. A parte empírica utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando os resultados referentes aos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2022, 2023, 2024 e 2025. Como a série não apresenta informações para todos os anos do intervalo analisado, optou-se por trabalhar apenas com os períodos disponíveis, sem realizar interpolações para os anos ausentes. A PNAD Contínua reúne um amplo conjunto de informações sobre as condições de vida da população brasileira, contemplando aspectos relacionados à educação, ao trabalho, à renda, às características dos domicílios e ao acesso a bens e serviços. Essas informações permitem analisar a desigualdade para além de sua dimensão exclusivamente monetária, o que torna a pesquisa adequada para a construção e aplicação do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM). Neste estudo, a população é organizada de acordo com os decis de renda. O primeiro decil corresponde aos 10% da população com menores rendimentos, enquanto o décimo reúne os 10% com maiores rendimentos. Essa divisão permite comparar grupos posicionados em diferentes pontos da distribuição de renda e observar até que ponto as diferenças monetárias também se refletem em outras condições socioeconômicas. Dessa forma, os decis funcionam como critério de estratificação da população, enquanto o IISM é utilizado para identificar a manifestação multidimensional das desigualdades entre esses grupos. A construção do indicador segue a metodologia desenvolvida no âmbito do Observatório da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e apresentada por Trovão, Silva Junior e Araújo (2023). A proposta parte do entendimento de que a insuficiência socioeconômica não pode ser explicada apenas pela renda recebida pelos indivíduos ou domicílios. Por essa razão, o índice incorpora diferentes aspectos que interferem diretamente nas condições de vida e nas oportunidades disponíveis à população. O IISM está estruturado em seis dimensões: educação; trabalho; renda e patrimônio; condições habitacionais; acesso a bens de consumo de uso individual; e acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Cada uma dessas dimensões é formada por indicadores específicos, que permitem identificar a proporção de domicílios em situação de insuficiência em cada aspecto considerado (Trovão, Silva Junior e Araújo, 2023). Ao organizar a agregação por dimensão da ISM em um plano cartesiano, a condição mais

crítica corresponderia ao cenário em que todos os domicílios apresentam insuficiência socioeconômica em todas as dimensões, formando um hexágono completo. No índice proposto, quanto menor for a área do polígono formado, mais distante o objeto de análise estará da insuficiência máxima, resultando em um valor menor do IISM, o que indica uma situação mais favorável. O IISM é calculado pela razão entre as raízes quadradas da área observada e da área máxima possível.

Resultados e Discussões

Para iniciarmos com a análise, vemos que uma análise da Tabela 1 nos mostra um comportamento bastante consistente ao longo de todo o período analisado. Em todos os anos, observa-se uma redução do IISM à medida que se avança dos decis de menor renda para aqueles de renda mais elevada. Esse resultado evidencia uma relação entre a posição ocupada na distribuição de renda e o nível de insuficiência socioeconômica multidimensional: os grupos situados nos decis inferiores apresentam maiores níveis de insuficiência, enquanto os estratos de renda mais alta registram valores progressivamente menores do índice.

Tabela 1- Evolução do IISM segundo extremos da distribuição, hiato e total (2016 a 2025)

Os resultados da Tabela 1 mostram uma melhora do IISM total ao longo do período analisado. Entre 2016 e 2025, o índice passou de 0,4039 para 0,3524 o que representa uma redução de aproximadamente 12,75% na insuficiência socioeconômica multidimensional em relação total do Brasil. Essa evolução, entretanto, não ocorreu de maneira uniforme durante toda a série, sendo possível identificar dois momentos distintos.

Entre 2016 e 2019, o indicador agregado permaneceu relativamente estável. O IISM total, que era de 0,4039 em 2016, passou para 0,4049 em 2019, tendo alcançado 0,4109 em 2018. Esse comportamento sugere que, naquele período, não houve uma melhora suficientemente intensa nas diferentes dimensões consideradas pelo índice para produzir uma redução mais clara da insuficiência socioeconômica. Esse resultado também dialoga com evidências encontradas em estudos sobre renda e pobreza no país. O IPEA (2019), por exemplo, aponta que, entre 2016 e 2019, o pequeno crescimento da renda média não foi suficiente para compensar o aumento da desigualdade, o que contribuiu para limitar os avanços na redução da pobreza.

A partir de 2022, o comportamento do indicador muda de forma mais evidente. O IISM total passa de 0,3835, naquele ano, para 0,3750 em 2023, 0,3634 em 2024 e chega a 0,3524 em 2025. Essa trajetória descendente pode estar associada a uma combinação de fatores econômicos e sociais, entre eles a recuperação do mercado de trabalho no período pós-pandemia e a ampliação ou reformulação de políticas de transferência de renda.

Em 2022, por exemplo, o então Auxílio Brasil passou a garantir um benefício mínimo de R$ 600 por família entre agosto e dezembro daquele ano. Embora não seja possível afirmar, a partir dos resultados do IISM, que essa medida tenha causado diretamente a redução observada no índice, o aumento das transferências para os grupos de menor renda pode ter contribuído para diminuir algumas formas de insuficiência, principalmente aquelas mais relacionadas à renda corrente e à capacidade de consumo dos domicílios (Brasil, 2022).

A retomada do Bolsa Família em 2023 também pode ser considerada nesse contexto. O novo desenho do programa estabeleceu um valor mínimo de R$ 600 por família, além de benefícios adicionais relacionados à composição familiar, como R$ 150 por criança de até seis anos e R$ 50 para crianças maiores, adolescentes e gestantes (Brasil, 2023). Como esses recursos são direcionados principalmente às famílias situadas nas faixas mais baixas da distribuição de renda, é razoável considerar que possam ter contribuído para a melhora das condições socioeconômicas observadas entre os estratos inferiores, ainda que o impacto específico sobre o IISM não possa ser isolado sem uma estratégia econométrica própria para avaliação causal.

Outro elemento que pode ter contribuído para a trajetória observada foi a retomada da política de valorização real do salário-mínimo. Em 2023, o salário-mínimo passou para R$ 1.320 e, a partir de 2024, voltou a incorporar uma regra de reajuste que considera a inflação e o crescimento do Produto Interno Bruto. Como o salário-mínimo exerce influência tanto sobre os rendimentos do trabalho quanto sobre determinados benefícios previdenciários e assistenciais, sua valorização tende a produzir efeitos mais relevantes justamente entre os grupos de menor renda.

A comparação entre os extremos da distribuição reforça essa interpretação. Em 2016, os 10% mais pobres apresentavam IISM de 0,7239, enquanto os 10% mais ricos registravam 0,1545. Isso significa que o nível de insuficiência multidimensional do primeiro grupo era aproximadamente 4,69 vezes superior ao observado no décimo decil. Em 2025, esses valores passam para 0,6029 e 0,1557, respectivamente, reduzindo essa relação para aproximadamente 3,87 vezes.

Além das políticas de transferência e valorização da renda, a própria melhora do mercado de trabalho precisa ser considerada. A taxa anual de desocupação caiu de 9,6% em 2022 para 7,8% em 2023 e chegou a 6,6% em 2024. Nesse último ano, a população ocupada atingiu 103,3 milhões de pessoas, enquanto o rendimento real habitual apresentou crescimento em relação ao ano anterior. Em 2025, a taxa anual de desocupação caiu novamente, atingindo 5,6%, o menor nível da série histórica iniciada em 2012 (IBGE, 2025). Esses movimentos podem ter contribuído diretamente para a redução das insuficiências relacionadas às dimensões de trabalho e renda que fazem parte da composição do IISM.

O hiato absoluto entre os dois extremos também apresenta uma redução importante. A diferença entre o primeiro e o décimo decil caiu de 0,5694, em 2016, para 0,4472 em 2025, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 21,46%. Os dados apontam, portanto, para um processo de confluência entre os grupos, mas essa aproximação está longe de representar igualdade nas condições socioeconômicas.

Além disso, a própria composição dessa convergência merece atenção. Enquanto o IISM dos 10% mais pobres diminuiu de 0,7239 para 0,6029, o índice dos 10% mais ricos permaneceu praticamente estável, passando de 0,1545 para 0,1557. Assim, a redução do hiato ocorreu predominantemente pela melhora registrada na base da distribuição, e não por uma alteração significativa das condições observadas no décimo superior.

Nota-se no Gráfico 1 que esse comportamento é compatível com a atuação de políticas focalizadas nos grupos de menor renda. Programas como Auxílio Brasil e Bolsa Família, a valorização do salário-mínimo e a recuperação da ocupação tendem a produzir efeitos proporcionalmente maiores sobre os estratos inferiores da distribuição. Dados do IBGE também mostram que os programas sociais passaram a representar uma parcela mais elevada do rendimento domiciliar no período recente, ao mesmo tempo em que houve crescimento da massa de rendimentos do trabalho.

Gráfico 1 - Evolução do IISM por decis de renda (2016 a 2015)

Também é importante considerar o período da pandemia de Covid-19, mesmo que os anos de 2020 e 2021 não estejam presentes na série utilizada neste estudo. O Auxílio Emergencial teve papel relevante na proteção da renda das famílias em 2020, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. Souza, Hecksher e Osorio (2022) mostram que essas transferências contribuíram para reduzir temporariamente os efeitos da crise sobre pobreza e desigualdade. Em 2021, entretanto, a redução dos recursos destinados a essa proteção ocorreu antes da recuperação completa do mercado de trabalho, o que voltou a pressionar os indicadores sociais.

Nesse sentido, o resultado observado a partir de 2022 também pode refletir, em alguma medida, um processo de recuperação após o forte choque econômico e social provocado pela pandemia. Apesar dessas relações, é necessário evitar uma interpretação causal direta. O IISM reúne seis dimensões distintas e cada uma delas pode responder de forma diferente às políticas públicas e às mudanças econômicas.

Além disso, a metodologia empregada neste trabalho possui caráter descritivo e comparativo, não sendo suficiente para identificar isoladamente o efeito de uma política específica. Por essa razão, o mais adequado é afirmar que as mudanças observadas no índice são compatíveis com a atuação conjunta de políticas de transferência de renda, valorização do salário-mínimo e melhora do mercado de trabalho, entre outros fatores, mas não que tenham sido exclusivamente provocadas por essas medidas.

Um aspecto que chama atenção nos resultados aparece justamente na dimensão de renda e patrimônio entre os 10% mais ricos. Nesse grupo, o indicador passa de 0,2741, em 2016, para 0,3660, em 2025, o que corresponde a um aumento de 33,54% no nível de insuficiência dessa dimensão. Esse resultado, porém, precisa ser interpretado com cuidado.Ele não significa que os indivíduos pertencentes ao décimo mais rico passaram a apresentar rendimentos inferiores aos demais grupos, nem representa, por si só, uma contradição em relação aos estudos que mostram a permanência de uma forte concentração de renda no topo da distribuição.

Isso ocorre porque a dimensão “renda e patrimônio” do IISM não representa apenas a renda monetária de forma isolada. Trata-se de um indicador composto, construído a partir de diferentes critérios de insuficiência. Por essa razão, o aumento observado entre os mais ricos não deve ser atribuído diretamente à redução da renda ou do patrimônio sem que antes sejam examinados os componentes que formam essa dimensão, para este caso, o componente que dimensional que faz essa “puxada” para cima seria a proporção de “propriedade” que passa de 0,2414 em 2016, para 0,3307 em 2025 correspondendo a um aumento de 36,99%.

Na metodologia do IISM, esse indicador representa a ausência de registro de propriedade do domicílio em nome de qualquer um de seus moradores. Outro ponto importante a ser esclarecido é o fato de que o indicador sem_propriedade faz uma referência especifica a propriedade do domicílio de residência, não permitindo que façamos a conclusão de que essas famílias não possuam outros imóveis, ativos financeiros ou qualquer outra forma de de patrimônio. Essa precaução se torna ainda mais importante quando se considera que estudos baseados em registros tributários continuam identificando uma elevada concentração das rendas do capital nos grupos situados no topo da distribuição (Breviglieri e Correa, 2023). No Gráfico 2, a seguir, podemos observar a distribuição hexagonal dos domicílios e suas situações de insuficiência levando em consideração as dimensões que foram abordadas.

Gráfico 2 - Representação gráfica haxagonal de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica (2016 a 2025).

Os resultados apresentados no Gráfico 2 também ajudam a perceber que a renda está relacionada a outras formas de desigualdade. Em 2025, mesmo após a melhora registrada ao longo do período, os 10% mais pobres ainda apresentam níveis elevados de insuficiência em diferentes dimensões: 0,6034 em educação, 0,6319 em trabalho, 0,9972 em renda e patrimônio, 0,7753 em bens de consumo e 0,4929 em bens e serviços coletivos. Entre os 10% mais ricos, os valores são consideravelmente menores: 0,0902 em educação, 0,2260 em trabalho, 0,3660 em renda e patrimônio, 0,0875 em bens de consumo e 0,1124 em bens coletivos.

Essas diferenças mostram que a desigualdade monetária não se limita apenas ao volume de renda recebido pelos indivíduos. A posição ocupada na distribuição de rendimentos também aparece associada a condições distintas de acesso à educação, inserção no mercado de trabalho, aquisição de bens e utilização de serviços e estruturas necessárias à vida cotidiana. Em outras palavras, possuir uma renda mais baixa tende a estar relacionado a um conjunto mais amplo de limitações que ultrapassam a própria dimensão monetária.

É justamente nesse ponto que a contribuição de Myrdal amplia a interpretação construída a partir de Marx. A análise marxiana ajuda a compreender as bases estruturais da desigualdade no capitalismo, principalmente por meio das relações entre propriedade, capital e trabalho. Myrdal, por sua vez, permite observar como essas diferenças podem se espalhar por outras dimensões da vida social e se reforçar ao longo do tempo. Assim, desigualdades de renda, educação, trabalho e acesso a bens e serviços não aparecem de maneira isolada, mas podem formar um processo cumulativo no qual uma condição desfavorável contribui para a permanência ou o agravamento de outras (Ferreira e Salles, 2022).

Entre os resultados observados na tabela 2, destaca-se inicialmente a melhora das condições habitacionais entre os 10% mais pobres. Nessa dimensão, a insuficiência apresentou uma redução de aproximadamente 27,46% no período analisado. Também foram registradas quedas relevantes em educação, com cerca de 21,95%, em trabalho, com 21,11%, e em bens e serviços de uso coletivo, com aproximadamente 20,04%. No caso dos bens de consumo, o indicador passou de 0,8682, em 2016, para 0,7753, em 2025, representando uma redução de 10,70%. Apesar dessa melhora, o resultado ainda permanece em um patamar elevado.

Tabela 2 - Comparação das dimensões do IISM entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos (2016 e 2025)

No entanto, para um estudo voltado à desigualdade de renda, o dado que mais chama atenção aparece na dimensão renda e patrimônio. Entre os 10% mais pobres, esse indicador era de 1,0 em 2016 e chega a 0,9972 em 2025, o que corresponde a uma variação de apenas -0,28%. Em outras palavras, enquanto dimensões como educação, trabalho, habitação e acesso a serviços coletivos apresentam avanços mais perceptíveis, a insuficiência relacionada à renda e ao patrimônio praticamente permanece inalterada na base da distribuição, porém essa mesma afirmação anterior carece de uma análise mais esmiuçada.

Quando olhamos para o indicador de extrema pobreza, por exemplos, vemos uma melhoria significativa saindo de 99,95% em 2016, para 69,42% em 2025; segundo a metodologia do IISM, como a dimensão é formada por quatro indicadores e o limiar de

classificação é de 25%, a ocorrência de apenas uma dessas condições já é suficiente para caracterizar o domicílio como insuficiente nessa dimensão, então, uma pequena redução do índice pode estar associada à expressiva diminuição da extrema pobreza e com isso não podemos dizer, por exemplo, que essa pequena variação entre os anos de 2016 e 2025 não possa ser fruto da influência de programas como o Minha casa, Minha vida.

Esse resultado pode ser considerado um dos achados mais relevantes da análise, pois mostra que as famílias de menor renda experimentaram melhorias em diferentes aspectos de suas condições de vida, mas continuam apresentando forte vulnerabilidade quando se observa sua situação material em termos de renda e patrimônio. A redução de outras insuficiências, portanto, não foi acompanhada por uma mudança de mesma intensidade nessa dimensão.

Esse comportamento se aproxima da distinção anteriormente construída a partir da perspectiva de Marx. A melhora nas condições concretas de reprodução da vida pode representar um avanço social importante, mas não significa, necessariamente, uma transformação equivalente na forma como renda e riqueza são apropriadas e distribuídas. Assim, ainda que determinadas condições sociais tenham melhorado ao longo do período, a permanência de um nível quase máximo de insuficiência em renda e patrimônio entre os 10% mais pobres sugere que as desigualdades materiais mais profundas continuam presentes.

Conclusão

A pesquisa analisou a desigualdade de renda no Brasil entre 2016 e 2025 a partir da relação entre a posição dos indivíduos na distribuição monetária e a insuficiência socioeconômica multidimensional. A utilização dos decis de renda em conjunto com o IISM permitiu observar não apenas a distância entre os extremos da distribuição, mas também as dimensões em que essas diferenças permanecem mais evidentes. Os resultados apontam melhora geral no período. O IISM total caiu de 0,4039, em 2016, para 0,3524, em 2025, uma redução de 12,75%. Entre os 10% mais pobres, a queda foi de 16,71%, passando de 0,7239 para 0,6029. Como consequência, o hiato entre o primeiro e o décimo decis diminuiu cerca de 21,46%, e a relação entre os dois grupos caiu de 4,69 para aproximadamente 3,87 vezes. Essa trajetória pode ser compreendida em três momentos. Apesar desse avanço mencionado anteriormente, a redução das desigualdades teve uma ocorrência de forma desigual entre as dimensões analisadas. Conseguimos sim observar melhoria bem importantes na habitação, educação, trabalho e acesso aos bens de serviços. Porém a renda e patrimônio praticamente não se alterou suficientemente entre os 10% mais pobres que ficou basicamente no nível máximo da insuficiência. Isso indica que sim conseguimos ver uma melhora nas condições de vida, porém não foi tão equivalente nas vulnerabilidade material dessa base. A trajetória observada também sugere que a recuperação do mercado de trabalho, as transferências de renda, a retomada do Bolsa Família e a valorização do salário mínimo podem ter contribuído para a melhora registrada principalmente a partir de 2022. Ainda assim, é necessário cautela. A metodologia utilizada é descritiva e não permite afirmar que uma política específica tenha causado diretamente a queda do IISM. O mais adequado é considerar que a melhora observada, principalmente a partir de 2022, é compatível com a atuação conjunta dessas políticas e com a recuperação do mercado de trabalho. Conclui-se, portanto, que entre 2016 e 2025 houve redução das insuficiências e aproximação parcial entre os extremos da distribuição. Porém, a permanência de níveis

muito elevados de insuficiência em renda e patrimônio entre os mais pobres indica que o país avançou mais na redução de determinadas privações sociais do que na transformação da estrutura de concentração econômica. Para estudos futuros, recomenda-se aprofundar a análise dos componentes internos da dimensão renda e patrimônio e utilizar métodos capazes de estimar com maior precisão os efeitos das políticas públicas sobre cada dimensão do IISM.

Referências

BRASIL. Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022. Altera o art. 225 da Constituição Federal, reconhece estado de emergência e, entre outras medidas, expande o Programa Auxílio Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc123.htm. Acesso em: 23 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e outras normas; e revoga dispositivos relacionados ao Programa Auxílio Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm. Acesso em: 23 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023. Define o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio e 2023 e estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14663.htm. Acesso em: 23 ago. 2026.

CARVALHO, Laura. Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2021.

COSTA, D. M. et al. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. Cadernos de Saúde Pública, 2023.

GONÇALVES, M. P. Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. Revista Princípios, n. 169, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: em 2023, taxa anual de desocupação foi de 7,8%, enquanto taxa de subutilização foi de 18,0%. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39025-pnad-continua-em-2023-taxa-anual-de-desocupacao-foi-de-7-8-enquanto-de-taxa-de-subutilizacao-foi-de-18-0. Acesso em: 23 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: em 2024, taxa anual de desocupação foi de 6,6%, enquanto taxa de

subutilização foi de 16,2%. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42530-pnad-continua-em-2024-taxa-anual-de-desocupacao-foi-de-6-6-enquanto-taxa-de-subutilizacao-foi-de-16-2. Acesso em: 23 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: rendimento de todas as fontes 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv102174_informativo.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: taxas anuais de desocupação são as menores da série em 20 unidades da Federação. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 2026. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/45920-pnad-continua-taxas-anuais-de-desocupacao-sao-as-menores-da-serie-em-20-unidades-da-federacao. Acesso em: 23 ago. 2026.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2019.

KALECKI, M. Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

KEYNES, J. M. The General Theory of Employment, Interest and Money. London: Macmillan, 1936.

LAVOIE, M. Post-Keynesian Economics: New Foundations. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014.

ROCHA, S. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, 2011.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate Demand and the Slowdown of Brazilian Economic Growth from 2011-2014. Nova Economia, v. 25, n. 3, p. 803-833, 2015.

SOUZA, P. H. G. F.; HECKSHER, M.; OSORIO, R. G. Um país na contramão: a pobreza no Brasil nos últimos dez anos. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11563/7/NT_102_Disoc_Um_Pais.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

TROVÃO, C. J. B. M. Desigualdade multidimensional: uma abordagem keynesiana. Carta Social e do Trabalho, Campinas, n. 33, p. 47-58, 2016.

TROVÃO, C. J. B. M.; SILVA JUNIOR, A. H. M.; ARAÚJO, J. B. Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): definição conceitual, proposição metodológica e aplicação para o Brasil com dados da PNAD Contínua de 2016-2022. Texto para Discussão. Natal: UFRN/DEPEC, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Observatório da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional: metodologia. Natal: UFRN, [s.d.]. Disponível em: https://ism.ccsa.ufrn.br/metodologia/. Acesso em: 26 ago. 2026.

WORLD BANK. The State of Social Safetyr Nets. [S.l.]: World Bank, 2018.

Anexos



Tabela 1 - Evolução do IISM segundo extremos da distribuição, hiato e total (2016 a 2025)

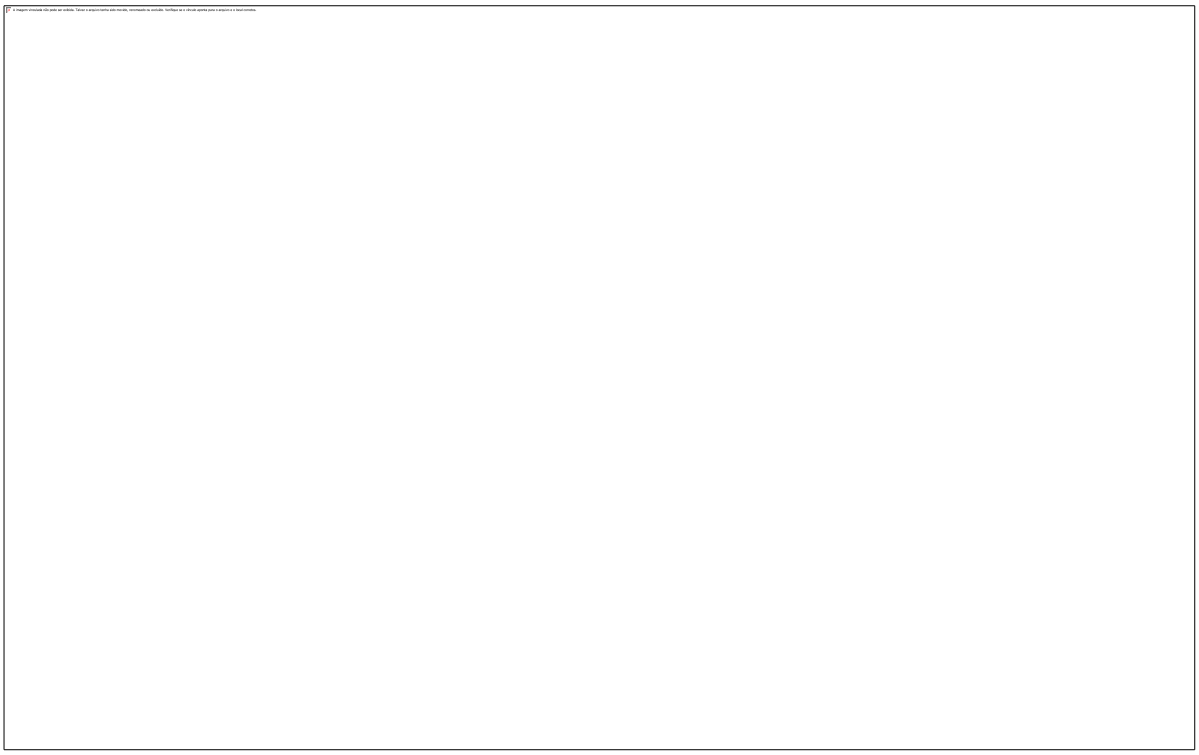
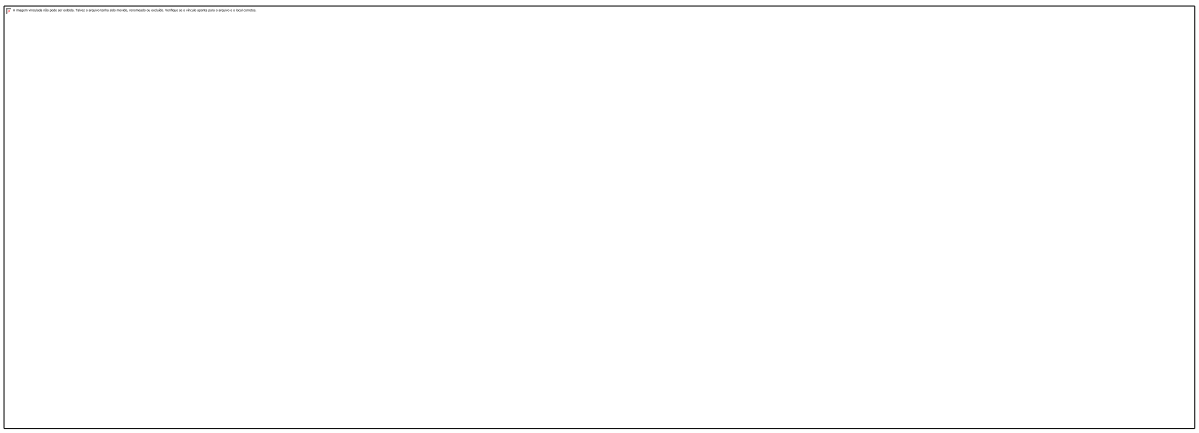
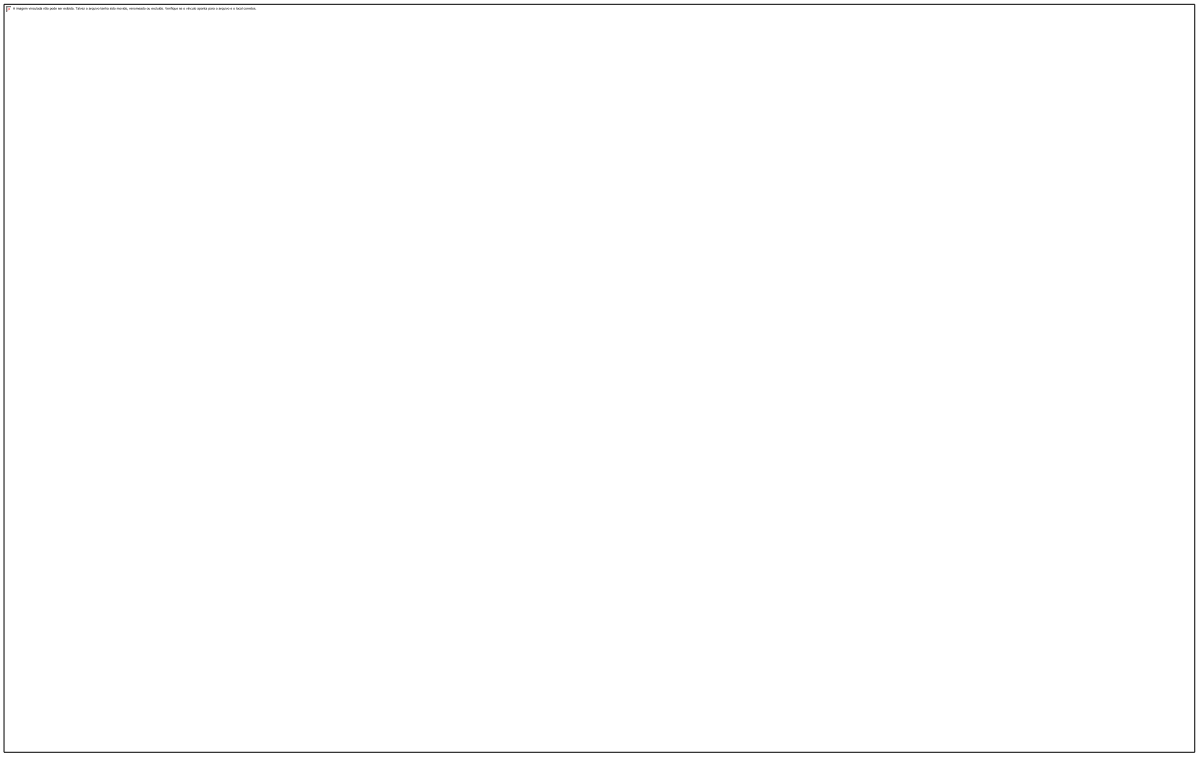


Gráfico 1 - Evolução do IISM por decis de renda (2016 a 2015)



Comparação das dimensões do IISM entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos (2016 e 2025)



Representação gráfica hexagonal de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica (2016 a 2025)

CÓDIGO: HS0518

AUTOR: LÍVIA DIAS DE SOUZA

ORIENTADOR: ELIANA ANDRADE DA SILVA

TÍTULO: Extensão Rural para agricultura familiar: no contexto do novo arcabouço Fiscal no governo Lula 2023-2026

Resumo

O presente trabalho apresenta o projeto de Iniciação Científica que visa analisar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) destinada à agricultura familiar no contexto do governo Lula (2023-2026), considerando os efeitos do Novo Arcabouço Fiscal sobre o planejamento e o financiamento das políticas públicas rurais. Desse modo, a pesquisa está vinculada a um estudo mais amplo sobre as tendências das políticas de agricultura familiar nos Planos Plurianuais (PPA) e utiliza pesquisa bibliográfica e documental, com destaque para o acompanhamento dos recursos orçamentários destinados à ATER. Nesse sentido, a discussão compreende que o avanço da hegemonia do capital financeiro e das políticas de austeridade fiscal tem provocado a redução da capacidade do Estado de garantir direitos e executar políticas sociais. No Brasil, esse processo se expressa por medidas de ajuste fiscal, privatizações, contenção dos gastos públicos e alterações legislativas que restringem o financiamento das ações estatais. Assim,os resultados indicam que tais medidas atingem especialmente as populações em situação de maior vulnerabilidade, entre elas os agricultores familiares, contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais e econômicas.

Palavras-chave: Extensão Rural. Agricultura Familiar. Austeridade Fiscal.

TITLE: Rural Extension for Family Farming: In the Context of the New Fiscal Framework under the Lula Administration (2023–2026)

Abstract

This paper presents an undergraduate research project aimed at analyzing Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services for family farming during the Lula administration (2023–2026), specifically considering the impact of the New Fiscal

Framework on the planning and financing of rural public policies. The research is part of a broader study on trends in family farming policies within Multi-Year Plans (PPA) and employs bibliographic and documentary analysis, with a particular focus on tracking budgetary resources allocated to ATER. The discussion posits that the growing hegemony of financial capital and fiscal austerity policies has diminished the State's capacity to guarantee rights and implement social policies. In Brazil, this process manifests through fiscal adjustment measures, privatizations, public spending curbs, and legislative changes that restrict funding for state initiatives. Consequently, these measures disproportionately affect the most vulnerable populations—including family farmers—thereby exacerbating social and economic inequalities.

Keywords: Rural Extension. Family Farming. Fiscal Austerity.

Introdução

Primordialmente, vale salientar que a pesquisa tem como foco a análise da Extensão Rural voltada à agricultura familiar no contexto do Novo Arcabouço Fiscal, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tomando como referência o Plano Plurianual (PPA) 2023-2026. Nesse sentido, busca-se acompanhar a dinâmica orçamentária destinada à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ao longo desse período. Nesse ínterim, para compreender o objeto em sua complexidade, a investigação parte de uma perspectiva de totalidade, procurando identificar as determinações e mediações macroestruturais que articulam a política de extensão rural às transformações econômicas, políticas e sociais presentes no atual processo de reprodução ampliada do capital.

Nessa direção, considera-se o atual processo de reprodução ampliada do capital e a centralidade do capital financeiro na definição das políticas econômicas. Conforme Magalhães (2017), a mundialização do capital fortalece a influência das finanças sobre o Estado, direcionando recursos públicos para a esfera mercantil e priorizando a estabilidade econômica, o crescimento e a sustentabilidade da dívida pública. Como consequência, ocorre o enfraquecimento das funções sociais estatais e a redução da capacidade de enfrentamento da questão social.

Por conseguinte, salienta-se que no Brasil, o avanço das políticas de austeridade fiscal, intensificado desde a década de 1980, manifesta-se por meio da privatização de serviços e empresas públicas, da contenção dos gastos e da adoção de mecanismos de controle das contas estatais. Sendo assim, medidas como a PEC 55/2016, a PEC 31/2016 e o Novo Arcabouço Fiscal expressam essa orientação, estabelecendo limites ao financiamento das políticas públicas. Logo, seus efeitos atingem principalmente as classes subalternizadas, contribuindo para o agravamento do desemprego, da pobreza, da insegurança alimentar e das desigualdades sociais.

Em contrapartida, no meio rural, esse processo repercutiu significativamente sobre as políticas destinadas à agricultura familiar entre 2016 e 2022. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a redução dos investimentos e as alterações na legislação contribuíram para o enfraquecimento dessas políticas, ao mesmo tempo em que favoreceram o direcionamento de recursos para setores vinculados ao agronegócio.

Nesse contexto, a ATER também sofreu impactos. Durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), suas ações passaram a ser coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo desenvolvidas principalmente por meio de programas e iniciativas específicas, evidenciando a fragmentação e o enfraquecimento da política de extensão rural para agricultores familiares.

Vale destacar, portanto, que a ATER constitui um serviço de educação não formal e contínua voltado ao meio rural, contribuindo para processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de atividades agropecuárias e não agropecuárias (BRASIL, 2010). Sua relevância para a agricultura familiar está relacionada ao acesso a conhecimentos, tecnologias, organização produtiva e políticas públicas.

Dessa forma, a pesquisa busca compreender em que medida a retomada das políticas rurais no governo Lula representa uma mudança diante do processo de desfinanciamento observado anteriormente, considerando os limites impostos pelo Novo Arcabouço Fiscal. A análise do PPA 2023-2026 e dos dados orçamentários permitirá identificar as tendências dos investimentos em ATER e contribuir para a compreensão dos impactos das decisões econômicas sobre a agricultura familiar e a efetivação das políticas públicas no meio rural.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, considerando que a realidade social é constituída por múltiplas dimensões e condicionantes de natureza econômica, política, social e cultural. Para o desenvolvimento do estudo, são articulados procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, além da consulta a bases de dados oficiais, como o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Esses procedimentos possibilitam examinar a alocação de recursos públicos e acompanhar os investimentos destinados à política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar, tomando como referência as informações orçamentárias previstas no Plano Plurianual (PPA).

Nesse percurso, são levantadas informações orçamentárias atualizadas referentes à política de Extensão Rural destinada à agricultura familiar, utilizando o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) como principal fonte de dados. A análise busca identificar o comportamento e as tendências dos recursos destinados à ATER no período investigado, considerando também a atualização dos valores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para isso, foi necessário realizar estudos acerca dos procedimentos de cálculo de inflação e deflação, de modo a garantir maior precisão na comparação dos valores orçamentários ao longo dos anos.

Paralelamente, o levantamento bibliográfico constitui uma atividade permanente da pesquisa, sendo fundamental para o aprofundamento das categorias teóricas que orientam a análise, especialmente ATER, agricultura familiar e ajuste ou austeridade fiscal. Entre as produções utilizadas como referência, destacam-se Alencar Júnior (2024), que discute o Novo Arcabouço Fiscal e seus impactos sobre capital e trabalho; Lopes (2021), cuja pesquisa aborda a atuação extensionista diante dos desafios da ATER digital; e Salvador

(2024), que analisa as implicações do arcabouço fiscal para o financiamento das políticas sociais.

Por fim, destaca-se que a realizar pesquisa bibliográfica, documental e em banco de dados, de modo a permitir um caminho que proporcione aproximações sucessivas sobre as temáticas que envolvem o objeto de estudo proposto, além da coleta de dados orçamentários na referida fonte.

Resultados e Discussões

Os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa possibilitaram o alcance dos objetivos propostos considerando o levantamento realizado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), sendo possível atualizar e sistematizar informações referentes aos investimentos públicos destinados aos serviços de ATER, acompanhando sua trajetória orçamentária durante o período analisado.

Desse modo, a análise do Plano Plurianual (PPA) 2023-2026 também possibilitou identificar os objetivos, metas e ações relacionadas à ATER e à agricultura familiar, bem como as alterações ocorridas em sua organização durante o governo Lula. Sendo assim, a retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) representou uma mudança institucional relevante, indicando a reconstrução de políticas e programas direcionados ao segmento. Esse movimento diferencia-se do período anterior, marcado pelo enfraquecimento das políticas de agricultura familiar e pela fragmentação das ações de extensão rural. Apesar da retomada institucional, os resultados demonstram que a ampliação das ações de ATER permanece condicionada às restrições estabelecidas pela política fiscal vigente.

A partir do levantamento realizado no SIOP, podemos observar os investimentos realizados na política de ATER, entre os anos 2014 a 2025, para efeito desta análise, consideramos a ação orçamentária para identificarmos os valores investidos na política de ATER.

A análise do gráfico em questão, nos indica que houve uma leve recuperação nos investimentos quando comparamos ao ano de 2022, mas ainda não superou o ciclo positivo de investimentos que ocorreu em 2016.

O ajuste fiscal não se restringe apenas à dimensão econômica, mas produz efeitos sobre a capacidade do Estado de financiar e implementar políticas públicas. Dessa maneira, os resultados foram interpretados a partir de uma perspectiva de totalidade, relacionando as transformações observadas na política de ATER às determinações econômicas, políticas e sociais que atravessam a realidade brasileira.

Assim, os resultados alcançados, permitem compreender as mudanças institucionais e orçamentárias da política de ATER no governo Lula e seus limites diante do Novo Arcabouço Fiscal. A pesquisa aponta para uma perspectiva de reconstrução das políticas voltadas à agricultura familiar, embora ainda marcada por desafios relacionados à

disponibilidade de recursos e às determinações da política econômica. Desse modo, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a relação entre orçamento público, austeridade fiscal e políticas rurais, além de fortalecer a produção de conhecimento e a formação de pesquisadores no âmbito acadêmico.

Conclusão

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, conclui-se que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada à agricultura familiar vive um momento de transição e disputa estrutural sob o governo Lula (2023-2026). Por um lado, há uma evidente e necessária retomada institucional, simbolizada principalmente pela recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Esse movimento representa uma importante ruptura em relação ao período anterior (2016-2022), no qual se observou o desmonte sistemático, a fragmentação e o desfinanciamento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar.

Por outro lado, a investigação evidencia que a reconstrução física e política desse setor encontra-se profundamente tensionada pelas restrições impostas pelo Novo Arcabouço Fiscal. A hegemonia do capital financeiro sobre as decisões macroeconômicas direciona a atuação estatal para a estabilidade da dívida pública e a austeridade fiscal. Consequentemente, as medidas de controle de gastos públicos limitam o potencial de expansão e a execução das políticas sociais, afetando de forma desproporcional as populações de maior vulnerabilidade, como os agricultores familiares. Dessa forma, embora a recomposição orçamentária tenha sido buscada e planejada no Plano Plurianual (PPA) 2023-2026, a execução plena da ATER permanece subordinada aos limites e metas fiscais vigentes.

Metodologicamente, o estudo demonstrou a importância de cruzar a análise qualitativa das categorias teóricas com a análise quantitativa de dados orçamentários extraídos do SIOP e corrigidos pelo IPCA, permitindo identificar com precisão as tendências reais dos investimentos públicos rurais. Além disso, o desenvolvimento deste plano de trabalho trouxe contribuições relevantes para a formação acadêmica da pesquisadora, proporcionando o domínio de ferramentas de análise orçamentária e aprofundando o debate sobre as intersecções entre economia política e direitos sociais no campo.

Dessarte, como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a continuidade do monitoramento sistemático da execução orçamentária efetiva da ATER ao longo de todo o período do PPA 2023-2026. Isso permitirá mensurar o tamanho exato da lacuna entre o que foi planejado institucionalmente e o que foi efetivamente executado sob as amarras do regime de austeridade fiscal.

Referências

Brasil, Política Nacional de ATER, Ministério do Desenvolvimento agrário, Brasília, 2004

BRASIL. ATER (lei 12188/2010), Ministério do Desenvolvimento agrário, Brasília, 2010.

DIESEL, V. DIAS, M. M. NEUMANN, P. S. PNATER (2004:2014) Da concepção à materialização. In: GRISA, C. SHCNEIDER. (ORGS) Politicas de Desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MAGALHÃES, M. O Ajuste fiscal brasileiro.IN: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017)-. - Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017

MÉSZAROS, I. A crise estrutural do capital. [tradução Francisco Cornejo… [et al.]. - 2 ed. rev. E ampliada. - SP: Boitempo, 2011.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P.; ZARNOTT, A. V. A política pública de extensão rural em assentamento da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. In: GRISA, C. SHCNEIDER. (ORGS) Politicas de Desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

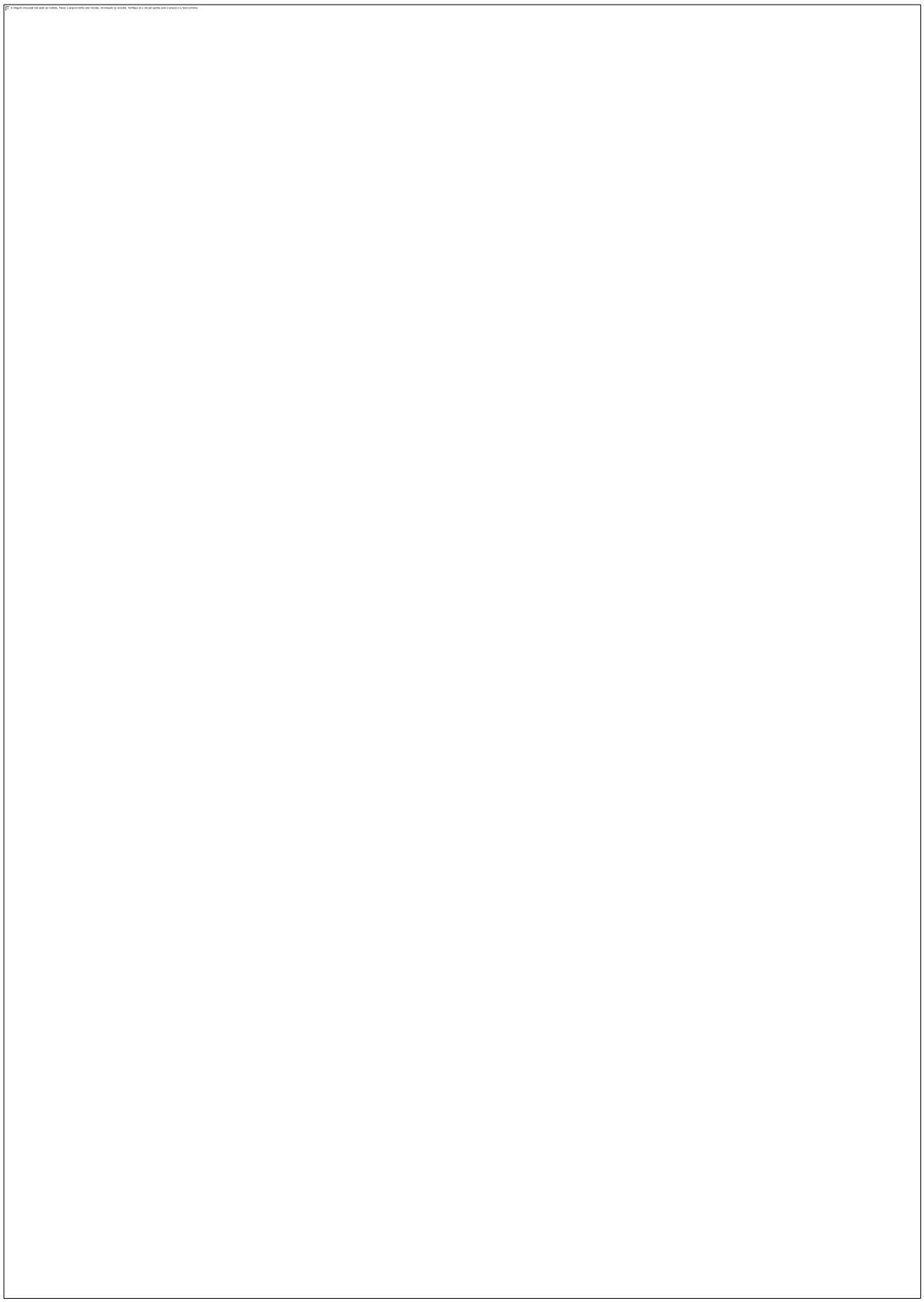
SALVADOR, E. a desvinculação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. IN: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017)-. - Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; VIEIRA, Pedro Arruda; Izabelle; BATTESTIN,Simone; CAMPOS, Áquila Estevão; SILVA, Wesley. Políticas públicas para o desenvolvimento Rural e de combate a pobreza no campo. IPEA/PNUS/FIDA, 2016.

LEITE, S. PEREIRA; SABOURIN, E. Introdução à seção temática: Entre continuidades e descontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira. In: Revista Estudos, sociedade e agricultura. RJ: CPDA/UFRRJ out. 2021 a jan. 2022. DIESEL, Vivian, NEUMANN ,Pedro Selvino, DIAS, Marcelo Miná, FROEHLICH, José Marcos. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? In: Revista Estudos, sociedade e agricultura. RJ: CPDA/UFRRJ out. 2021 a jan. 2022

Anexos



DADOS ORÇAMENTÁRIOS ATER (2014-2025)

CÓDIGO: HS0543

AUTOR: MARIA EDUARDA DE LIMA XAVIER

ORIENTADOR: ANTONIO ALVES FILHO

TÍTULO: Condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho sob a ótica dos professores e TAE da UFRN

Resumo

O presente trabalho buscou investigar, levando em conta o período pandêmico e pós pandêmico da COVID-19, as condições de trabalho e a qualidade de vida dos servidores docentes e técnicos administrativos da UFRN sob a perspectiva desses profissionais. Para atingir esse objetivo, se utilizou de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, com realização de 84 entrevistas semi estruturadas com TAEs e docentes. Após a transcrição integral, realizou-se análise de conteúdo temática, com auxílio software Qualitative Data Analysis Software (QDA miner). Dos resultados encontrados foi possível observar que: antes da pandemia havia uma maior valorização das relações interpessoais; durante a pandemia um dos principais achados refere-se a dificuldade de adaptação ao modelo remoto, sobrecarga de trabalho, falta e suporte da universidade, prejuízos no ensino e mudanças na organização do trabalho. Por fim, dos aspectos da retomada das atividades presenciais e os seus desafios foi observado a valorização do formato híbrido, intensidade da virtualização, redução orçamentária e perspectiva de garantia de qualidade no ensino-aprendizagem. Com isso, foi possível concluir que as vivências das condições de trabalho e qualidade de vida dos docentes e TAEs tiveram impactos mais negativos que positivos, necessitando pois, um olhar cuidadoso da gestão para esses aspectos.

Palavras-chave: Condições de trabalho; Qualidade de Vida; Pandemia; TAEs; Docentes

TITLE: Working conditions and quality of working life from the perspective of UFRN professors and administrative staff

Abstract

This study aimed to investigate the working conditions and quality of life of faculty and administrative staff at UFRN from the professionals' own perspectives, considering both the COVID-19 pandemic and post-pandemic periods. To achieve this objective, an exploratory qualitative study was conducted, involving 84 semi-structured interviews

with administrative staff and faculty members. Following full transcription, a thematic content analysis was performed using Qualitative Data Analysis Software (QDA Miner). The results reveal that, prior to the pandemic, interpersonal relationships were more highly valued; during the pandemic, key findings included difficulties adapting to the remote work model, excessive workloads, a lack of university support, negative impacts on teaching, and changes in work organization. Finally, regarding the resumption of in-person activities and associated challenges, the study noted an appreciation for the hybrid format, the intensity of virtualization, budget cuts, and concerns regarding the quality of teaching and learning. Consequently, it was concluded that the experiences of faculty and administrative staff regarding working conditions and quality of life were characterized more by negative than positive impacts, thereby requiring careful management attention to these aspects.

Keywords: Working conditions; Pandemic;TAEs; Teachers; Quality Of Life

Introdução

As transformações no mundo do trabalho, têm modificado os processos de trabalho em instituições públicas, incluindo as universidades, impactando no trabalho de servidores, tanto docentes como técnicos-administrativos, sendo esses últimos os que prestam serviços de administração e apoio, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que enfrentam pouca visibilidade nas políticas educacionais de gestão das universidades (FARIA et al., 2017). Quanto aos docentes, estes enfrentam o contexto do produtivismo acadêmico, pressão cada vez maior por publicações intelectuais, além de outras atividades extracurriculares que necessitam realizar como profissionais, que implicam nas condições de trabalho refletidas no processo saúde/doença desses trabalhadores (QUEIRÓZ & EMILIANO, 2020).

Diante disso, compreendendo o cenário pandêmico da Covid-19, o qual ocasionou mudanças no contexto laboral, como a instalação do trabalho remoto. Em detrimento desse novo formato, os servidores precisaram se reorganizar para exercer as demandas, sendo assim, importante compreender os efeitos desse cenário nas condições de trabalho dos servidores.

Segundo Borges et al., (2013) às condições de trabalho são entendidas como um fenômeno multidimensional, abarcando aspectos como os contratuais e jurídicos, físicos e materiais, processos e características do trabalho e as condições do ambiente sócio-gerencial. Os quais, em conjunto, influenciam diretamente, tanto as relações de trabalho, como as próprias vivências laborais experimentadas no cotidiano pelos trabalhadores. Outra perspectiva que precisa ser investigada nos efeitos desse cenário é a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) a qual perpassa a um conjunto de variáveis que entendem sobre o bem estar, saúde mental e física e a sensação de realização profissional e pessoal (Maia,2025)

Assim, é importante compreender como essas condições de trabalho durante a pandemia foram percebidas de maneiras distintas por docentes e TAEs. Conforme Anjos (2022) os TAEs se adaptaram ao formato remoto, passando até a considerar como uma melhor opção do que o presencial. Alguns concordaram que havia um maior aproveitamento dos horários e que essa era uma boa modalidade para as atividades rotineiras administrativas. Porém, há estudos que afirmam que esse formato remoto trouxe inúmeros malefícios, pela falta de ergonomia na execução das tarefas que acarretam em maior sobrecarga, estresse, impactos físicos e a ausência de práticas de atividades físicas (Guimarães, 2022).

Segundo Anjos (2022) a percepção dos docentes em relação ao trabalho remoto relaciona-se a dificuldade de adaptação, no manuseio das atividades e também a preocupação com o ensino dos discentes. Embora a educação tenha migrado para o formato e permitido que as aulas fossem realizadas à distância, é importante relatar que nem todos os alunos possuem acesso e condições de uso das ferramentas tecnológicas, e isso é um dos fatores que dificultou a aprendizagem nas universidades públicas durante a pandemia (Oliveira, 2020)

Sob esse viés, com a retomada das atividades presenciais, as formas de trabalho continuam se modificando e resultaram em mudanças nos modelos de trabalho, entre elas está a manutenção do teletrabalho, os quais apresentam aspectos positivos e negativos. Segundo Cela (2024) as características favoráveis relacionam-se à flexibilidade do tempo, no qual o trabalhador consegue optar pela melhor escolha na sua rotina. Por outro lado, a percepção negativa dos servidores demonstra que houve interferência dos afazeres domésticos no trabalho, ausência do contato presencial e sobrecarga de demandas.

A partir disso, o objetivo deste trabalho, foi compreender e analisar a percepção de docentes e TAEs da UFRN acerca de suas condições de trabalho e como isso afeta a qualidade de vida desses servidores, considerando a experiência durante a pandemia, a retomada das atividades presenciais e os desdobramentos que seguem afetando esses grupos ocupacionais.

Metodologia

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi conduzida por meio de um roteiro de entrevista semi estruturado. As entrevistas aconteceram de maneira on-line via Google Meet ou presencial, quando possível, sendo os convites por e-mail e WhatsApp. Para obter o maior número de entrevistados utilizou-se a técnica “bola de neve", solicitando aos participantes que compartilhassem para colegas da universidade outros possíveis interessados em contribuir com a pesquisa. Após a confirmação da participação, era enviado para o e-mail dos servidores o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização do uso de voz, para que as entrevistas pudessem ser transcritas na íntegra posteriormente. Antes do início das entrevistas, uma ficha com questões sócio-demográficas, para caracterização da amostra, era preenchida. Ao final, a amostra resultou em 84 entrevistas, sendo 48 docentes e 36 técnicos-administrativos.

Após a realização, as entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas à técnica de análise de conteúdo temática, seguindo os pressupostos de Bardin. As análises tiveram auxílio da ferramenta do software Qualitative Data Analysis Software (QDA miner). O estudo dividiu a análise por 4 categorias: antes, durante a pandemia, retomada das atividades presenciais e desafios futuros, a partir disso, criou-se códigos e descrições referente ao que mais se destacava nas entrevistas.

Na categoria antes da pandemia, foram contabilizados 4 códigos (valorização da rotina, condições precárias de trabalho, fator de adoecimento e valorização das relações interpessoais), sendo valorização das relações interpessoais o que recebeu maior número de menções dos entrevistados. Na categoria durante a pandemia, houve o maior quantitativo (10 códigos: suporte da universidade, falta de suporte da universidade, sociabilidade comprometida, sobrecarga de trabalho, prejuízos no ensino-aprendizagem, mudanças na organização de trabalho, valorização da TIC no trabalho, valorização do trabalho remoto, esforço individual e suporte precário), Sendo os os mais mencionados: suporte da universidade, falta de suporte da universidade, sociabilidade comprometida, sobrecarga de trabalho, prejuízos no ensino-aprendizagem e mudanças na organização de trabalho.

A categoria retomada das atividades presenciais, englobou 7 códigos (permanência de atividades virtuais, valorização das atividades remotas,aumento do trabalho no PGD,adoção do formato híbrido,valorização do formato híbrido, limites da autonomia no híbrido e readaptação lenta). Sendo os que tiveram maior frequência de menção: adoção ao formato híbrido, valorização do formato híbrido, valorização das atividades remotas. Por fim, a categoria desafios futuros, apresenta seis códigos(intensidade da virtualização, redução orçamentária, garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem, desrespeito ao servidor, precarização do trabalho, acompanhar as transformações da sociedade) sendo os mais evidenciados: intensidade da virtualização, redução orçamentária e garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Resultados e Discussões

De acordo com a ficha sociodemográfica, foi possível observar, no que tange aos participantes técnicos-administrativos, que a amostra contou com trabalhadores com idade entre 22 a 57 anos. Quanto ao gênero 21 se declaram homens e 15 mulheres. Quando perguntados acerca de seu estado civil, 18 disseram ser casados e 13 solteiros, já quando questionados se tinham filhos ou não, 24 participantes afirmaram que não tinham e os outros 12 relataram que tinham. Das unidades da UFRN, havia 21 trabalhadores dos campi do interior (FACISA,CERES,FELCS) e outros 15 servidores do campus Natal central.

Com relação ao grupo ocupacional de docentes, com relação às variáveis verificou-se que em relação ao gênero,25 eram mulheres e 23 homens. A idade variou entre 32 e 62 anos; já o estado civil se distribui em 26 casados e 15 solteiros. Acerca dos filhos, 23 afirmaram que não tinham e 25 afirmaram que possuíam, quanto às unidades, 21 estão nos campi de interiores e 27 no campus Central.

A partir disso, os resultados serão apresentados por grupo de categorias: antes da pandemia, durante a pandemia, retomada das atividades presenciais e desafios futuros com intuito de investigar como a pandemia e seus desdobramentos ainda afetam os servidores, segundo a percepção deles. Dessa forma, a categoria antes da pandemia que se refere às atividades presenciais anteriores ao Covid-19, para TAE e docentes o maior destaque foi a *valorização das relações interpessoais*, que refere-se ao reconhecimento do contexto presencial favorecer o desenvolvimento das relações e vivências no trabalho, o que dialoga com o que Faria et al.,(2017) afirma sobre o coleguismo ser uma fonte de apoio social que fornece bem-estar, sentido e satisfação ao trabalho.

Durante a pandemia, período em que os servidores estavam exercendo suas atividades remotamente e vivendo o isolamento devido ao vírus do Covid-19, observou-se uma maior ênfase em *difícil adaptação ao remoto*, ondes 41,7% dos técnicos enxergam como um processo de adaptação das atividades para o formato remoto que foi bastante desafiador, exigindo maior esforço para realização das demandas. Já dos resultados obtidos dos docentes, 75% relataram sentir também dificuldade durante esse período, o que é pode ser explicado Matias et al., (2023) quando referem e esse momento pandêmico houve a necessidade de adaptar novas ferramentas de trabalho, reestruturar aulas, avaliações e ainda se acostumar com a nova rotina de trabalho em um curto espaço de tempo. Nas falas de um dos entrevistados docentes é possível perceber o impacto dessa nova realidade:

“Nós não estávamos preparados pra isso, para esse uso muito constante né, muito amplo dessas tecnologias e esses dispositivos digitais, lógico que fazíamos uso, mas de uma forma assim mais, era uma opção que o professor tinha né. Com esse momento de pandemia não foi mais uma opção, foi uma necessidade, uma obrigação, enfim, então nós tivemos de aprender a fazer uso de muitas ferramentas disponíveis nesse mundo digital para que atendêssemos as necessidades do momento e assim darmos continuidade as nossas tarefas de trabalho, caso contrário, não teríamos condições de desenvolver essas atividades” (Entrevista 19)

Nota-se também que houve um prejuízo nas interações com os colegas, presente no código *Sociabilidade Comprometida*, o qual obteve-se 44,4% e na percepção dos TAE e 58,3% na perspectivas dos docentes de que a socialização vivenciada no contexto presencial foi prejudicada na pandemia e a interação com colegas foi limitada. Segundo Anjos (2022) é possível perceber a perspectiva do isolamento social na pandemia no que tange ao afastamento de colegas, familiares e amigos que piorou a saúde mental dos servidores. Como exemplo um dos entrevistados TAE afirmam:

“O nosso relacionamento foi fragilizado, porque antes nós tínhamos contato diário, certo? Cinco vezes por semana, nós estávamos juntos ali trabalhando de forma coletiva e a pandemia afastou bastante o contato presencial. Eu acredito que, depois da pandemia, a nossa proximidade enquanto colegas, se distanciou bastante”. (Entrevista 72)

Além disso, o código *Sobrecarga de trabalho* refere-se a uma maior sobrecarga de trabalho que advém do excesso de atividades desenvolvidas no contexto de trabalho remoto, que foi relatada por 50% dos técnicos administrativos e 75% dos docentes. Segundo Magalhães (2022) os servidores sentiram um aumento de demandas e horas de trabalho em atividades virtuais que resultaram em uma sensação de esgotamento e

fatores associados à saúde mental como o estresse, ansiedade e depressão. É a partir desse contexto, que os entrevistados docentes relatam sobre o agravamento e as condições de trabalho precarizadas durante a pandemia:

"As atividades de trabalho eram todas em casa e isso estressa muito. Isso foi muito ruim. Na verdade as horas de trabalho se multiplicaram, eu diria." (Entrevista 33)

Outrossim, o código de *mudanças na organização do trabalho* representa que 50% dos docentes relatam que o trabalho remoto sentiu uma mudança significativa na forma de organizar seu trabalho. Com isso, esse tipo de modificação durante a pandemia refere-se ao tipo de conteúdo e processo do trabalho que, de acordo com Borges et al., (2013), o conteúdo diz respeito ao ajuste de demandas e habilidades e a possibilidades de apreender novas informações, quanto ao processo relaciona-se ao método e critério de organização do trabalho, o que reflete na reorganização das atividades e dos modos de execução do trabalho que foram necessários para continuidade das atividades. Isso pode ser compreendido na fala, por exemplo, de um dos entrevistados:

"Teve que fazer uma adaptação, né, uma adaptação dos materiais, uma adaptação das aulas, nem tudo que dá no remoto dá no presencial e vice-versa, presencial eu tenho como fazer uma aula só conversada e com anotação no quadro, isso não existe no remoto, né? [...]em sala de aula eu consigo controlar a sala o suficiente pra isso, não preciso de slide, né, nem sempre eu uso o slide, às vezes eu uso na maioria das vezes como um recurso..." (Entrevista 46)

Quanto ao código *prejuízo no ensino-aprendizagem*, que é descrito como tendo o formato remoto no ensino que prejudica a qualidade das aulas e o trabalho dos docentes, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, o que também pode ser atribuído à infraestrutura precária. Dos resultados obtidos 45,83% dos participantes docentes afirmaram uma ótica semelhante ao estudo de Oliveira (2020) que afirma que a pandemia impactou na organização das práticas pedagógicas, devido a emergência da instauração do modelo remoto que evidenciou fragilidades estruturais já existentes ao acesso à educação, como a dificuldade de adaptação perante ao acesso às aulas que necessitavam de ferramentas que nem todos tinham acesso. Esse aspecto pode ser evidenciado na seguinte fala de um dos entrevistados:

"[...] as aulas passaram a ser remotamente e a qualidade das aulas remotas é extremamente péssima. Não dá para comparar a aula presencial. A qualidade das aulas remotas cai muito. O ensino é remotamente prejudicial aos docentes e aos estudantes." (Entrevista 69)

Ademais, ainda nessa demarcação, também foi possível notar divergências no reconhecimento do suporte oferecido pela universidade, presentes no código suporte da universidade, o qual revela que 50% dos servidores TAEs e 47,9% dos docentes reconhecem o suporte oferecido pela universidade, seja ofertando equipamentos e tutoriais no uso de TIC, seja com ações voltadas ao cuidado e à promoção da saúde mental e qualidade de vida. Já no código falta de suporte da universidade, no qual 33,3% dos técnicos e 29,2% dos docentes informam que não houve suporte, no que diz respeito à infraestrutura para realizar o trabalho remoto.

Quanto à retomada das atividades presenciais, no que se refere ao código *adoção do formato híbrido* das evidências coletadas percebe-se que 27,8% dos entrevistados técnicos-administrativos aderiram ao PGD. Segundo Araújo (2025) o PGD permite aos servidores trabalharem em distintos modos, presencial, híbrido ou totalmente remoto dependendo das circunstâncias do perfil do trabalhador, este será inserido na modalidade que fizer mais sentido para a unidade em que trabalha.

Por fim, o código *valorização ao formato híbrido* é demonstrado por um percentual de 16,7% dentre os servidores que apontam benefícios relacionados à redução do tempo de deslocamento, maior flexibilidade e possibilidade de melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Como exemplo temos a fala de um dos entrevistados:

“Eu acho que essa nova modalidade de trabalho, permitindo alguns dias de trabalho remoto, também ajudaram nessa situação. Porque querendo ou não estando em casa a gente consegue organizar algumas coisas que não teríamos tempo com a questão do deslocamento, horário de almoço” (Entrevista 120)

Dos desafios futuros, o maior destaque é em relação a *redução orçamentária* que é relatado por 25% dos servidores TAE e 16,7% dos docentes como um obstáculo para lidar com os cortes de gastos públicos e a redução do orçamento da universidade. Segundo Queiróz e Emiliano (2020), o desmonte em cortes de verbas nas universidades públicas reflete em falta de infraestrutura, ausência de concursos, corpo docente e de TAE em menor quantidade, ocasionado uma maior intensificação de trabalho para os servidores, na tentativa de suprir essa ausência esses profissionais, acaba sobrecarregando seus afazeres e resultando em ainda mais precarização. A fala que segue revela um pouco essa percepção.

“alguns setores têm carência de pessoal, de apoio técnico, né, dos técnicos administrativos, e aí vai cobrindo aqui, dando um jeito ali, mas uma hora explode, né, porque não tem como. E agora? o maior gargalo é o orçamento mesmo, né, ter dinheiro para cumprir os compromissos do ano, quiçá poder planejar para o futuro”. (Entrevistado 59)

Outro ponto é que 22,2% dos TAES sentiram uma *intensidade na virtualização* que apesar do retorno às atividades presenciais se tornou algo recorrente no trabalho de muitos servidores, devido à sobrecarga de notificações, especialmente por meio de aplicativos como o WhatsApp, reuniões virtuais e outras demandas foram remotizadas. Em consoante com Maia (2025) a virtualização é um obstáculo à separação entre casa e trabalho, e que muitos trabalhadores tendem a continuar suas atividades mesmo após o encerramento do expediente e isso resulta em risco a qualidade de vida do sujeito. Apesar da virtualização ser citada também como um facilitador na comunicação, muitos servidores relataram cansaço extremo ao final do dia devido à quantidade de mensagens e à expectativa de respostas quase imediatas. O trecho a seguir revela essa questão:

“tudo ficou muito virtual né, documentos, os pedidos que antes era físico né, a pessoa ia lá, começou a ser virtual, e-mail, whatsapp, que isso gera um problema de horário, então isso continuou ainda né, e ainda está, voltou da pandemia e continua né, não é raro, isso é a coisa mais comum, da noite, pessoal mandar coisas para você né, fim de semana, isso veio da pandemia né, nesse modelo, é só mandar uma mensagem aqui, é só mandar um email”. (Entrevista 49)

Já para os docentes, o maior desafio é *garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem* querefere-se a queda da qualidade de ensino, redução na interação em debates de sala de aula e a presença diminuída em sala de aula, o que é evidenciado na fala de 29,2% dos professores que afirmam que ainda há consequências do período contexto remoto nas retomadas das atividades presenciais. A partir de Oliveira (2020) é possível notar a defasagem na aprendizagem dos estudantes em sentiram dificuldades de acompanhar as aulas e fazer assimilação de conteúdos, enquanto também existe uma preocupação por parte dos docentes com a qualidade da formação dos discentes, que é visto como um desafio, conforme pode ser visto na seguinte fala:

"Consideramos que aulas remotas, apesar da queda da qualidade do ensino, são aulas mais fáceis de serem dadas.Se não tem interação, se não tem debate. Então, me parece que há uma dificuldade em estabelecer os comportamentos anteriores a pandemia, uma dificuldade tanto docente quanto por parte dos estudantes também. Percebo que houve uma redução na disciplina, na pontualidade, na observância de horários. Percebo que a ausência aumentou um pouquinho". (Entrevista 69)

Diante de todos esses resultados apresentados, é possível verificar que todos esses aspectos apresentados podem afetar positivamente ou negativamente as condições de trabalho e qualidade de vida de TAEs e docentes. À vista disso, é importante compreender a percepção desses servidores perante a transição abrupta para o modelo remoto e as retomadas das atividades para o presencial.

Conclusão

Retomando o objetivo traçado para este plano de trabalho que foi compreender e analisar a percepção de docentes e TAEs da UFRN acerca de suas condições de trabalho e como isso afeta a qualidade de vida desses servidores, considerando a experiência durante a pandemia, a retomada das atividades presenciais e os desdobramentos que seguem afetando esses grupos ocupacionais foi possível concluir os principais resultados para técnicos administrativos durante o trabalho remoto, na pandemia, refere-se a processo difícil de adaptação, especialmente na organização do trabalho, prejuízos nas interações com os colegas, e divergências no reconhecimento do suporte oferecido pela universidade. Com a retomada das atividades presenciais, os TAE destacaram o Programa de Gestão de Desenvolvimento (PGD), que possibilitou a adoção do teletrabalho, apresentando sentimentos de injustiça, por apenas alguns poderem aderir ao programa, e de satisfação, para quem aderiu, pela flexibilidade, mais autonomia e eliminação do tempo gasto com deslocamento.

Para os docentes os achados essenciais relacionam-se às condições laborais, como o suporte insuficiente da universidade, a intensificação na sobrecarga de trabalho relacionada às modificações de práticas pedagógicas e atividades administrativas, dificuldades de adaptação às tecnologias digitais, além de terem que lidar com novas demandas impostas pela modalidade remota. Com a retomada das atividades presenciais, esse grupo apresentou maior preocupação sobre os prejuízos no ensino e como outros aspectos citados anteriormente impactam a qualidade de vida.

É importante continuar investigando acerca da qualidade de ensino pós-pandemia e como isso afeta a aprendizagem dos discentes, para que seja contornado as desigualdades e sejam superadas de forma que a educação se torne democrática. Quanto aos técnicos, é necessário reconhecer e dar visibilidade às funções exercidas dentro das universidade, ainda é preciso investigar os efeitos da recente implementação do PGD.

Já para os docentes é preciso continuar investigando os fatores que sobrecarregam e provocam o adoecimento desses trabalhadores, quanto a ênfase em dar suporte a pesquisas que buscam entender os processos de trabalho precarizados, quanto à infraestrutura e os desafios institucionais que atravessam toda a comunidade universitária. Por fim, os resultados demonstram a necessidade mais atuante nas políticas de gestão voltadas às universidades públicas para que seja garantido um suporte mais adequado pensando no atual cenário e na qualidade de vida desses servidores.

Referências

ANJOS, Elaine dos. Um estudo das formas de trabalho, durante e após a pandemia de COVID-19, nas universidades federais brasileiras a partir das perspectivas de docentes e técnico-administrativos. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia de Produção) — Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ARAÚJO, André Ryan de Souza. O Programa de Gestão e Desempenho na UFRN sob a percepção dos técnicos-administrativos: o caso do Campus Currais Novos. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2025.

BORGES, Lívia de Oliveira; COSTA, Maria Teresa Pires; ALVES-FILHO, Antônio; SOUZA, Anizaura Lídia Rodrigues; ROCHA-FALCÃO, Jorge Tarcisio da; LEITE, Clara Pires do Rêgo Lobão Amorim; BARROS, Sabrina Cavalcanti. Questionário de condições de trabalho: reelaboração e validação de construto. Avaliação Psicológica, v. 12, n. 2, p. 213-225, 2013.

CELA, Sandra Regina. Retorno ao trabalho no pós-pandemia: um estudo com servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à luz da Psicodinâmica do Trabalho. 2024. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

FARIA, R. M. O.; LEITE, I. C. G.; SILVA, G. A. O sentido da relação trabalho e saúde: para os assistentes em administração de uma universidade pública federal no estado de Minas Gerais. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 27, n. 3, p. 541-559, 2017.

GUIMARÃES, Bruno; SILVA, Thiago; MUNHOZ, Diego; LANDIVAR, Priscila. Riscos ergonômicos e sintomas musculoesqueléticos em técnicos administrativos do Instituto Federal Catarinense durante o teletrabalho na pandemia da COVID-19. Fisioterapia e Pesquisa, v. 29, n. 3, p. 278-283, 2022.

MAGALHÃES, Tatiana dos Anjos. Trabalho remoto em uma universidade: condições de trabalho, sobrecarga e assédio moral. SER Social, Brasília, v. 24, n. 51, p. 326–344, 2022. DOI:https://doi.org/10.26512/sersocial.v24i51.43132.

MAIA, R. M. M. D. S. Teletrabalho na Universidade Federal Rural do Semi-Árido: análise qualitativa dos impactos do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) nos servidores técnico-administrativos. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2025.

MATIAS, Aline Bicalho; FALCÃO, Márcia Thereza Couto; GROSSEMAN, Suely; GERMANI, Ana Claudia Camargo Gonçalves; SILVA, Andréa Tenório Correia da. A pandemia da COVID-19 e o trabalho docente: percepções de professores de uma universidade pública no estado de São Paulo, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 537-546, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023282.11972022

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 127, p. 27–40, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p27-40. Disponível em: Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia | Revista USP.

QUEIRÓZ, M. F. F.; EMILIANO, L. L. Ser docente no século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira. Revista Katálysis, v. 23, n. 3, p. 687-699, 2020.

CÓDIGO: HS0581

AUTOR: EMILLY DOS SANTOS SOUSA CINTRA

ORIENTADOR: RAIMUNDA FERNANDA DOS SANTOS

TÍTULO: ENTRE O CONTROLE E A COLABORAÇÃO: A APLICAÇÃO DA FOLKSONOMIA EM CATÁLOGOS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Resumo

Investiga o uso de folksonomias na representação e recuperação temática em catálogos de bibliotecas universitárias frente à Web Social. Objetiva analisar a produção científica sobre o tema, identificando instituições que implementaram a indexação social em seus catálogos em linha (OPACs) e seus parâmetros técnicos e metodológicos. Metodologicamente, é uma pesquisa bibliográfica, documental e exploratória quali-quantitativa, estruturada em estudo de caso com observação direta de ambientes digitais. O levantamento em seis bases (2005–2026), com triagem pela ABNT NBR 12676, selecionou 14 artigos para o corpus final. Os resultados indicam evolução em duas ondas (pioneira em 2008–2009 e maturação/hibridização a partir de 2016), com liderança da base LISTA (50%). No plano empírico, constata-se a descontinuidade de sistemas abertos pioneiros (AADL, PennTags) e a adesão a serviços terceirizados (LibraryThing). No Brasil, há iniciativas propositivas e experimentais (SiBi/UFSC e UFPB) com integração nos campos MARC 21 (650 e 653), persistindo a carência de módulos abertos no front-end dos OPACs. A folksonomia enriquece domínios subjetivos como a Literatura e favorece a serendipidade, demandando mediação contra ruídos. Conclui-se que a folksonomia assistida e moderada é o modelo mais consistente ao unir a autoridade técnica das linguagens documentárias à dinamicidade da linguagem natural, alinhando-se aos ODS 4, 9 e 16.

Palavras-chave: Folksonomia. Catálogos- Bibliotecas Universitárias. Indexação Híbrida.

TITLE: BETWEEN CONTROL AND COLLABORATION: THE APPLICATION OF FOLKSONOMY IN UNIVERSITY LIBRARY CATALOGS

Abstract

This study investigates folksonomies in subject representation and retrieval in university library catalogs facing the Social Web. It analyzes scientific production to identify institutions implementing social indexing in OPACs and their technical-methodological parameters. Methodologically, it is a qualitative-quantitative exploratory, bibliographic, and documentary research structured around case studies with direct observation of digital environments. A search across six databases (2005–2026), screened via ABNT NBR 12676, selected 14 articles for the final corpus. Results show an evolution across two waves (pioneering in 2008–2009 and maturation/hybridization from 2016), led by LISTA (50%). Empirically, the discontinuity of early open systems (AADL, PennTags) and reliance on third-party services (LibraryThing) were noted. In Brazil, experimental initiatives (SiBi/UFSC, UFPB) integrate MARC 21 fields (650/653), yet open front-end OPAC modules remain scarce. Folksonomy enriches subjective domains like Literature and fosters serendipity, requiring mediation against noise. Assisted and moderated folksonomy emerges as the most consistent model by merging documentary language authority with natural language dynamics, aligning with SDGs 4, 9, and 16.

Keywords: Folksonomy. Catalogs- University Library. Hybrid Indexing.

Introdução

No cenário contemporâneo, a explosão informacional e a ascensão da Web Social revolucionaram as formas de interação com o conhecimento. Enquanto a organização da informação se estruturava tradicionalmente de modo centralizado e hierárquico, a era digital conferiu protagonismo aos usuários, transformando-os em produtores e organizadores ativos de conteúdo. É nesse contexto que emergem as folksonomias, compreendidas como o resultado da etiquetagem (indexação social) realizada por usuários mediante o emprego de palavras-chave para representação e recuperação de objetos informacionais em múltiplos formatos (Santos; Corrêa, 2019). Entre suas principais características destacam-se a descentralização do controle terminológico, a simplicidade de uso, o reflexo da linguagem natural e o potencial de subsidiar a atualização de linguagens documentárias (Barros; Sales; Rosa, 2022).

Contudo, essa liberdade acarreta desafios: a ausência de controle estrito propicia sinonímias, polissemias e variações ortográficas que geram ruídos na recuperação. Não obstante tais limites, a aplicação das folksonomias em catálogos de bibliotecas universitárias desponta como campo fértil de investigação (Silva, 2013; Santos, 2016). Tradicionalmente alicerçados em esquemas rígidos voltados à precisão, esses ambientes podem ser enriquecidos pela etiquetagem social ao aproximar a indexação das reais necessidades e linguagens dos consulentes, criando rotas complementares de descoberta. A questão central reside em conciliar a flexibilidade da linguagem natural com a autoridade e a padronização requeridas pelos catálogos universitários em um modelo híbrido e sinérgico.

Diante disso, emergem os seguintes questionamentos: de que maneira a literatura discute a aplicação de folksonomias em catálogos universitários? Quais instituições no país implementaram a etiquetagem social em seus catálogos em linha (OPACs) e sob quais parâmetros técnicos e metodológicos?

Para responder a essas indagações, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar o panorama da literatura científica sobre a aplicação de folksonomias em catálogos de bibliotecas universitárias, identificando as instituições brasileiras que implementaram a etiquetagem social em seus OPACs e serviços de descoberta, bem como os parâmetros técnicos e metodológicos que orientam essas iniciativas. Especificamente, busca-se: a) mapear a produção científica sobre a temática; b) identificar as bibliotecas universitárias que implementaram a indexação social em seus OPACs; c) analisar como as folksonomias são implementadas nesses ambientes; e d) sintetizar os impactos, desafios e contribuições da folksonomia na representação temática e recuperação da informação.

A relevância do estudo fundamenta-se na demanda por sistemas mais participativos e no perfil dos profissionais da informação: 100% utilizam a internet ativamente e 70% aprovam a adoção de folksonomias em sistemas de automação bibliotecária (Santos; Silva, 2016). Além disso, levantamentos exploratórios na BRAPCI e Web of Science evidenciam escassez de análises sistemáticas sobre implementações técnicas no cenário nacional. A análise de modelos híbridos fornece subsídios aplicáveis à realidade de sistemas como o da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ademais, esta pesquisa vincula-se ao projeto PVE22619-2024, intitulado "Aplicações das folksonomias em plataformas colaborativas: análise de diferentes facetas da representação da informação e do conhecimento em ambientes digitais", desenvolvido no âmbito do PIBIC/UFRN. Por fim, alinha-se à Agenda 2030 da ONU, contribuindo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 (Educação de Qualidade), ao ampliar o acesso eficiente aos recursos informacionais; ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), pelo fomento à modernização das plataformas digitais; e ODS 16 (meta 16.10), ao assegurar o acesso público à informação e fortalecer a eficácia das instituições.

Metodologia

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com objetivos exploratórios e descritivos, conduzida sob uma abordagem predominantemente qualitativa, ancorada na sistematização de dados quantitativos preliminares e estruturada a partir de um estudo de caso.

O levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nas bases de dados Web of Science (WoS), SciELO, Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA), Scopus, Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em janeiro de 2026.

Para delimitar o escopo à aplicação em bibliotecas universitárias, foram empregadas combinações booleanas com descritores específicos nos campos de busca (título, resumo e palavras-chave). As expressões em língua inglesa compreenderam: "folksonomy" AND "university library catalog", "folksonomies" AND "university library catalogs", bem como os cruzamentos mais abrangentes "folksonomy" AND "catalog" e "folksonomy" AND "library". Em língua portuguesa, utilizaram-se:

"folksonomia" AND "catálogo de bibliotecas universitárias", "folksonomias" AND "catálogo de bibliotecas universitárias", além das fórmulas "folksonomia" AND "catálogo" e "folksonomia" AND "biblioteca". O detalhamento da distribuição desses documentos recuperados por termo e por fonte de informação é apresentado na seção de resultados (Gráfico 1).

A aplicação das estratégias de busca resultou em um universo inicial de 461 publicações, recuperadas entre os anos de 2005 e 2026, assim distribuídas: LISTA (200), Scopus (132), BRAPCI (107), BDTD (18), Web of Science (3) e Portal de Periódicos CAPES (1), após a identificação e remoção de registros em duplicata entre as bases.

Para a triagem, seleção e avaliação dos documentos recuperados, procedeu-se à leitura técnica fundamentada nos preceitos da norma ABNT NBR 12676 (Métodos para análise de documentos, determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação), assegurando rigor metodológico na identificação dos conceitos e na extração temática das obras. O percurso de refinamento e filtragem foi operacionalizado em duas etapas consecutivas:

Filtragem preliminar (Triagem): realizou-se a leitura técnica dos títulos, resumos e palavras-chave das 461 publicações identificadas. A partir dessa triagem inicial, selecionou-se uma amostra intermediária de 31 estudos que demonstraram aderência potencial à temática. Adotaram-se como critérios de inclusão: a identificação clara do contexto de aplicação, o alinhamento com a temática central de folksonomias e a presença de dados empíricos ou parâmetros técnicos passíveis de extração.

Seleção do corpus analítico final (Elegibilidade e Inclusão): procedeu-se à leitura integral das 31 obras pré-selecionadas, aplicando-se como critério central de inclusão a abordagem do impacto prático, empírico ou metodológico de folksonomias em catálogos de bibliotecas. Com isso, foram excluídos 17 trabalhos que não atendiam a essa condição, consolidando-se um corpus final de 14 artigos (31 lidos − 17 excluídos = 14 selecionados). Os motivos para descarte distribuíram-se em três categorias:

a) 8 estudos puramente teóricos ou conceituais, que abordavam a folksonomia de forma abstrata, sem propor ou examinar aplicações em catálogos;

b) 6 estudos tangenciais, que tratavam o tema de maneira periférica;

c) 3 pesquisas restritas ao uso de mídias sociais e plataformas de terceiros sem integração com catálogos (e.g., del.icio.us, Passei Direto).

O corpus documental definitivo, composto por 14 artigos, constituiu o objeto de análise exaustiva desta pesquisa. Em virtude do caráter ainda incipiente da literatura sobre a implementação em catálogos, não se estipulou recorte temporal restritivo para a seleção final, priorizando-se a aderência e a relevância substantiva dos estudos. O fluxo desse processo sistemático encontra-se sintetizado na Figura 1 **(ANEXO A)**.

De maneira complementar, o Quadro 1 **(ANEXO B)** a seguir, apresenta uma articulação entre os objetivos, tipo de pesquisa, bem como os procedimentos de coleta e análise dos dados.

Resultados e Discussões

FOLKSONOMIAS E CATÁLOGOS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

O termo folksonomia, cunhado por Thomas Vander Wal (2007), resulta da junção de folks e taxonomy e foi oficialmente publicado por Gene Smith, em 3 de agosto de 2004, em seu blog, no texto intitulado Folksonomy: Social Classification. Embora sua formalização seja recente, práticas de etiquetagem já eram observadas desde a década de 1980 e se ampliaram nos anos 1990 com a incorporação de palavras-chave em sistemas de bibliotecas.

No final dos anos 1990 e início dos 2000, serviços colaborativos como o Bitzi possibilitaram a atribuição de tags por usuárias, ainda que com limitações quanto à ambiguidade. Em 2003, o del.icio.us introduziu a vinculação das tags às identidades dos usuários, aprimorando seu uso, tendência também adotada pelo Flickr. Essas iniciativas evidenciaram o potencial das tags na recuperação da informação, inclusive em contextos de navegação exploratória (Wal, 2007).

A partir dessa contextualização histórica, avança-se para a definição de folksonomia no âmbito da organização da informação, campo em que se insere a organização social do conhecimento. Conforme definem Brandt e Brascher (2010), "[...] a folksonomia é o resultado do processo de etiquetagem, também chamado de classificação social, de recursos da web. Isso significa dizer que as próprias pessoas, no caso, usuários da informação, classificam os documentos" (Brandt; Brascher, 2010, p. 112).

Conforme as autoras, as folksonomias surgem a partir da interação entre os usuários na Web, com livre atribuição de etiquetas (tags), que organizam as informações de um determinado assunto, que “[...] parecem ser uma adaptação informal aos ambientes digitais de indexação com termos únicos (palavras-chave, ou seja, linguagem natural)” (Monreal; Gil Leiva, 2010, p. 373, tradução nossa).

Nessa perspectiva, Roger Guedes e Eduardo Dias (2010) asseveram que a ação mais explícita na folksonomia enquanto processo é a indexação, mais conhecida nos ambientes digitais como tagging, ou seja, a ação de etiquetar. Antes mesmo da popularização desta modalidade de representação da informação na Web autores que trabalham com formas de indexação alternativas já estudavam o assunto (Guedes; Dias, 2010, p. 10, grifo dos autores).

Essas discussões evidenciam a centralidade da representação da informação no processo de recuperação da informação. Nesse contexto, as folksonomias situam-se em relação aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), distinguindo-se sobretudo pela cronologia de sua constituição: nas folksonomias, os usuários etiquetam inicialmente os objetos e, a partir do agrupamento desses termos, a estrutura emerge, sendo frequentemente representada por meio de tags; por sua vez, nos sistemas tradicionais, “os objetos informacionais são classificados somente quando elas já existem: um

tesauro, por exemplo, é usado para a escolha dos termos que irão descrever o conteúdo de um documento" (Brandt; Brascher, 2010, p. 120).

Essas premissas evidenciam como os SOCs, orientam a representação do conteúdo a partir de estruturas previamente estabelecidas. Em contrapartida, as folksonomias permitem explicitar vozes sociais e culturais, evidenciando conhecimentos historicamente marginalizados e conferindo visibilidade a narrativas ausentes dos discursos autorizados dos sistemas tradicionais, configurando-se, assim, como expressão de identidades comunitárias (Santos; Corrêa, 2019).

Desse modo, para que essa visibilidade se efetive, torna-se necessário refletir sobre os sistemas colaborativos. Nesse sentido, destacam-se aqueles estruturados a partir do uso de folksonomias, definidos como sistemas baseados em computador "[...] que agregam um conjunto de ferramentas empregadas para favorecer a execução de atividades em grupo" (Santos; Corrêa, 2019, p. 2).

No âmbito da recuperação da informação, a literatura tem abordado sobre o viés colaborativo desses sistemas, por meio das folksonomias, que "[...] baseiam-se não apenas em tecnologia, mas principalmente nas dimensões sociais do comportamento informacional e humano, tendo em vista a comunicação e administração das fontes de compartilhamento" (Viera; Garrido, 2016, p. 3).

Apesar dos desafios inerentes à linguagem natural, como a presença de ruídos e ambiguidades que podem impactar a precisão, as folksonomias exercem um papel democratizante ao legitimar o vocabulário e os modelos mentais dos próprios sujeitos na representação dos conteúdos.

Nesse sentido, apesar da baixa precisão na encontrabilidade da informação e da presença de ruídos informacionais, as folksonomias promovem a democratização na representação de assuntos, conceitos e domínios em determinado contexto, ao se fundamentarem nas especificidades dos usuários e nas interpretações atribuídas aos conteúdos.

Nesse horizonte, torna-se essencial examinar o principal instrumento de mediação e acesso aos acervos: o catálogo de biblioteca. Historicamente concebido como o registro sistemático da memória documental de uma instituição, o catálogo constitui a ponte basilar entre a coleção e o consulente, desempenhando funções capitais de localização, identificação, seleção e obtenção de recursos informacionais. Longe de ser um mero inventário descritivo, o catálogo universitário atua como um dispositivo epistemológico e pedagógico essencial para a sustentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo o núcleo por meio do qual a comunidade acadêmica interage com a produção científica e cultural.

A partir dessa relevância funcional, amplia-se o debate para o contexto universitário contemporâneo, no qual a diversidade sociocultural constitui um princípio orientador indispensável (Morosini, 2001). No ecossistema das bibliotecas acadêmicas, essa diversidade expressa-se pela interculturalidade, entendida como "[...] a promoção de interações e trocas entre pessoas de diversas culturas, fortalecendo a identidade social e valorizando as diferenças culturais" (Baptista, 2024, p. 2).

Nesse sentido, pesquisas aplicadas demonstram a viabilidade de articular o controle tradicional à participação dos interagentes. Brigidi e Pereira (2016) propuseram um modelo de indexação híbrida no SiBi/UFSC, integrando vocabulários controlados à folksonomia restrita na representação de teses e dissertações em Ciência da Computação. Ao compatibilizar termos padronizados da biblioteca com as etiquetas atribuídas pelos autores dos trabalhos, a proposta superou lacunas terminológicas e promoveu a colaboração entre catalogadores/indexadores e usuários. Tal arranjo consolida a organização da informação como prática social inclusiva, valorizando a linguagem natural sem prescindir da eficácia recuperatória.

Conclui-se, portanto, que a integração das folksonomias aos catálogos em linha (OPACs) constitui uma estratégia consistente para aprimorar a encontrabilidade da informação, multiplicando os pontos de acesso temático e aproximando os sistemas documentários das reais necessidades e linguagens da comunidade acadêmica.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa, estruturados a partir das análises realizadas. Inicialmente, delineia-se o perfil geral dos artigos selecionados, com foco em sua distribuição geográfica e evolução cronológica, em consonância com o objetivo específico de mapear a produção científica sobre o uso de folksonomias em catálogos universitários.

Esse panorama fundamenta as discussões subsequentes acerca da aplicação prática da folksonomia e da adoção de modelos híbridos pelas bibliotecas. O Quadro 2 **(ANEXO C)** sintetiza o corpus documental definitivo, composto por 14 artigos, detalhando a base de dados de recuperação, autoria, título e ano de publicação de cada estudo.

Fica nítida a liderança da base LISTA, com metade da amostra (7 artigos ou 50%), seguida pela Scopus (4), BRAPCI (2) e Web of Science (1). Dentro de cada base, os estudos estão dispostos em ordem cronológica decrescente, delineando a evolução das discussões, que partem de conceitos pioneiros (2008–2009) e avançam para modelagens tecnológicas e testes práticos mais recentes (2016–2021).

Assim, no tocante à evolução temporal, observa-se uma trajetória não linear marcada por duas ondas proeminentes de interesse científico:

Onda Pioneira (2008–2009): concentra o primeiro ápice de publicações no corpus analítico (com destaque para o ano de 2009, responsável por 4 artigos). Esse período coincide diretamente com a consolidação da Web 2.0 e a emergência dos catálogos de próxima geração (Next-Gen OPACs), nos quais o foco esteve voltado à viabilidade conceitual, à coexistência paralela entre folksonomia e cabeçalhos de assunto formais (como LCSH) e às primeiras experimentações de plataformas abertas.

Onda de Maturação e Hibridização (2016–2021): após um intervalo de desaceleração das discussões puramente teóricas, registra-se uma retomada expressiva a partir de 2016 (com 3 artigos no corpus). Esta segunda fase caracteriza-se pela transição de abordagens prescritivas para estudos aplicados, estudos de caso institucionais (como no SiBi/UFSC e na UFPB), testes de precisão recuperatória e propostas de indexação híbrida assistida,

culminando em modelagens computacionais avançadas e algoritmos de mapeamento semântico.

Essa oscilação temporal evidencia que o debate em torno das folksonomias não se esgotou no entusiasmo inicial da Web Social; ao contrário, amadureceu de uma perspectiva entusiasta de substituição dos sistemas tradicionais para uma abordagem pragmática de integração e complementariedade com as linguagens documentárias consolidadas.

Conforme ilustrado no Gráfico 2 **(ANEXO D)**, o ano de 2009 registrou o ápice da produção científica sobre folksonomia em catálogos de bibliotecas no corpus analisado, com 4 artigos publicados, seguido por 2016, que contabilizou 3 publicações.

A identificação das instituições cujos catálogos aplicam folksonomias responde aos objetivos específicos b e c deste estudo, revelando um quadro institucional polarizado entre pioneirismos consolidados, soluções terceirizadas e desafios de sustentabilidade tecnológica ao longo do ciclo de vida dos catálogos. Na esfera internacional, as iniciativas variam significativamente em seus níveis de integração técnica e participação do interagente. Destaca-se a Ann Arbor District Library (AADL), em Michigan (EUA), como pioneira na exibição direta de etiquetas públicas no catálogo, permitindo que qualquer usuário atribua tags visíveis e disponha de um campo específico de busca por tag diretamente no menu principal de consulta.

No contexto de pesquisas sobre folksonomias, a AADL é amplamente citada como uma das implementações mais avançadas, servindo como evidência empírica de que a inteligência coletiva pode enriquecer os metadados bibliográficos institucionais. Contudo, a exploração direta e a checagem contemporânea dos ambientes digitais revelam que a manutenção a longo prazo desses módulos abertos impõe gargalos técnicos: buscas recentes na Web confirmam que o portal correspondente e ferramentas legadas vinculadas ao catálogo original foram descontinuados ou absorvidos por novas camadas de software proprietário, evidenciando a fragilidade da preservação dessas interfaces colaborativas pioneiras.

Diferentemente da AADL, a University of Pennsylvania (por meio do sistema PennTags) e a University of Michigan adotaram modelos voltados primordialmente para a organização pessoal e o gerenciamento individual de pesquisa dos discentes e docentes, sem necessariamente alterar a representação pública global do acervo no OPAC. O PennTags foi oficialmente descontinuado após o encerramento do seu ciclo de vida institucional. Conforme é possível visualizar na Figura 2 **(ANEXO E)** a consulta ao acervo da instituição opera via Penn Libraries Catalog, cujo ambiente atual priorizou sistemas de descoberta de última geração estruturados em facetas padronizadas, sem a reincorporação da etiquetagem pública nativa.

Esse modelo de coexistência paralela foi igualmente analisado na Montana State University (MSU) por Peterson (2008), que investigou uma base relacional para teses e dissertações eletrônicas (ETDs) na qual os leitores podiam adicionar tags livres para complementar os cabeçalhos tradicionais da Library of Congress Subject Headings (LCSH). Contudo, a participação empírica nessas plataformas revelou-se numericamente modesta: em uma coleção de 560 títulos de ETDs, com média de quatro cabeçalhos LCSH por registro, os interagentes atribuíram apenas 23 etiquetas em toda a

base. A Figura 3 **(ANEXO F)** ilustra a interface de consulta e navegação por termos atribuídos.

Estudos desenvolvidos por Webb e Nero (2009) e Voorbij (2012) revelam que instituições como as Universidades de São Francisco, Utrecht e os Claremont Colleges optaram pela integração de serviços terceirizados, com destaque para o LibraryThing for Libraries (LTFL), enriquecendo registros catalográficos por meio de nuvens de tags (tag clouds) automatizadas, conforme é possível visualizar na Figura 4 **(ANEXO G)**. Essa abordagem via API reduz os custos de desenvolvimento local e garante uma massa crítica de dados preexistentes, embora transfira para plataformas externas a governança sobre o vocabulário gerado pela comunidade.

Paralelamente, Webb e Nero (2009) demonstram que ferramentas de descoberta como Encore e AquaBrowser, empregadas em St. Lawrence e em Harvard, utilizam termos relacionados para refinar buscas temáticas. No campo da preservação e acervos especiais, Steele (2009) e Gerolimos (2013) examinam a experiência da Library of Congress ao utilizar o Flickr para a descrição colaborativa de registros fotográficos, enquanto Gerolimos (2013) documenta como bibliotecas públicas canadenses exploram o conteúdo gerado pelo usuário (User Generated Content – UGC) para mediação e recomendação de leitura.

No cenário brasileiro, a investigação do corpus e dos ambientes digitais indica que a integração ainda ocorre de forma predominantemente propositiva ou experimental, enfrentando barreiras estruturais de interoperabilidade nos Sistemas de Gestão de Bibliotecas (SGBs). Brigidi e Pereira (2016) propuseram para o SiBi/UFSC um modelo de indexação híbrida fundamentado em 84 teses e dissertações em Ciência da Computação (2011–2015). A análise de conteúdo dos 893 termos identificados revelou que os autores atribuíram 378 termos sem correspondência na indexação profissional, justificando a arquitetura técnica de hibridização: a indexação tradicional efetuada pelo bibliotecário é alocada no campo 650 (Termo Tópico) do formato MARC 21, enquanto as palavras-chave do autor são integradas via folksonomia restrita no campo 653 (Termo Não Controlado).

Embora a proposta ofereça uma solução de interoperabilidade direta no padrão MARC 21, a observação dos catálogos em linha das universidades federais brasileiras, incluindo o Pergamum no SiBi/UFSC, atesta que tais recursos não foram amplamente convertidos em módulos interativos abertos para o usuário final no front-end dos OPACs.

Na Biblioteca Central da UFPB, que operava o sistema de automação Ortodocs, o hibridismo foi legitimado pela percepção dos profissionais. A pesquisa quanti-qualitativa de Santos e Silva (2016), com 20 funcionários da instituição, atesta a viabilidade e a aceitação local: 80% conheciam o termo folksonomia, 70% aprovaram sua implementação no sistema da biblioteca e 65% manifestaram o desejo de utilizar ativamente as etiquetas em suas rotinas de representação. Os entrevistados justificaram que as sugestões dos interagentes enriquecem de forma colaborativa a taxonomia padrão, reiterando que a adoção dessas práticas moderniza a biblioteca perante as diretrizes da Web Social.

O impacto dessas aplicações redefine a representação temático-documentária e as estratégias de recuperação (respondendo ao objetivo d). No âmbito da representação, a folksonomia atua no preenchimento de lacunas em domínios historicamente desprovidos de exaustividade por vocabulários controlados, como a Literatura (Classe 8). O estudo de Almeida (2018) com 35 obras literárias de Almeida Garrett no LibraryThing comprovou que as etiquetas atribuídas por leitores incorporam facetas secundárias, contextuais e subjetivas indispensáveis (como "domínio espanhol", "casamento" ou "mito" em Frei Luís de Sousa), atingindo índices de valor acrescentado entre 58% e 100%. Em contrapartida, a autora identificou índices de redundância terminológica (17% a 33%) e tags de caráter estritamente pessoal ou egoísta (0% a 25%), confirmando a vulnerabilidade da etiquetagem quando desprovida de diretrizes de moderação.

Na mesma direção, Lončarić (2021) comprovou empiricamente que as tags geradas para prosa, poesia e drama no LibraryThing possuem densidade e informatividade temática superiores aos cabeçalhos formais da Library of Congress, inaugurando rotas semânticas alternativas para obras de ficção. A dimensão estatística desse enriquecimento foi mensurada por Voorbij (2012) na Universidade de Utrecht: 38,8% dos livros que continham tags (correspondendo a 12,6% do acervo total) tiveram seus registros aprimorados. Como 67,5% dos itens não possuíam nenhuma etiqueta atribuída, o autor adverte que a folksonomia funciona como camada suplementar, incapaz de substituir o tratamento técnico profissional.

No plano tecnológico, essa articulação é refinada por algoritmos como a Fatoração de Matrizes Ponderada Simultânea (SWMF), formulada por Yu e Chen (2020). Aplicado a dados do WorldCat e do del.icio.us, o algoritmo SWMF mapeia tags livres para esquemas formais de classificação e cabeçalhos (Dewey, FAST, LCSH), mitigando barreiras semânticas e automatizando o enriquecimento do catálogo.

Sob a ótica da recuperação da informação, a folksonomia rompe o "círculo vicioso" descrito por Boccato, Fujita e Gil Leiva (2011), no qual a baixa exaustividade da indexação profissional restringe a busca do consulente, limitando o uso temático do catálogo. Ao comparar o desempenho recuperatório em bibliotecas acadêmicas com 21 usuários, as autoras constataram que linguagens documentárias flexíveis (VocaUSP: 7,8% de precisão) superam a linguagem natural pura (7,2%) e vocabulários pré-coordenados rígidos (LCARB/UNESP: 6,5%). A conciliação da linguagem natural com vocabulários estruturados amplia tanto a encontrabilidade direta quanto a recuperação acidental e enriquecedora (serendipidade).

No entanto, Gerolimos (2013) enfatiza que os catálogos acadêmicos respondem às exigências do rigor científico, o qual demanda buscas contextualizadas, relações conceituais sólidas e visões estruturadas, atributos que a dispersão da Web Social não supre isoladamente. A ausência de políticas consistentes de governança informacional e o fenômeno do baixo engajamento contínuo dos consulentes explicam por que sistemas totalmente livres fracassam no contexto universitário.

A literatura converge, portanto, para a consolidação de modelos de folksonomia assistida e moderada. Nesse arranjo híbrido, a autoridade técnica e o rigor das linguagens documentárias (tesauros e esquemas de classificação) são preservados para assegurar a consistência e inibir ruídos polissêmicos, enquanto a contribuição

colaborativa da comunidade acadêmica (alocada em campos como o 653 do MARC 21 e interfaces facetadas) é mediada pelo profissional bibliotecário. Esse modelo híbrido configura-se como a resposta metodológica mais consistente para compatibilizar a autoridade catalográfica com a dinamicidade e a representatividade terminológica exigidas pelos consulentes contemporâneos.

Conclusão

Esta investigação analisou o panorama da produção científica nacional e internacional sobre a aplicação de folksonomias em catálogos de bibliotecas universitárias, identificando as experiências institucionais de implementação, os parâmetros técnicos e metodológicos adotados e os impactos dessa abordagem na representação temática e na recuperação da informação. A triangulação entre o levantamento sistemático da literatura (2005–2026) e a observação direta dos ambientes digitais permitiu compreender as tensões e os pontos de convergência entre a padronização dos catálogos formais e a flexibilidade da linguagem natural dos consulentes.

Os resultados revelam que a produção científica sobre o tema evoluiu em duas ondas distintas: um primeiro momento (2008–2009), impulsionado pelo entusiasmo com a Web 2.0 e focado na viabilidade conceitual da etiquetagem social; e uma segunda fase (a partir de 2016), voltada à maturidade metodológica, a estudos de caso institucionais e ao desenvolvimento de modelos híbridos e algoritmos de mapeamento semântico. Constatou-se que a base LISTA lidera a produção na área (50% do corpus analítico), demonstrando que o debate se consolidou com força na literatura internacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

No plano das implementações empíricas, observou-se uma discrepância relevante entre o discurso teórico e a sustentabilidade prática das ferramentas. Enquanto iniciativas pioneiras abertas (como a AADL e o PennTags) enfrentaram descontinuidade ou foram substituídas por camadas de busca facetada padronizada, outras instituições optaram pela integração de serviços terceirizados via API (como o LibraryThing for Libraries). No contexto brasileiro, o debate revelou-se predominantemente propositivo e experimental, com destaque para a proposta de indexação híbrida no SiBi/UFSC (integrando os campos MARC 21 650 e 653) e para a receptividade positiva dos profissionais na UFPB. Contudo, a observação dos ambientes digitais correntes confirmou que os catálogos de bibliotecas nacionais ainda carecem de módulos interativos de etiquetagem aberta plenamente integrados ao front-end.

Quanto ao impacto na representação temática e na recuperação, a literatura evidencia que a folksonomia não substitui a indexação profissional, mas atua como uma camada suplementar de alto valor agregado. Seu principal mérito reside em enriquecer a descrição de domínios subjetivos ou de baixa exaustividade nos vocabulários controlados, além de favorecer a serendipidade e mitigar o distanciamento entre a terminologia autorizada e os modelos mentais dos usuários. Por outro lado, a vulnerabilidade a ruídos, ambiguidades, sinonímias e o baixo engajamento contínuo reforçam que sistemas de etiquetagem puramente livres são inviáveis para as demandas de rigor e erudição do contexto acadêmico.

Conclui-se, portanto, que a folksonomia assistida e moderada constitui o modelo mais equilibrado para os catálogos universitários. Nessa perspectiva híbrida, o bibli

Referências

BAPTISTA, Michele Marques. A importância da interculturalidade nas bibliotecas universitárias: reflexões e perspectivas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 29, p. 1-17, 2024. doi: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e97797.

BARROS, Camila Monteiro de; SALES, Rodrigo de; ROSA, Renan Valdoir. Folksonomias: estrutura e aplicações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/44218/pdf_1/236199. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRANDT, Mariana; BRASCHER, Marisa. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento?. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-121, maio/ago. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/F8mxgMCbfMYTjYvCXpPQtgd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRIGIDI, Fabiana Hennies; PEREIRA, Ana Maria. Vocabulário controlado e folksonomia: indexação híbrida de caráter colaborativo no SIBI/UFSC. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. Anais [**...**]. Brasília, DF: ANCIB, 2016. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/190621. Acesso em: 21 ago. 2026.

GUEDES, Roger de Miranda; DIAS, Eduardo José Wense. Indexação social: abordagem conceitual. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 39-53, jan./jun. 2010. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/686/pdf_17/3095. Acesso em: 21 ago. 2026.

MONREAL, Concha Soler; GIL LEIVA, Isidoro.Possibilities and limitations of thesauri in comparison with other systems of knowledge organization: folksonomies, taxonomies and ontologies.**Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 33, n. 2, p. 361-377, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-09762010000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 21 ago. 2026.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade**. Interface:** Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 89-102, 2001. doi: https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000200006

SANTOS, Raimunda Fernanda dos. **Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17218. Acesso em: 21 ago. 2026.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; CORRÊA, Renato Fernandes. Modelos colaborativos de indexação: aspectos conceituais e elementos constituintes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. Anais [**...**]. Brasília, DF: ANCIB, 2019. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/122633. Acesso em: 21 ago. 2026.

SILVA, Marcel Ferrante. **Proposta de modelo de colaboração para catálogo web facetado**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22937/18521. Acesso em: 21 ago. 2026.

VIERA, Angel Freddy Godoy; GARRIDO, Isadora dos Santos. Folksonomia como uma estratégia para recuperação colaborativa da informação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-11, abr. 2011.

WAL, Thomas Vander. **Folksonomy.** 02 fev. 2007. Disponível em: https://www.vanderwal.net/folksonomy.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

SANTOS, Andréa Moreira dos; SILVA, Márcio Bezerra da. Analisando a opinião de uso da folksonomia pelos funcionários da biblioteca central da UFPB. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 30-42, jan./abr. 2016.

WEB, Paula L.; NERO, Muriel D. OPACs in the clouds. **Information Today:** Computers in Libraries, Medford, v. 29, n. 9, p. out. 2009.

VOORBIJ, Henk. The value of LibraryThing tags for academic libraries. **Online Information Review**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 196-217, 2012.

STEELE, Tom. **The new cooperative cataloging.** Library Hi Tech, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 68-77, 2009.

GEROLIMOS, Michalis. Tagging for Libraries: A Review of the Effectiveness of Tagging Systems for Library Catalogs. **Journal of Library Metadata**, London, v. 13, n. 1, p. 36-58, 2013.

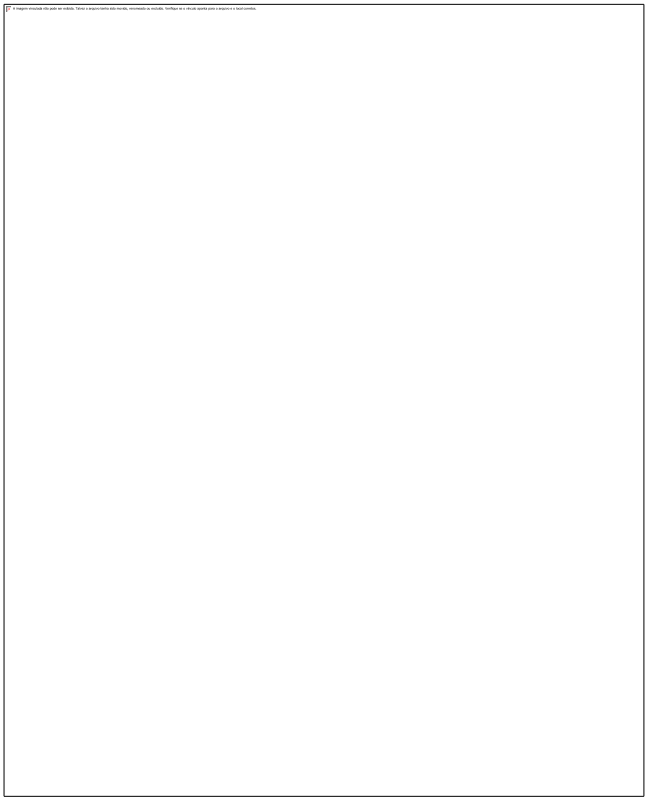
ALMEIDA, Patrícia de. Etiquetagem colaborativa nas bibliotecas: o caso da Literatura. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 50-70, abr./jun. 2018.

LONČARIĆ, Tihana. Književnoumjetnička djela u okviru folksonomija i tradicionalnih knjižničnih sustava za sadržajno označivanje. **Vjesnik bibliotekara Hrvatske**, Zagreb, v. 64, n. 2, p. 133-164, 2021.

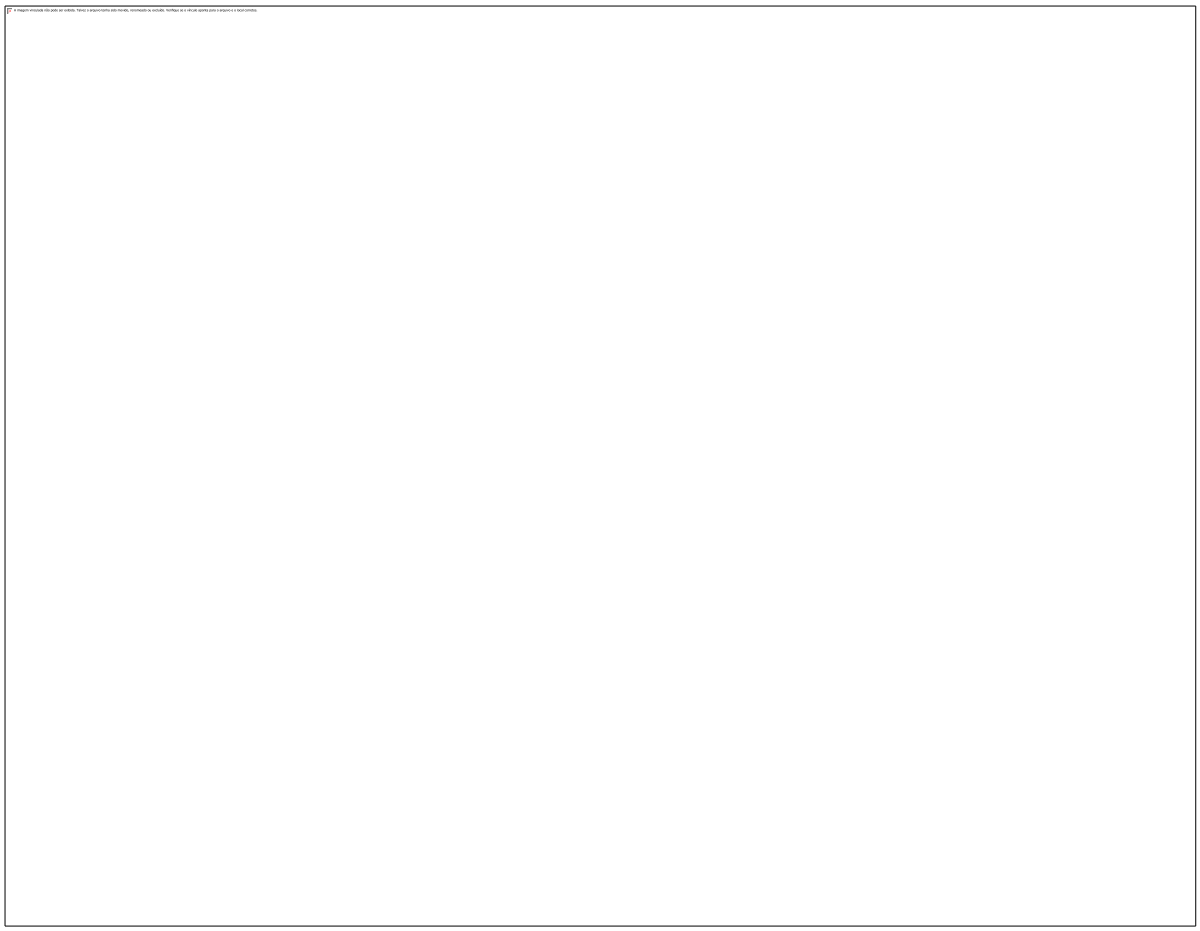
YU, Wei; CHEN, Junpeng. Enriching the library subject headings with folksonomy. **The Electronic Library**, [S.l.], v. 38, n. 2, p. 297-315, 2020.

BOCCATO, Vera Regina C.; FUJITA, Mariângela Spotti L.; GIL LEIVA, Isidoro. Avaliação comparada do uso de linguagens de indexação em catálogos de bibliotecas universitárias para recuperação por assunto. **Scire,** [S.l.], v. 17, n.1, p. 55-64, jun. 2011.

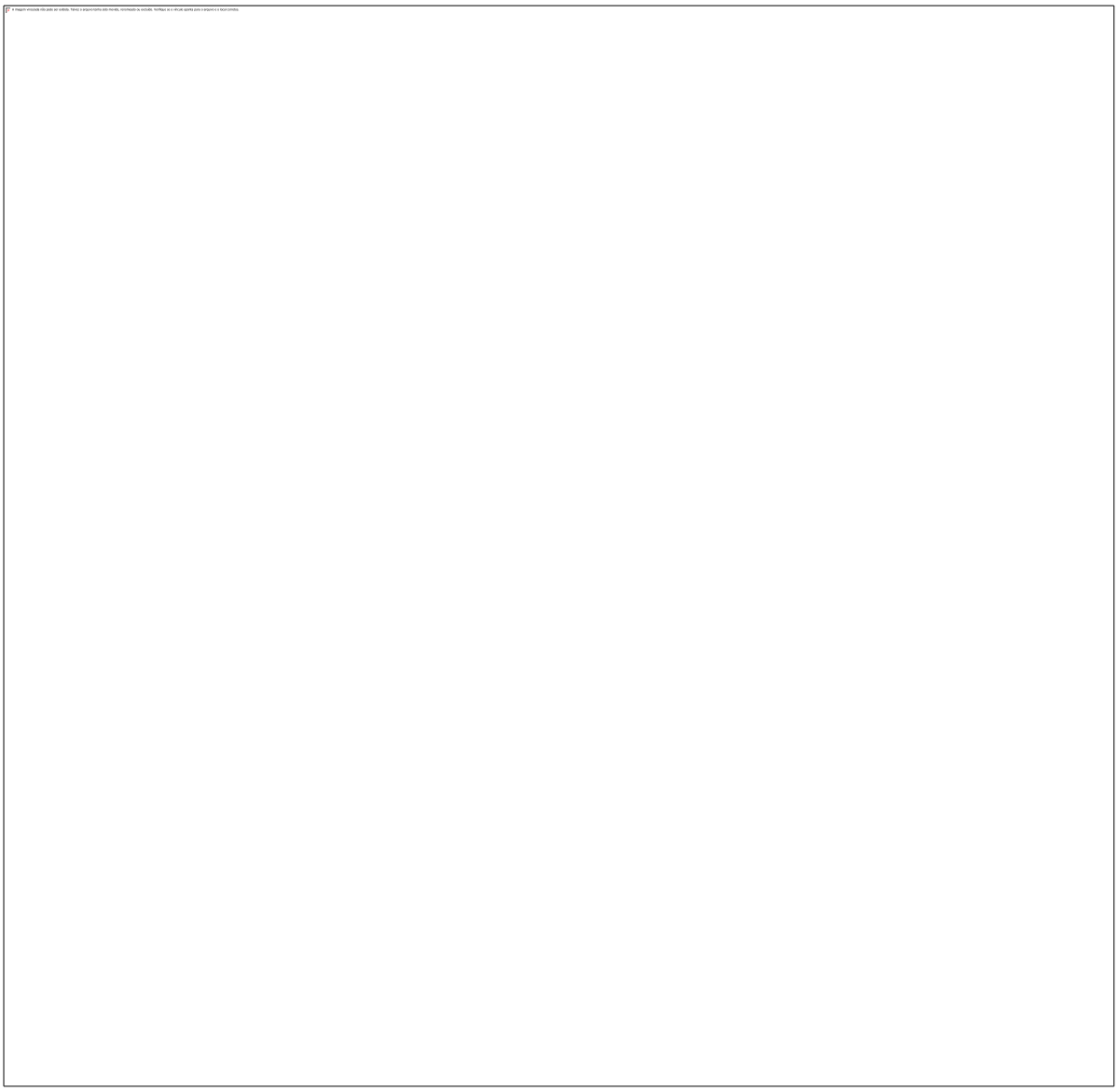
Anexos



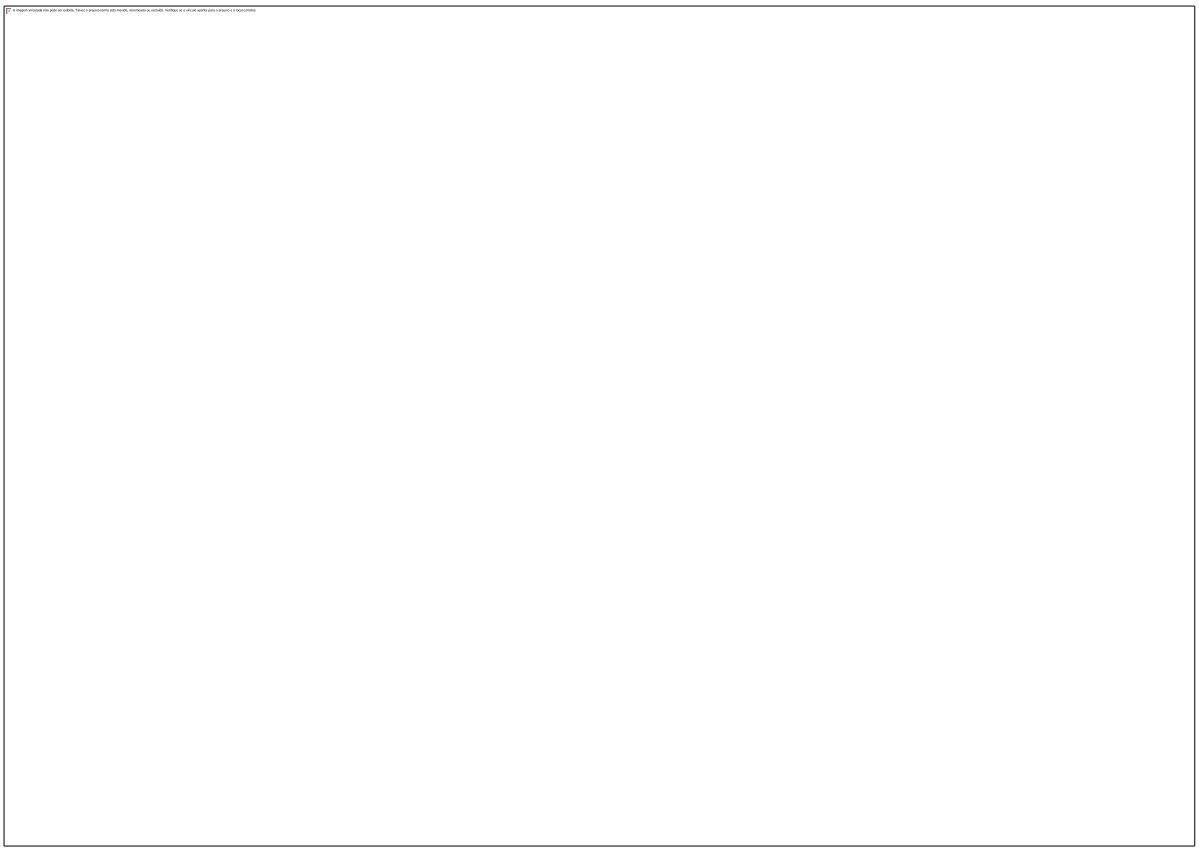
Anexo A- Etapas da pesquisa



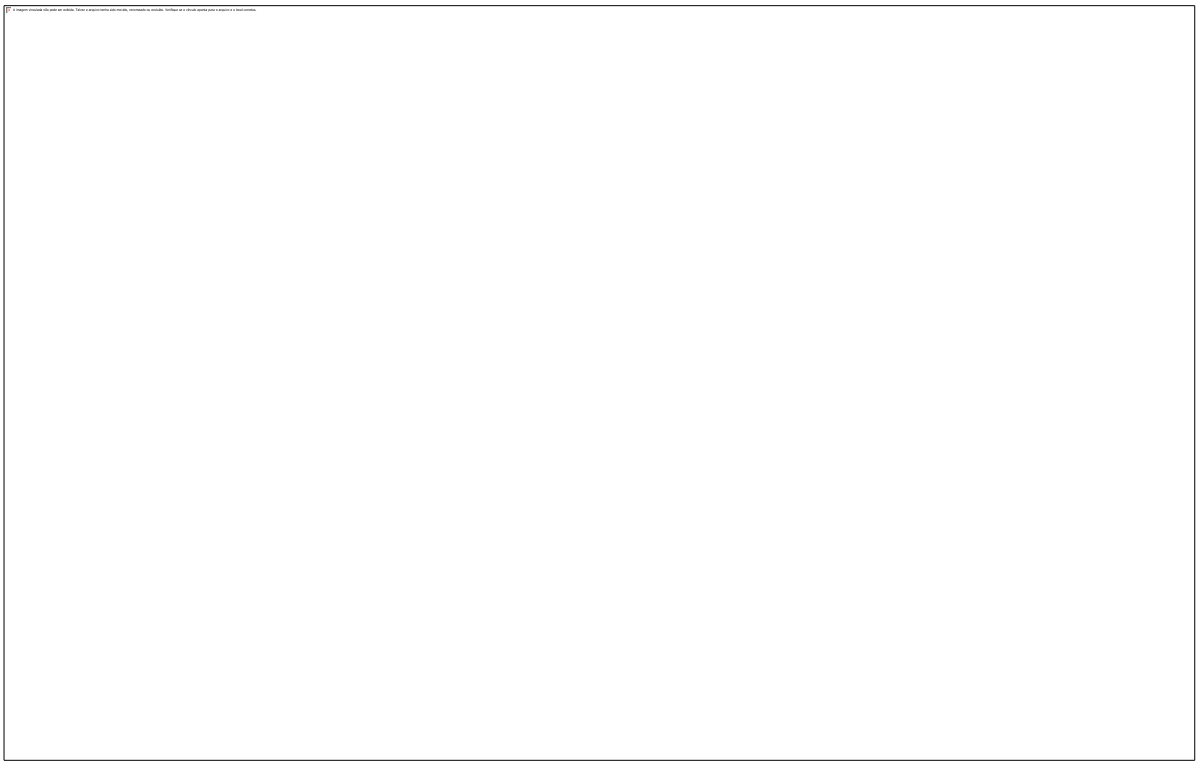
Anexo B - Articulação entre objetivos, tipo de pesquisa e procedimentos



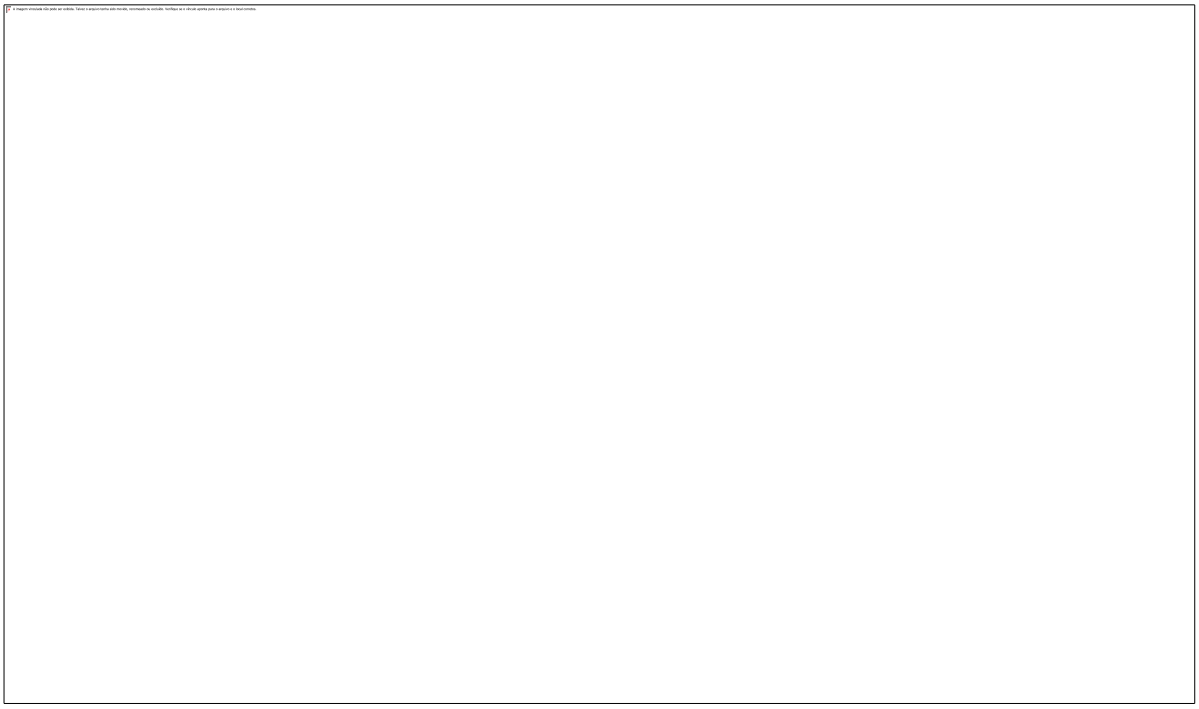
Anexo C - Dados das produções científicas analisadas



Anexo D - Distribuição temporal das publicações



Anexo E - Busca por campo no Penn Libraries Catalog



Anexo F - Busca por tags no catálogo



Anexo G - Nuvem de tags na LibraryThing

CÓDIGO: HS0591

AUTOR: FILIPE SILVA DE LIMA

ORIENTADOR: ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA

TÍTULO: INICIATIVAS AGROECOLÓGICAS NO CONTEXTO DE MUDAMNÇAS CLIMÁTICAS NO SEMIÁRIDO POTIGUAR

Resumo

As mudanças climáticas são o processo de alteração nas características do clima, atualmente impulsionadas pela ação humana. Essas mudanças afetam profundamente as regiões que se encontram em vulnerabilidade sócio-ambiental. O Semiárido Brasileiro é uma dessas regiões, devido às suas particularidades edafoclimáticas. Na busca de frear essas transformações decorrentes do processo de emergência climática, surge a agroecologia como um modelo que busca integrar a produção e o consumo sustentável, a melhoria na consciência ambiental das comunidades e as relações humanas desses povos. O presente artigo sistematiza experiências agroecológicas encontradas no Semiárido Potiguar como forma de trazer luz sobre os processos de resistência que se formaram entre os anos 2019 a 2024 e contribui para futuras análises sobre os impactos das mudanças climáticas nesta região.

Palavras-chave: Agroecologia; Mudanças climáticas; Semiárido Potiguar

TITLE: AGROECOLOGICAL INITIATIVES IN THE CONTEXT OF CLIMATE CHANGE IN THE SEMIARID REGION OF RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

Climate change refers to the process of altering climate characteristics, currently driven by human activity. These changes profoundly affect regions characterized by socio-environmental vulnerability. The Brazilian Semiarid region is one such area, owing to its specific soil and climate conditions. In an effort to curb the transformations resulting from the climate emergency, agroecology has emerged as a model that seeks to integrate sustainable production and consumption, foster environmental awareness within communities, and strengthen the social relationships of these populations. This article systematizes agroecological experiences in the Semiarid region of Rio Grande do Norte (the *Semiárido Potiguar*) to shed light on the processes of resistance that emerged between 2019 and 2024, thereby contributing to future analyses regarding the impacts of climate change in the region.

Keywords: Agroecology; Climate change; Potiguar Semiarid

Introdução

O clima de todo o globo terrestre está manifestando mudanças cada vez mais intensas. No ano de 2025, a Organização Mundial de Meteorologia anunciou em seu relatório Estado do Clima Global que o período de 2015 a 2025 foi o mais quente já registrado (OMM, 2025). Essas mudanças afetam de maneira significativa as regiões que se encontram em vulnerabilidade sócio-ambiental.

A região que compreendemos como Semiárido Brasileiro é uma das mais afetadas pelas transformações climáticas que estamos presenciando nos últimos anos. O Semiárido Brasileiro é uma delimitação criada inicialmente em 1936, ainda conhecido como Polígono das Secas, e posteriormente definido técnicamente como Semiárido na Constituição Brasileira de 1988 ao ser instituído o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (Silva, 2010).

O Semiárido Brasileiro apresenta alta irregularidade de chuvas, com médias anuais próximas a 800mm, elevadas temperaturas, baixa disponibilidade hídrica e reduzida capacidade de absorção de chuva pelo solo, o que acarreta longos períodos de estiagem e seca. Essa região é marcada pelo bioma da Caatinga, bioma esse exclusivamente brasileiro e que dispõe de uma vasta diversidade de fauna e flora (Silva, 2010). A mais recente delimitação do Semiárido Brasleiro conta, de acordo com o IBGE, com 1.477 municípios, dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo (IBGE, 2025).

O Nordeste, bem como a região que compreende o Semiárido Brasileiro, é marcado pelo uso inadequado e pelo sucessivo processo de esgotamento de seu solo e de seus recursos. Foi nesse espaço que os colonizadores adentraram o território dos sertões, dizimando povos originários para utilizar a terra como um grande campo de pastagem, de forma que introduziram o gado bovino, que não fazendo parte da fauna dessa região, gerou desequilíbrios ambientais ao compactar o solo por onde passava e consumir toda a vegetação rasteira que encontrava pelo caminho. Essa “invasão biológica”, como chama o historiador José Augusto Pádua (2017) foi responsável não apenas por desequilibrar as características do solo, como também servia como uma linha de frente da expansão portuguesa, ao expulsar comunidades indígenas que originalmente residiam nessas terras.

Este artigo pretende realizar uma análise sobre os efeitos e as manifestações decorrentes da emergência climática no espaço do Semiárido Brasileiro, focalizando essa análise no Semiárido Potiguar. A região em análise conta com 148 municípios e aproximadamente 1.9 milhões de habitantes, totalizando uma área de 48.800Km² (INSA, 2024). Diante desse cenário, busca-se, com base em experiências agroecológicas realizadas no Semiárido Potiguar explorar as alternativas de convivência com essa região em busca de construir resistências frente ao acelerado processo de degradação ambiental, que em regiões semiáridas resulta no processo de desertificação e aridização do solo.

Faz-se necessário buscar formas mais sustentáveis de agricultura e de relação com o Semiárido Potiguar, visto que a subsistência das populações e comunidades que vivem nesse espaço está diretamente ligada à terra e ao mar. Nesse sentido, evidenciamos a agroecologia como uma dessas formas alternativas de convivência com o Semiárido Potiguar, que é capaz de transformar não apenas a relação do ser humano com o ambiente ao seu redor, mas também as relações dos indivíduos entre si.

Metodologia

O presente artigo é fruto de pesquisas realizadas no projeto intitulado “Expansão do Capital, Mudanças Climáticas e Resistências Sertanejas no Semiárido brasileiro de 2019 a 2024” vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A partir de uma revisão bibliográfica acerca dos temas mudanças climáticas e práticas agroecológicas, tendo como eixo norteador uma perspectiva crítica quanto a relação entre os efeitos das mudanças climáticas e o processo de desertificação da região semiárida do Estado do Rio Grande do Norte. Com o intuito de ir além das noções mais superficiais quanto ao tema, a relação entre as mudanças climáticas e o semiárido potiguar foi abordado sob uma ótica dialética, buscando encontrar as contradições entre modo de produção e consumo e o acelerado processo de degradação ambiental que áreas vulneráveis, como o semiárido, estão enfrentando.

Quanto as referências bibliográficas que serviram de base para está pesquisa temos, como ponto de partida para o entendimento dessa região e de suas particularidades, o livro “Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento” do professor Roberto Marinho, que discorre sobre como é possível encontrar uma forma de conviver com o semiárido, respeitando suas características e adaptando essa região para garantir a subsistência das comunidades que ali vivem. Para uma análise dos impactos das mudanças climáticas na região foram utilizados artigos científicos encontrados em buscadores como o Portal CAFE e repositórios digitais de universidades referências nesta temática como a UFERSA, a UFPB e a UFRN.

Foram utilizados relatórios provenientes dos resultados obtidos do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas, órgão ligado à Organização das Nações Unidas, que sintetiza conhecimentos acerca do tema das mudanças climáticas e seus efeitos e suas formas de enfrentamento. Foram utilizadas informações do último relatório disponibilizado, referente ao Relatório Síntese IPCC de 2023. Para a coleta de dados acerca do processo de desmatamento do bioma Caatinga, este que ocupa a maior parte do Semiárido Brasileiro, foi utilizado o Relatório Anual do Desmatamento de 2025, uma síntese de dados realizado pela plataforma MapBiomas, plataforma digital formada por instituições, ONGs e empresas de tecnologia que realizam mapeamentos anuais de cobertura e uso de terra por meio de satélite.

Para realizar o mapeamento das práticas agroecológicas realizadas entre os anos de 2019 e 2024 no Semiárido Potiguar foi utilizada a plataforma Agroecologia em Rede, uma iniciativa digital desenvolvida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e pela Fundação Oswaldo Cruz, dentre outras redes e associações. Esta plataforma realiza o cadastramento de iniciativas que pautem a agroecologia em rede, a economia solidária e a soberania alimentar.

Resultados e Discussões

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em seu último relatório, foi categórico ao afirmar que os efeitos das mudanças no clima, operadas principalmente pela ação humana, já estão afetando as condições climáticas em todas as regiões do mundo. Impulsionadas essencialmente pela emissão de gases do efeito estufa (GEE), bem como o uso de tecnologias fósseis, o uso inadequado da terra e os padrões de consumo e produção (IPCC, 2023).

O relatório indica ainda que, as regiões que historicamente menos contribuem para a emissão de GEE são as que mais sofrem os impactos dessas mudanças. Nesse sentido, quando falamos dos impactos no Semiárido Brasileiro (SAB) estamos falando de transformações profundas, dada a vulnerabilidade sócio-ambiental desse espaço.

Os efeitos das mudanças no clima se manifestam de diferentes formas e em diferentes regiões do globo, causando ondas de calor intenso, secas prolongadas, o agravamento do processo de desertificação e aridização em regiões áridas e semiáridas, além de eventos extremos como ciclones e precipitações intensas em regiões tropicais. Para além desses efeitos, outro ponto chama a atenção, de acordo com o relatório, esses impactos em algumas localidades estão se aproximando da irreversibilidade (IPCC, 2023). Como afirma Angelotti (2015), ao se referir ao SAB diante da emergência climática “Assim, os impactos devido ao aumento de temperatura e anomalias na precipitação poderão afetar significativamente a produção das culturas, os recursos hídricos, o manejo de irrigação, a biodiversidade e o processo de desertificação.”, identificando o SAB como uma das regiões de maior vulnerabilidade sócio-ambiental, visto que, é da terra e do mar que a maior parte da população do SAB retira suas condições de subsistência.

Se faz necessário analisar quais são as origens do processo que permitiu ao ser humano tamanha capacidade de alteração climatológica. De acordo com o professor Jason W. Moore (2025), é no modo de produção capitalista que podemos encontrar a origem desse desequilíbrio:

“Esse sistema, uma máquina que tece poder, lucro e o mundo vivo em uma única tapeçaria, tem destruído os ecossistemas do planeta e, com eles, o bem estar humano. Sua insaciável sede por riqueza busca transformar toda a vida em uma oportunidade de lucro, com consequências aterrorizantes.”(Moore, 2025, 1).

De acordo com a plataforma MapBiomas (2025), entre 2019 e 2024 o Semiárido Brasileiro presenciou constantes aumentos em sua área classificada como desmatada, tendo em 2023 204.469 hectares desmatados, o ponto mais alto desta série, ocupando nesses anos a terceira posição em nível de desmatamento (com base nas análises realizadas por mapeamento via satélite), atrás das regiões da Amazônia e do Cerrado. Ainda de acordo com a plataforma, o do Rio Grande do Norte teve, entre 2019 e 2024, um total de 34.198 hectares desmatados registrados.

O processo de desmatamento operado no Semiárido Potiguar está intimamente ligado ao avanço de práticas agrícolas e de mineração que não prezam uma convivência com este espaço, mas que visam apenas a expansão da frente de capital ligada ao agronegócio, à mineração e a instalação de parques de energia solar e eólica. Ao observarmos os alertas de desmatamento cadastrados na plataforma MapBiomas Alerta podemos localizar regiões como Serra do Mel, Santo Antônio, Ielmo Marinho, Baraúna e Assú como as áreas do Estado que concentram os maiores alertas de desmatamento.

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM TERRAS POTIGUARES

Como exposto anteriormente, está no modo de produção capitalista as raízes do que convencionamos chamar de mudanças climáticas, datando da revolução indústrial o nascimento de uma crescente emissão de gases e do acelerado aumento de temperatura do planeta. Visto que o capitalismo é um sistema de produção e consumo que busca extrair uma quantidade infinita de recursos naturais em um planeta de recursos finitos, é necessário subverter a lógica de produção e consumo com o objetivo de frear, na medida do possível, dado que em certos aspectos as mudanças no clima, solo e água se encontram em estado de irreversibilidade, a destruição de nossos ecossistemas e a garantir um futuro digno e sustentável às gerações futuras.

Na contramão desse processo de destruição ambiental, surgem novas modalidades de pensamento e de relação com o meio ambiente que buscam uma prática mais harmoniosa. Nesse sentido, temos na agroecologia uma dessas novas modalidades de pensar, produzir, consumir e se relacionar com o meio ambiente. A agroecologia, de acordo com Caporal e Costabeber (2004), se norteia por alguns princípios, sendo eles a baixa dependência de insumos comerciais, uso de recursos naturais localmente acessíveis, manutenção a longo prazo da capacidade produtiva, preservação da capacidade biológica e cultural, utilização do conhecimento e da cultura da população local, além de proporcionar as bases científicas para “apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis”.

No cenário Potiguar, dentre os anos de 2019 e 2024, acompanhamos o surgimento de diversos projetos em nível municipal, bem como leis que dispõe do fortalecimento das práticas da agroecologia. O quadro a seguir apresenta uma sistematização de legislações e outras iniciativas governamentais no campo da agroecologia, realizada por meio da análise de experiências cadastradas na plataforma Agroecologia Em Rede (AeR):

Quadro 1 – Iniciativas legislativa e programas de apoio e fomento à agroecologia no estado do Rio Grande do Norte 2019 - 2024

NOME DA INICIATIVA

MUNICÍPIO

CONCEITO DA INICIATIVA

Lei Municipal nº 840/2019

Lajes/RN

Dispõe sobre a Política de apoio e fortalecimento da produção agroecológica do município de Lajes/RN.As ações estabelecidas a partir dessa lei são coordenadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural. Nesse sentido, vem sendo realizada orientações e assistência técnica à produção agroecológica envolvendo 08 famílias, que por sua vez comercializam na Feira Municipal da Agricultura Familiar.

Plano de Desenvolvimento da Agroecologia

São Miguel do Gostoso/RN

Para a construção do Plano, foi definida pela realização de um Ciclo de formação temático que viesse subsidiar as temáticas identificadas. Foram definidos 4 eixos para a realização do Ciclo: Educação contextualizada, Saúde e agroecologia, mulheres e economia solidária, turismo sustentável.

Desenvolvimento Rural Sustentável com Ênfase na Segurança, Soberania Alimentar e Nutricional

Guamaré/RN

As ações do Programa são: diagnóstico envolvendo 04 comunidades rurais; apoio técnico às famílias produtoras (04 grupos produtivos) para produção agroecológica; reestruturação da CODERG – Cooperativa de Desenvolvimento Rural de Guamaré; assessoria à articulação e Mobilização de políticas públicas municipais, junto às Secretarias para resolução de problemas voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar (Ex: SIM – Consórcio Intermunicipal); assessoria às comunidades rurais no acesso ao mercado; formação de equipe: educação, nutrição, licitação, STR, agricultura, agricultores; implantação da feira da agricultura familiar e assessoria aos feirantes da agricultura familiar; orientação às famílias para fazer a regularização no INCRA - já foram mais de 80 famílias.

Palmas Para Santana

Parelhas/RN

O projeto de reuso de água residual (água de esgoto tratada) para uso na agricultura familiar (produção de palma forrageira para alimentação dos rebanhos). A Prefeitura Municipal assumiu a construção de caixas d'água, tanque de lona, implantação de filtros e plantio de 20 mil mudas de palmas, essa quantidade de plantas assegura ao produtor um total de 400 toneladas/ano.

Transição Agroecológica e Economia Solidária no Semiárido Potiguar.

Caicó/RN

Trata-se de um projeto de extensão que realiza acompanhamento contínuo com grupos de mulheres camponesas e quilombolas, acerca da transição agroecológica e da economia solidária para o bem viver no Semiárido. O projeto acompanha diretamente 12 grupos de mulheres dos municípios de Lagoa Nova, Bodó, Acari e Caicó, no Rio Grande do Norte, a partir do trabalho realizado pela Cáritas Diocesana de Caicó em conjunto com o projeto SEMIAR/CERES.

Ação de Vigilância em Saúde e Agroecologia

Upanema/RN

A ação visa a produção e comercialização de alimentos saudáveis, a criação de leis favoráveis ao desenvolvimento da agroecologia no município com uma política pública favorável à agroecologia.

Iniciativas como as apresentadas acima representam uma nova forma de entender a luta ambiental, elas não buscam adaptar e transformar o ambiente do Semiárido em algo diferente do que ele já é, ou seja, é necessário entender que as particularidades dessa região precisam ser tratadas como suas potencialidades. Como afirma Silva (2010)::

A convivência com o meio ambiente é um imperativo fundamental para o manejo e uso sustentável dos recursos naturais num ecossistema, sem inviabilizar a sua reprodução. Implica uma nova orientação para as atividades humanas, buscando conciliar ou corrigir os limites naturais à intervenção antrópica. É importante aprender a viver em harmonia com o código da natureza, buscando a adaptação ao seu habitat, e não a partir de uma relação de estranhamento, de destruição ou de combate. Convivência é viver com, estar junto com os outros (Silva, 2010, p.189).

É também importante notar que o processo de transformação agroecológica do Semiárido Potiguar é uma alternativa de desenvolvimento sustentável contra hegemônica, pois não está calçada na ótica produtivista de extração desenfreada de recursos naturais, ela é uma alternativa que se projeta em médio e longo prazo, com vista a gerar uma mudança não apenas na relação do indivíduo e seu meio, mas entre os indivíduos em si, trazendo consigo segurança alimentar para quem produz, bem como para quem consome, estimula a atividade biológica do solo ao mesmo tempo que preserva sua fauna e flora (Pereira, 2016).

Conclusão

As práticas de agroecologia representam uma das frentes de mitigação e adaptação no processo de emergência climática, mas os mecanismos de luta ambiental não se encerram nela. Elas representam para a região do Semiárido Potiguar uma forte ferramenta, não apenas de luta, mas de articulação, pois representa uma nova forma de convivência, para com o meio ambiente e para com as comunidades.

Essas práticas, se aplicadas em conjunto com as noções de rede e da economia solidária podem produzir transformações profundas na maneira como as comunidades se relacionam. Diante do avanço do capitalismo em sua sede irrefreável de extrair e acumular, as comunidades do Semiárido Brasileiro necessita se fortalecer, em conjunto com as instituições políticas e as organizações civis, em defesa de seu território e em defesa de suas formas de existência, muitas delas ligadas profundamente a conhecimentos tradicionais e ancestrais.

Chama-se a atenção para a necessidade de que essas experiências façam parte de um plano de ação que conte com a participação do poder público, das organizações da sociedade civil e das comunidades, visto que existem diferentes níveis de participação nas práticas agroecológicas. É preciso perceber que por se tratarem de práticas contra hegemônicas, haverá entre a idealização e a implementação destas uma grande frente de resistência, oriunda do grande capital.

Esse estudo objetiva ser uma base para futuras pesquisas e aplicações da agroecologia, ao demonstrar as experiências que já estão em desenvolvimento ao longo do território potiguar. A partir dessas experiências podemos imaginar formas de articulação e preservação da fauna e flora dessa região e então propor novas abordagens ao analisar os resultados dessas experiências.

Referências

ANGELOTTI, F.; JÚNIOR, P. I. F.; SÁ, I. B. de. Mudanças climáticas no semiárido brasileiro: medidas de mitigação e adaptação. Revista Brasileira de Geografia Física, v.4, n.6, 2011.

BASE de dados. Agroecologia em Rede, [s. d.]. Disponível em: https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?modo=mapa&recorteTerritorial=pais. Acesso em: 25 ago 2026.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

IBGE. Semiárido Barsileiro, [s.d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html. Acesso em: 22 ago. 2026.

INSA. Delimitação do Semiárido Potiguar, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas/mapas-em-pdf/delimitacao-semiarido-potiguar-2024.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 22 ago. 2026.

IPCC. Mudanças do Clima 2023: Relatório Síntese, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/ipcc_longer_report_2023_portugues_defeso.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

MOORE, Jason W. A crise climática não é um fracasso humano, mas sim um sucesso capitalista, 06 set. 2025. Disponível em: https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2025/09/Moore-A-crise-climatica-nao-e-um-fracasso-humano-2025.pdf. Acesso em 22 ago. 2026.

PÁDUA, José Augusto. “Foi uma invasão biológica”. Eco, 09 mai. 2017. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/foi-uma-invasao-biologica-diz-jose-augusto-padua/. Acesso em: 23 ago. 2026.

PLATAFORMA alerta. MapBiomas Brasil. [s. d.]. Disponível em: https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa?monthRange[0]=2019-01&monthRange[1]=2026-06&sources[0]=All&territoryType=all&authorization=all&embargoed=all&embargoedAlerta=all&embargoedRuralProperty=all&locationType=alert_code&activeBaseMap=1&map=-14.288794%2C-54.289764%2C4. Acesso em: 25 ago. 2026.

PEREIRA, Eddla Karina Gomes. Tecendo redes a partir da articulação entre economia solidária, feminismo e agroecologia: novas perspectivas de desenvolvimento alternativo no semiárido potiguar. João Pessoa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9176/2/arquivototal.pdf. Acesso em: 25 ago. 2026.

STATE of global climate 2025. World Meteorological Organization, 23 mar. 2026. Disponível em:https://wmo.int/publication-series/state-of-global-climate/state-of-global-climate-2025. Acesso em: 23 ago. 2026.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

Anexos



Quadro 1 - Página 1



Quadro 1 - Página 2

CÓDIGO: HS0613

AUTOR: MARIA ANGELA PARADA TUDE BONELLI

ORIENTADOR: MIRIAM DE OLIVEIRA INACIO

TÍTULO: As violências contra as mulheres na pandemia da COVID-19 na cidade do Natal-RN: uma expressão da totalidade social patriarcal, racista e capitalista

Resumo

A pesquisa buscou apresentar resultados parciais de um estudo sobre violências contra as mulheres na cidade do Natal-RN, no período anterior e durante a pandemia de COVID-19. O isolamento social agravou a opressão-exploração das mulheres no espaço doméstico bem como a violência patriarcal, decorrente das desigualdades sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe social. Os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisas bibliográficas e análises de dados secundários., cujo objetivo central consiste na coleta e análise de dados acerca dos índices de Violência Doméstica e Familiar contra asa mulheres e Feminicídio presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, na revista Obvium e na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal. Ademais, os dados coletados, nos permite entender o cenário das violações de direitos humanos, permitindo estruturar uma análise a partir da imbricação entre o sexo/gênero, raça/etnia e classes sociais. Os resultados mostraram um aumento significativo da Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres, ao passo que o Feminicídio apresentou dados subnotificados. Conclui-se que as violências contra as mulheres são engendradas pela totalidade da sociedade patriarcal, racista e capitalista, visto que predominam o perfil formado por mulheres negras, periféricas, com baixos salários e níveis educacionais.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Feminicídio; COVID19; Patriarcado; Totalidade

TITLE: Violence against women during the covid-19 pandemic in the city of Natal-RN

Abstract

The research aimed to develop a comparative analysis of data related to Domestic and Family Violence Against women and Femicide in the city of Natal, Rio grande do Norte, during the period before and during the COVID-19 pandemic. Social isolation exacerbated the oppression-exploitation of women in domestic spaces, as well as patriarchal violence, stemming from social inequalities of race-ethnicity, class, and social relations of sex. the working methodology was developed with theoretical support from bibliographic and documentary research, whose main objective consists of the collection and analysis of data regarding the índices of Domestic and Family Violence against women and Femicide presente in the Brazilian Public Security Yearbook and in the magazine Obvium. Furthermore, the data collected allows us to understand the scenario of human rights violations, enabling na analysis based on the interweaving of social relations of gender, race-ethnicity, and social class, from the perspective of Marxist critique, and thus, of the totality of social relations. The results showed a significant increase in Domestic and Family Violence against women, while Feminicide presented underreported data.

Keywords: Domestic Violence against women; Feminicide; COVID-19; Patriarchy

Introdução

O presente relatório vincula-se à pesquisa intitulada “Violência contra as mulheres no contexto da pandemia da COVID-19.

O plano de trabalho desta pesquisa tem como objetivo analisar a violência contra as mulheres no contexto da pandemia da COVID-19 em Natal-RN. Para o alcance desse objetivo, foi necessário traçar os objetivos específicos que compreende: a) comparar os índices de violências contra as mulheres no ano anterior (2019) e durante a pandemia da COVID-19 (anos de 2020 e 2021) b) Caracterizar os tipos de violência sofridos pelas mulheres: feminicídio, física, sexual, moral, psicológica e patrimonial; c) Traçar um perfil sobre as condições de vida e trabalho dessas mulheres.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres e os crimes de feminicídios são uma problemática histórica e mundial, mas, no Brasil, e na região Nordeste do país, em particular, a herança cultural do período colonial e escravocrata, marcada pelo regime patriarcal, tem contribuído para o atual cenário de continuidade da violência patriarcal de gênero contra as mulheres.

O isolamento social adotado como medida necessária para conter a transmissão do novo coronavírus agravou a opressão/exploração das mulheres no espaço doméstico e no mercado de trabalho, bem como a violência patriarcal de gênero, acentuando as desigualdades sociais, de gênero e de raça-etnia já existentes.Ao ficarem mais tempo no espaço-doméstico, as mulheres tornaram-se vulneráveis às violências de seus companheiros, ao passo que diminuíram os canais para realizar as denúncias e receber apoio dos serviços públicos de enfrentamento à violência, como as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM’s), os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres entre outros.

Conforme Bueno, Bohnenberger e Sobral (2021), os dados referentes ao ano de 2020 contidos no Anuário Brasileiro de segurança pública mostraram que no Brasil houve uma sobrerrepresentação de mulherexnegras entre as vítimas de feminicídios (61,8%) e entre as vítimas dos demais homicídios femininos (71%).

Nesse sentido, conforme a lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, "... configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (Brasil, 2006). A violência ocorre no âmbito da da unidade doméstica, familiar e nas relações íntimas de afeto, inclusive independentemente da orientação sexual, constituindo-se numa das formas de violação dos direitos humanos (Brasil, 2006).

Recentemente, há onze anos, o Brasil aprovou a lei do feminicídio, lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Brasil, 2015), que qualifica o homicídio de mulheres como feminicídio, a partir da compreensão de que este crime é cometido contra a mulher em razão da sua condição de sexo feminino, ou seja, quando o crime envolve a violência doméstica ou familiar e menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher. Com base nesta lei, o feminicídio foi incluído no rol dos crimes hediondos. Ainda sobre a mesma problemática, devemos considerar a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) caracteriza o feminicídio como crime hediondo e com agravantes se ocorrer nas situações de gravidez, idade inferior a 18 anos, presença de filhos(as), entre outros. Conforme esta lei, ocorre feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar ou no espaço público e pela condição de ser mulher, que lhe causa lesões à saúde que levam a sua morte.

A relevância da pesquisa consiste em analisar as violências contra as mulheres, agravada pela emergência da pandemia da COVID-19, a partir da totalidade social patriarcal, racista e capitalista, no sentido de indicar políticas públicas capazes de enfrentar as determinações estruturantes de sexo/gênero, raça/etnia e classe social que atravessam a vida das mulheres em situação de violência.

Metodologia

A pesquisa possui uma abordagem histórico-crítica fundamentada no materialismo histórico-dialético, no sentido de buscar apreender a complexidade das diversas formas de violências contra as mulheres na cidade do Natal (RN), a partir de uma perspectiva crítica e de totalidade social, portanto, como parte da totalidade capitalista, patriarcal e racista, conformada pela unidade das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe social.

De acordo com Netto (2009), o método materialista histórico-dialético requer a necessária articulação entre três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação. Trata-se de uma totalidade dinâmica, que resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade macroscópica. Já as relações entre os processos que ocorrem nas totalidades constitutivas são mediadas pelos níveis de complexidades e pela estrutura de cada totalidade, em que os sistemas de mediações internas e externas articulam as totalidades. Para Lukács (1974), " é o ponto de vista da totalidade e não a

predominância das causas econômicas na explicação da historia que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa" (Lukács, 1974, p.14 apud Netto, 2011, p. 14).

Os procedimentos metodológicos adotados até o momento envolveram a investigação do tipo qualitativa e quantitativa, com pesquisa bibliográfica e documental sobre dados secundários a respeito da violência doméstica e familiar contra as mulheres e feminicídios na cidade do Natal-RN, atendo-se aos dados dos anos de 2019, 2020 e 2021 para realizar análises comparativas em relação ao ano que antecedeu a pandemia da COVID-19 e os seus anos iniciais. Assim, foi realizada uma coleta de dados dos índices de violência doméstica contra as mulheres e feminicídios publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no Anuário Brasileiro de Segurança Pública referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021 (FBSP, 2020, 2021, 2022), na Revista OBVIUM quanto aos anos de 2019 e 2020 (OBVIUM, 2021), e a partir do Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal (Brasil, 2020, 2021, 2022).

As fontes supracitadas despertam a emergência para compreender a realidade concreta diante das suas múltiplas determinações, levando em consideração a totalidade social. Assim, o método dialético sempre busca explicar a violência contra as mulheres imbricada com um sistema patriarcal, racista e capitalista, compreendendo as expressões de relação de força sob as determinações do neoliberalismo e de sua reprodução que agem diretamente sobre as mulheres. É preciso, portanto, avançar nas análises a partir da perspectiva de totalidade, para contemplar todas as abordagens desta problemática e poder discutir e compreender os determinantes históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos da estrutura patriarcal-racista-capitalista.

Resultados e Discussões

Os dados internacionais da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking de feminicídios (homicídios femininos), com o índice de 4,8 feminicídios por cada 100 mil mulheres (Martins, 2017). No estado do Rio grande do Norte (RN), o cenário da violência contra as mulheres não está dissociado da realidade do país. Diante do recrudescimento nacional, o recorte regional também acompanha as estatísticas e o RN, em particular, ganha destaque. O RN ocupa o 16º lugar no ranking nacional, com 5,3 feminicídios por 100 mil habitantes, enquanto a realidade de Natal apresenta números mais graves, com um índice de 6,6 feminicídios, sendo a 12ª capital mais violenta do país para as mulheres (Waiselfish), 2015).

No Brasil, a exemplo de outros países, embora tenha ocorrido queda nos registros, sabia-se que a violência estava aumentando de forma silenciosa e era preciso agir rápido. Uma das iniciativas foi a possibilidade do registro do boletim de ocorrência "on line" e a realização de campanhas de denúncias (Martins, Lagreca, Bueno, 2022).

As violências contra as mulheres são cotidianas e resultam de uma cultura patriarcal assentada no domínio político dos homens sobre as mulheres, em que muitas são violentadas e assassinadas por tentarem romper o relacionamento afetivo-sexual, conquistar autonomia financeira ou tomar qualquer atitude de questionamento a ordem patriarcal de gênero. " paradoxalmente, é justamente quando as mulheres rompem com

os papéis sociais de gênero esperados que sejam cumpridos por elas, que se encontram em maior vulnerabilidade" (Martins; Lagreca, Bueno, 2022, p. 164).

As diversas formas de violência contra as mulheres (VCM) ocorrem, predominantemente, no interior da unidade doméstica, dentro das relações afetivas e familiares. Todavia, este lugar não caracteriza sua ocorrência. Mulheres são alvos de violência em vias públicas, no ambiente virtual, em estabelecimentos de saúde, local de trabalho, dentre outros espaços. Isso nos indica que a VCM, ainda que cresça exponencialmente no ambiente doméstico, não tem sua ocorrência exclusivamente no âmbito privado, e, portanto, deve ter destaque também para sua incidência no âmbito público, demonstrando o seu caráter estrutural e sua ocorrência em todas as dimensões da vida social.

Os dados centrais de nossa pesquisa evidenciaram a evolução do grave cenário da violência doméstica e familiar contra as mulheres no período da pandemia da COVID-19 na cidade do Natal-RN. Os dados obtidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre os anos de 2019, 2020 e 2021 (FBSP, 2020,2021,2022) demonstraram aumento dos números absolutos de violência doméstica e familiar contra as mulheres em Natal-RN, evoluindo de 174 (cento e setenta e quatro) em 2019 para 553 (quinhentos e cinquenta e três) em 2020 e 638 (seiscentos e trinta e oito) no ano de 2021, representando uma taxa de 19,7; 117,1 e 134,1 por 100 mil mulheres, respectivamente, o que significou um crescimento de 217,81% de 2019 para 2020 e de 15,37% de 2020 para 2021. Desse modo, os dados de 2019 representaram 12,57%, os de 2020 foram 40,51% e os de 2021 formaram 46,74% em relação ao total dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Já em relação ao feminicídio, houve um declínio em 2020 e um crescimento em 2021 em comparação ao ano de 2019, ano anterior à pandemia. Ainda com base nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre os anos de 2019, 2020 e 2021, os números de feminicídios na cidade do Natal-RN diminuíram de 03 (três) em números absolutos no ano de 2019 para 02 (dois) no ano de 2020 e aumentaram para 05 (cinco) em 2021, com uma taxa de 0,6; 0,4 e 1,1 por 100 mil mulheres, respectivamente, a cada ano, apresentando um decréscimo de 0,33% de 2019 para 2020 e indicando um acréscimo de 1,5% de 2020 para 2021. Assim, os dados de 2019 representaram 30%, os de 2020 foram 20% e os de 2021 formaram 50% do total de feminicídios na cidade do Natal-RN dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Já os dados contidos na "Revista OBVIUM: 10 anos de mortes matadas de mulheres e meninas 2011-2020" (OBVIUM, 2021), que descrevem o assassinato de mulheres e meninas como mortes matadas, registraram 03 (três) feminicídios de mulheres e meninas em 2019 e 01 (um) feminicídio em 2020 em Natal-RN. Contudo, foram também registrados outros tipos de Condutas Violentas Letais Intencionais (CVLIs) contra as mulheres, classificados como homicídio doloso, com 9 (nove) crimes em 2019 e 13 (treze) em 2020; Lesão Corporal seguido de Morte, com 1 (uma) ocorrência em 2019 e 0 (zero) em 2020. Latrocínio, sendo 0 crime em 2019 e 1 (um) em 2020; Intervenção Policial, sendo 0 (zero) ocorrência em 2019 e 1 (uma) em 2020. Desse modo, essas outras CVLIs conta as mulheres foram 13 (treze) em 2019 e 16 (dezesseis) em 2020, muito superior aos registros de 03 (três) feminicídios em 2019 e 01 (um) em 2020, apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, podendo indicar a existência de uma subnotificação dos crimes de feminicídio.

Além disso, tais registros e classificações dos assassinatos de mulheres e meninas podem indicar equívocos na tipificação dos crimes pelos (as) operadores (as) das políticas de segurança pública, pois a maioria dos crimes de feminicídio, ainda nos dias de hoje, é registrado enquanto homicídio feminino, descaracterizando a terminologia apropriada, em que o sistema de segurança pública não qualifica o assassinato de mulheres como feminicídio, desprezando a existência da discriminação pela condição de ser mulher.

Sobre esse debate, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2020, as menores taxas de feminicídios estão no Ceará, com 0,6 mortes por 100 mil mulheres, Rio Grande do Norte com 0,7 e São Paulo e Amazonas com 0,8, demonstrando que o estado do RN teve a 2ª menor tipificação de feminicídio no país. Muitos casos de feminicídios são classificados erroneamente como homicídios femininos, uma vez que a polícia não sabe indicar a autoria do crime no momento do registro. A maioria dos feminicdios no Brasil são caracterizados como feminicídios íntimos, perpetrados pelo parceiro íntimo da vítima, companheiro ou ex-companheiro: 9 (nove) em cada 10 (dez) mulheres vítimas de feminicídio morreram pela ação do companheiro ou de algum parente (Bueno, Bohnenberger, Sobral, 2021).

Portanto, percebemos que há uma subnotificação dos dados de feminicídios referentes à cidade do Natal-RN. E sobre tal problemática, alertamos que é dever do Estado coletar esses dados, com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres conforme o art. 8, alínea h da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – a "Convenção de Belém do Pará", aprovada em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994 (Brasil, 1996), da qual o Brasil é signatário Também, a coleta e sistematização dos dados sobre as violências contra as mulheres, foi assegurada no artigo 8º, inciso II, da lei Maria da Penha, lei nº 11.340/2006.

Os dados coletados no painel de Dados da ONDH, publicado pelo MDHC, no período de 2020 a 2022, demonstraram que foram efetuadas 2029 denúncias de violência doméstica e familiar da cidade do Natal-RN. Durante o ano de 2020, foram feitos 694 registros de denúncias; em 2021, 666 denúncias; e, em 2022, 669 denúncias. De acordo com estes números, o cenário de maior incidência das violações ocorreu, respectivamente, na casa onde a vítima residia com o agressor, na casa da vítima ou na casa do agressor.

Sobre o acesso à renda e à autonomia financeira, os dados da ONDH mostram que as mulheres em situação de violência são aquelas predominantemente com uma faixa de renda de 1 salário mínimo. Nesse sentido, no ano de 2020, 58,64% recebiam até 1 salário mínimo; em 2021, esse número caiu para 26,42%. Sabemos que a violência contra as mulheres não tem fronteira de classe social e que imputar a violência à pobreza desqualifica a análise totalizante das relações sociais. Todavia, os marcadores revelam, dialeticamente, que são as mulheres da classe trabalhadora, inseridas no mundo do trabalho de forma precarizada, que sentem essas violências com mais impacto, pois não possuem as condições materiais para romper com as relações conjugais violentas.

Outra dificuldade encontrada que agudiza essa dependência financeira das mulheres em relação aos agressores, diz respeito ao baixo grau de escolaridade, o qual repercute na dificuldade de acesso a postos de trabalho com remuneração acima de 1 (um) salário mínimo Os dados mostraram que o percentual de mulheres que possuíam o ensino médio completo em 2020 foi de 15,41%; em 2021, de 24,02%; e em 2022, 20,32%.

Os dados demonstraram que a maioria das mulheres em situação de violência pertence as classes sociais mais pauperizadas, atingidas pela pobreza e precarização do acesso a políticas públicas, realidade que dificulta o rompimento com as relações afetivas violentas. Nesse sentido, tornar-se fundamental articular a questão da classe social no capitalismo como parte da problemática, considerando ainda que as políticas ultraneoliberais adotadas pelo Estado brasileiro, marcadas por um baixo padrão de proteção social atingem especialmente as mulheres, principalmente as mulheres pretas ou pardas, que também enfrentam o maior índice de desemprego no país.

Sobre o perfil de raça/etnia das mulheres em situação de violência, nos anos de 2020 foram registradas 182 denùncias (26,22%) de mulheres brancas; 36 denúncias de mulheres identificadas como pretas (5,18%); e 265 de mulheres pardas (38,18%). Em 2021, 38,58% foram denúncias de mulheres brancas; 7,5% de mulheres pretas e 13,81% de mulheres pardas. No ano de 2022, foram 39,76% denúncias de mulheres brancas; 8,07% mulheres pretas e 8,37% mulheres pardas. Todavia, os dados apresentados como não identificados corresponderam a 31,84%, 39,33% e 43,34%, respectivamente aos anos de 2020, 2021 e 2022, oque demanda a necessidade de adequação destes serviços para uma produção de dados fidedignos sobre as particularidades de raça/etnia das mulheres. Assim, os números demostram que durante esse triênio, as mulheres negras (pretas e pardas) estiveram entre as maiores vítimas de violência, acompanhando os dados nacionais.

Além disso, de acordo com Cordeiro (2023), faltam dados sobre violências contra as mulheres trans, lésbicas e com deficiência, visto que no momento da notificação dos registros de violência, os marcadores de identidade de gênero, orientação sexual e deficiência não são incluídos, o que prejudica a elaboração de políticas públicas voltadas para atender as necessidades dessas mulheres.

Os dados do cenário das violências contra as mulheres no contexto da pandemia da COVID-19 na cidade do Natal-RN demonstraram que as violências contra as mulheres possuem determinações nas relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe social, donde predomina o perfil formado por mulheres negras, com baixa escolaridade, baixos salários e que moram em zonas da cidade do Natal marcadas pela precarização no acesso às políticas sociais de educação, saúde, assistência social, trabalho e renda e de enfrentamento às violências sofridas.

Ao analisar a gravidade do atual contexto de violência contra a mulher no Brasil, Cordeiro (2023) destaca 4 (quatro) elementos determinantes: o recrudescimento do conservadorismo e a escalada fundamentalista; o aumento das denúncias; o baixo orçamento para as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e "... a dissociação do enfrentamento à violência contra as mulheres com o patriarcado, racismo e capitalismo" (Cordeiro, 2023, p. 6).

A compreensão da violência contra as mulheres vai além do entendimento limitado à ruptura de qualquer forma de integridade da vítima – física, psíquica, sexual e moral – devendo ser entendida como violação aos direitos humanos, sustentada na ordem patriarcal de gênero – em sua unidade orgânica com o racismo e o capitalismo – sendo também um instrumento do patriarcado (Saffioti, 2015). Nesse sentido, as opressões contra as mulheres expressam-se a partir da combinação entre violência e ideologia.

Sobre essa discussão, Cisne e Santos (2018) compreendem a violência contra a mulher como resultante de uma estruturação de relações patriarcais da sociedade e, de forma dialética, simultaneamente, esta violência estrutura o patriarcado, que se apropria dos corpos e da vida das mulheres em múltiplos sentidos.

Destarte, o patriarcado é um sistema que designa uma formação social de poder sustentada pelos homens e que contribui efetivamente para a sujeição das mulheres (Delphy, 2009). Essa sujeição se prova também pela dependência financeira que as mulheres têm dos seus companheiros como provedor financeiro.

A compreensão do patriarcado moderno supõe considerar a relação entre o contrato "personalizado" na esfera privada e o contrato "impessoal" no mundo público do capitalismo (Pateman, 1993). Nesse sentido, o patriarcado atravessa o mundo público e a esfera privada, enquanto dimensões inseparáveis, conforme ressalta Saffioti (2015, p. 57), " ...as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social.

A teoria do patriarcado foi adotada pelos movimentos feministas nos anos 1970 em um sentido novo, como um sistema que designa a dominação dos homens, sejam eles pais biológicos ou não (Delphy, 2009).

Socialmente se é estabelecido uma relação hierárquica entre homens e mulheres, em que as mulheres são oprimidas/exploradas não apenas no sentido sexual, como político, cultural, social e econômico. Há uma "...dinâmica entre controle e medo que rege o patriarcado..." (Saffioti, 2015, p. 146), que é o resultado de um pacto entre homens para manter a opressão, das relações permanentes entre os homens de competição, de agressão e de opressão.

Pensando numa ótica de totalidade social, para Saffioti (2000), o patriarcado foi se fundindo com o racismo e o capitalismo ao longo da história, o que demonstra a existência de um nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo: "A sociedade é uma totalidade social, não com articulações entre elementos isolados, mas orgânica, como bem ensinou Marx" (Saffioti, 2000, p. 74). Assim, esta autora apreende o cruzamento - o que difere de paralelismo – das contradições regidas pela simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, como um único sistema de dominação. (Saffioti, 2015).

Ainda em 1979, Gonzales (2020) chamava a atenção para a tripla discriminação sofrida pela mulher negra, enquanto raça, classe e sexo, no contexto de uma divisão racial e sexual do trabalho, em que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo colocam a mulher negra no nível mais alto de opressão.

Desse modo, consideramos fundamental fortalecer uma análise histórico-crítica sobre as diversas relações sociais de sexo (e sexualidade)/gênero, raça/etnia e classe social numa perspectiva de totalidade social, apreendendo a imbricação entre estas relações sociais. "... Nosso entendimento é de que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade), raça/etnia e classe são estruturantes e, como tais, indispensáveis à análise crítica da sociedade em uma perspectiva de totalidade (Cisne; Santos, 2018, p. 26).

Outrossim, entendemos que as relações de exploração e opressão de sexo/gênero, raça/etnia e classe social são fundantes para a compreensão ontológica determinada pelas relações desiguais e contraditórias da sociedade cis-hetero-patriarcal-racista-capitalista. Assim, corroboramos com a reflexão de que "a existência das classes sociais impossibilita uma sociedade igualitária, posto que o antagonismo e as contradições que as constituem são cimentadas pela exploração e desigualdade de acesso à riqueza produzida". (Cisne,; Santos, 2018, p. 79), tornando-se um obstáculo ao reconhecimento pleno da diversidade humana em suas dimensões de sexo/gênero, raça/etnia, sexualidade, entre outras.

A partir dessas reflexões, defendemos que as políticas de enfrentamento às violências contra as mulheres precisam suplantar as medidas meramente punitivas, ainda que se considere importante garantir a responsabilização dos agressores, no sentido de incidir sobre as relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe social que sustentam as opressões e as violências contra as mulheres.

Conclusão

Com base nos dados divulgados pelo FBSP (2020, 2021, 2022), constatamos o elevado crescimento da violência doméstica e familiar contra as mulheres nos anos iniciais de pandemia da COVID-19 (2020/2021) em relação ao ano anterior à pandemia (2019) em Natal-RN. Quanto aos índices de feminicídio na capital potiguar, ocorreu um declínio dos dados absolutos em 2020 e um crescimento em 2021 em relação ao ano de 2019, conforme o FBSP (2020, 2021, 2022). Ademais, os dados apresentados pela revista OBVIUM (2021) demostraram que na realidade houve um número maior de CVLIs contra as mulheres entre os anos de 2019 e 2020 que não foram registrados como feminicídio, produzindo uma subnotificação dos dados e demonstrando a fragilidade do sistema de segurança pública em incorporar o significado do termo feminicídio.

Em relação ao perfil das vítimas apresentado, é perceptível que a violência contra as mulheres é engendrada pela totalidade das relações sociais capitalistas, patriarcais e racistas, visto que o perfil da maioria das vítimas é formado por mulheres negras e com baixos salários e escolaridade.

Por isso, ressaltamos a importância da sistematização, qualidade e periodicidade dos dados coletados sobre as violências contra as mulheres e da sua unificação, considerando as particularidades de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, geração, entre outras.

Por fim, a compreensão das violências contra as mulheres de forma crítica e segundo uma ótica de totalidade social, capaz de apreender as relações orgânicas entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, é fundamental para a construção de políticas públicas que enfrentem as raízes estruturantes das violências contra as mulheres.

Portanto, o Estado precisa efetivamente garantir as condições objetivas e subjetivas para as mulheres quebrarem o ciclo das violências por meio do fortalecimento de políticas intersetoriais de educação, saúde, trabalho, renda e assistência social, bem como das ações

de prevenção à violência através da realização de campanhas e atividades educativas de combate à misoginia, ao patriarcado e ao racismo.

Considerando que a categoria profissional de Assistentes Sociais consolidou um projeto ético-político profissional comprometido com a construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, devemos contribuir nas dimensões teóricas e práticas com o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres e o conjunto das relações de opressão/exploração que as sustentam. Desse modo, torna-se fundamental a articulação e a unidade entre as lutas antipatriarcais, antirracistas e anticapitalistas.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994. Brasília, 1996. Disponível em: D1973. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006. Disponível em: Lei nº 11.340. Acesso em: 13 jun. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015. Disponível em: L13104. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Brasília-DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Diretos Humanos, 2020-2021-2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados. Acesso em: 28 jul. 2022.

BUENO, S.; BOHNENBERGER, M.; SOBRAL, I. A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo: FBSP, ano 15, p. 93-100, 2021. Disponível em: 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. Acesso em: 08 ago. 2022.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

CORDEIRO, Natália. Confrontando os paradigmas das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Leitura Crítica. Recife-PE: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, nov. 2023. Disponível em: Confrontando os paradigmas das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres - SOS Corpo. Acesso em: 14 jun. 2026.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et. al. (Orgs.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 173-178.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: FBSP, ano 14, 2020. Disponível em: 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2020. Acesso em: 08 ago. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo: FBSP, ano 15, 2021. Disponível em: 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. Acesso em: 08 ago. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, ano 16, 2022 Disponível em: 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022. Acesso em: 08 ago. 2022.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.) Por um feminismo afro-latino-americano - Lélia Gonzalez: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HENRIQUE, L. Fim da pandemia da Covid-19: entenda declaração da OMS. Politize!, 10 de maio, 2023.Disponível em: Fim da pandemia da Covid-19: entenda a declaração da OMS | Politize!. Acesso em: 20 maio 2023.

MARTINS, J.; LAGRECA, A.; BUENO, S. Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, ano 16, p. 164-175, 2022 Disponível em: 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022. Acesso em: 08 ago. 2022.

MARTINS, Helena. Taxa de Feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. Agência Brasil, Brasília-DF, 28 de jul. de 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-quinta-maior-do-mundo#r. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: ABEPSS; CFESS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. 64 p.

OBVIUM. Revista de crimeanálise do OBVIO – Observatório da Violência do Rio Grande do Norte – Instituto Marcos Dionísio de Pesquisa, Ano 5, edição especial, nº 20: 10 Anos de Mortes Matadas de Mulheres e Meninas 2011 – 2020, Natal, 2021. 76 p.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1993.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado e violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Revista Crítica Marxista, v. 11, p. 71-75, 2000.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília (DF): OPAS-OMS, ONU Mulheres, SPM, FLASCO, 2015.

[1] O fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIM) devido à pandemia da COVID-19 foi decretado no dia 22/05/2022 no Brasil pelo Ministério da Saúde do país (Brasil, 2022). Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da Emergência de Saúde Pública da pandemia da COVID-19 em 05/05/2023 (Henrique, 2023).

[1] O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma organização não-governamental que objetiva construir referências na área da Segurança Pública, contribuindo para a transparência de informações sobre violência. Em geral, as fontes dos dados contidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e Censos do IBGE.

[1] A Revista OBVIUM é uma Revista de Crimeanálise do Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (OBVIO) – Instituto Marcos Dionísio de Pesquisa. Os dados apresentados pela Revista OBVIUM consistem no tratamento interpolado de dados denominado Plataforma Multifonte, com base em diversas fontes governamentais e não-governamentais: Datasus, Dados da Segurança Pública, ITEP, SISOBI, Ministério Público e algumas fontes jornalísticas credenciadas (OBVIUM, 2021).

CÓDIGO: HS0676

AUTOR: LAVINIA COSTA SALES

COAUTOR: MAYANNE KELLY MACEDO TORRES

ORIENTADOR: EDLA HOFFMANN

TÍTULO: A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO GOVERNO LULA: prioridades, direcionamentos e desafios.

Resumo

O presente artigo resulta das atividades desenvolvidas no plano de trabalho “As tendências de alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Atenção Primária em Saúde no Governo Lula (2023-2026)”, vinculado a pesquisa “As Tendências de Alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Política de Saúde no Governo Lula (2023-2026)”. O estudo tem como objetivo analisar as tendências de alocação do fundo público do orçamento e financiamento da atenção primária à saúde (APS), diante do contexto de ajuste fiscal e dos desafios para a concretização do direito à saúde e da democratização do SUS. A pesquisa se baseia no materialismo histórico-dialético, utilizando recursos bibliográficos e documentais para o estudo do SUS, da APS, do financiamento das políticas sociais, do fundo público e do Novo Arcabouço Fiscal, além da análise documental de instrumentos de planejamento governamental, como Plano Plurianual da União (PPA) e seus relatórios de monitoramento. Os resultados apontam a importância estratégica da APS para o funcionamento do SUS, assim como os desafios ligados ao seu financiamento, dentro de um contexto de subfinanciamento histórico. Dessa forma, conclui-se que a consolidação da APS como eixo estratégico do SUS, está relacionada com às prioridades expressas no planejamento governamental e nas condições concretas do financiamento e da execução das políticas de saúde.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde. Financiamento. Fundo público. Sistema Único

TITLE: PRIMARY HEALTH CARE UNDER THE LULA ADMINISTRATION: Priorities, Directions, and Challenges

Abstract

This article/report results from activities developed under the research plan “Trends in the Allocation of Public Funds in the Budget and Financing of Primary Health Care under the Lula Government (2023–2026),” linked to the research project “Trends in the Allocation of Public Funds in the Budget and Financing of Health Policy under the Lula Government (2023–2026).” The study aims to analyze trends in the allocation of public funds in the budget and financing of Primary Health Care (PHC), considering the context of fiscal adjustment and the challenges to realizing the right to health and democratizing the Brazilian Unified Health System (SUS). The research is based on historical-dialectical materialism and uses bibliographic and documentary methods to study the SUS, PHC, social policy financing, public funds, and the new fiscal framework, as well as government planning, particularly the Multi-Year Plan (PPA) and its monitoring reports. The results highlight the strategic importance of PHC for the functioning of the SUS and the challenges related to its financing within a context of historical underfunding. The findings demonstrate that strengthening PHC is crucial to the functioning of the SUS. Thus, consolidating PHC as a strategic component of the SUS is related to the priorities expressed in government planning and to the concrete conditions of health policy financing and implementation.

Keywords: Primary Health Care. Financing. Public funds. Universal Health System

Introdução

O presente artigo/relatório é fruto da pesquisa intitulada “As Tendências de Alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Política de Saúde no Governo Lula (2023-2026)”, desenvolvida por docentes, discentes e profissionais de Serviço Social que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Fundamenta-se no Plano de Trabalho “As tendências de alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Atenção Primária em Saúde no Governo Lula (2023-2026)”, cujo objetivo é analisar as tendências de alocação do fundo público no orçamento e no financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS), no contexto do ajuste fiscal, buscando apreender os desafios para o controle democrático do Sistema Único de Saúde (SUS) no atual governo Lula (2023-2026).

Para compreender as determinações que incidem sobre o financiamento e a organização da APS, faz-se necessário retomar o processo histórico de construção da saúde enquanto direito social no Brasil. Nesse percurso, destaca-se o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), consolidado enquanto projeto durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), em 1986. A partir desse movimento, a saúde passou a ser defendida como direito universal e dever do Estado e encontrou respaldo na Constituição Federal de 1988, que incorporou as proposições da 8ª CNS e estabeleceu as bases para a criação do SUS.

Posteriormente, as Leis Orgânicas da Saúde - Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990 - regulamentaram o SUS e reafirmaram princípios como universalidade, integralidade, equidade e participação social, consolidando uma nova concepção de saúde enquanto direito social. Contudo, sua implementação ocorreu em meio a disputas políticas e econômicas que incidem sobre a organização e o financiamento da política de saúde.

Nesse processo, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume papel estratégico na estruturação do SUS, constituindouma das principais portas de entrada do sistema e desempenha funções relacionadas à promoção, prevenção e acompanhamento longitudinal da população. Por não se orientar pela lógica da lucratividade, mas pela garantia da continuidade do cuidado, sua efetivação depende da existência de financiamento público regular e adequado, condição necessária para que seja resolutiva e cumpra suas funções previstas no SUS.

A importância desses recursos torna-se ainda mais evidente diante da trajetória da política de saúde a partir da década de 1990, marcada pela expansão de políticas de ajuste e austeridade fiscal, pelacontenção dos gastos públicos e fortalecimento de mecanismos de privatização e mercantilização das políticas sociais (Boschetti, 2009). Nesse contexto, estabeleceram-se limites à capacidade estatal de ampliar e sustentar a oferta pública de serviços de saúde, ao mesmo tempo em que se ampliaram espaços para a participação do setor privado.

Assim, tanto a APS quanto o SUS dependem da garantia de recursos públicos para assegurar o acesso às ações e serviços de saúde, sendo o financiamento uma dimensão fundamental para a materialização do direito à saúde. Segundo Brettas (2020), o Estado brasileiro está inserido em um cenário de capitalismo dependente e financeirizado, no qual parcela significativa dos recursos públicos é atravessada pelos interesses do capital financeiro, produzindo limites para a expansão das políticas sociais.

Nessa perspectiva, analisar o financiamento da saúde implica considerar as disputas em torno da destinação do fundo público e as escolhas políticas e econômicas que orientam sua alocação, expressadas nos instrumentos de planejamento e orçamento governamental.

Metodologia

O presente artigo/relatório refere-se às atividades desenvolvidas no âmbito do plano de trabalho anteriormente mencionado, que tem como objetivo analisar as prioridades expressas no direcionamento do financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS) no atual governo Lula, estando vinculado ao projeto de pesquisa que investiga as tendências de financiamento da política de saúde brasileira. As atividades aqui apresentadas foram desenvolvidas pela bolsista autora no início do semestre letivo, período em que o plano de trabalho já se encontrava em andamento. Dessa forma, as ações realizadas concentraram-se na continuidade das etapas previstas no plano de pesquisa, especialmente na aproximação com o referencial teórico-metodológico, na realização de estudos bibliográficos e na análise de documentos oficiais, bem como no acompanhamento das discussões desenvolvidas pela equipe de pesquisa.

O estudo fundamenta-se na perspectiva marxista do materialismo histórico-dialético, compreendendo as políticas sociais como resultado de processos históricos, econômicos, políticos e sociais. Esse método possibilita apreender os fenômenos a partir das categorias de totalidade, historicidade, contradição e mediação, permitindo analisar o financiamento da saúde para além de sua dimensão técnica e orçamentária. Nessa perspectiva, busca-se compreender sua relação com as determinações estruturais da sociedade capitalista e com as disputas em torno da apropriação e destinação do fundo público.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, destacam-se as pesquisas bibliográfica e documental, onde a primeira constituiu-se na leitura e discussão de produções referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), à Atenção Primária à Saúde, ao financiamento das políticas públicas, ao fundo público e ao Novo Arcabouço Fiscal. Para tanto, foram utilizadas obras de autores/as de referência nesse debate, como Behring (2019), Brettas (2020), Mendes e Carnut (2020), Salvador (2017), Mendes (2020) dentre outros.

A pesquisa documental baseou-se na legislação vigente, bem como os documentos de planejamento e acompanhamento, como o Plano Plurianual (2023-2026), o Plano Nacional de Saúde (2024-2027) e o Relatório da 17° Conferência Nacional de Saúde (2023), além do Relatório de Monitoramento anual do PPA, referente ao ano de 2024, posto que, até a presente data, o relatório referente ao ano de 2025 não foi disponibilizado. Esse processo possibilitou a construção e o aprofundamento da análise documental necessária à compreensão do objeto de estudo e à análise das determinações que incidem sobre o financiamento.

Nesse sentido, Prates (2012) destaca a importância da articulação entre o método marxista e as abordagens quantitativa e qualitativa para a apreensão das múltiplas determinações que constituem a realidade social. A autora ressalta que a utilização articulada dessas abordagens contribui para uma compreensão mais ampla dos fenômenos sociais, ultrapassando sua descrição imediata e possibilitando apreender as relações e contradições que os estruturam. Essa perspectiva mostra-se pertinente ao universo da pesquisa, especialmente diante da necessidade de compreender as expressões da Questão Social em sua complexidade e totalidade, considerando a relação entre recursos públicos às determinações políticas, econômicas e sociais que incidem sobre sua alocação e repercutem na garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Para além dos estudos bibliográficos e das análises documentais, as reuniões semanais do grupo de pesquisa constituíram um espaço fundamental para o desenvolvimento das atividades. Nesses encontros, foram realizadas discussões sobre os referenciais teóricos utilizados, esclarecimento de dúvidas, orientações quanto às etapas da pesquisa, acompanhamento das atividades e socialização dos avanços alcançados pelas bolsistas e demais integrantes. Esse processo contribuiu tanto para o aprofundamento do objeto investigado quanto para a formação científica das discentes e a continuidade dos planos de trabalho.

No âmbito da pesquisa documental, foram iniciadas as aproximações e análises dos documentos oficiais que constituem importantes fontes para a investigação, com destaque para o Plano Plurianual (PPA) e seus respectivos relatórios de monitoramento. A partir desses instrumentos, buscou-se identificar as prioridades estabelecidas pelo

governo federal para a política de saúde, particularmente aquelas relacionadas à Atenção Primária à Saúde, bem como acompanhar a previsão e a execução das metas estabelecidas. Dessa forma, os documentos analisados constituem fontes fundamentais para apreender como as prioridades governamentais se materializam no planejamento público e como se expressam na destinação dos recursos para a APS no contexto do terceiro governo Lula.

O presente trabalho utilizou o ChatGPT (OpenAI) como ferramenta de apoio à revisão ortográfica e gramatical e à melhoria da fluidez textual, mantendo-se a autoria intelectual e a responsabilidade pelo conteúdo com os/as autores/as deste trabalho.

Resultados e Discussões

Os estudos realizados ao longo do processo de pesquisa deixam exposto que a APS ocupa uma posição estratégica na organização do SUS, não apenas por ser a principal porta de entrada dos/as usuários/as, mas por realizar a função de coordenadora dentro da Rede de Atenção à Saúde. Essa característica faz com que suas condições de financiamento e disponibilidade de recursos repercutam diretamente sobre a qualidade, a continuidade e capacidade de resposta dos serviços ofertados pelo SUS.

Segundo Giovanella e Mendonça (2012), no livro “Atenção primária à saúde: seletiva ou coordenadora dos cuidados?”, a APS exerce a função de coordenadora de uma resposta integral para todos os níveis de atenção, pois possui potencial para responder a maior parte das necessidades populacionais de saúde, por meio de ações que promovam a prevenção de agravos, diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento contínuo dos/as usuários/as Sendo assim, quando adequadamente estruturada e integrada à rede, a APS pode contribuir para a redução de demandas evitáveis por serviços especializados e hospitalares, fortalecendo a integralidade do cuidado e a organização do SUS.

Essa concepção também é exposta na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) instituída pela Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. A política define a APS como um conjunto de ações de saúde desenvolvidas de forma individual, familiar e coletiva, envolvendo promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde. A PNAB também estabelece a APS como principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde, responsável pela coordenação do cuidado e pela ordenação da rede, reforçando a importância da APS para a organização do SUS e para a oferta do cuidado integral, territorializado e contínuo.

Entretanto, a realidade enfrentada pela Atenção Primária é marcada por condições de financiamento que aplicam limites e desafios à efetivação de seu funcionamento. Mesmo sendo reconhecida como prioridade para o fortalecimento do SUS, sua capacidade depende diretamente da disponibilidade de recursos públicos, da valorização dos profissionais, da ampliação da infraestrutura e, principalmente, da continuidade das políticas voltadas ao seu nível de atenção. Nesse sentido, o financiamento constitui uma dimensão fundamental para a consolidação da APS e para a materialização dos princípios que orientam o SUS. Como apontam Mendes e Carnut (2020), o

financiamento do SUS é marcado por um processo histórico de insuficiência de recursos, que se intensificou no contexto das medidas de austeridade fiscal adotadas a partir de 2016, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016.

A dinâmica do capitalismo é marcada por contradições e crises que repercutem sobre a organização da sociedade e sobre a atuação do Estado (Netto, 2011). Diante desse cenário, a destinação dos recursos públicos constitui um espaço de disputa entre diferentes interesses, repercutindo diretamente sobre a capacidade de financiamento das políticas sociais. Dessa forma, as condições de financiamento da APS não podem ser compreendidas apenas como uma questão de disponibilidade ou insuficiência de recursos, tratando-se também de uma questão política, uma vez que envolve escolhas relacionadas às prioridades e destinação de recursos públicos, portanto, tornando necessário compreender o orçamento enquanto um instrumento de gestão e planejamento atrelado às disputas políticas que o envolvem.

Segundo Salvador (2024), o orçamento representa uma peça política na qual o Estado define as suas prioridades de financiamento entre as diferentes políticas públicas, expressando disputas entre interesses sociais distintos. Assim, a destinação dos recursos públicos não depende somente dos critérios econômicos ou técnicos, mas também dos posicionamentos políticos assumidos pelo Estado. No campo da saúde, essa dinâmica evidencia uma contradição: embora o direito à saúde esteja constitucionalmente assegurado como direito de todos e dever do Estado, sua efetivação depende das condições materiais e financeiras destinadas à manutenção e ampliação dos serviços públicos. Nesse sentido, o financiamento da saúde está diretamente relacionado à disputa pela apropriação e destinação do fundo público.

É a partir dessa perspectiva que os estudos realizados no âmbito da pesquisa, também voltaram-se para compreensão das implicações do Novo Arcabouço Fiscal, imposto pela Lei Complementar nº 200 de 2023 sobre o financiamento das políticas sociais. Embora tenha sido apresentado como um mecanismo de controle dos gastos públicos voltados à estabilização da dívida do país, esse novo regime fiscal mantém limites estabelecidos para o crescimento das despesas primárias, vinculando sua expansão ao comportamento das receitas públicas e ao cumprimento de metas fiscais, ou seja, o governo só pode aumentar seus “gastos” se ampliar sua arrecadação e às regras estabelecidas no regime fiscal e nas leis orçamentárias. Conforme assevera Behring(2019):

No principal instrumento de formação e alocação do fundo público, o orçamento federal brasileiro, ocorreu um constrangimento permanente do financiamento dos investimentos e das políticas sociais, em função do superávit primário, da DRU e do pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, diga-se, dos mecanismos de ajuste fiscal (p. 185).

Novamente sob a perspectiva de Salvador (2024), o Novo Arcabouço Fiscal representa uma continuidade da política de austeridade fiscal, ao estabelecer mecanismos de cortes de gastos e controle das contas públicas, restringindo o crescimento das políticas sociais. A prioridade imposta no cumprimento das metas fiscais e na estabilização da dívida pública, acaba limitando os investimentos destinados às políticas sociais, entre elas a saúde. Assim, diante desse novo regime, em um cenário em que a economia

desacelera ou a arrecadação reduz, a capacidade de expansão das políticas de saúde pode ser imediatamente restringida pelos instrumentos de contenção estabelecidos.

No caso específico da APS, essas limitações são de extrema relevância, já que a mesma constitui a principal estratégia de organização do SUS, e depende da expansão contínua dos investimentos em infraestrutura, equipes multiprofissionais, qualificação dos serviços e democratização doacesso da população, logo, tais políticas de contenção podem comprometer a garantia da APS e a efetivação dos princípios constitucionais do SUS. Sendo assim, torna-se evidente que a capacidade da APS de responder às necessidades da população está diretamente relacionada com o subfinanciamento do SUS, sendo essa uma problemática que ultrapassa uma discussão puramente orçamentária, envolvendo também, escolhas políticas diante da destinação dos recursos públicos.

Diante disso, faz-se necessário uma análise dos documentos oficiais para apreender como se apresentam o desempenho das metas e investimentos do terceiro governo Lula na APS. Sendo assim, destaca-se no PPA (2023-2027), o Objetivo Específico 0378, destinado à "ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária" (Brasil, 2023, p 3005).

O objetivo é operacionalizado em diferentes metas, cada uma com um foco específico para a ampliação da APS, entre elas serão apresentadas três metas, que envolvem a estruturação de UBSs já existentes, a construção de novas unidades e a realização de reformas nas infraestruturas das UBSs. A escolha desse objetivo para análise ocorre pela sua abrangência, já que a infraestrutura é um elemento indispensável para o fortalecimento do APS, uma vez que ela influencia diretamente as condições de trabalho das equipes e o acesso da população aos serviços de saúde.

Nesse sentido, antes de adentrarmos na análise das metas, ressalta-se também a 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2023, e constitui um importante espaço de participação e controle social na definição das prioridades da política de saúde. Entre as propostas discutidas, destaca-se a necessidade de fortalecer a APS enquanto ordenadora do cuidado, de modo a garantir o acesso integral e universal da população aos serviços de saúde (Conselho Nacional de Saúde, 2023). Tal diretriz respalda-se no planejamento governamental, uma vez que o PPA 2024–2027 estabelece, entre seus objetivos a ampliação da infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde, buscando garantir condições adequadas para o trabalho e a prestação dos serviços de saúde (Brasil, 2023).

Sendo assim, a meta 05I4 estabelece que 27.772 UBSs devem ser ampliadas e estruturadas, por meio de investimentos em obras, equipamentos e materiais permanentes até o ano de 2027 (Brasil, 2023). A análise do Relatório de Monitoramento do ano de 2024, evidenciou que a meta teve um desempenho superior ao inicialmente previsto, com 29.893 UBS ampliadas e estruturadas até aquele ano, superando o quantitativo estabelecido para o período, indicando um avanço na melhoria das condições físicas das unidades (Brasil, 2025). Tal investimento é relevante para o fortalecimento da APS, uma vez que a adequação dos espaços e a disponibilidade de equipamentos e materiais constituem condições necessárias para o desenvolvimento das ações de saúde e para a ampliação da capacidade de atendimento das unidades.

Em contrapartida, a análise das outras duas metas se insere em um cenário mais complexo. A meta 05I6 estabelece a construção de 2.900 novas unidades básicas de saúde até o ano de 2027, porém não apresentou execução no período analisado, mantendo a construção de novas UBSs apenas como uma proposta (Brasil, 2023; 2025). Embora esse resultado tenha sido justificado pela premissa de que a construção de Unidades Básicas de Saúde demanda um esforço amplo, envolvendo etapas como o tempo de elaboração dos projetos, os processos das licitações e execuções de obras, ele também evidencia que a expansão física da APS enfrenta desafios concretos para sua efetivação.

Já na meta 05I8, que previu a realização de 872 reformas em UBSs até o ano de 2027, contabilizou apenas 135 intervenções concluídas até o período analisado, indicando que o previsto não foi inteiramente alcançado (Brasil, 2023; 2025). Conforme identificado no documento de monitoramento, foram adotadas medidas administrativas, como orientações e emissão de pareceres, com o objetivo de contribuir para o cumprimento da meta. Ainda assim, a diferença entre o planejado e o executado demonstra que a materialização das prioridades estabelecidas no planejamento depende de condições administrativas e financeiras que ultrapassam a sua previsão formal.

Vistas em conjunto, as três metas permitem observar que o planejamento do governo reconhece a infraestrutura da APS enquanto uma prioridade estratégica. Porém, os resultados evidenciam que diferentes tipos de investimentos levam tempos distintos de execução. Enquanto as metas voltadas para a estruturação das unidades já existente avançam de forma mais acelerada, as metas que dependem de obras e construções demonstram maior lentidão, evidenciando que a efetivação das prioridades no planejamento não dependeapenas da definição das metas, mas também da capacidade administrativa, continuidade das políticas públicas e da disponibilidade de recursos financeiros.

Essa questão ganha maior relevância quando considerada no contexto do Novo Arcabouço Fiscal, levando em consideração os limites impostos para o crescimento das despesas primárias da União, onde os “gastos” com as políticas sociais estão predominantemente inseridos. Assim, é possível observar a existência de regras de contenção fiscal que impõe limites à expansão dos recursos destinados ao atendimento das necessidades sociais, mas ao mesmo tempo, as despesas financeiras relacionadas ao serviço da dívida pública não estão submetidas ao mesmo mecanismo de limitação estabelecido para as despesas primárias. Esse cenário pode ser compreendido a partir de Salvador (2024) para quem o arcabouço fiscal deve ser considerado tendo em vista as disputas em torno do fundo público e do financiamento das políticas sociais.

A análise dessas metas reforça o entendimento de que o fortalecimento da APS não se resume nos investimentos realizados em UBSs, mesmo que os investimentos feitos em obras, equipamentos e materiais permanentes sejam essenciais para a melhoria dos serviços ofertados à população, a consolidação da APS também envolve o financiamento contínuo das unidades, a valorização das equipes multiprofissionais e o desenvolvimento das ações de prevenção e conscientização à saúde. Nesse sentido,percebe-se que a infraestrutura representa apenas uma das categorias necessárias para garantir o direito universal à saúde.

V - Os governos têm pela saúde de seus povos uma responsabilidade que só pode ser realizada mediante adequadas medidas sanitárias e sociais. Uma das principais metas sociais dos governos, das organizações internacionais e de toda a comunidade mundial na próxima década deve ser a de que todos os povos do mundo, até o ano 2000, atinjam um nível de saúde que lhes permita levar uma vida social e economicamente produtiva. Os cuidados primários de saúde constituem a chave para que essa meta seja atingida, como parte do desenvolvimento, no espírito da justiça social (Brasil, 2002, p. 1).

Como já pontuado, a Constituição Federal de 1988 consolidou a saúde como um direito universal e dever do Estado, e juntamente com as propostas da 8ª Conferência Nacional de Saúde, estabeleceu as bases para a criação do SUS. Entretanto, seguindo a perspectiva dos autores já destacados (Netto,2011; Salvador, 2024) a efetivação desse direito ocorre em uma sociedade capitalista, marcada por disputas em torno da apropriação dos recursos públicos e da organização das políticas sociais.

Dessa forma, em contraposição à lógica capitalista que visa a valorização do capital, a APS organiza-se visando a promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento contínuo dos usuários e organização territorial do cuidado. Sendo assim, seus resultados são observados em prazos mais longos, através da redução de possíveis agravos, diminuição das internações que podem ser evitadas e, principalmente, da melhoria das condições de vida da população.

Nesse sentido, no contexto do capitalismo financeiro, espaços como a saúde também passam a constituir um local para a valorização do capital, por meio da subordinação das políticas sociais, nas exigências do ajuste fiscal e na acumulação financeira, criando tensões entre a garantia dos direitos sociais e os interesses econômicos. Diante desse panorama, segundo Soares (2020), segmentos da saúde capazes de gerar maior retorno financeiro tendem a atrair mais interesse do mercado, enquanto ações de caráter preventivo e territorial demonstram forte dependência do financiamento estatal. Por isso, em um contexto de agravamento do projeto privatista, a garantia de financiamento público constitui condição fundamental para a APS, visto que sua atuação é fortemente vinculada às necessidades coletivas da população.

A APS possui características que a diferencia dos demais níveis de atenção do SUS, especialmente pela sua ligação com os territórios e pela possibilidade de estabelecer um acompanhamento longitudinal com os/as usuários/as. Mendes (2020) destaca a importância da organização da APS a partir das necessidades populacionais para sua organização e integridade do cuidado, sendo relacionada, principalmente, com a sua capacidade de ofertar atendimentos básicos, responder às demandas e coordenar diferentes pontos da Rede de Atenção à Saúde.

Desse modo, enquanto o SUS possui como fundamento a garantia do direito à saúde, o setor privado é atravessado por interesses econômicos e pela possibilidade de apropriação de recursos. Uma expressão dessa dinâmica são as parcerias público-privadas, que demonstram a participação de agentes privados na oferta ou gestão de serviços de saúde, inserindo elementos da lógica mercantil em uma política historicamente organizada pela administração pública. Conforme Salvador (2017), o financiamento das políticas sociais está inserido em uma disputa por recursos públicos. Com o agravo do ajuste fiscal, essa questão se torna ainda mais relevante, já que as

restrições ao financiamento estatal das políticas sociais podem ampliar os espaços de atuação dos agentes privados na oferta e na gestão de serviços públicos.

Diante dessa análise, torna-se necessário ressaltar as potencialidades da APS e sua importância para o funcionamento do SUS, evidenciando que suas capacidades não se restringem à oferta de atendimentos nas UBSs, mas relacionam-se à sua capacidade de organizar o cuidado a partir das necessidades concretas dos territórios. Conforme Silveira e Hoffmann (2025), a organização territorial da APS possibilita apreender as diferentes realidades sanitárias e as particularidades das condições de vida da população, ampliando as possibilidades da efetivação do cuidado para além do espaço físico das unidades. Dessa forma, os resultados analisados reforçam que a infraestrutura constitui uma dimensão necessária, mas não suficiente, para o fortalecimento da APS, uma vez que sua capacidade de responder às necessidades da população também depende das condições adequadas de financiamento, organização dos serviços e continuidade das políticas públicas.

Conclusão

O desenvolvimento deste plano de trabalho possibilitou compreender as prioridades governamentais direcionadas à Atenção Primária à Saúde no contexto do terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. As análises realizadas evidenciaram que a consolidação da APS não depende apenas do seu reconhecimento enquanto eixo estruturante do Sistema Único de Saúde, mas, sobretudo, da garantia de financiamento público adequado, contínuo e compatível com as necessidades da população.

As análises bibliográficas e documentais permitiram identificar como o planejamento governamental expressa a centralidade atribuída à APS, por meio de objetivos e metas voltados ao fortalecimento da infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde, à qualificação dos serviços e dos trabalhadores e à ampliação da oferta de atendimentos. Contudo, a análise das metas selecionadas demonstrou que, embora algumas ações tenham apresentado avanços, especialmente aquelas relacionadas à estruturação de unidades já existentes, permanecem desafios referentes à execução de obras, à expansão da rede física e ao cumprimento integral das ações estabelecidas no planejamento oficial.

As discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa também permitiram compreender que o financiamento da saúde ultrapassa a questão técnica ou administrativa, estando inserido nas disputas pela destinação do fundo público e é atravessado pelas escolhas econômicas, fiscais e políticas mais amplas. Nesse sentido, as condições de financiamento das políticas sociais não podem ser compreendidas apenas a partir das escolhas de um governo único e específico, mas devem ser relacionadas às contradições e à crise do capital, bem como ao avanço das políticas neoliberais e às medidas de ajuste fiscal. No contexto analisado, essas determinações se expressam, principalmente, na implementação do Novo Arcabouço Fiscal que estabelece limites e produz implicações para o financiamento das políticas sociais.

Outro aspecto evidenciado ao longo do estudo é que a valorização da APS não pode ser reduzida aos investimentos em infraestrutura física. Embora a ampliação e a qualificação das UBS sejam indispensáveis para garantir o atendimento adequado à população, a efetivação da APS também requer a valorização e qualificação das equipes de saúde, a garantia de recursos para a manutenção contínua dos serviços e o fortalecimento das ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e acompanhamento da população.

No que se refere às contribuições da pesquisa para a formação acadêmica, a participação neste plano de trabalho possibilitou o aprofundamento dos estudos sobre o SUS, o financiamento das políticas públicas, o fundo público e os instrumentos de planejamento governamental. As atividades desenvolvidas contribuíram para o aprimoramento da capacidade de leitura crítica, análise documental e compreensão das relações entre Estado, orçamento público e consolidação dos direitos sociais.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente, fundo público e política social no Brasil. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita Lourdes de (orgs.). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019. p. 161-195.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. Brasília, DF: CFESS, 2009.

BRAVO, M.I.S.Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Política de Saúde no Brasil. Editora Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. 17º Conferência Nacional de Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/conferencias/17a-cns.Acesso em: 01/08/2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2024-2027: objetivos e metas. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Nacional de Planejamento. Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023c. 240 p.: il.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 292 p.

GIOVANELLA, Lígia; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. Atenção Primária à Saúde: seletiva ou coordenadora dos cuidados?. Rio de Janeiro: CEBES, 2012. 71 p.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. SER Social, Brasília, v. 22, n. 46, p. 9-32, 2020. DOI: 10.26512/ser_social.v22i46.25260.

NETTO, J.P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão

Popular, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, Alma-Ata, URSS, 1978. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012

SALVADOR, Evilasio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. Argumentum, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.47456/argumentum.v16i1.44218.

SALVADOR, Evilásio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ed. 130, p. 426-446, set/dez 2017.

SOARES, Raquel Cavalcante. Contrarreforma no SUS e o Serviço Social. Recife: Ed. UFPE, 2020.

CÓDIGO: HS0693

AUTOR: MARIA LIDIA SECUNDO BARRETO

ORIENTADOR: FABRICIO GERMANO ALVES

TÍTULO: Marco regulatório da Pós-Graduação Lato Sensu: Vantagens e Desvantagens da Resolução CNE/CES n° 1/2018 nos cursos de pós-graduação lato sensu.

Resumo

Esse estudo tem como objetivo identificar se a Resolução CNE/CES n° 1, de 6 de abril de 2018 trouxe melhoramento para a qualidade dos cursos de pós-graduação lato sensu. Assim, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: “Quais as vantagens e desvantagens trazidas pela Resolução CNE/CES n° 1, de 6 de abril de 2018 para os cursos de pós-graduação lato sensu?”. Para responder a pergunta de pesquisa e atingir o objetivo do estudo foi utilizada uma metodologia baseada na busca de caráter qualitativo e descritivo, utilizando como formas de pesquisa a pesquisa documental dos normativos referentes à pós-graduação lato sensu e uma pesquisa a partir de procedimentos bibliográficos, envolvendo o estudo da literatura já publicada sobre o assunto, como livros, artigos científicos, teses e referências teóricas. Os resultados alcançados permitem compreender o papel da pós-graduação lato sensu; bem como, identificar que a Resolução n° 1/2018 trouxe como maior benefício a ampliação da oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu e, como entraves, tem-se a barriga de aluguel e a falta de método para avaliar os cursos de pós-graduação lato sensu.

Palavras-chave: Resolução CNE/CES nº 1/2018. Pós-graduação lato sensu.

TITLE: Regulatory Framework for Lato Sensu Postgraduate Studies: Advantages and Disadvantages of CNE/CES Resolution N° 1/2018 for Lato Sensu Postgraduate Programs.

Abstract

This study aims to identify whether Resolution CNE/CES N° 1, of April 6, 2018, has improved the quality of lato sensu postgraduate courses. Thus, the following research question was posed: "What are the advantages and disadvantages brought about by Resolution CNE/CES N° 1, of April 6, 2018, for lato sensu postgraduate courses?". To answer the research question and achieve the study's objective, a methodology based on qualitative and descriptive research was used, employing documentary research of regulations related to lato sensu postgraduate studies and bibliographic research,

involving the study of already published literature on the subject, such as books, scientific articles, theses, and theoretical references. The results obtained allow us to understand the role of lato sensu postgraduate studies; Furthermore, it was identified that Resolution N° 1/2018 brought as its greatest benefit the expansion of the offer of lato sensu postgraduate courses, and as obstacles, there are the "surrogacy" practices and the lack of a method to evaluate lato sensu postgraduate courses.

Keywords: CNE/CES Resolution N° 1/2018. Lato sensu postgraduate studies.

Introdução

Dentro do sistema de ensino superior tem-se: a graduação na qual é ofertado ao indivíduo conhecimento e preparação para o mercado de trabalho específico de sua escolha e há também a pós-graduação que, conforme o próprio nome indica, trata-se dos cursos que se seguem à graduação; podendo esta ser dividida em duas modalidades: stricto sensu ou lato sensu

A modalidade lato sensu possui seus cursos, isto é, especializações e MBAs, regularizados e credenciados pelo Ministério da Educação (MEC) e são cursos destinados ao aprofundamento de conhecimentos técnico-profissionais. Em contrapartida, a modalidade stricto sensu é avaliada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); sua oferta de mestrado e doutorado são dedicados à formação de docentes, pesquisadores e profissionais capacitados (Da silva 2025).

Em suma, compreende-se que os cursos de pós-graduação lato sensu possuem a finalidade de oferecer uma educação continuada à graduação, habilitando ao exercício de uma área específica e assim formando um profissional denominado especialista.

O acesso a esse tipo de formação é de extrema importância, uma vez que o mercado de trabalho hodierno encontra-se em uma busca constante por profissionais especializados em seu ofício. No entanto, a pós-graduação lato sensu encontra-se, historicamente, em busca de conciliar a necessária flexibilidade dos cursos lato sensu com os mecanismos capazes de assegurar qualidade acadêmica.

A partir do exposto, esse estudo parte da pergunta de pesquisa: “Quais as vantagens e desvantagens trazidas pela Resolução CNE/CES n° 1, de 6 de abril de 2018 para os cursos de pós-graduação lato sensu?”

Metodologia

Trivinõs (1987), relata que a pesquisa qualitativa é capaz de analisar os aspectos implícitos no desenvolvimento das práticas de uma organização. Assim, considera-se que a pesquisa qualitativa é um método de pesquisa adequado para ser aplicado em estudos na área jurídica, em especial, no que se refere a resolução que regulamenta os cursos de Pós-Graduação lato sensu no Brasil.

Objetivando identificar os entraves e benefícios trazidos pela publicação da Resolução CNE/CES n° 1/2018, fez-se uso de abordagem qualitativa, de propósito descritivo. O presente estudo é realizado a partir de procedimentos bibliográficos, envolvendo o estudo da literatura já publicada sobre o assunto, como normativos, livros, artigos científicos, teses e referências teóricas referentes à pós-graduação lato sensu.

Na realização dos procedimentos metodológicos foi feito um levantamento bibliográfico, que segundo Cervo e Bervian (2002) tem por finalidade levantar todas as referências encontradas

sobre um determinado tema, a partir de material já publicado sobre o assunto, ou seja; teses, dissertações, artigos, livros, entre outras; tudo que possa contribuir para um primeiro contato com o objeto de estudo investigado. De acordo com Mattar (2005), o levantamento bibliográfico é uma das maneiras mais rápidas para ampliar os conhecimentos acerca de um problema de pesquisa, tendo em vista a utilização de trabalhos já realizados por outras pessoas. Observa-se que não existe nessa opção um critério detalhado e específico para a seleção da fonte material, basta tratar-se do tema investigado.

Resultados e Discussões

Antes de adentrar aos benefícios e entraves trazidos pela publicação da Resolução CNE/CES n° 1/2018 para os cursos de pós-graduação lato sensu, é fundamental compreender as diretrizes gerais que regem os cursos lato sensu na atualidade.

Os cursos de especialização e MBA devem, em primeiro lugar, assim como todo ato normativo vigente no território nacional, observar os ditames da Constituição Federal de 1988, a qual estabelece, em seu artigo 205, que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Em segundo lugar, os cursos lato sensu são regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa lei incumbe à União o dever de baixar normas sobre cursos do ensino superior em seu art. 9º, inciso VII, e determina - em seu artigo 44, inciso III - que a educação superior abrangerá a pós-graduação, “compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino” (Brasil, 1996).

Os cursos de pós-graduação, criados a partir de 1960, eram primeiramente voltados à especialização. Posteriormente, alguns se transformaram em stricto sensu com o surgimento do Parecer nº 977/1965 do relator Newton Sucupira.(ABMES, 1965)

Freitas e Cunha (2009) comentam que a primeira regulamentação voltada aos cursos de pós-graduação lato sensu surgiu com a Resolução nº 14, de 23 de novembro de 1977, do Conselho Federal de Educação.

A partir da década de 1970, os cursos de pós-graduação lato sensu cresceram em oferta desordenada e só foram credenciados pelo MEC com o Parecer CNE/CES nº 66/2005, que tratou do cadastro dos cursos de especialização para controle de oferta e de qualidade (Faustino-Ferber, 2021).

Anteriormente à Resolução CNE/CES n° 1/2018, estava em vigor a Resolução CNE/CES n° 1/2007 que possui diversas diferenças em relação à atual Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018. Dentre as diferenças encontra-se:

A resolução anterior, Resolução CNE/CES n° 1/2007, em seu Art. 4° instaura que pelo menos 50% do corpo docente deve apresentar titulação obtida em pós-graduação, uma vez revogada, a Resolução CNE/CES n° 1/2018 em seu Art 9° diminui o mínimo necessário de portadores de título de pós-graduação stricto sensu no corpo docente para 30%; o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que antes era de caráter obrigatório conforme o parágrafo único do Art 6° da Resolução CNE/CES n° 1/2007, desvincula-se de sua obrigatoriedade; na Resolução CNE/CES n° 1/2007, conforme Art. 6°, a educação a distância (EAD) se restringe às instituições credenciadas pela União, já a Resolução CNE/CES n° 1/2018 em seu Art 1° § 2º transforma a EAD em modalidade regular de oferta; a Resolução CNE/CES n° 1/2018 inova em exigir e detalhar um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) em seu Art 7°; enquanto que na Resolução CNE/CES n° 1/2007 em seu Art. 3°, as instituições deveriam fornecer informações referentes a esses cursos, sempre que solicitadas pelo órgão coordenador do Censo do Ensino Superior; já na Resolução CNE/CES n° 1/2018, o Art. 6º os cursos de especialização serão registrados no Censo da Educação Superior e no Cadastro de Instituições e Cursos do Sistema e-MEC.

É possível perceber que a resolução em vigor, Resolução CNE/CES n° 1/2018, amplia a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu visando a uma maior adesão à educação continuada e, simultaneamente, formaliza processos para garantir o padrão de qualidade do ensino. Porém não apresenta métodos para a avaliação das pós-graduação lato sensu no país (Silva et al., 2024).

Entretanto, apesar dos benefícios trazidos pela Resolução CNE/CES n° 1/2018, alguns entraves se fizeram presentes. O principal desafio encontra-se na prática denominada “barriga de aluguel”, na qual instituições não autorizadas ofertam cursos de pós-graduação mediante parcerias firmadas com instituições credenciadas. De acordo com Araújo (2025), nessa prática, as especializações são ofertadas de forma express, com preços irrisórios e, portanto, sem o devido crivo de qualidade, comprometendo a formação de especialistas.

A partir disso, surgiu o Parecer CNE/CES nº 637/2025, que visa combater essa prática a partir da manutenção de grande parcela dos artigos da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 realizando poucos ajustes procedimentais: o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% de portadores de título de pós-graduação stricto sensu e 50% do corpo docente com vínculo jurídico com a própria

instituição; e, a elaboração de PPCs pela empresa deve ser integralmente institucional, construída e validada pela IES.

Como mencionado anteriormente, o Parecer CNE/CES n° 637/2025 não realizou mudanças abruptas na regulamentação dos cursos lato sensu. Entretanto, suscita questionamentos, especialmente em relação à redação de seu artigo 6º que traz que: "fica vedada a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu em áreas distintas da linha de atuação principal da instituição credenciada. § 1º Entende-se por linha de atuação principal aquela correspondente ao conjunto de atividades formativas comprovadamente desenvolvidas nos últimos cinco anos. § 2º A restrição prevista no caput deve garantir a coerência entre a especialização ofertada e a experiência formativa institucional, evitando-se a proliferação de cursos sem aderência com a entidade proponente, especificamente quanto à sua qualificação e ao seu objeto." (Brasil, 2025)

Jacobs (2025) afirma que a redação proposta necessita de ajustes conceituais, a exemplo do termo "linha de atuação", que não possui correspondência na legislação e não é utilizado por órgãos como a CAPES ou o INEP. O autor questiona a aplicação de tais diretrizes em cursos interdisciplinares, argumentando que o dispositivo traz insegurança aos cursos de pós-graduação lato sensu devido à presença de inconsistência.

Além disso, conforme pontua Jacobs (2025), embora o objetivo dos cursos lato sensu seja a educação continuada, a limitação temporal de cinco anos prevista no §1 do Art. 3° do Parecer opõe-se a essa lógica ao comprometer o dinamismo necessário para responder às transformações do mercado.

Conclusão

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou analisar quais benefícios e entraves a Resolução CNE/CES n° 1/2018 trouxe para a qualidade acadêmica dos cursos de pós-graduação lato sensu.

A partir da bibliografia consultada pode-se verificar que a Resolução CNE/CES n° 1/2018 trouxe como benefícios para a pós graduação lato sensu uma maior adesão à educação continuada uma vez que ampliou a oferta dos cursos de pós-graduação e desvinculou a obrigatoriedade de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entretanto, como entraves, pode-se verificar a possibilidade de instituições não autorizadas ofertarem cursos de pós-graduação mediante parcerias firmadas com instituições credenciadas, prática denominada "barriga de aluguel"; e, não determinar uma metodologia para avaliação da qualidade das pós-graduações lato sensu.

Isto posto, o estudo realizado colaborou para a formação do conhecimento no tocante a contribuição da Resolução CNE/CES n°1/2018 para a qualidade dos cursos de pós-graduação lato sensu. Como complemento do estudo realizado, sugere-se ampliar a pesquisa identificando fatores que podem ser considerados na avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação lato sensu.

Referências

ARAÚJO, Mirella. Nova regra tenta coibir prática de "barriga de aluguel" na pós-graduação lato sensu. JC (Jornal do Commercio), Recife, 2 dez. 2025. Coluna Enem e Educação. Disponível em:https://jc.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2025/12/02/nova-regra-tenta-coibir-pratica-de-barriga-de-aluguel-na-pos-graduacao-lato-sensu.html. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 637, de 20 de outubro de 2025. Dispõe sobre diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme previsto no art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Relatora: Monica Sapucaia Machado. Brasília, DF: CNE/CES, 2025. Disponível em:https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2025/11/sei-6273640-parecer-cne-ces-n-637-2025.pdf. Acesso em: 16 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres). Quais são os tipos de cursos superiores? Brasília, DF: MEC, [20--]. Disponível em:https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/quais-sao-os-tipos-de. Acesso em: 16 ago. 2026.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

DA SILVA, Linderson Rodrigo Gonçalves. Pós-graduação lato sensu e stricto sensu na Polícia Militar do Paraná: análise comparativa e proposta de valorização acadêmica à luz da Lei nº 5.940/1969. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 10, p. 3250-3262, 2025.

FAUSTINO-FERBER, Ana Paula; HAAS, Celia Maria. Motivos que levam os alunos à evasão em cursos de pós-graduação lato sensu em instituição pública de educação. Revista Labor, Fortaleza, v. 2, n. 26, p. 31-55, 2021. Disponível em:https://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/72026. Acesso em: 16 ago. 2026.

FEITOSA, Inácio. Plano jurídico de transição para adequação à nova regulação da pós-graduação lato sensu. Editora Digital OAB/PE, Recife, 3 dez. 2025. Disponível em:https://editoraoabdigital.org.br/plano-juridico-de-transicao-para-adequacao-a-nova-regulacao-da-pos-graduacao-lato-sensu/. Acesso em: 16 ago. 2026.

FRAUCHES, Celso da Costa. A pós-graduação lato sensu, a Lei e as normas do MEC. Brasília, DF: ABMES, 6 out. 2014. Disponível em:https://abmes.org.br/arquivos/documentos/A_pos-graduacao_lato_sensu_a_lei_e_as_normas_do_MEC.pdf. Acesso em: 16 ago. 2026.

JACOBS, Edgar. Parecer nº 637/2025: o CNE quer limitar a especialização das instituições? Jacobs Consultoria, Belo Horizonte, 6 nov. 2025. Disponível em:https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/__637. Acesso em: 30 jul. 2026.

Mattar, Fauze Najib. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento. São Paulo: Atlas, 1997.

PIRES, Nara; PUGGIAN, Cleonice. Pós-graduação lato sensu: legislação atual, novas diretrizes e a experiência da UNIGRANRIO. Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, v. 1, n. 2, 2014.

SILVA, Bruno Gonçalves; ORLANDO FILHO, Ovidio; PERDIGÃO, Elaine Rodrigues. Avaliação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: elaboração de um instrumento para UNIRIO. Pimenta Cultural, 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

CÓDIGO: HS0749

AUTOR: VINICIUS LEAL ROSA DE ARAUJO

ORIENTADOR: ERICA PRISCILLA CARVALHO DE LIMA MACHADO

TÍTULO: Economia solidária e sua interface no turismo de base comunitaria no Rio Grande do Norte: institucionalidades, desafios e avanços

Resumo

O artesanato desempenha papel relevante na geração de emprego e renda, sendo elemento fundamental para o desenvolvimento local. Em contraste com a padronização da produção em larga escala, os consumidores valorizam a singularidade, a autenticidade e os saberes tradicionais das comunidades. No turismo, o artesanato ganha destaque ao oferecer produtos simbólicos que expressam a memória local, agregando valor à experiência dos visitantes. Quando inserido na economia solidária, fortalece-se como estratégia de desenvolvimento sustentável e justo. Esse modelo se baseia na gestão coletiva, na autogestão, na cooperação, na solidariedade e na valorização do trabalho humano, buscando superar a lógica competitiva do capitalismo tradicional. O estudo objetivou investigar as práticas de gestão participativa no Centro de Turismo de Natal (RN), à luz da economia solidária e de sua relação com o turismo. Adotou-se abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com entrevistas por amostragem de conveniência, guiadas por roteiro previamente elaborado. Os resultados evidenciam a importância econômica e simbólica do artesanato para os lojistas e a presença da economia solidária nos processos organizacionais do Centro de Turismo. Por fim, apesar de desafios como a falta de apoio institucional, a baixa articulação com o setor turístico e as limitações na divulgação, o estudo revelou possibilidades para o fortalecimento do artesanato local.

Palavras-chave: Artesanato; Economia Solidária; Desenvolvimento Local; Turismo

TITLE: SOLIDARITY ECONOMY, TOURISM AND CRAFTSMANSHIP: PARTICIPATORY MANAGEMENT PRACTICES IN RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

Craftsmanship plays a relevant role in generating employment and income, being a fundamental element for local development. In contrast to the standardization of large-scale production, consumers value the uniqueness, authenticity and traditional knowledge shared by communities. In tourism, craftsmanship stands out by offering symbolic products that express local memory, adding value to visitors' experience.

When embedded in the solidarity economy, it becomes stronger as a strategy for sustainable and fair development. This model is based on collective management, self-management, cooperation, solidarity and appreciation of human labor, seeking to overcome the competitive logic of traditional capitalism. The study aimed to investigate participatory management practices at the Tourism Center of Natal (RN), in light of the solidarity economy and its relationship with tourism. A qualitative, exploratory and descriptive approach was adopted, with interviews conducted through convenience sampling and guided by a previously prepared script. The results show the economic and symbolic importance of craftsmanship for shopkeepers and the presence of the solidarity economy in the organizational processes of the Tourism Center. Finally, despite challenges such as lack of institutional support, weak articulation with the tourism sector and limited product promotion, the study revealed possibilities for strengthening local craftsmanship.

Keywords: SOLIDARITY ECONOMY, TOURISM AND CRAFTSMANSHIP: PARTICIPATORY MANAGEMEN

Introdução

Durante a pesquisa, verificou-se que o artesanato constitui expressão da identidade e da cultura territorial, materializando a capacidade criativa, a sensibilidade e o cuidado do trabalho humano (Santos et al., 2010). Podemos encontrar, nesse setor intensivo em mão de obra, um papel significativo na geração de emprego e renda, o que o torna estratégico para a promoção do desenvolvimento local. Diferentemente da massificação e da padronização da produção em larga escala, os consumidores de produtos artesanais valorizam a singularidade, a autenticidade e o saber-fazer comunitário. No que diz respeito à integração econômica, foi posto que o artesanato possui forte conexão com o turismo, podendo essa relação ser potencializada pela inclusão dos artesãos e de seus centros de produção nos roteiros turísticos, conforme defendido por Santos et al. (2010). Na promoção do destino turístico, o setor artesanal ganha contornos expressivos ao oferecer produtos simbólicos que valorizam os saberes e a memória locais, agregando valor à experiência dos visitantes. No decorrer dos processos analisados, observou-se que, quando inserido nos princípios da economia solidária, o artesanato se fortalece como estratégia de desenvolvimento local, a partir da promoção de uma atividade sustentável e justa. Conceitualmente, a economia solidária emerge como um modelo de gestão coletiva, baseado na autogestão, na cooperação, na solidariedade, na viabilidade econômica e no incentivo ao trabalho humano, superando a lógica de competição imposta pelo modelo capitalista tradicional (Singer, 2002). Sendo assim, constatou-se que a gestão participativa dos empreendimentos artesanais resulta em maior autonomia financeira dos produtores, na inclusão dos artesãos em circuitos de comercialização e no fortalecimento dos laços entre os grupos envolvidos, culminando em um desenvolvimento local mais justo, inclusivo e sustentável. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo investigar como são moldadas as práticas de gestão participativa no Centro de Turismo de Natal, à luz do referencial da economia solidária e da sua interligação com o turismo, buscando compreender como a organização coletiva, o artesanato e o turismo se articulam como estratégias de desenvolvimento territorial. Durante a pesquisa, verificou-se que a gestão de empreendimentos solidários emerge como modelo alternativo diante da desigualdade social e das dinâmicas excludentes do capitalismo, fundamentando-se na cooperação, na autogestão e na

solidariedade (Laville; Gaiger, 2004). Podemos encontrar, nesses empreendimentos, princípios como a propriedade coletiva e a gestão democrática, elementos que, segundo Singer (2002), rompem com a separação entre quem detém os meios de produção e quem realiza o trabalho. No decorrer dos processos analisados, observou-se que tais práticas fortalecem a estrutura social local, incluindo sujeitos historicamente marginalizados e promovendo o comércio justo (Arruda, 2003; Borzaga et al., 2017). Foi posto, ainda, que a economia solidária se configura como "a outra economia" (Cattani et al., 2009), integrando dimensões econômicas e sociais em uma perspectiva plural (França Filho, 2007). Quanto ao artesanato, constatou-se que ele expressa a cultura local e se relaciona estreitamente com o turismo, enriquecendo a experiência do visitante e preservando saberes tradicionais (Santos; Silva, 2016). Foi posto por Becker (2014) que o turismo estimula os artesãos a refletirem sobre suas origens, incentivando a incorporação de elementos identitários em suas produções. Por fim, segundo Medeiros et al. (2011), cooperativas de artesãos potiguares formam redes baseadas na autogestão e no saber-fazer tradicional, evidenciando como o artesanato, articulado à economia solidária, promove desenvolvimento local sustentável.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, direcionado ao entendimento das práticas de gestão participativa adotadas entre os empreendimentos artesanais no Centro de Turismo de Natal (RN), à luz do referencial da economia solidária e sua interface com o turismo. A escolha pela abordagem qualitativa encontra respaldo no estudo de Minayo (2001), justificado pela necessidade de compreender os significados das ações e motivações a partir do olhar dos atores envolvidos. O lócus de pesquisa é o Centro de Turismo de Natal, localizado no bairro de Petrópolis e construído no século XIX. Inicialmente, o espaço funcionava como um abrigo e orfanato, tornando-se posteriormente uma cadeia pública (Dicas de Natal, 2025). Em 1976, o prédio passou por uma reforma e foi oficializado com o Centro de Turismo de Natal, firmando com um centro de comercialização de artesanato e espaço cultural. O completo pertence ao governo do estado, mas está cedido à cooperativa de artesanato, abrangendo 38 lojas artesanais. Assim, o Centro de Turismo foi escolhido para análise por concentrar uma diversidade da expressão cultural do estado, por ser um atrativo turístico e ser caracterizado pela organização associativa. A coleta de dados foi realizada durante o mês de junho de 2025, por meio de dois procedimentos metodológicos: observação direta não participante e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram conduzidas de forma aleatória, a partir de uma amostragem por conveniência, ou acessibilidade (Oliveira, 2001); e guiadas por um roteiro de questões. Posteriormente, os dados foram organizados, sistematizados e interpretados à luz da análise de conteúdo, tal como proposto por Bardin (2011). As categorias de análise utilizadas nas entrevistas foram: I) Trajetória e identidade; II) Organização e economia solidária; III) Relação com o turismo; IV) Comercialização e sustentabilidade econômica; V) apoio institucional e VI) Desafios e propostas.

Resultados e Discussões

Durante a pesquisa, os resultados obtidos por meio das entrevistas com os lojistas do Centro de Turismo de Natal possibilitaram uma compreensão mais aprofundada do funcionamento dos estabelecimentos, especialmente em sua dimensão individual. Podemos encontrar, nesses relatos, evidências claras do papel e da importância que o artesanato exerce na vida dos lojistas, tanto no aspecto econômico quanto no simbólico, além de perceber como a economia solidária se insere nos processos organizacionais presentes no Centro de Turismo. Nesse sentido, o artesanato revela-se como uma prática que ultrapassa a dimensão econômica, assumindo também um papel cultural e identitário para a comunidade. Esse argumento encontra respaldo teórico em Kashimoto, Marinho e Russeff (2002), ao ressaltarem que a cultura desempenha papel importante na melhoria da qualidade de vida da sociedade, por meio da valorização do uso sustentável dos recursos e da preservação dos aspectos locais, reforçando a relação entre cultura e desenvolvimento local. No decorrer dos processos investigados, verificou-se que a maior parte dos empreendedores entrevistados iniciou suas atividades no ramo do artesanato por motivos relacionados ao ambiente familiar, a partir de sugestões de parentes ou amigos, destacando-se a autonomia financeira e a flexibilidade de trabalho como fatores atrativos. Foi posto, ainda, que a transmissão intergeracional de saberes e práticas produtivas constitui característica recorrente no setor, ratificando o conceito de reprodução social dos saberes defendido por Brandão (2021), segundo o qual a transmissão de conhecimentos entre gerações garante a continuidade das práticas culturais. Podemos encontrar, também, como principal motivação para o ingresso no artesanato, a necessidade de recursos financeiros, sendo essa atividade percebida como alternativa viável em função de sua acessibilidade e das baixas barreiras de entrada — o que reforça o artesanato como caminho de inserção para grupos vulneráveis. No que se refere à organização do espaço e sua relação com a economia solidária, os lojistas relataram que o Centro de Turismo se configura como um ambiente de trabalho predominantemente individualizado, no qual cada empreendimento atua de forma autônoma. Ainda que não haja concorrência intensa entre as lojas, foi posto que existem práticas pontuais de cooperação, como a troca de informações, a indicação de clientes e o apoio em situações específicas, indicando a presença de elementos embrionários de economia solidária, ainda não plenamente estruturados. Esse achado dialoga com a perspectiva de que a economia solidária se constrói gradualmente a partir de práticas coletivas e relações de confiança (Laville; Gaiger, 2004), evidenciando que a economia solidária no Centro de Turismo ainda se encontra em processo de construção, com potencial de fortalecimento a partir de maior articulação coletiva entre os lojistas. Durante a pesquisa, também foi possível identificar que os turistas representam a maior parte do público consumidor, evidenciando a forte dependência do setor artesanal em relação ao fluxo turístico da cidade. Esse dado reforça a interdependência entre turismo e produção artesanal, dialogando com a literatura sobre turismo cultural, na qual o consumo de bens simbólicos está diretamente associado à experiência do visitante. Os produtos com maior demanda são justamente aqueles que expressam a cultura potiguar e a identidade local, frequentemente adquiridos como souvenires da experiência turística. No campo dos desafios, a falta de apoio institucional relatada pelos artesãos vai ao encontro do que Singer (2002) descreve como "fragilidade estrutural" dos empreendimentos de economia solidária, quando estes não contam com políticas públicas ativas. Segundo o autor, a presença do Estado é fundamental para assegurar condições materiais que possibilitem processos de autogestão e participação coletiva. No caso dos artesãos do Centro de Turismo de Natal (RN), a ausência de programas consolidados de divulgação, capacitação e fortalecimento organizacional dificulta a construção de estratégias coletivas de planejamento, evidenciando a dependência desses

empreendimentos em relação a políticas públicas estruturantes. Foi posto, ainda, que a ausência de articulação com o setor turístico reforça essa limitação, já que a integração entre produção artesanal e mercado turístico é essencial para a construção de experiências autênticas e para a dinamização econômica dos destinos. Quando os artesãos permanecem isolados, tende a ocorrer a fragilização das cadeias produtivas solidárias, dificultando a cooperação e o compartilhamento de decisões estratégicas. Podemos encontrar, também, a baixa visibilidade do artesanato local como fator que compromete a economia solidária, o turismo e as práticas artesanais no estado — cenário interpretado à luz da ausência de políticas de valorização da economia criativa, que, segundo o SEBRAE e organismos internacionais, desempenha papel estratégico no desenvolvimento regional. Os relatos evidenciaram, além disso, limitações estruturais que impactam diretamente a competitividade e a sustentabilidade econômica dos empreendimentos artesanais. A baixa divulgação dos produtos, aliada à sazonalidade da demanda turística, contribui para a instabilidade das vendas e da renda dos artesãos, cenário intensificado pela concorrência com produtos industrializados de menor custo. Soma-se a isso o fato de que a formação de preços ocorre, em grande parte, de maneira informal, com pouca adoção de estratégias comerciais — o que revela a necessidade de maior profissionalização na gestão dos negócios, especialmente em relação a marketing, precificação e posicionamento de mercado. Por fim, as propostas de melhoria apresentadas pelos próprios artesãos mostram-se alinhadas às demandas do setor, destacando a necessidade de capacitação, marketing e apoio institucional. Tais reivindicações demonstram o reconhecimento, por parte dos próprios atores, da importância da gestão participativa e da governança democrática, conforme discutido por Laville (2004), como caminhos para o fortalecimento da economia solidária e do desenvolvimento local.

Conclusão

A partir da análise realizada no Centro de Turismo de Natal, foi possível compreender que o artesanato transcende sua dimensão econômica, configurando-se como uma importante expressão da cultura, da história e da identidade do território. Nesse sentido, o fazer artesanal materializa valores simbólicos e saberes tradicionais, contribuindo para a preservação da memória coletiva. Essa perspectiva está alinhada à compreensão de que cultura e identidade constituem elementos centrais para o desenvolvimento local. Além disso, o artesanato se apresenta como uma relevante fonte de geração de renda para diversas famílias, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. A relação entre artesanato e turismo mostrou-se fundamental, uma vez que os produtos artesanais despertam o interesse dos visitantes e agregam valor à experiência turística. Nesse contexto, o turismo cultural atua como um importante vetor de valorização dos bens simbólicos e das identidades locais. Dessa forma, o fortalecimento do artesanato pode contribuir simultaneamente para a valorização cultural e para o desenvolvimento do turismo na região. Outro aspecto relevante identificado no estudo refere-se ao papel da gestão participativa. Observou-se que, quando os artesãos estabelecem relações de cooperação, compartilham experiências e constroem decisões coletivamente, ampliam-se as possibilidades de fortalecimento do grupo e de enfrentamento dos desafios comuns. Essa dinâmica dialoga com os princípios da economia solidária, que se fundamenta na autogestão, na cooperação e na participação democrática dos trabalhadores. No que se refere aos aspectos metodológicos, a abordagem qualitativa mostrou-se adequada para a compreensão da realidade investigada, permitindo captar

percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes. As entrevistas e a observação direta possibilitaram uma aproximação com o cotidiano dos artesãos, contribuindo para uma análise mais aprofundada das dinâmicas organizacionais e das relações estabelecidas com o turismo. Por fim, apesar dos desafios identificados, como a ausência de apoio institucional, a fragilidade na articulação com o setor turístico e as limitações na divulgação dos produtos, o estudo evidenciou possibilidades concretas de fortalecimento do artesanato local. As propostas apresentadas pelos próprios artesãos, como a necessidade de capacitação, estratégias de marketing e maior integração com o turismo, indicam caminhos viáveis para a melhoria das condições de trabalho e ampliação das oportunidades de mercado. Sendo assim, conclui-se que o fortalecimento da gestão participativa e a construção de redes de cooperação configuram-se como elementos estratégicos para a consolidação da economia solidária, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural e para a promoção de um desenvolvimento local mais justo, inclusivo e sustentável.

Referências

AC, C. C., & PEREIRA Jr, T. S. (2007). Economia solidaria, cooperativismo popular e autogestão: as experiencias em Palma/TO. Palmas: NESOL, UFT. Dicas de Natal e Pipa. (n.d.). Centro de turismo de Natal. Recuperado em 17 de julho de 2025, de https://dicasdenatalepipa.com.br/natal/centro-de-turismo-de-natal/ Arruda, M. (2003). Situando a economia solidária. Economia Solidária: desafios para um novo tempo. Cadernos FLEM, (5), 1932. Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. Becker, M. R. (2017). Confluências entre Turismo, Cultura e Artesanato. Desafio online, 5(1), 68-81. Borzaga, Carlos; Salvatori, Gianluca e Bodini, Ricardo (2017), Social and solidarity economy and the future of work, Genebra, International Labour Office. Brandão, C. (2021). Estruturas e processos sociais de reprodução do saber popular como o povo aprende? (Um projeto coletivo de pesquisa em antropologia da educação). Educação On-line, 16(38), 245-274. CARVALHO DE FRANÇA FILHO, G., & LAVILLE, J. (2004). Economia Solidária. Uma abordagem internacional . de França Filho, G. C. (2007). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Civitas: Revista de Ciências Sociais, 7(1), 155-174 . de Sousa Santos, T., de Brito Nascimento, J. P., de Freitas Borges, G., de Oliveira Moraes, A. F., & Teixeira, E. O Artesanato como elemento impulsionador no Desenvolvimento Local. de Souza Minayo, M. C., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2024). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada. Gaiger, L. I. G., & Kuyven, P. S. (2020). ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRAJETÓRIAS DE TRABALHO Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 35(103), e3510304. Kashimoto, E. M., Marinho, M., & Russef, I. (2016). Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. Interações (Campo Grande). Medeiros, V. C. F. D. A. (2011). Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense. Proença, W. D. L. (2007). O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. Revista aulas, 4, 1-24. Santos, J. C. V., & Silva, M. C. D. (2016). ARTESANATO, ARTE E CULTURA LOCAL: uma possibilidade de renda e desenvolvimento da atividade turística. Silva, S. P. O. (2020). Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Singer, P. (2002). Introdução à economia solidária.

CÓDIGO: HS0772

AUTOR: JOAO ANTONIO ELLYSSON COSTA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: WASHINGTON JOSE DE SOUSA

TÍTULO: Entre interesses pedagógicos e de saúde coletiva: mapeamento de dilemas e tensões da gestão social e da intersetorialidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma importante política pública brasileira, envolvendo diferentes atores e setores relacionados à educação, saúde, agricultura familiar e alimentação escolar. Nesse contexto, a intersetorialidade apresenta-se como um elemento fundamental para a articulação entre as políticas públicas e para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar. O presente estudo tem como objetivo compreender os desafios e as possibilidades da intersetorialidade na gestão do PNAE, considerando a articulação entre a escola e o setor de saúde coletiva. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, estruturada como estudo de caso, tendo como objeto empírico a Escola Municipal Virgílio Luíz, localizada na comunidade de Matas, no município de Ceará-Mirim/RN. Os dados serão analisados por meio da análise de conteúdo, buscando identificar padrões, divergências, desafios e possibilidades relacionados à atuação intersetorial. Espera-se contribuir para a compreensão das relações entre alimentação escolar, saúde coletiva e educação, destacando a importância da gestão social, da participação dos diferentes atores e da integração da Educação Alimentar e Nutricional ao currículo escolar. Dessa forma, o estudo poderá contribuir para o fortalecimento de práticas intersetoriais e para uma gestão mais participativa e integrada do PNAE.

Palavras-chave: PNAE; Intersetorialidade; EAN; Saúde Coletiva.

TITLE: Between pedagogical and public health interests: mapping dilemmas and tensions of social management and intersectorality in the National School Feeding Program (PNAE)

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) constitutes an important Brazilian public policy, involving different actors and sectors related to education, health, family farming, and school feeding. In this context, intersectorality emerges as a fundamental element for articulating public policies and developing Food and Nutrition Education (EAN) actions within the school environment. This study aims to understand the challenges and possibilities of intersectorality in the management of PNAE, considering the articulation between the school and the public health sector. The research adopts a qualitative approach, structured as a case study, using as its empirical object the Virgílio Luíz Municipal School, located in the community of Matas, in the municipality of Ceará-Mirim/RN. The data will be analyzed through content analysis, seeking to identify patterns, divergences, challenges, and possibilities related to intersectoral action. It is expected to contribute to the understanding of the relationships between school feeding, public health, and education, highlighting the importance of social management, the participation of different actors, and the integration of Food and Nutrition Education into the school curriculum. Thus, the study may contribute to strengthening intersectoral practices and to a more participatory and integrated management of PNAE.

Keywords: PNAE; Intersectorality; FNE; Public Health.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma importante política pública brasileira voltada à garantia da alimentação escolar dos estudantes da educação básica. Para além da oferta de alimentos, o programa apresenta potencial para contribuir com ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), promoção da alimentação adequada e saudável, fortalecimento da agricultura familiar e integração entre diferentes setores das políticas públicas.

A gestão do PNAE envolve diferentes atores sociais e institucionais, entre eles agricultores familiares, gestores públicos, profissionais da educação, nutricionistas, profissionais da saúde, conselheiros e comunidade escolar. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece importantes diretrizes relacionadas à alimentação escolar e à participação da agricultura familiar nas compras institucionais, ampliando a dimensão social e educativa do programa (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, a implementação das ações de alimentação escolar exige articulação entre diferentes áreas. A intersetorialidade pode ser compreendida como uma estratégia de integração entre setores que, apesar de preservarem suas especificidades, buscam superar práticas fragmentadas para alcançar objetivos comuns (BELLINI et al., 2014).

A articulação entre educação e saúde apresenta particular importância, principalmente por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. O programa estabelece a integração entre as redes públicas de

educação e saúde para o desenvolvimento de ações de prevenção, atenção e promoção da saúde no ambiente escolar (BRASIL, 2007).

Entretanto, a integração entre esses setores não ocorre necessariamente de maneira simples. Diferentes programas públicos podem apresentar objetivos, normas, formas de organização e práticas institucionais distintas. Conforme discutido por Dias et al. (2019), ações de promoção da alimentação saudável podem enfrentar dificuldades quando são implementadas em espaços educacionais a partir de uma lógica predominantemente vinculada à saúde.

Nesse sentido, a Educação Alimentar e Nutricional não deve ser compreendida exclusivamente como instrumento de prevenção de doenças ou de intervenção sobre comportamentos individuais. No espaço escolar, ela também possui uma dimensão pedagógica, podendo contribuir para a formação crítica dos estudantes e para a compreensão das relações entre alimentação, cultura, sociedade, produção de alimentos, saúde e sustentabilidade.

A gestão social constitui outro elemento importante para compreender esse processo. Segundo Tenório (2005; 2009), a gestão social valoriza a participação dos diferentes sujeitos envolvidos na tomada de decisões e se contrapõe a modelos de gestão predominantemente tecnoburocráticos e centralizados. Essa perspectiva permite compreender a política pública como espaço de diálogo, participação e construção coletiva.

Dessa forma, estudar a intersetorialidade no PNAE torna-se relevante para identificar os desafios existentes na articulação entre educação e saúde coletiva e compreender de que maneira a Educação Alimentar e Nutricional pode ser incorporada ao currículo escolar.

O presente estudo tem como objetivo compreender os estágios, desafios e possibilidades da intersetorialidade em políticas públicas, considerando a articulação entre escola e setor de saúde coletiva, tomando como base as práticas de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do PNAE.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se na existência de experiências de curricularização da Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas na instituição desde 2023. A partir desse contexto, a questão central da investigação é: quais desafios e possibilidades condicionam a gestão intersetorial do Programa Nacional de Alimentação Escolar entre a escola e o setor de saúde coletiva, produzindo efeitos sobre a curricularização da Educação Alimentar e Nutricional?

O estudo adota uma abordagem qualitativa, estruturada sob o método de estudo de caso, de acordo com os pressupostos metodológicos de Yin (2015). O objeto empírico da pesquisa é a Escola Municipal Virgílio Luíz, localizada na comunidade de Matas, no município de Ceará-Mirim/RN.

Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica sobre gestão social, políticas públicas, intersetorialidade, alimentação escolar, Educação Alimentar e Nutricional e saúde coletiva, com a finalidade de construir o referencial teórico necessário para interpretar as informações empíricas.

A coleta de dados será realizada por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas. Na análise documental, serão examinados documentos oficiais, legislações, planos de ação intersetoriais e atas de reuniões de conselhos e comissões associadas à alimentação escolar e à saúde coletiva.

As entrevistas semiestruturadas serão conduzidas com os atores chave envolvidos na implementação das políticas estudadas, incluindo gestores públicos, conselheiros de alimentação escolar e de saúde, diretores escolares e nutricionistas, buscando compreender suas percepções sobre as práticas de articulação intersetorial e os desafios no desenvolvimento das ações de EAN.

A análise dos dados será realizada por meio da análise de conteúdo qualitativa, seguindo as diretrizes de Bardin (2011). As informações serão categorizadas em eixos temáticos como: intersetorialidade, participação social, gestão do PNAE, Educação Alimentar e Nutricional, articulação entre saúde e educação, práticas pedagógicas e desafios institucionais.

A pesquisa observará rigorosamente os princípios éticos aplicáveis às pesquisas científicas com seres humanos, assegurando o consentimento livre e esclarecido, o anonimato dos participantes e o uso exclusivamente acadêmico dos dados coletados.

Resultados e Discussões

3.1 A intersetorialidade como desafio para a implementação das políticas públicas

A análise proposta permite compreender que a intersetorialidade constitui um dos principais desafios para a implementação de ações de alimentação e saúde no ambiente escolar. Embora as políticas públicas apresentem objetivos que podem ser complementares, sua execução ocorre em estruturas administrativas diferentes, com profissionais, responsabilidades e formas de organização próprias.

No caso do PNAE, a articulação entre alimentação escolar, educação e saúde exige que os diferentes atores compreendam que suas ações fazem parte de um processo integrado. A simples existência de programas distintos não garante a construção de uma atuação intersetorial.

Nesse sentido, a intersetorialidade proposta por Bellini et al. (2014) pressupõe a superação de práticas fragmentadas. O trabalho conjunto deve permitir que os diferentes setores mantenham suas especificidades, mas estabeleçam objetivos comuns e mecanismos de cooperação.

A partir do estudo de caso, espera-se identificar situações em que a ausência de comunicação ou planejamento conjunto possa limitar a efetividade das ações. Também poderão ser observadas experiências positivas de articulação, principalmente quando profissionais e gestores estabelecem espaços permanentes de diálogo.

3.2 Educação Alimentar e Nutricional no espaço escolar

A Educação Alimentar e Nutricional apresenta uma dimensão que ultrapassa a simples transmissão de informações sobre alimentação saudável. Quando inserida no currículo escolar, pode contribuir para a formação dos estudantes e para o desenvolvimento de conhecimentos relacionados à alimentação, saúde, cultura e sociedade.

O material analisado destaca a necessidade de compreender a EAN a partir da realidade da escola e de suas práticas pedagógicas. Essa perspectiva é importante porque ações de alimentação desenvolvidas no ambiente escolar precisam dialogar com os objetivos educacionais da instituição.

Um dos dilemas identificados na literatura está relacionado à possibilidade de ações de promoção da alimentação saudável assumirem uma perspectiva excessivamente medicalizada. Dias et al. (2019) demonstram que estratégias originadas no setor da saúde podem enfrentar dificuldades quando inseridas no espaço educacional sem considerar adequadamente a lógica pedagógica da escola.

Assim, uma abordagem intersetorial da EAN deve evitar que a escola seja vista apenas como local de execução de ações definidas por outro setor. A instituição escolar deve participar da construção das estratégias, considerando sua realidade, seus estudantes, professores, famílias e comunidade.

3.3 Gestão social e participação dos diferentes atores

A perspectiva da gestão social contribui para compreender a importância da participação dos diferentes sujeitos envolvidos na implementação do PNAE.

Tenório (2005) destaca a dimensão dialógica da gestão social, enquanto Tenório (2009) reforça a necessidade de uma gestão orientada pela sociedade e não exclusivamente pelas necessidades do mercado ou por estruturas burocráticas.

No contexto da alimentação escolar, essa perspectiva significa reconhecer a importância da participação de gestores, nutricionistas, professores, estudantes, famílias, agricultores familiares, conselheiros e profissionais da saúde.

A participação desses atores pode favorecer a identificação dos problemas existentes e a construção de soluções mais adequadas à realidade local. Dessa maneira, a gestão social pode contribuir para transformar o PNAE em um espaço de participação e aprendizagem coletiva.

3.4 Tensões entre saúde e educação

Outro aspecto relevante é a existência de diferentes perspectivas sobre o significado da alimentação saudável.

Para o setor da saúde, a alimentação pode ser abordada prioritariamente sob a perspectiva da prevenção de doenças e promoção da saúde. Para a educação, entretanto, a alimentação também pode ser compreendida como elemento cultural, social, econômico e pedagógico.

Essas diferentes perspectivas não precisam necessariamente ser contraditórias. Pelo contrário, a intersetorialidade pode permitir que os conhecimentos das duas áreas sejam integrados.

O desafio está em construir ações que não subordinem completamente a educação à lógica da saúde ou vice-versa. É necessário estabelecer uma relação horizontal entre os setores, possibilitando que cada área contribua com seus conhecimentos e experiências.

3.5 Potencialidades da articulação entre PNAE, escola e saúde coletiva

A integração entre PNAE, escola e saúde coletiva apresenta diversas potencialidades. Entre elas destaca-se a possibilidade de desenvolver ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional vinculadas ao currículo.

Outra potencialidade está na aproximação entre a alimentação escolar e a realidade da agricultura familiar. A utilização de alimentos produzidos localmente pode contribuir para valorizar os agricultores, fortalecer os mercados locais e aproximar os estudantes dos processos de produção dos alimentos.

A articulação entre diferentes setores também pode favorecer a construção de ações relacionadas à sustentabilidade e ao gerenciamento dos resíduos provenientes do consumo de alimentos, aspecto previsto no plano de pesquisa analisado.

Fischer (2012) destaca, entre as competências relacionadas à gestão social, a capacidade de articulação de redes interorganizacionais, interinstitucionais e intersetoriais. Essa capacidade é fundamental para que políticas públicas complexas possam ser desenvolvidas de maneira integrada.

Portanto, os resultados esperados apontam para a necessidade de fortalecer mecanismos de comunicação, planejamento e participação entre os setores envolvidos.

Conclusão

A integração entre saúde e educação ultrapassa a elaboração de documentos, projetos e ações pontuais, exigindo diálogo, participação e reconhecimento das especificidades do cotidiano escolar. Nesse sentido, a intersetorialidade deve ser compreendida como uma prática construída continuamente nas relações entre os diferentes atores envolvidos, fortalecendo a cooperação e a construção coletiva das políticas públicas (JUNQUEIRA, 2020; AKERMAN et al., 2014).

A experiência desenvolvida pela OASIS demonstra que a aproximação entre profissionais de saúde, professores, estudantes e comunidade escolar pode contribuir para que as ações de promoção da saúde deixem de ocorrer de maneira isolada e passem a integrar efetivamente o processo educativo. As atividades podem ser incorporadas ao cotidiano escolar por meio de práticas pedagógicas, como hortas educativas, oficinas, atividades em diferentes componentes curriculares e discussões sobre alimentação, produção agrícola e políticas públicas (SOUSA; ESPERIDIÃO; MEDINA, 2017; CHIARI et al., 2018).

Nesse processo, a agricultura assume papel fundamental. A inserção da agricultura no cotidiano da escola, por meio das hortas pedagógicas e de oficinas, possibilita aproximar os estudantes da realidade da produção de alimentos, permitindo compreender o caminho percorrido pelo alimento desde a propriedade rural até chegar à alimentação escolar. Essa aproximação contribui para valorizar o trabalho dos agricultores familiares e fortalecer a relação entre alimentação adequada, educação, saúde e desenvolvimento territorial.

Assim, fortalecer o PNAE significa também valorizar os sujeitos que participam de sua construção e reconhecer que a alimentação escolar não se limita ao fornecimento de refeições. Ela pode constituir um importante instrumento educativo, capaz de promover conhecimentos sobre alimentação saudável, agricultura familiar, sustentabilidade, território e políticas públicas.

A experiência da OASIS evidencia, portanto, que a extensão universitária pode atuar como ponte entre universidade, escola, agricultores e comunidade, transformando conhecimento em prática e criando espaços de diálogo e aprendizagem. Mais do que levar informações à comunidade, a extensão possibilita construir conhecimentos conjuntamente, a partir da realidade e das necessidades locais.

Dessa forma, é possível fazer melhor quando saúde, educação, agricultura e comunidade trabalham de forma integrada. A construção de uma alimentação escolar mais saudável, participativa e territorialmente vinculada depende justamente dessa capacidade de dialogar, escutar e reconhecer os saberes existentes no território, fortalecendo o PNAE como política pública, espaço pedagógico e instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar.

Referências

AKERMAN, Marco et al. Intersetorialidade? Intersetorialidades! Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 11, p. 4291-4300, 2014.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELLINI, Maria Isabel Barros et al. Políticas públicas e intersetorialidade em debate. Porto Alegre: PUCRS, 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 6 dez. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 17 jun. 2009.

CHIARI, Amanda Mota et al. A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação da gestão em municípios mineiros. Revista Brasileira de Educação, v. 23, p. e230028, 2018.

DIAS, Patricia Camacho et al. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas: o dilema entre a suplementação nutricional e a promoção da alimentação saudável em escolas. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 6, p. e00035218, 2019.

FISCHER, Tânia. Gestão social do desenvolvimento de territórios. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, v. 12, n. 1, p. 113-119, 2012.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Intersetorialidade, transsetorialidade e redes sociais na saúde. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 2, p. 230-245, 2020.

SOUSA, Maria da Conceição Oliveira; ESPERIDIÃO, Monique Azevedo; MEDINA, Maria Guadalupe. A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação da gestão em municípios baianos. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 6, p. 1781-1790, 2017.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. Desenvolvimento em Questão, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma réplica. Revista ADM.MADE, v. 13, n. 2, p. 1-4, 2009.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CÓDIGO: HS0777

AUTOR: KELVEY DE SOUZA CRUZ

ORIENTADOR: LEILIANNE MICHELLE TRINDADE DA SILVA BARRETO

TÍTULO: Turismo Responsável no Brasil: desafios e perspectivas para sua difusão

Resumo

O turismo vem passando por diversas transformações ao longo dos últimos anos, que exigem novos modelos de gestão que estejam voltados à gestão da sustentabilidade. Nesse contexto, o turismo responsável apresenta-se como uma possibilidade para se alcançar o equilíbrio entre sustentabilidade ambiental, social e econômica, o qual preza pelo respeito ao meio ambiente e à sociedade (visitantes e visitados). Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas para a difusão do Turismo Responsável no Brasil, a partir das experiências e estudos de caso apresentados no e-book Turismo Responsável no Brasil - Volume II. Para se alcançar os resultados, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo e abordagem qualitativa, das experiências e estudos de caso apresentados no e-book. Os resultados encontrados, indicam que, embora existam diversas iniciativas alinhadas aos princípios do Turismo Responsável no Brasil, identifica-se que essas práticas nem sempre são reconhecidas ou denominadas explicitamente sob esse conceito. Dessa forma, evidencia-se que existe uma diversidade de ações que dialogam com o Turismo Responsável, mais com baixa padronização conceitual, entre os diversos atores e territórios, dificultando sua consolidação enquanto abordagem integrada ao contexto nacional.

Palavras-chave: Turismo Responsável.Turismo de Base Comunitária.Políticas Públicas.

TITLE: Responsible Tourism in Brazil: Challenges and Prospects for Its Dissemination

Abstract

In recent years, tourism has undergone various transformations that demand new management models focused on sustainability. In this context, responsible tourism emerges as a way to achieve a balance among environmental, social, and economic sustainability, prioritizing respect for the environment and society (both visitors and host communities). Given this background, this study aims to analyze the challenges and prospects for the dissemination of responsible tourism in Brazil, drawing on the experiences and case studies presented in the e-book Responsible Tourism in Brazil - Volume II. To achieve these results, an exploratory-descriptive study with a qualitative approach was conducted, analyzing the experiences and case studies featured in the e-book. The findings indicate that, although there are numerous initiatives in Brazil aligned with the principles of responsible tourism, these practices are not always explicitly recognized or labeled as such. Thus, it is evident that while a variety of actions align with responsible tourism, there is a lack of conceptual standardization among the various stakeholders and territories, hindering its consolidation as an integrated approach within the national context.

Keywords: Responsible Tourism. Community-Based Tourism. Public Policy.

Introdução

O turismo é um fenômeno em expansão, que vem passando por uma série de transformações ao longo do tempo, as quais têm ocasionado mudanças significativas nas relações de consumo e nas formas de gestão da atividade. Dessa forma, torna-se necessário o reconhecimento dos possíveis problemas gerados pela atividade, levando em consideração à busca por novos modelos de gestão, que estejam alinhados aos princípios éticos das comunidades onde a atividade é desenvolvida, e que sejam capazes de mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos dessa prática.

Nesse contexto, surge o debate sobre o Turismo Responsável, que se apresenta como uma possibilidade para alcançar o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Dessa forma, observa-se uma crescente preocupação com os impactos provocados pelo turismo de massa, acendendo uma reflexão sobre os prejuízos advindos da atividade turística, que quando não pensada de forma consciente pode causar danos de ordem ambiental, cultural, social e econômica.

Assim sendo, o turismo responsável pode ser entendido como uma inovação turística, por meio da qual são ofertados aos moradores locais benefícios sociais e econômicos, bem como a proteção dos recursos naturais (Mohamadi et al., 2022). Aplicável a qualquer conjuntura turística, bem como a todos os stakeholders, implicando em um processo de planejamento e desenvolvimento turístico que proporcione benefícios distribuídos de forma igualitária para todos. (Lelie, 2012).

Ele visa à satisfação das necessidades socioeconômicas nas regiões receptoras e dos visitantes, através do cuidado e do respeito aos aspectos naturais, à integridade dos ambientes naturais e à diversidade biológica, de modo que esse patrimônio seja mantido para as gerações futuras (Brasil, 2022).

Este tema, tem despertado cada vez mais interesse dos diferentes públicos, tanto do ponto de vista prático, no que se refere aos gestores públicos e privados, comunidades e turistas, como no ambiente acadêmico, onde é possível perceber um volume crescente de produções (Brasil; Lanzarini, 2023; Burrai; Buda; Stanford, 2019; State; Bulin, 2016).

Diante do exposto, este trabalho propõe-se analisar como o Turismo Responsável vem sendo disseminado no Brasil, e quais desafios e perspectivas podem ser identificadas a partir das experiências e estudos de caso apresentados no e-book Turismo Responsável no Brasil - Volume II.

Metodologia

Para se alcançar os objetivos propostos, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, e caráter exploratório-descritivo, voltada para compreensão acerca do Turismo Responsável. A pesquisa foi desenvolvida a partir da revisão bibliográfica e análise documental, tendo como fonte principal o e-book Turismo Responsável no Brasil - Volume II, desenvolvido pelo Ministério do Turismo em parceria com a UFRN.

A pesquisa concentrou-se em (24) estudos de caso que estão descritos na obra, buscando identificar as práticas, avanços, desafios e limitações relacionadas à implementação do Turismo Responsável no Brasil. As iniciativas foram classificadas em três categorias sendo a primeira categoria com base no nível de maturidade das ações já identificadas, sendo definidas como: “implementação”; já as consolidadas, como Turismo de Base Comunitária e Etnoturismo.

A categoria “planejamento”; iniciativas que se encontram em fase de formulação, como os planos de políticas públicas, ainda não implementados. E por último, a categoria “misto” engloba as iniciativas em desenvolvimento, que apresentam as ações ainda em andamento, como os projetos de capacitação.

A partir dessa análise foram estabelecidas categorias interpretativas, como: distribuição regional, temáticas abordadas e tipo de iniciativas, que permitiram classificar os estudos quanto ao nível de maturidade das ações (implementação, planejamento ou desenvolvimento). Essas categorias possibilitaram uma análise sistematizada dos dados, contribuindo para a compreensão dos desafios e perspectivas do Turismo Responsável no Brasil acerca da literatura sobre o tema.

Resultados e Discussões

A análise dos resultados obtidos, a partir do e-book Turismo Responsável no Brasil - Volume II, permitiu identificar um total de 24 estudos de caso distribuídos nas cinco regiões do país, evidenciando a diversidade e temática das iniciativas relacionadas ao Turismo Responsável.

Para sintetizar os 24 estudos de caso analisados, os dados foram organizados a partir de critérios que permitiram evidenciar a diversidade e a complexidade das iniciativas de Turismo Responsável no Brasil. Os casos foram classificados em três grandes dimensões: distribuição regional, temáticas abordadas e tipo de iniciativa, destacando as experiências já implementadas, em iniciativas de planejamento e aquelas que ainda se encontram em desenvolvimento. Essa classificação possibilitou compreender não apenas a variedade de práticas existentes, mas também os diferentes estágios de consolidação do Turismo Responsável no país.

No que se refere à distribuição regional, observa-se que os estudos de caso estão presentes nas cinco regiões brasileiras, embora apresentem diferentes níveis de concentração. A região Norte reúne oito estudos de caso, seguida pela região Nordeste, com sete. O Sudeste apresenta quatro estudos, enquanto o Centro-Oeste reúne três e a região Sul apresenta dois estudos de caso. Essa distribuição demonstra que as experiências relacionadas ao Turismo Responsável estão presentes em diferentes contextos territoriais, e que ainda não ocorrem de forma articulada no país.

A distribuição regional também evidencia diferenças relacionadas às características das iniciativas já identificadas. Na região Norte, destacam-se experiências relacionadas ao etnoturismo, às políticas públicas e às ações de capacitação. No Nordeste, aparecem iniciativas relacionadas principalmente ao Turismo de Base Comunitária, eventos e governança. No Centro-Oeste, foram identificadas experiências vinculadas à tecnologia, gestão e turismo regenerativo. Já no Sudeste, destacam-se iniciativas relacionadas à gastronomia, ao Turismo de Base Comunitária e ao planejamento, enquanto a região Sul apresenta experiências ao turismo rural e à segurança turística.

Em relação às temáticas abordadas, os estudos de caso demonstram que o Turismo Responsável pode se manifestar por meio de diferentes práticas e formas de organização da atividade turística. Entre as experiências analisadas, destacam-se o Turismo de Base Comunitária, o Etnoturismo e as ações vinculadas às políticas públicas. Também foram identificadas iniciativas relacionadas à capacitação profissional, inovação tecnológica, planejamento e gestão turística, evidenciando a diversidade de possibilidades de aplicação dos princípios do Turismo Responsável.

O Turismo de Base Comunitária apresenta destaque entre as experiências analisadas, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste. Essa presença demonstra a importância da participação das comunidades locais na organização e no desenvolvimento das atividades turísticas. No caso da região Norte, destaca-se a presença de experiências relacionadas ao etnoturismo, evidenciando a relação entre turismo, valorização cultural e identidade dos territórios.

Quanto ao tipo de iniciativa, os estudos foram classificados considerando o nível de maturidade das ações identificadas. Parte significativa dos casos corresponde a iniciativas já implementadas, apresentando resultados relacionados à valorização cultural, geração de renda e fortalecimento comunitário. Também foram identificadas experiências em fase de planejamento e outras se encontram em desenvolvimento, demonstrando que as iniciativas analisadas apresentam diferentes níveis de consolidação.

A presença de diferentes níveis de maturidade demonstra que o Turismo Responsável ainda se encontra em processo de consolidação no Brasil. Ao mesmo tempo que existem experiências já implementadas e capazes de produzir benefícios para as comunidades e os territórios, também existem iniciativas que dependem de processos de planejamento, estruturação e continuidade para alcançar maior consolidação.

A análise também permite observar que a difusão do Turismo Responsável ocorre de maneira contextualizada, sendo influenciada pelas características sociais, culturais e institucionais de cada território. Essas características demonstram que as práticas analisadas apresentam aproximações com os princípios do Turismo Responsável, ainda que nem sempre sejam identificadas e denominadas explicitamente dessa maneira.

Entretanto, também foram identificados desafios relacionados à consolidação dessas experiências. Entre eles, destacam-se a fragilidade na implementação de políticas públicas, a ausência de indicadores claros para avaliação das ações, a descontinuidade das políticas ao longo do tempo e a dependência de projetos pontuais. Dessa forma, esses fatores podem dificultar a continuidade das iniciativas e limitar sua ampliação para outros contextos.

Nesse sentido, os resultados indicam que a difusão do Turismo Responsável no Brasil não está necessariamente relacionada à ausência de iniciativas, mas à necessidade maior articulação entre as experiências existentes e os diferentes atores envolvidos na atividade turística. A consolidação do Turismo Responsável, depende, portanto, do fortalecimento das políticas públicas, da participação social, do monitoramento das ações e da integração entre iniciativas desenvolvidas nos diferentes territórios brasileiros.

Conclusão

A partir da análise feita sobre o e-book Turismo Responsável no Brasil - Volume II, podemos conclui-se que o Turismo Responsável no Brasil ainda se encontra em um processo de estruturação e consolidação, marcado pela existência de diversas iniciativas distribuídas nas diferentes regiões do país. Os estudos de caso analisados revelaram avanços significativos, especialmente no que se refere à valorização das comunidades locais, à promoção e à incorporação de práticas mais sustentáveis no desenvolvimento turístico.

Os resultados também revelam que a difusão do Turismo Responsável no Brasil ainda ocorre de forma fragmentada e pouco articulada, sendo limitada não pela ausência de iniciativas, mas pela dificuldade de integração entre os diferentes atores envolvidos, pela descontinuidade das políticas públicas, pela ausência de monitoramento permanente e pela falta de compreensão sobre o conceito e sua aplicação.

Dessa forma, um dos principais desafios para consolidação do Turismo Responsável no Brasil reside na superação da visão restrita que associa a práticas pontuais ou segmentos

específicos, quando, na realidade, se trata de uma abordagem transversal que deve orientar toda a atividade turística.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o Turismo Responsável não é apenas um conjunto de práticas, mas como uma lógica de organização da atividade turística, baseada na corresponsabilidade entre os atores, na articulação de políticas e práticas e na necessidade de alinhamento entre discurso e ação. Assim sendo, o Turismo Responsável pode ser entendido como uma abordagem integradora e contínua, que orienta a forma de planejar, gerir e vivenciar o turismo, visando à construção de territórios mais justos, sustentáveis e equilibrados.

Por fim, os resultados indicam que a difusão do Turismo Responsável no Brasil depende do fortalecimento das iniciativas existentes, da maior articulação entre os diferentes atores e territórios, do fortalecimento das políticas públicas e do acompanhamento contínuo das ações desenvolvidas. Nesse sentido, a consolidação dessa abordagem representa um processo contínuo, que requer maior integração entre as experiências já existentes e a construção de estratégias de ampliar e fortalecer sua aplicação no contexto nacional.

Referências

Brasil. Ministério do Turismo. (2024). Plano Nacional de Turismo 2024–2027. https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf

Brasil. Ministério do Turismo. (2025). Turismo responsável no Brasil: saberes, práticas e experiências (Vol. 2). EDUFRN.

Brasil. Ministério do Turismo. (2025). Mapeamento do turismo em comunidades indígenas no Brasil: sumário executivo. EDUFRN.

BURRAI, E.; BUDA, D. M.; STANFORD, D. Rethinking the ideology of responsible tourism. Journal of Sustainable Tourism, v. 27, n. 7, p. 992–1007. 2019.

LESLIE, D. The Consumers of Tourism. In: LESLIE, D. Responsible Tourism: Concepts, Theory and Practice. 2012.

MOHAMADI, S. M.; ABBASI, A.; KORDSHOULI, H. A. R.; ASKARIFAR, K. Conceptualizing sustainable–responsible tourism indicators: an interpretive structural modeling approach. Environment, Development and Sustainability, v. 24, p. 399-425. 2022.

NASCIMENTO, F. G.; LANZARINI, R. Turismo Responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR, v. 13, n. 1, p. 62-82. 2023.

CÓDIGO: HS0801

AUTOR: MYLLENE MEDEIROS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: RICARDO LANZARINI GOMES SILVA

TÍTULO: Turismo Responsável: Uma análise do E-book Turismo Responsável no Brasil, saberes, práticas e experiências

Resumo

O Turismo Responsável busca conciliar a atividade turística com a valorização das comunidades, a conservação ambiental e a geração de benefícios econômicos. Esta pesquisa teve como objetivo mapear e sistematizar iniciativas de Turismo Responsável no Brasil, identificando suas principais características, contribuições e desafios. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de conteúdo dos estudos de caso apresentados no e-book Turismo Responsável no Brasil – Volume II. Os resultados identificaram experiências nas cinco regiões brasileiras, com destaque para ações de valorização das comunidades, conservação ambiental, fortalecimento da economia local, educação ambiental e preservação cultural. Entre os desafios, destacam-se a continuidade das iniciativas, a ausência de indicadores de monitoramento, a dependência de projetos específicos e a necessidade de maior integração entre os atores do turismo.

Palavras-chave: Turismo Responsável; Desenvolvimento sustentável; Gestão do turismo.

TITLE: Responsible Tourism in Practice: Mapping Good Practices in Brazil

Abstract

Responsible Tourism seeks to reconcile tourism activity with the valuing of communities, environmental conservation, and the generation of economic benefits. This research aimed to map and systematize Responsible Tourism initiatives in Brazil, identifying their key characteristics, contributions, and challenges. It is an exploratory-descriptive study with a qualitative approach,

based on a literature review and content analysis of the case studies presented in the e-book Responsible Tourism in Brazil - Volume II. The results identified experiences across Brazil's five regions, highlighting actions focused on valuing communities, environmental conservation, strengthening the local economy, environmental education, and cultural preservation. Key challenges include the continuity of initiatives, the lack of monitoring indicators, reliance on specific projects, and the need for greater integration among tourism stakeholders.

Keywords: Responsible tourism; Sustainable development; Tourism management.

Introdução

O turismo é uma atividade que contribui para a geração de emprego, renda e desenvolvimento dos destinos, mas além da importância econômica, também influencia aspectos sociais, culturais e ambientais, promovendo mudanças nos locais onde se desenvolve. Quando planejado de forma adequada, pode contribuir para a valorização das comunidades, da cultura local e dos recursos naturais. Porém, quando ocorre sem planejamento, também pode gerar impactos negativos, como degradação ambiental, descaracterização cultural, aumento das desigualdades sociais e concentração dos benefícios econômicos.

Diante desse cenário, cresceram as discussões sobre formas de desenvolver o turismo de maneira mais equilibrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável. Durante muitos anos, essas discussões estiveram voltadas principalmente para o Turismo Sustentável. No entanto, percebeu-se que, em muitos casos, esse conceito permaneceu mais relacionado ao planejamento do que à adoção de práticas capazes de gerar mudanças efetivas nos destinos turísticos.

Nesse contexto, o turismo responsável surge como uma forma de desenvolver a atividade turística de maneira mais equilibrada, buscando gerar benefícios para as comunidades, para o meio ambiente e para a economia local. Essa abordagem depende do envolvimento dos diferentes atores do turismo e da adoção de práticas voltadas para um desenvolvimento mais ético e responsável (NASCIMENTO; LANZARINI, 2023).

No Brasil, o tema vem ganhando maior destaque nos últimos anos, principalmente a partir das iniciativas desenvolvidas pelo Ministério do Turismo (MTtur) em parceria com universidades e outras instituições. Entre essas ações está a publicação do ebook Turismo Responsável no Brasil, que reúne experiências de diferentes regiões do país e demonstra como os princípios do turismo responsável podem ser aplicados na prática (BRASIL, 2023).

As iniciativas apresentadas mostram que é possível desenvolver um turismo que valorize as comunidades locais, preserve o patrimônio natural e cultural e fortaleça a economia dos destinos. Ao mesmo tempo, evidenciam desafios como a continuidade das ações, a necessidade de maior articulação entre os diferentes atores e a criação de indicadores para avaliar os resultados alcançados.

Apesar do avanço das discussões sobre o tema, ainda são poucos os estudos que reúnem e sistematizam essas experiências de forma integrada. Muitas iniciativas permanecem restritas a projetos ou publicações específicas, dificultando o acesso às informações e o compartilhamento das boas práticas.

Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo mapear e sistematizar iniciativas de Turismo Responsável desenvolvidas no Brasil, além dos desafios e perspectivas, identificando suas principais características e práticas. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, baseada em revisão bibliográfica e análise de conteúdo das iniciativas estudadas.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de caráter exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa, por buscar compreender e sistematizar experiências de Turismo Responsável desenvolvidas no Brasil, identificando suas principais características, contribuições e desafios.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre Turismo Responsável e Turismo Sustentável, contemplando publicações nacionais e internacionais disponíveis em livros, artigos científicos e documentos institucionais. Essa etapa teve como finalidade compreender a evolução do conceito de Turismo Responsável, identificar suas principais abordagens teóricas e reunir subsídios para a análise das iniciativas brasileiras.

Na etapa de levantamento documental, utilizou-se como principal fonte de dados o e-book Turismo Responsável no Brasil - Volume II, publicado pelo Ministério do Turismo em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A obra reúne estudos de caso de iniciativas consideradas referências na adoção de práticas de Turismo Responsável em diferentes regiões do país, constituindo um importante instrumento para o mapeamento e sistematização dessas experiências.

A partir da leitura integral do material (e-book), foi elaborado um banco de dados contendo informações sobre cada iniciativa analisada, como por exemplo: Número de Estudos; Principais Temáticas; Tipo de iniciativa. As iniciativas também foram classificadas segundo sua distribuição regional, permitindo identificar a presença de experiências de Turismo Responsável nas cinco regiões brasileiras e analisar a diversidade de contextos em que essas práticas são desenvolvidas. Essa sistematização possibilitou comparar características comuns entre os casos estudados, bem como reconhecer particularidades relacionadas às especificidades territoriais de cada região.

A análise dos dados foi baseada na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Esse processo foi dividido em: pré-análise, correspondente à organização e leitura do material; a exploração dos dados, por meio da

identificação de categorias temáticas recorrentes; e o tratamento e interpretação dos resultados, buscando compreender como as diferentes iniciativas incorporam os princípios do Turismo Responsável em suas práticas.

Durante o processo de análise, foram identificadas categorias relacionadas, entre outros aspectos, à conservação ambiental, valorização do patrimônio cultural, fortalecimento das comunidades locais, geração de renda, educação ambiental, inclusão social, governança e desenvolvimento territorial. Essas categorias permitiram compreender de que maneira as ações desenvolvidas contribuem para a promoção de um turismo mais responsável e para o alcance dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Por fim, os resultados foram organizados em quadros e tabelas síntese, permitindo sistematizar as informações coletadas e facilitar a comparação entre as iniciativas analisadas. Essa etapa contribuiu para a construção de uma visão integrada das boas práticas de Turismo Responsável no Brasil, evidenciando tanto os aspectos convergentes quanto os principais desafios enfrentados pelas experiências estudadas.

Resultados e Discussões

A análise das iniciativas permitiu identificar que o Turismo Responsável está presente em diferentes regiões do Brasil e pode ser desenvolvido em diversos segmentos da atividade turística. Ao todo, foram analisados 24 estudos de caso presentes no e-book, distribuídos entre as cinco regiões do país.

Os 24 estudos de caso analisados estão distribuídos nas cinco regiões brasileiras, com maior concentração nas regiões Norte (8 estudos) e Nordeste (7 estudos). No Norte, predominam iniciativas de etnoturismo, políticas públicas e capacitação, principalmente em fase de implementação. O Nordeste reúne experiências relacionadas ao turismo de base comunitária (TBC), eventos e governança, apresentando iniciativas tanto de planejamento quanto de prática. No Sudeste, foram identificados 4 estudos, com destaque para gastronomia, TBC e planejamento, também apresentando iniciativas em diferentes estágios de desenvolvimento. O Centro-Oeste, com 3 estudos, concentra ações relacionadas à tecnologia, gestão e turismo regenerativo, predominantemente implementadas. Já a região Sul, com 2 estudos, apresenta iniciativas voltadas ao turismo rural e à segurança, também em estágio de implementação.

As experiências analisadas apresentam diferentes formas de Turismo Responsável, como turismo de base comunitária, ecoturismo, turismo cultural e de natureza, além de ações de conservação ambiental. Apesar das diferenças, as iniciativas têm em comum a busca por benefícios sociais, ambientais e econômicos para os territórios onde estão inseridas.

Entre as práticas identificadas, destaca-se a participação das comunidades locais, por meio da gestão das atividades, contratação de moradores e valorização de produtos e

serviços locais. Também foi observada a valorização da cultura, com o uso de saberes tradicionais, gastronomia, artesanato e manifestações culturais nas experiências turísticas.

Apesar dessas práticas, alguns desafios foram identificados, principalmente relacionados à continuidade das iniciativas que, em alguns casos, dependem de recursos públicos, editais e parcerias. Também foram observadas dificuldades no acompanhamento dos resultados, devido à falta de indicadores, além de limitações relacionadas à divulgação, gestão, marketing e comercialização.

De forma geral, os resultados reforçam que o Turismo Responsável não deve ser entendido apenas como um conceito, mas como uma forma de planejar e desenvolver a atividade turística, e acontecer na prática. As experiências analisadas mostram que, quando há participação da comunidade, gestão adequada dos recursos e compromisso com o território, o turismo pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento dos destinos.

Conclusão

A pesquisa permitiu identificar e organizar as 24 experiências de Turismo Responsável distribuídas pelas diferentes regiões do país, evidenciando a diversidade de práticas e contextos em que essa abordagem está presente. Os casos analisados apresentam ações relacionadas à participação das comunidades, valorização cultural, conservação ambiental e geração de renda local.

O levantamento das boas práticas mostrou que muitas iniciativas priorizam a participação da comunidade, a preservação do patrimônio natural e cultural, a geração de renda local e a educação ambiental. Esses resultados reforçam que o Turismo Responsável vai além da redução dos impactos negativos da atividade, buscando gerar impactos positivos de forma planejada e contínua.

Ao mesmo tempo, a pesquisa identificou alguns desafios que ainda dificultam a consolidação dessas iniciativas, como a falta de indicadores para avaliar os resultados, a dependência de recursos e projetos específicos, a descontinuidade de políticas públicas e a necessidade de maior articulação entre os diferentes atores do turismo. Esses aspectos mostram que, apesar dos avanços, ainda existem oportunidades para fortalecer a gestão e ampliar a difusão do Turismo Responsável no país.

Por fim, considera-se que os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que foi possível identificar, organizar e analisar experiências de Turismo Responsável, evidenciando suas principais características, contribuições e desafios. Espera-se que este trabalho contribua para ampliar as discussões sobre o tema e incentive o desenvolvimento de pesquisas futuras, especialmente aquelas voltadas ao acompanhamento dos impactos das

iniciativas e à construção de indicadores que auxiliem na avaliação e no fortalecimento do Turismo Responsável no Brasil.

Referências

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. Edições 70.

Brasil. Ministério do Turismo. (2024). Plano Nacional de Turismo 2024–2027. https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf

Brasil. Ministério do Turismo. (2025). Turismo responsável no Brasil: saberes, práticas e experiências (Vol. 2). EDUFRN.

Brasil. Ministério do Turismo. (2025). Mapeamento do turismo em comunidades indígenas no Brasil: sumário executivo. EDUFRN.

Gomes do Nascimento, F., & Lanzarini, R. (2023). Turismo Responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. RITUR - Revista Iberoamericana De Turismo, 13(1), 62–82. https://doi.org/10.28998/10.28998/RITURritur.V13.N1.A15071pp.62-8215071

Oliveira, S. D., & Fontana, R. F. (2006). Turismo responsável: uma alternativa ao turismo sustentável? In Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul.

CÓDIGO: HS0805

AUTOR: WISLA ESTER SOUZA DO MONTE

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: caracterização dos fundamentos teóricos (continuação)

Resumo

Este relatório apresenta resultados do plano de trabalho intitulado “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: caracterização dos fundamentos teóricos (continuação)”, integrante do projeto de pesquisa “Planejamento econômico e crítica da economia política”, a partir da leitura e análise das categorias centrais para a compreensão do planejamento econômico dentro da sociabilidade capitalista, fundamentadas na principal obra de Karl Marx, O Capital - livro 1. O enfoque da pesquisa consistiu em analisar as categorias fundamentais para a compreensão do planejamento econômico do modo de produção capitalista. Portanto, os resultados explicitados integram a conclusão da referida pesquisa, baseada, principalmente, no estudo da obra do economista alemão. O resultado elementar se apresenta a partir da contradição econômica capitalista, na qual se aponta para a ausência de um planejamento econômico efetivo na sociedade dominada por este modo de produção. Aliado a isso, este relatório também traz categorias fundamentais para a compreensão da estrutura econômica do capital, a exemplo das categorias do valor, preço, trabalho abstrato e tempo de trabalho socialmente necessário.

Palavras-chave: Planejamento econômico; trabalho abstrato; capitalismo;

TITLE: Economic Planning and Critique of Political Economy: Characterization of Theoretical Foundations (Continued)

Abstract

This report presents results from the work plan titled “Economic Planning and Critique of Political Economy: Characterization of Theoretical Foundations (Continuation)”—part of the research project “Economic Planning and Critique of Political Economy”—based on the reading and analysis of key categories for understanding economic planning within capitalist social relations, grounded in Karl Marx’s seminal work, *Capital*, Volume I. The research focused on analyzing the fundamental categories required to understand economic planning within the capitalist mode of production.

Consequently, the findings presented here constitute the conclusion of said research, which relied primarily on the study of the German economist's work. The core finding emerges from the capitalist economic contradiction, highlighting the absence of effective economic planning in a society dominated by this mode of production. Additionally, this report introduces fundamental categories for understanding the economic structure of capital, such as value, price, abstract labor, and socially necessary labor time.

Keywords: Economic planning; abstract labor; capitalism;

Introdução

Este relatório é resultante do plano de trabalho intitulado "Planejamento econômico e crítica da economia política: caracterização dos fundamentos teóricos (continuação)", o qual se apresenta como continuidade da pesquisa anterior. Tais planos integram o projeto de pesquisa Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Este plano de trabalho foi realizado no período de 01/09/2025 até 31/08/2026.

A investigação realizada ao longo deste trabalho parte da seguinte questão norteadora: é possível se estabelecer um planejamento econômico consciente dentro do modo de produção capitalista? Para responder ao questionamento, buscou-se, por meio da leitura e da análise do primeiro livro da obra "O capital" do autor alemão Karl Marx, a apreensão das categorias fundamentais para a compreensão do planejamento econômico dentro da sociedade capitalista. Além disso, este trabalho apresenta resultado das leituras dos textos: Trabalho, Valor e Preço: o planejamento econômico sob a crítica marxista do valor (Wellen, 2023), Trabalho Abstrato e Teoria Marxista do Valor (Silva; Wellen, 2025) e Prometeu Subsumido ao Capital: o trabalho abstrato em Karl Marx: Livro I (Wellen, s/d), que tratam, também, das categorias essenciais para a apreensão da categoria do planejamento econômico na sociabilidade do capital.

A proposta de análise se insere no projeto de pesquisa cadastrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, contando com bolsa docente de produtividade e bolsas discentes de iniciação científica. A pesquisa desenvolvida se pautou sob os seguintes objetivos centrais: 1) Aprofundar a identificação, dentro da literatura da crítica da economia política, das referências bibliográficas que abordem a relação entre planejamento econômico e teoria do valor; 2) Sistematizar a análise das principais categorias, autores e correntes teóricas que integram estas análises sobre planejamento econômico; 3) Apresentar as contradições centrais que envolvem a regulação do mercado capitalista a partir das intervenções estatais.

Como resultado principal, se apresenta a apreensão das contradições econômicas no modo de produção capitalista, as quais apontam para a ausência de um planejamento efetivo, explicitando, inicialmente, as categorias basilares para a análise até a exposição das contradições existentes no modo de produção capitalista.

A metodologia adotada compreendeu a leitura e análise do livro I d'O Capital, articulada às demais leituras supracitadas, buscando a apreensão das categorias alinhadas ao planejamento econômico, tais como: trabalho abstrato, trabalho social, valor, preço, mais-valia, trabalho, força de trabalho, entre outras. A pesquisa se constituiu em duas partes: 1) identificação das principais categorias que permeiam a questão investigada; e 2) análise da categoria do planejamento econômico e a sua correlação com as categorias assimiladas anteriormente.

O presente estudo dedica-se à análise dos fundamentos do planejamento econômico na sociedade capitalista. Investiga se há, efetivamente, um planejamento racional que organize a produção, a circulação e a distribuição das mercadorias. Para tanto, analisa a estrutura da economia capitalista a partir de categorias centrais da crítica marxista, como valor, trabalho abstrato, preço e tempo de trabalho socialmente necessário.

Metodologia

Diante dos objetivos propostos, buscou-se, no primeiro momento de execução do referido plano de trabalho, a aproximação à temática do planejamento econômico, a partir da leitura da obra O capital, de Karl Marx, utilizada como fonte principal deste trabalho. Em seguida, para o desenvolvimento do conteúdo que, aqui, será exposto, foram realizadas reuniões de formação teórica interna, com o grupo de pesquisa, visando a maior compreensão da obra, bem como a socialização da compreensão das categorias que fundamentam este relatório. Aliado às reuniões teóricas, realizamos, também, reuniões metodológicas, de natureza pedagógica, para discussão do processo de apreensão e análise do conteúdo, visando à sistematização dos dados e categorias apreendidas durante o processo de pesquisa.

A pesquisa sobre planejamento econômico, sob a perspectiva crítica, não se reduz a uma questão técnica de gestão estatal ou de políticas econômicas. Trata-se de uma categoria que questiona a própria estrutura da sociabilidade burguesa, conectando as esferas da produção, circulação, distribuição e consumo. Compreender o planejamento, ou sua ausência, exige uma apreensão da totalidade das relações sociais capitalistas, uma vez que é na articulação contraditória entre essas esferas que se revela a impossibilidade de um controle consciente sobre o processo econômico. O planejamento seria, em sua essência, a capacidade de os seres humanos controlarem conscientemente suas relações sociais e produtivas, algo que no capitalismo, ao erigir a mercadoria como forma universal da riqueza, torna estruturalmente inviável.

É importante destacar a justificativa da obra escolhida como principal fonte para o desenvolvimento deste relatório, pois, apesar de não ser o primeiro autor dentro da economia política clássica a tratar sobre as categorias analisadas, Marx é o único que irá diferenciar, de maneira efetiva e sistemática, as categorias de valor e preço, o que, para este trabalho, é teoricamente essencial. Portanto, é a partir da análise mais sistemática, organizada e explícita de Karl Marx sobre as categorias que circundam a economia política, que se faz a escolha desta referida obra para ser a principal fonte de análise para esta pesquisa.

Em relação à abordagem metodológica, tratou-se, pois, da leitura e análise dos escritos de Marx, bem como dos textos de Wellen (2023 e s/d) e Silva e Wellen (2025). O primeiro

texto (Wellen, 2023) é fundamental para estabelecer, de forma direta, a mediação entre as categorias centrais da crítica da economia política e a questão do planejamento econômico, demonstrando como a contradição entre valor e preço inviabiliza qualquer tentativa de regulação consciente da produção. Já os demais textos (Silva e Wellen, 2025; Wellen, s/d) aprofundam a análise da categoria do trabalho abstrato, diferenciando-a de interpretações fisiológicas ou naturalizantes, e evidenciando seu caráter de forma social específica do capitalismo. Tornando-se indispensável para que se possa apreender porque o tempo de trabalho socialmente necessário não pode servir como unidade de cálculo para um planejamento racional.

A partir da leitura, foram realizados fichamentos dos capítulos, correlacionando as categorias com suas principais descrições e as mediando com o planejamento econômico, de forma a apresentar, sistematicamente, como essas categorias estão, diretamente, ligadas às contradições econômicas do modo de produção capitalista. Essa pesquisa possui um caráter qualitativo, fundamentada na análise da obra escrita por Karl Marx, bem como se utiliza também de textos que se alinham com o pensamento do filósofo alemão. Nela, buscou-se, portanto, dentro da sua obra e de textos os quais se correlacionam, estudar como o planejamento econômico é estruturado dentro da sociabilidade capitalista e se há, de fato, possibilidades de implementação de um planejamento econômico efetivo nesta sociedade.

Resultados e Discussões

O planejamento econômico, principal objeto de estudo neste trabalho, revela-se como categoria fundamental para a compreensão da própria estrutura da sociabilidade burguesa. Expressa-se, assim, como uma questão que atravessa a totalidade das relações sociais, conectando as esferas da produção, circulação, distribuição e consumo. Compreender a possibilidade, ou não – como abordaremos aqui –, do planejamento econômico dentro de uma sociedade dominada pelo modo de produção capitalista exige uma apreensão da totalidade concreta das relações. Portanto, trata-se de uma investigação que alcança o próprio fundamento da organização social do trabalho e da produção de riqueza.
A riqueza social, no capitalismo, não se apresenta como produtos úteis, mas sim conformada pela forma mercadoria, como aponta Wellen (s/d, p. 42):

> Ressalta-se que Marx (2010b, 45; 2013a, p. 113), na frase de abertura de O Capital, afirma que, na sociedade em que predomina o modo de produção capitalista, a riqueza “se apresenta” através de uma imensa acumulação de mercadorias. Na sociedade capitalista, a mercadoria configura a expressão aparente da riqueza. Consequentemente, conforme complementa o autor, dentro desta sociedade, cada unidade de riqueza se apresenta por meio de uma “única mercadoria” (idem). A mercadoria se apresenta, neste contexto social e histórico, ao mesmo tempo, como o elemento mais presente e mais simples da riqueza.

A mercadoria não é um mero objeto útil, mas uma forma social específica que as coisas assumem sob o domínio do capital, embora já existisse antes do capitalismo. É nela que se expressam as contradições fundamentais da sociedade burguesa, e a partir de sua análise se desvelam os mecanismos ocultos da regulação econômica capitalista.

Uma das características mais distintivas da mercadoria - e que se constitui determinante neste trabalho - é que ela carrega em si um duplo caráter: a mercadoria é, ao mesmo

tempo, valor de uso e valor. O valor de uso refere-se à utilidade da coisa, à sua capacidade de satisfazer às necessidades humanas.
No entanto, no capitalismo, o que confere à mercadoria sua especificidade não é primariamente o seu valor de uso, e sim sua capacidade de ser trocada, ou seja, o seu valor de troca. Contudo, o valor de troca, dentro da análise econômica de O Capital, representa um elemento da aparência, operando como uma manifestação exterior à mercadoria. O valor de troca "aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço" (Marx, 2023, p. 114). Nessa aparência inicial, o valor de troca parece ser algo acidental e puramente relativo, contudo, o autor aponta que existe um valor de troca "intrínseco, imanente à mercadoria" (Marx, 2023, p. 114).

Aqui se estabelece uma distinção analítica fundamental. O valor de troca é, dentro do capitalismo, apenas a manifestação de algo mais profundo: o valor. Enquanto o valor de troca é relativo e flutuante – variando conforme condições do mercado –, o valor é a essência que permanece oculta.

Mas, diante disso, o que torna possível que mercadorias tão distintas sejam comparadas e trocadas entre si dentro do capitalismo? Para que ocorra a troca, é necessário abstrair todas as suas qualidades sensíveis e úteis. Feita esta abstração dos valores de uso, "resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho" (Marx, 2023, p. 116). Esse movimento de abstração é o que permite a igualação das mercadorias na troca, pois, com o desaparecimento do caráter útil dos produtos do trabalho, "e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato" (Marx, 2023, p. 116). O valor de uso é um suporte material do valor, mas, na relação de troca, o que interessa é a quantidade pela qual se troca. E essa quantidade tem como fundamento o trabalho abstrato cristalizado na mercadoria.

Nesse ponto, é necessário fazermos uma distinção importante entre as categorias de trabalho e força de trabalho. A força de trabalho é a própria capacidade humana de trabalhar. Dentro do capitalismo, trata-se de uma mercadoria, apelidada por Marx, de especial, pois é a única mercadoria capaz de gerar mais-valor. O trabalho, por sua vez, é o exercício efetivo dessa força. Como esclarece Marx (2023, p. 128), "a força humana de trabalho em estado fluido, ou trabalho humano, cria valor, mas não é ela própria, valor". A força de trabalho, enquanto mercadoria, possui um valor próprio, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção e reprodução – compreendendo alimentação, moradia, transporte, vestimentas, saúde, educação e demais elementos necessários à manutenção da família. O trabalho, ao ser exercido, produz o valor das mercadorias.

Contudo, a peculiaridade da mercadoria força de trabalho reside no fato de que, mediante a sua realização ela é capaz de criar um valor maior do que o valor necessário para sua própria reprodução. É justamente nessa diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que ela é capaz de criar, quando exercida como trabalho, que se funda a especificidade da exploração capitalista e a extração da mais-valia. A força de trabalho é, portanto, a única mercadoria cujo consumo gera um valor superior ao seu próprio valor de reprodução. Essa distinção é crucial para compreendermos a dinâmica de

produção e acumulação capitalista, pois é nela que reside a base da valorização do capital.

O valor das mercadorias, ou a sua grandeza de valor, não é determinado pelo tempo de trabalho individual de cada produtor, mas sim através do tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN). Marx (2023, p. 117) define essa categoria nos seguintes termos: "é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob condições normais para uma dada sociedade e com grau médio de destreza e intensidade do trabalho". Para compreendermos as implicações profundas dessa categoria para o planejamento econômico é imperativo, antes, apreender a categoria que lhe serve de fundamento: o trabalho abstrato.

Como vimos, o processo de abstração que iguala as mercadorias na troca reduz todos os diferentes trabalhos a uma qualidade comum. O trabalho humano sem distinções é o que Marx chama de trabalho abstrato. Wellen e Cardoso (2025, p. 4) definem essa categoria como: "trabalho socialmente igual ou socialmente igualado na forma que assume na economia capitalista". É precisamente este caráter do trabalho abstrato que torna o TTSN uma categoria inacessível ao planejamento econômico consciente. O trabalho abstrato não existe como uma realidade palpável no momento da produção, ele se manifesta na troca, quando as mercadorias são confrontadas e equalizadas. Desse modo, ressalta Wellen (s/d, p. 68):

> conforme argumenta Rubin (1987, p. 113-114), dentro do capitalismo, "a igualação social do trabalho não existe de maneira independente; ela só se realiza através da igualação das coisas. Isto significa que a igualação social do trabalho só se realiza através das coisas". Esse movimento ocorre porque, no entendimento do economista russo, na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, os vários trabalhos individuais e privados só se conectam a partir das relações de trocas das mercadorias que foram por estes produzidas. Assim, a ausência de um efetivo planejamento econômico dentro do capitalismo faz com que os diferentes tipos de trabalhos assumam uma conexão social apenas a partir do confronto entre as mercadorias.

O trabalho abstrato enquanto substância do valor, e o TTSN, como sua quantificação, são, portanto, categorias que só aparecem na totalidade social das trocas, não sendo possível apreendê-las na produção isolada. Isto posto, evidencia-se que o valor possui três características elementares para a sua compreensão: a sua forma de manifestação, que é o próprio valor de troca, a sua substância, que é o trabalho abstrato, e a sua medida, que é o TTSN.

Ademais, o trabalho abstrato não se manifesta diretamente na realidade econômica como grandeza mensurável, pois ele só se realiza enquanto substância social do valor no ato da troca, quando os trabalhos privados são confrontados e equalizados. Antes desse confronto, ele existe apenas como possibilidade, não como determinação quantitativa apreensível. É precisamente essa mediação necessária – pela mercadoria e pelo dinheiro – que converte o trabalho concreto em trabalho abstrato, mas sempre de forma velada e indireta. A mediação realizada pelo dinheiro é, portanto, indispensável para a determinação quantitativa do valor das mercadorias. Para que ocorra a equivalência entre os diferentes trabalhos privados dentro do capitalismo, "a presença do dinheiro é indispensável" (Wellen, s/d, p. 97). Isso ocorre porque "apenas por meio desta relação, os distintos trabalhos privados manifestados nas mercadorias se postam em posição relativa de confronto de valor com o equivalente universal" (Wellen, s/d, p. 97). Sem essa mediação, as mercadorias permaneceriam como produtos ou valores de uso

isolados, sem a possibilidade de se expressarem como valores socialmente equivalentes. É o dinheiro que, ao operar como equivalente geral, “garante a entrada das mercadorias em todos os circuitos econômicos capitalistas” (Wellen, s/d, p. 121).

A aparência que revela-se aos agentes econômicos é o preço, que pode desviar-se do valor, ocultando a substância social que o fundamenta. Essa mediação necessária entre a essência (trabalho abstrato) e a aparência (preço) é o que torna impossível qualquer tentativa de utilizar o TTSN como unidade de cálculo para um planejamento econômico racional. Isso porque o trabalho abstrato não é uma grandeza que possa ser apreendida empiricamente no processo produtivo, ele é uma abstração real que só se efetiva na circulação, quando as mercadorias são confrontadas. A produção capitalista é, portanto, cega em relação à sua própria substância social, pois o produtor individual não sabe se seu tempo de trabalho será reconhecido como parcela do trabalho social total. O TTSN não antecede a produção, ele é seu resultado social, descoberto apenas post festum. Utilizá-lo como unidade de planejamento equivaleria a querer regular a produção por uma grandeza que só se revela depois que a produção já foi realizada, configurando uma contradição lógica que expõe a impossibilidade estrutural do planejamento no capitalismo.

O planejamento econômico consciente exigiria que os produtores controlassem diretamente o trabalho social, mas, no modo de produção capitalista, esse controle parece impossível porque a mediação é feita através das mercadorias, e a essência (valor) só aparece alterada como valor de troca ou preço, que não é igual ao valor. O que se torna social, portanto, não é o trabalho em sua organização consciente, mas a manifestação do trabalho na mercadoria. Para que o trabalho se tornasse social de forma planejada, “seria preciso a instauração de outra organização econômica, baseada em um efetivo planejamento econômico social” (Wellen, s/d, p. 82).
Retomemos a análise da mercadoria para aprofundar a distinção entre essência e aparência – distinção ontológica, não apenas metodológica, pois a forma mercadoria oculta a determinação social que a constitui. Marx (2023) já aponta que o valor de troca é mera "forma de manifestação" de um conteúdo que dele se distingue:

> Em primeiro lugar, que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém, que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo que dele pode ser distinguido (Marx, 2023, p. 115).

Essa passagem estabelece que a realidade que se apresenta à consciência dos agentes econômicos – o valor de troca –, é apenas a aparência das relações. Sob essa superfície aparente, reside uma essência que não é imediatamente visível, mas que é a verdadeira determinante daquelas relações.

A essência da mercadoria é o valor, que se constitui como cristalização do trabalho abstrato. O valor é uma determinação social, pois expressa a relação entre os produtores privados mediados por suas mercadorias. Assim, o valor não é uma qualidade natural da mercadoria, ao contrário, é uma qualidade eminentemente social que emerge no interior da totalidade das relações econômicas. Portanto, a vigência do valor pressupõe a conexão de todos os trabalhos privados por meio de todas as mercadorias presentes na sociedade. O valor, então, não pode ser visto, tocado ou medido diretamente; ele só pode ser apreendido por meio de um processo de abstração que revela o elemento comum a todas as mercadorias: o fato de serem produtos do trabalho humano, como

menciona Marx (2023, p. 115), “o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo que dele pode ser distinguido”.

A aparência, por sua vez, é o valor de troca e, em sua forma mais desenvolvida, o preço. Isso significa que, sob a flutuação aparente das proporções de troca, há uma determinação objetiva que as fundamenta. O preço é a expressão monetária do valor de troca, mas que também carrega em si a possibilidade do desvio, não sendo necessariamente correspondente ao valor. Como aponta Marx (2023, p. 176), “o preço é a determinação monetária do trabalho objetivado na mercadoria”. Contudo, por ser uma forma de manifestação, o preço não precisa ser idêntico ao valor, podendo flutuar acima ou abaixo dele. É precisamente nessa possibilidade de desvio que reside uma das principais contradições para a compreensão do planejamento econômico.

A relação entre essência e aparência no capitalismo é uma relação de contradição. A essência (valor) não se manifesta diretamente; ela sempre aparece alterada mediada pela forma mercadoria e pela forma dinheiro. O valor de troca e o preço são formas que, embora expressem o valor, podem e, frequentemente, o fazem desviar-se dele. A essência e a aparência não coincidem; há um hiato, uma fissura entre o que a mercadoria realmente é e o que ela aparenta ser. Essa característica é uma forma constitutiva, que faz do preço “a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente” (Marx, 2023, p. 177).

Essa separação tem implicações profundas para a possibilidade do planejamento econômico. Se a essência é inacessível no momento da produção, e se a aparência é tudo o que os agentes econômicos têm à disposição para orientar suas decisões, então o planejamento consciente torna-se estruturalmente inviável. O produtor privado, quando decide o que e quanto produzir, não tem acesso à determinação fundamental que regerá sua produção: o tempo de trabalho socialmente necessário. Ele só tem acesso aos preços passados, às expectativas de mercado, às flutuações de oferta e demanda – ou seja, à aparência. O preço pode estar acima do valor ou abaixo do valor, nenhum desses movimentos é planejado; eles ocorrem como resultado da soma caótica de decisões individuais, e a correção só vêm post festum, por meio das crises.

O planejamento econômico consciente exigiria, para além da superação da separação entre essência e aparência, a centralização do controle e da organização da produção em instâncias unitárias de gestão coletiva, nas quais os produtores associados alocassem o tempo de trabalho segundo as necessidades humanas, não pela valorização do valor. No capitalismo, porém, isso é inviável: o produtor se relaciona com os demais apenas por meio de suas mercadorias, confrontadas no mercado. A mediação pelas coisas, que oculta a essência social sob a aparência do preço, é a negação mesma do planejamento.

Essa contradição apresentada é regida por uma lei fundamental que regula a produção e a troca no modo de produção capitalista, a lei do valor. Contudo, essa lei não se manifesta como um decreto ou como uma norma conscientemente estabelecida, ela se impõe como uma força natural e coercitiva, que escapa ao controle dos agentes econômicos individuais. Marx (2023, p. 150) descreve essa dinâmica nos seguintes termos: “a determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias”. A lei do valor, portanto, opera como um mecanismo oculto,

cuja existência e atuação não são imediatamente perceptíveis aos agentes econômicos, mas que determinam, em última instância, os movimentos aparentes do mercado.

A lei do valor determina, essencialmente, que a grandeza de valor de uma mercadoria é medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Este é o fundamento material sobre o qual se assentam as relações de troca. No entanto, o TTSN não se manifesta como uma grandeza calculável no momento da produção, ele só se revela post festum. Assim, a característica da lei tem um duplo sentido: por um lado, expressa a socialização do trabalho, na medida em que os trabalhos privados, ao serem confrontados por meio de suas mercadorias, têm suas representações equalizadas como trabalho abstrato na troca; por outro lado, ela é a expressão da anarquia inerente ao capitalismo, pois essa igualação social só se realiza na circulação. Como argumenta Rubin (1987, p. 113-114 apud Wellen, s/d, p. 68), “a igualação social do trabalho não existe de maneira independente; ela só se realiza através da igualação das coisas”. Isso significa que a própria regulação econômica é indireta: os produtores não se coordenam entre si, eles se confrontam por meio de suas mercadorias; e o resultado desse confronto determina, a posteriori, quais trabalhos foram socialmente úteis e quais foram desperdiçados.

A dinâmica da lei do valor produz uma situação paradoxal. Por um lado, o TTSN é a determinação fundamental do valor, em contrapartida, a essência não se apresenta em sua forma pura. O que se apresenta são os movimentos manifestos dos valores relativos às mercadorias – ou seja, as flutuações dos preços, as variações de oferta e demanda, entre outros. Os manifestos não advém, exatamente, do TTSN, eles são a expressão fenomênica do valor –, mas que pode desviar-se do fundamento. Esses desvios, porém, não anulam a lei do valor, eles são a forma pela qual tal lei se impõe, é através das flutuações que a lei exerce sua regulamentação, estimulando a produção em setores onde os preços estão acima do valor e desestimulando-a onde estão abaixo.

Tal mecanismo, é desperdiçador, pois, ele só corrige os desequilíbrios após eles já terem se manifestado, frequentemente por meio de crises de superprodução, falências e desemprego. O que a lei do valor revela, portanto, é que a regulação econômica no capitalismo é uma regulação ex post, que se impõe sobre os produtores como uma lei natural, mas que jamais poderia servir de base para um planejamento racional. Afinal, como poderiam os produtores planejar a produção com base no TTSN se este só pode ser conhecido após a circulação, e se os sinais que eles têm à disposição – os preços – podem desviar-se sistematicamente dele?

Como afirma Marx (2023, p. 177), “a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço”. A diferença entre valor e preço, em primeiro lugar, gera uma ilusão, fazendo com que os agentes econômicos tomem o preço como a determinação fundamental, ocultando a relação social (trabalho abstrato) que realmente fundamenta o valor; em segundo lugar, produz instabilidade e crises, pois a produção, desprovida de planejamento, reage a sinais que podem desviar-se da realidade do valor; em terceiro e último, essa diferença inviabiliza o planejamento econômico.

Conclusão

Para responder à questão central deste plano, foi necessário percorrer as categorias fundamentais da crítica da economia política, desde a forma mercadoria até a lei do valor, trabalho abstrato e tempo de trabalho socialmente necessário. Este percurso revelou que a impossibilidade do planejamento econômico dentro do capitalismo não é acidental ou conjuntural, mas estrutural, inscrita na própria lógica de funcionamento deste modo de produção.

O planejamento econômico seria, em sua essência, a capacidade de os seres humanos controlarem conscientemente suas relações sociais e produtivas. Mas o capitalismo, ao erigir a mercadoria como a forma universal da riqueza e ao ocultar a essência social do trabalho sob a aparência do valor de troca, torna esse controle não apenas difícil, mas estruturalmente impossível. A contradição entre essência e aparência é, portanto, a barreira fundamental que se interpõe a qualquer pretensão de planejamento econômico racional no capitalismo.

A separação entre a essência da mercadoria – o valor, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário – e sua aparência – o preço, forma fenomênica que pode desviar-se do valor – impede que os produtores tenham acesso, no momento da produção, à determinação social que regulará seu trabalho. O produtor privado não sabe se seu tempo de trabalho individual será validado como socialmente necessário, ele produz guiado por sinais de mercado que podem enganar, sujeito à validação ou rejeição post festum. A incerteza, portanto, não é um defeito corrigível, mas a própria condição de funcionamento da lei do valor.

A igualação social dos trabalhos representados nas mercadorias, que no capitalismo se realiza exclusivamente por meio da igualação das coisas, torna a regulação econômica necessariamente anárquica, mediada por relações que ocultam a substância social do trabalho. O que se torna social não é o trabalho em sua organização consciente, mas a manifestação do trabalho na mercadoria, sua forma-valor.

O planejamento econômico, nesse contexto, revela-se não como uma possibilidade a ser aperfeiçoada por meio de reformas ou políticas estatais, mas como uma contradição nos termos. Ele exigiria, como condição de possibilidade, a superação da própria forma-valor e a instauração de uma nova organização social do trabalho, na qual os produtores, de forma livre, controlassem conscientemente seu tempo de trabalho e o destinassem à satisfação das necessidades humanas. Fora dessa perspectiva, o planejamento econômico no capitalismo permanece como uma ilusão, pois a estrutura do valor, com sua diferença entre essência e aparência, seu caráter post festum e seus sinais enganosos, o torna estruturalmente inviável. O planejamento econômico, em seu sentido pleno, só seria possível em uma sociedade onde os produtores, livres da mediação mercantil, pudessem organizar conscientemente a produção e a distribuição da riqueza social.

Referências

Marx, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital. 3. ed. ampliada. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2023.

SILVA, Ozileia Cardoso da; WELLEN, Henrique André Ramos. Trabalho abstrato e teoria Marxista do valor. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 28, e107329, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2025.e107329. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/.

WELLEN, Henrique André Ramos. Prometeu Subsumido ao Capital: o trabalho abstrato em Karl Marx: Livro I (Ciência da História) - mimeo

WELLEN, Henrique André Ramos. Trabalho, Valor e Preço: o planejamento econômico sob a crítica marxista do valor. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 455-465, set./dez. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e92775.

CÓDIGO: HS0806

AUTOR: EVANIA VASCONCELOS DE LIMA

ORIENTADOR: ELIANA ANDRADE DA SILVA

TÍTULO: Conservadorismo e austeridade fiscal : elementos de continuidades e rupturas no governo de Luis Inacio da Silva (2023-2026)

Resumo

O presente trabalho analisa as continuidades e rupturas do conservadorismo político e econômico no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), com foco na proposta do Novo Arcabouço Fiscal e seus impactos nas políticas sociais, especialmente na agricultura familiar. A investigação aborda em que medida o conservadorismo econômico e ideológico se mantém na agenda de austeridade sob um governo de coalizão de centro-esquerda, após anos de ofensiva ultraliberal. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa e quantitativa fundamentada na análise documental (PPA 2024-2027 e Novo Arcabouço Fiscal) e no levantamento bibliográfico das categorias de austeridade, orçamento e conservadorismo. O estudo examina as concepções de gasto social e investimento público presentes na atual gestão, buscando compreender as contradições entre a garantia de direitos e as metas de superávit primário. Os resultados parciais indicam que, apesar de mudanças no discurso governamental, permanecem traços de adequação das políticas sociais às restrições orçamentárias impostas pelo mercado financeiro. Conclui-se que a apreensão dessas dinâmicas é fundamental para desvelar os limites da proteção social no capitalismo dependente e fortalecer o debate acadêmico no Serviço Social.

Palavras-chave: Austeridade fiscal. Conservadorismo. Novo Arcabouço Fiscal.

TITLE: Conservatism and fiscal austerity: elements of continuity and rupture in the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026)

Abstract

This study analyzes the elements of continuity and rupture of political and economic conservatism in the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), focusing on

the New Fiscal Framework proposal and its impacts on social policies, particularly family farming. The study is part of the research project PVE19809-2022 at the Department of Social Work (UFRN), supervised by Prof. Dr. Eliana Andrade da Silva, under Call No. 02/2025-IC in the Volunteer modality. The research investigates the extent to which economic and ideological conservatism persists within the fiscal austerity agenda under a center-left coalition government, following years of an ultraliberal offensive. Methodologically, it adopts a qualitative and quantitative approach grounded in documentary analysis (PPA 2024-2027 and New Fiscal Framework) and a literature review on categories such as austerity, budget, and conservatism. The study examines the concepts of social expenditure and public investment within the current administration, aiming to understand the contradictions between guaranteeing social rights and meeting primary surplus targets. Partial results indicate that, despite shifts in governmental discourse, traits of adapting social policies to budgetary constraints imposed by financial markets remain. It concludes that understanding these dynamics is essential to revealing the limits of social protection in dependent capitalism and strengthening academic debate within Social Work.

Keywords: Fiscal austerity. Conservatism. New Fiscal Framework.

Introdução

O presente trabalho intitula-se "Conservadorismo e austeridade fiscal: elementos de continuidades e rupturas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026)", integrado ao projeto de pesquisa "As tendências das políticas de Agricultura Familiar nos PPAs 2016-2019 e 2020-2022: as evidências do ajuste fiscal" (PVE

19809-2022), sob orientação da Profa. Dra. Eliana Andrade da Silva no Departamento de Serviço Social (DESSO/UFRN). O estudo insere-se nas ações do Edital nº 02/2025 de Iniciação Científica na modalidade Voluntário (IC), direcionado a discentes em vulnerabilidade socioeconômica. A análise do objeto de estudo requer a compreensão dos determinantes sócio-históricos da crise estrutural do capital e do atual processo de financeirização. Conforme Magalhães (2017), a mundialização orientada pela hegemonia do capital financeiro impõe ao Estado o papel de resolutividade das crises gestadas pelo mercado, resultando em uma drenagem de recursos públicos para o setor privado e alterando a política fiscal de economias dependentes.

A contraface desse projeto é o encolhimento das funções sociais e econômicas do Estado no enfrentamento da Questão Social, o que gera desemprego, pobreza e insegurança alimentar em um cenário de profunda desigualdade. Em nossa realidade, o ajuste fiscal intensificou-se a partir de 2016, culminando em desinvestimentos nas políticas sociais por meio de medidas como a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Emenda Constitucional nº 95 (PEC do Teto de Gastos). Tais medidas resultam da implementação de uma agenda ultraliberal e conservadora que atinge diretamente as classes subalternas e fragiliza a proteção social.

Partimos do pressuposto de que o ajuste fiscal se constitui como um fenômeno multifacetado, integrante de um projeto civilizatório conservador com dimensões

econômica, política, ideológica e cultural. Trata-se de um conservadorismo econômico articulado a um conservadorismo ideológico que recupera a noção de Estado mínimo e estabelece falsas oposições, como equilíbrio fiscal versus garantia de direitos sociais. Entre 2016 e 2022, essas propostas uniram-se a um projeto de contrarreforma do Estado (Behring, 2010) de caráter regressivo. Lacerda (2019) observa esse movimento enquanto "novo conservadorismo brasileiro", estruturado para rebaixar os custos da força de trabalho e desarticular os sistemas de proteção social.

Diante da nova conjuntura política pós-2022, insta questionar sobre a permanência desse conservadorismo após a composição de forças que levou à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato presidencial. O estudo orienta-se pelas seguintes questões norteadoras: a) Em que medida o conservadorismo econômico e político se mantém no governo Lula através das propostas de austeridade fiscal implementadas no Brasil? b) Quais as concepções de orçamento, investimento e gasto social presentes nas medidas do atual governo? Uma etapa relevante é o levantamento do Estado da Arte sobre conservadorismo, austeridade fiscal e orçamento. Conforme Mattei (2023), os ajustes são expressões de projetos mais amplos de austeridade fiscal, monetária e industrial.

A pesquisa ganha relevância ao analisar essa relação na realidade brasileira e, particularmente, na política de agricultura familiar sob um governo de coalizão de centro-esquerda. O tema é fundamental para o acúmulo de conhecimentos sobre a austeridade em sua dimensão ideopolítica, área ainda pouco explorada no Serviço Social na UFRN.

Metodologia

O estudo é desenvolvido por meio de abordagens qualitativas e quantitativas apoiadas no método materialista histórico-dialético, permitindo apreender a realidade social em sua totalidade e contradição. A investigação apoia-se em pesquisa bibliográfica e análise documental contínua.

Na etapa inicial, realizou-se o aprofundamento das categorias analíticas centrais, com ênfase no conceito de Conservadorismo a partir das contribuições de Edmund Burke, Leila Escorsim Neto, Marilda Iamamoto, Jamerson de Souza, Marina Basso Lacerda e Felipe Demier. Dando continuidade ao plano teórico, a fundamentação bibliográfica incorpora as produções de Alencar Júnior (2024), Carvalho (2018), Dardot e Laval (2016) e Salvador (2024), visando examinar o "Novo Arcabouço Fiscal" e suas implicações no financiamento das políticas públicas.

A análise documental abrangeu, em primeiro momento, os documentos "Ponte para o Futuro" e "Propostas do Banco Mundial para o Brasil", mapeando as diretrizes do ajuste iniciado em 2016. Em seguida, realizou-se um exame do Plano Plurianual (PPA 2020-2023), identificando a redução de programas e metas como indicativo da adequação das políticas sociais à austeridade. Nas etapas subsequentes, a análise documental concentra-se no PPA 2024-2027 e na Lei Complementar nº 200/2023 (Novo Arcabouço

Fiscal), aplicando-se a técnica de análise de conteúdo para verificar seus impactos nas diretrizes orçamentárias da agricultura familiar.

A coleta e o tratamento de dados quantitativos orçamentários são realizados mediante consulta aos portais governamentais, especificamente ao Siga Brasil e ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Para garantir a precisão das séries temporais orçamentárias, aplica-se o cálculo de deflação dos valores monetários com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Resultados e Discussões

Ressalta-se que a pesquisa encontra-se, atualmente, na fase de aprofundamento bibliográfico e coleta de dados. Nesta etapa, os esforços investigativos estão direcionados à sistematização das categorias teóricas fundamentais (austeridade fiscal, conservadorismo, regime fiscal sustentável e gasto social) e ao levantamento sistemático das informações orçamentárias e documentais relativas ao Plano Plurianual (PPA 2024-2027) e ao Novo Arcabouço Fiscal.

Contudo, os levantamentos preliminares e as etapas de análise já concluídas sobre os períodos anteriores (documentos "Ponte para o Futuro", "Propostas do Banco Mundial para o Brasil" e PPA 2020-2023) permitiram mapear como as medidas de ajuste fiscal promoveram a retração e o estrangulamento dos recursos destinados à proteção social e às políticas rurais. A transição para o estudo do Novo Arcabouço Fiscal busca verificar em que medida as regras fiscais vigentes mantêm constrangimentos sobre o orçamento da agricultura familiar, mesmo diante da mudança na composição de forças políticas no governo federal.

A produção científica derivada das etapas iniciais resultou em trabalhos publicados e apresentados em eventos acadêmicos de relevante circulação, tais como os Anais do Seminário de Pesquisa do CCSA 2024, o Congresso de Iniciação Científica da UFRN 2024, os Anais do ENPESS 2024 e o IV Colóquio Internacional Antonio Gramsci. A continuidade dos estudos em 2026 permitirá aprofundar o confronto entre os dados empíricos coletados no SIOP e a literatura crítica sobre o conservadorismo econômico e político no Brasil contemporâneo.

Conclusão

A execução deste plano de trabalho tem permitido compreender a complexa articulação entre a agenda de austeridade fiscal e o conservadorismo no Brasil. A análise em andamento demonstra que as medidas de contenção de gastos públicos não representam meros instrumentos técnicos de gestão orçamentária, mas sim escolhas ideopolíticas que redefinem o papel do Estado na garantia dos direitos sociais e no financiamento de políticas estratégicas, como as voltadas à agricultura familiar.

A investigação das continuidades e rupturas no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026) revela a persistência de determinantes econômicos impostos pela financeirização, que impõem limites à expansão dos investimentos públicos mesmo em um contexto de reconstrução democrática. O mapeamento do PPA 2024-2027 e do Novo Arcabouço Fiscal aponta para a necessidade de um acompanhamento crítico e rigoroso sobre a alocação dos recursos públicos.

Além das contribuições teóricas para o Serviço Social e para o campo das políticas públicas na UFRN, este estudo fortalece o desenvolvimento da pesquisa social de matriz crítica. Dessa forma, permanecerá as investigações para o acompanhamento da execução orçamentária ao longo de todo o ciclo do PPA vigente.

Referências

ALENCAR JÚNIOR, Osmar Gomes de. Novo Arcabouço Fiscal: regime fiscal sustentável para o capital e destrutivo para o trabalho. Argumentum, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do trabalho e privatização do público. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 200, de 31 de agosto de 2023. Institui regime fiscal sustentável para a União. Brasília: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília: Presidência da República, 2017.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB. Uma Ponte Para o Futuro. 2015. Disponível em:https://www.fundacaoulysses.org.br. Acesso em: 10 abr. 2024.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. 2017. Disponível em:https://www.worldbank.org. Acesso em: 10 abr. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego. 2024. Disponível em:https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 24 abr. 2024.

LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). Dicionário Gramsciano (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTEI, Clara. A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SALVADOR, Evilasio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. Argumentum, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024.

CÓDIGO: HS0812

AUTOR: ELOISA BEATRIZ FARIAS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: WILKER RICARDO DE MENDONCA NOBREGA

TÍTULO: Das Respostas Emergenciais às Políticas Públicas Estruturantes: Ações da Arena Turística de São Luís (MA) frente aos Desafios do Turismo no Litoral

Resumo

O estudo analisa como as ações adotadas pela arena turística de São Luís (MA) frente aos problemas socioambientais no litoral são incorporadas em políticas públicas. Embora o segmento de "Sol e Praia" seja o principal motor econômico do turismo local, a gestão costeira enfrenta desafios recorrentes relacionados à contaminação e aos resíduos sólidos na orla. A investigação aponta que as respostas institucionais de órgãos públicos, da sociedade civil e de entidades de saneamento e meio ambiente ocorrem predominantemente de forma pontual, emergencial e reativa, como em reparos corretivos, mutirões de limpeza e relatórios diagnósticos. Além disso, observa-se uma desconexão entre o setor turístico, as pesquisas acadêmicas e o planejamento ambiental urbano, evidenciando a ausência de um modelo efetivo de Gestão Costeira Integrada. Constata-se, portanto, que essas intervenções imediatistas raramente se convertem em programas ou políticas públicas estruturantes e permanentes, o que compromete a sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas costeiros da região.

Palavras-chave: Turismo, Governança e Governabilidade

TITLE: From Emergency Responses to Structuring Public Policies: Actions of the Tourism Arena of São Luís (MA) Facing Coastal Tourism Challenges

Abstract

The study analyzes how the actions adopted by the tourism arena of São Luís (MA) in response to socio-environmental problems on the coast are incorporated into public policies. Although the "Sun and Beach" segment is the main economic driver of local tourism, coastal management faces recurring challenges related to contamination and solid waste along the waterfront. The investigation indicates that the institutional responses from public bodies, civil society, and sanitation and environmental entities

occur predominantly in a point-in-time, emergency, and reactive manner, such as corrective repairs, cleanup drives, and diagnostic reports. Furthermore, a disconnection is observed between the tourism sector, academic research, and urban environmental planning, highlighting the absence of an effective Integrated Coastal Management model. It is therefore noted that these immediate interventions rarely translate into permanent, structuring public policies or programs, which compromises the sustainability and preservation of the region's coastal ecosystems.

Keywords: Tourism, Governance, and Governability

Introdução

O desenvolvimento do turismo nas cidades litorâneas brasileiras exige uma compreensão profunda das políticas públicas e da gestão de crises, especialmente em locais onde o setor representa um eixo fundamental da economia e da estrutura social, como ocorre em São Luís, Maranhão. A análise inicial deste estudo, concentrou-se na compreensão da "arena turística", definida como o espaço de confronto e negociação entre atores públicos e privados na elaboração de programas de ação para o litoral.

Esta investigação partiu da premissa de que a gestão eficiente não se limita à promoção de atrativos, mas requer estratégias coordenadas de planejamento para responder a questões ambientais, sociais e tecnológicas que afetam diretamente a experiência do visitante e a qualidade de vida local. Diante do cenário de poluição persistente e desafios na balneabilidade das praias, o trabalho propôs identificar as práticas turísticas e as ações de mitigação de crises vigentes na região.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa anterior utilizou uma metodologia de natureza qualitativa e exploratória, buscando captar a complexidade do fenômeno por meio da experiência e da ação social. O processo foi estruturado com base na revisão de literatura pelo método ProKnow-C, que permitiu a formação de um portfólio bibliográfico rigoroso e a identificação de lacunas científicas sobre o tema.

Os resultados desse levantamento evidenciaram que o turismo em São Luís é fortemente sustentado pelo segmento de "Sol e Praia", sendo este o atrativo mais visitado em 2022, à frente do centro histórico e de equipamentos culturais. No entanto, essa dependência do ambiente litorâneo esbarra em crises ambientais severas e recorrentes. Foi identificado um volume alarmante de resíduos sólidos nas praias, com destaque para a abundância de plásticos e outros materiais que comprometem tanto o ecossistema marinho quanto a atratividade turística. Além disso, os dados apontaram que a poluição e a falta de saneamento básico resultam em níveis de contaminação que frequentemente ultrapassam os parâmetros aceitáveis, impactando negativamente a balneabilidade e, consequentemente, a receita do setor.

A pesquisa revelou uma predominância do setor público na articulação da arena turística, mas com falhas críticas na coordenação com o setor privado e a sociedade civil. Embora existam ferramentas como o Mapa Interativo de Balneabilidade da SEMA e ações pontuais de limpeza como o projeto "Praia linda é praia limpa", as intervenções foram caracterizadas como paliativas e temporárias. A análise demonstrou que não há em São Luís uma Gestão Costeira Integrada (GCI) efetiva, onde as decisões fluem de forma participativa e organizada entre todos os envolvidos no trade turístico. Essa falta de unidade impede a implementação de estratégias de longo prazo, deixando o destino vulnerável a crises que danificam a sua reputação e afetam a sustentabilidade socioeconômica da comunidade.

A conclusão fundamental é que a preservação do ecossistema costeiro e a manutenção do turismo como motor econômico dependem do fortalecimento da gestão participativa e da adoção de um modelo baseado em conhecimento científico, capaz de harmonizar o uso dos recursos naturais com as atividades humanas.

O objetivo geral deste trabalho é analisar se e como as respostas adotadas pela arena turística de São Luís frente a problemas que repercutem na dinâmica turística no litoral são incorporadas em políticas públicas estruturantes. Tendo como objetivos específicos identificar ações emergenciais e pontuais no litoral de São Luís (MA) com envolvimento de órgãos públicos e privados; verificar se essas respostas foram formalizadas em programas, planos ou políticas permanentes; discutir a relação entre ações emergenciais e pontuais no litoral de São Luís (MA) e o ciclo de políticas operacionalizadas no destino.

Metodologia

A metodologia adotada para este relatório fundamenta-se na pesquisa documental de natureza qualitativa, focada na análise de documentos públicos e materiais produzidos por organismos federais, estaduais e municipais, além de reportagens e estudos acadêmicos, com o objetivo de identificar como a arena turística de São Luís (MA) tem respondido a problemas que afetam o litoral, verificando se essas respostas emergenciais foram incorporadas em políticas públicas estruturadas e permanentes. A escolha por fontes oficiais justifica-se pela necessidade de obter informações verídicas, normativas e dados técnicos consolidados que servem como base para a fundamentação teórica e a análise empírica deste estudo.

Resultados e Discussões

A análise das respostas institucionais relacionadas à poluição da orla marítima de São Luís do Maranhão permitiu identificar um conjunto diversificado de ações, iniciativas e produções técnicas desenvolvidas por órgãos públicos, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil. Contudo, ao se examinar o grau de institucionalização dessas respostas, observa-se que a maioria não se consolidou em programas, planos ou políticas públicas permanentes especificamente voltadas à despoluição da orla, o que evidencia fragilidades na governança ambiental costeira do município (Santos, 2020).

No caso da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), os resultados indicam que a atuação da empresa está formalmente inserida em instrumentos estruturantes, como o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico e a Política Ambiental institucional. Entretanto, as ações diretamente relacionadas à orla, como missões de reparo, manutenção de redes coletoras e intervenções em estações elevatórias que apresentam caráter predominantemente emergencial e corretivo, sendo acionadas, em grande parte, como resposta a crises sanitárias, ações judiciais ou episódios de extravasamento de esgoto (CEAMA, 2021). Dessa forma, embora o saneamento seja reconhecido como eixo central do problema, não se verifica a existência de um programa permanente voltado especificamente à recuperação ambiental da orla, mas sim a fragmentação das ações dentro de planos mais amplos.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), por sua vez, apresenta uma atuação mais claramente formalizada no que se refere ao monitoramento ambiental, por meio da publicação periódica dos laudos de balneabilidade. Esses documentos constituem instrumentos oficiais permanentes e desempenham papel fundamental na identificação e divulgação das condições ambientais das praias (MARANHÃO, 2024). Contudo, a análise evidencia que tais laudos possuem função essencialmente diagnóstica, não se desdobrando automaticamente em políticas de intervenção ou recuperação ambiental. Assim, a SEMA atua como órgão regulador e informativo, mas não como executora de ações estruturais de despoluição da orla.

No âmbito municipal, a Prefeitura de São Luís dispõe de um marco normativo relevante, representado pela Lei do Sistema de Limpeza Urbana (SULIP), que configura uma política pública permanente de gestão de resíduos sólidos. Essa política contribui de forma indireta para a redução da poluição costeira, ao tratar do manejo adequado dos resíduos urbanos. No entanto, os dados levantados indicam que não há um plano municipal específico de despoluição da orla, sendo as ações realizadas limitadas a rotinas operacionais de limpeza ou mutirões pontuais (SÃO LUÍS, 2024). Dessa forma, embora a política de limpeza urbana esteja institucionalizada, a orla não é tratada como território prioritário dentro de uma estratégia ambiental integrada.

A Câmara Municipal de São Luís apresenta iniciativas legislativas relevantes, como projetos de lei voltados à conscientização ambiental e ao descarte adequado de resíduos.

Essas proposições indicam reconhecimento institucional do problema e tentativa de estruturar respostas normativas. Todavia, grande parte dessas iniciativas ainda se encontra em fase de tramitação ou possui caráter predominantemente educativo, não resultando, até o momento, em uma política pública consolidada e específica para a despoluição da orla. Isso evidencia limites do poder legislativo local na efetiva institucionalização do tema. (SÃO LUÍS, 2025)

No que se refere ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), a pesquisa demonstrou que, apesar de sua formalização enquanto instância de governança do turismo, não foram identificadas deliberações, resoluções ou atas que abordem diretamente a problemática da poluição da orla. Essa ausência revela uma desconexão entre a política turística e a dimensão ambiental, especialmente considerando que a qualidade da orla é um fator determinante para a atratividade turística de São Luís.

As instituições acadêmicas analisadas (UFMA, UEMA e IFMA) apresentam ampla produção científica relacionada à qualidade da água, saneamento, resíduos sólidos e ecossistemas costeiros. Esses estudos fornecem diagnósticos consistentes e evidências técnicas sobre os impactos da poluição na orla ludovicense (Zagallo, 2018). Contudo, essa atuação se restringe majoritariamente ao campo da pesquisa e da extensão, não sendo acompanhada de convênios permanentes ou programas institucionais formalizados em parceria com o poder público para a despoluição da orla. Assim, observa-se um distanciamento entre a produção científica e a formulação de políticas públicas.

Já a atuação da sociedade civil organizada, representada pela ONG “Salve as Praias”; “Greenpeace São Luís” e “ASBOA” (Associação de Surf e Bodyboarding da Praia do Olho d’Água) destaca-se pela continuidade das campanhas de limpeza, educação ambiental e mobilização social. Apesar de sua relevância, essas ações não possuem caráter normativo nem capacidade de institucionalização, dependendo de parcerias pontuais e da adesão voluntária da população. Ainda assim, a ONG exerce papel fundamental na pressão social e na visibilização do problema, contribuindo para manter a temática em debate público.

Diante da pesquisa, apontam que as respostas institucionais existentes não se consolidaram como políticas públicas integradas e permanentes voltadas à despoluição da orla de São Luís. Predomina um modelo de atuação fragmentado, setorial e reativo, no qual ações emergenciais e diagnósticos técnicos não se convertem, de forma sistemática, em estratégias contínuas de recuperação ambiental. Essa constatação reforça a necessidade de avanços na governança costeira local, com maior articulação entre saneamento, meio ambiente, turismo, planejamento urbano, academia e sociedade civil.

Conclusão

A análise desenvolvida neste estudo permitiu compreender o panorama atual da governança ambiental e turística no litoral de São Luís (MA), evidenciando o descompasso existente entre as demandas emergenciais do destino e a consolidação de políticas públicas estruturantes. Ficou constatado que, embora o segmento de "Sol e Praia" permaneça como o principal vetor da atividade turística na capital maranhense, a gestão do litoral ainda opera sob uma lógica predominantemente reativa, fragmentada e pontual.

Iniciativas como missões de reparo emergencial em redes de esgotamento promovidas pela CAEMA, mutirões pontuais de limpeza da orla e ações isoladas da sociedade civil mostram-se fundamentais para a mitigação temporária de danos, contudo, revelam a ausência de uma estratégia integrada e de longo prazo voltada para a recuperação e preservação dos ecossistemas costeiros.

Essa desconexão estende-se também às instâncias formais de governança, como o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), onde a pauta ambiental não se encontra articulada com o planejamento turístico. Dessa forma, a arena turística de São Luís carece de um modelo de Gestão Costeira Integrada (GCI) efetivo e participativo.

Em suma, conclui-se que as ações emergenciais identificadas não têm sido absorvidas de forma contínua pelo ciclo formal de políticas públicas do destino. Para superar a vulnerabilidade socioeconômica e reputacional enfrentada pelo turismo local, torna-se imprescindível transcender as intervenções paliativas. Fundamentando a tomada de decisão em dados científicos e assegurando uma governança ambiental perene que proteja os recursos naturais e garanta a sustentabilidade da atividade turística em São Luís.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 274, de 29 de novembro de 2000. Dispõe sobre balneabilidade das águas brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA (EMAP). Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto do Itaqui. São Luís: EMAP, 2021. Disponível em: https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/porto-do-itaqui/documentos-tecnicos. Acesso em: 03 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA). Catálogo de atividades de pesquisa institucional. São Luís: IFMA, 2017. Disponível em: https://prpgi.ifma.edu.br. Acesso em: 2026.

MARANHÃO. Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). Política ambiental da CAEMA. São Luís: CAEMA, 2021. Disponível em: https://www.caema.ma.gov.br. Acesso em: 2026.

MARANHÃO. Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). CAEMA recupera emissário de esgoto na Forquilha. São Luís, 27 fev. 2015. Disponível em: https://www.caema.ma.gov.br. Acesso em: 2026.

MARANHÃO. Governo do Estado do Maranhão. Blitz do Turismo reforça manutenção e limpeza nos pontos turísticos de São Luís. São Luís, 2022. Disponível em: https://www.ma.gov.br. Acesso em: 2026.

MARANHÃO. Lei nº 11.332, de 2 de setembro de 2020. Institui o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão e dá outras providências [atribuições do CBMMA]. São Luís: Assembleia Legislativa do Maranhão, [2020].

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA). Laudos de balneabilidade das praias da Região Metropolitana de São Luís. São Luís: SEMA, diversos anos. Disponível em: https://www.sema.ma.gov.br/laudos-de-balneabilidade. Acesso em: 2026.

OLIVEIRA, Gabriela Silva de. Urbanização e impactos ambientais na orla marítima de São Luís (MA). 2019. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: https://repositorio.uema.br. Acesso em: 2026.

PAIVA, Brenda Hellen Izídio de. Dinâmica ambiental e ecossistemas costeiros do litoral maranhense. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: https://tedebc.ufma.br. Acesso em: 2026.

SALVE AS PRAIAS. Ações de limpeza e educação ambiental nas praias de São Luís (MA). São Luís, s.d. Disponível em: https://www.instagram.com/salveaspraias. Acesso em: 2026.

SANTOS, et al. Composição e abundância de resíduos sólidos em praias urbanas da Região Metropolitana da Ilha de São Luís (MA). Revista de Engenharia de Pesca, São Luís, v. 8, n. 2, 2020. Disponível em: https://ppg.revistas.uema.br. Acesso em: 2026.

SÃO LUÍS (MA). Câmara Municipal de São Luís. Projeto de Lei Ordinária nº 0149/2025. Institui campanha de conscientização e mobilização social de limpeza urbana e preservação do meio ambiente. São Luís, 2025. Disponível em: https://www.cmsaoluis.ma.gov.br. Acesso em: 2026.

SÃO LUÍS (MA). Câmara Municipal de São Luís. Projeto de Lei Ordinária nº 0113/2025. Dispõe sobre a criação de campanha permanente de conscientização sobre o descarte adequado de resíduos sólidos e orgânicos. São Luís, 2025. Disponível em: https://www.cmsaoluis.ma.gov.br. Acesso em: 2026.

SÃO LUÍS (MA). Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Edital de eleição dos membros do Conselho Municipal de Turismo de São Luís – Biênio 2025–2027. Diário Oficial do Município, São Luís, 2025. Disponível em: https://diariooficial.saoluis.ma.gov.br. Acesso em: 2026.

SÃO LUÍS (MA). Prefeitura Municipal de São Luís. Lei nº 6.321, de 2018. Institui o Sistema de Limpeza Urbana de São Luís (SULIP). Diário Oficial do Município, São Luís, 2018. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br. Acesso em: 2026.

SÃO LUÍS (MA). Prefeitura Municipal de São Luís. Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico. São Luís, 2019. Disponível em: https://diariooficial.saoluis.ma.gov.br. Acesso em: 2026.

SEBRAE. Conselho Municipal de Turismo de São Luís elege nova diretoria para o biênio 2025–2027. São Luís, 2025. Disponível em: https://ma.agenciasebrae.com.br. Acesso em: 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMARH). Relatórios de Monitoramento de Balneabilidade. São Luís: SEMARH, 2024-2025. Disponível em: https://www.sema.ma.gov.br. Acesso em: 03 fev. 2026.

SILVA, Isadora et al. Análise ambiental de praias urbanas da Ilha de São Luís (MA). Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: https://www.ufma.br. Acesso em: 2026.

Turismo de sol e praia: orientações Básicas 2 a Edição. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>.

ZAGALLO, Sofia Araújo. Análise do sistema de esgotamento sanitário em São Luís do Maranhão: um enfoque ambiental. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br. Acesso em: 2026.

CÓDIGO: HS0817

AUTOR: MARIA LUIZA LUCAS MOURA

ORIENTADOR: RAQUEL ARAÚJO LIMA

TÍTULO: AS ILEGALIDADES CONSTANTES NA “RESSURREIÇÃO” DE CONCESSÕES NA VIA COSTEIRA DE NATAL/RN: uma análise a partir da Decisão Cautelar nº002201/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

O presente artigo busca analisar as ilegalidades na tentativa de revalidações – promovida em 2024 pelo Governo do Estado – de concessões de uso de terrenos públicos situados na Via Costeira, em Natal/RN, extintas de pleno direito em razão do inadimplemento histórico das obrigações contratuais pelos concessionários. Diante da celebração de Termos Aditivos destinados à “ressuscitar” tais concessões sem a instauração de novo processo licitatório, surge a seguinte problemática: estas revalidações configuram ilegalidades de acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública e da legislação ambiental vigente? Para responder ao questionamento, a pesquisa realizada vale-se da revisão bibliográfica e análise documental (com ênfase na Decisão Cautelar nº002201/2025 do TCE/RN). Os resultados indicam que a revalidação das concessões carece de fundamento legal, além disso, aparenta favorecer indevidamente antigos cessionários inadimplentes e não mostra uma clara observância à proteção ambiental sobre a área. Conclui-se que a via mais adequada para a atribuição de uso dos terrenos em referência é a realização de um novo processo licitatório, precedido de ampla divulgação e participação popular. Desse modo, há a necessidade de compatibilidade da atuação administrativa estadual com a Constituição Federal de 1988 e a legislação federal, estadual e municipal.

Palavras-chave: Via Costeira. Concessões de uso. Princípios administrativos.

TITLE: THE ILLEGALITIES INHERENT IN THE "RESURRECTION" OF CONCESSIONS ON THE VIA COSTEIRA IN NATAL: an analysis based on Precautionary Decision nº002201/2025 of the State Audit Court of Rio Grande do Norte

Abstract

This article examines the attempt – undertaken in 2024 by the State Government – to revalidate concessions for the use of public land located on Via Costeira, in Natal/RN, which had been extinguished by operation of law due to the concessionaires' longstanding non-compliance with contractual obligations. Given the execution of Amendment Terms intended to “reactivate” these concessions without initiating a new bidding process, the following problem arises: do these revalidations constitute illegalities under the constitutional principles governing Public Administration and current environmental legislation? To answer this question, the study relies on a literature review and documentary analysis, with particular emphasis on Precautionary Decision No. 002201/2025 issued by the State Audit Court (TCE/RN). The findings indicate that the revalidation of the concessions lacks legal grounding, appears to unduly favor former defaulting concessionaires, and shows no clear regard for environmental protection of the area. The article concludes that the most appropriate path for allocating the use of the land in question is a new bidding process, preceded by broad public disclosure and popular participation. Accordingly, state administrative action must be brought into compliance with the 1988 Federal Constitution and with federal, state, and municipal legislation.

Keywords: Via Costeira. Concessions of Use. Principles of Public Administration.

Introdução

A gestão do patrimônio público urbano por vezes revela-se um campo de tensões entre interesse econômico, interesse público, planejamento urbano e a sustentabilidade das decisões adotadas pelo Poder Público. Nesse cenário, invariavelmente torna-se indispensável a observância dos princípios que regem a Administração Pública, bem como as normas ambientais e urbanísticas que visam assegurar a função social dos bens públicos e a proteção dos ecossistemas.

Nesse contexto, insere-se a problemática que envolve a Via Costeira, situada no município de Natal/RN, cuja ocupação histórica foi marcada pela concessão de uso de terrenos públicos a particulares com finalidade turística, condicionada ao cumprimento de encargos específicos. Entretanto, o inadimplemento reiterado dessas obrigações ensejou o exaurimento de seus efeitos jurídicos e, consequentemente, a tentativa de reversão destes terrenos ao patrimônio estatal.

No cenário atual, a Administração Pública Estadual promoveu a celebração dos aditivos contratuais que buscam revalidar essas concessões (anteriormente extintas) sem a instauração de processo licitatório e em um contexto urbanístico diferente daquele em que foram concedidas. Tal conduta suscita questionamentos relevantes acerca de sua compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente, especialmente no que diz respeito à legalidade desses atos administrativos, à observância do dever de licitar e à proteção dos interesses público e ambiental envolvidos.

Diante dos fatos expostos, o presente artigo tem por principal objetivo analisar a revalidação das concessões de uso dos bens de titularidade do Governo Estadual na Via Costeira e considerando o conteúdo da Decisão Cautelar proferida no processo nº: 002201/2025 do Tribunal de Contas do Estado do RN (TCE/RN), buscando responder o seguinte questionamento: as revalidações das concessões da Via Costeira configuram ilegalidades no ordenamento jurídico brasileiro tendo em conta os princípios da Administração Pública e da legislação ambiental vigente?

Metodologia

Busca-se reconstruir o processo histórico e normativo do Projeto Via Costeira/Parque das Dunas, evidenciando a evolução legislativa das concessões de uso e as sucessivas alterações promovidas ao longo do tempo. Em seguida, pretende-se examinar o processo de revalidação das concessões buscando identificar as possíveis ilegalidades na Decisão Cautelar proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte no Processo nº 002201/2025.

Para isso, esta pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza jurídico-dogmática, combinando revisão bibliográfica e análise documental. A seleção bibliográfica priorizou obras de referência em Direito Administrativo (concessões de uso de bem público e princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública) e estudos históricos sobre o Projeto Via Costeira/Parque das Dunas, selecionados por sua autoridade reconhecida no tema e por tratarem diretamente do objeto de pesquisa.

A análise documental abrangeu, principalmente: (i) a Decisão Cautelar proferida no Processo nº 002201/2025 do TCE/RN e a Representação do ObCiD que a originou; (ii) as leis estaduais que regularam sucessivamente o Projeto Via Costeira entre 1980 e 2025 (Leis nº 4.972/1980, 5.826/1988, 6.379/1993, 7.110/1997, 7.942/2001 e 12.079/2025); (iii) os termos aditivos celebrados em 2024 entre o Governo do Estado e os sete concessionários investigados; (iv) as decisões judiciais proferidas nos processos de rescisão contratual movidos pela DATANORTE (2005-2006) e nas ações da União referentes aos terrenos de marinha (2014); e (v) a legislação municipal superveniente (Lei Complementar nº 208/2022 e Lei nº 7.801/2024).

Complementarmente, serão observados os processos judiciais relativos a cada uma das concessionárias investigadas, a saber: Ignez Motta de Andrade/OWL Comercial Ltda. (Processo nº 0805313-73.2025.4.05.8400), Paulistânia Hotéis e Turismo S/A (Processo nº 0027330-39.2025.4.05.8400), G. Cinco Planejamentos e Execuções Ltda. (Processo nº 0010774-50.2006.8.20.0001), Zenário Costeira Ltda. (Processo nº 0002391-20.2005.8.20.0001), Costeira Palace Hotel S/A (Processo nº 0002387-80.2005.8.20.0001), Hotel Parque das Dunas Ltda. (Processo nº 0001821-34.2005.8.20.0001) e CM Empreendimentos Ltda. (Processo nº 0002389-50.2005.8.20.0001).

A análise desses documentos seguiu metodologia de leitura orientada pela identificação de três elementos em cada fonte: o fundamento jurídico invocado para a prática do ato; a compatibilidade desse fundamento com os princípios constitucionais do art. 37 da CF/88;

e eventuais irregularidades formais ou materiais apontadas por órgãos de controle. Essa metodologia permitiu correlacionar sistematicamente os fatos apurados pelo TCE/RN com o arcabouço normativo aplicável, estruturando a análise desenvolvida nos capítulos subsequentes. Desse modo, o estudo procura relacionar os fatos concretos pesquisados com as regras e os princípios da Administração Pública.

Resultados e Discussões

1 O PROJETO VIA COSTEIRA/PARQUE DAS DUNAS E SUAS ALTERAÇÕES HISTÓRICAS

Até 1980 o turismo no Rio Grande do Norte era pouco expressivo. Diante disso, durante a década de 1980, o Brasil investiu fortemente no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o turismo, especialmente em orlas das capitais brasileiras. Nesse contexto, o município de Natal foi contemplado com o Projeto "Via Costeira/Parque das Dunas", que já nesta época recebia críticas tanto quanto à degradação ambiental nesta área, quanto à semelhança com a Orla de Copacabana/RJ.

Merece destacar que, em novembro de 1976, o Governo Estadual contratou o escritório do arquiteto Luiz Forte Neto, para elaboração do Projeto Via Costeira/Parque das Dunas, que previa: a construção de cinco hotéis de cinco estrelas, com 15 andares cada; a construção de residências particulares de alto padrão; a urbanização das favelas de Mãe Luiza e Guanabara; áreas de lazer, educação e comércio e todos os equipamentos urbanos e medidas para proteção das dunas.

Em decorrência disso, no dia 22 de novembro de 1977, o Governador Tarcísio Maia assinou o Decreto nº 7.237, que declara a utilidade pública dos bens situados nas áreas das dunas, anexos ao Oceano Atlântico, buscando sua desapropriação, com a justificativa de preservação ambiental e com pedido de urgência na cessão das áreas delimitadas;

Em 1979, o Decreto nº 7.538 regulamentou o Parque das Dunas e, no ano seguinte, a Lei nº 4.972/1980 autorizou o Estado a investir na EMPROTURN mediante a incorporação de terrenos públicos situados na região da Via Costeira. As áreas, integrantes do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira, destinavam-se exclusivamente a empreendimentos turísticos e poderiam ser transferidas a empresas privadas, condicionadas à construção dos equipamentos aprovados pelo Estado, sob pena de reversão dos imóveis em caso de descumprimento dos prazos.

A Via Costeira, entretanto, foi inaugurada sem regulamentação específica de uso e ocupação do solo e em meio a irregularidades na comercialização dos terrenos públicos. O Projeto passou, então, por sucessivas reformulações, alterando o número e as características dos empreendimentos previstos e ampliando a participação privada. Entre 1988 e 1989, a Lei nº 5.826/1988 reduziu o número de hotéis para 12, enquanto o Decreto nº 10.302/1989 concedeu áreas já revertidas à EMPROTURN a grupos ligados ao Governo.

Posteriormente, as Leis nº 6.379/1993 e nº 7.110/1997 estabeleceram novos prazos para implantação dos empreendimentos, previram a reversão das áreas em caso de descumprimento e flexibilizaram as condições econômicas das concessões.

Por fim, a Lei nº 7.942/2001 fixou prazos para início e conclusão das obras, exigiu ocupação construtiva mínima de 50% das áreas concedidas e estabeleceu 13 acessos oficiais à praia, consolidando novas regras para a utilização dos terrenos da Via Costeira.Após 10 anos, ao perceber a demora para o início das construções de empreendimentos nos 7 terrenos concedidos, a DATANORTE ajuizou ação de rescisão contratual com a argumentação de que já havia sido extrapolado o prazo legal estabelecido para cumprimento de obrigações construtivas.

Segundo a Decisão Cautelar nº 002201/2025 do TCE/RN, as empresas afirmaram que não iniciaram pela insegurança jurídica quanto àquelas áreas. Entretanto, em 2007, a DATANORTE realizou acordos judiciais em todos os 7 processos que havia interposto, demonstrando a volta do interesse público para as construções na Via Costeira. Registra-se que tais acordos previam 18 meses para a construção dos empreendimentos, contados a partir da última licença ambiental.

Em 2014, a União ajuizou ação judicial buscando o resgate dos terrenos de marinha cedidos, com base no art. 20, VIII da CF/88, que os define como bens da União. Assim, a União sustentou a ilegalidade das concessões por incidirem sobre Áreas de Preservação Permanente, incompatíveis com empreendimentos privados. Essa incompatibilidade revela controvérsia sobre a própria validade dos atos: se confirmada a incidência de restrições ambientais e dominiais sobre as glebas, o objeto da concessão seria juridicamente incompatível com seu regime de proteção, viciando o ato desde a origem e tornando-o nulo. Como bens dominicais da União, os terrenos de marinha só podem ser cedidos para finalidades compatíveis com seu regime jurídico, e a tutela das APPs, por proteger interesse difuso e ambiental (art. 225, CF/88), prevalece sobre o interesse patrimonial privado do concessionário. Assim, a nulidade do objeto contaminaria todo o ato de concessão, sem gerar direito adquirido aos particulares, legitimando a atuação da União para recuperar as áreas indevidamente ocupadas.

Esse percurso histórico-normativo nos leva a crer que as bases jurídicas das concessões de uso de terrenos públicos na Via Costeira foram construídas em um ambiente de instabilidade, flexibilizações sucessivas e potenciais irregularidades. Diante disso, torna-se indispensável verificar se, no episódio mais recente da revalidação das concessões em 2024, tais características ainda se mostram presentes e, sobretudo, se essa tentativa de reativação dos ajustes já extintos observou os princípios e regras que regem a Administração Pública.

2 AS ILEGALIDADES ENCONTRADAS NA REVALIDAÇÃO DAS CONCESSÕES

Neste tópico serão trazidas as regras de gestão de bens públicos e os princípios da Administração Pública que deveriam ser aplicadas ao caso e a desatenção (ou não) por

parte do Governo estadual que decidiu pela revalidação das concessões, bem como as ilegalidades e descumprimentos observados pela instrução preliminar realizada pela Unidade Técnica do TCE/RN.

2.1 As legislações municipais como instrumento facilitador da revalidação das concessões

A partir dos fatos anteriores à revalidação, destaca-se a flexibilização da disciplina urbanística da Via Costeira. Em 2022, o Plano Diretor de Natal (LC nº 208/2022) passou a admitir uso residencial multifamiliar e maior adensamento em área de reconhecida sensibilidade ambiental e risco geológico. Em maio de 2024, o Governo Estadual requereu o desarquivamento de processos de 2007 para celebrar termos aditivos, concedendo novos prazos a concessionários anteriormente inadimplentes.

Termos aditivos são instrumentos destinados a modificar, acrescentar ou suprimir cláusulas do contrato original, podendo ocorrer de forma unilateral ou consensual, conforme o art. 124 da Lei nº 14.133/2021 (Cardoso Júnior, 2020). As alterações devem observar os limites legais e podem envolver aspectos como adequação do projeto, quantitativos, garantias, regime de execução e forma de pagamento, preservando-se a repartição objetiva dos riscos originalmente pactuada.

Nesse cenário, a Lei Estadual nº 2.079/2025 alterou a Lei Estadual nº 7.942/2001 (que determinara a última reformulação do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira), adequando a legislação ao Plano Diretor de Natal de 2022 e prorrogando novamente os prazos para os concessionários se estabelecerem: máximo de 12 meses para início das obras e 36 meses para início do funcionamento dos empreendimentos; nesse mesmo contexto, a Lei Municipal nº 7.801/2024 unificou as Áreas Especiais de Interesse Turístico e Paisagístico (AEITPs), permitindo coeficiente de aproveitamento de até 5,0 e padronizando o gabarito máximo em 15 metros, medidas vistas como incentivo ao adensamento em áreas de alto risco geológico, por serem mais permissivas e alheias à vulnerabilidade costeira.

2.2 A decisão do TCE/RN como norteadora das ilegalidades na revalidação das concessões

Nesse cenário, destaca-se a decisão cautelar do TCE/RN, no Processo nº 2201/2025, decorrente de Representação do ObCiD, que suspendeu os termos aditivos de 2024 por considerar irregular a reativação ou prorrogação de concessões já extintas pelo inadimplemento, ressaltando a licitação como regra para nova outorga de bens públicos estratégicos (RIO GRANDE DO NORTE, 2025, p. 1-2).

Observando os fundamentos da decisão cautelar do TCE/RN, é necessário discutir se a renovação daquelas concessões observou (ou não) os princípios administrativos explícitos na CF/88. Desse modo, mostra-se importante considerar cada princípio, discutindo a atenção dada ao mesmo no caso da renovação das concessões na Via Costeira.

Segundo José Cretella Júnior (Revista de Informação Legislativa, v. 97, p. 7) “Princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes. Princípios, nesse sentido, são os alicerces da ciência”. Em consonância, o art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

A partir disso, compreende-se que, além de orientar e fundamentar as atividades da Administração Pública, tais princípios constitucionais permitem o equilíbrio entre os direitos dos administrados e os poderes e atributos da Administração. Nesse sentido, entende-se que todos os atos administrativos (sejam vinculados ou discricionários) devem observar, de forma cogente, tais princípios constitucionais.

2.2.1 A violação ao princípio da legalidade

Em uma primeira análise, destaca-se o princípio da legalidade, prerrogativa do Estado Democrático de Direito e garantia dos direitos fundamentais (Di Pietro, 2023, p. 201), segundo o qual a Administração somente pode agir conforme a lei, não podendo criar direitos ou obrigações por mera autonomia da vontade (Bandeira de Melo, 2015, p. 108).

Nesse sentido, ao “ressuscitar” contratos já extintos de pleno direito pelo inadimplemento, o Governo Estadual desconsiderou as próprias leis do Projeto, que preveem a reversão automática dos terrenos ao patrimônio público em caso de descumprimento dos prazos. Assim, a reativação das concessões sem novo processo licitatório afronta o princípio da legalidade e o dever constitucional de licitar.

A irregularidade também foi constatada pelo TCE/RN em diferentes situações: a Hotel Parque das Dunas Ltda. tentou transferir a gleba a terceiro em negócio posteriormente anulado pelo TJRN; a Paulistânia Hotéis e Turismo Ltda. já havia sido extinta quando da renovação; e, no caso da “Ignez Motta de Andrade”, o termo aditivo de 2024 foi celebrado com a OWL Comercial Ltda., terceira pessoa jurídica estranha ao contrato, caracterizando transferência ilegal. Situações semelhantes foram identificadas na Zenário Costeira Ltda. e na Costeira Palace Hotel S/A.

Verifica-se, portanto, que a revalidação não possuía fundamento legal para restaurar contratos extintos e, em alguns casos, beneficiou terceiros estranhos às concessões originais. Ademais, a ausência de participação popular na condução do projeto também contraria a diretriz de gestão democrática prevista no art. 2º, II, do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

2.2.2 A violação ao princípio da moralidade e da impessoalidade

A preferência por acordos com antigos cessionários, em detrimento de novo processo licitatório, indica tratamento privilegiado a grupo específico, comportamento vedado pelo

princípio da impessoalidade, segundo o qual "a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas" (Di Pietro, 2023, p. 207). Correlatamente, evidencia-se inobservância do princípio da moralidade – orientado pela ética e boa-fé –, que, segundo Hauriou, implica distinguir "não só o legal e o ilegal, mas também o honesto e o desonesto". A tentativa de "ressuscitar" concessões extintas mostra-se, portanto, plenamente contraditória à luz do princípio da moralidade e os valores que o fundamenta.

2.2.3 A violação ao princípio da eficiência

Ademais, a tentativa de revalidar concessões de empresas inadimplentes e sem aparente capacidade técnica afronta o princípio da eficiência, que exige atuação estatal satisfatória e sem desperdícios (Justen Filho, 2023, p. 225). Nesse sentido, a decisão cautelar do TCE/RN apontou indícios de fragilidade das empresas, como ausência de vínculos formais de trabalho, sedes incompatíveis com o porte dos projetos, elevados passivos tributários e falta de experiência comprovada em obras de grande porte.

Essa fragilidade se confirma em casos concretos: a CM Empreendimentos Ltda. declarou faturamento expressivo sem emitir notas fiscais ou possuir alvará; o Hotel Parque das Dunas Ltda. possui capital social irrisório (cerca de R$ 122.000,00) frente a dívida ativa municipal de R$ 4.900.000,00, com sede em residência alugada; a Ignez Motta de Andrade (OWL) era desconhecida no endereço informado e sem histórico de licenciamento; a Zenário Costeira Ltda. acumulava débitos de IPTU superiores ao próprio capital social; e a G5 Planejamentos possuía passivo de R$ 2.800.000,00 e registro de obra sem qualquer relação com a especialização hoteleira exigida. Padrão semelhante de ineficiência na gestão de patrimônio público costeiro pode ser observado na Praia do Icaraí (Caucaia/CE), onde a paralisação de obras de contenção antes de sua conclusão agravou os efeitos da erosão costeira, evidenciando que a falha administrativa pode residir tanto na ausência de norma quanto na deficiência de sua execução.

Diante do exposto, a análise do pensamento de Justen Filho, da instrução e dos casos concretos evidencia que a revalidação de concessões com empresas irregulares contraria o princípio da eficiência, por não representar atuação estatal adequada e orientada à prevenção de falhas.

2.2.4 A violação ao princípio da publicidade

Além disso, no caso em pauta nos parece que ser possível compreender que outro princípio constitucional negligenciado foi o da publicidade. A Constituição consagra a publicidade como princípio da Administração Pública e assegura o acesso a informações de interesse coletivo (art. 5º, XXXIII, CF/88). Segundo a ADPF nº 872/DF, o controle da legalidade dos atos administrativos concretiza-se por mecanismos de transparência que viabilizam a fiscalização das práticas públicas. A carência de divulgação prévia do processo de revalidação das concessões mostra-se, assim, incompatível com essa exigência.

2.2.5 A violação ao princípio da indisponibilidade do patrimônio público

O princípio da indisponibilidade do patrimônio estatal – ligado à indisponibilidade do interesse público (Patriota, 2017) – veda que a Administração disponha livremente de bens públicos em favor de interesses particulares, já que sua atuação ocorre em nome da coletividade. A instrução do TCE/RN identificou empresas que trataram as concessões como reserva patrimonial especulativa: a CM Empreendimentos Ltda. anunciou o terreno para venda em plataformas de classificados por valores entre R$ 30 e 35 milhões, violando expressamente a Escritura Pública de Concessão, a Lei Estadual nº 6.379/1993 e o art. 27 da Lei Federal nº 8.987/1995. A Hotel Parque das Dunas Ltda. solicitou licenciamento para "casa de festas e eventos", e a Paulistânia apresentou projeto de casa de shows – ambos incompatíveis com a finalidade hoteleira originalmente exigida.

Portanto, ao serem analisadas por parte do TCE/RN, de forma individualizada, as ilegalidades e irregularidades envolvendo a situação de cada empresa concessionária, verificou-se um preocupante cenário que envolveu o desarquivamento e a revalidação daquelas concessões; envoltas por alterações legislativas que flexibilizaram parâmetros urbanísticos e favoreceram a retomada de contratos marcados por mais de quatro décadas de inadimplemento. A tudo isso se agregam evidências de que regras e princípios constitucionais obrigatórios à Administração Pública parecem ter sido desconsiderados.

2.2.6 A violação ao dever de licitar

Sobre o dever de licitar, é fundamental destacar alguns aspectos essenciais. O dever administrativo constitucional de licitar está previsto no art. 37, no inciso XXI da CF/88, a saber:

> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

Nesse contexto, cabe analisar, ainda, a Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina o processo licitatório no sistema jurídico brasileiro. A Lei, já no seu art. 2º, estabelece:

> Art. 2º Esta Lei aplica-se a:
>
> I - alienação e concessão de direito real de uso de bens; (...)
>
> IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;

Cabe ainda, ressaltar a diferença de concessões e outras modalidades. Nos termos daquela Lei, a concessão de bens públicos é o contrato pelo qual a Administração Pública cede ao particular a utilização privativa de um bem público – para que o exerça conforme a destinação acordada durante o Termo de Concessão. A concessão distingue-se de outras modalidades – permissão, autorização, cessão de uso – justamente pela exigência de

licitação, prazo determinado e maior estabilidade conferida ao particular, cujo descumprimento contratual leva à caducidade.

Desse modo, a Lei de Licitações veda contratos por prazo indeterminado e exige licitação para nova outorga de uso de bens públicos. Assim, diante da extinção das concessões por inadimplemento, a realização de novo certame pelo Governo do Estado era obrigatória.

2.2.7 Da violação à legislação ambiental

Cabe ainda observar a aplicação das legislações ambientais vigentes, especialmente do art. 225 da Constituição Federal, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse sentido, a exploração econômica de áreas ambientalmente sensíveis deve respeitar os limites constitucionais de proteção, aproximando-se do princípio da indisponibilidade do patrimônio público, diante da impossibilidade de disposição do bem ambiental em benefício de interesses privados.

No âmbito infraconstitucional, a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) classifica dunas e restingas como Áreas de Preservação Permanente, admitindo intervenção apenas nas hipóteses excepcionais previstas em lei e mediante autorização do órgão ambiental competente, em consonância com a Resolução CONAMA nº 303/2002. Já a Lei nº 7.661/1988 (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro) reconhece a zona costeira como patrimônio nacional e exige planejamento integrado de sua ocupação, o que suscita questionamentos quanto à observância dessas diretrizes na revalidação das concessões em 2024.

Essa tensão entre exploração econômica e proteção costeira também se manifesta em outros estados. Em Maragogi/AL, decisão liminar de 2025 suspendeu autorização para exploração turística na Lagoa Azul por incompatibilidade com a proteção ambiental; em João Pessoa/PB, o TJPB manteve, em 2026, a inconstitucionalidade de norma que flexibilizava a “Lei do Gabarito”. Tais casos evidenciam que a fragilização da proteção e da gestão do patrimônio costeiro constitui problemática que ultrapassa o contexto da Via Costeira.

À luz do exposto, conclui-se que a tentativa de reativar contratos já caducos, sem novo processo licitatório, viola simultaneamente os princípios do art. 37 da CF/88 e as normas específicas da Lei Federal nº 14.133/2021, configurando tratamento privilegiado a antigos cessionários e retrocesso na gestão do patrimônio público costeiro.

Conclusão

O percurso normativo-histórico do Projeto Via Costeira/Parque das Dunas evidencia que suas reformulações, desde 1980, foram influenciadas por interesses privados sobre

uma área inicialmente pública, resultando em flexibilizações. Tal aspecto é demonstrado pelos 7 casos analisados na Decisão Cautelar nº 002201/2025 do TCE/RN, que revelam tratamento das concessões incompatível com os Termos de Concessão e com a legislação vigente, marcado pelo inadimplemento histórico, pela inobservância de cláusulas contratuais e pelo uso dos terrenos como reserva especulativa.

Desse modo, diante do inadimplemento dos concessionários, os efeitos jurídicos dos contratos já haviam se exaurido, operando-se sua extinção de pleno direito. Nesse cenário, a celebração de termos aditivos destinados a "ressuscitar" contratos já exauridos, sem novo certame licitatório, configura afronta aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade e indisponibilidade do patrimônio público. Conclui-se, portanto, que a atribuição do uso dos terrenos da Via Costeira a particulares exige novo processo licitatório, precedido de ampla publicidade e efetiva participação popular, nos termos do Estatuto da Cidade, de modo a resguardar o interesse público patrimonial e a proteção ambiental de uma área que constitui patrimônio de toda a coletividade.

A partir do exposto, é possível responder à pergunta orientadora do artigo: as revalidações das concessões da Via Costeira configuram ilegalidades no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em conta os princípios da Administração Pública e a legislação ambiental vigente? À luz dos dispositivos analisados e da Decisão Cautelar do TCE/RN, entende-se que a revalidação examinada é incompatível com os princípios administrativos do art. 37 da CF/88 e com a Lei nº 14.133/2021. A incompatibilidade decorre da inexistência de norma que autorize a revalidação de contratos extintos por Termo Aditivo, da aparente preferência por antigos concessionários inadimplentes, da ausência de indícios de divulgação prévia e da celebração de aditivos com empresas historicamente inadimplentes e, conforme apontado pelo TCE/RN, tecnicamente e financeiramente inaptas.

Quanto à Lei nº 14.133/2021, destaca-se a incompatibilidade com seu art. 2º, que submete a concessão de uso de bens públicos à licitação. Nesse sentido, a Decisão Cautelar do TCE/RN, no Processo nº 002201/2025, reforça essa compreensão ao suspender os aditivos e reconhecer a licitação como regra para nova outorga de uso de bens públicos estratégicos.

Por fim, ressalta-se que a análise possui limitações por se fundamentar em decisão cautelar, que não representa o julgamento definitivo do mérito pelo TCE/RN. Assim, as conclusões devem ser compreendidas conforme o estágio processual da investigação. Os casos comparativos foram utilizados de forma ilustrativa. Tais limitações não comprometem as conclusões, sustentadas nos textos normativos aplicáveis e nos fatos apurados pelo TCE/RN.

Referências

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Brasília, DF: Presidência da República, 1946.

BRASIL. Justiça Federal da 5ª Região (4ª Vara Federal/RN). Processo nº 0027330-39.2025.4.05.8400. Natal, RN: Justiça Federal, 2025.

_____. Justiça Federal da 5ª Região (4ª Vara Federal/RN). Processo nº 0805313-73.2025.4.05.8400. Natal, RN: Justiça Federal, 2025.

BRASIL. Justiça Federal da 5ª Região (3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas). Ação Civil Pública nº 0800244-96.2025.4.05.8000. Maceió, AL: Justiça Federal, 2025.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Brasília, DF: Presidência da República, 1995.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.643/RJ. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, DF: STF, 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 872/DF. Relatora: Min. Cármen Lúcia. Brasília, DF: STF, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 303, de 20 de março de 2002. Brasília, DF: CONAMA, 2002. Disponível em: https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=274. Acesso em: 17 jul. 2026.

CARDOSO JÚNIOR, Sergio. Termo aditivo de contrato (modelo). Jusbrasil, 21 abr. 2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/modelos-pecas/termo-aditivo-de-contrato-modelo/833586503. Acesso em: 10 jul. 2026.

CORREIA, Luciana Kelly Maia. Espaço da praia. 2003. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

CRETELLA JÚNIOR, José. Os cânones do direito administrativo. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 25, n. 97, p. 5-52, jan./mar. 1988.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

DUARTE, Marise Costa de Souza. Espaços especiais em Natal (moradia e meio ambiente): um necessário diálogo entre direitos e espaços na perspectiva de proteção aos direitos fundamentais na cidade contemporânea. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Os limites do poder fiscalizador do Tribunal de Contas do Estado. Revista de Informação Legislativa, Brasília, DF, ano 36, n. 142, p. 167-190, abr./jun. 1999.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Políticas públicas de turismo e produção do espaço: a centralidade de Natal no espaço turístico potiguar. Revista Vivência, Natal, n. 29, p. 225-238, 2005.

HAURIOU, Maurice. Précis de droit administratif et de droit public général. 11. ed. Bordeaux: Imprimerie Cadout, 1927.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

MARQUES, Flávio. Erosão costeira causa avanço do mar em todas as 20 cidades litorâneas do Ceará, aponta estudo. g1 Ceará, Fortaleza, 27 abr. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/04/27/erosao-costeira-causa-avanco-do-mar-em-todas-as-20-cidades-litoraneas-do-ceara-aponta-estudo.ghtml. Acesso em: 24 jul. 2026.

MELO, Marceu de. Implantação do projeto Via Costeira: uma análise dos aspectos naturais e legais entre os anos de 1977 e 1993. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA (MPPB). Lei do Gabarito: MPPB consegue mais uma vitória na Justiça. João Pessoa: MPPB, 23 set. 2025. Disponível em: https://www.mppb.mp.br/index.php/pt/comunicacao/noticias/17-meio-ambiente/26798-lei-do-gabarito-mppb-consegue-mais-uma-vitoria-na-justica. Acesso em: 24 jul. 2026.

NATAL. Lei Complementar nº 208, de 7 de março de 2022. Natal, RN: Câmara Municipal, 2022.

NATAL. Lei nº 7.801, de 2024. Natal, RN: Câmara Municipal, 2024.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL, JUSTA E DEMOCRÁTICA (ObCiD/UFRN). Representação nº 002201/2025-TC. Natal, RN: TCE/RN, jun. 2025.

O GLOBO. "Caribe brasileiro": entenda por que a Justiça Federal suspendeu as atividades turísticas na Lagoa Azul, em Maragogi. O Globo, Rio de Janeiro, 22 jan. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/01/22/caribe-brasileiro-entenda-por-que-a-justica-federal-suspendeu-as-atividades-turisticas-na-lagoa-azul-em-maragogi.ghtml. Acesso em: 24 jul. 2026.

OLIVEIRA, Lucas Matheus Alves Felipe Dantas de. Pelo tempo que durar: a ocupação da via costeira de natal frente à política urbana brasileira e o estatuto da cidade. 2025. 85 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

PATRIOTA, Caio César Soares Ribeiro Borges. O princípio da indisponibilidade do interesse público. Jusbrasil, 23 fev. 2017. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-principio-da-indisponibilidade-do-interesse-publico/433355628. Acesso em: 21 jul. 2026.

QUAL a altura permitida para construção de prédios na orla de João Pessoa? Entenda Lei do Gabarito. g1 Paraíba, João Pessoa, 15 fev. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2026/02/15/qual-a-altura-permitida-para-construcao-de-predios-na-orla-de-joao-pessoa-entenda-lei-do-gabarito.ghtml. Acesso em: 24 jul. 2026.

RIO GRANDE DO NORTE. [Constituição (1989)]. Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 1989.

_____. Decreto nº 7.237, de 1977. Natal, RN: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1977.

_____. Decreto nº 7.538, de 1979. Natal, RN: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1979.

_____. Lei nº 4.972, de 1980. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 1980.

_____. Lei nº 5.826, de 1988. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 1988.

_____. Lei nº 6.379, de 1993. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 1993.

_____. Lei nº 7.110, de 1997. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 1997.

_____. Lei nº 7.942, de 5 de junho de 2001. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 2001.

_____. Lei nº 12.079, de 2025. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 2025.

_____. Tribunal de Justiça (1ª Câmara Cível). Processo nº 0001821-34.2005.8.20.0001. Natal, RN: TJRN, 2005.

_____. Tribunal de Justiça (2ª Câmara Cível). Processo nº 0010774-50.2006.8.20.0001. Natal, RN: TJRN, 2006.

_____. Tribunal de Justiça (3ª Câmara Cível). Processo nº 0002389-50.2005.8.20.0001. Natal, RN: TJRN, 2005.

_____. Tribunal de Justiça (5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal). Processo nº 0002387-80.2005.8.20.0001. Natal, RN: TJRN, 2005.

_____. Tribunal de Justiça (10ª Vara Cível da Comarca de Natal). Processo nº 0002391-20.2005.8.20.0001. Natal, RN: TJRN, 2005.

_____. Tribunal de Contas do Estado. Processo nº 002201/2025-TC. Relator: Cons. Carlos Thompson Costa Fernandes. Natal, RN: TCE/RN, 2025.

SOUZA, Itamar de. Nova história de Natal. 2. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

VAZ, Renata. Termo aditivo: o que é, quando usar e como elaborar. DocuSign, atualizado em 25 fev. 2026. Disponível em: https://www.docusign.com/pt-br/blog/termo-aditivo. Acesso em: 10 jul. 2026.

CÓDIGO: HS0831

AUTOR: GABRIELA REZENDE CAMPOS

ORIENTADOR: LILIA ASUCA SUMIYA

TÍTULO: Análise da evolução do ICMS educacional em municípios potiguares e cearenses selecionados.

Resumo

Esta pesquisa analisa a evolução dos repasses da cota-parte do ICMS em municípios selecionados do Rio Grande do Norte e do Ceará, no período de 2021 a 2025, considerando as diferenças entre os critérios de distribuição adotados pelos dois estados. A pesquisa foi realizada a partir do levantamento, organização e análise de dados do SIOPE e do IBGE. Os resultados mostram que os municípios de maior porte concentram os maiores volumes de recursos, principalmente em razão de fatores econômicos e fiscais. No Ceará, entretanto, a utilização de critérios educacionais possui uma trajetória mais consolidada, com destaque para o Índice de Qualidade Educacional (IQE), enquanto o Rio Grande do Norte passou a implementar esses critérios de forma mais recente, com a regulamentação da política em 2023 e sua aplicação a partir de 2024. Dessa forma, a comparação entre os dois estados evidencia diferentes estágios de implementação do ICMS Educacional.

Palavras-chave: Cota-parte do ICMS; ICMS educacional; repasses; econômicos

TITLE: Analysis of the evolution of educational ICMS in selected municipalities in Rio Grande do Norte and Ceará.

Abstract

This research looks at how the ICMS revenue sharing has evolved in selected municipalities of Rio Grande do Norte and Ceará from 2021 to 2025, taking into account the differences in the distribution criteria used by the two states. The study was carried out by collecting, organizing, and analyzing data from SIOPE and IBGE. The results show that larger municipalities get the biggest share of resources, mainly due to economic and fiscal factors. In Ceará, however, the use of educational criteria has a more established trajectory, particularly with the Educational Quality Index (IQE), while Rio Grande do Norte started implementing these criteria more recently, with the

policy being regulated in 2023 and applied from 2024. In this way, the comparison between the two states shows different stages of implementing Educational ICMS.

Keywords: ICMS share; educational ICMS; transfers; economic

Introdução

O financiamento da educação básica no Brasil passou por mudanças significativas após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 108/2020, responsável por tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e por introduzir novos mecanismos de redistribuição de recursos vinculados ao desempenho educacional. Pode-se destacar o ICMS Educacional, que passou a permitir que parte da distribuição da cota-parte do ICMS aos municípios fosse dividida entre indicadores de aprendizagem, equidade e redução das desigualdades educacionais (BRASIL, 2020).

A experiência do Ceará tornou-se referência nacional nesse processo, especialmente por utilizar critérios na distribuição do ICMS, associando o repasse de recursos a indicadores educacionais. Segundo Batista et al. (2019), esse modelo contribuiu para fortalecer políticas de colaboração entre estado e municípios e para criar incentivos à melhoria dos resultados educacionais, inclusive em municípios de pequeno porte.

No entanto, a adoção de métricas de desempenho como critério de distribuição de recursos também vem sendo alvo de críticas. De acordo com Freitas e Galvão (2025), as políticas baseadas em resultados podem aprofundar desigualdades, ao beneficiar municípios que já apresentam melhores condições socioeconômicas e estruturas educacionais mais consolidadas. A competição entre municípios por recursos públicos desvia a atenção das desigualdades estruturais para a lógica do desempenho comparativo.

Nesse contexto, o presente estudo busca analisar a distribuição da cota-parte do ICMS entre municípios do Rio Grande do Norte e compará-la com a experiência do Ceará, – visto que o estado cearense é considerado destaque no âmbito educacional – observando em que medida os critérios de distribuição adotados pelos dois estados refletem diferentes concepções de financiamento educacional. A análise parte da hipótese de que, enquanto o modelo potiguar permanece fortemente vinculado à capacidade econômica dos municípios, o modelo cearense incorpora mecanismos redistributivos associados ao desempenho educacional e à redução das desigualdades.

Os dados analisados no período de 2021 a 2025 evidenciam que, no Rio Grande do Norte, municípios economicamente mais populosos, como Natal e Mossoró, concentram os maiores volumes de repasses de ICMS, enquanto municípios menores apresentam participação significativamente reduzida. A partir de 2021, com a implementação das mudanças estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 108/2020, passou a ser incorporado à distribuição da cota-parte do ICMS o critério relacionado aos resultados educacionais, correspondente a, no mínimo, 10 pontos percentuais da parcela distribuída segundo legislação estadual. Já no Ceará, que possui uma experiência anterior com critérios educacionais na distribuição do ICMS, a lógica de distribuição incorpora critérios relacionados à qualidade educacional, permitindo que municípios de

menor porte possam ampliar sua participação nos repasses a partir da melhoria de indicadores educacionais.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a evolução dos repasses do ICMS Educacional nos municípios do Rio Grande do Norte, em comparação aos municípios do estado do Ceará, no período de 2021 a 2025, considerando as diferenças nos critérios de distribuição e a participação dos indicadores educacionais na redistribuição dos recursos. Como objetivos específicos, busca-se comparar os critérios utilizados na distribuição da cota-parte do ICMS nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará; identificar de que forma os indicadores educacionais influenciam o modelo de redistribuição do ICMS adotado pelo Ceará; analisar a evolução dos valores dos repasses do ICMS aos municípios selecionados no período de 2021 a 2025; e discutir os possíveis impactos das políticas de financiamento baseadas em desempenho educacional sobre as desigualdades regionais e municipais.

Metodologia

A pesquisa possui abordagem quantitativa, fundamentada em análise bibliográfica e levantamento, descrição e análise dos dados. Foram utilizados dados referentes à cota-parte do ICMS de municípios do Rio Grande do Norte e do Ceará, no período de 2021 a 2025, obtidos a partir dos registros disponíveis no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), além de informações populacionais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram organizados e analisados com o objetivo de identificar a evolução dos repasses e comparar o comportamento dos municípios selecionados nos dois estados.

A etapa bibliográfica concentrou-se em estudos sobre financiamento educacional, Fundeb e ICMS Educacional, com destaque para pesquisas que analisam os impactos da Emenda Constitucional n.º 108/2020 e os efeitos da vinculação entre desempenho educacional e redistribuição fiscal. Entre os referenciais utilizados, destacam-se os estudos de Batista et al. (2019), que analisam a experiência do Ceará e os reflexos da utilização dos resultados das avaliações na distribuição da cota-parte do ICMS, Wathier e Libardoni (2025), sobre o protagonismo das métricas educacionais no financiamento da educação básica, Freitas e Galvão (2025) acerca das implicações do ICMS Educacional e o estudo do Todos Pela Educação (2023), utilizado para realizar a comparação entre os critérios adotados pelos estados brasileiros.

A escolha do período de 2021 a 2025 justifica-se pela possibilidade de analisar a evolução dos repasses da cota-parte do ICMS em um intervalo que contempla o período anterior e posterior à implementação dos critérios educacionais no Rio Grande do Norte. A Emenda Constitucional nº 108/2020 estabeleceu a necessidade de considerar indicadores educacionais na distribuição da cota-parte do ICMS, porém, no estado do Rio Grande do Norte, a regulamentação ocorreu posteriormente, por meio da Lei Estadual nº 11.657, de 26 de dezembro de 2023, enquanto o Decreto Estadual nº 33.438, de 18 de março de 2024, regulamentou sua aplicação. Dessa forma, o recorte de 2021 a 2025 permite observar os repasses antes da implementação efetiva dos novos critérios no estado e os primeiros anos após sua adoção, possibilitando analisar as mudanças

ocorridas na distribuição dos recursos e comparar a experiência do Rio Grande do Norte com a do Ceará.

A comparação entre o Rio Grande do Norte e o Ceará foi realizada em razão das diferenças existentes entre os modelos de distribuição da cota-parte do ICMS adotados pelos dois estados. Enquanto o Rio Grande do Norte destina 10% da cota-parte aos critérios educacionais, atendendo ao percentual mínimo previsto na legislação nacional. O Ceará destaca-se por destinar 18%, sendo recursos que são distribuídos com base no Índice de Qualidade Educacional (IQE), reconhecido nacionalmente como uma das principais referências na utilização do ICMS Educacional como instrumento de incentivo à melhoria da qualidade da educação. Essa diferença evidencia distintos níveis de priorização da política educacional entre os estados (Todos Pela Educação, 2023).

A seleção dos municípios buscou contemplar diferentes portes populacionais e diferentes níveis econômicos, permitindo observar padrões de concentração e distribuição dos recursos em contextos distintos. Foram escolhidos municípios de grande, médio e pequeno porte, considerando sua relevância econômica e populacional. No Rio Grande do Norte, foram selecionados Natal, Mossoró, Touros, Goianinha e Acari. No Ceará, a comparação incluiu Fortaleza, Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Santana do Acaraú e Martinópole. Essa seleção permitiu comparar se a adoção de critérios educacionais influencia a distribuição dos recursos de maneira distinta entre localidades de perfis variados.

Os dados foram organizados de forma comparativa, buscando identificar diferenças estruturais entre os modelos de distribuição dos dois estados. A análise consistiu na comparação dos valores da cota-parte do ICMS recebidos pelos municípios selecionados, considerando o porte populacional, o volume de recursos arrecadados e os diferentes critérios de distribuição adotados por cada estado. A interpretação dos resultados buscou compreender as principais diferenças entre o modelo adotado pelo Rio Grande do Norte e a experiência consolidada do Ceará.

Resultados e Discussões

O financiamento da educação básica e a repartição do ICMS

O financiamento da educação básica brasileira passou por importantes transformações nas últimas décadas, especialmente com a criação do Fundeb e, posteriormente, com sua regulamentação permanente por meio da Emenda Constitucional nº 108/2020.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que 25% da arrecadação do ICMS pertencem aos municípios. Até a promulgação da Emenda Constitucional nº 108/2020, pelo menos 75% dessa parcela era distribuída conforme o Valor Adicionado Fiscal (VAF), enquanto os estados possuíam autonomia para definir critérios de distribuição para os 25% restantes. Com a aprovação do Novo Fundeb, esse modelo foi alterado, reduzindo para 65% a parcela obrigatoriamente vinculada ao VAF e determinando que, no mínimo,

10% da distribuição passasse a considerar indicadores de melhoria da aprendizagem e de aumento da equidade educacional.

Segundo Wathier e Libardoni (2025), a Emenda Constitucional nº 108/2020 consolidou um novo modelo de financiamento da educação ao aproximar a distribuição de recursos das métricas de desempenho escolar. Os autores destacam que essa mudança amplia a importância das avaliações educacionais na formulação das políticas públicas, mas também evidencia a necessidade de considerar as desigualdades socioeconômicas entre os municípios, evitando que os critérios de distribuição aprofundem diferenças já existentes.

A experiência do Ceará como referência nacional

O Ceará é considerado pioneiro na utilização dos critérios educacionais para distribuição da cota-parte do ICMS. O estado consolidou um modelo de gestão baseado em avaliação da aprendizagem, cooperação entre estado e municípios e incentivos financeiros vinculados aos resultados educacionais.

A implantação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), associada às avaliações realizadas pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), permitiu que os indicadores educacionais fossem incorporados ao cálculo da distribuição do ICMS. Com a Lei nº 14.023/2007, os indicadores educacionais foram incorporados aos critérios de repartição da cota-parte do ICMS, tendo o Índice de Qualidade Educacional (IQE) como um indicador sintético que agrega os resultados educacionais dos municípios, fortalecendo a relação entre desempenho educacional e financiamento público.

Segundo Batista et al. (2019), esse modelo contribuiu para que a educação se tornasse prioridade na agenda dos gestores municipais, uma vez que a melhoria dos indicadores passou a refletir diretamente na ampliação dos recursos financeiros recebidos pelos municípios. Além disso, municípios de pequeno porte conseguiram aumentar significativamente sua participação na distribuição dos recursos estaduais, demonstrando que políticas de incentivo podem contribuir para reduzir desigualdades históricas quando associadas ao fortalecimento da gestão educacional.

Os resultados obtidos pelo Ceará fizeram com que seu modelo servisse de referência para a Emenda Constitucional nº 108/2020, influenciando a obrigatoriedade da adoção de critérios educacionais por todos os estados brasileiros.

A implementação do ICMS Educacional no Rio Grande do Norte

A regulamentação do ICMS Educacional no Rio Grande do Norte ocorreu como forma de adequação às determinações da Emenda Constitucional nº 108/2020, que estabelece a obrigatoriedade de destinação de, no mínimo, 10% da cota-parte municipal do ICMS com base em indicadores de melhoria da aprendizagem e de aumento da equidade educacional. Em atendimento a essa exigência constitucional, o estado promoveu alterações em sua legislação, por meio da Lei Estadual nº 11.657, de 26 de dezembro de 2023, incorporando critérios educacionais ao modelo de distribuição dos recursos entre os municípios, com regulamentação por meio do Decreto Estadual nº 33.438, de 18 de

março de 2024. Entretanto, por se tratar de uma política implementada recentemente, o modelo potiguar ainda se encontra em processo de consolidação.

Diferentemente do Ceará, que incorporou critérios educacionais ao cálculo da cota-parte do ICMS ainda na década de 2000 e consolidou um modelo estruturado de cooperação entre estado e municípios, o Rio Grande do Norte iniciou esse processo de forma mais recente. Dessa maneira, torna-se relevante o acompanhamento de seus impactos sobre o financiamento da educação municipal e sobre a distribuição dos recursos entre os municípios potiguares, buscando compreender em que medida os novos critérios podem influenciar o financiamento da educação básica e contribuir para a redução das desigualdades entre os municípios do estado.

A expansão do ICMS Educacional após a Emenda Constitucional nº 108/2020

A partir da Emenda Constitucional nº 108/2020, todos os estados brasileiros passaram a incorporar critérios educacionais na distribuição da cota-parte municipal do ICMS. Entretanto, cada unidade federativa manteve autonomia para definir seus próprios indicadores e metodologias de cálculo.

Essa mudança ampliou a utilização de indicadores de aprendizagem como instrumento de financiamento da educação, reforçando a lógica de responsabilização por resultados. Contudo, a literatura também apresenta críticas ao modelo.

Freitas e Galvão (2025) argumentam que políticas fundamentadas exclusivamente em resultados podem favorecer municípios que já apresentam melhores condições socioeconômicas e educacionais, ampliando desigualdades em vez de reduzi-las. Segundo os autores, a competição por recursos públicos precisa ser acompanhada por mecanismos que considerem as diferenças estruturais existentes entre os municípios brasileiros.

Da mesma forma, Wathier e Libardoni (2025) defendem que a utilização de indicadores educacionais deve estar associada aos princípios de equidade, permitindo que municípios com maiores desafios também tenham condições de ampliar sua capacidade de investimento em educação.

A partir disso, torna-se possível compreender que o ICMS Educacional representa uma mudança significativa na lógica do financiamento da educação básica, ao incorporar critérios relacionados ao desempenho e à equidade na distribuição de recursos públicos. Nesse contexto, a comparação entre os modelos adotados pelo Rio Grande do Norte e pelo Ceará permite analisar de que forma diferentes critérios de redistribuição podem influenciar a capacidade financeira dos municípios e contribuir para o debate acerca da efetividade dessa política pública.

Resultados

Com base nos dados analisados, nesta pesquisa observa-se a evolução da cota-parte do ICMS entre os anos de 2021 e 2025, utilizando dados de municípios do Rio Grande do Norte e do Ceará. Foram selecionados municípios de diferentes portes populacionais — Natal, Mossoró, Touros, Goianinha e Acari, no Rio Grande do Norte, e Fortaleza,

Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Santana do Acaraú e Martinópole, no Ceará — permitindo comparar diferentes realidades econômicas e fiscais.

Os dados evidenciam diferenças significativas entre os municípios analisados. No Rio Grande do Norte, Natal concentra os maiores valores da cota-parte do ICMS, registrando em 2025 previsão atualizada de aproximadamente R$ 367,5 milhões e receita realizada superior a R$ 361,1 milhões. No Ceará, Fortaleza apresenta valores muito superiores, com previsão superior a R$ 1,04 bilhão e arrecadação realizada acima de R$ 1,29 bilhão, refletindo seu maior porte populacional e econômico. Esse resultado do Ceará reforça a discussão apresentada por Batista et al. (2019), segundo os quais a utilização de critérios educacionais fortaleceu a gestão municipal e ampliou os incentivos voltados à melhoria da aprendizagem.

Entre os municípios de médio porte, observa-se aumento contínuo das receitas ao longo do tempo. Mossoró passou de aproximadamente R$ 137 milhões em receitas realizadas no ano de 2021 para mais de R$ 201 milhões em 2025. Da mesma forma, Juazeiro do Norte apresentou evolução de cerca de R$ 68 milhões para aproximadamente R$ 80 milhões no mesmo período. Embora possuam características populacionais semelhantes, os dois municípios apresentam níveis distintos de arrecadação, evidenciando diferenças na dinâmica econômica e na distribuição dos recursos estaduais. Apesar de o componente educacional ter adquirido maior importância após a EC nº 108/2020, os resultados indicam que fatores econômicos continuam exercendo influência relevante sobre a distribuição dos recursos, especialmente porque o Valor Adicionado Fiscal (VAF) permanece como um dos principais critérios de distribuição, com participação de 65%, enquanto os critérios relacionados aos resultados educacionais correspondem a uma parcela menor.

Nos municípios de menor porte, o comportamento também demonstra crescimento das receitas. Touros ampliou sua arrecadação de aproximadamente R$ 12,4 milhões, em 2021, para R$ 29,4 milhões em 2025. Os dados observados corroboram a discussão de Wathier e Libardoni (2025), que destacam que a adoção recente dos critérios educacionais ainda demanda tempo para produzir efeitos mais expressivos sobre o financiamento da educação. Situação semelhante é observada em Brejo Santo, cujas receitas passaram de cerca de R$ 12 milhões para aproximadamente R$ 26 milhões no mesmo intervalo. Goianinha e Santana do Acaraú igualmente apresentaram evolução consistente dos valores recebidos, indicando aumento da participação na distribuição da cota-parte do ICMS.

Também é necessário observar os municípios de pequeno porte, como Acari e Martinópole. Acari apresentou um avanço de aproximadamente R$ 1,79 milhões nas receitas realizadas, enquanto Martinópole apresentou que em 2025 arrecadou menos do que no ano de 2021, sendo uma diferença considerável de aproximadamente R$ 2,27 milhões. Apesar dos valores absolutos serem inferiores aos registrados nas capitais e municípios médios, esses recursos representam parcela importante do orçamento municipal, especialmente em localidades cuja arrecadação própria é limitada. Nessas situações, a cota-parte do ICMS assume papel estratégico para o financiamento das políticas públicas, inclusive da educação básica.

Os resultados dos municípios cearenses apresentam valores expressivos de receita realizada. São considerados indicadores como alfabetização, desempenho nas

avaliações, evolução da aprendizagem e taxa de aprovação. Dessa forma, o modelo cearense amplia os incentivos para que municípios de diferentes portes invistam na melhoria da qualidade da educação básica, diferentemente do observado no Rio Grande do Norte, onde a distribuição permanece mais fortemente relacionada à capacidade econômica dos municípios.

De maneira geral, os dados demonstram crescimento das receitas da cota-parte do ICMS entre 2021 e 2025 nos municípios analisados. Entretanto, as diferenças observadas entre Rio Grande do Norte e Ceará indicam que fatores como população, atividade econômica e critérios estaduais de distribuição também podem influenciar a variação das receitas. Nesse sentido, a comparação entre os dois estados torna-se relevante para compreender como diferentes modelos de distribuição da cota-parte do ICMS podem influenciar o financiamento municipal da educação, especialmente considerando a consolidação do modelo cearense e a implementação mais recente dos critérios educacionais no Rio Grande do Norte.

Conclusão

A partir da análise dos dados, foi possível perceber que a distribuição do ICMS entre os municípios não depende apenas dos resultados educacionais, mas também de fatores econômicos que continuam tendo um peso importante nos valores recebidos. No Rio Grande do Norte, essa questão fica ainda mais evidente porque a inclusão dos critérios educacionais é recente. A Lei Estadual nº 11.657/2023 e o Decreto nº 33.438/2024 marcaram a mudança no modelo de distribuição, com a aplicação dos novos critérios a partir de 2024. Assim, o período analisado permitiu observar o cenário anterior e os primeiros anos de implementação dessa mudança.

A comparação com o Ceará também mostrou que os dois estados estão em momentos diferentes. Enquanto o Ceará possui uma experiência mais antiga com a utilização de indicadores educacionais na distribuição do ICMS, o Rio Grande do Norte ainda está consolidando esse modelo. Dessa forma, os dados analisados não permitem afirmar que a mudança no RN já tenha produzido grandes alterações na distribuição dos recursos, mas mostram que a educação passou a ocupar um espaço importante nesse processo. Nesse sentido, acompanhar os próximos anos será fundamental para entender se os novos critérios poderão modificar a participação dos municípios nos repasses e contribuir para uma distribuição que considere, além das diferenças econômicas, também os resultados e as desigualdades educacionais.

Referências

BATISTA, José Marques et al.Os reflexos dos resultados da avaliação em larga escala nos repasses da cota-parte do ICMS aos municípios cearenses. 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61903. Acesso em: 29 jun. 2026.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do ICMS, para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundeb; altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2020. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

CEARÁ. Lei nº 14.023, de 17 de dezembro de 2007. Modifica dispositivos da Lei nº 12.612, de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, 19 dez. 2007. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2007/14023.htm. Acesso em: 19 jul. 2026.

FREITAS, Tiago Barreiros de; GALVÃO, Fernando Vizotto. Análise da política do ICMS Educacional e suas implicações na distribuição de recursos para os municípios do estado de São Paulo. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 33, n. 129, p. 1-22, out./dez. 2025. Disponível em:https://doi.org/10.1590/S0104-40362025003304975. Acesso em: 18 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em:https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html. Acesso em: 15 dez. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 11.657, de 26 de dezembro de 2023. Altera a Lei Estadual nº 11.253, de 23 de agosto de 2022, que dispõe sobre os critérios de apuração dos índices percentuais destinados à entrega de 25% (vinte e cinco por cento) do ICMS pertencente aos municípios, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 27 dez. 2023. Disponível em: https://www.al.rn.leg.br/legislacao/legislacao-estadual. Acesso em: 13 ago. 2026.

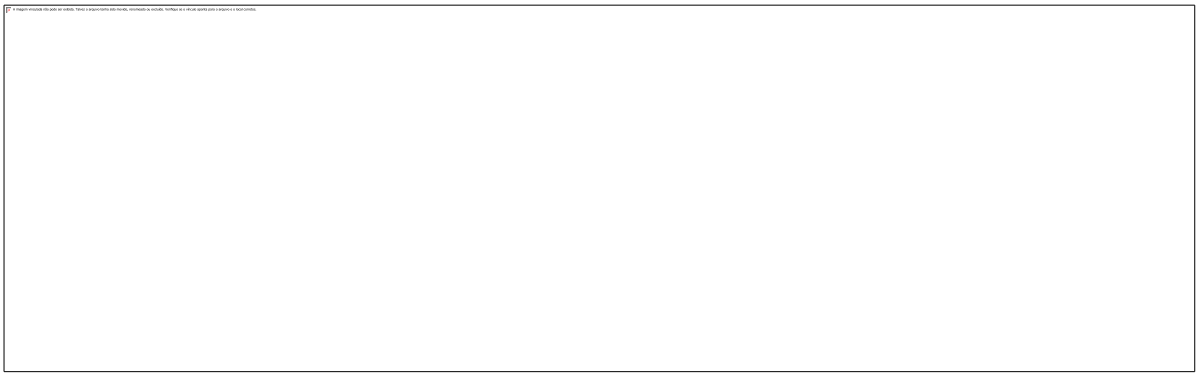
RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 33.438, de 18 de março de 2024. Dispõe sobre o procedimento para a apuração dos índices percentuais destinados à distribuição do ICMS pertencente aos municípios e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 19 mar. 2024. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-33438-2024-rn_456716.html#google_vignette. Acesso em: 13 ago. 2026.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO (SIOPE). Relatórios municipais de receitas e despesas em educação. Brasília. FNDE, 2026. Disponível em:https://www.fnde.gov.br/siope/. Acesso em: 06 abr. 2026.

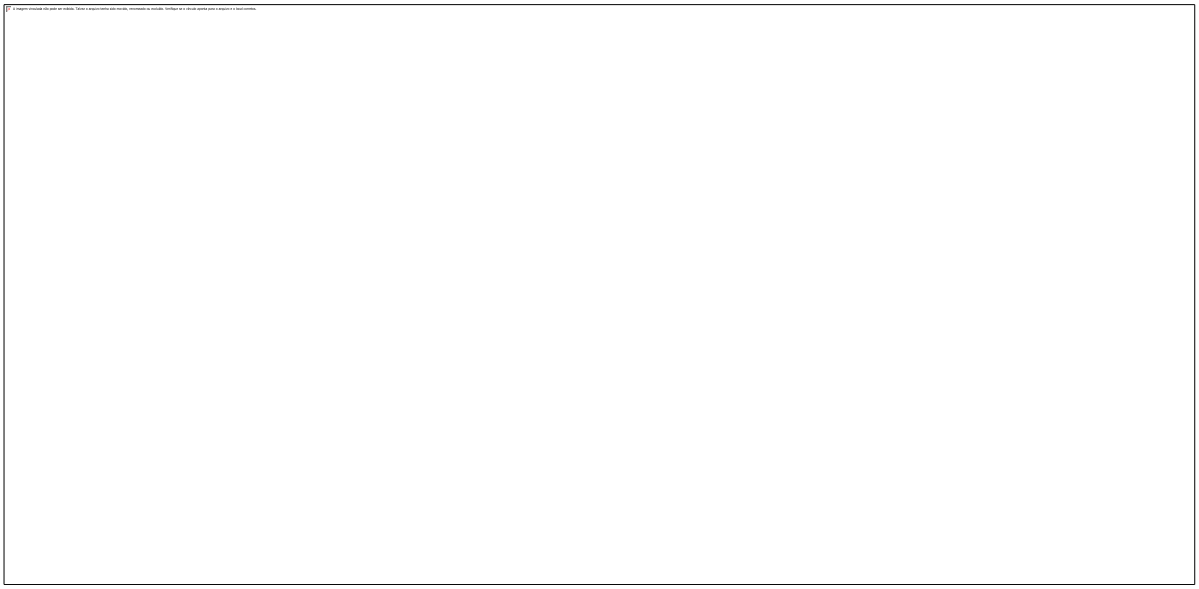
TODOS PELA EDUCAÇÃO. ICMS Educação nos estados: uma análise das novas leis estaduais inspiradas na experiência do Ceará. São Paulo: Todos Pela Educação, 2023. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/ . Acesso em: 29 jun. 2026.

WATHIER, Valdoir Pedro; LIBARDONI, Ruan Freitas. Financiamento da Educação Básica: o crescente protagonismo das métricas de resultados. Horizontes, Itatiba, SP, v. 43, n. 1, e023159, 2025. Disponível em:https://doi.org/10.24933/horizontes.v43i1.1887. Acesso em: 18 abr. 2026.

Anexos



Dados do RN e CE



Gráficos

CÓDIGO: HS0861

AUTOR: OZILANE BORGES TEIXEIRA

ORIENTADOR: TAISE CRISTINA GOMES CLEMENTINO DE NEGREIROS

TÍTULO: AS DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A EXPANSÃO DO USO DAS TECNOLGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E SUAS CONTRADIÇÕES NOS MARCOS DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Resumo

A pesquisa analisa criticamente o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto do modo de produção capitalista, destacando seus impactos e contradições. Investiga-se como o desenvolvimento tecnológico, orientado pela lógica da acumulação de capital, intensifica as contradições entre economia e política e contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais. Por meio da análise de artigos científicos e da revisão bibliográfica da literatura, a pesquisa busca compreender as diferentes perspectivas teórico-políticas presentes no debate acerca da expansão do uso das tecnologias, considerando os limites e as possibilidades de sua democratização e de seu acesso de forma igualitária no âmbito da sociabilidade capitalista. Busca-se, ainda, refletir sobre a possibilidade de apropriação e utilização dos recursos tecnológicos em favor dos interesses da classe trabalhadora, bem como analisar o papel do Estado na regulação das tecnologias e na construção de condições que possibilitem um acesso mais amplo e democrático a esses recursos.

Palavras-chave: TICs. Capitalismo. Recursos digitais. Desigualdade.

TITLE: DIFFERENT THEORETICAL-METHODOLOGICAL PERSPECTIVES ON THE EXPANSION OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES (ICTS) AND THEIR CONTRADICTIONS WITHIN CAPITALIST SOCIABILITY: INITIAL APPROACHES

Abstract

This study critically analyzes the use of Information and Communication Technologies (ICTs) within the context of the capitalist mode of production, highlighting their impacts and contradictions. It examines how technological development, driven by the logic of capital accumulation, intensifies contradictions between the economic and political spheres and contributes to the deepening of social inequalities. Through the analysis of scientific articles and a literature review, the research seeks to understand the different theoretical and political perspectives present in the debate on the expansion of technology use, considering the limits and possibilities of its democratization and equitable access within capitalist sociability. It also seeks to reflect on the possibility of appropriating and using technological resources in favor of the interests of the working class, as well as to analyze the role of the State in regulating technologies and creating conditions that enable broader and more democratic access to these resources.

Keywords: (ICTs). Capitalism. Digital resources. Social inequality.

Introdução

A expansão das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e dos recursos digitais, consolidou-se o discurso em defesa da inclusão digital, amplamente difundido tanto no meio acadêmico quanto nos meios de comunicação. Nas últimas décadas, entretanto, esse discurso adquiriu ainda maior força em razão do crescimento acelerado e da crescente complexificação das formas de utilização das TICs e dos recursos digitais, processo intensificado durante e após a pandemia da COVID-19. Nesse contexto, as tecnologias passaram a ocupar um espaço cada vez mais central na mediação de diferentes dimensões da vida social e do atendimento às necessidades humanas.

Embora seja necessário reconhecer que a incorporação das tecnologias digitais pode, efetivamente, favorecer a dinamização e a ampliação de determinadas formas de atendimento às necessidades sociais, é igualmente fundamental considerar, a partir das contribuições de Marx (2011), que as tecnologias constituem forças produtivas sociais. Portanto, inseridas na sociabilidade capitalista, não se desenvolvem de maneira neutra ou desvinculada das relações sociais existentes, mas expressam e reproduzem as contradições próprias desse modo de produção, marcadas, sobretudo, pelo antagonismo entre as classes e pela apropriação desigual da riqueza socialmente produzida.

O presente trabalho de pesquisa, intitulado “As diferentes perspectivas teórico-metodológicas sobre a expansão do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICS) e suas contradições nos marcos da sociabilidade capitalista: aproximações iniciais”, desenvolvido no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), tem como objetivo analisar as distintas perspectivas teórico-políticas acerca do processo de ampliação e disseminação das TICs no contexto da sociabilidade capitalista.

Dessa forma, o estudo propõe-se a Compreender o processo de expansão das tecnologias da informação e dos recursos digitais no contexto do capitalismo contemporâneo, bem como identificar os principais autores que analisam e problematizam a expansão do uso das TICs e dos recursos digitais. Onde a tecnologia não pode ser analisada de forma isolada ou neutra, uma vez que seu suposto caráter emancipatório entra em contradição com os interesses do capitalismo, podendo ser utilizada como um meio de reorganização e intensificação das relações de trabalho.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida apresenta abordagem qualitativa e fundamenta-se em uma perspectiva teórico-crítica, tendo o materialismo histórico-dialético como referência metodológica para a análise da realidade social. Nessa perspectiva, busca-se compreender as contradições presentes no processo de expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e dos recursos digitais. Parte-se do entendimento de que, ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico pode contribuir para a dinamização de processos, as tecnologias também constituem forças produtivas que, no contexto da sociabilidade capitalista, expressam e reproduzem as contradições próprias desse modo de produção.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa possui caráter bibliográfico e documental, sendo desenvolvida a partir do levantamento e da análise crítica de produções teóricas de autores clássicos e contemporâneos vinculados às tradições marxista e marxiana. Também foram consultados artigos científicos que abordam a temática das TICs e dos recursos digitais no contexto do sistema capitalista, a partir de diferentes áreas do conhecimento, especialmente o Serviço Social, a Filosofia, a Sociologia e campos correlatos.

A análise desse material tem como objetivo compreender o processo de expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação e dos recursos digitais no contexto do capitalismo contemporâneo; identificar os principais autores e perspectivas teóricas que dialogam a ampliação do uso dessas tecnologias; e sistematizar, por meio de uma tabela analítica, as diferentes perspectivas teórico-políticas encontradas nos artigos, destacando seus principais argumentos e contribuições para a compreensão da temática pesquisada.

O desenvolvimento da pesquisa contou com encontros semanais com a professora orientadora, destinados ao acompanhamento das atividades, ao estudo dos materiais selecionados e à análise coletiva das informações levantadas. Esses momentos contribuíram para o aprofundamento teórico, a sistematização dos conhecimentos e a construção de análises críticas acerca do objeto investigado.

Ao longo do percurso, foram produzidos fichamentos, relatórios e tabelas como instrumentos de organização e sistematização dos materiais pesquisados. Esses recursos possibilitaram estabelecer relações entre a fundamentação teórica, as informações levantadas e a interpretação crítica, contribuindo para o desenvolvimento das diferentes etapas da pesquisa.

Além das orientações individuais, foram realizadas reuniões coletivas com o grupo de pesquisa, nas quais ocorreram debates e discussões sobre as produções bibliográficas relacionadas à temática estudada. Esses espaços favoreceram a troca de conhecimentos, o compartilhamento de diferentes perspectivas e o fortalecimento do diálogo entre os participantes, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento.

Para a execução da pesquisa, foram utilizados os seguintes materiais e equipamentos: computador com acesso à internet, software de edição de textos (Word), sala de estudos e orientação, além de livros e artigos científicos em formato PDF. Esses recursos se mostraram adequados para a realização das atividades previstas, dado o caráter bibliográfico e documental do estudo.

Resultados e Discussões

O levantamento bibliográfico realizado acerca da produção científica sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) permitiu identificar as perspectivas teóricas das áreas do conhecimento que vêm se dedicando à análise do desenvolvimento tecnológico e de seus impactos na sociedade contemporânea. Embora os trabalhos apresentem aproximações quanto aos objetivos e temas de investigação, também foram identificadas divergências nas formas de compreender e analisar o fenômeno tecnológico.

Os artigos analisados foram publicados entre os anos de 2020 e 2025 e são provenientes de diferentes periódicos científicos e áreas do conhecimento. A sistematização dos trabalhos evidenciou uma predominância significativa de produções vinculadas ao Serviço Social, seguida por trabalhos das Ciências Humanas, especialmente das áreas de Filosofia e Sociologia.

A predominância do estudo consistiu no Serviço Social que apresentou um resultado relevante para os fundamentos desta pesquisa, uma vez que demonstra que o debate acerca das tecnologias vem se consolidando como uma temática presente no campo da profissão. Que caracteriza a temática como um movimento que não ocorre de maneira isolada, mas relaciona-se às transformações econômicas, sociais, políticas e culturais produzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, a incorporação das TICs aos processos de trabalho, às políticas sociais, aos serviços públicos e às diferentes formas de sociabilidade coloca novas questões para o Serviço Social, sobretudo no que diz respeito às condições de trabalho, ao acesso aos direitos, às desigualdades sociais e às formas de controle e exploração da classe trabalhadora.

Entre os artigos analisados no campo do Serviço Social, observa-se a predominância de uma perspectiva crítica, fundamentada principalmente no materialismo histórico-dialético e na tradição marxista. Embora apresentem recortes distintos, os trabalhos possuem como preocupação comum, compreender a tecnologia em articulação com as relações sociais capitalistas e seus impactos.

Nessa perspectiva, as tecnologias não são compreendidas como elementos neutros ou autônomos, mas como parte das relações sociais e econômicas nas quais são produzidas e apropriadas. Os trabalhos analisados evidenciam que o desenvolvimento tecnológico pode produzir novas possibilidades de organização da vida social, mas também pode aprofundar mecanismos de exploração, controle, precarização e desigualdade quando subordinado às necessidades de reprodução do capital.

Essa perspectiva aparece de forma particularmente evidente nos estudos que relacionam tecnologia e mundo do trabalho. De modo geral, os artigos analisados apontam que as transformações tecnológicas contemporâneas, embora frequentemente associadas às ideias de inovação, qualificação e modernização, também estão atravessadas por contradições próprias das relações capitalistas. A incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos não significa, necessariamente, a melhoria das condições de trabalho, uma vez que pode estar acompanhada pela substituição de trabalhadores, pela intensificação das atividades, pela ampliação dos mecanismos de controle e vigilância e pela precarização das relações de trabalho.

Essa discussão é particularmente importante para compreender o chamado fetichismo da tecnologia. A partir da perspectiva crítica identificada em parte significativa dos artigos, o desenvolvimento tecnológico não pode ser analisado simplesmente como um processo linear de progresso social. As tecnologias são produzidas em determinadas condições históricas e apropriadas por sujeitos sociais inseridos em relações de poder e em formas específicas de organização da produção. Assim, seus efeitos não são determinados exclusivamente pelas características técnicas dos instrumentos desenvolvidos, mas também pelas relações sociais nas quais esses instrumentos são incorporados.

Além disso, observa-se que as transformações tecnológicas não se restringem ao espaço da produção, alcançando também outras dimensões da vida social. Os artigos analisados demonstram que a expansão das TICs tem produzido mudanças significativas na organização das políticas sociais e dos serviços públicos, modificando tanto as formas de atendimento aos usuários quanto as condições de trabalho dos profissionais. Embora a digitalização seja frequentemente apresentada como mecanismo capaz de ampliar a eficiência, agilizar procedimentos e democratizar o acesso aos serviços, sua implementação também pode produzir novas barreiras e formas de exclusão, especialmente quando desconsidera as desigualdades econômicas, sociais e culturais que atravessam o acesso às tecnologias.

Para além da predominância do Serviço Social e da perspectiva marxista identificada no levantamento, também foram encontrados trabalhos vinculados a outras áreas do conhecimento, especialmente à Filosofia e à Sociologia. Embora também tragam essa perspectiva, destacou-se a presença de outras abordagens, que contribuem para evidenciar um outro lado do debate. A presença dessas produções evidencia o caráter plural do debate científico acerca das tecnologias e demonstra que sua análise não se limita a uma única matriz teórica ou campo disciplinar.

No campo da Filosofia, identificaram-se abordagens que analisam a tecnologia a partir de diferentes perspectivas críticas, incluindo estudos fundamentados na teoria social de Marx e na crítica da economia política. Nessa direção, algumas produções relacionam o desenvolvimento tecnológico ao processo de trabalho, à valorização do capital e às transformações produzidas pelo capitalismo contemporâneo. Também aparecem análises

voltadas ao capitalismo de vigilância, ao controle social e às possibilidades emancipatórias e contraditórias das tecnologias digitais. Outros trabalhos direcionam a discussão para a racionalidade da ciência e da técnica, problematizando a predominância de uma lógica produtivista e suas implicações para as dimensões éticas e sociais da vida humana.

Na Sociologia, por sua vez, foram identificadas abordagens que mobilizam diferentes categorias para compreender as relações entre tecnologia e sociedade. Entre elas, destacam-se análises voltadas à racionalidade, à ação social, à democracia, às subjetividades e às transformações da sociabilidade contemporânea. Essas perspectivas demonstram que as tecnologias digitais também são compreendidas a partir das mudanças nas formas de interação social, na constituição das subjetividades e nas relações estabelecidas entre indivíduos, instituições e estruturas sociais.

Embora parte dessas produções apresente uma abordagem crítica em relação aos efeitos do desenvolvimento tecnológico, observa-se que algumas análises se concentram predominantemente em dimensões relacionadas à racionalidade, à subjetividade. Nesses casos, a crítica às tecnologias aparece principalmente a partir de seus efeitos sobre as formas de sociabilidade, e as relações humanas, conferindo menor centralidade às determinações materiais, econômicas e às relações sociais de produção que condicionam o desenvolvimento tecnológico no capitalismo.

Também foi possível identificar as tecnologias associadas à inovação, à modernização, à ampliação do acesso à informação e à comunicação e à emancipação. É nesse aspecto que se torna necessário problematizar o processo de fetichização da tecnologia identificado no debate. Quando as tecnologias são apresentadas como capazes, por si mesmas, de promover desenvolvimento, democratização, inclusão ou superação das desigualdades, tende-se a deslocar a atenção das relações sociais e das condições históricas que determinam sua produção e apropriação. A tecnologia passa, assim, a ser compreendida como uma força independente das relações econômicas, políticas e sociais nas quais está inserida, ocultando as contradições que atravessam seu desenvolvimento e seus usos.

Essa compreensão contribui para evidenciar que a tecnologia não possui, em si mesma, um caráter necessariamente emancipatório ou regressivo. Suas possibilidades e seus efeitos estão relacionados às condições sociais em que é produzida, apropriada e utilizada. No interior da sociabilidade capitalista, as tecnologias podem ampliar determinadas possibilidades de comunicação, acesso à informação e organização da vida social, mas também podem ser mobilizadas para intensificar o controle do trabalho, ampliar mecanismos de vigilância, precarizar relações de trabalho e aprofundar desigualdades. Portanto, não é a tecnologia isoladamente que supera ou produz as contradições sociais, mas as relações sociais nas quais ela se encontra inserida que determinam suas formas de utilização e seus efeitos.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa permite concluir que a tecnologia, sob a égide do modo de produção capitalista, não atua como um elemento neutro de

progresso, mas como uma força produtiva profundamente moldada pela lógica da acumulação e do controle. O amadurecimento da crítica marxiana e marxista contemporânea revela que o desenvolvimento tecnológico atual não visa a emancipação do trabalho, mas sim a sofisticação da extração da mais-valia.

Os avanços técnicos e científicos encontram-se subordinados à produção do metabolismo capital. Em vez de reduzir a jornada laboral e atender às necessidades coletivas, a tecnologia tem sido utilizada para aniquilar barreiras espaciais e temporais, ampliando a vigilância e fragmentando a classe trabalhadora em novas morfologias de precariedade, como a uberização. Esse cenário demonstra que a "autonomia" prometida pelo discurso neoliberal e pelo empreendedorismo de plataforma é, na realidade, uma forma dissimulada de subordinação ao controle algorítmico, que converte o saber social e o tempo de vida em fontes ininterruptas de lucro para as grandes corporações.

Portanto, a perspectiva marxista permanece como um marco teórico indispensável para desmascarar o fetichismo tecnológico contemporâneo. Ao revelar que as inovações estão imbricadas em relações de dominação, esta crítica possibilita não apenas denunciar os mecanismos de espoliação social e exclusão digital, mas também reivindicar a necessidade urgente de uma apropriação social da técnica.

Desse modo, o levantamento da pesquisa permite identificar uma diversidade de perspectivas sobre o desenvolvimento tecnológico, que vão desde análises orientadas por uma crítica das relações capitalistas até abordagens que privilegiam dimensões subjetivas, culturais e sociotécnicas ou que enfatizam as potencialidades transformadoras das tecnologias. Essa diversidade expressa o pluralismo presente no campo científico, mas também evidencia a importância de analisar criticamente os limites de uma compreensão que retire a tecnologia das condições materiais e históricas que determinam sua existência. Para esta pesquisa, compreender as TICs implica, portanto, apreendê-las como parte do desenvolvimento das forças produtivas e, simultaneamente, das contradições e relações sociais que constituem a sociabilidade capitalista.

Referências

BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. Transformação, plataformas e vulnerabilidades digitais: proposição de uma abordagem para estudos de tecnologia. Em Questão, Porto Alegre, v. 31, e-146123, 2025.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva; MEDEIROS, Milena Gomes de. Trabalho alienado na era das tecnologias digitais no contexto da Covid-19. Libertas, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 494-511, jul./dez. 2022. DOI: 10.34019/1980-8518.2022.v22.37121.

CHALITA, Gabriel Benedito Issaac; DAVANÇO NETO, Gilberto. Racionalidade da ciência-técnica no sistema capitalista contemporâneo. Revista Quaestio Iuris, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 863-888, 2022.

CARTAXO, Sintilla Abreu Bastos. O que teria Weber a contribuir a análise do capitalismo contemporâneo? SciELO Preprints, 2024.

FARIA, Gabriele. Tecnologias da informação e comunicação nas políticas sociais: opacidade e ilusão democrata. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 137-146, jan./abr. 2022. DOI: 10.1590/1982-0259.2022.e82314.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Trabalho, tecnologias da informação e comunicação e condições de vida: tecnologia para que(m)? "Novas" empresas e "velha" exploração do trabalho. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 1-5, jan./abr. 2022. DOI: 10.1590/1982-0259.2022.e84365.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Revolução tecnológica, direito à tecnologia e formação do cidadão virtual: reflexões sobre a sociabilidade capitalista. Temporalis, Brasília, DF, v. 24, n. 48, p. 239-252, jul./dez. 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n48p239-252

MACENO, Rebeca Carolina Santos; SOUZA, Reivan Marinho de. Controle do capital sobre o trabalho e as TICs. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 28, e105978, 2025. DOI: 10.1590/1982-0259.2025.e105978.

MARTINS, Maria Artemis Ribeiro; CHAGAS, Eduardo Ferreira. Considerações sobre a tecnologia no processo de trabalho e de valorização do valor com base em Marx. Revista Dialectus - Revista de Filosofia, Fortaleza, n. 19, p. 73-92, 2020. DOI: 10.30611/2020n19id61573.

MONTEIRO, Joselita Olivia da Silva; SOUZA, Diego de Oliveira. TIC e seus condicionantes: uma análise crítico-reflexiva a partir do Serviço Social. Temporalis, Brasília, DF, v. 24, n. 48, p. 79-94, jul./dez. 2024.

MONTEIRO, Jean Carlos da Silva; FAÇANHA, Luciano da Silva. As TIC no centro da (re)configuração social do século XXI. Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, Belo Horizonte, v. 18, e56501, 2025.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASSER, Ricardo Massao Nakamura; EGLER, Tamara Tania Cohen. Redes sociotécnicas, ação social e democracia na Ciberpólis: reflexões sobre a hibridização do espaço, o desenvolvimento do capitalismo de vigilância e as subjetividades. Plural, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 23-42, 2023

NEGREIROS, Taise Cristina Gomes Clementino. O uso das TICs e aprendizagem flexível: contribuições ao debate crítico. Temporalis, Brasília, DF, v. 21, n. 41, p. 102-118, jan./jun. 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n41p102-118.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro; PERUZZO, Juliane Feix. As tecnologias de informação e comunicação na mediação dos serviços públicos brasileiros. Temporalis, Brasília (DF), v. 25, n. 49, p. 484-500, 2025. DOI: 10.22422/temporalis.2025v25n49p484-500

REDON, Silvio. Tecnologia, capital e trabalho. Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57, p. 162-176, dez. 2024. DOI: 10.12957/rep.2024.88521.

REDON, Silvio Aparecido; CAMPOS, Eliane Christine Santos de. Exploração e jornada de trabalho em Marx: mais-valia como noção de mais-tempo. Libertas, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 691-708, jul./dez. 2024. DOI: 10.34019/1980-8518.2024.v24.45899

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia Pires. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 144, p. 91-109, maio/set. 2022.

SILVA, Luiz Felipe Barros. Fundamentos materiais e formas de manifestação do fetichismo da tecnologia. Temporalis, Brasília, DF, v. 24, n. 48, p. 126-140, jul./dez. 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n48p126-140.

SILVA, Vinícius Paulino Lopes da. “Techné”: reflexões sobre a tecnologia à luz da crítica da economia política. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 28, p. 01-09, 2025. DOI: 10.1590/1982-0259.2025.e107381.

VICENTINI, Max Rogério; MALIZAN, Larissa Pinecio. Da cibercultura ao capitalismo de vigilância: uma investigação acerca das consequências da informatização das relações humanas. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 44, n. 1, e65273, 2022. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v44i1.65273.

CÓDIGO: HS0865

AUTOR: JONATHAN CARLOS DO NASCIMENTO SILVA

ORIENTADOR: MIRIAM DE OLIVEIRA INACIO

TÍTULO: Os Movimentos Feministas e de Mulheres no Brasil e no município do Natal-RN: desafios à emancipação das mulheres.

Resumo

O artigo busca entender o processo de luta emancipatória — humana e feminina — nos contextos políticos, teóricos e sociais vivenciados no cotidiano dos indivíduos sociais, analisando as ações, intervenções e atuações de movimentos, coletivos e articulações sociais feministas e de mulheres em âmbito federal e local, entre 2013 e 2020. Fundamentado na perspectiva histórico-dialética marxiana, o estudo constitui um recorte parcial da pesquisa “Feminismos e lutas por direitos: contribuições nas políticas públicas para as mulheres na cidade do Natal/RN”, destacando os seguintes movimentos: AMB, MMM, MML, Pão e Rosas, UBM, LBL, AMNB e ANTRA. Assim, a compreensão da disputa pela conquista da emancipação política e social está centralmente direcionada à superação do sistema de produção e reprodução social hegemônico do capital, mediante a conquista da emancipação humana plena, voltada ao fim de toda e qualquer forma de opressão, subjugação e apropriação do tempo, espaço e corpos em sua diversidade de gênero, raça/etnia e sexualidade.

Palavras-chave: Feminismo. Movimentos sociais. Emancipação humana. Natal/RN.

TITLE: Feminist and Women's Movements in Brazil and in the municipality of Natal-RN: challenges to women's emancipation.

Abstract

This article seeks to understand the process of emancipatory struggle—human and feminine—in the political, theoretical, and social contexts experienced in the daily lives of individuals, analyzing the actions, interventions, and activities of feminist and women's movements, collectives, and social articulations at the federal and local levels between 2013 and 2020. Grounded in the Marxist historical-dialectical perspective, the study constitutes a partial excerpt from the research "Feminisms and struggles for rights:

contributions to public policies for women in the city of Natal/RN," highlighting the following movements: AMB, MMM, MML, Pão e Rosas, UBM, LBL, AMNB, and ANTRA. Thus, the understanding of the struggle for the conquest of political and social emancipation is centrally directed towards overcoming the hegemonic system of social production and reproduction of capital, through the conquest of full human emancipation, aimed at ending any and all forms of oppression, subjugation, and appropriation of time, space, and bodies in their diversity of gender, race/ethnicity, and sexuality.

Keywords: Feminism. Social movements. Human emancipation. Natal/RN.

Introdução

Entender o processo de luta emancipatória — humana e feminina — nos contextos políticos, teóricos e sociais vivenciados no cotidiano dos indivíduos sociais, faz-se necessário analisar as relações de poder que sustentam os limites para essa conquista. O cenário político e social brasileiro e regional — com ênfase na cidade de Natal/RN — evidencia a urgência de desvelar as bases fundantes da hegemonia do capital e suas dinâmicas de produção e reprodução social frente às disputas de movimentos sociais que atuam no território.

Nessa perspectiva, o presente trabalho compreende a relevância das análises dos movimentos e articulações feministas a partir de seus ideários teórico-políticos, identificando o lugar das lutas por direitos e sua efetividade em âmbitos local e federal. Busca-se, nesse sentido, mapear e analisar as ações desenvolvidas por esses coletivos, considerando os eixos antirracista, antipatriarcal, anticapitalista, o combate a lesbofobia e ao cisheterossexismo, bem como a defesa de uma democracia radical.

As análises realizadas neste estudo são referenciadas a partir da pesquisa “Feminismos e lutas por direitos: contribuições nas políticas públicas para as mulheres na cidade do Natal/RN”, com o objetivo de apreender as potencialidades dos movimentos, coletivos e articulações feministas e de mulheres na conquista de direitos e nas disputas rumo à emancipação humana e das mulheres, em âmbito nacional e local, no arco temporal de 2013 a 2020.

Nesse sentido, a pesquisa organiza-sea partir de dois blocos de movimentos e organizações coletivas: o primeiro composto pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento Mulheres em Luta (MML), a organização feminista Pão e Rosas do Brasil, a União Brasileira de Mulheres (UBM) — organizações situadas na vanguarda da luta por direitos e políticas públicas convergentes com a emancipação humana e feminina —; e o segundo grupo integra a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), evidenciando a centralidade dessas lutas na apreensão da pluralidade feminina e na construção da unidade coletiva na diversidade.

Dessa forma, a pesquisa está fundamentada metodologicamente a partir da perspectiva histórico-dialética — enquanto abordagem marxiana —. A partir de referenciais documentais e bibliográficos, analisar-se-á o movimento de luta dessas organizações políticas, bem como a importância dessas organizações, coletivos e articulações na defesa

da emancipação humana, dos direitos das mulheres e no fortalecimento da unidade na diversidade nas relações sociais de classe, raça/etnia e gênero.

Metodologia

Com base numa análise histórico-crítica e de totalidade social, o método utilizado pretende apreender os limites e as possibilidades das lutas feministas por direitos para a emancipação das mulheres, bem como as contradições que perpassam a implementação das políticas públicas para as mulheres no atual contexto de hegemonia neoliberal e das medidas de ajuste fiscal no Brasil em face da crise do capital.

Nesta análise, serão observadas as conquistas e os limites das lutas feministas para a construção de políticas públicas para as mulheres no Brasil e na realidade de Natal/RN. Em relação às organizações feministas e de mulheres, o universo da pesquisa engloba as principais organizações feministas e de mulheres articuladas em nível nacional e que possuem representação em Natal-RN no período entre 2013 e 2020. Em nível municipal, tais articulações materializam-se por meio da representação regional da MMM; da AMB e da LBL — expressas na atuação do Coletivo Leila Diniz e do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI) —; da representação local do MML, do Pão e Rosas e da UBM; da AMNB, via grupo Ajagum Obínrin; e da ANTRA, representada pela Associação de Transgêneros, Travestis e Transexuais do RN (Atransparência-RN).

Os procedimentos metodológicos utilizados incluem a investigação do tipo qualitativa — pesquisa bibliográfica e documental nos materiais publicados por e sobre os movimentos feministas e organizações de mulheres articulados em nível nacional e que possuem representação na cidade do Natal-RN —; pesquisa de campo — entrevistas semiestruturadas com feministas e mulheres na cidade do Natal-RN —. Além da revisão da literatura sobre as categorias teóricas do feminismo, da emancipação e direitos das mulheres.

A pesquisa bibliográfica focaliza a análise de livros e artigos sobre a atuação das organizações feministas entre 2013 e 2020, elaborados por diversas autoras e pelas próprias organizações feministas, publicados de modo impresso, digital ou online. Já a pesquisa documental envolve a análise de diversos documentos e publicações (cartilhas, panfletos informativos, comunicações, boletins, vídeos, notas, relatórios) do período 2013-2020, tendo como fontes de pesquisa sítios da internet, como blogs, sites e páginas eletrônicas das redes sociais das organizações pesquisadas.

O tratamento e análise dos dados coletadas segue a técnica de análise de conteúdo, em que as informações serão categorizadas e sistematizadas com base em alguns eixos: ideário teórico-político; identificação do lugar e da importância das lutas pelos direitos das mulheres nesta sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica; e caracterização das lutas e reivindicações feitas junto ao governo federal e municipal (Natal-RN).

Quanto à pesquisa de campo, a técnica de pesquisa para a coleta de informações é a entrevista semiestruturada, por meio da aplicação do instrumento de Formulário de Entrevista, com base em perguntas previamente formuladas, mas com flexibilidade, de modo a permitir um diálogo mais ou menos direcionado com as representantes dos coletivos feministas existentes em Natal-RN. O objetivo da entrevista é apreender o ideário teórico-político das principais organizações feministas e de mulheres existentes, conhecer as reivindicações e lutas dessas organizações, bem como analisar a importância das lutas feministas por direitos e para a plena emancipação das mulheres na conjuntura nacional e local entre 2013 e 2020. Após a realização das entrevistas, estas serão transcritas e as respostas serão analisadas conforme a técnica de análise de conteúdo.

O tratamento e análise dos dados incorpora a técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Gomes (2003), possibilita analisar o conteúdo de uma mensagem, texto, documento, fala ou depoimento para encontrar as ideologias subjacentes. Para tanto, o(a) pesquisador(a) deve escolher as unidades de registro - que podem ser palavras, frases, temas - e as unidades de contextos, que se referem ao contexto do qual faz parte a mensagem, para em seguida elaborar as categorias. A análise de conteúdo envolve as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação. Na primeira fase define-se a unidade de registro, a unidade de contexto, trechos significativos e categorias. Na segunda fase aplica-se o que foi definido na fase anterior. Na terceira fase desvenda-se o contexto subjacente ao que está sendo manifesto no sentido de descobrir ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos analisados (Gomes, 2003).

Resultados e Discussões

As análises dos resultados partem da apreensão das relações de classe, raça/etnia e gênero, bem como as bases fundantes da formação social, política e econômica brasileira, configurada como uma economia dependente de caráter desigual e combinado (Silva, [20--]). Nesse contexto, sob o avanço dos ideários neoliberais e conservadores, o capital condiciona a realidade à condição de mercadoria e em objeto de seu próprio interesse, convergindo em um sistema universal de equivalências típico de uma sociedade de trocas, no qual o dinheiro atua como a mediação universal e abstrata; assim, a sociedade passa a ser compreendida por um viés ideológico empresarial, em que a Saúde, a Educação, a Cultura, o próprio Estado e os corpos são concebidos como empresas (Chauí, 2019).

Nessa direção, o desenvolvimento do estudo evidencia as ações de movimentos, coletivos e articulações feministas e de mulheres no enfrentamento às regressões de direitos e na disputa pela emancipação humana e feminina. A análise estrutura-se a partir de eixos fundamentais, destacando-se: a) o ideário teórico-político; b) a identificação do lugar e da importância das lutas pelos direitos das mulheres nesta sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica; e c) a caracterização das lutas e reivindicações feitas junto ao governo federal e municipal (Natal-RN).

Nessa perspectiva, o estudo analisou as ações dos movimentos sociais feministas — com base nos eixos fundantes — a partir de quatro dimensões centrais de luta: 1) antirracista; 2) antipatriarcal; 3) anticapitalista; e 4) dissidências de gênero, sexualidade, raça, corpo

e autonomia reprodutiva e sexual. Quanto à primeira dimensão (antirracista), destacam-se a AMNB, a AMB, a MMM e a LBL; na segunda (antipatriarcal), sobressaem-se a AMB e a MMM; na terceira pauta (anticapitalista), figuram a AMB, a MMM, o Pão e Rosas do Brasil e a LBL; por fim, a quarta dimensão (dissidências e autonomia) é contemplada pela totalidade das organizações analisadas. Vale ressaltar que essa classificação possui intuito didático e operacional, objetivando a compreensão da organização das pautas. Assim, ainda que alguns movimentos não utilizem formalmente tais terminologias em seus documentos, a defesa dessas lutas perpassa a prática política do conjunto dessas organizações.

Desse modo, serão destacadas as quatro dimensões centrais de luta, que compreendem o primeiro eixo fundante (o ideário teórico-político) das análises desta pesquisa. Com relação à dimensão antirracista, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB, 2019) destaca sua luta permanente contra toda e qualquer forma de discriminação racial, a partir da compreensão do racismo como uma das bases fundantes das desigualdades sociais na sociedade brasileira.

Nessa mesma direção, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM, 2019) entende esta pauta como essencial na luta feminista, considerando a questão racial sob uma perspectiva transversal que se estrutura diante das desigualdades sociais vivenciadas pela população negra, com destaque para a realidade da mulher negra em toda trajetória de lutas políticas em contexto nacional. Destaca a AMNB: “por tudo isso, nós Mulheres Negras estamos em Marcha para exigir o fim do racismo”, bem como a luta política por segurança pública “cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras” (AMNB, 2015).

Por fim, corrobora com o tema a Liga Brasileira de Lésbicas que evidencia em sua carta de princípios que “a luta pela eliminação do racismo é cotidiana e é responsabilidade de todas as militantes da LBL. [...] objetivando a desconstrução da cultura racista, preconceituosa e discriminatória na sociedade” (Liga Brasileira de Lésbicas, [s.d.]). Ademais, os movimentos sociais MML; Pão e Rosas do Brasil; UBM e ANTRA apresentam em suas lutas o posicionamento de enfrentamento à discriminação racial.

A segunda dimensão de análise, centrada nas relações de poder patriarcais, como define Delphy (2009), destaca o termo “patriarcado” como a dominação e apropriação do poder, pela figura masculina, em relação à opressão das mulheres, seja ela física, mental, intelectual ou reprodutiva. Assim, as organizações políticas AMB e MMM abordam diretamente em suas pautas e ações seus posicionamentos antipatriarcais. Por conseguinte, os demais coletivos contribuem para o combate a toda e qualquer forma de violência contra os corpos, o tempo e os espaços das mulheres, sob a hegemonia patriarcal.

De acordo com Federici (2015), às relações socioeconômicas, políticas e de sociabilidade operantes no modelo capitalista de produção e reprodução social sustentam as desigualdades sociais. A autora destaca: “dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos” (Federici, 2015, p.232-234).

Nesse sentido, os movimentos que posicionam-se politicamente na perspectiva anticapitalista reúnem diferentes organizações. A AMB tem como um de seus posicionamentos centrais em debates políticos, manifestações e ações o combate a toda e qualquer forma de desigualdade e opressão advindas dessa estrutura capitalista. A MMM, em sua luta feminista e anticapitalista, compreende que "a utopia do feminismo anticapitalista aponta para um questionamento global do modelo atual e para a construção de novas práticas que buscam superar as falsas dicotomias, que opõem razão e emoção, objetivo e subjetivo, público e privado" (Marcha Mundial das Mulheres, 2019).

Por sua vez, o Pão e Rosas do Brasil evidencia em suas pautas que a defesa pela emancipação das mulheres está relacionada com a superação desse sistema "com um programa anticapitalista, operário e revolucionário que conduza à revolução socialista para impor um governo operário que seja, por sua vez, um ponto de apoio na luta para acabar com o capitalismo e com todas as formas de exploração e opressão" (Pão e Rosas, 2017). Por fim, a LBL em sua carta de princípios — na luta anticapitalista — "defende a construção de uma sociabilidade humanista e emancipada, sem exploração de classe e nenhuma forma de opressão; em que seja garantida a produção e a distribuição igualitária da riqueza e dos bens socialmente produzidos pela humanidade", reforçando ainda, nessa perspectiva, o respeito ao meio ambiente e a valorização de "práticas justas e solidárias, em que todas as pessoas sejam livres, autônomas, autodeterminadas" (Liga Brasileira de Lésbicas, [s.d.]).

Contudo, ressalta-se o debate dessa perspectiva da luta anticapitalista nos demais movimentos, articulações e coletivos feministas analisados no período de 2013-2020. O posicionamento destes frente às relações de opressão, subjugação e exploração dos corpos, tempo e espaços da classe operária, com ênfase nas mulheres, sustentadas pelo capitalismo, é central em seus debates. A exceção aplica-se à ANTRA, cujo objetivo central está voltado para a defesa da vida de corpos dissidentes em seus direitos básicos. Entendemos, no entanto, que essa disputa por direitos fundamentais à vida também se direciona ao enfrentamento da estrutura de poder hegemônica do capital.

As análises realizadas a partir da quarta dimensão — dissidências de gênero, sexualidade, raça, corpo e autonomia reprodutiva e sexual — destacam a centralidade dos movimentos na defesa dos direitos de corpos dissidentes e na conquista de seus espaços na política, na sociedade, na economia e nos processos de sociabilidade no Brasil. Embora todos os grupos analisados tragam essa pauta, destacaremos a AMNB, a LBL e a ANTRA.

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) foi fundada na segunda metade dos anos 2000, constituída por uma rede de organizações de mulheres negras atuantes em diversas regiões do Brasil. A centralidade dessa organização direciona-se à promoção de ações políticas articuladas a grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras no enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e a todas as formas de desigualdades que se sustentam nas relações de poder existentes no Brasil (AMNB, 2026).

Nesse sentido, a luta da AMNB busca "erradicar as desigualdades, considerando que possuem severo fundamento nas discriminações raciais e de gênero, tomando como parâmetro essencial a promoção de políticas públicas que possam garantir a dignidade das mulheres negras", bem como a promoção da igualdade racial; o direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades; o direito à terra,

território e moradia/direito à cidade; a justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida; o direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social); o direito à educação; o direito à justiça; o direito à cultura, informação e à comunicação; e a segurança pública (AMNB, 2015).

Nessa direção, a LBL configura-se como um "espaço plural e diversificado, laico, não governamental e não vinculada a partidos. Articula-se de forma descentralizada e em rede com entidades, movimentos e ativistas engajadas em ações concretas, em nível local, estadual, regional, nacional e internacional pela construção de uma outra sociedade" (Liga Brasileira de Lésbicas, [s.d.]). Em suas pautas, reconhece que "a lesbianidade e a bissexualidade como formas de orientação e expressão afetivo-sexual. Reconhece que os direitos sexuais e reprodutivos, notadamente os direitos das mulheres lésbicas e bissexuais são direitos humanos", bem como a autonomia, a autodeterminação e a liberdade "para o exercício da sexualidade sem coerção" (Liga Brasileira de Lésbicas, [s.d.]).

Silva (2007), em sua obra Raízes das desigualdades, compreende que as relações desenvolvidas nos processos de sociabilidade — familiares, amorosas, fraternas, entre outras — "se estruturam a partir de três elementos fundantes: classe, gênero e raça" (Silva, 2007, p. 27). Assim, entender as particularidades dessas disputas é reconhecer a diversidade humana em sua pluralidade social. A luta dessas articulações em defesa da classe trabalhadora, em suas singularidades, fortalece a garantia dos Direitos Humanos nas relações coletivas de unidade na diversidade.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) busca dar visibilidade a um direito básico dessa população: o de existir. Destaca que "as mobilizações em defesa da vida das mulheres e meninas, no enfrentamento à violência doméstica, ao feminicídio e à misoginia tenham se ampliado de forma significativa, em sua maioria, elas ainda falham em reconhecer que essas violências também atingem corpos trans" (Benevides,2026), evidenciando os "limites estruturais de agendas que, ao não incorporar a diversidade das experiências femininas, reproduzem apagamentos e vulnerabilidades às mulheridades" (Benevides,2026).

Benevides (2026) destaca, no Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025, que a ausência de políticas públicas e ações efetivas do Estado evidenciam a "consolidação de novos mecanismos de invisibilização da violência, acompanhados da manutenção deliberada da não produção de informações e da subnotificação estatística como parte da necropolítica" (Benevides, 2026, p. 51). Torna-se evidente, nesse sentido, a omissão do Estado nas relações de produção e reprodução da hegemonia dominante, sejam elas do capital ou das relações de poder patriarcais, sobre os corpos dissidentes.

Em síntese, a construção dessa análise centrada nas dimensões antirracistas, antipatriarcais, anticapitalistas e de dissidências de gênero, sexualidade, raça, corpo e autonomia reprodutiva e sexual evidencia a urgência e a importância desses movimentos, articulações e coletivos na disputa política, dos espaços sociais de poder e das legislações como enfrentamento a toda e qualquer forma de desigualdade e opressão dos corpos.

Quanto à identificação do lugar e da importância das lutas pelos direitos das mulheres nesta sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica, a análise anterior

do ideário teórico-político, em sua divisão didática das quatro dimensões, evidenciou nitidamente essa relação, destacando a relevância da disputa pela emancipação humana e das mulheres por meio desses movimentos, quanto às suas lutas sociais no enfrentamento às desigualdades estruturais que perpassam a sociedade brasileira.

Em relação à caracterização das lutas e reivindicações feitas junto ao governo federal e municipal, a AMB articula-se para garantir junto ao Estado e Governos a garantia da Lei Maria da Penha, a descriminalização do aborto, como também políticas públicas de combate à violência sem instrumentalização institucional. As ações de disputa política da MMM e do Pão e Rosas do Brasil direcionam-se às articulações de pressão popular e de rua sobre o Governo com a finalidade de assegurar serviços públicos de saúde, aborto legal, fim da violência contra a mulher e oposição às políticas de austeridade e reformas neoliberais do Estado. Nessa direção, o MML atua em oposição e independência política dos Governos exigindo punição aos agressores, bem como revogações às reformas nos eixos da seguridade social. A UBM apoia e reivindica junto aos Governos a aprovação de projetos de lei, planos estaduais e nacionais de políticas para as mulheres e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS) e creches.

Nessa perspectiva, a LBL reivindica ao Poder Público a criação de políticas públicas específicas para lésbicas e bissexuais na saúde, alteração de leis discriminatórias e garantia de direitos civis a essa população pelo Estado. Quanto à AMNB, suas ações políticas frente aos Governos locais e Federal disputam a implementação de ações afirmativas, o combate ao feminicídio negro, o investimento em saúde à população negra e a reparação histórica. Por fim, nesse processo de luta frente ao governo, a ANTRA articula diretamente com Ministérios e Governos, a exemplo do “Brasil sem Misoginia", exigindo políticas públicas de empregabilidade, saúde específica, como no caso do Processo Transexualizador, e segurança da população Trans e Travesti, bem como toda a comunidade LGBT+.

Conclusão

Diante do exposto, observou-se a importância deste estudo quanto ao caráter investigativo, político e socioeconômico das relações de lutas travadas pelos movimentos, articulações e coletivos sociais feministas na luta pelos direitos das mulheres, bem como na disputa pelo processo de lutas pela emancipação humana. O período analisado na pesquisa compreende os anos de 2013 a 2020, marcado por diversos conflitos sociais e disputas da classe trabalhadora por seu espaço nas políticas públicas, na economia, na cultura e na unidade da diversidade, presente no pluralismo das relações sociais.

Foi possível observar, durante a pesquisa, a importância das análises documentais, tomando como referências os eixos centrais quanto ao ideário teórico-político; à identificação do lugar e da importância das lutas pelos direitos das mulheres nesta sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica; e à caracterização das lutas e reivindicações feitas junto ao governo federal e municipal (Natal-RN), bem como o posicionamento desses movimentos nas dimensões antirracista, antipatriarcal, anticapitalista e das dissidências de gênero, sexualidade, raça, corpo e autonomia reprodutiva e sexual.

No entanto, as análises de coleta de entrevistas para a identificação dessas lutas em âmbito local ainda estão em desenvolvimento. Até o presente momento, foram realizadas duas entrevistas: a primeira com uma representante do Coletivo Feminista Leila Diniz (AMB) e a segunda com uma das representantes da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Ressalta-se, dos dados coletados nas entrevistas, a perspectiva da luta das mulheres em espaços para além dos urbanos e institucionais, abarcando a disputa com mulheres do campo e de comunidades ribeirinhas, entre outras que fazem parte do movimento, a fim de viabilizar esses direitos dentro da perspectiva de unidade na diversidade.

Como destaca Inácio (2019), a "superação do capitalismo e de suas classes sociais antagônicas" direciona-se para "a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana" (p. 278). Assim, a compreensão da disputa pela conquista da emancipação política e social está centralmente direcionada à superação do sistema de produção e reprodução social hegemônico do capital, mediante a conquista da emancipação humana plena, voltada ao fim de toda e qualquer forma de opressão, subjugação e apropriação do tempo, espaço e corpos em sua diversidade de gênero, raça/etnia e sexualidade.

Referências

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). AMB 25 anos: transformando o mundo pelo feminismo. Coordenação editorial de Schuma Schumaher. Texto histórico de Schuma Schumaher et al. Rio de Janeiro: REDEH; SOS Corpo, 2019. Disponível em: https://ambfeminista.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Livro_Capa-e-Miolo_AMB25anos_2020.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB). Quem somos. Disponível em: https://amnb.org.br/quem-somos/. Acesso em: 26 ago. 2026.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB). Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015: contra o racismo e a violência e pelo bem viver. Brasília, DF: AMNB, 2015. Disponível em: https://amnb.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/. Acesso em: 28 ago. 2026.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo a nova forma do totalitarismo. A Terra é Redonda, 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/. Acesso em: 24 ago. 2026.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2015.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (orgs.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. O caráter estratégico das lutas por direitos para a emancipação das mulheres: desafios aos movimentos feministas no Brasil. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (orgs.). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019. p. 277-298.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. Carta de Princípios. [S. l.]: LBL, [s.d.]. Disponível em: https://lblnacional.wordpress.com/carta-de-principios/. Acesso em: 26 ago. 2026.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Marcha Mundial das Mulheres: declaração de princípios e plataforma de ação. 3. ed. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2019. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livreto-MMM-reedi%c3%a7%c3%a3o-web.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

PÃO E ROSAS. Manifesto Internacional do Pão e Rosas. Esquerda Diário, 8 mar. 2017. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Manifesto-Internacional-do-Pao-e-Rosas. Acesso em: 27 ago. 2026.

SILVA, Carmen. Raízes das desigualdades. Cadernos de Crítica Feminista, ano 1, n. 0, Recife: SOS Corpo, 2007. Disponível em: https://soscorpo.org/?p=1216. Acesso em: 24 ago. 2026.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Breve panorama do desenvolvimento capitalista no Brasil: tardio, dependente e excludente. [Natal]: UFRN, [20--]. Material didático para a disciplina Formação Social Econômica e Política do Brasil e do Nordeste.

CÓDIGO: HS0915

AUTOR: CAMYLLA CABRAL LIMA

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: análise sobre o Radical Social Work

Resumo

Este relatório trata da sistematização dos resultados da continuação do plano de trabalho intitulado "Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: Análise sobre o Radical Social Work", que integra o projeto de pesquisa "Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte". O plano de trabalho teve como objetivo geral analisar a relação entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho nos referenciais teóricos britânicos sobre o Radical Social Work. Este estudo, de caráter teórico crítico, se realizou por meio de pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que o Radical Social Work apresenta uma análise crítica econômica sobre as políticas sociais e que a crítica se direciona, principalmente, ao Estado de Bem-Estar Social e aos rebatimentos no caráter do trabalho exercido pelos assistentes sociais.

Palavras-chave: Estado de Bem-Estar Social. Política Social. Serviço Social Radical.

TITLE: Social Policy and Reproduction of the Labor Force: an analysis of the Radical Social Work

Abstract

This report presents the systematized results from the continuation of the work plan titled "Social Policy and Reproduction of the Labor Force: Analysis of Radical Social Work," which is part of the research project "Social Policy and the Reproduction of the Labor Force in Rio Grande do Norte." The general objective of the work plan was to analyze the relationship between social policies and the reproduction of the labor force within British theoretical frameworks regarding Radical Social Work. This study, characterized by a critical-theoretical approach, was conducted through bibliographic research. It was concluded that Radical Social Work presents a critical economic analysis of social policies, and that this critique is directed primarily at the welfare state and the repercussions on the nature of the work performed by social workers.

Keywords: Welfare State. Social Policy. Radical Social Work.

Introdução

O presente relatório refere-se à sistematização dos resultados da continuação do plano de trabalho "Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: Análise sobre o Radical Social Work", desenvolvido no período de setembro de 2025 até agosto 2026, integrante do projeto de pesquisa "Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte", vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Ética e Direitos - GEPTED da área de Serviço Social e no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O plano de trabalho dialoga diretamente com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: 8) Trabalho decente e crescimento econômico e 10) Redução das desigualdades. A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica, buscando *analisar a relação entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho nos referenciais teóricos britânicos sobre o Radical Social Work*.

Para essa finalidade, adotou-se os seguintes objetivos específicos: 1) *Selecionar e analisar textos centrais da literatura do Serviço Social Britânico, especialmente sobre o Radical Social Work*; 2) *Analisar se, dentro destes referenciais teóricos britânicos selecionados, apresentam análises das políticas sociais a partir de uma perspectiva crítica econômica*; 3) *Identificar possíveis equivalências em perspectivas e enfoques adotados sobre a análise do Estado* e 4) *Apreender, dentro destes referenciais teóricos, a relação entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho*.

A perspectiva crítica econômica que se buscou identificar refere-se a uma análise das políticas sociais a partir de suas contradições e de sua funcionalidade no sistema capitalista. Nesse sentido, busca-se identificar, nos textos, a funcionalidade das políticas sociais no que tange a produção econômica e as crises capitalistas, tendo como ótica a determinação da luta de classe nessas relações e as imbricações das políticas sociais com a forma necessária de reprodução da força de trabalho nessa sociedade.

A relevância deste plano de trabalho se justifica pela similaridade entre as experiências britânica e brasileira no que tange às inflexões teóricas e metodológicas de teor crítico na profissão de Serviço Social. Assim como o Serviço Social brasileiro passou por um período de mudança de suas bases teóricas e metodológicas que possuía um caráter crítico frente aos imperativos da sociedade capitalista, processo conhecido como Movimento de Reconceituação (Iamamoto, 1998), o Serviço Social britânico experienciou o Radical Social Work (Bailey; Brake, 1975), movimento de contestação ao Welfare State que surgiu na década de 1970. O percurso investigativo sobre o Radical Social Work indica um avanço no que tange à análise da relação entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho a partir de uma ampliação do escopo analítico baseado em experiências e referências teóricas estrangeiras.

A partir da análise das referências bibliográficas, identificou-se que a literatura britânica acerca do Radical Social Work apresenta uma análise crítica econômica sobre as políticas sociais e, ainda que de forma indireta, as relacionam com a reprodução da força de trabalho. A crítica se direcionava, principalmente, ao Estado de Bem-Estar Social e aos rebatimentos sobre o caráter do trabalho social exercido pelos assistentes sociais.

Metodologia

Este estudo possui caráter crítico e é de tipo teórico e bibliográfico, baseando-se em leitura e análise de referências teóricas britânicas sobre o Radical Social Work. Deve-se destacar que este relatório é resultado de uma continuação de outros planos de trabalho que tratavam sobre o movimento ("Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: análise comparativa internacional"). Os planos de trabalho anteriores tiveram como objetivo a apreensão histórica do surgimento e desenvolvimento do Radical Social Work.

O plano de trabalho atual se constituiu a partir de algumas etapas anteriores ao processo de pesquisa: a substituição da pesquisadora e uma mudança no enfoque de análise. Como as pesquisadoras responsáveis pelos planos de trabalho anteriores concluíram o curso, houve a substituição da discente responsável pelo plano de trabalho, o que exigiu um momento direcionado para a formação teórica e metodológica. Além disso, houve uma mudança no enfoque de análise neste plano de trabalho. Os dois planos de trabalho anteriores, intitulados *Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: análise comparativa internacional*, buscaram uma aproximação e apreensão do desenvolvimento histórico do Radical Social Work. Nesse sentido, as pesquisadoras tiveram como resultados de pesquisa a identificação do contexto socioeconômico desta experiência na Grã-Bretanha; o levantamento das principais obras e autores do serviço social radical e crítico britânico; e a forma como o movimento surgiu, se desenvolveu e entrou em decadência a partir de uma mudança das bases sindicais e da diminuição da influência da revista *Case Con*. Por fim, ocorreu a identificação de um apaziguamento da radicalidade contestadora no serviço social britânico após este movimento marcou a necessidade deste plano de trabalho.

Diante do exposto, este plano de trabalho parte do pressuposto de que o atual Critical Social Work, apesar de ter em sua essência o Radical Social e ter se tornado um movimento mais acadêmico e intelectual, apresenta uma moderação das críticas fundamentais ao sistema capitalista e ao trabalho dos assistentes sociais. Nesse sentido, o plano de trabalho atual teve como enfoque a análise teórica da literatura britânica sobre este movimento, sob a perspectiva de identificar se estas apresentam análises das políticas sociais a partir de uma perspectiva crítica econômica, apreendendo, dentro destes referenciais teóricos, a relação entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho.

De forma análoga aos planos de trabalho anteriormente realizados e que integram esse projeto de pesquisa, a proposta atual também se direciona para a aproximação ao debate e o estudo sobre as categorias e os pressupostos metodológicos da mediação entre o Estado, a sociedade e o mercado, uma vez que tal mediação consiste em fio condutor da proposta na qual se vincula a presente pesquisa.

O processo de pesquisa do plano de trabalho foi iniciado em setembro de 2025 e finalizado em agosto de 2026. No que concerne à dinâmica do grupo de pesquisa, esta se constituiu em encontros semanais a fim de discutir os encaminhamentos metodológicos e a socialização acerca dos avanços da pesquisa pelos membros de cada plano de trabalho. Alternando com os encontros de pesquisa, aconteciam os encontros destinados ao estudo da obra O Capital, o que foi essencial para apreensão de categorias analíticas da economia política de Marx, e outras referências que tratavam sobre temáticas importantes para os planos de trabalho que constituem o Projeto de Pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”. Nesse sentido, o grupo de estudos contribuiu para uma melhor compreensão das referências do plano de trabalho.

Além da leitura das referências teóricas, a análise foi realizada por meio do método de tabulação de dados. A tabela de dados foi sistematizada em 4 colunas: “citação”, “tradução”, “comentário” e “categoria”. Ademais, utilizaram-se instrumentos de tradução no processo de leitura dos textos, os quais foram, na sua quase totalidade, em língua inglesa. Ferramentas de tradução da *plataforma Google e o Dictionary Cambridge* foram utilizados para auxiliar nas traduções, quando necessário.

No tocante às dificuldades do processo de pesquisa, deve-se destacar dois pontos: a necessidade de leitura em língua estrangeira e o acesso às referências. Apesar de ter familiaridade com a língua inglesa, ler e compreender textos acadêmicos estrangeiros, a realização das atividades de pesquisa pela bolsista foi desafiadora e exigiu uma maior

atenção durante as leituras e requereu um trabalho de tradução. Ademais, o desenvolvimento da pesquisa de bibliografias britânicas sobre o radical social work foi marcado por uma dificuldade de acesso a determinados textos, uma vez que parte desse material está disponível apenas em periódicos, em que o seu acesso ocorre mediante pagamento.

As referências teóricas principais que fundamentam este estudo se constituíram por 3 artigos e capítulos de 2 livros. Os artigos são: Critical and Radical social work: an introduction (Ferguson; Lavalette, 2013); Some reflections on critical and radical social work literature (Woodward, 2013) e The Case Con generation, 1970–75 (Feldon; Chenu; Weinstein, 2018). No que tange ao e-book "Radical Social Work Today: Social work at the crossroads", foram lidos dois capítulos: Case Con and radical social work in the 1970s: the impatient revolutionaries (Weinstein, 2011) e The best and worst of times: reflections on the impact of radicalism on British social work education in the 1970s (Jones, 2011). Por fim, foram lidos 4 textos do livro "Radical Social Work": Introduction: Social Work In the Welfare State (Bailey; Brake, 1975); Towards a Paradigm for a Radical Practice (Leonard, 1975); Welfare Rights and Wrongs (Connon, 1975) e o Case Con Manifesto (Bailey; Brake, 1975).

Resultados e Discussões

O Radical Social Work (RSW) foi um movimento crítico do Serviço Social que surgiu na década de 1970, na Grã-Bretanha, a partir da influência do grupo New Left (A Nova Esquerda), um grupo de intelectuais e acadêmicos que, apesar de aprovar algumas implementações e instituições do Estado de Bem-Estar Social britânico pós-guerra, começou a apresentar importantes críticas a este fenômeno. O contexto histórico no qual o Radical Social Work se desenvolve se constituiu de grande efervescência política, em especial nas décadas de 1950 e 1960, devido ao período pós-guerra. A Inglaterra, principalmente nos anos 1960 e 1970, vivia uma crise econômica que combinava momentos de estagnação no crescimento econômico e altos níveis de inflação (Lavalette, 2011).

O Estado de Bem-Estar Social, implementado no Reino Unido como forma de resposta a esta crise econômica, não sanou os problemas sociais como a pobreza, a falta de moradia e a questão dos imigrantes no país. A contradição entre o que foi prometido pelo Estado de Bem-Estar Social e as expressões da desigualdade social ainda persistente do Reino Unido, levou diferentes grupos a contestaram a real eficácia do Estado de Bem-Estar Social. Assim, esse período se constituiu como uma guinada a um clima de contestação política, em que diferentes grupos se organizam e abrem espaço para importantes debates de perspectivas críticas e radicais.

A experiência do Radical Social Work se expressou, fundamentalmente, pela Case Con e pelo livro *Radical Social Work* (Bailey; Brake, 1975). A Case Con foi uma revista e um coletivo de assistentes sociais que se intitulavam radicais e foi um meio de divulgação das críticas tecidas e de organização política desses profissionais, que circulou entre 1970 e 1977. A revista/coletivo Case Con se constituiu, então, como a impulsionadora do movimento dentro da categoria e tinha como objetivo principal a localização e organização de militantes.

O livro, no entanto, surge em um contexto e com um objetivo diferente da revista. Apesar do livro ter sido publicado no contexto de esfriamento do movimento, se apresentou como uma tentativa de desenvolver uma teoria acadêmica do Serviço Social Radical. Segundo Weinstein (2011), apesar dessas diferenças, o livro e a revista possuem uma relação

simbiótica entre si: “Foi a essência gerada pelo Case Con que permitiu que o Radical Social Work encontrasse uma audiência e sem o Radical Social Work, e alguns dos textos que o seguiram, as ideias que moldaram o Case Con não teriam perdurado” (p. 20).

As referências bibliográficas aqui analisadas se referem a textos contemporâneos sobre o Case Con, inclusive de autores que foram militantes na época, bem como alguns textos do livro clássico Radical Social Work. Nesse sentido, foi possível ter uma noção do que se pautava pelos assistentes sociais que trabalhavam na ponta das políticas sociais e de como essas críticas se desenvolveram de forma mais acadêmica. Embora o movimento Radical Social Work não tenha inaugurado uma reformulação teórica-metodológica dentro do Serviço Social, não se tem como negar seu impacto na contestação das práticas do Serviço Social tradicional e no direcionamento da profissão para práticas antirracistas, antidiscriminatórias, antiopressivas e empoderadoras durante as décadas de 1980 e 1990 (Woodward, 2013).

O Radical Social Work determinou uma perduração de ideias críticas na literatura do Serviço Social Britânico, apesar de ter sofrido um apaziguamento de sua radicalidade. Woodward (2013), em sua análise da literatura crítica do serviço social britânico a fim de elucidar sobre o que se entende sobre serviço social crítico e radical, identifica diferenças entre o Radical Social Work e o Critical Social Work. Segundo a autora, o termo “Radical Social Work” permanece associado ao movimento da década de 1970, no entanto, “de muitas maneiras, a noção de radical no serviço social tem se tornado cada vez mais absorvido ou pelo menos confundido com esse conceito mais amplo de 'crítico'” (Woodward, 2013, p. 2). O Critical Social Work se refere ao que se tem, atualmente, de pensamento crítico dentro do Serviço Social britânico. Embora a autora aponte para uma ampliação de perspectivas de práticas críticas dentro do serviço social, ela questiona

> se o serviço social crítico melhorou a situação, tanto para os assistentes sociais sobrecarregados quanto para os indivíduos e grupos desfavorecidos e marginalizados, mais do que o serviço social antidiscriminatório, antiopressivo ou radical que o precedeu. Ser autoconsciente e politicamente consciente não necessariamente proporciona aos profissionais a confiança ou a oportunidade de desafiar e reformular sistemas e estruturas opressivas (Fook e Askeland, 2007 apud Woodward, 2013, p. 3).

Nesse sentido, entende-se que houve um apaziguamento da radicalidade característica dos anos 1970 que se expressa pelo deslocamento do foco das críticas em questões estruturais para o foco na boa prática do profissional assistente social. Enquanto o Radical Social Work tecia suas críticas ao sistema capitalista, às políticas sociais e aos seus rebatimentos no trabalho social, o Critical Social Work tem como debate central a busca pela conscientização do profissional sobre as opressões sofridas pelos “clientes” e, a partir disso, construir uma prática crítica.

Com base nas leituras e análises realizadas, depreende-se que o Radical Social Work apresentava uma análise crítica econômica sobre as políticas sociais tanto no período de vigência da Case Con, como em alguns dos textos do livro clássico. A crítica se direcionava, principalmente, ao Estado de Bem-Estar Social e aos rebatimentos no caráter do trabalho exercido pelos assistentes sociais.

Essa perspectiva crítica ao sistema de produção capitalista e às próprias formas de superar suas crises estruturais, se expressa de maneira clara no próprio Manifesto Case Con — que se constituiu como uma síntese das pautas trazidas pelo coletivo Case Con — ao situar o Welfare State como uma resposta à agitação da classe trabalhadora, principalmente para estabilizar as convulsões geradas pelas condições de guerra, e como um instrumento para reproduzir a força de trabalho de forma mais eficiente ao capitalismo (Bailey e Brake, 1975). O Manifesto Case Con destaca ainda a necessidade de entender o Estado de Bem-Estar Social, do qual os serviços sociais fazem parte, a partir do seu desenvolvimento e de quais pressões este está sujeito. Isso pressupõe o entendimento do Estado como um agente que não é neutro e como um representante dos interesses da classe

dominante que tem à sua disposição os instrumentos necessários para se manter no poder (Bailey e Brake, 1975).

Bailey e Brake (1975, p. 2) afirmam que "a assistência social pode ser vista como uma tentativa de resolver contradições entre certos aspectos da produção e do consumo". Os autores destacam como o executivo do Estado atua entre os interesses gerais e os particulares e apontam o Estado de Bem-estar como um meio de reproduzir o exército industrial de reserva necessário ao capitalismo (Bailey e Brake, 1975). As políticas sociais, apesar de serem fruto, também, das reivindicações da classe trabalhadora, são configuradas em volta da funcionalidade econômica de reproduzir o exército industrial de reserva. Nesse sentido, as políticas sociais são limitadas às necessidades do capitalismo de reproduzir este exército de trabalhadores apenas à medida necessária à sua disposição futura ao trabalho, o quê provoca uma pressão nos níveis salariais. Identifica-se uma concreta análise crítica das políticas sociais pelos autores na citação que se segue:

> Apesar de a assistência social ser resultado de uma longa história de batalhas políticas e de ser executada por uma administração independente dos interesses empresariais, ela ainda é utilizada para subsidiar a indústria e as empresas. Os benefícios de renda complementar, por exemplo, são um substituto para uma política de salário mínimo básico e permitem que se obtenham lucros em setores que, de outra forma, se tornariam marginalmente não lucrativos. Assim, esses setores podem muito bem dever sua existência contínua a subsídios indiretos do Estado. O fato de o bem-estar social ser utilizado para servir aos interesses da classe dominante é ilustrado pela ameaça de suspensão dos pagamentos da previdência social aos grevistas. A indústria receberia, assim, assistência para forçar a submissão dos grevistas por meio da fome, se necessário (Bailey e Brake, 1975, p. 2-3).

Nesse sentido, as políticas de assistência social britânicas são colocadas não só como meio de acalmar os ânimos da classe trabalhadora no contexto de acirramento das contradições capitalistas, mas são colocadas também a partir de uma funcionalidade econômica de reproduzir o exército industrial de reserva nos limites do Capital:

> O Estado não é uma entidade neutra que possa ser aperfeiçoada pela introdução de mais benefícios de bem-estar social; ele atua em defesa de interesses poderosos e bem definidos. Os benefícios de subsistência, os baixos salários e o sistema de distribuição de renda devem ser vistos como partes de um todo, sendo a função dos benefícios e complementos a de pressionar para baixo os níveis salariais, ao mesmo tempo que permitem às pessoas continuar consumindo à medida que os preços e os aluguéis — e, consequentemente, os lucros — aumentam (Connon, 1975, p. 127).

Nesse sentido, as políticas sociais do Estado de Bem-Estar Social aparecem como instrumento econômico e de controle social e esse debate se expressa também na crítica ao caráter do trabalho exercido pelos profissionais assistentes sociais nesse contexto nas literaturas analisadas.

Com a instituição do Estado de Bem-Estar Social, os assistentes sociais passam a ser mais demandados na Grã-Bretanha para constituir o corpo profissional que atuaria, principalmente, nos "Social Services" (Serviços sociais ou Serviços de assistência social) (Jones, 2011). A demanda por profissionais assistentes sociais foi atingida, principalmente, por recém formados pelo sistema de ensino superior que foi ampliado após a criação das politécnicas: "Nos nove anos entre 1967 e 1976, o número de assistentes sociais empregados nos serviços sociais das autoridades locais cresceu de 6.063 para 16.523" (HMSO, 1972/76 apud Jones, 2011, p. 28).

Esse grupo de profissionais assistentes sociais recém-formados e empregados pelo Estado, foram influenciados por perspectivas radicais de outras áreas da ciências sociais e se engajaram pelo contexto político mais amplo de protesto e questionamento à contradição entre as promessas feitas pelo Welfare State e a real configuração dos serviços de assistência social.

Uma das motivações desse aumento na demanda de profissionais assistentes sociais foi a aprovação do Relatório Seebohm — inicialmente visto como um grande triunfo para a profissão em desenvolvimento — no Reino Unido em 23 de julho de 1968. Este relatório reorganizou os serviços assistenciais e unificou vários departamentos locais de assistência e saúde em um único departamento de serviço social que era "baseado na promessa de serviços politicamente influentes, preventivos e com base na comunidade" (Weinstein, 2011, p. 12). O Manifesto Case Con afirma que o relatório Seebohm foi o principal agente

de racionalização dos serviços sociais, colocando a ênfase da responsabilidade pelo bem-estar na família, e não no Estado. Connon (1975) pontua que

> O relatório Seebohm (1968) foi uma tentativa de solução administrativa para o fracasso dos departamentos de serviços sociais da época em lidar com os problemas de necessidade e privação, e uma confirmação de que a pobreza seria combatida não por meio de medidas fiscais, mas pelo aumento dos serviços sociais. No relatório, a pobreza era vista como um problema familiar, uma socialização patológica que perpetuava o ciclo de privação: os assistentes sociais passariam a atuar como assistentes de caso familiar, buscando dentro da família as razões e as soluções para o absenteísmo escolar, atrasos no pagamento de aluguel, dependência de longo prazo da previdência social e doenças mentais (p. 124-125).

A reorganização dos serviços socioassistenciais orientaram diretamente o trabalho dos assistentes sociais à medida que o tratamento da pobreza se volta para o âmbito familiar e nesse ínterim, destaca-se o trabalho desses profissionais nas políticas sociais como mediadores desse processo. O próprio nome da revista "Case Con" trazia uma crítica sobre a configuração das políticas sociais e à maneira como o serviço social tradicional realizava suas práticas: o termo case fazia referência ao case conference (reunião de caso), enquanto con remetia aos profissionais que se reuniam para discutir e buscar soluções para esses casos. A sátira buscava criticar a redução de problemas estruturais em casos individuais, contribuindo para uma lógica de culpabilização da vítima (Weinstein, 2011).

Connon (1975) traz uma discussão importante sobre como "as políticas sociais incorporam a concepção dominante sobre a natureza e as causas dos problemas sociais que buscam abordar" (p. 114) e afirma que

> Os direitos à assistência social são uma estratégia que tem sido aceita com entusiasmo em todo o espectro da esquerda liberal, e é sedutora para os radicais, pois pode incorporar uma recusa em interpretar a visão do cliente sobre o problema de maneira "especializada" e proporciona recompensas de curto prazo em forma de benefícios materiais para aqueles que vivem na pobreza (Connon, 1975, p. 113).

O autor critica a redução da luta por acesso a direitos assistenciais em uma estratégia para a mudança social sem uma discussão sobre a natureza da pobreza, o papel do Estado e a função das políticas sociais (Connon, 1975). O autor pontua, ainda, como as expressões da desigualdade social são combatidas de forma fragmentada pelos programas britânicos, nos quais a forma como se "complementam" permanece vaga (idem). A prática do assistente social focada somente na maior quantidade de acesso a benefícios materiais, ou seja, "a estratégia dos direitos à assistência social tem um manto radical que encobre uma prática meramente liberal" (idem, p. 114).

Leonard (1975) destaca a função opressora das instituições de Bem-estar social que se desenvolvem na base socioeconômica capitalista e como o serviço social reflete os valores sociais burgueses na prática profissional:

> A análise da filosofia e da teoria do serviço social revela um grau de comprometimento com valores burgueses e modelos capitalistas de bem-estar social do qual a maioria dos próprios assistentes sociais não têm consciência. As conceituações sobre o serviço social são, em primeiro lugar, produtos sociais e refletem a base socioeconômica específica sobre a qual as instituições de bem-estar social se desenvolveram. Ao mesmo tempo, as funções opressivas dessas instituições são bem servidas ao ocultar seus fundamentos ideológicos e propósitos políticos não apenas dos beneficiários do bem-estar social, mas também dos próprios profissionais do serviço social. Assim, a proclamação dos valores humanistas do serviço social, incluindo o compromisso com a autodeterminação do cliente e a dignidade individual, é, por um lado, amplamente fraudulenta, na medida em que prescreve metas dentro das abordagens tradicionais do serviço social que são impossíveis em um sistema capitalista; e, por outro lado, mistificadora e confusa, na medida em que atrai a lealdade de assistentes sociais que têm um compromisso profundamente arraigado com esses valores (Pearson, 1973). Não é necessário encarar esse processo de distorção ideológica e mistificação em termos de conspiração — ao contrário, ele deve ser visto como o resultado de uma profunda contradição dentro dos sistemas de serviço social sob o capitalismo, que promovem o bem-estar humano e, ao mesmo tempo, o negam (p. 46).

Outro ponto de destaque na literatura analisada é a crítica ao "profissionalismo", uma "abordagem profissional" enfatizada pelo relatório Seebohm e bem aceita pela classe dominante (Bailey e Brake, 1975). O "'Profissionalismo' significava carreirismo e controle social tanto dos clientes quanto dos colegas de trabalho" (Weinstein, 2011). Essa abordagem profissional "isola o assistente social da população em geral" e "estimula a adoção de estruturas de carreira de estilo empresarial, nas quais o comportamento "correto" e "profissional" (como o "distanciamento" e o "envolvimento emocional controlado") é recompensado com a progressão na carreira" (Manifesto Case Con, 1975). Esse distanciamento entre o profissional e o usuário se expressa, por exemplo, na incorporação do debate feminista marxista na revista Case Con, em sua edição sobre mulheres. A edição sobre as mulheres ligou o feminismo ao Serviço Social radical e avançou no debate sobre o trabalho das mulheres na reprodução da força de trabalho

(Feldon; Chenu; Weinstein, 2018). A edição apontava para um duplo papel das assistentes sociais: “o de mães e reprodutoras da força de trabalho, nós mesmas; e o de funcionárias do governo local que impõem esse papel quando donas de casa e mães não estão cumprindo bem suas funções e são encaminhadas aos serviços sociais!” (idem, p. 114).

O distanciamento entre profissionais e “clientes” se expressa na não identificação de que tanto as assistentes sociais quanto as usuárias enfrentam os mesmos dilemas. Essa abordagem profissional defendida pelo relatório Seebohm se torna funcional ao modelo de política social que visa um controle da classe trabalhadora e uma intervenção fragmentada nas expressões da desigualdade social, caracterizada por “uma tendência a ‘culpar a vítima’, que não abordava, ou sequer reconhecia, as raízes materiais e estruturais das dificuldades individuais” (Woodward, 2013, p. 136).

A contradição das políticas sociais, que incorporam a concepção dominante sobre a natureza e as causas dos problemas sociais, implica na forma de intervenção dos profissionais nas demandas do cotidiano. Connon (1975) afirma como o foco da intervenção (fragmentada) recai sobre as manifestações do problema e não nas questões estruturais que determinam os problemas sociais: “As manchas são definidas como o problema, e não aquilo que as produz; os pobres são o problema, e não a desigualdade; os ‘imigrantes’, e não o racialismo branco; a situação de rua, e não o mercado imobiliário” (p. 115). A partir disso, Leonard (1975) afirma que “o papel do serviço social nesse contexto tem sido identificar, responder e controlar as vítimas individuais da estrutura econômica e das pressões materiais, físicas e emocionais que a vida em uma sociedade competitiva produz” (p. 49).

Essas análises instigam a pensar nas contradições das políticas sociais e como estas impactam na prática dos assistentes sociais frente às expressões da desigualdade social que chegam em forma de demandas pelos usuários dos serviços sociais. A configuração das políticas sociais limitadas pela sua funcionalidade econômica de reproduzir o exército industrial de reserva com o objetivo de garantir apenas o mínimo necessário à sua disposição futura ao trabalho, pode conduzir a uma prática profissional reduzida à acessos a benefícios socioassistenciais e orientada pelo viés de culpabilização da vítima e responsabilização familiar por suas condições de vida. Essa relação do caráter das políticas sociais e os rebatimentos no caráter do trabalho social dos assistentes sociais implicam em impactos na classe trabalhadora, tanto de controle contra a consciência de classe, como para a forma necessária de reprodução da força de trabalho.

Conclusão

Apesar deste plano de trabalho ser uma continuação de planos anteriores, o estudo sobre o Radical Social Work não se esgota neste relatório, tendo em vista a sua limitação com relação ao escopo das bibliografias analisadas e, ainda, a densidade e a importância do debate no Serviço Social. Apesar disso, o plano de trabalho sobre o Radical Social Work revela um esforço de avanço de pesquisa na análise da relação entre as categorias “políticas sociais” e “reprodução da força de trabalho” no projeto de pesquisa, agora, a partir de experiências e referências teóricas estrangeiras.

Diante dos resultados expostos neste relatório, é possível identificar que os objetivos da pesquisa foram atingidos a partir das leituras e análises das referências. Foi possível identificar que os textos da literatura britânica que se referem ao movimento do Radical Social Work apresentam uma análise crítica econômica das políticas sociais e, mesmo que de forma indireta, as relacionam com a reprodução da força de trabalho. De forma

mais específica, as críticas tecidas se direcionaram ao Estado de Bem-Estar Social e ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nesse contexto.

Com base nas leituras e análises feitas, compreende-se que o movimento do Radical Social Work irrompeu no Serviço Social britânico a partir de um contexto de crise e de contestação política de diversas categorias da classe trabalhadora. A contestação à prática tradicional do Serviço Social e à contradição das políticas sociais do Welfare State se expressam, na literatura que baseia essa pesquisa, a partir de uma perspectiva crítica econômica ao sistema capitalista de produção. Além disso, identificou-se aspectos de associação do teor das políticas sociais com a forma necessária de reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora nessa sociedade.

O Estado de Bem-Estar Social foi apresentado como uma forma de resposta à crise do pós-guerra e nesse sentido, as políticas sociais aparecem como instrumento econômico e de controle social. As políticas de assistência social britânicas são colocadas não só como meio de acalmar os ânimos da classe trabalhadora, mas são colocadas também a partir de uma funcionalidade econômica de reproduzir o exército industrial de reserva nos limites do capitalismo. A contradição das políticas sociais implica na forma de intervenção dos profissionais nas demandas do cotidiano e, nessa perspectiva, o foco da intervenção recai sobre as manifestações das desigualdades sociais e não nas questões estruturais que determinam as desigualdades sociais (Connon,1975). Assim, o papel do serviço social, nesse contexto, tem sido “controlar as vítimas individuais da estrutura econômica e das pressões materiais, físicas e emocionais que a vida em uma sociedade competitiva produz” (Leonard, 1975, p. 49).

Referências

BRAKE, Mike; BAILEY, Roy. V. (eds.). Radical Social Work. New York: Pantheon Books, 1975.

FERGUSON, Ian; LAVALETTE, Michael. Critical and Radical social work: an introduction. Critical and Radical Social Work, Bristol, v. 1, ed. 1, p. 3-14, abr., 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1332/204986013X665938. Acesso em: 8 nov. 2025.

FELDON, Peter; CHENU, Linda de; WEINSTEIN, Jeremy. The Case Con generation, 1970–75. Critical and Radical Social Work, Bristol, v. 6, n. 1, p. 107-114, janeiro, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1332/204986018X15199229647953. Acesso em: 5 jan. 2026

JONES, Chris. The best and worst of times: reflections on the impact of radicalism on British social work education in the 1970s. In: LAVALETTE, M. (Ed.). Radical social work today: Social work at the crossroads. Reino Unido: Policy Press, 2011.

WEINSTEIN, Jeremy. Case Con and radical social work in the 1970s: the impatient revolutionaries. In: LAVALETTE, M. (Ed.). Radical social work today: Social work at the crossroads. Reino Unido: Policy Press, 2011.

WOODWARD, Ronna. Some reflections on critical and radical social work literature. Critical and Radical Social Work, Bristol, v. 1, n. 1, p. 135–140, abr., 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1332/204986013X666045. Acesso em: 10 fev. 2026.

CÓDIGO: HS0917

AUTOR: NAARA ANDRADE MIRANDA

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: regulação mercantil e intervenção estatal na China

Resumo

Este relatório apresenta os resultados do plano de trabalho intitulado “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: regulação mercantil e intervenção estatal na China”, integrante do projeto de pesquisa Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política vinculado ao GEPTED/UFRN. A pesquisa tem cunho bibliográfico e possui caráter teórico. A investigação concentrou-se na análise da formação econômico-social chinesa, identificando-a como uma experiência singular de simbiose entre planejamento estatal e forças de mercado. A pesquisa desenvolveu-se em duas fases complementares: primeiro, foram identificadas as categorias centrais que estruturam a experiência chinesa, como o socialismo de mercado, que combina mecanismos de mercado com a propriedade estatal em setores estratégicos; o desenvolvimentismo com características chinesas, que alia crescimento acelerado à soberania e contradições políticas; e o planejamento baseado em projeto, expresso em planos quinquenais e grandes iniciativas de infraestrutura e inovação tecnológica. Em seguida, realizou-se a análise das transformações sócio-históricas e políticas que marcaram a transição da economia rigidamente planificada para o atual modelo de acumulação .

Palavras-chave: Socialismo de mercado. Economia híbrida. Mercado. Planejamento

TITLE: Economic Planning and the Critique of Political Economy: Market Regulation and State Intervention in China

Abstract

This report presents the results of the work plan entitled “Economic Planning and Critique of Political Economy: market regulation and state intervention in China”, part

of the research project Economic Planning and Critique of Political Economy linked to GEPTED/UFRN. The research is bibliographic in nature and has a theoretical character. The investigation focused on analyzing the Chinese socio-economic formation, identifying it as a unique experience of symbiosis between state planning and market forces. The research was developed in two complementary phases: first, the central categories structuring the Chinese experience were identified, such as market socialism, which combines market mechanisms with state ownership in strategic sectors; developmentalism with Chinese characteristics, which combines accelerated growth with sovereignty and political contradictions; and project-based planning, expressed in five-year plans and major infrastructure and technological innovation initiatives. Next, an analysis was carried out of the socio-historical and political transformations that marked the transition from a rigidly planned economy to the current model of accumulation.

Keywords: Market socialism. Hybrid economy. Market. Planning.

Introdução

Este relatório é resultado do plano de trabalho intitulado “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: regulação mercantil e intervenção estatal na China”, que integra o projeto de pesquisa denominado “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política”. O estudo dá continuidade às investigações sobre as especificidades das formações econômico-sociais contemporâneas, com especial atenção à experiência chinesa, considerada uma das mais complexas e singulares no cenário mundial. A pesquisa integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este plano de trabalho foi realizado no período de 01/09/2025 a 31/08/2026.

A escolha da China como objeto de análise se justifica pela relevância de seu modelo econômico, que abre espaço para novas interpretações sobre a relação entre Estado, mercado e sociedade. O objetivo foi analisar, em referências teóricas, documentos e materiais históricos, o contexto social de tentativa de implementação de formas de planejamento econômico na China; investigar, dentro da literatura selecionada, as especificidades do planejamento econômico desta experiência, destacando os principais autores, categorias e debates realizados e comparar elementos do planejamento econômico chinês que revelam a transição entre a lógica mercantil e a racionalidade estatal, destacando suas implicações na organização social e econômica.

Para tanto, buscou-se analisar a trajetória da China desde a Revolução de 1949, que instaurou o regime socialista sob a liderança de Mao Tsé-Tung, passando pelas reformas de 1978 conduzidas por Deng Xiaoping, até o protagonismo das empresas estatais e o fortalecimento do papel do Estado sob a liderança de Xi Jinping. Cada período histórico revela diferentes formas de articulação entre planejamento e mercado.

O presente estudo se dedica à análise da forma econômica chinesa, bem como comparar interpretações teóricas; examinar raízes históricas, mostrando como tradições antigas moldaram a regulação econômica; avaliar o papel da intervenção estatal, identificando

como monopólios e políticas fiscais anticíclicas foram usados para estabilizar preços e garantir bem-estar social; compreender as transições econômicas; destacar como a China combina características socialistas (empresas estatais, planejamento) e capitalistas (abertura ao mercado, setor privado) e por fim, identificar fases da evolução econômica.

Metodologia

Diante do objetivo proposto, qual seja, a análise da especificidade da formação econômico-social chinesa e da relação entre planejamento estatal e regulação mercantil, buscou-se a aproximação e, por conseguinte, a apreensão teórica a partir da leitura sistemática de obras centrais da historiografia e da economia política da China.

Para tanto, o encaminhamento metodológico foi construído com base em reuniões de formação teórica, realizadas pelo grupo de pesquisa, que tiveram como finalidade a melhor compreensão das categorias fundamentais e dos debates que estruturam o tema central do plano de trabalho “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: regulação mercantil e intervenção estatal na China”.

A pesquisa se constituiu em duas etapas complementares: a primeira tratou de identificar as categorias centrais que estruturam a experiência chinesa, tais como socialismo de mercado, que expressa a coexistência de mecanismos de mercado com a manutenção da propriedade estatal em setores estratégicos; desenvolvimentismo com características chinesas, estratégia que combina crescimento econômico acelerado com forte orientação nacional, priorizando soberania e estabilidade política; e planejamento baseado em projeto, forma de coordenação estatal que se materializa em planos quinquenais e em grandes iniciativas de infraestrutura e inovação tecnológica. A segunda etapa envolveu a análise das transformações sócio-históricas e políticas que marcaram a transição da economia rigidamente planificada para o atual modelo de acumulação.

A metodologia adotada compreendeu a leitura e análise de autores clássicos e contemporâneos sobre a história e economia chinesa, incluindo Guanzi, textos clássicos traduzidos por W. Allyn Rickett (1985), fundamentais para compreender a tradição política e econômica da China antiga; Pierre Étienne Will e R. Bin Wong (Nourish the People, 1991), estudo sobre o sistema de celeiros estatais entre 1650–1850; Jonathan Spence (Em busca da China moderna, 1996); Maurice Meisner (Mao’s China and After, 1999); John King Fairbank e Merle Goldman (China: A New History, 2006) Frank Dikötter (Mao’s Great Famine, 2010); Elias Jabbour e Alberto Gabriele (China: o socialismo do século XXI, 2021); Joaquim Quartim de Moraes e FernandoGarcia (Margem Esquerda – Revista da Boitempo, n. 37, 2021), com o dossiê sobre mercado e planificação; Edemilson Paraná e Esther Majerowicz (China no capitalismo contemporâneo, 2024); e Isabella Weber (How China Escaped Shock Therapy, 2021), que analisa os debates sobre reforma de mercado.

Durante as leituras, foram realizados fichamentos analíticos e resumos das obras, relacionando as categorias centrais às suas respectivas definições e implicações

históricas. A coordenação das atividades metodológicas ocorreu sob responsabilidade do docente orientador, que conduziu os debates e orientou a sistematização das leituras, garantindo maior rigor teórico e coerência na análise. Esse caráter pedagógico foi essencial para consolidar a formação teórica da integrante e assegurar que a pesquisa se mantivesse alinhada aos objetivos propostos. Contudo, enfrentaram-se dificuldades relevantes, como a elevada densidade literária das obras que exigiu maior esforço interpretativo e sistematização e a escassez de textos disponíveis em português, o que demandou leituras em língua estrangeira e, por consequência, maior tempo de estudo e tradução conceitual

A combinação entre leitura sistemática, fichamentos, debates coletivos e acompanhamento docente constituiu o núcleo metodológico que possibilitou a apreensão das categorias e a análise da regulação mercantil e da intervenção estatal na economia chinesa. Portanto, a abordagem metodológica fundamentou-se na articulação entre historiografia crítica e economia política, permitindo compreender a trajetória da China como uma experiência singular de transição econômica e política.

Resultados e Discussões

Conforme Jabbour e Gabriele, a China é a primeira experiência de uma nova classe de formações econômico-sociais. A visão neoliberal sobre a economia chinesa discorre que o seu sucesso é devido à expansão de um setor capitalista amplo, o qual produz em larga escala para o mercado mundial. Entretanto, a fórmula da economia chinesa é o resultado de 4 décadas de expansão das forças produtivas, das contradições entre a planificação e as forças do mercado e da regulação de contradições desses dois princípios econômicos. A capacidade reguladora do Estado sobre os interesses antagônicos da economia chinesa depende de um poder político centralizado, apoiado em forte consenso popular majoritário (como por exemplo, a China em 1978 com as teses de Deng Xiaoping que prevaleceram sobre as teses da “revolução cultural”). De acordo com Moraes e Garcia (2021), a fórmula da economia chinesa combina: conselho central da economia exercido pelo conselho do Estado sob controle da Assembleia Nacional Popular da China (ANP); fortes conglomerados estatais em setores-chave da produção e da inovação técnica e científica; vasto setor capitalista privado; ampla abertura para multinacionais e estímulo à agricultura e à agropecuária, estas são propriedade privada dos camponeses, reconhecidas como dispositivos que garantem acesso à terra aos mais pobres.

Pode-se argumentar, seguindo uma perspectiva econômica neoclássica, que o sucesso chinês parte do desenvolvimento dos mercados e da integração da economia global – ambas características do capitalismo. Já no campo não neoclássico, a variante do desenvolvimentismo (Japão, Coreia do Sul e Taiwan) afirma que os Estados autoritários e coesos lideram e coordenam um abrangente processo de industrialização e acumulação de capital. Assim, o desenvolvimentismo com características chinesas é baseado na transição da economia socialista centralmente planejada para a estrutura atual de acumulação – o “Estado industrial” (Galbraith, 1967). Portanto, o Partido-Estado (onde o Partido Comunista é o núcleo dirigente do Estado e da sociedade, exercendo funções de governo, coordenação econômica e legitimação política, sem a separação típica entre partido e instituições estatais que existe em sistemas liberais)

enfatiza as reformas e instituições de caráter capitalista e a união de gerentes, burocratas e empresários em torno das prioridades estabelecidas nos planos quinquenais.

Durante o período dos reinos combatentes (c. 475 a.C. – 221 a.C.), formaram-se as bases do futuro Império Chinês e os moldes do Estadismo. Esses fundamentos tiveram origem nos Estados centralizados e burocráticos que emergiram no período das Primaveras e Outonos e dos Reinos Combatentes, ao mesmo tempo em que desenvolveram novas forças econômicas e geraram crescimento econômico. Assim, várias cidades-Estado agrárias foram fundidas em 7 Estados territoriais que resultaram em reformas sociais e econômicas. Anteriormente, a terra estava sob domínio da nobreza; com a intervenção estatal, os camponeses passaram a receber o direito de propriedade. Essa medida consolidou a agricultura familiar e estabeleceu a terra como a unidade fundamental de produção, conforme explica Spence.

A atividade artesanal nas residências cresceu e estabeleceu uma divisão funcional e regional aprimorada do trabalho, criando uma nova relação entre Estado e mercado. Essa relação surgiu no período Zhou ocidental (1046–771 a.C.) , onde o controle era restrito e direto do governo, uma vez que o Estado controlava quais mercadorias podiam ser comercializadas no mercado. Havia um funcionário do governo, o “mestre dos preços” que fixava os preços pelo qual as mercadorias deveriam ser vendidas (Weber, 2021). Dessa forma, resultou um colapso das instituições de controle da dinastia Zhou pelo desejo do livre comércio de mercadorias. Essa intervenção da cunhagem e proliferação da moeda pelo Estado (facilitadores) fortaleceu o comércio pelo surgimento de uma nova classe de comerciantes privados, que predominou devido ao apoio dos governantes dos reinos combatentes para estabelecer uma nova forma de controle sobre a economia.

Com isso, o princípio do “leve-pesado” é desenvolvido para atender ao objetivo de fortalecer o Estado e o exército. O ponto de partida é o enriquecimento do Estado. Para Weber (2021) o Estado deve usar as forças espontâneas inerentes à economia, sociedade e ambiente natural para enriquecer e governar o povo, ao mesmo tempo que gera receita para ele mesmo. A regulação estatal era baseada nas condições reais e suas mudanças, através de pesquisas empíricas, cálculos e estatísticas. O Estado observa mudanças de preços e condições fundamentais predominantes, como população, recursos naturais, aptidões, mudanças sazonais e peculiaridades regionais. As mercadorias específicas são classificadas como “pesadas” ou “leves”, e o preço é determinado pela escassez. Entretanto, quando ocorre a monopolização de bens, estes se tornam mais caros. Assim, explica Weber sobre o aumento de preços:

A escassez não é apenas sobre a quantidade absoluta de bens no mercado, mas também sobre a distribuição desses bens entre os produtores. Se os bens estivessem monopolizados, aqueles que controlam a oferta podem gerar escassez artificial para cobrar preços mais altos (Weber, 2021, p. 49).

O Guanzi é um texto que desenvolve o pensamento econômico chinês sobre estabilização de preços com abordagem do “leve-pesado”, o pesado representa o que é “importante”, “essencial” e “caro”, por outro lado, o leve significa o que é “sem importância”, “não essencial” e “barato”. Conforme Will e Wong (1991), a estabilização dos preços já refletia, de forma precoce, uma consciência chinesa sobre os efeitos dos mercados e a ideia de que o governo deveria intervir nas condições de oferta

e demanda. Aqui, destaca-se, a regulação de preços por meio da atividade comercial da burocracia, ou seja, o Estado e mercado como entidades que se complementam. Com isso, a interação entre agentes privados e burocráticos cria conjuntamente o mercado e a economia. Assim, o controle de preços no Guanzi mostra uma consciência precoce de que o mercado sozinho não garante estabilidade. A lei do valor explica a formação dos preços pelo trabalho, mas o Estado chinês buscava corrigir distorções e assegurar equilíbrio social, criando uma economia em que mercado e burocracia se complementavam.

A tributação estatal eleva o preço das mercadorias porque o imposto se apropria de parte da mais-valia e, por meio das mediações da circulação, influencia os preços finais, sem alterar o valor determinado na produção. Esse acréscimo faz o preço final disparar e, em certas situações, o pagamento do tributo ocorre diretamente em mercadorias, o que impacta a dinâmica dos preços e da circulação dos bens, sem alterar o valor intrínseco produzido pelo trabalho. O guanzi é a razão da mudança do valor relativo, uma vez que depende da oferta e da demanda. As condições determinantes de preços foram pensadas para variar de acordo com circunstâncias concretas. As práticas econômicas do Qing Zhong definem os movimentos do mercado, uma busca individual de lucro, um interesse próprio para enriquecer o Estado e busca equilibrar e integrar a economia. Destaca-se também a riqueza social, esta é baseada em fundamentos do bem-estar material pela capacidade de cultivar ao máximo a terra. Com isso, tem-se as principais fontes de riqueza: o trabalho e a terra. Os grãos tornam-se as mercadorias fundamentais pois determinam os preços de todas as outras mercadorias (inclusive o dinheiro), o seu preço se torna centro da “arte da gestão fiscal planejada”.

Ao equilibrar o preço dos grãos, a função do governo é estabilizar os preços dos grãos a fim de consolidar o nível geral de preços e valor do dinheiro (Weber, 2021), assim, a produção excedente de grãos no período de colheita gera excesso de oferta e os preços tornam-se baixos. Como resultado do equilíbrio dos preços, a participação do Estado no mercado de grãos gerava receita para o governo, o Estado, pois não criava impostos diretos uma vez que não havia necessidade de fazer exigências ao povo na forma de impostos e taxas especiais (Weber, 2021, p .53). A arte da gestão fiscal planejada consiste na relação de troca entre povo e Estado, onde o Estado vende grãos ao povo quando este precisa, diminuindo assim os preços, o Estado compra grãos do povo quando este tinha para vender, assim aumentava os preços. Ou seja, o controle de preços via comércio estatal de grãos era uma política fiscal disfarçada, que permitia ao governo arrecadar recursos e manter a ordem econômica sem recorrer a impostos diretos. Essa prática antecipava a ideia de que o Estado pode atuar como regulador do mercado, equilibrando oferta e demanda para garantir estabilidade social e política.

O equilíbrio entre os preços dos grãos evita formas mais graves de desigualdade sem igualar as pessoas. Assim, o equilíbrio dos preços de grãos funcionava como um mecanismo de amortecimento social: evitava que a desigualdade se transformasse em miséria ou privilégio excessivo, mas não anulava as diferenças estruturais da sociedade. Era uma forma de equidade prática, que assegurava estabilidade sem buscar nivelar todos os cidadãos. O governo utiliza o movimento de preços para gerar lucros públicos ao invés dos comerciantes privados. Esse é um sistema que persiste na economia chinesa atual embora adaptado às condições modernas, por isso, a lógica permanece, o Estado captura e redistribui os efeitos das flutuações de mercado, em vez de deixar que comerciantes privados monopolizem os ganhos.

A política fiscal anticíclica mais o sistema de prevenção da fome, fazia com que o governo tivesse o dever de proteger o povo das mudanças das estações, do clima e do mercado, garantindo satisfação de suas necessidades diárias empregando o povo, impedindo que a fonte de riqueza seque. Com isso, no monopólio do sal e do ferro, há um momento em que o sal e o ferro (mercadorias essenciais – "pesadas") são colocadas sob controle estatal para complementar o controle indireto dos preços dos grãos pela demanda e pela oferta do Estado no mercado com o objetivo de arrecadar receita. O sal, cuja produção e comercialização variavam conforme as estações do ano, era mantido sob monopólio parcial do Estado. Essa limitação da oferta geral fazia com que o preço do sal aumentasse. O Estado buscava preservar a agricultura de subsistência como base da economia e utilizava a troca em mercadorias e a taxação em espécie como instrumentos de arrecadação e regulação. O objetivo era garantir estabilidade social e fiscal diante das crises e da escassez. O legado do debate sobre o sal e o ferro e a lógica guanziana explicitam que os monopólios começaram a ruir quando a capacidade do governo imperial entrou em crise. Com isso, Wang Anshi propôs a substituição dos monopólios privados para os monopólios estatais, pois via nisso uma solução para a crise fiscal, a exploração social e a instabilidade econômica da dinastia Song.

Durante a Guerra do Ópio (1839–1842 e 1856–1860), os Estados nacionais chineses foram subjugados e os burgueses locais apoiaram o nacionalismo econômico e a industrialização. No leste asiático, as reformas agrárias foram base econômica para coesão social e eliminação da pobreza. A transição chinesa de uma economia centralmente planificada deu-se de forma gradual, mas deve ser compreendida à luz de sua história anterior. Antes da Revolução de 1949, a China encontrava-se em condição semicolonial, subordinada a potências estrangeiras como Inglaterra, Japão e Estados Unidos. Episódios como a Guerra do Ópio revelam a perda de autonomia econômica e política, marcada pela imposição de tratados desiguais e pela exploração externa.

Com o surgimento da inflação fruto da guerra sino-japonesa (1937-1940) evoluiu-se para a hiperinflação aumentando os preços em consideração da quantidade de dinheiro. Os problemas básicos refletiam nas finanças de guerra, tanto pela falta de fontes suficientes de receita fiscal e altos custos da guerra quanto pela impressão de dinheiro para financiar seu déficit, gerando um espiral inflacionário com o aumento dos preços, superou-se o aumento da quantidade de dinheiro. As causas da hiperinflação são devido aos fatores do agravamento insuficiente de suprimentos e as razões para o fracasso da política de controle de preços na China (Weber, 2021).

A estabilização dos preços por meio da chamada "guerra econômica" conduzida pelos comunistas chineses ocorreu no contexto da Revolução liderada pelo Partido Comunista da China (PCCh), especialmente entre os anos 1946 e 1949, durante a Guerra Civil contra o Kuomintang. Esse projeto de construção do Estado tinha como estratégia econômica a utilização de práticas tradicionais de estabilização de preços e de criação de mercado, realizadas por meio da intervenção de agências comerciais estatais no equilíbrio de oferta e demanda. O objetivo da revolução comunista, consolidada em 1949 com a fundação da República Popular da China, era a criação de uma nova sociedade livre da opressão feudal e da exploração capitalista, rompendo com a condição semicolonial em que o país se encontrava desde o século XIX, marcada por episódios como a Guerra do Ópio e pela subordinação à Inglaterra, ao Japão e aos Estados Unidos. A tarefa dos comunistas consistia em retirar a China da pobreza e da instabilidade social, agravadas por crises como a grande fome e a guerra, e transformá-

la em um país soberano, civilizado e progressista, partindo de análises históricas que vinculavam o desenvolvimento econômico e tecnológico à recuperação da autonomia nacional.

A revolução de 1949 foi um contexto de revolução, tendo por objetivos a propriedade estatal dos meios de produção, o planejamento central compulsório e o igualitarismo social. Na revolução chinesa, o foco era o desenvolvimento das forças produtivas (até 1960 na revolução cultural), que depois foi substituído pela luta ideológica e a revolução nacional e anticolonial. No período maoísta (1949-1976), a China passou por fases distintas: reabilitação e consolidação inicial (1950-1952), o Grande Salto Adiante (que tinha por objetivo acabar com a tensão entre camponeses e Estado através de um grande impulso à industrialização rural por meio de comunas populares) e a Grande Fome (1958-1962), seguido por um período de ajuste (1962-1966) e, posteriormente, pela Revolução Cultural (1966-1976). Nesse período, houve momentos de estabilidade de preços, especialmente no início, mas também crises severas ligadas às políticas econômicas radicais. O sistema maoísta de preços caracterizava-se pela ausência de regulamentos precisos e uniformes, sendo marcado por decisões administrativas flexíveis e politicamente orientadas, voltadas para garantir o abastecimento e a estabilidade social (Weber, 2021). Visto que, os fatores para essa instabilidade de preços varia desde a transferência da economia rural para urbana, até os baixos preços urbanos e estáveis para matérias-primas essenciais e bens de consumo envolvendo racionamento. Ou seja, a instabilidade dos preços no período maoísta resultava de fatores estruturais interligados. A transição da economia rural para urbana ampliou a demanda nas cidades, enquanto o governo mantinha preços artificialmente baixos e estáveis para bens essenciais, favorecendo consumidores urbanos, mas desestimulando produtores rurais. A fixação estatal de preços para matérias-primas e bens básicos buscava evitar inflação, mas gerava distorções produtivas. Diante da insuficiência da oferta, o recurso ao racionamento preservava a aparência de estabilidade, revelando, contudo, a fragilidade do sistema de regulação

A economia agrícola, a baixa renda real e a “autossuficiência” foram os desafios para a industrialização. A abordagem inicial da industrialização foi inspirada na União Soviética – desenvolvimento da indústria pesada mais o paradigma stalinista. A China ainda dependia da extração de recursos agrícolas. A combinação baseou-se na coletivização e no monopólio governamental sobre aquisição e distribuição de bens agrícolas essenciais (sistema unificado de compra e venda). O novo sistema de compra e venda de grãos foi induzido após a crise de compras agrícolas (1953). A tensão entre o Estado e os camponeses foi intensificada pela introdução do sistema unificado de compra e venda. Embora tenha havido aumento da produção de grãos entre 1949 e 1952, muitos camponeses mais pobres não estavam dispostos a vender ao Estado os excedentes que antes eram entregues aos latifundiários, optando por armazená-los para consumo próprio. Ao mesmo tempo, o crescimento da população urbana ampliou a demanda por grãos nas cidades. Assim, o Estado aboliu o comércio privado e estabeleceu um monopólio estatal sobre os produtos agrícolas essenciais, uma vez que, até 1980, havia insuficiência das colheitas para atender à população urbana. O aumento do controle centralizado eliminou as relações de trocas locais. No que diz respeito às reformas e aberturas de 1978, foram iniciadas por Deng Xiaoping e suas conquistas foram: taxa de crescimento do produto per capita elevada, tirou milhões de pessoas da pobreza, formou uma vasta classe média com crescente poder de consumo e criou uma fronteira tecnológica, conforme Meisner (1999) e Weber (2021).

A reforma da China (1970-1980) foi marcada por debates sobre o sal e o ferro, pois determinava a relação entre Estado e economia através da regulação dos preços e gestão de mercado. Conforme Weber (2021), na economia moderna o preço é definido exclusivamente pelo mercado. Já na economia tradicional chinesa, o preço refletia uma combinação de fatores: práticas espontâneas da população, suas necessidades e desejos, as formas de mercado existentes, além da influência do poder político e da regulação estatal.

Conclusão

A experiência chinesa só pode ser compreendida a partir das relações de produção que a sustentam. A China construiu uma síntese histórica singular ao articular elementos do socialismo e do capitalismo, exigindo uma análise teórica rigorosa. Tal como Marx destacou a mercadoria e o valor-trabalho para entender o capitalismo, compreender a economia chinesa requer categorias como planejamento estatal, socialismo de mercado e desenvolvimentismo com características próprias.

As reformas iniciadas em 1978 por Deng Xiaoping e aprofundadas nos anos 1990 não significaram o abandono do planejamento, mas sua reconfiguração. O Estado passou a coexistir com mecanismos de mercado, orientando empresas estatais para gerar valor e modernizar a produção. Esse processo foi marcado por disputas internas: alguns defendiam maior abertura ao capital privado, outros insistiam na centralidade estatal. O resultado foi uma trajetória contraditória, com diferentes combinações de mercado e planejamento.

O “milagre econômico” chinês, especialmente até 2008, ocorreu em meio à globalização e sob moldes que dialogavam com o neoliberalismo, mas sem perder o protagonismo estatal. Os planos quinquenais estruturaram o crescimento em torno de grandes empresas estatais e bancos públicos, que desempenharam papel central na acumulação de capital, ao lado de um setor privado robusto. O socialismo com características chinesas se distingue tanto do socialismo real do século XX quanto do capitalismo clássico, pois combina empresas estatais fortes, dissolução das comunas rurais e planejamento abrangente.

Com Xi Jinping, a partir de 2012, o Partido Comunista reforçou o controle estatal, ampliando o papel das empresas públicas e reduzindo o espaço relativo do setor privado. Campanhas contra a corrupção e a retomada da ideologia socialista consolidaram um modelo de crescimento liderado pelo Estado. Essa dinâmica é continuidade das reformas iniciadas em 1978, que transformaram uma economia rigidamente planificada em um sistema híbrido: mercado regulado por forte coordenação estatal.

O modelo chinês não pode ser reduzido a categorias ocidentais como “capitalismo de Estado” ou “socialismo de mercado”. Ele apresenta uma configuração própria, equilibrando abertura econômica e controle político, inovação tecnológica e soberania, crescimento acelerado e estabilidade social. Trata-se de um arranjo híbrido que desafia paradigmas tradicionais e exige uma abordagem crítica da economia política.

Assim, a China não apenas questiona os modelos clássicos, mas também oferece pistas para alternativas de desenvolvimento em meio às crises do capitalismo global. Seu caso amplia o debate sobre planejamento, regulação mercantil e intervenção estatal, ressaltando a importância de analisar experiências híbridas que escapam às classificações convencionais e iluminam novas possibilidades de organização econômica e social.

Referências

GALBRAITH, John Kenneth. **The New Industrial State**. Boston: Houghton Mifflin, 1967.

GUANZI. **Guanzi**: Political, Economic, and Philosophical Essays from Early China. Tradução de W. Allyn Rickett. Princeton: Princeton University Press, 1985.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

MEISNER, Maurice. **Mao's China and After**: A History of the People's Republic. New York: Free Press, 1999.

MORAES, Joaquim Quartim de; GARCIA, Fernando (org.). **Margem Esquerda**: revista da Boitempo, n. 37, Dossiê China: mercado e planificação?. São Paulo: Boitempo, 2021.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WEBER, Isabella. **Como a China escapou da terapia de choque**. São Paulo: Boitempo, 2023.

WILL, Pierre Étienne; WONG, R. Bin. **Nourish the People**: The State Civilian Granary System in China, 1650–1850. Ann Arbor: Center for Chinese Studies, University of Michigan, 1991. p. 43-44.

CÓDIGO: HS0959

AUTOR: AMANDA GISELE DE ARAUJO VICENTE

ORIENTADOR: JANAYNNA DE MOURA FERRAZ

TÍTULO: Relações de trabalho e a determinação social saúde-doença

Resumo

Na sociedade capitalista, o trabalho ocorre e se desenvolve por meio da venda força de trabalho, e a intenção de extrair progressivamente o mais-valor do processo de realização do trabalho, há o aperfeiçoamento dos modos de exploração, os quais irão implicar nas condições de vida - e saúde - da classe trabalhadora. Uma expressão desse movimento é o aumento nos índices de adoecimentos físicos e/ou mentais, especialmente se considerarmos o modo como as opressões de raça e gênero se desdobram sobre a constituição das classes. Desta forma, esta pesquisa buscou contribuir com as discussões realizadas envolvendo a relação entre a saúde do/a trabalhador/a, a degradação da força de trabalho e as questões relacionadas à saúde com foco à particularidades de mulheres racializadas, por meio de revisão crítica dos estudos recentes e busca de estudos que abordam essa relação. Inspirada por uma abordagem materialista histórica-dialética, método qualitativo e análise bibliográfica e documental, a pesquisa conclui que há a presença de estudos que focam na Determinação Social da Saúde e a questão das mulheres, entretanto, quando se fala sobre mulheres racializadas pode-se observar certa limitação na quantidade, evidenciando a lacuna da temática na produção científica. Portanto, torna-se evidente que as mulheres racializadas, como grupo social e oprimido, não estão ocupando esse espaço de relevância e estão tendo sua saúde negligenciada.

Palavras-chave: Relação de trabalho; Determinação Social da Saúde; Mulher racializada.

TITLE: LABOR RELATIONS AND THE SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH AND ILLNESS

Abstract

In capitalist society, labor occurs and develops through the sale of labor power, and the aim of progressively extracting surplus value from the process of labor leads to the refinement of modes of exploitation, which in turn affect the living conditions - and health - of the working class. One manifestation of this trend is the rise in rates of physical and/or mental illness, especially when we consider how racial and gender oppression intersect with class structure. Thus, this study sought to contribute to

ongoing discussions regarding the relationship between workers' health, the degradation of the workforce, and health-related issues, with a focus on the specific circumstances of racialized women, through a critical review of recent studies and a search for research addressing this relationship. Using a historical-dialectical materialist approach, qualitative methods, and bibliographic and documentary analysis, the study concludes that while there are studies focusing on the social determination of health and women's issues, when it comes to racialized women, there is a noticeable limitation in the number of such studies, highlighting a gap in scientific literature on this topic. Therefore, it becomes evident that racialized women, as a social and oppressed group, are not occupying a space of relevance and are having their health neglected.

Keywords: Labor relations; Social Determinants of Health; Women of color.

Introdução

Na sociedade capitalista, o trabalho, mediado pelas relações de troca, ocorre e se desenvolve por meio do trabalho assalariado e condiciona o modo como indivíduos objetivam sua vida e subjetivam as relações humanas (Antunes, 2018).Na intenção de extrair gradualmente o mais-valor do processo de realização do trabalho, há o aperfeiçoamento dos modos de exploração, os quais irão implicar nas condições de vida - e saúde - da classe trabalhadora (Ferraz; Bechara-Maxta, 2022). Uma expressão desse movimento é o aumento nos índices de adoecimentos físicos e/ou mentais na classe trabalhadora, (Laurell; Noriega, 1989), especialmente considerando o modo como as opressões de raça e gênero se desdobram sobre a constituição das classes.Portanto, esta pesquisa busca contribuir com as discussões que vêm sendo realizadas envolvendo a relação entre a saúde do/a trabalhador/a, a degradação da força de trabalho e as questões relacionadas à saúde com foco à particularidades de mulheres racializadas.Nesse sentido, objetiva-se de forma geral:Contribuir com as discussões teóricas que vêm sendo realizadas envolvendo a relação entre a saúde do/a trabalhador/a, a degradação da força de trabalho e as questões relacionadas à saúde com foco à particularidades de mulheres racializadas.E de forma específica:Realizar uma revisão crítica sobre como os estudos recentes sobre determinação social da saúde e Buscar estudos que abordem as relações de trabalho e o adoecimento de mulheres, especialmente as racializadas.Laurell (2024, p. 10) aponta que, "Na abordagem clássica da saúde do trabalhador, o trabalho é entendido como um problema ambiental, pois coloca as pessoas em contato com agentes químicos, físicos, biológicos e psicológicos que as fazem sofrer acidentes ou adoecer", concepção que reproduz uma visão que foi tradicionalmente mantida pela medicina sob o capitalismo da doença como um fenômeno biológico que ocorre individualmente. Isso porque, para ela, é simplismo tratar do impacto do trabalho no processo saúde-doença do trabalhador apenas como um fator ambiental; é, além de subestimar sua verdadeira face, ocultá-la. Ocultando seu caráter social, mostrando como as classes dominantes disfarçam suas próprias necessidades como se fossem as da sociedade como um todo (Laurell, 1982).Por sua vez, a Determinação Social da Saúde, "propõe que a enfermidade deve ser entendida como um fenômeno social e coletivo, considerando a historicidade dos fenômenos de saúde-doença", e por possuir embasamento no campo do materialismo histórico-dialético a partir do pensamento de Marx, é conhecida como epidemiologia crítica (Nascimento, 2024).Ferraz e Bechara-Maxta (2022), apontam que o contexto social, refere-se a aspectos que estão diretamente relacionados com as questões da reprodução da força de trabalho, pois como expuseram

em seu texto “as manifestações de saúde-doença da e na classe trabalhadora são apreendidas pelo estudo dos padrões de desgaste-reprodução que ela manifesta”.Florêncio e Ferraz (2024, p. 11), se embasam nas proposições de Laurell, e entendem que “a patologia de cada classe também deve ser entendida de acordo com os processos de subordinação da mulher ao homem". Com isso, evidenciam como esse processo de subordinação não se trata apenas de uma relação de poder. O problema não está, então, na diferença entre os sexos, mas no fato de isso ser um fator que subordina um ao outro” (Florêncio; Ferraz, 2024, p. 13).Com uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil chegar a conclusão sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra, assim como sobre seu lugar na força de trabalho, sendo negra e mulher no Brasil, os estereótipos que o racismo e o sexismo geram a submetem ao nível mais alto de opressão (Gonzalez, 2020). Portanto, conclui-se que “discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão”(Gonzalez, 2020, p.18).

Metodologia

O método de coleta consistiu em análise bibliográfica e documental (textos complementares). A análise tem inspiração materialista-histórica dialética.O primeiro passo foi a realização de uma revisão sistemática de literatura sobre o que vem sendo discutido sobre a Determinação Social da Saúde, com foco nas mulheres, especialmente as racializadas, nos últimos anos, tal metodologia visa situar-nos no campo da produção de conhecimento e contribuir com as discussões teóricas acerca da temática.

A busca se deu da seguinte forma, a base utilizada foi o Scientific Electronic Library Online (SciELO), com objetivo de identificar os estudos publicados em todas as áreas do conhecimento, não se limitando à Administração. A palavra-chave utilizada para busca foi “Determinação Social da Saúde” em todos os índices (título, resumo, palavra-chave, etc.), os critérios de busca foram as publicações dos últimos 6 anos (2026, 2025, 2024, 2023, 2022, 2021), no idioma português, em todas as áreas temáticas, todos os periódicos, o tipo de literatura foram artigos e artigos de revisão e só os citáveis. A busca resultou em 87 resultados, que foram depositados no drive do grupo de pesquisa e na planilha de artigos da Iniciação Científica.

Dos 87 resultados encontrados, foi feito um novo filtro com base na leitura dos títulos e resumos dos artigos para identificar, desses, quais tratavam de Determinação Social da Saúde e mulheres, que resultou em 23 artigos encontrados, a partir desses foi feito um último filtro incluindo questões raciais e obtivemos ao final 7 artigos para análise.

Adicionalmente, foi realizada uma busca autônoma complementar no Google Acadêmico, com os mesmos filtros da revisão sistemática de literatura, mas que tratassem da Determinação Social da Saúde e da Saúde do trabalhador, que geraram 15 artigos selecionados, e destes 15 filtramos somente os que tratavam de gênero e raça, resultando em 5 artigos para análise. A busca complementar com a anteriormente feita geraram 12 artigos para análise. De acordo com a figura 1.Posteriormente, os artigos selecionados foram registrados em uma planilha contendo informações como título, autor, ano, palavras-chave, revista e link. Foram eliminadas duplicatas e textos que não se encaixavam nos critérios de inclusão e exclusão. Após esse processo foi realizada

uma triagem dos artigos que estão devidamente alinhados com o escopo da pesquisa. A fase seguinte foi realizar a leitura e fichamento dos artigos por meio do aplicativo Zotero, uma ferramenta que auxilia no fichamento e categorização de textos para análise.

Resultados e Discussões

A partir da leitura e análise do material selecionado, foi possível identificar o que tem sido publicado sobre a Determinação Social da Saúde nos últimos anos, em todas as áreas do conhecimento. Observamos, inicialmente, quais eram os principais temas discutidos nessas pesquisas, e com base nisso foi criado uma nuvem de palavras, conforme Figura 2. Nela o tamanho da palavra é proporcional a quantidade de vezes que ela é mencionada. A maior concentração de temas foi sobre saúde do trabalhador, seguido por saúde quilombola e SUS, igualmente, os temas restantes foram pouco discutidos nas pesquisas. Foram identificados também de quais áreas do conhecimento são esses artigos, com predominância de saúde coletiva e psicologia, conforme figura 3.

A maior parte dos artigos é do ano de 2025, com um total de 4 artigos, 3 de 2021, 2 de 2024, 2 de 2022, 1 de 2026 e 0 de 2023. Outro ponto da análise foi identificar quais foram as universidades em que foram produzidos, onde encontramos 41,7% na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), tanto na sua sede principal no Rio de Janeiro quanto em sua unidade regional em Pernambuco (Recife), 16,7% na Universidade estadual de Feira de Santana, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade de Pernambuco, e 8,3% na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Em sua maioria, estão concentrados na região nordeste com 8 artigos e 4 na região sudeste.

Sobre os principais autores adotados, foi observado que dos 7 artigos da busca inicial, 6 utilizam Jaime Breilh. nas referências, autor que trata da epidemiologia crítica. Os outros 5 não usam autores em comum mas usam alguns críticos, como Ricardo Antunes. Karl Marx, Asa Laurell e Lélia Gonzalez aprofundam ainda mais a relação entre produção e a reprodução da classe trabalhadora, especialmente, com enfoque nas mulheres negras. As principais bases teóricas que aparecem são “Determinação Social da Saúde”, “Interseccionalidade” e “Crítica da Economia Política”.

Foi identificado também em quais revistas esses artigos vêm sendo publicados, que em sua maioria foram na revista saúde em debate, conforme figura 4.

De modo geral, apenas 1/3 dos artigos são teóricos, na maior parte foram realizadas práticas em campo, investigando determinados grupos, tanto profissionais, como trabalhadores e trabalhadoras da saúde e certos tipos de trabalhadores e trabalhadoras informais, como também observou-se uma predominância de estudos que investigaram comunidades quilombolas e do campo.

Dentre os pontos analisados nos artigos, destaca-se como Anunciação et al. (2022) tratam da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), mostrando que, apesar de instituída em 2009, a política ainda se depara com o desconhecimento de sua existência entre os profissionais. Já Oliveira et al. (2024), ao

proporem a Vigilância Popular em Saúde (VPS) articulam território, interseccionalidade, cuidado, intersetorialidade e transformação-emancipação em uma "matriz de Vigilância em Saúde do Trabalhador" situando como eixos interligados.

Brito et al. (2021), por sua vez, relatam uma experiência concreta de enfrentamento ao racismo dentro da própria Estratégia Saúde da Família, mostrando como a equipe de saúde se tornou instrumento de promoção de territórios saudáveis ao tratar o racismo como eixo transversal do cuidado, e não como algo a parte; Por fim, Souza et al. (2025) ao entrevistar Agentes Comunitárias de Saúde negras revelam mecanismos pouco discutidos na literatura e nas relações entre profissionais brancos e colegas/usuárias negras.

No quesito relação de trabalho e adoecimento de mulheres, a partir das buscas obtivemos uma amostra composta por 38 trabalhos que discutem a determinação e a questão das mulheres, quando selecionamos desses os que discutiam a determinação e as mulheres com foco especialmente nas racializadas obtivemos 12, e é com base nesses que foi construído o segundo tópico da análise.

Ao analisar os trabalhos selecionados, pode-se observar que uma grande parcela da amostra não discutiu ou se aprofundou de fato na questão das mulheres racializadas, trabalhos como os de Gomes, Gurgel e Fernandes (2021), Brito et al. (2021) e Gomes, Gurgel e Fernandes (2022), discutem a Determinação Social da Saúde em comunidades quilombolas e populações negras do campo, que, apesar de citar, não tem como foco a questão das mulheres. Nesse mesmo sentido, Anunciação et al. (2022) e Oliveira et al. (2024), em que ambos utilizam uma abordagem interseccional de raça, classe e gênero, mas um tem seu enfoque especificamente no enfrentamento ao racismo na saúde da população negra, não especificando as mulheres e o outro não se aprofunda nesse debate, apenas expondo as desigualdades e iniquidades sociais no país.

Tal constatação, como Parks, Assis e Cacau (2021) evidência, nunca a classe trabalhadora foi tão numericamente grande e tão feminizada, e reforçam a constatação com uma reflexão de León Trotsky, “se realmente queremos transformar as condições de vida, devemos aprender a olhar para elas com os olhos das mulheres” (Trotsky, s/d). Diante disso é importante que seja ampliado o debate sobre a classe trabalhadora feminina e que ocupe cada vez mais espaço na produção de conhecimento.

Por conseguinte, temos os trabalhos de Sá et al. (2025), Morais et al. (2026) e Oliveira et al. (2021) que discutem relações de trabalho e quase que exclusivamente gênero na saúde, e ainda que o primeiro e o terceiro tragam para um tom mais crítico, o segundo foca em dados estatísticos. E ainda que foquem nas relações sociais de gênero, acabam deixando de lado o quesito raça na relação, assim como aponta Gonzalez (2020, p. 11) “A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc., não atentam para o fato da opressão racial.”, evidenciando essa lacuna a que as mulheres racializadas estão submetidas.

Tendo em vista isso, os trabalhos que têm como pauta gênero e raça são os de Souza et al. (2025), que discutem as expressões de racismo institucional no SUS nas experiências de Agentes Comunitárias de Saúde (ACSs) mulheres e negras, assim como demonstra Gonzaléz (2020, p. 17) “Se o racismo está presente no dia a dia de nossa sociedade, é

importante que esse debate extrapole a academia e alcance o SUS, tratando a questão de forma responsiva".

Já Queiroz, Leite e Nascimento (2025), que discutem a produção de saúde mental das mulheres quilombolas, evidenciam os efeitos de raça e gênero na produção de saúde, expressando que "Viver os complexos efeitos das relações interseccionais de poder é também resistir a elas, seja de forma individual ou coletiva"; e também que "Embora as estratégias individuais de cuidado e enfrentamento das situações sejam referidas como saídas possíveis, é unânime que as práticas coletivas de resistência e cuidado são as mais mobilizadas pelas mulheres na comunidade" (Queiroz; Leite; Nascimento, 2025, p. 10).

Nesse sentido, as autoras dialogam diretamente com Gonzalez (2020) que, de maneira semelhante, discute sobre o papel que a mulher negra desempenha na sociedade brasileira atualmente e afirma que "Mas há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa." (Gonzalez, 2020, p. 12).

Como também Souza, Guarany e Souza (2025), que problematizam os temas das jornadas extensas de trabalho e da saúde dos trabalhadores focando no movimento Vida Além do Trabalho (VAT), especificamente no universo do trabalho precarizado e da flexibilização do trabalho, e como ele atinge especialmente as mulheres em geral e negras em especial, alegando que "[...] a ausência de tempo livre, a precarização do trabalho, o adoecimento, o racismo e o patriarcado fazem parte da mesma trama do capital, que transforma continuamente as formas de exploração e opressão da classe trabalhadora." (Souza; Guarany; Souza, 2025, p. 11), e que essa luta e resistência política a favor do tempo livre consiste, em última instância, na luta contra as desigualdades estruturais, onde essa ausência de liberdade compõe-se em mais um aspecto do esgotamento das relações sociais e humanas do capitalismo na atualidade.

Já Sousa e Araújo (2024), destacam os efeitos isolados e combinados de gênero, raça e estressores ocupacionais sobre a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, se tratando de um estudo mais descritivo do que crítico e que não abrange totalmente classe social mas que revela "[...] o quanto as mulheres negras estão mais fortemente posicionadas em espaços de vulnerabilidade social, que farão delas mais suscetíveis ao estresse ocupacional e ao adoecimento mental." (Souza; Araújo, 2024, p. 11). Com a sobreposição dessas opressões é formada uma complexa rede de desigualdades que, além de ser socialmente reproduzida, se mantém, adoecendo cada vez mais os seus corpos, reiterando a frase de León Trotsky, e adicionando ainda que, no nosso país, precisamos aprender a olhar a vida com os olhos não somente das mulheres, mas especialmente das mulheres negras.

Desta forma, nota-se a presença de estudos que focam na Determinação Social da Saúde e a questão das mulheres, entretanto, quando se fala sobre mulheres racializadas pode-se observar certa limitação na quantidade, evidenciando a lacuna da temática na produção científica.

Conclusão

Objetivou-se fazer uma revisão crítica dos estudos recentes sobre determinação social da saúde para contribuir com as discussões teóricas que vêm sendo realizadas sobre a relação entre a saúde do/a trabalhador/a, a degradação da força de trabalho e as questões relacionadas à saúde com foco à particularidades de mulheres racializadas no Brasil.

Utilizando método qualitativo e inspiração materialista-histórica dialética, as buscas resultaram em diversos artigos que colaboraram para o seguimento e análise da pesquisa, atingindo os objetivos previamente definidos. Dessa forma, foi possível observar que os artigos, de forma majoritária, são recentes, com maior número de publicações em 2025; estão sendo produzidos predominantemente na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em sua sede principal no Rio de Janeiro e em sua unidade regional em Recife; em sua maioria na região nordeste.

O tema mais discutido foi saúde do trabalhador; a maior parte deles foram realizados por meio de práticas em campo, com apenas 1/3 dos artigos teóricos; suas principais bases teóricas foram “Determinação Social da Saúde”, “Interseccionalidade” e “Crítica da Economia Política”; com predominância de estudos investigando comunidades quilombolas e do campo e a principal revista em que eles foram publicados foi a saúde em debate. Pode-se ainda perceber que uma grande parcela dos artigos não discute ou aprofunda-se efetivamente na temática determinação social da saúde e mulheres racializadas, há a presença de estudos que focam na questão das mulheres racializadas, mas em quantidade limitada, ressaltando a lacuna na discussão teórica.

Portanto, torna-se evidente que as mulheres racializadas, como grupo social e oprimido, não estão ocupando esse espaço de relevância e estão tendo sua saúde negligenciada, diante disso, faz-se necessário reforçar a importância de pesquisas futuras que investiguem essa temática e que façam isso de forma crítica, especialmente em áreas interdisciplinares, como a administração, e não somente as da saúde. Pois, assim como aponta Laurell (2024, p. 8), “O trabalho no capitalismo não é a única possibilidade, do mesmo modo que a saúde, a doença e a morte no capitalismo não é nosso único destino".

Referências

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo : Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho).

ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANUNCIAÇÃO, D. et al. . (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3861-3870, out. 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.08212022.

BECHARA-MAXTA, B. S. As lutas operárias na determinação do desgaste e reprodução da força de trabalho na ordem do capital: construção compartilhada do conhecimento sobre trabalho e saúde com operários no Vale do Aço-MG. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

BRITO, Thaís Cecília dos Santos; PEIXINHO, Bianca Cardoso; PIRRÓ, Juliana Camargo de Faria; OLIVEIRA, Rosane Suellen de; CARVALHO, Polyana Loureiro Ferreira de; SILVA, Diogivânia Maria da; SANTOS, Mariana Olívia Santana dos. Territórios Saudáveis e Sustentáveis: estratégias de cuidado para a saúde da população negra do campo em Caruaru/Pernambuco. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. 131, p. 1017-1032, out./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-1104202113106I.

FERRAZ, D. L. S.; BECHARA-MAXTA, B. S.. Trabalho e saúde no setor bancário: resgate do pensamento crítico marxista da medicina social latino-americana.

Revista Eletrônica de Administração, v. 28, n. 3, p. 662–696, 14 dez. 2022.

FLORÊNCIO, Hellenkarla Rodrigues; FERRAZ, Janaynna de Moura. Trabalho e endometriose: saúde e doença das mulheres diante das contradições do capitalismo. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 408-433, set. 2025. ISSN 1677-7387. DOI: https://doi.org/10.21529/RECADM.2025016.

GOMES, Wanessa da Silva; GURGEL, Idê Gomes Dantas; FERNANDES, Saulo Lüders. Determinação social da saúde numa comunidade quilombola: análise com a matriz de processos críticos. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 143, p. 140-161, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.275.

GOMES, Wanessa da Silva; GURGEL, Idê Gomes Dantas; FERNANDES, Saulo Luders. Saúde quilombola: percepções em saúde em um quilombo do agreste de Pernambuco/Brasil. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 30, n. 3, e190624, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190624.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAURELL, A. C. La salud-enfermedad como proceso social. Revista Latinoamericana de Salud. México, 2, 1982, p. 7-25. Trad. E. D. Nunes.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de produção. Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. p. 99–144.

LAURELL, A. C. Trabalho e saúde no México. Trad.: Fernando Farias. Saúde Camarada, 2024. 31 p.

MORAIS, Ariane Cedraz; ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; TEIXEIRA, Jules Ramon Brito; CARNEIRO, Cíntia Maria Moraes. Trabalho invisível, sobrecarga real: trabalho doméstico e as marcas da desigualdade de gênero. Revista

Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 51, edgt2, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369/13925pt2026v51edgt2.

NASCIMENTO, Emilly Bezerra Fernandes do. O capital como indústria do sofrimento: crítica à análise do processo trabalho-saúde pelo Serviço Social. 2024. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

OLIVEIRA, Simone Santos et al. Relações sociais de sexo/gênero, trabalho e saúde: contribuições de Helena Hirata. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. spe1, p. 137-153, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-11042021E111.

OLIVEIRA, Simone Santos et al.a. Vigilância popular em saúde: conceitos, experiências e desafios no contexto brasileiro. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 28, e240304, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/interface.240304.

PARKS, Leticia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina. Mulheres negras e marxismo. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.

QUEIROZ, Giovanni Sampaio; LEITE, Jáder Ferreira; NASCIMENTO, Maria Valquíria Nogueira do. Interseccionalidade e produção da saúde mental das mulheres quilombolas do Grilo, Paraíba. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 37, e301108, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2025v37301108.

SÁ, Fernanda Diniz. et al. Gênero como determinante social da saúde de trabalhadoras plataformizadas de moto entregas. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 49, n. especial 2, e210500P, ago. 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/2358-28982025E210500P.

SOUSA, Camila Carvalho de; ARAÚJO, Tânia Maria de. Efeitos combinados de gênero, raça e estressores ocupacionais na saúde mental. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 49, edepi12, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369/15222pt2024v49edepi12.

SOUZA, Katia Reis de; GUARANY, Alzira Mitz Bernardes; SOUZA, Claudia March Frota de. Vida Além do Trabalho? Notas sobre jornadas extensas, emancipação política e a saúde dos trabalhadores. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 49, n. especial 2, e10373, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/2358-28982025E210373P.

SOUZA, Rodrigo Neves Amaral de et al.. Expressões de racismo no trabalho, na perspectiva de mulheres negras Agentes Comunitárias de Saúde. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 23, e03318308, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs3318.

TROTSKI, Leon. Contra la burocracia progresista y no progresista. Disponível em https://ceip.org.ar/X-Contra-la-burocracia-progresista-y-no-progresista.

VICENTE, Teresa Aracena. As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde. 2018. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.5.2018.tde-02082018-103012.

Anexos

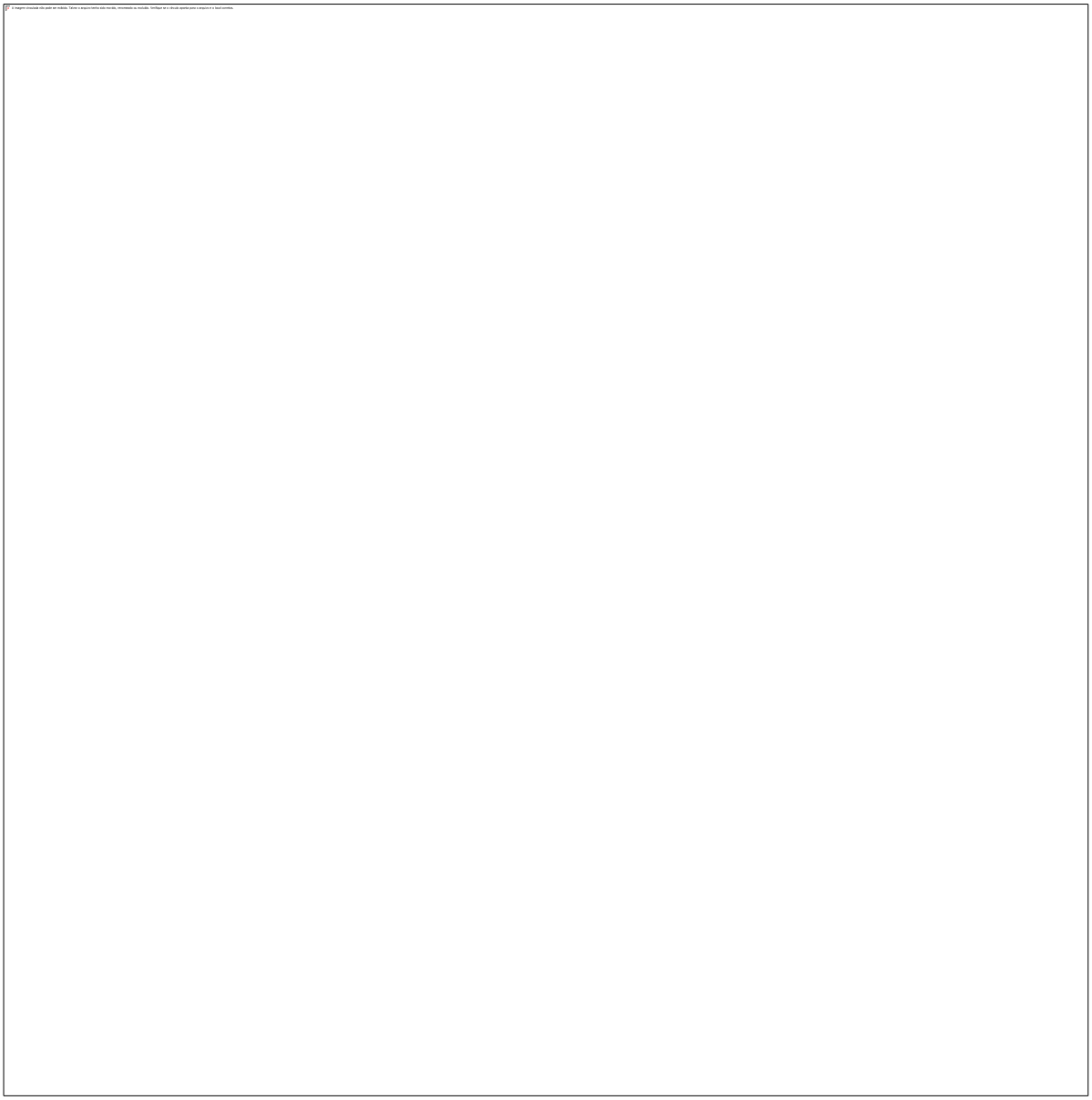


Figura 1 - Fluxograma sobre RSL



Figura 2 - Nuvem de palavras



Figura 3 - Áreas do conhecimento identificadas



Figura 4 - Revistas em que os artigos foram publicados

CÓDIGO: HS0982

AUTOR: HELLEN DAYANE DIAS SOUZA

ORIENTADOR: FABRICIO GERMANO ALVES

TÍTULO: ANÁLISE DO MARCO REGULATÓRIO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR BASEADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO DO ENSINO

Resumo

A pesquisa científica em tela objetiva investigar a estruturação e a eficácia do marco regulatório da Educação Superior no Brasil, fundamentado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A problemática central busca compreender de que maneira essas normativas, operacionalizadas pelas diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atuam como um mecanismo garantidor capaz de equilibrar a expansão acelerada do acesso ao ensino no século XXI com a proteção da sociedade contra a precarização e a mercantilização. A hipótese levantada é a de que o marco regulatório atua como um filtro estatal indispensável para garantir que o aumento de vagas ocorra de forma segura e acompanhado de parâmetros de qualidade. Para atingir tais fins, o estudo baseia-se em uma pesquisa de natureza aplicada e do tipo descritiva, conduzida por meio do método hipotético-dedutivo com abordagem qualitativa, a partir de revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados parciais evidenciam que, de fato, a regulamentação estatal e a avaliação contínua atuam como um escudo protetor do sistema de ensino, sendo fundamentais para que a democratização do acesso não resulte na perda da excelência acadêmica.

Palavras-chave: Educação Superior. Marco Regulatório. SINAES. Avaliação.

TITLE: ANALYSIS OF THE HIGHER EDUCATION REGULATORY FRAMEWORK BASED ON THE FEDERAL CONSTITUTION AND THE LAW OF DIRECTIVES AND BASES OF EDUCATION AND ITS CONTRIBUTION TO THE EXPANSION OF EDUCATION

Abstract

The scientific research at hand aims to investigate the structuring and effectiveness of the regulatory framework of Higher Education in Brazil, based on the Federal Constitution of 1988 and the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB). The central problem seeks to understand how these regulations, operationalized

by the guidelines of the Ministry of Education (MEC) and the National System of Higher Education Evaluation (SINAES), act as a guaranteeing mechanism capable of balancing the accelerated expansion of access to education in the 21st century with the protection of society against precariousness and commercialization. The hypothesis raised is that the regulatory framework acts as an indispensable state filter to ensure that the increase in vacancies occurs safely and is accompanied by quality parameters. To achieve these ends, the study is based on applied research of a descriptive type, conducted through the hypothetico-deductive method with a qualitative approach, based on a literature review and documentary analysis. The partial results show that, in fact, state regulation and continuous evaluation act as a protective shield for the education system, being fundamental so that the democratization of access does not result in the loss of academic excellence.

Keywords: Higher Education. Regulatory Framework. SINAES. Evalution.

Introdução

De modo geral, em relação à fundamentação dos direitos sociais, observa-se que o Direito Educacional aplicado à Educação Superior constitui um pilar essencial para o desenvolvimento humanístico e estrutural do país. Historicamente, a educação universitária figura como um bem jurídico inegociável, sendo indispensável a sua organização sistemática para garantir a efetividade da prestação desse serviço à sociedade.

De modo mais delimitado, constata-se que o presente estudo foca no marco regulatório da Educação Superior no Brasil. Em específico, a pesquisa analisa como as diretrizes constitucionais e infraconstitucionais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estruturam a criação, a organização e a regulação pública das instituições, englobando universidades, faculdades e centros universitários, para garantir a expansão do acesso aliada à manutenção da qualidade.

Nessa perspectiva, ante a referida contextualização, a problemática desta pesquisa converge para a seguinte indagação: de que maneira o marco regulatório da Educação Superior brasileira, operacionalizado pelas diretrizes do MEC e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atua como um mecanismo garantidor para equilibrar a expansão acelerada do acesso no século XXI com a proteção da sociedade contra a precarização e a mercantilização do ensino?

Como hipótese, considera-se que o referido marco regulatório, quando aplicado de forma rigorosa e isonômica, possui o condão de atuar como um filtro estatal. De fato, averigua-se que as avaliações do SINAES impedem a precarização ao exigir padrões de excelência contínuos, semelhantemente à ampliação de vagas, sob pena de sustação das atividades das instituições que operam à margem da qualidade exigida.

No que se alude à justificativa, evidencia-se que a pesquisa é relevante pela necessidade contemporânea de compreender as bases jurídicas que garantem a educação como um direito fundamental e social, ipsis litteris ao previsto na Constituição Federal de 1988. Sob tal conjuntura, o Brasil vivencia uma expansão sem precedentes do ensino superior, o que exige um olhar técnico-jurídico para analisar como o Estado garante a regulação

pública, gerando retornos significativos para pesquisadores, docentes e discentes e evitando o desvirtuamento do ensino.

De modo geral, com o escopo de responder à problemática, o objetivo geral desta pesquisa é descrever e analisar o marco regulatório da Educação Superior no Brasil, compreendendo de que forma suas normativas contribuem para a expansão do acesso ao ensino aliada à garantia da qualidade institucional.

De modo mais específico, a fim de viabilizar a execução do estudo, visa-se: a) identificar os parâmetros jurídicos que integram o marco regulatório no âmbito internacional, constitucional e infraconstitucional; b) destacar e descrever os principais diplomas normativos que regulamentam a criação, organização e avaliação das diferentes instituições, com ênfase nas diretrizes do MEC e no SINAES; e c) analisar as disposições normativas em estudo para discutir como a regulação pública busca equilibrar a ampliação do acesso à educação com a mitigação de práticas mercantilistas.

Metodologia

Para suprir tais objetivos, sob análise metodológica, utiliza-se de pesquisa de natureza aplicada e método hipotético-dedutivo. O estudo perfaz um tipo descritivo com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de procedimentos técnicos consubstanciados em revisão bibliográfica e análise documental da normatização constitucional e infraconstitucional vigente.

Sob um aspecto estrutural, nota-se que o trabalho se divide em três seções de desenvolvimento, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, abordam-se os fundamentos do marco regulatório a partir da Constituição Federal e da LDB. Em segundo lugar, descreve-se a estrutura e a regulação institucional com foco nas diretrizes do MEC e no papel do SINAES. Em terceiro lugar, analisa-se a ampliação do ensino superior no século XXI, ponderando a dicotomia entre o acesso e a garantia da qualidade.

Por derradeiro, espera-se, como resultado, demonstrar como o SINAES atua na prática como um filtro regulatório essencial, comprovando-se que a democratização do acesso não deve resultar na perda da excelência acadêmica. Ademais, com esta investigação, almeja-se produzir conhecimentos que subsidiem soluções jurídicas seguras para a regulação do ensino superior, garantindo a disseminação de um estudo que proteja o caráter social da educação no país.

Resultados e Discussões

3 OS FUNDAMENTOS DO MARCO REGULATÓRIO: A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Em relação à fundamentação dos direitos sociais, a educação deve ser compreendida em uma perspectiva global antes de sua positivação nacional. No que se refere à sua dimensão universal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) consagra no art. 26 que toda pessoa detém o direito intrínseco à educação. Acerca do pensamento apresentado, é importante ressaltar que a instrução técnica e profissional deve ser generalizada, simultaneamente ao acesso aos estudos superiores, que deve ser igualitário e baseado no mérito (ONU, 1948). Constata-se, com base nisso, que a comunidade internacional antecede e inspira o texto da Constituição Federal, somando-se às exigências históricas da própria sociedade brasileira (Vieira, 2001).

Nesse panorama, a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) alça a educação ao patamar máximo de direito fundamental e social. Em específico, o art. 6º elenca a educação como o primeiro dos direitos sociais constitucionais. Noutra senda, o art. 205 define a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família" (Brasil, 1988). Evidencia-se, por meio de tais ditames constitucionais, a obrigatoriedade de prestações positivas estatais para possibilitar melhores condições de vida, atuando ativamente na equalização e mitigação de situações sociais desiguais (Vieira, 2001).

Nesse aspecto, para fins de assegurar o direito à educação, o ordenamento jurídico pátrio estruturou normas infraconstitucionais. A regulamentação basilar no campo ocorreu mediante a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Peixoto; Pinto, 2021). Identifica-se que a referida legislação, em seu art. 9º, inciso IX, estipula que cabe à União o dever de "autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar" os cursos e os estabelecimentos do sistema federal de ensino (Brasil, 1996). Em referência à exigência, a mesma normativa dita em seu art. 46 que a autorização e o credenciamento de instituições possuirão prazos limitados, devendo ser renovados de forma periódica após um contínuo processo regular de avaliação (Brasil, 1996).

Sob tal enfoque, é determinante destacar a amplitude material dessa política normativa, que ultrapassa as simples diretrizes de sala de aula. Conforme o posicionamento de Vieira (2001), percebe-se que o Direito Educacional "não se reduz a uma simples, às vezes simplória, exposição da legislação do ensino". Explicando em outras palavras, o autor quis ponderar que a educação perfaz um bem jurídico indissociável das relações sociais, configurando-se estruturalmente como direito público subjetivo. Observa-se que, devido a essa força de direito de ação, o indivíduo e a coletividade asseguram a faculdade de exigir judicial e administrativamente do Poder Público o cumprimento das referidas prestações educacionais (Vieira, 2001).

De fato, o Estado para além de assegurar o direito a educação, editou bases normativas que impõem a sua regulação contínua e incisiva pelo aparato governamental. Averigua-se que a dimensão dos direitos e obrigações do Estado, a promoção do acesso, o zelo rigoroso sobre as diretrizes de qualidade, e a operacionalização dos processos de regulação, compõe a sustentação de uma oferta de ensino salutar (Dourado; Moraes; Siqueira, 2024). Com o propósito de salvaguardar a coerência do sistema contra a precarização, os atos regulatórios e avaliativos estabelecem os limites necessários para o funcionamento das instituições (Peixoto; Pinto, 2021). O descumprimento inescusável de tais ditames legais enseja, inclusive, a iminente sustação dos atos autorizativos de cursos irregulares ofertados pela mantenedora, visando à proteção do alunado (Brasil, 1996).

Por derradeiro, conclui-se que o arcabouço normativo até aqui perscrutado cria uma profunda obrigação estatal e um marco regulatório complexo de responsabilidades ativas. A fim de que essas imposições legais ultrapassem a seara teórica e afiancem um rigoroso padrão sistêmico, foi estritamente indispensável a delegação de tarefas de execução e de controle contínuo a instâncias diretivas próprias. À vista disso, a exigência de gerir de forma eficiente a materialidade institucional encaminha a análise posterior para o entendimento das diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação e para o inegável papel normatizador exercido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

4 ESTRUTURA E REGULAÇÃO INSTITUCIONAL: DIRETRIZES DO MEC E O PAPEL DO SINAES

Em relação à gestão prática do ensino superior no Brasil, evidencia-se que tal responsabilidade recai centralmente sobre o Poder Executivo, notadamente por intermédio do Ministério da Educação (MEC). Com o propósito de organizar e fiscalizar o sistema, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estipula que cabe à União o dever de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar as instituições e os respectivos cursos (Brasil, 1996). Nesse cenário, o MEC, por meio de secretarias específicas, como a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), atua como o órgão superior na formulação das diretrizes normativas diárias do sistema federal de ensino (Soares, 2021; Verhine, 2015).

No que se refere à organização sistêmica, constata-se a classificação normativa das entidades em diferentes modelos acadêmicos, faculdades, centros universitários e universidades (Brasil, 2026). A LDB diferencia essas instituições conferindo graus distintos de autonomia e níveis de exigência organizacional; as universidades, por exemplo, caracterizam-se legalmente pela pluridisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, exigindo-se titulação stricto sensu (mestrado ou doutorado) para pelo menos um terço de seu corpo docente, além de regime de tempo integral (Brasil, 1996).

A fim de garantir a qualidade desse ecossistema diversificado, o Estado instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), por meio da Lei nº 10.861/2004 (Verhine, 2015). O Sinaes figura como a principal ferramenta prática de verificação contínua e sistêmica, estruturando-se em dez dimensões que congregam indicadores voltados para a avaliação institucional, de cursos e de desempenho estudantil (Ferronato, 2017). Acerca do pensamento apresentado, é importante ressaltar que os resultados do Sinaes fornecem os indicadores centrais e o referencial básico para a política de regulação da oferta e expansão coordenada pelo MEC (Ferronato, 2017; Verhine, 2015).

Ante a necessidade de fiscalização, analisa-se que a avaliação carrega inerentes tensões histórico-políticas entre a sua função formativa-emancipatória e a sua vertente de controle estatal (Rothen, 2006). É oportuno destacar que, na prática burocrática, o Estado utiliza o Sinaes não apenas para diagnosticar a qualidade, mas como um rigoroso mecanismo de regulação punitiva e saneadora.

Conforme Verhine (2015), percebe-se que resultados insatisfatórios nas avaliações ensejam a celebração obrigatória de protocolos de compromisso, podendo acarretar a

sustação de novos vestibulares, redução de vagas ou até mesmo o descredenciamento sumário da instituição. Não se pode deixar de frisar as ideias do pensamento acima exposto, pois elas evidenciam que o Estado exige esses padrões mínimos com o escopo de impedir que as entidades operem sem nenhuma qualidade, protegendo a sociedade de uma mercantilização desenfreada do ensino superior (Dourado; Moraes; Siqueira, 2024).

Por derradeiro, toda essa complexa estrutura institucional e avaliativa balizada pelo MEC possui um norte muito claro para o século XXI. Tem o condão de permitir a democratização do ensino e assegurar que mais pessoas ingressem nas faculdades e universidades, contudo, sem que haja a perda da excelência acadêmica exigida (Verhine, 2015). Sob tal conjuntura, o Sinaes atua como um filtro regulatório indispensável, garantindo que o acesso expandido ao nível superior seja indissociavelmente acompanhado de parâmetros efetivos de qualidade institucional (Dourado; Moraes; Siqueira, 2024).

5 A AMPLIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XXI: ENTRE O ACESSO E A GARANTIA DA QUALIDADE

Quanto à conjuntura contemporânea, introduz-se o cenário do século XXI marcado pelo crescimento exponencial da busca pelo ensino superior no Brasil. Observa-se que a ampliação do acesso à educação se consolidou como uma das questões mais relevantes e discutidas atualmente, impulsionada por políticas públicas de democratização, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a implementação de ações afirmativas, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) (Peixoto; Pinto, 2021; Santos, 2019).

Constata-se, por meio de dados do Censo da Educação Superior, um salto vertiginoso no número de matrículas, em específicona modalidade a distância (EaD), que passou de cerca de cinco mil alunos em 2001 para mais de quatro milhões em 2022 (Dourado; Moraes; Siqueira, 2024).

Nesse cenário, é determinante destacar o problema central que desafia o Estado brasileiro: o complexo equilíbrio entre a expansão acelerada de vagas, focada no acesso massivo, e a manutenção de um padrão rigoroso de excelência acadêmica. Conforme Verhine (2015), percebe-se que a regulação estatal necessita harmonizar as metas de democratização do ingresso estudantil com a exigência inegociável de uma prestação de serviços de qualidade. Não se pode deixar de frisar as ideias do pensamento acima exposto, pois elas evidenciam que a mera criação de vagas, desacompanhada de parâmetros efetivos, pode gerar uma expansão predatória e deficiente (Dourado; Moraes; Siqueira, 2024).

Nessa perspectiva, analisa-se como o marco regulatório permite e normatiza o referido acesso. A legislação brasileira, consubstanciada na LDB e nas portarias do MEC, autoriza a criação e a estruturação de diferentes modelos institucionais, organizando o sistema em faculdades, centros universitários e universidades por todo o território nacional (Brasil, 1996; Ferronato, 2017). Com o escopo de capilarizar o ensino, essa diversificação institucional facilita a democratização da educação superior, permitindo

que a oferta educacional alcance regiões e contingentes populacionais historicamente excluídos do ambiente acadêmico (Dourado; Moraes; Siqueira, 2024; Santos, 2019).

Semelhantemente à ampliação, é oportuno destacar de que forma a legislação atua para assegurar a qualidade. De fato, o aumento do acesso só se torna seguro para a sociedade porque o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) funciona como um rigoroso "filtro" institucional (Verhine, 2015). Com a finalidade de evitar distorções no sistema, o MEC exige que as instituições obtenham conceitos avaliativos satisfatórios para que continuem operando (Verhine, 2015). Acerca disso, verifica-se que o descumprimento dos índices de qualidade enseja sanções severas e progressivas, desde a suspensão de novos processos seletivos até a cassação da autorização de funcionamento e o descredenciamento definitivo da instituição (Brasil, 1996; Verhine, 2015).

Nessa lógica, as garantias de direito social consagradas na Constituição Federal e na LDB, voltadas ao acesso, somadas à forte atuação do MEC e do Sinaes, focadas na regulação pública e na avaliação, formam uma engrenagem indissociável e de suma importância (Brasil, 1988; Brasil, 1996). Sob esse viés, Dourado, Moraes e Siqueira (2024) entendem que todo esse aparato normativo tem o intuito de proteger a sociedade, agindo como um escudo do Estado contra o avanço da financeirização, da mercantilização desenfreada capitaneada por grandes oligopólios educacionais e da uberização do trabalho docente, evitando, substancialmente, a precarização da educação no Brasil.

Conclusão

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, no que se refere à efetivação dos direitos sociais, reitera-se que o Direito Educacional aplicado à Educação Superior representa um pilar fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Especificamente, a presente pesquisa, que ainda se encontra em andamento, delimita-se à análise do marco regulatório da Educação Superior, perscrutando como as diretrizes constitucionais e infraconstitucionais, consubstanciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estruturam a criação, a organização e a regulação pública das instituições. Com o escopo de compreender esse cenário, o estudo foca na expansão do acesso estudantil garantida concomitantemente à inegociável manutenção da qualidade do ensino.

Nessa perspectiva, salienta-se que a problemática central deste estudo consiste em investigar de que maneira o marco regulatório — operacionalizado pelas diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) — atua como um mecanismo garantidor capaz de equilibrar a expansão acelerada do acesso no século XXI com a proteção da sociedade contra a precarização e a mercantilização. A fim de responder a essa indagação, a pesquisa estrutura-se na exploração das seguintes vertentes de desenvolvimento: a) a averiguação dos fundamentos constitucionais e infraconstitucionais do marco regulatório; b) a descrição da estrutura e da regulação institucional ditadas pelo MEC e pelo SINAES; e c) a análise da dicotomia entre a ampliação do ensino superior contemporâneo e a

garantia de sua excelência.

Nesse viés, resume-se o percurso da investigação até o presente momento. Em primeiro lugar, averiguou-se que a Constituição Federal e a LDB estabelecem a educação como um direito de todos e um dever do Estado, obrigando o poder público a avaliar e regular o sistema de ensino de forma ininterrupta. Em segundo lugar, constatou-se que o MEC delega a órgãos específicos a função de fiscalizar as universidades, os centros universitários e as faculdades, utilizando o SINAES como ferramenta primária e referencial básico para aferir a eficácia institucional. Em terceiro lugar, observou-se que o século XXI trouxe o desafio da expansão massiva, impulsionada por políticas públicas e pela modalidade a distância, o que demandou do Estado uma postura vigilante para coibir a degradação acadêmica e a atuação predatória de grandes oligopólios educacionais.

Diante do exposto, como resposta preliminar à problemática e à hipótese levantada no limiar deste estudo, ressalta-se que o marco regulatório brasileiro atua, de fato, como um filtro estatal indispensável. Percebe-se que as normativas não apenas autorizam a capilaridade das instituições, mas também impõem a avaliação como um escudo protetor para a sociedade. Ou seja, ao atrelar a renovação de atos autorizativos à obtenção de conceitos satisfatórios, o Estado garante que a democratização do acesso não ocorra à custa da qualidade, evitando a m

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; SIQUEIRA, Romilson Martins. Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização. Educação & Sociedade, Campinas, v. 45, e286167, 2024. DOI:https://doi.org/10.1590/ES.286167.

FERRONATO, Felipe Barbosa. Interfaces entre avaliação institucional e gestão de instituições de ensino superior: um estudo a partir do Sinaes. Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional, Santa Maria, v. 6, n. 11, p. 21-43, jan./abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral em sua resolução 217 A (III) de 10 de dezembro de 1948. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2024.

PEIXOTO, Maria Carmo Lacerda; PINTO, Jane Cristina da Silva. Construção do marco regulatório da educação superior brasileira. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 26, n. 3, p. 845-865, nov. 2021. DOI:http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772021000300011.

ROTHEN, José Carlos. Ponto e contraponto na Avaliação Institucional: análise dos documentos de implantação do SINAES. Educação: Teoria e Prática, v. 15, n. 27, p. 119-137, jul./dez. 2006.

SANTOS, Juliana Silva. O discurso sobre as cotas raciais antes da Lei 12.711/2012: letramentos acadêmicos e a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 1-28, mar. 2019. DOI:http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398201912962.

SOARES, Rogéria Pereira Fernandes. A3ES e SINAES/MEC: estudo comparado dos contextos institucionais e políticos de avaliação e regulação do sistema de qualidade da educação superior em Portugal e no Brasil - Sentidos e identidades dos dois lados de uma mesma moeda. 2021. Tese (Doutorado em Currículo e Inovação Pedagógica) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da Madeira, Funchal, 2021.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 20, n. 3, p. 603–619, nov. 2015.

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, p. 9-29, nov. 2001.

CÓDIGO: HS0992

AUTOR: DAIANE BERNARDO DA COSTA

ORIENTADOR: WILKER RICARDO DE MENDONCA NOBREGA

TÍTULO: Turismo, crises socioambientais e participação social: atuação da comunidade de Jacarapé diante dos desafios gerados pela implantação do Polo turístico Cabo Branco em João Pessoa-PB

Resumo

O presente estudo analisa os impactos socioambientais relacionados à implantação do Polo Turístico Cabo Branco sobre a comunidade de Jacarapé, em João Pessoa (PB), com ênfase na participação social e na articulação comunitária diante das transformações ocorridas no território. A pesquisa parte da compreensão de que a implantação de grandes empreendimentos turísticos pode produzir mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais, afetando diretamente comunidades tradicionais e seus modos de vida. O estudo busca compreender a importância da organização da comunidade de Jacarapé frente às transformações provocadas pelo Polo, considerando as relações entre poder público, iniciativa privada e população local. Para isso, foram utilizados procedimentos de pesquisa qualitativa, incluindo levantamento bibliográfico e documental, análise de entrevistas e questionários realizados no âmbito da pesquisa, além da análise de informações relacionadas ao processo de implantação do empreendimento. Os resultados apontam a existência de conflitos relacionados ao uso e à ocupação do território, à proteção ambiental, à permanência da comunidade e à participação nas decisões públicas. Também evidenciam a importância da articulação comunitária como forma de resistência, diálogo e defesa do território.

Palavras-chave: Turismo; conflitos socioambientais; participação social; comunidade.

TITLE: Tourism, socio-environmental crises and social participation: the role of the Jacaré community in the challenges generated by the implementation of the Cabo Branco Tourist Complex in João Pessoa-PB

Abstract

This study analyzes the socio-environmental impacts related to the implementation of the Cabo Branco Tourist Complex on the Jacarapé community in João Pessoa, Paraíba, Brazil, with an emphasis on social participation and community organization in response to the transformations occurring in the territory. The research is based on the

understanding that the implementation of large tourism developments can produce economic, social, environmental, and cultural changes, directly affecting traditional communities and their ways of life. The study seeks to understand the importance of the organization of the Jacarapé community in the face of the transformations caused by the Complex, considering the relationships between public authorities, private initiatives, and the local population. To this end, qualitative research procedures were used, including a bibliographic and documentary review, analysis of interviews and questionnaires conducted as part of the research, as well as an analysis of information related to the implementation process of the development. The results indicate the existence of conflicts related to land use and occupation, environmental protection, the community's permanence in the territory, and participation in public decision-making. They also highlight the importance of community organization as a means of resistance, dialogue, and defense of the territory.

Keywords: Tourism; socio-environmental conflicts; social participation; communit

Introdução

O turismo é uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos territórios, principalmente por meio da geração de empregos, renda e valorização dos atrativos locais. No entanto, a implantação de grandes empreendimentos turísticos também pode provocar mudanças significativas no território, envolvendo questões ambientais, sociais, culturais e econômicas. Quando essas transformações ocorrem em áreas ocupadas por comunidades tradicionais, torna-se importante considerar não apenas os benefícios econômicos do turismo, mas também os impactos sobre os modos de vida, a permanência da população e o uso do território.

Nesse contexto, destaca-se o Polo Turístico Cabo Branco, localizado em João Pessoa, no estado da Paraíba. O empreendimento possui uma trajetória marcada por diferentes períodos de planejamento, dificuldades administrativas, questões fundiárias, ambientais e jurídicas, além de mudanças relacionadas à sua implantação. A proposta de desenvolvimento turístico para a área envolve a instalação de hotéis, resorts, parques, equipamentos de lazer e outros serviços, promovendo transformações em uma região que também possui importância ambiental e social.

Entre os territórios relacionados a esse processo encontra-se a comunidade de Jacarapé, que possui uma relação histórica com o território e com os recursos naturais locais. Diante das transformações provocadas pelo avanço do empreendimento turístico, surgem discussões relacionadas à proteção ambiental, à permanência da comunidade, ao uso e à ocupação do território e à participação da população nas decisões que interferem diretamente em seu espaço de vida.

Dessa forma, a participação social e a articulação comunitária tornam-se elementos importantes para compreender os conflitos e as transformações presentes no território. A organização da comunidade pode contribuir para ampliar sua capacidade de diálogo com o poder público e outros atores envolvidos, além de fortalecer a defesa de seus interesses, de seus modos de vida e de sua permanência no território. Assim, compreender essas formas de organização permite analisar o turismo para além de sua dimensão econômica, considerando também as relações de poder e os diferentes

interesses existentes no processo de desenvolvimento turístico.

A partir dessa perspectiva, este estudo busca compreender a importância da articulação da comunidade de Jacarapé diante das transformações relacionadas à implantação do Polo Turístico Cabo Branco, considerando os impactos socioambientais, a participação social e os conflitos territoriais presentes nesse processo. Também se busca refletir sobre possibilidades de desenvolvimento turístico que valorizem a comunidade, seus saberes e sua identidade, destacando o turismo de base comunitária como uma alternativa que pode contribuir para a geração de renda e para a permanência da população no território, desde que articulado à proteção ambiental, às políticas públicas e à participação efetiva da comunidade nas decisões sobre o seu território.

Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa e exploratória, tendo como campo de estudo a comunidade tradicional de Jacarapé, no litoral da Paraíba, considerando o período de 2020 a 2026. O estudo busca compreender a participação social da comunidade e as estratégias de resistência e adaptação diante dos impactos relacionados ao Polo Turístico Cabo Branco.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram articulados diferentes procedimentos de investigação, incluindo levantamento bibliográfico e documental, análise de notícias e conteúdos de redes sociais e entrevistas realizadas anteriormente. O levantamento bibliográfico utilizou o método ProKnow-C, com seleção de produções relacionadas ao turismo, conflitos, gestão de crises e zonas costeiras.

O estudo também contou com oito entrevistas, realizadas entre abril e maio de 2026, com diferentes atores relacionados à comunidade e ao tema investigado. As entrevistas foram conduzidas de forma remota e posteriormente transcritas para análise.

A interpretação das entrevistas foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo organizar as informações em categorias relacionadas às políticas públicas, aspectos sociais, organização e participação comunitária, riscos e alternativas para o turismo.

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa evidenciam que a implantação do Polo Turístico Cabo Branco está relacionada a diferentes transformações no território de Jacarapé, envolvendo aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos. A análise das informações levantadas demonstra que os impactos do desenvolvimento turístico não se limitam à possibilidade de geração de emprego e renda, mas também envolvem questões

relacionadas à permanência da comunidade, ao uso do território e à participação da população nas decisões que interferem diretamente em seu espaço de vida.

Entre os principais aspectos identificados estão os conflitos relacionados ao uso e à ocupação do território. A implantação de um empreendimento turístico de grande porte em uma área que possui importância ambiental e que também é utilizada historicamente pela comunidade gera diferentes interesses entre o poder público, o setor privado e a população local. Nesse processo, a comunidade pode enfrentar dificuldades para participar de forma efetiva das decisões e para garantir que suas necessidades sejam consideradas no planejamento do desenvolvimento turístico.

A questão ambiental também aparece como um elemento importante nos resultados. A comunidade de Jacarapé possui uma relação histórica com os recursos naturais existentes no território, especialmente com áreas de mangue e com atividades relacionadas à pesca artesanal. Dessa forma, as alterações no espaço provocadas pelo desenvolvimento de novos empreendimentos podem representar riscos não apenas para o meio ambiente, mas também para práticas tradicionais e para formas de sustento e de relação da população com o território.

Nesse cenário, a articulação comunitária apresenta-se como uma importante estratégia de resistência, diálogo e defesa territorial. A organização da comunidade possibilita a construção de ações coletivas e amplia a capacidade de reivindicar direitos, participar das discussões e acompanhar decisões relacionadas ao processo de transformação do território. Os resultados demonstram, portanto, que a participação social não deve ser compreendida apenas como uma etapa formal do planejamento, mas como um processo necessário para que as comunidades diretamente afetadas possam contribuir efetivamente para as decisões sobre o território.

Outro resultado importante está relacionado às diferentes possibilidades de desenvolvimento turístico. Embora o turismo possa gerar oportunidades econômicas, os resultados indicam a necessidade de pensar modelos que estejam associados à valorização da população local e à proteção dos recursos naturais. Nesse sentido, o turismo de base comunitária apresenta-se como uma possibilidade para a comunidade de Jacarapé, pois pode contribuir para a geração de renda por meio da valorização dos saberes, das práticas culturais, da identidade territorial e das relações estabelecidas pela comunidade com o ambiente.

Entretanto, a existência dessa possibilidade não significa que o turismo de base comunitária possa ser desenvolvido de forma isolada. Para que seus benefícios sejam efetivos, são necessários apoio institucional, políticas públicas, proteção territorial e ambiental e participação contínua da comunidade. Dessa maneira, o turismo pode ser pensado como uma atividade complementar às práticas existentes no território, e não como um processo que substitua ou descaracterize os modos de vida da população.

A discussão dos resultados também permite compreender que o desenvolvimento turístico envolve relações de poder. Enquanto grandes empreendimentos possuem capacidade de investimento e apoio institucional, as comunidades locais precisam desenvolver formas de organização para que seus interesses sejam reconhecidos. Assim, a articulação comunitária assume papel fundamental na busca por maior equilíbrio entre

os diferentes atores envolvidos no processo de desenvolvimento do Polo Turístico Cabo Branco.

Dessa forma, os resultados reforçam a importância de um planejamento turístico que considere as dimensões social, ambiental, cultural e territorial. O desenvolvimento de um destino turístico não deve ser avaliado somente pela quantidade de investimentos ou pela capacidade de atrair visitantes, mas também pelos efeitos produzidos sobre as comunidades e sobre o ambiente. No caso de Jacarapé, a participação social e a articulação comunitária mostram-se fundamentais para garantir que as transformações relacionadas ao turismo ocorram de maneira mais democrática, sustentável e compatível com a permanência e a valorização da comunidade.

Conclusão

A pesquisa permitiu compreender a importância da articulação da comunidade de Jacarapé diante das transformações relacionadas à implantação do Polo Turístico Cabo Branco. Os resultados mostram que o processo de desenvolvimento turístico envolve questões que ultrapassam os aspectos econômicos, alcançando dimensões sociais, ambientais, culturais e territoriais que afetam diretamente a comunidade e sua relação com o território.

Nesse contexto, a participação social e a articulação comunitária apresentam-se como elementos fundamentais para que a população possa acompanhar, discutir e se posicionar diante das decisões relacionadas às transformações do território. A organização comunitária também se mostra importante para a defesa da permanência da população, da proteção ambiental e da valorização dos modos de vida e dos saberes construídos historicamente pela comunidade.

A pesquisa também evidencia que o turismo pode representar uma possibilidade de geração de renda e valorização do território, especialmente por meio de iniciativas de turismo de base comunitária. Entretanto, para que essa possibilidade contribua efetivamente para a comunidade, é necessário que esteja associada à proteção ambiental, ao apoio das políticas públicas e à participação da população nas decisões relacionadas ao desenvolvimento turístico.

Conclui-se que a implantação de grandes empreendimentos turísticos deve considerar os diferentes interesses e sujeitos presentes no território. No caso de Jacarapé, fortalecer a participação social e a articulação comunitária é essencial para que o desenvolvimento turístico não ocorra de forma dissociada das necessidades da população local. Dessa forma, o planejamento do turismo deve buscar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental, valorização cultural e garantia da participação da comunidade nas decisões sobre seu território.

Referências

BAEZ, G. C. O. (2018). Laudo antropológico e luta por reconhecimento de direitos: o caso do Jacarapé (PB).

CASTRO, C. M. de; PINTO, R. (2013). Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. Caderno Virtual de Turismo, 13(2), 213–226.

FREY, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, p. 211–259.

LEFEBVRE, H. (1991). The production of space. Basil Blackwell.

LITTLE, P. E. (2006). Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, 12(25), 85–103. https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005

MEDEIROS, L. da C.; MORAES, P. E. S. (2013). Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, 3(2), 197–234.

MERTENS, F.; BURGOS, A. (2015). Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. Pasos, 13, 57. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.004

MILANI, C. R. S. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública, 42(3), 551–579. https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300002

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2024). Zona costeira e marinha. Governo Federal.

MINISTÉRIO DO TURISMO. (s.d.). Polo Turístico Cabo Branco. Portal de Investimentos.

CÓDIGO: HS1018

AUTOR: GABRIELA CARLOS DE FRANCA

COAUTOR: ADNA ELIZA TEIXEIRA SANTOS

ORIENTADOR: MARCELO BRAZ MORAES DOS REIS

TÍTULO: CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL E AS CONSEQUÊNCIAS AOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Resumo

Este artigo analisa o bolsonarismo e suas tendências fascistas como expressões da extrema-direita brasileira no contexto da crise orgânica do capitalismo contemporâneo. O estudo tem por objetivo compreender as particularidades do bolsonarismo, relacionando sua emergência às contradições econômicas, políticas e sociais produzidas e intensificadas pela crise estrutural do capital. Para tanto, utiliza como procedimento metodológico a pesquisa teórica e crítico-bibliográfica, fundamentada na análise de formulações clássicas sobre o fascismo e no diálogo com as categorias de neofascismo e pós-fascismo, buscando apreender as especificidades históricas e sociais do fenômeno brasileiro. A análise evidencia que o bolsonarismo articula conservadorismo moral, anticomunismo, disseminação de desinformação, defesa de valores autoritários e ataques às instituições democráticas, mobilizando diferentes setores sociais em torno de um projeto político reacionário. Os resultados da pesquisa indicam que esse fenômeno não se restringe à atuação de uma liderança política, mas expressa contradições mais amplas da sociedade brasileira e formas contemporâneas de recomposição da extrema-direita. Conclui-se que o bolsonarismo apresenta tendências neofascistas e integra um movimento de reação conservadora diante da crise orgânica do capitalismo, assumindo particularidades relacionadas à formação social e política brasileira.

Palavras-chave: crise orgânica extrema direita; projeto ético-político.

TITLE: CONTEMPORARY CAPITALISM CRISIS, ITS PARTICULARITIES IN BRAZIL, AND THE CONSEQUENCES FOR THE CONSTITUTIVE ELEMENTS OF THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF SOCIAL WORK

Abstract

This report presents the results of the continuation of research on the crisis of contemporary capitalism, its particularities in Brazil, and its impacts on the Ethical-Political Project of Social Work. The study aims to analyze the economic, political, and ideological determinations of the structural crisis of capital and its manifestations in Brazilian reality, with an emphasis on the emergence of Bolsonarism and neo-fascist tendencies. Grounded in historical-dialectical materialism, the research is characterized as theoretical and critical-bibliographical, articulating Marxist scholarship on capitalist crises with studies on financialization, labor precarization, the globalization of capital, conservatism, the far right, fascism, and Social Work. The analyses indicate that the crisis extends beyond the economic dimension, manifesting itself in political, social, and ideological relations and contributing to the strengthening of conservative and reactionary projects. In Brazil, this process is articulated with the deepening of neoliberalism and the offensive against social rights. It is concluded that understanding these determinations is essential for analyzing the challenges posed to Social Work, defending and strengthening its Ethical-Political Project, and contributing to the construction of societal alternatives committed to human emancipation.

Keywords: organic crisis; far right; Ethical-Political Project.

Introdução

O presente relatório constitui-se enquanto continuidade do plano de trabalho intitulado “Crise do capitalismo contemporâneo, suas particularidades no Brasil e as consequências aos elementos constitutivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, iniciado em 2024 e renovado em 2025, permanecendo em vigência até a presente data. Desenvolvida em diferentes etapas, a pesquisa teve, em seu primeiro período de vigência, o objetivo de compreender os fundamentos da crise contemporânea do capitalismo e suas repercussões sobre a realidade brasileira. Nesse percurso, foram realizados estudos fundamentados na crítica da economia política e no materialismo histórico-dialético, buscando apreender a crise capitalista em sua totalidade e em suas múltiplas determinações. Esse acúmulo teórico constituiu a base para o aprofundamento realizado na etapa atual da investigação. Partiu-se, assim, da compreensão de que a crise capitalista, evidenciada a partir da década de 1970, não pode ser reduzida a um fenômeno conjuntural ou exclusivamente econômico. As transformações ocorridas desde então expressam contradições próprias da dinâmica de valorização do capital, relacionadas à superprodução, ao aumento da composição orgânica do capital, à dificuldade de extração de mais-valia e à tendência de queda da taxa média de lucro. Frente às dificuldades de valorização na esfera produtiva, intensificou-se a expansão do capital para a esfera financeira, acompanhada pela mundialização do capital, pela reestruturação produtiva e pela crescente precarização das relações de trabalho. Esse movimento assumiu particularidades nos países periféricos e, especialmente, no Brasil. A inserção subordinada da economia brasileira na dinâmica do capitalismo mundial articulou-se ao avanço das políticas neoliberais, à financeirização e à disputa pelo fundo

público. Nesse sentido, foram analisados, entre outros elementos, os efeitos das medidas de austeridade e das restrições orçamentárias sobre as políticas sociais, com destaque para a Emenda Constitucional nº 95/2016, a Desvinculação de Receitas da União e, posteriormente, o chamado Novo Arcabouço Fiscal. Esses processos foram analisados em sua relação com a redução das possibilidades de efetivação dos direitos sociais e com as condições de trabalho dos assistentes sociais. A partir desse acúmulo teórico, o período atual da investigação buscou avançar na compreensão das dimensões políticas e ideológicas da crise. Nesse sentido, o estudo passou a enfatizar a noção de crise orgânica e suas manifestações na realidade brasileira, especialmente a partir da ascensão da extrema-direita e do bolsonarismo. O aprofundamento dessa dimensão permitiu estabelecer uma mediação entre as determinações econômicas da crise capitalista, anteriormente estudadas, e suas expressões político-ideológicas, considerando o fortalecimento de projetos conservadores e reacionários como parte das disputas em torno da direção da sociedade. A análise dessas determinações relaciona-se diretamente ao objeto mais amplo da pesquisa, uma vez que a ofensiva conservadora e reacionária incide sobre as condições de efetivação dos direitos sociais e sobre os fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, cujo projeto profissional está vinculado a uma perspectiva crítica da sociedade capitalista e sustenta princípios como a defesa dos direitos humanos, a justiça social, a equidade, a emancipação dos sujeitos e a crítica à ordem social vigente. Sua materialização envolve dimensões político-organizativa, de produção do conhecimento e jurídico-política, que são permanentemente tensionadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais contemporâneas. Dessa forma, a continuidade da pesquisa busca aprofundar a relação entre crise estrutural, crise orgânica, particularidades brasileiras, avanço da extrema-direita e os desafios postos ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Metodologia

A pesquisa mantém como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, compreendido como instrumento para apreensão da realidade social em sua totalidade concreta. Parte-se do pressuposto de que os fenômenos sociais não podem ser compreendidos isoladamente, sendo necessário apreender as relações e mediações que articulam suas dimensões econômicas, políticas, sociais e ideológicas. No primeiro período, essa orientação permitiu analisar a crise estrutural do capital, suas determinações econômicas e suas manifestações sobre o trabalho, as políticas sociais e o Serviço Social.

A investigação caracteriza-se como pesquisa de natureza teórica, de abordagem qualitativa e fundamentação crítico-bibliográfica. No período de vigência da presente pesquisa, esse procedimento foi mantido e aprofundado a partir do levantamento, da leitura, do fichamento e da análise de produções acadêmicas relacionadas à crise do capitalismo, à formação social brasileira, ao conservadorismo, à extrema-direita, ao fascismo e ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. O percurso metodológico buscou estabelecer relações entre diferentes formulações teóricas, identificando aproximações, divergências e mediações necessárias para a compreensão do objeto em sua historicidade.

Foram realizados encontros sistemáticos de estudo e leitura crítica, incluindo reuniões quinzenais e participação em atividades acadêmicas promovidas pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Serviço Social. Também foram realizados fichamentos de obras fundamentais para a

compreensão da economia política, das crises capitalistas e do Projeto Ético-Político do Serviço Social, além da elaboração de produção científica vinculada aos resultados parciais da investigação. Entre os estudos realizados, destacam-se as contribuições de Netto e Braz, Marcelo Braz, Joaquina Barata Teixeira, Ernest Mandel, István Mészáros, Ricardo Antunes, Marx e autores dedicados à análise da crise contemporânea e das transformações do trabalho. Esse percurso possibilitou a construção de uma base teórica para compreender a crise estrutural do capital e suas expressões econômicas e sociais.

A pesquisa avançou para a análise das determinações políticas e ideológicas da crise, com ênfase na emergência da extrema-direita e do bolsonarismo no Brasil. Para tanto, foram retomadas as categorias de crise orgânica, hegemonia, conservadorismo, fascismo e neofascismo, articulando-as às determinações econômicas e sociais já identificadas na etapa anterior. O estudo recuperou formulações clássicas sobre o fascismo e estabeleceu mediações com interpretações contemporâneas, buscando evitar a transposição mecânica de conceitos historicamente determinados para a realidade atual. Como resultado desse aprofundamento, foi elaborado um artigo intitulado “No lusco-fusco emergem monstros”: neofascismo, bolsonarismo e Projeto Ético-Político”. O trabalho teve como objetivo caracterizar o bolsonarismo e analisar suas tendências neofascistas em meio à crise do capitalismo contemporâneo, estabelecendo uma relação entre a crise orgânica da ordem burguesa, a extrema-direita brasileira e os desafios postos ao Serviço Social.

A análise desenvolvida permitiu identificar que o bolsonarismo articula elementos do fascismo histórico a características próprias da extrema-direita contemporânea, como a mobilização digital, a disseminação de desinformação, o conservadorismo moral e os ataques às conquistas sociais. Ao mesmo tempo, a investigação procurou compreender suas especificidades a partir das condições históricas brasileiras, evitando compreendê-lo como mera reprodução de experiências fascistas anteriores. O confronto entre os resultados dos dois períodos permite observar uma ampliação do objeto investigado. Se, inicialmente, o esforço concentrou-se nas determinações econômicas da crise e em seus efeitos sobre o trabalho, as políticas sociais e o Projeto Ético-Político, no período atual a investigação avançou sobre as formas políticas e ideológicas que emergem no interior dessa crise. Assim, a extrema-direita e o bolsonarismo passaram a ser analisados como mediações fundamentais para compreender as disputas societárias contemporâneas e seus impactos sobre os fundamentos críticos do Serviço Social.

Resultados e Discussões

crise estrutural, trabalho e políticas sociais

O primeiro resultado parte do conteúdo basilar compreendido no primeiro momento, acerca da crise contemporânea como expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Em Marx (2013), a produção capitalista aparece orientada pela valorização do valor e pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Essa dinâmica produz, simultaneamente, desenvolvimento das forças produtivas e aprofundamento da exploração do trabalho.

A análise de Netto e Braz (2011) contribuiu para compreender que as crises capitalistas estão relacionadas às contradições entre produção social e apropriação privada, bem como

às dificuldades de realização do valor produzido. Mandel (1982; 1990) permitiu relacionar a crise contemporânea às transformações do capitalismo tardio, marcado pela internacionalização do capital, pela expansão dos monopólios e pela crescente articulação entre capital industrial, comercial e financeiro. Mészáros (2011), por sua vez, possibilitou compreender a crise como estrutural, uma vez que ela alcança o conjunto das relações sociais e não apenas um setor específico da economia.

O confronto entre essas formulações e os resultados do levantamento bibliográfico permitiu identificar que, a partir da década de 1970, o capital passou a responder às dificuldades de valorização por meio de um conjunto articulado de estratégias. Entre elas, destacam-se a reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho, a expansão do capital financeiro, a mundialização da produção e a intensificação das políticas neoliberais. Chesnais (2005) contribuiu para demonstrar que a financeirização não representa uma esfera separada da produção, mas uma forma de reorganização da acumulação capitalista em escala mundial.

Outro resultado importante foi a identificação da precarização do trabalho como uma das principais expressões sociais da crise. A literatura analisada demonstrou que a reestruturação produtiva alterou as formas de organização do trabalho, ampliando a terceirização, a informalidade, a instabilidade contratual e a intensificação da jornada. Antunes (2020) evidencia que essas transformações não significam o desaparecimento do trabalho, mas sua reorganização sob novas formas de exploração e controle.

A análise dos estudos sobre a chamada uberização permitiu compreender que o trabalho mediado por plataformas digitais expressa uma tendência de transferência dos custos e dos riscos da atividade econômica para os trabalhadores. O trabalhador é apresentado como autônomo, mas permanece submetido a mecanismos de controle, avaliação e remuneração definidos pelas empresas. O resultado identificado foi, portanto, a combinação entre inovação tecnológica e intensificação da exploração, acompanhada pela redução da proteção social e trabalhista. Esse resultado confronta interpretações que apresentam as novas tecnologias como instrumentos neutros de modernização. A literatura marxista consultada demonstra que a tecnologia é incorporada às relações capitalistas e utilizada de acordo com as necessidades de valorização do capital. Assim, a robotização, a digitalização e as plataformas não eliminam as contradições do trabalho, mas podem aprofundar a subordinação dos trabalhadores e ampliar a disponibilidade da força de trabalho.

A pesquisa também identificou que a crise econômica e a precarização do trabalho repercutem diretamente sobre as políticas sociais. No Brasil, a análise bibliográfica demonstrou que o avanço neoliberal esteve associado à redução da universalidade das políticas públicas, à focalização dos benefícios, à privatização de serviços e à restrição do financiamento estatal. Netto (1993) contribuiu para compreender o neoliberalismo como uma resposta política e econômica da burguesia à crise, orientada pela recomposição das condições de acumulação e pela redução dos custos sociais do Estado.

No levantamento realizado, a Emenda Constitucional nº 95/2016 apareceu como uma das principais expressões da política de austeridade. A medida estabeleceu limites para o crescimento das despesas primárias por vinte anos, produzindo efeitos sobre áreas como saúde, educação, assistência social e previdência. O confronto com Salvador (2017) demonstrou que o congelamento das despesas sociais não ocorre de forma neutra, pois

interfere na capacidade do Estado de responder às necessidades da população e preserva a centralidade do pagamento da dívida pública na disputa pelo fundo público.

Nesse mesmo contexto, a análise da Desvinculação de Receitas da União também permitiu identificar a redução da proteção constitucional destinada às políticas sociais. Ao permitir que parte dos recursos originalmente vinculados a determinadas áreas seja utilizada de forma mais flexível pelo governo, esse mecanismo amplia a margem de decisão sobre o orçamento, mas reduz a estabilidade do financiamento das políticas públicas. O resultado observado foi a intensificação da disputa entre os recursos destinados à reprodução social e aqueles direcionados à valorização do capital financeiro.

No período mais recente, em que é vigente o governo amplamente referido como progressista, a instituição do Novo Arcabouço Fiscal contribui para aprofundar, e dentro da perspectiva crítica, evidenciar a continuidade de hegemonia da lógica neoliberal já posta. A partir de Salvador (2023; 2024), verificou-se que a substituição do teto de gastos por uma nova regra fiscal não eliminou a lógica de controle das despesas sociais. Embora o novo modelo apresente diferenças em relação à Emenda Constitucional nº 95/2016, permanece a prioridade de limitar o crescimento dos gastos públicos e de preservar a confiança dos agentes financeiros. O confronto com a literatura permitiu concluir que a mudança de instrumento não representa, necessariamente, uma ruptura com a austeridade, mas uma reorganização de seus mecanismos.

As notícias e análises consultadas sobre o Benefício de Prestação Continuada e sobre o aumento das ações judiciais relacionadas a benefícios sociais também foram utilizadas como dados documentais complementares. Deccache (2024) discutiu as ameaças ao BPC em um contexto de revisão e controle dos benefícios, enquanto Lima (2024) registrou o crescimento da judicialização relacionada ao acesso a benefícios sociais. Esses dados reforçam a interpretação de que a restrição orçamentária e o endurecimento dos critérios de acesso produzem obstáculos concretos à efetivação dos direitos sociais.

Crise orgânica e reorganização da extrema-direita

No período atual, de vigência do presente plano de trabalho, os dados coletados foram constituídos por meio da retomada das categorias de crise orgânica, hegemonia, conservadorismo, fascismo e neofascismo, bem como pela análise de produções acadêmicas sobre a emergência da extrema-direita e do bolsonarismo no Brasil. O estudo da literatura permitiu identificar que a crise contemporânea possui uma dimensão política e ideológica que não pode ser explicada apenas pelos indicadores econômicos.

A categoria de crise orgânica, relacionada à tradição gramsciana, contribuiu para compreender situações em que as classes dirigentes enfrentam dificuldades para manter sua direção política e ideológica por meio dos mecanismos tradicionais de consenso. Nesses momentos, intensificam-se as disputas pela hegemonia e podem ganhar força projetos que combinam elementos de coerção, mobilização reacionária e reorganização conservadora. O resultado central desta etapa foi a identificação da extrema-direita como uma resposta política possível às contradições da crise capitalista. No entanto, essa resposta não supera as determinações econômicas da crise, mas procura reorganizar o descontentamento social, deslocando suas causas para inimigos políticos, grupos sociais, instituições democráticas ou supostas ameaças morais e culturais.

A literatura consultada permitiu identificar que a ascensão da nova direita brasileira esteve relacionada a um conjunto de acontecimentos e processos: as manifestações de junho de 2013; o aprofundamento da crise política e, isto, como um dos elementos fundamentais para a constituição do sentimento de antipetismo, como resposta ao descontentamento social em relação ao governo vigente à época; a Operação Lava Jato; a orquestra política que desdobrou-se no impeachment de Dilma Rousseff; a crise de representação e a disseminação de discursos conservadores nas redes sociais. Lacerda (2019) contribuiu para compreender a formação de um novo conservadorismo brasileiro, articulado às pautas econômicas neoliberais e às posições morais autoritárias. Dieguez (2022) permitiu analisar a reorganização da direita e a constituição de um ambiente político favorável ao bolsonarismo. O resultado identificado foi que a nova direita não se limitou à atuação institucional de partidos tradicionais, mas construiu formas de mobilização social, cultural e, diante dos avanços tecnológicos, digitais. Essa reorganização ampliou a circulação de discursos de conteúdos anticomunistas, antipetistas, antidemocráticos e contrários às políticas de igualdade e reconhecimento de direitos.

O Bolsonarismo e suas tendências neofascistas

A análise do bolsonarismo demonstrou que ele articula diferentes dimensões da crise brasileira. No plano econômico, relaciona-se à defesa de políticas neoliberais, à redução da proteção social e à valorização do mercado. No plano político, expressa a crítica às instituições democráticas, bem como o ataque aos partidos e movimentos sociais e a defesa de formas autoritárias de exercício do poder. No plano ideológico, mobiliza o conservadorismo moral e religioso, fortemente ligado à ala protestante evangélica; o anticomunismo; o nacionalismo reacionário; etc. Melo (2020) contribuiu para a caracterização do bolsonarismo como uma forma de fascismo do século XXI, considerando suas relações com a crise capitalista, a mobilização das massas e a ofensiva contra organizações populares. Konder (2009) e Togliatti (1978), ao analisarem o fascismo histórico, permitiram identificar elementos comuns, como a mobilização reacionária, o culto à autoridade, o anticomunismo, a violência política e a tentativa de recompor a ordem burguesa em momentos de crise. O confronto entre essas referências e os conteúdos analisados indicou, contudo, que o bolsonarismo não deve ser compreendido como simples repetição do fascismo histórico. Suas formas de organização, comunicação e mobilização são próprias do capitalismo contemporâneo. A utilização das redes sociais, a disseminação de notícias falsas, a comunicação direta com os seguidores e a construção de comunidades políticas digitais constituem características específicas da extrema-direita atual, uma vez que tais características estão ligadas ao momento histórico atual.

A pesquisa identificou, portanto, que o bolsonarismo apresenta tendências neofascistas, mas deve ser analisado em sua particularidade histórica. Essa conclusão evita, por um lado, a negação de seus elementos autoritários e reacionários, e por outro, a utilização indiscriminada do conceito de fascismo. A mediação conseguida a partir da análise das formulações clássicas acerca do fenômeno fascista, e a realidade brasileira, permitiu compreender e analisar a ascensão política da extrema-direita como uma forma contemporânea de mobilização da extrema-direita, vinculada à crise orgânica da ordem burguesa.

Outro resultado identificado foi a articulação entre neoliberalismo e conservadorismo

moral. O bolsonarismo combina a defesa da redução do Estado na garantia de direitos sociais com a defesa de um Estado forte no controle da classe trabalhadora, na repressão aos movimentos sociais e na imposição de padrões morais conservadores. Essa combinação demonstra que o neoliberalismo não implica tão somente na ausência do Estado, mas também na redefinição de suas funções em favor da acumulação capitalista e da manutenção da ordem social. A análise também demonstrou que o bolsonarismo se apropria do descontentamento produzido pela precarização do trabalho, pela insegurança social e pela crise das políticas públicas. Entretanto, em vez de relacionar esses problemas às contradições do capitalismo, direciona a insatisfação para grupos considerados inimigos da nação, da família ou da moralidade. Esse deslocamento ideológico contribui para ocultar as determinações estruturais da desigualdade e dificultar a construção de respostas coletivas da classe trabalhadora.

Confronto dos resultados com o Projeto Ético-Político do Serviço Social

O confronto dos resultados com a literatura sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social demonstrou que a crise capitalista e o avanço da extrema-direita produzem tensionamentos simultâneos sobre suas dimensões constitutivas. Teixeira e Braz (2009) destacam que o projeto profissional possui dimensões jurídico-política, político-organizativa e de produção do conhecimento. Essas dimensões não se realizam de forma isolada, mas articulam-se na construção de uma direção social crítica para a profissão. Na dimensão jurídico-política, os resultados indicam que a redução dos direitos sociais, a focalização das políticas públicas e a restrição do financiamento estatal dificultam a efetivação dos princípios defendidos pelo projeto profissional. A ofensiva conservadora também questiona direitos relacionados à igualdade, à diversidade, à liberdade e à participação social. Dessa forma, o avanço de projetos reacionários incide diretamente sobre o campo de direitos que orienta a intervenção profissional.

Na dimensão político-organizativa, a pesquisa identificou que o fortalecimento da extrema-direita produz ataques às organizações coletivas, aos movimentos sociais, aos sindicatos e às entidades profissionais. A disseminação de discursos antidemocráticos e individualistas dificulta a construção de ações coletivas e favorece a fragmentação das lutas sociais. Esse processo coloca desafios para a organização da categoria e para sua articulação com os movimentos da classe trabalhadora. Já na dimensão da produção do conhecimento, os resultados demonstram a necessidade de preservar a formação crítica e a análise da realidade a partir de suas determinações históricas. O conservadorismo tende a substituir a explicação estrutural dos problemas sociais por interpretações moralizantes, individualizantes e punitivas. Em contraposição, a tradição crítica do Serviço Social exige a compreensão da questão social como produto das relações capitalistas e das desigualdades estruturais.

O confronto com Iamamoto (2000; 2009) reforça que a defesa do Projeto Ético-Político depende da capacidade de interpretar criticamente as condições concretas do trabalho profissional. Não basta afirmar princípios gerais; é necessário identificar os limites institucionais, as possibilidades de intervenção e as estratégias coletivas capazes de ampliar o acesso aos direitos. A pesquisa demonstrou que a direção social do projeto se realiza em meio a contradições e disputas, não como aplicação automática de valores previamente definidos.

Os resultados também indicam que o avanço do conservadorismo pode atingir o cotidiano

profissional por meio da naturalização da desigualdade, da culpabilização dos usuários, da defesa de políticas punitivas e da desvalorização dos direitos sociais. Nesse cenário, o assistente social pode ser pressionado a atuar como agente de controle, fiscalização e seleção de usuários, em detrimento da perspectiva de garantia de direitos e de fortalecimento da autonomia dos sujeitos. A literatura consultada permite afirmar que esse tensionamento não significa o abandono ou a superação do Projeto Ético-Político, mas evidencia a necessidade de sua defesa e atualização diante das novas formas de exploração e dominação. A pesquisa identificou que o projeto permanece como referência estratégica para orientar a formação, a organização e o exercício profissional, especialmente em um contexto de avanço de projetos societários antagônicos.

Síntese dos resultados dos dois períodos

O confronto entre os resultados dos dois períodos permitiu identificar uma ampliação progressiva da compreensão do objeto. No primeiro período, os dados bibliográficos concentraram-se nas determinações econômicas da crise, na financeirização, na reestruturação produtiva, na precarização do trabalho, na austeridade fiscal e nos impactos sobre as políticas sociais. No período atual, a análise avançou para as determinações políticas e ideológicas, incorporando a crise orgânica e suas expressões, mais precisamente, sobre a realidade brasileira; a extrema-direita; o bolsonarismo e suas tendências neofascistas.

A principal síntese produzida é que as dimensões econômica, política, social e ideológica da crise não podem ser analisadas separadamente. A precarização do trabalho e o desmonte das políticas sociais criam condições materiais de insegurança e descontentamento. A extrema-direita procura organizar esse descontentamento por meio de discursos conservadores, autoritários e reacionários. Ao mesmo tempo, a ofensiva política contra direitos sociais restringe as possibilidades de resposta do Estado e tensiona o trabalho profissional do Serviço Social.

Os resultados demonstram que a crise do capitalismo contemporâneo produz uma dupla ofensiva. No plano econômico, intensifica as tendências referentes a exploração do trabalho, a financeirização e a restrição das políticas sociais. No plano político-ideológico, fortalece projetos que procuram preservar a ordem burguesa por meio do conservadorismo, do autoritarismo e da mobilização reacionária. No Brasil, essas dimensões articulam-se às particularidades da formação social, à dependência econômica e à histórica desigualdade social.

A pesquisa também identificou que o Projeto Ético-Político do Serviço Social se encontra no centro dessas disputas. Sua defesa exige enfrentar tanto as condições materiais que limitam a efetivação dos direitos quanto os discursos ideológicos que procuram deslegitimá-los. Por isso, a formação crítica, a produção de conhecimento, a organização coletiva e a articulação com os movimentos sociais constituem dimensões fundamentais da resistência profissional e política.

Conclusão

Os resultados alcançados até o momento permitem afirmar que a crise do capitalismo contemporâneo constitui um processo estrutural que ultrapassa os limites de uma crise econômica conjuntural. A emergência e o fortalecimento da extrema-direita constituem elementos importantes para compreender as respostas produzidas pela ordem burguesa diante do aprofundamento de suas contradições. No caso brasileiro, o bolsonarismo aparece como uma expressão particular desse processo, articulando neoliberalismo, conservadorismo moral, anticomunismo, mobilização reacionária e tendências autoritárias. A análise desenvolvida no indica, ainda, que o bolsonarismo não pode ser compreendido apenas como fenômeno eleitoral ou como resultado da atuação de uma liderança individual. Sua emergência relaciona-se a um processo mais amplo de reorganização das forças conservadoras e de disputa pela direção política da sociedade brasileira. Nesse sentido, a crise orgânica cria condições para o fortalecimento de respostas políticas reacionárias, ao mesmo tempo em que evidencia as dificuldades das classes dirigentes em preservar sua direção política por meio das formas tradicionais de hegemonia. o fortalecimento do Projeto Ético-Político demanda a manutenção de uma perspectiva crítica capaz de apreender as determinações estruturais e conjunturais da realidade. A análise desenvolvida aponta para a importância da formação teórico-política, da produção crítica do conhecimento e da organização coletiva da categoria profissional como dimensões fundamentais para enfrentar os processos de desmonte de direitos e o avanço de projetos conservadores e reacionários.Os resultados permanecem parciais, uma vez que o objeto da pesquisa se encontra em permanente transformação. A investigação não esgota a complexidade do objeto, sendo necessários novos aprofundamentos diante das mudanças operadas no movimento da realidade. Nesse sentido, recomenda-se a continuidade da investigação sobre as relações entre crise do capitalismo, extrema-direita, conservadorismo e Serviço Social, especialmente no que diz respeito às repercussões desses processos sobre a formação profissional, as condições de trabalho, a organização política da categoria e a materialização dos princípios do Projeto Ético-Político. A continuidade da pesquisa mostra-se, portanto, necessária para aprofundar a compreensão das mediações existentes entre a crise estrutural do capital e suas expressões políticas no Brasil, bem como para analisar os limites e as possibilidades de resistência e de construção de alternativas societárias comprometidas com a emancipação humana. O estudo realizado até o momento reafirma que a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social está vinculada não apenas à preservação dos direitos conquistados, mas também à capacidade da profissão de compreender criticamente as determinações da realidade e atuar coletivamente nas disputas sociais que atravessam a sociedade brasileira.

Referências

ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAZ, Marcelo. Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal. Curitiba: Prismas, 2016.

BRAZ, Marcelo. O Brasil atual e a tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político. In: CFESS (org.). Diálogos do cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional. Brasília, DF: CFESS, 2022. p. 12-40.

CHESNAIS, François. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

DECCACHE, David. Por que o BPC está ameaçado. Outras Palavras, São Paulo, 13 set. 2024. Disponível em: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/por-que-o-bpc-esta-ameacado. Acesso em: 8 jul. 2025.

DIEGUEZ, Consuelo. O ovo da serpente: nova direita e bolsonarismo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

ENGELS, Friedrich. Friedrich Engels: política. Organização e tradução de José Paulo Netto et al. São Paulo: Ática, 1981. (Grandes cientistas sociais, v. 17).

FERNANDES, Florestan. Marx, Engels, Lenin: história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: volume 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 1-40.

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo: fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LENIN, Vladimir. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LIMA, Bernardo. Número de ações na Justiça por benefícios sociais sobe quase 20% em meio a pente-fino. O Globo, Brasília, 29 set. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/numero-de-acoes-na-justica-por-beneficios-sociais-sobe-quase-20-em-meio-a-pente-fino-26658912. Acesso em: 8 jul. 2025.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Introdução de Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José A. Anotações acerca da dinâmica dos ciclos econômicos e crises capitalistas nos primeiros anos do século XXI. In: COSTA, Gilmaísa; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Rejane (org.). Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010.

MELO, Demian Bezerra de. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, Eduardo et al. (org.). (Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. Capitalismo em crise. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões da Nossa Época, n. 20).

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMERO, Daniel (org.). Marx sobre as crises econômicas do capitalismo. Tradução de Diego Siqueira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

SALVADOR, Evilásio. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

SALVADOR, Evilásio. As origens suspeitas do "arcabouço fiscal". Outras Palavras, São Paulo, 2 maio 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/as-origens-suspeitas-do-arcabouco-fiscal. Acesso em: 8 jul. 2025.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. Argumentum, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 1-40.

TOGLIATTI, Palmiro. Lições sobre o fascismo. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CÓDIGO: HS1030

AUTOR: DAYANE ALANE SANTOS DA SILVA

ORIENTADOR: JULIANA BACELAR DE ARAUJO

TÍTULO: Desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar a partir da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional

Resumo

Este estudo analisa a insuficiência socioeconômica multidimensional nas principais regiões metropolitanas brasileiras entre 2016 e 2025, considerando as diferenças observadas entre os territórios e as dimensões que compõem as condições de vida. Para isso, foi utilizado o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), elaborado a partir de seis dimensões: educação, trabalho, renda e patrimônio, condições habitacionais, bens de consumo e bens e serviços públicos. A análise foi realizada com dados da PNAD Contínua, considerando as regiões metropolitanas selecionadas nos anos de 2016, 2019, 2022 e 2025. Os resultados indicam uma redução da insuficiência socioeconômica multidimensional na maioria das regiões ao longo do período, embora essa melhora tenha ocorrido de maneira desigual entre os territórios e entre as diferentes dimensões analisadas. Observou-se também a permanência de diferenças importantes entre as regiões classificadas nos estratos de menor e maior insuficiência, indicando que a redução do IISM não ocorreu de forma homogênea. As dimensões apresentaram comportamentos distintos, evidenciando que a melhoria das condições socioeconômicas envolve diferentes aspectos da vida da população. Dessa forma, o estudo contribui para compreender as desigualdades nas metrópoles brasileiras a partir de uma perspectiva multidimensional, permitindo identificar avanços e desigualdades que não seriam observados apenas pela análise da renda.

Palavras-chave: Desigualdade socioeconômica; Insuficiência multidimensional.

TITLE: Inequality in Brazilian Metropolitan Areas: A Perspective on Multidimensional Socioeconomic Insufficiency 2016-2025

Abstract

This study analyzes multidimensional socioeconomic insufficiency in the main Brazilian metropolitan regions between 2016 and 2025, considering the differences observed between territories and the dimensions that comprise living conditions. To this end, the Multidimensional Socioeconomic Insufficiency Index (IISM) was used, developed from six dimensions: education, work, income and assets, housing conditions, consumer goods, and public goods and services. The analysis was conducted

using data from the PNAD Contínua (Continuous National Household Sample Survey), considering the selected metropolitan regions in the years 2016, 2019, 2022, and 2025. The results indicate a reduction in multidimensional socioeconomic insufficiency in most regions throughout the period, although this improvement occurred unevenly across territories and among the different dimensions analyzed. Significant differences also persisted between regions classified in the strata of lowest and highest insufficiency, indicating that the reduction in the IISM did not occur homogeneously. The dimensions showed distinct behaviors, demonstrating that the improvement of socioeconomic conditions involves different aspects of the population's life. Therefore, the study contributes to understanding inequalities in Brazilian metropolises from a multidimensional perspective, allowing the identification of advances and inequalities that would not be observed solely through income analysis.

Keywords: Socioeconomic inequality; Multidimensional inadequacy.

Introdução

As desigualdades socioeconômicas constituem uma característica histórica da formação social brasileira e se expressam de maneira particularmente intensa nos espaços metropolitanos. Embora as metrópoles concentrem atividades econômicas, serviços especializados, infraestrutura e oportunidades de trabalho, elas também apresentam profundas disparidades relacionadas ao acesso à renda, educação, trabalho, habitação e serviços públicos. Segundo Dedecca (2015), a queda recente da desigualdade em termos de renda corrente das famílias, impulsionada pela geração de empregos e gasto público, foi acompanhada por uma evolução lenta e limitada no acesso aos serviços e bens públicos, revelando-se insuficiente para indicar o ganho real de bem-estar ou promover uma alteração estrutural no padrão de concentração do país. Persiste, assim, um fosso histórico nas condições de vida que separa os estratos sociais, evidenciando a necessidade de análises que ultrapassam a dimensão puramente monetária da desigualdade. A compreensão dessas disparidades exige, portanto, o entendimento integrado dos processos de urbanização e metropolização.Conforme argumenta Moura (2024), a metropolização é um processo de reorganização territorial que vai além do crescimento físico das cidades, pois intensifica o fluxo de pessoas, capital, serviços e altera a própria rede urbana. Os dados do Censo Demográfico de 2022 evidenciam que esse processo não se limita ao perímetro político-administrativo das metrópoles, mas configura arranjos espaciais expandidos de forma contínua e descontínua no território. Complementando essa visão, Moura e Freitas-Firkowski (2021) apontam para a necessidade de analisar esses espaços a partir de bases de indicadores comparáveis para capturar como as transformações metropolitanas e as dinâmicas de desigualdade e segregação se manifestam de formas distintas em cada território. Além disso, Leopoldo (2020) ressalta que a regionalização metropolitana no território brasileiro constitui-se em três níveis hierárquicos: as regiões metropolitanas estruturais, as transitivas e as formais, o que revela o desenvolvimento geográfico desigual e a forte heterogeneidade existente entre esses espaços. Essa diversidade reforça a importância de estudos integrados capazes de captar as especificidades de cada contexto metropolitano.. Diante desse cenário, ganha relevância a perspectiva da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional proposta por Trovão, Silva Júnior e Araújo (2023), que analisa a privação a partir da falta de acesso a elementos fundamentais para a reprodução da vida material. O Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM)

operacionaliza essa abordagem a partir de seis dimensões: educação, trabalho, renda e patrimônio, condições habitacionais, acesso a bens de consumo e acesso a bens e serviços públicos. A aplicação do IISM, a partir de dados da PNAD Contínua, possibilita uma análise abrangente e sistemática das disparidades regionais, identificando situações em que um território pode apresentar melhores condições em uma dimensão e sofrer graves privações em outra. Nesse sentido, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão central: quais diferenças na insuficiência socioeconômica multidimensional podem ser observadas entre as principais regiões metropolitanas brasileiras, considerando os resultados do IISM e de suas dimensões entre os anos de 2016 e 2025?

Metodologia

A pesquisa é de natureza quantitativa e descritiva. Os dados utilizados provêm dos microdados de 2016, 2019, 2022 e 2025 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantamento produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e reconhecido como uma das fontes mais abrangentes sobre as condições de vida da população brasileira. O estudo cobre 21 regiões metropolitanas, distribuídas por todas as macrorregiões do país: Região Metropolitana de Manaus (AM), Região Metropolitana de Belém (PA), Região Metropolitana de Macapá (AP), Região Metropolitana da Grande São Luís (MA), Região Metropolitana de Fortaleza (CE), Região Metropolitana de Natal (RN), Região Metropolitana de João Pessoa (PB), Região Metropolitana de Recife (PE), Região Metropolitana de Maceió (AL), Região Metropolitana de Aracaju (SE), Região Metropolitana de Salvador (BA), Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), Região Metropolitana de Grande Vitória (ES), Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), Região Metropolitana de São Paulo (SP), Região Metropolitana de Curitiba (PR), Região Metropolitana de Florianópolis (SC), Região Metropolitana de Porto Alegre (RS), Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (MT), Região Metropolitana de Goiânia (GO) e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE). Juntas, essas regiões oferecem um retrato amplo e diversificado das condições metropolitanas brasileiras. O instrumento de análise é o IISM, desenvolvido por Trovão, Silva Júnior e Araújo (2023). O IISM foi pensado para captar o grau ou nível de insuficiência socioeconômica multidimensional de um país, de uma localidade ou de qualquer objeto de análise que contemple agregações de domicílios a partir de seis dimensões: 1) educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Cada dimensão é composta por indicadores que permitem identificar e classificar as pessoas e os domicílios segundo sua condição de insuficiência socioeconômica, tanto de forma geral quanto nas seis dimensões analisadas. Cada indicador recebe valor 1 ou 0, conforme a condição definida seja cumprida ou não. Em cada dimensão, soma-se o valor dos indicadores, obtendo um resultado entre 0 e o número total de indicadores da dimensão. O domicílio é classificado como em situação de insuficiência socioeconômica (ISM) naquela dimensão quando a razão entre a soma dos indicadores e o total de indicadores for igual ou superior a 0,25. Por exemplo, na dimensão Educação, composta por quatro indicadores, o cumprimento de pelo menos uma condição já resulta em uma razão de 0,25, classificando o domicílio como insuficiente. Já em Acesso a bens de consumo, com sete indicadores, são necessárias pelo menos duas condições para atingir ou superar esse limite. A classificação permite

calcular, para cada dimensão, a frequência relativa de domicílios em situação de insuficiência, indicando sua proporção em relação ao total. Assim, valores próximos de 1 (100%) representam maior grau de insuficiência, enquanto valores próximos de 0 indicam menor insuficiência. Esses valores são representados em um gráfico de radar, formando um polígono de seis lados, cujos vértices correspondem às seis dimensões analisadas. A proporção de domicílios em situação de insuficiência determina a distância de cada vértice ao ponto central (0,0), variando entre 0 e 1. Como referência da pior situação possível, define-se um hexágono regular hipotético, correspondente à máxima ISM, em que 100% dos domicílios apresentam insuficiência nas seis dimensões. Nesse caso, a distância de cada vértice ao centro é igual a 1.

Resultados e Discussões

A análise do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) das 20 regiões metropolitanas e da RIDE selecionada permite identificar diferenças importantes nas condições socioeconômicas dos territórios brasileiros e acompanhar suas transformações entre 2016 e 2025. Ao estruturar o índice sob seis dimensões essenciais: educação, trabalho, renda e patrimônio, condições habitacionais, bens de consumo e bens e serviços públicos, a metodologia de Trovão, Silva Júnior e Araújo (2023) possibilita uma leitura especializada que ultrapassa o indicador monetário clássico. Essa abordagem alinha-se diretamente à crítica de Dedecca (2015) de que a mensuração isolada da renda é estruturalmente insuficiente para indicar o bem-estar real das famílias ou para captar a persistência do "fosso" histórico no acesso aos serviços públicos e às condições de vida coletivas. De modo geral, os resultados indicam uma trajetória de redução da insuficiência socioeconômica multidimensional ao longo do período analisado. Contudo, essa melhora ocorreu de forma geograficamente desigual, evidenciando o que Leopoldo (2020) descreve como o desenvolvimento regional desigual decorrente da nova regionalização do capital no território brasileiro. Essa divisão territorial do trabalho fica nítida quando se observa que os menores valores do IISM permaneceram concentrados principalmente entre as regiões metropolitanas do Sul e Sudeste, que operam como os nós estruturais de comando econômico e financeiro do país, enquanto os maiores índices de privação estiveram, em grande parte, retidos na base da rede urbana, representados pelas metrópoles do Norte e Nordeste. Em 2016, por exemplo, o menor IISM foi registrado no Rio de Janeiro (0,247), um polo metropolitano histórico de comando nacional, ao passo que a RIDE da Grande Teresina apresentou o maior valor de insuficiência (0,554). Essa disparidade inicial expõe a heterogeneidade da rede urbana brasileira discutida por Leopoldo (2020), evidenciando o abismo que separa as metrópoles reais e funcionais daquelas regiões metropolitanas puramente formais, as chamadas "regiões de papel", criadas por decretos políticos para captação de recursos, mas que carecem de uma base produtiva real e de integração metropolitana integrada. Essa fratura socioespacial não se dissolveu com o tempo. Em 2025, enquanto a Grande Vitória passou a apresentar o menor índice (0,233), consolidando seu papel de centralidade regional integrada, Macapá registrou o maior nível de insuficiência multidimensional (0,460). A permanência de Macapá e de metrópoles da Amazônia na base do ranking, mesmo diante de um recuo geral do índice no país, comprova empiricamente as transformações contemporâneas da metropolização reveladas pelo Censo Demográfico de 2022, analisado por Moura (2024). A dinâmica demográfica recente revela que o arrefecimento populacional dos centros tradicionais foi acompanhado por um intenso transbordo e espraiamento populacional em direção a

periferias distantes e novos arranjos populacionais. Essa dispersão horizontal do tecido urbano (a "explosão" na dialética de Brenner), no entanto, ocorre à revelia da provisão estatal de infraestruturas coletivas básicas, mantendo as populações periféricas e de menor renda expostas a graves privações de saneamento e serviços públicos. Sob a égide do que Lencioni (2015) define como o regime de acumulação patrimonial, a produção do espaço urbano é comandada pela aliança imobiliário-financeira, que canaliza investimentos e valorização para áreas centrais e eixos de alta especulação, relegando o periurbano e as metrópoles periféricas à segregação e à carência estrutural de bens públicos. Assim, as disparidades persistentes entre a Grande Vitória e Macapá no ano de 2025 demonstram que as reduções na insuficiência multidimensional enfrentam limites estruturais severos quando a terra e o direito à cidade permanecem subordinados à lógica de valorização do capital (valor de troca) em detrimento do valor de uso do solo. A comparação entre o início e o final da série temporal (2016–2025) evidencia que 20 das 21 regiões analisadas apresentaram redução no Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), o que reflete a reativação de canais de consumo e o impacto de políticas de transferência de renda que beneficiaram as faixas de menor rendimento das metrópoles. Contudo, como adverte Dedecca (2015), a queda generalizada na desigualdade de renda não promove necessariamente uma alteração estrutural no bem-estar, uma vez que o fosso histórico no acesso aos serviços públicos coletivos de caráter não mercantil tende a persistir. A única exceção a essa trajetória de queda foi o Rio de Janeiro, que registrou uma pequena elevação marginal, passando de 0,247 em 2016 para 0,250 em 2025. Esse comportamento singular ilustra o impacto da desindustrialização precoce e do esvaziamento econômico de uma metrópole estrutural histórica de comando nacional. Por outro lado, as maiores reduções do IISM ocorreram em Goiânia (0,420 para 0,273), Grande Teresina (0,554 para 0,412), Belém (0,546 para 0,432), Manaus (0,468 para 0,371) e Grande São Luís (0,443 para 0,350). Esses resultados demonstram que a redução da insuficiência ocorreu de maneira mais intensa nas regiões que apresentavam os níveis mais elevados de privação no início do período, mas que permanecem retidas em estratos vulneráveis, evidenciando o desenvolvimento geográfico desigual que cinde o território nacional. Essa redução do índice, entretanto, não se traduziu em uma mudança equivalente e homogênea na posição relativa das regiões, comprovando que o posicionamento no ranking metropolitano depende da velocidade de resposta das forças locais frente à dinâmica geral de acumulação. Goiânia, por exemplo, apresentou uma das maiores quedas absolutas de insuficiência e saltou da 13ª posição em 2016 para a 9ª em 2025, impulsionada pela sua inserção estratégica como polo de serviços avançados e agroindustriais no arranjo urbano-regional do Planalto Central. A Grande Vitória também registrou um avanço extraordinário, passando da 5ª para a 1ª posição em 2025, o que revela o potencial de consolidação de uma região metropolitana transitiva quando as articulações interfederativas de planejamento e investimento público conseguem estruturar o provimento de condições gerais de vida. Em contraposição, Recife manteve valores praticamente estagnados entre o início e o final da série, variando minimamente de 0,375 para 0,372, o que provocou o seu declínio relativo no ranking nacional da 11ª para a 16ª posição. O caso recifense materializa as teses de Dedecca (2015) sobre as limitações do crescimento econômico lastreado exclusivamente no consumo corrente, sem que se ativem investimentos estruturais na esfera da infraestrutura social urbana. Trata-se de uma metrópole em processo de desindustrialização e expansão de um setor terciário informal e de baixa qualificação, em que o "fosso" de condições materiais e habitacionais bloqueia a mobilidade das famílias de menor renda e perpetua a reprodução da desigualdade socioespacial. A análise detalhada das seis dimensões que

compõem o IISM permite compreender melhor as engrenagens qualitativas dessas assimetrias metropolitanas. A educação apresentou uma redução consistente ao longo do período em todas as regiões, refletindo o avanço histórico do nível médio de escolarização das coortes demográficas mais jovens. O trabalho, por sua vez, registrou um comportamento irregular, marcado pelo aumento da insuficiência entre 2016 e 2019 e por uma lenta recuperação posterior. Essa oscilação expressa a flexibilização das relações de trabalho e a persistência de taxas elevadas de informalidade, desalento e subocupação que caracterizam os mercados de trabalho periféricos sob regimes de acumulação flexível. A dimensão de renda e patrimônio permaneceu com valores elevados e marcada por extrema estabilidade, indicando que a regularização fundiária e a segurança da posse domiciliar continuam sendo gargalos intransponíveis. Sob o regime de acumulação patrimonial analisado por Sandra Lencioni (2015), a aliança imobiliário-financeira mercantiliza a terra urbana como um ativo financeiro (valor de troca), empurrando as populações de baixa renda para as bordas metropolitanas desprovidas de infraestrutura e relegando-as à informalidade jurídica da posse. As condições habitacionais registraram valores relativamente baixos de privação física, o que aponta para a consolidação de estruturas básicas de alvenaria e banheiros exclusivos. Em contrapartida, os bens de consumo apresentaram redução de insuficiência até 2022 e uma pequena elevação em 2025. Esse comportamento reflete de forma precisa o "efeito China" descrito por Dedecca (2015), o barateamento de eletrodomésticos, vestuário e tecnologias de informação por meio de importações e a forte expansão do crédito facilitado pela bancarização da população de baixa renda. Esses fatores proporcionaram uma elevação na sensação de bem-estar imediato que superou o ganho real de rendimentos correntes. Contudo, a pequena elevação da insuficiência em 2025 expõe o esgotamento desse padrão de endividamento e consumo induzido Finalmente, a dimensão de bens e serviços públicos de uso coletivo apresentou redução ao longo da série, embora permaneçam diferenças regionais dramáticas, representadas pela carência de saneamento básico nas metrópoles da Amazônia. Esse abismo materializa empiricamente a dialética da implosão-explosão de Neil Brenner (2018): enquanto o capital financeiro e o mercado imobiliário concentram investimentos e infraestruturas avançadas nos nós metropolitanos de alta valorização especulativa (implosão), o tecido urbano se estende difusamente em direção às periferias sem o provimento estatal de serviços de água, esgoto, transporte coletivo e energia (explosão). Essa fratura é confirmada pelos primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 analisados por Rosa Moura (2024), que expõem um profundo descompasso entre o ritmo de crescimento demográfico e o crescimento vertiginoso do número de domicílios ocupados. Sob o império do rentismo, o setor imobiliário-financeiro multiplica as unidades habitacionais periféricas para fins de absorção de capital excedente, à revelia das reais demandas das famílias e sem a provisão de infraestruturas coletivas públicas de uso comum. Esses resultados de comportamento assimétrico entre as dimensões do índice reforçam a necessidade de analisar a desigualdade a partir de uma perspectiva estritamente multidimensional, demonstrando que a carência de bens públicos e a insegurança na posse patrimonial não são disfunções casuais, mas a própria materialização do capitalismo patrimonial financeiro sobre o território. As diferenças entre as regiões tornam-se ainda mais evidentes quando observadas as dimensões em 2025. A Grande Vitória, que apresentou o menor IISM, registrou valores particularmente baixos em condições habitacionais (0,029) e bens e serviços públicos (0,052). São Paulo, também entre as regiões de menor insuficiência, apresentou 0,019 em condições habitacionais e 0,040 em bens e serviços públicos. Em contraste, Macapá, que apresentou o maior IISM, registrou 0,598 na dimensão trabalho e 0,805 em bens e

serviços públicos. Belém apresentou 0,571 em trabalho e bens de consumo e 0,560 em bens e serviços públicos, enquanto a Grande Teresina apresentou 0,605 em bens e serviços públicos. Assim, as regiões que ocupam posições distintas no ranking também apresentam diferentes configurações internas de insuficiência. Essa diferença demonstra que não existe uma única dimensão capaz de explicar o nível de insuficiência de todas as regiões. Enquanto em algumas metrópoles os menores valores estão associados às condições habitacionais e ao acesso a bens e serviços públicos, em outras permanecem níveis elevados principalmente nas dimensões relacionadas ao trabalho, renda, consumo e serviços públicos. A análise multidimensional, portanto, permite identificar especificidades que não seriam captadas por um único indicador econômico. A classificação das regiões em estratos também revela mudanças importantes. Em 2016, as regiões metropolitanas apresentavam diferentes níveis de insuficiência socioeconômica, distribuindo-se entre os quatro estratos definidos pelo IISM. Entre as regiões classificadas no estrato de menor insuficiência estavam Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre, enquanto as regiões pertencentes ao estrato de maior insuficiência incluíam Grande Teresina, Belém, Macapá, Natal e Maceió. Essa distribuição evidencia, desde o início do período analisado, diferenças importantes entre as condições socioeconômicas dos territórios metropolitanos. Em 2025, Grande Vitória, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba estavam no estrato de menor insuficiência, enquanto Grande Teresina, Belém, Macapá, Maceió, João Pessoa e Recife permaneciam no de maior insuficiência. Esses resultados mostram que a redução do IISM ocorreu de forma desigual entre os territórios. A permanência de diferenças entre as regiões confirma a heterogeneidade dos espaços metropolitanos discutida no referencial teórico. Leopoldo (2020) destaca os diferentes níveis de integração econômica, funcional e territorial das regiões metropolitanas brasileiras, enquanto Moura e Rosa (2024) e Firkowski e Moura (2021) ressaltam que a metropolização envolve relações econômicas, sociais e territoriais que ultrapassam os limites administrativos. Os resultados encontrados reforçam essa compreensão, pois mostram que as regiões metropolitanas não apresentam uma trajetória única de desenvolvimento e redução da insuficiência. Nesse sentido, os resultados também reforçam a contribuição da abordagem multidimensional apresentada por Trovão, Silva Júnior e Araújo (2023). A redução do IISM observada na maior parte das regiões não ocorreu igualmente em todas as dimensões, demonstrando que a melhoria das condições socioeconômicas envolve diferentes aspectos da vida da população. Essa constatação também dialoga com Dedecca (2015), ao evidenciar que a análise das desigualdades não deve se limitar à renda, uma vez que persistem diferenças relacionadas ao acesso a oportunidades, direitos sociais e condições de vida. De maneira geral, os resultados apontam para uma redução da insuficiência socioeconômica multidimensional entre 2016 e 2025, mas essa redução ocorreu de forma desigual entre as regiões e entre as próprias dimensões do índice. Algumas regiões apresentaram avanços expressivos, enquanto outras permaneceram entre aquelas com maiores níveis de insuficiência. Dessa forma, os resultados indicam que, embora tenha ocorrido uma melhora geral, as desigualdades socioeconômicas entre os espaços metropolitanos brasileiros permanecem relevantes.

Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a desigualdade socioeconômica nas metrópoles brasileiras a partir da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional, utilizando o IISM para comparar 20 regiões metropolitanas e a RIDE nos anos de 2016,

2019, 2022 e 2025. A utilização do índice permitiu analisar as condições socioeconômicas a partir de seis dimensões, possibilitando uma compreensão mais ampla das diferentes formas de insuficiência presentes nos territórios analisados. Os resultados demonstraram uma tendência geral de redução do IISM ao longo do período, com 20 das 21 regiões apresentando redução entre 2016 e 2025. As maiores reduções foram observadas em Goiânia, Grande Teresina, Belém, Manaus e Grande São Luís. Apesar desses avanços, permaneceram diferenças expressivas entre as regiões, sendo a Grande Vitória aquela com menor IISM em 2025, enquanto Macapá apresentou o maior valor. A análise das dimensões mostrou que essa melhora não ocorreu de maneira uniforme. Educação, condições habitacionais e bens e serviços públicos apresentaram mudanças favoráveis ao longo do período, enquanto renda e patrimônio apresentaram maior estabilidade. Trabalho e bens de consumo também apresentaram trajetórias diferenciadas entre os períodos. Dessa forma, a análise demonstra que a evolução da insuficiência socioeconômica deve ser compreendida a partir da interação entre diferentes dimensões. Os resultados também evidenciaram a permanência de desigualdades territoriais. Mesmo regiões que apresentaram redução do IISM permaneceram, em alguns casos, entre aquelas com maiores níveis de insuficiência. Isso demonstra que a melhora dos indicadores não ocorreu de maneira suficiente para eliminar as diferenças existentes entre os espaços metropolitanos brasileiros. Nesse sentido, o IISM mostrou-se adequado para o objetivo da pesquisa, pois possibilitou identificar tanto as diferenças entre as regiões quanto às dimensões que caracterizam suas condições de insuficiência. A utilização de uma abordagem multidimensional contribui, portanto, para uma compreensão mais ampla das desigualdades metropolitanas, evitando que a análise das condições socioeconômicas seja reduzida exclusivamente à renda. Conclui-se, assim, que o período de 2016 a 2025 foi marcado por uma melhora geral da insuficiência socioeconômica multidimensional nas regiões analisadas, acompanhada pela permanência de importantes desigualdades territoriais. Os resultados reforçam que as metrópoles brasileiras apresentam diferentes trajetórias e configurações socioeconômicas, tornando necessária a continuidade de análises que considerem conjuntamente as dimensões econômicas, sociais, habitacionais e relacionadas ao acesso a bens e serviços públicos.

Referências

ARAÚJO, J. B. O mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 2004-2008. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade e seus desafios. Brasília, DF: IPEA, 2015. LEOPOLDO, Eudes. Metropolização regional e nova regionalização do capital. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 85-102, jan./abr. 2020. MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga. Espaços metropolitanos: processo, configurações, metodologias e perspectivas emergentes. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Urbanização brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 12, n. 2, p. 103-120, 2010. TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; SILVA JÚNIOR, Antônio Hermes Marques da; ARAÚJO, Juliana Bacelar. Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): definição conceitual, proposição metodológica e aplicação para o Brasil com dados da PNAD Contínua de 2016-2022. Natal: Departamento de Economia, UFRN, 2023.

Anexos



Quadro 1 – Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis

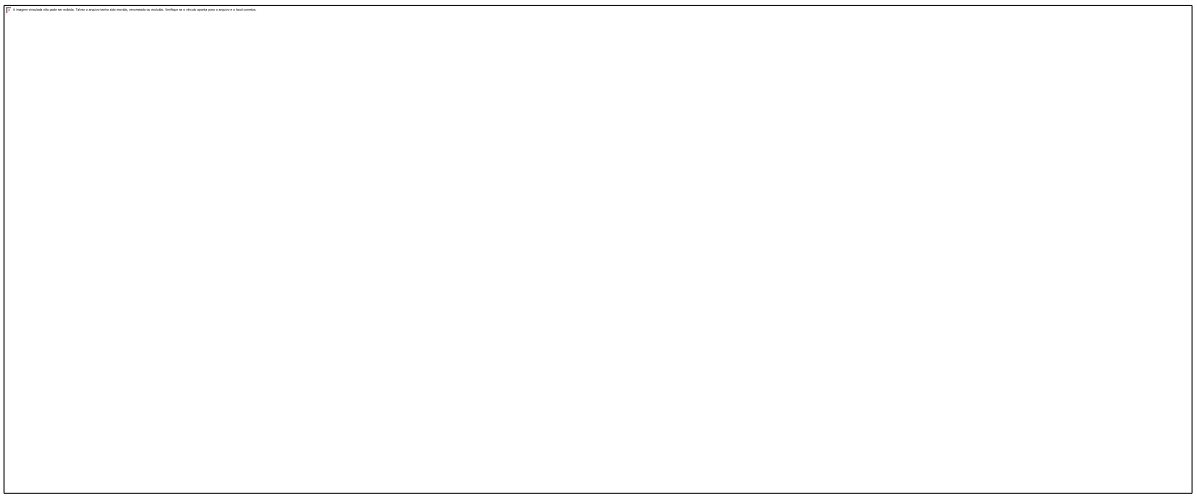


Tabela 1 –Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), estratos, posições no ranking e variação da posição das regiões metropolitanas brasileiras, 2016–2025 , 2016, 2019, 2022 e 2025

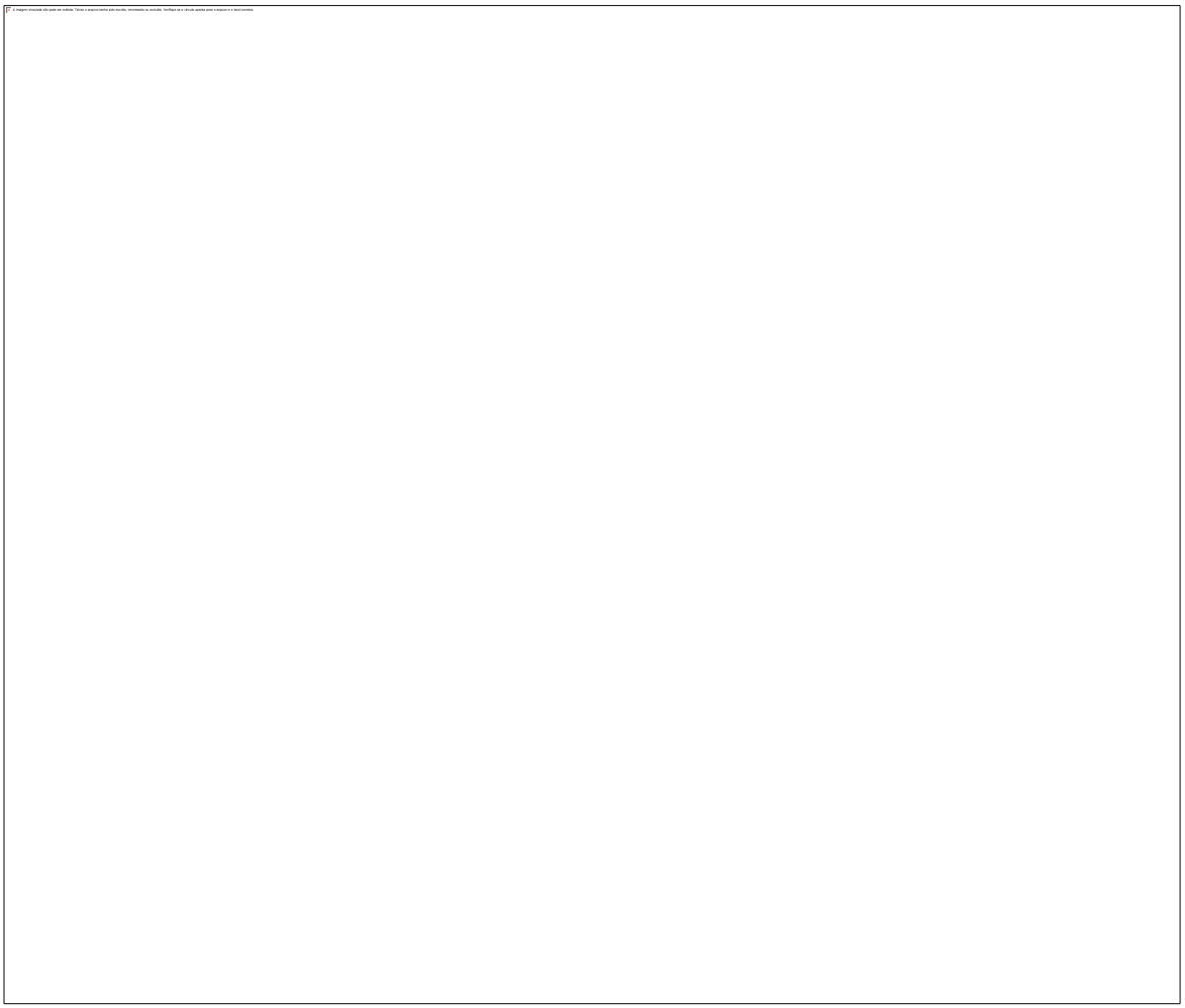


Figura 1 – IISM e suas dimensões segundo os estratos das regiões metropolitanas, 2016

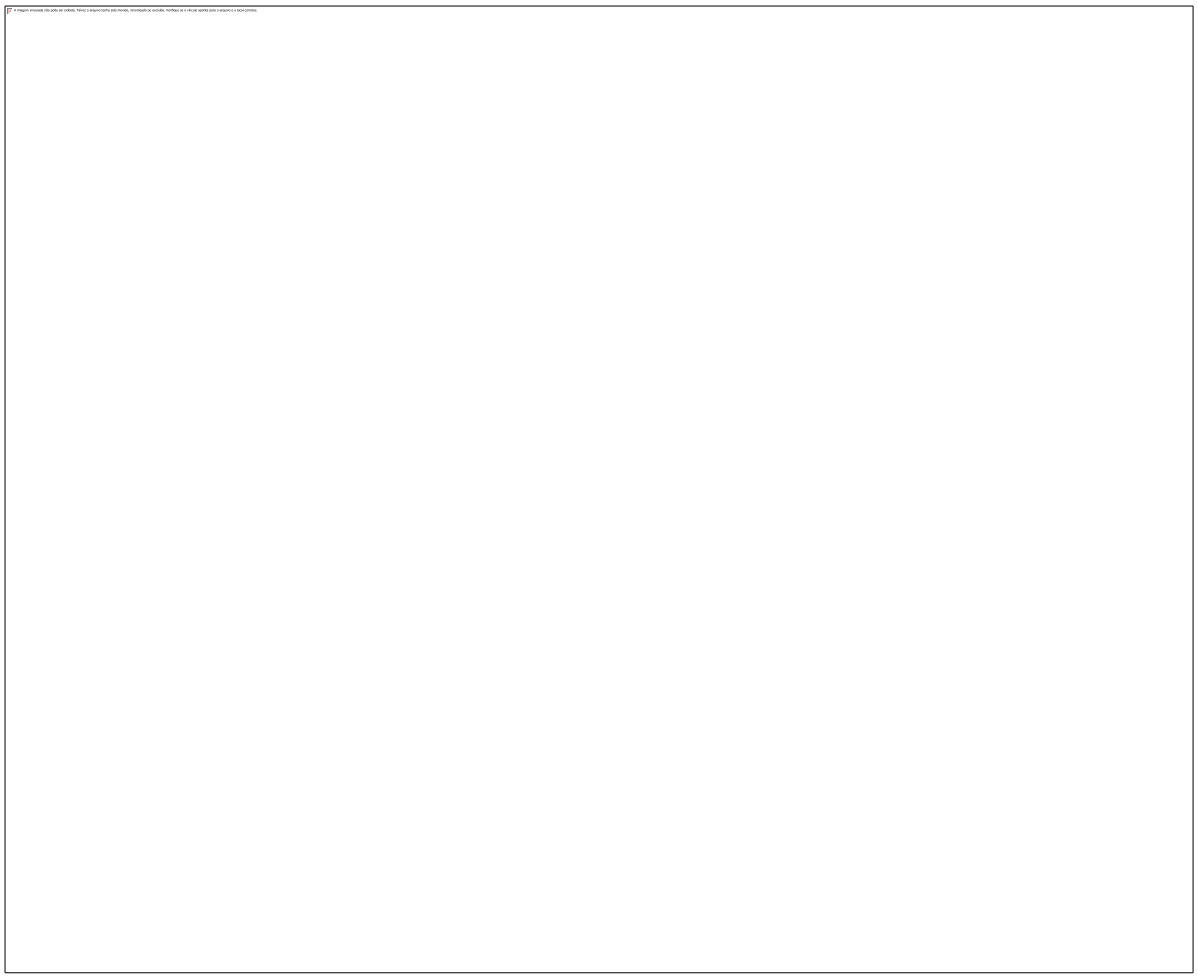


Figura 2 – IISM e suas dimensões segundo os estratos das regiões metropolitanas, 2019



Figura 3 – IISM e suas dimensões segundo os estratos das regiões metropolitanas, 2022



Figura 4 – IISM e suas dimensões segundo os estratos das regiões metropolitanas, 2025

CÓDIGO: HS1037

AUTOR: MARIA ALICE FONSECA MOURA DIAS

ORIENTADOR: ILENA FELIPE BARROS

TÍTULO: A relação da produção de açúcar e álcool com a concentração fundiária no setor sucroalcooleiro no Nordeste.

Resumo

O seguinte trabalho analisa a relação entre a produção de açúcar e álcool e a concentração fundiária no setor sucroalcooleiro do Nordeste, e está vinculado à pesquisa "O setor sucroalcooleiro no Nordeste: expressões da expropriação, exploração e violência". Parte-se da compreensão de que a formação e a expansão da agroindústria canavieira estão historicamente articuladas à estrutura fundiária concentrada da região, cuja origem remonta ao modelo de plantation e à centralidade da produção de cana-de-açúcar na economia colonial. Embora o setor tenha passado por processos de modernização e reestruturação produtiva, com ampliação da capacidade de produção e incorporação de novas tecnologias, permanecem relações de apropriação desigual da terra e dos recursos naturais, associadas à concentração econômica e de poder. Nesse sentido, a pesquisa busca analisar os dados referentes à produção de cana-de-açúcar e seus derivados, identificando a dinâmica de expansão do setor e sua relação com a concentração fundiária. Fundamentada em uma perspectiva crítica da questão agrária brasileira e do agronegócio, a investigação utiliza dados estatísticos e revisão bibliográfica para apreender as relações entre terra, capital e produção. Assim, pretende contribuir para a compreensão das particularidades do desenvolvimento capitalista no campo nordestino e das desigualdades que atravessam a organização da produção sucroalcooleira.

Palavras-chave: Setor sucroalcooleiro; concentração fundiária; questão agrária.

TITLE: The relationship between sugar and alcohol production and land concentration in the sugarcane agroindustry in Northeast Brazil.

Abstract

The present study analyzes the relationship between sugar and ethanol production and land concentration in the sugar-energy sector of the Brazilian Northeast. It is part of the research project "The Sugar-Energy Sector in the Northeast: Expressions of Expropriation, Exploitation, and Violence." The study understands that the formation and expansion of sugarcane agribusiness have historically been linked to the region's concentrated land structure, rooted in the plantation system and the centrality of

sugarcane production in the colonial economy. Despite processes of modernization, productive restructuring, and technological incorporation, unequal forms of appropriation of land and natural resources persist, associated with economic and power concentration. In this context, the research analyzes data on sugarcane production and its derivatives, seeking to identify the dynamics of sectoral expansion and its relationship with land concentration. From a critical perspective on the Brazilian agrarian question and agribusiness, the study combines statistical data and a literature review to examine the relations between land, capital, and production. Thus, it contributes to understanding the particularities of capitalist development in the rural areas of the Brazilian Northeast and the inequalities that shape sugar and ethanol production.

Keywords: Sugarcane agroindustry; land concentration; agrarian question.

Introdução

O presente plano de trabalho, intitulado “A relação da produção de açúcar e álcool com a concentração fundiária no setor sucroalcooleiro no Nordeste”, está vinculado à pesquisa “O SETOR SUCROALCOOLEIRO NO NORDESTE: expressões da expropriação, exploração e violência”, desenvolvida sob orientação da professora dra. Ilena Felipe Barros. Enquanto a investigação mais ampla busca compreender a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no campo, tendo como referência a agroindústria sucroalcooleira nordestina e as permanências da expropriação, exploração e violência, este plano concentra-se na análise da articulação entre a produção de açúcar e álcool e a concentração fundiária na região.

A atividade canavieira possui expressiva relevância econômica no Nordeste e apresenta continuidade histórica desde o período colonial. A Zona da Mata, marcada historicamente pela plantation de cana-de-açúcar, permanece como importante espaço de produção de açúcar e álcool, contribuindo para a dinâmica econômica regional. Segundo dados do NOVACANA, Alagoas, Pernambuco e Paraíba destacam-se como os principais estados produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. Das 75 unidades produtoras existentes na região, entre usinas e destilarias, 53 estão concentradas nesses três estados, evidenciando a importância desses territórios na organização da produção sucroalcooleira.

A expansão da agroindústria canavieira insere-se no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e na consolidação do agronegócio, marcado pela incorporação de terras, recursos naturais, infraestrutura e força de trabalho aos interesses da produção capitalista. Nesse contexto, a atuação de empresas de grande porte e a crescente mecanização da produção expressam transformações nas formas de organização do setor, sem romper com estruturas historicamente marcadas pela concentração da terra e dos recursos. A expansão do agronegócio também se relaciona ao processo de reprimarização da economia, no qual países periféricos assumem papel relevante na produção e exportação de alimentos e matérias-primas destinadas ao mercado internacional.

Diante desse cenário, a pequisa busca analisar a produção de açúcar e álcool no Nordeste e sua relação com a concentração fundiária, considerando a expansão do setor

sucroalcooleiro e a apropriação capitalista da terra e dos recursos naturais. Para isso, serão utilizados dados estatísticos referentes à produção de cana-de-açúcar e seus derivados, articulados a uma leitura crítica da questão agrária brasileira e do agronegócio. A análise pretende contribuir para a compreensão das particularidades do desenvolvimento capitalista no campo nordestino, evidenciando como a dinâmica da produção sucroalcooleira se articula à estrutura fundiária e às desigualdades presentes no território.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste plano de trabalho, foram realizadas atividades voltadas à formação em pesquisa científica, articulando estudos teóricos, aprofundamento conceitual, debates e discussões sobre o objeto de investigação. Inicialmente, houve uma busca para compreender os fundamentos da pesquisa social, com ênfase no método crítico-dialético e nas categorias teóricas relacionadas à questão agrária brasileira, ao agronegócio e ao setor sucroalcooleiro. Como este plano está vinculado à pesquisa "O SETOR SUCROALCOOLEIRO NO NORDESTE: expressões da expropriação, exploração e violência", também houve a participação das atividades desenvolvidas no âmbito dessa investigação, buscando compreender seus objetivos, percurso metodológico, técnicas de coleta e análise de dados e categorias teóricas, de modo a apreender o objeto em sua totalidade.

Ao longo da pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, bem como leituras e fichamentos de textos relacionados à temática investigada. No desenvolvimento específico do plano de trabalho, houve a concentração a investigação no levantamento, organização e análise de dados relacionados à produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, buscando compreender sua relação com a expansão do setor sucroalcooleiro e com a concentração fundiária no Nordeste. Para isso, foram utilizados dados estatísticos e documentos provenientes de fontes relacionadas ao objeto da pesquisa, considerando informações que possibilitem analisar a produção, a área destinada ao cultivo, a distribuição das unidades produtoras e outros elementos relevantes para compreender a organização do setor.

A análise desses dados será realizada a partir de uma perspectiva crítico-dialética, buscando não apenas apresentar informações quantitativas, mas relacioná-las às determinações históricas e sociais que constituem a realidade investigada. Dessa forma, procura-se compreender as relações entre terra, capital e produção, considerando o processo de expansão do agronegócio e a apropriação capitalista da terra e dos recursos naturais. A sistematização e interpretação dos dados serão articuladas aos referenciais teóricos estudados, permitindo identificar as relações e contradições presentes na dinâmica do setor sucroalcooleiro nordestino.

Houve, também, participação nas atividades do Grupo de Pesquisa "Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social" e das ações desenvolvidas pela equipe da pesquisa à qual o plano está vinculado. Nesse espaço, houve a participação em estudos temáticos, debates teórico-metodológicos, discussões sobre procedimentos de coleta e análise de dados, planejamento das atividades e elaboração de instrumentais de pesquisa. Também

utilizou-se fontes de informação e recursos disponibilizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, incluindo aqueles disponíveis por meio da Biblioteca Central Zila Mamede. Além disso, foram realizados levantamentos de boletin da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Por fim, busca-se socializar os conhecimentos produzidos ao longo da pesquisa por meio da elaboração de artigos científicos, textos para publicação e apresentação das reflexões e resultados em congressos, seminários e outros eventos acadêmicos. Esse processo é fundamental para a formação enquanto estudante e pesquisadora, pois possibilita articular o estudo teórico, a investigação da realidade e a produção de conhecimento crítico sobre a questão agrária e a dinâmica do setor sucroalcooleiro no Nordeste.

Resultados e Discussões

Os resultados obtidos até o momento permitem analisar a dinâmica da produção sucroalcooleira no Nordeste e estabelecer aproximações com a concentração fundiária que caracteriza historicamente a organização da produção agrícola na região. O levantamento realizado evidencia que a produção de cana-de-açúcar permanece economicamente relevante, especialmente na Zona da Mata, território historicamente marcado pela atividade canavieira. Essa permanência demonstra que, apesar das transformações ocorridas na organização produtiva e da incorporação de novas tecnologias, a cana-de-açúcar continua ocupando posição importante na dinâmica econômica e territorial nordestina.

De acordo com os dados levantados na CONAB para a safra 2024/2025, o Nordeste apresenta expressiva produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. No que se refere às unidades produtoras, foram identificadas 75 unidades entre usinas e destilarias na região, sendo 53 localizadas nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. A concentração dessas unidades em determinados estados evidencia que a atividade sucroalcooleira não se distribui de maneira uniforme pelo território nordestino. Ao contrário, sua organização está associada a espaços que possuem uma trajetória histórica de produção canavieira e que permanecem integrados à dinâmica do agronegócio.

Essa distribuição territorial da produção constitui um elemento importante para a análise da concentração fundiária. Embora a quantidade de unidades produtoras não corresponda diretamente ao número ou ao tamanho das propriedades rurais, os dados permitem identificar a existência de uma produção territorialmente concentrada e indicam a necessidade de compreender as relações estabelecidas entre a expansão da atividade sucroalcooleira, o controle da terra e a apropriação dos recursos necessários à produção. Assim, os resultados não devem ser interpretados apenas como indicadores de desempenho econômico, mas como elementos que ajudam a compreender a forma como o capital se organiza no território e se relaciona com a estrutura agrária.

A permanência da atividade canavieira na Zona da Mata também precisa ser compreendida a partir de sua formação histórica. A produção de cana-de-açúcar esteve, desde o período colonial, vinculada à grande propriedade, à monocultura e à

concentração da terra. A literatura sobre a questão agrária brasileira demonstra que a formação da estrutura fundiária nacional esteve marcada pela apropriação desigual da terra e pela constituição de relações sociais vinculadas à reprodução do capital. Nesse sentido, Martins (1991) contribui para compreender que a expansão das relações capitalistas no campo não representa necessariamente a superação de estruturas anteriores, podendo reproduzir processos de expropriação e desigualdade sob novas formas.

Essa perspectiva é fundamental para interpretar as transformações observadas no setor sucroalcooleiro. A substituição progressiva de formas tradicionais de produção por unidades industriais de maior escala, a mecanização e a incorporação de tecnologias ampliaram a capacidade produtiva do setor, mas não eliminaram a importância da propriedade da terra como elemento de poder econômico. Dessa forma, a modernização da produção não deve ser compreendida automaticamente como democratização do acesso à terra. Ao contrário, a expansão do agronegócio pode ocorrer paralelamente à manutenção de estruturas fundiárias concentradas, especialmente em territórios historicamente destinados à produção de commodities agrícolas.

As contribuições de Delgado (2013) permitem relacionar esse processo à reestruturação da economia do agronegócio e à crescente articulação da agricultura brasileira com o mercado nacional e internacional. A expansão da produção de açúcar e seus derivados e as perspectivas de crescimento do consumo e das exportações reforçam a importância econômica do setor e demonstram sua inserção nos circuitos de reprodução do capital. Segundo as projeções da CONAB consideradas no levantamento, o consumo de açúcar deverá apresentar crescimento na próxima década, passando de 9,8 milhões de toneladas em 2022/23 para 11,2 milhões ao final do período projetado. As exportações também apresentam perspectiva de expansão, alcançando uma projeção de 37,9 milhões de toneladas em 2032/33. Esses dados apontam para a continuidade da demanda por produção e, consequentemente, para a permanência da importância das terras destinadas à atividade canavieira.

A partir dos dados analisados, observa-se, portanto, que a expansão da produção sucroalcooleira está inserida em uma dinâmica mais ampla de valorização econômica da terra e de intensificação da produção agrícola. A terra, nesse processo, não constitui apenas um espaço físico destinado ao cultivo da cana, mas um recurso fundamental para a reprodução do capital. A apropriação e o controle de extensas áreas agricultáveis tornam-se elementos estratégicos para a continuidade da produção, especialmente em uma atividade que depende da disponibilidade de terras para garantir o fornecimento de matéria-prima às unidades industriais.

Essa discussão aproxima-se das análises de Oliveira (2010) e Stedile (2013) acerca da questão agrária brasileira. A expansão do agronegócio ocorre em uma estrutura agrária historicamente desigual, na qual a concentração da propriedade da terra permanece como uma das principais características do campo brasileiro. Dessa maneira, a expansão de atividades voltadas à produção de commodities deve ser analisada considerando não apenas o volume produzido e os resultados econômicos, mas também quem controla a terra, como os territórios são apropriados e quais relações sociais são produzidas a partir dessa organização.

Nesse sentido, os resultados parciais do plano de trabalho permitem identificar uma relação entre a importância econômica da produção sucroalcooleira, sua concentração territorial e a necessidade de aprofundamento da análise sobre a estrutura fundiária que sustenta essa produção. A concentração das unidades produtoras em determinados estados e a permanência histórica da atividade na Zona da Mata constituem elementos que direcionam a investigação para a compreensão das formas de apropriação e controle da terra pelo setor. Entretanto, é necessário destacar que os dados sobre produção e unidades produtoras, isoladamente, não permitem mensurar a concentração fundiária. Por isso, o levantamento e a análise de informações específicas sobre a distribuição e a dimensão das propriedades constituem uma etapa fundamental para avançar na comprovação dessa relação.

A análise realizada até o momento indica, assim, que a produção de açúcar e álcool não pode ser dissociada da estrutura territorial e agrária na qual se desenvolve. A permanência e a expansão do setor sucroalcooleiro no Nordeste articulam-se a uma formação histórica marcada pela concentração da terra e, contemporaneamente, às estratégias de reprodução do agronegócio. O confronto entre os dados levantados e a literatura consultada permite compreender que a modernização produtiva e o crescimento econômico do setor coexistem com estruturas históricas de desigualdade no acesso e no controle da terra. Desse modo, o aprofundamento da pesquisa sobre a concentração fundiária possibilitará compreender de forma mais precisa como a produção de açúcar e álcool se relaciona com a apropriação capitalista da terra e com a reprodução das desigualdades presentes na questão agrária nordestina.

Conclusão

A pesquisa possibilitou compreender a permanência e a relevância da produção sucroalcooleira no Nordeste, evidenciando sua forte presença territorial, especialmente na Zona da Mata, espaço historicamente vinculado à produção de cana-de-açúcar. Os dados levantados demonstram que Alagoas, Pernambuco e Paraíba permanecem entre os principais estados produtores da região, concentrando 53 das 75 unidades produtoras identificadas entre usinas e destilarias. Esse resultado evidencia uma distribuição territorial desigual da atividade sucroalcooleira e constitui elemento importante para compreender a organização da produção e sua relação com a estrutura fundiária regional.

A análise desenvolvida permitiu identificar que a expansão da produção de açúcar e álcool está inserida em uma dinâmica mais ampla de reprodução do capital no campo. As perspectivas de crescimento do consumo e das exportações de açúcar apontam para a continuidade da importância econômica do setor e, consequentemente, para a permanência da demanda por terras destinadas à produção de cana-de-açúcar. Nesse sentido, a terra assume papel central não apenas como meio de produção, mas como recurso estratégico para a expansão e manutenção da atividade sucroalcooleira.

O confronto dos dados com a literatura consultada possibilitou compreender que essa dinâmica contemporânea se relaciona a uma estrutura agrária historicamente marcada pela concentração da terra. A formação da atividade canavieira, vinculada à plantation e

à grande propriedade, apresenta continuidades nas formas atuais de organização do agronegócio, ainda que acompanhadas por processos de modernização, mecanização e reestruturação produtiva. Assim, os resultados reforçam a necessidade de analisar a expansão do setor não apenas pelos indicadores de produção, mas também pelas relações estabelecidas entre terra, capital e apropriação do território.

Como principal destaque dos resultados obtidos, identifica-se a articulação entre a relevância econômica da produção sucroalcooleira, sua concentração territorial em determinados estados nordestinos e a permanência de uma estrutura agrária historicamente desigual. Os dados analisados constituem, portanto, importantes elementos para investigar a relação entre a produção de açúcar e álcool e a concentração fundiária, objetivo central deste plano de trabalho.

Entretanto, os dados de produção e de distribuição das unidades produtoras, isoladamente, não permitem mensurar a concentração fundiária. Por isso, o aprofundamento do levantamento de informações sobre a dimensão, distribuição e controle das propriedades rurais constitui etapa necessária para demonstrar quantitativamente essa relação. A continuidade da pesquisa permitirá avançar na compreensão de como a expansão da produção sucroalcooleira se articula à apropriação e ao controle da terra, contribuindo para o debate crítico sobre a questão agrária e as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no campo nordestino.

Referências

BRASIL DE FATO. Ministra afirma que não há como banir agrotóxico cancerígeno das lavouras brasileiras. São Paulo, 09/04/2019.
BRASIL DE FATO. “Lista suja” aumenta e já são 187 empresas autuadas por trabalho escravo. São Paulo, 10/04/2019

BRUNO, R. Um Brasil Ambivalente – Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2009.

Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2024. Goiânia, 2025.

DELGADO, G. da C. Reestruturação da Economia do Agronegócio – Anos 2000. IN: STEDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: Revista Temporalis n. 3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2001 (p. 09-32).

IPEA. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Comunicados do IPEA, n. 155. IPEA: Brasília (DF), 2012.Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf. Acesso em 20.03.2019.

MARTINS, J. de S. Expropriação e Violência. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. U. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contrareforma Agrária no Governo Lula. IN: Os Anos Lula – Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OXFAM BRASIL. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM Brasil: São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acessado em 24.03.2019.

OXFAM. Recompensem o trabalho, não a riqueza. Documento Informativo da OXFAM Janeiro de 2018. Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf. Acesso em 25/03/2019.
.

STEDILE, J. P. (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Revista Temporalis n. 3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2001 (p. 33-40)

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Revista Serviço Social e Sociedade., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

BRUNO, Regina. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

DELGADO, Guilherme da Costa. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: _____. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira: cana-de-açúcar: safra 2024/25. Brasília, DF: Conab, 2025.

CÓDIGO: HS1050

AUTOR: MARIA FERNANDA DE SOUZA

ORIENTADOR: ILENA FELIPE BARROS

TÍTULO: A dinâmica do capital na região Nordeste: estudo sobre a área canavieira

Resumo

O presente plano de trabalho dá continuidade à pesquisa “O SETOR SUCROALCOOLEIRO NO NORDESTE: expressões da expropriação, exploração e violência” e tem como objetivo analisar a dinâmica de expansão do capital na área canavieira do Nordeste, articulando a questão agrária, o agronegócio, a agroindústria sucroalcooleira e as relações de trabalho. Parte-se da compreensão de que a produção de cana-de-açúcar possui relevância histórica na formação econômica e social brasileira, marcada pela concentração fundiária, monocultura e exploração da força de trabalho. Nesse contexto, os processos de modernização, mecanização e reestruturação produtiva ampliaram a produtividade e a inserção do setor nos mercados nacional e internacional, mas não superaram suas contradições históricas. Ao contrário, fortaleceram a articulação entre propriedade fundiária, capital financeiro, empresas transnacionais e Estado, contribuindo para a apropriação da renda da terra, a concentração fundiária e a intensificação da exploração do trabalho. Busca-se, portanto, compreender criticamente as formas de acumulação e reprodução do capital no setor sucroalcooleiro e suas repercussões sobre os trabalhadores rurais, suas famílias e os territórios.

Palavras-chave: Questão agrária; Setor sucroalcooleiro; Expansão do capital;

TITLE: The Dynamics of Capital in the Northeast Region: A Study of the Sugarcane-Producing Area

Abstract

This work plan continues the research “THE SUGARCANE AND ETHANOL SECTOR IN NORTHEASTERN BRAZIL: expressions of expropriation, exploitation and violence” and aims to analyze the dynamics of capital expansion in the sugarcane sector in Northeastern Brazil, articulating the agrarian question, agribusiness, the sugarcane agroindustry and labor relations. It is based on the understanding that sugarcane production has historically played an important role in Brazil’s economic and social formation, marked by land concentration, monoculture and labor exploitation. In this context, processes of modernization, mechanization and productive restructuring have increased productivity and strengthened the sector’s integration into national and

international markets, but have not overcome its historical contradictions. On the contrary, they have strengthened the articulation between land ownership, financial capital, transnational corporations and the State, contributing to the appropriation of land rent, land concentration and the intensification of labor exploitation. Therefore, the study seeks to critically understand the forms of capital accumulation and reproduction in the sugarcane sector and their repercussions on rural workers, their families and territories.

Keywords: Agrarian question; Sugarcane and ethanol sector; Capital expansion;

Introdução

O plano de trabalho está vinculado a pesquisa “O SETOR SUCROALCOOLEIRO NO NORDESTE: expressões da expropriação, exploração e violência”. A produção de cana-de-açúcar constitui uma atividade historicamente importante para a formação econômica e social brasileira, especialmente na região Nordeste. Sua trajetória está relacionada ao processo de formação da questão agrária brasileira, marcado pela concentração da propriedade da terra, pela monocultura e pela exploração da força de trabalho. No Nordeste, essas características permaneceram vinculadas a diferentes processos de transformação econômica ebprodutiva ao longo do tempo, tendo origem no período colonial e passando por industrialização, modernização e mecanização, mas mantendo estruturas históricas de concentração fundiária e desigualdade.

A partir desse percurso histórico, torna-se necessário compreender a modernização do setor sucroalcooleiro para além de sua dimensão tecnológica. A incorporação de máquinas, tecnologias e novas formas de organização da produção ampliou a produtividade e contribuiu para a inserção do açúcar e do etanol nos mercados nacional e internacional, mas não significou a superação das contradições existentes no campo. Ao contrário, a reestruturação produtiva fortaleceu grandes grupos empresariais e a participação do capital estrangeiro, articulando diferentes formas de capital e ampliando a capacidade de acumulação do setor.

Nesse sentido, a dinâmica do capital na área canavieira envolve não apenas a produção da mercadoria, mas também a apropriação e valorização da terra e a exploração da força de trabalho. A expansão do setor está relacionada à concentração fundiária, à expropriação de pequenos produtores e à crescente dependência econômica dos trabalhadores. No âmbito das relações de trabalho, a modernização convive com situações de precarização, intensificação do ritmo produtivo, desemprego e migração, demonstrando que o desenvolvimento das forças produtivas não elimina necessariamente as formas de exploração existentes.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica de expansão do capital na área canavieira do Nordeste, articulando a questão agrária, o agronegócio, a agroindústria sucroalcooleira e as relações de trabalho. Busca-se compreender como a expansão, a modernização e a reestruturação do setor expressam formas particulares de acumulação e reprodução do capital, bem como suas repercussões sobre os trabalhadores rurais e suas famílias.

Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter bibliográfico e documental, integrando os estudos de iniciação científica desenvolvidos no âmbito da pesquisa "O setor sucroalcooleiro no Nordeste: expressões da expropriação, exploração e violência" e articulando com o "Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social".

O levantamento bibliográfico contempla livros, artigos científicos, levantamento de boletins de produção disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e produções acadêmicas relacionadas à questão agrária, ao agronegócio, à agroindústria canavieira, às relações de trabalho e à questão social. A pesquisa documental complementa esse percurso, possibilitando a análise de documentos relacionados às transformações do setor e às condições sociais e econômicas que envolvem os trabalhadores rurais.

A análise tem como referência a realidade nordestina, articulando essa discussão à particularização da realidade da área canavieira do Rio Grande do Norte. O percurso metodológico envolve ainda leituras sistemáticas, fichamentos, análise de dados e participação nas atividades do grupo de pesquisa, orientados pelo método crítico-dialético e visando a compreensão do objeto em sua totalidade e historicidade e apreensão das relações sociais que ultrapassam sua manifestação imediata. Dessa forma, procura-se analisar a dinâmica do setor sucroalcooleiro considerando suas determinações econômicas, sociais e territoriais.

Resultados e Discussões

3.1 Modernização e expansão do capital

A análise realizada evidencia que a trajetória do setor sucroalcooleiro nordestino é marcada pela combinação entre permanências históricas e transformações produtivas. A concentração da terra e da riqueza, presentes desde a formação colonial, permanecem como elementos estruturantes mesmo diante da industrialização, mecanização e modernização da produção. Apesar da modernização do setor possibilitar o aumento da produtividade e a ampliação da inserção da produção sucroalcooleira nos mercados nacional e internacional, esse processo deve ser compreendido como parte da própria expansão do capital no campo, onde a reestruturação produtiva fortaleceu grandes grupos empresariais e ampliou a articulação entre agricultura, agroindústria, crédito e capital financeiro.

Assim, modernização não significa simplesmente substituição do "atrasado" pelo "moderno". Trata-se de uma transformação das formas pelas quais o capital organiza e controla a produção, uma vez que a mecanização e a incorporação tecnológica podem elevar a produtividade ao mesmo tempo em que modificam as relações de trabalho e ampliam a capacidade de extração de valor.

3.2 Terra, expropriação e exploração

A expansão do setor também se relaciona à concentração da propriedade fundiária e à expropriação de pequenos produtores, resultando na ampliação da dependência de segmentos da população rural em relação ao trabalho assalariado e ao próprio setor sucroalcooleiro, processos agravados pela mecanização, pelo fechamento de usinas, pelo desemprego e pela migração.
Portanto, a terra não pode ser compreendida apenas como um recurso produtivo, já que sua apropriação está inserida nas relações de poder e nas formas de valorização do capital. Nesse sentido, a questão agrária permanece central para compreender a dinâmica do setor.

3.3 As condições de trabalho e os impactos sobre os trabalhadores

É nas relações de trabalho que uma das principais contradições da modernização se torna mais evidente. A incorporação de máquinas reduz a necessidade de trabalhadores em determinadas etapas da produção, especialmente no corte manual da cana, mas aqueles que permanecem submetidos ao trabalho manual podem enfrentar metas elevadas, pagamento por produção, intenso esforço físico e exposição a agrotóxicos. Desse modo, o aumento da produtividade não representa automaticamente melhoria das condições de vida e trabalho. Existe uma contradição entre a modernização das forças produtivas e a permanência de relações sociais marcadas pela exploração enraizada. Além disso, os impactos ultrapassam o espaço produtivo. O desemprego, a migração e a dependência econômica repercutem sobre as famílias dos trabalhadores, produzindo insegurança econômica e vulnerabilidade social.

3.4 Modernização e permanência das contradições

A análise dos dados apresentados pela Conab evidencia que a modernização do setor sucroalcooleiro ocorre de forma desigual e não pode ser compreendida apenas como sinônimo de expansão da produção. A Tabela 1 apresenta as estimativas para as safras 2024/25 e 2025/26, considerando a área cultivada, a produtividade e a produção de cana-de-açúcar, permitindo observar diferentes comportamentos entre as regiões e estados.

No Nordeste, por exemplo, houve redução de 0,9% na área cultivada, 1,2% na produtividade e 2,0% na produção. Entretanto, os resultados variam entre os estados. Em Alagoas, a produtividade aumentou 3,2% e a produção 2,5%, enquanto em Sergipe a produtividade cresceu 12%, mesmo diante da redução de 16,1% da área cultivada e de 6% da produção. Esses dados demonstram que as transformações produtivas não ocorrem de maneira homogênea e que o aumento da produtividade não significa necessariamente expansão da produção ou melhoria das condições sociais.

3.5 Resistência dos trabalhadores

Os trabalhadores rurais não aparecem apenas como sujeitos passivos diante dessas transformações. O próprio processo de exploração também produz formas de organização e resistência, ocasionando em greves, movimentos sociais e lutas pela terra como expressões da organização dos trabalhadores diante das desigualdades produzidas pelas relações capitalistas.
Nesse sentido, as lutas dos trabalhadores canavieiros por direitos, melhores condições

de trabalho e acesso à terra demonstram que a dinâmica do capital também produz conflitos e disputas.

Conclusão

A análise desenvolvida permite concluir que a dinâmica do setor sucroalcooleiro nordestino não pode ser compreendida apenas como resultado do avanço tecnológico ou do crescimento da produção. Sua trajetória está profundamente relacionada ao processo histórico de formação da questão agrária brasileira, marcado pela concentração da terra, pela exploração da força de trabalho e pela desigualdade social, expressando formas particulares de acumulação e reprodução do capital no campo. A incorporação de máquinas, tecnologias, capital financeiro e novas formas de organização produtiva ampliou a produtividade e a inserção do açúcar e do etanol nos mercados, mas não rompeu com as estruturas históricas que sustentam a desigualdade, mas produziu novas configurações para antigas contradições. A mecanização pode reduzir postos de trabalho, ampliar o desemprego e estimular processos migratórios, enquanto aqueles que permanecem em determinadas formas de trabalho podem estar submetidos à intensificação da produtividade, ao desgaste físico e à precarização. A concentração fundiária e a expropriação também permanecem relacionadas à dependência econômica dos trabalhadores rurais.

Assim, a modernização do setor sucroalcooleiro não elimina as contradições da questão agrária, mas as reorganiza de acordo com as necessidades da acumulação capitalista. É justamente nessa articulação entre modernização e permanência de desigualdades que se encontra uma das principais chaves para compreender o setor.

Por fim, as formas de resistência dos trabalhadores demonstram que essa realidade não é marcada somente pela exploração. Greves, movimentos sociais e lutas pela terra expressam a existência de sujeitos que disputam direitos, melhores condições de vida e trabalho e acesso à terra.

Referências

BRASIL DE FATO. Ministra afirma que não há como banir agrotóxico cancerígeno das lavouras brasileiras.São Paulo, 09/04/2019.

BRASIL DE FATO. “Lista suja” aumenta e já são 187 empresas autuadas por trabalho escravo. São Paulo, 10/04/2019

BRUNO, R. Um Brasil Ambivalente – Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2009.

Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2024. Goiânia, 2025.

DELGADO, G. da C. Reestruturação da Economia do Agronegócio – Anos 2000. IN: STEDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: Revista Temporalis n. 3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2001 (p. 09-32).

IPEA. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Comunicados do IPEA, n. 155. IPEA: Brasília (DF), 2012.Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf. Acesso em 20.03.2019.

MARTINS, J. de S. Expropriação e Violência. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. U. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contrareforma Agrária no Governo Lula. IN: Os Anos Lula – Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OXFAM BRASIL. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM Brasil: São Paulo, 2017. Disponível em:

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acessado em 24.03.2019.

OXFAM. Recompensem o trabalho, não a riqueza. Documento Informativo da OXFAM Janeiro de 2018. Disponível em

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf. Acesso em 25/03/2019.

.

STEDILE, J. P. (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Revista Temporalis n. 3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2001 (p. 33-40)

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Revista Serviço Social e Sociedade., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

CÓDIGO: HS1056

AUTOR: ANA BEATRIZ SARMENTO XAVIER

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de habitação e classe trabalhadora (continuação)

Resumo

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados do plano de trabalho intitulado *"Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de habitação e classe trabalhadora"*, vinculado ao projeto de pesquisa *"Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte"*. A continuação deste presente estudo busca expor e identificar de que maneira o Programa Minha Casa Minha Vida, política central no cenário brasileiro nas últimas décadas e que representa um marco dentro das políticas habitacionais, se relaciona com a reprodução da força de trabalho e como esta política impacta na vida da classe trabalhadora brasileira. Para a sua realização, utilizou-se análises bibliográficas e qualitativas, de assimilação teórica, além de levantamento e análise de dados estatísticos e orçamentários.

Palavras-chave: Política Social de Habitação; Política Social; Minha Casa Minha Vida.

TITLE: Social Policy and Reproduction of the Workforce: social housing policies and the working class (continued)

Abstract

This report presents the results of the ongoing work plan titled *"Social Policy and the Reproduction of the Labor Force: Social Housing Policies and the Working Class,"* which is part of the research project *"Social Policy and the Reproduction of the Labor Force in Rio Grande do Norte".* This continuation of the study aims to examine and identify how the "Minha Casa Minha Vida" Program, a central policy in the Brazilian landscape over recent decades and a milestone in housing policy relates to the reproduction of the labor force and impacts the lives of the Brazilian working class. The study employed bibliographic and qualitative analyses for theoretical grounding, alongside the collection and analysis of statistical data.

Keywords: Social Housing Policy; Social Policy; My Home My Life.

Introdução

O presente relatório decorre da continuação do plano de trabalho intitulado *"Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de habitação e classe trabalhadora"*, que está incluído no projeto de pesquisa *"Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte"*. Além disso, o plano de trabalho está vinculado com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Ética e Direito (GEPTED) e com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DESSO/UFRN).

Desenvolvido no período de 01/09/2025 a 31/08/2026, o plano de trabalho dá continuidade à pesquisa anterior, justificando-se pela necessidade de aprofundar a análise crítica da política de habitação a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, grande marco das políticas habitacionais brasileiras nas últimas décadas. O estudo busca compreender a relação entre Estado, mercado imobiliário e classe trabalhadora, analisando, nos referenciais teóricos, a funcionalidade e os beneficiários do programa, além de investigar, com base em dados estatísticos e orçamentários, os recursos investidos e seus impactos sobre as diferentes classes sociais.

Nessa perspectiva, faz-se necessário retomar as principais conclusões apresentadas no relatório anterior. O estudo anterior teve como objetivo identificar e analisar, na produção teórica do Serviço Social brasileiro, as discussões sobre a política social de habitação e sua relação com a reprodução da força de trabalho. Os resultados foram organizados em duas categorias centrais: a luta pela moradia como direito social e a política de habitação e o papel do Estado. Dessa forma, as conclusões evidenciaram que, embora a moradia seja reconhecida como direito social, sua efetivação permanece condicionada às contradições do modo de produção capitalista, em que a habitação assume simultaneamente a condição de direito e de mercadoria. Também constatou-se que a atuação estatal ocorre de forma contraditória, articulando a garantia parcial do direito à moradia aos interesses do mercado imobiliário, contribuindo para a reprodução das desigualdades socioespaciais. Além disso, verificou-se que a temática é pouco explorada nos referenciais bibliográficos do Serviço Social.

A etapa anterior forneceu o embasamento teórico necessário para o aprofundamento da pesquisa, justificando a continuidade da investigação com enfoque no Programa Minha Casa Minha Vida, buscando compreender como essa política habitacional materializa as contradições identificadas nos resultados do relatório anterior.

O presente relatório foi conduzido através de análises bibliográficas, de natureza qualitativa e de assimilação teórica, além do levantamento, da análise e realização de tabelas de dados estatísticos e orçamentários. Também é preciso enfatizar que, como base fundamental para a condução da pesquisa, foram realizados encontros semanais, alternando entre discussões teóricas e metodológicas, com integrantes do projeto de pesquisa: o orientador do projeto; graduandas de Serviço Social e de Ciências Sociais; além da comissão composta por mestrandas e doutorandas em Serviço Social. Dessa forma, foi possível discutir os percursos metodológicos dos planos de trabalho de cada integrante.

Em relação aos objetivos específicos, identificou-se a necessidade de estabelecer os seguintes: *1) Analisar, dentro de referenciais teóricos do Serviço Social brasileiro, a abordagem do Programa Minha Casa Minha Vida; 2) Apreender, nos referenciais teóricos selecionados, a funcionalidade e os beneficiários deste Programa; 3) Investigar, a partir de dados estatísticos, os valores investidos neste programa e os impactos financeiros nas classes sociais.*

Para concluir o estudo, apresenta-se o relatório final estruturado em cinco seções distintas: a introdução; o método; os resultados e discussões; a conclusão; por fim, os anexos de tabelas dos levantamentos de dados estatísticos e orçamentários.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a continuação deste plano de trabalho intitulado *"Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de habitação e classe trabalhadora (continuação)"*, o qual se tem ênfase no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), aponta-se três direcionamentos complementares e sucessivos: um encaminhamento de teor instrumental e operacional, uma condução voltada para assimilação teórica e aprofundamento metodológico, e o levantamento e análise de dados estatísticos e orçamentários sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Para tanto, se processou a realização de três etapas cadenciadas: *a) Identificação das abordagens sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida presentes nos referenciais teóricos do Serviço Social brasileiro, selecionados no plano de trabalho anterior; b) Análise teórica e comparativa dos referenciais selecionados, buscando apreender as abordagens sobre a funcionalidade e os beneficiários do programa; c) Levantamento e análise de dados estatísticos e orçamentários referentes aos valores investidos e aos impactos financeiros e sociais do MCMV sobre as classes sociais.*

Além disso, como referencial teórico para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas a leitura e a análise dos artigos previamente selecionados, no desenvolvimento do relatório anterior, nas principais revistas do Serviço Social brasileiro.

No plano de trabalho anterior, a pesquisa foi desenvolvida por meio da identificação, seleção e análise de referenciais teóricos da literatura do Serviço Social brasileiro acerca da política social de habitação. Para isso, foi realizado um levantamento sistemático de artigos publicados em periódicos classificados nas Qualis A1, A2 e A3. Como procedimento metodológico do trabalho anterior, foi elaborada uma tabela no Excel com os dados referentes às revistas selecionadas. Esse procedimento consistiu na organização das informações em tópicos, contemplando:

1. as revistas escolhidas (13 no total);
2. a classificação Qualis A1 (Revista Katálysis, Serviço Social e Sociedade, Textos e Contextos, Argumentum, Revista de políticas públicas e Em pauta), A2 (Temporalis, Serviço Social em Revista e Emancipação) e A3 (Libertas, Serviço Social e Saúde, Serviço Social em Perspectiva e Revista Praia Vermelha);
3. o número de edições (534 no total);

4. a quantidade de artigos publicados (7.933 no total);
5. o número de artigos identificados por meio do mecanismo de busca com palavras-chave relacionadas ao título do plano de trabalho anterior (28);
6. a quantidade de artigos localizados na busca manual em cada edição e que se relacionam com o título do plano de trabalho anterior (31);
7. a delimitação temporal dos artigos (1997 a 2024). Esse recorte temporal foi justificado por ser o ano que marca o início e o final das publicações das revistas.

Assim, a continuidade do estudo parte destes referenciais teóricos já selecionados e sistematizados no relatório anterior, agora para investigar, especificamente, as produções que abordam o Programa Minha Casa Minha Vida e de que maneira essa temática é discutida. A partir disso, foi possível identificar o recorte de, no total, 15 artigos que abordam sobre este programa entre os 32 artigos selecionados no estudo anterior, evidenciando que a temática continua sendo pouco explorada na literatura do Serviço Social brasileiro. Após a seleção dos artigos, procedeu-se à leitura e, posteriormente, ao fichamento das produções selecionadas, possibilitando a identificação das principais categorias analíticas, das abordagens teóricas, das funcionalidades e dos beneficiários atribuídos ao Programa Minha Casa Minha Vida.
No que tange à tabulação e à análise dos dados teóricos coletados a partir da leitura dos artigos selecionados, foi crucial a elaboração do fichamento em documento do Word, com o objetivo de facilitar a organização das informações e identificar as categorias emergentes em cada artigo. A tabulação dos dados deu-se por meio de colunas com os presentes tópicos: referência bibliográfica; citação direta; comentários; identificação de categorias e funcionalidade do Programa Minha Casa Minha Vida. Essa metodologia permitiu a extração das principais ideias dos autores, possibilitando uma análise mais precisa das contribuições teóricas relacionadas ao programa e possibilitando compará-las.
Por fim, também foi realizado um levantamento e análise de dados estatísticos e orçamentários sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, obtidos em bases de dados e documentos oficiais do Ministério da Economia, do Ministério das Cidades, da Fundação João Pinheiro e do SIGA Brasil. A coleta foi concentrada em informações referentes aos recursos financeiros destinados ao programa, à execução orçamentária, ao número de empreendimentos subsidiados concluídos, não concluídos, unidades entregues e vigentes do PMCMV e ao déficit habitacional brasileiro. Posteriormente, os dados foram sistematizados em tabelas elaboradas pela própria autora, possibilitando a análise comparativa das informações e dando embasamento às discussões apresentadas ao longo do relatório. As tabelas produzidas encontram-se reunidas nos anexos deste trabalho, realizadas através do aplicativo Excel.

Resultados e Discussões

A fim de assegurar uma análise mais consistente quanto à relação entre o Programa Minha Casa Minha Vida e a classe trabalhadora, a partir dos referenciais teóricos, os resultados foram organizados e discutidos com base em duas categorias fundamentais, que serão sistematizadas a seguir, sendo elas: o Programa Minha Casa Minha Vida na perspectiva da moradia como direito social

e como mercantilização, e a análise dos dados estatísticos e orçamentários quanto ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Para contextualizar a discussão sobre o Programa Minha Casa Minha Vida na perspectiva da moradia como direito social, faz-se necessário retomar sua trajetória histórica no Brasil. Diante disso, quanto ao percurso da política habitacional brasileira, Lima (2012) discute que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) deve ser compreendido no contexto das transformações ocorridas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011), período em que ocorreu grandes marcos como a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura, a expansão do crédito habitacional e a implementação de políticas sociais voltadas à redução da pobreza no Brasil. A partir disso, a autora expõe que a criação do PMCMV em 2009 foi utilizada como uma resposta à necessidade de enfrentar os impactos da crise econômica internacional de 2008, utilizando a construção civil como estratégia para dinamizar a economia e estimular o crescimento econômico.

Assim, segundo Lima (2012), a instituição do PMCMV promoveu mudanças significativas na Política Nacional de Habitação ao redirecionar recursos anteriormente destinados ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para a produção de novas unidades habitacionais. A autora ressalta que a primeira fase do programa priorizou a ampliação da oferta de moradias subsidiadas, enquanto a segunda fase expandiu o atendimento para diferentes faixas de renda, havendo a estratégia de estimular a economia por meio da construção civil.

Ademais, as autoras Munhoz, Salgado e Santos (2015) citam que, como parte da operacionalização, o programa possibilitou aos municípios desenvolver empreendimentos habitacionais voltados ao enfrentamento do déficit habitacional, concentrando sua contribuição na disponibilização de terrenos para a construção das unidades habitacionais. Nesse sentido, nota-se que:

> O Programa Minha Casa Minha Vida tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e compra de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, que residam em qualquer município brasileiro. Para que o Programa Minha Casa Minha Vida construa moradias adequadas e bem localizadas é essencial a participação ativa dos municípios mobilizando instrumentos em seus Planos Diretores que favoreçam a disponibilidade de bons terrenos para o programa, especialmente para famílias com renda de 0 a 6 salários mínimos. Este Programa tem como meta construir um milhão de habitações (Munhoz et al (2015 apud ROLNIK, 2010, p.12).

Entretanto, Lima (2012) ressalta que, embora o PMCMV tenha ampliado o acesso à moradia para uma parcela da população de baixa renda, sua implementação também evidenciou contradições dentro do programa. Por mais que o programa tenha respondido às demandas habitacionais de milhares de famílias, também foi fortalecido a mercantilização da habitação, uma vez que impulsionou-se o mercado imobiliário e o setor da construção civil e reproduziu problemas historicamente presentes na política habitacional brasileira, como a construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas, frequentemente desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e para a segregação socioespacial.

Ainda nesse viés, Bordenave (2023) reforça que o PMCMV foi concebido prioritariamente como um programa de natureza econômica, resultado da

articulação entre o governo federal, os setores imobiliário e da construção civil. Para a autora, a centralidade assumida pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão dos principais fundos de financiamento habitacional, como o FAR, o FDS e o FGTS, evidencia a predominância da lógica financeira na operacionalização da política habitacional.

Dessa maneira, entende-se que a criação do programa esteve mais voltada à dinamização da economia do que à consolidação da moradia como direito social. Nesse viés, Ribeiro expõe que essa política:

> retoma as concepções programáticas do Banco Nacional de Habitação (BNH), avançando na segregação territorial dos moradores de baixa renda e acelerando o processo de reordenamento urbano em voga na cidade (Ribeiro, 2015, p. 18).

Ademais, conforme Munhoz, Salgado e Santos (2015), o avanço numérico do programa não correspondeu a uma ampliação do direito à cidade, uma vez que muitos empreendimentos foram construídos distantes dos equipamentos urbanos e dos serviços essenciais. Nesse sentido, as autoras destacam que a localização dos conjuntos habitacionais constitui uma das principais críticas ao PMCMV, uma vez que a produção da moradia ocorreu frequentemente dissociada do planejamento urbano e da garantia de acesso aos bens e serviços existentes na cidade. Assim, apesar de possibilitar o acesso formal à habitação, os empreendimentos também reforçam processos de segregação socioespacial, ao deslocar as famílias para territórios afastados das centralidades urbanas e das oportunidades de trabalho, educação, saúde e lazer.

Além disso, a própria estrutura de operacionalização do programa evidencia a aproximação entre política habitacional e interesses do mercado imobiliário. Segundo as autoras, a destinação de recursos públicos para a iniciativa privada deslocou, para as empresas construtoras, a condução de parte significativa da produção habitacional, fazendo com que a definição dos empreendimentos estivesse condicionada à disponibilidade de terrenos e ao interesse econômico das empreiteiras. Dessa forma, a política habitacional passa a ser influenciada pela lógica da rentabilidade, na qual a redução dos custos de produção e a ampliação do número de unidades construídas podem se sobrepor às necessidades sociais e territoriais das famílias atendidas. (MUNHOZ; SALGADO; SANTOS, 2015).

Outro aspecto evidenciado pelas autoras refere-se à limitada articulação do programa com a política urbana e com o enfrentamento da questão fundiária brasileira. Diante da priorização da construção de novas unidades habitacionais, a administração do PMCMV também enfraquece a regularização fundiária, o aproveitamento de áreas urbanas ociosas e a efetivação da função social da propriedade.

Outrossim, Lima (2012) evidencia que o Programa Minha Casa Minha Vida expressa o caráter contraditório da política habitacional dentro do sistema capitalista, uma vez que se articula a garantia parcial do direito à moradia com a valorização do mercado imobiliário e a dinamização da economia. Assim, o programa revela que a efetivação do direito social à moradia permanece condicionada às estratégias de reprodução do capital e às formas de intervenção do Estado na política habitacional.

Ademais, é possível analisar que essa especulação imobiliária constitui um elemento crucial para compreender os limites do Programa Minha Casa Minha

Vida, uma vez que a política habitacional também movimenta recursos públicos, amplia a demanda por imóveis e favorece a atuação de construtoras e incorporadoras na produção dessas unidades habitacionais. De acordo com a autora Pereira (2012), os agentes vinculados à especulação imobiliária estabelecem relações com o Estado, buscando garantir condições favoráveis aos seus interesses produtivos e especulativos, tendo a produção e a mercantilização da habitação como mecanismos de acumulação.

Neste viés, embora o PMCMV tenha contribuído para ampliar o acesso da população de menor renda à habitação, sua implementação também está inserida em uma dinâmica de valorização da moradia enquanto mercadoria. Portanto, a utilização de recursos públicos para financiar a produção habitacional pode atender à necessidade social para o acesso à moradia e aos interesses de reprodução do capital imobiliário. Essa contradição expõe que a política habitacional não pode ser analisada apenas pelo número de unidades produzidas, mas também pelas condições em que essas moradias são produzidas, sua localização, seu acesso à infraestrutura e aos serviços públicos, além dos agentes econômicos beneficiados pelo investimento estatal.

A partir disso, reforça-se a ideia da oposição entre a moradia como direito social e a moradia como mercadoria. Quando a política habitacional privilegia a aquisição da unidade habitacional por meio do crédito e da produção imobiliária, pode ocorrer o risco de reduzir o direito à moradia à dimensão do acesso ao imóvel. Dessa maneira, é visto que “prioriza tanto nas políticas públicas de habitação e demais investimentos do Estado a hierarquização da habitação como bem de consumo sobre a moradia como direito fundamental” (PEREIRA, 2012, p. 10).

Além disso, esta análise da moradia enquanto mercadoria também permite compreendê-la como parte das condições necessárias à reprodução da força de trabalho. Segundo Pereira (2012), a moradia assume, no capitalismo, um lugar estratégico enquanto mercadoria, integrando a cesta de condições necessárias à reprodução da força de trabalho. Dessa forma, o acesso à habitação constitui uma dimensão fundamental das condições materiais de vida da classe trabalhadora, sendo também incorporado à dinâmica de reprodução das relações capitalistas.

A partir dessa perspectiva, a política habitacional pode ser compreendida como uma forma de resposta do Estado às necessidades de reprodução da força de trabalho. No entanto, essa resposta ocorre dentro dos limites impostos pela própria lógica da acumulação capitalista, marcada pela centralidade da propriedade privada e do território. A impossibilidade de assegurar o direito à moradia em sua integralidade permite que o acesso à unidade habitacional seja transformado em mecanismo do Estado capitalista para a garantia da reprodução da força de trabalho. Assim, o PMCMV, ao possibilitar o acesso à unidade habitacional para parcelas da classe trabalhadora, contribui para a reprodução das condições materiais necessárias à sua existência, mas sem romper com a lógica de mercantilização da moradia (PEREIRA, 2012).

Em conclusão, Suave e Faermann (2020) expõe que a disputa pela efetivação do direito à moradia é fortemente influenciada pela atuação do mercado imobiliário, cuja lógica de especulação e valorização da terra urbana intensifica os conflitos entre os interesses empresariais e as demandas da classe trabalhadora por habitação digna. Dessa maneira, a busca pela obtenção de lucros subordina o direito à moradia à dinâmica de acumulação do capital,

tornando-se necessária a superação dessas barreiras estruturais para que esse direito seja plenamente garantido. Além disso, destacam que o crédito habitacional, em vez de assegurar o acesso à moradia, frequentemente opera como instrumento de valorização financeira e de especulação, contribuindo para a intensificação das crises econômicas, assim como é analisado dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

Além da discussão teórica a partir da análise dos referenciais bibliográficos dentro do Serviço Social, compreendeu-se que é de suma importância também realizar a análise de dados estatísticos e orçamentários sobre o Programa Minha Casa Minha vida com o objetivo de aprofundar a discussão e relacionar com a realidade concreta. Nesse sentido, a análise das tabelas 1, 2, 3 e 4, em anexo, permite compreender como o Programa Minha Casa Minha Vida se configura como uma política marcada por profundas contradições. Ao mesmo tempo em que ampliou significativamente o acesso à moradia para parcelas da classe trabalhadora, especialmente aquelas com menor renda, a estrutura de funcionamento deste programa também fortaleceu o mercado imobiliário, a construção civil e o sistema financeiro.

Inicialmente, evidencia-se que a Tabela 1 (dados retirados do Ministério da Economia) demonstra a evolução dos subsídios privados do PMCMV concedidos por meio do FGTS entre 2009 e 2019. É observado um crescimento expressivo dos investimentos entre os primeiros anos do programa, passando de R$1,724 bilhão, em 2009, para R$8,421 bilhões, em 2014, identificando-se como o período de maior expansão do PMCMV. Após esse momento, nota-se uma redução gradual dos recursos, alcançando R$6,419 bilhões em 2019.

Já na Tabela 2, é indicado quanto aos empreendimentos subsidiados concluídos, não concluídos, unidades entregues e vigentes do PMCMV. Entre 2009 e 2013, nos governos de Lula (2003 - 2011) e Dilma Rousseff (2011 - 2016) verifica-se um crescimento do número de empreendimentos concluídos, atingindo o número de 13.060 em 2013, demonstrando a forte expansão da produção habitacional promovida pelo programa nesses determinados anos, acompanhando o aumento dos investimentos observados na Tabela 1. Ademais, entre o ano de 2009 e 2013 também foi indicado como os anos de mais unidades entregues pelo programa, como demonstrado na tabela 2, 2013 com o maior número, atingindo 1.565.188 unidades.

Entretanto, é possível observar um grande processo de retração no ano de 2017, onde o número de empreendimentos concluídos é reduzido e chegando em apenas 336, no período do governo de Michel Temer (2017 - 2018). Além disso, no ano de 2019, durante a presidência de Jair Bolsonaro (2019 - 2022), observa-se que há um número de empreendimentos concluídos significativamente inferior comparado aos anos anteriores, sendo 12 no total. Em 2019 também houve o menor número de unidades habitacionais entregues pelo programa, alcançando apenas 6.000 unidades.

Com base na análise desses dados, observa-se a relação entre o volume de subsídios disponibilizados e a capacidade de produção habitacional do programa. Nos anos em que houve maior aporte de recursos públicos, também ocorreu maior número de empreendimentos concluídos. Da mesma forma, a retração dos investimentos foi acompanhada pela redução da produção de moradias, evidenciando que o acesso da população trabalhadora à habitação permanece condicionado às decisões orçamentárias do Estado.

Contudo, quando é realizada a análise dos dados da Tabela 3 (dados retirados da Fundação João Pinheiro), evidencia-se uma importante contradição. Apesar da elevada produção habitacional promovida pelo PMCMV, foi observado que, em 2011, o déficit habitacional era de 5,581 milhões de moradias, apresentando uma pequena redução em 2012, alcançando 5,430 milhões. Entretanto, a partir de 2013, é notória uma tendência de crescimento deste déficit habitacional, chegando ao maior número em 2015, com 6,355 milhões de moradias. Em 2016, o déficit apresentou uma redução para 5,657 milhões, mas voltou a crescer em 2017 com 5,970 milhões. Nos anos seguintes, houve uma pequena retração, passando para 5,870 milhões em 2018 e 5,876 milhões em 2019.
Assim, mesmo com a ampliação da produção habitacional do PMCMV, não foi suficiente para enfrentar estruturalmente a questão habitacional, permanecendo pouco articulado à política urbana, à regularização fundiária e ao direito à cidade, sendo possível analisar que:

> Embora muitas pessoas tenham alcançado “o sonho” da casa própria através do programa Minha Casa, Minha Vida, a construção e a entrega de mais de 4 milhões de moradias durante o programa (2009-2015) gerou um aumento no déficit habitacional. Além disso,criou outro problema nas cidades brasileiras, a dispersão nas cidades, ou seja, as distâncias nas cidades se estenderam, junto a isso soma-se os agravantes deste problema (Ribeiro; Scarano, 2020, p. 7).

Com base na análise da Tabela 4 (dados retirados do SIGA Brasil) é notório que essa lógica permanece presente no atual contexto do programa. Após um grande período de redução dos investimentos durante o governo Jair Bolsonaro (2019 - 2022), onde em 2021 houve R$1,4 bilhões e em 2022 R$749,2 milhões em subsídios e subvenções econômicas, observa-se uma nova expansão desses valores a partir de 2023, alcançando aproximadamente R$12,9 bilhões em 2024, sendo o maior valor apresentado nos dados. Em 2025, embora tenha ocorrido redução para R$8,6 bilhões, os investimentos continuaram superiores aos anos anteriores, demonstrando uma revalorização da política habitacional como instrumento de intervenção estatal.
Dessa maneira, os dados analisados permitem concluir e refletir que o Programa Minha Casa Minha Vida exerceu um papel relevante na ampliação do acesso à moradia para a classe trabalhadora brasileira, principalmente por meio do elevado volume de investimentos públicos e da expansão da produção habitacional. Porém, os resultados demonstram os limites deste programa da política de habitação, a qual atende uma parte das necessidades habitacionais da população brasileira, mas que também fortalece o mercado imobiliário, a especulação imobiliária e a reprodução da força de trabalho, estimulando a acumulação de capital e mantendo a efetivação do direito à moradia subordinada às dinâmicas econômicas e às prioridades fiscais do Estado.

Conclusão

Em suma, ao realizar a leitura e análise dos artigos que se relacionam com o Programa Minha Casa Minha Vida, obtidos nas principais revistas do Serviço Social, foi evidenciado que, apesar de ser um assunto crucial para ser debatido dentro deste campo (visto que a profissão atua diretamente com as políticas

sociais de habitação), trata-se de uma temática pouco discutida dentro destes referenciais teóricos.

Também foi possível destacar que o PMCMV se configura como uma política habitacional marcada pelos interesses do mercado imobiliário e da construção civil. Assim, evidencia-se o embate entre a moradia como direito social e como mercadoria, uma vez que sua efetivação permanece condicionada às exigências da acumulação do capital (Pereira, 2012).

Ademais, a partir da análise dos dados, foi possível se observar que a política habitacional brasileira também é condicionada pelas orientações políticas assumidas pelos diferentes governos. Nos governos mais voltados para às preocupações populares, especialmente nos períodos de Lula (2003 - 2011) e Dilma Rousseff (2011 - 2016), foi notória a ampliação dos investimentos públicos e da produção habitacional por meio do PMCMV, assumindo um papel relevante na ampliação do acesso à moradia e possibilitando um maior alcance da política habitacional às classes sociais. Porém, essa expansão não representou necessariamente uma ruptura com a lógica mercantil que estrutura a política habitacional, uma vez que a produção de moradias permaneceu articulada aos interesses do mercado imobiliário.

Em contrapartida, nos governos de orientação mais liberal e tensionados por direções de extrema-direita, foi possível identificar a intensificação da redução dos recursos destinados à política habitacional e da produção de moradias, particularmente nos anos 2017-2022, durante as presidências de Michel Temer (2017 - 2018) e de Jair Bolsonaro (2019 - 2022), expressando na redução dos empreendimentos concluídos, das unidades habitacionais entregues e dos subsídios e das subvenções econômicas do PMCMV. Assim, esse contexto evidencia o impacto das políticas de ajuste fiscal sobre o financiamento e a execução das políticas sociais.

Portanto, conclui-se que o PMCMV representa um importante instrumento de acesso à moradia para a classe trabalhadora, mas que também materializa limites impostos pela sociabilidade capitalista à efetivação desse direito, expressando as contradições inerentes às políticas sociais no capitalismo, onde responde parcialmente às demandas da classe trabalhadora quanto à moradia, mas também contribui para a reprodução da força de trabalho e para a acumulação do capital.

Dessa forma, é visto que a efetivação plena do direito à moradia exige políticas públicas comprometidas com a democratização do acesso à terra e à cidade, sendo possível enfrentar a mercantilização da habitação e reduzir as desigualdades socioespaciais, assegurando à população trabalhadora condições dignas de vida e participação social.

Referências

BORDENAVE, Geisa. TRABALHO SOCIAL NA HABITAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO. (2023). Temporalis, 23(46), 342-356.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. Relatório de avaliação: Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília: Ministério da Economia, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-

de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. Bases de dados do Programa Minha Casa, Minha Vida: MCMV-Subsidiado (Empreendimentos). Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/bases-de-dados-do-programa-minha-casa-minha-vida. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Siga Brasil: Painel Cidadão - Orçamento. Brasília, DF: Senado Federal, [s.d.]. Disponível em: https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrasilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9a&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral. Acesso em: 7 jun. 2026.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2010. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2016-2019. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues; RODRIGUES, Caroline. A Questão Habitacional na Cidade dos Negócios: Desafios ao Serviço Social. Libertas, v. 12, n.2, 2012.

MUNHOZ, Manoela Rodrigues; SALGADO, Cassia Pilar; DOS SANTOS, Jade Graziele Martins. "O passado é uma roupa que não nos serve mais": A política habitacional entre avanços-e-retrocessos. Serviço Social em Revista, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 174–193, 2015.

Pereira, T. D. (2012). Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa. Textos & Contextos (Porto Alegre), 11(2), 376–389.

RIBEIRO, Cristine Jaques; SCARANO, Renan Costa Valle. Participação popular e produção de políticas de habitação: os casos de Porto Alegre e São Paulo. Serviço Social em Revista, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 178–196, 2020.

Anexos

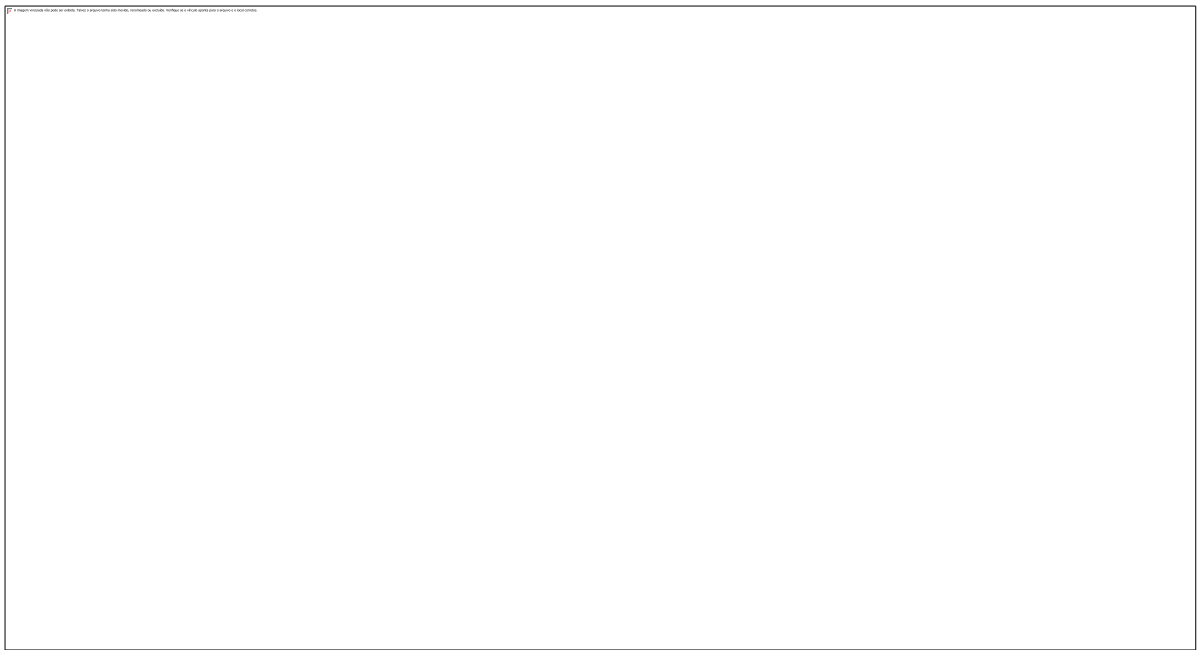


TABELA 1 - Subsídios privados (R$ bilhões correntes) do Minha Casa Minha Vida (FGTS)

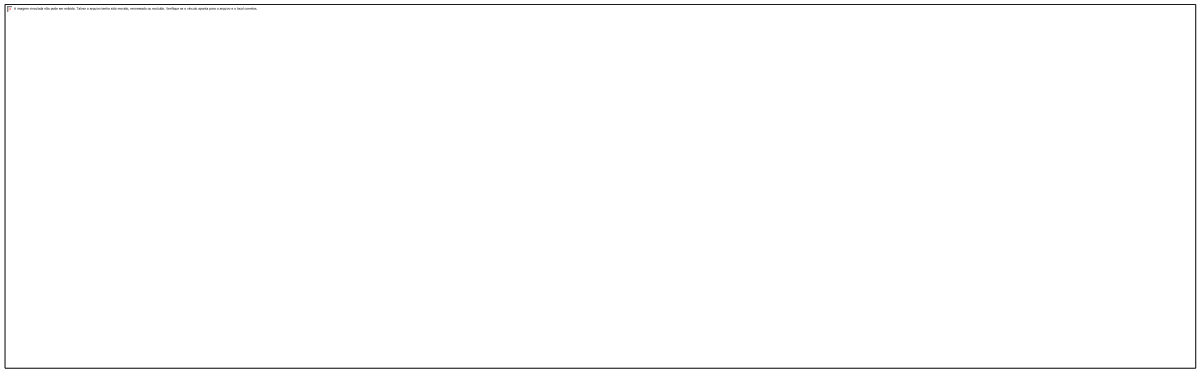


TABELA 2 - Programa Minha Casa, Minha Vida subsidiados (empreendimentos)



TABELA 3 - Déficit habitacional - dados dos anos de 2010 a 2019



TABELA 4 - Programa Minha Casa Minha Vida - subsídios e subvenções econômicas

CÓDIGO: HS1138

AUTOR: ANNY LUIZE DE ARAUJO SILVA

ORIENTADOR: MARCONI NEVES MACEDO

TÍTULO: A Caixa-Preta do Fundo Público: Financeirização e Opacidade nos Dados do FIES e PROUNI (2015-2024)

Resumo

A expansão da educação superior no Brasil a partir dos anos 2000 ancorou-se no setor privado, impulsionada pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI). Para avaliar o impacto dessa despesa, é necessário mapear o fundo público destinado aos programas. O presente artigo relata e analisa os desafios metodológicos e a opacidade enfrentada na coleta de dados orçamentais de 2001 a 2024. A investigação, de natureza documental quali-quantitativa, exigiu a utilização da Lei de Acesso à Informação (LAI) face ao apagão informacional da primeira década das políticas. Os resultados evidenciam um severo labirinto burocrático e divergências contabilísticas críticas. No FIES, adotou-se a Lei Orçamentária Anual (LOA) como métrica, revelando-se uma subexecução crónica face aos valores liquidados e um custo bilionário apenas para a administração bancária. No PROUNI, o cruzamento de dados expôs uma "caixa-preta" tributária: os valores de isenção declarados pelas empresas no Portal da Transparência superam expressivamente os dados consolidados pela Receita Federal. Conclui-se que a desinformação atua como um mecanismo que blinda a financeirização dos oligopólios educacionais. Sanear estas bases é vital para viabilizar futuros estudos comparativos de efetividade entre o fomento ao mercado e o investimento público direto, a exemplo do REUNI.

Palavras-chave: Financiamento do Ensino Superior; FIES; PROUNI; Transparência.

TITLE: The Black Box of Public Funds: Financialization and Opacity in FIES and PROUNI Data (2015–2024)

Abstract

The expansion of higher education in Brazil starting in the 2000s was anchored in the private sector, driven by the Student Financing Fund (FIES) and the University for All Program (PROUNI). To assess the impact of this expenditure, it is necessary to map the public funds allocated to these programs. This article reports on and analyzes the methodological challenges and lack of transparency encountered while collecting budgetary data from 2001 to 2024. The study qualitative-quantitative and documentary in nature, required invoking the Access to Information Law (LAI) due to the information blackout characterizing the first decade of these policies. The results reveal a complex bureaucratic maze and critical accounting discrepancies. Regarding FIES, the Annual Budget Law (LOA) was used as the metric, revealing chronic under-execution relative to settled amounts and a cost running into the billions solely for bank administration. For PROUNI, cross-referencing data exposed a tax-related "black box": the exemption amounts declared by companies on the Transparency Portal significantly exceed the figures consolidated by the Federal Revenue Service. The study concludes that this lack of reliable information acts as a mechanism shielding the financialization of educational oligopolies. Cleaning up these datasets is vital to enabling future comparative studies on the effectiveness of market-based incentives versus direct public investment, such as the REUNI program.

Keywords: Higher Education Financing; FIES; PROUNI; Transparency.

Introdução

Nas últimas décadas, a expansão da educação superior no Brasil avançou sob uma forte lógica mercantil. A partir dos anos 2000, com a justificativa de ampliar o acesso ao ensino superior, o Estado brasileiro apoiou-se fortemente no setor privado. A estratégia resultou em investimentos expressivos de recursos públicos para o mercado, em um movimento que acentua o processo de mercantilização e expansão oligopolizada do ensino.

Nesse cenário, duas políticas públicas centrais são destaque até os dias de hoje: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), estruturado para a concessão de crédito educativo, e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que estabelece a troca de isenções tributárias por bolsas de estudo. Juntos, esses programas movimentaram e renunciaram a bilhões de reais em favor de instituições de ensino superior (IES) privadas, impulsionando diretamente a formação de grandes oligopólios educacionais no país.

Para que a sociedade e a comunidade científica possam avaliar a qualidade dessa despesa e o real impacto social dessas políticas, é imprescindível o mapeamento rigoroso do fundo público destinado ao setor. No entanto, o esforço analítico esbarra em obstáculos estruturais: a transparência insuficiente e a fragmentação das bases de dados governamentais. A despeito das obrigações constitucionais e dos avanços normativos trazidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), a coleta de dados históricos e consolidados sobre a execução financeira do FIES e a renúncia fiscal do PROUNI revelou-se um verdadeiro labirinto institucional. A busca desses dados evidenciou um descompasso entre a imposição legal de transparência e a realidade dos sistemas estatais, que frequentemente apresentam lacunas, inconsistências ou a completa

ausência de memória institucional, especialmente no que tange à primeira década de operação desses programas.

Diante desse cenário de apagão informacional, a pesquisa quantitativa em políticas públicas exige metodologias adaptativas e um contínuo esforço investigativo. Assim, o presente artigo tem como objetivo principal relatar e analisar os desafios metodológicos e institucionais enfrentados na coleta de dados orçamentários referentes ao FIES e ao PROUNI no recorte temporal de 2001 a 2024. O foco recai sobre a documentação das barreiras de acesso, a indefinição de competências entre diferentes órgãos estatais como o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Caixa Econômica Federal e a Receita Federal, e as divergências financeiras encontradas ao cruzar diferentes fontes oficiais.

Ao evidenciar a dinâmica dessa verdadeira "caixa-preta" do financiamento educacional, este trabalho não apenas expõe as fragilidades na prestação de contas do Estado, mas também estabelece o alicerce necessário para a continuidade da investigação. Compreender e sanear essas bases de dados é a etapa preliminar indispensável para viabilizar, em estudos futuros, análises sobre a efetividade do repasse de recursos públicos ao setor privado.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, fundamentado no método de pesquisa documental (YIN, 2015). O percurso metodológico foi desenhado para mapear e consolidar a série histórica do financiamento público direcionado ao setor educacional privado, com foco no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e no Programa Universidade para Todos (PROUNI), abrangendo o período de 2001 a 2024.

A fase de levantamento de dados ocorreu em duas frentes de trabalho. A primeira consistiu na extração direta de informações em plataformas governamentais de acesso público, notadamente o Portal da Transparência do Governo Federal. A segunda frente, motivada pela fragmentação dos registros históricos, demandou a busca dos relatórios de gestão do FIES, bem como o uso ativo da Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011). Por meio da Plataforma Fala.BR, a equipe formalizou sucessivos pedidos de acesso à informação junto aos atores institucionais envolvidos na gestão dos programas: Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Caixa Econômica Federal e Secretaria da Receita Federal.

À medida que as informações foram coletadas, procedeu-se à estruturação de um banco de dados unificado por meio de planilhas. O objetivo dessa etapa foi tabular, categorizar e permitir o cruzamento dos montantes anuais alocados nas rubricas de concessão e administração. Contudo, o processo de organização evidenciou severas lacunas históricas nas bases públicas, o que impulsionou a necessidade dos reiterados chamados via LAI. Durante essa fase, a pesquisa deparou-se com expressiva dificuldade de rastreabilidade institucional. Ao buscar os dados da primeira década de operação dos programas, observou-se uma transferência cíclica de responsabilidades entre os órgãos:

as instituições alegavam incompetência para o fornecimento dos dados ou transferiam a guarda documental umas para as outras, o que dificultou enormemente o acesso à memória financeira original.

A referida desarticulação informacional refletiu diretamente na consolidação analítica, uma vez que as informações coletadas revelaram acentuadas divergências de valores ao se cruzar as diferentes fontes oficiais disponíveis. O principal obstáculo metodológico encontrado foi a assimetria entre a dotação orçamentária e a execução financeira efetiva.

Diante desse impasse, a pesquisa precisou adotar parâmetros distintos para contornar a falta de dados de cada programa. Para o FIES, utilizaram-se os valores informados na Lei Orçamentária Anual (LOA), adotando os montantes previstos como a métrica principal de dimensionamento do esforço estatal. Visto que, embora a LOA expresse a intenção governamental e o limite autorizado de gastos, ela mostrou-se a única variável estável e perfeitamente documentada ao longo de todo o recorte temporal (2001-2024). Já para o PROUNI, diante da impossibilidade de acessar os microdados antigos das instituições beneficiadas, a métrica adotada foi o demonstrativo de gastos tributários fornecido pelo próprio MEC em resposta a um requerimento via LAI, o qual resumiu em valores nominais agregados os subsídios aplicados pelo programa.

Por fim, para resguardar a comparabilidade financeira de uma base de dados que abrange mais de vinte anos, os valores nominais tabulados foram atualizados monetariamente. Empregou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), corrigindo-se a integralidade da série histórica para valores reais vigentes, através da calculadora do cidadão, disponibilizada pelo do Banco Central do Brasil. A escolha do IPCA justifica-se por ser o índice oficial de inflação do país, viabilizando a neutralização das severas distorções inflacionárias do período e refletindo com maior acurácia o volume efetivo de recursos mobilizados em favor do mercado educacional.

Resultados e Discussões

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como um direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania. Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, o avanço gradual da universalização da educação básica gerou um contingente expressivo de jovens em busca de vagas nas universidades. Logo, o Estado encontrou-se diante de um imenso déficit estrutural e da necessidade urgente de formular políticas de ampliação do acesso ao nível superior.

Para atender a essa alta demanda reprimida, em vez de focar seus esforços financeiros prioritariamente na ampliação maciça da infraestrutura da rede pública, o Estado adotou uma estratégia de delegação, elegendo o setor privado como o principal vetor da massificação do acesso. É precisamente nessa inflexão política que se enraíza a profunda mercantilização do ensino no país. Sguissardi (2008) alerta que esse modelo de expansão foi crescentemente marcado pelo predomínio do interesse privado, operando uma distorção perversa em que a educação perde seu caráter inalienável de

direito social para assumir a forma de "educação-mercadoria", regulada primariamente pela lógica de consumo do mercado.

Essa dinâmica não representou um simples recuo do Estado, mas sim a criação de uma relação de interdependência entre o ente estatal e as empresas privadas de educação, deflagrando o processo de financeirização do setor. O fundo público passou a ser o alicerce que garante essa expansão. Sousa e Gonçalves (2021) definem esse fenômeno como o "empresariamento" da educação superior, no qual o financiamento da acumulação do capital educacional é viabilizado, na prática, pelo próprio tesouro nacional. Dentro da lógica estrutural de um capitalismo dependente (LEHER, 2022), a política de acesso à educação foi instrumentalizada para servir como um mecanismo seguro e altamente lucrativo, impulsionando fusões, aquisições e a formação de gigantescos oligopólios educacionais com ações negociadas no mercado financeiro (BITTAR; RUAS, 2012).

Sendo assim, o cenário atual da educação superior brasileira é o reflexo direto e amadurecido dessa escolha política. Trata-se de uma privatização de caráter peculiar, caracterizada como "privatização indireta", pois ela não ocorre à revelia do Estado, mas sim com o seu apoio financeiro incondicional. O Estado atua como o principal fiador das IES privadas, mitigando os riscos do livre mercado e sustentando a engrenagem mercadológica através da transferência ininterrupta de recursos e subsídios, o que consolida a atual hegemonia do setor privado-mercantil sobre a oferta pública.

A operacionalização dessa monumental transferência de riquezas para o mercado educacional ocorreu, fundamentalmente, por meio de duas políticas indutoras. A primeira delas é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), estruturado para injetar liquidez direta nas mantenedoras através da concessão de crédito educativo bancarizado. A segunda é o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que promove uma sistemática renúncia fiscal (isenção de tributos federais) em troca de bolsas de estudo.

Somados, esses dois mecanismos impulsionaram a financeirização do ensino superior brasileiro. Todavia, em razão da elevada dimensão de seus aportes financeiros, tais políticas demandam uma fiscalização rigorosa, uma tarefa que se defronta com expressivas barreiras, que será detalhado a seguir, no que tange à transparência governamental.

FIES: O Labirinto Institucional e as Divergências Orçamentárias

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, em substituição ao antigo Programa de Crédito Educativo (CREDUC). Oficialmente, o programa nasceu com o objetivo de conceder financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Ao longo dos anos, os critérios do FIES sofreram diversas reformulações normativas, como a alteração das taxas de juros, a exigência de fiador e a flexibilização das regras de carência, transformando-o, na prática, no principal motor de sustentação financeira do mercado educacional privado brasileiro. Para avaliar a magnitude dessa política e o seu

impacto no fundo público, a pesquisa propôs mapear os repasses anuais desde o seu ano de criação até 2024.

O esforço para rastrear a memória financeira do FIES revelou, no entanto, um complexo labirinto institucional e burocrático. A coleta de dados demandou o acionamento contínuo da Lei de Acesso à Informação (LAI), em um processo que evidenciou a desarticulação do Estado na preservação de suas políticas públicas. A solicitação inicial, direcionada ao Ministério da Educação (MEC), resultou em uma declaração de incompetência documental, direcionando a demanda ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que, por sua vez, forneceu apenas os dados posteriores a 2010, transferindo a responsabilidade do passivo histórico à Caixa Econômica Federal. Ao ser acionada, a instituição bancária devolveu a responsabilidade ao FNDE, alegando ter repassado integralmente os bancos de dados em 2013. O resultado dessa circularidade é um verdadeiro apagão informacional oficial, no qual o Estado demonstra ser incapaz de rastrear e prestar contas sobre bilhões de reais investidos em financiamento estudantil nos anos iniciais da política.

Diante dessa lacuna governamental, a pesquisa buscou nos Relatórios de Gestão do FIES uma fonte primária de salvação. Contudo, a análise documental desses relatórios revelou que a metodologia de prestação de contas governamental mudava drasticamente com o passar dos anos. As rubricas e os parâmetros informados divergiam entre as edições anuais, tornando os relatórios estatisticamente inseguros para a construção de uma série histórica linear. Soma-se a esse cenário a percepção de que dados fundamentais, a exemplo dos montantes alocados na Administração do Programa, isto é, as despesas operacionais transferidas pelo Estado às instituições financeiras, foram omitidos por completo ou consolidados de maneira indiferenciada nos primeiros anos do Fundo. Tal lacuna inviabiliza o mapeamento exato do custo real da estrutura burocrática dessa política pública em seu período inicial.

A saída metodológica foi a de adotar a Lei Orçamentária Anual (LOA) como base comparativa e métrica principal. A LOA é o instrumento legal que estima as receitas e fixa as despesas públicas para o exercício do ano seguinte, representando o limite financeiro autorizado e a intenção de gasto do Estado. A escolha desse parâmetro justifica-se por sua estabilidade documental: a LOA é a única fonte que cobre ininterruptamente todo o recorte temporal (2001-2024), sem o ruído contábil gerado pelos "Restos a Pagar" (RAP), despesas executadas em um ano, mas referentes a dívidas assumidas com as mantenedoras em anos anteriores, as quais distorcem o fluxo de caixa quando se tenta analisar apenas os dados de liquidação.

Apesar da adoção da LOA como régua principal, a pesquisa estabeleceu um recorte analítico específico para o período de 2015 a 2024, motivado pela disponibilização dos valores de execução financeira no Portal da Transparência para essa década mais recente. Esse cruzamento permitiu constatar que o orçamento estatal do FIES não é um bloco único, sendo fragmentado em diversas rubricas, das quais duas são centrais para a compreensão do fluxo de capital: a Ação 00IG (Concessão de Financiamento Estudantil) e a Ação 20RZ (Administração do Fundo).

A Ação 00IG representa o "coração" da política, isto é, o volume de recursos públicos efetivamente liberado para o financiamento das mensalidades, que é transferido diretamente para as IES privadas. Já a Ação 20RZ engloba os custos operacionais da

máquina burocrática, refletindo o montante bilionário pago pelo Estado para remunerar os agentes financeiros (os bancos) responsáveis pela gestão dos contratos.

A comparação detalhada entre o que o Estado previu gastar, representado pelo valor autorizado na LOA, e o que ele efetivamente pagou, apresentado como o valor liquidado no Portal da Transparência, ao longo da referida década escancara uma assimetria sistêmica na execução orçamentária do programa. Para ilustrar a magnitude dessas divergências, os dados consolidados das duas principais rubricas do FIES entre 2015 e 2024 foram sistematizados nos gráficos a seguir.

No Gráfico I é evidenciada a trajetória financeira da Ação 00IG, rubrica que atua como o núcleo da política por ser a responsável pelo repasse direto às instituições mantenedoras. Nota-se uma discrepância contínua e acentuada entre o teto estipulado pela Lei Orçamentária Anual e o montante efetivamente liquidado apontado no Portal da Transparência. A curva de execução apresenta uma clara tendência de queda ao longo da década, culminando em uma retração expressiva nos anos mais recentes. Essa assimetria revela que, embora o orçamento público tenha reservado anualmente montantes muito superiores para garantir o crédito estudantil (como visto no pico da dotação na LOA), a execução real não acompanhou essa previsão, evidenciando que o volume de capital efetivamente repassado às empresas educacionais foi substancialmente menor do que o Estado havia autorizado a gastar.

É importante lembrar que, a assimetria identificada entre o valor orçado e o liquidado reforça a tese de opacidade. Como grande parte do fluxo ocorre via compensação de tributos na Receita Federal (que não passa pela execução da Ação 00IG), o orçamento liquidado perde a capacidade de expressar quanto o programa realmente custou no ano.

O gráfico II, ilustra a opacidade fiscal inerente ao modelo de financiamento do FIES. A lógica central deste comparativo é contrapor o custo econômico do programa (representado pela linha de Repasse em CFT-E) com a expectativa orçamentária (Autorizado pela LOA) e a execução financeira efetiva (Liquidado na Ação 00IG). O distanciamento substancial da curva de repasse em relação às curvas orçamentárias evidencia que a maior parte do custo do programa não transita pelos cofres públicos como despesa primária direta, mas sim sob a forma de renúncia e compensação tributária gerada pelos títulos. Consequentemente, a Lei Orçamentária Anual demonstra-se incapaz de refletir a verdadeira magnitude dos recursos públicos transferidos ao setor educacional privado, configurando o que se pode denominar de “orçamento de fachada”.

O Gráfico III expõe a “caixa-preta” intrínseca à execução financeira da Ação 00IG. A métrica compara o total financeiro liquidado nesta rubrica orçamentária com o valor efetivamente atestado pelo FNDE para a Recompra monetária de CFT-E. Caso a Ação 00IG fosse estritamente dedicada ao pagamento das mensalidades financiadas, as linhas deveriam ser idênticas ou estatisticamente muito próximas. Contudo, a divergência permanente entre os valores prova que o Portal da Transparência apresenta os dados de forma agregada, embutindo na mesma rubrica despesas variadas, que não incluem os gastos de administração para o programa, que possui rubrica própria para essa função. Essa falta de granularidade impede o rastreamento (“follow the money”) exato de quanto o Estado desembolsa para as instituições de ensino.

A análise articulada dessas informações expõe um duplo obstáculo metodológico para a transparência pública no FIES. Primeiramente, torna-se inviável à sociedade dimensionar a real magnitude do programa valendo-se unicamente das Leis Orçamentárias, dado que o mecanismo de compensação de títulos (CFT-E) transfere a despesa primária para os bastidores operacionais da Receita Federal. Em segundo lugar, o valor pago diretamente em caixa também carece de inteligibilidade cidadã, na medida em que a estrutura orçamentária engloba despesas de naturezas distintas dentro de uma mesma ação macro (00IG). Essa arquitetura de prestação de contas, intencionalmente fragmentada e opaca, blinda o fundo público do controle social e mascara a extensão da mercantilização da educação superior no Brasil subsidiado pelo Estado.

O Gráfico IV, por sua vez, ilustra o comportamento da Ação 20RZ, destinada exclusivamente a cobrir os custos operacionais da máquina burocrática bancária. Assim como na concessão, os valores autorizados descolam-se significativamente da liquidação efetiva. No entanto, o ponto crítico reside na materialidade desses números: o gráfico expõe que a manutenção administrativa do fundo consome, por si só, centenas de milhões de reais do tesouro nacional a cada exercício. Trata-se de uma despesa pública que não se converte em vagas em sala de aula, mas que serve para remunerar os agentes financeiros (os bancos) pela simples gestão dos contratos, garantindo a lucratividade bancária independente do sucesso educacional do aluno. Essa constatação reforça a premissa de que o FIES operou não apenas como um motor para o setor educacional, mas também como um rentável mecanismo de acumulação para o capital financeiro.

A análise combinada desses gráficos suscita uma reflexão metodológica e estrutural crucial para a pesquisa. A crônica divergência entre a previsão orçamentária (LOA) e a liquidação (Portal da Transparência) corrobora a dificuldade de mensurar o real esforço do Estado, uma vez que a intenção de gasto máscara uma execução consideravelmente mais enxuta. Os gráficos demonstram que o FIES sofre de uma subexecução orçamentária crônica. O governo autoriza bilhões na LOA, mas executa uma fração muito menor, gerando uma ilusão orçamentária.

PROUNI: A Renúncia Fiscal no Escuro

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096/2005, consolidou-se como o segundo pilar da privatização indireta do ensino superior no Brasil. Diferentemente do FIES, que atua na concessão de crédito, o PROUNI opera sob a lógica da renúncia fiscal corporativa. O Estado abre mão de arrecadar impostos federais fundamentais, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS-PASEP, em troca da oferta de bolsas de estudo pelas instituições mantenedoras. Sob o verniz da inclusão social, o programa transformou-se em um poderoso mecanismo de desoneração tributária para os grandes oligopólios educacionais.

Se o cenário do FIES é de fragmentação, o do PROUNI revelou-se ainda mais crítico. Por tratar-se de uma política de renúncia fiscal (isenção de tributos em troca de bolsas), o programa não possui o mesmo espelhamento detalhado na LOA. A pesquisa precisou

recorrer exaustivamente ao Portal da Transparência e a sucessivos chamados via Lei de Acesso à Informação. A solicitação inicial encaminhada à Secretaria da Receita Federal obteve resposta negativa sob a justificativa de preservação do sigilo fiscal. Após a equipe de pesquisa protocolar recurso argumentando o interesse público da informação, a instância final (CGU) emitiu decisão em novembro de 2025 informando que a Receita Federal, de fato, "não possui os dados consolidados anteriores ao ano de 2014 referentes às instituições de ensino superior beneficiadas".

Diante da negativa sobre os microdados históricos, a pesquisa retornou ao MEC em fevereiro de 2026. Após sucessivas prorrogações justificadas novamente pela complexidade técnica, o Ministério enviou apenas um demonstrativo macro de "Gastos Tributários", com valores nominais altamente agregados. Para agravar a situação do controle social, os portais e links sugeridos pelo MEC nas respostas oficiais para a verificação primária dos dados encontram-se inativos, direcionados para uma página de “conteúdo restrito”. Em virtude dessa severa limitação governamental, o recorte analítico desta etapa da pesquisa precisou circunscrever-se rigorosamente à janela temporal de 2015 a 2023.

A leitura do Gráfico V ilustra o volume bilionário do custo do PROUNI ao longo dos anos recentes. No entanto, o fato de esses números serem apenas "demonstrativos agregados", sem a devida abertura dos microdados das IES beneficiadas, motivou a pesquisa a buscar uma verificação independente via Portal da Transparência do Governo Federal.

Nesse esforço de triangulação, surgiu um novo e complexo obstáculo metodológico. No Portal da Transparência, a renúncia fiscal do programa não é apresentada em sua totalidade. As bases de dados públicas disponibilizam apenas as rubricas "Prouni - Programa Universidade para Todos" e "Prouni - Programa Universidade para Todos CSLL", referentes exclusivamente aos subsídios de IRPJ e CSLL. Os valores bilionários renunciados a título de COFINS e PIS-PASEP não foram encontrados na plataforma.

Para viabilizar uma análise comparativa de consistência dentro do recorte de 2015 a 2023, a pesquisa isolou a amostra: somou-se o total de renúncia disponibilizado no Portal da Transparência (apenas IRPJ e CSLL) e comparou-se diretamente com o total das mesmas rubricas (IRPJ e CSLL) informado no demonstrativo oficial enviado pela Receita Federal/MEC via LAI. O resultado desse cruzamento expõe uma anomalia contábil alarmante, conforme demonstrado no Gráfico VI.

O Gráfico VI revela uma discrepância sistêmica: os valores de renúncia fiscal expostos no Portal da Transparência são consistentemente e expressivamente mais altos do que os valores consolidados e informados pelo próprio governo via LAI. A chave para interpretar esse descompasso reside na própria nomenclatura utilizada pelo Portal da Transparência, que classifica esses benefícios como "Declarado pelo Contribuinte para Apuração do IRPJ e da CSLL".

Essa constatação corrobora uma hipótese crítica para a política de financiamento educacional brasileira: as empresas privadas de educação declaram (e deduzem) um volume de isenção tributária consideravelmente maior do que aquele que o Estado consegue processar, consolidar ou reconhecer em seus relatórios macroeconômicos. Ao delegar ao próprio mercado a prerrogativa de declarar o tamanho de sua isenção, sem

um sistema de auditoria estatal transparente e capaz de cruzar essas informações em tempo real, o Estado brasileiro institucionaliza uma "caixa-preta" tributária. Esse cenário reforça a literatura crítica da financeirização, evidenciando que a opacidade dos dados funciona, na prática, como um mecanismo que protege o lucro das IES e inviabiliza o controle social sobre o fundo público.

Conclusão

A presente pesquisa evidenciou que o esforço para rastrear a destinação do fundo público ao setor educacional privado no Brasil esbarra em uma barreira anterior à própria análise econômica: a desinformação institucionalizada. A tentativa de consolidar a série histórica do FIES e do PROUNI, no período de 2001 a 2024, revelou que o Estado brasileiro, a despeito do arcabouço legal voltado à transparência, falha criticamente em preservar e disponibilizar a memória de suas próprias políticas públicas.

A fragmentação das plataformas de prestação de contas, a sistemática transferência de responsabilidades entre órgãos federais e o apagão de dados da primeira década dos programas não configuram meros acidentes burocráticos. Como os dados financeiros compilados demonstraram, esta opacidade atua como um escudo protetor do mercado. No caso do FIES, a manutenção de um orçamento (LOA) que não se concretiza integralmente na liquidação, somada aos custos bilionários de administração transferidos aos agentes bancários, revela uma política que beneficia diretamente o capital financeiro sob a égide do crédito estudantil. Já no PROUNI, a gravíssima anomalia contabilística, onde os valores de isenção declarados pelas empresas superam largamente o que a Receita Federal reporta oficialmente, institucionaliza uma verdadeira "caixa-preta" tributária.

Portanto, a estruturação deste banco de dados unificado representa um avanço investigativo basilar. Vencer a barreira da desinformação, compreendendo as falhas das rubricas e dos demonstrativos fiscais, era a etapa preliminar indispensável para que o financiamento educacional privado pudesse ser escrutinado de forma independente pela academia. A ausência de transparência afeta a leiturabilidade social e impede que o cidadão compreenda o custo real e os beneficiários diretos da mercantilização do ensino.

Por fim, com as bases de dados saneadas das suas principais distorções, este artigo estabelece o alicerce metodológico para o avanço da pesquisa. Fica demonstrada a urgência de que estudos futuros utilizem estes achados para promover cruzamentos analíticos rigorosos, contrapondo este modelo de privatização indireta e de alta vulnerabilidade auditável aos investimentos realizados diretamente na infraestrutura do ensino público, a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Apenas através desta investigação comparativa será possível mensurar qual a estratégia de Estado que apresentou a maior efetividade no retorno social dos seus investimentos.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Mansueto Facundo de; SILVA, Alexandre Manoel Angelo da; FEU, Aumara; SOARES, Jossifram Almeida; MOURA, Rodrigo Leandro de; PEREIRA, Luciano de Castro (2018). A reestruturação do Fies. Radar: tecnologia, produção e comércio exterior, v. 58, p. 31–36.

BITTAR, Mariluce; RUAS, Claudia Mara Stapani. Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios: hegemonia do privado mercantil. EccoS Revista Científica, São Paulo, n. 29, p. 115-133, set./dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF, 2001a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm Acesso em: 12 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm Acesso em: 12 ago. 2026.

LEHER, Roberto. Capitalismo dependente, Revolução burguesa e universidades. In: TOTTI, Marcelo Augusto (Org.). 100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 259-276.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SOUSA, Kasandra Conceição Castro de; GONÇALVES, Rita de Cássia. Empresariamento da educação superior no Brasil: democratização e desmonte da democracia social. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 1, p. 257-277, abr. 2021.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Anexos

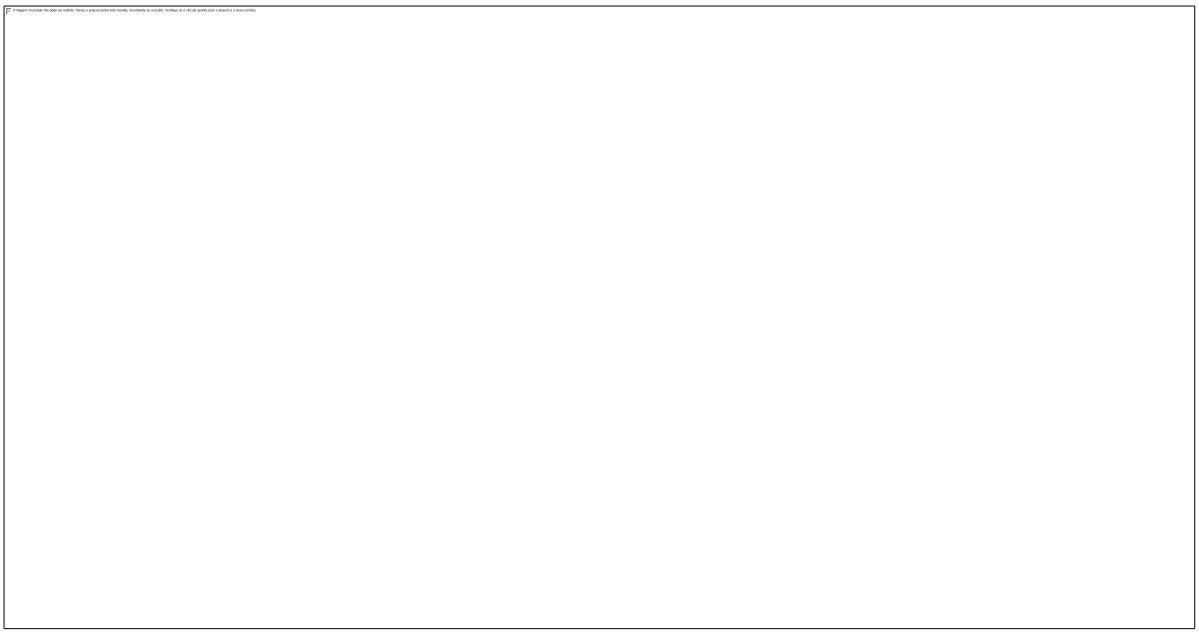


Gráfico I - A Ilusão Orçamentária do FIES_ Descolamento entre a Dotação Autorizada e a Despesa Liquidada na Ação 00IG (2015-2024)

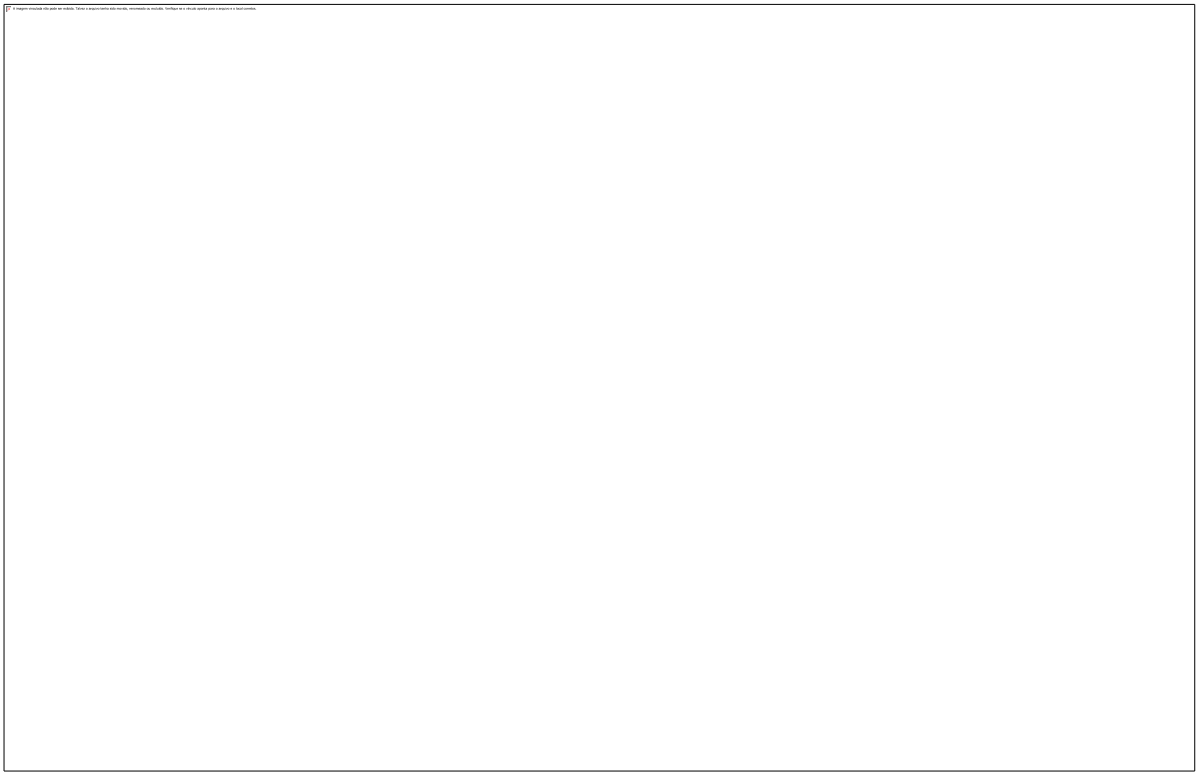


Gráfico II - Opacidade Fiscal do FIES_ Custo Real vs. Custo Orçamentário

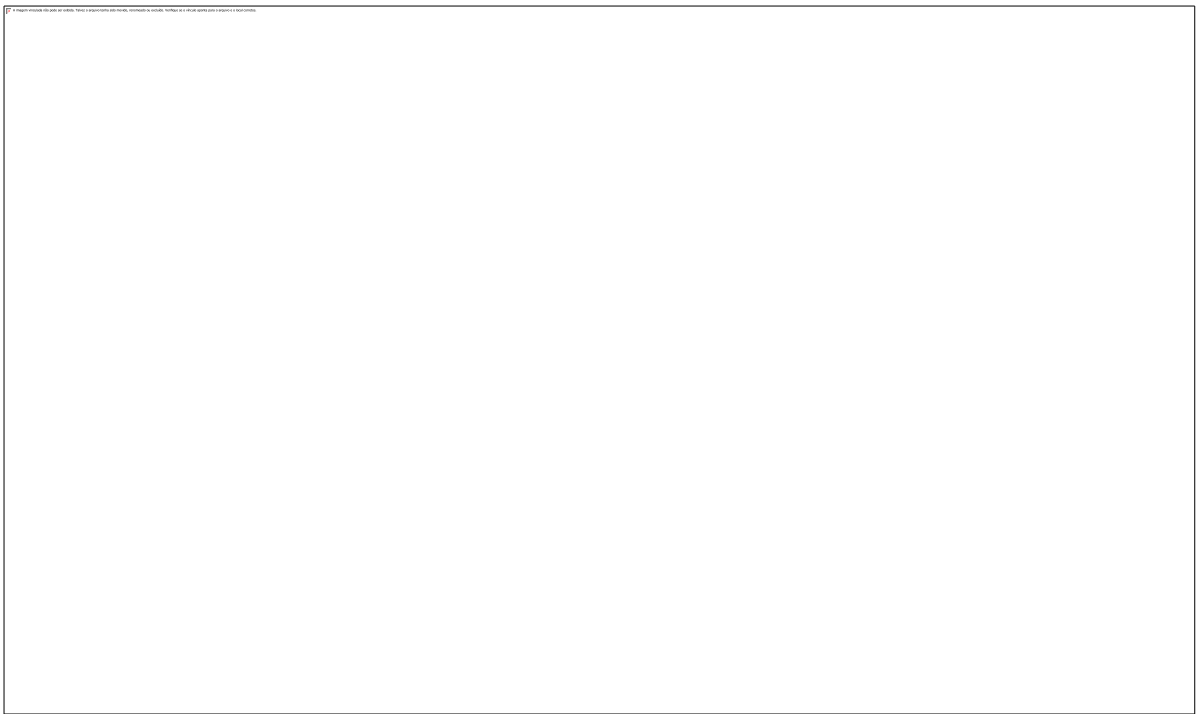


Gráfico III - Opacidade na Execução Orçamental_ O Descolamento entre a Ação 00IG e a Recompra de Títulos do FIES



Gráfico IV - Ação 20RZ - Administração do Financiamento Estudantil - FIES - Autorizado x Liquidado (2015-2024)



Gráfico V - Dimensionamento da Renúncia Fiscal do PROUNI (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) entre 2015 e 2023

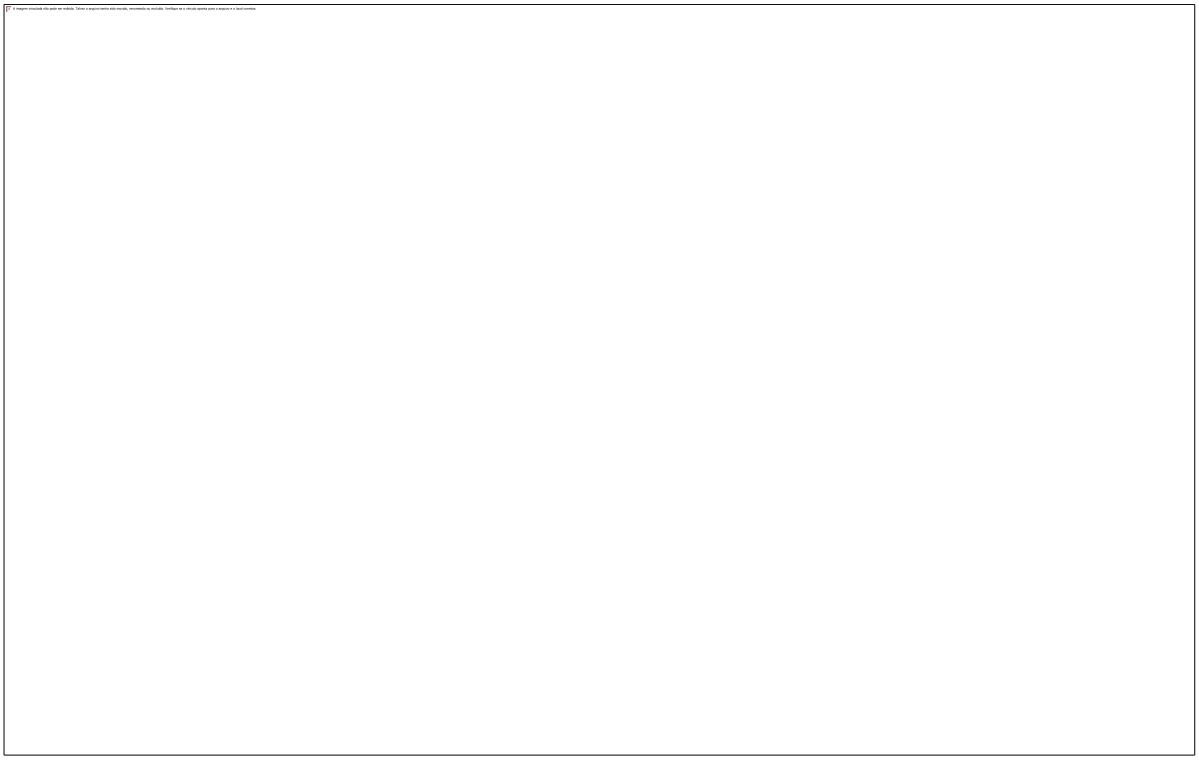


Gráfico VI - Comparativo de Renúncia Fiscal (IRPJ e CSLL)_ Dados do Portal da Transparência versus Dados da Receita Federal (2015-2023)

CÓDIGO: HS1172

AUTOR: MARCOS ALEXANDRE DE PONTES JUNIOR

ORIENTADOR: FERNANDO LUIZ VECHIATO

TÍTULO: Inteligência Artificial no contexto da Ciência da Informação brasileira: possibilidades de aplicações no campo da Perfumaria

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar as tecnologias de Inteligência Artificial (IA) criadas por empresas de Perfumaria sob a perspectiva da Ciência da Informação (CI). O percurso metodológico caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Portal de Periódicos CAPES, seguida de uma pesquisa documental e descritiva nos portais mercadológicos das corporações desenvolvedoras de tecnologias aplicáveis a perfumaria. Os dados coletados foram tratados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, utilizando os Grupos de Trabalho (GTs) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) como categorias analíticas. Os resultados demonstram que, na literatura brasileira em CI, a IA é abordada majoritariamente sob um viés prático e tecnológico, com forte incidência nos subcampos de Processamento de Linguagem Natural e Aprendizado de Máquina. No âmbito da Perfumaria, o mapeamento identificou quinze soluções tecnológicas que atuam em duas frentes principais: ferramentas para a indústria, Business-to-Business (B2B), focadas na previsão de fórmulas químicas e sustentabilidade; e sistemas para o consumidor final, Business-to-Consumer (B2C), que atuam como mediadores informacionais traduzindo preferências subjetivas e emoções.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Inteligência Artificial; Perfumaria.

TITLE: Artificial Intelligence in the context of Brazilian Information Science: possibilities for applications in the field of perfumery

Abstract

The present study aims to analyze Artificial Intelligence (AI) technologies created by perfumery companies from the perspective of Information Science (IS). The methodological path is characterized as an exploratory qualitative and quantitative research. Bibliographic research was conducted in BRAPCI and CAPES Portal, followed by documentary research in portals of olfactory technology developers. Data were treated through Content Analysis, using the ANCIB Working Groups as analytical

categories. The results demonstrate that, in IS literature, AI is mostly approached from a practical and technological bias, emphasizing Natural Language Processing and Machine Learning. In Perfumery, the mapping identified fifteen solutions on two fronts: tools for the industry (B2B), focused on predicting formulas and sustainability; and systems for the final consumer (B2C), acting as informational mediators that translate emotions. The cross-referencing of data revealed that algorithmic innovations actively dialogue with IS categories, especially in the organization, representation, and mediation of olfactory data. It is concluded that the interdisciplinarity among AI, Perfumery, and IS is strategically necessary, with the information professional acting as a bridge between algorithmic processing and human experience.

Keywords: Information Science; Artificial Intelligence; Perfumery.

Introdução

As pesquisas do campo da Ciência da Informação (CI) são dedicadas à investigação dos processos informacionais, dos fluxos de informação, dos comportamentos e das práticas informacionais, da mediação da informação, das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) entre outros estudos teóricos e práticos, os quais estão associados a distintos ambientes informacionais, sejam analógicos/físicos, digitais e/ou híbridos (Borko, 1968; Almeida Júnior, 2015; Vechiato, 2013).

Desde sua gênese na década de 1960, a CI dialoga com aspectos tecnológicos pertinentes aos processos informacionais, momento intenso do desenvolvimento da informação científica e tecnológica. Destaca-se aqui sua interdisciplinaridade com os campos dedicados ao estudo e às aplicações das TDIC, como a Ciência da Computação, a Recuperação da Informação e a Inteligência Artificial (IA). Alguns problemas informacionais suscitam soluções tecnológicas, e elas podem provir do diálogo interdisciplinar entre a CI e a IA, especialmente aquelas relacionadas à Recuperação da Informação. A recente evolução e o potencial de inovação da IA Generativa decerto continuará impactando todos os setores e áreas do conhecimento nos próximos anos. (Coneglian et al., 2023).

Neste trabalho, são destacados os estudos a respeito do olfato humano, com ênfase na área da Perfumaria, considerando que é observado um potencial de vasta e mútua contribuição entre esta e a CI. De acordo com Ashcar (2016, p. 18), "[...] o olfato é nosso sentido mais primário e talvez o mais apurado: somos capazes de detectar e diferenciar mais de dez mil odores, garante a ciência. Os odores afetam o homem tanto do ponto de vista individual (físico e psicológico) quanto do coletivo (social e cultural)".

Considerando a interdisciplinaridade do campo da CI com a IA, bem como o desenvolvimento de tecnologias de IA para o campo da Perfumaria, tem-se como questão norteadora desta pesquisa: Quais diálogos podem ser observados entre a IA e a CI com as tecnologias desenvolvidas para a área de Perfumaria? Para que o problema seja respondido, delineou-se o seguinte objetivo geral: Analisar as tecnologias de IA criadas por empresas de Perfumaria na perspectiva da CI. Para isso, foram definidos como objetivos específicos: a) Compreender as conexões entre a Perfumaria e a CI; b) Caracterizar as tecnologias de IA criadas por empresas de Perfumaria; c) Identificar os

subcampos da IA associados às tecnologias para o campo da Perfumaria em diálogo com a Ciência da Informação. No cenário científico, a pesquisa ganha força por conta da falta de materiais sobre o assunto. São escassos trabalhos que unam IA, CI e Perfumaria. Esta constatação é com base na pesquisa realizada e apresentada na metodologia do trabalho. Mesmo com a IA sendo um tema bastante em alta, usá-la para organizar, encontrar e recomendar informações olfativas ainda é uma grande novidade na literatura. Por isso, este trabalho aborda a temática com originalidade e ajuda a preencher essa lacuna nas pesquisas científicas.

Metodologia

Para a construção do percurso metodológico, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e de abordagem quali-quantitativa. De acordo com Severino (2014, p. 107), a pesquisa exploratória "busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto", servindo como uma preparação para frases mais explicativas do conhecimento.

No contexto deste estudo, o caráter exploratório se justifica pela necessidade de promover um mapeamento e uma maior familiaridade com a intersecção temática entre a IA, a CI e a Perfumaria, um campo de investigação que ainda se apresenta de forma incipiente na literatura científica. Em relação à abordagem, Severino (2013) esclarece que as designações quantitativa e qualitativa se referem a conjuntos de metodologias que envolvem diversas referências epistemológicas na construção da ciência. Sendo assim, a escolha da abordagem quali-quantitativa ajuda a unir os métodos numéricos, contando a incidência e a frequência dos termos encontrados nos documentos, com a interpretação real e aprofundada do contexto e da utilidade prática de cada um deles. Para viabilizar o alcance dos resultados propostos, o desenvolvimento da investigação não ocorreu de forma aleatória, mas seguiu etapas metodológicas sistemáticas e contínuas, alinhadas a cada um dos objetivos específicos delineados para o estudo.

No que tange à necessidade de investigar quais subcampos da Inteligência Artificial têm sido abordados na pesquisa científica brasileira do campo da Ciência da Informação, o percurso iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica. O levantamento dos artigos foi realizado no dia 27 de maio de 2026, utilizando a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Como estratégia de busca, utilizaram-se os termos "Inteligência Artificial" e "Ciência da Informação", aplicando-se o filtro de busca restrito ao campo "título" dos documentos. Para garantir a atualidade da literatura analisada, utilizou-se também um recorte temporal, delimitando as publicações entre os anos de 2020 e 2026. Essa busca inicial recuperou um total de 36 documentos. Após uma triagem preliminar, identificou-se presença de trabalhos em duplicidade no sistema, como o caso de "Potenciais aplicações da inteligência artificial para a Ciência da Informação" e "Interdisciplinaridade: contributos da inteligência artificial para a Ciência da Informação", os quais foram filtrados e removidos para consolidar a amostra final da análise.

Na sequência, aplicou-se a pesquisa documental que, segundo Severino (2014), tem como característica utilizar documentos em sentido amplo como fonte de dados, ou seja, materiais cujos conteúdos ainda não passaram por nenhum tratamento analítico, servindo como matéria-prima bruta para a investigação do pesquisador. Essa coleta foi aliada à técnica de Análise de Conteúdo categorial estruturada por Bardin (2010). Conforme corrobora Severino (2014), a análise de conteúdo consiste em uma metodologia de tratamento de informações discursivas que busca compreender de forma crítica o sentido manifesto ou oculto das comunicações. Para implementar essa análise e mapear a aderência tecnológica na área, foram estabelecidas como categorias os GT da ANCIB. Para alcançar o objetivo seguinte, focado em compreender as conexões entre a Perfumaria e a CI, a pesquisa bibliográfica teve continuidade. O levantamento da literatura especializada serviu de base para a Seção 1 dos Resultados e Discussões, explicando conceitos essenciais do universo das fragrâncias (como pirâmide, famílias e concentrações olfativas) e mostrando como essas duas áreas começam a dialogar. O processo começou com uma nova busca no Portal de Periódicos da CAPES, realizada no dia 22 de junho de 2026, para verificar o estado da arte dessas ferramentas. Como estratégia inicial, utilizou-se os termos "Artificial Intelligence" e "Perfumery", com a aplicação do filtro de título, a qual não apresentou resultados. Em seguida, realizou-se uma nova tentativa com os termos "Artificial Intelligence" e "Fragrance", também restrita ao campo de título, que gerou apenas três resultados. Essa escassez de literatura científica reforçou a necessidade de um contato direto com fontes mercadológicas. Desse modo, realizou-se um levantamento de dados empíricos diretamente nos web sites das empresas desenvolvedoras de tecnologias de IA para a Perfumaria. Esse passo caracterizou-se como uma pesquisa documental e descritiva, visto que a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial registrar, classificar e descrever as características de determinado fenômeno ou objeto de estudo, sem a obrigatoriedade de explicar as suas causas (Gil, 2002).

Para agilizar e facilitar a extração de dados técnicos nessas plataformas, a IA Gemini 3.0 PRO foi utilizada como ferramenta de apoio à pesquisa. Por fim, a última etapa focou em identificar quais subcampos da IA estão associados a essas tecnologias, relacionando-os à CI. Para isso, os dados coletados nos sites das empresas sobre o funcionamento prático das ferramentas passaram novamente pela técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2010), usando os mesmos GTs da ANCIB como categorias de análise. Esse cruzamento ajudou a mostrar, de forma organizada, como as funções práticas dessas novas tecnologias conversam diretamente com a teoria e a atuação da CI.

Resultados e Discussões

1 CONEXÕES ENTRE A PERFUMARIA, A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção são apresentados os conceitos introdutórios relacionados a Perfumaria, como pirâmide, concentração e famílias olfativas; bem como as interconexões deste campo com a IA e com a CI.

Segundo Ashcar (2016), “desde os tempos antigos, as pessoas utilizavam ervas aromáticas com o intuito de invocar deuses em rituais religiosos e posteriormente produzindo perfume como método de higiene. Com o passar dos anos, as pessoas passaram a utilizar águas de colônia para se refrescarem e esbanjarem aromas agradáveis para si mesmas e para os ambientes.” Se as primeiras civilizações datam de 4000 a.C., quando a humanidade deixou a Pré-História para trás conquistando a escrita, as referências pioneiras aos perfumes remontam à Antiguidade Oriental. O esplendor egípcio se deu, sobretudo a partir de 3000 a.C., quando a unificação propiciou a organização política, social e religiosa em torno do faraó, encarnação divina. Para eles, o perfume era o néctar dos deuses e com ele a alma dos mortos podia ser tocada (Ashcar, 2016, p. 49).

Avançando na linha do tempo, a função do perfume passou por uma transição significativa na sociedade. Aschar (2016) aponta que a Renascença na Europa, especialmente na Itália, suscitou grandes investimentos nas artes, estimulando, assim, um intenso desenvolvimento cultural. O interesse por medicina e saúde cresceu, favorecendo novos hábitos de higiene. Essa mudança de paradigma evidencia como a perfumaria se adaptou aos novos costumes sociais, deixando de ter um propósito exclusivamente voltado às divindades para a assumir um caráter higiênico, consolidando-se progressivamente como um elemento de destaque na vida cotidiana e na formação identitária dos indivíduos.

Posteriormente, a expansão e o aprimoramento dessas fragrâncias ganharam novos contornos geográficos e científicos. Segundo Esposito e Milaré (2011), a fabricação de perfumes e cosméticos se difundiu para o mundo, com destaque especial para a Grécia, Roma e Paris, havendo um grande aperfeiçoamento e inovação das técnicas químicas. Através da destilação, aromas e matérias-primas eram extraídos de substâncias naturais e sintéticas, dando vida a fragrâncias e cosméticos que conquistaram o mercado mundial.

No cenário contemporâneo, Lucca (2010) destaca que, devido à preocupação com o meio ambiente, a indústria da Perfumaria tem utilizado mais 36 matérias-primas sintéticas, ou seja, produzidas em laboratório. Estas não só abrem portas para aromas inéditos, como também existem em maior quantidade e podem ser produzidas em larga escala, diferentemente das matérias-primas naturais que produzem um volume limitado de essência e sofrem uma grande influência do clima em sua qualidade. Essa transição técnica se justifica tanto por questões ambientais quanto pela capacidade produtiva, diversificando de forma exponencial as possibilidades de formulação.

Para a correta representação de um perfume, não basta apenas olhar para a sua fórmula química, é fundamental compreender como essa fragrância se comporta e se transforma com o passar do tempo. Na prática estrutural, de acordo com Lucca (2010), uma fragrância é composta basicamente de três notas: a de cabeça, a de corpo e a de fundo, formando uma pirâmide olfativa. O conceito dessa pirâmide está diretamente ligado “ao tempo de evaporação das moléculas odoríferas contidas no perfume” (Ashcar, 2021, p. 90). Para que o desenvolvimento do aroma seja bem sucedido e equilibrado, deve-se considerar que “essa harmonia depende da volatilidade, da intensidade, e da tenacidade dos ingredientes utilizados” (Ashcar, 2021, p. 54).

A fim de compreender como esses estágios se organizam na prática, o Quadro 1 sistematiza as notas de cabeça, corpo e fundo, evidenciando o papel de cada uma na composição da fragrância.

Quadro 1 - Características das etapas da Pirâmide Olfativa

Fonte: Ashcar (2016, p. 20)

Para além de como as notas se comportam com o tempo na pirâmide olfativa, outra característica fundamental de uma fragrância é a sua concentração. Na linguagem cotidiana do varejo, é comum que os consumidores utilizem a palavra “perfume” de forma genérica para qualquer produto. Contudo, Ashcar (2016) explica que o termo “perfume” deveria ser utilizado somente para designar o extrato do tipo de mistura que contém a mais alta proporção de fragrância concentrada com o menor teor de álcool possível (as outras misturas quase sempre levam um pouco de água na fórmula). Dessa forma, a proporção da essência atua como fator determinante para definir a nomenclatura oficial do produto, o seu tempo médio de fixação e a ocasião de uso mais adequada. O quadro 2 a seguir diferencia essas categorias.

Quadro 2 - Classificação das fragrâncias por concentração

Fonte: Ashcar (2016, p. 22)

Apesar dessa classificação estruturada, é importante pontuar que essa padronização não é absoluta no mercado global. Conforme adverte Ashcar (2016), as nomenclaturas utilizadas para as diferentes concentrações de fragrância podem variar de um país para outro por questões regulatórias. Para estruturar e agrupar a vasta diversidade de fragrâncias, os perfumistas utilizam as famílias olfativas. Sobre a complexidade dessa categorização e a relação entre a subjetividade do consumidor e a objetividade técnica, Ashcar esclarece: Perfume e emoção estão intimamente ligados.

Conceitos subjetivos podem definir uma fragrância como doce, amarga, seca, romântica, fresca, forte, sensual, radiante, intensa. Porém, a forma mais adequada de descrever um perfume segue critérios objetivos que exigem certo conhecimento técnico. [...] Vale lembrar que cada uma das três partes da estrutura de um perfume (notas de saída, corpo e fundo) é composta por vários ingredientes. Assim, dois diferentes perfumes, embora tenham uma fragrância em comum, podem estar situados em famílias olfativas distintas. Nesta classificação, prevalece o bom senso: optamos pela impressão predominante de cada perfume para determinar a qual família ele pertence (Ashcar, 2016, p. 37). Com base nesse critério de predominância citado pela autora, o Quadro 3 a seguir resume as principais famílias olfativas, destacando suas características e exemplos de perfumes clássicos.

Quadro 3 - Famílias Olfativas

Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base em Lima (2024)

Como demonstrado no quadro, a estrutura de um perfume envolve algumas variáveis, desde o ritmo de evaporação das notas, concentração até a sua família olfativa. Quando levamos todas essas características para o ambiente digital, o volume de informações se

torna muito robusto. Para organizar esses dados e conseguir recomendar a fragrância ideal para cada consumidor de forma precisa, os métodos tradicionais de busca já não são suficientes. O campo da Perfumaria, preliminarmente, disponibiliza dados e informações para consumidores por meio de web sites de vendas de produtos, sejam eles de empresas nacionais ou internacionais, bem como de bases de dados que contemplam dados e informações sobre diversas fragrâncias, como é o caso do Fragrantica. As descrições da pirâmide olfativa das fragrâncias, sua organização em famílias olfativas e os comentários que podem abarcar aspectos da memória olfativa 40 dos usuários constitui um vasto campo de dados de interesse da CI, visando seu tratamento e disseminação. Vechiato e Vidotti (2024) reforçam que esses dados, inclusive, podem fornecer subsídios para a criação de projetos de IA no âmbito da Perfumaria, o que também pode possibilitar o diálogo interdisciplinar entre ambos os campos com a CI. Os autores apresentam as contribuições da IA para a Perfumaria, conforme demonstra o Quadro 4 que segue:

Quadro 4a e 4b - Contribuições da IA para a Perfumaria

Fonte: Vechiato e Vidotti (2024, p. 15-16)

Como é possível observar no Quadro 4, as contribuições das IA para a Perfumaria vão muito além da simples automação de processos de fabricação. A IA atua como um agente tecnológico transformador que impacta desde a preservação ambiental, ao buscar alternativas sintéticas sustentáveis e recriar aromas ameaçados, até a extrema personalização da experiência do consumidor, sendo capaz de traduzir cheiros em emoções, cores e palavras. Essa gama de aplicações demonstra que o setor lida com um ecossistema de informações muito rico e complexo, envolvendo dados históricos, químicos e comportamentais. Diante desse cenário repleto de possibilidades, surge um terreno fértil para a organização, o tratamento e a gestão desses dados. é justamente nesse sentido que os autores também apresentam algumas perspectivas promissoras de investigação da Perfumaria dentro da CI, conforme demonstra o Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Perspectivas de investigação da Perfumaria na CI

Fonte: Vechiato e Vidotti (2024, p. 20-21)

Este trabalho contribui com uma perspectiva de investigação que pode ser considerada como um acréscimo ao referido quadro, pois se trata da investigação de tecnologias/soluções de IA e, a partir de suas características, busca associar aos subcampos da CI. Vechiato e Vidotti (2024, p. 22) conseguiram identificar em sua pesquisa as seguintes soluções / tecnologias de IA: Philyra, resultado da parceria entre a empresa alemã Symrise AG e a IBM; Carto e Myrissi, soluções da empresa suíça Givaudan; Scentmate, da empresa suíça dsm-firmenich; Algorithmic Perfumery, da holandesa Scentronix; KAORIUM, da japonesa Scentmatic; e AI Perfume Creator, da croata Scentalytics. Segundo os autores, essas tecnologias são baseadas em Aprendizado de Máquina (Machine Learning) ou em PLN. Em uma uma comparação preliminar, é possível perceber que ambos os subcampos da IA também foram os mais frequentes nas pesquisas brasileiras do campo da CI. Neste trabalho, esta lista de tecnologias é complementada com outras que foram encontradas, cujos resultados são apresentados na próxima seção.

2 TECNOLOGIAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DA PERFUMARIA: DIÁLOGOS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A CI estuda como a informação é organizada e utilizada na sociedade. Para resolver os problemas de busca em ambientes digitais cada vez maiores, é necessário integrar essas teorias com os avanços tecnológicos. Sobre essa integração, Vechiato e Vidotti (2024, p. 2) explicam: Muitos destes problemas informacionais suscitam soluções tecnológicas a serem aplicadas a distintos tipos de dados e de recursos informacionais, visando sua representação, organização, armazenamento e, consequentemente, sua recuperação, encontrabilidade, acesso, uso e apropriação por parte dos sujeitos a partir de ambientes informacionais digitais e de sistemas de informação.

Estas soluções tecnológicas podem provir do diálogo interdisciplinar entre a CI e a Inteligência Artificial (IA), especialmente aquelas relacionadas à Recuperação da Informação (Vechiato; Vidotti, 2024, p. 2). Nesse contexto tecnológico, os avanços da IA expandiram o potencial de inovação para diversos setores, incluindo o mercado da perfumaria. A interlocução entre a CI e a IA nesse setor busca desenvolver soluções tecnológicas que proporcionam maior dinamismo, personalização e sustentabilidade na produção de fragrâncias. (Vechiato; Vidotti, 2024).

Quando pensamos em como a tecnologia pode sugerir ou até criar novos perfumes, percebemos que tudo depende da organização e da representação de muitos dados, um momento em que o papel da CI fica bastante evidente. Os autores ressaltam que as informações técnicas, como a “classificação em famílias olfativas, bem como as notas que também são classificadas de acordo com a natureza das matérias-primas”, interessam diretamente ambas as áreas. Além dos metadados estruturais, a análise algorítmica incorpora as opiniões dos consumidores extraídas da Web, as quais [...] revelam traços relacionados à memória olfativa, bem como a respeito do desempenho da fragrância e similaridades com outras fragrâncias”. Dessa forma, a união entre a estruturação informacional e a IA permite utilizar “esses dados para melhorar a experiência do cliente. (Vechiato; Vidotti, 2024, .p. 3).

Nesta seção, são apresentados os resultados referentes ao mapeamento e à caracterização baseadas em IA voltadas para o setor da Perfumaria. Conforme delineado nos Procedimentos Metodológicos, diante da escassez de literatura científica que aborde de forma integrada essas inovações, o levantamento foi 45 realizado por meio de pesquisa documental e descritiva diretamente em fontes mercadológicas, portais institucionais, comunicados de imprensa e relatórios de inovação das corporações do segmento de fragrâncias, a partir do uso da IA Gemini.

A busca demonstrou que as indústrias, desde as grandes casas de fragrâncias globais até as startups voltadas para o varejo de nicho, têm investido massivamente no desenvolvimento de sistemas autônomos e algorítmicos. O Quadro 6 a seguir sistematiza as 15 soluções tecnológicas mapeadas, caracterizando as empresas desenvolvedoras, a função principal de cada tecnologia, seus diferenciais técnicos e o ano de lançamento.

Quadro 6a ao 6d- Soluções de IA na Perfumaria

Fonte: Gemini (2026)

A partir da observação dos dados expostos no Quadro 6, é possível constatar que a aplicação da IA no mercado de fragrâncias não se restringe a uma única etapa da cadeia produtiva. De modo geral, essas tecnologias se dividem em dois grupos: as voltadas para indústria (B2B) e as voltadas diretamente para o consumidor final (B2C). No lado da indústria e dos laboratórios (B2B), destacam-se sistemas como Philyra, Carto, Scentmate, Muse e Osmo. Essas ferramentas funcionam nos "bastidores" da perfumaria, ajudando os perfumistas a prever como os ingredientes vão reagir, descobrir novas matérias primas sustentáveis e até acelerar a mistura de fórmulas com a ajuda de robôs.

Na perspectiva do contato com o consumidor, o foco sai da química e vai para as emoções e preferências das pessoas. Ferramentas como Kaorium, YSL Scent-Station, AILICE, Algorithmic Perfumery, Noteworthy AI Quiz, NINU e Nose IA tentam resolver um problema comum, que é a dificuldade que os clientes e usuários têm de explicar os cheiros que gostam. Usando desde testes que medem as reações cerebrais até aplicativos e questionários inteligentes, ajudam a traduzir essas emoções e a recomendar o perfume ideal. Em alguns casos mais inovadores, como o da NINU ou da Algorithmic Perfumery, a tecnologia chega a misturar o perfume na hora, sob medida para o cliente. Vale citar também a Moodify e a IFF, 49 que usam a IA para criar fragrâncias focadas no bem-estar, capazes até de "enganar" o cérebro para cancelar maus odores.

Em relação aos subcampos da IA, diferentemente da pesquisa de Vechiato e Vidotti (2024) que identificou tecnologias mais ligadas ao Aprendizado de Máquina e ao PLN, nesta foi possível identificar tecnologias que utilizam Robótica e Mineração de Dados e Big Data, ampliando também as possibilidades de uso destes subcampos na Perfumaria.

Essa variedade de ferramentas mostra que a perfumaria lida com uma quantidade enorme e complexa de informações, vão desde moléculas químicas e estatísticas de vendas até as memórias olfativas dos consumidores. É exatamente diante da necessidade de organizar, buscar e facilitar a recuperação e a encontrabilidade de todos esses dados que a IA se conecta com a CI. Esta interlocução é pontuada a seguir, considerando os GTs da ANCIB como categorias de análise. Desse modo, foi possível encontrar conexões com as seguintes categorias e, mais especificamente, a pontos específicos das ementas dos referidos GTs:

● Organização e Representação do Conhecimento: todas as soluções e tecnologias de IA para a Perfumaria apresentam dados sobre matérias-primas e sobre fragrâncias que são recuperadas pelos perfumistas e/ou usuários, alinhando-se especificamente à descrição, recuperação e acesso à informação;

● Mediação, Circulação e Apropriação da Informação: algumas soluções apresentam dados a respeito dos consumidores, fornecendo aspectos importantes para a tomada de decisões no processo criativo ou na recomendação de fragrâncias, alinhando-se especificamente aos dispositivos mediacionais: [...] técnicas e tecnologias, estudos de usuários, produtos e práticas;

● Gestão da Informação e do Conhecimento: considerando as soluções específicas para perfumistas e empresas, os dados relativos às fragrâncias e aos consumidores, alinhadas ao mercado da perfumaria e marketing se alinham especificamente ao marketing da informação, monitoramento ambiental e inteligência competitiva, além de aplicação de

TDIC à gestão da informação e à gestão do conhecimento, considerando neste último 50 caso soluções de IA que utilizam Aprendizado de máquina e Aprendizado profundo;

● Política e Economia da Informação: infere-se que as soluções de IA estão adaptadas a aspectos regulatórios vigentes da indústria da Perfumaria, como por exemplo aquelas matérias-primas sintéticas utilizadas em substituição às de origem animal, entre outros aspectos. Além disso, questões relacionadas à sustentabilidade já foram implementadas, por exemplo, no Philyra 2.0. Desse modo, justifica-se o alinhamento com este tópico às temáticas estado, leis e políticas da informação; usos políticos e econômicos de algoritmos e da Inteligência Artificial; ecologia, meio ambiente e sustentabilidade;

● Dados, Informação e Tecnologia: todas as tecnologias se alinham a esta temática no que diz respeito ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos [informacionais]. Para além da representação dos dados e da informação de produtos e consumidores, aqui se destacam também aspectos referentes a interface dessas tecnologias, que devem considerar a experiência do usuário, a encontrabilidade da informação e as possibilidades de descoberta acidental da informação nos casos de soluções que oferecem sistemas de recomendação;

● Informação e Memória: termos relacionados a memória olfativa podem estar presentes em algumas dessas soluções, vinculadas a experiências de consumidores, embora não descritas em suas características. De acordo com Vechiato e Vidotti (2024, p. 17), Chen (2016) cita a empresa de perfumaria Puig, que armazena mais de vinte mil aromas em um banco de dados, sendo que cada um está associado a uma descrição textual de suas notas olfativas, indexados por sete descritores e, atualmente, existem mais de mil descritores que incluem palavras como mar, chocolate, leite, vinho, lápis entre outros, as quais remetem ao aroma de fragrâncias". Diante das doze (12) categorias analisadas, foi possível correlacionar as tecnologias de IA para a Perfumaria em seis (6) delas, representando 50%, o que parece favorecer um diálogo profícuo entre o campo da Perfumaria e a CI, tendo a IA como um ponto de interlocução.

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar as tecnologias de IA criadas por empresas de Perfumaria sob a perspectiva da CI. O problema que norteou o estudo buscou compreender como a IA tem sido abordada nas pesquisas brasileiras em CI e quais os diálogos possíveis entre esses dois campos e as tecnologias voltadas para a área de fragrâncias.

A partir do percurso metodológico traçado, foi possível responder a essa inquietação, demonstrando que a interdisciplinaridade entre essas áreas não é apenas viável, mas estrategicamente necessária.

O alcance dos objetivos propostos ocorreu de forma gradativa. Ao investigar a incidência dos subcampos da IA nas pesquisas brasileiras em CI, constatou-se uma forte aderência tecnológica, com destaque para o GT 8 (Informação e Tecnologia) da

ANCIB, evidenciando o uso prático de ferramentas como o Processamento de Linguagem Natural e o Aprendizado de Máquina para aprimorar os processos de organização e recuperação da informação.

Em seguida, ao compreender as conexões entre a Perfumaria e a CI, ficou claro que o complexo volume de dados que estruturam uma fragrância (pirâmide olfativa, notas, concentrações e famílias) constitui um ecossistema informacional rico, cujo tratamento é fundamental para viabilizar inovações.

No que tange ao mapeamento e à caracterização das tecnologias de IA criadas por empresas do setor, bem como a identificação de seus subcampos em diálogo com a CI, os resultados revelaram que o mercado atua em duas grandes frentes B2B e B2C. Ferramentas voltadas para a indústria auxiliam na previsão de reações químicas e na descoberta de ingredientes sustentáveis, enquanto sistemas focados no consumidor final atuam como mediadores informacionais. Eles traduzem emoções e preferências subjetivas por meio de testes biométricos e PLN , facilitando a recomendação e a personalização dos produtos.

Durante o desenvolvimento do estudo, a principal dificuldade foi a falta de pesquisas científicas que unissem diretamente os temas deste trabalho. De forma mais específica, quase não existem artigos ou manuais que expliquem a parte técnica e o funcionamento interno das tecnologias criadas para a perfumaria. Como foi difícil encontrar esses detalhes, a metodologia precisou ser adaptada para uma análise mais geral e exploratória. Para resolver isso, o estudo utilizou GTs da ANCIB, como uma “lente” para analisar e classificar as ferramentas que foram encontradas nos sites das empresas desenvolvedoras.

Concluindo, com base no que foi discutido e nas dificuldades encontradas, surgem várias ideias para pesquisas futuras. Para contornar a falta de informações técnicas publicadas, recomenda-se que os próximos trabalhos entrem em contato direto com as empresas que desenvolvem essas tecnologias, nacionais e internacionais, com o objetivo de entender como os algoritmos realmente funcionam na prática.

Referências

ALVES, P. M. Inteligência artificial e redes neurais. IPEA: Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade: [Brasil], 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/106-inteligencia-artificial-e-redes-neurais. Acesso em: 01 mai. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS (ABIHPEC). Panorama do Setor. São Paulo, maio 2026. Disponível em: https://abihpec.org.br/mercado/panorama-do-setor/. Acesso em: 22 jun. 2026.

ASHCAR, Renata. Brasil essência: a cultura do perfume. São Paulo: BB Editora, 2016.

ASHCAR, Renata. Glossário da perfumaria: tudo o que você precisa saber sobre a linguagem dos perfumes. 2. ed. São Paulo: Ed. da Autora, 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

CHEN, Anne. Perfume and Vinegar. Olfactory Knowledge, Remembrance, and Recordkeeping. The American Archivist, [s.l], v. 79, n.1, 2016. p. 103–120. Disponível em: Perfume and Vinegar: Olfactory Knowledge, Remembrance, and Recordkeeping in: The American Archivist Volume 79: Issue 1 | The American Archivist. Acesso em: 29 jun. 2026.

ESPOSITO, Damazio; MILARÉ, Tathiane. "Fabricação de Sabonetes e Perfumes Artesanais", pelo método de Saponificação, para auxiliar na aprendizagem de conceitos químicos. 2011. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) - Universidade Estadual Paulista Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/tcc/REDEFOR_1ed_TCC_Damazio%20Esposito.pdf. Acesso em: 25 mai. 2026

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 29 jun. 2026.

IBM. O que é LLM (grandes modelos de linguagem)?. 2024. p. 1-8. Disponível em: O que é LLM (grandes modelos de linguagem)? | IBM. Acesso em: 28 jun. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. IFLA Statement on Libraries and Artificial Intelligence. Declaração, de 17 de setembro de 2020. The adoption of Artificial Intelligence (hereafter "AI") and machine learning in private and public spheres is rapidly growing. This policy statement aims to outline key considerations for the use of these technologies in the library sector and suggest the roles which libraries should strive to take on in a society with growing AI integration. 14 p. Disponível em: https://www.ifla.org/wpcontent/uploads/2019/05/assets/faife/ifla_statement_on_libraries_and_artificial_intelligence.pdf Acesso em: 30 mai. 2026.

LIMA, Felipe Henrique Ferreira de. Encontrabilidade da Informação em ambientes informacionais digitais sobre Perfumaria: uma análise do web site Fragrantica. Orientador: Fernando Luiz Vechiato. 2024. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/4a6dcf57-1c76-4d0e-b288-94fdae912efa/content. Acesso em: 05 mai. 2026.

LUCCA, Letícia Grolli. Perfumes: arte e ciência. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Farmácia, Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76992/000823418.pdf. Acesso em 25 mai. 2026.

RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. Inteligência artificial. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. digital. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulgação/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Científico_-_1ª_Edição_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 29 jun. 2026

SILVA, Emmily Hariadny Gomes da. Inteligência artificial na Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma análise das produções acadêmicas brasileiras. 2025. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

TURING, A. Computing Machinery and Intelligence. Mind, Oxford, v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950. Disponível em: https://academic.oup.com/mind/article/LIX/236/433/986238?__cf_chl_f_tk=1tsy5EBDfGamRRCcj3xJQmV_54rlQKScwxnPMt5OIcQ-1782824772-1.0.1.1-eGKGCrbPVrR8clPHIKfVh.SJ9po2.hNk70IGuxa7nic. Acesso em: 27 mai. 2026.

VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti. Inteligência Artificial aplicada à Perfumaria e perspectivas de estudo no campo da Ciência da Informação. SciELO Preprints, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.9608. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9608. Acesso em: 02 mai. 2026.

PAVLOVIC, Milan. Artificial intelligence in perfumery– a brief overview. Scentalytics, 18 dez. 2023. p. 1-4. Disponível em: https://scentalytics.com/blog/artificial-intelligence-in-perfumery. Acesso em: 20 jun. 2026.

PAVLOVIC, Milan. Introducing Scentalytics AI Platform. Scentalytics, 12 fev. 2024. p. 1-3. Disponível em: https://scentalytics.com/ai. Acesso em: 20 jun. 2026.

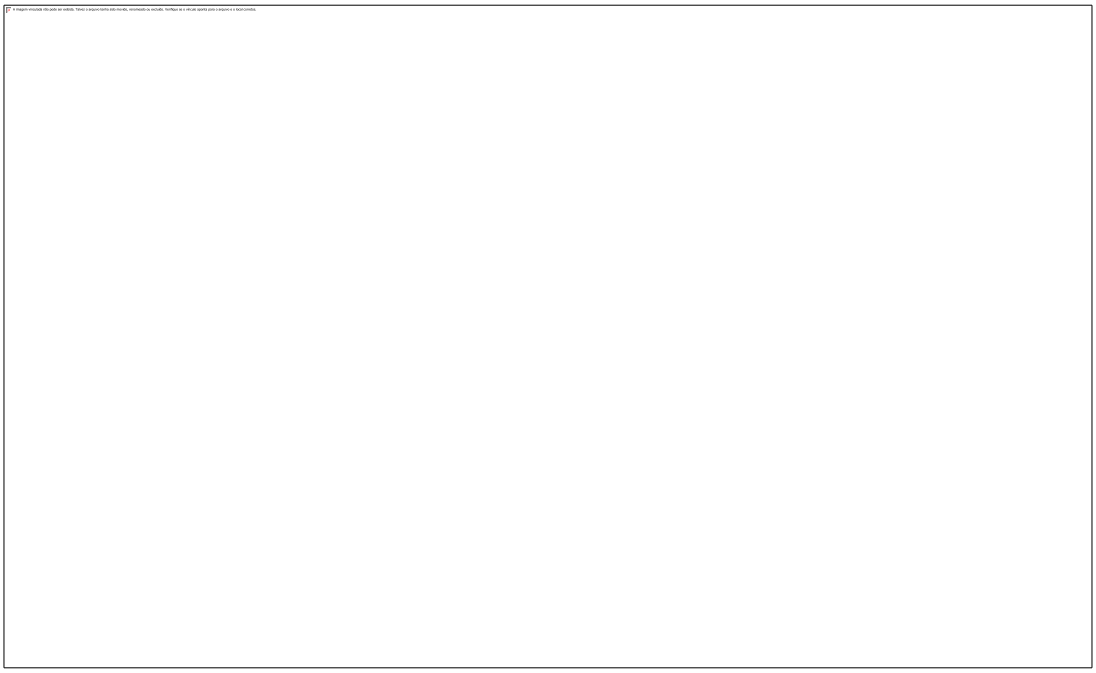
PINHEIRO, Mayara; OLIVEIRA, Hamilton. Inteligência artificial: estudos e usos na Ciência da Informação no Brasil. RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 15, n. 3, p. 950-968, set./dez. 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/211470. Acesso em: 20 mai. 2026.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em ciência da informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: . Acesso em 07 abr. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308. Acesso em 05 mai. 2026.

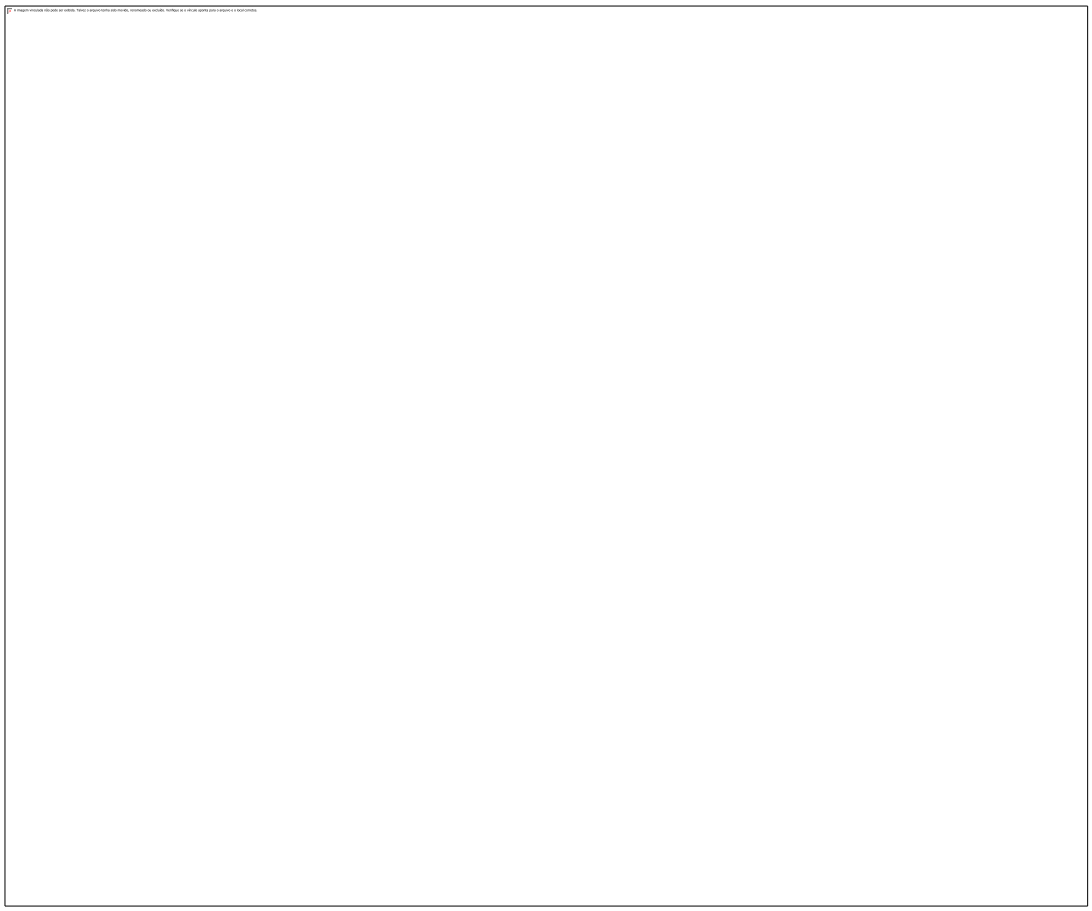
SINHA, Anurag; SHARMA, Vandana; GUPTA, Monika; RAO, G. Madhukar; RAJ, Arman; KUMARI, Anita; ALKHAYYAT, Ahmed. Smell Technology: Advancements and Prospects in Digital Scent Technology and Fragrance Algorithms. 14th International Conference on Computing Communication and Networking Technologies (ICCCNT). Proceedings… Delhi, India: IEEE Xplore, 2023. p. 1-7. Disponível em: https://ieeexplore.ieee.org/document/9418246. Acesso em: 28 jun. 2026.

VECHIATO, Fernando Luiz. Encontrabilidade da informação: contributo para uma conceituação no campo da Ciência da Informação. 2013. 206 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013.
VECHIATO, Fernando Luiz; FARIAS, Gabriela Belmont de. Serendipidade no contexto da Ciência da Informação: perspectivas para os estudos com sujeitos informacionais. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 25, p. 1–23, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72056. Acesso em: 28 jun. 2026.

Anexos



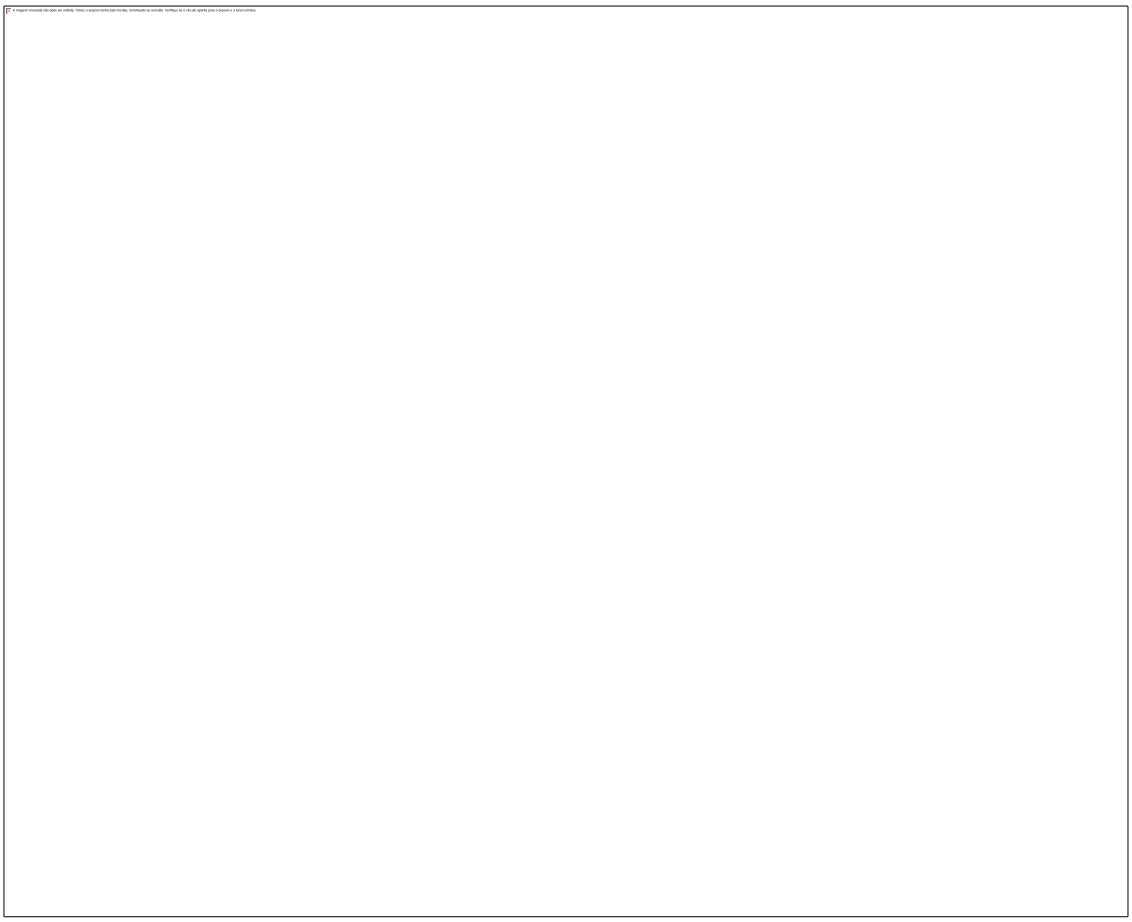
Quadro 1 - Características das etapas da Pirâmide Olfativa



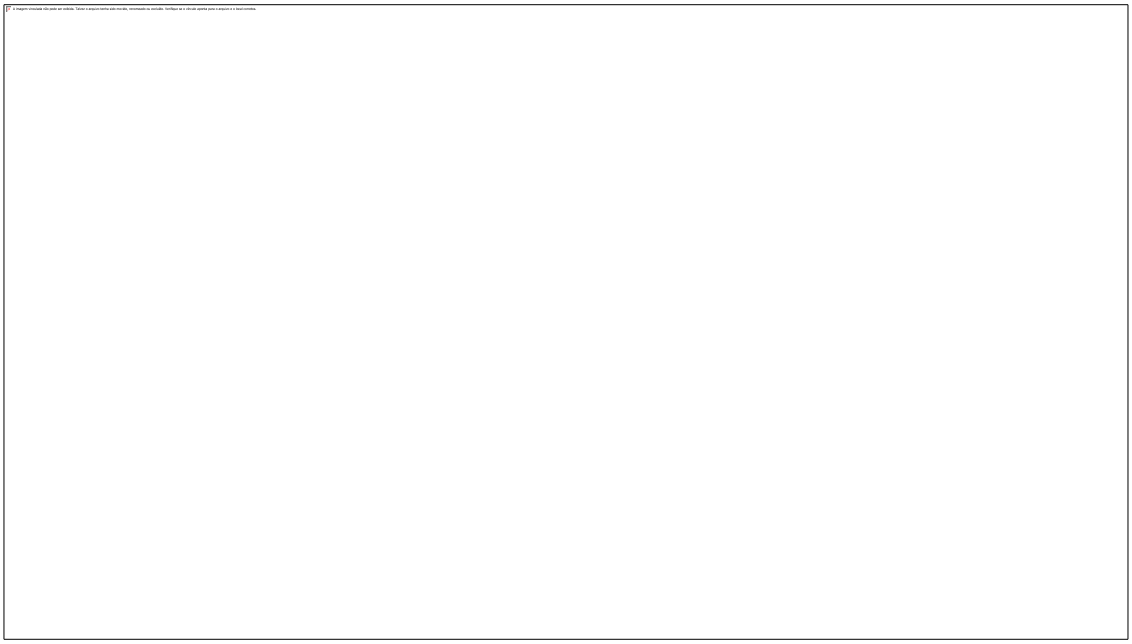
Quadro 2 - Classificação das fragrâncias por concentração



Quadro 3 - Famílas Olfativas



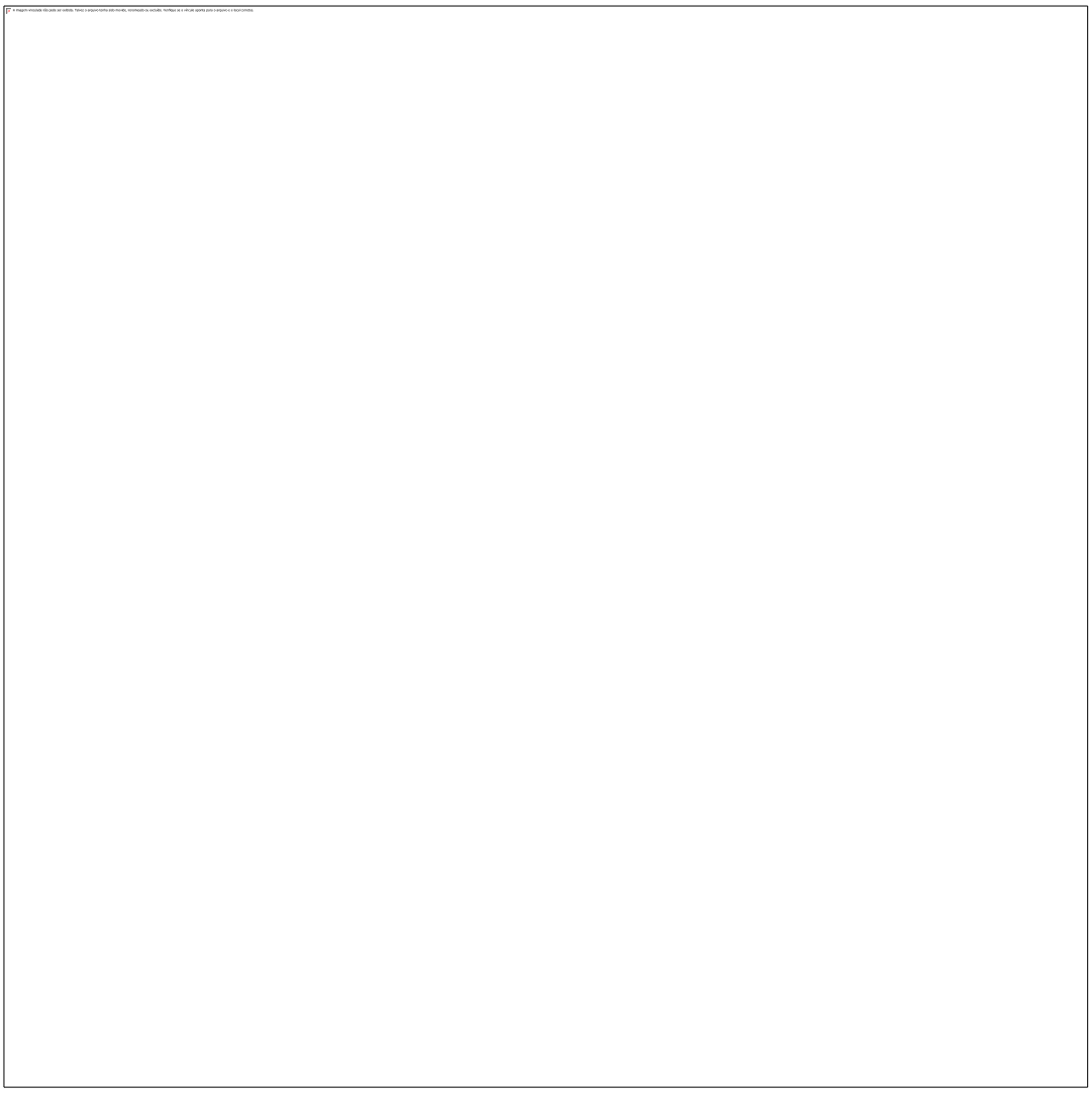
Quadro 4a - Contribuições da IA para a Perfumaria



Quadro 4b - Contribuições da IA para a Perfimaria



Quadro 5 - Perspectivas de investigação da Perfumaria na CI



Quadro 6a - Soluções de IA na Perfumaria



Quadro 6b - Soluções de IA na Perfumaria



Quadro 6c - Soluções de IA na Perfumaria



Quadro 6d - Soluções de IA na Perfumaria

CÓDIGO: HS1248

AUTOR: THAIS JEYSE SOUSA DINO DE ASSIS

ORIENTADOR: MICHEL JAIRO VIEIRA ARAUJO DA SILVA

TÍTULO: O IMAGINÁRIO TURÍSTICO DO BRASIL POR MEIO DA OBRA DO RENOMADO CINEASTA CACÁ DIEGUES (1940 – 2025).

Resumo

O cinema atua como mediador simbólico na construção de imagens e imaginários turísticos sobre os lugares. Este estudo objetiva apresentar o imaginário turístico do Brasil construído na obra do cineasta Cacá Diegues (1940–2025), a partir das categorias paisagem e hospitalidade. De abordagem qualitativa, bibliográfica, documental e biográfica, a pesquisa emprega a análise de conteúdo fílmico sobre 17 obras do cineasta. A análise investigou unidades de contexto e registro focadas na qualidade da experiência e meio ambiente, enfatizando paisagem e hospitalidade. Os resultados evidenciam uma representação plural do Brasil, marcada pela diversidade de paisagens naturais, urbanas, culturais e históricas e por variadas formas de acolhimento, sociabilidade e pertencimento. As paisagens representadas superam os espaços promocionais tradicionais, incorporando territórios cotidianos, sertões e periferias. A hospitalidade manifesta-se em vivências e celebrações, coexistindo com conflitos e desigualdades. Conclui-se que a obra de Diegues constrói um imaginário turístico baseado na diversidade territorial e nas relações humanas que significam o espaço.

Palavras-chave: Imaginário turístico; Cinema e turismo; Hospitalidade; Cacá Diegues.

TITLE: THE TOURIST IMAGINARY OF BRAZIL THROUGH THE WORK OF RENOWNED FILMMAKER CACÁ DIEGUES

Abstract

Cinema acts as a symbolic mediator in the construction of images and tourist imaginaries about places. This study aims to present the tourist imaginary of Brazil built in the work of filmmaker Cacá Diegues (1940–2025), based on the categories of landscape and hospitality. Adopting a qualitative, bibliographic, documentary, and biographical approach, the research employs film content analysis across 17 works by the filmmaker. The analysis investigated context and recording units focused on experience quality and environment, emphasizing landscape and hospitality. Results show a plural representation of Brazil, marked by diverse natural, urban, cultural, and historical landscapes, and by varied forms of welcoming, sociability, and belonging. The represented landscapes go

beyond traditional promotional spaces, incorporating everyday territories, hinterlands, and peripheries. Hospitality expresses itself through lived experiences and celebrations, coexisting with conflicts and inequalities. It is concluded that Diegues' work builds a tourist imaginary grounded in territorial diversity and in the human relationships that give meaning to space.

Keywords: Tourist imaginary; Cinema and tourism; Hospitality; Cacá Diegues.

Introdução

O cinema exerce importante papel na construção de modos de ver, sentir e imaginar os lugares, atuando como mediador simbólico entre os territórios e o espectador. Como manifestação artística e produto cultural de ampla circulação, elabora representações simbólicas que influenciam imaginários sociais, culturais, geográficos e turísticos. O turismo, por sua vez, é impulsionado por expectativas e desejos construídos antes da experiência concreta do destino. Nesse sentido, o cinema brasileiro participa da difusão de imagens sobre o país, projetando paisagens, práticas sociais e modos de vida que colaboram para a formação de um imaginário turístico nacional (Gastal, 2005; Silva et al., 2019).

No contexto do cinema brasileiro, Cacá Diegues destaca-se pela construção de representações plurais do país. Inserido no Cinema Novo, movimento marcado pelo engajamento político e pela busca de uma linguagem cinematográfica própria, o cineasta desenvolveu uma trajetória caracterizada pela articulação entre crítica social, cultura popular, alegoria e diálogo com o grande público. Sua filmografia apresenta diferentes regiões, paisagens e grupos sociais, aproximando tradição e modernidade, espaços urbanos e rurais, manifestações populares e transformações territoriais (Xavier, 2001; Diegues, 2014).

Ao longo de mais de cinco décadas, Diegues apresentou praias, sertões, cidades, periferias, comunidades, estradas, rios, festas e espaços cotidianos, fazendo desses lugares elementos constitutivos das narrativas. Essa diversidade permite compreender o cinema como forma de representação espacial capaz de participar da construção da imaginação geográfica e dos imaginários turísticos, uma vez que as imagens cinematográficas selecionam e atribuem significados aos territórios (Harvey, 1980; Hopkins, 2009; Salazar, 2017).

Nesse processo, paisagem e hospitalidade constituem dimensões centrais. A paisagem ultrapassa o cenário físico e envolve relações sociais, culturais e simbólicas estabelecidas no espaço (Santos, 1996). A hospitalidade compreende práticas de acolhimento, convivência e reciprocidade que não se restringem à prestação de serviços turísticos (Camargo, 2004; Bueno, 2016). A articulação dessas dimensões permite observar como o audiovisual representa territórios vividos e relações humanas que qualificam as experiências.

Diante disso, o estudo busca responder à seguinte questão: qual imaginário turístico do Brasil pode ser extraído da obra de Cacá Diegues? O objetivo geral é apresentar o imaginário turístico do Brasil construído em sua filmografia, tendo como objetivos específicos contextualizar a produção cinematográfica do cineasta e as principais

localidades representadas; identificar locações, personagens e elementos associados às paisagens e à hospitalidade; e sintetizar, por meio de uma composição imagética, elementos recorrentes desse imaginário.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por buscar compreender significados, representações e dimensões simbólicas presentes nas obras analisadas. Segundo Cardano (2017), a abordagem qualitativa permite adequar os procedimentos metodológicos às características do objeto investigado, favorecendo uma interpretação contextualizada dos fenômenos sociais. Nesse sentido, mostrou-se adequada à análise da produção cinematográfica de Cacá Diegues enquanto construção simbólica capaz de produzir sentidos sobre o território brasileiro.

Quanto aos procedimentos, realizou-se pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e dissertações relacionados ao cinema brasileiro, imaginário turístico, representação, geografia do turismo, paisagem e hospitalidade. Também foi realizada pesquisa documental e biográfica para contextualizar a trajetória artística de Cacá Diegues, o Cinema Novo e os contextos socioculturais relacionados à sua produção.

A etapa principal da investigação foi desenvolvida por meio de análise de conteúdo fílmico. Considerou-se o filme como documento audiovisual e forma de representação espacial, observando elementos narrativos, imagéticos, sonoros e simbólicos presentes nas obras. A análise dialogou com Hopkins (2009), para quem o cinema seleciona, enfatiza e atribui significados aos lugares, produzindo formas particulares de representação espacial.

Foram selecionados 17 filmes de Cacá Diegues: A Grande Cidade (1966), Chuvas de Verão (1978), Quando o Carnaval Chegar (1972), Os Herdeiros (1969), Um Trem para as Estrelas (1987), Dias Melhores Virão (1989), Veja Esta Canção (1994), Orfeu (1999), O Maior Amor do Mundo (2006), Bye Bye Brasil (1979), Deus é Brasileiro (2003), Tieta (1996), Ganga Zumba (1964), Joanna Francesa (1973), Quilombo (1984), Xica da Silva (1976) e O Grande Circo Místico (2018). Os critérios de seleção consideraram obras ficcionais nas quais o cineasta atuou como principal diretor, excluindo documentários do corpus principal.

Os filmes foram analisados a partir da identificação de unidades de contexto e unidades de registro, observando elementos narrativos, imagéticos, sonoros e simbólicos. A análise foi organizada de forma transversal, buscando identificar recorrências e contrastes entre as obras, em vez de descrevê-las isoladamente.

As categorias de análise foram definidas com base nos Atributos da Imagem Turística, discutidos por Santana (2009). A pesquisa extraiu duas unidades de contexto e duas de registro, como apresentado no quadro à seguir:

Para o terceiro objetivo específico, elaborou-se uma imagem-síntese a partir dos principais elementos identificados, considerando aspectos paisagísticos, culturais, afetivos e simbólicos recorrentes na filmografia.

Para essa composição, utilizou-se o Adobe Firefly, ferramenta digital de geração de imagens por inteligência artificial, a partir de comandos descritivos (prompts). A imagem produzida foi posteriormente organizada e editada no Canva, funcionando como recurso complementar de interpretação e síntese visual dos imaginários turísticos identificados.

Resultados e Discussões

Contextualização cinematográfica de Cacá Diegues

A trajetória de Cacá Diegues desenvolveu-se no contexto de intensas transformações políticas, culturais e sociais brasileiras, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960. Inserido no Cinema Novo, o cineasta participou da renovação da linguagem cinematográfica nacional, marcada pelo uso de locações reais e pela representação crítica das desigualdades, da modernização e das diferentes formas de vida presentes no território brasileiro (Xavier, 2001; Ortiz, 1985; Rocha, 1981). Embora vinculado a esse movimento, Diegues desenvolveu uma linguagem própria, incorporando cultura popular, música, festas e diversidade regional. Assim, praias, sertões, cidades e comunidades populares ultrapassam a função de cenário e assumem papel ativo em suas narrativas, compondo uma espécie de cartografia cinematográfica do Brasil. Essa perspectiva aproxima-se sua própria concepção de cultura, entendida como resultado da convivência entre diferentes manifestações, sem oposição necessária entre tradição e modernidade (Diegues, 2017).

A representação desses territórios também dialoga com as transformações do turismo brasileiro entre as décadas de 1960 e o início do século XXI, período marcado pela expansão dos transportes, das políticas públicas e da valorização do patrimônio natural e cultural, além da crescente influência do cinema, da televisão e da publicidade na construção de imagens sobre os destinos (Gastal, 2005; Astorino, 2019). O Rio de Janeiro, presente em sua filmografia é apresentado para além de seus cartões-postais, incorporando morros, bairros populares, espaços cotidianos e manifestações culturais. Em Bye Bye Brasil (1979), a circulação da Caravana Rolidei por diferentes regiões evidencia um país em transformação, destacando localidades como Piranhas (AL), posteriormente valorizada pelo patrimônio histórico-cultural e pelos atrativos dos Cânions do Xingó (Iphan, 2023; Ministério do Turismo, 2025), além de paisagens amazônicas. Já Tieta (1996) representa o litoral baiano, dialogando com a consolidação turística da costa nordestina e com a valorização de suas paisagens.

Desse modo, as locações de Diegues constituem mais do que espaços de ambientação: são elementos que participam da construção de sentidos sobre o território, a cultura e os modos de vida brasileiros. Ao articular paisagens naturais e urbanas, práticas culturais,

deslocamentos e relações de hospitalidade, sua filmografia contribui para a produção de imagens que dialogam com o imaginário turístico nacional. A seleção dessas obras e localidades, portanto, permite compreender como o cinema pode participar da construção simbólica dos destinos e, simultaneamente, revelar diferentes formas de apropriação, vivência e representação da paisagem brasileira.

Paisagem: representações do território brasileiro

No espaço urbano, especialmente no Rio de Janeiro, a representação ultrapassa as imagens tradicionalmente associadas às praias, ao Cristo Redentor e à Baía de Guanabara, incorporando morros, bairros populares, periferias, ruas, espaços residenciais e de lazer. Essa diversidade evidencia diferentes formas de apropriação da cidade, relacionadas a deslocamentos, encontros, afetividades e desigualdades, fazendo dos territórios populares componentes de sua identidade e dinâmica social.

Essa construção dialoga com Santos (1996), para quem o espaço resulta da articulação entre objetos e ações e é continuamente produzido pelas relações sociais. Assim, a paisagem não se apresenta apenas como cenário, mas como parte das experiências dos personagens e de suas relações com o território, revelando também desigualdades nos modos de acesso e apropriação da cidade.

As paisagens populares constituem, portanto, dimensão recorrente da representação urbana. Morros, espaços de convivência e manifestações culturais aparecem articulados a diferentes circuitos da cidade, incluindo espaços institucionais, boates e ambientes socialmente valorizados, como exemplificado em A Grande Cidade (1966), Um Trem para as Estrelas (1987) e nos episódios urbanos de Veja Esta Canção (1994). No morro, a associação entre samba, cores e carnaval aproxima a paisagem da favela de símbolos turísticos reconhecidos do Rio de Janeiro, como o Cristo Redentor e a Baía de Guanabara — relação central na linguagem de Orfeu (1999) e nas composições festivas de Quando o Carnaval Chegar (1972) —, evidenciando a coexistência de diferentes dimensões da paisagem urbana.

A dimensão cultural, por sua vez, atravessa essas paisagens e faz com que ultrapassem sua dimensão estritamente visual. Samba, carnaval, festas, música e práticas populares aparecem associados às ruas, morros, pensões e comunidades, atribuindo identidade aos lugares, dinâmica observada em Quando o Carnaval Chegar (1972) e Orfeu (1999). Essa relação aproxima-se de Gastal (2005), ao compreender que as imagens dos lugares participam da construção simbólica dos destinos turísticos, selecionando elementos da realidade e contribuindo para a formação de expectativas e imaginários sobre os espaços. No conjunto analisado, a cultura não aparece apenas como complemento da paisagem, mas como elemento capaz de produzir significados sobre os territórios e reforçar sua identidade.

Observadas em conjunto, essas representações revelam que a filmografia de Diegues amplia o imaginário turístico do Rio de Janeiro ao incorporar paisagens frequentemente ausentes das representações promocionais da cidade. Essa ampliação encontra

correspondência nas transformações do próprio fenômeno turístico. Em 2026, a Embratur lançou uma edição da série "Turismo Transforma" dedicada às favelas do Rio de Janeiro, contemplando comunidades como Vidigal, Rocinha, Providência e Mangueira, com destaque para suas manifestações culturais, gastronômicas e artísticas e para o protagonismo dos moradores (Embratur, 2026). A representação cinematográfica desses territórios, nesse sentido, dialoga com um movimento contemporâneo de ampliação do olhar turístico sobre espaços populares.

Fora do Rio de Janeiro, a paisagem aparece fortemente associada ao deslocamento e à diversidade regional. A viagem funciona, nesse conjunto, como recurso para apresentar a diversidade do território brasileiro, permitindo ao espectador percorrer diferentes expressões da brasilidade. O interior, portanto, não é apresentado como espaço homogêneo, mas como território múltiplo, marcado por diferentes paisagens, modos de vida e processos de ocupação.

As estradas assumem, nesse contexto, uma função que ultrapassa a simples conexão entre localidades. Elas possibilitam o contato com diferentes configurações territoriais e revelam transformações provocadas pela modernização, pela expansão das rodovias e pela chegada de novas formas de comunicação e consumo. A circulação pelo sertão nordestino, pelo rio São Francisco, pela Transamazônica e por áreas da região amazônica evidencia um território em transformação, no qual práticas culturais e formas tradicionais de sociabilidade convivem com processos de modernização, migração e mudanças nas formas de ocupação territorial. A própria viagem torna-se, assim, uma forma de descoberta do território e de construção de significados sobre os lugares. A presença de estruturas itinerantes, como a lona circense, emblemática na jornada da Caravana Rolidei em Bye Bye Brasil (1979) e no universo lírico de O Grande Circo Místico (2018), conversa com a ideia de uma paisagem móvel, capaz de transformar temporariamente o espaço cotidiano em território extraordinário.

Os litorais baiano e alagoano, o rio São Francisco, as dunas de Mangue Seco, o cerrado e as formações rochosas do Jalapão são apresentados em relação às experiências, deslocamentos e práticas culturais dos personagens. Praias, dunas e áreas costeiras assumem dimensões simbólicas de liberdade, convivência e afetividade, evidenciando que a paisagem adquire significado pelas formas de apropriação e experiência do território, em diálogo com Santos (1996). A recorrente associação do litoral à beleza, liberdade e afetividade também contribui para a construção de imagens e expectativas sobre esses espaços, aproximando-se de Gastal (2005).

Nas obras de caráter histórico, a paisagem deixa, assim, de ser mero pano de fundo para converter-se em espaço de resistência, disputa territorial e afirmação da cultura afro-brasileira. A arquitetura, as formações naturais e os espaços rurais e urbanos contribuem para a construção de uma memória territorial que amplia o imaginário turístico para além das paisagens naturais e dos destinos tradicionalmente promovidos. A atratividade do território nacional passa a ser associada também ao patrimônio cultural, à memória histórica e às lutas sociais que contribuíram para a formação do país.

A recorrência desses elementos permite observar que a paisagem, na filmografia de Cacá Diegues, resulta de uma seleção e de uma construção narrativa que atribui visibilidade e significado a determinados lugares, práticas e formas de ocupação. Praias, sertões, rios, morros, periferias, pequenas cidades, cenários históricos, estradas, comunidades e

espaços cotidianos são apresentados como componentes de uma representação territorial plural, na qual natureza, cultura e sociedade se articulam. Essa perspectiva aproxima-se de Mendes (2022), ao considerar o cinema como uma forma de reinvenção do território brasileiro, na medida em que a representação audiovisual pode atribuir novos sentidos aos lugares e ampliar as formas pelas quais são imaginados.

Hospitalidade à Brasileira

A categoria Hospitalidade revelou que o acolhimento é recorrente na filmografia de Cacá Diegues, manifestando-se por meio de convivência, reciprocidade, compartilhamento e pertencimento em situações de viagem, hospedagem, refeições, festas, relações familiares, vizinhança e integração comunitária. Essa compreensão ultrapassa a prestação de serviços e aproxima-se de Camargo (2004), para quem a hospitalidade envolve acolher, receber e estabelecer vínculos. Os achados também dialogam com Bueno (2016), ao evidenciarem que as práticas hospitaleiras são construídas culturalmente e refletem os modos de convivência e organização social dos grupos.

O acolhimento daquele que chega constitui um dos padrões identificados. Nas diferentes narrativas, a chegada a um espaço desconhecido é frequentemente acompanhada por gestos de solidariedade, oferta de informações, alimentos, apoio, hospedagem e possibilidades de inserção. Essa dimensão afetiva e acolhedora transparece em momentos constitutivos de pertencimento, como no emblemático abraço entre mãe e filho no morro em Quando o Carnaval Chegar (1972) ou na sociabilidade cotidiana entre vizinhos retratada em Chuvas de Verão (1978). A hospitalidade, nesse sentido, não se limita a receber fisicamente o outro, mas envolve criar condições para sua integração ao espaço e às relações nele estabelecidas. A hospitalidade, nesse sentido, não se limita a receber fisicamente o outro, mas envolve criar condições para sua integração ao espaço e às relações nele estabelecidas. Essa percepção reforça a concepção de Camargo (2004), segundo a qual a hospitalidade pressupõe uma relação entre quem recebe e quem é recebido, produzindo vínculos a partir do encontro. Na filmografia analisada, esse processo também aparece associado ao reencontro com pessoas, memórias e lugares, fazendo com que o acolhimento possa assumir diferentes significados conforme a experiência vivenciada.

A convivência cotidiana constitui outro aspecto recorrente. Relações de vizinhança, conversas, encontros, celebrações e compartilhamento de espaços demonstram que a hospitalidade pode ocorrer mesmo quando não existe um visitante formalmente identificado. Os ambientes residenciais, as ruas e os espaços comunitários tornam-se lugares de aproximação, nos quais o acolhimento se manifesta pela disponibilidade para conviver e compartilhar experiências. Esse resultado aproxima-se de Bueno (2016), ao compreender a hospitalidade como prática social e culturalmente construída, e permite observar que o ato de receber não está necessariamente vinculado a uma estrutura formal de hospedagem. A hospitalidade aparece, assim, incorporada às práticas ordinárias de sociabilidade.

A reciprocidade mostrou-se fundamental nessas relações, especialmente através do compartilhamento de alimentos, do espaço, do tempo e das experiências. A alimentação ultrapassa a função material e assume significado social, favorecendo comunicação, aproximação e participação. Esse resultado dialoga com Mauss (2003), para quem a troca envolve dar, receber e retribuir, estabelecendo vínculos entre os sujeitos. Na filmografia analisada, mesmo sem retribuição material explícita, o compartilhamento produz reciprocidade simbólica e fortalece relações de proximidade e pertencimento, aproximando-se também de Camargo (2004).

A participação comunitária constitui outro padrão identificado. Manifestações como música, samba, carnaval, festas, celebrações e outras práticas culturais funcionam como formas de integração, permitindo que indivíduos inicialmente externos participem das dinâmicas coletivas dos lugares. O visitante, em determinadas situações, deixa momentaneamente a condição de estranho e passa a compartilhar experiências com aqueles que habitam o território. Essa dimensão reforça a perspectiva de Bueno (2016), segundo a qual a hospitalidade está relacionada às práticas culturais e aos modos pelos quais os grupos estabelecem relações de convivência. Também evidencia a dimensão da reciprocidade discutida por Mauss (2003), uma vez que a participação em uma experiência coletiva pressupõe abertura para receber e, simultaneamente, disposição para estabelecer relações com o outro.

O encontro entre diferentes universos culturais amplia essa compreensão. A presença de personagens que chegam a espaços desconhecidos evidencia processos de aproximação, estranhamento, adaptação e transformação recíproca. Quem chega é confrontado com costumes, relações familiares e códigos culturais diferentes, mas também interfere nas dinâmicas do lugar que encontra. A hospitalidade, portanto, não se configura como uma relação unilateral entre anfitrião e visitante, mas como uma experiência na qual ambos podem ser transformados pelo encontro. Essa interpretação aproxima-se de Stefanini (2018), ao compreender a hospitalidade como fenômeno relacional construído na interação com o outro. Na filmografia analisada, viajar significa, nesse sentido, não apenas deslocar-se pelo território, mas entrar em contato com diferentes modos de vida e produzir novas experiências a partir desses encontros.

Ao mesmo tempo, os resultados evidenciaram que acolhimento e conflito podem coexistir. As relações de hospitalidade são atravessadas por julgamento, curiosidade, preconceito, desigualdades, diferenças de classe, controle social e exclusão. O pertencimento não aparece, portanto, como condição automática, mas como possibilidade construída e, em determinadas situações, condicionada por normas e valores compartilhados. Esse achado tensiona uma visão essencializada da hospitalidade como característica naturalmente atribuída ao povo brasileiro, demonstrando que receber o outro também pode envolver mecanismos de controle sobre quem é considerado pertencente ou autorizado a participar. A hospitalidade revela-se, assim, ambivalente: pode produzir aproximação, solidariedade e integração, mas também estabelecer fronteiras sociais e simbólicas.

Essa ambivalência permite compreender que a chamada “hospitalidade à brasileira” identificada na pesquisa não corresponde a uma essência nacional ou a um comportamento homogêneo, mas a um conjunto de práticas relacionais construídas em situações concretas de encontro. Os resultados dialogam com Camargo (2004), ao compreender a hospitalidade como relação de acolhimento; com Bueno (2016), ao

evidenciar seu caráter cultural; com Mauss (2003), ao identificar o compartilhamento e a reciprocidade como elementos constitutivos das relações; e com Stefanini (2018), ao destacar o encontro com o outro como fundamento da experiência hospitaleira. A análise também se aproxima de Gastal (2005), uma vez que as experiências de convivência, encontro e pertencimento contribuem para atribuir significados aos lugares e para a construção de suas imagens.

No contexto turístico, essa articulação torna-se particularmente relevante. A experiência de um destino não depende somente de seus atrativos, paisagens ou infraestrutura, mas também das relações estabelecidas durante a permanência e a circulação pelo território. Nesse sentido, a hospitalidade participa da construção simbólica dos lugares, conforme a perspectiva de Gastal (2005), ao integrar experiências vividas às imagens e significados associados aos destinos. A filmografia de Diegues contribui para esse imaginário ao apresentar um Brasil no qual viajar envolve encontrar pessoas, participar de manifestações culturais, compartilhar experiências e estabelecer vínculos. A hospitalidade, portanto, não aparece apenas como condição da experiência turística, mas como elemento que contribui para a própria forma como os territórios são vivenciados, significados e imaginados.

Síntese do imaginário turístico construído pela filmografia

A análise conjunta das categorias permite identificar uma relação complementar entre paisagem e hospitalidade. A primeira contribui para visualizar, imaginar e atribuir significado aos territórios; a segunda permite experimentá-los por meio das relações estabelecidas com aqueles que os habitam. Dessa articulação resulta um imaginário turístico no qual o Brasil não é reduzido à contemplação de paisagens naturais ou monumentais, mas apresentado como território vivido, culturalmente diverso e socialmente contraditório.

Esse resultado aproxima-se de Silva et al. (2019), ao compreender que imagem e imaginário participam da experiência turística, e de Mendes (2022), ao considerar o cinema como forma de reinvenção do território. As representações cinematográficas analisadas selecionam paisagens e experiências e lhes atribuem significados que ultrapassam a dimensão estética, contribuindo para a formação de expectativas sobre os lugares.

Como síntese dos elementos recorrentes identificados, foi produzida uma composição visual por meio do Adobe Firefly e posteriormente organizada no Canva. A imagem reúne elementos associados às duas categorias de análise, articulando paisagens litorâneas e urbanas, diversidade cultural, deslocamento, encontro, presente e passado.

A composição visual sintetiza a compreensão de que o imaginário turístico construído pela filmografia analisada é simultaneamente paisagístico e humano. A atratividade dos territórios não decorre apenas de sua aparência, mas também das práticas culturais, relações sociais, memórias, afetos e formas de acolhimento que os atravessam.

Dessa maneira, o conjunto dos resultados demonstra que Cacá Diegues constrói uma representação turística do Brasil marcada pela pluralidade. Sua obra amplia o repertório imagético nacional ao incorporar territórios populares, paisagens cotidianas, espaços históricos e diferentes formas de sociabilidade. Ao mesmo tempo, evita apresentar a hospitalidade como característica homogênea, evidenciando que acolhimento e conflito, pertencimento e exclusão podem coexistir.

Conclusão

Para além de inventariar cenários ou mapear relações interpessoais, o atendimento a esta etapa da pesquisa fundamenta-se na apreensão da linguagem cinematográfica de Cacá Diegues como um vetor plástico e ideológico de produção do espaço. Ao manipular enquadramentos, iluminação e contrastes cromáticos , oscilando entre a luminosidade crua dos sertões e as atmosferas sombrias e festivas dos territórios urbanos, a direção de Diegues recusa a simples função contemplativa do cartão-postal. Em seu lugar, estabelece um repertório de imagens em que o apelo estético se articula indissociavelmente à crítica socioespacial, reposicionando a apreensão do território brasileiro sob a ótica de um imaginário turístico plural e reflexivo.

A síntese visual desse imaginário, capturada e tensionada nas representações de sua obra, evidencia que a atratividade do Brasil não decorre de uma exotização estática do território, mas da vivacidade das dinâmicas populares, dos conflitos de classe e do sentimento de pertencimento que atravessam suas paisagens. Dessa forma, o estudo demonstra como o audiovisual pode instrumentalizar um turismo mais reflexivo, apto a transcender os clichês promocionais e valorizar a densidade cultural, a memória histórica e a hospitalidade vivida no cotidiano brasileiro.

Reconhece-se como maior limitação da pesquisa a impossibilidade de entrevista com o respectivo cineasta (falecido em 2025). É certo que essa fonte direta traria ainda mais elementos para a análise deste artigo. Nesse sentido, também é possível identificar lacunas que podem ser preenchidas em pesquisas futuras, como análise do olhar de espectadores nacionais e internacionais dos filmes de Cacá Diégues, e possibilidades de turismo cinematográfico em cidades-destinos-locações de seus filmes.

Referências

ASTORINO, C. M. Cinema and Tourism. Revista Turismo Em Análise, v. 30, n. 3, p. 539-561, 2019. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v30i3p539-561.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Piranhas (AL). Brasília, DF: IPHAN, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Brasil na BTL 2026: Ministério do Turismo apoia lançamento de produção audiovisual sobre potencial inclusivo das favelas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/brasil-na-btl-2026-ministerio-do-turismo-apoia-lancamento-de-producao-audiovisual-sobre-potencial-inclusivo-das-favelas. Acesso em: 20 ago. 2026.

BUENO, Marielys Siqueira. Hospitalidade à brasileira: os aspectos culturais e a cordialidade. São Paulo: Aleph, 2016.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade. São Paulo: Aleph, 2004.

DIEGUES, Cacá. Vida de cinema: antes, durante e depois do Cinema Novo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

EMBRATUR. “Turismo Transforma: Favelas do Rio de Janeiro” revela o protagonismo das comunidades na promoção internacional do Brasil. 24 mar. 2026. Disponível em: https://embratur.com.br/2026/03/24/turismo-transforma-favelas-do-rio-de-janeiro-revela-o-protagonismo-das-comunidades-na-promocao-internacional-do-brasil/. Acesso em: 31 ago. 2026.

GASTAL, Susana. Turismo, imagens e imaginários. São Paulo: Aleph, 2005.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENDES, R. O cinema e a reinvenção do território brasileiro. São Paulo: Editora Universitária, 2022.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROCHA, Glauber. Revolução do Cinema Novo. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

SILVA, L. F. et al. Cinema e a construção do imaginário turístico brasileiro: Uma análise interdisciplinar. Turismo: Visão e Ação, v. 21, n. 3, p. 345-367, 2019. DOI: https://doi.org/10.14210/rtva.v21n3.p345-367.

STEFANINI, C. J. Hospitalidade nas relações humanas: perspectivas e dinâmicas do acolhimento. São Paulo: Papirus, 2018.

XAVIER, Ismail. O cinema brasileiro moderno. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Anexos

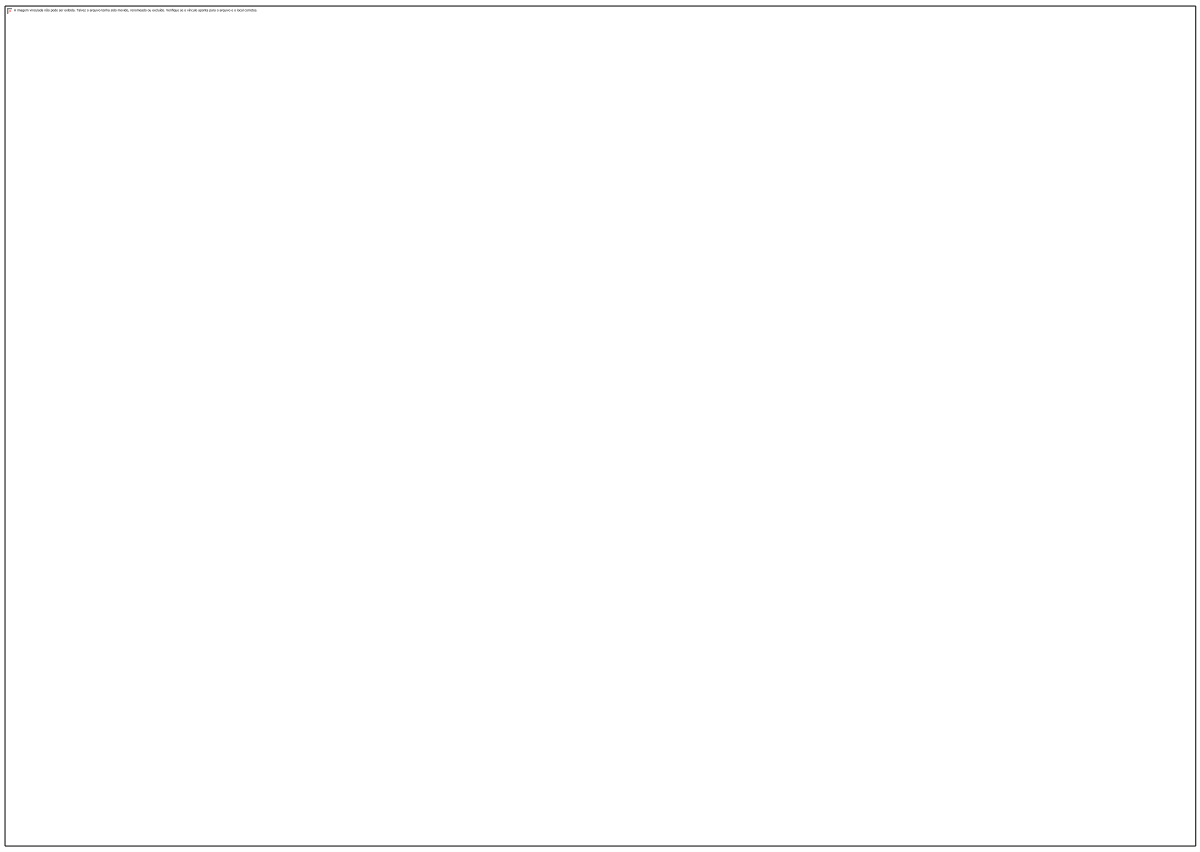


Figura 1 – Representações da paisagem e de suas formas de apropriação na filmografia de Cacá Diegues. (1) Orfeu (1999): articulação entre a paisagem do morro e o Cristo Redentor, aproximando território popular e cartão-postal carioca; (2) Tieta (1996):

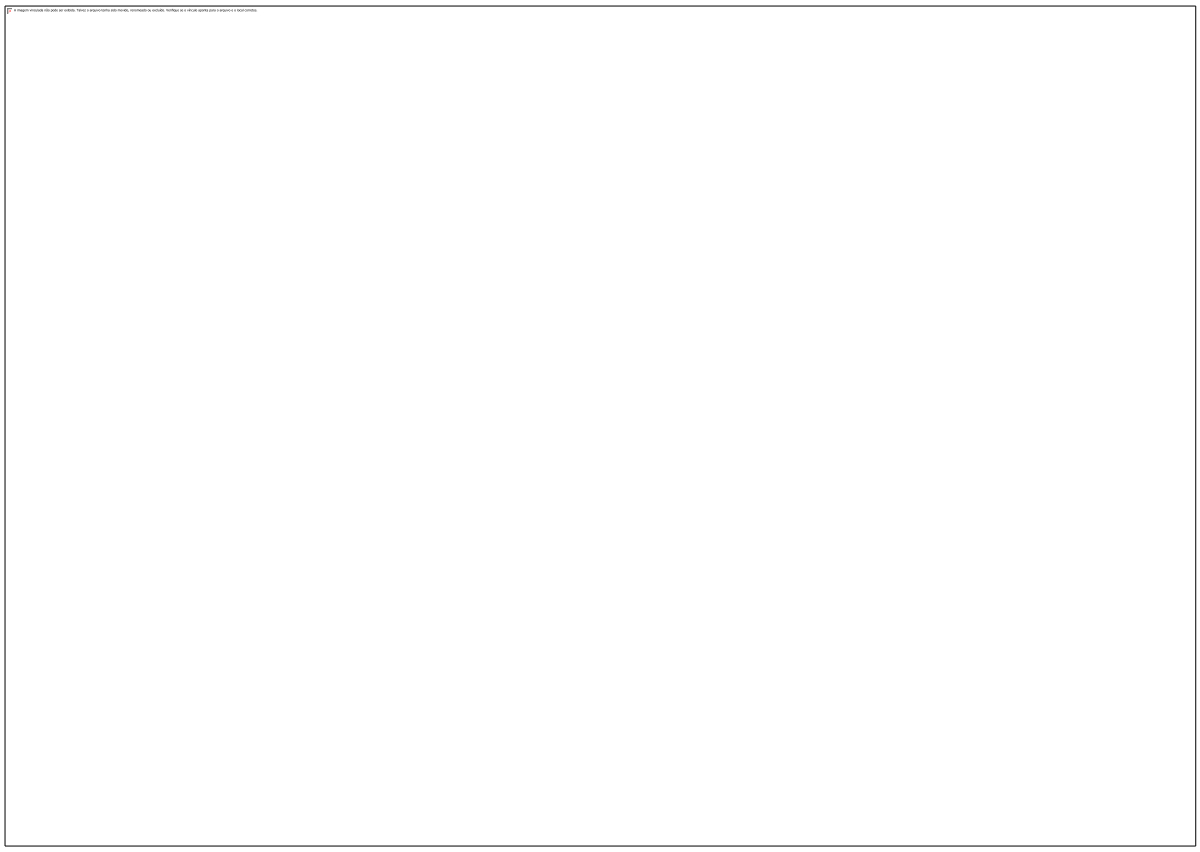


Figura 2 – Representações da hospitalidade e de suas formas de apropriação na filmografia de Cacá Diegues. (1) Chuvas de Verão (1978): sociabilidade e encontros entre conhecidos; (2) Tieta (1996): comensalidade como momento de descontração, conversas e e

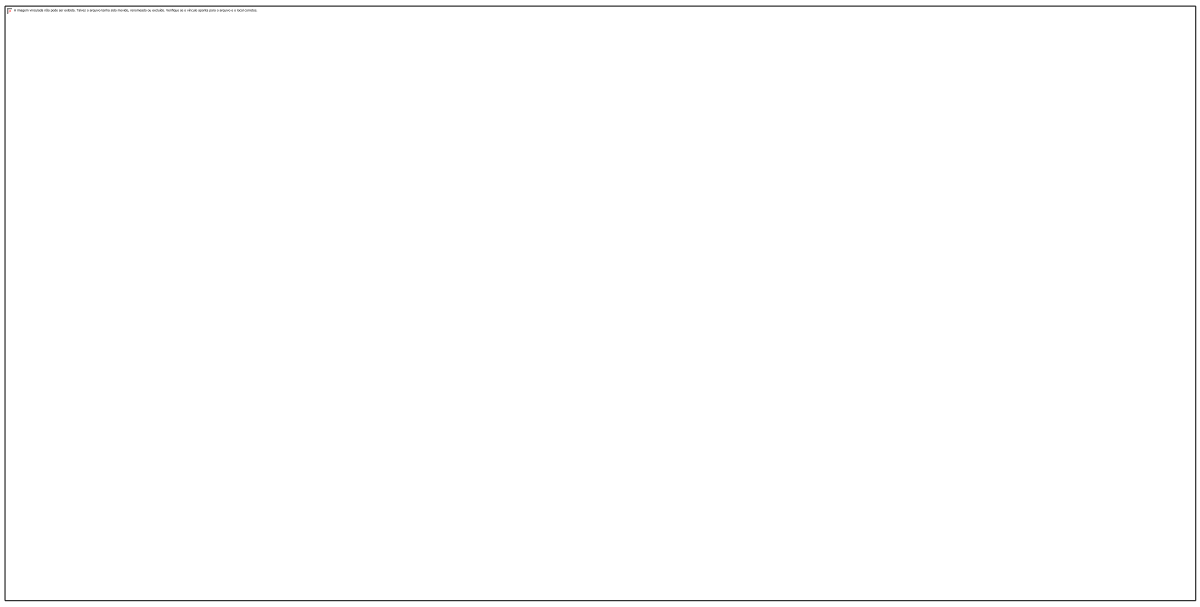


Figura 3 – Composição visual do imaginário turístico brasileiro construído a partir da categoria paisagem presente na filmografia de Cacá Diegues, elaborada com auxílio da ferramenta Adobe Firefly. e posteriormente aprimorada no aplicativo Canva

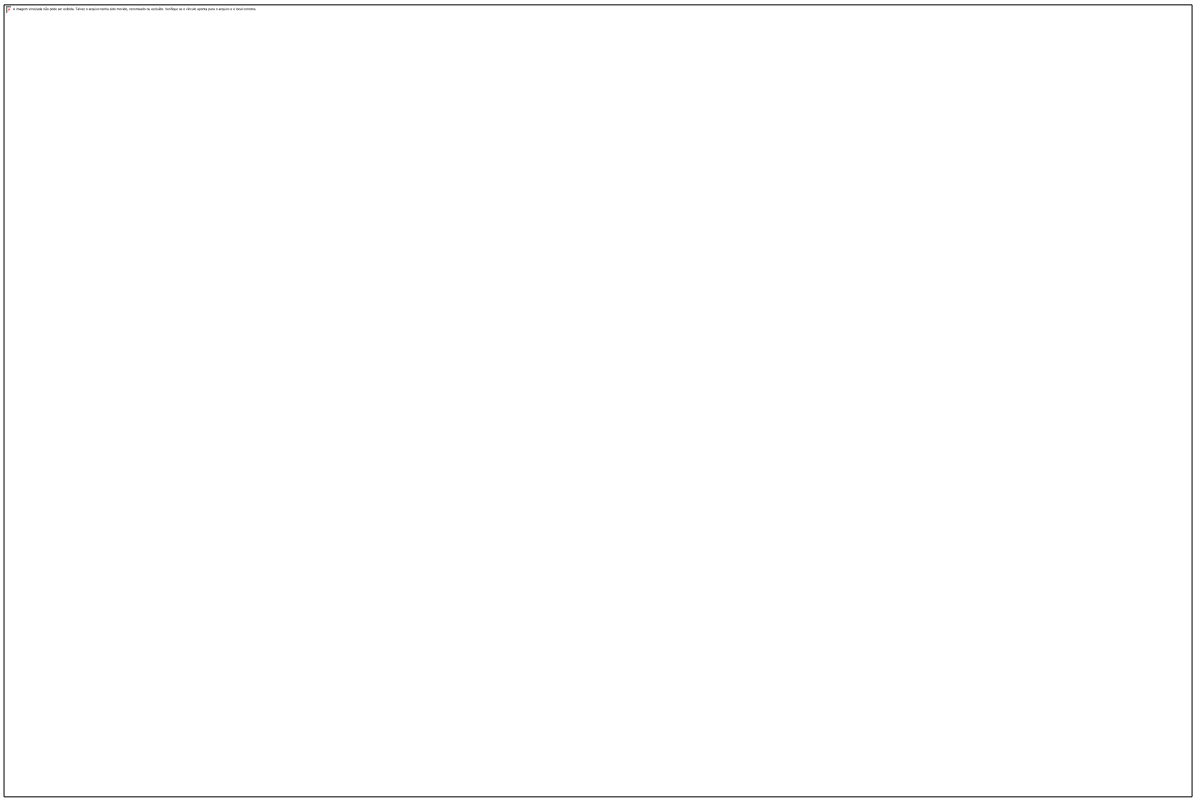
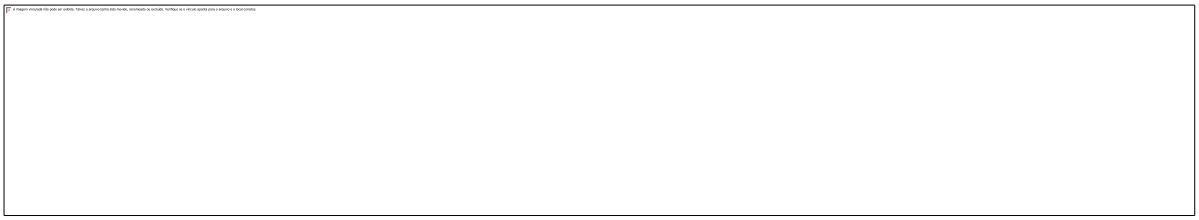


Figura 4 – Composição visual do imaginário turístico brasileiro a partir da categoria hospitalidade presente na filmografia de Cacá Diegues, elaborada com auxílio da ferramenta Adobe Firefly e posteriormente aprimorada no aplicativo Canva.



Quadro 1: Unidades utilizadas na análise de conteúdo fílmico

CÓDIGO: HS1263

AUTOR: KAROLYNE ELEUZA DE OLIVEIRA DUARTE LIMA

ORIENTADOR: MARCONI NEVES MACEDO

TÍTULO: O Financiamento Público da Educação Superior: Desafios Metodológicos na Coleta de Dados Orçamentários do REUNI (2008-2012)

Resumo

Este artigo investiga desafios metodológicos e documentais na identificação, rastreabilidade e consolidação dos registros orçamentários do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. O objetivo é analisar o percurso para reconstrução histórica do financiamento e examinar a distribuição das dotações entre instituições e regiões. Na pesquisa documental exploratória (2008 a 2012), consultaram-se os Relatórios de Gestão das universidades, que evidenciaram severas limitações de padronização, exigindo cruzamento institucional via plataforma Fala.BR. As orientações oficiais direcionaram o levantamento ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), revelando organização orçamentária onde a Ação agregadora 8282 dividia espaço com classificadores e ações institucionais específicas, como a Ação 119N. A consolidação metodológica gerou uma base quantitativa de 54 universidades federais, cujo montante global de Dotação Atual orçada foi atualizado monetariamente pelo IPCA com a Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil para junho de 2026. Conclui-se que a fragmentação documental é barreira orgânica à reprodutibilidade de avaliações do financiamento da educação, impondo à pesquisa metodologias de triangulação para superar a baixa comparabilidade direta entre contas institucionais e orçamento federal agregado.

Palavras-chave: REUNI; Educação Superior; Financiamento Público; Orçamento Público

TITLE: Public Financing of Higher Education: Methodological Challenges in Collecting REUNI Budget Data (2008–2012)

Abstract

This article investigates the methodological and documentary challenges involved in identifying, tracking, and consolidating budgetary records for the Program to Support the Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI), established by Decree No. 6,096/2007. The objective is to analyze the process of historically reconstructing funding data and to examine the distribution of budget allocations across institutions and regions. An exploratory documentary study (covering 2008–2012) consulted university management reports, which revealed significant standardization limitations, necessitating cross-referencing of institutional data via the Fala.BR platform. Official guidelines directed the data collection to the Integrated Planning and Budget System (SIOP), revealing a budgetary structure in which the aggregating Action 8282 coexisted with specific institutional classifiers and actions, such as Action 119N. Methodological consolidation resulted in a quantitative dataset comprising 54 federal universities; the total budgeted allocation amounts were inflation-adjusted using the IPCA index via Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil to reflect June 2026 values. The study concludes that documentary fragmentation acts as an inherent barrier to the reproducibility of assessments regarding education funding, compelling researchers to employ triangulation methodologies to overcome the lack of direct comparability between institutional accounts and the aggrega

Keywords: REUNI; Higher Education; Public Financing; Public Budget

Introdução

A partir do início dos anos 2000, a educação superior brasileira vivenciou um período de intensas transformações, impulsionadas pela necessidade de ampliação do acesso e pela reconfiguração do papel do Estado na formulação de políticas educacionais. Em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE/2001), o Governo Federal assumiu uma postura indutora na promoção da expansão da rede pública (SALES et al., 2019). Esse movimento estratégico buscou reverter as limitações históricas de oferta de vagas, articulando ações coordenadas para fomentar o crescimento e a interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Nesse cenário de consolidação de políticas expansionistas, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), formalizado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a). O propósito normativo central consistiu em dotar as instituições das condições necessárias para a ampliação do acesso e da permanência na graduação, promovendo o melhor aproveitamento da infraestrutura física e dos recursos humanos (BRASIL, 2007a). O decreto fixou metas audaciosas, como a elevação da taxa de conclusão presencial para noventa por cento e a relação de dezoito estudantes por professor (BRASIL, 2007a). Além de indicadores numéricos, o programa exigiu das IFES a flexibilização curricular, a ampliação de cursos noturnos e a formulação de políticas de inclusão (BRASIL, 2007b; SALES et al., 2019).

A materialização dessa profunda expansão acadêmica e estrutural dependia intrinsecamente da viabilização de financiamento público. As Diretrizes Gerais do programa documentaram essa dimensão financeira, sinalizando uma previsão inicial de investimentos na ordem de R$ 2 bilhões destinados a suportar o redimensionamento das instituições federais (BRASIL, 2007b). A compreensão rigorosa da política pública exige, consequentemente, a análise de como esses recursos orçamentários foram previstos, identificados e distribuídos ao longo de sua vigência.

Contudo, a identificação retrospectiva desses recursos suscita uma complexa questão metodológica relacionada à localização, rastreabilidade e comparabilidade dos registros orçamentários históricos. A reconstrução do financiamento de programas governamentais exige o cruzamento de informações geradas em diferentes níveis, desde os relatórios institucionais até os grandes sistemas de planejamento federal, o que impõe a necessidade de formular uma estratégia documental rigorosa para localizar e consolidar esses dados.

Diante do desafio metodológico de rastrear o financiamento público destinado a essa política, a questão de pesquisa que orienta este estudo é: quais são os desafios metodológicos envolvidos na identificação e consolidação dos registros orçamentários do programa REUNI, e o que a base de dados construída permite observar sobre a distribuição desses recursos entre as universidades e regiões do país no período de 2008 a 2012?

Para responder a essa problemática, o presente artigo possui o objetivo geral de analisar o processo de identificação e consolidação dos dados orçamentários relacionados ao REUNI instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, bem como examinar a distribuição institucional e regional dos valores identificados. De maneira específica, o estudo busca mapear as estratégias e limitações da busca documental em fontes oficiais e refletir sobre os padrões de alocação orçamentária entre as instituições participantes.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se metodologicamente como uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa, fundamentada no delineamento de pesquisa documental baseada em documentos e bases governamentais. O objeto central de investigação é o financiamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. O recorte temporal da coleta dos dados orçamentários corresponde aos exercícios financeiros de 2008 a 2012. A trajetória metodológica foi estruturada para identificar e consolidar os registros orçamentários do programa, exigindo uma estratégia documental que articulou diferentes fontes oficiais e níveis de informação institucional e federal.

A estratégia de identificação dos dados orçamentários considerou, inicialmente, a consulta aos Relatórios de Gestão anuais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), referentes ao período de 2008 a 2012, para tentar identificar e extrair as dotações relacionadas ao REUNI no nível individualizado das universidades. Contudo, a consulta a esses documentos institucionais precisou ser complementada pela utilização de outras bases governamentais centralizadas. Com o objetivo de obter uma base oficial que permitisse identificar os valores associados ao programa por universidade, foi realizada uma solicitação formal de acesso à informação ao Ministério da Educação (MEC), por meio da plataforma Fala.BR. O recurso a essa ferramenta justificou-se pela necessidade de identificar os caminhos institucionais para a extração dos valores. As orientações obtidas por meio dessa solicitação foram consideradas na definição das fontes e classificadores posteriormente utilizados no levantamento.

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) foi utilizado como fonte central para extração dos dados orçamentários referentes aos exercícios de 2008 a 2012, por concentrar os registros oficiais do Governo Federal. O procedimento de busca no SIOP teve como referência inicial a Ação Orçamentária 8282 (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Além da consulta à Ação 8282, foram realizadas consultas individualizadas por universidade, considerando-se também as ações orçamentárias específicas relacionadas ao REUNI identificadas no nível institucional durante o levantamento. Durante as consultas, os procedimentos de coleta registraram o Grupo de Natureza de Despesa (GND), identificando as dotações classificadas como GND 3 (Outras Despesas Correntes) e GND 4 (Investimentos). A variável orçamentária definida para a extração e construção da base foi a Dotação Atual, selecionada por representar a autorização orçamentária, não devendo ser confundida com a execução financeira, como valores empenhados, liquidados ou pagos. Para manter a uniformidade na coleta da série histórica, adotou-se como referência temporal a posição da Dotação Atual no mês de dezembro de cada exercício analisado.

Os registros orçamentários extraídos do SIOP foram organizados em uma planilha estruturada para permitir a consolidação da base de dados. O instrumento registrou as seguintes variáveis: nome da universidade, região geográfica, ano, código da ação orçamentária, denominação da ação, valor nominal da Dotação Atual e o respectivo valor com correção monetária. O universo analítico da pesquisa corresponde às universidades federais para as quais foram identificados e consolidados registros orçamentários vinculados ao REUNI durante o período de abrangência do estudo. Para viabilizar a comparação dos valores orçamentários referentes aos diferentes exercícios, procedeu-se à atualização monetária dos montantes empregando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil. Para cada ano da série (2008 a 2012), adotou-se dezembro do respectivo ano como mês de referência inicial dos valores originais, atualizando-os para a referência final de junho de 2026. A correção monetária objetivou expressar as dotações de diferentes exercícios em uma mesma referência, permitindo sua comparação no período analisado.

A fase final do percurso metodológico consistiu no estabelecimento de parâmetros para a análise estatística descritiva dos dados consolidados, considerando o volume total das dotações identificadas, sua evolução ao longo dos exercícios e a distribuição dos valores entre as universidades e as regiões geográficas do país. Para a análise regional, adotou-se a comparação proporcional entre a composição institucional da base e a distribuição orçamentária dos valores identificados, compreendendo duas dimensões. A participação institucional foi obtida dividindo-se o número de universidades de determinada região pelo total analisado na base, multiplicando-se por cem. A participação orçamentária foi obtida pela divisão da soma da Dotação Atual corrigida das universidades da região pela soma total da Dotação Atual corrigida identificada na pesquisa, multiplicada por cem. A partir desses indicadores, calculou-se também a diferença, em pontos percentuais, entre a participação institucional e a participação orçamentária de cada região. Esse procedimento permitiu comparar a proporção de universidades presentes em cada região com sua participação no total das dotações identificadas, constituindo a base quantitativa para a análise da distribuição regional apresentada nos resultados.

Resultados e Discussões

A presente pesquisa sobre os registros orçamentários do REUNI evidenciou que a reconstrução retrospectiva das dotações constitui um desafio metodológico relacionado à forma como o financiamento público é organizado e documentado no nível institucional. A consulta primária aos Relatórios de Gestão das universidades, correspondentes aos exercícios de 2008 a 2012, demonstrou limitações de rastreabilidade. A análise revelou a indisponibilidade histórica para determinados anos em algumas instituições e, estruturalmente, a ausência de rubricas contábeis padronizadas que permitissem isolar as dotações específicas do programa. Na maioria dos casos verificados, os valores orçamentários associados ao REUNI encontravam-se agregados ao orçamento geral das universidades, o que inviabilizou a extração individualizada das dotações a partir exclusivamente dessas fontes institucionais.

Diante da insuficiência das fontes locais, a estratégia metodológica recorreu à plataforma Fala.BR. A solicitação formal de acesso à informação encaminhada ao Ministério da Educação (MEC) buscou obter uma base consolidada que permitisse identificar os valores orçamentários associados ao programa de forma individualizada por universidade. A resposta oficial informou a inexistência de uma base de dados centralizada com esse nível de detalhamento, orientando a pesquisa a realizar o levantamento diretamente no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), utilizando como parâmetro a Ação Orçamentária 8282.

Esse percurso evidencia um padrão na arquitetura da informação governamental sobre a política pública: a localização dos dados exigiu a circulação entre diferentes níveis e sistemas. A ausência de detalhamento padronizado nos relatórios institucionais direcionou a busca para os sistemas federais de

planejamento; no entanto, a estrutura macro desses sistemas exigiu o cruzamento de classificadores para decodificar a alocação no nível micro. Os documentos analisados mostram que a fragmentação dos registros e as dificuldades de correspondência entre as diferentes fontes constituíram obstáculos à consolidação das dotações do REUNI no nível institucional.

As consultas ao SIOP, orientadas pelas respostas institucionais, indicaram a complexidade da classificação orçamentária. A Ação Orçamentária 8282 (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) constituiu uma das principais referências utilizadas para a identificação dos registros relacionados ao REUNI, atuando como chave macroestrutural nos programas federais do período. Durante a coleta, observou-se que as dotações estavam distribuídas principalmente entre o Grupo de Natureza de Despesa 3 (Outras Despesas Correntes) e o Grupo de Natureza de Despesa 4 (Investimentos).

Entretanto, as consultas individualizadas evidenciaram que a identificação das dotações associadas ao REUNI não se restringia unicamente a essa ação agregadora. A base de dados mostrou que a organização orçamentária exigia a identificação da Unidade Orçamentária (UO) específica de cada instituição, bem como de suas ações orçamentárias próprias e classificadores de recursos. A pesquisa identificou, por exemplo, a existência de ações orçamentárias específicas no nível institucional, como a ação "119N – REUNI – Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Vale do São Francisco". Além das ações, identificou-se a utilização de classificadores de recursos próprios, a exemplo do código "93209 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco", associado à Unidade Orçamentária 26230 (UNIVASF).

A constatação de que algumas universidades apresentaram registros classificados em ações orçamentárias e códigos de recursos específicos mostra que as consultas indicaram a necessidade de considerar também registros específicos por unidade orçamentária. O método exigiu a verificação detalhada por Unidade Orçamentária, evidenciando as dificuldades de consolidação e correspondência entre os registros para unificar os dados orçamentários do programa em uma consulta simples.

A planilha estruturada pela pesquisa permitiu consolidar quantitativamente as dotações destinadas ao programa. O universo analítico final englobou 54 universidades federais presentes na base, as quais apresentaram registros orçamentários vinculados ao REUNI no período de 2008 a 2012. O somatório global da Dotação Atual, com os valores originais atualizados pelo IPCA utilizando a Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil para a referência de junho de 2026, totalizou R$ 12.228.962.140,92.

Embora o período analisado compreenda cinco exercícios financeiros, a estruturação da base de dados consolidada parametrizou os valores corrigidos totais por instituição, limitando o desdobramento seguro de uma série histórica de evolução anual estritamente em valores atualizados. Por esse motivo metodológico, a análise concentra-se na distribuição institucional acumulada e na espacialização regional das dotações corrigidas.

A distribuição desse montante total apresentou concentrações institucionais relevantes. Conforme apresentado na Tabela 1, os cálculos realizados a partir da planilha demonstram que a instituição com a maior Dotação Atual corrigida (UFRJ) concentrou, individualmente, 5,55% de todo o orçamento identificado na base. As três instituições com maiores dotações (UFRJ, UFF e UFCE) somaram 14,41% do total identificado. Expandindo o escopo analítico, observa-se que as cinco universidades iniciais representaram 21,55% das dotações corrigidas, enquanto o grupo das dez instituições com maiores dotações respondeu por 37,41% do volume orçamentário consolidado na pesquisa. Esse padrão quantifica como os valores associados ao programa se distribuíram no conjunto de universidades analisadas.

A análise da distribuição regional buscou comparar a participação institucional (percentual de universidades de cada região em relação às 54 instituições) com a participação nas dotações (percentual da Dotação Atual corrigida correspondente a cada região). Conforme apresentado na Tabela 2, os resultados indicam que a Região Sudeste reúne aproximadamente um terço das universidades presentes na base (33,33%), mas concentra uma participação superior no total das dotações corrigidas (38,87%). Esse comportamento consolida o Sudeste como a região que possui o maior número de instituições analisadas e que também concentra a maior proporção orçamentária identificada. O Centro-Oeste apresenta um comportamento proporcional semelhante, reunindo 9,26% das universidades analisadas e 10,13% do total das dotações.

No Nordeste, a participação institucional (25,93%) é ligeiramente superior à participação da região no total das dotações identificadas (23,34%). A Região Norte reúne 14,81% das universidades presentes na base e concentra 11,66% das dotações corrigidas, evidenciando que sua participação nas dotações é inferior à sua participação institucional no conjunto. Na Região Sul, os indicadores apresentaram maior proximidade: a região representa 16,67% das universidades e responde por 15,99% das dotações corrigidas.

Do ponto de vista macro-regional, as comparações agregadas mostram que Sul e Sudeste representam conjuntamente 50,00% das universidades presentes na base e 54,87% das dotações corrigidas identificadas. Por sua vez, Norte e Nordeste reúnem 40,74% das universidades e 35,00% das dotações corrigidas identificadas na base.

A síntese quantitativa evidencia a existência de diferenças entre a distribuição institucional das universidades presentes na base e a participação nas dotações entre as regiões. Os dados mostram que o Sudeste concentra uma proporção das dotações superior à sua participação no número de instituições, enquanto Norte e Nordeste apresentam participação nas dotações inferior à sua representação institucional. No Sul, os dois percentuais apresentam maior proximidade, enquanto o Centro-Oeste registra valores também próximos. No nível micro, a distribuição evidenciou que as dez instituições com maiores valores concentraram 37,41% das dotações identificadas na base. Esses resultados descrevem o padrão de distribuição orçamentária documentado e

fornecem os dados necessários para a discussão metodológica subsequente da pesquisa.

O percurso metodológico delineado ao longo da pesquisa revela aspectos fundamentais sobre a transparência e a auditabilidade de políticas públicas federais de grande envergadura no Brasil. A tentativa inicial de reconstruir a trajetória orçamentária do REUNI a partir dos Relatórios de Gestão das universidades esbarrou em limitações documentais operacionais. As consultas a esses registros evidenciaram que a prestação de contas institucional frequentemente apresenta dotações agregadas, sem a individualização de rubricas específicas para programas de expansão plurianuais. Essa característica documental ilustra uma dispersão de informações e uma heterogeneidade contábil que dificultam o monitoramento retrospectivo descentralizado.

Em contraste com as limitações de recuperação documental e a dispersão de informações observadas na maioria das instituições, a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) constitui uma prática institucional relevante que merece especial destaque. A universidade mantém um portal específico dedicado ao programa (reuni.ufrn.br), atuando na preservação e disponibilização contínua de documentos e registros históricos sobre a sua implementação. Diante das dificuldades sistêmicas de acesso, fragmentação e rastreabilidade identificadas ao longo da pesquisa, essa iniciativa diferencia-se positivamente como um exemplo concreto de transparência e de manutenção de registros históricos de uma política pública. A manutenção desse espaço demonstra que a memória institucional perene, mesmo após o encerramento normativo de um programa, permanece indispensável para facilitar pesquisas retrospectivas e favorecer a governança da informação.

A necessidade de recorrer a instrumentos formais de acesso à informação, como a plataforma Fala.BR, e a posterior orientação para a utilização de bases federais sistêmicas, a exemplo do SIOP, demonstram que a obtenção de dados consolidados sobre o financiamento de políticas públicas exige circulação entre diferentes instâncias de controle. A ausência de uma base centralizada com detalhamento individualizado por universidade, conforme informado na resposta obtida, transferiu para a pesquisa a responsabilidade de estruturar uma estratégia de triangulação documental. Esse processo evidencia que a fragmentação das fontes e a baixa comparabilidade entre as contas institucionais e os sistemas centrais trazem consequências metodológicas para pesquisas retrospectivas sobre políticas públicas, elevando o custo metodológico de investigações que buscam mensurar o esforço orçamentário no nível micro.

A exploração da estrutura orçamentária encontrada no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) permitiu compreender a arquitetura contábil utilizada para viabilizar o REUNI. A Ação Orçamentária 8282 atuou como uma das principais referências para a identificação dos registros relacionados ao programa. Contudo, o avanço das consultas individualizadas demonstrou que a rastreabilidade orçamentária não se esgotava em um único classificador nacional. Identificou-se que a arquitetura orçamentária abrigava dotações

associadas a ações específicas no nível institucional, a exemplo da Ação 119N (Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Vale do São Francisco). Esse achado metodológico demonstra que a extração de dados históricos exige o conhecimento detalhado da estrutura orçamentária e o cruzamento de elementos por instituição. Uma consulta restrita exclusivamente à Ação Orçamentária 8282 poderia não recuperar registros específicos identificados nas buscas por instituição, reforçando que a reconstrução histórica demanda o cruzamento entre classificadores macro, ações específicas e classificadores de recursos microinstitucionais.

A consolidação da base de dados e a posterior atualização monetária permitiram mapear a dimensão e a espacialização das dotações identificadas no período. No plano institucional, os resultados demonstraram que as dotações identificadas não se distribuíram de forma uniforme entre as universidades presentes na base. A constatação de que as dez universidades com maiores dotações representam 37,41% do total identificado evidencia as diferenças distributivas entre as instituições analisadas.

No plano regional, a comparação entre a participação institucional e a participação nas dotações revela que a alocação dos registros orçamentários não reproduz exatamente a distribuição das universidades presentes na base. O Sudeste concentra uma proporção de dotações superior à sua representação no número de instituições. Por sua vez, as regiões Norte e Nordeste registram participações nas dotações inferiores às suas respectivas proporções de universidades. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, os indicadores mantêm maior proximidade.

Os dados descrevem para onde e em que proporção as dotações foram direcionadas, mas as informações extraídas das fontes orçamentárias não contêm variáveis suficientes para explicar causalmente as razões das diferenças observadas. Dessa forma, os resultados permitem identificar os padrões de distribuição institucional e regional, mas não determinar isoladamente os fatores explicativos dessas diferenças.

A interpretação dos achados deste estudo deve ser ponderada à luz de restrições metodológicas e documentais inerentes ao escopo da pesquisa. Em primeiro lugar, destaca-se a natureza da variável utilizada: a análise fundamenta-se estritamente na Dotação Atual registrada no SIOP. A Dotação Atual corresponde à autorização orçamentária e, portanto, os valores analisados não correspondem automaticamente a despesa empenhada, liquidada ou paga. Em segundo lugar, o recorte temporal restringe-se ao universo de 54 universidades federais presentes na base, para as quais foram identificados e consolidados registros relacionados ao REUNI. Por fim, o estudo oferece um panorama descritivo sobre a distribuição orçamentária. A análise mantém a delimitação rigorosa de não estabelecer explicações causais, uma vez que os dados permitem observar a distribuição das dotações, mas não são suficientes, isoladamente, para determinar as causas das diferenças entre universidades e regiões. Pesquisas futuras poderão incorporar dados de execução orçamentária e outras variáveis institucionais para complementar esta investigação.

Conclusão

O presente estudo investigou os desafios metodológicos envolvidos na identificação, rastreabilidade e consolidação dos registros orçamentários do REUNI para o período de 2008 a 2012. A investigação demonstrou que a reconstrução retrospectiva dessas dotações foi marcada pela fragmentação das informações. A busca inicial nos Relatórios de Gestão revelou falta de padronização, dificultando a individualização dos valores. Esse cenário exigiu o recurso à plataforma Fala.BR, cujas orientações direcionaram o levantamento para o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

A consulta ao SIOP revelou que a identificação dos registros não poderia se restringir a uma única referência. Embora a Ação Orçamentária 8282 tenha constituído uma das principais chaves de busca, as consultas individualizadas mostraram-se necessárias. Elas permitiram identificar ações orçamentárias específicas e classificadores de recursos associados a determinadas instituições, a exemplo da Ação 119N. Esse achado evidencia que a reconstrução dos registros exigiu o cruzamento de diferentes elementos da estrutura orçamentária. Nesse contexto, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) destacou-se ao manter um portal dedicado ao programa, constituindo um exemplo relevante de preservação documental e memória institucional.

Na dimensão quantitativa, a base consolidou registros para 54 universidades federais, totalizando R$ 12,23 bilhões em valores de Dotação Atual corrigida para junho de 2026. As dez instituições com maiores dotações concentraram 37,41% do total identificado. A análise regional permitiu observar diferenças entre a participação institucional e a participação nas dotações. O Sudeste apresentou participação nas dotações superior à sua proporção de universidades, enquanto Norte e Nordeste apresentaram participação orçamentária inferior à sua representação institucional na base. Sul e Centro-Oeste registraram maior proximidade entre essas duas proporções.

A principal contribuição do estudo é evidenciar que a disponibilidade formal de informações públicas não garante facilidade de localização, rastreabilidade e comparação histórica desses registros. Por isso, a sistematização de procedimentos metodológicos de cruzamento de fontes mostrou-se relevante. Os achados, contudo, restringem-se ao período de 2008 a 2012 e às 54 universidades que compõem a base consolidada, bem como à análise da Dotação Atual, que representa autorização orçamentária e não corresponde automaticamente a despesas empenhadas, liquidadas ou pagas. Os dados analisados não permitem determinar isoladamente as causas das diferenças institucionais e regionais. Pesquisas futuras poderão incorporar dados de execução orçamentária e outras variáveis institucionais para investigar os fatores explicativos da distribuição observada.

Referências

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Extração de dados orçamentários referentes à Ação 8282 (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Brasília, DF, 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Calculadora do Cidadão: atualização de valores pelo IPCA. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026.

SALES, Edriene Cristine da Silva Santos et al. O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): uma análise de seu processo de avaliação. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 658-679, nov. 2019.

Anexos



Tabela 1

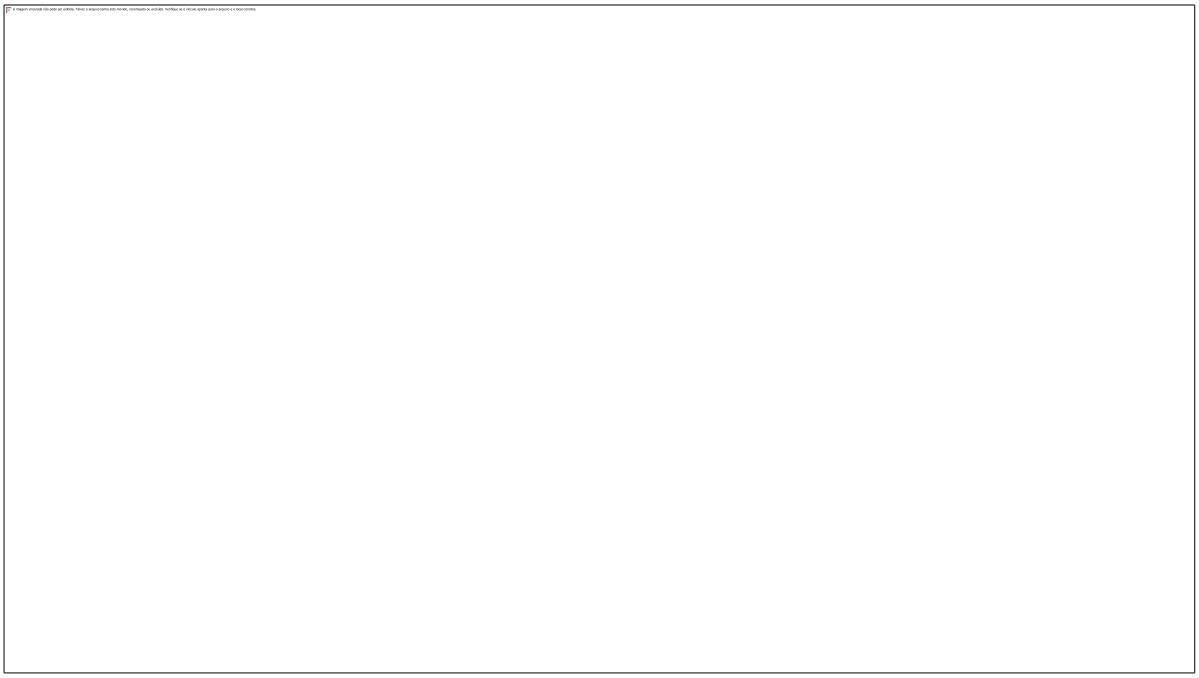


Tabela 2

CÓDIGO: HS1308

AUTOR: BARBARA DO NASCIMENTO FONSECA

ORIENTADOR: MARCOS FERNANDO MACHADO DE MEDEIROS

TÍTULO: GESTÃO ESTRATÉGICA DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA AVALIAÇÃO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DOS ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO RN

Resumo

Resumo: O estudo analisa os planos estratégicos dos órgãos de Segurança Pública do RN, considerando as estratégias estabelecidas para o desenvolvimento institucional e a gestão estratégica. A pesquisa teve como objetivo avaliar os planos, identificando os objetivos e estratégias definidos pelas instituições. Para isso, realizou-se análise documental dos planos estratégicos selecionados. Os resultados serão apresentados a partir das estratégias identificadas e de sua relação com o planejamento e a gestão das instituições. Os resultados evidenciam avanços relacionados ao desenvolvimento institucional, ao monitoramento, à modernização e à integração, com a concretização de parte dos objetivos previstos nos planos, enquanto outros permanecem em execução.

Palavras-chave: Palavras-chave: Planejamento estratégico; Segurança Pública; Gestão es

TITLE: STRATEGIC MANAGEMENT OF PUBLIC SECURITY:AN ASSESSMENT OF THE STRATEGIC PLANS OF PUBLIC SECURITY AGENCIES IN RN

Abstract

Abstract

This study analyzes the strategic plans of public security agencies in Rio Grande do Norte (RN), considering the strategies established for institutional development and strategic management. The research aimed to evaluate the plans, identifying the objectives and strategies defined by the institutions. For this purpose, a documentary analysis of the selected strategic plans was conducted. The results showed advances related to institutional development, monitoring, modernization, and integration, with the implementation of part of the objectives established in the plans, while others remain under implementation.

Keywords: Keywords: Strategic planning; Public security; Strategic management;

I

Introdução

Diante dos desafios enfrentados pelo Brasil na área da segurança pública, torna-se fundamental analisar esse setor, por se tratar de uma área essencial para o funcionamento da sociedade e garantia dos direitos da população. Nesse contexto, destaca-se a importância da análise das políticas de segurança pública no país e no estado do Rio Grande do Norte, buscando identificar os planejamentos, estratégias e métodos utilizados para o fortalecimento e melhoria da segurança pública.

A pesquisa caracteriza-se como documental e qualitativa, utilizando documentos oficiais como principal fonte de análise, a fim de compreender como o planejamento da segurança pública é estruturado nos âmbitos nacional e estadual.

Nesse contexto, destacam-se as instituições de segurança pública do estado do Rio Grande do Norte, como a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), a Polícia Civil do Rio Grande do Norte (PCRN), o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN) e o Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP/RN), que vêm desenvolvendo planos estratégicos voltados para a modernização da gestão, fortalecimento institucional e melhoria dos serviços de segurança pública.

Metodologia

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e documental, utilizando como base documentos oficiais das instituições de segurança pública do estado do Rio Grande do Norte.

Foram analisados os planos estratégicos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), Polícia

Civil do Rio Grande do Norte (PCRN), Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN) e Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP/RN).

A análise documental busca compreender como o planejamento estratégico vem sendo utilizado pelas instituições de segurança pública, observando aspectos relacionados à modernização da gestão, fortalecimento institucional e melhoria dos serviços prestados à população.

REFERENCIAL TEÓRICO

O planejamento estratégico no setor público constitui um instrumento de organização da ação governamental, orientando a definição de objetivos e estratégias institucionais. Para De Toni (2021), o Planejamento Estratégico Governamental está relacionado à capacidade de governar, ultrapassando a elaboração de documentos e envolvendo a capacidade de transformar o planejamento em ações.

No campo da tecnologia e da modernização da gestão, Santiago e Medeiros (2024) destacam a importância dos sistemas de informação como recursos de apoio às atividades de gestão, especialmente para a coleta, análise, compartilhamento e monitoramento de informações. Os autores evidenciam essa perspectiva a partir da utilização de dashboards voltados ao acompanhamento de indicadores relacionados à execução de convênios, processos administrativos, prazos e recursos financeiros.

A transformação digital, por sua vez, é discutida por Monteiro e Sano (2024) a partir da transição de procedimentos físicos para processos digitais, destacando o potencial da digitalização para reduzir a morosidade dos processos e conferir maior agilidade à prestação dos serviços públicos.

A SESED ocupa papel central na articulação do sistema de Segurança Pública, atuando na integração das instituições e na coordenação das ações previstas nos planos estratégicos. Essa função é apoiada pela estrutura de governança estabelecida no plano, especialmente pelo CGGE e pelo CGPEI, responsáveis pela orientação das diretrizes estratégicas e pela articulação das unidades para o cumprimento das metas.

Resultados e Discussões

ANÁLISE DOS PLANOS ESTRATÉGICOS

Modernização da gestão e planejamento estratégico

Destaca-se que as instituições de segurança pública do Rio Grande do Norte passaram a adotar ferramentas modernas de gestão na elaboração de seus Planos Estratégicos Institucionais, buscando promover a modernização da segurança pública e maior eficiência das ações institucionais.

Entre os principais instrumentos identificados, destaca-se a análise SWOT, utilizada para o diagnóstico das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças organizacionais, permitindo maior direcionamento estratégico das ações desenvolvidas pelas instituições de segurança pública. Esse processo de modernização institucional tornou-se necessário diante dos desafios estruturais enfrentados pelas instituições de segurança pública do Rio Grande do Norte. O diagnóstico técnico apresentado nos planos estratégicos evidencia déficits históricos relacionados ao efetivo policial, à ausência de concursos públicos e à sobrecarga operacional dos servidores.

Atualmente, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN) opera com efetivo inferior ao previsto legalmente, fator agravado por um longo período sem realização de concursos públicos. Além da insuficiência numérica do efetivo, observa-se também o envelhecimento gradual dos profissionais da segurança pública, o que impacta diretamente na capacidade operacional das instituições. Esse cenário também esteve relacionado às limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especialmente pelos limites estabelecidos para despesas com pessoal na administração pública. Conforme destacado nos próprios planos estratégicos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, as restrições fiscais relacionadas ao limite de gastos com pessoal constituíram um dos principais obstáculos para a realização de novos concursos públicos ao longo desse período.

A modernização da gestão e o fortalecimento do planejamento estratégico não representam apenas avanços administrativos, mas também instrumentos importantes para a valorização dos profissionais de segurança pública. A ampliação do efetivo, a melhoria das condições institucionais e o desenvolvimento de estratégias organizacionais contribuem para reduzir a sobrecarga de trabalho e fortalecer a eficiência das ações desenvolvidas pelas instituições.

Além dos avanços administrativos, a modernização das instituições de segurança pública também passou a exigir processos contínuos de qualificação e adaptação profissional dos servidores. Com a implementação de novas tecnologias, sistemas digitais e ferramentas estratégicas de gestão, tornou-se necessário investir na capacitação permanente dos profissionais da segurança pública. Os planos estratégicos destacam a importância de cursos de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional contínuo, permitindo que os servidores acompanhem as transformações tecnológicas e institucionais ocorridas no âmbito da segurança pública.

A modernização institucional também se faz presente no Instituto Técnico-Científico de Perícia do Rio Grande do Norte (ITEP/RN), que vem desenvolvendo iniciativas voltadas para o fortalecimento da segurança pública estadual e para o aprimoramento da atividade pericial. Entre as principais transformações observadas, destaca-se a consolidação do modelo de Polícia Científica mudança que ultrapassa a simples alteração da nomenclatura institucional e representa um importante avanço no fortalecimento da autonomia técnico-científica da instituição.

O processo de modernização do ITEP/RN encontra-se estruturado em ciclos de planejamento que integram uma estratégia de transformação institucional de longo prazo. As ações previstas estão inseridas em um cronograma decenal alinhado ao Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, permitindo que os objetivos institucionais sejam desenvolvidos de forma gradual e contínua. No ciclo compreendido

entre 2024 e 2025, as ações concentram-se na mitigação de riscos relacionados ao quadro de pessoal e na padronização dos procedimentos operacionais. No período de 2026 a 2027 prioriza a expansão da infraestrutura tecnológica e a qualificação avançada do corpo técnico. O ciclo de 2028 e 2029 busca consolidar a maturidade institucional e fortalecer a integração dos dados periciais ao sistema de justiça.

A modernização institucional também pode ser observada na Polícia Civil do Rio Grande do Norte (PCRN), que estruturou seu Planejamento Estratégico Institucional como instrumento para fortalecer a gestão, aperfeiçoar a atividade investigativa e ampliar sua capacidade institucional. Assim como as demais instituições de segurança pública analisadas, a PCRN incorporou ferramentas de planejamento estratégico voltadas à modernização administrativa e ao aprimoramento da gestão. Entretanto, seu processo de modernização apresentou características próprias, concentrando-se principalmente no fortalecimento da investigação criminal, da inteligência policial e da governança institucional.

O diagnóstico institucional realizado durante a elaboração do Planejamento Estratégico evidenciou que um dos principais desafios enfrentados pela Polícia Civil do Rio Grande do Norte era a ausência histórica de um planejamento estratégico formalizado, situação que favorecia uma cultura organizacional marcada por ações reativas e pouco orientadas por resultados. Essa realidade também refletia em dificuldades relacionadas à infraestrutura, à organização administrativa e à condução dos processos internos, como a fragmentação das unidades e a sobrecarga de acervos documentais físicos.

Diante dos desafios identificados, a PCRN estruturou seu processo de modernização a partir da adoção da metodologia Balanced Scorecard (BSC), que passou a orientar a definição de objetivos, metas e indicadores institucionais. Paralelamente, foram criadas estruturas específicas, como o Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica (DPOG) e os comitês de acompanhamento, responsáveis por institucionalizar o planejamento e monitorar continuamente sua execução. Essas medidas representam uma mudança significativa na forma de gestão da instituição, substituindo práticas marcadas pelo improviso e consolidando um modelo de gestão orientado pelo planejamento estratégico, pelo monitoramento contínuo das ações institucionais e pela gestão por resultados.

O diagnóstico estratégico evidenciou a permanência de fragilidades estruturais que limitavam o desempenho institucional. Entre elas, destacavam-se o déficit de efetivo e a fragmentação entre as unidades administrativas e operacionais. Essa desarticulação comprometia o fluxo de informações, a coordenação das atividades e a padronização dos processos internos, reduzindo a eficiência organizacional e da atividade investigativa. Em resposta a esse desafio, a Cidade da Polícia foi concebida como uma estratégia de integração institucional, reunindo, em um mesmo complexo, unidades administrativas e especializadas anteriormente dispersas.

Assim como observado na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, o diagnóstico estratégico da PCRN também evidenciou desafios relacionados à gestão de pessoas, especialmente o envelhecimento do efetivo e o adoecimento dos servidores. Como resposta estratégica a esse cenário, o planejamento estratégico previu ações voltadas ao fortalecimento da qualificação profissional, por meio da transformação da ACADEPOL

em Escola Superior da Polícia Civil, além da implementação de um programa permanente de atenção à saúde física e mental dos policiais civis.

A aproximação entre a instituição e a sociedade também recebeu atenção, uma vez que o diagnóstico institucional apontava limitações relacionadas à ausência de mecanismos sistemáticos para avaliar a satisfação dos cidadãos, bem como à necessidade de aperfeiçoar o atendimento aos grupos em situação de vulnerabilidade. Para esse fim, foram previstas pesquisas periódicas de satisfação, a implantação de núcleos de atendimento qualificado nas delegacias regionais e a criação de espaços reservados para o acolhimento de mulheres, crianças, idosos e demais vítimas em situação de vulnerabilidade.

O Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN) também foi uma das instituições que passou por um processo de modernização orientado pelo planejamento estratégico. Assim como observado na Polícia Militar e na Polícia Civil, a corporação enfrentava fragilidades relacionadas às limitações orçamentárias, ao déficit de efetivo e à necessidade de aperfeiçoar sua estrutura administrativa. Entretanto, em razão das especificidades de sua missão institucional, o CBMRN direcionou seu planejamento para estratégias para fortalecimento da capacidade operacional, da gestão de riscos e da governança institucional.

Entre as principais fragilidades identificadas no CBMRN, destacaram-se as limitações orçamentárias, reconhecidas como um dos principais entraves ao fortalecimento institucional da corporação. Em resposta a esse desafio, foram estabelecidas estratégias voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade financeira, contemplando a ampliação da captação de recursos orçamentários e extraorçamentários, por meio de convênios, emendas parlamentares e parcerias com instituições como o SUS e o Ministério Público. Além disso, o plano priorizou a otimização da gestão dos gastos públicos e o fortalecimento da gestão de projetos.

Entre as fragilidades institucionais identificadas, destacou-se a insuficiência do efetivo operacional, tendo em vista que a corporação contava com apenas 86,6% das vagas legalmente previstas ocupadas, percentual considerado insuficiente para atender à diversidade de atribuições desempenhadas pelo CBMRN. Somava-se a esse cenário o envelhecimento da tropa, cuja elevada média etária reforçava a necessidade de recomposição do quadro funcional. Em resposta a esse desafio, o planejamento estratégico estabeleceu iniciativas voltadas à realização de concursos públicos, à contratação de guarda-vidas temporários, à convocação de militares da reserva e ao desenvolvimento de ações destinadas à manutenção do vigor físico e à preparação para a reserva.

A modernização tecnológica configurou-se como uma das prioridades estabelecidas pelo plano, em razão das limitações identificadas na Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Essas deficiências eram caracterizadas pela predominância de processos manuais, pela morosidade decorrente do excesso de burocracia, pela lentidão na troca de informações e documentos e pela baixa integração entre as soluções tecnológicas existentes. Em resposta a essas limitações, o planejamento estratégico estabeleceu iniciativas voltadas ao fortalecimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), ao desenvolvimento do SISBOM e à implementação de ações destinadas à modernização tecnológica da corporação.

2. Integração Institucional e Governança Pública

A integração institucional constitui um dos eixos centrais do Plano Estratégico de Segurança Pública, ao promover a articulação entre os órgãos que compõem o sistema estadual. Seu propósito vai além da cooperação entre as instituições, buscando reduzir a fragmentação das ações, ampliar o compartilhamento de informações e favorecer a construção de estratégias comuns voltadas à melhoria da segurança pública.

Entretanto, a integração institucional não se restringe apenas à atuação conjunta entre os diferentes órgãos das instituições de segurança. Os próprios planos demonstram que esse processo também depende da integração interna de cada instituição. A Polícia Civil constitui um exemplo representativo dessa realidade, uma vez que o Plano propôs iniciativas voltadas à organização de sua estrutura interna. Essa necessidade também aparece nos planos da Polícia Militar e do ITEP, que apontam dificuldades relacionadas à integração e ao compartilhamento de informações dentro das próprias instituições.

A partir dessa perspectiva, o Plano amplia a integração para todo o Sistema Estadual de Segurança Pública, prevendo ações voltadas ao compartilhamento de informações, à integração dos sistemas, à realização de operações conjuntas e ao alinhamento das estratégias entre os órgãos que compõem o sistema. Dessa forma, a integração institucional deixa de representar apenas uma forma de cooperação entre as instituições e passa a constituir um elemento estratégico para a implementação do planejamento, favorecendo respostas mais articuladas às demandas da segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte.

Para que essa integração seja efetiva, a atuação das instituições precisa ser orientada e acompanhada por uma estrutura capaz de coordenar as ações previstas no planejamento. É nesse ponto que a governança pública se insere, dando suporte à articulação entre as instituições e à implementação das estratégias estabelecidas nos planos.

A governança pública não é apresentada como a finalidade do planejamento estratégico, mas como um instrumento indispensável para sua implementação. O Plano a compreende como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle voltados ao direcionamento, monitoramento e avaliação da gestão, assegurando que as ações previstas sejam executadas de forma coordenada e alinhadas aos objetivos institucionais. Essa compreensão dialoga com Jackson de Toni (2021) ao afirmar que a governança fortalece a capacidade estatal de transformar o planejamento em ações concretas, por meio de mecanismos capazes de acompanhar sua execução e monitorar seus resultados.

A adoção desses mecanismos favorece a integração entre as instituições que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública, permitindo que o planejamento seja desenvolvido de forma articulada e orientando a atuação conjunta dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Essa integração contribui para alinhar estratégias, definir responsabilidades e fortalecer a implementação das ações previstas, reduzindo a fragmentação institucional e promovendo maior coerência na execução do planejamento estratégico.

Tecnologia, Inovação e Inteligência Estratégica

Nos documentos analisados, a tecnologia, a inovação e a inteligência estratégica aparecem como componentes das estratégias voltadas à modernização e à melhoria da segurança pública. A análise evidencia a presença de fragilidades relacionadas ao uso de procedimentos manuais, às limitações de infraestrutura e à ausência ou insuficiência de sistemas capazes de apoiar as atividades administrativas e operacionais das instituições. Diante dessas fragilidades, a incorporação de recursos tecnológicos passa a integrar o planejamento estratégico, contribuindo para a modernização dos processos, o aprimoramento da gestão e a melhoria dos serviços prestados à sociedade do Rio Grande do Norte.

A presença de procedimentos manuais e de limitações tecnológicas identificada nos planos evidencia a necessidade de transformação dos processos institucionais. A digitalização aparece como uma das principais estratégias adotadas pelas instituições para substituir procedimentos físicos, reduzir a morosidade e conferir maior segurança aos processos. Monteiro e Sano (2024), discutem a transição digital como a substituição de procedimentos físicos por meios digitais, destacando seus efeitos sobre a agilidade dos processos e a redução de custos para o cidadão. Nos planos analisados, essa necessidade pode ser observada de forma mais evidente na PCRN e no ITEP, que estabelecem ações voltadas à digitalização de documentos e à redução da dependência de processos físicos.

A tecnologia e a inovação, entretanto, ultrapassam a digitalização dos processos, passando também a integrar as estratégias voltadas à organização e ao aprimoramento da gestão. Os recursos tecnológicos possibilitam organizar, sistematizar e utilizar as informações produzidas pelas instituições, favorecendo uma gestão mais eficiente. Essa perspectiva pode ser observada no trabalho de Santiago e Medeiros (2024), que analisam o uso de sistemas de informação na execução de convênios federais da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Norte, evidenciando a importância desses recursos para o apoio às atividades de gestão.

A utilização do sistema de informação está associada à necessidade de acompanhar um conjunto amplo de processos, prazos e informações administrativas, permitindo reunir esses dados em uma estrutura de acompanhamento mais organizada. A proposta de utilização dos dashboards pela SESED demonstra como a tecnologia pode transformar informações dispersas em dados acessíveis para o acompanhamento das atividades e para a tomada de decisões. A adoção do Business Intelligence amplia essa possibilidade ao permitir a coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento das informações utilizadas pela gestão.

As iniciativas previstas nos planos incluem ações relacionadas à segurança cibernética, ao fortalecimento das estruturas de inteligência e ao desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, demonstrando que a incorporação da tecnologia não se limita às atividades administrativas. Esses recursos passam a apoiar também as atividades operacionais das instituições, ampliando sua capacidade de produzir e utilizar informações para responder às demandas.

Dessa forma, a tecnologia, a inovação e a inteligência estratégica constituem elementos importantes para a modernização das instituições de segurança pública. Sua presença nos planos demonstra uma mudança na forma de estruturar e desenvolver as ações

institucionais, acompanhando a necessidade de respostas cada vez mais qualificadas diante dos desafios da segurança pública.

Conclusão

Entre o Planejamento e a Prática: Discussão dos Resultados

Ao analisar os planos estratégicos das instituições de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, foi possível identificar diferentes estratégias voltadas ao desenvolvimento institucio pelas instituições e as discussões apresentadas pelos autores e pelos planos que fundamentam este estudo. Nesse sentido, esta seção busca discutir os principais achados da pesquisa, relacionando as estratégias identificadas nos planos às diferentes perspectivas sobre planejamento, gestão e desenvolvimento institucional apresentadas no referencial teórico.

Os objetivos definidos nos planos estratégicos apresentam características que se aproximam da concepção de Planejamento Estratégico Governamental discutida por Jackson de Toni, especialmente quanto à capacidade de governar e de transformar objetivos planejados em ações acompanháveis.

Essa relação também pode ser percebida na forma como os planos estruturam o planejamento a partir da identificação de problemas e necessidades institucionais, que servem de base para a definição de objetivos e ações. A previsão de mecanismos de monitoramento e avaliação permite acompanhar o desenvolvimento dessas ações e verificar seus resultados, aproximando o planejamento da própria gestão.

A modernização tecnológica aparece nos planos não apenas como uma mudança operacional, mas como uma das estratégias relacionadas ao aprimoramento da gestão. Embora cada instituição apresente uma estrutura específica, suas necessidades de atualização de sistemas e informações e o uso de ferramentas de acompanhamento indicam a preocupação em organizar as informações e tornar os processos mais eficientes, aproximando-se da perspectiva apresentada por Santiago e Medeiros (2024).

A modernização digital apresenta-se como um dos elementos da modernização da gestão, diante da necessidade de substituir procedimentos físicos que podem acarretar morosidade nos processos das instituições de Segurança Pública. Nesse sentido, a transformação digital contribui para tornar os processos mais ágeis, característica que se aproxima da perspectiva de Monteiro e Sano (2024), que discutem a transição digital como meio de reduzir a morosidade e facilitar a execução dos serviços e processos.

Como órgão articulador, a SESED exerce papel relevante na integração entre as instituições, favorecendo a articulação necessária para que os objetivos definidos nos planos estratégicos sejam efetivamente executados. Sua atuação integrada permite uma visão mais ampla das necessidades e capacidades dos órgãos, contribuindo para o direcionamento das ações e para o alcance dos resultados planejados.

De modo geral, os resultados demonstram que os planos estratégicos analisados apresentam objetivos estratégicos voltados ao desenvolvimento institucional, dos quais

parte já foi concretizada, evidenciando ações que saíram do planejamento e contribuíram para o desenvolvimento das instituições. Embora os planos ainda estejam em ex

Referências

Humanização, Valorização Institucional e Responsabilidade Social

As mudanças ocorridas nas instituições de segurança pública não se limitam à estrutura física, aos processos ou às ferramentas utilizadas, abrangendo também aspectos relacionados às pessoas que integram e utilizam os serviços públicos. Nesse sentido, a humanização, a valorização institucional e a responsabilidade social aparecem como dimensões do planejamento voltadas ao aprimoramento das instituições e à relação estabelecida com servidores e sociedade.

A humanização na relação com o cidadão aparece nos planos por meio de ações voltadas à qualificação do atendimento, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade. Na Polícia Civil do Rio Grande do Norte (PCRN), destacam-se os Núcleos de Atendimento Qualificado e Especializado nas Delegacias Regionais, com espaços destinados ao acolhimento de mulheres, crianças, idosos e vítimas de intolerância. No ITEP, são previstas ações para tornar os fluxos de atendimento mais rápidos e acolhedores, além da criação da Ouvidoria Institucional. Na Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), destacam-se ações relacionadas à formação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos e iniciativas de aproximação com a comunidade, como a Patrulha Maria da Penha e o PROERD.

A valorização dos servidores também aparece nos planos, principalmente por meio de ações relacionadas à saúde, bem-estar, formação e desenvolvimento profissional. Na SESED, destaca-se o Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho (QVST). Na PMRN, estão previstas ações de atenção biopsicossocial. Na PCRN, são contemplados programas de saúde e atendimento médico e psicológico. No CBMRN, destaca-se o reaparelhamento do Centro de Saúde, enquanto no ITEP são previstas ações como ginástica laboral e acompanhamento psicológico.

Outro ponto identificado é a necessidade de recomposição e desenvolvimento dos efetivos. A PCRN permaneceu desde 2008 sem realização de concursos públicos, enquanto a PMRN também enfrentou longo período sem concursos e o CBMRN apresenta déficit em relação às vagas previstas. Nesse cenário, os planos contemplam medidas de recomposição dos quadros, formação, capacitação e desenvolvimento profissional.

Essa perspectiva dialoga com Jackson de Toni, que destaca a importância da formação dos quadros públicos para fortalecer a capacidade de governar e a implementação do planejamento estratégico. Assim, a análise demonstra que o aprimoramento das instituições de segurança pública não depende apenas de estruturas e tecnologias, mas também de profissionais preparados e de uma relação mais qualificada com a sociedade.

são esses três que aparecem efetivamente no seu artigo:

Jackson de Toni (2021) — planejamento estratégico governamental.Santiago e Medeiros (2024) — sistemas de informação/dashboards e gestão.Monteiro e Sano (2024) — transformação digital e digitalização.

CÓDIGO: HS1328

AUTOR: RAYENNE GOMES DE AMORIM

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: análise dos estados comunais na Venezuela

Resumo

Resumo: O presente relatório sistematiza os resultados preliminares do plano de trabalho "Planejamento Econômico E Crítica Da Economia Política: Análise Dos Estados Comunais Na Venezuela.", o qual integra o projeto de pesquisa "Política Social e Reprodução da Força de Trabalho do Rio Grande do Norte", vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direito (GEPTED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O relatório analisa a relação entre o planejamento econômico e a teoria do valor na Venezuela, focando na implementação dos Estados Comunais. A metodologia consistiu em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental que cruzou a análise macroeconômica de Gilberto Maringoni sobre o Estado rentista petrolífero com a perspectiva de autogestão popular de George Ciccariello-Maher. Os resultados indicam uma tensão dialética entre a necessidade de centralização estatal para gerir a renda do petróleo e a urgência de descentralização para fortalecer o poder comunal. Embora as comunas e os conselhos comunais tenham criado circuitos alternativos de produção e combatido a lógica mercantil, a experiência encontrou limites estruturais severos na burocracia governamental e na dependência histórica das oscilações do mercado internacional de commodities, que estrangulou o financiamento com a queda nos preços do barril.

Palavras-chave: Palavras-chave: Planejamento econômico; Estados Comunais; Venezuela;

TITLE: PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y CRÍTICA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA: análisis de los Estados Comunales en Venezuela.

Abstract

Resumen: El presente informe sistematiza los hallazgos preliminares del plan de trabajo "Planificación económica y crítica de la economía política: análisis de los Estados Comunales en Venezuela", el cual forma parte del proyecto de investigación "Política social y reproducción de la fuerza de trabajo de Rio Grande do Norte", vinculado al Grupo de Estudios e Investigación en Trabajo, Ética y Derecho (GEPTED) de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (UFRN). El informe analiza la relación entre la

planificación económica y la teoría del valor en Venezuela, centrándose en la implementación de los Estados Comunales. La metodología consistió en una investigación cualitativa, bibliográfica y documental que contrastó el análisis macroeconómico de Gilberto Maringoni sobre el Estado rentista petrolero con la perspectiva de autogestión popular de George Ciccariello-Maher. Los resultados indican una tensión dialéctica entre la necesidad de centralización estatal para gestionar la renta petrolera y la urgencia de descentralización para fortalecer el poder comunal. Si bien las comunas y los consejos comunales han creado circuitos alternativos de producción y combatido la lógica mercantil, la experiencia se ha topado con severos límites estructurales derivados de la burocracia gubernamental y de la dependencia histórica de las oscilaciones del mercado internacional de materias primas, factor que estranguló la financiación ante la caída de los precios del barril.

Keywords: Palabras clave: Planificación económica; Estados Comunales; Venezuela;

Introdução

INTRODUÇÃO

Esse relatório de pesquisa é resultado do plano de trabalho “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: análise dos estados comunais na Venezuela”. Neste plano, temos como objetivo a análise, a partir das pesquisas teóricas e documentais, da relação entre o planejamento econômico e a teoria do valor. O plano de trabalho foi realizado durante o período de 23/03/2026 até 31/08/2026, e integra o projeto de pesquisa “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O Projeto está registrado na plataforma CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

A realização do plano em foco, sob a ótica da análise sobre o Planejamento Econômico e a Teoria do Valor, fundamentou-se nos seguintes objetivos: 1) Analisar, em referências teóricas, documentos e materiais históricos, o contexto social da instauração de formas estatais de planejamento econômico na Venezuela; 2) Investigar, dentro da literatura selecionada, as especificidades desta experiência, destacando o processo de implementação dos estados comunais; e 3) Apreender os principais impactos, avanços e contradições da proposta do estado comunal no confronto à regulação econômica dominada pela mercadoria. Em relação aos resultados, nesses 5 meses de pesquisa, alcançou-se maior precisão analítica nos dois primeiros objetivos. Quanto ao terceiro objetivo, devido ao tempo e à complexidade do tema, optamos por continuar a pesquisa e ampliar a investigação, o que justifica a renovação do plano de trabalho.

No que diz respeito à metodologia, utilizamos, neste plano de trabalho, a leitura e a análise das obras “A Revolução Venezuelana” (Maringoni, 2008) e “Construindo a Comuna: Democracia Racial na Venezuela” (Ciccariello-Maher, 2016), concentrando-se na historicidade do planejamento econômico da Venezuela, com destaque nos Estados Comunais. O estudo buscou entender a relação entre a articulação da regulação do

mercado e das intervenções estatais com os fundamentos da organização social socialista, primordialmente acerca do processo de implementação dos Estados Comunais.

A análise aqui apresentada detalha os contrapontos apontados pelos autores acerca do planejamento econômico da Venezuela. Tal pesquisa tem como objetivo discorrer sobre a importância do Planejamento Econômico em conexão com os estudos da Economia Política, demarcando os principais pontos acerca do surgimento dos Estados Comunais.

Em suma, este relatório se apresenta, além desta introdução, da seguinte forma: 1) a metodologia, apresentando os instrumentos de análise que foram utilizados durante a pesquisa para embasar o conhecimento teórico; 2) resultados e discussões, onde serão apresentados os principais pontos garantidos, através da explicação sobre o planejamento econômico da Venezuela e o surgimento das Comunas; e 3) a conclusão, marcando o fechamento da exposição do tema e enfatizando a importância desse conhecimento na contemporaneidade.

Metodologia

METODOLOGIA

O presente plano de trabalho propõe a realização de uma pesquisa de natureza teórica, categorizada como estudo bibliográfico e documental, com uma abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. O objetivo metodológico é mapear, sistematizar e analisar as produções científicas que abordam as contradições dos Estados Comunais. Tendo em vista o pouco tempo para análise mais ampla, a pesquisa focou em obras teóricas mais basilares.

Nesta fase inicial, realizamos a leitura das obras “A Revolução Venezuelana” (Maringoni, 2008) e “Construindo a Comuna: Democracia Racial na Venezuela” (Ciccariello-Maher, 2016). Fundamentando-se nessas produções, analisamos como os Estados Comunais surgem na Venezuela e qual sua relação com a regulação do mercado. A opção metodológica por estudar ambas obras pauta-se na comparação entre as mudanças do governo venezuelano (Maringoni) e as organizações práticas das comunidades (Ciccariello-Maher).

Em “A Revolução Venezuelana”, Gilberto Maringoni analisa a transição política do país diante de suas condições econômicas e institucionais, com o foco no caráter rentista do Estado dependente no petróleo, às reformas jurídicas constituintes da Era Chávez e aos limites burocráticos do aparato governamental central.

Segundo os pressupostos apresentados em “Construindo a Comuna: Democracia Racial na Venezuela”, por George Ciccariello-Maher, as Comunas são espaços de autogestão popular e impulsionam o processo revolucionário venezuelano. Além disso, o autor argumenta que o futuro do socialismo no país depende da capacidade dessas comunidades de exercer o poder comunal.

Complementando o embasamento teórico, a metodologia prevê a inserção de uma análise documental, focada no aparato legislativo que institucionaliza o Poder Popular na Venezuela. Esta etapa de pesquisa concentra-se em fontes primárias de caráter jurídico, tendo como eixos de análise a Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999 e o conjunto de normativas conhecidas como as Leis Orgânicas do Poder Popular, sancionadas em 2010, com o destaque para a "Ley Orgánica de las Comunas" (Lei Orgânica das Comunas) e "Ley Orgánica de los Consejos Comunales" (Lei Orgânica dos Conselhos Comunais). A análise documental busca desmascarar a contradição contida na própria lei: o esforço de um Estado tradicional em regulamentar a auto-organização social que nasceu da resistência das massas. Nesse sentido, as leis serão analisadas como um terreno de disputa política, servindo de elo conceitual para avaliar em que medida a justiça venezuelana facilita ou engessa a autonomia das experiências comunais retratadas nas literaturas científicas.

É válido destacar que o levantamento e a leitura foram acompanhados de reuniões coletivas para discutir os encaminhamentos metodológicos de execução do plano. Além disso, orientações individuais foram importantes para apreender as principais categorias do estudo de cada aluno, trabalhando na especificidade dos objetivos.

Nessas reuniões da pesquisa houveram debates sobre a importância dos estudos para a crítica da Economia Política, dando ênfase na concepção do Valor e Preço na atual configuração capitalista, com as análises advindas de Karl Marx (2013). Nesse sentido, também incluiu-se o debate da configuração das economias socialistas, como elas são manifestadas e a comparação do seu planejamento em relação ao modelo capitalista.

As ferramentas de pesquisa utilizadas durante o processo foram os fichamentos, permitindo a organização sistemática dos conceitos e dados teóricos, e as tabulações, facilitando análises comparativas para viabilizar a visualização dos resultados. As principais categorias estudadas foram a Propriedade Social dos meio de produção, o Planejamento Econômico Comunal e o Poder Popular, nas quais possibilitaram investigar em que medida a organização dos Estados Comunais confronta o modelo rentista petrolífero tradicional e idealiza formas alternativas de produção, gestão e auto-organização da vida a partir das bases comunitárias.

Dada a complexidade teórica do tema e aos desafios enfrentados no processo, como a leitura e análise de obras em outras línguas, destaca-se a relevância de ações voltadas à formação conceitual e metodológica. Alinhada às premissas da pesquisa, propõe-se a articulação de dois tipos de reuniões coletivas: as voltadas à definição de procedimentos e instrumentos metodológicos, e as dedicadas à fundamentação e ao estudo teórico.

Resultados e Discussões

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados desta pesquisa evidencia que a transição para o Estado Comunal na Venezuela se estruturou sob uma perspectiva dialética fundamental, onde de um lado, havia a necessidade de centralização econômica para gerir a renda petrolífera e, de outro lado, existia a urgência de descentralização política para

fortalecer o poder popular. A partir do cruzamento entre a perspectiva macroeconômica de Gilberto Maringoni (2008) e a investigação de base de George Ciccariello-Maher (2016), observa-se que o planejamento econômico venezuelano não se limitou a uma reforma administrativa, mas configurou-se como uma tentativa de superação do capital por meio da autogestão.

Para compreender a emergência da proposta dos Estados Comunais, torna-se indispensável analisar a natureza do Estado rentista venezuelano, amplamente apontada em "A Revolução Venezuelana". Segundo Maringoni (2008), a economia do país, a qual foi historicamente estruturada gradualmente em torno da exportação de petróleo, moldou uma máquina estatal hipertrofiada e centralizadora. A Venezuela, no início do século XX, era um país agrícola e pobre, que não possuía um grande destaque no cenário internacional. No entanto, a situação foi mudada com a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935). A Venezuela Gomezista adentrou no foco petrolífero, tornando-se um país de suma importância estratégica no capitalismo e, por isso, foi criado um vínculo da região com a economia internacional.

Com a queda dos regimes ditatoriais, a Quarta República surge como o período democrático que durou de 1958 a 1998, marcado por um sistema bipartidário e pela alta dependência do petróleo, e que chegou ao fim após crises econômicas ocasionadas pelo baixo preço do petróleo. Com as crises, o governo de Carlos Andrés Pérez (1989–1993) adotou medidas neoliberais e provocou o Caracazo – uma onda de protestos, saques e distúrbios sociais ocorridos na Venezuela em 1989, motivados pelo aumento dos preços dos transportes e combustíveis, que resultou em uma violenta repressão estatal com centenas de mortos –, onde foi rompido o pacto de convivência social de um país tido como tolerante e democrático, levando a inúmeras tentativas de golpe de Estado pelo então tenente-coronel Hugo Chávez, como a operação Zamora (1992), que fracassou militarmente, mas que tinha como objetivo derrubar o atual presidente (Ciccariello-Maher, 2016).

Diante desse cenário econômico, na eleição de Hugo Chávez em 1998, emerge a Revolução Bolivariana como um processo de ruptura e reconstrução institucional do Estado venezuelano. Em consoante com o que foi exposto por Maringoni (2008), o projeto bolivariano se caracterizou como um movimento político-militar e popular que buscou, por meio de uma Assembleia Constituinte de 1999, retomar os princípios democráticos e recuperar a soberania sobre os recursos naturais do país, principalmente o petróleo.

No âmbito do planejamento econômico, a revolução demarcou uma transição de uma agenda neoliberal, baseada nas diretrizes do Consenso de Washington – conjunto medidas econômicas neoliberais formuladas em 1989, que sintetiza dez reformas de ajuste estrutural: 1) disciplina fiscal; 2) reorientação dos gastos públicos para áreas essenciais; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros determinadas pelo mercado; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) abertura comercial; 7) atração de investimento estrangeiro direto; 8) privatização de estatais; 9) desregulamentação dos mercados; e 10) garantia dos direitos de propriedade.

Durante os primeiros anos da Revolução Bolivariana, o excedente gerado pela estatal PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.) foi canalizado para as "Misiones Sociales", uma série de programas sociais criados a partir de 2003 pelo governo de Hugo Chávez, o que

garantiu uma expressiva redução da pobreza, mas que ainda operava de modo burocrático e seguindo as estruturas de poder herdadas da Quarta República.

No entanto, essa estratégia de redistribuição de renda encontrou limites estruturais evidentes. A análise de George Ciccariello-Maher é crucial para compreender a transição rumo à proposta comunal. O autor aponta que a simples distribuição vertical da riqueza petrolífera pelo Estado centralizado era insuficiente para promover uma verdadeira emancipação social, uma vez que existia uma percepção, por parte dos movimentos de base das favelas de Caracas e dos camponeses, de que o Estado tradicional funcionava como um freio burocrático ao avanço revolucionário. Assim, a criação dos Conselhos Comunais e das Comunas distancia-se de uma lógica de imposição verticalizada e estatal, sendo fruto da necessidade do povo organizado de planejar sua própria existência material.

As Comunas são organizações sociais e políticas próprias de bairros urbanos e comunidades rurais, que foram desenvolvidas a partir da Lei Orgânica de Comunas e promulgada em 2010 por Hugo Chávez (Santiago, 2024). O intuito de tais organizações é descentralizar o poder político, transferindo decisões e a gestão econômica e social diretamente para as mãos da população organizada. De acordo com Ciccariello-Maher (2016), os Conselhos Comunais são espaços de representação e deliberação, tendo, aproximadamente, entre cinco e seis conselhos dentro de uma Comuna.

Sob a ótica econômica, as Comunas são “espaços socialistas” que buscam produzir itens que a população necessita localmente através de empreendimentos socialistas, que podem ser de propriedade estatal ou, como usualmente, de propriedade e gestão direta das comunas. A propriedade direta significa que o próprio parlamento comunal debate e decide quem produz, quanto os trabalhadores recebem de salário, como distribuir o produto e como reinvestir o excedente na própria Comuna. A determinação dos preços e a mensuração do tempo de trabalho permanecem subordinadas à Lei do Valor e ao fluxo de insumos financiados pela renda petrolífera centralizada pelo Estado. Visto isso, é perceptível que há uma contradição entre a autonomia do Poder Popular e o centralismo burocrático com a dependência da renda petrolífera.

Aprofundando tal dinâmica, o cenário venezuelano enfrenta um dilema central, haja vista que, enquanto a comunidade tenta planejar a produção local para atender às suas próprias necessidades, a mesma continua refém das regras do mercado capitalista. Como os meios de produção, matérias-primas e preço continuam seguindo a lógica da Lei do Valor, as Comunas não conseguem ser devidamente autônomas.

Visto isso, é notório que há uma certa contradição acerca do planejamento econômico. Por um lado, Maringoni (2008) aponta que o Estado precisava manter um forte controle sobre a receita do petróleo para proteger o país de pressões externas e financiar as grandes obras de infraestrutura. Em contrapartida, como descreve Ciccariello-Maher (2016), a soberania popular exigia a descentralização radical desse mesmo planejamento, entregando o controle dos recursos e das decisões produtivas diretamente às comunidades. Por isso, se faz importante analisar como foi o governo de Hugo Chávez e como foi o planejamento econômico do mesmo.

Hugo Chávez foi proclamado presidente da República pelo Conselho Nacional Eleitoral no dia 11 de dezembro de 1998, mandato esse que teve um início sob a marca de uma

grave crise econômica causada pelo colapso dos preços internacionais do petróleo. Com tal ascensão à presidência, o período constitucional iniciado em 1999 e a promulgação de uma nova Constituição ficaram conhecidos como “A Quinta República da Venezuela”. O referido período está associado ao desenvolvimento da Revolução Bolivariana e do “Socialismo do Século XXI”, marcado pela centralização estatal da renda petrolífera para o financiamento de amplos programas de inclusão social.

O primeiro passo concreto para contornar os entraves burocráticos do Estado herdado e operacionalizar o planejamento econômico bolivariano ocorreu a partir de 2003, com a implementação das chamadas “Misiones Sociales”, já citadas anteriormente. Financiadas diretamente pelo petróleo após a reestatização da PDVSA, Maringoni (2008) detalha que as Misiones funcionaram como uma estrutura de planejamento paralela aos ministérios tradicionais. Com isso, ao injetar recursos massivos nas áreas da saúde (Barrio Adentro), educação (Misión Robinson) e alimentação (Misión Mercal), o governo de Hugo Chávez conseguiu expandir a riqueza do subsolo.

De acordo com análise feita em “Construindo a Comuna: Democracia Racial na Venezuela”, o autor afirma que as Misiones não representaram apenas políticas assistencialistas de transferência de renda, mas representam o embrião de uma nova organização territorial, onde as comunidades periféricas passaram a gerir coletivamente os espaços e os insumos fornecidos pelo Estado. No entanto, à medida que o processo revolucionário avançava, a dinâmica das Misiones revelou um limite estrutural na qual elas mantinham as comunidades em uma posição de receptoras de recursos geridos pelo ponto mais alto do poder executivo.

Conforme discute Maringoni (2008), o planejamento econômico venezuelano continuava excessivamente vulnerável às flutuações do mercado internacional de commodities, o que significava que qualquer oscilação no preço do barril de petróleo ameaçaria a sustentabilidade de todo o arcabouço social. Nesse sentido, foi a partir desse diagnóstico, somado à renovação do mandato popular de Chávez em 2006, que seu governo operou uma virada doutrinária radical, declarando um caráter abertamente socialista da revolução e propondo a transição rumo ao “Socialismo do Século XXI”. Essa nova fase exigia que o planejamento abandonasse a lógica puramente distributiva e passasse a focar na alteração das próprias relações de produção.

Nessa mesma linha, o governo venezuelano percebeu que apenas cobrar impostos ou nacionalizar petroleiras não eram o suficiente para superar o capitalismo tradicional. Para avançar rumo ao modelo socialista, o Estado passou a combater diretamente o domínio das empresas privadas, tanto nacionais, quanto estrangeiras, na economia do país. O plano já não era apenas regular ou fazer parcerias com o setor privado, mas sim substituir progressivamente a lógica do lucro pela estatização de setores estratégicos e pela criação de empresas de propriedade social, marcada pela autogestão.

É nesse contexto de transformação estrutural que os Conselhos Comunais e as Comunas ganham centralidade jurídica e econômica, institucionalizados por meio de Leis do Poder Popular. A partir desse marco legal, a planificação econômica ganhou uma nova célula, na qual as Comunas passaram a ser base que deveria erguer o Estado Comunal. Ciccariello-Maher (2016) demonstra que essa legislação sistematizou práticas autogestionárias que as populações marginalizadas já realizavam de forma orgânica. O planejamento econômico comunal, por conseguinte, transitou para a elaboração do Plan

de Desarrollo Comunal (Plano de Desenvolvimento Comunal), um instrumento onde a própria assembleia de moradores definia as prioridades produtivas locais.

Diante desse cenário, é possível observar que a tentativa de fusão entre a legislação estatal e a espontaneidade popular gerou fricções profundas no interior do processo bolivariano, expondo o que a literatura de Ciccariello-Maher (2016) qualifica como uma tensão entre o poder constituinte, as bases, e o poder constituído, a burocracia. Enquanto a análise macroeconômica de Maringoni (2008) alerta para o perigo de pulverizar recursos fiscais em microprojetos locais sem a devida integração com as metas macroestruturais de industrialização do país, Ciccariello-Maher (2016) documenta a contínua resistências das comunas contra as tentativas de domesticação por parte do Ministério do Poder Popular para as Comunas.

Tendo isso em vista, é notório que, para as lideranças de base, a exigência de registros cartoriais, relatórios padronizados e a submissão às diretrizes do partido central (O Partido Socialista Unido da Venezuela) muitas vezes sufocavam a democracia radical. Assim, o planejamento econômico converteu-se em um cabo de guerra entre o Estado e as Comunas, uma ferramenta de controle e ordenamento territorial, e para as Comunas, um mecanismo de autogestão e blindagem contra a própria burocracia estatal.

No plano estritamente econômico, os resultados da pesquisa apontam que a consolidação das Comunas exigiu a criação de circuitos alternativos de produção, distribuição e consumo que desafiam a lógica mercantil do capital. Ciccariello-Maher (2016) detalha como esse planejamento de base se materializou por meio das Unidades de Propriedade Social Socialista (UPSS), pequenas fábricas, oficinas têxteis e cooperativas agrícolas geridas coletivamente. O planejamento comunal nesses espaços subverteu o cálculo capitalista tradicional de maximização do lucro, em vez disso, a assembleia de cidadãos definia o preço dos produtos com base nos custos reais de produção e na utilidade social para a comunidade, destinando o excedente financeiro para os fundos de habitação, saúde ou educação locais.

Esse modelo buscou criar redes de intercâmbios solidários – transferência cooperativa de produtos diretamente do produtor camponês para o morador do barrio, eliminando a mais-valia capturada pelos atravessadores e intermediários burgueses – e circuitos curtos de abastecimento. Tais mecanismos fazem com que houvesse uma ligação entre as Comunas agrícolas do interior a Comunas urbanas nas favelas, tentando isolar esses territórios dos canais de especulação e do circuito de intermediação comercial controlado pela burguesia tradicional.

Tal busca por autonomia e capilaridade econômica esbarrava constantemente na lentidão do próprio aparelho burocrático do Estado, um impasse que culminou no histórico discurso autocrítico de Hugo Chávez em outubro de 2012, conhecido como o “Golpe de Timón” (A Virada de Timão). Nesse pronunciamento, que serve como um divisor teórico para a Quinta República, Hugo Chávez cobrou severamente seus ministros sobre a ausência de comunas reais nos grandes projetos estatais de habitação e infraestrutura, preferindo a histórica frase: “Comuna ou Nada”.

Diante disso, ao cruzar esse fatídico episódio com o referencial teórico utilizado na construção desta pesquisa, percebe-se que o próprio mandatário reconhecia o diagnóstico de Maringoni (2008) sobre a persistência de uma cultura institucional

rentista e burguesa nos ministérios, a qual tendia a enxergar como meros apêndices assistenciais. O “Golpe de Timón” representou o reconhecimento de que, sem a transferência real do poder de planejamento macroeconômico para o Poder Popular, a Revolução Bolivariana correria o risco de reverter para um capitalismo de Estado reformista.

A despeito do fôlego ideológico do “Golpe de Timón”, o planejamento econômico dos estados comunais encontrou seu teto histórico na vulnerabilidade estrutural da macroeconomia venezuelana, minuciosamente esmiuçada por Maringoni (2008). A arquitetura comunal expandiu-se impulsionada pela maior esteira de valorização internacional dos preços do petróleo da história (2003-2012), o que permitiu ao Estado centralizar bilhões de dólares e pulverizá-los na base através de fundos de financiamento comunitário.

Todavia, a economia venezuelana não conseguiu superar a dependência do subsolo e a “Doença Holandesa”, haja vista que a produção agrícola e industrial interna permanecia fraca, o que forçava o país a importar a esmagadora maioria dos bens de consumo. Como consequência, as próprias Comunas produtivas operavam em um ecossistema frágil (máquinas, sementes e insumos), que era direta ou indiretamente adquirido com as divisas do petróleo estatal. Quando os preços do barril desabaram no mercado global nos anos subsequentes, o fluxo de oxigênio financeiro que alimentava a transição comunal secou abruptamente.

O desdobramento dessa crise rentista expôs de forma crua as contradições da dupla institucionalidade no período pós-Chávez, alterando o papel do planejamento comunal de uma ferramenta de transição socialista para um mecanismo de pura sobrevivência, considerando que, em vez de planejarem o futura da revolução, tentavam unir forças para manter o bairro funcionando mesmo em momentos de crises e escassez. Essa paralisação no planejamento central ocorreu porque o Estado perdeu o controle sobre a distribuição e os preços dos bens básicos. Essa paralisia do planejamento estatal resultou de uma combinação: primeiro, a elite empresarial privada promoveu boicotes e especulação para desestabilizar a economia, segundo, as sanções dos Estados Unidos cortaram a entrada de dólares no país, e, por fim, o próprio governo falhou ao manter o controle perante a inflação e o colapso dos recursos petrolíferos.

Nessa conjuntura, em consoante com a visão de Ciccariello-Maher (2016), é durante o cenário de crise que fica claro como os órgãos do governo falharam e como a própria população impediu que a sociedade entrasse em um colapso. Por meio de ações práticas, como entrega de cestas básicas ou trocas diretas de alimentos entre os agricultores e os moradores da cidade, as Comunas assumiram o papel do Estado de garantir a alimentação diária para a população.

Em termos sociais e territoriais, o planejamento das Comunas mudou a realidade dos territórios ao incluir as populações das periferias e do campo que antes eram ignoradas. Conforme demonstra Ciccariello-Maher (2016), a descentralização do orçamento para dentro das periferias transferiu o poder de decisão para as populações negras, mestiças e camponesas, historicamente invisibilizadas pelo urbanismo tecnocrático. Esse protagonismo de base revelou-se indissociável da liderança das mulheres periféricas que, ao administrarem os fundos comunais e as redes de abastecimento local, transformaram as tarefas domésticas e de cuidado em pautas de luta política. Assim, a

Comuna territorializa a luta de classes:

Muitos caraqueños ricos ainda falam do Caracazo como o dia em que, usando uma frase particularmente desumanizadora, “o morro desceu”. Foi quando os pobres entraram ali não como indivíduos buscando empregos mal pagos, mas como um coletivo buscando igualdade. Ao matar centenas, ou até milhares, nas favelas há tanto tempo marginalizadas, o Estado colocou em ação movimentos sociais revolucionários e uma conspiração militar que eventualmente veria Hugo Chávez ser lançado à chefia do Estado (CICCARIELLO-MAHER, 2016, p. 23).

Em contrapartida, esse avanço no âmbito local de emancipação encontrou barreiras insuperáveis na macroestrutura econômica do país, elemento central no balanço crítico de Maringoni (2008). A tentativa de edificar o “Socialismo do Século XXI” não logrou superar a dependência histórica da monocultura petrolífera e a atrofia da produção interna. Como as Comunas dependiam direta ou indiretamente do direcionamento de divisas estatais obtidas com a exportação do petróleo, elas permaneceram vulneráveis às leis de valor do capitalismo global. Com a queda dos preços internacionais do barril, o fluxo financeiro que sustentava a utopia comunal secou, evidenciando que o Estado de transição continuou capturado pelas amarras do rentismo.

A confrontação entre Maringoni (2008) e Ciccariello-Maher (2016) oferece uma síntese sobre as possibilidades e contradições do planejamento comunitário na Venezuela atual, levando em conta a organização forte das comunidades e a dificuldade em se manter no poder, já que o país continua dependendo da venda de matérias-primas e dos dólares do mercado internacional. Longe de ser um modelo estático, a experiência da Quinta República funcionou como um laboratório vivo de luta de classes. As leituras de Maringoni (2008) e de Ciccariello-Maher (2016) demonstra o dilema central da Venezuela, levando em conta que, por um lado, há a força e a legitimidade da organização popular nos bairros e no campo, e por outro, se faz presente os limites impostos p

Conclusão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste relatório consistiu em analisar a relação entre o planejamento econômico e a crítica da Economia Política no processo bolivariano, concentrando o foco investigativo na implementação dos Estados Comunais. A pesquisa do planejamento econômico ganha destaque na investigação dos Estados Comunais, que funcionam como o laboratório real das contradições e potências do processo bolivariano.

Para responder a essa dimensão, a metodologia pautou-se em uma pesquisa qualitativa e bibliográfica que operou o cruzamento entre a leitura de Gilberto Maringoni (2008), voltada às amarras do Estado rentista petrolífero, e o estudo de campo de George

Ciccariello-Maher (2016). Foi por meio da análise das Leis Orgânicas do Poder Popular que se buscou apreender como as Comunas emergiram como fundamento de um planejamento econômico alternativo, tentando superar a regulação mercantil.

Além disso, essa discussão se faz necessária no âmbito da Economia Política para entender como as categorias de controle do excedente e soberania produtiva serão colocadas de forma concreta nos espaços das Comunas.

Estudar o processo bolivariano e sua virada ao "Socialismo do Século XXI" permite a compreensão de categorias usuais do planejamento periférico, utilizando de situações cotidianas da realidade venezuelana, mas principalmente reforçando o caráter da história, desde a ditadura de Gómez até a Quarta República.

Os procedimentos metodológicos, como a identificação das fontes e a análise dos dados econômicos, foram realizados por conta da variedade de referências bibliográficas, pelas quais contribuíram para a caracterização dos fundamentos teóricos do Planejamento Econômico atrelado à Economia Política venezuelana.

Através dessa leitura, foi realizada uma análise comparativa entre Maringoni (2008) e Ciccariello-Maher (2016) sobre suas respectivas interpretações acerca da transição venezuelana. Enquanto Maringoni traz uma base teórica sobre os limites do rentismo e o papel do Estado central, Ciccariello-Maher busca discutir a potência das bases, bem como detalhar os obstáculos que podem ser vistos num Planejamento Econômico desvinculado da democracia radical e do protagonismo popular.

As considerações finais deste estudo apontam que o projeto dos Estados Comunais viveu sob uma dupla restrição. Onde as comunas conseguiram politizar o cotidiano que desafiou a forma-mercadoria no nível do bairro e o Estado venezuelano utilizou as intervenções estatais como uma solução provisória financiada pela renda do petróleo, sem alterar a raiz da Lei do Valor que comanda a produção de mercadorias no país.

Portanto, reforça-se que a experiência dos Estados Comunais continua sendo uma grande referência para a crítica da Economia Política da transição, pois sua análise pautada no materialismo histórico-dialético foi essencial para auxiliar na busca de um planejamento econômico interligado ao caráter social.

Referências

REFERÊNCIAS

CICCARIELLO-MAHER, George. Construindo a Comuna: democracia radical na Venezuela. Tradução de Aldo Cordeiro Sauda. Coordenação editorial de Cauê Seigner Ameni, Hugo Albuquerque e Manuela Beloni. [S. l.: s. n.], 2016.

MARINGONI, Gilberto. A Revolução Venezuelana. São Paulo: Editora Unesp, 2008. (Coleção Revoluções do Século XX).

SANTIAGO, Lorenzo. Comunas: entenda como funciona a experiência de autogestão popular na Venezuela. Brasil de Fato, São Paulo, 15 fev. 2024. Disponível em:https://www.brasildefato.com.br/2024/02/15/comunas-entenda-como-funciona-a-experiencia-de-autogestao-popular-na-venezuela/. Acesso em: 20 jul. 2026.

MARX, Karl. O Capital: para a crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

VENEZUELA. [Asamblea Nacional]. Ley Orgánica de las Comunas. Caracas: Asamblea Nacional, [2010]. Disponível em:https://www.asambleanacional.gob.ve/storage/documentos/leyes/ley-organi-20220118145356.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

VENEZUELA. [Tribunal Supremo de Justicia]. Ley Orgánica de los Consejos Comunales. Caracas: Tribunal Supremo de Justicia, [2009]. Disponível em:https://www.tsj.gob.ve/documents/10184/225334/Ley+Org%C3%A1nica+de+los+Consejos+Comunales/2da83cc5-3bd9-4e34-ad46-51a342b6094a. Acesso em: 20 jul. 2026.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (ed.). Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 1990. p. 7-20.

CÓDIGO: HS1362

AUTOR: MARIA LETICIA NEDER GOMES NUNES

ORIENTADOR: ILENA FELIPE BARROS

TÍTULO: As condições de trabalho nos canavieiros no Nordeste

Resumo

O plano de trabalho está vinculado à pesquisa "O setor sucroalcooleiro no Nordeste: expressões da expropriação, exploração e violência", cujo objetivo é analisar a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no campo, tendo como referência a agroindústria sucroalcooleira e a persistência de processos de expropriação, exploração e violência. O estudo tem como objeto as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar na região canavieira do Nordeste, considerando as transformações no mundo do trabalho e seus impactos sobre a classe trabalhadora. Parte-se da compreensão de que a expansão do agronegócio e do setor sucroalcooleiro está relacionada à concentração fundiária, à apropriação da renda da terra e à intensificação da exploração da força de trabalho. A pesquisa é desenvolvida por meio de pesquisa documental e bibliográfica, articulada às atividades do Grupo de Pesquisa "Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social", utilizando documentos, boletins e materiais relacionados às condições de trabalho e à defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários dos canavieiros. A literatura analisada evidencia que a intensificação da produtividade pode ocorrer simultaneamente à precarização das condições de trabalho, produzindo impactos físicos, sociais e psicológicos sobre os trabalhadores. Nesse sentido, busca-se compreender o trabalho nos canaviais nordestinos como expressão da questão social e das contradições presentes no desenvolvimento capitalista no campo.

Palavras-chave: Trabalho rural. Canavieiros. Exploração. Violência. Agronegócio.

TITLE: Work in the sugarcane fields of Northeastern Brazil: exploitation and violence

Abstract

The research plan is linked to the study "The sugar-energy sector in Northeastern Brazil: expressions of expropriation, exploitation and violence", which aims to analyze the dynamics of capitalist development in rural areas, focusing on the sugar-energy agribusiness and the persistence of processes of expropriation, exploitation and violence. The study focuses on the working conditions of sugarcane cutters in the sugarcane-producing region of Northeastern Brazil, considering transformations in the

world of work and their effects on the working class. It starts from the understanding that the expansion of agribusiness and the sugar-energy sector is related to land concentration, the appropriation of land rent and the intensification of labor exploitation. The research is based on documentary and bibliographic research, articulated with the activities of the Research Group “Social Question, Social Policies and Social Work”, using documents, bulletins and materials concerning working conditions and the defense of workers’ labor and social security rights. The literature analyzed indicates that increased productivity may occur simultaneously with the deterioration of working conditions, producing physical, social and psychological impacts on workers. Therefore, the study seeks to understand work in Northeastern sugarcane fields as an expression of the social question and of the contradictions inherent in capitalist development in rural areas.

Keywords: Rural work. Sugarcane workers. Exploitation. Violence. Agribusiness.

Introdução

O setor sucroalcooleiro constitui importante segmento do agronegócio brasileiro e possui expressiva presença na região Nordeste. Sua expansão está inserida na dinâmica do desenvolvimento capitalista no campo, marcada pela articulação entre propriedade fundiária, capital financeiro, produção agrícola, processamento industrial e comercialização. Nesse processo, a terra assume centralidade como elemento de valorização do capital e de apropriação da renda fundiária. O plano de trabalho “O trabalho nos canaviais do Nordeste: exploração e violência” está vinculado à pesquisa “O setor sucroalcooleiro no Nordeste: expressões da expropriação, exploração e violência”, que busca analisar a dinâmica do capitalismo no campo e a permanência de processos de expropriação, exploração e violência na agroindústria sucroalcooleira. O plano tem como objetivos analisar as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar do Nordeste; compreender as transformações no mundo do trabalho e seus reflexos na agroindústria sucroalcooleira; e estudar as relações entre questão agrária, agronegócio e setor sucroalcooleiro. A expansão do setor ocorre em meio a uma estrutura agrária historicamente desigual. No espaço rural nordestino, pequenos e médios produtores podem estabelecer relações de dependência com agroindústrias, enquanto assentamentos e comunidades situados no entorno das usinas também podem ser afetados pela expansão da produção. O plano de trabalho aponta como consequências desse processo o aprofundamento da desigualdade agrária, a violência no campo, a ocorrência de trabalho escravo, a utilização de agrotóxicos e a destruição de recursos naturais. Essas contradições também se expressam nas relações de trabalho. A expansão da produção e da produtividade não significa necessariamente melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Silva (2011), ao analisar o trabalho nos canaviais, demonstra que o aumento da produtividade pode caminhar juntamente com a intensificação da exploração da força de trabalho. A autora também evidencia que a degradação das condições laborais produz sofrimento físico, moral e psíquico. O trabalho nos canaviais caracteriza-se por exigências físicas elevadas, ritmos intensos e mecanismos de controle da produtividade. Estudos apresentados por Silva mostram que o trabalhador pode ser submetido a grande esforço físico, repetição de movimentos, exposição ao calor, à fuligem e a outros fatores prejudiciais à saúde. A literatura também registra a ocorrência de cãibras, vômitos, tonturas, dores, doenças respiratórias e outros agravos relacionados às condições de trabalho. Dessa forma, analisar as

condições de trabalho dos cortadores de cana implica compreender a relação entre produtividade, exploração e reprodução da força de trabalho. A discussão não pode ser reduzida às características imediatas da atividade laboral, pois está relacionada à estrutura agrária, às transformações do capitalismo, às formas de organização do trabalho e à desigualdade social. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender como as transformações do mundo do trabalho repercutem sobre os trabalhadores do setor sucroalcooleiro nordestino, identificando expressões de precarização, exploração e violência e suas consequências para a classe trabalhadora. A investigação também pretende contribuir para a produção de conhecimento crítico sobre a realidade rural e para a compreensão da questão agrária brasileira a partir da perspectiva do Serviço Social.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa está fundamentada no método crítico-dialético, buscando apreender o objeto de estudo em sua totalidade e historicidade, considerando as relações e contradições que envolvem a questão agrária brasileira e o setor sucroalcooleiro no Nordeste. O desenvolvimento da pesquisa foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica e documental, articulado às atividades do Grupo de Pesquisa "Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social" e às ações da pesquisa à qual este plano de trabalho está vinculado. A participação no grupo possibilitou o aprofundamento das categorias teóricas relacionadas ao objeto de estudo, bem como a realização de debates, estudos temáticos e discussões sobre o percurso metodológico, as técnicas de coleta de dados e a análise das informações. Foram realizadas leituras e fichamentos de textos relacionados à temática pesquisada, buscando compreender a questão agrária brasileira, o agronegócio, o setor sucroalcooleiro, as transformações no mundo do trabalho e as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar. Esses estudos possibilitaram aproximações sucessivas com o objeto de pesquisa e contribuíram para sua apreensão em sua totalidade e historicidade. A pesquisa documental constituiu outra importante dimensão da metodologia utilizada. Foram levantados documentos e materiais relacionados à realidade dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, especialmente aqueles produzidos pelo Movimento Sindical Rural, que realiza campanhas salariais anuais em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários dos canavieiros. As informações presentes nesses documentos foram sistematizadas e analisadas em articulação com a fundamentação teórica da pesquisa. Também foi realizado o levantamento e estudo de fontes de informação disponibilizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especialmente por meio da Biblioteca Central Zila Mamede, contribuindo para o aprofundamento da literatura relacionada ao objeto investigado. O processo metodológico envolveu, portanto, o estudo das categorias teóricas, a realização de leituras e fichamentos, a pesquisa documental, o levantamento e tratamento dos dados e sua posterior análise. A interpretação das informações buscou estabelecer relações entre os dados encontrados nos documentos e as categorias teóricas utilizadas na pesquisa, permitindo problematizar as condições de trabalho dos cortadores de cana e as expressões de exploração e violência presentes no setor sucroalcooleiro. Dessa forma, a metodologia utilizada possibilitou uma aproximação crítica com a realidade dos trabalhadores dos canaviais do Nordeste, contribuindo para a produção de conhecimento sobre a questão agrária brasileira e as transformações nas relações de trabalho no setor sucroalcooleiro.

Resultados e Discussões

A análise teórica e documental desenvolvida até o momento permite identificar que as condições de trabalho nos canaviais estão inseridas em uma dinâmica mais ampla de expansão do capitalismo no campo. O setor sucroalcooleiro articula produção agrícola, indústria, capital financeiro e propriedade fundiária, constituindo uma importante expressão do agronegócio. Nesse processo, a busca pela ampliação da produtividade e da rentabilidade incide diretamente sobre a organização do trabalho e sobre as condições de reprodução da força de trabalho. No Nordeste, a expansão da atividade sucroalcooleira relaciona-se a uma estrutura agrária desigual e à concentração da propriedade da terra. O plano de trabalho destaca que pequenos e médios produtores podem estabelecer relações de dependência com agroindústrias, inclusive por meio de contratos e endividamento, enquanto comunidades e assentamentos localizados nas áreas de influência das usinas também podem sofrer os efeitos da expansão da produção. Essas relações demonstram que as transformações do setor não podem ser compreendidas somente a partir da dimensão produtiva, mas devem ser relacionadas às formas de apropriação da terra, da renda e do trabalho. Uma das principais categorias identificadas na literatura é a exploração da força de trabalho. Silva (2011) demonstra que a elevação da produção e da produtividade dos canaviais pode ocorrer paralelamente ao aumento da exploração dos trabalhadores. A autora identifica uma intensificação dos ritmos de trabalho e formas de controle da produtividade que submetem os trabalhadores a elevados níveis de esforço físico. No trabalho manual do corte da cana, a produtividade constitui um importante mecanismo de controle. A atividade exige movimentos repetitivos, flexão constante do corpo, golpes sucessivos com o podão e deslocamentos realizados sob condições climáticas adversas. A literatura analisada apresenta, inclusive, situações em que a quantidade de cana cortada diariamente constitui critério para permanência ou dispensa do trabalhador. Os dados apresentados por Silva demonstram a dimensão da intensidade do trabalho. Em estudo citado pela autora, um trabalhador teria realizado milhares de golpes de podão e flexões de coluna durante a jornada, além de apresentar elevada carga cardiovascular. Esses elementos evidenciam que a produtividade exigida não é apenas um indicador econômico, mas um mecanismo que incide diretamente sobre o corpo do trabalhador. Essa intensificação também possui consequências para a saúde. A literatura aponta a ocorrência de cãibras, vômitos, tonturas, dores musculares, problemas respiratórios, lesões e outros agravos. Em pesquisa citada por Silva, trabalhadores apresentaram aumento de sintomas respiratórios e de cãibras durante a safra, além de alterações em indicadores clínicos e laboratoriais. A relação entre trabalho e adoecimento também aparece na exposição dos trabalhadores à fuligem, agrotóxicos e outros agentes presentes no processo produtivo. O estudo analisado registra que a fuligem pode atingir diretamente os trabalhadores durante o corte da cana, havendo pesquisas que identificaram substâncias relacionadas à exposição a poluentes. Outro aspecto importante diz respeito ao sofrimento físico e psíquico. A precarização das condições de trabalho não se limita ao desgaste corporal, mas pode atingir diferentes dimensões da vida dos trabalhadores. A literatura utilizada demonstra que a intensificação do trabalho e a degradação das condições laborais produzem sofrimento físico, moral e psíquico. As transformações tecnológicas também produzem efeitos contraditórios. A mecanização modifica a organização do trabalho e pode reduzir determinadas atividades manuais, mas não elimina necessariamente a exploração da força de trabalho. Silva identifica um processo de reconfiguração do trabalho nos canaviais, no qual a substituição do trabalho

manual por máquinas é acompanhada pela criação de novos arranjos no mercado de trabalho e por novas formas de exploração. Essa discussão pode ser relacionada às transformações mais amplas do mundo do trabalho. A reestruturação produtiva tende a incorporar novas tecnologias, formas de gestão e mecanismos de controle, ao mesmo tempo em que intensifica a produtividade e flexibiliza as relações de trabalho. No setor sucroalcooleiro, esse movimento deve ser compreendido em articulação com as particularidades do trabalho rural e com as desigualdades históricas existentes no campo. A dimensão migratória também constitui elemento relevante para compreender a exploração. A literatura analisada demonstra que trabalhadores migrantes podem ser recrutados em suas regiões de origem para trabalhar durante as safras, permanecendo vinculados temporariamente às empresas. Essa condição pode ampliar a vulnerabilidade social, especialmente diante da distância entre os locais de origem e trabalho e da dependência econômica em relação ao emprego. A migração, portanto, não pode ser interpretada apenas como deslocamento individual em busca de emprego. Ela está relacionada às condições estruturais de reprodução da classe trabalhadora e às desigualdades presentes no campo. A literatura evidencia que processos de expropriação e perda das condições de reprodução podem contribuir para a formação de trabalhadores disponíveis para atividades agrícolas altamente exploradas. No caso do Nordeste, essas questões assumem particular importância diante da concentração fundiária, da pobreza rural, da precarização do trabalho e das dificuldades de acesso a direitos sociais. O próprio plano de trabalho aponta como expressões da questão social no campo a exclusão do mercado formal de trabalho, a limitada cobertura de direitos sociais e trabalhistas, o desemprego estrutural e a precarização das políticas sociais. A discussão sobre exploração também precisa considerar as situações de violência e trabalho escravo identificadas como problemas associados à expansão das atividades do agronegócio. O plano de trabalho aponta expressamente o trabalho escravo e a violência no campo entre as consequências relacionadas ao processo de expansão do setor. Nesse sentido, o trabalho decente constitui uma dimensão fundamental para a análise. A existência de emprego não significa, por si só, a existência de trabalho digno. Para que o trabalho seja compreendido como trabalho decente, é necessário considerar remuneração, segurança, proteção social, direitos trabalhistas, condições adequadas de saúde e possibilidade de organização coletiva dos trabalhadores. O Movimento Sindical Rural assume importância nesse processo, uma vez que o plano prevê a utilização de materiais produzidos no contexto das campanhas salariais realizadas em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários dos canavieiros. Esses documentos constituem fontes relevantes para identificar reivindicações, conflitos, condições de trabalho e demandas apresentadas pelos trabalhadores. A análise dos boletins e demais documentos deverá permitir, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, identificar de forma mais precisa as principais reivindicações dos trabalhadores, as condições denunciadas e as formas de intervenção e organização coletiva presentes no setor. Esses dados serão confrontados com a produção bibliográfica, permitindo verificar como as manifestações concretas da exploração aparecem nos documentos e como se relacionam às categorias teóricas estudadas. Dessa forma, os resultados preliminares apontam para a existência de uma relação entre expansão produtiva, intensificação do trabalho, precarização, adoecimento e desigualdade. A literatura analisada permite compreender que o aumento da produtividade não pode ser considerado isoladamente como indicador de desenvolvimento, pois seus resultados sociais dependem das condições em que o trabalho é realizado e de quem se apropria dos resultados produzidos. A partir dessa perspectiva, a realidade dos cortadores de cana deve ser analisada como expressão das contradições do capitalismo no campo. De um lado, observa-se a modernização

tecnológica, a expansão produtiva e a inserção do setor em mercados nacionais e internacionais; de outro, permanecem condições de trabalho marcadas pela exploração, pela desigualdade e pela vulnerabilidade social. Assim, a discussão desenvolvida reforça a necessidade de compreender o setor sucroalcooleiro não apenas como atividade econômica, mas como espaço de produção e reprodução de relações sociais. A análise das condições de trabalho permite evidenciar como as transformações do capitalismo no campo repercutem sobre a classe trabalhadora e produzem diferentes expressões da questão social.

Conclusão

A análise desenvolvida permite compreender que as condições de trabalho dos cortadores de cana estão diretamente relacionadas às transformações do capitalismo no campo, à expansão do agronegócio e às desigualdades presentes na estrutura agrária brasileira. O setor sucroalcooleiro, embora possua relevância econômica, também expressa contradições relacionadas à exploração da força de trabalho, à precarização, à violência e à desigualdade social. A literatura analisada evidencia que a intensificação da produtividade pode ocorrer simultaneamente à deterioração das condições de trabalho, submetendo os trabalhadores a elevados níveis de esforço físico, exposição a condições adversas e diferentes formas de controle da produção. Essas condições produzem consequências para a saúde física e mental dos trabalhadores, demonstrando que o crescimento produtivo não representa, necessariamente, melhoria das condições de vida e trabalho. No Nordeste, essas relações devem ser compreendidas considerando as particularidades da questão agrária, a concentração fundiária, a pobreza rural e a precarização do acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Nesse sentido, a situação dos canavieiros constitui importante expressão da questão social e evidencia as contradições existentes entre a produção de riqueza e as condições de reprodução da classe trabalhadora. A continuidade da pesquisa documental, especialmente a análise dos boletins e documentos relacionados ao Movimento Sindical Rural, possibilitará aprofundar a identificação das condições concretas de trabalho e das reivindicações dos trabalhadores. Recomenda-se, portanto, a continuidade do levantamento e sistematização dos dados, bem como sua articulação com a literatura sobre questão agrária, mundo do trabalho, agronegócio e Serviço Social. Conclui-se que compreender o trabalho nos canaviais exige ultrapassar uma análise restrita à dimensão econômica da produção e considerar as relações sociais que sustentam essa atividade. A pesquisa contribui, assim, para dar visibilidade às condições vivenciadas pelos trabalhadores e para fortalecer uma leitura crítica da realidade rural brasileira.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLACSO, 2000. BRASIL DE FATO. “Lista suja” aumenta e já são 187 empresas autuadas por trabalho escravo. São Paulo, 10 abr. 2019. BRUNO, Regina. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil 2024. Goiânia: CPT, 2025. DELGADO,

Guilherme da Costa. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. v. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013. IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, n. 3, ano 2, p. 9-32, jan./jun. 2001. MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. OXFAM BRASIL. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. SILVA, Maria Aparecida de Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. Perspectivas, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan./jun. 2011. STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. v. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013. YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília, n. 3, ano 2, p. 33-40, jan./jun. 2001. YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

CÓDIGO: HS1420

AUTOR: EDINALDO PEREIRA DE ARAUJO

ORIENTADOR: MOZART FAZITO REZENDE FILHO

TÍTULO: Desenvolvimento Urbano no Entorno do Rio Potengi: Saneamento, revitalização, caminhabilidade e potencial turístico em Natal/RN

Resumo

Os rios exerceram papel fundamental na formação das sociedades e das cidades, funcionando historicamente como fontes de água, alimento, transporte, comunicação e desenvolvimento econômico.Entretanto, o processo de urbanização e industrialização modificou profundamente essa relação, fazendo com que muitos rios urbanos passassem a receber esgotos, resíduos e os impactos da ocupação desordenada.Este artigo analisa a relação entre desenvolvimento urbano, revitalização de rios, Política Municipal de Saneamento Básico e caminhabilidade no entorno do Rio Potengi, na cidade de Natal/RN.A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de informações institucionais e jornalísticas, complementadas pela proposta de observação do entorno do rio e pelo mapeamento de atrativos próximos às suas margens.São discutidos casos brasileiros de revitalização, como referências para refletir sobre possibilidades de integração entre saneamento, recuperação ambiental, espaços públicos, mobilidade e turismo.Os resultados indicam que, apesar dos problemas históricos relacionados à poluição e ao lançamento de esgotos, o Potengi mantém significativo potencial ambiental, histórico, cultural, paisagístico e turístico.Destaca-se ainda a revisão em curso da PMSB como uma oportunidade para fortalecer a integração entre saneamento, recuperação dos mananciais e desenvolvimento urbano.Como prognóstico, propõe-se a valorização do entorno do rio por meio da melhoria da caminhabilidade.

Palavras-chave: rio potengi. desenvolvimento urbano. saneamento básico. revitalização

TITLE: Urban Development in the Surroundings of the Potengi River: Sanitation, Revitalization, Walkability, and Tourism Potential in Natal, RN, Brazil

Abstract

Rivers have historically played a fundamental role in the formation of societies and cities, serving as sources of water, food, transportation, communication, and economic

development. However, urbanization and industrialization have profoundly changed this relationship, turning many urban rivers into recipients of sewage, waste, and the impacts of unplanned occupation. This article analyzes the relationship between urban development, river revitalization, the Municipal Basic Sanitation Policy, and walkability in the surroundings of the Potengi River in Natal, Rio Grande do Norte, Brazil. The research is based on a literature review, documentary research, and analysis of institutional and journalistic information, complemented by observation of the river surroundings and mapping of nearby attractions. Brazilian revitalization cases, particularly the Capibaribe and Pinheiros rivers, are discussed as references for integrating sanitation, environmental recovery, public spaces, mobility, and tourism. The results indicate that, despite historical pollution and sewage discharge, the Potengi River retains significant environmental, historical, cultural, landscape, and tourism potential. The ongoing revision of Natal's Municipal Basic Sanitation Policy represents an opportunity for improvement. As a prospective strategy, the study proposes enhancing the river surroundings through improved walkability, better access, and the development of walking routes.

Keywords: Potengi River. Urban development. Basic sanitation. Regeneration

Introdução

O desenvolvimento das cidades contemporâneas, marcado pela expansão econômica, pelos avanços tecnológicos e pelos processos de urbanização, tem sido acompanhado por diferentes conflitos socioambientais. Entre eles, destacam-se aqueles relacionados à relação entre os rios urbanos e as cidades. Historicamente, com o avanço da modernização e da industrialização, muitos rios passaram a ser percebidos de forma predominantemente funcional, sendo utilizados como receptores de rejeitos e dejetos urbanos e industriais. Esse processo contribuiu para o afastamento da população dos rios e para a degradação de suas condições ambientais (GUIMARÃES et al., 2021). Recentemente os rios urbanos passaram a ser reconhecidos como elementos estratégicos para o desenvolvimento das cidades, podendo contribuir para o lazer, a saúde, a contemplação e a mobilidade (HACK; SCHRÖTER, 2020). Nesse contexto, o Potengi apresenta especial relevância para o desenvolvimento urbano de Natal. Além dos problemas relacionados à poluição e à degradação ambiental, seu entorno reúne uma diversidade de elementos territoriais, sociais, históricos e paisagísticos, incluindo o Centro Histórico, comunidades, áreas portuárias, manguezais e zonas residenciais. Essa diversidade evidencia a necessidade de compreender os problemas existentes no território de maneira integrada e de buscar soluções que articulem questões ambientais, urbanas, sociais, de mobilidade e de valorização do patrimônio (DURÁN VIAN et al., 2021). Dentro dessa perspectiva, torna-se particularmente interessante estudar a caminhabilidade no entorno do Rio Potengi, entendida como a qualidade do ambiente urbano para a realização de deslocamentos a pé de forma segura, acessível, confortável e atrativa. A escolha desse enfoque é relevante porque a revitalização de um rio urbano não depende exclusivamente da recuperação da qualidade da água, mas também da capacidade de aproximar as pessoas de suas margens. Calçadas adequadas, acessibilidade, segurança, iluminação, arborização, sinalização e conectividade podem favorecer a circulação de moradores e visitantes e, ao mesmo tempo, ampliar as possibilidades de lazer, contemplação, turismo e valorização dos espaços urbanos. No

caso do Rio Potengi, estudar a caminhabilidade pode contribuir para compreender por que determinados espaços com grande importância histórica, cultural e paisagística ainda apresentam dificuldades de acesso e utilização pela população. A melhoria das condições para os deslocamentos a pé pode funcionar, portanto, como uma estratégia de aproximação entre cidade e rio, conectando diferentes atrativos e espaços públicos e contribuindo para a revitalização de áreas urbanas que atualmente apresentam limitações de uso. Nesse sentido, o conceito de walkability ou caminhabilidade constitui uma importante ferramenta para analisar a relação entre mobilidade de pedestres, qualidade urbana e potencial turístico (DE VOS et al., 2023; SHIELDS et al., 2023). Assim, o estudo parte da compreensão de que os problemas do entorno do Rio Potengi devem ser analisados de forma integrada, considerando não apenas a questão ambiental, mas também as condições de mobilidade, acessibilidade e apropriação dos espaços pela população. A investigação da caminhabilidade permite, dessa forma, identificar obstáculos e potencialidades e subsidiar propostas capazes de aproximar a cidade do rio, fortalecendo sua função ambiental, social, cultural e turística. O problema, portanto, não consiste apenas na poluição do rio, mas na necessidade de compreender como a cidade se desenvolveu ao seu redor e, ao mesmo tempo, progressivamente se afastou dele. Dessa forma, este artigo justifica-se pela necessidade de discutir o desenvolvimento urbano no entorno do Potengi a partir de uma perspectiva integrada, envolvendo saneamento, revitalização ambiental, caminhabilidade, patrimônio e turismo e com objetivo geral de estudar problemas de desenvolvimento urbano no entorno do Potengi e propor soluções

Metodologia

O estudo possui caráter predominantemente qualitativo, exploratório e documental, articulando diferentes técnicas de investigação (CRESWELL 2014). A primeira etapa consiste na revisão bibliográfica sobre rios urbanos, revitalização, recuperação ambiental, desenvolvimento urbano, infraestrutura verde, caminhabilidade e turismo. A segunda etapa corresponde à pesquisa documental, envolvendo a Política Municipal de Saneamento Básico de Natal, a Lei Municipal nº 6.880/2019, documentos referentes à revisão da política, planos e documentos municipais, documentos institucionais, materiais relacionados ao Fórum Potengi, legislação ambiental e urbana pertinente. A terceira etapa consiste na análise de notícias e informações institucionais relacionadas à situação atual do Rio Potengi, aos debates sobre revitalização e às intervenções em discussão. Essas fontes não substituem a literatura científica, mas contribuem para compreender a atualidade do debate. A quarta etapa propõe a realização de observação sistemática do entorno do Rio Potengi, com atenção aos seguintes aspectos, qualidade visual e ambiental, presença de resíduos, acessibilidade, condições das calçadas, continuidade dos percursos, iluminação, segurança percebida, mobiliário urbano, sinalização, áreas de contemplação, conexão entre atrativos. Por fim, será realizado o mapeamento dos atrativos históricos, culturais, religiosos, ambientais e paisagísticos localizados próximos ao rio, buscando identificar possibilidades de integração em futuros roteiros de caminhada.

Resultados e Discussões

A caminhabilidade está relacionada às condições oferecidas pelo ambiente urbano para o deslocamento e permanência das pessoas a pé. Calçadas contínuas, acessibilidade, iluminação, segurança, arborização, sinalização, conforto térmico e conectividade são elementos importantes para determinar se certo espaço pode ser efetivamente percorrido pelos cidadãos (GEHL, 2010). Nesse sentido, o conceito de walkability ou caminhabilidade constitui uma importante ferramenta para analisar a relação entre mobilidade de pedestres, qualidade urbana e potencial turístico (DE VOS et al., 2023; SHIELDS et al., 2023), é entendido como a capacidade de um espaço urbano oferece condições adequadas para os deslocamentos e a permanência de pedestres. A caminhabilidade torna-se, assim, parte importante das estratégias de revitalização das áreas ribeirinhas, uma vez que a aproximação entre população, cidade e rio depende não apenas da recuperação ambiental, mas também da existência de caminhos seguros, acessíveis e conectados. Uma área pode possuir grande valor histórico ou paisagístico, mas, se as calçadas estiverem degradadas, se não houver acessibilidade, iluminação, sinalização ou segurança, o espaço permanece pouco aproveitado. Da mesma forma, a existência de um atrativo turístico próximo ao rio não garante, por si só, sua integração à experiência urbana. É necessário estabelecer conexões entre os diferentes pontos de interesse e criar condições para que moradores e visitantes possam percorrer o território de maneira confortável, segura e contínua. No entorno do Rio Potengi, essa discussão torna-se particularmente relevante. Não basta revitalizar o rio se os caminhos de acesso permanecerem descontínuos, inseguros ou pouco atrativos. A revitalização deve alcançar também o espaço entre a cidade e o rio. Calçadas, percursos, áreas de descanso, sinalização e pontos de contemplação podem transformar o deslocamento a pé em uma experiência de mobilidade, lazer, educação ambiental e turismo. Além das características físicas das calçadas e dos percursos, a caminhabilidade também está relacionada à percepção de segurança, à diversidade de usos e à qualidade da experiência proporcionada pelo espaço urbano. Gehl (2010) destaca que cidades voltadas para as pessoas devem favorecer não apenas o deslocamento, mas também atividades de permanência, encontro, contemplação e convivência. Nesse sentido, espaços ribeirinhos que combinam circulação de pedestres, áreas verdes, mobiliário urbano, comércio, equipamentos culturais e locais de descanso tendem a apresentar maior potencial de apropriação social. A presença desses elementos pode contribuir para tornar as margens dos rios espaços mais ativos e integrados à dinâmica cotidiana da cidade. A caminhabilidade também apresenta relação direta com a mobilidade urbana sustentável, especialmente quando os deslocamentos a pé são articulados a outros modos de transporte. Segundo Speck (2016), uma cidade caminhável deve oferecer percursos seguros, interessantes, confortáveis e úteis, permitindo que o pedestre consiga realizar diferentes atividades sem depender exclusivamente do automóvel. Nas áreas próximas aos rios urbanos, essa perspectiva pode favorecer a criação de percursos que conectem equipamentos públicos, espaços culturais, áreas de lazer, atrativos turísticos e sistemas de transporte coletivo. Dessa maneira, a qualificação dos espaços destinados aos pedestres pode ampliar a acessibilidade ao rio e estimular formas de deslocamento com menor impacto ambiental, contribuindo para uma cidade mais integrada e inclusiva. No contexto turístico, a caminhabilidade assume ainda maior importância porque o visitante frequentemente conhece a cidade por meio de seus deslocamentos entre diferentes atrativos. A possibilidade de caminhar por percursos contínuos, seguros, acessíveis e dotados de elementos de interesse contribui para uma experiência mais próxima da paisagem e da vida cotidiana local. Para Urry e Larsen (2011), a experiência

turística envolve diferentes formas de olhar, perceber e experimentar os lugares, o que evidencia a importância da paisagem e dos espaços urbanos na construção da experiência do visitante. Assim, a qualificação da caminhabilidade no entorno do Rio Potengi pode contribuir não apenas para a mobilidade dos moradores, mas também para a criação de roteiros de caminhada capazes de integrar patrimônio histórico, paisagem ribeirinha, espaços públicos e atrativos turísticos, fortalecendo a relação entre o rio, a cidade e seus visitantes.

A cidade do Natal sofreu um distanciamento do Rio Potengi desde o final da Segunda Guerra Mundial. Metaforicamente, podemos dizer que, desde então, o rio ficou "invisível" para a maioria de seus habitantes, pois parece ser, de fato, pouco lembrado e efetivamente visto por muitos, diferentemente de tantas outras cidades no Brasil e no mundo em que o rio é parte essencial e indispensável de sua paisagem urbana. Esse novo momento de distanciamento pode ser apreendido por pelo menos duas maneiras diferentes: 1) pelas consequências do próprio crescimento e estruturação urbana da cidade, calcados principalmente na valorização mercantil da terra; 2) pela ausência de uma política de valorização tanto histórico-paisagística quanto ambiental do próprio rio. Esses dois itens, que não são exaustivos para explicar o distanciamento em apreço, estão por sua vez profundamente interligados. As políticas públicas e os agentes governamentais responsáveis pelo planejamento da cidade e - por conseguinte, a própria sociedade natalense (TEIXEIRA, 2015). Entretanto, limitar a análise do Potengi aos seus problemas seria ignorar sua importância territorial. Diante desse cenário, é necessário retomar uma relação mais equilibrada entre a cidade e o Potengi. Não se trata de retornar literalmente ao passado, mas de construir uma nova forma de convivência baseada no reconhecimento de que o rio possui funções ambientais, sociais, culturais e econômicas. O Rio Potengi, para além de seus problemas ambientais, possui um entorno de grande diversidade territorial. Em sua área de influência encontram-se o Centro Histórico de Natal, comunidades, atividades portuárias, áreas de manguezal, zonas residenciais e importantes elementos do patrimônio histórico e paisagístico. A própria formação histórica de Natal está associada à presença do Potengi. Documentos históricos e patrimoniais reconhecem a Cidade Alta e a Praça André de Albuquerque como parte do núcleo urbano inicial da capital, estabelecido em uma área diretamente relacionada ao rio. O Rio Potengi possui importância fundamental para a história e para a configuração territorial de Natal. O próprio processo de formação da cidade ocorreu em estreita relação com seu estuário. A Fortaleza dos Reis Magos, por exemplo, está implantada em uma área cuja localização está diretamente associada ao estuário do Potengi (IPHAN, 2026), característica reconhecida pelo próprio patrimônio cultural federal. A Cidade Alta também mantém elementos dessa relação histórica. A Praça André de Albuquerque é reconhecida como marco zero e núcleo histórico da cidade, enquanto a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ocupa uma posição elevada que permite a observação da paisagem do estuário, dos manguezais e de diferentes áreas urbanas de Natal. Entretanto, o desenvolvimento urbano não foi integralmente favorável ao Rio Potengi. O crescimento urbano e industrial da região contribuiu para o aumento das pressões sobre o estuário, incluindo o lançamento de esgotos domésticos sem tratamento, efluentes industriais, resíduos sólidos e a ocupação e degradação de áreas de manguezal. Estudos sobre o estuário do Potengi identificam a expansão urbana como um dos fatores associados à degradação ambiental, destacando a ocorrência de lançamentos de efluentes domésticos e industriais e impactos significativos sobre os manguezais (SILVA et al., 2010; BELARMINO et al., 2014). Documentos municipais também registram problemas como o lançamento de dejetos in natura no Rio Potengi, a

deposição de resíduos nos corpos hídricos, a devastação dos mangues, a ocupação desordenada das margens e o lançamento de esgotos a céu aberto (NATAL, 2024). Informações mais recentes também demonstram que a recuperação do rio continua sendo um desafio. Em 2025, o Ministério Público do Rio Grande do Norte informou a existência de histórico de lançamento de esgotos sem tratamento e apontou a necessidade de adequações em estações de tratamento de esgoto relacionadas à recuperação ambiental do sistema (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2025). O Fórum Potengi, criado em 2024 (UFRN, 2026), reforça a atualidade desse debate ao reunir pesquisadores, instituições públicas, comunidades e diferentes organizações em torno da revitalização do estuário. Entre os temas associados às discussões estão saneamento, lazer, turismo, preservação do patrimônio e desenvolvimento territorial sustentável. A Pedra do Rosário representa um exemplo significativo desse potencial. Localizada às margens do Potengi, foi oficialmente reconhecida pela Lei Municipal nº 7.571/2023 como ponto turístico, religioso e paisagístico de Natal (NATAL, 2023). Além disso, existem discussões contemporâneas sobre a retomada de usos sociais do rio, como o incentivo à prática do remo, atividade historicamente relacionada ao Potengi. Portanto, o desafio não é "criar" artificialmente uma atratividade inexistente. O desafio é reconhecer, recuperar, conectar e qualificar atrativos que já existem, melhorando as condições ambientais e urbanas para que possam ser utilizados de forma sustentável.

Estudos recentes sobre Recife (UFPE, 2015) demonstram que a degradação dos rios está relacionada a processos de planejamento urbano inadequado, canalização, poluição difusa e lançamento de esgotos. Ao mesmo tempo, iniciativas de revitalização indicam a necessidade de integrar funções hidráulicas, ecológicas e sociais. A lição que fica para o Potengi é que recuperar o rio significa também recuperar sua relação com a população. O Parque Capibaribe apresenta uma das experiências brasileiras mais relevantes para comparação. A proposta procura recuperar a relação entre a cidade e o rio por meio da criação de espaços públicos, áreas verdes e conexões territoriais. O projeto possui abrangência significativa (PREFEITURA DO RECIFE, 2026, UFPE, 2015), e trabalha com a ideia de uma cidade estruturada também a partir do rio. A iniciativa demonstra que a revitalização pode ultrapassar a limpeza ou recuperação da água e alcançar as margens, os bairros e os hábitos cotidianos da população (PREFEITURA DO RECIFE, 2026; UFPE, 2015). A lição que fica para o Potengi é que o rio pode funcionar como elemento de conexão entre diferentes partes da cidade.

O Programa Novo Pinheiros representa uma experiência de recuperação associada a ações de saneamento e revitalização (ALENCAR et al., 2025). A análise científica do programa destaca a necessidade de avaliar não apenas intervenções isoladas, mas a efetividade das ações dentro de uma estratégia integrada de recuperação de rios urbanos. A lição que fica para o Rio Potengi é que o saneamento é condição fundamental para a revitalização, mas precisa ser acompanhado por monitoramento e continuidade das políticas públicas.

Com base na literatura, nos documentos consultados e nas informações institucionais, o Rio Potengi apresenta uma situação marcada pela coexistência de problemas e potencialidades. Os principais problemas identificados são o histórico de lançamento de esgotos, poluição e degradação da qualidade ambiental, impactos sobre manguezais, presença de resíduos, dificuldade de integração entre cidade e rio, fragmentação dos espaços públicos, limitações de acessibilidade em determinados trechos, ausência ou

insuficiência de infraestrutura voltada à permanência e contemplação, necessidade de maior integração entre saneamento, planejamento urbano e turismo. As principais potencialidades são a importância histórica para a formação de Natal, presença do Centro Histórico, a Igreja do Rosário dos Pretos e seu mirante, a Pedra do Rosário, a paisagem do estuário, os manguezais, o bairro da Ribeira, as atividades náuticas, o patrimônio histórico, a Fortaleza dos Reis Magos, o potencial para turismo cultural e ambiental, a possibilidade de criação de percursos caminháveis.

O diagnóstico demonstra, portanto, uma contradição: o Rio Potengi possui importantes atrativos, mas ainda enfrenta condições ambientais e urbanas que limitam seu aproveitamento pleno. A recuperação do Potengi depende diretamente de ações relacionadas ao tratamento de esgoto, à gestão de resíduos, à drenagem e à proteção das áreas ambientalmente sensíveis. Entretanto, a política de saneamento pode também ser pensada em articulação com o desenvolvimento urbano. A relação proposta inclui saneamento básico, melhoria da qualidade ambiental, recuperação dos rios, requalificação das margens, melhoria dos espaços públicos, caminhabilidade e acesso, lazer, educação ambiental e turismo. Essa integração pode contribuir para evitar que o saneamento seja tratado apenas como infraestrutura invisível. Seus resultados podem produzir impactos concretos na paisagem, na saúde pública e na qualidade da experiência urbana. A Política Municipal de Saneamento Básico de Natal foi estabelecida (NATAL, 2019) pela Lei Municipal nº 6.880, de 27 de março de 2019. A legislação constitui um instrumento importante para o planejamento municipal das ações relacionadas ao saneamento básico. A revisão da política ganhou novo impulso em 2025 e 2026. Uma portaria municipal criou um grupo de trabalho destinado à revisão e atualização da legislação, considerando a necessidade de adequação ao Marco Legal do Saneamento Básico e às metas nacionais de universalização. O documento determina expressamente a análise e atualização da Lei nº 6.880/2019 (NATAL, 2025; BRASIL, 2020). Em março de 2026, também foi realizado encontro com representantes da sociedade civil, instituições e universidades para colaborar com a revisão da Política Municipal de Saneamento Básico de Natal. As discussões envolveram abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. Esse processo representa uma oportunidade importante para ampliar a relação entre saneamento e revitalização dos rios. A análise realizada permite afirmar que o Rio Potengi ainda apresenta desafios significativos. O histórico de poluição e lançamento de esgotos, reconhecido em documentos municipais e em informações recentes do Ministério Público, demonstra que a revitalização ambiental permanece uma necessidade. O rio continua sendo um importante elemento ambiental. O estuário, os manguezais e a paisagem representam recursos naturais relevantes. Ao mesmo tempo, seu entorno concentra elementos importantes da história e da cultura de Natal.

Assim, volta-se à questão central, o Rio Potengi é um atrativo? A resposta é sim. Do ponto de vista ambiental, possui valor associado ao estuário e aos ecossistemas existentes, do ponto de vista histórico, está diretamente ligado à formação da cidade, do ponto de vista cultural, relaciona-se à religiosidade, à memória urbana e às atividades sociais desenvolvidas em seu entorno, e do ponto de vista turístico, existem diversos atrativos próximos que poderiam ser integrados por percursos e experiências de visitação, entre eles, destacam-se a Praça André de Albuquerque, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, o mirante voltado para o Rio Potengi, a Pedra do Rosário, o Centro Histórico, o bairro da Ribeira, a Fortaleza dos Reis Magos, a paisagem do estuário e os manguezais. A Pedra

do Rosário possui especial importância porque já é reconhecida legalmente como ponto turístico, religioso e paisagístico, localizado às margens do Rio Potengi. Espera-se que, com o avanço das ações de saneamento, da revisão da política municipal e das discussões sobre revitalização, o Potengi apresente melhores condições no futuro. A revitalização, entretanto, não deve ser entendida como um processo exclusivamente ambiental. É necessário garantir que a melhoria das condições do rio seja acompanhada pela melhoria da experiência urbana. É nesse ponto que a caminhabilidade se torna fundamental. A partir do diagnóstico e dos casos analisados, propõe-se um prognóstico baseado em cinco eixos, fortalecimento do saneamento, onde a recuperação ambiental do Potengi depende da continuidade das ações de coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos e controle da poluição. A requalificação das margens, em que as áreas próximas ao rio devem ser analisadas quanto à possibilidade de criação ou melhoria de espaços públicos, pontos de contemplação e infraestrutura urbana. A melhoria da caminhabilidade, onde os acessos precisam ser avaliados considerando, continuidade das calçadas, acessibilidade universal, iluminação, arborização, conforto, segurança, sinalização, mobiliário urbano. A Integração dos atrativos, no qual os atrativos próximos ao Potengi não devem funcionar isoladamente. A criação de percursos pode conectar história, patrimônio, religiosidade, paisagem e meio ambiente e o Turismo responsável, em que turismo deve ser consequência de uma cidade que cuida do seu rio, e não justificativa para uma exploração que agrave seus problemas. A atividade turística precisa contribuir (UN TOURISM, 2026) para educação ambiental, valorização cultural, geração de renda local, conservação e fortalecimento da identidade territorial, princípios compatíveis com a abordagem de turismo sustentável adotada pela Organização Mundial do Turismo/ONU Turismo (UN TOURISM, 2026).

Como aplicação prática da discussão sobre caminhabilidade e turismo, propõe-se o seguinte roteiro intitulado de “Caminhos do Potengi: História, Fé e Paisagem”, com o percurso conectando o núcleo histórico de Natal às margens do Rio Potengi. O percurso proposto inicia-se na Praça André de Albuquerque, seguindo pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, indo em direção a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, passando pelo mirante, depois descendo em direção ao Rio Potengi, chegando na Pedra do Rosário e depois caminhando até o Letreiro do Rio Potengi. A Praça André de Albuquerque representa o marco zero e um dos principais elementos do núcleo histórico de Natal. A Igreja do Rosário dos Pretos possui relação visual direta com a paisagem do estuário, enquanto a Pedra do Rosário funciona como ponto de conexão entre religiosidade, patrimônio e rio.

1 Praça André de Albuquerque- APÊNDICE A - Fundação e história de Natal

2 Igreja Matriz-APÊNDICE B - Formação urbana e patrimônio

3 Igreja do Rosário dos Pretos-APÊNDICE C - História, religiosidade e paisagem

4 Mirante da Igreja do Rosário dos Pretos –APÊNDICE D –Paisagem

5 Rua Quintino Boicaúva - APÊNDICE E -Relação entre cidade e Potengi

6 Escadaria - APÊNDICE F -Acessibilidade

7 Calçadão - APÊNDICE G –Lazer

8 Pedra do Rosário - APÊNDICE H - Fé, memória e contemplação

9 Ciclovia – APÊNDICE I –Lazer

10 Letreiro do Rio Potengi - APÊNDICE J - Identidade territorial e encerramento

Conclusão

O desenvolvimento urbano do Rio Potengi ocorreu de maneira favorável ou prejudicial? A resposta é complexa por um lado, o rio foi fundamental para a formação histórica de Natal, para sua ocupação territorial e para diferentes atividades sociais e econômicas, por outro, o processo de urbanização também produziu impactos negativos, incluindo poluição, lançamento de esgotos e degradação ambiental. O Potengi pode ser considerado um atrativo? A resposta defendida neste estudo é sim, do ponto de vista ambiental, o rio apresenta um importante estuarino, paisagens de manguezal e biodiversidade associada, do ponto de vista histórico e cultural, relaciona-se diretamente à formação de Natal, ao Centro Histórico, à Ribeira, à Fortaleza dos Reis Magos e a diferentes manifestações sociais e religiosas, portanto, o desenvolvimento urbano foi simultaneamente dependente do rio e, em determinados momentos, prejudicial à sua conservação. Pode melhorar? Sim, a melhoria depende de uma articulação entre saneamento básico, recuperação ambiental, planejamento urbano, mobilidade, participação social e valorização do patrimônio. A revisão da Política Municipal de Saneamento Básico de Natal representa uma oportunidade para fortalecer essa integração (NATAL, 2025; BRASIL, 2020). O Rio Potengi possibilita o turismo? A análise desenvolvida indica que sim. O Potengi possui potencial para o turismo ambiental, histórico, cultural, religioso e paisagístico. Entretanto, o turismo deve ser desenvolvido de forma responsável. E esse turismo faz bem ao rio? Pode fazer, desde que esteja subordinado a princípios de sustentabilidade. Um turismo sem planejamento pode aumentar resíduos, pressão sobre os ecossistemas e conflitos territoriais. Por outro lado, um turismo associado à educação ambiental, à valorização das comunidades, à melhoria dos espaços públicos e à conservação pode contribuir para uma nova percepção social do rio. A principal conclusão deste estudo é que Natal precisa buscar uma nova relação com o Rio Potengi. Essa relação não será construída apenas com obras de saneamento. Também será necessário aproximar fisicamente e simbolicamente a população do rio. Recuperar o Rio Potengi significa melhorar suas condições ambientais, mas também garantir que as pessoas possam caminhar até ele, contemplá-lo, conhecê-lo e reconhecê-lo como parte fundamental da cidade. Nesse sentido, a proposta de roteiros caminháveis, como o percurso entre o Centro Histórico, a Pedra do Rosário e o Letreiro do Potengi, representa uma possibilidade de integrar história, patrimônio, mobilidade, paisagem e turismo. O retorno à harmonia entre Natal e o Rio não significa recuperar literalmente uma relação existente no passado, significa construir uma nova relação de equilíbrio, adequada aos desafios contemporâneos, na qual o desenvolvimento urbano não ocorra contra o rio, mas reconheça que o futuro da cidade também depende da qualidade de suas águas e margens e sua capacidade de integrar natureza e urbanismo

Referências

ALENCAR, Juliana; MARTINS, José Rodolfo Scarati; PORTO, Monica Ferreira do Amaral; OLIVEIRA, Lais Ferrer Amorim de. Programa Novo Pinheiros: avançamos rumo à revitalização dos rios urbanos brasileiros? Revista de Gestão de Água da América Latina, 2025. Disponível em: https://www.abrh.org.br/OJS/index.php/REGA/article/view/953. Acesso em: 29 ago. 2026.

BAPTISTA, Márcio Benedito; CARDOSO, Adriana Sales. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 20, n. 2, 2013. DOI: 10.35699/2316-770X.2013.2693. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2693. Acesso em: 29 ago. 2026.

BAPTISTA, Márcio Benedito; CARDOSO, Adriana Sales. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 20, n. 2, p. 124-153, 2013. DOI: 10.35699/2316-770X.2013.2693.

BELARMINO, Pedro Henrique P.; SILVA, Sarah Mariana da; RUFENER, Marie-Christine; ARAÚJO, Maria Christina B. de. Resíduos sólidos em manguezal no rio Potengi (Natal, RN, Brasil): relação com a localização e usos. Revista de Gestão Costeira Integrada, v. 14, n. 3, p. 447-457, 2014. DOI: 10.5894/rgci451.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445compilado.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

CARVALHO, Juliana Wilse Landolfi Texeira de; MARANGON, Fernando Helmuth Syring; SANTOS, Irani dos. Recuperação de rios urbanos: da interdependência e sincronicidade dos processos de desnaturalização em rios e bacias hidrográficas urbanas. Revista do Departamento de Geografia, v. 40, p. 163-174, 2020. DOI: 10.11606/rdg.v40i0.162247. Disponível em: https://revistas.usp.br/rdg/pt_BR/article/view/162247. Acesso em: 29 ago. 2026.

CARVALHO, Juliana Wilse Landolfi Texeira de; MARANGON, Fernando Helmuth Syring; SANTOS, Irani dos. Recuperação de rios urbanos: da interdependência e sincronicidade dos processos de desnaturalização em rios e bacias hidrográficas urbanas. Revista do Departamento de Geografia, v. 40, p. 163-174, 2020. DOI: 10.11606/rdg.v40i0.162247.

GEHL, Jan. Cities for people. Washington, DC: Island Press, 2010.

GEHL, Jan. Cities for People. Washington, DC: Island Press, 2010.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Centro Histórico de Natal: manual e mapas de preservação. Brasília, DF: IPHAN, 2026.

LOURENÇO, Ianic Bigate et al. Rios urbanos e paisagens multifuncionais: estudo de caso – Rio Dona Eugênia. Paisagem e Ambiente, n. 36, p. 91-115, 2015. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i36p91-115.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal: MPRN mantém atuação para recuperação dos rios Potengi, Pitimbu e Doce. Natal: MPRN, 2025.

NATAL. Lei nº 6.880, de 27 de março de 2019. Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Natal e dá outras providências. Natal: Câmara Municipal de Natal, 2019. Disponível em: https://sapl.natal.rn.leg.br/norma/266. Acesso em: 29 ago. 2026.

NATAL. Lei nº 7.571, de 1º de setembro de 2023. Reconhece a "Pedra do Rosário", localizada no Município do Natal, como ponto turístico, religioso e paisagístico. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2023. Disponível em: https://www2.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/legislacao/LeiOrdinaria_20230919_7571_.pdf. Acesso em: 29 ago. 2026.

NATAL. Portaria nº 081/2025-GP. Cria Grupo de Trabalho para Revisão e Atualização da Legislação Municipal de Saneamento Básico. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2025. Disponível em: https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/DOM/anexos/dom_20250723_1e528981f551ed889b513d79f191ee08.pdf. Acesso em: 29 ago. 2026.

NATAL. Prefeitura Municipal do Natal. Plano Municipal de Saneamento Básico de Natal – Produto 2 / Diagnóstico. Natal: Prefeitura Municipal do Natal. O documento registra os impactos ambientais associados ao sistema do Rio Potengi.

PREFEITURA DO RECIFE. Parque Capibaribe. Recife: Prefeitura do Recife, 2026. Disponível em: https://meioambiente.recife.pe.gov.br/parque-capibaribe. Acesso em: 29 ago. 2026.

SILVA et al. (2010). Ecological and economic valuation of the Potengi estuary mangrove wetlands (NE, Brazil) using ancillary spatial data. Journal of Coastal Conservation. O artigo relaciona a degradação do estuário à expansão urbana e ao lançamento de efluentes domésticos e industriais.

SPECK, Jeff. Cidade caminhável. São Paulo: Perspectiva, 2016.

UN TOURISM. Sustainable tourism. Madrid: UN Tourism, 2026. Disponível em: https://en.unwto-ap.org/faq/. Acesso em: 29 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe. Recife: UFPE, 2015. Disponível em: https://www.ufpe.br/dep-arquitetura-e-urbanismo/todos-os-informes/-/asset_publisher/MCITgt6MRKEG/content/plano-urbanistico-de-recuperacao-ambiental-do-rio-capibaribe/40683. Acesso em: 29 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Fórum Potengi e iniciativas para revitalização do Rio Potengi. Natal: UFRN, 2026. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/91831387. Acesso em: 29 ago. 2026.

URRY, John; LARSEN, Jonas. The Tourist Gaze 3.0. London: SAGE Publications, 2011.

CÓDIGO: HS1453

AUTOR: JAMILE DA SILVA COSTA

ORIENTADOR: ILENA FELIPE BARROS

TÍTULO: As empresas de produção de açúcar e álcool no Nordeste: acumulação e expropriação.

Resumo

O plano de trabalho “As empresas de produção de açúcar e álcool no Nordeste: acumulação e expropriação”, vinculado à pesquisa “O setor sucroalcooleiro no Nordeste: expressões da expropriação, exploração e violência”, busca compreender o desenvolvimento do capitalismo no campo a partir da agroindústria sucroalcooleira nordestina, considerando sua articulação entre capital agroindustrial, propriedade fundiária, capital financeiro e Estado. Analisa-se a expansão do setor em relação à concentração da terra, apropriação de territórios, exploração do trabalho e expropriação. Historicamente, a produção canavieira possui importância na formação econômica e social do Nordeste, especialmente na Zona da Mata, mantendo relevância atual em estados como Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Durante a iniciação científica, foram realizados estudos e fichamentos sobre questão agrária, agronegócio, capitalismo no campo, renda fundiária, expropriação e exploração, além de pesquisa bibliográfica e documental. Destacou-se o levantamento de empresas produtoras de açúcar e álcool, seus grupos econômicos, unidades e mudanças de controle, como no caso do Grupo Tavares de Melo, evidenciando a circulação e concentração do capital. Assim, a pesquisa busca compreender o setor a partir das relações entre capital, terra, trabalho e poder.

Palavras-chave: Setor sucroalcooleiro; Agronegócio; Questão agrária.

TITLE: Sugar and Alcohol Production Companies in the Northeast of Brazil: Capital Accumulation and Expropriation.

Abstract

The research work plan “Sugar and Alcohol Production Companies in the Northeast: Accumulation and Expropriation”, linked to the research project “The Sugar-Alcohol Sector in the Northeast: Expressions of Expropriation, Exploitation, and Violence”, seeks to understand the development of capitalism in rural areas through the sugar-alcohol agroindustry in Northeastern Brazil, considering its articulation among agroindustrial capital, land ownership, financial capital, and the State. The study analyzes the sector’s expansion in relation to land concentration, territorial

appropriation, labor exploitation, and expropriation. Historically, sugarcane production has played an important role in the economic and social formation of the Northeast, particularly in the Zona da Mata, and remains relevant today in states such as Alagoas, Pernambuco, and Paraíba. During the undergraduate research program, studies and literature reviews were conducted on the agrarian question, agribusiness, capitalism in rural areas, land rent, expropriation, and exploitation, alongside bibliographic and documentary research. One of the main activities was mapping sugar and alcohol production companies, their economic groups, production units, and changes in ownership, including the case of Grupo Tavares de Melo, highlighting the circulation and concentration of capital in the sector. Thus, the research seeks to understand the sector through the relationships among capital, land, labor, and power.

Keywords: Sugar-alcohol sector; Agribusiness; Agrarian question.

Introdução

O presente plano de trabalho está vinculado à pesquisa intitulada “O SETOR SUCROALCOOLEIRO NO NORDESTE: expressões da expropriação, exploração e violência”, que busca compreender a dinâmica do desenvolvimento capitalista no campo, tomando como referência a agroindústria sucroalcooleira nordestina e a permanência de processos de expropriação, exploração e violência.

Segundo Delgado (2010, p. 93), o agronegócio constitui uma articulação entre o grande capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária. Essa relação estabelece uma aliança estratégica com o capital financeiro, orientada pela busca de lucro e pela apropriação da renda da terra, contando, para isso, com a atuação e mediação do Estado. Fernandes (2013, p. 191-192), por sua vez, compreende o agronegócio como uma manifestação capitalista da modernização da agricultura, que avança sobre os latifúndios e sobre as terras camponesas como forma de ampliar sua territorialização. Esse padrão de desenvolvimento agrícola contribui para dificultar a efetivação da reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais do campo.

A propriedade privada capitalista da terra também está diretamente relacionada à extração da renda fundiária pelo capitalista, inclusive nos casos em que não há produção direta sobre a terra. Conforme Oliveira (2010, p. 291), quando o capitalista se apropria de uma área sem realizar investimentos financeiros, inclusive por meio ilegal da grilagem, passa a controlar os recursos e os rendimentos gerados por ela. Dessa forma, a renda fundiária pode ser posteriormente convertida em capital, reforçando os mecanismos de concentração e apropriação da terra.

A expansão do capitalismo no campo também se expressa na atuação das empresas transnacionais, inseridas no processo de reprimarização da economia. Esse processo caracteriza-se pela especialização dos países periféricos na produção de alimentos e matérias-primas destinados aos países do centro do capitalismo, utilizando elevada mecanização, agroquímicos e força de trabalho de baixo custo, muitas vezes submetida a condições precárias e semiescravas. Em contrapartida, os países centrais concentram a produção de mercadorias de maior conteúdo tecnológico, inclusive utilizando insumos e recursos provenientes da periferia latino-americana. Nesse contexto, a consolidação do agronegócio agro-hidro-minério-eólico ocorre mediante a expansão territorial para áreas

brasileiras que apresentam disponibilidade de água, terras agricultáveis, biodiversidade, infraestrutura viabilizada pelo Estado e oferta de mão de obra.

Na região Nordeste, a Zona da Mata, historicamente marcada pela plantation de cana-de-açúcar durante os períodos colonial e imperial, permanece como importante espaço de produção de açúcar e álcool, contribuindo para a dinâmica econômica regional. Conforme dados da NOVACANA, Alagoas, Pernambuco e Paraíba concentram a maior parte da produção de cana-de-açúcar do Nordeste. A região possui 75 unidades produtoras, entre usinas e destilarias, das quais 53 estão localizadas nesses três estados.

Diante disso, este plano de trabalho pretende analisar a atuação das empresas transnacionais envolvidas na produção de açúcar e álcool combustível no Nordeste, considerando seu processo de expansão, sua relação com a concentração fundiária e o latifúndio, suas articulações políticas com as oligarquias estaduais e as narrativas construídas por meio dos mecanismos de comunicação de massa.

Metodologia

A metodologia prevista para o desenvolvimento deste plano de trabalho será orientada pela formação do/a discente em metodologia científica, com ênfase no aprofundamento dos fundamentos da pesquisa social, no estudo do método em Marx e na compreensão das questões gerais relacionadas ao objeto investigado. Nesse processo, o/a aluno/a participará das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa “Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social”, bem como das ações vinculadas à pesquisa à qual este plano está integrado. Essa participação permitirá compreender o objeto de estudo em sua totalidade, seus objetivos, o percurso metodológico adotado, as técnicas de levantamento e coleta de informações, as categorias teóricas utilizadas e os procedimentos empregados na análise dos dados.

Como parte da formação em pesquisa, o/a discente realizará leituras sistemáticas e fichamentos de produções acadêmicas relacionadas à temática investigada, contando também com orientação para o desenvolvimento da pesquisa documental. Será estimulada, ainda, a realização de estudos e aprofundamentos acerca das principais categorias teóricas que fundamentam a análise do objeto. O conjunto dessas atividades, articulado à pesquisa documental, possibilitará ao/à aluno/a construir aproximações sucessivas com a realidade estudada, ampliando a compreensão sobre a questão agrária brasileira e sobre a atuação das empresas transnacionais vinculadas ao setor sucroalcooleiro.

A participação nas atividades da pesquisa e a execução das ações previstas neste plano contribuirão para a problematização do objeto de investigação a partir de uma perspectiva de totalidade e historicidade, considerando as determinações sociais, econômicas e políticas que atravessam a realidade pesquisada. Nesse sentido, busca-se particularizar a análise das relações existentes na área canavieira do Nordeste, compreendendo suas especificidades e sua inserção na dinâmica mais ampla do desenvolvimento capitalista no campo.

Outro eixo fundamental do processo metodológico será a produção de conhecimento pelo/a discente, especialmente por meio da sistematização dos resultados e das reflexões construídas durante a pesquisa. Essa produção poderá se concretizar na elaboração de artigos científicos, textos destinados à publicação e trabalhos para apresentação em congressos, seminários e demais eventos acadêmicos, utilizando como base os dados e informações obtidos ao longo da investigação. Também será valorizada a utilização crítica e qualificada das fontes bibliográficas e documentais disponibilizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especialmente por meio da Biblioteca Central Zila Mamede.

Por fim, o/a aluno/a integrará a equipe de pesquisa coordenada pela docente responsável, participando de estudos temáticos, debates sobre os procedimentos metodológicos empregados na coleta e análise das informações, elaboração de instrumentos para a pesquisa documental, planejamento das atividades e demais ações necessárias ao desenvolvimento da investigação. Dessa forma, a metodologia proposta articula formação teórica, participação coletiva, pesquisa documental e produção acadêmica, possibilitando ao/à discente desenvolver conhecimentos e habilidades fundamentais para a pesquisa social e para a compreensão crítica da realidade do setor sucroalcooleiro no Nordeste.

Resultados e Discussões

O desenvolvimento do plano de trabalho “As empresas de produção de açúcar e álcool no Nordeste: acumulação e expropriação” possibilitou uma aproximação teórica e documental com a realidade do setor sucroalcooleiro nordestino, buscando compreender sua inserção na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no campo. A análise foi orientada pela compreensão de que a produção de açúcar e álcool não constitui apenas uma atividade econômica, mas integra relações mais amplas entre capital, terra, trabalho, Estado e território.

O ponto de partida da pesquisa foi a compreensão do agronegócio apresentada por Delgado, como articulação entre o grande capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária, associada ao capital financeiro e mediada pelo Estado. Essa perspectiva permite compreender que a expansão da produção agrícola está vinculada a estratégias de acumulação que envolvem tanto a exploração da força de trabalho quanto a apropriação da terra e da renda fundiária. Fernandes, por sua vez, permite compreender o agronegócio como expressão da modernização capitalista da agricultura, cuja expansão ocorre também pela apropriação de latifúndios e de terras do campesinato.

A partir dessas contribuições, a questão da propriedade da terra mostrou-se central para a compreensão dos dados levantados. Oliveira destaca que a propriedade privada da terra possibilita a apropriação da renda fundiária pelo capitalista, inclusive em situações nas quais a produção não é realizada diretamente por ele. Dessa forma, terra e capital não aparecem como dimensões separadas, mas como elementos articulados no processo de acumulação.

No caso nordestino, essa discussão adquire particular importância em razão da trajetória histórica da produção canavieira. A Zona da Mata foi marcada pela plantation de cana-de-açúcar desde o período colonial e permanece como importante espaço de produção de açúcar e álcool. Conforme os dados apresentados no plano de trabalho, Alagoas, Pernambuco e Paraíba aparecem como os principais estados produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. O levantamento utilizado no plano registra 75 unidades produtoras na região, entre usinas e destilarias, sendo 53 concentradas nesses três estados.

Esses dados evidenciam a permanência da importância econômica da atividade canavieira no Nordeste, mas também precisam ser analisados considerando as transformações ocorridas no setor. O material “Expansão do Complexo Agroindustrial no Brasil” demonstra que, embora a produção de cana tenha apresentado crescimento no país, houve uma progressiva concentração dos investimentos no Centro-Sul, especialmente em São Paulo. O documento aponta que, a partir da década de 1990, com a desregulamentação e a abertura comercial, grupos tradicionalmente produtores de açúcar e álcool do Nordeste passaram a direcionar investimentos para o Sudeste, inclusive mediante instalação ou transferência de unidades produtivas.

Essa mudança na distribuição dos investimentos ajuda a compreender que a permanência da atividade canavieira no Nordeste ocorre simultaneamente a uma reorganização territorial do capital. Portanto, a análise não deve considerar apenas o volume produzido ou o número de usinas existentes, mas também os deslocamentos dos investimentos, as mudanças na propriedade das empresas e os processos de fusão e aquisição que reorganizam o setor.

Os dados históricos também demonstram a importância crescente das commodities açúcar e álcool na dinâmica do agronegócio brasileiro. O material consultado relaciona a expansão do setor, sobretudo a partir dos anos 2000, às perspectivas do comércio nacional e internacional, à demanda por etanol, ao mercado de combustíveis e às mudanças no mercado internacional. O documento registra ainda crescimento da produtividade do trabalho como um dos elementos associados à expansão do setor.

Entretanto, o aumento da produtividade não pode ser interpretado automaticamente como superação das desigualdades ou das formas de exploração. Essa é uma das principais contradições evidenciadas pela literatura consultada. O material “Cana-de-açúcar: mais produtividade e a mesma exploração” relaciona a expansão da cana à possibilidade de intensificação da concentração fundiária e da expropriação de pequenas propriedades. O texto também apresenta situações nas quais agricultores passam a fornecer terra ou força de trabalho para as usinas, demonstrando que a modernização tecnológica pode coexistir com formas de exploração e dependência.

Essa discussão dialoga diretamente com Fernandes, para quem a territorialização do agronegócio está relacionada à apropriação de terras e à concentração fundiária. Assim, a modernização da produção canavieira precisa ser analisada de maneira contraditória: ao mesmo tempo em que incorpora tecnologia e aumenta a produtividade, pode aprofundar processos de concentração da terra e subordinação de produtores e trabalhadores às necessidades de valorização do capital.

Outro resultado importante da pesquisa foi o levantamento das empresas produtoras de açúcar e álcool que atuam ou atuaram no Nordeste. O objetivo desse levantamento não

foi apenas identificar nomes de usinas, mas compreender os grupos econômicos responsáveis por seu controle, suas mudanças de propriedade e os movimentos de entrada e saída de capitais nacionais e estrangeiros. Essa dimensão está diretamente relacionada ao objetivo do plano de estudar as empresas transnacionais que atuam no setor, observando sua expansão, sua relação com o latifúndio, suas articulações políticas e suas formas de comunicação.

Nesse levantamento, destaca-se o caso do Grupo Tavares de Melo. O grupo possui uma trajetória histórica vinculada à produção sucroalcooleira nordestina. Segundo informações institucionais do Grupo Olho D'Água, sua origem remonta a 1920, em Pernambuco, e sua expansão incluiu a Usina Central Olho D'Água, a Usina Estivas, no Rio Grande do Norte, e a Destilaria Giasa, na Paraíba, entre outras unidades.

O caso torna-se particularmente relevante quando analisada a mudança de controle dessas unidades. Em 2007, a divisão sucroalcooleira do Grupo Tavares de Melo foi adquirida pela Louis Dreyfus, grupo de origem francesa. Documentação do CARF registra a aquisição das empresas Tavares de Melo Açúcar e Álcool e Ampla Participações pela Louis Dreyfus Commodities Bioenergia em março de 2007, pelo valor de aproximadamente R$ 813,2 milhões.

A Usina Estivas, localizada no Rio Grande do Norte, constitui um exemplo concreto desse processo. Sua trajetória inclui a fundação em 1925, o controle pelo grupo paraibano Ribeiro Coutinho, a posterior aquisição pelo Grupo Tavares de Melo e, em 2007, a transferência do controle para a Biosev, vinculada à Louis Dreyfus. A unidade produzia açúcar, etanol e bioenergia.

A Giasa, localizada na Paraíba, também apresenta uma trajetória relevante para a análise. A unidade esteve sob controle da Biosev, vinculada à Louis Dreyfus, e posteriormente foi adquirida pelo Grupo Olho D'Água. De acordo com informações institucionais do grupo, a aquisição ocorreu em 2019 e a unidade possui capacidade instalada de moagem de aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de cana por ano, destinadas à produção de energia, etanol e álcool neutro.

Dados apresentados pela DATAGRO em documento do Ministério da Agricultura também registram a venda da Usina Giasa pela Biosev ao Grupo Olho D'Água, em 2018, por R$ 70 milhões, e a venda da Usina Estivas pela Biosev à Pipa Agroindustrial, em 2019.

Essas movimentações são particularmente importantes para a discussão proposta pelo plano de trabalho porque demonstram que a presença do capital transnacional não deve ser observada apenas como uma situação estática. O controle de uma unidade produtiva pode mudar ao longo do tempo, passando de grupos familiares ou nacionais para grupos estrangeiros e, posteriormente, retornando a grupos nacionais ou sendo transferido para outros agentes econômicos. Portanto, o levantamento das empresas precisa considerar a trajetória do controle empresarial e não somente a composição atual do setor.

O caso da Giasa também evidencia a relação entre concentração econômica e capacidade produtiva. O Grupo Olho D'Água informa que suas três usinas, Central Olho D'Água, COMVAP e Giasa, possuem capacidade conjunta de moagem de aproximadamente 4,5 milhões de toneladas de cana. O grupo também informa que sua

área de influência alcança municípios de Pernambuco, Paraíba, Piauí e Maranhão e que possui centenas de fornecedores de cana.

Esses dados permitem observar que a concentração não ocorre somente pela existência de grandes unidades industriais, mas também por meio da articulação de diferentes produtores, fornecedores, territórios e atividades em torno de grupos empresariais. A própria existência de fornecedores de cana vinculados à produção industrial demonstra a necessidade de analisar as relações entre a indústria e os produtores agrícolas, evitando uma compreensão limitada da usina enquanto unidade isolada.

Outro caso analisado foi o da Usina Coruripe, em Alagoas. A empresa possui trajetória iniciada em 1925 e teve seu controle adquirido por Tércio Wanderley em 1941. Atualmente, o Grupo Tércio Wanderley mantém o controle da Usina Coruripe, que possui unidades produtivas em Alagoas e Minas Gerais e atua na produção de açúcar, etanol e energia.

A análise da Coruripe é importante justamente porque demonstra que uma empresa pode possuir atuação comercial internacional sem, por isso, ser automaticamente classificada como empresa transnacional. O grupo mantém controle brasileiro, enquanto sua produção alcança mercados externos. Essa distinção é fundamental para o levantamento realizado, pois o plano de trabalho trata especificamente da atuação das empresas transnacionais no setor. Assim, exportação e internacionalização comercial não devem ser confundidas com controle estrangeiro do capital.

A literatura consultada permite interpretar essas mudanças empresariais dentro de um movimento mais amplo de concentração e internacionalização do setor sucroalcooleiro. O material analisado registra que grupos estrangeiros como Cargill, Louis Dreyfus, Tereos, Adecoagro, Noble e Infinity Bioenergy passaram a participar do setor e relaciona esse processo ao crescimento das fusões e aquisições. Entre 1996 e 1999 foram identificadas sete fusões e aquisições de agroindústrias sucroalcooleiras, enquanto entre 2000 e 2007 esse número teria chegado a 80 operações.

Esse processo de concentração também esteve relacionado à atuação do Estado. O material consultado registra que o setor canavieiro recebeu R$ 605 milhões do BNDES em 2004 e R$ 3,6 bilhões em 2007. Esses dados dialogam diretamente com a formulação apresentada no plano de trabalho sobre a mediação estatal na expansão do agronegócio.

A relação entre capital e Estado, portanto, constitui elemento fundamental para compreender a expansão do setor. A literatura utilizada no plano demonstra que o agronegócio não se desenvolve de maneira independente das políticas públicas, mas se beneficia de crédito, infraestrutura e diferentes mecanismos de apoio estatal. Isso reforça a necessidade de analisar a produção sucroalcooleira como parte de uma estrutura econômica e política mais ampla.

Outro elemento identificado na pesquisa foi a relação entre concentração produtiva, território e força de trabalho. Os materiais consultados apontam que a expansão da cana pode reduzir o espaço disponível para outras formas de produção agrícola e aumentar a dependência de pequenos agricultores em relação às usinas. Em determinadas situações,

a terra passa a ser arrendada para o cultivo de cana, enquanto a agricultura camponesa assume funções subordinadas ao complexo agroindustrial.

Essa realidade permite estabelecer diálogo com Martins e Oliveira, especialmente no que diz respeito à expropriação e à apropriação da renda fundiária. A expropriação não precisa ser compreendida apenas como retirada direta da terra de seus proprietários. Ela também pode ser analisada a partir de processos que subordinam diferentes formas de produção e de trabalho à lógica de valorização do capital.

Os dados históricos também revelam uma contradição regional importante. Enquanto o Nordeste permanece marcado pela importância histórica e econômica da cana, os investimentos do complexo canavieiro brasileiro se concentraram progressivamente no Centro-Sul, especialmente em São Paulo. Entre 1991 e 2007, segundo os dados apresentados no material consultado, a produção de açúcar no Norte-Nordeste cresceu 43,5%, enquanto São Paulo apresentou crescimento de 462%. No caso do álcool, o Norte-Nordeste apresentou redução de 5,2% no período, enquanto São Paulo apresentou crescimento de 41%.

Esses dados demonstram que a permanência da produção canavieira nordestina não significa manutenção da mesma posição relativa que a região possuía historicamente. Há uma reestruturação espacial do setor, marcada pela concentração de investimentos no Centro-Sul e pela reorganização dos grupos econômicos. Essa transformação precisa ser considerada na análise da acumulação capitalista, pois revela que o capital reorganiza constantemente seus territórios de investimento de acordo com as condições de produção, infraestrutura, mercado e rentabilidade.

Nesse sentido, os resultados obtidos até o momento permitem afirmar que a análise das empresas constitui uma importante porta de entrada para compreender as transformações do setor sucroalcooleiro. O levantamento demonstra que as empresas não são estruturas fixas: elas são atravessadas por processos de aquisição, fusão, venda, expansão e reorganização. Essas movimentações alteram quem controla a produção, quais territórios são incorporados às estratégias empresariais e como se estabelecem as relações entre capital, terra e trabalho.

A discussão realizada também evidencia a importância de não separar a dimensão econômica da dimensão social. O aumento da produtividade, a modernização tecnológica e a entrada de capitais nacionais e estrangeiros podem ampliar a capacidade de produção, mas não eliminam as contradições relacionadas à concentração fundiária, à exploração do trabalho e à expropriação. Ao contrário, como apontam as referências estudadas, essas contradições podem assumir novas formas no processo de modernização capitalista.

Portanto, o confronto entre os dados levantados e a literatura consultada reforça a hipótese orientadora do plano de trabalho de que a expansão do setor sucroalcooleiro deve ser compreendida como parte da dinâmica de acumulação capitalista no campo. A produção de açúcar e álcool está relacionada não somente à transformação da cana em mercadoria, mas a uma estrutura que envolve propriedade da terra, capital financeiro, indústria, força de trabalho, Estado e controle territorial.

Os resultados alcançados também demonstram a importância da pesquisa documental para a compreensão das empresas transnacionais. A identificação das mudanças de controle da Estivas e da Giasa, por exemplo, permite visualizar concretamente a circulação do capital estrangeiro e sua posterior reorganização. Ao mesmo tempo, a análise de grupos nacionais, como Olho D'Água e Tércio Wanderley, demonstra que o setor não é composto exclusivamente por empresas estrangeiras, sendo necessário compreender as relações entre capitais nacionais e internacionais.

Dessa forma, o levantamento realizado até o momento constitui uma base para o aprofundamento da pesquisa. A etapa seguinte exige ampliar a identificação das empresas e unidades produtoras dos nove estados nordestinos, reconstruir suas trajetórias de controle e analisar de maneira mais detalhada suas relações com a propriedade da terra, as articulações políticas e as estratégias de comunicação. Essa continuidade permitirá aproximar ainda mais os dados empíricos das categorias de acumulação, expropriação e exploração que orientam o plano de trabalho.

Em síntese, os resultados e a literatura analisada indicam que o setor sucroalcooleiro nordestino deve ser compreendido como expressão particular das transformações do capitalismo no campo. Sua trajetória combina permanências históricas, como a concentração fundiária e a centralidade da cana na Zona da Mata, com transformações contemporâneas, como a concentração empresarial, a reorganização territorial dos investimentos, as fusões e aquisições e a circulação de capitais nacionais e estrangeiros. A análise dessas dimensões permite compreender que, por trás da produção de açúcar e álcool, existem relações econômicas, sociais e políticas que estruturam a disputa pela terra, pelo território e pela riqueza produzida no campo.

Conclusão

O desenvolvimento deste plano de trabalho possibilitou compreender o setor sucroalcooleiro nordestino para além de sua dimensão econômica e produtiva, evidenciando sua inserção na dinâmica do capitalismo no campo. A partir do diálogo entre a literatura estudada e o levantamento bibliográfico e documental, compreendeu-se que a produção de açúcar e álcool está articulada às relações entre capital, terra, trabalho, Estado e território.

Os estudos sobre questão agrária, agronegócio, renda fundiária, acumulação, expropriação e exploração permitiram compreender que a modernização da agricultura não significa necessariamente a superação das desigualdades históricas do campo. A incorporação de tecnologias, a concentração empresarial e a expansão dos investimentos podem coexistir com a concentração da terra e diferentes formas de subordinação e exploração do trabalho.

Um dos principais resultados foi o levantamento das empresas produtoras de açúcar e álcool que atuam ou atuaram no Nordeste, identificando grupos econômicos, unidades produtivas e mudanças de controle. A análise do Grupo Tavares de Melo, Louis Dreyfus/Biosev, Grupo Olho D'Água e Usina Coruripe demonstrou que o setor é marcado por aquisições, vendas e reorganizações do capital. O caso das unidades

Estivas e Giasa evidenciou a entrada de capital estrangeiro em ativos anteriormente controlados por grupos nacionais e, posteriormente, a transferência de parte desses ativos novamente para grupos nacionais.

Esse resultado permitiu compreender que a presença do capital transnacional não é estática, pois as empresas modificam sua participação nos territórios conforme suas estratégias de acumulação, realizando investimentos, aquisições e desinvestimentos. Também foi identificada a importância histórica da Zona da Mata e dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba para a produção canavieira, ao mesmo tempo em que se observou a concentração dos investimentos no Centro-Sul do país. Essa reorganização ocorre sem necessariamente romper com estruturas históricas de concentração fundiária e desigualdade.

Assim, os resultados reforçam que o setor sucroalcooleiro expressa contradições do capitalismo no campo, envolvendo relações de poder, propriedade e trabalho. O levantamento das empresas, articulado às categorias teóricas estudadas, possibilitou uma leitura crítica da realidade rural nordestina e criou bases para aprofundar a investigação sobre empresas transnacionais, concentração fundiária, articulações políticas, expropriação e exploração. A experiência de iniciação científica contribuiu para a formação acadêmica, a capacidade de pesquisa e análise crítica, a produção de conhecimento e a aproximação entre teoria e realidade concreta.

Referências

BRASIL DE FATO. Ministra afirma que não há como banir agrotóxico cancerígeno das lavouras brasileiras. São Paulo, 09/04/2019.
BRASIL DE FATO. “Lista suja” aumenta e já são 187 empresas autuadas por trabalho escravo. São Paulo, 10/04/2019

BRUNO, R. Um Brasil Ambivalente – Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2009.

Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2024. Goiânia, 2025.

DELGADO, G. da C. Reestruturação da Economia do Agronegócio – Anos 2000. IN: STEDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. IN: SADER, Emir (Org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: Revista Temporalis n. 3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2001 (p. 09-32).

IPEA. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Comunicados do IPEA, n. 155. IPEA: Brasília (DF), 2012.Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf. Acesso em 20.03.2019.

MARTINS, J. de S. Expropriação e Violência. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. U. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contrareforma Agrária no Governo Lula. IN: Os Anos Lula – Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OXFAM BRASIL. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM Brasil: São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acessado em 24.03.2019.

OXFAM. Recompensem o trabalho, não a riqueza. Documento Informativo da OXFAM Janeiro de 2018. Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf. Acesso em 25/03/2019.
.

STEDILE, J. P. (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Revista Temporalis n. 3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2001 (p. 33-40)

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Revista Serviço Social e Sociedade., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

CÓDIGO: HS1466

AUTOR: JULIANA KELLY SILVA DA COSTA

ORIENTADOR: ILAYDIANY CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA

TÍTULO: Entre o digital e o presencial: subsídios Informacionais para o plano de comunicação digital do Espaço Infantil da BCZM/UFRN

Resumo

A pesquisa objetiva elaborar um plano de comunicação digital no espaço infantil da BCZM por meio da analise e das práticas informacionais de pais e responsáveis em midias sociais sobre espaços infantis de leitura, cultura e entretenimento. Para tanto apresenta como metodologia uma abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando análise de conteúdo de publicações e interações nas plataformas Instagram e Facebook, observação não participante em um recorte temporal de doze meses e aplicação de questionário on-line a pais e responsáveis vinculados à comunidade acadêmica da UFRN com o objetivo de complementar os dados e ampliar a compreensão sobre seus hábitos informacionais, preferências de conteúdo e expectativas em relação a espaços educativos para a infância. O questionário conterá questões fechadas e abertas, permitindo, assim, a análise quantitativa e qualitativa dos dados. . Obteve-se resultados notórios com o crescimento do público nas nossas redes sociais no instagram @zilinha_ufrn, evidenciando o potencial das midias sociais em circulação de informações e de divulgação .Conclui-se que as redes sociais têm contribuído para a divulgação, crescimento e aprimoramento do espaço infantil .

Palavras-chave: Espaço infantil; Biblioteca universitária; Comunicação digital

TITLE: Between the digital and the in-person: informational inputs for the digital communication plan of the BCZM/UFRN Children's Space.

Abstract

This research aims to develop a digital communication plan for the children's area of the BCZM by analyzing the information-related practices of parents and guardians on social media regarding spaces dedicated to children's reading, culture, and entertainment. The

methodology employs a mixed-methods approach (quantitative and qualitative) that is exploratory and descriptive in nature. It utilizes content analysis of posts and interactions on Instagram and Facebook, non-participant observation over a twelve-month period, and an online questionnaire administered to parents and guardians within the UFRN academic community. The questionnaire is designed to complement the data and broaden the understanding of their information habits, content preferences, and expectations regarding educational spaces for children. It includes both closed-ended and open-ended questions, thereby enabling both quantitative and qualitative data analysis. Significant results were achieved through audience growth on the @zilinha_ufrn Instagram account, highlighting the potential of social media for information dissemination and promotion. The study concludes that social media has contributed to the promotion, growth, and enhancement of the children's space.

Keywords: Children's area; University library; Digital communication;

Introdução

Para subsidiar o entendimento desta pesquisa, é necessário compreender os temas que a fundamentam e a motivam. A biblioteca, enquanto espaço privilegiado de produção, mediação e acesso ao conhecimento, exerce um papel estratégico na formação de sujeitos críticos e socialmente engajados. Quando direcionada à infância, essa função adquire um caráter ainda mais transformador, consolidando-se como ferramenta essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Como afirmam Melo e Neves (2005, p. 5), “a biblioteca infantil tem como função essencial desenvolver o gosto e o hábito da leitura, incentivando e estimulando a aprendizagem, a criatividade e a comunicação da criança”.

Nesse contexto, o projeto de extensão “Biblioteca para Todos: A Criança como Sujeito no Espaço da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM)”, que está sendo desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), propõe a implantação de um ambiente infantil dentro da principal biblioteca universitária da instituição. A proposta visa não apenas incentivar a leitura e a cultura desde os primeiros anos de vida, mas também promover o desenvolvimento da competência informacional e crítica na infância, reconhecendo que “o acesso precoce à leitura é um dos fatores determinantes para o sucesso educacional e para o desenvolvimento sensorial, emocional, fisiológico e cultural” (Martins, 1992).

Para além de seu papel formativo, o espaço infantil proposto também se configura como uma política concreta de apoio à permanência estudantil, voltado especialmente para mães universitárias — muitas delas mães solo — que enfrentam desafios estruturais para conciliar a vida acadêmica com a maternidade. A proposta responde a esse contexto ao oferecer um ambiente acolhedor e educativo para que essas estudantes possam realizar provas, apresentar trabalhos, participar de projetos de extensão e desenvolver pesquisas, enquanto seus filhos permanecem em um espaço lúdico e seguro, localizado dentro do mesmo ambiente em que suas atividades acadêmicas ocorrem. Conforme expresso no próprio projeto, a Biblioteca Infantil atuará “como um suporte para essas mães e pais, garantindo um ambiente seguro e educativo para suas crianças, permitindo que realizem suas atividades acadêmicas com mais tranquilidade”.

Esse tipo de ação dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, como o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao incentivar o hábito da leitura desde a infância por meio de atividades interativas e educativas, e o ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao ampliar o acesso de crianças, independentemente de seu contexto socioeconômico, a recursos culturais e informacionais.

No atual contexto informacional, fortemente mediado pelas mídias digitais, é imprescindível compreender como famílias — especialmente pais e responsáveis — buscam, selecionam e compartilham informações sobre leitura, cultura e espaços educativos voltados à infância nas redes sociais. Plataformas como Instagram e Facebook tornaram-se ambientes centrais de circulação de sentidos, valores e práticas relacionados à educação informal e à mediação da leitura, influenciando diretamente as decisões cotidianas das famílias. Nesse sentido, esses ambientes digitais funcionam como espaços informacionais, cuja análise pode revelar padrões de comportamento informacional, níveis de competência crítica em informação e as demandas socioculturais de determinados grupos sociais.

Neste cenário, torna-se essencial alinhar os objetivos comunicacionais do espaço infantil da BCZM — ainda em implantação — às práticas e interesses informacionais das famílias que integram ou orbitam a comunidade acadêmica da UFRN. Com base nisso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o comportamento e as práticas informacionais de pais e responsáveis em mídias sociais sobre espaços infantis de leitura, cultura e entretenimento, com foco na competência informacional e nas métricas desses ambientes digitais. Os resul

Metodologia

A presente pesquisa possui abordagem quantitativa e qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, por buscar compreender, em profundidade, o comportamento e as práticas informacionais de pais e responsáveis em ambientes digitais, especialmente no que se refere à leitura, cultura e espaços educativos voltados à infância. De acordo com Minayo (2008), a abordagem qualitativa é apropriada para investigar significados, valores, representações e práticas sociais, sendo, portanto, adequada aos objetivos desta investigação, que envolvem interpretações subjetivas de práticas informacionais mediadas pelas redes sociais.

A pesquisa quantitativa é um método científico que se caracteriza pela coleta e análise de dados numéricos com o objetivo de identificar relações, testar hipóteses e generalizar resultados para uma população maior (GIL, 2019). Esse tipo de pesquisa utiliza instrumentos padronizados, como questionários estruturados e escalas, que permitem a mensuração objetiva dos fenômenos investigados, possibilitando a aplicação de técnicas estatísticas para a análise dos dados (CRESWELL, 2014). Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa quantitativa busca quantificar variáveis, estabelecendo padrões e verificando a existência de associações causais ou correlacionais entre elas, sendo amplamente utilizada em estudos que demandam precisão, replicabilidade e controle rigoroso das condições de coleta.

O estudo será desenvolvido a partir da análise de conteúdo de publicações e interações de pais e responsáveis em mídias sociais, com ênfase nas plataformas Instagram e Facebook, selecionadas por sua ampla utilização como espaços informacionais e de compartilhamento de experiências parentais (LEMOS; LEVY, 2010). A seleção das páginas e perfis a serem analisados seguirá critérios como: foco em leitura, cultura e/ou

espaços infantis; representatividade regional (com destaque para a cidade de Natal/RN e entorno); frequência de postagens; e engajamento do público.

A coleta dos dados será realizada por meio de observação não participante, técnica que permite o acompanhamento sistemático das interações digitais sem interferência direta do pesquisador, conforme proposto por Flick (2009). Serão considerados conteúdos publicados em um recorte temporal de doze meses, a fim de garantir uma amostra significativa e atualizada das práticas informacionais em análise.

Os dados obtidos serão submetidos à análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2016), que se estrutura em três fases: (i) pré-análise, com a organização do corpus e definição das unidades de registro; (ii) exploração do material, com categorização temática; e (iii) tratamento dos resultados e interpretação. A análise buscará identificar padrões de comportamento informacional e demandas socioculturais que possam subsidiar a elaboração de um plano de comunicação alinhado às necessidades do público-alvo da Biblioteca Infantil da BCZM.

Além da análise das redes sociais, será aplicado um questionário online a um grupo de pais e responsáveis vinculados à comunidade acadêmica da UFRN, com o objetivo de complementar os dados e ampliar a compreensão sobre seus hábitos informacionais, preferências de conteúdo e expectativas em relação a espaços educativos para a infância. O questionário conterá questões fechadas e abertas, permitindo, assim, a análise quantitativa e qualitativa dos dados.

Com isso, busca-se alinhar as práticas de comunicação digital da Biblioteca Infantil da BCZM às necessidades informacionais do seu público potencial, contribuindo para a construção de um espaço culturalmente sensível, inclusivo e socialmente relevante, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (ONU, 2015) e com o compromisso da universidade pública com a democratização do acesso à informação e à cultura. Evidenciando que não completei ainda todos os objetivos da pesquisa, pois entrei no dia 01 de agosto deste ano, mas pretendo concluir numa possivel renovação.

Resultados e Discussões

Obteve-se resultados notórios com o crescimento do público nas nossas redes sociais no instagram @zilinha_ufrn, evidenciando o potencial das midias sociais em circulação de informações e de divulgação .Conclui-se que as redes sociais têm contribuído para a divulgação, crescimento e aprimoramento do espaço infantil . Espera-se, assim, contribuir para a consolidação da Biblioteca Infantil como espaço inclusivo, educativo, cultural e socialmente relevante, fortalecendo a mediação da leitura, a democratização da informação e a aproximação entre o ambiente digital e o espaço presencial da biblioteca.

Conclusão

Conclui-se que as redes sociais têm contribuído para a divulgação, crescimento e aprimoramento do espaço infantil .

Referências

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

CRESWELL, John W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MARTINS, Maria Elisa Batista. A formação do leitor: uma questão social, política e pedagógica. In: MARTINS, Maria Elisa Batista. O prazer da leitura. São Paulo: Ática, 1992. p. [indicar página se disponível].

MELO, Maria Sílvia; NEVES, José Sávio. Biblioteca infantil: um espaço de descoberta. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Plano de Desenvolvimento Institucional 2023–2027. Natal: UFRN, 2023.

Anexos



instagram espaço infantil Zilinha

CÓDIGO: HS1483

AUTOR: IOHANA FLAMICIA GABI DA SILVA

ORIENTADOR: SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS

TÍTULO: A concepção de diversidade humana no debate contemporâneo do Serviço Social

Resumo

O presente relatório é fruto do plano de trabalho intitulado: A concepção de diversidade humana no debate contemporâneo do Serviço Social. Este plano está vinculado à pesquisa Direitos Humanos e Serviço Social: crítica ontológica e desafios contemporâneos e foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Sócio Ambiental-urbano-rural, Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTMOSS), ambos do Departamento e Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRN. O plano de trabalho objetivou apreender e analisar tendências teórico-políticas sobre a concepção de diversidade humana no debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro. Assim, a partir dos procedimentos metodológicos definidos; da revisão bibliográfica; orientações individuais, reuniões e encontros dos grupos de estudos e pesquisa, debates e leituras coletivas foi possível apreender e analisar as determinações e o processo histórico da inserção da diversidade humana no Serviço Social e identificar limites postos na contradição entre a sociabilidade capitalista e o projeto ético-político do Serviço Social. Os resultados obtidos com a pesquisa realizada contribuem com a reflexão crítica sobre os processos de violação da diversidade humana nas particularidades da realidade brasileira e o papel da universidade pública e das profissões no enfrentamento das graves violações dos direitos humanos e da diversidade humana.

Palavras-chave: Diversidade Humana. Diversidade Sexual. Direitos Humanos. Campanha.

TITLE: The conception of human diversity in the contemporary debate of Social Work

Abstract

This report stems from the work plan entitled: The conception of human diversity in the contemporary debate of Social Work. This plan is linked to the research Human Rights and Social Work: ontological critique and contemporary challenges and was developed within the Study and Research Group on Work, Ethics and Rights (GEPTED) and the

Study and Research Group on Socio-Environmental, Urban-Rural Issues, Work, Social Movements and Social Work (QTMOSS), both from the Department and Graduate Program in Social Work (PPGSS) at UFRN. The work plan aimed to apprehend and analyze theoretical-political trends regarding the conception of human diversity in the contemporary debate of Brazilian Social Work. Thus, through the defined methodological procedures; bibliographic review; individual guidance; meetings and gatherings of the study and research groups; debates and collective readings, it was possible to apprehend and analyze the determinations and the historical process of the inclusion of human diversity in Social Work, and to identify the limits imposed by the contradiction between capitalist sociability and the ethical-political project of Social Work. The results obtained from the research contribute to critical reflection on the processes of violation of human diversity in the particularities of the Brazilian reality, and on the role of the public university and of the professions in confronting the serious violations of human rights and human diversity.

Keywords: Human Diversity. Sexual Diversity. Human Rights; Campaign.

Introdução

O plano de trabalho tem como título: A concepção de diversidade humana no debate contemporâneo do Serviço Social. Foi orientado pela profª Dra. Silvana Mara de Morais dos Santos, vinculado à sua pesquisa de produtividade/CNPQ, com o tema Direitos Humanos e Serviço Social: crítica ontológica e desafios contemporâneos. O método de análise adotado foi o histórico-dialético, desenvolvido a partir da perspectiva de totalidade no entendimento da vida social e da profissão. Como estratégia de investigação, foi realizada análise documental sobre publicações acerca da noção de diversidade incorporada a partir de 2006, por ocasião do lançamento da campanha CFESS - “o amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito”, considerando especialmente conquistas para a população LGBTI+ no período de 2006 aos dias atuais. Ademais, integrou a metodologia minha participação nas reuniões, encontros e debates coletivos no grupo de estudos e pesquisa e outros eventos acadêmicos.

Para a apreensão do objeto de estudo nos dedicamos inicialmente a contextualização da referida campanha; estudos sobre a concepção de diversidade humana, ressaltando reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero. Posteriormente, realizamos um levantamento de publicações nos principais periódicos com o tema da diversidade humana, sexual e de gênero.

Nosso plano de trabalho objetivou apreender e analisar tendências teórico-políticas sobre a concepção de diversidade humana no debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro. Assim, foram estabelecidos objetivos específicos que consistiram em a) analisar as determinações e o processo histórico da inserção da diversidade humana no Serviço Social; b) analisar as contribuições do Conselho Federal de Serviço Social para a inserção da diversidade humana na agenda profissional e c) identificar quais limites e contradições entre as abordagens na produção teórica do Serviço Social e a direção dada no âmbito do projeto ético-político do Serviço Social.

A relevância social deste estudo consiste em identificar como a produção intelectual — por meio de livros, principais periódicos da área do Serviço Social e do CFESS — têm incorporado a questão da diversidade humana. Ademais, o plano, também, assume relevância no diálogo interdisciplinar na área das Ciências Sociais Aplicadas e na área das Ciências Humanas. Os resultados poderão contribuir na análise crítica sobre os processos de agravamento da questão social e da violação dos direitos humanos no capitalismo contemporâneo, considerando o papel das profissões neste contexto.

Metodologia

A pesquisa aqui desenvolvida, buscou apreender e analisar tendências teórico-políticas sobre a concepção de diversidade humana no debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro. Para o desenvolvimento do plano de trabalho, ocorreram orientações individuais e reuniões em grupos de estudos e pesquisas, além de debates, de acordo com cronograma previamente planejado. Assim, utilizamos uma abordagem em que o plano de trabalho foi desenvolvido a partir de uma perspectiva de totalidade, na análise da vida social e do objeto de estudo, considerando a historicidade dos processos sociais e o entendimento das contradições postas na realidade.

Desta forma, utilizando o materialismo histórico-dialético foi possível a análise das tendências teórico-políticas a partir do processo histórico de inserção da diversidade humana no Serviço Social, em que se destaca as contribuições do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para esta inserção na agenda profissional da categoria. Assim, possibilitou identificar os limites e contradições entre as abordagens identificadas na produção intelectual da profissão e sua relação com a direção posta no âmbito do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Destaco as atividades junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Sócio Ambiental-urbano-rural, Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTMOSS) que foram importantes para a construção dessa pesquisa com o intuito de promover a investigação, contemplando estudos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, particularizando o âmbito do Serviço Social, além de debates acerca de temas como feminismo, diversidade sexual, identidade de gênero em produções dos principais periódicos da área desde o ano de 2006 (lançamento da campanha promovida pelo CFESS “o amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito).

Dentre as atividades realizadas, podemos destacar as reuniões dos grupos realizadas mensalmente, geralmente com a socialização de pesquisas dos integrantes — graduandas (os), pós-graduandas (os) e professoras (os) —, no intuito de formação para além da sala de aula, em que pesquisadoras (es) de diversos níveis podem interagir e compartilhar experiências. Assim, a proximidade teórico-metodológica e oportunidade de participar de momentos de socialização de tantos objetos de estudo, resultou em um momento rico na formação acadêmica, mas também pessoal e profissional.

Entre esses momentos de reflexão coletiva no âmbito dos dois grupos de pesquisa, podemos mencionar o encontro sobre “Imperialismo de sucessão no século XXI:

ameaças globais e seus impactos na América Latina" com a participação de André Barbieri (pesquisador do Instituto Casa Marx e Esquerda Diário" e a Professora Ângela Facundo (DAN/UFRN) que analisaram o papel das guerras enquanto instrumento monopolistas de expansão do capital e apropriação das riquezas globais, além disso, ocorreu também o encontro com a Professora Mavi Rodrigues (UFRJ), promovendo um debate sobre o Pensamento decolonial, tradição marxista e o Serviço Social brasileiro com a crítica marxista a essa perspectiva decolonial.

Seguindo nas atividades, durante o semestre de 2025.2 ocorreu, no âmbito do GEPTED/QTMOSS, o 27º Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) em que foi promovido o V Colóquio Feminista Materialista com o tema "Feminismo, Diversidade e Marxismo". A programação contou com três conferências ministradas por mulheres feministas e militantes. O colóquio é um evento acadêmico anual que tem possibilitado reflexão crítica sobre as implicações da opressão e apropriação da vida e corpo das mulheres aliada a socialização das lutas socias no campo feminista e da defesa da diversidade sexual e da livre identidade de genero. Além disso, durante o referido evento tivemos o lançamento de publicações do Instituto SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, sediado em Recife e que se tornou um parceiro importante dos grupos de pesquisa anteriormente assinalados. Pesquisadoras do SOS Corpo participaram da roda de debate sobre Feminismo contra a Extrema Direita, ocasião em que fizeram o lançamento da campanha "Feminismo, Território de Vida" que proporcionou um espaço de debate e construção política com temática relacionada diretamente ao meu plano de trabalho.

Ao final do semestre, ocorreu o 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em Salvador/BA (2025), evento de grande relevância para a categoria e formação profissional, proporcionando momentos de socialização de pesquisas e debates sobre diversos temas, incluindo a diversidade humana e sexual. E, posteriormente, no início do semestre de 2026.1, em alusão à comemoração aos 90 anos do Serviço Social brasileiro, ocorreram celebrações junto a campanha "com direitos, democracia e unidade na diversidade, a gente faz o nosso Brasil", promovendo, assim, novos debates acerca da diversidade no âmbito da profissão.

Com isso, para cumprir os objetivos e fundamentar a pesquisa, seguimos com uma metodologia também a partir da revisão bibliográfica, utilizando artigos e livros que pudessem contribuir para o entendimento sobre a inserção da diversidade na profissão e identificação das implicações dos limites e das contradições postasabordagens da produção intelectual do Serviço Social brasileiro.

Resultados e Discussões

A campanha "O amor fala todas as línguas: assistente social contra o preconceito" trata-se de uma iniciativa do Conselho Federal de Serviço Social, foi aprovada em setembro de 2005 no 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS, lançada no primeiro ano da gestão do CFESS "Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia" (2005-2008) e teve como um dos seus principais resultados a elaboração e aprovação pelo CFESS da resolução CFESS nº 489/2006 que estabelece "normas vedando condutas

discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional" (CFESS, 2006).

Assim, promovendo uma atuação profissional livre de discriminações por orientação sexual e/ou expressão sexual e de gênero, esta campanha unida à resolução citada caracterizam-se como formas de materializar o Código de Ética Profissional do Serviço Social, sendo um marco no enfrentamento de diversas violações de direitos. Além disso, é a partir dessa campanha em 2006, que a temática da diversidade sexual começa a integrar, de modo coletivo, a agenda profissional do Serviço Social (Cisne e Santos, 2018).

Destaca-se como aspecto de grande relevância social a ineficácia da atuação parlamentar sobre a questão da proteção dos direitos no que se refere à diversidade sexual, pois o "o Congresso Nacional segue sem aprovar qualquer legislação a favor da população LGBTQIA+, mas existem direitos assegurados pelo Judiciário e pelo Executivo Federal" (CFESS, 2026). Isso evidencia a fragilidade que — infelizmente —, ainda existe no que diz respeito aos direitos dessa comunidade, sendo necessária uma luta constante contra as formas opressivas e de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero na realidade brasileira.

Do ponto de vista teórico, entendemos a diversidade humana a partir da perspectiva de totalidade em que esta é entendida enquanto dimensão da individualidade humana, refere-se ao mundo de possibilidades de ser. Santos (2008) defende que a diversidade humana não se opõe à genericidade humana, ao contrário, ela propõe o fortalecimento e desenvolvimento da sociabilidade de cada ser social. Evidenciando assim, que cada indivíduo tende a se socializar de acordo com as experiências individuais, em relação à determinação com suas condições de vida e de trabalho. Importante destacar que a liberdade e igualdade próprias da sociedade capitalista são consideradas formais, pois os indivíduos não são considerados concretamente livres e iguais por existirem limitações objetivas determinadas pelas relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade.

É por isso que, defendemos a emancipação humana como horizonte das lutas sociais. Partimos do reconhecimento da necessidade e dos limites da emancipação política, posto que as conquistas neste campo restringem-se à dinâmica da realidade da sociedade capitalista, como lutas por direitos e reformas. Por meio da emancipação humana significa adquirir a "apropriação e o desenvolvimento, em múltiplas direções, da totalidade da riqueza humana material e espiritual produzida pela humanidade na história; é superação dos impedimentos à livre manifestação do trabalho, da consciência, da liberdade; a fruição universal das capacidades, forças e potencialidades humanas — as já desenvolvidas e as que vierem a ser produzidas em novas condições" (Barroco, 2017, p. 69)

No que diz respeito às produções intelectuais realizadas ao longo dos anos desde a campanha, podemos destacar os dois principais eventos da categoria como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) em que profissionais e estudantes se reúnem para socialização dos resultados de seus estudos e pesquisas. Assim, através de levantamento realizado nos anais desses eventos a partir do descritor "diversidade" no título dos trabalhos foi localizado a partir de 2022 — tendo em vista a indisponibilidade dos anais anteriores —

, o seguinte histórico de publicações: ENPESS 2022 (5 artigos); CBAS 2022 (4 artigos); ENPESS 2024 (5 artigos); e CBAS 2025 (17 artigos).

Em levantamento por meio oficial do CFESS foi necessário uma pesquisa de página em página buscando a temática da diversidade, priorizando os temas da "diversidade sexual" e "identidade de gênero", obtendo o resultado de publicações iniciadas em 2006 com títulos como "Um instrumento na luta contra a opressão sexual" de 01 de janeiro de 2006; "Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual" de 29 de agosto de 2007; além de textos em alusão às Conferências LGBT; Dia Nacional e Internacional da Visibilidade Lésbica; Dia Internacional do Orgulho LGBT; Dia Mundial de Luta contra a Homofobia; Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT; Dia da Visibilidade Trans; e Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans. Todos os itens mencionados totalizam 14 publicações entre os anos de 2006 e 2026 (CFESS, 2026).

Ao longo dos anos, podemos visualizar um aumento nas publicações trazendo mais visibilidade para a temática da diversidade, seja ela sexual, de identidade de gênero e/ou de raça. "Enquanto houver razão histórica para que um determinado tema seja tratado em face da reprodução da violação de direitos e outras formas de opressão vivenciadas, as campanhas estarão em vigência." (Santos, Silva, 2025, p. 3).

Por isso, é imprescindível evidenciar a importância que a campanha supracitada representa até os dias atuais, garantindo a reflexão crítica sobre o tema e a necessária busca por viabilização de direitos dos indivíduos no âmbito do Serviço Social.

Conclusão

Por fim, a pesquisa buscou evidenciar a concepção de diversidade humana e sexual sendo fruto de um processo contraditório que sofre tensões entre os limites impostos pela sociabilidade capitalista e o que é inferido por meio do projeto ético-político do Serviço Social. Foi possível identificar a partir da perspectiva de totalidade que a inserção da temática da diversidade humana e sexual teve sua incorporação coletiva e nos anos seguintes uma intensificação na agenda profissional a partir de 2006 com a campanha "O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito", que teve como uma de suas respostas mais contudentes a resolução CFESS nº 489/2006.

Contudo, apesar de grande repercussão a partir desse marco, os dados quantitativos dos eventos da categoria (CBAS e ENPESS), mostram que a produção sobre diversidade começa a aumentar a partir de 2022, tendo um salto no ano de 2025 com 17 produções.

Ao longo da construção dessa pesquisa, foi possível observar a importância do tema da construção da individualidade a partir da diversidade humana e sexual para o tratamento de diversas temáticas, sendo elas: agenda feminista, defesa de direitos humanos, diversidade sexual e de gênero.

Desta forma, verificamos que mesmo com o acúmulo de conquistas importantes no Serviço Social, ainda conseguimos observar a reprodução de determinadas fragilidades. A ausência de legislação nacional que garanta direitos à população LGBTI+ evidencia a necessidade de reparação histórica na trajetória desses indivíduos. Diante da ofensiva conservadora e neoliberal, a defesa da diversidade humana e sexual trata-se de uma dimensão estratégica do Projeto Ético-Político. Por isso, compete — não exclusivamente ao Serviço Social —, o combate a todas as formas de preconceito e discriminação na vida cotidiana.

Ademais, é fundamental evidenciar a importância da Iniciação Científica levando em consideração o Tripé da Universidade com o ensino, pesquisa e extensão sendo pilares essenciais na formação acadêmica. A inserção na iniciação científica contribui para a estruturação do pensamento crítico e aprimoramento do conteúdo programático dos componentes curriculares. Além disso, fortalece o engajamento teórico político no debate intelectual da área. Proporciona, também, o acompanhamento da produção intelectual da profissão e de áreas afins, com explícita valorização da produção do conhecimento. Cumpre destacar a importância da diversidade para o entendimento dos direitos humanos no universo do Serviço Social e de áreas afins, bem como a luta por emancipação política e emancipação humana no cenário de crise societária e de regressão de direitos que vivemos.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia. Direitos humanos ou emancipação humana?. 14. ed. Brasília/DF: Revista Inscrita, 2017. 65-71 p.

CBAS, Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais. Anais. CBAS, 2026. Disponível em: https://www.cbas.com.br. Acesso em: 31 ago. 2026.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

CFESS, Conselho Federal De Serviço Social. No Serviço Social, “o amor fala todas as línguas”: Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. CFESS, 2026. Disponível em: https://www.cfess.org.br/noticia/view/2371/no-servico-social-o-amor-fala-todas-as-linguas-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqia. Acesso em: 31 ago. 2026.

CFESS, Conselho Federal De Serviço Social. CFESS Manifesta. CFESS, 2026. Disponível em: https://www.cfess.org.br/publicacao?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=2. Acesso em: 31 ago. 2026.

CFESS, Conselho Federal De Serviço Social. Resolução 489/2006. CFESS, 2006. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/4625/resolucao_489_06.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

ENPESS, Encontro Nacional De Pesquisadores Em Serviço Social. Anais. ENPESS, 2026. Disponível em: https://enpess2026.abepss.org.br. Acesso em: 31 ago. 2026.

SANTOS, Silvana Mara De Morais Dos; SILVA, Andréa Lima Da. A inserção da diversidade na agenda do Serviço Social: 19 anos da campanha "o amor fala todas as línguas", assistente social na luta contra o preconceito. Salvador/BA: CBAS, 2025. 1-11 p.

CÓDIGO: HS1504

AUTOR: MARINA ZAHRA FAUSTINO BORBA VILAR

ORIENTADOR: YANKO MARCIUS DE ALENCAR XAVIER

TÍTULO: Transição Energética Justa e Regulação da Geração Compartilhada de Energias Renováveis: o Papel das Cooperativas de Energia

Resumo

O projeto investiga o papel das cooperativas de energia na promoção de uma transição energética justa no Brasil, com ênfase no marco jurídico-regulatório da geração compartilhada de energias renováveis. Parte-se da compreensão de que a ampliação das fontes renováveis e da geração distribuída, embora essencial à descarbonização, não assegura, por si só, uma distribuição equitativa dos benefícios da transição energética. A pesquisa busca analisar em que medida a regulação brasileira favorece a atuação das cooperativas como instrumentos de participação coletiva, descentralização da geração e democratização do acesso às energias renováveis. Adota-se abordagem qualitativa, mediante revisão bibliográfica e análise jurídico-documental, especialmente da Lei nº 14.300/2022, da legislação cooperativista e da regulamentação da ANEEL. Como referência complementar, serão examinadas experiências internacionais de cooperativas e comunidades de energia, com destaque para a Alemanha. A análise será orientada pelas dimensões da justiça energética e pela relação entre descarbonização, descentralização e democratização. Espera-se identificar potencialidades, limitações e possibilidades de aperfeiçoamento regulatório da geração compartilhada por cooperativas, contribuindo para políticas de transição energética mais inclusivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Transição energética; Justiça energética; Geração compartilhada.

TITLE: Just Energy Transition and Regulation of Shared Renewable Energy Generation: The Role of Energy Cooperatives

Abstract

This research investigates the role of energy cooperatives in promoting a just energy transition in Brazil, focusing on the legal and regulatory framework for shared renewable energy generation. It assumes that the expansion of renewable sources and distributed generation, although essential to decarbonization, does not by itself ensure an equitable distribution of the benefits of the energy transition. The study analyzes the extent to which Brazilian regulation supports energy cooperatives as instruments for

collective participation, decentralized generation, and democratized access to renewable energy. A qualitative approach will be adopted, based on a literature review and legal-documentary analysis, particularly of Law No. 14,300/2022, cooperative legislation, and ANEEL regulations. International experiences involving energy cooperatives and energy communities, particularly in Germany, will provide a complementary reference. The analysis will consider energy justice and the relationship between decarbonization, decentralization, and democratization. The research is expected to identify the potential, limitations, and opportunities for regulatory improvement of shared generation through cooperatives, contributing to more inclusive and sustainable energy transition policies.

Keywords: Energy transition; Energy justice; Shared generation.

Introdução

A transição energética constitui um dos principais desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável. A necessidade de redução das emissões de gases de efeito estufa tem estimulado a expansão das fontes renováveis, a melhoria da eficiência energética e o desenvolvimento de formas descentralizadas de produção de eletricidade.

O Brasil apresenta condições favoráveis a esse processo em razão da participação das fontes renováveis em sua matriz e do potencial de expansão, especialmente, das energias solar e eólica. Entretanto, a substituição de fontes fósseis por fontes renováveis não garante, isoladamente, que a transição energética seja socialmente justa. É necessário considerar também como seus custos e benefícios são distribuídos, quem participa das decisões e quais grupos conseguem acessar as novas tecnologias e formas de geração.

Nesse contexto, a literatura sobre justiça energética destaca três dimensões principais: justiça distributiva, relacionada à distribuição dos benefícios e encargos; justiça procedimental, associada à participação nos processos decisórios; e justiça de reconhecimento, voltada à consideração das diferentes condições sociais e situações de vulnerabilidade (JENKINS et al., 2016).

A geração distribuída apresenta especial interesse nessa discussão por permitir que consumidores também participem da produção de eletricidade. No Brasil, a Lei nº 14.300/2022 instituiu o marco legal da microgeração e minigeração distribuída e do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE. Entre as modalidades previstas encontra-se a geração compartilhada, que possibilita a organização coletiva de consumidores, inclusive por meio de cooperativas.

As cooperativas de energia podem ampliar as possibilidades de participação na geração renovável, especialmente para consumidores que encontram dificuldades técnicas, físicas ou econômicas para instalar sistemas individuais. Experiências internacionais, como a alemã, demonstram que organizações dessa natureza podem favorecer participação cidadã e novas formas de organização da produção de energia (YILDIZ et al., 2015).

No Brasil, contudo, o reconhecimento jurídico das cooperativas como forma de organização da geração compartilhada não significa que tenham sido eliminadas as barreiras regulatórias, financeiras e institucionais à sua utilização. Mendonça, Oliveira e

Xavier (2024) identificam justamente a existência de espaço para aperfeiçoamentos jurídicos e regulatórios relacionados ao modelo.

Diante disso, a pesquisa busca responder à seguinte questão: em que medida o marco jurídico-regulatório brasileiro da geração compartilhada favorece a atuação das cooperativas de energia como instrumentos de uma transição energética justa?

O objetivo geral é analisar o papel das cooperativas de energia no modelo brasileiro de geração compartilhada, relacionando sua regulamentação aos princípios da transição energética justa. A análise será orientada por três dimensões complementares: descarbonização, descentralização e democratização.

Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida mediante revisão bibliográfica e análise jurídico-documental.

A revisão bibliográfica concentra-se nos conceitos de transição energética justa, justiça energética, geração distribuída, participação cidadã e cooperativas de energia. Serão utilizados trabalhos acadêmicos nacionais e internacionais relacionados ao tema, com destaque para estudos sobre justiça energética e experiências de cooperativas e comunidades de energia.

A análise jurídico-documental tem como referência principal a Lei nº 14.300/2022, que estabelece o marco legal da microgeração e minigeração distribuída e do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, além da legislação cooperativista e da regulamentação pertinente da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como referência internacional complementar, serão examinados estudos sobre a experiência alemã de cooperativas e comunidades de energia. A utilização dessa experiência possui caráter exploratório, não se pretendendo realizar comparação exaustiva entre os ordenamentos jurídicos brasileiro e alemão.

Os resultados da revisão serão organizados a partir de três categorias analíticas: descarbonização, descentralização e democratização, buscando identificar de que maneira as cooperativas podem contribuir para aproximar a expansão das energias renováveis dos princípios da justiça energética.

Resultados e Discussões

A revisão realizada até o momento indica que a geração compartilhada possui potencial para ampliar a participação dos consumidores na transição energética. A Lei nº

14.300/2022 reconhece formas coletivas de participação na micro e minigeração distribuída, entre elas as cooperativas.

As cooperativas podem contribuir para superar algumas limitações da geração individual ao possibilitar o compartilhamento de investimentos e estruturas entre diferentes consumidores. Experiências internacionais também demonstram que modelos cooperativos podem favorecer participação cidadã e novas formas de organização da produção de energia renovável (YILDIZ et al., 2015; KALKBRENNER; ROOSEN, 2016).

Os resultados preliminares podem ser compreendidos a partir de três dimensões. A descarbonização relaciona-se à expansão das fontes renováveis; a descentralização, à ampliação do número e da diversidade dos agentes capazes de produzir energia; e a democratização, à possibilidade de distribuir de maneira mais ampla os benefícios decorrentes dessa transformação.

Entretanto, descentralização não significa necessariamente democratização. A possibilidade jurídica de participar da geração compartilhada não assegura que consumidores com diferentes condições econômicas tenham iguais oportunidades de acesso. Barreiras financeiras, técnicas, informacionais e regulatórias podem limitar a participação.

A literatura e a análise regulatória indicam, portanto, que as cooperativas apresentam potencial para contribuir para uma transição energética justa, mas sua efetividade depende das condições institucionais existentes. O aprofundamento da pesquisa buscará identificar essas limitações e possíveis caminhos para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro.

Conclusão

Os resultados preliminares indicam que as cooperativas de energia podem constituir instrumentos relevantes para aproximar a geração compartilhada dos princípios da transição energética justa.

O marco jurídico brasileiro permite a organização coletiva de consumidores para geração compartilhada, mas a previsão normativa não garante, isoladamente, condições equitativas de participação. A efetiva democratização dos benefícios das energias renováveis depende também de acesso ao financiamento, informação, capacitação e condições regulatórias adequadas.

A pesquisa propõe compreender essa relação a partir da tríade descarbonização, descentralização e democratização. A expansão das renováveis contribui para a primeira; a geração distribuída favorece a segunda; e as cooperativas apresentam potencial para contribuir para a terceira.

Como continuidade, pretende-se aprofundar a revisão da literatura e da regulamentação brasileira e examinar experiências de cooperativas de energia capazes de contribuir para a identificação de possibilidades de aperfeiçoamento do modelo.

Referências

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971.

BRASIL. Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022. Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); altera as Leis nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

BROSKA, Lisa Hanna et al. On the future(s) of energy communities in the German energy transition: a derivation of transformation pathways. Sustainability, Basel, v. 14, n. 6, art. 3169, 2022. DOI: 10.3390/su14063169.

FISCHER, Beate et al. Who wants to get involved? Determining citizen willingness to participate in German renewable energy cooperatives. Energy Research & Social Science, v. 76, art. 102013, 2021. DOI: 10.1016/j.erss.2021.102013.

GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar. Acordo energético Brasil-Alemanha e as perspectivas de cooperação institucional no campo das energias renováveis. Revista Direito E-nergia, Natal, ano 1, v. 1, n. 1, ago./dez. 2009.

JENKINS, Kirsten et al. Energy justice: a conceptual review. Energy Research & Social Science, v. 11, p. 174–182, 2016. DOI: 10.1016/j.erss.2015.10.004.

KALKBRENNER, Bernhard J.; ROOSEN, Jutta. Citizens' willingness to participate in local renewable energy projects: the role of community and trust in Germany. Energy Research & Social Science, v. 13, p. 60–70, 2016. DOI: 10.1016/j.erss.2015.12.006.

MCCAULEY, Darren; HEFFRON, Raphael J. Just transition: integrating climate, energy and environmental justice. Energy Policy, v. 119, p. 1–7, 2018. DOI: 10.1016/j.enpol.2018.04.014.

MENDONÇA, Diego da Silva; OLIVEIRA, Diogo Pignataro de; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar. Geração compartilhada de energia: análise regulatória e perspectiva a partir do modelo de cooperativas de energia. Revista Brasileira de Energia, v. 30, n. 4, p. 102–122, 2024. DOI: 10.47168/rbe.v30i4.912.

MENDONÇA, Diego da Silva; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. A energia solar fotovoltaica na política energética da Constituição

Federal de 1988: premissas para uma análise acerca da inserção de novas fontes renováveis. Revista FT, 24 ago. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8280439.

SOVACOOL, Benjamin K.; DWORKIN, Michael H. Energy justice: conceptual insights and practical applications. Applied Energy, v. 142, p. 435–444, 2015. DOI: 10.1016/j.apenergy.2015.01.002.

XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; ARAÚJO JÚNIOR, Evilásio Galdino de. Direito à cidade e energia: a regulação jurídica de smart grids no Brasil. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 525–568, 2020. DOI: 10.12957/rdc.2019.42003.

YILDIZ, Özgür et al. Renewable energy cooperatives as gatekeepers or facilitators? Recent developments in Germany and a multidisciplinary research agenda. Energy Research & Social Science, v. 6, p. 59–73, 2015. DOI: 10.1016/j.erss.2014.12.001.

CÓDIGO: HS1584

AUTOR: KELRY HAPULQUE MARTINS DE LIMA

ORIENTADOR: MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

TÍTULO: OBDI - Linha de Direito Internacional Privado

Resumo

A complexidade das relações estabelecidas no litoral do Rio Grande do Norte evidencia a necessidade de compreender sua governança para além da atuação isolada de instituições e normas domésticas, diante de fenômenos que estabelecem conexões com outros Estados e regimes jurídicos internacionais. Nesse contexto, a pesquisa buscou responder de que maneira se estrutura a governança jurídica do litoral potiguar e quais são seus principais traços de internacionalização. O objetivo foi mapear instituições, legislação, tratados internacionais pertinentes, ilícitos com elementos de transnacionalidade e experiências de cooperação relacionadas ao litoral. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, combinou levantamento bibliográfico e documental com pesquisa empírica em bases institucionais e jurisprudenciais. Os resultados evidenciaram uma estrutura normativa e institucional diversificada, marcada pela incidência de compromissos internacionais e pela presença de fenômenos transfronteiriços, especialmente relacionados a ilícitos praticados por rotas marítimas e à utilização da infraestrutura portuária. Conclui-se que a governança jurídica do litoral potiguar apresenta relevantes traços de internacionalização nos planos normativo, institucional e fenomenológico, ao mesmo tempo em que revela a necessidade de maior articulação entre instituições e mecanismos de cooperação para o enfrentamento de questões que ultrapassam a esfera exclusivamente doméstica.

Palavras-chave: Internacionalização; governança marítima; Direito Internacional.

TITLE: Legal Governance of the Coast of Rio Grande do Norte and Its Internationalization Features: An Institutional, Regulatory, and Jurisprudential Mapping

Abstract

The complexity of the relations established along the coast of Rio Grande do Norte highlights the need to understand its governance beyond the isolated action of domestic institutions and norms, particularly in the face of phenomena that establish connections with other States and international legal regimes. In this context, the research sought to answer how the legal governance of the state's coastline is structured and what its main features of internationalization are. The objective was to map the relevant institutions,

legislation, international treaties, transnationally characterized offenses, and cooperation experiences related to the coastline. The research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach, combining bibliographic and documentary research with empirical investigation of institutional and jurisprudential databases. The results revealed a diverse normative and institutional structure, marked by the incidence of international commitments and the presence of cross-border phenomena, particularly offenses carried out through maritime routes and the use of port infrastructure. It is concluded that the legal governance of the Rio Grande do Norte coastline exhibits significant features of internationalization at the normative, institutional, and phenomenological levels, while also revealing the need for greater coordination among institutions and cooperation mechanisms to address issues that transcend the exclusively domestic sphere.

Keywords: Internationalization; maritime governance; International Law.

Introdução

Os espaços marítimos constituem um âmbito jurídico complexo, no qual convergem regimes de soberania, jurisdição, proteção ambiental, exploração econômica, circulação e competências administrativas. Apresentam sobreposição de normas, instituições, interesses e escalas de atuação do âmbito local ao internacional. Sua governança exige compreensão articulada entre Direito interno, Direito Internacional, estruturas institucionais responsáveis pela gestão do território e do mar. A delimitação jurídica do mar em diferentes zonas, submetidas a distintos graus de soberania, jurisdição e liberdade, condiciona os poderes estatais, devendo a fiscalização e repressão de ilícitos observar as regras do Direito do Mar.

A governança marítima não se reduz à gestão administrativa da faixa costeira, envolvendo definição de competências, coordenação institucional, aplicação de normas ambientais e marítimas, exercício da jurisdição, fiscalização de atividades econômicas e proteção dos recursos naturais. A governança jurídica constitui, assim, dimensão específica da governança no mar, voltada às estruturas normativas e institucionais por meio das quais o Estado organiza e coordena sua atuação. No Brasil, essa arquitetura apresenta avanços normativos, mas também dificuldades de articulação institucional. As competências distribuem-se entre diferentes órgãos e níveis federativos, enquanto mecanismos de coordenação e cooperação convivem com assimetrias institucionais, de modo que a distribuição formal de responsabilidades não assegura, por si só, uma governança integrada.

Essa problemática adquire contornos próprios no litoral do Rio Grande do Norte, espaço de relevância ambiental, econômica, social e estratégica, que reúne atividades turísticas, pesqueiras, portuárias, industriais e de exploração de recursos naturais, além de ecossistemas de elevada importância. A multiplicidade de usos produz correspondente multiplicidade de interesses jurídicos e institucionais, fazendo com que sua proteção e ordenação dependam da atuação coordenada de diferentes estruturas administrativas e jurisdicionais. A posição geográfica do Estado e sua inserção em rotas marítimas e atividades de circulação internacional tornam o litoral suscetível a fenômenos com conexões para além do território nacional. A dimensão internacional manifesta-se pela incidência de tratados e normas internacionais, presença de sujeitos ou embarcações

estrangeiras, rotas internacionais, ilícitos cujas etapas envolvem mais de um Estado e necessidade de cooperação entre autoridades nacionais e estrangeiras.

É nessa interseção entre governança, jurisdição e internacionalização que se situa a presente pesquisa. O estudo teve como objeto o mapeamento da governança jurídica do litoral do Rio Grande do Norte, buscando identificar sua configuração normativa e institucional. A investigação partiu da questão: de que modo se estrutura a governança jurídica do litoral do Rio Grande do Norte e quais elementos normativos, institucionais e jurisdicionais evidenciam seus traços de internacionalização? O objetivo geral consistiu em mapear e analisar essa governança.

A escolha do objeto justifica-se pela necessidade de articular a governança do litoral potiguar, o Direito do Mar, a dimensão internacional dos ilícitos e os mecanismos de cooperação jurisdicional, jurídica e institucional. A pesquisa dialoga com a Agenda 2030, especialmente com os ODS 14 e 16, relativos à conservação dos oceanos, instituições eficazes, acesso à justiça e Estado de Direito, além dos ODS 11, 13 e 17, relacionados à sustentabilidade, mudanças climáticas e cooperação. O mapeamento contribui para identificar atores, instrumentos jurídicos e experiências de cooperação, bem como pontos em que a atuação isolada pode revelar-se insuficiente, dialogando com a proposta de construção de uma Rede Potiguar de Articulação para a Governança Jurídica do Litoral, prevista na Carta do Atlântico Potiguar.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritivo-analítica, combinando pesquisa bibliográfica, normativa, documental e jurisprudencial. Essa configuração decorre do objeto, cujo mapeamento exige identificar normas, instituições, situações jurídicas concretas e instrumentos internacionais. O desenho permitiu aproximar esses planos, evitando reduzir a governança jurídica à mera enumeração de normas ou órgãos.

A pesquisa teve como delimitação espacial o litoral do Rio Grande do Norte, sem restringir a análise a órgãos ou normas estaduais, considerando a distribuição de competências entre União, Estado e municípios e a incidência de normas internacionais incorporadas ao ordenamento brasileiro. O recorte material concentrou-se na governança jurídica, compreendida a partir de seus componentes normativos, institucionais e jurisdicionais e de suas conexões com o Direito Internacional.

A pesquisa bibliográfica fundamentou a interpretação e a análise, mediante exame de obras sobre Direito Internacional do Mar, jurisdição marítima, cooperação jurídica internacional, governança costeira e oceânica, criminalidade transnacional e relações entre instituições e níveis de governança.

A dimensão normativa envolveu levantamento e sistematização da legislação pertinente à governança jurídica do litoral, abrangendo normas federais e estaduais sobre organização institucional, proteção ambiental, ordenamento costeiro, atividades

marítimas, fiscalização e jurisdição. No âmbito estadual, utilizou-se a base legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, complementada por atos e documentos dos órgãos públicos pertinentes.

No plano internacional, foram levantados tratados e instrumentos pertinentes e incorporados pelo Brasil, utilizando-se a plataforma Concórdia, do Ministério das Relações Exteriores. Consideraram-se instrumentos vinculantes relacionados ao Direito do Mar, proteção ambiental, repressão de ilícitos, cooperação e governança costeira. A pertinência foi aferida pela possibilidade de produção de consequências jurídicas sobre atividades, situações, competências ou mecanismos de cooperação relacionados ao objeto, permitindo relacionar compromissos internacionais à estrutura normativa doméstica.

A segunda frente correspondeu ao mapeamento institucional, identificando órgãos com atribuições de tutela, fiscalização, administração, planejamento, proteção ambiental, segurança, autoridade marítima, investigação ou jurisdição. Foram consultados o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a Justiça Federal no Rio Grande do Norte, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, o IBAMA, o IDEMA, a Marinha do Brasil e a Capitania dos Portos, além de outros órgãos cuja pertinência emergiu dos resultados. A identificação foi progressiva: normas, decisões, procedimentos ou ocorrências que apontassem para determinada instituição levavam à incorporação de sua competência e relação com a governança, permitindo captar atores formalmente vinculados à matéria e aqueles relevantes em situações concretas.

A terceira frente consistiu no levantamento jurisprudencial e documental de ilícitos, conflitos e situações jurídicas ocorridos no litoral potiguar com elementos de transnacionalidade, deslocando a análise das normas e competências abstratas para situações concretas. A pesquisa foi realizada inicialmente nas bases do TRF5, da Justiça Federal no Rio Grande do Norte e do TJRN, sendo ampliada conforme os resultados indicavam outras fontes relevantes.

A estratégia de busca combinou termos geográficos, jurídicos, materiais e indicativos de internacionalização, como “litoral potiguar”, “Rio Grande do Norte”, “internacional”, “transnacional”, “cooperação jurídica internacional”, “tráfico internacional”, “contrabando”, “descaminho”, “tráfico de pessoas”, “tráfico de drogas”, “organização criminosa”, “embarcação estrangeira”, “porto”, “mar territorial”, “zona contígua”, “zona econômica exclusiva”, “pesca ilegal”, “poluição marinha” e “crime ambiental”, além de termos correlatos. A variedade foi necessária porque a dimensão internacional nem sempre aparece no título ou na classificação processual, razão pela qual não se adotou uma única expressão de recuperação.

Após a localização, realizou-se triagem de cada ocorrência quanto à existência de elementos concretos de transnacionalidade. Foram considerados, isolada ou conjuntamente, quatro indicadores principais: (1) rota ou fluxo com origem ou destino internacional; (2) necessidade ou utilização de mecanismos de cooperação internacional, inclusive para investigação, produção probatória, localização de pessoas, obtenção de informações ou atos jurídicos; (3) aplicação direta ou juridicamente relevante de tratados ou outros instrumentos internacionais incorporados pelo Brasil; e (4) envolvimento de agentes, organizações, embarcações ou outros sujeitos estrangeiros

com relevância efetiva para a configuração ou desenvolvimento do fato. Assim, a transnacionalidade foi tratada como característica verificável pelas circunstâncias do caso, e não presumida pela localização ou natureza do delito.

O tratamento dos dados ocorreu de forma qualitativa e analítica, buscando identificar recorrências, conexões, sobreposições de competências, articulações, normas internacionais, manifestações de transnacionalidade e mecanismos de cooperação. Buscou-se construir uma representação da estrutura jurídica e institucional encontrada e interpretá-la à luz do problema de pesquisa, mantendo correspondência entre objeto, problema, fontes e procedimentos de coleta e análise. Assim, o percurso permitiu revelar a estrutura da governança do litoral potiguar e os pontos em que Direito Internacional, jurisdição, transnacionalidade e cooperação integram concretamente a atuação estatal.

Resultados e Discussões

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa permitem compreender a governança jurídica do litoral potiguar como uma estrutura complexa, constituída pela interação entre diferentes instituições, normas nacionais e internacionais, atividades desenvolvidas no território e no mar e fenômenos cuja dinâmica ultrapassa, em determinadas circunstâncias, os limites da jurisdição doméstica. A análise dos dados levantados não se restringe, portanto, à identificação isolada de seus componentes, mas busca evidenciar as relações entre eles e os padrões de articulação que revelam os traços de internacionalização dessa governança. Para tanto, os resultados são apresentados em eixos temáticos, contemplando a estrutura institucional, o arcabouço legislativo, os tratados internacionais pertinentes e os ilícitos com dimensão transnacional, de modo a permitir uma leitura integrada dos diferentes níveis em que a governança jurídica do litoral potiguar se desenvolve.

3.1 A arquitetura institucional da governança do litoral potiguar

O mapeamento evidencia que a governança jurídica do litoral do Rio Grande do Norte não se organiza em torno de uma instituição central, mas de uma estrutura policêntrica, formada por órgãos e entidades de diferentes naturezas, esferas e competências. Essa configuração decorre da complexidade jurídica do litoral, sobre o qual incidem regimes ambientais, marítimos, patrimoniais, econômicos, portuários, jurisdicionais e de segurança.

No plano federal, foram identificados o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a CIRM, o ICMBio, o IBAMA, a Marinha do Brasil, a Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, a Secretaria do Patrimônio da União, a ANTAQ, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte, a Justiça Federal, o TRF5 e o STJ. No plano estadual, destacam-se a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, o IDEMA, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, o Comitê Estadual de Gerenciamento Costeiro, a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca e o TJRN. Integram ainda essa arquitetura o MPF, o MPRN, a AGU e a PGE.

A distribuição demonstra que a governança é essencialmente interinstitucional. A gestão ambiental não se confunde com a autoridade marítima; a administração do patrimônio da União não equivale à regulação portuária; e a tutela jurisdicional não substitui fiscalização, licenciamento ou ordenamento. A literatura sobre governança costeira distingue, assim, a mera existência de instituições setoriais da efetiva coordenação e cooperação entre elas. Embora existam responsabilidades formalmente distribuídas, persistem desafios de articulação e execução.

O IDEMA exerce funções executivas, especialmente licenciamento e fiscalização, enquanto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos atua na formulação e coordenação das políticas estaduais. A Marinha, como Autoridade Marítima, atua na segurança da navegação e fiscalização do tráfego aquaviário; a Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte realiza fiscalização, inspeções, vistorias e prevenção da poluição hídrica decorrente de embarcações, plataformas e instalações de apoio. A segurança marítima também envolve Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, IBAMA, ICMBio, guardas portuárias, ANTAQ e ANVISA.

Na esfera jurisdicional, coexistem Justiça Federal, TRF5, STJ e TJRN, conforme a natureza do conflito, os sujeitos e os bens ou interesses atingidos. A dimensão internacional deve ser distinguida da competência jurisdicional: elemento estrangeiro não desloca automaticamente a competência para a Justiça Federal, assim como atividade marítima não transforma, por si só, um conflito em questão de Direito Internacional. Ambas podem, contudo, cruzar-se em situações envolvendo tratados, interesses da União, ilícitos transnacionais ou cooperação jurídica internacional.

O MPF e o MPRN participam também extrajudicialmente, por meio de inquéritos civis, recomendações e termos de ajustamento de conduta, inclusive em municípios costeiros. A AGU representa judicial e extrajudicialmente a União, enquanto a PGE desempenha função correspondente em relação ao Estado, além de prestar assessoramento jurídico e atuar no controle de legalidade da Administração.

O CEGERCO/RN, implementado em 2026, constitui elemento relevante de articulação, por reunir Poder Público, sociedade civil e comunidade científica. O IDEMA exerce sua presidência e presta suporte administrativo, operacional e financeiro. Na esfera federal, a CIRM articula políticas relacionadas aos recursos do mar, conectando dimensões marítimas, ambientais, econômicas e científicas. Esses mecanismos revelam esforços de coordenação, embora não assegurem integração permanente.

O CTN-RN, associação civil sem fins lucrativos, reúne atores ligados à indústria, formação profissional, engenharia naval, atividades portuárias, pesca e exploração offshore. Embora não detenha competência estatal, evidencia a participação de atores não estatais nas agendas relacionadas ao mar, inclusive em discussões sobre o Planejamento Espacial Marinho do Nordeste e atividades offshore. Sua presença reforça uma concepção de governança que incorpora redes de interação entre atores públicos, privados, científicos e tecnológicos.

Os resultados permitem identificar quatro camadas inter-relacionadas: órgãos de formulação e coordenação; instituições executivas e fiscalizatórias; estruturas jurisdicionais e de defesa jurídica; e atores econômicos, científicos e sociais. A sobreposição dessas camadas confere complexidade à governança jurídica do litoral

potiguar. Quando há conexão com outro Estado, rota internacional, agente estrangeiro ou necessidade de prova no exterior, acrescenta-se dimensão transnacional, potencialmente demandando cooperação. Assim, o mapeamento demonstra uma arquitetura distribuída e funcionalmente diferenciada, cuja internacionalização será aprofundada pela análise dos instrumentos normativos, tratados e ilícitos concretos.

3.2 O arcabouço normativo interno da governança jurídica do litoral potiguar

O levantamento identificou doze diplomas normativos diretamente pertinentes à governança jurídica do litoral potiguar, abrangendo gerenciamento costeiro, espaços marítimos, proteção ambiental, segurança da navegação, prevenção da poluição e repressão de ilícitos. O conjunto não forma regime unitário, mas arquitetura normativa de diferentes finalidades e níveis de incidência.

No gerenciamento costeiro, destacam-se a Lei nº 7.661/1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a Lei nº 6.950/1996, que instituiu o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Rio Grande do Norte, atribuindo ao IDEMA papel central, e o Decreto nº 5.300/2004, que regulamenta a primeira e organiza instrumentos de gerenciamento. A coexistência dessas normas evidencia estrutura multinível, apesar de dificuldades de integração.

A Lei nº 8.617/1993 dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros. Relacionada à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), demonstra a incorporação de categorias do Direito Internacional ao ordenamento interno. A diferenciação desses espaços implica distintos graus de soberania, direitos de soberania e jurisdição.

A Lei nº 9.537/1997 disciplina a segurança do tráfego aquaviário e a atuação da Autoridade Marítima. Seu art. 36 determina a observância, no que couber, de atos e resoluções internacionais ratificados pelo Brasil sobre salvaguarda da vida humana, segurança da navegação e controle da poluição por embarcações. A Lei nº 9.966/2000 estabelece prevenção, controle e fiscalização da poluição por óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas, distribuindo competências entre Autoridade Marítima, órgãos ambientais e reguladores. Relaciona-se à MARPOL, à Convenção de 1969 sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo e à Convenção de 1990 sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo. O conjunto evidencia a conexão entre direito interno e regimes internacionais diante do caráter transfronteiriço da poluição marinha.

A Lei nº 9.605/1998 estabelece sanções penais e administrativas para condutas lesivas ao meio ambiente e contempla cooperação internacional e jurídica internacional. A Lei nº 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estruturando mecanismos de conservação e proteção de ecossistemas, com competências distribuídas entre níveis federativos.

A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e disciplina investigação, obtenção de provas e persecução penal, alcançando situações transnacionais. A norma demonstra que a internacionalização também alcança ilícitos transnacionais e exige atuação coordenada.

Instrumentos recentes reforçam a busca por integração. O Decreto nº 12.481/2025 instituiu a Política Marítima Nacional, incluindo cooperação internacional relacionada à repressão de atos ilícitos. O Decreto nº 12.491/2025 instituiu o Planejamento Espacial Marinho (PEM), tendo entre seus princípios a juridicidade, a cooperação internacional e a soberania do Estado, defesa nacional e segurança marítima. Sua coordenação envolve a CIRM, com atuação conjunta da Marinha do Brasil e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Esses instrumentos buscam superar a fragmentação setorial.

No plano estadual, a Lei nº 11.714/2024 instituiu a Política Estadual de Incentivo à Economia do Mar do Rio Grande do Norte, abrangendo pesca, aquicultura, petróleo e gás offshore, turismo costeiro e marítimo, transporte marítimo, atividade portuária, dragagem e energias renováveis oceânicas. A norma amplia os interesses econômicos a compatibilizar com proteção ambiental e planejamento marítimo.

O Decreto nº 35.338/2026 instituiu o Comitê Estadual de Gerenciamento Costeiro (CEGERCO/RN), reunindo, entre outros, IDEMA, IBAMA, Capitania dos Portos, Secretaria de Estado da Defesa Civil, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca. Sua criação institucionaliza espaço de articulação entre órgãos com competências distintas sobre a zona costeira, sem permitir concluir, isoladamente, sobre a efetividade da coordenação.

O conjunto revela uma governança doméstica progressivamente permeada pelo Direito Internacional. Ela manifesta-se na incorporação da CNUDM, na observância de atos internacionais na segurança da navegação, nas convenções sobre poluição, na cooperação relativa a ilícitos e, mais recentemente, na Política Marítima Nacional e no PEM. A análise dos tratados permitirá identificar quais compromissos internacionais integram essa arquitetura.

3.3. A dimensão internacional da governança jurídica do litoral potiguar

O levantamento realizado na plataforma Concórdia, do Ministério das Relações Exteriores, identificou onze instrumentos internacionais vinculantes para o Brasil, relacionados à governança dos espaços marítimos e costeiros. A internacionalização é transversal, alcançando Direito do Mar, proteção ambiental, segurança marítima, trabalho, biodiversidade, mudanças climáticas e criminalidade transnacional.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), ratificada pelo Brasil em 1988, ocupa posição estruturante por fornecer o principal quadro jurídico internacional dos oceanos e seus recursos. Sua influência já havia sido identificada no levantamento normativo interno, especialmente na Lei nº 8.617/1993. Ela define espaços marítimos e distribui direitos de soberania e jurisdição, demonstrando que a internacionalização também estrutura categorias do direito interno.

A proteção ambiental constitui outro eixo central. A MARPOL, ratificada em 1996, estabelece regras para prevenção da poluição marinha por navios. A OPRC-90, ratificada em 1998, estrutura mecanismos de preparo, resposta e cooperação em casos de poluição por óleo. A Convenção de Londres de 1972, ratificada em 1982, disciplina o alijamento de resíduos e outros materiais. São relevantes porque atividades e acidentes

marítimos podem produzir efeitos além das fronteiras, tornando insuficiente uma resposta exclusivamente doméstica.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), ratificada em 1994, acrescenta compromissos de conservação, uso sustentável e repartição de benefícios relacionados aos recursos genéticos. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), também ratificada em 1994, embora não seja específica do mar, produz efeitos sobre a governança costeira diante de fenômenos como elevação do nível do mar, erosão, alteração de ecossistemas e acidificação oceânica. Evidenciam internacionalização indireta, pois regimes ambientais gerais condicionam a gestão costeira.

A dimensão internacional ultrapassa a proteção ambiental. A Convenção nº 186 da OIT sobre Trabalho Marítimo, ratificada pelo Brasil em 2020, estabelece padrões internacionais para as condições de trabalho a bordo de navios, demonstrando que o mar também é ambiente laboral. O Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM), ratificado em 1974, estabelece regras internacionais de navegação e prevenção de colisões. O ISPS Code, incorporado em 2004, acrescenta padrões de proteção de navios e instalações portuárias, conectando a segurança portuária às cadeias internacionais de transporte.

O Acordo sobre Medidas do Estado do Porto para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (PSMA) introduz dimensão econômica e portuária ao controlar o ingresso de produtos da pesca ilegal nos mercados, conectando governança doméstica e fluxos econômicos internacionais.

A criminalidade transnacional constitui outro eixo. A Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, ratificada em 1991, estabelece mecanismos de cooperação contra o tráfico de drogas. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), ratificada em 2004, estrutura a cooperação para prevenção e repressão da criminalidade organizada. Sua pertinência é direta quando o litoral ou portos integram rotas internacionais, envolvem agentes estrangeiros ou exigem atuação além do território brasileiro.

Considerados conjuntamente, os onze instrumentos revelam quatro formas de internacionalização. A CNUDM exerce função constitutiva; MARPOL, OPRC-90, Convenção de Londres, RIPEAM e ISPS Code, função regulatória; os instrumentos contra tráfico e crime organizado, função cooperativa; e CDB e UNFCCC, função transversal.

Os tratados, portanto, não constituem elementos externos à governança doméstica. Uma vez incorporados, seus comandos integram o quadro jurídico no qual atuam autoridades marítimas, órgãos ambientais, autoridades portuárias, instituições de fiscalização, Ministério Público e Poder Judiciário. A internacionalização não se encontra fora da governança jurídica nacional, mas incorporada à sua estrutura, conectando normas internacionais, instituições internas e situações que podem ultrapassar as fronteiras jurisdicionais brasileiras.

3.4. O mapeamento dos ilícitos transnacionais no litoral potiguar

A pesquisa de casos concretos demonstrou que a dimensão internacional identificada nos planos normativo e institucional encontra correspondência em fenômenos ocorridos ou investigados no litoral potiguar. Os casos apresentam diferentes formas de conexão, envolvendo circulação de bens, infraestrutura logística, obrigações internacionais e danos.

O processo nº 0800327-48.2017.4.05.8403, da 11ª Vara Federal do RN, refere-se a fatos de dezembro de 2013 envolvendo o contrabando de aproximadamente 1.200 caixas de cigarros Record, Gol e Vox, provenientes do Suriname e desembarcadas em Macau. A Convenção de Palermo é potencialmente relacionada. Concluído, o caso evidencia o litoral como ponto de transição entre cadeia ilícita internacional e território nacional.

O processo nº 0803598-35.2021.4.05.8400, da 2ª Vara Federal do RN, refere-se a fatos entre março de 2017 e janeiro de 2020 e envolve contrabando reiterado de cigarros por via marítima, com desembarque no litoral potiguar, transporte (“limpeza”), armazenamento e comercialização. As rotas relacionavam-se ao Paraguai e ao Suriname. A Convenção de Palermo é potencialmente aplicável. O caso demonstra a dimensão transnacional da logística ilícita.

A Operação Maritimum, no IPL nº 2021.0049491/RN, investigou fatos de 14 de dezembro de 2021 e 19 de fevereiro de 2022 relacionados a organização criminosa transnacional voltada ao tráfico internacional de drogas. Foram apreendidos 553 kg de cocaína no Porto Marítimo de Natal, ocultados em carga de limões destinada a Roterdã, nos Países Baixos. A investigação alcançou cerca de oito toneladas, com remessas para portos europeus e africanos. A controvérsia chegou ao STJ no AgRg no RHC nº 181.894/RN. Relacionam-se potencialmente a CNUDM, à Convenção de Palermo e à Convenção da ONU contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes. O caso evidencia a utilização de fluxos comerciais lícitos por estruturas criminosas.

Em 2 de junho de 2026, a Polícia Federal deflagrou operação contra organização criminosa transnacional que utilizaria a estrutura portuária do RN para enviar drogas à Europa, com fraudes documentais no comércio exterior. Foram cumpridos 28 mandados de busca e apreensão e 14 de prisão preventiva no RN, PE, PA, SP e RJ. Ao final do levantamento, o caso permanecia em curso. Relacionam-se potencialmente a ele a Convenção de Palermo e a Convenção da ONU contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes.

O Agravo de Instrumento nº 0810541-09.2025.4.05.0000, julgado pela 6ª Turma do TRF5, relaciona-se à concessão do Complexo Turístico da Redinha e à alegação de descumprimento da Consulta Livre, Prévia e Informada, prevista no art. 6º da Convenção nº 169 da OIT. A internacionalização decorre da incidência de obrigação internacional sobre empreendimento litorâneo.

Outro caso foi o derramamento de óleo de 7 de setembro de 2019, que atingiu 14 municípios do RN e mobilizou MPF, Marinha e Polícia Federal. A investigação permanecia inconclusa ao final do levantamento, com possível aplicação da OPRC-90. O episódio demonstra que a dimensão internacional de danos ambientais pode relacionar-se à dificuldade de determinar sua origem, à extensão dos efeitos e à necessidade de coordenação.

Os casos revelam diferentes modalidades de internacionalização: nos contrabandos, pelas rotas e mercadorias estrangeiras; na Operação Maritimum e na operação de 2026, pela atuação de organizações criminosas conectadas a portos estrangeiros; no caso da Redinha, pela incidência de obrigação convencional; e no derramamento de óleo, potencialmente, por regime internacional de prevenção e resposta à poluição.

Macau aparece como ponto de desembarque de mercadorias estrangeiras, enquanto o Porto de Natal surge como elo de cadeias de tráfico destinadas ao exterior. Costa e instalações portuárias funcionam simultaneamente como espaços lícitos e pontos estratégicos para fluxos ilícitos.

A multiplicidade institucional (Justiça Federal, TRF5, STJ, MPF, Polícia Federal e Marinha) confirma o caráter policêntrico do mapeamento e a necessidade de articulação de competências.

A quantidade de casos localizados não mede a frequência real dos ilícitos transnacionais, pois investigações em curso, processos sob sigilo e limitações das bases judiciais restringem as informações disponíveis. Os casos constituem, assim, manifestações documentadas.

O resultado evidencia que o litoral potiguar conecta fluxos internacionais e estruturas jurídicas nacionais. A sobreposição entre infraestrutura portuária, circulação internacional, criminalidade, proteção ambiental e obrigações convencionais demonstra que a dimensão transnacional não é excepcional. Esses elementos fundamentam a análise das redes de cooperação.

Conclusão

A pesquisa permitiu mapear os principais elementos jurídicos e institucionais da governança do litoral do Rio Grande do Norte e identificar suas conexões com o Direito Internacional. Os resultados demonstraram uma estrutura policêntrica, composta por múltiplos atores, regimes normativos e escalas de atuação, cuja articulação é relevante diante de fenômenos que ultrapassam limites territoriais e jurisdicionais.

O mapeamento institucional evidenciou a atuação de órgãos ambientais, marítimos, portuários, de segurança, fiscalização, persecução, representação judicial e formulação de políticas. Essa pluralidade revela uma distribuição complexa de competências, mas não significa, por si só, integração. O principal desafio está na articulação entre instituições, sobretudo diante de situações transnacionais.

No plano normativo, foram identificados regimes relacionados ao gerenciamento costeiro, espaços marítimos, segurança da navegação, prevenção da poluição, conservação ambiental, criminalidade organizada e atividades econômicas relacionadas ao mar. Instrumentos recentes, como a Política Marítima Nacional, o Planejamento Espacial Marinho, a Política Estadual de Incentivo à Economia do Mar e o Comitê

Estadual de Gerenciamento Costeiro, demonstram esforços de coordenação, embora a integração permaneça em construção.

O levantamento dos tratados confirmou a dimensão internacional da governança. A CNUDM estrutura juridicamente os espaços marítimos, enquanto instrumentos sobre poluição, biodiversidade, mudanças climáticas, segurança da navegação, trabalho marítimo, pesca ilegal, tráfico de drogas e criminalidade organizada conectam regimes internacionais à atuação doméstica. O Direito Internacional integra, assim, o quadro jurídico em que as instituições nacionais exercem suas competências.

Os casos concretos confirmaram essa internacionalização, com ocorrências envolvendo mercadorias provenientes do exterior, rotas transfronteiriças, organizações criminosas, cargas destinadas a portos estrangeiros, obrigações convencionais e mecanismos de cooperação ambiental. A internacionalização não se restringe à criminalidade transnacional, alcançando também a aplicação interna de normas internacionais.

Conclui-se que a governança jurídica do litoral potiguar apresenta traços de internacionalização nos planos normativo, institucional e fenomenológico. Esse processo não implica perda da competência estatal, mas transforma as condições de seu exercício, inserindo-o em uma ordem jurídica marcada pela interdependência. O principal desafio consiste em converter a pluralidade normativa e institucional em articulação efetiva.

A pesquisa alcançou seu objetivo ao demonstrar que a dimensão internacional integra a governança dos espaços costeiros e marítimos potiguares. O mapeamento oferece base para estudos futuros sobre cooperação jurídica internacional, redes institucionais e evolução do Planejamento Espacial Marinho e do gerenciamento costeiro no Estado.

Referências

Referências Bibliográficas

ZANIN, Renata Baptista. O Direito do Mar e a legislação brasileira: a influência da Convenção de Montego Bay na Constituição Federal. Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 16, p. 83-97, jul./dez. 2010.

ZANELLA, Tiago V. Jurisdição penal em mar territorial brasileiro: contributo para a análise da aplicação da lei penal e poder jurisdicional sobre o mar territorial do Brasil. Revista de Investigação e Doutrina Jurídica (RIDB), ano 2, n. 14, p. 17741-17768, 2013.

CÂNDIDO, António Manuel de Carvalho Coelho. Espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional: um modelo para potenciar o exercício da autoridade do Estado no mar. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2011. 52 p. (Cadernos Navais, n. 39).

FARIA, William Fernando Maximiano. A atuação da Marinha do Brasil na efetivação da lei diante dos crimes transnacionais. 2024. Monografia (Curso Superior) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2024.

BRITO, Felipe Pires M. de. A concretização da Consulta Prévia, Livre e Informada e a Convenção OIT 169 no sistema jurídico brasileiro. Revista da Advocacia Pública Federal, Brasília, v. 7, n. 1, p. 66-80, dez. 2023.

WEGNER, Douglas; DURAYSKI, Juliana; VERSCHOORE FILHO, Jorge Renato de Souza. Governança e Eficácia de Redes Interorganizacionais: Comparação entre iniciativas brasileiras de redes de cooperação. Desenvolvimento em Questão, v. 15, n. 41, p. 275-302, out./dez. 2017.

SPINK, Peter. Cooperação e Governança Interjurisdicional: conceitos em discussão. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 13-29, 2011.

SILVA, Luciano Gomes. A Marinha do Brasil e a Polícia Federal: cooperação na repressão ao tráfico ilícito internacional de drogas nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. 2021. Monografia (Conclusão do Curso Superior) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Daniele Dionisio da. Governança oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 11, n. 1, p. 345-370, jan./jun. 2024. DOI: 10.26792/RBED.v11n1.2024.75402.

COUTO, Rogéria Moreira et al. Governança multinível como paradigma emergente: convergências, desafios e interfaces com a governança pública. Revista DCS, v. 23, n. 87, p. 1-22, 2026. DOI: 10.54899/dcs.v23187.4480.

FERREIRA, Renato Gonçalves. O combate aos crimes transnacionais nas águas jurisdicionais brasileiras por meio de operações interagências: situação atual (2022) e oportunidades de melhoria. 2022. 120 f. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2022.

LASMAR, Jorge M.; SINGH, Rashmi. Da Origem ao Destino: Policriminalidade e a Complexa Rede de Fluxos Ilícitos pelo Brasil. Revista Susp, Brasília, v. 3, n. 1, p. 36-60, jul./dez. 2024.

WERNER, Guilherme Cunha. O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARVALHO JÚNIOR, José Raimundo de Araújo. Adaptação das rotas de ilícitos transnacionais frente a choques nas suas cadeias de abastecimento. 2023. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos em Defesa) – Escola Superior de Defesa, Brasília, 2023.

RÊGO, Adriano Platiny Torquato do. Panorama da Gestão de Praias no Estado do RN. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos / Secretaria do Patrimônio da União, [s.d.]. 18 p. Apresentação em slides.

Jurisprudência

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 181.894/RN (2023/0186391-3). Processual Penal. Tráfico internacional de drogas e organização criminosa. Operação Maritimum. Relator: Min. Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, DF, 27 de setembro de 2023. Disponível em:

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (6ª Turma). Agravo de Instrumento nº 0810541-09.2025.4.05.0000. Licenciamento ambiental e Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção nº 169 OIT). Complexo Turístico da Redinha. Recife, PE: TRF5, 27 mar. 2026.

BRASIL. Justiça Federal do Rio Grande do Norte (11ª Vara Federal). Ação Penal nº 0800327-48.2017.4.05.8403. Crime de contrabando de cigarros. Rota internacional Suriname-Macau/RN. Macau, RN: JFRN, 2017.

BRASIL. Justiça Federal do Rio Grande do Norte (2ª Vara Federal). Ação Penal nº 0803598-35.2021.4.05.8400. Contrabando de cigarros e organização criminosa. Natal, RN: JFRN, 2021.

BRASIL. Polícia Federal. Operação de Combate ao Tráfico Internacional de Drogas e Organização Criminosa no Litoral/RN. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2 jun. 2026.

BRASIL. Ministério Público Federal; MARINHA DO BRASIL. Investigação sobre o Derramamento de Petróleo no Litoral do Nordeste (RN). Natal, RN: MPF/MB, 7 set. 2019.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 12.481, de 2 de junho de 2025. Institui a Política Marítima Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.491, de 5 de junho de 2025. Institui o Planejamento Espacial Marinho - PEM. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000. Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e disciplina a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 35.338, de 27 de fevereiro de 2026. Institui o Comitê Estadual de Gerenciamento Costeiro (CEGERCO/RN). Natal, RN: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2026.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 6.950, de 20 de agosto de 1996. Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 1996.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 11.714, de 10 de abril de 2024. Cria a Política Estadual de Incentivo à Economia do Mar como estratégia de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, RN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 2024.

CÓDIGO: HS1680

AUTOR: IAN CARLOS DA SILVA LIMA

ORIENTADOR: THIAGO OLIVEIRA MOREIRA

TÍTULO: CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA STRICTO SENSU (2022-2026);

Resumo

Desde Almonacid Arellano e outros vs. Chile (2006), em que a Corte Interamericana de Direitos Humanos consignou o dever do Poder Judiciário interno de exercer, de ofício, o controle de convencionalidade entre normas domésticas e a Convenção Americana, o instituto tornou-se objeto recorrente da pós-graduação brasileira em Direito. Indaga-se: quais tendências temáticas, padrões metodológicos e estágio de maturação doutrinária caracterizam essa produção entre 2022 e 2026? Objetiva-se diagnosticar teses e dissertações sobre o tema, identificando perfil quantitativo, referenciais teóricos e diversidade temática. Adota-se abordagem quali-quantitativa, aplicada e dedutiva, com pesquisa bibliográfica e documental na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, tratamento estatístico descritivo e análise de conteúdo das palavras-chave. Justifica-se pelo investimento institucional crescente do Conselho Nacional de Justiça e conecta-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da ONU. Os resultados indicam estágio incipiente de consolidação doutrinária: predominam dissertações de mestrado sobre teses de doutorado; o Sudeste concentra a maior parcela dos trabalhos, seguido pelo Nordeste; as instituições privadas assumem protagonismo específico na produção doutoral; e a diversificação temática contrasta com a concentração penal da jurisprudência.

Palavras-chave: controle de convencionalidade; produção acadêmica stricto sensu;

TITLE: CONVENTIONALITY CONTROL AND THE STATE OF THE ART OF BRAZILIAN STRICTO SENSU ACADEMIC PRODUCTION (2022–2026)

Abstract

Since Almonacid Arellano et al. v. Chile (2006), in which the Inter-American Court of Human Rights established the duty of domestic courts to exercise, ex officio, conventionality control between domestic norms and the American Convention, the institution has become a recurring subject of Brazilian postgraduate legal research. The question addressed is: what thematic trends, methodological patterns, and stages of

doctrinal maturation characterize this body of research between 2022 and 2026? The objective is to diagnose theses and dissertations on the subject, identifying their quantitative profile, theoretical frameworks, and thematic diversity. A qualitative-quantitative, applied, and deductive approach is adopted, based on bibliographic and documentary research conducted through the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, descriptive statistical analysis, and content analysis of keywords. The study is justified by the growing institutional investment of the National Council of Justice and is connected to the United Nations Sustainable Development Goal 16. The results indicate an incipient stage of doctrinal consolidation: master's dissertations predominate over doctoral theses; the Southeast region accounts for the largest share of the studies, followed by the Northeast; private institutions play a particularly prominent role in doctoral research; and thematic diversification contrasts with the predominantly criminal-law focus of the case law.

Keywords: conventionality control; stricto sensu academic research;

Introdução

Desde que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile (2006), consagrou o dever dos órgãos do Poder Judiciário interno de exercer, de ofício, um exame de compatibilidade entre as normas domésticas e a Convenção Americana (CA) sobre Direitos Humanos, o controle de convencionalidade tornou-se um dos institutos mais discutidos do direito internacional dos direitos humanos na América Latina. A expressão, cunhada no direito constitucional francês e ressignificada pelo juiz Sergio Ramírez em votos concorrentes aos casos Myrna Mack Chang (2003) e Tibi vs. Equador (2004), evoluiu, em Trabajadores Cesados del Congreso vs. Peru (2006), para o reconhecimento do exercício ex officio do controle, e, em Cabrera García e Montiel Flores vs. México (2010), para sua extensão a todo órgão estatal com função jurisdicional. Trata-se de instância autônoma de controle de validade, fundada na dupla compatibilidade vertical material entre o direito interno e o bloco de convencionalidade, distinta do controle de constitucionalidade em sentido estrito, tal como sistematizado, no Brasil, por Carvalho Ramos, Moreira, entre outros.

Não obstante essa elaboração doutrinária, estudos empíricos recentes evidenciam contraste acentuado entre o desenvolvimento teórico do instituto e sua aplicação pelos tribunais brasileiros: a pesquisa coordenada por Hachem (2023) constatou que 99,9% dos magistrados respondentes não utilizam a CA em suas sentenças, e levantamento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho apurou que 63,3% avaliam como ruim ou razoável o próprio conhecimento sobre normas internacionais de direitos humanos. Nesse contexto de tensão entre doutrina e prática insere-se o crescente investimento institucional do Conselho Nacional de Justiça na matéria, de teor primeiro recomendatório e, desde 2026, também legal.

Delimita-se o objeto desta pesquisa não à jurisprudência dos tribunais brasileiros, mas à produção acadêmica stricto sensu que toma o controle de convencionalidade como objeto central ou correlato de investigação entre 2022 e 2026. Indaga-se: quais tendências temáticas, padrões metodológicos e estágio de maturação doutrinária caracterizam essa produção? Sustenta-se, como hipótese inicial, que ela permanece em

estágio incipiente de consolidação doutrinária, aferível pela predominância de dissertações sobre teses, pela concentração regional e institucional da produção e pela relação entre a diversidade temática da academia e os recortes explorados pela prática jurisdicional.

Objetiva-se, de modo geral, diagnosticar a produção científica de pós-graduação em Direito sobre o controle de convencionalidade produzida no período. Especificamente, pretende-se: apresentar os aspectos gerais do instituto e sua recepção doutrinária no Brasil; identificar, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o quantitativo e o perfil dos trabalhos quanto a nível, ano, instituição e região; analisar os referenciais teóricos mobilizados; e problematizar o desequilíbrio regional e institucional verificado, contrastando a transversalidade temática da academia com a seletividade penal da aplicação jurisprudencial.

A pesquisa justifica-se pelo próprio investimento institucional do CNJ na matéria e pelo contraste entre o desenvolvimento acadêmico do instituto e sua ainda tímida efetivação judicial, constatação que, para o Nordeste, adquire relevo diante da atuação de um determinado grupo de pesquisa e da produção do PPGD/UFRN. Conecta-se ao ODS nº 16 da ONU, pois o mapeamento da produção científica pode subsidiar a formação continuada da magistratura e políticas judiciárias de efetivação dos direitos humanos. Espera-se, como resultado, não a repetição de conclusões já sedimentadas, mas a identificação de lacunas regionais, institucionais e temáticas aptas a orientar tanto a produção acadêmica futura quanto o aprimoramento da em direitos humanos no Judiciário brasileiro.

Metodologia

A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivo e exploratório. Adota-se o método dedutivo porque a investigação parte de proposição teórica geral (a hipótese de que a produção acadêmica brasileira sobre o controle de convencionalidade permanece em estágio incipiente de consolidação doutrinária) para, a partir da análise dos dados empiricamente coletados, verificar sua confirmação, refutação ou necessidade de reformulação. Registra-se que a formulação dessa hipótese não desloca a pesquisa para o campo da investigação explicativa, na classificação de Gil: a verificação aqui perseguida é de natureza descritiva, e não a identificação dos fatores causais que expliquem o estágio de maturação doutrinária do instituto, tarefa que permanece como agenda de pesquisa explicativa futura.

A técnica de procedimento preponderante é a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise dos registros catalográficos de teses e dissertações depositadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), principal fonte de dados desta investigação. A técnica de coleta consistiu na busca, nesse repositório, exclusivamente pela expressão-chave "controle de convencionalidade", sem combinação com descritores adicionais: testes preliminares demonstraram que operadores booleanos ou palavras-chave adjacentes restringem artificialmente os resultados retornados pela ferramenta de busca da BDTD, razão pela qual se optou por uma coleta ampla, seguida de seleção e classificação material dos registros pelos

próprios pesquisadores, e não pelo algoritmo de busca, técnica que, como se verá nos resultados, revelou-se, ela própria, um achado relevante. Aplicou-se o recorte temporal de 2022 a 2026, com marco final de coleta em 2 de julho de 2026.

A abordagem é qualitativa e quantitativa a um só tempo: quantitativa no tratamento estatístico das variáveis nível de titulação, ano de defesa, instituição e região; qualitativa na análise de conteúdo das palavras-chave temáticas e dos recortes materiais mobilizados por cada trabalho, de modo a permitir tanto o diagnóstico numérico da produção quanto a leitura de suas tendências doutrinárias. Quanto à natureza jurídica das instituições de ensino superior, adotou-se a tripartição pública federal, pública estadual e privada, com a ressalva metodológica de que instituições integrantes de redes confessionais ou comunitárias (a exemplo das Pontifícias Universidades Católicas) frequentemente se qualificam como Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), categoria jurídica distinta da privada com fins lucrativos, disciplinada pela Lei nº 12.881/2013 e reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) como terceira categoria administrativa; optou-se, ainda assim, por sua classificação como privada, para fins de tratamento estatístico agregado, dada a inviabilidade de um quarto estrato com n reduzido.

De cada trabalho identificado foram extraídos os seguintes descritores: nível de titulação, ano de defesa, orientador, unidade federativa, programa de pós-graduação, título, autoria, palavras-chave temáticas, instituição, natureza jurídica da instituição, região do país e link de acesso ao texto integral, além da classificação quanto ao recorte material do controle de convencionalidade examinado (penal, trabalhista, administrativo, ambiental, previdenciário ou migratório; teoria geral do instituto; estudo de caso específico; ou pesquisa de natureza empírica), classificação indispensável à identificação das tendências temáticas. Os dados foram submetidos a tratamento estatístico descritivo quanto à distribuição por nível, ano, instituição e região, e a análise qualitativa de conteúdo das palavras-chave e dos temas mobilizados, nos moldes da metodologia de estado da arte consolidada por Romanowski e Ens. Complementarmente, os achados extraídos da BDTD foram cotejados com resultados de pesquisas empíricas independentes sobre o comportamento judicial brasileiro em matéria de convencionalidade, notadamente os levantamentos coordenados por Daniel Wunder Hachem e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cotejo que permite situar a produção acadêmica mapeada em relação à prática decisória que ela pretende, em alguma medida, subsidiar. A busca bruta retornou 63 registros no período. A leitura material de cada título revelou, contudo, que apenas 28 desses trabalhos trazem a expressão explicitamente no título como objeto central de investigação (amostra nuclear); outros 16 a mobilizam entre as palavras-chave temáticas, tratando-a como referencial correlato de um objeto distinto; e os 19 registros remanescentes não guardam relação direta com o instituto, tratando de temas incidentalmente indexados pela ferramenta da BDTD. Essa constatação (a imprecisão do próprio motor de busca diante de um termo técnico consolidado) constitui, por si só, achado metodológico relevante, sintoma adicional do estágio incipiente de padronização terminológica do campo. As análises subsequentes utilizam, conforme o caso, tanto a amostra nuclear de 28 trabalhos (para os dados de nível, ano, instituição e região, em que a precisão do objeto central importa) quanto a amostra ampliada de 44 trabalhos, que soma à nuclear os 16 registros correlatos (para a análise de diversidade temática, em que mesmo o tratamento correlato do instituto é informativo).

Os gráficos apresentados nos resultados foram elaborados com o auxílio da ferramenta de inteligência artificial generativa Claude (Anthropic), a partir da tabulação de dados brutos previamente coletados e classificados pelos autores, para fins de visualização estatística descritiva, em conformidade com o art. 9º, I, alínea "c", da Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, permanecendo os autores integralmente responsáveis pela seleção, interpretação e verificação de todos os dados apresentados.

Resultados e Discussões

4.1 O referencial teórico mobilizado pela produção mapeada

Antes de apresentar o perfil quantitativo da amostra, cumpre situar os referenciais teóricos e doutrinários que a produção mapeada mobiliza, um dos objetivos específicos desta investigação. Por conceito, o controle de convencionalidade é o exame de compatibilidade vertical entre as normas de direito interno e os tratados internacionais de direitos humanos vigentes no Estado, exercido à luz da interpretação que deles fazem os órgãos internacionais competentes. Quanto à natureza jurídica, trata-se de instância autônoma de controle de validade, distinta do controle de constitucionalidade em sentido estrito: uma norma pode resistir ao exame de constitucionalidade e, ainda assim, ser inconvencional. O material controlante o parâmetro em face do qual se afere a compatibilidade — é composto pelos tratados de direitos humanos vigentes no Estado e pela interpretação que deles fazem seus órgãos de aplicação, formando o bloco de convencionalidade; o material controlado é toda norma, ato ou omissão do Poder Público interno, de qualquer hierarquia, inclusive normas constitucionais originárias, segundo parte da doutrina. Distingue-se, ainda, o controle difuso, exercido concretamente por qualquer juiz ou tribunal nacional, do controle concentrado, exercido pela própria Corte Interamericana em caráter abstrato e definitivo. No plano interno, a doutrina reagiu a esse movimento de forma plural e quase imediata: André de Carvalho Ramos já esboçava, desde sua tese de doutoramento de 1999 e, de modo mais denso, em artigo de 2009, parâmetro de compatibilização entre o direito interno e os tratados de direitos humanos; André Felipe Barbosa de Menezes defendeu, na Universidade Federal de Pernambuco, tese de doutoramento especificamente dedicada ao instituto no âmbito do sistema interamericano; Thiago Oliveira Moreira, em obra derivada de sua dissertação de mestrado no PPGD/UFRN, sistematizou os fundamentos da aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos pela jurisdição brasileira; e Valerio de Oliveira Mazzuoli, em tese defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sistematizou a teoria hoje conhecida como dupla compatibilidade vertical material. A essas contribuições soma-se a produção de Luiz Guilherme Arcaro Conci sobre o controle de convencionalidade como parte de um constitucionalismo transnacional fundado na pessoa humana. A Emenda Constitucional nº 45/2004, ao inserir o §3º ao art. 5º da Constituição Federal, conferiu aos tratados de direitos humanos aprovados pelo rito qualificado hierarquia equivalente à das emendas constitucionais; para os demais, prevaleceu no Supremo Tribunal Federal, a partir do voto do Ministro Gilmar Mendes no RE nº 466.343/SP, o entendimento de sua natureza supralegal — abaixo da Constituição, mas acima da legislação ordinária —, entendimento que a doutrina mazzuoliana submete à crítica, por reputar insuficiente a proteção conferida a tratados que integrariam materialmente o bloco de constitucionalidade. É dessa crítica que deriva

a proposta do controle de convencionalidade como instância autônoma de controle de validade, o que confere ao instituto sua autonomia dogmática e explica sua crescente absorção pela pós-graduação stricto sensu em Direito, tal como o mapeamento a seguir evidencia. Quanto ao exercício do controle pelos tribunais brasileiros — objeto que este artigo, dedicado à produção acadêmica, não examina diretamente —, remete-se aos estudos específicos de Dantas e Moreira, quanto aos tribunais superiores não especializados, e de Câmelo e Moreira, quanto ao Superior Tribunal de Justiça, cujos achados são retomados adiante no cotejo entre academia e jurisprudência.

4.2 Da coleta bruta à amostra qualificada

A pós-graduação stricto sensu em Direito no Brasil conta, em 2025, com 125 programas em funcionamento avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre acadêmicos e profissionais, distribuição historicamente desigual entre as regiões do país que, como se verá adiante, também se reflete na produção sobre controle de convencionalidade. A busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações pela expressão-chave "controle de convencionalidade" retornou 63 registros no período de 2022 a 2026. A leitura material de cada título revelou, contudo, que apenas 28 desses trabalhos — pouco menos de metade da amostra bruta — trazem a expressão explicitamente no título como objeto central de investigação; outros 16 a mobilizam entre as palavras-chave temáticas, tratando-a como referencial correlato de um objeto distinto (a exemplo de dissertações centradas em direitos de povos indígenas, população LGBTQIA+ ou apatridia, que recorrem ao instituto como uma entre várias chaves de leitura); e os 19 registros remanescentes — quase um terço da coleta bruta — não guardam relação direta com o instituto, tratando de temas como o modelo sindical brasileiro, a desinformação na era da pós-verdade ou a mediação restaurativa em violência doméstica, nos quais o termo aparentemente figura apenas de modo incidental nos metadados de indexação da BDTD. Esse resultado constitui, por si só, achado relevante: a imprecisão do próprio motor de busca diante de um termo técnico consolidado é sintoma adicional do estágio ainda incipiente de padronização terminológica do campo, e não mera limitação metodológica externa à pesquisa.

4.3 Distribuição por nível de titulação, ano de defesa e instituição

Na amostra bruta de 63 registros, as dissertações de mestrado somam 48 trabalhos (76,2%), ante apenas 15 teses de doutorado (23,8%), proporção que se repete, com leve acentuação, na amostra nuclear de 28 trabalhos (vinte e duas dissertações, 78,6%, e seis teses, 21,4%). Esse dado confirma o primeiro indício da hipótese inicial, sugerindo que a densidade teórica exigida pela tese de doutorado ainda esteja em maturação, se comparada à dissertação de mestrado. Quanto à evolução temporal, a amostra bruta mostra trajetória de crescimento até 2024 (seis trabalhos em 2022, quinze em 2023, vinte e dois em 2024) e um número já expressivo, ainda que parcial, em 2025 (vinte trabalhos, com a coleta encerrada em 2 de julho de 2026 e sem, portanto, capturar a produção de 2026 em sua integralidade); por nível, essa evolução se desdobra em quatro dissertações e duas teses em 2022, treze dissertações e duas teses em 2023, dezesseis dissertações e seis teses em 2024, e quinze dissertações e cinco teses em 2025. Quanto à natureza jurídica das instituições, as universidades públicas federais respondem pela maior parcela da amostra bruta (trinta e dois trabalhos, 50,8%), seguidas pelas instituições privadas (vinte e dois trabalhos, 34,9%) e pelas públicas estaduais (nove trabalhos, 14,3%). O exame por nível de titulação, contudo, revela padrão mais

específico do que a hipótese de "protagonismo das instituições privadas" sugeria: entre as dissertações de mestrado, as federais públicas lideram com folga (vinte e sete, ante quinze privadas e seis estaduais); já entre as teses de doutorado, as instituições privadas — majoritariamente vinculadas à rede de Pontifícias Universidades Católicas — superam as públicas federais (sete teses privadas, ante cinco federais e três estaduais). O protagonismo privado documentado pela hipótese inicial, portanto, não se verifica na produção como um todo, mas especificamente no nível doutoral, o que sugere perfil institucional dual: a pós-graduação pública federal concentra a formação em nível de mestrado sobre o tema, ao passo que a densidade doutoral está mais distribuída entre programas privados, notadamente paulistas e mineiros. Registre-se, por fim, que o salto de seis para quinze trabalhos entre 2022 e 2023 coincide temporalmente com a edição da Recomendação nº 123/2022, coincidência que a natureza descritiva desta pesquisa não autoriza tratar como relação causal, mas que compõe indício adicional a ser aprofundado por investigação explicativa futura.

4.4 Distribuição regional e o desequilíbrio entre polos de produção

A distribuição regional da amostra bruta confirma parcialmente, mas também corrige, a hipótese inicial. A região Sudeste concentra a maior parcela dos trabalhos (vinte e cinco, 39,7%), como previsto. A conjectura antecipava, contudo, que a região Sul ocupasse o segundo polo de produção, com o Nordeste despontando apenas como terceiro polo; os dados revelam o inverso: o Nordeste ocupa a segunda posição (dezenove trabalhos, 30,2%), à frente do Centro-Oeste (dez trabalhos, 15,9%) e da própria região Sul (seis trabalhos, 9,5%), com o Norte na última posição (três trabalhos, 4,8%). Esse desempenho nordestino é amplamente tributário do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, responsável por sete dos dezenove trabalhos da região (36,8%), três deles orientados pelo Prof. Dr. Thiago Oliveira Moreira, todos no nível de mestrado, sem teses de doutorado do PPGD/UFRN na amostra coletada: sobre cotas de gênero nas relações de trabalho (Luiza Fernandes de Abrantes Barbosa, orientação de Yara Maria Pereira Gurgel, 2023); sobre a jurisprudência interamericana e a população LGBTQIA+ (Álvaro Veras Castro Melo, orientação de Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras, 2023); sobre o controle de convencionalidade em matéria previdenciária na Justiça Federal (Pedro Igo Paiva Pinheiro, orientação de Marco Bruno Miranda Clementino, 2023); sobre seu exercício pela Justiça do Trabalho potiguar após a reforma trabalhista (Richardy Videnov Alves dos Santos, orientação de Bento Herculano Duarte Neto, 2023); sobre o controle de convencionalidade da própria reforma trabalhista de 2017 pelo Congresso Nacional (Daniel Cavalcanti Magalhães, orientação de Thiago Oliveira Moreira, 2024); sobre a convencionalização da execução penal à luz do Sistema Interamericano (Martha Lorena Fernandes da Costa, orientação de Thiago Oliveira Moreira, 2024); e sobre o exercício do controle pelo Supremo Tribunal Federal e sua compatibilidade como Ius Constitutionale Commune latino-americano (Beatriz Lodônio Dantas, orientação de Thiago Oliveira Moreira, 2024).

O cruzamento entre região e natureza institucional acrescenta outra camada a essa distribuição desigual: o protagonismo das instituições privadas concentra-se especificamente nas regiões Sudeste (doze trabalhos privados, ante nove estaduais e apenas quatro federais) e Sul (quatro trabalhos privados, ante dois federais), ao passo que as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte são dominadas, quase sem exceção, pelas universidades públicas federais (respectivamente quatorze, nove e três trabalhos

federais, com apenas cinco registros privados no Nordeste e nenhum no Centro-Oeste ou no Norte). O desequilíbrio regional apontado pela hipótese inicial é, portanto, real, mas sua composição institucional é mais heterogênea do que a formulação original supunha: não se trata de um eixo Sudeste-Sul homogêneo em contraste com um Nordeste incipiente, mas de um Nordeste federal-dependente que já superou o Sul privado-dependente em volume absoluto de produção. Essa concentração regional não é exclusiva do campo do controle de convencionalidade, mas reflexo de assimetria estrutural da própria pós-graduação em Direito no Brasil: as regiões Sudeste e Sul concentram 72% do total de programas de pós-graduação em Direito do país, ao passo que a região Norte conta com apenas quatro programas em todo o território nacional, segundo estudo dedicado ao mapeamento da rede nacional de pós-graduação em Direito pelo método da Social Network Analysis. A leitura do desequilíbrio regional, portanto, não pode prescindir dessa assimetria de base: o segundo lugar do Nordeste, tal como sua distância em relação ao Sudeste, é, em alguma medida, proporcional ao próprio tamanho da rede de pós-graduação em Direito de cada região, e não somente indicador específico do interesse regional pelo tema. 4.5 Diversidade temática e transversalidade material A classificação material dos 44 trabalhos da amostra ampliada confirma o terceiro indício da hipótese inicial: a transversalidade temática do controle de convencionalidade na produção acadêmica. Além dos trabalhos dedicados à teoria geral do instituto ou a estudos de caso sem recorte material específico (treze trabalhos, 29,5%), a amostra revela produção sobre matéria penal (nove trabalhos, 20,5%), trabalhista (seis trabalhos, 13,6%), gênero e feminicídio (cinco trabalhos, 11,4%), administrativa (três trabalhos, 6,8%), migratória (dois trabalhos, 4,5%), pessoas com deficiência (dois trabalhos, 4,5%), previdenciária (dois trabalhos, 4,5%) e ambiental (dois trabalhos, 4,5%). A matéria criminal, isoladamente, é o recorte material mais frequente entre os temas específicos, o que relativiza, sem invalidar, a tese da transversalidade: a produção acadêmica é, de fato, tematicamente diversificada, mas o recorte penal segue como o eixo material isolado de maior densidade. Chama atenção, ainda, a ausência completa, na amostra mapeada, de trabalhos centrados em matéria cível, processual civil ou tributária, ramos em que o controle de convencionalidade também encontra aplicação potencial, lacuna que sugere via adicional de pesquisa futura. Registre-se, ainda, entre os trabalhos da amostra ampliada que mobilizam o instituto de forma correlata, a presença isolada de uma dissertação sobre direitos de povos indígenas, o que reforça, para além da classificação por recorte material dominante, a heterogeneidade de portas de entrada pelas quais a produção acadêmica brasileira tem se apropriado do controle de convencionalidade. Um achado específico merece destaque: nenhum dos 44 trabalhos mapeados toma o crime de desacato como objeto central de investigação, ainda que a literatura já consolidada sobre a aplicação jurisprudencial do controle de convencionalidade identifique justamente nessa figura penal um dos pontos de maior concentração da técnica pelos tribunais superiores, conforme demonstrado por Conci e Girardi Fachin. Esse descompasso entre o que a jurisprudência mais decide e o que a academia mais escreve é sintoma adicional do estágio incipiente de maturação doutrinária que constitui a hipótese central desta investigação; o cotejo mais fino entre esse achado e o comportamento decisório do Superior Tribunal de Justiça, todavia, é questão reservada à pesquisa futura. Quanto à natureza metodológica, apenas um dos quarenta e quatro trabalhos mapeados se autodeclara, em título ou palavras-chave, como pesquisa de natureza teórico-empírica: a tese de doutorado de Lucas Daniel Chaves de Freitas, defendida na Universidade de Brasília em 2025, dedicada ao diálogo por precedentes entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Supremo Tribunal Federal. Esse dado deve ser lido com cautela,

pois a classificação considerou apenas marcadores explícitos de natureza metodológica no título e nas palavras-chave, podendo subestimar trabalhos que realizam análise jurisprudencial sem declará-la nesses termos.

4.6 O investimento institucional do CNJ como chave de leitura dos dados O crescimento da produção mapeada entre 2022 e 2025 acompanha, cronologicamente, a trajetória de institucionalização progressiva do tema pelo Conselho Nacional de Justiça, trajetória que evoluiu de atos internos e recomendatórios até desembocar, em 2026, em lei em sentido estrito. Em janeiro de 2021, a Resolução nº 364 instituiu a Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões e Deliberações da Corte Interamericana, órgão incumbido de acompanhar o cumprimento, pelo Estado brasileiro, das sentenças e medidas provisórias emanadas do Sistema Interamericano. Um ano depois, a Recomendação nº 123/2022 recomendou aos órgãos do Poder Judiciário a observância dos tratados de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana como parâmetro interpretativo — tratava-se, até 2026, de instrumento exortativo, não sancionatório, circunstância que talvez explique, ao menos parcialmente, o contraste entre o vigor do enunciado normativo e os índices de baixíssima aplicação da Convenção Americana pela magistratura nacional. Em abril de 2022, o CNJ lançou o Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, iniciativa de adesão voluntária estruturada em cinco ações de capacitação, entre elas o Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, e que se encontra, em 2026, em sua terceira fase de execução. Em março de 2026, a Recomendação nº 168 instituiu o Estatuto da Magistratura Brasileira Interamericana, alterando a Recomendação nº 123/2022 para nela incluir a recomendação expressa de cursos de formação inicial e continuada sobre direitos humanos, Sistema Interamericano e controle de convencionalidade junto às Escolas da Magistratura, além de critérios de aferição do engajamento institucional de cada tribunal.

O quadro essencialmente recomendatório foi substancialmente alterado em 17 de junho de 2026, com a Lei nº 15.434/2026, originada do Projeto de Lei nº 591/2026 de iniciativa do próprio CNJ, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada, com vetos — recaídos sobre o dispositivo que obrigaria o Poder Público a observar decisões de organismos internacionais de direitos humanos —, pelo Presidente da República. A lei instituiu o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos, em substituição à antiga Unidade, com competência legal expressa para promover o controle de convencionalidade no Judiciário, coordenar, como órgão central, a rede de unidades locais de monitoramento e fiscalização criada a partir da Resolução nº 544/2024, e atuar também sobre o sistema onusiano de proteção dos direitos humanos, não apenas o interamericano — ampliação que sugere que a próxima fronteira da institucionalização do controle de convencionalidade no Brasil talvez não se limite à Convenção Americana. Segundo o Ministro Edson Fachin, presidente do CNJ e do STF, trata-se da primeira norma nacional a disciplinar expressamente o instituto. Essa migração de atos recomendatórios e de adesão voluntária para lei em sentido formal e material é qualitativamente distinta, mas, dada a proximidade temporal entre sua edição e o fechamento da coleta de dados desta pesquisa, em 2 de julho de 2026, seus efeitos sobre a prática decisória da magistratura e sobre a própria produção acadêmica subsequente ainda não puderam ser aferidos. A leitura conjunta desses dois planos — o normativo-institucional e o acadêmico — sugere que a comunidade científica tem acompanhado, e em alguma medida antecipado, o impulso regulatório do CNJ, sem que essa absorção doutrinária,

como visto, tenha ainda alcançado o mesmo grau de maturação da prática jurisdicional em matéria penal, nem revertido o padrão de concentração regional e institucional identificado nas seções anteriores. O contraste permanece, de resto, compatível com os achados de Hachem (54,29% de um grupo de setenta magistrados entrevistados admitiram, espontaneamente, não costumar aplicar as normas convencionais) e da ENAMAT (56% dos magistrados trabalhistas avaliam como ruim ou razoável o próprio conhecimento sobre controle de convencionalidade especificamente): o esforço institucional do CNJ e o crescimento da produção acadêmica caminham, até aqui, em paralelo a uma prática decisória que ainda os acompanha a distância. Vale registrar, a propósito dessa mesma pesquisa coordenada por Hachem, que o CNJ também noticiou casos pontuais de aplicação correta da jurisprudência da Corte Interamericana pela Justiça brasileira, a exemplo de decisão que invocou precedente sobre liberdade de expressão — exceção que confirma, antes de infirmar, o diagnóstico de aplicação ainda incipiente e assistemática do instituto pela magistratura nacional.

Conclusão

A pesquisa partiu da indagação sobre quais tendências temáticas, padrões metodológicos e estágio de maturação doutrinária caracterizam a produção acadêmica brasileira stricto sensu sobre o controle de convencionalidade entre 2022 e 2026, e em que medida essa produção dialoga com o déficit de efetivação judicial do instituto identificado por pesquisas empíricas recentes. A hipótese inicial, de que essa produção permanece em estágio incipiente de consolidação doutrinária, encontra confirmação nos dados coletados, ainda que com nuances que a formulação original não antecipava. A predominância de dissertações de mestrado sobre teses de doutorado confirmou-se com folga (76,2% a 23,8% na amostra bruta). Já o desequilíbrio regional, embora real, revelou-se mais complexo do que hipotetizado: o Nordeste desponta como segundo polo de produção, não terceiro, tracionado quase inteiramente pelo PPGD/UFRN, circunstância que, isoladamente, poderia sugerir capilaridade nacional do instituto, mas que, subordinada a um único programa, antes evidencia concentração do que efetiva descentralização. De modo semelhante, o protagonismo das instituições privadas mostrou-se circunscrito ao nível doutoral, e não à produção como um todo. A transversalidade temática confirmou-se como traço meritório da produção mapeada, revelando que a comunidade acadêmica não reduziu o instituto a ferramenta de direito penal, ainda que essa matéria persista como o recorte isolado de maior densidade. Mais expressivo é o achado de que nenhum dos quarenta e quatro trabalhos toma o crime de desacato como objeto central, a despeito de ser esse um dos pontos de maior concentração da aplicação jurisprudencial pelos tribunais superiores, indício eloquente de que a academia não dialoga, na mesma proporção, com as questões que mais mobilizam a magistratura. O próprio processo de coleta ofereceu achado adicional: menos da metade dos 63 registros brutos toma o instituto como objeto central expresso no título, e quase um terço sequer guarda relação direta com ele, imprecisão terminológica compatível com a tese de uma doutrina ainda em construção. No plano institucional, o percurso do CNJ, da Resolução nº 364/2021 à Lei nº 15.434/2026, evidencia esforço crescente e qualitativamente distinto (de recomendação a lei em sentido formal), cujos efeitos sobre a prática decisória e sobre a produção acadêmica subsequente ainda não puderam ser aferidos, dada a proximidade temporal com o fechamento desta coleta. Sugere-se, por fim, que o aprimoramento da efetivação judicial

do instituto não prescinde de investimento continuado na capacitação da magistratura em direito internacional dos direitos humanos, capacitação que a própria produção acadêmica mapeada, por sua concentração regional e institucional, ainda não está em condições de subsidiar de modo uniforme em todo o território nacional. O cotejo mais fino entre essa produção e o comportamento decisório do Superior Tribunal de Justiça permanece como agenda

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Justiça brasileira aplica decisão da Corte IDH para garantir liberdade de expressão. Portal CNJ, 23 maio 2023. Refere-se à pesquisa "Comportamento Judicial em relação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH): uma análise empírica do Poder Judiciário brasileiro", coordenada por Daniel Wunder Hachem (PUC-PR/UFPR). Disponível em: https://www.cnj.jus.br/justica-brasileira-aplica-decisao-da-corte-idh-para-garantir-liberdade-d e-expressao/. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos. Portal CNJ. Lançado em abril de 2022, encontra-se, em 2026, em sua terceira fase. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoes-internacionais/monitoramento-e-fiscalizacaodas-decisoes-da-corteidh/pacto-nacional-do-judiciario-pelos-direitos-humanos/. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 123, de 7 de janeiro de 2022. Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4305. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 168, de 23 de março de 2026. Institui o Estatuto da Magistratura Brasileira Interamericana e altera a Recomendação CNJ nº 123/2022. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6817. Acesso em: 04 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 364, de 12 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a instituição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões e deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3659. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). Pesquisa sobre conhecimento e aplicação de normas internacionais de direitos humanos pela magistratura trabalhista. Set. 2022. Disponível em: https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=1386. Acesso em: 04 jul. 2026.
BRASIL. Lei nº 15.434, de 17 de junho de 2026. Institui, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos (DDH). Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 466.343/SP. Relator: Min. Cezar Peluso. Tribunal Pleno, julgado em 3 de dezembro de 2008. CÂMELO, Talita Soares; MOREIRA, Thiago Oliveira. O exercício do controle de convencionalidade pelo Superior Tribunal de Justiça: uma análise dos acórdãos até o ano de 2025. Revista Direitos Fundamentais e Alteridade, v. 9, n. 1-2, p. 1-45, 2025.

CARVALHO RAMOS, André de. A responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos. 1999. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CARVALHO RAMOS, André de. Supremo Tribunal Federal brasileiro e o controle de convencionalidade: levando a sério os tratados de direitos humanos. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 104, p. 241-286, jan./dez. 2009. CNJ terá departamento para monitorar decisões internacionais de direitos humanos. Consultor Jurídico (ConJur), 19 jun. 2026. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2026-jun-19/cnj-tera-departamento-para-monitorar-decisoes-inter nacionais-de-direitos-humanos/. Acesso em: 25 jul. 2026. CONCI, Luiz Guilherme Arcaro. O controle de convencionalidade como parte de um constitucionalismo transnacional fundado na pessoa humana. Revista de Processo, São Paulo, 2014, p. 363-382.

CONCI, Luiz Guilherme Arcaro; GIRARDI FACHIN, Melina. A progressiva superação da regulação do crime de desacato na América Latina: diálogos entre o doméstico e o internacional. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 11, n. 2, 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Plataforma Sucupira: cursos avaliados e reconhecidos: área de avaliação: Direito. Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 14 ago. 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile. Sentença (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas), 26 de setembro de 2006.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Cabrera García e Montiel Flores vs. México. Sentença (Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas), 26 de novembro de 2010.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Myrna Mack Chang vs. Guatemala. Sentença (Mérito, Reparações e Custas), 25 de novembro de 2003. Voto concorrente do Juiz Sergio García Ramírez, parágrafo 27.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Tibi vs. Equador. Sentença (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas), 7 de setembro de 2004. Voto concorrente do Juiz Sergio García Ramírez, parágrafo 3.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Trabajadores Cesados del Congreso (Aguado Alfaro e outros) vs. Peru. Sentença (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas), 24 de novembro de 2006. DANTAS, Beatriz Lodônio;

MOREIRA, Thiago Oliveira. The exercise of conventionality control by the non-specialized Brazilian higher courts. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, Natal, v. 14, n. 2, 2023, p. 203-229.

FRANÇA. Conseil Constitutionnel. Décision n° 74-54 DC, de 15 de janeiro de 1975. Loi relative à l'interruption volontaire de la grossesse. Paris: Conseil Constitutionnel, 1975. Disponível em: https://www.conseil-constitutionnel.fr/decision/1975/7454DC.htm. Acesso em: 24 ago. 2026.

GAMEIRO, Ian Pimentel; GUIMARÃES FILHO, Gilberto. O mapa da pós-graduação em Direito no Brasil: uma análise a partir do método da Social Network Analysis. 2017.
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/. Acesso em: 04 jul. 2026.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O controle jurisdicional de convencionalidade das leis. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Rumo às novas relações entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito interno: da exclusão à coexistência, da intransigência ao diálogo das fontes. 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MENEZES, André Felipe Barbosa de. Controle de convencionalidade no sistema interamericano de direitos humanos. 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MOREIRA, Thiago Oliveira. A aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos pela jurisdição brasileira. 2015.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16. Acesso em: 04 jul. 2026.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em Educação. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

CÓDIGO: HS1710

AUTOR: ERISLAYNE DE MOURA FELIX DOS SANTOS

ORIENTADOR: MIRIAM DE OLIVEIRA INACIO

TÍTULO: A incidência dos Movimentos Feministas e de Mulheres nas Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil e no município do Natal-RN.

Resumo

Compreender a atuação da ação coletiva feminina frente ao "nó de contradições" que entrelaça capitalismo, patriarcado e racismo evidencia a relevância transformadora dos movimentos sociais no combate às desigualdades estruturais da classe trabalhadora. O exame crítico sobre o impacto das mobilizações feministas na construção da cidadania e na reivindicação de direitos sociais constitui um elemento central para apreender as transformações e contradições da realidade brasileira. A presente pesquisa objetiva analisar as potencialidades das lutas promovidas pelos movimentos feministas e de mulheres para a emancipação feminina, abrangendo o cenário nacional e o município de Natal/RN no recorte temporal de 2013 a 2020, tendo como foco a atuação de oito entidades (AMB, MMM, MML, Pão e Rosas, UBM, LBL, AMNB e ANTRA). Fundamentado na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o estudo desenvolve-se por meio de uma abordagem qualitativa que articula levantamento bibliográfico, análise documental e mapeamento da incidência política realizado via entrevistas semiestruturadas. Busca-se com este trabalho sistematizar o conhecimento sobre o ideário teórico-político dos coletivos, a trajetória das políticas públicas nas gestões de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, e as estratégias de representação nos conselhos de controle social, visando contribuir para a defesa de direitos e para a construção da emancipação humana.

Palavras-chave: Mulheres,Diversidade,Movimentos Sociais,Feminismo e Políticas Públicas

TITLE: The impact of feminist and women's movements on public policies for women in Brazil and in the municipality of Natal, Rio Grande do Norte.

Abstract

Understanding the role of women's collective action facing the "knot of contradictions" that intertwines capitalism, patriarchy, and racism highlights the transformative relevance of social movements in combating structural inequalities within the working class. The critical examination of the impact of feminist mobilizations on the construction of citizenship and the demand for social rights constitutes a central element

for understanding the transformations and contradictions of the Brazilian reality. The present research aims to analyze the potential of the struggles promoted by feminist and women's movements for female emancipation, covering the national scenario and the municipality of Natal/RN within the time frame from 2013 to 2020, focusing on the actions of eight entities (AMB, MMM, MML, Pão e Rosas, UBM, LBL, AMNB, and ANTRA). Grounded in the perspective of historical-dialectical materialism, the study is developed through a qualitative approach combining a literature review, document analysis, and the mapping of political advocacy conducted via semi-structured interviews. This work seeks to systematize knowledge regarding the theoretical-political ideology of the collectives, the trajectory of public policies during the administrations of Dilma Rousseff, Michel Temer, and Jair Bolsonaro, and the representation strategies within social control councils, aiming to contribute to the defense of rights and the construction of human emancipation.

Keywords: Women. Diversity. Social Movements. Feminism. Public Policies

Introdução

A compreensão da luta promovida pelas organizações feministas é fundamental para evidenciar o caráter emancipatório da ação coletiva das mulheres na construção da cidadania e no enfrentamento das opressões. Para tanto, torna-se indispensável apreender as bases materiais e de reprodução social que sustentam o cotidiano feminino em meio à crise do capital, o que exige articular as pautas feministas ao projeto de emancipação humana da classe trabalhadora.

Sob essa perspectiva, insere-se o presente trabalho, fruto da pesquisa “Feminismos e lutas por direitos: Contribuições nas políticas públicas para as mulheres na cidade do Natal/RN”, cujo objetivo consiste em analisar a potencialidade das lutas feministas para a emancipação das mulheres no contexto do município do Natal/RN, no recorte temporal de 2013 a 2020.

Nessa direção, o artigo apresenta as reflexões e os resultados alcançados no estudo, centrando-se no protagonismo dos movimentos feministas no Brasil e em suas expressões locais em Natal/RN. Busca-se analisar os ideários teórico-políticos dessas mobilizações, destacando sua relevância na garantia de direitos, além de avaliar o impacto das políticas públicas vigentes no período e a representação em conselhos de políticas públicas nas esferas regional e nacional.

A fim de apreender a pluralidade dessas mobilizações, o escopo da pesquisa abarca a atuação de diferentes organizações articuladas territorialmente, tais como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento Mulheres em Luta (MML), a organização feminista Pão e Rosas do Brasil, a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Ancorada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa para analisar a atuação das organizações feministas na defesa das lutas emancipatórias e na conquista de direitos. Por meio de levantamento bibliográfico,

análise documental e mapeamento da incidência política dos coletivos, o estudo analisa como as intersecções entre classe, patriarcado e racismo estrutural impactam a vida das mulheres brasileiras.

Metodologia

O método utilizado baseia-se na análise histórico-crítica e de totalidade social, tendo o materialismo histórico-dialético enquanto abordagem marxiana, como subsídio para analisar as potencialidades das lutas feministas por direitos na sociedade capitalista, patriarcal, racista, lesbofóbica e transfóbica. A investigação combina levantamento bibliográfico, análise documental e o mapeamento da incidência política dos coletivos feministas, integrando a dimensão quantitativa às análises qualitativas.

Para alcançar os objetivos propostos, o universo investigado abarca a atuação de 08 organizações feministas e de mulheres articuladas no município de Natal/RN. Sendo assim, será entrevistada 01 representante de cada coletivo. O escopo contempla: a representação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM/Natal-RN); o Coletivo Leila Diniz (AMB); o Movimento Mulheres em Luta (MML/Natal-RN); a organização Pão e Rosas (Natal-RN); a União Brasileira de Mulheres (UBM/Natal-RN); o Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI – LBL/AMB); o Grupo Ajagum Obínrin (AMNB); e a Associação de Travestis e Transexuais Potiguares (Atransparência-RN – ANTRA).

Para apreensão do ideário-político e das contribuições dos movimentos no período de 2013 a 2020, adota-se como instrumento a entrevista semiestruturada. Esta é conduzida a partir de um roteiro previamente elaborado, no entanto, sem restrições da possibilidade de aprofundamento de questões que emergem ao longo da interlocução. Prioriza-se a realização das entrevistas de forma presencial, mas é considerada sua execução em formato on-line conforme a disponibilidade das entrevistadas.

A análise dos dados coletados baseia-se na categorização e sistematização das informações a partir de três eixos: 1) O ideário teórico-político; 2) A apreensão da análise das organizações feministas sobre as políticas públicas para as mulheres executadas nas gestões Dilma Rousseff (01/01/2011 a 31/08/2016), Michel Temer (31/08/2016 a 31/12/2018) e Jair Bolsonaro (01/01/2019 a 31/12/2022), bem como no âmbito da gestão municipal correspondente; e 3) A representação dessas organizações em Conselhos Nacionais e/ou locais de Controle Social e Democrático de Políticas Públicas.

No estágio atual, a pesquisa encontra-se na fase de trabalho de campo, desenvolvido por meio de entrevistas com representantes das oito organizações que compõem o universo investigado. Concluíram-se, até o presente momento, duas entrevistas, sendo a primeira com Cláudia Gazola, representante do Coletivo Leila Diniz (AMB) e a segunda com uma representante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que atua na organização desde 2013. Ressalta-se que a participação ocorre mediante autorização prévia das participantes, formalizada por meio da assinatura do Registro de Consentimento Livre e

Esclarecido (RCLE), assegurando o caráter voluntário da participação na pesquisa e o respeito aos princípios éticos que orientam a realização do estudo.

Paralelamente à etapa de campo, desenvolve-se uma ampla pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de compreender as trajetórias, concepções e formas de atuação dos coletivos analisados. O levantamento bibliográfico consiste na revisão das categorias basilares do estudo, associada à análise de livros e artigos produzidos por autores diversos e pelas próprias organizações, nos formatos impressos e digitais. Complementarmente, a pesquisa documental analisa publicações e acervos produzidos pelos movimentos - cartilhas, panfletos, boletins, relatórios, notas e demais conteúdos presentes em websites e redes sociais oficiais.

Com base em Gomes (2003), o tratamento dos dados é constituído pela pré-análise, voltada à definição das unidades de registro e de contexto, trechos significativos e categorias; a etapa de exploração, onde são aplicados de forma prática os parâmetros definidos na fase anterior; e, por fim, o tratamento e a interpretação dos resultados, que permite desvelar as ideologias, contradições e tendências nas evidências analisadas.

Resultados e Discussões

A interpretação dos resultados fundamenta-se na premissa de que a mobilização das mulheres se insere no enfrentamento às determinações estruturais da sociedade de classes. Conforme discute Saffioti (2004), a realidade cotidiana feminina é perpassada por um “nó de contradições” composto pela fusão indissociável entre capitalismo, patriarcado e racismo. Nessa perspectiva, o movimento feminista estrutura-se de forma plural, reunindo coletivos negros, LGBTs, partidários e populares em uma articulação de confronto às múltiplas manifestações da dominação-exploração (Saffioti, 2013).

Desse modo, considerando as relações desiguais de poder inerentes ao capital, faz-se necessário alinhar a luta dos movimentos feministas à emancipação das mulheres. Essa pauta, de acordo com Inácio (2019, p. 278), articula-se à conquista da emancipação humana a partir da perspectiva marxiana, na qual a “superação do capitalismo e de suas classes sociais antagônicas” volta-se centralmente para “a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana”.

Sob esse prisma, a crítica ao capitalismo materializa-se no território. Entre os anos de 2013 e 2020, sob o impacto da crise do capital e do avanço ultraneoliberal, evidencia-se como o machismo, o racismo e a LGBTfobia atuam no desmonte de direitos e na precarização da vida. Nesse cenário de ofensiva neoconservadora, a superação da fragmentação imposta pela ideologia burguesa exige apreender a origem comum das opressões.

Como destaca Cisne (2015, p. 152), “a consciência militante feminista forja-se na força coletiva de mulheres em movimento, ou seja, inseridas em processos de formação política, organização e lutas”, viabilizando o confronto articulado ao patriarcado, ao racismo e à divisão sexual do trabalho. Assim, a atuação das oito organizações

analisadas assume o compromisso estratégico de alinhar suas bandeiras de luta ao horizonte da emancipação humana.

Diante do exposto, a análise dos dados organiza-se a partir de três eixos fundamentais: a) o ideário teórico-político das organizações investigadas; b) a avaliação de políticas públicas nos governos delimitados (2013-2020); e c) a atuação dessas entidades nos espaços de controle social e participação democrática.

3.1 IDEÁRIO POLÍTICO

Com base no eixo referente ao ideário teórico-político, a atuação das organizações foi mapeada em quatro frentes de engajamento (divisão de caráter didático): antirracista, antipatriarcal, anticapitalista e dissidências de gênero, sexualidade, raça, corpo e direitos reprodutivos.

A luta antirracista sobressai na AMNB, AMB, MMM e LBL, enquanto a dimensão antipatriarcal manifesta-se principalmente na AMB e na MMM. A crítica ao capitalismo e às relações de exploração constitui uma dimensão recorrente na AMB, MMM, Pão e Rosas do Brasil e LBL. Por fim, a defesa das dissidências e da autonomia atravessa a atuação da totalidade das organizações analisadas.

No âmbito da dimensão antirracista, as entidades ressaltam a indissociabilidade entre as opressões de raça, classe e gênero. Ao analisar a formação social brasileira, Lélia Gonzalez (1979, p. 49-64) reafirma que a divisão racial e sexual do trabalho impõe uma tríplice discriminação à mulher negra (de raça, classe e sexo), desmistificando o mito da democracia racial e evidenciando a violência estrutural da matriz colonial e capitalista.

Nessa perspectiva, a AMNB situa o combate ao racismo e ao sexismo no núcleo de sua atuação, voltando-se para ações afirmativas e equidade de oportunidades sob a premissa “contra o racismo e a violência e pelo Bem Viver” (AMNB, 2015). Convergentemente, a AMB e a MMM incorporam a pauta antirracista como indissociável das lutas antipatriarcal e anticapitalista, defendendo territórios negros e indígenas e apoiando o movimento "Vidas Negras Importam".

Sob a ótica da divisão racial do trabalho, o MML e o Grupo Pão e Rosas analisam como o racismo se articula ao machismo para aprofundar a superexploração das trabalhadoras negras e dividir a classe trabalhadora. A LBL reafirma seu compromisso ao declarar que “a luta pela eliminação do racismo é cotidiana e é responsabilidade de todas as militantes da Liga Brasileira de Lésbicas" (LBL, [s.d]). A UBM e a ANTRA também mantêm o combate ao racismo e à discriminação racial no centro de suas lutas.

Ancorada nas reflexões de Delphy (2009, p. 173), a dimensão antipatriarcal analisa o patriarcado como sistema de dominação e apropriação masculina, cujos efeitos se desdobram na opressão das mulheres nas esferas física, mental, intelectual e reprodutiva. A AMB autodefina-se como “movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário” (AMB, 2021). A LBL vincula sua luta antipatriarcal ao enfrentamento do heterossexismo e à autonomia corporal. Em termos complementares, os demais coletivos convergem na contestação contínua às opressões estruturais que violam a integridade e os corpos das mulheres.

No âmbito anticapitalista, congregam-se AMB, MMM, Grupo Pão e Rosas, LBL, MML e UBM. A Marcha Mundial das Mulheres define-se "como um movimento feminista anticapitalista e antirracista, enfrentando o conjunto das formas de opressão e discriminação que vivem as mulheres em relação à sexualidade e à idade" (Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres "Feminismo em Movimento", 2019, p. 2).

A LBL "defende a construção de uma sociabilidade humanista e emancipada, sem exploração de classe e nenhuma forma de opressão; em que seja garantida a produção e a distribuição igualitária da riqueza e dos bens socialmente produzidos pela humanidade" (LBL, [s.d]). O Pão e Rosas do Brasil evidencia que a emancipação das mulheres exige a superação do sistema, propondo estratégias revolucionárias rumo ao socialismo para romper "com o capitalismo e com todas as formas de exploração e opressão" (Pão e Rosas, 2017). Por sua vez, a ANTRA foca centralmente na defesa da vida dos corpos dissidentes e em direitos sociais básicos, entendendo que a garantia da própria existência é indissociável da crítica antissistêmica.

A quarta dimensão, relativa às dissidências de gênero, sexualidade, raça, corpo e autonomia reprodutiva, é contemplada por todas as organizações. Destaca-se a ANTRA, cuja atuação orienta-se "objetivando a identificação, a mobilização, a organização, a aproximação, a formação e o empoderamento de travestis e transexuais do Brasil na conquista de políticas públicas, bem como da cidadania plena e da isonomia de direitos" (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, [s.d.]). A LBL reconhece "a lesbianidade e a bissexualidade como formas de orientação e expressão afetivo-sexual", sustentando que "os direitos sexuais e reprodutivos, notadamente os direitos das mulheres lésbicas e bissexuais são direitos humanos" e defendendo a liberdade "para o exercício da sexualidade sem coerção" (Liga Brasileira de Lésbicas, [s.d.]).

Em perspectiva complementar, AMB e MMM articulam o combate à lesbofobia e ao cisheterossexismo à defesa da laicidade do Estado e da autodeterminação reprodutiva. MML e Grupo Pão e Rosas incorporam o enfrentamento à LGBTfobia como premissa para a unificação da classe trabalhadora. A AMNB combate a lesbofobia em articulação com a discriminação racial, enquanto a UBM direciona sua atuação para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos na saúde pública.

Em suma, a análise demonstra que as quatro dimensões não operam de forma isolada. Essa fundamentação política conecta a reflexão teórica à prática militar, integrando a defesa dos corpos e do trabalho em uma luta direta contra o sistema capitalista-racista-patriarcal.

3.2 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS ÀS MULHERES NOS GOVERNOS DILMA, TEMER E BOLSONARO

A análise das políticas públicas para as mulheres (2013-2020) explicita uma trajetória que transita do fortalecimento de marcos regulatórios para inflexões pós-impeachment e, posteriormente, para uma etapa de intensas investidas ultraconservadoras contra a autonomia feminina e os direitos humanos.

No governo Dilma Rousseff (2011–2016), registraram-se importantes avanços institucionais: a confirmação da constitucionalidade da Lei Maria da Penha (2012), a

criação dos programas "Rede Cegonha" (2011) e "Brasil Carinhoso" (2012), o lançamento do "Mulher, Viver Sem Violência" em 2013 (idealizador das "Casas da Mulher Brasileira") e a sanção do PLC 003/2013, que estabeleceu atendimento integral no SUS às pessoas em situação de violência sexual.

Na pauta LGBTQIA+, destacam-se a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011/2013), o uso do nome social no cartão do SUS, a inclusão do módulo LGBT no Disque 100, a nomeação histórica de Simmy Larrat na Coordenação-Geral de Direitos LGBTs e o decreto de 2016 que autorizou o uso do nome social na administração pública federal.

Por outro lado, o governo cedeu a pressões fundamentalistas ao suspender o projeto "Escola sem Homofobia" (2011) e ao excluir ação orçamentária exclusiva para LGBTQIA+ na LOA 2016. Houve ainda críticas sobre cortes de verbas na educação básica e precarização das redes municipais e estaduais de atendimento. A MMM assinalou que a política de valorização do salário-mínimo combateu a pobreza, mas permaneceu abaixo de suas reivindicações (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019). A AMB reconheceu avanços (PLC 003/2013 e participação no PPA 2012 via CNDM), mas apontou recuos na legalização do aborto e a presença de viés familista nas políticas públicas.

O impeachment de 2016, caracterizado pelas entidades como um golpe antidemocrático, marcou a ascensão de Michel Temer (2016–2018). As organizações avaliaram a gestão como um período de severa regressão social, impulsionado pelo teto de gastos públicos, privatizações, reforma trabalhista precarizante e recrudescimento de discursos de ódio.

No âmbito normativo, sancionou-se a alteração na Lei Maria da Penha para tipificar o descumprimento de medidas protetivas de urgência. No entanto, a agenda LGBT sofreu esvaziamento orçamentário. Para a ANTRA, embora tenha ocorrido a paralisação de programas, o ano de 2018 concentrou ações pontuais impulsionadas pelo Ministério dos Direitos Humanos (como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica e a LOA 2019). No mesmo ano, o STF assegurou às pessoas trans o direito de alteração de nome e gênero diretamente em cartório.

A eleição de Jair Bolsonaro (2019–2022) representou uma ruptura reacionária e abertamente anti-direitos. Denunciado pelas articulações como um governo genocida e etnocida, Bolsonaro promoveu ataques sistemáticos a minorias sociais. Nenhuma política pública estruturante para as mulheres foi criada; a única medida legal relevante no período foi o PL 1444/20, de caráter emergencial e fruto de pressão da sociedade civil durante a pandemia.

Sob a gestão de Damares Alves no MMFDH, consumou-se o desmonte de instâncias protetivas, com a extinção da Secretaria das Mulheres e a paralisia do programa "Mulher, Viver Sem Violência". No Congresso, o governo articulou o PL 5435/2020 (Estatuto do Nascituro) para criminalizar totalmente o aborto.

A ofensiva contra a população LGBTQIA+ incluiu a MP 870/19 (que inicialmente excluiu o segmento das diretrizes de Direitos Humanos), o cancelamento da 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+, a revogação de edital para pessoas trans na Unilab,

a extinção de conselhos paritários via Decreto 9.883/2019 e a dissolução do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBTQIA+ (DPLGBT) em 2021.

Na Saúde, o Departamento de IST/AIDS foi rebaixado a coordenação secundária. Na esfera documental, a nova Carteira de Identidade Nacional impôs a obrigatoriedade do "sexo biológico de nascimento" ao lado do nome social, gerando exposição vexatória a pessoas trans. Tais retrocessos levaram a ANTRA (2019) a denunciar a omissão do Estado brasileiro na ONU.

Organizações anticapitalistas como Pão e Rosas, MML e UBM reafirmaram a urgência da mobilização autônoma da classe trabalhadora. O MML repudiou o veto presidencial ao programa de saúde menstrual; a MMM alinhou-se aos pedidos de impeachment; e a AMB qualificou a gestão bolsonarista como genocida e etnocida devido à condução da crise sanitária e ao desmonte ambiental e social. Sob a ótica da AMNB, destacou-se a escassez de dados e a falta de recorte de raça/etnia nas ações governamentais, evidenciando a ausência histórica de uma perspectiva interseccional nas políticas públicas.

Em síntese, o período de 2011 a 2022 alternou a expansão institucional do governo Dilma com a austeridade ultraliberal e a perseguição ideológica dos governos Temer e Bolsonaro, ratificando a organização autônoma e antirracista dos movimentos como salvaguarda da resistência política.

3.3 REPRESENTAÇÕES EM CONSELHOS

Os conselhos de direitos constituem arenas historicamente decisivas para a mediação entre a sociedade civil e o Estado. A atuação das organizações feministas nesses espaços entre 2013 e 2020 revela diferentes posições ideológicas e estratégias políticas:

A AMB desempenhou papel central no CNDM durante o governo Dilma, colaborando na elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012). Contudo, em 2016, adotou uma postura de ruptura e renunciou ao seu assento no CNDM como forma de denúncia ao impeachment e à desorganização das agendas sociais.

De maneira análoga, a MMM renunciou à sua vaga no CNDM em 2016. Após a edição do Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu e reestruturou conselhos federais, a entidade recusou-se a integrar as novas instâncias, direcionando sua atuação para as lutas de rua e articulações territoriais.

Em contraponto, o MML pauta sua atuação pela ausência deliberada em conselhos governamentais em qualquer esfera, defendendo a intransigente independência frente ao Estado burguês. Integrante da CSP-Conlutas, o movimento realiza suas deliberações em fóruns sindicais e prioriza a construção de conselhos populares autônomos.

O Pão e Rosas Brasil (impulsionado pelo MRT) nega radicalmente a participação em colegiados oficiais. Fundamentado no feminismo socialista e marxista revolucionário, o coletivo recusa a cooperação com instâncias estatais e governos de conciliação de classes por entender que a integração em espaços institucionais atua como mecanismo de cooptação.

A UBM manteve presença contínua nos órgãos federais entre 2013 e 2020: integrou o CNDM (2014–2017); atuou ininterruptamente no Conselho Nacional de Saúde (CNS) nos triênios 2012–2015, 2015–2018 e 2018–2021 (assumindo a coordenação da Cismu em 2016); e compôs o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no biênio 2012–2014.

A LBL exerceu ativa participação no CNDM no triênio 2014–2017 e no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT) entre 2013 e 2016, mantendo sua incidência até a extinção do órgão em 2019.

A AMNB teve papel de liderança ao coordenar a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres no CNDM (2013), além de ocupar cadeiras no CNPIR, CNS e CONSEA. Todavia, em junho de 2016, publicou manifesto formal e realizou a retirada coletiva de todos os conselhos nacionais em protesto ao impeachment.

A ANTRA destacou-se no CNCD/LGBT, no qual não apenas ocupou cadeira representativa, mas exerceu a própria presidência do conselho entre 2012 e 2014 (representada por Keila Simpson). A entidade manteve atuação em comissões técnicas até o esvaziamento e posterior extinção formal do colegiado por decreto em 2019.

Constata-se, portanto, que a participação feminista nos conselhos nacionais acompanhou as oscilações do cenário político por meio de três estratégias centrais: a ruptura em protesto ao impeachment de 2016 (AMB e AMNB); a resistência institucional contínua até o desmonte dos órgãos por decreto em 2019 (UBM, LBL e ANTRA); e a recusa ideológica irrestrita aos espaços estatais (MML e Pão e Rosas).

Conclusão

A realização desta pesquisa permitiu apreender criticamente a relevância das lutas promovidas pelos movimentos feministas e organizações de mulheres para a construção de políticas públicas e para a defesa de direitos no Brasil e no município de Natal/RN, no período de 2013 a 2020. Fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, a investigação demonstrou que a ação coletiva das mulheres atua diretamente no enfrentamento às determinações estruturais da sociedade capitalista, patriarcal, racista e LGBTfóbica, articulando a resistência cotidiana ao horizonte estratégico da emancipação humana.

O mapeamento do ideário teórico-político das oito entidades analisadas (AMB, MMM, MML, Pão e Rosas, UBM, LBL, AMNB e ANTRA) revelou a pluralidade dos movimentos, sistematizadas nas dimensões antirracista, antipatriarcal, anticapitalista e de defesa das dissidências de gênero, sexualidade e autonomia reprodutiva. Evidenciou-se que as opressões não operam de forma isolada, mas integram um "nó de contradições" em que exploração de classe, racismo e patriarcado se fundem indissociavelmente. Assim, a incorporação das pautas de mulheres negras, lésbicas,

bissexuais e trans coloca em questão os próprios pilares do sistema sociometabólico do capital, exigindo respostas que contemplem a totalidade e a diversidade concreta das trabalhadoras.

No tocante ao percurso das políticas públicas, a análise das gestões federais compreendidas entre 2011 e 2022 refletiu um ciclo de profundas instabilidades. Se o governo Dilma Rousseff representou um momento de consolidação de marcos regulatórios e programas sociais importantes — ainda que atravessado por concessões a setores conservadores e limitações orçamentárias —, os governos subsequentes de Michel Temer e Jair Bolsonaro deflagraram um severo processo de regressão social.

Por fim, a apreensão da realidade concreta na cidade do Natal/RN e no cenário nacional reafirma que as investidas do ultraliberalismo e do neoconservadorismo rebatem diretamente no cotidiano local, exigindo o fortalecimento contínuo da organização autônoma e da articulação interseccional das mulheres. Em tempos de aprofundamento das desigualdades, de precarização da vida e de avanço dos discursos de ódio, a atuação combativa dos movimentos feministas permanece sendo a principal salvaguarda na defesa dos serviços e direitos públicos.

Conclui-se que a superação das opressões vividas por mulheres em sua pluralidade exige a superação do modo de produção capitalista e de suas mediações patriarcais, racistas e cisheteronormativas, recolocando a luta feminista como elemento indispensável para a efetiva emancipação humana.

Referências

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). AMB 25 anos: transformando o mundo pelo feminismo. Coordenação editorial de Schuma Schumaher. Texto histórico de Schuma Schumaher et al. Rio de Janeiro: REDEH; SOS Corpo, 2019. Disponível em:https://ambfeminista.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Livro_Capa-e-Miolo_AMB25anos_2020.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB). Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015: contra o racismo e a violência e pelo bem viver. Brasília, DF: AMNB, 2015. Disponível em:https://amnb.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/. Acesso em: 28 ago. 2026.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB). Quem somos. Disponível em:https://amnb.org.br/quem-somos/. Acesso em: 26 ago. 2026.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026. Disponível em:https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 30 ago. 2026.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2015.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

INÁCIO, Maria de Oliveira. O caráter estratégico das lutas por direitos para a emancipação das mulheres: desafios aos movimentos feministas no Brasil. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (org.). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019. p. 277-298.

INÁCIO, Maria de Oliveira; LIMA, Eveny; MACENA, Karinna. Feminismos e lutas por direitos: contribuições nas políticas públicas para as mulheres no Brasil. Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2023.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. Carta de princípios. [S. l.: s. d.]. Disponível em:https://lbl.org.br. Acesso em: 31 ago. 2026.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Feminismo antirracista. [S. l.], [2026?]. Disponível em:https://marchamundialdasmulheres.org.br/tudo-sobre-feminismo-antirracista/. Acesso em: 31 ago. 2026.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Marcha Mundial das Mulheres: declaração de princípios e plataforma de ação. 3. ed. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2019. Disponível em:https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livreto-MMM-reedi%c3%a7%c3%a3o-web.pdf. Acesso em: 29 ago. 2026.

PÃO E ROSAS. Manifesto Internacional do Pão e Rosas. Esquerda Diário, 8 mar. 2017. Disponível em:https://www.esquerdadiario.com.br/Manifesto-Internacional-do-Pao-e-Rosas. Acesso em: 29 ago. 2026.

CÓDIGO: HS1712

AUTOR: NICOLE ARRUDA CAMARA RAMOS

COAUTOR: YANKO MARCIUS DE ALENCAR XAVIER

ORIENTADOR: PATRICIA BORBA VILAR GUIMARAES

TÍTULO: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E COOPERATIVAS DE ENERGIA NO BRASIL: OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DEMOCRÁTICA

Resumo

O artigo examina a atual estrutura legal a respeito da mudança do setor energético brasileiro, visando fomentar a regulação da atividade cooperativa como meio para promoção da democracia energética. A pesquisa objetiva traçar paralelo entre o arcabouço regulatório da Geração Distribuída e as especificidades do modelo cooperativo. Por conseguinte, a metodologia baseia-se em revisão bibliográfica e análise hermenêutica da legislação vigente, especificamente a Lei nº 14.300/2022 e a Lei nº 5.764/1971, além de regulamentação infralegal da ANEEL. Através das Notas de Orientação da Aliança Cooperativa Internacional, observou-se a incidência dos princípios do cooperativismo e a influência da Constituição Federal no estímulo à atividade, devido à sua função social. Constata-se que as comunidades de energia encontram no cooperativismo a proteção da extrafiscalidade pelo afastamento da incidência de tributos e de finalidade de lucro sobre a energia compartilhada. Isso possibilita gestão democrática, inibindo impostos predatórios e democratizando a aquisição de estruturas de alto custo por cidadãos comuns. Conclui-se que o cooperativismo consolida-se como motor institucional para concretizar uma transição energética justa, promovendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 7 e 13. Destarte, o sucesso desse modelo de geração distribuída demanda a proteção conferida ao ato cooperativo e elaboração legislativa para a adoção de medidas que os preconizem.

Palavras-chave: Democracia Energética; Geração Distribuída; Cooperativismo

TITLE: Citizen Participation and Energy Cooperatives in Brazil: Challenges and Potential for a Democratic Energy Transition

Abstract

The article examines the current legal framework regarding the change in the Brazilian energy sector, aiming to foster the regulation of cooperative activity as a means for the

promotion of energy democracy. The research aims to draw a parallel between the regulatory framework of Distributed Generation and the specificities of the cooperative model. Consequently, the methodology is based on a bibliographic review and hermeneutic analysis of current legislation, specifically Law nº 14300/2022 and Law nº 5764/1971, in addition to infralegal regulation by ANEEL. Through the Guidance Notes of the International Cooperative Alliance, the incidence of the principles of cooperativism and the influence of the Federal Constitution in stimulating the activity were observed, due to its social function. It is noted that energy communities find in cooperativism the protection of extrafiscality by the removal of the incidence of taxes and of profit purpose on shared energy. This enables democratic management, inhibiting predatory taxes and democratizing the acquisition of high-cost structures by ordinary citizens. It is concluded that cooperativism consolidates itself as an institutional engine to achieve a just energy transition, promoting Sustainable Development Goals, SDGs 7 and 13. Thus, the success of this distributed generation model demands the protection granted to the cooperative act and legislative development for the adoption of measures that advocate.

Keywords: Energy Democracy; Distributed Generation; Cooperativism.

Introdução

No Brasil, o cooperativismo recebe tratamento diferenciado da criação ao funcionamento, notadamente porque há estímulo à atividade conferido por meio da Constituição Federal de 1988, em seu art. 174, §2°, o qual dispõe que a lei deve apoiar e estimular o cooperativismo. Isso se deve à significativa função social na atividade cooperativa, reconhecida internacionalmente. Conforme o jornal português A voz do Operário (2025), há exemplos por toda a Europa de que comunidades de energia criam coesão social, promovem a democracia energética e podem ser estratégia pública de justiça climática e de combate à pobreza energética, uma vez que as cooperativas não visam o lucro da atividade econômica, mas o bem-estar dos seus cooperantes, os quais tomam decisões democraticamente em assembleias. Uma cooperativa é, segundo a declaração adotada em 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), “associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente”.

O presente artigo examina a atual estrutura legal a respeito da mudança do setor energético brasileiro, visando fomentar a regulação da atividade cooperativa como meio para promoção da democracia energética. Nesse sentido, convém identificar o marco jurídico e regulatório das cooperativas de energia no Brasil, alinhado com os princípios norteadores do cooperativismo. Com efeito, a atividade cooperativa relaciona-se diretamente com sua função social conduzindo para um gerenciamento democrático e participativo e, quando inserido em uma comunidade de energia, necessita de adoção de uma estrutura jurídica e observância aos princípios orientadores para tornar-se uma cooperativa de energia.

Para além da participação ativa na produção e consumo, as comunidades de energia encontram no cooperativismo a proteção da extrafiscalidade pelo afastamento da incidência de tributos e de finalidade de lucro sobre a energia compartilhada entre os próprios associados. De acordo com Veelen e Horst (2018), o conceito de Democracia

Energética tem se popularizado no que concerne à transição para um baixo teor de carbono, por meio de transformação socioeconômica e política mais ampla. Esse processo envolve a descentralização do setor privado, voltado para a participação ativa de iniciativas locais, como é o caso das cooperativas, as quais são entidades organizacionais ideais para implementar a democracia energética e econômica, direcionando os cidadãos na criação de um futuro mais sustentável.

Esta pesquisa cumpre o objetivo de analisar sob perspectiva jurídica o arcabouço regulatório da Geração Distribuída e da Geração Compartilhada no Brasil, para entender os limites e as oportunidades do modelo cooperativo como um mecanismo de democracia associativa no setor de energia, assim como, verificar se o marco legal da geração distribuída é suficiente para cumprir a previsão constitucional de incentivo às cooperativas, com foco na produção de energia renovável. Ademais, visa analisar se o modelo promove a democracia energética para a coletividade, no território nacional, por meio de constatação metodológica decorrente de revisão bibliográfica da literatura acadêmica e doutrinária, e hermenêutica da legislação vigente, base para a compreensão da atividade cooperativa no setor energético brasileiro, e regulamentação infralegal, quanto à compensação, à distribuição e à cobrança sobre o prossumidor.

Metodologia

A pesquisa baseia-se em uma metodologia de revisão da literatura acadêmica e doutrinária, e comparação teórica e lógico-dedutiva. Outrossim, esta pesquisa confere análise hermenêutica e dogmática da legislação vigente, haja vista as leis nº 14.300/2022 e nº 5.764/1971, base para a compreensão da atividade cooperativa no setor energético brasileiro, bem como regulamentação infralegal, como é o caso da atuação promovida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio das Resoluções Normativas: nº 482/2012, quanto à compensação; nº 1.000/2021, quanto à distribuição; e nº 1.059/2023, no que se refere à cobrança sobre o prossumidor.

Resultados e Discussões

2. COOPERATIVAS COMO MEIO PARA A DEMOCRACIA ENERGÉTICA

2.1 Arcabouço jurídico-regulatório da Geração Distribuída

Anteriormente à Lei nº 14.300/2022, a geração distribuída no Brasil era regida pela Resolução Normativa nº 482, editada em 2012 pela Agência Nacional de Energia Elétrica, um instrumento infralegal que carecia de previsão legal para garantir segurança jurídica de longo prazo aos investidores, financiadores e consumidores. Esta Resolução estabeleceu condições gerais para Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica – MMGD e Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, verificando inovações que aliam economia financeira, consciência socioambiental e autossustentabilidade. Apesar das suas limitações na regulação da atividade, foi através dessa resolução, que o consumidor brasileiro pôde gerar sua própria energia elétrica a

partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada, bem como fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade, para posterior compensação do consumo de energia (BRASIL, 2022) e, mais tarde, a ANEEL veio a estabelecer regras quanto à distribuição, direitos e deveres do consumidor e demais usuários do serviço, com a Resolução Normativa nº 1.000/2021.

O modelo de Geração Distribuída (GD) foi impactado pela adoção da política de incentivo econômico desenvolvida pela ANEEL, na qual tem apresentado números expressivos desde a sua implementação. Dentre os arranjos jurídicos na GD, a geração compartilhada trazia apenas consórcio e cooperativa como instrumentos jurídicos permitidos para aderir ao SCEE, estes advindos do que preconiza a Constituição Federal de 1988 sobre o incentivo, a fiscalização e o planejamento ao cooperativismo, por intermédio do § 2º do artigo 174. A CF reconhece que o modelo não possui fim lucrativo e introduz tratamento especial para a atividade cooperativa, com aplicação de benefícios fiscais aos membros associados ao blindar a incidência de impostos. Por conseguinte, a legislação que define e direciona a atividade cooperativa, Lei nº 5.764/1971, propõe-se a oferecer legitimidade de representação em defesa dos direitos coletivos dos associados, após alteração do artigo 88-A, trazida pela Lei de Liberdade Econômica. O artigo 79 da mesma lei denomina atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, para a consecução dos objetivos sociais, sem implicar em operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. De acordo com Mendonça, Oliveira e Xavier (2024), a escolha do legislador infraconstitucional em incluir as cooperativas como estrutura jurídica para servir de veículo de adesão ao SCEE, na modalidade de geração compartilhada, se deve à forma de operação, gestão e, principalmente, pelo seu papel econômico e social em promover valores de relevante interesse social, sem a finalidade de obtenção de lucro.

Tauil e Chequer (2022) apontam que além dos já tradicionais consórcios e cooperativas, foi através da GD que passou-se a admitir a reunião de consumidores por meio de condomínios civis voluntários, condomínios edilícios e de quaisquer espécies de associações civis. Outrossim, instituiu um programa específico voltado para o fomento e o financiamento de instalações de sistemas de fontes renováveis para consumidores enquadrados na subclasse residencial de baixa renda. Essa legislação foi de extrema relevância para a descentralização da produção energética no Brasil.

Em 2023, após consecutivas atualizações para implementação do modelo no setor de energia, foi incluída a previsão da ANEEL quanto à cobrança sobre o prossumidor, aquele que, segundo Xavier e Melo (2024), é o produtor e consumidor da geração própria. O prossumidor de energia é um consumidor que também produz eletricidade para atender suas próprias necessidades ou vender, armazenar e trocar o excedente, quando gera mais do que consome (Ford; Whitaker; Stephenson, 2016). Ao preencher lacuna institucional, os regulamentos da ANEEL dispuseram de diretrizes mais claras para a segurança jurídica da atividade no setor energético, adaptando-se às disposições provenientes da Lei nº 14.300, de 7 de janeiro de 2022, bem como aos estudos promovidos desde 2018, consolidando as disposições anteriores referentes à MMGD e ao SCEE nas condições gerais de fornecimento de energia (BRASIL, 2022).

Conforme Ferreira (2025), a concretização do potencial das Comunidades de Energia Renovável depende do alinhamento com três pilares, sendo eles o enraizamento local, a governança democrática e a participação direta. Essa estrutura não se encontra presente

no autoconsumo liderado por empresas, mas nas comunidades de base local, pois apenas elas promovem a governança democrática e o enraizamento local real.

2.2 Princípios do cooperativismo

No que concerne à atribuição de valor às normas extraídas da legislação supramencionada, através das Notas de Orientação da Aliança Cooperativa Internacional (2015), pode-se vislumbrar a incidência de sete princípios que regem a atividade cooperativa. Segundo a organização da ACI, os princípios que regem a atividade são: adesão voluntária e aberta; controle democrático dos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas (intercooperação); e preocupação com a comunidade. Tais princípios atuam como base para os órgãos sociais de uma cooperativa, de modo a guiar suas atividades rumo aos seus objetivos essenciais, isto é, satisfazer as necessidades econômicas, sociais e culturais dos seus membros e promover o bem-estar comunitário, de forma democrática e autônoma.

Os princípios colacionados nas Notas da ACI estão em harmonia com o artigo 4º da Lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/1971) e artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988. Tal como a comissão da ACI define, o primeiro princípio determina que o ingresso, a permanência e a saída na cooperativa são livres para aqueles que desejam utilizar seus serviços, sendo vedada qualquer discriminação de ordem política, social, racial ou religiosa. Klein (2014) enfatiza que a legislação nacional difere apenas no que dispõe sobre à exceção ao quantitativo ilimitado de associados, quando houver impossibilidade técnica de prestação de serviços.

O controle e as diretrizes são definidos pelos próprios cooperados de forma paritária, visando a democracia entre membros, aos quais corresponde apenas um voto, independentemente da quantia de capital que o indivíduo possua na sociedade, bem porque os excedentes financeiros gerados pela cooperativa são distribuídos aos membros de forma estritamente proporcional ao volume de operações que cada um realizou com a entidade, de modo que os segundo e terceiro princípios são interligados Klein (2014). Durante uma sessão, com membros do comitê da ACI, foi apresentada a pesquisa sobre identidade cooperativo, na qual foi enfatizada preocupação sobre as leis cooperativas que não se encaixam na identidade cooperativa. Como exemplo, ele apontou a Lei de Associação Cooperativa Limitada de seu país, que concede direitos de voto a “membros” investidores não usuários (ACI, 2022). Isto é, para além da participação, importa destacar que a autonomia e independência devem proteger essas entidades de intervenções externas que podem ameaçar a produção e distribuição entre membros ao passo que tentam priorizar lucro em detrimento da associação. Por essa razão, é fundamental a educação dos membros associados, para que sejam preparados e capacitados.

Por conseguinte, os princípios basilares do cooperativismo são na realidade esteio para fomentar seu desempenho. Aliás, é através da intercooperação que as cooperativas atingem melhores resultados e fortalecem o movimento ao trabalharem em conjunto com outras cooperativas, formando redes e estruturas locais, regionais e internacionais. O sétimo e último princípio representa a responsabilidade social do negócio. Este pode ser compreendido como o mais importante, ao passo que manifesta o interesse social, pois, segundo a Aliança Cooperativa Internacional (2015), todas as cooperativas devem atuar

em prol do desenvolvimento sustentável e do bem-estar da comunidade na qual estão inseridas.

2.3 Função social das cooperativas

Para Vansintjan (2015), as REScoops (Cooperativas de Energia Renovável), são essenciais para manter os “bens comuns", como sol, vento, água, nas mãos dos cidadãos. Segundo ele, a cooperação transnacional e a resistência ao lobby das grandes empresas de energia podem garantir que os benefícios econômicos permaneçam na economia local. Essa caracterização de energia renovável como bem comum, enfatiza a função social das cooperativas para além da distribuição da produção, gerando também uma ferramenta de transformação social que capacita e promove a economia sustentável. Ao retirar o poder das grandes empresas privadas e o devolvê-lo aos municípios e cidadãos (JDE, 2025), Vansintjan nota o potencial para o surgimento de soberania energética e na gestão de bens comuns, através do cooperativismo na democratização do capital e no desenvolvimento regional.

De acordo com Villanueva, Catapan e Lousada (2023), as cooperativas de geração distribuída podem impulsionar novas cadeias produtivas no meio rural partindo do diferencial da conexão entre transição energética e bioeconomia.

Em setembro de 2015, chefes de Estado e de governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York, assinaram acordo que estabeleceu novos objetivos globais para o desenvolvimento sustentável (ODS), visando a implementação completa dessa Agenda até 2030. Para tanto, o objetivo estipulado foi o de erradicação da pobreza, apontando-o como requisito indispensável para desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões: econômica, social e ambiental e divididos em 17 Metas Globais. Em que pese a temática de transição energética, destacam-se a meta 7, que visa energia acessível e limpa, e a meta 13, para o combate às mudanças climáticas (Nações Unidas, 2015).

De fato, o efeito da agenda global para 2030 pode ser observado em comunidades que adotaram o modelo cooperativo para fomentar sustentabilidade. Em seu estudo de caso sobre o projeto “Revolusolar”, Medeiros, Moura e Sá e Ferreira (2024) abordam o combate à pobreza energética em favelas do Rio de Janeiro como meio de inclusão social e emancipação de populações marginalizadas, tratando a energia como um direito universal e não apenas um serviço. A aplicação do cooperativismo em contextos de alta vulnerabilidade com uso da energia solar e integração social tem gerado desenvolvimento sustentável no cenário menos propício, na perspectiva de grandes empresas. As áreas marginalizadas foram conectadas a pelo menos 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e, como resultado, acarretou na redução da criminalidade e na democratização do acesso à energia limpa.

2.4 Diretrizes da União Europeia de comunidades energéticas cidadãs

De acordo com Relatório Especial publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE, 2026), as diretrizes da União Europeia exigem fiscalidade quanto à atividade em comunidades de energia. Se por um lado, as diretivas permitem flexibilidade, autorizando que os cidadãos utilizem modelos alternativos, como o autoconsumo coletivo em edifícios de apartamentos, para partilhar ou vender energia sem a obrigatoriedade de criar uma

nova entidade jurídica complexa, por outro, A Diretiva de Energia Renovável II (DER II) exige expressamente que os governos nacionais realizem e publiquem avaliações sobre o potencial de desenvolvimento das comunidades de energia e os obstáculos legais e administrativos que elas enfrentam. O relatório aponta que a transposição dessa regra falhou na prática, pois metade dos países auditados não comunicou adequadamente essas avaliações à Comissão Europeia.

Para a União Europeia, a energia renovável desempenha um papel fundamental na estratégia a longo prazo para alcançar a neutralidade climática até 2050 e na concretização da transição energética. A União fixou uma meta para a quota de energia de fontes renováveis de, pelo menos, 42,5% até 2030, já tendo 25,4% registados em 2024. A Comissão estimou que metade dos cidadãos da UE poderia produzir até 50% da energia renovável da União até 2050 (TCE, 2026). Importa considerar, em paralelo ao modelo brasileiro, que esse potencial a que o TCE se refere leva em consideração comunidades de energia que não necessariamente são cooperativas de energia, ou seja, algumas delas não adotam os princípios cooperativistas, mas suas próprias diretivas.

2.5 Gestão autônoma e democrática das cooperativas de energia

Meira e Martinho (2018), em seu estudo de caso “Coopérnico”, identificam a cooperativa como a forma jurídica que melhor enquadra os conceitos de justiça e democracia energética, permitindo que cidadãos sejam prossumidores. Por meio de análise dos obstáculos legais que ainda favorecem grandes operadores centralizados, o estudo na referida comunidade defende que a cooperativa é o melhor meio para garantir justiça energética e participação direta. Em abordagem mais crítica, para Ferreira (2023), existe uma certa politização na transição, não apenas tecnocrática, uma vez que a democracia energética pode ser compreendida como um "conceito-discurso-movimento-processo-objetivo-agenda de investigação" que muitas vezes sofre tentativas de definições por visões variadas, mas quando alinhadas com cooperativas e comunidades de energia renovável (CER), empenham-se na descentralização de tecnologias renováveis e “(re)apropriação” da energia por parte dos cidadãos, em oposição ao capitalismo fóssil.

O controle democrático do setor energético, a redistribuição do poder político e econômico enfrentam sempre uma cadeia de disputa para retirar a energia da lógica de mercadoria e tratá-la como bem comum, e, ao final dela, alcançar o direito universal à energia renovável e à justiça social. Não obstante, o princípio do controle democrático e da autonomia é a validação de que a cooperativa é o meio adequado para acessibilizar a produção energética e potencializar a transição justa. A transição para um sistema 100% renovável é a oportunidade para a democracia energética, apesar de seu impacto limitado, estas iniciativas cumprem alguns papéis cruciais, como inovação e experimentação, desenvolvimento e disseminação de conhecimento, mobilização de recursos humanos e financeiros, construção de legitimidade, suporte e conectividade (Holemans e Van de Velde, 2020).

2.6 Proteção da extrafiscalidade

Segundo o Plano Decenal de Expansão da Energia para 2029 (EPE, 2019), as fontes renováveis terão crescimento médio anual de 2,9% na próxima década. Dessa forma, estima-se que o percentual das energias renováveis na matriz energética brasileira alcance 48% em 2029, com 83% de capacidade instalada de geração elétrica renovável, sendo:

64% hidrelétrica, 9% eólica, 9% biomassa e 1% solar. Por outro lado, projeta-se a redução da participação do petróleo e seus derivados para 32% em 2029. Gás natural, carvão e nuclear mantém suas participações relativas na matriz. Quanto ao incentivo fiscal, tendo em vista os vastos recursos, o governo federal brasileiro utiliza a extrafiscalidade e outros mecanismos para estimular setores específicos da matriz energética, manter o perfil sustentável do sistema elétrico brasileiro e contribuir para a perspectiva de custos de operação mais baixos no futuro. Para Energias Renováveis, seja Eólica, Solar, Biomassa ou PCHs, até meados de 2020, projetos de fontes incentivadas recebiam descontos de 50% a 100% nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição ou transmissão (Tusd e Tust). Além disso, o BNDES oferece créditos diferenciados para projetos renováveis, especialmente os que possuem elevado conteúdo nacional. Ações recentes redefiniram incentivos às fontes renováveis, como a consulta pública promovida pela ANEEL para rever a resolução no 482/2012, que estabeleceu o sistema de net metering para a geração distribuída no Brasil (Losekann e Tavares, 2021).

De modo geral, o Brasil tem grande potencial para uma transição energética cidadã, sendo a própria Constituição incentivadora da justiça tributária e ações em defesa do meio ambiente, como prevê o § 3º do Art. 145: “O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente”. No art. 146, III, c, a CF prevê que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributárias sobre adequado tratamento ao ato cooperativo, porém, segundo Freitas e Xavier (2025), embora o marco regulatório tenha ampliado o reconhecimento do cooperativismo, o setor ainda enfrenta a insegurança extrafiscal, cenário que se agrava com as incertezas trazidas pela reforma tributária, quanto ao tratamento diferenciado previsto para atividades de interesse social e regimes especiais. Haja vista que, ao substituir o ICMS, o PIS e a COFINS por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a reforma pretende a uniformização da tributação sobre o consumo e reduzir a complexidade fiscal que historicamente impacta as cooperativas, importa esclarecer que ela deve incorporar políticas extrafiscais consistentes e a harmonização tributária. Nesse sentido, a recente medida do Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026, reafirmou a extrafiscalidade para as cooperativas, ao tempo que ressalvou a incidência sobre os atos cooperativos.

Conclusão

Em suma, conclui-se que o cooperativismo se consolida essencial para concretizar uma autêntica transição energética justa, promovendo adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em específico os ODS 7 e 13. Por sua vez, o sucesso de longo prazo desse ecossistema descentralizado pelo modelo da Geração Distribuída, contudo, demanda a proteção do tratamento adequado e extrafiscal conferido ao ato cooperativo, mas também, seguir os requisitos para sua incorporação.

O avanço das comunidades de energia tem se sujeitado à satisfação de lacunas legislativas remanescentes por resoluções normativas. Portanto, depende do Estado a formulação de aprimoramentos políticas específicas propulsoras da geração justa e adequada ao meio social dos integrantes. Para aplicar de fato o estímulo previsto constitucionalmente, urge que tais políticas vinculem a necessidade de incorporação de comunidades de energia ao

sistema cooperativo, consolidando-o como o elo definitivo entre o desenvolvimento sustentável através da transição e a democracia energética para alcance da justiça social e mitigação de desigualdades.

Referências

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI – Alianza Cooperativa Internacional. Identidad cooperativa: nuestros principios y valores. Bruxelas, 2016. Disponível em: <https://ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>. Acesso em: 16 nov. 2025.

ACI – Alianza Cooperativa Internacional. Notas de orientación para los principios cooperativos. Bruxelas, p. 01-63, 2015. Disponível em: <https://ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>. Acesso em: 16 nov. 2025.

ACI – Alianza Cooperativa Internacional. Principais conclusões da pesquisa da ICA sobre identidade cooperativa. 19 dez. 2022. Disponível em: <https://aciamericas.coop/pt/noticias/principales-conclusiones-de-la-encuesta-de-la-aci-sobre-identidad-cooperativa/>. Acesso em: 07 mar. 2026.

A Voz do Operário (14 jan. 2025). O caso das cooperativas de energia. Disponível em: <https://vozoperario.pt/jornal/2025/01/14/o-caso-das-cooperativas-de-energia/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. BRASIL. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022. Institui o marco legal da MMGD, o SCEE e o PERS; altera as Leis nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jan. 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14300.htm>. Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm> Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Micro e Minigeração Distribuída. 10 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/geracao-distribuida>. Acesso em: 10 mai. 2026.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão de Energia 2029. Brasília: MME/EPE, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/arquivos/minuta-do-plano-decenal-de-expans-o-de-energia-2029-pde-2029.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2026.

FERREIRA, V. L. S.. Democracia energética em construção? O caso da energia renovável comunitária em Portugal. Tese de Doutorado em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2025.

FERREIRA, V. L. S.. Democracia energética: Quadro conceptual e agenda de investigação para o caso português. Revista Relações Internacionais, Lisboa, n. 79, p. 37-51, set. 2023.

FREITAS, F. A.; XAVIER, Y. M. A.; VIANA, H. R. G.. O papel estratégico das Cooperativas de Energia na transição energética justa e os incentivos fiscais para o seu fomento no Brasil. Prima@Facie, João Pessoa, v. 24, n. 57, p. 52-92, set./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n57.77299>. Acesso em: 10 mai. 2026.

FORD, R.; WHITAKER, J.; STEPHENSON, J.. Prosumer collectives: a review - A report for the Smart Grid Forum. Dunedin. Centre for Sustainability, University of Otago, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305941797_Prosumer_Collectives_-_a_review. Acesso em: 23 mai. 2025.

HOLEMANS, D.; VAN DE VELDE, K.. A Energia dos Cidadãos: Fazer Acontecer a Democracia Energética. Tradução e Revisão: Quercus ANCN. Bruxelas: Green European Foundation, jan. 2020.

JDE – JORNADAS PELA DEMOCRACIA ENERGÉTICA. Relatório das Jornadas pela Democracia Energética. Lisboa, fev. 2025.

KLEIN, F. J.. Estado, empresas e desenvolvimento: princípios normativos de organização do cooperativismo. 2014. 97 f. Dissertação de Mestrado em Economia - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LOSEKANN, L.; TAVARES, A.. Transição energética e potencial de cooperação nos BRICS em energias renováveis e gás natural. Texto para Discussão, n. 2680; Brasília; Rio de Janeiro; Ipea, 2021.

MEDEIROS, I. F.; MOURA E SÁ, P. H. F. L.; FERREIRA, S. M. D.. Cooperação para a sustentabilidade: gestão cooperativa no combate à pobreza energética em favelas no Rio de Janeiro. Anais: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, JURIDICIDADE E DESENVOLVIMENTO (ENGEMA). São Paulo: FEA/USP, 2024.

MEIRA, D.; MARTINHO, A. L.. Obstáculos Legais para a Criação de Comunidades Energéticas Locais sob Forma Cooperativa: A Coopérnico como um Estudo de Caso.

Anais: XVII Congreso Internacional de Investigadores en Economía Social y Cooperativa. Lisboa: P.Porto/CEOS.PP/ISCAP, 2018.

MENDONÇA, D. S.; OLIVEIRA, D. P.; XAVIER, Y. M. A.. Geração compartilhada de energia: análise regulatória e perspectiva a partir do modelo de cooperativas de energia. Revista Brasileira de Energia, v. 30, n. 4, p. 102-123, out./dez. 2024. DOI: 10.47168/rbe.v30i4.912. Disponível em: <https://sbpe.org.br/index.php/rbe/article/view/912>. Acesso em: 10 mai. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. Transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Abong; Beyond2015; Gestos; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

TAUIL e CHEQUER ADVOGADOS. Lei nº 14.300/2022: Marco Legal da Geração Distribuída. Informativo Energia Elétrica, n. 63. 13 jan. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU. Relatório Especial 10/2026: comunidades de energia - o potencial continua por realizar. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2026. Disponível em: <https://www.eca.europa.eu/ECAPublications/SR-2026-10/SR-2026-10_PT.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

VAN VEELEN, B.; VAN DER HORST, D.. What is Energy Democracy? Connecting social science energy research and political theory. Energy Research & Social Science, v. 46, p. 19-28, dez. 2018.

VILLANUEVA, B. A.; CATAPAN, A.; LOUSADA, S. A. N.. Cooperativas de energia e transição energética: uma revisão da literatura. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 12, n. 1, p. 32-56, jan./jun. 2023.

VANSINTJAN, D.. A transição energética para a democracia da energia: Poder para o povo. Tradução: Alberto Esteves Ferreira Filho; REScoop, mar. 2015.

XAVIER, Y. M. A.; MELO, Karinne Benassuly. Prossumidor. In: CRUZ, Adriano (Org.) Dicionário de Comunicação Organizacional. Parnamirim: Biblioteca Ocidente, 2024, p. 199-200.

CÓDIGO: HS1713

AUTOR: SARA EMILIANY DE PONTES BARACHO

ORIENTADOR: FERNANDO LUIZ VECHIATO

TÍTULO: Conexões interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Perfumaria: um enfoque na Sustentabilidade

Resumo

A sustentabilidade é uma discussão que permeia a sociedade, tendo como enfoque a preservação de recursos naturais, relacionada a questões ambientais, sociais, éticas, tecnológicas e informacionais. No contexto da Ciência da Informação, é abordada a partir do termo “Sustentabilidade Informacional”. Nessa perspectiva, tem-se como objetivo deste trabalho investigar as práticas sustentáveis na Perfumaria na perspectiva da Ciência da Informação. A partir de pesquisa exploratória e qualitativa, optou-se pela Perfumaria para a aplicação devido à necessidade de conhecer como as empresas informam os usuários a respeito das matérias-primas e da confecção de frascos e embalagens. Nesta etapa da pesquisa, foi possível verificar o uso de símbolos em embalagens de fragrâncias, como o Forest Stewardship Council (FSC), Möbius Loop e Cruelty-Free

Palavras-chave: Sustentabilidade. Sustentabilidade Informacional. Perfumaria

TITLE: Interdisciplinary connections between Information Science and Perfumery: a focus on sustainability

Abstract

Sustainability is a discussion that permeates society, focusing on the preservation of natural resources, related to environmental, social, ethical, technological, and informational issues. In the context of Information Science, it is approached from the term "Informational Sustainability." From this perspective, the objective of this work is to investigate sustainable practices in the Perfumery industry from the perspective of Information Science. Using exploratory and qualitative research, Perfumery was chosen for application due to the need to understand how companies inform users about raw materials and the production of bottles and packaging. In this stage of the research, it was possible to verify

the use of symbols on fragrance packaging, such as Forest Stewardship Council (FSC), Möbius Loop and Cruelty-Free.

Keywords: Sustainability. Informational Sustainability. Perfumery.

Introdução

A interdisciplinaridade da Ciência da informação (CI) nos auxilia na amplitude teórica e metodológica e na imersão em variados assuntos, como por exemplo o estudo dos sentidos, em específico o olfato humano, além da relação com a perfumaria, foco deste trabalho.

É possível considerar que, dentre os cinco sentidos, quais sejam a visão, a audição, o tato, o olfato e o paladar, os registros informacionais que têm sido enfatizados pela CI são os dois primeiros por meio de fontes com informações textuais, imagéticas, sonoras entre outras. Em relação ao tato, se destacam as pesquisas relacionadas a acessibilidade, especialmente no que diz respeito a proporcionar o acesso a fontes de informação específicas para pessoas cegas. Informações e registros relacionados ao olfato e ao paladar parecem ainda incipientes no contexto da CI.

Tendo como foco deste trabalho o estudo da Perfumaria, entende-se que as fragrâncias, em tempos atuais, precisam ser produzidas a partir de aspectos regulatórios vigentes da indústria e, dentre esses aspectos, destaca-se a sustentabilidade. No contexto da CI emerge a sustentabilidade informacional.

> [...] a Sustentabilidade Informacional deve ser vista como um instrumento de apoio ao acesso a informações sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, e assim, sensibilizar e demonstrar à sociedade da informação, sobre a importância da mobilização coletiva em prol de objetivos globais de desenvolvimento sustentáveis. (Geraldo, Pinto Duarte, 2022, p. 238).

Desse modo, entende-se que, no contexto da Perfumaria, é necessário que as pessoas conheçam informações a respeito da sustentabilidade no processo de produção de fragrâncias, como por exemplo o uso de matérias-primas. Para além da preocupação com a sustentabilidade em relação às matérias-primas e aos ingredientes utilizados no processo de criação de uma fragrância, Pacheco (2023) também cita a utilização de embalagens e frascos recicláveis e biodegradáveis; a busca dos consumidores por fragrâncias produzidas de forma ética e ecologicamente correta; e processos de extração de ingredientes mais eficientes e sustentáveis. Desse modo, é possível perceber que a sustentabilidade se apoia não apenas nas técnicas utilizadas na produção das fragrâncias e nos materiais utilizados, mas também na responsabilidade social.

Dentre as empresas de Perfumaria no Brasil, é possível citar o Grupo Boticário que realiza a Avaliação do Ciclo de Vida dos seus produtos (Ibict, 2017). Todavia, considera-se que há um grande número de empresas deste setor no Brasil, de diferentes portes, e não foram encontrados estudos sobre a utilização de práticas sustentáveis que permeiem os aspectos levantados até o presente momento, em sentido amplo.

Por exemplo, nos últimos anos, emergiram diversas empresas de perfumes contratipos, possivelmente caracterizando-se como micro e pequenas empresas. “[...] os Contratipos

são perfumes inspirados em um perfume original. Como a receita exata de uma fragrância é um segredo, é algo inclusive protegido por lei, os contratipos trazem uma referência olfativa, ao original" (Lamai Cursos e Capacitações, 2022, p. 7). Algumas dessas empresas, além dos contratipos, desenvolvem fragrâncias autorais.

Nesse cenário, entende-se a necessidade de abordar teoricamente a temática da Sustentabilidade associada à perfumaria na perspectiva da Ciência da Informação, bem como analisar as práticas sustentáveis de empresas de Perfumaria de diferentes portes.

A partir dessas premissas, tem-se como questão norteadora desta pesquisa: Quais práticas de sustentabilidade informacional têm sido utilizadas na indústria da Perfumaria?

Para responder à questão de pesquisa, foi delineado o objetivo geral: Investigar as práticas sustentáveis na Perfumaria na perspectiva da Ciência da Informação. Para isso, foi definido o seguinte objetivo específico: Compreender as conexões teóricas entre Sustentabilidade, Perfumaria e Ciência da Informação.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Iniciou-se por levantamento bibliográfico em bases de dados com ênfase nas temáticas Sustentabilidade, Perfumaria e, posteriormente, Sustentabilidade Informacional, que alia a Sustentabilidade ao contexto da Ciência da Informação.

No presente plano de trabalho, referente ao período 2025-2026, havia sido definido também outro objetivo específico, qual seja: Identificar práticas sustentáveis das empresas de perfumaria por meio de seus web sites. Todavia, devido à complexidade das temáticas, não foi possível adentrar na aplicação da pesquisa, a qual será realizada no novo plano de trabalho aprovado para 2026-2027 e intitulado "Sustentabilidade Informacional no contexto da Perfumaria".

Resultados e Discussões

1 **SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL**

Quando falamos de sustentabilidade imaginamos a ideia de preservar. "Etimologicamente, o termo 'sustentável' tem origem no Latim 'sustentare' que significa "ato ou efeito de sustentar ","conservar ","manter "" (Cunha, 2010, p. 616). Mediante a esse conceito, é costumeiro restringir a sustentabilidade ao natural ou a alguns itens específicos do nosso cotidiano, como por exemplo, o lixo, sendo esse tópico bastante debatido pela mídia ou em nosso meio social. Tal motivo se dá devido a interligação da sustentabilidade com a política.

A Degradação ambiental, esgotamento dos recursos naturais, mudanças climáticas, crescimento populacional desordenado são alguns dos fatores que movimentam governos, organizações não governamentais, empresas e indivíduos na implementação de estratégias e tecnologias que promovam sustentabilidade e minimizem as consequências negativas das ações humanas sobre o meio ambiente (Brundtland, 1991; Nolin, 2010, apud Tuyuma et al., 2024, p.2).

No contexto do lixo, sabemos que a má reciclagem, como também o costume social de jogá-los em ambientes inadequados pode provocar em grande quantidade e a longo prazo danos irreversíveis à natureza, todavia, o núcleo central dessa problemática é a política. Para entendermos a dimensão, segundo o ministério do meio ambiente:

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado em novembro de 1992, tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade.(Brasil, [2026?], p. 1) .

Nessa ótica, é essencial conhecimento sobre o tema abordado, porque a política faz parte das nossas vidas, como o perfume que usamos, até mesmo as informações que consumimos, sendo elas um ponto importante no nosso cotidiano.

Neste viés, em nossa rotina, estamos acostumados a obter muitas informações, seja pelas redes sociais, instagram, whatsapp, tik tok, facebook,entre outros suportes, como livros, revistas, entre outros. Nesse aspecto, o controle ou disseminação de tais informações, pode ocasionar um termo denominado de “infodemia”, na qual descreve o excesso demasiado de informações falsas e verdadeiras. Dessa maneira, com a Era digital, devido ao tamanho fluxo de informações não paramos para analisar como essas informações são produzidas e circuladas.

Conforme os avanços digitais e ao seu uso demasiado, gera ao corpo social um defasagem informacional, no qual é nesse contexto que se apresenta a sustentabilidade informacional. Segundo Tuyuma, et al. (2024, p. 4), “O conceito de Sustentabilidade Informacional corresponde à atuação no sentido de sensibilizar, mobilizar e orientar a produção e uso da informação, considerando suas influências
sobre aspectos humanos.”. Tal termo não é tão usual, contudo, possui uma grande relevância.

Outrossim, a sustentabilidade informacional é um termo que está dentro da Ciência da informação (CI), nesse contexto, a Ciência da Informação atua como um meio interdisciplinar, gerenciando questões informacionais, visando que as informações possam ser consumidas pelos usuários de modo coerente. Além disso, também é função da CI estimular a veracidade da informação e estimular à todos os tipos de usuários acerca da sustentabilidade informacional, para que todos se mantenham consumidores de informações verídicas e se tornem sujeitos conscientes na sociedade atual.

Um dos propósitos da Sustentabilidade Informacional é a democratização do acesso, permitindo que todos, independentemente de classe ou condição, obtenham dados e conhecimentos relevantes. Dessa forma, promove-se maior envolvimento na tomada de decisões e no exercício de direitos sociopolíticos,

contribuindo para a construção de ideais e políticas que refletem os interesses da sociedade(Tybusch; Martins, 2015; Geraldo; Pinto; Duarte, 2023, apud Tuyuma, et al., p. 4).

Diante disso, os interesses sociais e políticos descritos por Duarte, retratam sobre a importância de consumir informações relevantes, pois a partir disso, torna-se conhecimento fundamentado.

Mas porquê é tão importante o debate sobre a sustentabilidade informacional? Segundo Geraldo, et. al. (2021, p.10), “Considera-se importante visualizar a Sustentabilidade Informacional como uma ponte de intermediação informacional entre as dimensões ambiental, econômica e social do Desenvolvimento Sustentável.”

Nessa ótica, é importante entendermos a integração desses assuntos quando falamos de sustentabilidade informacional, visto que retrata-se de aspectos cruciais para a vida de um indivíduo.

Consequentemente, por trata-se de questões sociais e políticas, é válido analisarmos exemplos que abordam tal tema, por exemplo, agenda de 2030.

“A realização de eventos e acordos voltados para a sustentabilidade culminou, em 2015, na criação da Agenda 2030, caracterizada como um plano de ação mundial, subvencionado pelas Nações Unidas. A Agenda abarca três dimensões: econômica, social e ambiental.”(Tuyuma, et. al., 2024, p.3).

Como citado na agenda de 2030, o evento realizado trouxe alguns tópicos de objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), estes tópicos retratam o desenvolvimento sustentável do planeta em diversos aspectos.

Ao visualizar essa integração, fica mais compreensível para o usuário assimilar o conceito da sustentabilidade informacional e perceber sua importância, dado sua presença em nosso dia a dia.

2. PERFUMARIA

Em nosso cotidiano, somos acostumados a repetir diversas vezes nossas atividades, por isso não nos damos conta do que fazemos, como os produtos que usamos e suas características, vivemos sempre no automático. No entanto, é crucial pararmos um pouco e refletirmos sobre nossa rotina. Isso também consiste em analisarmos o que estamos consumindo diariamente, como por exemplo, qual perfume estamos usando, pois a partir desse pensamento, geramos um pensamento sustentável para reflexão da temática.

“O uso crescente de redes como a Internet resultou na criação de um novo tipo de organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais, grupos humanos constituídos pela identificação de interesses comuns.” (Corrêa, 2008, p. 3). Com o surgimento das redes sociais e os avanços da tecnologia, é comum sermos motivados pelos chamados influenciadores digitais a utilizar determinado perfume, assim, inúmeras vezes possuímos tal cheiro, mas não conhecemos de fato o que estamos usando.

Dessa forma, é imprescindível entendermos um pouco mais sobre perfumes, pois é algo necessário para o nosso uso diário.

Além disso, quando pensamos em perfumes, lembramos dos nossos sentidos corporais, onde o olfato é essencial, para o funcionamento do corpo, não somente levando em consideração as questões biológicas, como também trazendo memórias e interação com o meio externo.

“lém da forte associação de aromas com a memória emocional individual, o olfato pode proporcionar o desencadeamento de memórias coletivas, induzindo recordações que nos tornam conscientes da nossa própria identidade particular e cultural. (Gonçalves, 2021).

Sendo o aroma um fator importante para as condições humanas desde o início. Em sequência, é notório o destaque do Egito, para o desenvolvimento dos aromas:

“A produção de perfumes no Antigo Egito era uma arte sofisticada, que combinava habilidade e conhecimento. Uma delas era a enfleurage, que consistia no uso de gordura animal ou vegetal para absorver o aroma de flores frescas, virando uma espécie de creme perfumado.” (Olfati, 2025).

O Egito foi de suma importância para o desenvolvimento de técnicas , eles iniciaram utilizando óleos de plantas para as suas fragâncias. Assim, os óleos extraídos davam origem aos perfumes, enquanto a cera ou a gordura produziam os cremes, ademais os recipientes utilizados por eles para reservar os cremes e perfumes, consistia em materiais como pedra ou vidro, pois eles acreditavam que preservaria o cheiro.

Posteriormente, o Império romano, também foi um grande consumidor de perfumes, tendo em vista seu grande uso de matéria-prima:

a e 250 toneladas de olíbano chegaram a R“No período imperial, o gosto dos romanos por incensos e perfumes passou dos limites imagináveis, e criou um desequilíbrio na balança de pagamentos do império. Aproximadamente 500 toneladas de mirroma pelo mar.” (Aschar, 2007).

Mediante a isso, o consumo de matérias-primas para a fabricação dos perfumes foi aumentando consideravelmente, devido ao aumento de pessoas que usavam. No qual, no século XX (Boticário, 2021), as fragrâncias tornaram-se acessíveis a todos, expandindo para além da burguesia.

Dessa forma, pela grande demanda de matérias-primas, no século XVIII houve a obtenção de novas técnicas para garantir as matérias-primas, surgindo, assim, aromas sintéticos (veiga, 2021). De igual modo, nos dias de hoje, existem diversas formas de se criar esses aromas sintéticos, com os avanços tecnológicos, é possível adquirir inúmeras combinações de matérias-primas, usando até mesmo a Inteligência Artificial (IA), as máquinas têm auxiliado nesse processo, tornando-se até mais sustentável para o meio ambiente.

Mediante a isso, o consumo de matérias-primas para a fabricação dos perfumes foi aumentando consideravelmente, devido ao aumento de pessoas que usavam. No qual, no século XX (Boticário, 2021), as fragrâncias tornaram-se acessíveis a todos, expandindo para além da burguesia.

Dessa forma, pela grande demanda de matérias-primas, no século XVIII houve a obtenção de novas técnicas para garantir as matérias-primas, surgindo, assim, aromas sintéticos (veiga, 2021). De igual modo, nos dias de hoje, existem diversas formas de se criar esses aromas sintéticos, com os avanços tecnológicos, é possível adquirir inúmeras combinações de matérias-primas, usando até mesmo a Inteligência Artificial (IA), as máquinas têm auxiliado nesse processo, tornando-se até mais sustentável para o meio ambiente.

3 SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA PERFUMARIA

Quando falamos de sustentabilidade informacional, temos a concepção de informações a respeito de sustentabilidade claras e acessíveis ao público. De acordo com Silva (2026), é a
“Capacidade de produzir, gerir e utilizar a informação de forma sustentável, buscando a continuidade da informação, evitar sobrecargas nos sistemas que a utilizam, equidade no acesso à informação, combater a desinformação e promover o uso de TI mais limpas”.
Essas informações claras auxiliam no momento de informar ao consumidor, acerca do produto que está sendo consumido, tendo em vista a necessidade informacional do usuário daquele produto. Ademais, demonstra a respeito das políticas sustentáveis da empresa e o seu compromisso com a preservação ambiental.
Mediante a esse pensamento e políticas sustentáveis com intenções de preservar o meio ambiente, as empresas criaram métodos que evitassem a degradação ambiental. Como exemplo, temos a Natura que, a partir dos seus refis, livrou cerca de 2.400 toneladas de resíduos (Natura, 2025). Tais práticas auxiliam a menor utilização de materiais descartáveis.
Algumas dessas políticas sustentáveis são visíveis e presentes nas caixas e frascos dos produtos por meio de símbolos / selos. "Os selos garantem ao consumidor que os produtos são provenientes de fontes responsáveis, permitindo uma escolha consciente e produtos que apoie a conservação da floresta.” (FSC, Brasil). Como exemplo de alguns símbolos, temos: Forest Stewardship Council (FSC), significa que o papelão utilizados na embalagem vem de florestas com manejo sustentável; Möbius Loop, embalagem reciclável; Cruelty-Free, garante que os testes não foram realizados em animais.

Conclusão

Durante o presente texto, o fator imprescindível para a compreensão é que a sustentabilidade informacional caminha junto com a perfumaria, tendo em vista a necessidade informacional do usuário ser suprimida de forma clara e verdadeira, enquanto, por sua vez, as marcas possuem uma responsabilidade

social e política de analisar os produtos usados, e de que maneira foram produzidos esses perfumes.

Outrossim, é importante ressaltar que ao longo do tempo, foram se criando conscientização das matérias-primas, uso de animais, entre outros para a produção dos perfumes, O uso das tecnologias foram fundamentais para este processo. Com o intuito de gerar uma sociedade sustentável e consciente.

Respondendo à questão de pesquisa, destaca-se que uma das práticas da indústria da Perfumaria são as informações nos frascos e embalagens de fragrâncias, destacando-se os selos: Forest Stewardship Council (FSC), Möbius Loop e Cruelty-Free.

Referências

ASHCAR, Renata. A história do perfume: da Antiguidade até 1900. ComCiência, 10 set. 2007. Disponível em: https://comciencia.br/dossies-73-184/web/handler896a.html?section=8&edicao=28&id=329 . Acesso em: 07 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, [2026?]. Disponível em: https://www.gov.br/mma. Acesso em: 20 jan. 2026.

CORRÊA, Cynthia Harumy Watanabe. Comunidades virtuais gerando identidades na sociedade em rede. C-Legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual, n. 13, 2008. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36730. Acesso em: 30 jul. 2026.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. 744p. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Dicion%C3%A1rio_etimol%C3%B3gico_da_l%C3%ADngua_port.html?id=4yiODwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y. Acesso em: 10 jan. 2026.

EPPLER, Martin J.; MENGIS, Jeanne. The Concept of Information Overload: A Review of Literature from Organization Science, Accounting, Marketing, MIS, and Related Disciplines. The Information Society, v. 20, n. 5, p. 325–344, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1080/01972240490507974. Acesso em: 20 jan. 2026.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Intermediação informacional entre as dimensões do desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. Anais [...] XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2021. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/58. Acesso em: 23 nov. 2025.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza; DUARTE, Evandro Jair. A sustentabilidade informacional pode ser vista como um novo paradigma da Ciência da Informação? Informação & Informação, Londrina, v. 27, n. 4, p. 229-253, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/228191 . Acesso em: 10 jan. 2025.

GONÇALVES, Patrícia Maria Rodrigues. Identificação e caracterização de memórias olfativas em amostra da população brasileira. 2021. Tese (Doutorado em Neurociências e Comportamento) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47135/tde-14102021-193754/pt-br.html. Acesso em: 15 jul. 2026

IBICT. Casos de sucesso: O Boticário. 07 fev. 2017. Disponível em: https://acv.ibict.br/comunicacao/noticias/2234-casos-de-sucesso-o-boticario/. Acesso em: 10 jan. 2025

NATURA. Consumo consciente: saiba o que é e como praticá-lo. Portal Natura Brasil, 18 fev. 2025. Disponível em: https://natura.com.br. Acesso em: 30 ago. 2026.

PACHECO, Carlos Alberto. A revolução das fragrâncias sustentáveis. CosmeticsOnline. nov./dez. 2023. Disponível em: https://www.cosmeticsonline.com.br/noticias/detalhes-colunas1/1232/a-revoluc%C3%A3o-das-fragr%C3%A2ncias-sustent%C3%A1veis. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, K. T. da. Sustentabilidade Informacional. 19 jun. 2026. (Conceito gentilmente cedido pela pesquisadora para a postagem. Mestre em Ciência da Informação, com experiência em pesquisa sobre Sustentabilidade Informacional).

SOUZA, C. B. S.; VALENTIM, M. L. P. Contribuição da gestão do conhecimento para a sustentabilidade informacional em bibliotecas universitárias públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2023. Anais [...] XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/506 . Acesso em: 10 jan. 2026.

OLFATI. Mistérios olfativos: como eram os primeiros perfumes? OLFATI, 19 nov. 2025. Disponível em: https://olfati.com.br/misterios-olfativos-como-eram-os-primeiros-perfumes/. Acesso em: 07 dez. 2025.

TUYUMA, Laura; CRUZ, Aldine de Socorro Côrrea; VITAL, Luciane Paula. Produção jornalística de uma TV universitária: consonância com a agenda 2030. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2024, Vitória. Anais [...] Vitória, p. 11, 2024.

Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2164. Acesso em: 22 nov. 2025.

VEIGA, Cesar. As fragrâncias e seus subtipos: a história do perfume. O Boticário, 17 mar. 2021. Disponível em: https://www.boticario.com.br/dicas-de-beleza/as-fragrancias-e-seus-subtipos-a-historia-do-perfume/. Acesso em: 07 dez. 2025.

CÓDIGO: HS1715

AUTOR: RENÊ AIRTON CUNHA SOARES

COAUTOR: KAREN KAROLINNY FEITOSA OLIVEIRA

ORIENTADOR: CASSIANO JOSE BEZERRA MARQUES TROVAO

TÍTULO: A Insuficiência Socioeconômica Multidimensional no Brasil (2016–2025): Uma Análise das Desigualdades por Sexo do Responsável pelo Domicílio

Resumo

Esta pesquisa examina a evolução da insuficiência socioeconômica multidimensional no Brasil, segundo o sexo da pessoa responsável pelo domicílio entre 2016 e 2025, com o objetivo de identificar em quais dimensões as desigualdades entre homens e mulheres se mostram mais persistentes. Utiliza como metodologia o índice de insuficiência socioeconômica multidimensional construído a partir dos microdados da PNAD contínua do IBGE, referentes à primeira visita dos anos de 2016, 2019, 2022 e 2025 e agrega seis dimensões: educação, trabalho, renda e patrimônio, condições habitacionais, acesso a bens de consumo individual e acesso a bens e serviços de uso coletivo, classificando os domicílios como insuficientes quando a proporção de indicadores desfavoráveis atinge ou ultrapassa um quarto do total de cada dimensão. Os resultados apontam redução do índice para ambos os sexos ao longo do período, acompanhada, contudo, de ampliação da desigualdade relativa entre homens e mulheres, cujo hiato passa de menos de um ponto percentual em 2016 para pouco mais de dois pontos percentuais em 2025. A dimensão de acesso a bens de consumo individual apresenta a maior disparidade de gênero, seguida pela dimensão educacional. Conclui-se que, apesar da melhora geral nas condições socioeconômicas dos domicílios brasileiros, a redução da insuficiência não ocorre de forma justa entre os sexos, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero identificadas.

Palavras-chave: insuficiência socioeconômica multidimensional; índice; PNADc; gênero

TITLE: Multidimensional Socioeconomic Insufficiency in Brazil (2016–2025): An Analysis of Inequalities by Sex of the Head of Household

Abstract

This study examines the evolution of multidimensional socioeconomic insufficiency in Brazil according to the sex of the head of household between 2016 and 2025, aiming to identify in which dimensions inequalities between men and women prove to be most persistent. It employs as methodology the multidimensional socioeconomic insufficiency index constructed from the microdata of IBGE's Continuous PNAD (referring to the first visit of 2016, 2019, 2022, and 2025). The index aggregates six dimensions: education, labor, income and wealth, housing conditions, access to individual consumer goods, and access to collective goods and services, classifying households as insufficient when the proportion of unfavorable indicators reaches or exceeds one-quarter of the total for each dimension. The results indicate a reduction in the index for both sexes over the period, accompanied, however, by an expansion of relative inequality between men and women, whose gap widens from less than one percentage point in 2016 to just over two percentage points in 2025. The dimension of access to individual consumer goods exhibits the largest gender disparity, followed by the educational dimension. It is concluded that, despite the overall improvement in the socioeconomic conditions of Brazilian households, the reduction of insufficiency does not occur equitably across sexes, reinforcing the need for public policies aimed at overcoming the identified gender inequalities.

Keywords: Multidimensional socioeconomic insufficiency; Index; PNADc; gender

Introdução

A desigualdade de gênero é um fenômeno histórico e estruturalmente enraizado nas sociedades contemporâneas, cuja compreensão como objeto autônomo de análise social e econômica é relativamente recente.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, autoras como Alexandra Kollontai (2021) já associavam a subordinação econômica das mulheres à organização da produção e do trabalho doméstico dentro da sociedade de classes, defendendo que a emancipação feminina dependia diretamente da conquista de independência econômica. Décadas depois, Simone de Beauvoir, em O Segundo Sexo (1949), consolidou a compreensão de que as hierarquias entre os sexos não decorrem de uma ordem natural, mas são social e historicamente construídas e reproduzidas por meio de instituições, papéis e expectativas atribuídos de forma desigual a homens e mulheres.

No Brasil, essa desigualdade revela-se presente em múltiplas esferas da vida social: no mercado de trabalho, no acesso à renda e ao patrimônio, na repartição do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, nas condições de moradia e no acesso a bens e serviços essenciais. Esse quadro reforça a necessidade de instrumentos analíticos capazes de captar a desigualdade de gênero, para além da dimensão estritamente monetária, incorporando os aspectos mencionados acima.

Nesse sentido, o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), desenvolvido por Trovão et al. (2023) a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), constitui uma ferramenta analítica adequada a esse propósito. Ao integrar seis dimensões: Educação; Trabalho; Renda e patrimônio; Condições habitacionais; Acesso a bens de consumo de uso individual; e Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo, o IISM permite captar simultaneamente o grau de privação vivenciado pelos domicílios e os aspectos específicos em que essa privação se manifesta.

Entre 2016 e 2025, ocorreu uma mudança estrutural na composição dos domicílios brasileiros, pois a proporção de domicílios chefiados por mulheres passou de 36,7% em 2016 para 42% em 2025 (PNAD Contínua, 2026) um crescimento expressivo que torna ainda mais necessário compreender se há melhora em múltiplas dimensões como: educação, mercado de trabalho, condições habitacionais e acesso a bens e serviços públicos igualmente entre domicílios masculinos e femininos, ou se, ao contrário, esconde uma ampliação das desigualdades relativas entre os sexos.

O objetivo geral desse estudo é examinar a evolução do índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) no Brasil segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio entre 2016 e 2025. Especificamente busca-se descrever a trajetória do IISM para domicílios com pessoa de referência mulher e homem; (ii) decompor essa trajetória nas seis dimensões que compõem o índice, de modo a identificar em quais delas as disparidades de gênero se mostram mais persistentes; e (iii) discutir os resultados obtidos à luz da literatura sobre economia de gênero, economia do cuidado e desigualdade de renda e patrimônio.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções. A seção 2 apresenta a fundamentação teórica sobre desigualdade de gênero e sua interface com a mensuração multidimensional da pobreza. A seção 3 detalha a metodologia do IISM e a base de dados utilizada. A seção 4 apresenta os resultados e discussões, com a decomposição da ISM por sexo e por dimensão ao longo do período analisado. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais, sintetizando os principais achados e suas implicações para o debate sobre políticas públicas de gênero no Brasil.

Metodologia

Esta pesquisa utilizará o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) como ferramenta de mensuração da Insuficiência Econômica Multidimensional (ISM) entre os sexos, ele pode ser obtido a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PNAD foi um sistema de pesquisas por amostra probabilística de domicílios, implementadas a partir de 1967 com abrangência nacional e cobre as seguintes áreas: demografia, saúde, consumo alimentar e nutrição, condições de habitação, educação e trabalho. Ela foi planejada para produzir resultados para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife,

Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), investigando de forma permanente características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, além de outros temas com periodicidade variável conforme a necessidade do país. Ela foi descontinuada em 2016 e substituída pela PNAD Contínua, que alterou a metodologia e o escopo da pesquisa anterior.

Em 2012 começa a ser implementada a PNAD Contínua, no qual sua amostra total de domicílios é levantada ao longo de um período de três meses, essa amostra contempla 210 mil domicílios, distribuídos por cerca de 3.500 municípios, visitados a cada trimestre por cerca de 2 mil agentes de pesquisa com um esquema de painel rotativo: com cada domicílio permanecendo na amostra por cinco trimestres consecutivos. A pesquisa fornece informações mensais para um conjunto restrito de indicadores da força de trabalho, trimestrais para os indicadores completos de força de trabalho, anuais para temas permanentes e adicionais (características gerais e de educação dos moradores, rendimento de todas as fontes, outras formas de trabalho e um conjunto de perguntas adicionais sobre o mercado de trabalho), e variável para temas suplementares.

Essa pesquisa utiliza os dados da primeira visita da PNAD Contínua dos anos de 2016, 2019, 2022 e 2025 para obter um panorama pré-pandemia da Covid-19 até os dados mais atuais. Com o uso do índice descrito em Trovão, Silva Junior e Araújo (2023), o IISM consegue captar o grau de insuficiência socioeconômica multidimensional de qualquer objeto de análise que considere agregações de domicílios, ele é composto por seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo.

Cada dimensão reúne um grupo de indicadores que permite identificar e classificar os domicílios e a pessoa responsável pelo domicílio na pesquisa quanto à sua condição de insuficiência socioeconômica, tanto de forma geral quanto em cada uma das seis dimensões em que esse fenômeno se manifesta. O Quadro 1 apresenta a síntese desses indicadores e sua organização nas seis dimensões estabelecidas.

A lógica de construção do índice segue três passos: 1) cada indicador recebe valor um, quando a condição estabelecida é atendida, ou zero, quando não é; 2) para cada dimensão, soma-se os valores dos indicadores que a compõem, resultando em um total que pode variar entre zero e o número de indicadores daquela dimensão; 3) o domicílio é classificado como insuficiente em determinada dimensão quando a proporção entre essa soma e o número total de indicadores da dimensão atinge ou ultrapassa 0,25.

Essa classificação dos domicílios permite calcular as frequências relativas de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica em cada dimensão,

Quadro 1 - Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis

Fonte: Trovão, Silva Junior e Araújo (2023).

informando o peso relativo, isto é, a proporção de domicílios nessa condição em relação ao total. Assim, quanto maior o valor observado para uma dimensão, ou seja, quanto

mais este se aproxima de um (100%), maior o grau de insuficiência nela; quanto mais próximo de zero, menor esse grau.

Ao dispor esses valores no plano cartesiano por meio de uma representação gráfica de radar, obtém-se uma figura geométrica de seis lados, cujos vértices representam o grau de insuficiência socioeconômica em cada uma das seis dimensões definidas. Nessa representação, a proporção de domicílios em insuficiência em cada dimensão corresponde à distância entre o vértice correspondente e o ponto central (0,0), variando de zero a um. Com base nisso, definiu-se um hexágono regular hipotético para representar a pior situação possível, a condição de máxima ISM, em que 100% dos domicílios encontram-se em situação de insuficiência socioeconômica em 100% das dimensões, de modo que a distância entre cada vértice e o ponto central desse hexágono regular é igual à unidade.

Dado que o foco dessa pesquisa é a mensuração da insuficiência multidimensional entre os sexos, será utilizado como referência o sexo da pessoa responsável pelo domicílio disponibilizado na PNAD Contínua. Essa escolha busca revelar as diferentes realidades vivenciadas entre os sexos nos anos dessa pesquisa e a partir dessa comparação, avaliar a evolução da ISM ao longo do tempo, identificar diferenças entre os grupos e destacar quais dimensões exigem maior atenção em termos de políticas públicas.

A próxima seção busca detalhar os resultados e a discussão do IISM para os dois grupos analisados, destacando as disparidades e tendências observadas entre as variáveis e o total brasileiro.

Resultados e Discussões

Ao analisar a evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) sintético para o recorte de sexo, constatamos uma tendência de queda geral para ambos. Como se pode ver na Tabela 1, o indicador de mulheres, entre 2016 e 2025, caiu de 0,4085 para 0,3652, uma redução 4,33 p.p. O indicador de homens saiu de 0,4008 para 0,3426, um recuo de 5,82 p.p.

Essa queda simultânea representa uma melhora para ambos os sexos. Entretanto, é necessário enfatizar o aumento da desigualdade relativa entre homens e mulheres. A diferença nos índices era, em 2016, de apenas 0,77 pontos percentuais, subiu para 1,29 p.p. em 2019, atingindo seu auge de 2,36 p.p. em 2022 e, apesar de recuar, continuou elevada em 2025, com 2,26 p.p. de diferença, quase três vezes maior que a hiato de 2016.

Uma melhor visualização da trajetória do IISM pode ser observada na Figura 1. Constata-se que, depois de 2019, o índice caiu consideravelmente para ambos, embora de forma diferenciada. Isto será aprofundado nessa seção mais a frente, a partir da desagregação do indicador.

Tabela 1 - Trajetória do IISM - Recorte de Sexo (2016 a 2025)

Fonte: Observatório ISM (2026).

O primeiro nível de desagregação são as dimensões da insuficiência socioeconômica, presentes na Tabela 2. Pode-se visualizar que dimensões que mais contribuíram para a redução do IISM foram Educação e Trabalho. Acesso a bens de consumo foi a que se mostrou mais resistente à mudança favorável para as mulheres, enquanto as demais se alteraram pouco em relação ao estado inicial. Cada uma será melhor investigada mais à frente.

Figura 1 - Indicadores de ISM segundo Sexo para: Mulher, Homem (2016, 2019, 2022 e 2025)

Ano Mulher - IISM Homem - IISM
2016 0,408535896 0,400849115
2019 0,412580414 0,399695715
2022 0,397327035 0,373694798
2025 0,36524511 0,342640928

Fonte: Observatório ISM (2026).

A dimensão que apresentou maior disparidade foi a de acesso a bens de consumo. Em 2016, a insuficiência feminina era de 0,5624 contra 0,4785 para homens, um gap de 8,39 p.p. Em 2025, a insuficiência masculina despenca para 0,3753, uma queda de 10,32 p.p., a feminina reduz apenas 4,39 p.p., estagnando em 0,5185. A hiato de gênero foi de 14,32 p.p., a maior entre as dimensões de insuficiência socioeconômica.

Tabela 2 - Trajetória e Variações da Insuficiência Socioeconômica

Série Educação Trabalho Renda e Patrimônio Condições Habitacionais Acesso a Bens de Consumo Acesso a Bens de Uso Coletivo
2016 - Mulher 51,03% 48,96% 47,53% 15,80% 56,24% 33,08%
2019 - Mulher 47,83% 51,52% 48,54% 19,12% 53,97% 32,30%
2022 - Mulher 45,03% 49,31% 49,01% 17,86% 51,97% 31,26%
2025 - Mulher 42,35% 42,04% 48,22% 14,11% 51,85% 29,56%
2016 - Homem 48,53% 48,89% 45,50% 17,44% 47,85% 35,44%
2019 - Homem 44,41% 52,08% 46,73% 20,88% 42,83% 34,03%
2022 - Homem 41,38% 48,25% 46,04% 18,34% 38,87% 32,44%
2025 - Homem 38,17% 43,10% 45,40% 14,18% 37,53% 29,95%

Fonte: Observatório ISM (2026).

Entre 2016 e 2025, a população passou por uma redução brutal nos indicadores de acesso a bens de consumo, especialmente acesso à internet e máquina de lavar, embora tenha sofrido uma piora no acesso a computador pessoal. Muitos domicílios saíram da condição de insuficiência nessas dimensões devido à redução nesses indicadores. Entretanto, domicílios masculinos possuem, historicamente, menor insuficiência em relação ao acesso a veículos: em 2016, a proporção era de 0,3290 contra 0,5624 dos domicílios femininos; em 2025, o indicador masculino era de 0,2932 enquanto o feminino era de 0,5028, mantendo-se alto. Isso indica que, apesar de muitos domicílios saírem da condição de insuficiência em outros indicadores, como os femininos mantiveram insuficiência no acesso a veículo, aqueles domicílios permaneceram sob condição de insuficiência em acesso a bens de consumo.

A dificuldade das mulheres em acessar bens de consumo pode ser reflexo da restrição de flexibilidade temporal e sobrecarga de trabalho doméstico apontadas por Goldin (2014), visto que as penalizações salariais, como defende a autora, acabam restringindo o acesso a bens de consumo.

A insuficiência na dimensão de trabalho era praticamente idêntica entre os sexos (Mulheres com 0,4896 contra 0,4889 para os Homens). Houve piora em 2019, refletindo a crise que se arrastava desde 2016 (0,5152 das Mulheres vs. 0,5208 dos Homens). Em 2025 ambas as taxas recuam fortemente devido ao crescimento econômico sustentado e contínua geração de empregos formais, o que diminuiu impactou especialmente as taxas de desocupação, com um cenário mais favorável para as mulheres, em que a desocupação em domicílios femininos recuou mais que os masculinos. O índice das mulheres nessa dimensão chega a 0,4204 em contraste com 0,4310 dos homens.

Quadro 2 - Diferença (p.p.) nos indicadores do IISM entre 2016 e 2025 — por sexo[1]

Dimensao Variável Homem Mulher Brasil
Educação adulto_analf -3,5 -4,0 -3,6
jovem_fora_escola -1,2 -1,2 -1,2
jovem_em_defas0617 -4,4 -4,1 -4,2
sem_ensi_med_comp -8,7 -7,6 -8,2
Trabalho desalento -1,0 -1,1 -1,0
desocup -7,0 -9,4 -7,8
subocup -1,5 -1,3 -1,4
informal -0,8 0,2 -0,7
Renda e patrimônio ext_pobreza -3,8 -1,8 -2,7
pobreza_sem_assist -7,7 -4,3 -6,0
idoso_sem_apos 0,8 0,6 0,7
sem_propriedade 5,9 6,2 5,9
Condições habitacionais sem_parede -0,4 -0,5 -0,4
sem_sanitario -0,2 0,1 0,0
sem_combust_fogao -3,1 -1,6 -2,5
Acesso a bens de consumo sem_telefone -3,0 -3,3 -3,1
sem_geladeira -0,3 -0,3 -0,3
sem_maq_lavar -9,6 -8,7 -9,1
sem_tv 3,7 3,1 3,4
sem_pc 6,6 7,9 7,4

sem_internet -27,1 -29,8 -28,1
sem_veiculo -3,6 -3,3 -2,4
Acesso a bens e serviços de uso coletivo sem_agua_rede -1,3 -0,6 -1,1
sem_esgoto -4,9 -2,9 -4,2
sem_col_lixo -3,0 -2,2 -2,7
sem_eletric -0,1 0,0 -0,1

Fonte: Elaboração própria, dados do Observatório ISM (2026).

A dimensão de Renda e Patrimônio feminina em 2016 era de 0,4753 contra 0,4550 (gap de 2,03 p.p.), ambas evoluem para 0,4853 e 0,4673 em 2019 (gap de 1,81 p.p.), respectivamente. Em 2022 a feminina continua crescendo, alcançando 0,4901, enquanto a masculina decresce para 0,4604 (gap de 2,97 p.p.). Em 2025, ambas recuam em 0,4822 e 0,4540 (gap de 2,82 p.p.). Em suma, a insuficiência masculina se manteve praticamente no nível inicial ao final do período, enquanto a feminina demonstra uma pequena piora, divergindo da tendência de queda de outras dimensões, como habitação e acesso a bens de uso coletivo.

Enquanto a dimensão de Trabalho apresentou queda expressiva, a dimensão de Renda e Patrimônio permaneceu estagnada (0,4550 em 2016 e 0,4540 em 2025) e até piorou para as mulheres (0,4753 em 2016 e 0,4822 em 2025, um aumento de 1,45 p.p.). Essa piora geral foi devido ao aumento na proporção de domicílios que sem registro de propriedade de imóvel. Esse aumento foi maior em domicílios de mulheres como responsável. Aliado a isso, as melhoras nos indicadores de pobreza extrema e de pobreza sem assistência ou benefício do governo foram menores para esses mesmos domicílios, resultando em um aumento no índice de Renda e Patrimônio.

O reaquecimento do mercado reduziu o desemprego, mas não eliminou o hiato de rendimentos, o que pode ser indício, mais uma vez, das descontinuidades na carreira por responsabilidades familiares, que reduzem a acumulação de experiência e mantém as mulheres concentradas em setores menos remunerados (Goldin, 2014; Blau e Kahn, 2017).

A redução na insuficiência na dimensão de Educação foi praticamente constante ao longo dos anos. Em 2016, o indicador feminino estava em 0,5103 e cai para 0,4235 em 2025 (redução de 8,68 p.p.). Por sua vez, o indicador masculino foi de 0,4853 para 0,3817, no mesmo período. Constata-se que a insuficiência educacional domiciliar do grupo feminino permanece superior à do grupo masculino visto que o gap passou de 2,50 p.p. para 4,18 p.p., refletindo à tendência geral de aumento no hiato entre homens e mulheres.

Essa redução sustentada ao longo dos anos incidiu principalmente sob os indicadores que indicam a ausência de pessoas com mais de 18 anos sem ensino médio, o que reflete a transição demográfica e a expansão do acesso ao ensino médio, e de presença de pessoas entre 6 e 17 anos em defasagem escolar, o que demonstra ganhos na progressão escolar. Essas variáveis mantiveram uma trajetória descendente ao longo dos anos, sendo um pouco menor para domicílios femininos, o que explica o aumento do hiato.

As dimensões de Condições Habitacionais e Acesso a Bens de Uso Coletivo apresentam uma trajetória de convergência. Em 2016, os homens possuíam uma maior insuficiência nessas dimensões que as mulheres (0,1744 e 0,3544 contra 0,1580 e 0,3308, respectivamente). Esses índices caem para 0,1418 e 0,2995 dos homens e para 0,1411 e 0,2956 para as mulheres.

Essa redução do índice para essa dimensão era esperada, visto que o poder público adotou medidas para expansão da infraestrutura durante toda a década, ampliando o acesso a bens e serviços públicos, sendo de enorme relevância para a redução nas desigualdades habitacionais (Trovão, Silva Junior e Araújo, 2023).

A Figura 2 e Figura 3 permitem melhor visualização das mudanças no período abordado. É notável o movimento geral de redução do índice nas dimensões abordadas, com exceção de renda e patrimônio, que aumentou levemente.

Figura 2 - Indicadores de ISM segundo Sexo para: Mulher, Homem (2016)

Fonte: Observatório ISM (2026).

O hiato entre os sexos é mais bem visualizado nas dimensões de educação e, especialmente, de acesso a bens de consumo, em que a redução dos domicílios de responsabilidade masculina é mais significativo que a redução dos de responsabilidade feminina.

Figura 3 - Indicadores de ISM segundo Sexo para: Mulher, Homem (2025)

Fonte: Observatório ISM (2026).

A redução da ISM geral não se traduziu em igualdade entre os sexos, pelo contrário, o hiato de gênero aumentou durante o período e reforça a adoção de políticas públicas que melhorem as condições do mercado do trabalho em busca da flexibilidade de temporal sem penalidades salariais, o que pode mudar o quadro atual em direção a uma sociedade com menor grau de insuficiência e mais igualdade de gênero.

[1] Valores positivos indicam aumento de privações. Valores negativos, redução de privações.

[2] Essa redução de 2,4 p.p. foi menor que as variações dos sexos, o que parece inconsistente à primeira vista. Isso se explica devido a mudança na proporção de domicílios femininos e masculinos, explicada no começo dessa sessão.

Conclusão

O presente trabalho procurou apresentar a evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional no Brasil entre 2016 e 2025, segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, com o intuito de responder como o fenômeno da insuficiência se manifesta entre os sexos (masculino e feminino) e quais dimensões apresentam maior resistência à mudança.

Os resultados da análise da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) no Brasil revela uma trajetória de queda para ambos os sexos, mas marcado pelas assimetrias de gênero. O Índice de ISM sintético confirma uma melhora geral, impulsionada pelo reaquecimento da economia e do mercado de trabalho, que promoveu a redução da desocupação no período pós-pandemia. Contudo, esse progresso ocorreu de forma desigual: o IISM dos domicílios masculinos recuou 5,82 p.p., enquanto o feminino caiu 4,33 p.p, mais do que dobrando o hiato de gênero, de 0,77 p.p. em 2016 para 2,26 p.p. em 2025.

A dimensão de Acesso a Bens de Consumo de Uso Individual se mostrou a mais resistente à convergência de gênero. Isso se deu porque as privações históricas no acesso a bens como veículo e computador pessoal nos lares femininos se mostrou o principal entrave para a saída desses domicílios da condição de insuficiência nessa dimensão. A estagnação da dimensão de Renda e Patrimônio corrobora com esse fato, pois, apesar do maior engajamento ocupacional, expresso pela melhora na dimensão de Trabalho, não houve melhora na autonomia financeira dos lares, especialmente para as mulheres, que experimentaram uma pequena piora em Renda e Patrimônio.

Conforme Goldin (2014) e Blau e Kahn (2017), o mercado de trabalho penaliza desproporcionalmente a flexibilidade temporal buscada principalmente por mulheres (para lidar com os desafios do cuidado e da maternidade). Mesmo com aquecimento, essa divisão sexual do trabalho é, evidentemente, um obstáculo para inserir mulheres em postos de melhor rendimento por hora.

Os resultados indicam que é necessário superar ações puramente monetárias. Políticas públicas focadas na economia do cuidado, como expansão de creches, centros de apoio a dependentes e expansão de benefícios para pais (como aumento da licença paternidade), ajudam, mas são necessárias medidas, como defende Goldin (2014), que mudem as estruturas do mercado de trabalho e incentivem a flexibilização temporal sem penalização salarial.

Em termos de agenda de pesquisa futura, sugere-se uma análise aprofundada da dimensão de renda e patrimônio, buscando determinar a razão da defasagem no registro de propriedade entre domicílios femininos, bem como realizar um corte interseccional entre sexo e cor/raça da pessoa de referência, de modo a captar como esses dois recortes se sobrepõem na produção da insuficiência socioeconômica no Brasil. Por fim, recomenda-se a atualização periódica para a inclusão de dados mais recentes, de modo a acompanhar o fenômeno sob diferentes conjunturas econômicas e políticas.

Referências

BEAUVOIR, S. D. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLAU, F. D.; KAHN, L. M. The Gender Wage Gap: Extent, Trends, and Explanations. Journal of Economic Literature, 01 set. 2017. Disponivel em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/10.1257/jel.20160995>. Acesso em: 30 ago. 2026.

FITOUSSI, J.-P.; ROSANVALLON, P. A nova era das desigualdades. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1997.

GOLDIN, C. A Grand Gender Convergence: Its Last Chapter. American Economic Review, 104, n. 4, 01 abr. 2014. 1091-1119. Disponivel em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/10.1257/aer.104.4.1091>. Acesso em: 30 ago. 2026.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2026. Disponivel em: <https://ibge.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2026.

KOLLONTAI, A. A nova mulher e a moral sexual. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LISTER, R. The Exclusive Society: Citizenship and the Poor. London: Child Poverty Action Group, 1990.

SACHS, J. O fim da pobreza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEN, A. Poor, relatively speaking. Oxford Economic Papers, Oxfordshire, jul. 1983. 153-169. Disponivel em: <https://academic.oup.com/oep/article-lookup/doi/10.1093/oxfordjournals.oep.a041587>. Acesso em: 2026 ago. 31.

TROVÃO, C. J. B.; SILVA JUNIOR, A. H. M. D.; ARAÚJO, J. B. D. Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): definição conceitual, proposição metodológica e aplicação para o Brasil com dados da PNAD Contínua de 2016-2022. Departamento de Economia, Natal, out. 2023. 1-52. Disponivel em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2024/10/TROVAO-SILVA-JR-e-ARAUJO-2023-IISM-TD-DEPEC-v22_12_2023.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2026.

Anexos



Quadro 1 - Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis



Tabela 1 - Trajetória do IISM - Recorte de Sexo (2016 a 2025)



Figura 1 - Indicadores de ISM segundo Sexo para: Mulher, Homem (2016, 2019, 2022 e 2025)

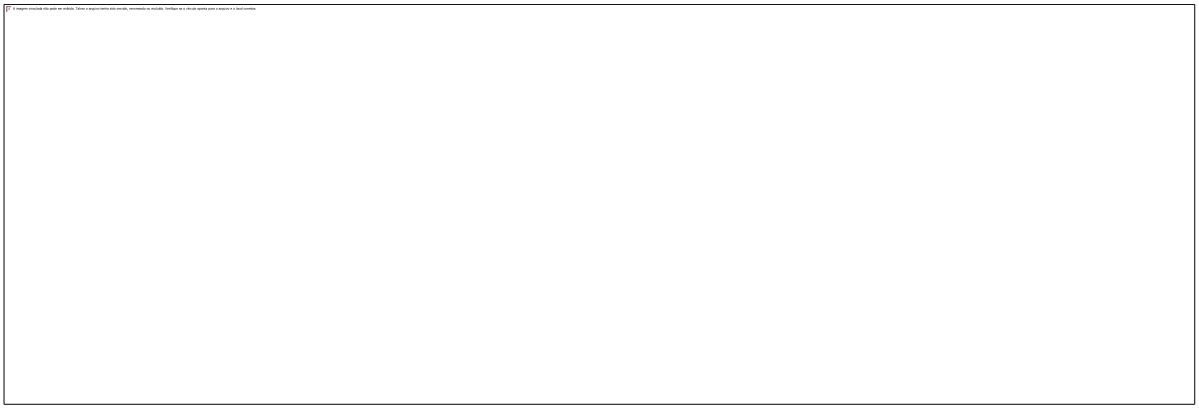
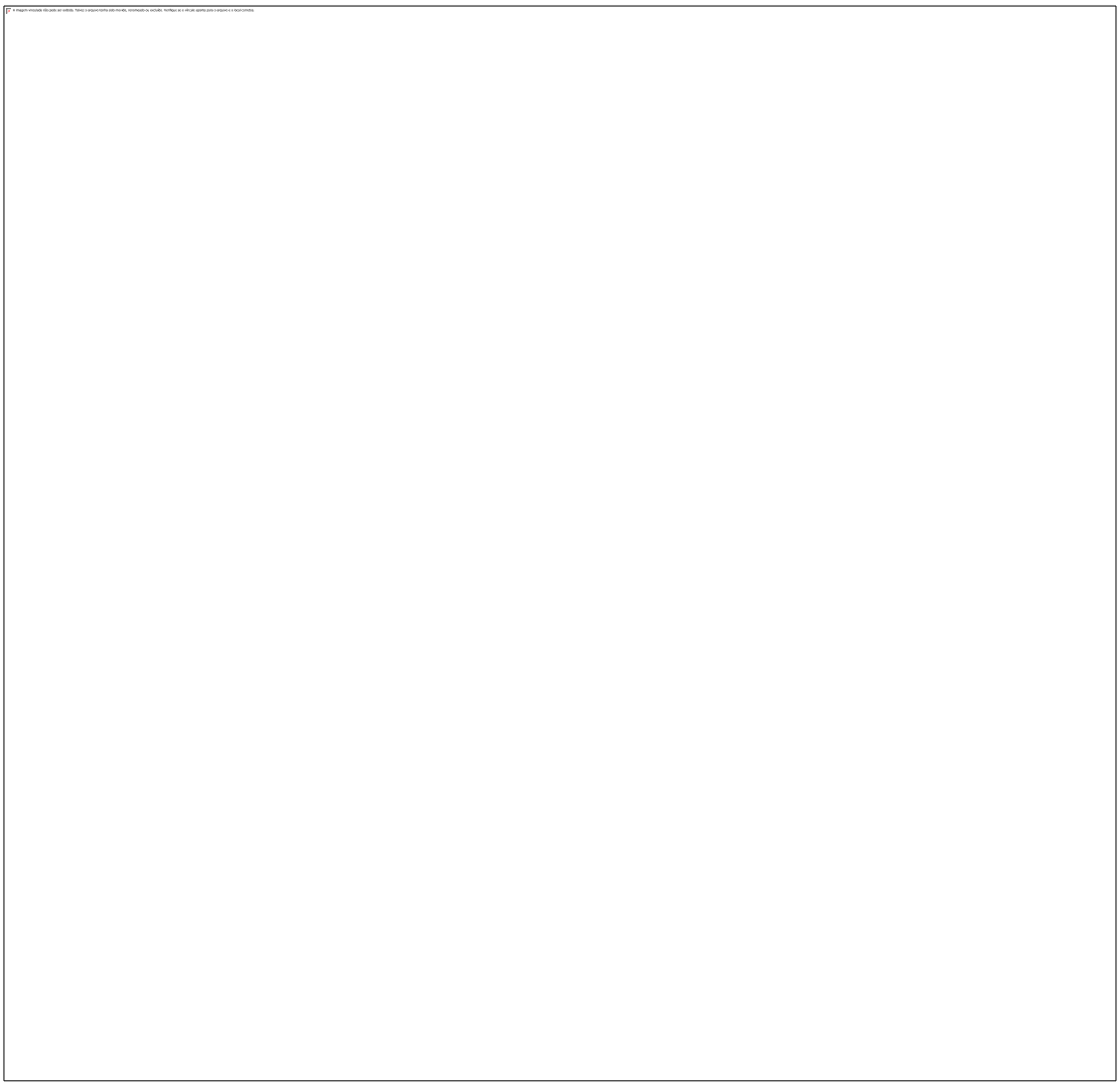


Tabela 2 - Trajetória e Variações da Insuficiência Socioeconômica



Quadro 2 - Diferença (p.p.) nos indicadores do IISM entre 2016 e 2025 — por sexo



Figura 2 - Indicadores de ISM segundo Sexo para: Mulher, Homem (2016)

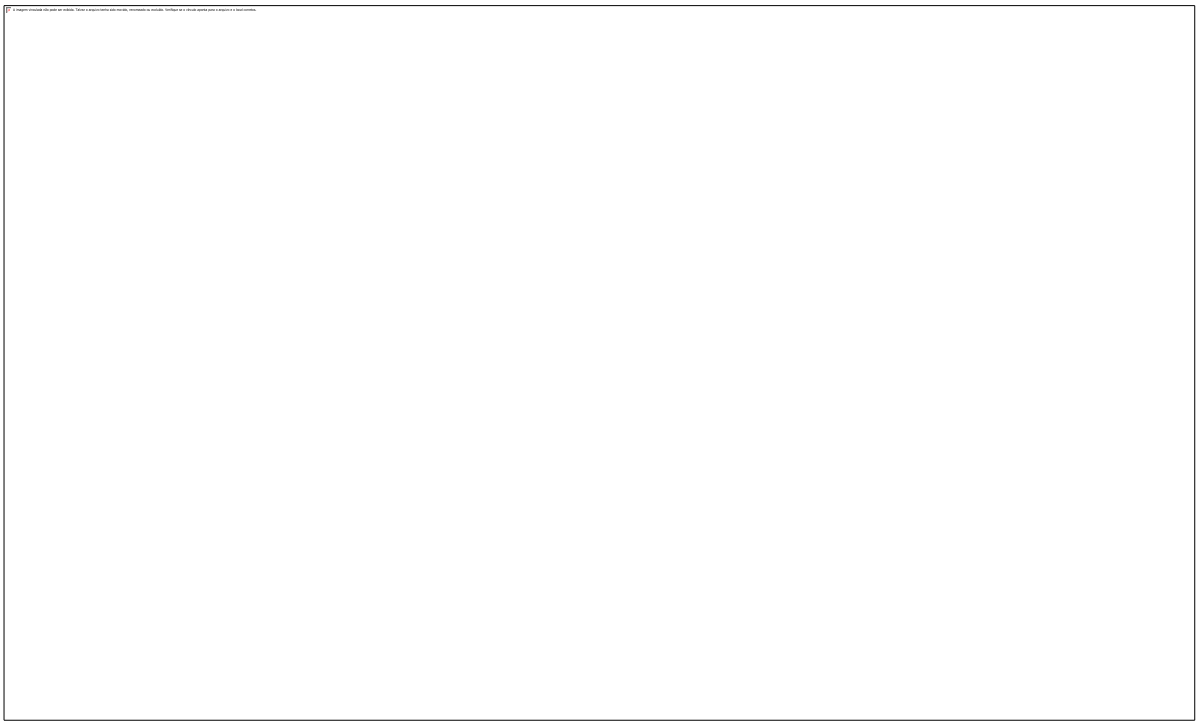


Figura 3 - Indicadores de ISM segundo Sexo para: Mulher, Homem (2025)

CÓDIGO: HS1723

AUTOR: CAIO AUGUSTO SILVA FERREIRA

ORIENTADOR: LUCIANA DE ALBUQUERQUE MOREIRA

TÍTULO: IMAGENS,VOZES E LEMBRANÇAS: MEMÓRIA DOS EGRESSOS NOS 30 ANOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Resumo

O presente estudo objetivou contactar e convidar os egressos para contribuir com a memória dos trinta anos do curso. Também buscou abordar a temática do egresso sob o ponto de vista do afeto, das boas lembranças, das amizades e parcerias formadas, que muitas vezes, reverberam na vida pessoal e profissional, misturando a memória individual e a coletiva. A metodologia aplicada foi desenvolvida de forma qualitativa, a partir da coleta e análises de informações, colhidas dos egressos formados desde a primeira turma de Biblioteconomia (no ano de 2000) até os formados no ano de 2025. Concluiu-se que através dos dados, também se tornou possível delimitar o perfil dos egressos, os quais em sua maioria se sobressaem pessoas do sexo feminino, que enfrentaram dificuldades variadas – em especial questões financeiras, a conciliação entre o trabalho, vida pessoal e a graduação – e possuem pós-graduação em Ciência da Informação.

Palavras-chave: Egressos; memória; mercado de trabalho; Biblioteconomia

TITLE: Images, Voices, and Memories: Alumni Recollections on the 30th Anniversary of the Librarianship Program at the Federal University of Rio Grande do Norte

Abstract

This study aimed to contact and invite alumni to contribute to the commemoration of the program's thirty-year history. It also sought to explore the alumni experience through the lens of emotional connections—cherished memories, friendships, and partnerships formed—which often resonate in both personal and professional lives, blending individual and collective memory. A qualitative methodology was employed, based on the collection and analysis of data from alumni graduating between the first Librarianship class (in 2000) and the class of 2025. The findings made it possible to outline the alumni profile: the majority are women who faced various challenges—

particularly financial issues and the difficulty of balancing work, personal life, and undergraduate studies—and who hold postgraduate degrees in Information Science.

Keywords: Alumni; Memories; librarianship; labor market

Introdução

O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) está localizado fisicamente no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)e tem na sua estrutura curricular uma formação interdisciplinar que capacita o bibliotecário a atuar enquanto mediador de informações a partir das necessidades reais da sociedade e do mercado de trabalho.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o bibliotecário,

está qualificado a acompanhar e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico por meio de ações diversas, participar do processo educacional do indivíduo enquanto cidadão. Destarte que o mesmo convive com a instituição biblioteca, desde a infantil, passando pela escolar, pela pública, pela biblioteca universitária, bem como pelas bibliotecas especiais e especializadas, sem deixar de citar as bibliotecas digitais ou eletrônicas e virtuais (Projeto...2017, p.8).

Dessa forma, entende-se que o bibliotecário pode, potencialmente, atuar em qualquer ambiente que tenha a informação registrada em diferentes suportes.

Com uma dedicação contínua à construção de uma sociedade mais justa e sustentável, o bibliotecário mantém-se em constante atualização, engaja-se em pesquisas de excelência e oferece assessoria e consultoria altamente competentes no vasto campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (Projeto...2025). Ele é, portanto, um agente fundamental no acesso e uso estratégico da informação para o desenvolvimento social e cultural.

No ano de 2026 o Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UFRN completa 30 anos, tendo em vista que foi criado no dia 10 de maio de 1996 a partir da Resolução 002/1996 - CONSUNI/UFRN.

Na comemoração dos 30 anos, percebe-se que não é preciso apenas conhecer a trajetória dos egressos do curso de Biblioteconomia, mas, aprofundar um pouco mais e conhecer, a partir das suas falas, momentos marcantes que fizeram parte de sua formação. E assim, diante dessa lacuna, é de suma relevância registrar, a partir das imagens, vozes e lembranças, a memória e a história do curso de Biblioteconomia da UFRN, a partir do ponto de vista dos egressos. Com esse entendimento, o objetivo geral traçado foi documentar as lembranças dos egressos enquanto alunos do curso de Biblioteconomia da UFRN. Como objetivos específicos, buscou-se: contactar e convidar egressos para colaborar com a memória dos 30 anos; elaborar um roteiro que sirva de ativação das lembranças; e, solicitar a cada egresso, a elaboração de um relato por escrito sobre suas memórias do curso.

Assim, inspirando-se nos “Diálogos com o tempo” (Albuquerque, 2020) este artigo busca abordar a temática do egresso sob o ponto de vista do afeto, das boas lembranças, das amizades e parcerias formadas, que muitas vezes, reverberam na vida pessoal e profissional, misturando a memória individual e a coletiva.

Nesse sentido, “a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações” (Gondar, 2015).

A intenção de registar, a partir de escrita e, se possível, de vídeo, a memória individual e coletiva é construir o “retrato” do jovem curso com representação de olhares sobre cada

década.
Além disso, possibilitará a construção de uma "ponte" mais estreita de comunicação que interligue o egresso da graduação para voltar à UFRN, e despertar o desejo de continuar a vida acadêmica a partir da educação continuada ou mesmo em partilhar suas atividades laborais oriundas do mercado de trabalho e ainda, reorganizar suas metas e objetivos.
A justificativa social, acadêmica e pessoal se unem, uma vez que a motivação é múltipla. É estimulante acompanhar a trajetória dos alunos que passam pelo curso e transformam suas vidas, sempre positivamente; a pesquisa sobre egressos em si, gera discussões no Núcleo Docente Estruturante do curso de Biblioteconomia e contribui para alimentar o fluxo de informação da produção científica voltada a essa temática.

Metodologia

A partir do objetivo traçado neste plano de trabalho, que foi documentar as lembranças dos egressos enquanto alunos do curso de Biblioteconomia da UFRN, esta pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa, a partir da coleta e análises de informações, colhidas dos egressos formados desde a primeira turma de Biblioteconomia (no ano de 2000) até os formados no ano de 2025.
De forma complementar, foram feitas análises de dados de pesquisas anteriores sobre os egressos formados no Curso de Biblioteconomia da UFRN, registrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Portanto, será uma pesquisa documental.
As etapas que compuseram esta trajetória, foram compostas de três: A primeira foi o envio de e-mails aos egressos de cada turma formada nesses 25 anos em que o curso forma bacharéis em Biblioteconomia e para informar sobre o projeto e confirmar a adesão à ação.
Em seguida, como segunda etapa, foram apresentadas as questões norteadoras que compuseram o "roteiro de temas", bem como um cronograma de atividades para a escrita de um depoimento sobre as lembranças que cada um dos egressos tem do período em que eram alunos do curso e de sua inserção no mercado de trabalho. E na última etapa, solicitou o compartilhamento de fotografias que tiveram um significado importante em sua vida acadêmica.

Resultados e Discussões

Foram enviados e-mails para todos os egressos, desde a primeira turma formada no ano 2000, até o ano de 2025. Infelizmente, o número de respostas foi muito aquém do esperado, totalizando em apenas 25 relatos. Mesmo com esse quadro mínimo, a análise foi feita utilizando como categorias, as questões que compuseram o questionário enviado aos egressos.
Nesse sentido, as categorias são: 1-gênero; 2-como conheceu o curso; 3-desenvolvimento profissional; 4-desafios enfrentados na graduação e na vida profissional; 5-momentos marcantes durante a formação e, 6-se está atuando na área.
Ao analisar os dados obtidos a partir dos relatos, podemos observar que a quantidade de pessoas do sexo feminino se sobressai quando relacionada a quantidade de pessoas do sexo masculino. Pois, no total de 25 relatos, 68% (17) foram feitos por mulheres e

apenas 32% (8) foram feitos por homens. Com isso, evidencia-se que o perfil do profissional bibliotecário continua “majoritariamente feminino”, como destacado por Sousa (2014, p. 28, apud Costa; Valério, p. 198). Os dados também revelam que 64% não fizeram pós-graduação, 28% (7) que fizeram pós-graduação são mulheres e 8% (2) que fizeram pós-graduação são homens. Assim atestando a amplitude feminina no mercado de trabalho e em meio acadêmico.

Com base nos relatos dos egressos presentes nas fontes, as respostas podem ser compiladas nas seguintes categorias principais:

1. Formas de Conhecimento e Ingresso no Curso

A descoberta do curso de Biblioteconomia ocorreu majoritariamente por intermédio de redes de sociabilidade e processos seletivos:

Influência de terceiros: 10 egressos conheceram o curso a partir de amigos que já o cursavam, familiares ou conhecidos.

Ações institucionais da UFRN: Divulgação em mostras de profissões, palestras de docentes da universidade e panfletos em cursinhos preparatórios.

Processos Seletivos: Através do SISU, ENEM ou pelo caderno de profissões da COMPERVE.

Outras formas: Pesquisas individuais na internet ou por ser a segunda opção no vestibular.

Dito isso, com base nos resultados foi demonstrado a importância de divulgação do curso para fomentar o ingresso de novos estudantes, fazendo com que o conhecimento sobre o curso seja ampliado. Ações como a mostra de profissões da UFRN, criação de conteúdo on-line por parte do departamento e divulgação científica são exemplos que podem ser utilizados para difundir a Biblioteconomia para além do ambiente acadêmico.

2. Desenvolvimento Profissional e Acadêmico

O desenvolvimento dos egressos é marcado por uma forte articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além da continuidade nos estudos:

Experiência Prática: Atuação em estágios (remunerados e obrigatórios), monitorias, bolsas de iniciação científica e projetos de extensão.

Pós-Graduação: nove egressos seguiram para especializações, mestrados e doutorados, inclusive em áreas correlatas como Ciência da Informação e Engenharia de Produção.

Atuação Técnica: Experiências com revisão de normas, preservação documental, gestão de documentos, organização de acervos e mediação de leitura.

Engajamento Político e Científico: Participação em Centros Acadêmicos, eventos científicos, publicação de artigos e livros, e criação de comunidades voltadas para softwares da área (como o Koha).

Levando em consideração as mudanças tecnológicas e as novas demandas da área de Biblioteconomia é essencial manter-se atualizado, assim considerando a educação continuada como uma etapa a ser alcançada. Aliado a isso, durante a graduação, quando há participação em centros acadêmicos é possível fortalecer a liderança, bem como enriquecer a troca entre colegas e construir uma identidade profissional sólida. Já a participação em eventos, congressos, oficinas e redes de discussão ampliam o networking, como também favorecem a aprendizagem prática aproximando o estudante de tendências e desafios da futura profissão.

3. Desafios Enfrentados na graduação e na vida profissional

Os desafios perpassam questões pessoais, estruturais e de mercado:

Conciliação de Papéis: Dificuldade em equilibrar a graduação com o trabalho, vida pessoal, maternidade e tarefas domésticas.

Impacto da Pandemia de COVID-19: Adaptação ao ensino à distância, dificuldades com disciplinas práticas de forma remota, saúde mental e o medo no retorno às aulas

presenciais.

A pandemia de Covid-19 figura entre um dos eventos recentes que mais marcaram a história da humanidade e foi recorrentemente citada através dos relatos obtidos. Especialmente em razão dos desafios impostos pela modalidade remota à saúde mental. Nesse contexto, o estudo de Moreira, Araújo e Gallotti (2023, p. 7), ao vincular tais dificuldades ao mercado de trabalho, concluiu que:

[...] o maior impacto causado pela pandemia de COVID-19 entre os bibliotecários foi a mudança do espaço de trabalho, saindo da biblioteca para o trabalho remoto a partir da própria casa. Este fato contribuiu em grande parte para o aumento de problemas como a ansiedade provocada pelas incertezas e a mudança repentina da vida.

Questões Geográficas e Financeiras: Distância entre a universidade e a residência (morar no interior), dificuldades na residência universitária e baixa remuneração na área.

Mercado de Trabalho: Desvalorização profissional, escassez de vagas e desvio de função.

A figura do profissional bibliotecário no mercado de trabalho, reiterou grande preocupação em boa parte dos relatos enviados. Em especial quando se trata de instituições privadas, onde foram relatados grande sucateamento e desvio de função. Assim podemos destacar a visão de Costa e Valério (2023, p. 200) entorno de que:

[...] em uma sociedade onde há um desenvolvimento econômico e investimentos na educação, a população passa a necessitar e a reconhecer esses indivíduos [os profissionais bibliotecários]. Parece então haver um conjunto de fatores que contribuem para a Biblioteconomia no Brasil ser o que é hoje: a pouca força de suas instituições no país juntamente com as desigualdades sociais (iletrismo, falta de acesso à informação, o não entendimento da importância dos serviços informacionais, etc.). Consequentemente, para uma profissão ser valorizada é necessário que se saiba a importância do seu exercício, e assim, é gerado o reconhecimento social.

Dessa forma, se faz necessário direcionar esforços para a disseminação do fazer bibliotecário, assim, sendo possível elucidar o que a profissão significa e sua importância para a sociedade como um todo, também desconstruindo os estigmas relacionados à figura da pessoa bibliotecária. Enfim, reivindicando o fortalecimento da profissão e de sua categoria como um bem essencial à sociedade.

Dificuldades Acadêmicas: Obstáculos com disciplinas específicas (como Lógica), apresentações de seminários e a elaboração do TCC.

4. Momentos Marcantes Durante a Formação

Os egressos destacam experiências que reforçam os laços afetivos e a identidade profissional. Para representar esses momentos, foi solicitado aos egressos, que inserirem fotografias do período de formação. E como forma de análise, subdividimos nas seguintes categorias: Relações interpessoais; atividades práticas e de campo; conquistas acadêmicas; e, sucesso profissional.

Relações Interpessoais: O convívio e o acolhimento por parte de docentes e a construção de amizades duradouras com colegas de turma. Para ilustrar, a foto 1 por Jéssica Pereira, retrata um desses momentos, em que a sala de aula é estendida para outros espaços, e que a aprendizagem ganha outros contornos como a descoberta de lugares, o fortalecimento das amizades que formam muitas vezes, laços para além da vida de estudante.

Foto 1 - Aula de Campo

Fonte: Dados da pesquisa (04/04/2026)

Nota: na foto, estudantes de Biblioteconomia e a professora Jacqueline Cunha em

momento descontraído durante uma aula passeio.

Atividades Práticas e de Campo: Aulas de campo (Recife, UFPE, Cachoeira do Sapo), eventos estudantis e a participação em congressos, foram algumas das respostas dadas pelos egressos. A foto 2 representa um desses momentos em que parte dos alunos viajam para participar de eventos estudantis. No caso, a foto refere-se ao Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação (EREBD), ocorrido em Fortaleza - CE no ano de 2003. Na foto se encontram os egressos Fernando Antonny Guerra Alves e Gustavo Nogueira.
Foto 2 - Viagem a Fortaleza-CE para o EREBD (2003)

Fonte: Dados da pesquisa (04/04/2026)
Nota: da direita para a esquerda, os então alunos, Gustavo Nogueira e Fernando Anthony, juntamente com outra aluna.

Conquistas Acadêmicas: Ao questionar sobre conquistas acadêmicas, as respostas giraram em torno dos seguintes acontecimentos: defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a Colação de Grau, e o ingresso na pós-graduação, que representam conquistas pessoais e marcantes para os egressos.
Como forma de representar os egressos, segue a foto 3 por Iara Celly, o registro de uma cerimônia de Colação de Grau da turma de Biblioteconomia do ano de 2005. Nela, além do corpo docente que integrava o Departamento de Biblioteconomia (hoje Departamento de Ciência da Informação), constam alunas na cerimônia de Colação de Grau.

Foto 3 - Colação de grau da turma de 2005

Fonte: Dados da pesquisa (04/04/2026)
Nota: da esquerda para a direita: professoras Antonia Neta, Luciana Moreira, Monica Gallotti, Terezinha Anibas, Rilda Chacon, aluna Iara Celly, professoras Francisca Sousa, Socorro Borba, Renata Carvalho, Andrea Carvalho, e duas alunas formandas.

Sucesso Profissional: A partir dos relatos enviados pelos egressos, alguns dos momentos importantes descritos por eles se encontram no sucesso profissional relativo a área de Biblioteconomia, em especial a aprovação em concursos públicos (incluindo na própria UFRN) e a percepção do papel social do bibliotecário. Onde uma parcela considerável cita o impacto que sua profissão gera na sociedade e enaltece o curso pela sua característica humanista. A seguir, na foto 4, se encontra a bibliotecária e egressa Joyanne Medeiros – atua como bibliotecária da UFRN em bibliotecas do interior do estado do RN – em seu ofício.
Foto 4 - Egressa e profissional bibliotecária Joyanne Medeiros

Fonte: Dados da pesquisa (04/04/2026).

Ao resgatar os relatos daqueles que vivenciaram a graduação do curso de Biblioteconomia, podemos compreender que a partir de tais relatos, torna-se viável a construção de uma memória sólida em torno da linha temporal do curso. Dito isso, podemos retomar o pensamento de Halbwachs (1990, p. 51) sobre como
[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda

segundo as relações que mantenho com outros meios.
Sendo assim, ao constatar o fato de que cada indivíduo tem seu próprio ponto de vista com relação à memória coletiva, podemos construir uma linha do tempo com particularidades únicas, desse modo fortalecendo a trajetória do curso ao destacar suas singularidades.
5. Atuação no Mercado na área de formação
Quanto à situação profissional atual, os relatos variam:
Trabalham na área: 17 egressos responderam que atuam diretamente na Biblioteconomia ou em funções correlatas de gestão da informação.
Não trabalham na área/Outros: 8 egressos informaram não seguir a área, estarem focados exclusivamente na pós-graduação ou ainda não terem ingressado no mercado de trabalho.
De um modo geral, as informações destacam como os ex-alunos descobriram a graduação, com ênfase em indicações de amigos e pesquisas em processos seletivos. O texto também explora o desenvolvimento profissional, citando participações em monitorias, estágios e a continuidade em programas de pós-graduação. Entre os principais obstáculos mencionados, figuram os impactos da pandemia, a dificuldade de conciliar estudos com a vida pessoal e a desvalorização salarial no mercado de trabalho. Por fim, os registros ressaltam momentos marcantes, como as defesas de TCC e os vínculos afetivos estabelecidos com docentes e colegas durante a formação.

Conclusão

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatar o objetivo geral deste plano de trabalho, que foi documentar as lembranças dos egressos enquanto alunos do curso de Biblioteconomia da UFRN, percebemos que, mesmo com uma pequena representação, este objetivo foi cumprido. A partir dessa data festiva que é comemoração dos 30 anos do curso de Biblioteconomia da UFRN, foi possível, não apenas resgatar o percurso cronológico do curso, mas também evidenciar a importância daqueles que vivenciaram a graduação como um todo: os egressos.
Para alcançar o objetivo traçado, algumas etapas que fizeram parte dos objetivos específicos foram vencidas, a começar pelo contato com os egressos para fazer o convite para colaborar com a memória dos 30 anos. Como já registrado, um número pequeno se dispôs a colaborar, mas mesmo assim, consideramos válidos os 25 depoimentos. A partir de então, houve a elaboração de um relato por escrito sobre suas memórias mais marcantes durante o período em que eram alunos do curso. Para facilitar como um ativador de memórias, foi enviado um roteiro com questões sobre a vida enquanto aluno e também, após a formatura.
E assim, mediante os processos vividos pelos egressos, foi possível mensurar por meio deles a qualidade do ensino ofertado pelo curso, como se encontra a inserção de profissionais bibliotecários no mercado de trabalho, assim como fomentar a educação continuada entre eles.
Através dos dados, também se tornou possível delimitar o perfil dos egressos, os quais em sua maioria se sobressaem pessoas do sexo feminino, que enfrentaram dificuldades variadas – em especial questões financeiras, a conciliação entre o trabalho, vida pessoal e a graduação – e possuem pós-graduação em Ciência da Informação.
Dito isso, apesar de uma considerável parcela encontrar-se na profissão e conseguir concluir a graduação, torna-se indispensável propor uma educação continuada de qualidade, uma vez consideradas as ilimitadas perspectivas que a informação pode

proporcionar em uma carreira profissional de excelência.

Em síntese, essa experiência de reconectar-se às memórias construídas, tem a capacidade de recontar a história de cada pessoa sob uma visão única e ao mesmo tempo, coletiva. E mostra também que a partir das imagens, vozes e lembranças, podemos ter um recorte daqueles egressos que representam os demais, e todos são parte importante nesses 30 anos do Curso de Biblioteconomia. Ouvir suas histórias e memórias, significa não as deixar cair no esquecimento.

Referências

REFERÊNCIAS

ARAUJO, E. A.; ROCHA, M. M. V. Educação continuada de profissionais da informação: perfil de ação de bibliotecários de instituições de ensino superior privado no município de joão pessoa/pb. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/579. Acesso em: 02 maio 2026

BRASIL. Lei Nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/545922. Acesso em: 11 maio 2026.

COSTA, A. L.; VALERIO, E. D. Que profissão é essa? as relações entre (in) visibilidade e gênero na prática bibliotecária. Revista Conhecimento em Ação, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/227004. Acesso em: 26 ago 2026.

GOMES, V. I. A.; MOREIRA, L. A. Estudos sobre egressos em biblioteconomia a partir da base de dados em ciência da informação-brapci. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 33, n. 2, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/137762>. Acesso em: 11 maio 2026.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990. E-book.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Nilson Moulin Louzada. [S.I.: s.n.], [entre 1980 e 1990]. E-book.

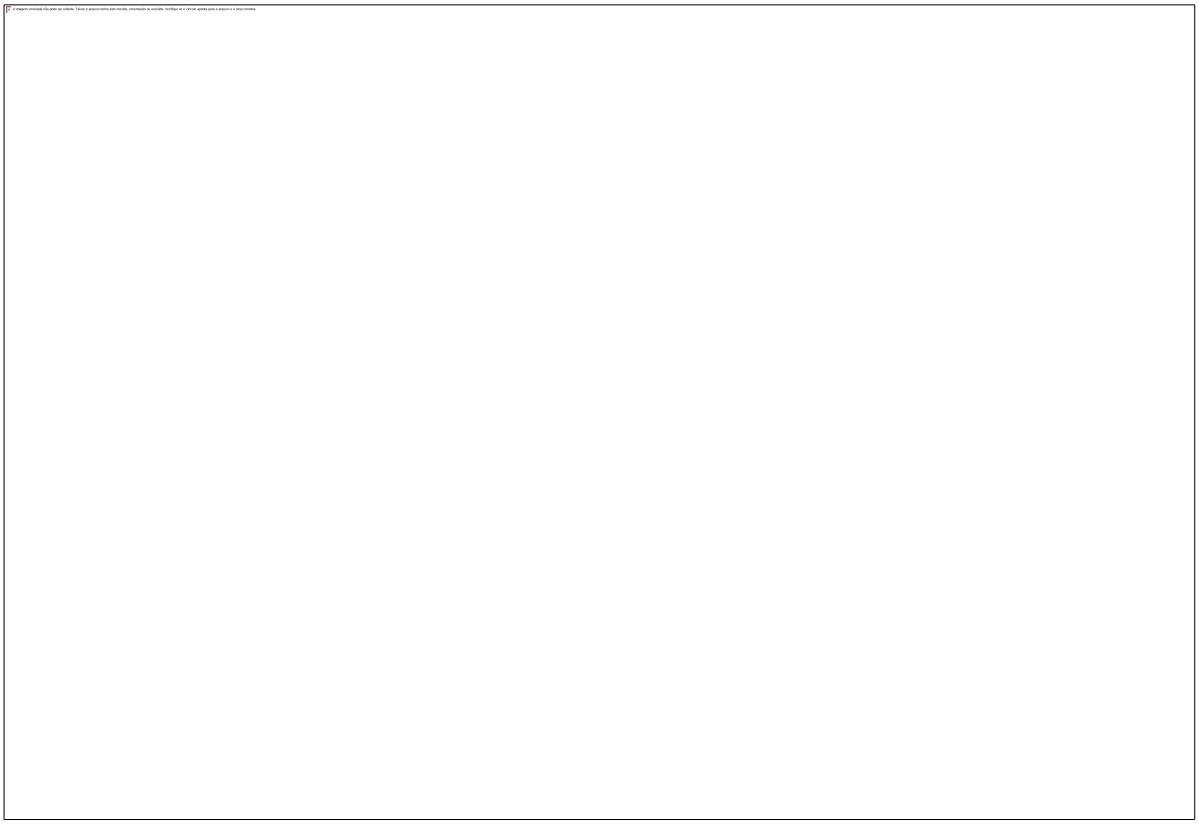
PEIXOTO, L. S. et al. Educação permanente, continuada e em serviço: desvendando seus conceitos. Enfermería Global, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n29/pt_revision1.pdf&ved=2ahUKEwiwrozjhaCUAxXorJUCHW6OMEEQFnoECCEQAQ&usg=AOvVaw1puvlvscSyiBfJMGbyWp_x. Acesso: 02 maio 2026.

PROJETO Pedagógico do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. 289p.

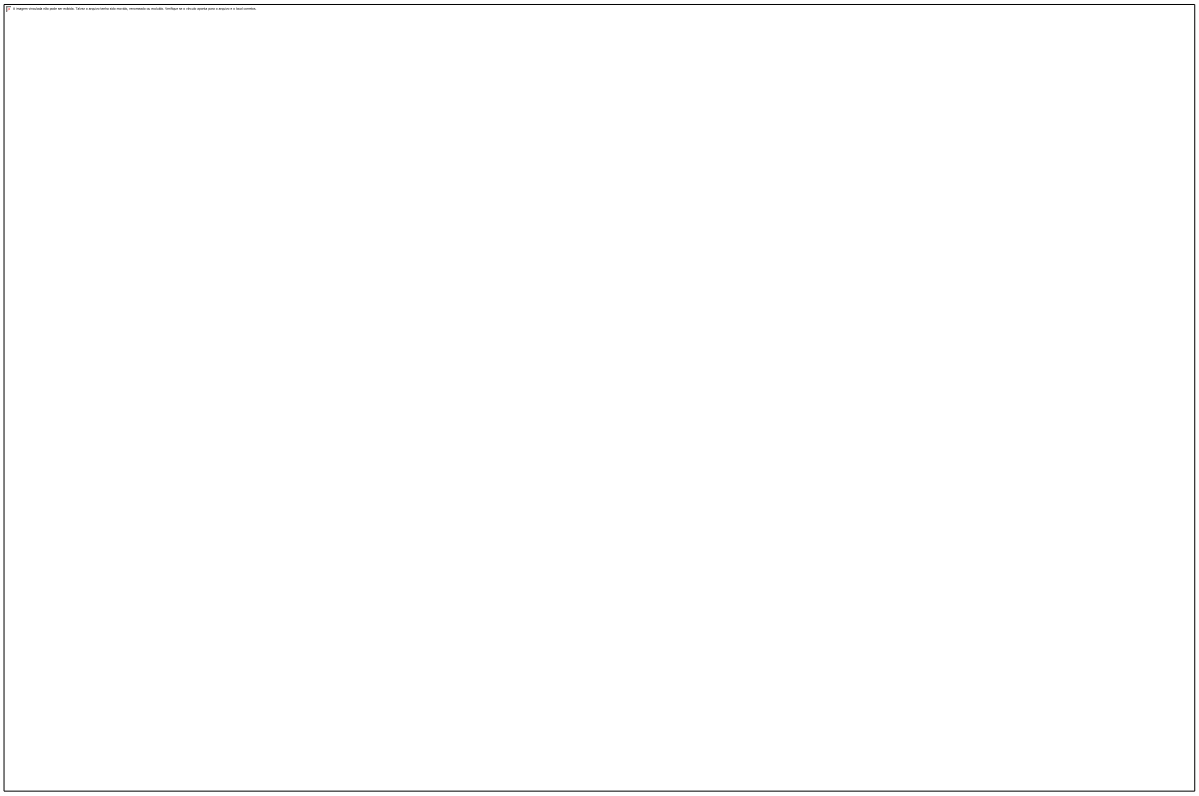
SILVA, A. L. DA. A AUTO-IMAGEM DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: estudo de caso no Município de Salvador (BA). UFBA: [s.n.]. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7926. Acesso em: 02 maio 2026.

SILVEIRA, F. J. N. O bibliotecário como agente histórico: do humanista ao moderno profissional da informação. Informação & Sociedade: Estudos, v. 18, n. 3, 2008. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/92971. Acesso em: 02 maio 2026.

Anexos



Cerimônia de formatura dos egressos



CÓDIGO: HS1740

AUTOR: YASMIN LARA DE MACEDO VASCONCELOS

ORIENTADOR: FERNANDO LUIZ VECHIATO

TÍTULO: Conexões interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Perfumaria: um enfoque na Memória Olfativa

Resumo

Objetiva encontrar aportes teóricos e práticos da Ciência da Informação que podem auxiliar na investigação da Memória Olfativa (MO), especificamente na compreensão das conexões teóricas entre CI, Perfumaria e MO; e organizar uma taxonomia de categorias que facilite a identificação dos aspectos relativos A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa de objetivo exploratório, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica em bases de dados e ferramentas de busca. Foram recuperados poucos textos na temática, o que expressa escassez de pesquisa neste recorte temático. Foi possível concluir que a Memória Olfativa é processada no hemisfério direito e está ligada ao sistema límbico, ambos responsáveis pelo sensorial e o emocional, ativando características de memória episódica (biográfica), e tendo pouca relação com memória semântica, havendo dificuldade de colocar em palavras o que se cheira. Foi organizada uma taxonomia de categorias em quatro níveis, a qual será utilizada como ferramenta de coleta de dados sobre MO em web sites de Perfumaria.

Palavras-chave: Ciência da Informação, Perfumaria, Memória Olfativa

TITLE: Interdisciplinary connections between Information Science and Perfumery: a focus on Olfactory Memory

Abstract

This study aims to identify theoretical and practical contributions from Information Science that can assist in the investigation of Olfactory Memory (OM)—specifically regarding the theoretical connections between Information Science, perfumery, and OM—and to organize a taxonomy of categories to facilitate the identification of relevant aspects. The methodology employed a qualitative, exploratory approach, involving a literature review across databases and search engines. Few texts on the subject were retrieved, indicating a scarcity of research in this specific area. The study concluded that Olfactory Memory is processed in the right hemisphere and linked to the limbic system—both responsible for sensory and emotional processing—thereby activating characteristics of episodic (biographical) memory while bearing little relation to semantic memory, as evidenced by the difficulty in verbalizing olfactory experiences. A four-level

taxonomy of categories was developed to serve as a tool for collecting data on OM from perfumery websites.

Keywords: Information Science, Perfumery, Olfactory Memory

Introdução

A Ciência da Informação (CI), desde sua gênese, experiencia diálogos interdisciplinares com diferentes campos do conhecimento, como a Educação, a Ciência da Computação, a Linguística entre outras. O que originalmente estava disponível a recursos informacionais em suporte físico evoluiu para uma concepção que também comporta o digital, o audiovisual e o sonoro. Esses recursos informacionais fazem a experiência sensorial pela qual a recepção de informação pode perpassar pelo cérebro se diversificar, considerando a visão e a audição como processos de aprendizado em materiais que podem ser armazenados nos acervos analógicos e digitais.

Para além dos sentidos mencionados, percebe-se que o paladar e o olfato são subestimados e ainda pouco considerados no campo da CI no que diz respeito ao seu potencial de inovação no desenvolvimento científico e tecnológico. As evidências atuais já apontam o potencial forte de memória evocada através do olfato, que pode durar prolongados períodos de tempo. (Chen, 2016). Iniciativa, como a Osmothèque, que se apresenta como o primeiro arquivo de perfumes da história, utilizam de conceitos já conhecidos pela área da CI ao descrever, armazenar e preservar fragrâncias raras, descontinuadas e criações da área da perfumaria em geral. (Chen, 2016)

Esse senso de preservação da memória de trabalhos de perfumistas está alinhada à área da CI, no entanto ela ainda não foi muito explorada. Por esse motivo, as definições relacionadas ao olfato e seu funcionamento ainda foram pouco percebidas pelo referido campo científico. As memórias evocadas pelos cheiros possuem a capacidade de fazer alguém reviver um momento inteiro do passado, relembrando locais, pessoas, sensações e emoções. Essa memória olfativa se apresenta como o pilar principal da experiência olfativa em si, a habilidade de trazer de volta, rebobinar a presença do usuário a certo momento marcado em sua mente.

Consciente disso, a pesquisa tem a pretensão de iniciar um aprofundamento dos estudos que permeiam o olfato humano, com enfoque na memória olfativa e, em especial, considerando um tipo de produto específico: fragrâncias. Além disso, buscará compreender conexões interdisciplinares entre a CI, a memória olfativa e a Perfumaria, visando abarcar contribuições mútuas tanto na teoria quanto na prática..

Uma das relações da Perfumaria com a Ciência da Informação é expressa por Chen (2016) por intermédio da Arquivologia. Para a autora, as pessoas que trabalham com aromas e fragrâncias, assim como um arquivista, os identificam, coletam, buscam formas de preservá-los e os organizam e representam com utilização de um vocabulário.

Morais, Santos e Vechiato (2024) recorreram à Representação do Conhecimento, estudo associado à Ciência da Informação, para compreender os aspectos relacionados a Memória Olfativa em comentários a respeito de perfumes escritos por seus usuários. O referido trabalho teve como objetivo "identificar formas de representar cientificamente os

aspectos de memória olfativa que as fragrâncias trazem aos usuários a partir de seus comentários no web site Fragrantica". (p. 818). Durante a análise de 10 fragrâncias, selecionadas com base nos critérios "fragrâncias da Família Olfativa Floral lançadas no Brasil no período de 2022 a 2024", foram definidas categorias para a classificação dos termos extraídos dos comentários dos usuários referentes aos perfumes. As categorias criadas foram: Composição das Fragrâncias; Personalidades; Lugares; Emoções; Sensações; Coisas; Ficção; e Ocasiões de Uso.

A partir das premissas apresentadas, tem-se como questão norteadora da pesquisa: Quais aportes teóricos e práticos da Ciência da Informação podem auxiliar na investigação da memória olfativa, considerando o contexto da Perfumaria?

Metodologia

MÉTODOS

Seguindo uma abordagem qualitativa de objetivo exploratório, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bases de dados a procura de uma definição clara da memória olfativa em seu processo neurológico para associar com fontes pré-estabelecidas pelo trabalho de Morais, Santos e Vechiato (2024).

A fase de levantamento durou de 26 de setembro a 28 de outubro de 2025. A busca priorizou textos relacionados às palavras chaves: memória olfativa, informação olfativa e suas equivalentes em inglês (olfactory memory; olfactory information). Bases de dados como a Brapci careciam de artigos que atendessem aos critérios de pesquisa, então esta se volta para ferramentas de pesquisa mais amplas como Google Scholar, Google e de consulta da bibliografia dos textos previamente já encontrados e bibliografia presente em sites de perfumarias brasileiras como do grupo O Boticário.

OBJETIVOS

Para responder à questão norteadora da pesquisa, delineou-se o seguinte objetivo geral: Investigar a Memória Olfativa no contexto da Perfumaria, considerando os aportes teóricos e práticos da Ciência da Informação. Para atingí-lo, seguem os objetivos específicos:

Compreender as conexões teóricas entre Memória Olfativa, Perfumaria e Ciência da Informação;

Organizar uma taxonomia de categorias para facilitar a identificação e a análise de aspectos relativos à Memória Olfativa.

HIPÓTESE

Acredita-se que o principal alinhamento teórico e prático entre a Ciência da Informação e a Memória Olfativa repousa na Representação do Conhecimento, assim como pôde ser

verificado no relato referente ao trabalho de Morais, Santos e Vechiato (2024). Todavia, esta pesquisa pode direcionar para outros caminhos de interlocução.

JUSTIFICATIVAS

A pesquisa se justifica academicamente ao oferecer uma perspectiva de ampliação da área da Biblioteconomia, trazendo a informação olfativa como algo passível de organização. Esta área apresenta uma escassez de conteúdo dentro da Ciência da Informação e pode apresentar um início nas hipóteses e reflexões a serem levantadas e estudadas. A justificativa pessoal reside no interesse pessoal da autora em estudar os sentidos humanos, especialmente o olfato e sua relação com a memória olfativa. Implicações profissionais na área da Biblioteconomia e Perfumaria são apresentadas interdisciplinarmente, abrindo espaço para que ambas as áreas estudem e trabalhem em conjunto no desenvolvimento teórico e prático da informação olfativa para uma otimização da experiência de usuários de perfumes, uma gigante parcela da população. O Brasil, segundo o relatório do panorama do Setor de Beleza e Cuidado da ABIHPEC (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, 2025), é o segundo maior consumidor mundial de fragrâncias, sendo o terceiro maior consumidor geral do mundo. O estudo se justifica socialmente ao pensar em promover um diálogo desse enorme público consumidor com a ciência, abarcando um diálogo necessário entre a academia e a indústria.

Vale destacar que este plano de trabalho previa inicialmente mais dois objetivos específicos, quais sejam: “Analisar comentários de usuários em web sites de Perfumaria” e “Validar e/ou propor categorias associadas à Memória Olfativa no contexto da Perfumaria, a partir da literatura e da análise realizada”. No decorrer das leituras para a construção do referencial teórico, obteve-se muitos materiais, o que demandou tempo para o aprofundamento na temática da Memória Olfativa, especialmente devido à sua complexidade. Além disso, para além das categorias apresentadas por Morais, Santos e Vechiato (2024), foi possível encontrar literatura que aborda outras categorias, o que não era previsto. Nesse sentido, este foi incluída neste trabalho a elaboração de uma taxonomia que auxilie na análise, que será realizada no próximo momento da pesquisa (2026-2027), no âmbito do plano de trabalho já aprovado e intitulado: “Memória olfativa no contexto da Perfumaria: conexões com a Ciência da Informação”.

Resultados e Discussões

1 PERFUMARIA

A perfumaria é uma área que mistura química e arte ao longo da história humana. Ashcar (2016) remonta bem as primeiras evidências históricas do uso de perfumes e óleos essenciais no Egito Antigo, há mais de 3.000 anos. O relacionamento da humanidade com a perfumaria sempre possuiu uma importância para a higiene e para os ritos sagrados com seus incensos. Aos egípcios são creditadas as “primeiras experiências na extração do cheiro de pétalas e folhas — bem como seus usos e funções no preparo de unguentos, loções e perfumes — e dos processos relativos ao incenso e mirra" (Ashcar, 2016, p. 50).

A experiência olfativa se manteve presente durante todo esse tempo ao longo da cultura humana e também desempenha um papel importante na integração social das pessoas. É uma experiência comum estar desconfortável perto de pessoas que exalam cheiro desagradável. Ashcar (2016) traz em seu livro a origem da expressão popular C.C. (ou cêcê, como escrita atualmente). A origem da gíria, que se refere ao mau odor nas axilas, remonta à campanha de publicidade do sabonete Lifebuoy, que afirmava ser a escolha definitiva para se livrar do “Cheiro de Corpo" (C.C.). Este anúncio da década de 1940 expressa a preocupação de integração social através do setor de beleza e cuidados pessoais.

Para entender um perfume, é necessário se atentar a alguns conceitos técnicos. Especialistas na área comparam a criação de perfumes à arte, como “a elaboração de uma pintura, uma música, uma poesia" (Ashcar, 2016, p. 20). Na verdade, é na música onde se encontra a principal analogia para a perfumaria. Os ingredientes são comparados às “notas”, a mistura deles correspondendo aos “acordes” ou “harmonia”. (Ashcar, 2016)

A percepção do perfume passa por três fases que correspondem às três camadas de sua composição, a que chamamos de pirâmide olfativa. A primeira camada são as notas de saída ou de cabeça, responsáveis pelas primeiras impressões sentidas, compõem entre 10% e 20% do produto, com ingredientes voláteis que evaporam rapidamente. A segunda camada são as notas de corpo ou de coração, trazendo o tema principal da fragrância com matérias primas que evaporam mais devagar na pele, compõem cerca de 40% do perfume. Na terceira e última camada, as notas de fundo ou de base são responsáveis pela fixação na pele, sendo compostas por matérias primas com notas mais densas. São o último acorde a ser percebido e compõem de 40% a 50% da fragrância. (Ashcar, 2016)

Atualmente, a classificação olfativa das fragrâncias é baseada em um sistema “baseado em famílias conceituais de fragrância" (Ashcar, 2016, p. 20), isso significa que esses critérios internacionais estabelecidos pelos fabricantes foram desenvolvidos com base em perfumes dentro de uma mesma categoria. Essas são as chamadas famílias olfativas que se desmembraram em subcategorias. São elas a família cítrica (basicamente formados por ingredientes cítricos), a família floral (ingredientes florais), a família aromática ou fougère (notas de lavanda, cumarina ou amadeiradas), a família chipre (notas cítricas de bergamota em harmonia com musgo, patchouli ou outras madeiras nobres do mediterrâneo), família oriental (bálsamos e resinas com especiarias e âmbar), a família amadeirada (fragrâncias predominantemente masculinas). (Ashcar, 2016).

O panorama atual da perfumaria aposta em personalização e em experiências sensoriais profundas do frasco à fragrância (Ashcar, 2016), no entanto, a característica técnica da atual classificação dos perfumes nas famílias olfativas e seus vários desdobramentos pode configurar uma barreira para usuários menos versados em toda a teoria dos perfumes. A perfumaria tem que estar pronta a atender os clientes que procuram seus perfumes com descrições que aparentam serem ambíguas, mas é na memória humana e no processamento do olfato que reside uma solução para entender essas descrições. Por exemplo, Chen (2016) relata que a empresa Puig possui em sua base de dados diversos descritores que apontam para cheiros específicos, relacionando-os com a memória olfativa.

Vale destacar que o trabalho de Morais, Santos e Vechiato (2024) abordam a relação entre a Perfumaria e a Memória Olfativa, conectando à Ciência da Informação via estudos de

Representação do Conhecimento. Todavia, foi necessário buscar maior aprofundamento para a compreensão desta relação no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa. Desse modo, esse aprofundamento é apresentado na próxima seção deste trabalho.

2 MEMÓRIA OLFATIVA

2.1 A MEMÓRIA OLFATIVA NO CÉREBRO

As informações processadas e armazenadas no cérebro passam por dois hemisférios: o esquerdo e o direito. Informações relacionadas a linguagem, fala e raciocínio lógico são reconhecidas no hemisfério esquerdo do cérebro, enquanto o hemisfério direito processa emoções, tom de voz, arte e música (Vroon, Amerogen, Vries, 1999). Por vezes é possível ouvir comparações de senso comum como o lado esquerdo do cérebro é racional e o esquerdo é sensível.

Essa diferenciação é pertinente para entender bem a respeito do olfato humano. Vroon, Amerogen e Vries (1999) explicam como essa informação é recebida pelo hemisfério direito, sendo então processada junto com emoções e percepções sensoriais. Isso implica que as memórias evocadas não são associadas com linguagem ou informações puramente factuais concretas.

Neves (2011) explica como os modelos de memória possuem subsistemas, entre eles a memória episódica e a memória semântica. A memória episódica também é chamada de memória biográfica, pois é a memória relativa às experiências e locais já vivenciados, a lembrança da sensação que as situações trouxeram e as emoções associadas com elas. Por exemplo: uma memória de infância em família, em que recordamos primeiro as emoções de nostalgia, a sensação de segurança e pertencimento em fazermos algo, isso acontece sem necessariamente lembrarmos da data exata e fatos mais concretos associados com a memória declarativa (relacionada à recontagem de eventos reais). A memória semântica, por sua vez, é mais ligada ao raciocínio e reconhecimento de padrões, envolvendo o processo da cognição e metacognição da linguagem e da comunicação. Ela nos faz lembrar da estrutura e significado das palavras.

Tendo isso em mente é possível compreender que a informação olfativa, ao passar pelo hemisfério direito do cérebro, responsável por processos mais emocionais, evoca memórias de caráter episódico. Sobre isso (Vroon, Amerogen, Vries, 1999). destrincha as camadas da memória olfativa como uma memória associada à episódica e com pouca relação com memória semântica, o que resulta numa certa dificuldade de descrever com exatidão aquilo que percebemos ao cheirar algo. Não podemos dizer que é impossível descrever um cheiro, essa característica da memória olfativa não exclui a possibilidade de colocar em palavras o que se percebe, pois a memória é um processo que necessita de repetição, o processo de continuamente estudar e se por a descrever o que se sente constrói um banco de associações entre os dois lados do cérebro, conseguindo associar a memória semântica com certas memórias olfativas. Vroon, Amerogen e Vries (1999) menciona como perfumistas e pessoas habituadas com cheiros já descritos conseguem dar uma definição semântica com mais facilidade.

O sistema límbico desempenha papel fundamental para o processamento das informações olfativas. Para além de uma simples divisão de hemisférios nos papéis neurológicos humanos, sistemas neurais existem com funções distintas. O sistema límbico é muito

importante para o processamento da memória, atua também na integração do sistema sensorial e motor, o sono, a libido, o apetite, a padronização de comportamentos e a memória emocional (Cairolli, 2023).

A memória olfativa, portanto, atua no cérebro em conexões diretas com o sistema límbico e processamento do hemisfério direito, áreas associadas com integrações sensoriais e emotivas e a memória episódica ou biográfica. A memória olfativa, então, possui características pouco associadas com a linguagem e raciocínio lógico, evocando primeiro lugares, situações e emoções.

2.2 NÍVEIS DE PERCEPÇÃO DA MEMÓRIA OLFATIVA

Tendo consciência da natureza da memória olfativa, se questiona sobre as percepções especificamente evocadas que são escolhidas para descrever o que se sente. Esse processo da identificação do estímulo e a descrição dele é descrito por Neves (2011) como um processo metacognitivo, a reflexão sobre a ação, o pensamento sobre o pensamento. Associando isso ao tema, pode-se pensar em uma situação em que um cheiro causa repulsa. A percepção e a reação de repulsa seriam pensamentos de primeira ordem, a percepção da coisa. Se a pessoa para e tenta explicar o que exatamente é no cheiro que causa repulsa, um pensamento de segunda ordem se inicia, uma reflexão sobre a ação.

Para entender melhor, Neves (2011, p. 29) explica sobre como a metacognição é “importante para os processos de atenção, memória, resolução de problemas, autocontrole e auto-aprendizagem”. Isso pode ser visto como uma racionalização do estímulo ou pensamento inicial. Esse processo da racionalização é o que dá razão à reação emocional causada pelo cheiro e que leva a sua descrição. Mas, quais as dimensões do que as pessoas, os usuários podem usar para expressar essa metacognição.

Estudos sobre a metacognição da memória olfativa são bem escassos. O estudo dos franceses Manetta et. al. (2007) foi o mais completo encontrado, a partir da aplicação de uma pesquisa prática, em que 10 mulheres leigas analisaram 9 perfumes complexos das famílias Floral, Oriental e Chipre. As mulheres foram selecionadas em um pré-teste que considerou: língua francesa nativa, participante de sexo feminino entre 18 e 30 anos, utilização de perfume de 5 a mais vezes por semana e possuir habilidades de expressão verbal. As participantes foram instruídas a classificar as 9 fragrâncias com base em suas semelhanças ou ausência delas, agrupando-as como quisessem. A agrupação foi descrita como necessária para servir de base para a verbalização, tarefa que veio em seguida. A fase de verbalização seguiu um roteiro fixo, de forma que primeiro há uma descrição para os agrupamentos feitos pelas participantes e depois uma descrição individual para cada fragrância. (Manetta et al., 2007).

O desenvolvimento e o uso da tipologia de propriedades olfativas envolveram duas fases. Na primeira fase, o corpus de descrições olfativas obtido nas dez entrevistas passou por uma análise semântica aprofundada realizada por quatro juízes (quatro dos pesquisadores). O corpus foi inicialmente segmentado em unidades de texto — especificamente, proposições semânticas. Os juízes propuseram categorias principais que emergiram da análise do corpus. A classificação de cada unidade de texto em uma dessas categorias permitiu aos juízes refiná-las em subcategorias. Foram elaboradas definições para cada categoria e subcategoria. Assim, uma unidade semântica era atribuída primeiramente a uma categoria principal e, em seguida, a uma subcategoria. Essa atribuição baseava-se no atributo principal da proposição. Por exemplo, em relação à proposição "este perfume é um jardim na primavera", a palavra "jardim" determina a categoria semântica (isto é, localização) em vez do termo "na primavera" (isto é, estação), pois "na primavera" é utilizado aqui para qualificar "jardim".

> Uma vez estabelecida a tipologia, todo o corpus foi codificado (segunda fase). Inicialmente, cada entrevista é codificada de forma independente pelos avaliadores. Em seguida, eles comparam suas codificações e discutem suas escolhas para chegar a um consenso, se possível. Caso não se chegue a um acordo, cada avaliador mantém a categoria selecionada inicialmente. Isso possibilita o cálculo de uma taxa de concordância entre avaliadores. Essa etapa visou garantir a validade da tipologia. (Manetta et al., 2007, p. 485, tradução nossa)

Através dessa metodologia, Manetta et al. (2007) chegaram em seus resultados de quatro níveis da descrição da memória olfativa:

1. Nível Figurativo: Aparecendo com frequência de 62,27% no estudo, configura o nível mais utilizado, formado por expressões conceituais e figuras de linguagem. As associações ocorrem por aproximação semântica do que se quer dizer. Este nível é dividido em dois subníveis:

   Direto: as figuras de linguagem são expressões derivadas de domínios lógicos e conceituais, forte presença de figuras de linguagem de sensação e substantivos (ex.: azul, claro, solar)

   Indireto: o subnível que prevalece nas descrições é formado por evocações semânticas, analogias. É muito comum que elas evoquem a personificação de um cheiro (ex.: cheiro de moça jovem) e situações de uso (ex.: noturno, diurno, de festa).

2. Nível Perceptual: O segundo mais frequente (26,62%) é o nível da experiência e percepção, onde são expressadas memórias que afirmam identificar matérias primas (ex.: cheiro de lavanda, cheiro de cravo), origem do perfume (ex.: oriental, árabe, lembra a África) e intensidade (ex.: forte, fraco, moderado).
3. Nível Emocional: Expressando uma presença de apenas 6,51%, diz respeito ao efeito físico e mental, as reações produzidas pelo perfume.
4. Nível hedônico: O menos utilizado para descrição de perfumes (4,55%), refere-se à aprovação da fragrância, descrição de bom ou ruim.

Esses níveis foram previamente analisados por Morais, Santos e Vechiato (2024) em seu estudo sobre Representação do Conhecimento na perfumaria. No entanto, o sistema apresentado não indicava diretamente as conexões com cada nível, mas sim categorias criadas no decorrer da análise dos comentários, o que ajudaria a entender melhor as percepções das análises de comentários de usuário no estudo a ser feito realizado no próximo momento da pesquisa

O sistema proposto pelos autores supracitados segue conforme a imagem:

Figura 1 - características da memória olfativa

O esquema traz diversas possíveis descrições que são contidas dentro dos níveis do trabalho de Manetta et. al. (2007) sem apontar suas origens, o que seria interessante para se entender o processo completo do raciocínio da descrição.

Após os estudos das categorias de Morais, Santos e Vechiato (2024) e dos níveis de Manetta et. al (2007), foi refletida a necessidade de elaboração de uma taxonomia, analisando então a correspondência de cada nível às categorias, sendo que os níveis de Manetta et al. (2007) passam a ser as categorias principais e as apresentadas por Morais, Santos e Vechiato (2004) tornam-se secundárias, o que poderá auxiliar na coleta de dados e análise de aspectos referentes à Memória Olfativa posteriormente.

A taxonomia proposta neste trabalho é apresentada a partir da Figura 2 que segue:

Figura 2 - Classificação da memória olfativa em níveis

A correlação das categorias principais e secundárias da taxonomia com exemplos de uso é esquematizado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Esquematização de níveis

Nota-se que o nível hedônico não era presente nas categorias de Morais, Santos e Vechiato (2024), mas foi adicionado conforme o estudo de Manetta et al. (2007) e representa parte importante da descrição. Uma modificação feita foi a omissão dos subníveis direto e indireto no nível figurativo, pois o trabalho de Manetta et al. (2007) apresentava ambiguidades para certos exemplos por conta da polissemia de muitas palavras, fazendo certos termos nos subníveis serem intercambiáveis. Com isso, preferimos não comprometer a compreensão. Pretende-se continuar os estudos desses subníveis para melhor compreendê-los e expressá-los.

Conclusão

Este trabalho teve o objetivo geral de investigar as conexões da Memória Olfativa com a Perfumaria com auxílio da Ciência da Informação, se desdobrando nos objetivos específicos de compreender os três conceitos teoricamente e organizar uma taxonomia de categorias que facilitasse a identificação da análise resultante do cumprimento desses objetivos. Para nortear a pesquisa, seguiu-se o questionamento a respeito de quais seriam as contribuições teóricas e práticas da Ciência da Informação no auxílio da investigação da memória olfativa, levando a perfumaria em consideração.

As respostas para o problema de pesquisa e cumprimento dos objetivos trazem que a memória olfativa está ligada diretamente nos processamentos sensoriais através do hemisfério direito do cérebro e do sistema límbico. Essas áreas do sistema nervoso são responsáveis pelo processamento sensorial e emocional, responsáveis pela memória episódica. Isso faz com que os cheiros evoquem experiências biográficas e emocionais, e também conferem pouca característica semântica à recordação da memória, já que isso é tarefa do hemisfério oposto. Isso não significa que seja impossível colocar em palavras o que um cheiro nos remete, mas sim que isso demanda exercício.

Para entender como a memória olfativa pode ser expressada, foram explorados textos que exploravam os níveis de descrição e categorias para descrição, conteúdo analisado para

cumprir o segundo objetivo específico, sendo esquematizada uma taxonomia de categorias associadas à memória olfativa.

O principal desafio para o cumprimento do plano de pesquisa se configurou na escassez bibliográfica no tema a respeito do olfato humano. Pesquisas relacionando a CI com a Perfumaria já aparecem lentamente, mas ainda não investigaram a fundo o papel da memória olfativa como potencial de contribuição para as áreas de conhecimento. Ao entender que a pesquisa precisava se aprofundar teoricamente no assunto da memória e olfato humano, precisamos nos adaptar aos novos objetivos e pretender continuar a outra proposta de pesquisa posteriormente.

Com isso, propostas de futuras aplicações possíveis do conteúdo teórico presente neste projeto incluem a análise de comentários em web sites de perfumaria no que diz respeito à representação do conhecimento, também podendo ser possível validar e/ou propor categorias dentro dos níveis já apresentados.

Além disso, a pesquisa de Manetta et al. (2007) teve uma metodologia que, curiosamente, analisou apenas as descrições de um público feminino, além do estudo datar mais de uma década desde de sua aplicação. Seria interessante a possibilidade de aplicar suas características trazendo maior diversidade de público para refletir mais completamente o perfil dos usuários. Além disso, trazendo um recorte cultural diferente para as possíveis descrições, que foram feitas em contexto do público francês, onde o estudo foi conduzido.

As possibilidades de estudo para este assunto são novas, vastas e ainda pouco exploradas.

Referências

ASHCAR, Renata. **Brasil essência**: a cultura do perfume. São Paulo: BB Editora, 2016.

CAIROLLI, Orpheu Bittencourt. **Perfume e personalidade**: neurociência aplicada à perfumaria. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

CHEN, Anna. Perfume and Vinegar: Olfactory Knowledge, Remembrance, and Recordkeeping. **The American Archivist**. Vol. 79, n. 1, p. 103-120, Primavera/Verão, 2016. DOI: 10.17723/0360-9081.79.1.103. Acesso em: 16 jun. 2025.

MANETTA, C. et al. Catégorisation du langage descriptif et du langage figuré dans l'expérience des parfums complexes. **Psychologie française**. Vol. 52, n. 4, p. 479-497, Dez., 2007. DOI: https://doi.org/10.1016/j.psfr.2007.01.005. Acesso em: 16 jun. 2025.

MORAIS, Felipe La-Thur de Lima; SANTOS, Raimunda Fernanda dos; VECHIATO, Fernando Luiz. A representação do conhecimento, a encontrabilidade

da informação e a memória olfativa no domínio da Perfumaria: uma análise do web site fragrantica. **Anais do 35° Congresso de Iniciação Científica e**

Tecnológica da UFRN - CICT 2024. Natal: Propesq, 2024. p. 816-834. Disponível em: https://cict.propesq.ufrn.br/anais_doc.php?id=634919346. Acesso

em: 16 jun. 2025.

NEVES, Dulce Amélia Brito. **Metacognição, Informação e Conhecimento:** pensando em como pensar. Recife: Néctar, 2011.

RICCIOTTI, Luciene. **Estação perfume:** tudo que você sempre quis saber sobre perfume e tinha vergonha de perguntar. São Paulo: Matrix, 2017.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308. Acesso em 15 jun. 2024.

TEIXEIRA, Miguel A.; BARRAULT, Lucas; RODRÍGUEZ, Oscar; CARVALHO, Cindy C.; RODRIGUES, Alírio E. Perfumery Radar 2.0: A Step toward Fragrance Design and Classification. **Industrial & Engineering Chemistry Research**, v. 53, 2014, p. 8890−8912. Disponível em: https://pubs.acs.org/doi/10.1021/ie403968w. Acesso em: 01 jul. 2024.

VROON, Piet; AMEROGEN, Anton van; VRIES, Hans de. **La seducción secreta**: Psicología del olfato. Barcelona: Tusquets Editores, 1999.

Anexos

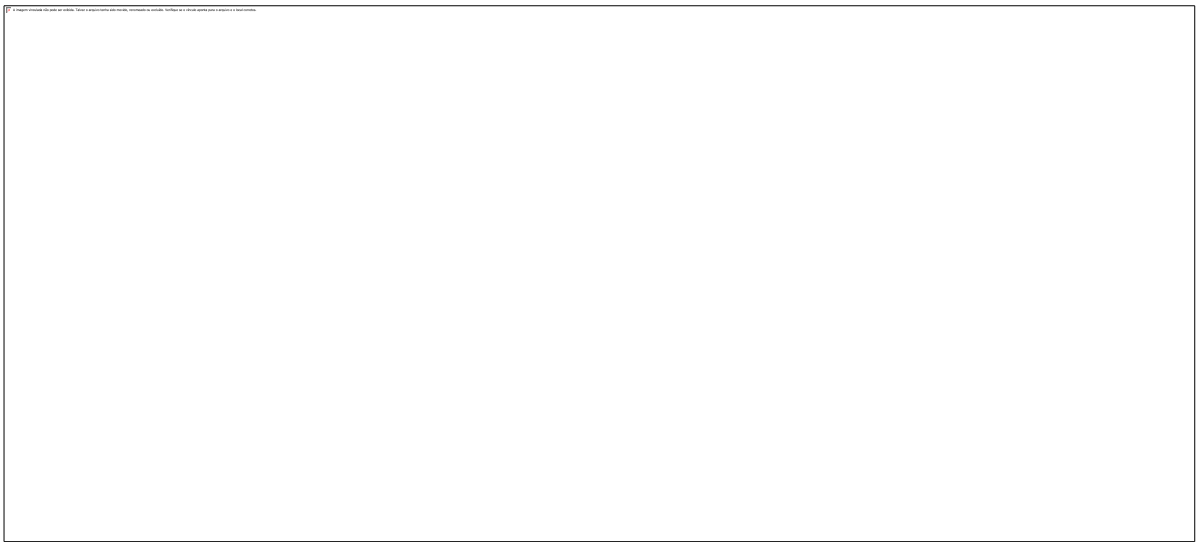


Figura 1



Figura 2



Quadro 1

CÓDIGO: HS1762

AUTOR: ANA LETICIA CAMARA RIBEIRO

ORIENTADOR: WASHINGTON JOSE DE SOUSA

TÍTULO: TECNOLOGIA SOCIAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM RESÍDUOS SÓLIDOS À LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Resumo

O estudo investigas as interseções entre a gestão de resíduos sólidos e a tecnologia social científica brasileira, tomando como referência analítica os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os dispositivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Metodologicamente, realizou-se uma revisão integrativa da literatura com processamento lexicométrico no software IRaMuTeQ. O corpus analítico compostos por 117 artigos científicos, foi processado por Classificação Hierárquica Descendente (CDH) e Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Os resultados revelaram quatro classes analíticas: Classe 1 - Inclusão socioeconômica, trabalho e renda; Classe 2 - Gestão e destinação dos resíduos sólidos; Classe 3 - Procedimentos metodológicos da pesquisa em resíduos sólidos; Classe 4 - Educação, ensino e formação acadêmica. A análise fatorial indicou forte convergência entre a gestão técnica municipal (Classe 2) e a inclusão socioprodutiva dos catadores (Classe 1), evidenciando o alinhamento da literatura com os ODS 8, 10 e 12. Em contrapartida, constatou-se a segregação lexical da dimensão educativa (Classe 4), revelando que a educação ambiental permanece tratada de forma autônoma e desarticulada das práticas operacionais e institucionais. Conclui-se que a tecnologia social oferece a mediação conceitual necessária para superar as abordagens estritamente funcionalistas, integrando eficiência técnica, equidade social e práxis pedagógica.

Palavras-chave: Política Nacional de Resíduos Sólidos;

TITLE: SOCIAL TECHNOLOGY IN SCIENTIFIC RESEARCH ON SOLID WASTE IN LIGHT OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Abstract

This study investigates the intersections between solid waste management and Brazilian social science and technology, using the Sustainable Development Goals (SDGs) and the provisions of the National Solid Waste Policy (PNRS) as an analytical framework. Methodologically, an integrative literature review was conducted using lexical analysis

with the IRaMuTeQ software. The analytical corpus, consisting of 117 scientific articles, was processed using Descending Hierarchical Classification (DHC) and Correspondence Factor Analysis (CFA). The results revealed four analytical classes: Class 1—Socioeconomic inclusion, work, and income; Class 2—Management and disposal of solid waste; Class 3—Methodological procedures for solid waste research; Class 4—Education, teaching, and academic training. The factor analysis indicated strong convergence between municipal technical management (Class 2) and the socio-productive inclusion of waste pickers (Class 1), highlighting the alignment of the literature with SDGs 8, 10, and 12. In contrast, lexical segregation was observed in the educational dimension (Class 4), revealing that environmental education continues to be treated as a separate entity, disconnected from operational and institutional practices. It is concluded that social technology provides the conceptual mediation necessary to overcome strictly functionalist approaches by integrating technical efficiency, social equity, and pedagogical praxis.

Keywords: National Solid Waste Policy; Social Technology

Introdução

1 INTRODUÇÃO

O interesse deste estudo consiste em traçar interações entre a gestão de resíduos sólidos e as dimensões da tecnologia, tomando como referência analítica central os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. A premissa fundamental que orienta essa pesquisa é a de que a gestão dos resíduos sólidos ultrapassa substancialmente a dimensão técnico-operacional de coleta, transporte, tratamento e disposição final ambiental adequada. Ela incorpora constitutivamente, formas de organização social e produtiva, geração de trabalho e renda, processos educativos e a formulação de políticas públicas orientadas à justiça socioambiental.

No cenário normativo brasileiro, essa perspectiva encontra respaldo na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei n 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Brasil, 2010). No plano técnico -econômico, a legislação incorpora os princípios da prevenção, da precaução, ecoeficiência, da visão sistêmica e do reconhecimento do resíduo reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania para segmentos historicamente vulnerabilizados. No plano político-institucional, predominam critérios rigorosos de cooperação entre as diferentes esferas do poder público e garantia do direito à informação e ao controle social.

A operacionalização da PNRS fundamenta-se na responsabilidade compartilhada, associando a participação comunitária a objetivos estratégicos de inclusão socioprodutiva com incentivo direto às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

Na produção acadêmica nacional, emergem polos discursivos bem delimitados, que refletem leituras distintas sobre o papel da tecnologia na gestão de resíduos sólidos. De

um lado, situa-se o viés técnico-operacional, focado na viabilidade técnico-econômica do setor por meio de soluções de baixo custo (Cavalheiro, Gazolla e Marini, 2019; Fernandes, 2015). De outro lado, consolida-se um paradigma crítico e emancipatório, que se afasta do funcionamento regulatório em direção ao fortalecimento da governança solidária e à valorização dos sujeitos que operam a cadeia da reciclagem (Alencar, Rocha e Silva, 2015; Silva et al., 2016).

Não obstante a robustez normativa da PNRS e o crescimento constante da produção acadêmica correlata, identifica-se uma lacuna de sistematização: a literatura brasileira sobre resíduos tende a ser mapeada por meio de revisões bibliométricas centradas em indicadores de produtividade científica ou por estudos de caso isolados, sem que se explicite, por meio de tratamento lexicométrico do próprio discurso científico, como os diferentes campos de sentido - técnico, social, metodológico e educativo - se articulam ou se distanciam entre si.

O objetivo desse artigo, produzido sob os procedimentos de uma revisão integrativa da literatura combinada à análise lexicográfica é delimitar as classes analíticas sobre a tecnologia social no segmento dos resíduos sólidos, à luz do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificando os interesses e as finalidades presentes na produção científica brasileira.

A contribuição do estudo situa-se em quatro dimensões articuladas. No plano científico, o artigo organiza e interpreta uma produção acadêmica dispersa. No plano teórico, aproxima os campos epistemológicos da Tecnologia Social e do Desenvolvimento Sustentável. No plano social, evidencia que as tecnologias sociais respondem à gestão de resíduos sólidos para além de pura técnica, envolvendo participação cidadã, inclusão socioprodutiva, geração de renda e qualidade ambiental. Por fim, no plano político-institucional, a interlocução sistemática in a Agenda 2030 permite identificar os ODS efetivamente contemplados pela literatura e aqueles ainda subexplorados.

Metodologia

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura científica brasileira, estruturada para investigar as convergências entre a gestão de resíduos sólidos e a tecnologia social. O levantamento bibliográfico inicial foi operacionalizado por meio da plataforma Connected Papers, a partir do cruzamento dos descritores "resíduos sólidos" e "tecnologia social" com o operador booleano AND. O uso dessa ferramenta permitiu mapear a rede de produções correlatas e identificar as conexões bibliográficas de maior relevância no cenário acadêmico nacional. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos em língua portuguesa, disponíveis em acesso aberto, com resumo completo e vinculação identificável a instituições de ensino ou pesquisa brasileiras; foram excluídos editoriais, resumos de eventos sem texto completo correspondente e trabalhos cujo foco temático não estabelecesse relação direta entre resíduos sólidos e tecnologia social. A aplicação sucessiva desses critérios resultou na seleção de 117 artigos científicos que compuseram o corpus documental

primário. Esse material foi organizado em uma planilha do Microsoft Excel, contendo campos padronizados para a sistematização rigorosa das informações extraídas de cada artigo: título, autor(es), ano de publicação, palavras-chave, resumo, instituição de ensino superior (IES) e/ou programa de pós-graduação de vinculação, orientador(a) e locus da pesquisa ou organizações pesquisadas.

A construção do corpus de análise envolveu a extração sistemática dos resumos das obras selecionadas, procedendo-se à padronização dos textos e à exclusão de elementos acessórios (como títulos, palavras-chave e resumos em língua estrangeira) que não integravam o conteúdo discursivo central. A opção metodológica pela utilização exclusiva de resumos justifica-se pela capacidade de síntese inerente a esse gênero textual, que condensa os objetivos, percursos metodológicos, achados e conclusões fundamentais dos estudos originais. Tal estratégia assegura uma densidade semântica adequada para o processamento lexicométrico, permitindo que as análises estatísticas incidam sobre o núcleo argumentativo da produção acumulada.

Os textos selecionados foram submetidos ao software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), um programa gratuito de análise textual que aplica estatísticas lexicográficas ao corpus. O processamento seguiu uma sequência lógica de etapas complementares: inicialmente, procedeu-se ao reconhecimento das formas lexicais presentes no corpus, seguido da redução dos vocábulos aos seus radicais por meio de lematização, etapa que permite agrupar variações morfológicas de uma mesma palavra sob um único lema estatístico. Sobre essa base lematizada, aplicou-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) pelo método de Reinert (1990), responsável por particionar o corpus em classes lexicais mutuamente exclusivas a partir da coocorrência de vocábulos nos Segmentos de Texto. Complementarmente, realizou-se a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que projeta as classes obtidas em um plano bidimensional, permitindo visualizar relações de proximidade e distanciamento entre elas, e procedeu-se à geração de nuvens de palavras e grafos de coocorrência, recursos que auxiliam na interpretação qualitativa dos núcleos semânticos identificados estatisticamente.

A ferramenta atua na conversão do material qualitativo em indicadores quantitativos, viabilizando a percepção de relações estruturais entre palavras e conceitos que dificilmente emergiriam em leituras estritamente interpretativas.

Tabela 1 – Indicadores estatísticos do processamento do corpus no IRaMuTeQ

Fonte: Dados gerados pelo IRaMuTeQ (2026).

Conforme demonstrado na Tabela 1, a retenção do corpus atingiu o índice de 81,41%, percentual que supera a margem mínima recomendada de 75% pela literatura especializada (Reinert, 1990), assegurando elevada consistência estatística e confiabilidade na interpretação das tipologias geradas.

Resultados e Discussões

3 RESULTADOS

O processamento do corpus por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dividiu o material discursivo em dois grandes ramos centrais, os quais se subdividiram sucessivamente até a consolidação de quatro núcleos temáticos mutuamente exclusivos.

Figura 1 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Fonte: IRaMuTeQ (2026).

O dendrograma evidencia que a primeira bipartição do corpus não separa as quatro classes de forma equidistante, mas opõe dois pares de classes com afinidade lexical interna. De um lado, reúnem-se a Classe 3 (Procedimentos metodológicos) e a Classe 4 (Educação, ensino e formação acadêmica), configurando um polo discursivo de caráter instrumental e reflexivo, voltado à forma como o conhecimento sobre o fenômeno é produzido, sistematizado e transmitido. De outro lado, agrupam-se a Classe 1 (Inclusão socioeconômica, trabalho e renda) e a Classe 2 (Gestão e destinação dos resíduos sólidos), compondo um polo discursivo de caráter substantivo, referente àquilo que o fenômeno da gestão de resíduos sólidos concretamente é e a quem ele afeta diretamente.

Essa primeira cisão é interpretativamente relevante: ela sugere que, no plano lexical, os pesquisadores brasileiros diferenciam com nitidez o discurso sobre o método de investigação e a formação educacional (como se pesquisa e como se ensina) do discurso sobre o objeto investigado e seus efeitos sociais (o que é gerido e quem dele participa). Somente em um segundo nível de partição hierárquica cada um desses ramos se desdobra nas duas classes que o compõem, dando origem às quatro classes finais detalhadas na sequência, cada qual identificada por sua denominação temática, pelo vocabulário de maior associação estatística (Chi²) e pelo percentual de participação no corpus classificado.

Essa estrutura hierárquica, corroborada pelo elevado índice de retenção do corpus (81,41%, conforme Tabela 1), oferece o suporte estatístico necessário para a caracterização qualitativa das classes apresentada no Quadro a seguir e aprofundada na seção 4.1, bem como para a leitura espacial de proximidade e distanciamento entre elas, explorada na Análise Fatorial de Correspondência (seção 4.2) e retomada na discussão dos alinhamentos com os ODS (seção 5).

Tabela 2 – Classes analíticas por denominação, núcleo semântico, frequência e percentual de participação

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do IRaMuTeQ (2026).

3.1 Caracterização Detalhada das Classes Temáticas

Esta seção aprofunda a caracterização qualitativa de cada uma das quatro classes lexicais identificadas pela CHD, articulando os vocábulos de maior associação estatística (Chi²) ao conteúdo semântico subjacente e às implicações teóricas e normativas correspondentes. A ordem de apresentação segue o peso percentual decrescente de cada classe no corpus analisado.

A Classe 1 – Inclusão socioeconômica, trabalho e renda (30,2%) reúne a maior parcela dos segmentos de texto classificados, o que por si só já sinaliza a centralidade que a literatura brasileira atribui à dimensão socioprodutiva do setor. Essa classe destaca a atuação dos catadores de materiais recicláveis como agentes protagonistas da cadeia de valor, e não como mera mão de obra residual de um sistema técnico definido alhures. A coocorrência expressiva de termos como economia circular, triagem, cooperativa e geração de renda demonstra que a literatura reconhece a inclusão socioeconômica não apenas como efeito colateral positivo de uma política ambiental bem-sucedida, mas como pilar estruturante da adequada gestão dos resíduos sólidos, condição sem a qual a própria noção de circularidade material perderia sustentação prática no contexto brasileiro.

A Classe 2 – Gestão e destinação dos resíduos sólidos (30,0%) apresenta dimensão quantitativa praticamente equivalente à da Classe 1, e abrange os aspectos institucionais, operacionais e urbanísticos da PNRS. Vocábulos como aterro, disposição final, tratamento, gerenciamento e RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) evidenciam a preocupação recorrente da literatura com os gargalos operacionais das prefeituras brasileiras, com a eliminação dos lixões a céu aberto e com as dificuldades de financiamento e implementação de infraestruturas sanitárias adequadas. Trata-se, em essência, do núcleo lexical mais próximo de uma leitura tradicionalmente sanitarista e municipalista da política, mas que, como discutido na seção 4.2, aparece fortemente associado à Classe 1 no plano fatorial, e não isolado dela.

A Classe 3 – Procedimentos metodológicos da pesquisa em resíduos sólidos (24,0%) concentra o vocabulário procedural empregado na construção dos estudos que compõem o corpus. Reflete a prevalência de abordagens qualitativas e descritivas baseadas em estudos de caso, pesquisas documentais, revisões bibliográficas, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários junto a gestores públicos e catadores. Por seu caráter eminentemente instrumental — voltado à descrição de como a pesquisa é feita, e não ao que ela investiga substantivamente —, essa classe funciona como um suporte epistemológico transversal às demais, fornecendo o vocabulário metodológico comum que perpassa estudos de orientação tanto técnico-operacional quanto crítico-emancipatória.

A Classe 4 – Educação, ensino e formação acadêmica (15,8%) representa o menor volume discursivo entre as quatro classes identificadas. Reúne termos vinculados ao ambiente formal de ensino-aprendizagem, tais como universidade, escola, aluno, curso, engenharia e aprendizagem, e contempla iniciativas de extensão universitária e projetos de educação ambiental acadêmica desenvolvidos em polos regionais. O menor peso percentual desta classe, combinado ao seu isolamento espacial discutido a seguir, constitui um dos achados mais relevantes deste estudo, na medida em que indica uma assimetria estrutural entre a atenção dedicada pela literatura à gestão técnica e à inclusão socioprodutiva, de um lado, e à formação educativa dos sujeitos envolvidos na cadeia de resíduos, de outro.

3.2 Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

A projeção bidimensional das classes no plano fatorial revela dinâmicas de proximidade e distanciamento entre os polos discursivos:

Figura 2 – Plano fatorial da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) das classes obtidas pela CHD

Fonte: IRaMuTeQ (2026).

Dois achados de grande relevância empírica emergem da análise espacial. O primeiro refere-se à convergência entre as Classes 1 e 2: a forte proximidade espacial no quadrante direito entre a "Gestão e destinação" e a "Inclusão socioeconômica" sinaliza que a literatura brasileira recente não separa a eficiência técnica da gestão municipal da inclusão produtiva dos catadores, tratando ambos os temas como dimensões sobrepostas e complementares na implementação da PNRS — um padrão que corrobora empiricamente a lógica de adequação sociotécnica discutida na seção 2. O segundo achado diz respeito ao isolamento da Classe 4: constata-se o nítido distanciamento da "Educação, ensino e formação" no quadrante inferior esquerdo do plano fatorial, distanciamento que indica que a educação ambiental é tratada pelos pesquisadores como um domínio autônomo, sem articulação orgânica com a operação técnica das prefeituras ou com a infraestrutura das cooperativas de reciclagem. Juntos, esses dois achados espaciais fornecem o substrato empírico para a discussão desenvolvida na seção seguinte.

4 DISCUSSÃO

Os achados lexicométricos evidenciam que a produção científica brasileira sobre resíduos sólidos e tecnologia social encontra-se em um estágio de amadurecimento heterogêneo, marcado pela coexistência de um núcleo discursivo consolidado — no qual eficiência técnica e inclusão socioprodutiva se retroalimentam — e de um domínio ainda periférico, associado à formação educativa. As três subseções seguintes discutem, respectivamente, essa convergência, esse isolamento e a síntese integrativa entre classes lexicais, dispositivos normativos e ODS, culminando nas implicações teóricas, gerenciais e de política pública do estudo.

4.1 Convergência entre Eficiência Técnica e Inclusão Socioprodutiva

A articulação observada entre as Classes 1 e 2 demonstra um avanço paradigmático: a gestão dos resíduos sólidos urbanos desvincula-se de uma visão puramente sanitarista/funcionalista para incorporar a equidade social. A literatura reconhece os catadores como atores indispensáveis para o fechamento dos ciclos dos materiais (Silva et al., 2014), alinhando a gestão pública às diretrizes dos ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Em termos da moldura teórica adotada na seção 2, essa convergência representa a materialização empírica da lógica de adequação sociotécnica proposta por Dagnino (2010): a eficiência técnica deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser mensurada, também, pela sua capacidade de gerar trabalho, renda e cidadania para os sujeitos que operam a cadeia da reciclagem.

4.2 O Isolamento Persistente da Dimensão Educativa

Por outro lado, a segregada posição da Classe 4 no plano fatorial sintetiza a persistência de um gargalo histórico no país. A Educação Ambiental permanece sendo tratada como uma prática pontual, restrita ao ambiente acadêmico ou a campanhas estáticas de

conscientização, desconectada da gestão operacional (Borges et al., 2022). Iniciativas pontuais de extensão universitária, como as descritas por Kuhn, Botelho e Alves (2023), demonstram esforços institucionais de aproximação entre a universidade e a política de resíduos sólidos, mas permanecem restritas a arranjos localizados, sem a capilaridade necessária para reverter o padrão de isolamento lexical identificado no corpus. Essa fragmentação reflete a dificuldade de operacionalizar o inciso VIII do Art. 8º da PNRS em sinergia com o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Sob a ótica da Tecnologia Social, esse isolamento é particularmente preocupante: se a educação ambiental não é redesenhada em conjunto com os próprios catadores e gestores — permanecendo uma iniciativa de fora para dentro —, ela reproduz exatamente a lógica de transferência linear que a TS busca superar.

4.3 Síntese Integrativa: Classes Lexicais, Dispositivos da PNRS e Alinhamento aos ODS

Quadro 2 – Matriz de Integração: Classes do IRaMuTeQ, Dispositivos da PNRS e Alinhamento aos ODS

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A consolidação do ODS 18 (Igualdade Étnico-Racial) no quadro analítico nacional preenche uma lacuna fundamental ao lançar luz sobre o racismo ambiental que perpassa a disposição inadequada de resíduos e a precarização do trabalho dos catadores. A Tecnologia Social surge, assim, como o arcabouço metodológico capaz de unificar as demandas de soberania tecnológica (Dagnino, 2010), justiça distributiva e práxis educativa libertadora no setor de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos.

4.4 Implicações Teóricas, Gerenciais e para Políticas Públicas

A síntese apresentada no Quadro 2 pode ser visualizada de forma integrada no modelo conceitual da Figura 3, elaborado a partir dos resultados desta pesquisa. O modelo representa a Tecnologia Social como o núcleo articulador entre, de um lado, o par convergente Classe 2–Classe 1 (gestão técnica e inclusão socioprodutiva), fortemente alinhado aos ODS 8, 10 e 12, e, de outro, a Classe 4 (educação, ensino e formação), conectada à Tecnologia Social por um elo lexical comparativamente mais fraco, refletido no isolamento espacial constatado na Análise Fatorial de Correspondência (seção 4.2). A Classe 3 figura como base metodológica transversal, dando sustentação epistemológica a ambos os polos.

Figura 3 – Modelo conceitual integrador entre Tecnologia Social, dispositivos da PNRS e alinhamento aos ODS

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

As contribuições deste estudo articulam-se em três planos complementares. No plano teórico, os achados fornecem evidência empírica, obtida por tratamento lexicométrico e não apenas por inferência qualitativa, de que a apropriação da Tecnologia Social pelo campo dos resíduos sólidos ocorre de modo assimétrico: consolidada nas dimensões técnica e socioeconômica, ainda incipiente na dimensão pedagógica — um refinamento

empírico da tese de Dagnino (2010) sobre os desafios de institucionalização da TS frente à lógica hegemônica de inovação. No plano gerencial, o estudo sinaliza a gestores públicos municipais e a cooperativas de catadores a necessidade de internalizar a Educação Ambiental como componente estruturante — e não acessório — dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos, com potencial de qualificar processos de logística reversa, elevar taxas de segregação na fonte e fortalecer o capital social das redes de reciclagem. No plano das políticas públicas, a constatação do baixo tratamento do ODS 18 no corpus recomenda que instrumentos de financiamento, editais e planos municipais voltados à cadeia da reciclagem incorporem critérios explícitos de equidade étnico-racial, dada a sobrerrepresentação de populações negras e periféricas entre os trabalhadores do setor.

Do ponto de vista da gestão organizacional das próprias cooperativas de catadores, o diagnóstico aqui apresentado sugere ainda um desdobramento prático pouco explorado pela literatura consultada: a possibilidade de as cooperativas assumirem, elas mesmas, um papel ativo na produção e disseminação de conhecimento sobre educação ambiental, em vez de permanecerem como destinatárias de iniciativas formuladas exclusivamente por universidades e órgãos públicos. Iniciativas de formação entre pares — em que catadores experientes capacitam novos cooperados, e cooperativas mais consolidadas orientam associações emergentes — poderiam funcionar como um mecanismo de mediação entre a Classe 1 e a Classe 4, reduzindo o isolamento lexical identificado na Análise Fatorial de Correspondência e, por extensão, o isolamento prático que esse padrão discursivo provavelmente reflete. Trata-se de uma hipótese derivada diretamente do modelo conceitual proposto, e não de um achado empírico direto do corpus, mas que ilustra o potencial aplicado da Tecnologia Social como referencial tanto analítico quanto propositivo para a gestão de organizações de base comunitária no setor de resíduos sólidos.

Conclusão

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação mapeou as configurações semânticas da literatura científica brasileira sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) sob a perspectiva da Tecnologia Social (TS) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A constatação empírica, via estatística textual, de que a Educação Ambiental (Classe 4) permanece lexicalmente isolada das dimensões de gestão técnica (Classe 2) e inclusão socioprodutiva (Classe 1) representa a principal contribuição teórica e prática deste estudo.

O diagnóstico indica que, embora a legislação brasileira seja inovadora ao propor a responsabilidade compartilhada, a produção científica e as práticas de gestão municipal continuam operando sob silos disciplinares. A Tecnologia Social fornece os fundamentos para superar essa abordagem fragmentada, permitindo reconhecer a gestão de resíduos sólidos como um sistema sociotécnico indivisível.

A originalidade deste estudo reside na combinação de três elementos pouco explorados de forma conjunta pela literatura nacional: (i) o tratamento lexicométrico de larga escala

do discurso científico sobre resíduos sólidos; (ii) a leitura simultânea dessa produção à luz da Tecnologia Social e dos 18 ODS adotados no contexto brasileiro, incluindo a dimensão étnico-racial ainda pouco explorada no setor; e (iii) a proposição de um modelo conceitual integrador (Figura 3) que sintetiza os padrões de convergência e isolamento identificados, oferecendo um ponto de partida testável para pesquisas futuras.

Como toda investigação de natureza documental, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação de seus achados. O recorte metodológico restringiu-se a artigos científicos de acesso aberto indexados e a resumos de artigos, não incluindo a literatura cinzenta — a exemplo de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, relatórios institucionais de prefeituras e cartas de cooperativas —, cuja incorporação poderia matizar ou mesmo contrastar com os padrões discursivos aqui identificados.

A partir dessas limitações, delineia-se uma agenda de pesquisa futura em torno de quatro frentes complementares. Recomenda-se, em primeiro lugar, que investigações futuras explorem a aplicação de ferramentas lexicométricas sobre a documentação técnica e governamental, de modo a verificar se o isolamento da dimensão educativa constatado neste estudo se repete também na gestão prática municipal. Recomenda-se, em segundo lugar, a ampliação de investigações empíricas sobre o ODS 18, avaliando de que forma as tecnologias sociais podem contribuir para o combate ao racismo ambiental nas periferias urbanas brasileiras. Sugere-se, em terceiro lugar, testar o modelo conceitual proposto na Figura 3 em recortes estaduais ou regionais; e, por fim, explorar recursos de mineração textual assistida por inteligência artificial para acompanhar, de forma longitudinal, se a aproximação entre gestão técnica e educação ambiental se intensifica n

Referências

ALENCAR, Tatiane dos Santos; ROCHA, João Pedro Maciente; SILVA, Rebeca Valentim da. Política Nacional de Resíduos Sólidos e os catadores de materiais recicláveis: estudo de caso de cooperativas nos municípios do estado do Rio de Janeiro. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 3, n. 20, p. 34-52, 2015. DOI: 10.17271/2318847232020151055. Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1055. Acesso em: 15 jul. 2026.

BORGES, Pedro Pereira; MARTINS, Romildo Camargo; BERTUZZI, Felipe Buller; MARTINS, Thiago Borges; COSTA, João Pedro da. Aspectos regionais da produção científica a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, v. 13, n. 6, p. 195-207, 2022. DOI: 10.6008/cbpc2179-6858.2022.006.0018. Disponível em: https://sustenere.co/index.php/ric/article/view/18. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras

providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 147, p. 3-7, 3 ago. 2010.

CAVALHEIRO, Gislaine; GAZOLLA, Marcio; MARINI, Marcos Jose. Tecnologia social: contribuições à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 15, n. 37, p. 1-17, jul./set. 2019. DOI: 10.3895/rts.v15n37.8458. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/8458. Acesso em: 15 jul. 2026.

DAGNINO, Renato (org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010. Disponível em: https://cdt.unb.br/images/CEDES/2010_FERRAMENTA_TEC_SOCIAL_LIVRO.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

FERNANDES, Diego da Rocha. Tecnologias sociais: a operacionalização solidária da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). In: ENCONTRO PERNAMBUCANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 4.; CONGRESSO BRASILEIRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 2., 2015, Recife. Anais [...]. Recife: EDUFRPE, 2015. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNP_554cd2cc69e80d2748ef74569a66458a. Acesso em: 15 jul. 2026.

HAUENSTEIN, Geovanna Rafaela Pasuch; ISMAIL, Isadora Alves Lovo. Influência da Política Nacional de Resíduos Sólidos na gestão ambiental e no gerenciamento de resíduos. Journal of Environmental Analysis and Progress, v. 9, n. 4, p. 288-296, 2024. DOI: 10.24221/jeap.9.4.2024.6329.288-296. Disponível em: https://journals.ufrpe.br/index.php/JEAP/article/view/6329. Acesso em: 15 jul. 2026.

KUHN, Nuvea; BOTELHO, Tatiane; ALVES, Daniele. Ações de extensão de uma incubadora tecnossocial para o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Revista Em Extensão, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 222-238, jan./jun. 2023. DOI: 10.14393/REE-v22n12023-66236. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/66236. Acesso em: 15 jul. 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Glossário do ODS 18: Igualdade Étnico-Racial. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2026. Disponível em: ONUBrasil_Glossario_ODS18_20260422.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, [s. d.]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 20 ago. 2026.

REINERT, Max. Alceste, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de Gérard de Nerval. Bulletin de Méthodologie Sociologique, Paris, n. 26, p. 24-54, 1990. DOI: 10.1177/075910639002600103. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/075910639002600103. Acesso em: 15 jul. 2026.

SILVA, Adriana Armani; ANTONIO, Daliana Cristina de Lima; MARIANI, Sergio; NORMANDO, Priscilla; LEMOS, Marco Aurélio Cirilo; SOUZA, Raquel Aparecida. Possibilidades de tecnologias sociais a partir das ações de catadores de materiais

recicláveis. In: ENCONTRO PERNAMBUCANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 3., 2014, Recife. Anais [...]. Recife: EDUFRPE, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/402566327. Acesso em: 15 jul. 2026.

SILVA, Edna de Castro; BOLSON, Solange Maria; FERIGOTTI, Sérgio. Tecnologia e inclusão social: Cooperativa Catamare. Interações, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 656-667, out./dez. 2016. DOI: 10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(07). Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/HZKKsQnqyXXYMvDxyQHmj9c/. Acesso em: 15 jul. 2026.

Anexos



Tabela 1 – Indicadores estatísticos do processamento do corpus no IRaMuTeQ



Figura 1 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Tabela 2 – Classes analíticas por denominação, núcleo semântico, frequência e percentual de participação



Figura 2 – Plano fatorial da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) das classes obtidas pela CHD



Quadro 1 – Matriz de Integração: Classes do IRaMuTeQ, Dispositivos da PNRS e Alinhamento aos ODS



Figura 3 – Modelo conceitual integrador entre Tecnologia Social, dispositivos da PNRS e alinhamento aos ODS